JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Câmara Municipal de Araguaiana ..... 5
Câmara Municipal de Cáceres ..... 5
Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães ..... 6
Câmara Municipal de Conquista D`Oeste ..... 6
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 7
Câmara Municipal de Nova Brasilândia ..... 8
Câmara Municipal de Nova Guarita ..... 8
Câmara Municipal de Porto Estrela ..... 9
Câmara Municipal de Poxoréu ..... 10
Câmara Municipal de Rondolândia ..... 13
Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 14
Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 14
Câmara Municipal de São José do Rio Claro ..... 14
Câmara Municipal de Tangará da Serra ..... 14
Câmara Municipal de Várzea Grande ..... 15
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé ..... 15
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia ..... 16
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso ..... 18
Prefeitura Municipal de Acorizal ..... 18
Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 18
Prefeitura Municipal de Alto Garças ..... 24
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ..... 25
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 27
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 28
Prefeitura Municipal de Araguaiana ..... 32
Prefeitura Municipal de Araguainha ..... 36
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 36
Prefeitura Municipal de Aripuanã ..... 41
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço ..... 42
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ..... 43
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia ..... 43
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 44
Prefeitura Municipal de Campinápolis ..... 49
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 50
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 62
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio ..... 104
Prefeitura Municipal de Canarana ..... 106
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 107
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães ..... 109
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 110
Prefeitura Municipal de Cocalinho ..... 112
Prefeitura Municipal de Colíder ..... 116
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 117
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 119
Prefeitura Municipal de Confresa ..... 120
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste ..... 160
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 161
Prefeitura Municipal de Cuiabá ..... 161
Prefeitura Municipal de Curvelândia ..... 162
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 162
Prefeitura Municipal de Dom Aquino ..... 164
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 164

Prefeitura Municipal de General Carneiro ..... 166
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste ..... 169
Prefeitura Municipal de Guiratinga ..... 170
Prefeitura Municipal de Indiavaí ..... 171
Prefeitura Municipal de Itanhangá ..... 171
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 201
Prefeitura Municipal de Jauru ..... 211
Prefeitura Municipal de Juara ..... 212
Prefeitura Municipal de Juína ..... 213
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste ..... 214
Prefeitura Municipal de Luciara ..... 215
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 215
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 221
Prefeitura Municipal de Nobres ..... 224
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 260
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia ..... 263
Prefeitura Municipal de Nova Guarita ..... 266
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 266
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 267
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde ..... 315
Prefeitura Municipal de Nova Mutum ..... 319
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré ..... 373
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia ..... 373
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena ..... 375
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã ..... 393
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ..... 395
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 400
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ..... 400
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 401
Prefeitura Municipal de Pedra Preta ..... 401
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 407
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra ..... 412
Prefeitura Municipal de Poconé ..... 413
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 416
Prefeitura Municipal de Ponte Branca ..... 417
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte ..... 417
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião ..... 420
Prefeitura Municipal de Porto Estrela ..... 422
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 423
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 428
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira ..... 428
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho ..... 435
Prefeitura Municipal de Rio Branco ..... 435
Prefeitura Municipal de Rondolândia ..... 440
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 440
Prefeitura Municipal de Santa Carmem ..... 442
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 444
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha ..... 450
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger ..... 451
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 452
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia ..... 454
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro ..... 455
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos ..... 455
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada ..... 479
Prefeitura Municipal de Sorriso ..... 480
Prefeitura Municipal de Tabaporã ..... 504
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 511
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte ..... 517
Prefeitura Municipal de Torixoréu ..... 519
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 519
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos ..... 521
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 521
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ..... 528

Prefeitura Municipal de Vila Rica ..... 532

## APRESENTAÇÃO

**DIRETORIA DA AMM TRIÊNIO 2024/2026**

**Presidente de Honra**: Juarez Alves da Costa

**Presidente:** Leonardo Tadeu Bortolin

**Primeiro Vice-Presidente:** Hemerson Lourenço Máximo - Colíder

**Segundo Vice-Presidente:** José Guedes de Souza - Rondolândia

**Terceiro Vice-Presidente**: Edu Laudi Pasccoski - Itanhangá

**Quarto Vice-Presidente**: Marcelo de Aquino - General Carneiro

**Quinto Vice-Presidente:** Thiago Castelian Ribeiro - Santa Terezinha

**Secretário Geral**: Janailza Taveira Leite - São Félix do Araguaia

**Primeiro Secretário:** Carlos Sirena - Juara

**Segundo Secretário**: Thiago Timo Oliveira - Torixoréu

**Tesoureiro Geral:** Nelson Antônio Pain - Poxoréu

**Primeiro Tesoureiro:** Francieli Magalhães Vieira Pires - Santo Antônio Leverger

**Segundo Tesoureiro**: Manoel Loureiro Neto - Diamantino

**Conselho Fiscal**:

**1º** Fernando de Oliveira Ribeiro - Carlinda

**2º** Fábio Marcos Pereira de Farias - Canarana

**3º** João Isaack Moreira - Tesouro

**Suplentes Fiscais**:

**1º** Egon Hoepers - Santa Rita do Trivelato

**2º** Irineu Marcos Parmeggiani – Campos de Júlio

**3º** Enilson de Araújo Rios - Araputanga

**Responsável pelo Jornal Oficial AMM**

Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

### EXTRATO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2020

**CONTRATANTE**: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT.

**CONTRATADO**: H.M. SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA

**OBJETO**:

**1** - CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT. Suporte e auxilio no envio de Informes eletrônicos RAIS, DCTF, APLIC, DIRF, SICONFI

**VALOR**: R$ 47.880,00 (quarenta e sete mil e oitocentos e oitenta reais)

**PRAZO**: Até 31/12/2024

**DATA**: 27/12/2023

**Araguaiana-MT, 27 de dezembro de 2023**

Juarez Gomes da Silva

**Presidente da Câmara**

### EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2023

**CONTRATANTE**: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT.

**CONTRATADO**: H9 CONSULTORIA GESTAO LTDA

**1** - **Prestação de Serviços de Responsabilidade Técnica Contábil, Balancetes, Balanços, Relatórios Fiscais e Execução Orçamentária e Contábil, Manutenção, registros e geração Mensal da Folha de Pagamento/e-Social/DCTFWEB/EFD-Reinf, Patrimônio e Orçamento.**

**VALOR**: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais)

**PRAZO**: Até 31/12/2024

**DATA**: 27/12/2023

**Araguaiana-MT, 27 de dezembro de 2023**

Juarez Gomes da Silva

**Presidente da Câmara**

### EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2023

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT.**

**CONTRATADO: CENTRO OESTE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**

**OBJETO:**

**Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Geração de dados e envio de Cargas do Sistema APLIC Módulos: Contabilidade Pública, Contratos e Convênios, Folha de Pagamento e Patrimônio Administrativos e Arquivos Tempestivos e Manutenção informações SICONFI e Serviços de Manutenção, digitalização, conversão documentos e alimentação portal da transparência**

**VALOR:** R$ 37.200,00 (Trinta e sete mil e duzentos reais)

**PRAZO:** Até 31/12/2024

**DATA:** 27/12/2023

**Araguaiana-MT, 27 de dezembro de 2023**

Juarez Gomes da Silva

**Presidente da Câmara**

### EXTRATO 8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2019

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT.**

CONTRATADO: **CENTRO OESTE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**

OBJETO:

**1 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DE SOFTWARES PARA EFETUAR A CONTABILIZAÇÃO DOS ATOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA.**

**2 - SERVIÇOS DE DATA CENTER.**

VALOR: R$ 51.600,00 (Cinquenta e Um Mil e Seiscentos Reais)

PRAZO: Até 31/12/2024

DATA: 27/12/2023

Araguaiana-MT, 27 de dezembro de 2023

Juarez Gomes da Silva

Presidente da Câmara

## CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

### CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
### PORTARIA Nº 02/2024

"*Dispõe sobre a mudança na data do segundo período das férias do servidor **LUCAS PINHEIRO SPOSITO** e dá outras providências.*"

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas prerrogativas legais e de acordo como Art. 69, §§1º, 2º, 3º e 4º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997.

**CONSIDERANDO** o que consta na Portaria nº 076, de 10 de fevereiro de 2023, deste Poder Legislativo Municipal.

**CONSIDERANDO** o que consta na Portaria nº 271, de 18 de dezembro de 2023, deste Poder Legislativo Municipal.

**CONSIDERANDO** o que consta no Ofício Interno nº 012/2024, de 08 de janeiro de 2024, via sistema 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Autorizar a mudança do segundo período das férias, a pedido, do Servidor Efetivo **LUCAS PINHEIRO SPOSITO**, ocupante do cargo de Controlador Interno da Câmara Municipal de Cáceres-MT, que estava prevista para ser usufruída a partir do dia 18 a 27 de março de 2024, para o dia 15 a 24 de janeiro de 2024, relativas ao exercício de 2022.

**Art. 2º** Revogam-se as disposições contrárias, mantidas inalteradas as demais disposições da Portaria 076, de 10 de fevereiro de 2023 e suas alterações, no que não contrárias a presente.

**Art. 3º** Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 09 de janeiro de 2024.

**LUIZ LAUDO PAZ LANDIM**

*Presidente da Câmara Municipal de Cáceres*

### CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
### PORTARIA Nº 01/2024

"Dispõe sobre a nomeação do servidor efetivo para exercer função gratificada de Diretor da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Cáceres/MT e dá outras providências."

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, através de seu Presidente Luiz Landim, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso II, alínea "b", c/c artigo 24, inciso VII, alínea "h", ambos do Regimento Interno;

**Considerando** a aprovação da Lei Complementar nº 218, de 26 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município em 27 de dezembro de 2023, que cria a função comissionada e cargos em comissão da Escola do Legislativo e regulamenta o cargo de Diretor da Secretaria de Imprensa da Câmara Municipal de Cáceres/MT.

**Considerando** o que consta no Ofício Interno nº 013, de 08 de janeiro de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

**R E S O L V E**:

**Art. 1º** Nomear o Servidor efetivo **HENRIQUE BARCELOS DE MORAES** para exercer a função gratificada de Diretor da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Cáceres/MT, a partir do dia 08 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Tornar sem efeito ao servidor **HENRIQUE BARCELOS MORAES** a Portaria nº 112/2023, que lhe nomeou para exercerem, a função gratificada para trabalhar nas sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, sessões solenes, itinerantes e outros eventos realizados pela Câmara Municipal de Cáceres/MT, a partir de 08 de janeiro de 2024.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 09 de janeiro de 2024.

**LUIZ LAUDO LANDIM**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

## CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

### CÂMARA MUNICIPAL
### ATO LEGISLATIVO 04/2024

ATO LEGISLATIVO 04/2024

Dispõe o cancelamento do Edital 002/2024 de Convocação para Sessão Extraordinária e dá outras providências.

MARIANO FIDELIS DOS SANTOS FILHO, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais, e regimentais e ainda;

CONSIDERANDO, que a decisão judicial proferida nos autos do processo número 1002093-58.2023.8.11.0024, autorizou expressamente que esta Casa de Leis RETOME os trabalhos no tocante ao processo político-administrativo em face da vereadora Fabiana Advogada;

CONSIDERANDO, que a vereadora Fabiana Advogada, não tem sido encontrada neste Município, em especial no seu endereço registrado nesta Câmara Municipal, para recebimento de intimações que tratam das novas datas da sessão de julgamento em que figura como denunciada no processo político-administrativo;

CONSIDERANDO, que os advogados da vereadora Fabiana Advogada, tem adotado postura omissa quanto ao aceite de recebimento de intimação sobre a data determinada por esta presidência para sessão de julgamento, que seria no dia 09/01/24 às 14hr:00min;

CONSIDERANDO, que servidores deste Parlamento se dirigiram até os endereços dos advogados da vereadora Fabiana, em Cuiabá, e lá estando obtiveram a informação de que não existem os citados profissionais;

CONSIDERANDO, os Princípios Constitucionais da Ampla Defesa / Contraditório e Devido Processo Legal;

RESOLVE

Art. 1º - CANCELAR, a sessão extraordinária agendada para o dia 09/01/24 às 14hr:00min, tendo em vista o não aceite de recebimento de intimações por parte da Defesa da Vereadora Fabiana Advogada, bem como que a citada parlamentar não se encontra nos endereços registrados nesta Casa Legislativa.

Art. 2º - DETERMINAR que este Ato Legislativo seja publicado por 03 (três) dias consecutivos do Diário Oficial da AMM MT, no mínimo.

Art. 3º - REAGENDAR a sessão Extraordinária do dia 09/01/24 às 14hr:00min para o dia 12/01/24 às 14hr:00min no Plenário desta Câmara Municipal, cuja pauta será: NOVA VOTAÇÃO NO PROCESSO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO EM FACE DA VEREADORA FABIANA ADVOGADA, CONFORME CONSIGNADO NA DECISÃO LIMINAR DO PROCESSO JUDICIAL NÚMERO 1002093-58.2023.8.11.0024, EM TRÂMITE NESTA COMARCA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, MT.

Art. 4º - INFOMAR, a vereadora Fabiana Advogada como sua Defesa que esta Câmara Municipal, irá nomear Defensor Dativo para acompanhamento da sessão extraordinária que ocorrerá no dia 12/01/24 às 14hr:00min, para que sua Ampla Defesa e Contraditório não seja prejudicada pela condutada omissiva verificada.

Este Ato Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 08 de janeiro de 2024.**

**Vereador MARIANO FIDELIS DOS SANTOS FILHO**

Presidente da Câmara Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

### CAMARA MUNICIPAL
### ATO ADMINISTRATIVO N° 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, dispondo sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, no âmbito do Poder Legislativo de Conquista D' Oeste.

**A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D' OESTE,** no uso de suas atribuições regimentais, e considerando a necessidade de regulamentação interna da Lei n. 14 .133, de 1° de abril de 2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Fica aprovado o Regulamento em referência dos Procedimentos Licitatórios da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste, na forma do Anexo a este Ato.

**Parágrafo Único -** Os acréscimos e modificações ao Anexo a este Ato serão realizados mediante decisão da Mesa diretora da Câmara Municipal e deverão ser consolidados mediante o acréscimo de novos Títulos.

**Art. 2°** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Conquista D' Oeste, 02 de janeiro de 2024.

**Nelson José Fernandes de Souza** Presidente / **Hermes José Medeiros-**Vice Presidente / **Edson Marcos Rodrigues** 1º Secretário / **Marcelino Barbosa Prates** 2º Secretário

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Este Ato regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021, dispondo sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação permanente ou especial, no âmbito do Poder Legislativo de Conquista D'Oeste.

**Art. 2º** Na aplicação deste Ato, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, da padronização, do parcelamento, da responsabilidade fiscal, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II

DOS AGENTES QUE ATUAM NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO

**Art. 3º** O agente de contratação será designado pelo Presidente da Câmara, preferencialmente entre os servidores efetivos para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso aos processos de contratação direta e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, cabendo-lhe:

I - auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna que não são suas atribuições;

II - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio, quando necessário;

III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos relativos ao edital e ao aviso de contratação direta, bem como aos seus anexos;

IV - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação ou contratação direta;

V - proceder ao credenciamento dos interessados, quando houver;

VI – receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

VII – verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

VIII - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

IX - verificar e julgar as condições de habilitação;

X - conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

XI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, inabilitar licitantes em razão de vícios insanáveis;

XII - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XIII - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIV - indicar a proposta ou o lance de menor preço e sua aceitabilidade;

XV – indicar o vencedor do certame;

XVI - no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVII - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVIII - elaborar a ata da sessão de julgamento;

XIX - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os de contratação direta;

XX - encaminhar o processo licitatório ou de contratação direta, devidamente instruído, após a sua conclusão, à autoridade competente para a homologação e contratação;

XXI - propor à autoridade competente a revogação ou anulação da licitação;

XXII - propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo sancionatório;

XXIII – inserir os dados referentes ao processo licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Câmara Municipal de Conquista D'Oeste na internet, e providenciar as publicações previstas em lei;

XXIV - zelar para que seja fielmente cumprido o Plano de Contratações Anual.

**Art. 4º** O agente de contratação poderá ser auxiliado por equipe de apoio, sempre que necessário, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido em erro pela atuação da equipe.

§ 1º A equipe de apoio será formada por, no mínimo, 03 (três) membros, que poderão ser servidores tanto efetivos quanto comissionados.

§ 2º Em licitação na modalidade pregão, o agente de contratação responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

§ 3º O Presidente da Câmara Municipal poderá designar, por meio de Portaria, mais de um agente de contratação, e deverá dispor sobre a forma de coordenação entre eles.

§ 4º A atuação do agente de contratação na fase preparatória das licitações deve se ater ao acompanhamento e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos estudos técnicos preliminares, projetos e anteprojetos, termos de referência, pesquisas de preço e minutas de editais.

**Art. 5º** Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação permanente ou especial, formada por, no mínimo, 3 (três) membros.

§ 1º A comissão de contratação será presidida, preferencialmente, por um servidor efetivo, o qual terá, no que couber, as atribuições do agente de contratação, conforme estabelecido no art. 3º deste Ato.

§ 2º Os membros da comissão de contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

**Art. 6º** Os agentes de contratação, os membros da equipe de apoio e da comissão de contratação:

I - não poderão ser designados para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, em observância ao princípio da segregação de funções, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes no respectivo processo de contratação;

II – contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto neste Ato;

III – serão designados entre servidores que possuam capacitação técnica na área de contratações públicas;

IV – deverão declarar-se impedidos sempre que verificarem a existência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com quem estiver disputando licitação ou executando contrato, direta ou indiretamente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação e aviso de contratação direta.

**Art. 7º** A autoridade competente para a nomeação de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação e designação de pregoeiro, bem como os respectivos substitutos, é o Presidente da Câmara Municipal, a quem incumbe também a função de homologar o julgamento e adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**Art. 8º** O cumprimento do disposto nos arts. 7º e 8º, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá observar o prazo instituído no art. 176 da referida Lei.

## CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

### CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
### DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2024

**"APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, EXERCÍCIO DE 2022".**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO.

Art. 1° Ficam aprovadas as Contas do Município de Nossa Senhora do Livramento, constantes do Balanço Geral e Balancetes dos meses de janeiro a dezembro do exercício de 2022, gestão do Prefeito Silmar de Souza Gonçalves, acompanhando o **Parecer Favorável** nº 125/2023, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2° O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leila Lucia Martins de Mello

Presidente do Legislativo Municipal

Oneide Maria da Silva

1ª Secretária

## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

### RATIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADITIVO Nº001.2023, DA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA

ADITIVO DO CONTRATO N° 01/2023

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: ELEANDRO MACHADO DA VEIGA – SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA

CNP 45.007.934/0001-93

OBJETO: 1.1 Prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica.

VALOR: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 01/01/2024 a 31/12/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, da lei federal n. º 8.666/93.

FLAVIO DOS SANTOS MAGALHÃES

Presidente da Câmara Municipal de Nova Brasilândia

## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

### PORTARIA N.º 008/2024/GP/CMNG - REAVALIAÇÃO DE BENS

PORTARIA N.º 008/2024/GP/CMNG

**"NOMEIA COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Exmo. Sr. **DIVINO PEREIRA GOMES**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º. NOMEAR**, servidoras para atender os requisitos da Portaria N.º 10/2013 que, regulamenta a administração de Patrimônio do Poder Legislativo de Nova Guarita MT, para compor a **COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS.**

PRESIDENTE:**CLARICE DAMAS MACHADO FILIPINI**, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob a matrícula N.º 09;

SECRETÁRIA:**DÉBORA SALLES MICHELETTI**, ocupante do Cargo Efetivo de Procuradora, admitida sob a matrícula N.º 052;

MEMBRO EFETIVO: **FRANCIELE SOUZA SILVA DA MAIA**, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Parlamentar, admitida sob a matrícula N.º 056;

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costume.

Gabinete do Presidente, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

**DIVINO PEREIRA GOMES**

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

**Cumpra-se**

### PORTARIA N.º 010/2024/GP/CMNG - BAIXA DE BENS

PORTARIA N.º 010/2024/GP/CMNG

**"NOMEIA COMISSÃO DE BAIXA DE BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Exmo. Sr. **DIVINO PEREIRA GOMES**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º. NOMEAR**, servidoras para atender os requisitos da Portaria N.º 10/2013 que, regulamenta a administração de Patrimônio do Poder Legislativo de Nova Guarita MT, para compor a **COMISSÃO DE BAIXA DE BENS.**

PRESIDENTE: **CLARICE DAMAS MACHADO FILIPINI**, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob matrícula Nº. 09;

SECRETÁRIA: **ANA CARLA DILL PAIANO**, ocupante do Cargo Efetivo de Contadora, admitida sob a matrícula N.º 020;

MEMBRO EFETIVO: **ROSANGELA DE SOUZA LOVISON**, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, admitida sob a matrícula N.º 21;

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costume.

Gabinete do Presidente, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

**DIVINO PEREIRA GOMES**

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

**Cumpra-se**

### PORTARIA N.º 009/2024/GP/CMNG - DEPRECIAÇÃO DE BENS

PORTARIA N.º 009/2024/GP/CMNG

**"NOMEIA COMISSÃO DE DEPRECIAÇÃO DE BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Exmo. Sr. **DIVINO PEREIRA GOMES**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º. NOMEAR**, servidoras para atender os requisitos da Portaria N.º 10/2013 que, regulamenta a administração de Patrimônio do Poder Legislativo de Nova Guarita MT, para compor a **COMISSÃO DE DEPRECIAÇÃO DE BENS.**

PRESIDENTE: **CLARICE DAMAS MACHADO FILIPINI**, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob a matrícula N.º 09;

SECRETÁRIA:**FRANCIELE SOUZA SILVA DA MAIA**, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Parlamentar, admitida sob a matrícula N.º 056;

MEMBRO EFETIVO: **ROSANGELA DE SOUZA LOVISON**, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, admitida sob a matrícula N.º 021;

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costume.

Gabinete do Presidente, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

**DIVINO PEREIRA GOMES**

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se

**PORTARIA N.º 011/2024/GP/CMNG - AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

**PORTARIA N.º 011/2024/GP/CMNG**

**"NOMEIA COMISSÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Exmo. Sr. **DIVINO PEREIRA GOMES**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

**ART. 1º** - **NOMEAR,** servidoras para atender os requisitos da Portaria N.º 10/2013 que, regulamenta a administração de Patrimônio do Poder Legislativo de Nova Guarita-MT, para compor a **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO**, em caráter permanente, sem exclusividade e sem prejuízos de suas atribuições.

PRESIDENTE: **CLARICE DAMAS MACHADO FILIPINI**, ocupante do Cargo Efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob a matrícula N.º 09;

SECRETÁRIA:**ANA CARLA DILL PAIANO**, ocupante do Cargo Efetivo de Contadora, admitida sob a matrícula N.º 020;

MEMBRO EFETIVO: **ROSANGELA DE SOUZA LOVISON**, ocupante do Cargo Comissionado de Agente Administrativo, admitida sob a Portaria N.º 021;

**ART. 2º -** A Comissão Permanente de Controle e Avaliação de Patrimônio, terá atribuições de realizar o Inventario físico-financeiro, com Avaliações e Depreciações dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis, solicitar Baixa dos Bens inservíveis e Apresentar Relatórios da Situação Patrimonial da Câmara Municipal.

**ART. 3º -** A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costumes.

Gabinete do Presidente, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

**DIVINO PEREIRA GOMES**

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT**
**PORTARIA Nº004/2024 (QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIA)**

**PORTARIA Nº004/2024**

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIA)

**Devair Sales de Oliveira**, Presidente Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**RESOLVE**

**Artigo 1º**) – Fica nomeada a **Srª. Rosimara Rodrigues da Silva,** Portadorada Cédula de Identidade **RG. Nº. 1.111.424-0 SSP/MT e CPF. Nº. 800. 03460100,** Concursado no cargo de Auxiliar Legislativa,lotado na contabilidade**,** para exercer a função de **Responsável do APLIC,** com vencimento de acordo com Anexo I da Lei Complementar nº 069/2016 alterada pela Lei Complementar nº 040/2013 de 29 de Janeiro de 2.013.

**Artigo 2º** ) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

**Artigo 3º) –** Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 08 de Janeiro de 2.024.

_____

**Devair Sales de Oliveira**

**PRESIDENTE**

**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT**
**PORTARIA 001/2024 HORARIO DE FUNCIONAMENTO DO EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**PORTARIA 001/2024**

**HORARIO DE FUNCIONAMENTO DO EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**.

**Devair Sales de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, em **atenção ao princípio da economicidade, qual deve nortear as ações do gestor público,**

**RESOLVE:**

**Fixar o horário de funcionamento da Câmara Municipal para o período matutino, com abertura do expediente às 07:00 horas e encerramento às 13:00 horas.**

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n° 01/2022.**

Gabinete da Presidência, 08 de Janeiro de 2024.

***Devair Sales de Oliveira***

***Presidente***

**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT**
**PORTARIA N° 002/2024 "CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**PORTARIA N° 002/2024**

**"CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

***Devair Sales de Oliveira*****,** Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, quais são previstas no Regimento Interno, e,

**Considerando** o compromisso desta Gestão em dar transparência e lisura a seus atos;

**Considerando** que a implantação e funcionamento da referida Comissão é um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT,

**RESOLVE:**

**1°.** Nomear a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Porto Estrela - MT, a qual será responsável por todos os atos necessários aos regular processamento dos processos licitatórios, previstos na Lei 8666/93.

**2°.** Ficam designados os seguintes Servidores Efetivos para compor a Comissão permanente de licitação:

**Servidora: Jéssica Bernardes Teixeira - Presidente**

**Servidora: Macleides Ferreira Soares – Secretaria**

**Servidora: Ronaldo de Jesus Matos - Membro**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria N 032/2023

**Registre-se,**

**Publique-se,**

**Cumpra-se**

Gabinete do Presidente, 08 de Janeiro de 2024.

**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT**
**PORTARIA N°. 003/2024 QUE NOMEIA A COMISSÃO PARA INVENTARIO FÍSICO E FINANCEIRO COM A FUNÇÃO DE REAVALIAR, DEPRECIAR, BAIXAR E INCORPORAR BENS NA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT.**

**PORTARIA N°. 003/2024**

Que nomeia a Comissão para Inventario Físico e Financeiro com a Função de Reavaliar, Depreciar, Baixar e Incorporar Bens na Câmara Municipal de Porto Estrela/MT**.**

**Devair Sales de Oliveira,** Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas por lei, faz saber:

**Considerando** o compromisso desta Gestão em dar transparência e lisura de seus atos;

**Considerando** que a implantação e funcionamento da referida Comissão seja um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função pública;

**RESOLVE:**

1° - Nomear a Comissão para **Avaliar, Reavaliar, Depreciar, Baixar e Incorporar Bens dos Patrimônios** da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso.

2° - Ficam designados os seguintes Servidores Efetivos para compor a Comissão permanente de patrimônio:

**Servidor**: Ismael Lourenço dos Santos **- Presidente**

**Servidora:** Jéssica Bernardes Teixeira **- Secretária**

**Servidor:** Ronaldo de Jesus Matos **- Membro**

3º. Esta Portaria entra em vigor na data, revogando a portaria N. 03/2023 as disposições em contrário.

**Registre-se**

**Publique-se**

**Cumpre-se**

Gabinete do Presidente, 08 de Janeiro de 2024.

**Devair Sales de Oliveira**

**Presidente da Câmara Municipal**

**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT**
**PORTARIA N°. 005/2024 QUE DISPÕE DESIGNAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT.**

**PORTARIA N°. 005/2024**

Que Dispõe Designação Fiscalização de Contrato na Câmara Municipal de Porto Estrela/MT**.**

**Devair Sales de Oliveira,** Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas por lei, faz saber:

**RESOLVE:**

**Artigo 1°** ) – fica designada como fiscalização de contrato do Poder Legislativo de Porto Estrela – MT **A Servidora: Vera Lucia Onofre de Jesus, Portadora da Cédula Identidade RG. 1250736-9 SSP/MT e CPF : 832. 247.261-72**

**Artigo 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria 13/01/2023.

.

**Registre-se**

**Publique-se**

**Cumpre-se**

Gabinete do Presidente, 08 de Janeiro de 2024.

**Devair Sales de Oliveira**

**Presidente da Câmara Municipal**

## CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

**CÂMERA MUNICIPAL**
**PORTARIAS 06,07,08,09,10**

PORTARIA Nº 006/2024 Poxoréu (MT), 04 de janeiro de 2024

A Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereador SONIA BORGES DE MORAES, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Regimento Interno.

Resolve:

Art. 1º NOMEAR LUCAS ALVES LIMA, seus dados sensíveis ou pessoal estão protegidos conforme a Lei Federal 13.709, 14 de agosto de 2018 – LGPD, para o cargo de Secretário Administrativo, da Câmara Municipal de Poxoréu – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2024, revogada as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra –se, Pública - se e cumpra-se.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024

Vereadora Sonia Borges de Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréo – MT, em 04 de janeiro de 2024.

Rosalvo Rodrigues da Silva

Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 07/2024 POXORÉU – MT EM, 05 DE JANEIRO DE 2024

Designa Gestores Financeiros na forma que especifica e dá outras providencias.

Sônia Borges de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu – MT especificamente em seu art. 70, inciso XI c/c parágrafo único e o Regimento Interno deste poder:

Resolve:

Art. 1º - A Gestão Financeira da Câmara Municipal de Poxoréu, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.975.572/0001-59, será exercido pela Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu, a Senhora: Sônia Borges de Moraes CPF/MF. Sob nº, conjuntamente com 1º Secretário da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, o Senhor: Edson Pereira Figueiredo, inscrito no CPF, nº, sendo que em caso de ausência do 1º Secretário, atuará o 2º Secretario, a Srº. Jose Vieira Nunes Neto, inscrito no CPF sob nº, e em caso de ausência do Presidente, atuará o Vice Presidente, o Sr. Aguinaldo Alves da Silva, inscrito no CPF sob o nº.

Art. 2º - Dados pessoal dos mencionados em tela, estão protegidos conforme a Lei Federal 13.709, 14 de agosto de 2018 – "LGPD".

Art. 3º - A Gestão de que trata o artigo anterior se estende aos duodécimos repassados pelo Executivo para Câmara Municipal de Poxoréu, até 31/12/2024.

Art. 4º - A Gestão de que se refere os artigos anteriores, abrange todos os atos atinentes a movimentação da Agencia BB sob nº 553 3 e conta Corrente sob nº 6.906 X, incluindo as seguintes transações:

I – Abrir contas de depósitos;

II – Emitir cheques;

III – Receber saldos, extratos e comprovantes;

V – Requisita talonários de cheques;

VI – Retirar cheques devolvidos;

VII – Endosar cheques;

VIII – Sustar/contraordenar cheques;

IX – Cancelar Cheques;

X – Baixar Cheques;

XI – Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XII – Efetuar pagamentos por meios eletrônicos;

XIII – Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;

XIV – Solicitar saldos e extratos;

XV – Encerrar contas de depósitos;

Art 5º - Todas movimentação de recurso financeiro, deverá ser realizada em conta bancária, conforme art 3º, devendo constar em todos cheques relacionados á Conta, a assinatura conjunta dos Gestores: Presidente e 1º Secretario.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 05 de janeiro de 2024.

_____

Ver. Sônia Borges de Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu/2024

A Presente Portaria foi publicada no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT e no diário eletrônico dos Municípios "AMM"

Rosalvo Rodrigues da Silva

Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 08/2024 Poxoréu (MT), 05 de janeiro de 2024

Nomear o Servidor Ocupante de Cargo Efetivo: Marjones Varanda Catalá, para Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Contratos, formalizados pela Câmara Municipal de Poxoréu, de acordo com Art. 67 da Lei 14.133/21 e Resolução nº 14/2013.

A Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, vereadora Sonia Borges de Moraes, usando das atribuições que lhe são conferidas, na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno e da Lei das Licitações 14133/21.

Resolve:

Art. 1º - Nomear o Servidor Ocupante de Cargo Efetivo: Marjones Varanda Catalá, CPF Nº 172.... e RG nº ..., para Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Contratos, formalizados pela Câmara Municipal de Poxoréu, para o ano de 2024, de acordo com a Lei 14.133/21.

Art. 2º - Dados sensíveis ou pessoal do mencionado em tela, estão protegidos conforme a Lei Federal 13.709, 14 de agosto de 2018 – "LGPD".

Art. 3º - O fiscal deve estar ciente e atento para a forma com que são executados os serviços, os prazos, horários, o material empregado, enfim tudo o que se relaciona à atividade sob fiscalização.

Art. 4º - Para a administração pública considera-se contrato: ¨todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidade da administração pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vinculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada Lei nº 14.133/21.

Art. 5º - O Fiscal de Contratos, deverá Certificar – Emitir atestados ou Certificações de avaliações dos serviços prestados das Obras executadas ou daquilo que for produzido ou adquirido pelo Contratado, para efetuação de pagamentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor revogadas as disposições anterior.

Art. 7º - Registra –se, Pública - se e cumpra-se.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, aos 05 dias do mês de janeiro de 2024.

_____

Sônia Borges de Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 05 de janeiro de 2024.

_____

Jasciomar Alves dos Santos

Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 09/2024 Poxoréu (MT), 05 de Janeiro de 2024.

Cria Comissão Especial para Avaliação, Reavaliação, Incorporação, Baixa, Depreciação e Incineração dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis do Poder Legislativo Municipal e da outras Providencias.

A Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereadora Sônia Borges de Moraes, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - Cria a Comissão Especial para Avaliação, Incorporação, do Inventário Físico e Financeiro e a Reavaliação, Baixa, Depreciação e Incineração dos Bens Móveis e Imóveis da Câmara Municipal de Poxoréu- MT

Art. 2º - Fica nomeado os Servidores Públicos do Legislativo abaixo relacionados para comporem a Comissão para a realização de inventário físico-financeiro dos bens móveis e imóveis da Câmara Municipal de Poxoréu-MT, no exercício de 2024.

Cargo/Nome CPF Representante

Presidente: Leomar Gomes Ferreira xxxxxxxxxxxxxxx Recepcionista

Secretario: Jasciomar A. dos Santos xxxxxxxxxxxxxxx Assist. Administrativo

Membro: Julia G. Alexandre de Barros xxxxxxxxxxxxxxx Agente de Apoio

Art. 3º - A Comissão terá obrigatoriedade de conferir todo o Patrimônio, procedente pela devida inscrição no Programa Especifico, informar a ne-

cessidade de baixa e incineração Patrimonial quando necessária e coordenará as ações relativas a:

I - Verificação da existência física dos equipamentos e materiais permanentes em uso na Câmara Municipal;

II - Levantamento da situação e estado de conservação dos bens permanentes e suas necessidades de manutenção e reparo e incineração;

III – A conciliação dos bens permanentes da Câmara Municipal e consolidação dos dados levantados;

IV - Apuração de qualquer irregularidade ocorrida com o bem permanente, de acordo com as normas legais pertinentes.

Art. 4º A data limite para que a comissão finalize os levantamentos será, 31 de dezembro de 2024, quando será encaminhado relatório ao setor de contabilidade para a inserção das informações no balanço patrimonial.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, aos cinco dias do mês de Janeiro de 2024.

_____

Ver. Sônia Borges de Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT e no diário oficial dos municípios “AMM” .

_____

Rosalvo Rodrigues da Silva

Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 10 - 2024 POXORÉU – MT EM, 05 DE JANEIRO DE 2024.

Designa Servidor na forma que especifica e dá outras providencias.

Sônia Borges de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu – MT especificamente em seu art. 70, inciso XI c/c parágrafo único e o Regimento Interno deste poder:

RESOLVE:

Art. 1º A Gestão Financeira da Câmara Municipal de Poxoréu, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.975.572/0001-59, DESIGNA o Senhor: Jasciomar Alves dos Santos inscrito no CPF 204.xxx sob nº, e RG nº SSP/MT, nomeado Pela Portaria nº 05/2024, de 04/01/24, para ocupar o Cargo de Secretario Financeiro, para que:

Art. 2º - Possa Praticar Atos atinentes a movimentação da conta Corrente sob nº 6.906 X, da agência 05533, até 31/12/2024, incluindo as seguintes transações:

I – Receber saldos, extratos e comprovantes;

I – Requisita talonários de cheques;

III – Retirar cheques devolvidos;

IV – Sustar/contraordenar cheques;

V – Cancelar Cheques;

VI– Baixar Cheques;

VII– Cadastrar, alterar e desbloquear senhas, do Presidente e do 1º Secretario;

VIII – Efetuar pagamentos por meios eletrônicos;

IX – Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;

X - Gerar folha de pagamentos no Sistema de Fornecedores do BB e transmitir;

XI – Solicitar saldos e extratos;

Art. 3º - Dados pessoal do mencionado em tela, estão protegidos conforme a Lei Federal 13.709, 14 de agosto de 2018 – “LGPD”.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 05 de janeiro de 2024

_____

Sônia Borges de Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT em, 05 de janeiro de 2024.

_____

Rosalvo Rodrigues da Silva

Assistente Administrativo

**CÂMERA MUNICIPAL**
**EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 15 E 16**

CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 15 – 2023 Câmara Municipal de Poxoréu e a Empresa: DIVINA IDEIA SERV. TEC DA INFPORMAÇÃO EIRELI, sito a Rua Cruzeiro, 24, Bairro Vila Cruzeiro, Poxoréu/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 27.329. 565/0001-73 Objeto: Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de digitalização de documentos, arquivisticos – do tipo digitalização com OCR/ICR, indexação de PFD pesquisável (ate A3) com Resolução mínima SW 300 DPI do tipo P&B/ tons de cinza e colorida.Valor do Contrato R$ 45.000,00 com vigência de 08 de dezembro a 08 maio de 2024. Nota Empenho nº 719/2023. Código Orçamentário. 3.3.90.39.00.00. 00.0999,. modalidade de Licitação: Dispensa Licitação nº 23/2023.

CONTRATO Nº 16 – 2023 Câmara Municipal de Poxoréu e a Empresa: Odílio Batista de Souza, brasileiro, solteiro, Pedreiro, estabelecido à Rua Bahia, nº 251 Centro, em Poxoréu – MT., Cep 78.800-000, portador da Cédula de Identidade RG xxxxxxxxxxxxSSP/MT e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxx, doravante denominado de CONTRATADO, Objeto: Pinturas das paredes externas, da calçadas e pátio, pinturas das grades e pintura da cozinha.Valor do Contrato R$ 11.600,00 com vigência de 08 de dezembro a 08 maio de 2024. Nota Empenho nº 725/2023. Código Orçamentário. 3.3.90.39.00.00.00.0999,. modalidade de Licitação: Dispensa Licitação nº 24/2023.

## CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT**
**INVENTARIO 2023 ANEXO II**

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA
PALÁCIO ROSA MOREIRA DE QUADROS

**ANEXO II - INSERVÍVEIS PARA ESTA CASA DE LEIS**

**DAS BAIXAS**

| DESCRIÇÃO | CHAPA | ESTADO | VALOR AQUIS. | VALOR ATUAL |
|---|---|---|---|---|
| QUADRO PERSONALIZADO COM 9 (NOVE) FOTOS 43X32 CM | 018 | INSERVIVEL | R$ 235,50 | R$ 235,50 |
| QUADRO PERSONALIZADO COM 9 (NOVE) FOTOS 43X32 CM | 019 | INSERVIVEL | R$ 235,50 | R$ 235,50 |
| BEBEDOURO DE MESA, 110 VOLTS PARA GARRAFÃO DE 20 LITROS | 400 | INSERVIVEL | R$ 219,21 | R$ 219,21 |
| APARELHOS DIVERSOS | 9992 | INSERVIVEL | R$ 1.518,06 | R$ 1.518,06 |
| **TOTAL** | | | | **R$ 2.208,27** |

Pela Comissão

EMERSON COSTA
PRESIDENTE

RITA DE CASSIA RECO SOARES
VICE-PRESIDENTE

ISAC KINKIN ZORÓ
MEMBRO

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA
PALÁCIO ROSA MOREIRA DE QUADROS

**ANEXO III**

**MUDANÇA NÚMERO DO TOMBAMENTO**

**ENVIAR APLIC POIS FOI EVIADO COMO ÚNICA PLACA O VALOR TOTAL DE VÁRIOS ITENS**

**NÃO HAVERÁ MUDANÇA NO VALOR DO PATRIMÔNIO**

| DESCRIÇÃO | CHAPA | ESTADO | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|---|
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 271 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 272 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 273 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 274 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 275 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 276 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 277 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 278 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA PRESIDENTE ROMA GIRTAÓRIA SISTEMA RELAX | 279 | BOM | R$ 839,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 280 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 281 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 282 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 283 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 284 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 285 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 286 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 287 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 288 | BOM | R$ 549,00 |
| CADEIRA EM TELA COM BRAÇO EM FORMATO DE T, EM POLIPROPILENO, BASE EM NYLON E ROD | 290 | BOM | R$ 549,00 |
| VENTILADOR DE COLUNA GRADE PROTETORA 40CM DE DIAMETRO 03 PAS DE PLASTICO | 270 | BOM | R$ 262,90 |
| VENTILADOR DE COLUNA GRADE PROTETORA 40CM DE DIAMETRO 03 PAS DE PLASTICO | 289 | BOM | R$ 262,90 |

| TOTAL DOS BENS MÓVEIS | R$ | 13.566,80 |
|---|---|---|

Pela comissão

EMERSON COSTA
PRESIDENTE

RITA DE CASSIA RECO SOARES
VICE - PRESIDENTE

ISAC KINKIN ZORÓ
MEMBRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: "DISPOE SOBRE O FUNCIONAMENTO DA CÂMARA EM HOME OFFICE.**

O Senhor **Alex Rodrigo Doerzbacher** Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso das suas atribuições Legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Fica decretado que a partir do dia 09 de janeiro de 2024 a Câmara Municipal estará realizando seu atendimento via sistema home office tendo em vista que a mesma, em razão da reforma e ampliação realizadas, ouve a necessidade de se alterar cabeamento de telefone, central e periféricos, bem como também realizar processo licitatório para instalação de internet, ferramenta sem as quais, não se consegue realizar as atividades administrativas necessárias ao funcionamento da mesma.Art. 2º - Para atendimento estará disponível o seguinte contato (065) 98124-7221 servidora Diana Martins Cezário, o horário de atendimento é das 07h:00min ás 13h:00min de segunda a sexta feira, exceto os feriados.**

**Art. 3º** - Este decreto vigorará por 13 dias (Treze dias), e entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 09 de janeiro de 2024.**

***ALEX RODRIGO DOERZBACHER***

Presidente da Câmara

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**EXTRATO DE ADITIVO Nº 001/2024**

**Extrato de Aditivo Nº 001/2024 do Contrato** Nº **005/2023**

**Órgão: Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste**

**Objeto: TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT E A UCMMAT UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.**

**Justificativa: A contratação se justifica para atender as necessidades da Câmara Municipal, conforme especificada no contrato 005/2023.**

**Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.**

**CONTRATADO: UCMMAT-UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ: 33.003.757/0001-98**

**Prazo de Execução: 12 meses**

**Valor: O valor global da contribuição para o exercício de 2023 é de R$ 9.000,00 (NOVE MIL REIAS) parcelas mensais e iguais de R$ oitocentos reais (800,00) a título de contribuição associativa.**

**Pagamento: Mensal no ato do recebimento da nota fiscal**

**Dotação: Código da Ficha 014**

**1 Câmara municipal de Santo Antônio do Leste**

**01 Poder Legislativo**

**01 01 Câmara Municipal de vereadores**

**01 01 01 Câmara Municipal de vereadores**

**01 Legislativa**

**01 031 Ação Legislativa**

**01 031 5001 GESTAO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**01 031 5001 2003 000 Outras despesas de manutenção da Câmara Municipal**

**Ficha 014 3.39.90.41 00 CONTRIBUIÇÕES**

**Santo Antonio do Leste 02 de janeiro 2024**

**LUCIANO NASCIMENTO SILVA**

**Presidente CMSAL**

## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

**CÂMARA MUNICIPAL**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2024**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

EXTRATO DE CONTRATO nº 001/20224

Contrato nº 001/2024 -Data: 08/01/2024- Contratado: UCMMAT – União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso - Valor: R$ 6.000,00 (Seis mil reais), Objeto: Assessoria da Associação (UCMMAT) junto à Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT -. Dot. Orçamentária: 01. 001.2001. 33.90.39.00.00.001- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. Vigência: 31/12/2024.

INEZ CAETANO LOPES –Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS**

A Câmara Municipal de Tangará da Serra – MT torna pública a formalização dos aditivos contratuais abaixo:

ADITIVO: 01/2023 – Prorrogação de vigência e reajuste do valor

CONTRATO: 03/2023

OBJETO: Manutenção do prédio

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT

CONTRATADA: C. A. B. DE ARAUJO

VALOR: R$ 1.557,77 (mil quinhentos e cinqüenta e sete reais e setenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: 12 meses

———————

ADITIVO: 01/2023 – Prorrogação de vigência

CONTRATO: 04/2023

OBJETO: Monitoramento predial

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT

CONTRATADA: INVIOLÁVEL TANGARÁ SERVIÇOS DE MONITORAMENTO LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses

Tangará da Serra-MT, 08 de janeiro de 2024.

**ROMER JAPONÊS**

**Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra**

**PORTARIA 01/2024**

**PORTARIA Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, DO PREGOEIRO, DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO.**

O Senhor **ROMER JAPONÊS**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando o que dispõe a Lei Federal n.º 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Ficam nomeados os servidores **MARCELO FERNANDES ROSA** e **ADRIANO SERBATE** para atuarem como Agentes de Contratação da Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT, nos termos da lei 14.133/2021.

**Parágrafo único:** Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será o servidor **MARCELO FERNANDES ROSA**, designado como Pregoeiro.

**Art. 2º** Ficam nomeados para comporem a equipe de apoio os seguintes servidores:

**I - Roseval Pereira Santos**

**II - Larissa Ariane Grella**

**III – Geane Fabricio Mota**

**Art. 3º** Ficam nomeados para comporem a Comissão Permanente de Contratação os seguintes servidores:

**I- Marcos Antonio Figueiró – Presidente;**

**II- Marciela Di Domenico - Membro**

**III– Larissa Ariane Grella – Membro**

**IV – Geane Fabricio Mota – Membro**

**V - Rosana Candido da Rocha Gallego - Membro**

**Art. 4º** Os servidores aqui nomeados ficarão responsáveis pela condução dos procedimentos licitatórios da Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT, em conformidade com o que dispõe a lei 14.133/2021 e regulamentos, fazendo *jus* ao adicional de responsabilidade previsto no art.172, X, da Lei Complementar 006/94, nos termos da Lei Complementar 125, de 10 de dezembro de 2007, com os reflexos incidentes em férias e 13º salário.

.

**Art. 5º** Para efeito do disposto no artigo 3º da Lei Complementar 125, de 10 de novembro de 2007, fica designada para assessorar os Agentes de Contratação e a Comissão Permanente de Contratação da Câmara Municipal a servidora efetiva Anita Loiola, titular do cargo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal, fazendo *jus* ao adicional estabelecido no inciso III, do artigo 5º da supracitada lei, com os reflexos incidentes em férias e 13º salário.

**Art. 6º** Fica o Departamento de Pessoal do Poder Legislativo, responsável em proceder aos trâmites necessários para o fiel cumprimento da presente portaria.

**Art. 7º** Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria, que entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro.

**ROMER JAPONÊS**

**Presidente**

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**PORTARIA N. 007/2024**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 01º - INCLUIR no assessoramento da Comissão de Assuntos Gerais, o servidor VERÍSSIMO JESUS DA CONCEIÇÃO, Matrícula 5077-1.

Art. 07º - Esta Portaria entra em vigor com efeito, a partir de 03/01/24.

Gabinete da Presidência, 05 de janeiro de 2024.

Ver. Pedro Paulo Tolares

Presidente

Ver. Denival Rodrigues Galibert

1º Secretário

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

**RESOLUÇÃO N.º 065/2023, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DISPÕEM SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 010/2023 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé – CIDESA VALE DO GUAPORÉ, no gozo de suas atribuições legais, em especial que lhe confere a Lei Federal nº 11.107/2005:

**CONSIDERANDO** o cargo de “Assistente Administrativo” disposto na alínea “k” do artigo 16 do Estatuto CIDESA, regulamentado pela Resolução 010/2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade de contratação de servidores aptos ao preenchimento dos cargos que compõe a diretoria executiva, para auxílio na realização das demandas do Consórcio em atendimento dos Município Consorciados;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam alterados os “**ANEXO I**” e “**ANEXO IV**” da RESOLUÇÃO Nº 010 DE 15 DE MARÇO DE 2023, na forma do “**ANEXO I**” e “**ANEXO II” da presente Resolução, que o substitui para todos os efeitos legais.**

**Art. 2º** -- A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2023.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

**Prefeita Presidente**

**CIDESA VALE DO GUAPORÉ**

**ANEXO I – TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS**

| CARGO | QUANTIDADE | VENCIMENTO MENSAL | NÍVEL DE ESCOLARIDADE |
|---|---|---|---|
| **Diretor Executivo** | 1 | R$ 7.944,75 (sete mil novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) | Superior |
| **Agente de Licitação** | 1 | R$ 4.667,70 (quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais e setenta centavos) | Superior |
| **Coordenador de Compras e Controle de Frotas** | 1 | R$ 5.429,09 (cinco mil quatrocentos e vinte e nove reais e nove centavos) | Médio |
| **Coordenador Administrativo** | 1 | R$ 5.429,09 (cinco mil quatrocentos e vinte e nove reais e nove centavos) | Médio |
| **Coordenador da Patrulha Rodoviária** | 1 | R$ 5.429,09 (cinco mil quatrocentos e vinte e nove reais e nove centavos) | Médio |
| **Coordenador Técnico Psicultura** | 1 | R$ 5.429,09 (cinco mil quatrocentos e vinte e nove reais e nove centavos) | Superior |
| **Coordenador da Patrulha Psicultura** | 1 | R$ 5.429,09 (cinco mil quatrocentos e vinte e nove reais e nove centavos) | Médio |
| **Gerência Administrativa** | 1 | R$ 3.707,55 (três mil e setecentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos) | Médio |
| **Gerência de Programas** | 1 | R$ 3.707,55 (três mil e setecentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos) | Médio |
| **Assessor Administrativo e Financeiro** | 1 | R$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais) | Médio |

**ANEXO II**

**Assessor Administrativo e Financeiro**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Coordenação Técnica Psicultura**

**Coordenação de Patrulha Psicultura**

**Coordenação de Compras e Controle de Frotas**

**Coordenação de Patrulha Rodoviária**

**Coordenação Administrativa**

**Gerência de Programas**

**Gerência Aquisições**

**Agente de Licitações Administrativa**

**Gerência Administrativa**

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

**Prefeita Presidente**

**CIDESA VALE DO GUAPORÉ**

**RESOLUÇÃO N.º 061/2023, 01 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**"DESIGNA SERVIDOR (a) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATO Nº 27/2023 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "VALE DO GUAPORÉ" no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

**RESOLVE:**

**Art. 1º – Designar** a servidora (a) **JOÃO RAMALHO CORREIA,** brasileiro, casado, servidor no cargo de Coordenador da patrulha rodoviária, inscrito no CPF 559.409.431-87, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato do CIDESA N° 027/2023.

**Art. 2º -** A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental "VALE DO GUAPORÉ", NOVA LACERDA Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

Prefeita Presidente

CIDESA VALE DO GUAPORÉ

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 14 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 14 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**

Dispõe sobre a **7ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA), e dá outras providências.

**A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA (CISA),** no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto do Consórcio e, **considerando**:

**I -** o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade; **II -** o interesse público e a necessidade da Gestão do Consórcio; **III -** a divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, via do Edital Complementar nº 07, de 13/07/2023; **IV -** a publicação do Edital Complementar nº 07 em 14/07/2023, no Diário Oficial Municipal, Edição 4.276 – ANO XVIII – Páginas 23-28, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/; **V -** o disposto na Resolução nº 42, de 14/07/2023, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023; e **VI -** a publicação da Resolução nº 42/2023 no Diário Oficial Municipal em 17/07/2023, Edição 4.277 – ANO XVIII – Páginas 41-42, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

**RESOLVE**:

**Art. 1º CONVOCAR** para apresentação da documentação e vinculação contratual, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, na forma do **Anexo I**.

**Art. 2º** Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos do CISA - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, na Rua da Saudade, s/nº - Bairro Vila São José, **até o dia 17 de Janeiro de 2024 (17/01/2024)**, no horário oficial de Brasília, das **08:00hs às 11:00hs e das 14h às 17h.**

**§ 1º** Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no Edital de Abertura e Editais Complementares do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, relacionadas no **Anexo II** a este Edital;

**§ 2º** O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, conforme Edital de Abertura.

**Art. 3º** As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, da Resolução nº 42/2023 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 e demais legislação aplicável.

**Art. 4º** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia – MT, 09 de Janeiro de 2024.

**JANAILZA TAVEIRA LEITE**

**Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA)**

**ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 14 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**

**RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS**

| NOME | CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA | LOCAL (LOTAÇÃO) | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|
| IJANI KARAJÁ | TÉCNICO EM ENFERMAGEM/INTÉRPRETE | CISA | 1º |
| TEREZINHA DE JESUS FERREIRA DA SILVA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | CISA | 7º |
| USNEIBIA PEREIRA ABREU PAIVA | RECEPCIONISTA | CISA | 9º |
| DANIEL DO CARMO MOREIRA PINHEIRO | BIOQUÍMICO | CISA | 1º |

**ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 14 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**

**DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO**

**→ Reproduzimos abaixo os itens 12.3, 12.4, 12.5 e 12.6 e seus subitens do Edital de Abertura ←**

**12.3.** Por ocasião da contratação, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado: **12.3.1.** Para TODAS as funções previstas neste Edital, será obrigatório apresentar, no ato da contratação, o **"Passaporte da Vacina",** indicando estar imunizado contra a COVID-19, que pode ser obtido pelos seguintes meios: **12.3.1.1.** *Site* do Ministério da Saúde **https://conectesus.saude.gov.br/home**; **12.3.1.2.** Original e Cópia da Caderneta de Saúde/Vacinação; ou **12.3.1.3.** Declaração/Passaporte da Vacina expedida pela Secretaria Saúde do seu Município. **12.3.2.** A recusa em apresentar o "Passaporte da Vacina" implica na perda da vaga, ressalvados os casos com expressa recomendação médica, documentalmente comprovada. **12.3.3.** Cumprir todas as determinações do presente Edital; **12.3.4.** Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade; **12.3.5.** Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração; **12.3.6.** Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos; **12.3.7.** 02 fotos 3x4 **12.3.8.** Original e Cópia de documento oficial de identificação com fotografia RG; **12.3.9.** Original e Cópia do Cadastro Pessoa Física (CPF); **12.3.10.** Original e Cópia de Título de Eleitor; **12.3.11.** Original e Cópia do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral; **12.3.12.** Original e Cópia do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino); **12.3.13.** Original e Cópia de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento; **12.3.14.** Cartão Nacional de Saúde-CNS (Cartão do SUS) Cópia; **12.3.15.** Original e Cópias do CPF, Identidade, Cartão do SUS e Certidão de Nascimento dos **filhos**, ou no mínimo a Certidão de Nascimento e Cartão do SUS, caso ainda não tenham Identidade e/ou CPF; **12.3.16.** Original e Cópias do RG, CPF, Título de Eleitor, Cartão do SUS e Certidão da Nascimento/Casamento do **cônjuge ou convivente**; **12.3.17.** Original e Cópia do Cartão PIS/PASEP (Avulso ou Anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); **12.3.18.** Original e Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou arquivo impresso da Carteira de Trabalho Digital; **12.3.19.** Original e Cópia de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função; **12.3.20.** Original e Cópia do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função; **12.3.21.** Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando: **12.3.21.1.** Original e Cópia da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e **12.3.21.2.** Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho. **12.3.22.** Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo: **12.3.22.1.** Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou **12.3.22.2.** Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**; **12.3.23.** Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**; **12.3.24.** Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública; **12.3.25.** Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**; **12.3.26.** Para a função de **COZINHEIRO,** deverão ser apresentados, previamente à contratação, os seguintes exames: **12.3.26.1.** Exame de fezes (coprocultura e coproparasitológico), com Avaliação de Resultado **Negativo**; **12.3.26.2.** Exame de sangue (hemograma e VDRL), com Avaliação de Resultado **Não Reagente**; e **12.3.26.3.** Carteira de Saúde emitida pela Vigilância Sanitária ou Atestado médico sobre as condições de saúde com Avaliação de Resultado **Apto; 12.3.27.** Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição; **12.3.28.** Documento que comprove conta corrente, sendo **preferencialmente no Banco do Brasil**. **12.3.29.** Apresentar Certidões Negativas Criminais de 1º e 2º graus das justiças estadual e federal, mantendo essa condição até o término do contrato ou seus eventuais aditivos, sob pena de rescisão antecipada do contrato **12.4.** Entre 90 (noventa) e 180 (cento e oitenta) dias de transcurso do contrato decorrente deste Processo Seletivo Simplificado, o contratado será submetido à **Avaliação de Desempenho Funcional,** de acordo com as normas aplicadas aos servidores efetivos do CISA, podendo utilizar, subsidiariamente, as normas aplicadas aos servidores do Executivo Municipal, sendo que: **12.4.1.** Haverá rescisão contratual antecipada imediata, por iniciativa do CISA, com pagamento das verbas rescisórias proporcionais ao tempo trabalhado, caso o contratado obtenha média inferior a 70% (setenta por cento) na referida avaliação; e **12.4.2.** Todo o contratado estará sujeito à Avaliação de Desempenho Funcional, independentemente de ser ou não seu primeiro vínculo contratual com o CISA. **12.5.** A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei. **12.6.** A jornada de trabalho para as funções objeto deste Processo Seletivo Simplificado será conforme o estabelecido pela Secretaria Executiva do CISA, obedecendo aos dias de trabalho estipulados em calendário específico aprovado.

**RECURSOS HUMANOS**
**RESOLUÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Resolução nº 02/2024

Em 02 de Janeiro de 2024.

São Félix do Araguaia–MT.

Dispõe Sobre o Pedido de Licença para tratar de Interesses Particulares, e dá outras providencias.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia de São Félix do Araguaia-MT, **JANAILZA TAVEIRA LEITE***,* portadora do CPF nº 049.351.084-28 e RG nº 53.204.353-4 SSP/SP, residente e domiciliado no Município de São Felix do Araguaia-MT, no uso de suas atribuições legais.

**Resolve:**

**Art. 1º -** Conceder pelo período de 01 (um) ano, para a Srª. **JANAINA TAVEIRA LEITE**, brasileira, solteira, Funcionária Pública, Enfermeira, CPF: 009.669.204-90, Licença para tratar de assuntos de interesses particulares a partir do **dia 01 de Janeiro de 2024 a 01 de Janeiro de 2025, sem ônus para este órgão,** nos termos do artigo 42, inciso III do Estatuto dos Servidores do CISA.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrárias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

**JANAILZA TAVEIRA LEITE**

PRESIDENTE DO CISA

## CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

**RESULTADO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 008/2023**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO**

**RESULTADO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 008/2023**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento aos interessados, que Pregão Presencial nº. 008/2023, para aquisição do Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para instalação, desinstalação e manutenção de aparelhos de refrigeração (condicionadores de ar, geladeiras, bebedouros, frigobares/freezers, dentre outros) incluindo o fornecimento de peças e acessórios para atender as demandas das secretarias municipais de saúde dos municípios integrantes deste consórcio conforme termo de referência Anexo I.

| **EMPRESA:** BOX SERVICOS DE TERCEIRIZACAO LTDA - **CNPJ:** 27.298.497/0001-22 | | |
|---|---|---|
| **Item** | **Descrição dos lotes** | **Valor Total** |
| 1 | LOTE 01 - MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO | 8.294.000,00 |
| 2 | LOTE 02- MANUTENÇÃO DE REFRIGERADORES, BEBEDOUROS E GELADEIRAS | 1.290.000,00 |
| **TOTAL DO PROPONENTE** | | **9.584.000,00** |

Mirassol D'Oeste - MT, 09 de janeiro de 2024. Danilo dos Santos Bastos - Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

**DECRETO Nº. 30/2023 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023**

DECRETO Nº. 30/2023 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar".

DIEGO EWERTON FIGUEREDO TAQUES, Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Nº. 00943/2022, de 22 de dezembro de 2022;

**D E C R E T A:**

Artigo 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para cobertura das seguintes dotações orçamentárias:

0012 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - PREVI

0001 - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. SOCIAL DE ACORIZAL/MT

0009- PREVIDENCIA SOCIAL

0272- PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO

0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

080011 - RECURSOS VINVULADOS AO RPPS

**2.097 – ENCARGOS COM INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS**

**3.1.90.01.00.00.00 – APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS .....R$ 60.000,00**

**TOTAL.....R$ 60.000,00**

**Artigo 2º**. - A cobertura da despesa de que trata o artigo anterior, se dará por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

0012 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - PREVI

0001 - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. SOCIAL DE ACORIZAL/MT

0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL

0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0155 – GESTÃO DO RPPS

080011 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS

9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

**9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 60.000,00**

**TOTAL.....R$ 60.000,00**

**Artigo 3º.** Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura,retroagindo a 01 de Dezembro de 2.023

**ACORIZAL- MT, 28 DE DEZEMBRO DE 2023.**

DIEGO EWERTON FIGUEREDO TAQUES

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO MUNICIPAL N° 4219, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

***"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI, DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT".***

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica; e

**CONSIDERANDO** que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas especificas do TCE/MT;

**CONSIDERANDO** que as atividades de competência da Controladoria do Sistema de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle dotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidade setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controle;

**CONSIDERANDO** que o Órgão Central de Controle Interno tem a obrigatoriedade de organizar e executar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todas as unidades administrativas da Administração Direta e Indireta do Município.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º-** Este Decreto dispõe sobre a Homologação do Plano Anual de Auditoria Interna- PAAI da Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, para o exercício de 2024.

**Art. 2° -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando efeitos contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 02 DE JANEIRO DE 2024.

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em, 02 de janeiro de 2024.

**SEBASTIÃO ANTONIO LOPES**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

| **PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI 2024** |
|---|
| **Processo:** 001/2024<br>**Data:** 02 de janeiro de 2024<br>**Homologação:** Decreto Municipal nº 4219/2024<br>**Assunto:** Estabelece o Cronograma Anual de Auditoria Interna para o Exercício de 2024.<br>**Unidades Gestoras:**<br>1) Administração Direta do Poder Executivo Municipal;<br>2) Regime Próprio de Previdência Social – AGUAPREVI; e<br>3) Administração Direta do Poder Legislativo Municipal. |

**A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO** do Município de Água Boa-MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 929/07,

**CONSIDERANDO**, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

**CONSIDERANDO**, que as atividades de competência da Controladoria do Sistema de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

**CONSIDERANDO**, que o Órgão Central de Controle Interno tem a obrigatoriedade de organizar e executar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todas as unidades administrativas da Administração Direta e Indireta do Município.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT para o exercício de 2024, que consistirá na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos com referência as devidas normas relativas a atos de gestão baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

**Art. 2º** - Os principais objetivos pretendidos com a execução do Plano Anual Auditoria Interna – PAAI 2024 são os seguintes:

• verificar a aplicação das normas internas;

• verificar e acompanhar o cumprimento das orientações/determinações do TCE/MT;

• apresentar recomendações e sugestões de melhoria após a execução dos trabalhos de auditoria, visando à racionalização dos procedimentos e aprimoramento dos controles existentes e, em não havendo implantá-los.

**Art. 3º** - O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) em 2024 será executado no período de janeiro a dezembro de acordo com programação constante do Anexo Único.

**Parágrafo único -** O cronograma de execução de trabalhos de auditoria não é fixo, podendo ele ser alterado, suprimido em parte ou ampliado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução.

**Art. 4º** - Os resultados das atividades de auditoria serão movidos ao conhecimento dos Chefes do Poder Executivo e dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações, pendências, farão parte do relatório de auditoria.

**Art. 5º** - A Controladoria Interna poderá a qualquer tempo requisitar informações as unidades executoras, independente do cronograma previsto no PAAI 2024.

**Parágrafo único** - A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da Controladoria Interna será comunicada oficialmente ao Prefeito e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

**Art. 6º** - A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO dessa municipalidade será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano Anual de da Auditoria Interna.

Água Boa-MT 02 de janeiro de 2024.

**MAURÍCIO ACADROLI**

Auditor de Controle Interno

**ANEXO I**

| **Sistemas Administrativos** | **Atividades a serem desenvolvidas** | **Poder(es)** | **Período** | |
|---|---|---|---|---|
| | | | **Início** | **Fim** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Verificar semanalmente:**<br>**Protocolo Virtual:**<br>https://servicos.tce.mt.gov.br/protocolo-virtual<br>**E-mail oficial:**<br>controleinterno@aguaboa.mt.gov.br | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT sempre que solicitado e no prazo.** Art. 215 da Constituição de Mato Grosso: "Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal de Contas em suas inspeções ou auditorias, sob qualquer pretexto, caracterizando-se a sonegação como falta grave, passível de cominação de pena. " | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Avaliação da implantação da Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, conforme Nota Técnica n° 02/2021 - TCE/MT, Dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT acerca da adequação das Unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017.**<br>Emitir relatório de auditoria específico, que deverá ser incluído no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), conforme dispõe o art. 4º, da Resolução Normativa nº 19/2018 – TP – Controles Internos Nível de Entidade (Item "D" da Nota Técnica nº 2/2021 do TCE/MT). | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCV – Sistema de Convênios e Consórcios | **Reunião sobre Acompanhamento e Fiscalização de Convênios** - Vide Proc SCI-AB nº 031/2021. | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Acompanhamento do Acórdão TCE/MT nº 117/2020 (Processo nº 13.244-6/2019) –** Levantamento realizado com objetivo de identificar o perfil do sistema de controle interno para fortalecimento do processo de orientação e de fiscalização. Decreto Municipal nº 3597/2021, Vide Proc SCI-AB nº 042/2021. | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SEC – Sistema de Educação | **Acompanhamento do Acórdão TCE/MT – Verificação da Prestação de Serviço de Transporte Escolar.** Solicitar participação da Câmara Municipal e Conselho Municipal de Transporte Escolar. Vide Proc SCI-AB nº 137/2021 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos<br>SFI – Sistema Financeiro<br>SCO – Sistema de Contabilidade | **PROGRAMA APRIMORA (TCE/MT)**<br>**Nível de Entidade**<br>**Ação 12** – Elaborar os Manuais de Rotinas e Procedimentos dos Sistemas Administrativos (ex.: licitações e contratos, sistemas de transportes, etc.), conforme previsto na RC TCE/MT 001/2007<br>**Ação 13** – Implantar os controles internos nas atividades avaliadas no âmbito do Projeto APRIMORA, por força de Resolução Normativa do TCE/MT<br>**Ação 16** - O sistema de controle interno da organização é constantemente monitorado pelos gestores (monitoramento contínuo)<br>**Ação 17** - O sistema de controle interno da organização tem sido avaliado pela Unidade de Controle Interno (Avaliação em separado) | **Executivo** | Mar-24 | 30/07/24 |
| SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos | **Emitir Relatório Técnico e Pareceres sobre Concursos Públicos, Processos Seletivos Simplificados e Processos Seletivos Públicos.**<br>**Prazo:** Até o terceiro dia útil subsequente à ocorrência do fato. | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos<br>SFI – Sistema Financeiro<br>SCO – Sistema de Contabilidade | **PROGRAMA APRIMORA (TCE/MT)**<br>**Gestão Financeira**<br>**Ação 18** - Normativa disciplinando as consignações em folha de pagamento, estabelecendo a forma de credenciamento, a margem consignável permitida e o que pode ou não ser consignado em folha. | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Denúncias e Representações de natureza externa**<br>(Art. 217 e inc. I do Art. 244 da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT)<br>**Prazo:** Imediatamente sempre que houver. | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| STR - Sistema de Transportes<br>SEC – Sistema de Educação<br>SSP – Sistema de Saúde<br>SRH – Sistema de Adm. de RH<br>SFI – Sistema Financeiro<br>SCO – Sistema de Contabilidade<br>SCL - Sistema de Compras, Licit e Contratos | **PROGRAMA APRIMORA (TCE/MT)**<br>**Contratações Públicas**<br>**Gestão Financeira**<br>**Nível Entidade**<br>**Alimentação Escolar**<br>**Logística de Medicamentos**<br>**Frotas**<br>Emissão de Relatórios anuais/semestrais de acompanhamento, envio no APLIC ou Portal de Serviços do TCE/MT.<br>**Prazo:** 30/06/2024<br>**Prazo:** 30/12/2024 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCO – Sistema de Contabilidade | **Análise de todos os processos de diárias de um período por amostragem.** | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCO – Sistema de Contabilidade | **RREO**<br>(Art. 175 da Resolução Normativa nº 14/2007 e Nota Aplic nº 06/2014)<br>1º Bimestre **Prazo:** 30/04/2024<br>2º Bimestre **Prazo:** 30/06/2024<br>3º Bimestre **Prazo:** 31/08/2024<br>4º Bimestre **Prazo:** 31/10/2024<br>5º Bimestre **Prazo:** 31/12/2024<br>6º Bimestre **Prazo:** 15/02/2024 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCO – Sistema de Contabilidade | **RGF**<br>(Art. 54, Inc. I e II da Lei Complementar Federal 101/2000, Art. 166, Inc. III da Resolução Normativa nº 14/2007 e Nota Aplic nº 06/2014)<br>1º Quadrimestre **Prazo:** 30/06/2024<br>2º Quadrimestre **Prazo:** 31/10/2024<br>3º Quadrimestre **Prazo:** 15/02/2024 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCO – Sistema de Contabilidade | **Análise de todos os processos de adiantamentos de um período por amostragem.** | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Acompanhar o cumprimento das Observações e Recomendações emitidas pelo Controle Interno nas Contas anuais anteriores (Gestão e Governo)** e durante o exercício de 2024<br>Informar andamento nos Relatórios de Contas Semestrais. | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Acompanhar o cumprimento das Recomendações aos Gestores emitidas pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso.**<br>Informar andamento nos Relatórios de Contas Semestrais. | **Executivo e Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCV – Sistema de Convênios e Consórcios | **Em cada Semestre escolha de no mínimo um processo de Prestação de Contas de Convênios concedidos para análise.** | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| SCV – Sistema de Convênios e Consórcios | **Em cada Semestre escolha de no mínimo um processo de Prestação de Contas de Convênios concedidos para análise.** | **Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos | **Elaborar Recomendação à Gerencia Adjunta de Processo e Técnica Legislativa para que publique toda a legislação no Portal de Transparência.** | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SPA – Sistema de Controle Patrimonial | **Auditoria no Aeroporto Regional de Água Boa Irineu Carlos Muller.** | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SPA – Sistema de Controle Patrimonial<br>SCO – Sistema de Contabilidade | **Acompanhamento do andamento da Gestão do Patrimônio e Almoxarifado** | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SPP - Sistema de Previdência Própria | **Emissão de Relatórios Técnicos e Pareceres de Processos de Aposentadorias e Pensões.**<br>**Prazo:** Até o último dia do segundo mês subsequente ao da publicação do ato concessório, ou, no caso da pensão, do deferimento do benefício. | **Executivo (RPPS)** | Jan-24 | Dez-24 |
| SPP - Sistema de Previdência Própria | **Encaminhamento do Parecer da Unidade de Controle Interno relativo às Contas Anuais do AGUAPREVI.**<br>(Art. 2º, § 1º, II da Resolução Normativa nº 33/212)<br>**Prazo:** 1º Semestre: 15/08/2024<br>**Prazo:** 2º Semestre: 15/02/2024 | **Executivo (RPPS)** | Jan-24 | Dez-24 |
| SFI – Sistema Financeiro | **Encaminhamento do Parecer da Unidade de Controle Interno relativo às Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo.**<br>(Art. 2º, § 1º, II da Resolução Normativa nº 33/212)<br>**Prazo:** 1º Semestre: 15/08/2024<br>**Prazo:** 2º Semestre: 15/02/2024 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SFI – Sistema Financeiro | **Encaminhamento do Parecer da Unidade de Controle Interno relativo às Contas Anuais do Chefe do Poder Legislativo.**<br>(Art. 2º, § 1º, II da Resolução Normativa nº 33/212)<br>**Prazo:** 1º Semestre: 15/08/2024<br>**Prazo:** 2º Semestre: 15/02/2024 | **Legislativo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SFI – Sistema Financeiro | **Encaminhamento do Parecer da Unidade de Controle Interno relativo às Contas Anuais de Governo do Município.**<br>(Art. 2º, § 2º, II da Resolução Normativa nº 33/212)<br>**Prazo:** 16/04/2024 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCL - Sistema de Compras, Licitações e Contratos | **Análise de Certames Licitatórios**, dentro do possível. Análise de certame imediato se houver denuncia, solicitação ou reclamação à Controladoria Interna. | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SEC - Sistema de Educação | **Vistoria em duas Unidades de Educação**, se necessário ou se houver denuncia ou reclamação. | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SSP - Sistema de Saúde | **Vistoria em duas Unidades de Saúde**, se necessário ou se houver denuncia ou reclamação. | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCO - Sistema de Convênios e Consórcios | **Orientação e análise da Prestação de Contas do Convenio da EXPOVALE** | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SOP - Sistema de Obras Públicas e Projetos | **Emissão de Parecer sobre inconsistências e/ou divergências do GEO-OBRAS** solicitadas pelo TCE-MT e acompanhamento geral conforme a necessidade e conforme possibilidade. | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SFI - Sistema Financeiro | **Auditorias de avaliação de Controles Internos da Organização**, nos termos da Resolução Normativa TCE nº 26/2014 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SRH - Sistema de Administração de Recursos Humanos | **Auditoria por amostragem em um mês na Folha de Pagamento.** | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SCI – Sistema de Controle Interno | **Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI – 2024** | **Executivo** | 01/12/24 | 10/01/24 |
| SPA – Sistema de Controle Patrimonial | **Acompanhamento da Auditoria na concessão pública do Terminal Rodoviário de Água Boa**<br>Vide Proc. SCI-AB nº 41/2021 | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |
| SPO – Sistema de Planejamento | **Acompanhamento da realização dos Orçamentos Públicos e Audiências Públicas** (Alteração do PPA, LDO e LOA) | **Executivo** | Jan-24 | Dez-24 |

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO MUNICIPAL N° 4226, DE 05 DE JANEIRO DE 2024.**

***"Divulga os dias de Feriados Nacional, Estadual, Municipal e Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Água Boa, no ano de 2024".***

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO,** Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 80, VI, da Lei Orgânica do Muncipio;

**D E C R E T A:**

**Art. 1° -** Fica divulgado os dias de Feriados Nacional, Estadual, Municipal e Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal no ano de 2024, sem prejuízo da prestação dos serviços e plantões necessários às atividades de caráter essencial:

I. 1º de janeiro (segunda-feria) Confraternização Universal - Feriado Nacional;

II. 12 de fevereiro (segunda-feira) Carnaval – Ponto Facultativo;

III. 13 de fevereiro (terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo;

IV. 29 de março (sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Nacional;

V. 21 de abril (domingo) Tiradentes - Feriado Nacional;

VI. 1º de maio (quarta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional;

VII. 30 de maio (quinta-feira) *Corpus Christi* - Ponto Facultativo;

VIII. 31 de maio (sexta-feira) - Ponto Facultativo;

IX. 08 de julho (segunda-feira) Aniversário de Água Boa – Feriado Municipal;

X. 07 de setembro (sábado) Independência do Brasil - Feriado Nacional;

XI. 12 de outubro (sábado) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional;

XII. 28 de outubro (segunda-feira) Comemoração Dia do Servidor Público - Ponto Facultativo;

XIII. 02 de novembro (sábado) Dia de Finados - Feriado Nacional;

XIV. 15 de novembro (sexta-feira) Proclamação da República - Feriado Nacional;

XV. 20 de novembro (quarta-feira) Consciência Negra - Feriado Estadual;

XVI. 25 de dezembro (quarta-feira) Natal - Feriado Nacional.

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na da data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 05 DE JANEIRO DE 2024.

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em, 05 de janeiro de 2024.

**SEBASTIÃO ANTONIO LOPES**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

**ADMINSITRAÇÃO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 4229, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

*"CRIA E NOMEIA A COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT."*

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO,** Prefeito do Município de Água Boa-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica,

**D E C R E T A:**

**Art. 1° -** Fica criada a Comissão do Concurso Público Municipal do Município de Água Boa-MT.

**Art. 2° -** A Comissão criada no artigo acima será constituída pelos seguintes membros:

**I – Presidente:**

**FERNANDA GASPARETTO FARIAS**

Matricula: 555.1

Cargo: Secretária Municipal de Finanças

**II – Secretária**

**NUBIA ROSANA REINHER FOSCHIERA**

Matricula: 5154.1

Cargo: Secretária Municipal de Educação

**III – Membro**

**BEATRIZ REGINA STEIN ZANDONA**

Matricula: 13.1

Cargo: Agente Fiscal

Secretaria Municipal de Finanças

**IV – Suplente**

**ALEX SANDRO PILATTI**

Matricula: 7406.1

Cargo: Arquiteto Urbanístico

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

**Parágrafo Único -** Todos os integrantes da Comissão possuem titulação igual ou superior, à exigida em relação aos candidatos.

**Art. 3° -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 4. 210/2023.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 09 DE JANEIRO DE 2024**.**

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**

Prefeito Municipal

**SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa, aos 09 de janeiro de 2024.

**ANA PAULA ALMEIDA NAVES**

Secretária Adjunta de Planejamento

**CONTABILIDADE**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0618521-94 - FINISA**

Termo Aditivo de Contrato de Financiamento - FINISA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0618521-94, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O(A) MUNICIPIO DE ÁGUA BOA - MT, NA FORMA ABAIXO.

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo(a) Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo, Sr. Ubiratan Alves de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 4692D CREA/MT, CPF nº 168.562.361-15, residente e domiciliado à rua Sacramento 171 - Jardim Califórnia – Cuiabá – Mato Grosso CEP 78070-440, doravante designada simplesmente CAIXA.

II – TOMADOR - MUNICIPIO DE ÁGUA BOA - MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.023.898/0001-90, representado pelo Mariano Kolankiewicz Filho, CPF nº. 928.476.760-15, RG nº 2798934-8 SSP/MT, brasileiro, casado, agente político, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado TOMADOR.

CAIXA e TOMADOR, isoladamente, também podem ser designados PARTE e, quando considerados em conjunto PARTES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Terceira - Dos Prazos, item 3.2 Do Prazo para o 1º Desembolso, subitem 3.2.1 do Contrato de Financiamento nº 0618521-94, de 22/05/2023, registrado em títulos e documentos sob nº 11182, Livro B-79, folhas 87/134 no cartório 1º ofício de Água Boa – MT, que passa a vigorar com a seguinte redação:

3.2 DO PRAZO PARA O 1º DESEMBOLSO 3.2.1 O prazo para a efetivação do 1º desembolso é 15/02/2024

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - Obriga-se o TOMADOR a comprovar à CAIXA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do presente instrumento de alteração contratual, a averbação deste ADITIVO à margem dos registros do contrato especificado na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de se tornar sem efeito o presente ADITIVO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em 4 vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

Cuiabá ,23 de Novembro de 2023 Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA - MT AGENTE FINANCEIRO TOMADOR

Nome: Ubiratan Alves de Freitas - CPF: 211.389.820-91

Nome: Mariano Kolankiewicz Filho - CPF: 928.476.760-15

TESTEMUNHAS

Nome: Luiz Alberto Borro Junior - CPF: 885.176.241-49

Nome: Augusto Yokoyama - CPF: 297.327.578-41

**ADMINSITRAÇÃO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 4228, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

***"Nomeia Pregoeiros e Membros da Equipe de Apoio nos processos licitatórios na modalidade pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, e dá outras providências".***

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO,** Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município e;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 3.364, de 31 de outubro de 2019;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º - NOMEAR** como Pregoeiros Oficiais, Pregoeiro Substituto e Membros da Equipe de Apoio, **no período de 03/01/2024 a 31/03/2024,** para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade PREGÃO, referente a Lei 8.666/1993, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT, os servidores abaixo relacionados:

**PREGOEIROS OFICIAIS:**

**-** Alicia Lopes Maciel **CPF:** ***.734.781-**

**-** Roberto Carlos Cardoso **CPF:** ***.540.151-**

**PREGOEIRO SUBSTITUTO:**

**-** Ivania Cezira Volpi **CPF:** ***.198.981-**

**EQUIPE DE APOIO:**

**-** Tânia Maria Riboli Reichert **CPF: ***.767.001-**

**-** Sandra Maria dos Santos **CPF:** ***.544.691-**

**-** Mariluce Luz Borges Oliveira **CPF:** ***.430.191-**

**-** Mirian Martins Bento **CPF: ***.459.581-**

**Art. 2º - DELEGAR** competências aos Pregoeiros para os atos previstos no art. 9º, do Anexo I, do Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

**Art. 3º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal nº 4.178/2022, e as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 08 DE JANEIRO DE 2024**.**

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**

Prefeito Municipal

**SEBASTIÃO ANTONIO LOPES**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 08 de janeiro de 2024.

**ANA PAULA ALMEIDA NAVES**

Secretária Adjunta de Planejamento

**SETOR DE ENGENHARIA**
**EXTRATO CONTRATO N.° 002/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 168/2023

LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº. 006/2023

CONTRATANTE: MUNICIPÍO DE ÁGUA BOA-MT/ CNPJ: 15.023.898/0001-90

CONTRATADA: ELETRICA CONFIANÇA LTDA /CNPJ/MF nº 02.744.470/0001-95

OBJETO: Execução de iluminação do campo de futebol do Bairro Tropical no Município de Água Boa-MT, com recursos do Termo de Convênio nº 1338/2023, Processo SECEL-PRO 20236060.

VALOR CONTRATO: R$ 207.981,93 (duzentos e sete mil, novecentos e oitenta e ym reais e noventa e três centavos)

VIGÊNCIA: 09/01/2024 à 08/05/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93.

Signatários: pela contratante Prefeito Municipal Mariano Kolankiewicz Filho, pela contratada Altair Pechini Nunes de Siqueira.

DATA: 09/01/2024.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO DE APOSTILAMENTO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

**ADMINSITRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 009, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE** GESTOR/SETOR ORÇAMENTISTA **E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO,** Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 165, de 21 de março de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT e dá outras providencias;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 15, da LC nº 165/2022;

**CONSIDERANDO** o Oficio nº 001/2024 Secretaria de Finanças, expedido pela Secretária Municipal de Finanças, Fernanda Gasparetto Farias em 08/01/2024.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º - NOMEAR** a Sr.ª**AMANDA GRAZIELY GONÇALVES SILVA**, para o cargo comissionado de**GESTOR/SETOR ORÇAMENTISTA,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 09 de janeiro de 2024.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 08 DE JANEIRO DE 2024.

**MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO**

Prefeito Municipal

**SEBASTIÃO ANTONIO LOPES**

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 08 de janeiro de 2024.

**ANA PAULA ALMEIDA NAVES**

Secretária Adjunta de Planejamento

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

**GABINETE DO PREFEITO**
**ERRATA- PORTARIA N.° 5, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.**

**ERRATA**

**ONDE SE LÊ:**

**PORTARIA N.° 5, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.**

"Dispõe sobre designação para responder pelo cargo de Secretária de Educação durante o período de férias da titular, e dá outras providências."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV e VI, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO que a Secretária de Educação, solicitou gozo de férias no período de 10/01/2024 a 24/01/2024, e**

**CONSIDERANDO** o Memorando n° 04/2024/SME/VLSA, advindo da Secretaria de Educação.

**RESOLVE:**

**Art.1°. Designar** o (a) servidor (a) público (a) **Ana Paula da Costa Silva Nogueira**, portador (a) sob n° 1754-1, para responder pelo cargo de Secretaria Municipal de Educação, em substituição a titular, durante o período do atestado médico.

**Parágrafo Único -** Determinar à Gerência de Recursos Humanos, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

**Art.2°.** Está portaria produzirá seus efeitos legais a partir de 10 de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO,** Alto Garças-MT, 8 de janeiro de 2024.

**CLAUDINEI SINGOLANO**

Prefeito Municipal

**LEIA-SE:**

**PORTARIA N.° 5, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.**

"Dispõe sobre designação para responder pelo cargo de Secretária de Educação durante o período de férias da titular, e dá outras providências."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV e VI, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO que a Secretária de Educação, solicitou gozo de férias no período de 10/01/2024 a 24/01/2024, e**

**CONSIDERANDO** o Memorando n° 04/2024/SME/VLSA, advindo da Secretaria de Educação.

**RESOLVE:**

**Art.1°. Designar** o (a) servidor (a) público (a) **Ana Paula da Costa Silva Nogueira**, portador (a) sob n° 1754-1, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Educação, em substituição durante o período de férias da titular.

**Parágrafo Único -** Determinar à Gerência de Recursos Humanos, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

**Art.2°.** Está portaria produzirá seus efeitos legais a partir de 10 de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO,** Alto Garças-MT, 8 de janeiro de 2024.

**CLAUDINEI SINGOLANO**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**ERRATA - PORTARIA N° 216, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023.**

**ERRATA**

**ONDE SE LÊ:**

**PORTARIA N° 216, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023.**

“Dispõe sobre nomeação para exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Almoxarifado e Farmácia, e dá outras providências. ”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal n° 873 de 24 de outubrode 2011 e a Lei Municipal n° 874, de 08 de novembro de 2011.

**RESOLVE:**

**Art. 1°.** Nomeia **Rafaela Soares Cardoso**, portador (a) do CPF sob n° 045.XXX.XXX-77, para exercício do cargo de provimento em comissão de **Gerente de Almoxarifado e Farmácia**, lotado (a) na Secretaria de Saúde.

**Parágrafo Único** - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

**Art. 2°.** Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir de 02 de outubro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO,** Alto Garças - MT, 28 de setembro de 2023.

**CLAUDINEI SINGOLANO**

Prefeito Municipal

**LEIA-SE:**

**PORTARIA N° 216, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023.**

“Dispõe sobre nomeação para exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Almoxarifado e Farmácia, e dá outras providências. ”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal n° 873 de 24 de outubrode 2011 e a Lei Municipal n° 874, de 08 de novembro de 2011.

**RESOLVE:**

**Art. 1°.** Nomeia **Rafaela Borges Cardoso**, portador (a) do CPF sob n° 045.XXX.XXX-77, para exercício do cargo de provimento em comissão de **Gerente de Almoxarifado e Farmácia**, lotado (a) na Secretaria de Saúde.

**Parágrafo Único** - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

**Art. 2°.** Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir de 02 de outubro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO,** Alto Garças - MT, 28 de setembro de 2023.

**CLAUDINEI SINGOLANO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

**JURIDICO**
**RETIFICAÇÃO I TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 076/2023**

**I TERMO ADITIVO**

**CONTRATO N.º 076/2023**

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr ( a) **GINO PEREIRA DE SOUZA,** portador (a) do RG nº **1386016-0** SSP/MT e CPF: N°.**001.897.261.64,** residente e domiciliado na RUA PULOQUERIO LEMES, JARDIM PLANALTO em ALTO PARAGUAI **- MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A), RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as clausulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de **31/03/2024** o prazo de vigência do contrato**.**

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo.**

**CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS**

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

**CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **27 de DEZEMBRO de 2023.**

| ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA | GINO PEREIRA DE SOUZA |
|---|---|
| Prefeito Municipal | Contratada (o) |

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

**JURIDICO**
**RETIFICAÇÃO II TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 04/2023**

**II TERMO ADITIVO**

**CONTRATO N.º 04/2023**

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr ( a) **VITAL FRANCISCO DE LIMA , portador (a) do CPF n. 010.908.428-48 e RG n. 13337379 SSP/MT , residente e domiciliado na RUA GETULIO VARGAS, N. 50, BAIRRO BELA VISTA e**m **ALTO PARAGUAI - MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A), RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as clausulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de **31/03/2024** o prazo de vigência do contrato**.**

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo.**

**CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS**

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

**CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **27 de DEZEMBRO de 2023.**

| ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA | VITAL FRANCISCO DE LIMA |
|---|---|
| Prefeito Municipal | Contratada (o) |

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

**JURIDICO**
**RETIFICAÇÃO III TERMO ADITIVO CONTRATO N.º87/2022**

**III TERMO ADITIVO**

**CONTRATO N.º87/2022**

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470,

Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr ( a) **ELTON LUIZ FERREIRA LOPES , portador do RG n. 1570441-6 e CPF n. 002.517.221.20, residente e domiciliado na Rua do Gatão, terreno em construção, centro e**m **ALTO PARAGUAI - MT**, a seguir denominado **CONTRATADA, RESOLVE** celebrar o presente TERMO ADITIVO, segundo as clausulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato ENTABULADO ENTRE AS PARTES, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, não havendo servidor para preenchimento da vaga.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de **31/03/2024** o prazo de vigência do contrato**.**

O presente termo aditivo fica automaticamente RESCINDIDO se no decorrer da sua vigência o Poder Público Municipal **realizar concurso público ou processo seletivo.**

**CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAÚSULAS**

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

**CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, **27 de dezembro de 2023.**

| ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA | ELTON LUIZ FERREIRA LOPES |
|---|---|
| Prefeito Municipal | Contratada (o) |

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

**JURIDICO**
**EDITAL DE CANCELAMENTO DO PROCESSO SELETIVO DE COMPOSIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, N. 006/2023 – SE**

**EDITAL DE CANCELAMENTO DO PROCESSO SELETIVO DE COMPOSIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, N. 006/2023 – SEMED.**

CONSIDERANDO que houve erro material no Edital n. 006/2023 – SEMED;

CONSIDERANDO a não conclusão da nova escola municipal em tempo hábil para o início em oito de fevereiro das aulas, onde será unificado as escolas municipais Pedro Duarte de Miranda Lima e Bela Vista;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico n. 01/2024 emitido pela Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos, orientando pela anulação parcial do Edital n. 006/2023 – SEMED;

CONSIDERANDO que as aulas já estão previstas para iniciar em 08/02/2024 e anulação parcial implicaria em abertura de novo prazo de mais 30 (trinta) dias e isso prejudicaria o inicio das aulas;

CONSIDERANDO que a única unidade escolar que tem o processo regular tem candidatura única;

CONSIDERANDO os termos da Súmula 473 do STF, qual determina que a Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los,por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;

**Art. 1º**. O Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, em Alto Paraguai – MT, e por determinação do Prefeito Municipal , Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, no uso de suas atribuições legais, t**orna público o CANCELAMENTO DO PROCESSO SELETIVO DE COMPOSIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, N. 006/2023 – SEMED, declarando nulos e sem efeitos jurídicos todos os atos oriundos de sua publicação.**

**Art. 2º. –Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, com revogação das disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 09 de janeiro de 2024.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**JURIDICO**
**TERMO DE CANCELAMENTO DO I TERMO ADITIVO REALIZADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI E YAGO SOUZA DOS SANTOS**

**TERMO DE CANCELAMENTO**

**DO I TERMO ADITIVO REALIZADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI E YAGO SOUZA DOS SANTOS**

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, respeitando os princípios gerais de direito, torna público que procedeu o cancelamento do I TERMO ADITIVO CONTRATUAL DE PRAZO realizado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI E **YAGO SOUZA DOS SANTOS**, referente ao contrato n. 072/2023 .

Justifica-se o presente CANCELAMENTO uma vez que **YAGO SOUZA DOS SANTOS** não faz mais parte do quadro de servidores da Prefeitura de Alto Paraguai – MT.E sendo assim, o referido termo aditivo encontra-se cancelado.

Publique-se, para os devidos fins e efeitos legais.

Alto Paraguai - MT, 09 de janeiro de 2023.

_____

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

PREFEITO MUNICIPAL

**JURIDICO**
**TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 002/2023**

**TERMO DE RESCISÃO**

**CONTRATO N.º 002/2023**

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si FAZEM o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr ( a) lado**ELIZABETE SANTIAGO DE SOUZA SANTOS , portador (a) do CPF n. 474.785.001-53 e RG n. 0677571-3 SSP/MT , residente e domiciliado na RODOVIA A, 9/0170704390000, CENTRO e**m **ALTO PARAGUAI - MT**, **RESOLVE** celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO , segundo as clausulas e condições seguintes:

**CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.**

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n°002/2023, a partir da data do dia 29/12/2023.

**CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.**

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 002/2023, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

**CLAUSULA 3ª. DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

**CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT,**09 de janeiro de 2024.**

| ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA | ELIZABETE SANTIAGO DE SOUZA SANTOS |
|---|---|
| Prefeito Municipal | Contratada |

_____

_____

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 030/2024**

**DECRETO Nº 030/2024**

**"**Dispõe sobre a Vacância de Cargo Público em decorrência de **Aposentadoria** do Servidor que menciona".

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio,** no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica declarada a **VACÂNCIA** do cargo efetivo de PROFESSOR COM PEDAGOGIA**,** em decorrência de **Aposentadoria** da servidora SILVIA DE MORAIS FERREIRA CARVALHO,matrícula 002752, devidamente inscrita no CPF/MF- 111.661.798-69, nos termos do artigo 034, inciso V, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município nº 001/2002.

**Artigo** 2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo** 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ALTO TAQUARI, 09 DE JANEIRO DE 2024.

**MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**

**Prefeita Municipal**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**TOMADA DE PREÇOS 011/2023 – RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que o processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023** cujo objeto é a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA EM BLOCOS DA CEI MARIA AUTA MEDEIROS DE OLIVEIRA.**HABILITOU-SE as seguintes empresas: **J. M. CONSTRUÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 11.473.805/0001-79 e **BD ENGENHARIA LTDA**, CNPJ: 44.904.259/0001-32 e ficou INABILITADA a empresa **M. A. FONTES VANO - CONSTRUVANO**, CNPJ: 03.836.007/0002-17. Abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contados desta publicação. Maiores informações poderão ser adquiridas na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo e-mail: licitacao@altotaquaril.mt.gov.br, site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471.

Alto Taquari – MT, 09 de Janeiro de 2024

**Jeferson Matheus Alves Bran**

**Membro da**CPL.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº018/2023**

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que RETIFICA O VALOR HOMOLOGADO NO DIA 11/12/2023, do **PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2023,** cujo objeto trata-se da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CANIL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI-MT, POR PERÍODO DE 12 MESES, que sagrou-se vencedor a empresa: **FRANS HAYD CARVALHO SILVA – CNPJ: 36.016.661/0001-52** , passando o valor mensal de: R$ 30.381,68 (Trinta mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos) e o valor total de R$ 364.580,16 (Trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e dezesseis centavos) **para o valor de: R$ 24.545,00 (Vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais)** mensal, e o valor total de **R$ 294.540,00 (Duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta reais).** Maiores informações poderão ser adquiridaspelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 03 de janeiro de 2024.

**THAÍS REGINA BENDER DE SOUZA**

Pregoeira

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 029/2024**

**DECRETO Nº 029/2024**

**"**Dispõe sobre a Vacância de Cargo Público em decorrência de **Aposentadoria** do Servidor que menciona".

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio,** no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica declarada a **VACÂNCIA** do cargo efetivo de PROFESSOR COM PEDAGOGIA**,** em decorrência de **Aposentadoria** da servidora SILVIA DE MORAIS FERREIRA CARVALHO,matrícula 000101, devidamente inscrita no CPF/MF- 111.661.798-69, nos termos do artigo 034, inciso V, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município nº 001/2002.

**Artigo** 2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo** 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ALTO TAQUARI, 09 DE JANEIRO DE 2024.

**MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**

**Prefeita Municipal**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO 049/2023 - PRORROGAÇÃO DE ABERTURA**

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023 cujo objeto é a: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TIPO MARMITEX E SELF-SERVICE PARA ATENDER FUTURAS E EVENTUAIS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO TAQUARI PELO PERIODO DE 12 MESES. EXCLUSIVO PARA ME E EPP,** FICA PRORROGADO O PRAZO DE ABERTURA DO SUPRACITADO PREGÃO ELETRÔNICO POR QUESTÕES ADMINISTRATIVAS, ficando sua abertura para 23/01/2024 as 8:30h horário de Brasília. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471.

Alto Taquari – MT, 09 de janeiro de 2024

**Thais Regina Bender de Souza**

Pregoeira

---

**TERMO ADITIVO Nº I DO CONVÊNIO N.º 004/2.023**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI/MT E O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.**

**O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 848, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal o Sra. MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, brasileira, residente e domiciliada em Alto Taquari/MT, na Rua Onecídio Manuel de Rezende, n. 52, Centro, portadora da cédula de identidade sob o n.º 117764504 – SSP/SP, CPF nº 049.818.698-94, *denominando de* CONCEDENTE, *e o* CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT*, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.413/0001-22, com sede na com sede na* Rua João Pessoa, nº 1357, Centro A*, nesta cidade de Rondonópolis/MT, fone/fax: (66) 3423-1086, neste ato representado pelo Presidente, Sr.* GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO, brasileiro, solteiro, Prefeito do Município de Alto Araguaia/MT, portador do RG sob o n.º 13712950 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 709.304.491-34, residente e domiciliado em Alto Araguaia/MT*, denominando de* PROPONENTE, resolvem aditar o Termo de Convênio 004/2.023, com fundamento na cláusula quarta, considerando o teor da Lei Municipal n. 1.192/2021, alterada pela Lei Municipal n. 1317/2022, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO DO VALOR**

1. Fica acrescido ao montante total previsto na cláusula segunda do termo de convênio primitivo, o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), os quais serão pagos de acordo com os serviços efetivamente executados pelo PROPONENTE, mediante apresentação de relatório.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES**

**2.** Será objeto de Termo Aditivo alteração de qualquer natureza, julgada necessária pelos signatários do presente Convênio.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO**

**3.** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Termo de Convênio original, no que não conflitar com as cláusulas do presente instrumento de aditamento.

E por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

**Alto Taquari/MT, 18 de Dezembro de 2.021.**

_____

_____

**MARILDA GAROFOLO SPERANDIO GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO**

Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT Presidente do Consórcio Regional de

Saúde Sul de Mato Grosso

CORESS/MT

**Testemunhas:** **Nome:**

_____

CPF:

_____

**Nome:**

_____

CPF:

_____

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 057/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar a Servidora Pública Municipal Srta. **ELISSANDRA DA SILVA TEIXEIRA,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.843-**,do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Artigo 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 058/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar a Servidora Pública Municipal Srta. **JOSINETE MARQUES DO NASCIMENTO,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.591-**,do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Artigo 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 059/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Contratar por prazo determinado a Srta. **CATIANE CONRAD,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.681-**, no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais** - Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - Contrato de Prestação de Serviços nº. 039/2024, no período de 09 de Janeiro de 2024 à 31 de Dezembro de 2024.

**Art. 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO**
**IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)**

**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003MUNICÍPIO - APIACAS - MT**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004, de 09 de Janeiro de 2024.**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável peloITR,nostermosdoartigo23,§1º,incisoII,doDecretonº70.235/72,comredaçãodadapelasLeisnº11.941/2009enº11.196/2005,etendo em vista o disposto na Lei nº11.250/2005, INTIMA [s] sujeito[s ]passivo[s] abaixo relacionado[s],a comparecer [em], em dia útil, no horário normal de atendimento, às e de da administração tributária deste município para tomar ciência da [s] Notificação [ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áfeita a intimação no15º[ décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Notificação de Lançamento (ITR)** |
| BERNARDO JABES | 554.XXX.439-XX | 9773 /00226/2023 |
| CARLOS BEITUM | 328.XXX.019-XX | 9773 /00228/2023 |
| CARLOS BEITUM | 328.XXX.019-XX | 9773 /00229/2023 |

| **Titular do Órgão da Administração Tributação Municipal responsável pelo ITR** |
|---|
| Nome: JACKSON BIESDORF Matrícula: 00001916<br>Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS/ 13 Assinatura: |

Data de afixação:

09/01/2024

Data de desafixação:

24/01/2024

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT NESTA**

**RENÚNCIA POSSE**

Eu, **KHAUARA BARBOSA DA SILVA**, inscrita no CPF sob o nº ***.***.241-**, declaro para os devidos fins que, de livre e espontânea vontade, requeiro minha renúncia da Posse no cargo de Agente Administrativo – Processo Seletivo Simplificado 002/2023, o qual fui aprovada, convocada no dia 29/12/2023 conforme Edital de Convocação 002/2023, por motivos particulares.

Apiacás-MT, 09 de Janeiro de 2024.

**Khauara Barbosa da Silva**

**CPF nº.** ***.***.241-**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. **038/2024**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **SUZANA BUFFON DE LIMA**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

VALOR MENSAL: **R$ 1.412,00 (Um mil e quatrocentos e doze reais)**

VIGÊNCIA – **09/01/2024 à 31/12/2024.**

CONTRATO Nº. **039/2024**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **CATIANE CONRAD**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

VALOR MENSAL: **R$ 1.412,00 (Um mil e quatrocentos e doze reais)**

VIGÊNCIA – **09/01/2024 à 31/12/2024.**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº. 014/2024.**

**SÚMULA: Baixa de lançamento de Dívida Ativa por Prescrição.**

**JULIO CESAR DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** que os contribuintes abaixo relacionados, solicitaram o cancelamento e baixa das referidas Dívida Ativa, pelo instituto da PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme art. 174, da Lei 5.162/66 (CTN);

**CONSIDERANDO** que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

**D E C R E T A**

**Art. 1° -** O Departamento de Tributos fica autorizado a baixar o valor de R$990,91 (Novecentos e Noventa Reais e Noventa e Um Centavos), **referente aos tributos lançados em Dívida Ativa para o seguinte contribuinte:**

| CONTRIBUÍNTE | REFERENTE | VALOR |
|---|---|---|
| MARIA FRANCISCA FERNANDES DE SOUSA | 2009 | 171,46 |
| NAPOLEANA DA SILVA BARROS | 2018 | 126,45 |
| IVONE HOISSA TEIXEIRA | 2018 | 693,00 |
| TOTAL | | 990,91 |

**Art. 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

**Art. 3°** - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 09 de janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 053/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Contratar por prazo determinado a Srta. **SUZANA BUFFON DE LIMA,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.801-**, no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais** - Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - Contrato de Prestação de Serviços nº. 038/2024, no período de 09 de Janeiro de 2024 à 31 de Dezembro de 2024.

**Art. 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 054/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar o Servidor Público Municipal Sr. **DIEMERSON CAMPOS DE SOUSA,** inscrito no CPF sob o nº ***.***.621-**,do cargo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Artigo 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

---

**PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO**
**NOTIFICAÇÃO – 01/2024 - SETOR DE ENGENHARIA**

Á

MEGA SILOS LTDA

CNPJ n.º 17.XXX.XXX/0002-XX

Prezados Senhores;

O Departamento de Engenharia vem por meio deste, NOTIFICAR a Empresa MEGA SILOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 17.XXX.XXX/0002-XX, estabelecida na cidade de Nova Mutum, estado de Mato Grosso, Av. Curitiba, 3556 W, Cidade Nova, Detentora do CONTRATO N° 084/2023, que tem como objeto a execução MURO DE ALAMBRADO POSTOS DE SAÚDE DE FAMÍLIA, NOS PSF 1, PSF 2, PSF 3.

Após a conclusão da obra do PSF I, notamos que o portão de correr enfrenta desafios ao ser aberto, apresentando emperramentos durante sua movimentação. Há suspeitas de que o trilho no qual o portão desliza possa estar desalinhado, com um lado mais alto que o outro, e observamos que o trilho guia da parte superior parece estar torto. Diante dessas questões, solicitamos uma verificação para identificar e corrigir esses problemas, visando garantir o pleno funcionamento e a fluidez adequada do portão.

Na execução da obra do PSF III, identificamos que o portão dos fundos sofreu uma ruptura no ponto onde foi soldado, ocorrendo pouco tempo após a conclusão da obra. Esta situação está causando dificuldades na utilização do portão. Diante desse quadro, solicitamos uma avaliação minuciosa da qualidade da solda e requeremos as providências necessárias para o reparo imediato, bem como o reforço adequado, a fim de assegurar não apenas a durabilidade e segurança do portão, mas também restaurar a plena funcionalidade para facilitar sua utilização.

Diante dessas constatações, solicitamos que tomem as providências necessárias em um prazo de 10 dias para REFAZER E CORRIGIR AS IRREGULARIDADES APONTADAS, garantindo que a obra seja executada conforme o projeto e as planilhas previamente aprovadas. Salientamos a importância de observar a segurança, a qualidade e o acabamento. É fundamental ressaltar que qualquer alteração na execução deverá ser comunicada e submetida à aprovação do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Apiacás.

Apiacás-MT, 09 de Janeiro de 2024.

_____

Jean Garattini Vizzotto

Fiscal do Contrato

Eng. Civil CREA MT 035714

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 055/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar a Servidora Pública Municipal Srta. **ELIANE DOS SANTOS ARAUJO,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.521-**,do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Artigo 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 060/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

**RESOLVE**

**Artigo 1º** - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **012/2023** da Srta. **MARIA ISABEL RAMOS,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.341-**,do cargo de **Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado a Srta. **MARIA ISABEL RAMOS, residente e domiciliada em Apiacás – MT, inscrita no CPF sob o nº** ***.***.341-**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

**Clausula Única:** Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 012/2023, do cargo de **Serviços Gerais**, firmado em 17/01/2023 entre as partes, com efeitos na data de 09/01/2024.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**MARIA ISABEL RAMOS**

-CONTRATADA-

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 015/2024.**

**ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA UPFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE APIACÁS PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JULIO CESAR DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais.

**D E C R E T A:**

**Art. 1° - O Valor da UPFM – Unidade Fiscal do Município de Apiacás é fixado na importância de R$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos), em razão da correção monetária considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) acumulado nos últimos 12 meses, nos termos do artigo 357, inciso I, da Lei Complementar nº 143/2017 (Código Tributário Municipal)**.

**Art. 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2024.

**Art. 3°** - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás/MT, 09 de janeiro de 2024.

JULIO CESAR DOS SANTOS

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 056/2024.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar a Servidora Pública Municipal Srta. **ELIELMA MATIAS CASTRO,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.651-**,do cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Artigo 2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

-PREFEITO MUNICIPAL-

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 30/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO:**KARITTA CHRISTYNNE CARVALHO CORTES**

CARGO: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

N° CTR: 30/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.904,78**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 25/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO:**JEANE LEMOS DE OLIVEIRA AQUINO**

CARGO: **ENFERMEIRA**

N° CTR: 25/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.913,46**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 01/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **ADEJAR NARDES MACEDO**

CARGO: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

N° CTR: 01/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.521,88**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 03/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **ALIANE LOPES DOS SANTOS**

CARGO: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

N° CTR: 03/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.904,78**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 27/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **JOSE RODRIGUES DE CARVALHO JUNIOR ALVES**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 27/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 06/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **ALTAIR AQUINO CORREA**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 06/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 08/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **ATILA TAIZA ASSIS FREITAS DUARTE**

CARGO: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

N° CTR: 08/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.904,78**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 09/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **CAIO LUCAS GOMES LOPES**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 09/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 10/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **CAMILA FERREIRA VAZ PERES**

CARGO: **ENFERMEIRA**

N° CTR: 10/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$2.913,46**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 11/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **CLEITON PEREIRA GUERRA**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 11/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 15/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **ERIKA RIBEIRO DOS SANTOS**

CARGO: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

N° CTR: 15/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.521,88**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 16/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **FABRICIO ALVES NEVES**

CARGO: **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**

N° CTR: 16/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.904,78**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 02/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **ADEMOVALDO BARBOSA DA SILVA**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 02/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 26/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **JOSE DE JESUS INACIO FERREIRA**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 26/2024

DATA EMISSÃO: 30/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 64/2023**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **WENDER MARQUES OLIVEIRA**

CARGO: **AGENTE COMBATE A ENDEMIAS**

N° CTR: 64/2023

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.904,78**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 63/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **WELTHON JOHNATHAN MARQUES PRIMO**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 63/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 61/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **WASHINGTON LUIZ FERREIRA**

CARGO: **ENFERMEIRA**

N° CTR: 61/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.913,46**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 59/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **WANDA APARECIDA SALUSTIANO DA SILVA**

CARGO: **NUTRICIONISTA**

N° CTR: 59/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.138,33**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 57/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **WALISON JUNIOR MARQUES**

CARGO: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

N° CTR: 57/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.904,78**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 56/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **VALDIRON CATARINO LIMA**

CARGO: **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

N° CTR: 56/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.904,78**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 55/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **VALDEIR OLIMPO DA SILVA**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 55/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.744,32**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 54/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **THAMARA LUCIA DANTAS MARQUES**

CARGO: **ENFERMEIRA**

N° CTR: 54/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.913,46**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 53/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **THALYTA HELOISA SOUZA AQUINO**

CARGO: **ENFERMEIRA**

N° CTR: 53/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 4.373,47**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 52/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **STEPHANY TEIXEIRA DE SOUSA**

CARGO: **FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA**

N° CTR: 52/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.377,39**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 48/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **RONAILTON APARECIDO GOMES DE SOUSA**

CARGO: **MOTORISTA I**

N° CTR: 48/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.626,42**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 46/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **REGINA DA SILVA NEVES LINO**

CARGO: **ENFERMEIRO (A)**

N° CTR: 46/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.913,46**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 45/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **NORMA CRISTIAN DUTRA LIMA**

CARGO: **ENFERMEIRA**

N° CTR: 45/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.913,46**

---

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 44/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **NIXON CARLOS DE CARVALHO**

CARGO: **VIGILANTE**

N° CTR: 44/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.377,39**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 43/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **NINICIA NEILA CELESTETINA FERREIRA**

CARGO: **ENFERMEIRA**

N° CTR: 43/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.913,46**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 42/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **NELAY JANIFER LOPES CORREA**

CARGO: **FARMACEUTICO (A)**

N° CTR: 42/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 4.373,47**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 41/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **MARIA EDUARDA OLIVEIRA ROSA**

CARGO**: ODONTOLOGO (A)**

N° CTR: 41/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$4.373,47**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 38/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **LYNDON JOHNSON MARQUES PRIMO**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 38/2023

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.744,32**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA Nº 209/2023 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023**

**PORTARIA Nº 209/2023**

**De 10 de novembro de 2023**

"Designa o retorno ao trabalho o servidor **DURCELINA GOMES PINHEIRO** conforme licença para interesse particular concedido."

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Retornar de Licença para Interesse Particular, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora **DURCELINA GOMES PINHEIRO** portadora da CI RG nº 1868586-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 030.153.851-43, matricula 1251.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 10 de novembro de 2023.

**Getúlio Dutra Vieira Neto**

**Prefeito Municipal**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 36/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **LEOSMAR PEREIRA DO ROSARIO**

CARGO: **AGENTE DE COMBATE ENDEMIAS**

N° CTR: 36/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.904,78**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 34/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **LAURA ROSA LIMA PINHEIRO**

CARGO: **TECNICO EM ENFERMAGEM**

N° CTR: 34/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.521,88**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 32/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **LARISSA LOPES SANTOS SALUSTIANO**

CARGO: **FARMACEUTICO (A)**

N° CTR: 32/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 4.373,47**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 19/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO:**GUSTAVO EDUARDO RIBEIRO**

CARGO: **MOTORISTA II**

N° CTR: 19/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$1.744,32**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 24/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **JAQUELINE MENDES MOREIRA DAMARES**

CARGO: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

N° CTR: 24/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.521,88**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 24/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **JAQUELINE MENDES MOREIRA DAMARES**

CARGO: **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

N° CTR: 24/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.521,88**

**DEPERTAMENTO PESSOAL**
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 31/2024**

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: **LAIS MATEUS DE ARAUJO**

CARGO: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

N° CTR: 31/2024

DATA EMISSÃO: 31/12/2023

DATA VENCIMENTO: 31/12/2024

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.904,78**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

**EXTRATO DO IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2023**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATADO: **CLAUDINEI RODRIGUES DUTRA 45999643104**

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 2 (DOIS) MESES, A CONTAR DE 28/10/2023 ATÉ 31/12/2023, CUJO OBJETO DO CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DO GABINETE DO PREFEITO DE ARAGUAINHA – MT.

VIGÊNCIA: 28/10/2023 A 31/12/2023

DATA DE ASSINATURA: 24/10/2023

**EXTRATO DO V TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2023**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATADO: **CLAUDINEI RODRIGUES DUTRA 45999643104**

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL POR MAIS 10 (DEZ) MESES, A CONTAR DE 02/01/2024 ATÉ 31/10/2024, CUJO OBJETO DO CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DO GABINETE DO PREFEITO DE ARAGUAINHA – MT.

VIGÊNCIA: 02/01/2024 A 31/10/2024

DATA DE ASSINATURA: 27/12/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**AVISO DE RESULTADO DO LEILÃO 002/2023**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT**

**AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 105/E- ESQUINA COM A RUA CASTELO BRANCO, VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.**

**CNPJ 24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105**

***AVISO DE RESULTADO DO* LEILÃO 002/2023**

**OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVIVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.**

A **Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Presidente Costa e Silva, Nº 105/E, Bairro Vila Nova, Arenápolis-MT – CEP: 78.420-000, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, através de sua leiloeira, torna público para a todos os interessados, que do julgamento do **Leilão 002/2023**, realizado às 08:00 horas do dia 07/12/2023, para os **bens móveis** teve como vencedores os arrematantes: o Sr. **DORIVAL GARCIA,** no **ITEM 01**: **MOTONIVELADORA 120K - 2013/2013,** no valor de **R$ 212.000,00** (duzentos e doze mil reais), o Sr. **DINIVALDO MACHADO,** no **ITEM 02- MAQUINA DE USINA DE ASFALTO,** no valor de **R$ 50.000,00** (cinqüenta mil reais), o Sr. **RENATO TRINDADE RODRIGUES,** no **ITEM 03-TRATOR 1985/1985,** no valor de **R$ 26.000,00** (vinte e seis mil reais), o Sr. **WESLEY JUNIOR GONTIJO,** no **ITEM 04- SULCADOR DE TERRA**, no valor de **R$ 1.200,00** (mil e duzentos reais), o Sr. **ENILTON ANTONIO TAVARES,** no **ITEM 06- TANQUE DE AGUA 5.000 LITROS**, no valor de **R$ 7. 500,00** (sete mil e quinhentos reais), o Sr. **LUIS CARLOS CANSI,** no **ITEM**

**07- V.W SAVEIRO 2012/2023,** no valor de **R$ 21.500,00** (vinte e um mil e quinhentos reais), o Sr. **DINIVALDO MACHADO,** no **ITEM 08- MICRO-ONIBUS 2013/2013,** no valor de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais), o Sr. **DINIVALDO MACHADO,** no **ITEM 09- LOTE DE BENS INSERVIVES,** no valor de **R$ 1.500,00** (mil e quinhentos reais) e o Sr. **LUIS CARLOS AMARO,** no **ITEM 10- TENDA 5X5,** no valor de **R$ 2.000,00** (dois mil reais).

Arenápolis-MT, 28 de Dezembro de 2023.

**EDERSON FIGUEIREDO**

**Prefeito Municipal**

---

**DECRETO MUNICIPAL N° 002/2024**

**DECRETO MUNICIPAL N° 002/2024**

EMENTA: DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, REGIDO PELO EDITAL N° 001/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Exmo. Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito do Município de Arenápolis - MT, no uso de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público, a Lei orgânica Municipal, e a Lei Municipal nº 1637/20222.

**CONSIDERANDO** que o Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital n° 001/2022, para preenchimento de cargos de Operador de Máquinas, Gari, Braçal, Pedreiro, Motorista, Cozinheira, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigia, Coveiro, Operador de Retroescavadeira, Recepcionista, Auxiliar de Consultório Dental, Monitor Escolar, Técnico em Enfermagem, Agente Administrativo, Professor Pedagogia, Enfermeiro, Professor Educação Física, Assistente Social, Psicólogo a fim de atender as necessidades do Município de Arenápolis;

**CONSIDERANDO** que o Edital n° 001/2021, prevê no item 1.5, que o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração, estando em consonância com o disposto no art. 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** finalmente, o interesse da Administração Pública Municipal em prorrogar por mais 01 (um) ano o prazo de validade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 001/2022.

**D E C R E T A**

**Art. 1º** Fica PRORROGADO por mais 01 (um) ano, contados a partir da data da homologação, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital n° 001/2022, para preenchimento dos cargos de Operador de Máquinas, Gari, Braçal, Pedreiro, Motorista, Cozinheira, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigia, Coveiro, Operador de Retroescavadeira, Recepcionista, Auxiliar de Consultório Dental, Monitor Escolar, Técnico em Enfermagem, Agente Administrativo, Professor Pedagogia, Enfermeiro, Professor Educação Física, Assistente Social, Psicólogo a fim de atender as necessidades do Município de Arenápolis.

**Parágrafo único.** Será mantida na base de dados, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, a estrita ordem de classificação obtida pelos candidatos.

**Art. 2º -** Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis-MT, aos 09 dias do mês de janeiro do ano 2024.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site www.arenapolis.mt.gov.br.

**WEIMAR PEREIRA DA SILVA**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

---

**P O R T A R I A Nº. 001 ATÉ 005/2024**

**P O R T A R I A Nº. 001/2024**

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, em conformidade com que estabelece o Art. 8 da Lei nº 14.133/2021,

**RESOLVE**

**Art. 1º** Designar a partir do dia 09 de Janeiro de 2024, a Sra. **LUCIANA DE SOUZA BARRETO**, portadora do RG nº 0.775.346-2 SSP/MT e CPF nº 481.xxx.xxx-04, residente e domiciliada na Rua Presidente Costa e Silva, nº 197-S, Bairro Vila Nova, CEP. 78.420-000, na cidade de Arenápolis/MT, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração do Município de Arenápolis/MT.

**Art. 2º -** Fica designados para comporem a equipe de apoio do Agente de Contratação os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

| | |
|---|---|
| **ANA PAULA SILVA DE MELO** | CPF: 013.xxx.xxx-23 |
| **PEDRO CESAR PEREIRA FRANÇA** | CPF: 631.xxx.xxx-68 |
| **FRANCIELE BARBOSA ARAUJO** | CPF: 023.xxx.xxx-27 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 09 dia do mês de Janeiro de 2024.

**EDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**P O R T A R I A Nº. 002/2024**

**O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. EDERSON FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:**

**RESOLVE:**

**Art. 1° - De acordo com a Lei 14.133/2021, NOMEIA a PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO da Prefeitura Municipal de Arenápolis-MT, para o Exercício de 2024, os seguintes:**

**Pregoeira: REGINA LUCIA DE SOUZA**

**CPF: 774.XXX.XXX-15**

**RG: 0693.XXX-8 SJ-MT**

**Equipe de Apoio:**

**Membro: THIAGO VICTOR NOGUEIRA DE OLIVEIRA**

**Membro: DANIELLE CAMPOS COSTA COELHO**

**Membro: ROSANGELA RODRIGUES DE ALMEIDA DA SILVA**

**Suplente 1: JOELMA GOMES DE SOUZA**

**Suplente 2: CLEBER DOMINGOS GOMES DE SOUZA VAZ**

**Art. 2º - Os membros da Equipe de Apoio de que trata essa Resolução, não serão remunerados pelo exercício da função, sendo os serviços considerados como relevantes para o interesse público.**

**Art. 3°- Compete a Pregoeira e Equipe de Apoio as atividades relacionadas na Portaria que institui o Pregão como modalidade de licitação, que deverá instruir, processar e julgar as licitações em quaisquer de suas modalidades, cumprindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da imparcialidade e da probidade administrativa, bem como todas as normas prescritas na Lei:**

**14.133/2021 e alterações posteriores, observando a supremacia do interesse público.**

**Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.**

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

**Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 09º dias do mês de Janeiro de 2024.**

**EDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**P O R T A R I A Nº. 003/2024**

**O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. EDERSON FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:**

**C O N C E D E**

***Férias Regulamentares,* as Agentes Comunitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde:**

| | |
|---|---|
| **ELIANE MACHADO DE SOUZA** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **MARCIA CRISTINA DOS REIS MIRANDA** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **ROSINEIDE RIBEIRO DA SILVA** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **MARINA GOLVEIA BATISTA** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **DANIELI APARECIDA RODRIGUES ALVES** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **NILZETE COSTA DE OLIVEIRA** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **TEREZINHA APARECIDA DA SILVA MENDES** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **ERICA CANACHIRO MORAIS DE OLIVEIRA** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **MARIA CECILIA PINHEIRO MARQUES** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **RAYANE PAMELA DE ALMEIDA GOMES** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **YARA GOMES DE SOUZA** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **GISELE MEIRA DA TRINDADE** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **ELIANA GONCALVES DE MOURA** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **MARCILENE BATISTA GOMES DE PAULA** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **ELIANE MARIA MIGUEL** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FERREIRA** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **CENILDE CARLOS DO NASCIMENTO** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **EDNA SOLANGE DA SILVA** | **2023/2024 – 30 dias** |
| **POLIANA DE SOUZA BARBOSA DA SILVA** | **2022/2023 – 30 dias** |
| **LUCELIA FELIPE MOREIRA GONCALVES** | **2023/2024 – 30 dias** |

**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

**Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 09° dia do mês de Janeiro de 2024.**

**EDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**P O R T A R I A Nº. 004/2024**

**O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. EDERSON FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:**

**C O N C E D E**

***Férias Regulamentares e remuneradas, aos* servidores da Secretaria Municipal de Administração, de Infraestrutura e Transporte e Saúde.**

| | |
|---|---|
| **Thiago Victor Nogueira de Oliveira** | **Período 2021/2022 (20) dias regulamentares. Sendo (10) dias remunerados.** |
| **Ana Paula Silva de Melo** | **Período 2021/2022 (20) dias regulamentares. Sendo (10) dias remunerados.** |
| **Fernando Quadros Brandão** | **Período 2021/2022 (30) dias regulamentares.** |
| **Hudson José Louzada Vieira** | **Período 2020/2021 (30) dias regulamentares.** |
| **Darlan da Silva Soares** | **Período 2022/2023 (20) dias regulamentares.** |
| **Andre Gustavo Pereira França** | **Período 2020/2021 (30) dias regulamentares.** |
| **Maria das Dores Bianchi** | **Período 2022/2023 (30) dias regulamentares.** |
| **Maria Aparecida Gomes Moreira** | **Período 2022/2023 (30) dias regulamentares.** |
| **Assis José de Moura** | **Período 2022/2023 (30) dias regulamentares.** |
| **Daiane Nascimento dos Santos** | **Período 2022/2023 (30) dias regulamentares.** |
| **Iramaia Rosana M. P. Marques** | **Período 2022/2023 (20) dias regulamentares.** |
| **Maria Benedita Borges** | **Período 2023/2024 (30) dias regulamentares.** |

**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

**Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 09° dia do mês de Janeiro de 2024.**

**EDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**P O R T A R I A Nº. 005/2024**

**O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. EDERSON FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:**

**C O N C E D E**

***Licença Prêmio Remunerada, aos* servidores efetivos:**

| | |
|---|---|
| **Josiel Rodrigues dos Santos** | **2019/2020** |
| **Jenifer Roberta Garcia Parpinelli** | **2017/2022** |
| **Regina Lucia de Souza** | **2014/2019 (60 dias)** |

**Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

**Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 09° dia do mês de Janeiro de 2024.**

**EDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2024

**LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2024**

**EMENTA: "*Dispõe sobre autorização para alterar dispositivo da Lei Complementar Municipal n° 787/2.002, qual "Dispõe sobre alteração do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Prefeitura Municipal de Arenápolis – MTe dá outras providências".***

O Exmo. Sr.**ÉDERSON FIGUEIREDO,** Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município de Arenápolis - MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º.Fica alterada as tabelas constantes no Anexo III, da Lei Complementar Municipal nº 787, de 27 de fevereiro do ano de 2.002, passa a vigorar com a seguinte redação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT**

**ATUALIZAÇÃO DA TABELA SALARIAL**

**NÍVEL ELEMENTAR**

| FUNÇÃO | CLASSE NÍVEL | A | B | C | D | E |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Aux. DeServ. Gerais,Guarda, Vigia,Merendeira, Zelador,Copeira, Gari,Jardineiro, Cozinheira, Braçal | I | 1.400,00 | 1.553,86 | 1.724,63 | 1.914,17 | 2.124,53 |
| | II | 1.421,00 | 1.577,17 | 1.750,50 | 1.942,88 | 2.156,40 |
| | III | 1.442,32 | 1.600,83 | 1.776,76 | 1.972,03 | 2.188,74 |
| | IV | 1.463,95 | 1.624,84 | 1.803,41 | 2.001,61 | 2.221,58 |
| | V | 1.485,91 | 1.649,21 | 1.830,46 | 2.031,63 | 2.254,90 |
| | VI | 1.508,20 | 1.673,95 | 1.857,92 | 2.062,10 | 2.288,72 |
| | VII | 1.530,82 | 1.699,06 | 1.885,79 | 2.093,04 | 2.323,05 |

**NÍVEL AUXILIAR I**

| FUNÇÃO | CLASSE NÍVEL | A | B | C | D | E |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Motorista, Aux.deMecânico, ChefedoSetor Urbano,Pedreiro, Op. deMáquinas Agricolas, Coveiro | I | 1.621,87 | 1.800,12 | 1.997,95 | 2.217,52 | 2.461,23 |
| | II | 1.646,20 | 1.827,12 | 2.027,92 | 2.250,78 | 2.498,15 |
| | III | 1.670,89 | 1.854,53 | 2.058,34 | 2.284,54 | 2.535,62 |
| | IV | 1.695,95 | 1.882,35 | 2.089,21 | 2.318,81 | 2.573,65 |
| | V | 1.721,39 | 1.910,58 | 2.120,55 | 2.353,59 | 2.612,26 |
| | VI | 1.747,21 | 1.939,24 | 2.152,36 | 2.388,90 | 2.651,44 |
| | VII | 1.773,42 | 1.968,33 | 2.184,64 | 2.424,73 | 2.691,22 |

**NÍVEL AUXILIAR II**

| FUNÇÃO | CLASSE NÍVEL | A | B | C | D | E |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Mecânico, Op. MotoNiveladora, Op. Maquina Esteira, Op.Retro Escavadeira,Op. Pá Carregadeira;Operador deEsccavadeiraHidraulica | I | 1.843,08 | 2.045,51 | 2.270,25 | 2.563,76 | 2.796,37 |
| | II | 1.870,73 | 2.076,19 | 2.304,30 | 2.602,22 | 2.838,32 |
| | III | 1.898,79 | 2.107,34 | 2.338,87 | 2.641,25 | 2.880,89 |
| | IV | 1.927,27 | 2.138,95 | 2.373,95 | 2.680,87 | 2.924,10 |
| | V | 1.956,18 | 2.171,03 | 2.409,56 | 2.721,08 | 2.967,97 |
| | VI | 1.985,52 | 2.203,60 | 2.445,70 | 2.761,90 | 3.012,48 |
| | VII | 2.015,30 | 2.236,65 | 2.482,39 | 2.803,33 | 3.057,67 |

**NÍVEL MÉDIO I**

| FUNÇÃO | CLASSE NÍVEL | A | B | C | D | E |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Aux. Administrativo,Aux. de Cons. (ACD),Ag.Vig.Sanitária,Ag. Saúde, Instr. deCursosnaàreaSocial, Recepcionista,Ag. de ApoioOcupacional,Monitor | I | 1.400,00 | 1.553,86 | 1.724,63 | 1.914,17 | 2.124,53 |
| | II | 1.421,00 | 1.577,17 | 1.750,50 | 1.942,88 | 2.156,40 |
| | III | 1.442,32 | 1.600,83 | 1.776,76 | 1.972,03 | 2.188,74 |
| | IV | 1.463,95 | 1.624,84 | 1.803,41 | 2.001,61 | 2.221,58 |
| | V | 1.485,91 | 1.649,21 | 1.830,46 | 2.031,63 | 2.254,90 |
| | VI | 1.508,20 | 1.673,95 | 1.857,92 | 2.062,10 | 2.288,72 |
| | VII | 1.530,82 | 1.699,06 | 1.885,79 | 2.093,04 | 2.323,05 |

**NÍVEL MÉDIO II**

| FUNÇÃO | CLASSE NÍVEL | A | B | C | D | E |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ag.Admnistrativo,Aux.Enfermagem, FiscalTributos Arrecadação,Apontador,Téc. Agricola,Téc. Laboratório, Téc. RaioX, Téc. Sanitário, Téc.HigieneBental,Mestrede Obras, Topógrafo,Téc.Eletricidade,Téc. Informática, Téc.Enfermagem | I | 1.843,08 | 2.045,51 | 2.270,25 | 2.563,76 | 2.796,37 |
| | II | 1.870,73 | 2.076,19 | 2.304,30 | 2.602,22 | 2.838,32 |
| | III | 1.898,79 | 2.107,34 | 2.338,87 | 2.641,25 | 2.880,89 |
| | IV | 1.927,27 | 2.138,95 | 2.373,95 | 2.680,87 | 2.924,10 |
| | V | 1.956,18 | 2.171,03 | 2.409,56 | 2.721,08 | 2.967,97 |
| | VI | 1.985,52 | 2.203,60 | 2.445,70 | 2.761,90 | 3.012,48 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | VII | 2.015,30 | 2.236,65 | 2.482,39 | 2.803,33 | 3.057,67 |
| **NÍVEL SUPERIOR** | | | | | | |
| **FUNÇÃO** | **CLASSE NÍVEL** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** |
| Assist.Social40hs, Bioquímico 40hs,Enfermeiro 40hs,Fisioterapeuta40hs,Médico 20hs,Odontólogo 40hs,Psicólogo 40hs,Contador40hs,Controlador Interno,Eng. Civil; ProcuradorJuridico40hs;Auditor Fiscal Tributario40hs | I | 7.372,28 | 8.182,11 | 9.080,85 | 10.078,31 | 11.185,42 |
| | II | 7.482,86 | 8.304,84 | 9.217,06 | 10.229,48 | 11.353,20 |
| | III | 7.595,11 | 8.429,41 | 9.355,32 | 10.382,93 | 11.523,50 |
| | IV | 7.709,03 | 8.555,86 | 9.495,65 | 10.538,67 | 11.696,35 |
| | V | 7.824,67 | 8.684,19 | 9.638,08 | 10.696,75 | 11.871,80 |
| | VI | 7.942,04 | 8.814,46 | 9.782,65 | 10.857,20 | 12.049,87 |
| | VII | 8.061,17 | 8.946,67 | 9.929,39 | 11.020,06 | 12.230,62 |

**Art. 2º.** Fica autorizado ao Executivo a tomar todas às medidas orçamentárias e legais, para o fiel cumprimento da presente Lei Complementar.

**Art. 3º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT, AOS 09 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2.024.

_____

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

**EXTRATO DE ADITAMENTO DOS CONTRATOS N° 086/2023 E 089/2023**

***EXTRATO DO ADITAMENTO DE CONTRATO: N°. 086/2023**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT**

**CONTRATADO (A): ISABELA THAYS SOUZA DI DOMENICO PINHEIRO**

**OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO ODONTOLOGISTA, NA SECRETARIA SAÚDE.**

**PERIODO DE VIGENCIA: 03/01/2024 ATÉ 03/07/2024.**

**VALOR MENSAL: R$: 7.372,28(SETE MIL TREZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.**

**DATA DA ASSINATURA: 02/01/2024.**

***EXTRATO DO ADITAMENTO DE CONTRATO: N°. 089/2023**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT**

**CONTRATADO (A): NAYELEM FERNANDA LOPES SANTOS SILVA**

**OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, NA SECRETARIA SAÚDE.**

**PERIODO DE VIGENCIA: 03/01/2024 ATÉ 03/07/2024.**

**VALOR MENSAL: R$: 1.320,00 (HUM MIL TREZENTOS E VINTE REAIS).**

**DATA DA ASSINATURA: 02/01/2024.**

**AVISO DE LICITACAO DESERTA- TOMADA DE PREÇOS 006/2023**

AVISO DE LICITACAO DESERTA

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 006/2023

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Presidente e Comissão Permanente de Licitação, torna público que a licitação realizada no dia 29/12/2023, às 9:00hs (nove) horas, na modalidade Tomada de Preços nº 006/2023, com o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS URBANA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO PROJETO BASICO E PLANILHAS NO ANEXO I DO EDITAL**, foi considerada DESERTA, em razão do não comparecimento de empresas interessadas.

Arenápolis - MT, em 29 de Dezembro de 2023

ANA PAULA SILVA DE MELO

Presidente CPL

**DECRETO MUNICIPAL N° 001/2024**

**DECRETO MUNICIPAL N° 001/2024**

EMENTA: DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, COM FULCRO DECRETO Nº 11.864, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Exmo. Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito do Município de Arenápolis - MT, no uso de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público, a Lei orgânica Municipal, e o Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023.

**D E C R E T A**

**Art. 1º**A partir de 1º de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Arenápolis será de R$ 1.412,00 (um mil, quatrocentos e doze reais).

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário, a R$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

**Art. 2º** Fica garantido aos servidores efetivos municipais cuja remuneração total percebida esteja inferior ao mínimo nacional (R$ 1.420,00), o pagamento de parcela diferida consistente na exata quantia necessária à inteiração do piso salarial mínimo nacional.

**Parágrafo Único** – Fica consignado que havendo a concessão de RGA, reajuste salarial ou qualquer ato jurídico que culmine no aumento dos vencimentos dos servidores beneficiários deste Decreto que faça com que a remuneração total por ele percebida alcance ou supere o salário mínimo nacional, o servidor deixará automaticamente de fazer jus à diferença concedida pelo caput do art. 2º deste decreto.

**Art. 3º**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2024.

**Art. 4º**Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis-MT, aos 09dias do mês de janeiro do ano 2024.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

_____

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

### SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
### TERMO DE RESCISÃO 26/2023 AO CONTRATO Nº. 026/2021

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: UNITRANS TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA – ME; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA 2ª. ETAPA DO TERMINAL RODOVIÁRIO NO MUNÍCIPIO DE ARIPUANÃ/MT, CONFORME CONVÊNIO Nº. 873030/2018/MTUR/CAIXA E CONTRATO DE REPASSE Nº. 1.059. 714-02/2018, EM ATENDIMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS; TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020*;* RESCISÃO A PARTIR DE 18/12/2023.

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº 16.829/2024

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerido no Protocolo nº 000545/2024 e Atestado Médico;

**RESOLVE:**

**CONCEDER,** licença por **03 (três) dias por motivo de doença em pessoas da família**, para a Servidora Sra. **MARINETE SOUZA RAMOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 977.151 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°. 632.153.901-59, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 02/01/2024

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de janeiro de 2. 024.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO Nº 5.023/2024.

**SÚMULA:**

**"DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DE CALENDÁRIO COM LOCAIS E DATAS PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO EXERCÍCIO DE 2024".**

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso XI c/c 308-A da Lei Orgânica Municipal e com base nos dispostos nas Leis 4320/64, na Lei 100/200, que respectivamente estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, e normas de finanças públicas, bem como na Seção II, que trata "Dos Orçamentos" da Constituição Federal;

**DECRETA**:

**ARTIGO 1º** Fica estabelecido o calendário de audiências públicas de obrigatoriedade no âmbito municipal para o exercício de 2024, com a finalidade de cumprir a Legislação citada no preâmbulo:

Parágrafo primeiro - das audiências das metas fiscais quadrimestrais:

I. 21 de fevereiro de 2024, às 19:00h no Plenário Leoclides Demicheli – Câmara Municipal de Aripuanã - Audiência para apresentação e avaliação das metas do 3º quadrimestre de 2023;

II. 22 de maio de 2024, às 19:00h no Plenário Leoclides Demicheli – Câmara Municipal de Aripuanã - Audiência para apresentação e avaliação das metas do 1º quadrimestre de 2024;

III. 25 de setembro de 2024, às 19:00h no Plenário Leoclides Demicheli – Câmara Municipal de Aripuanã - Audiência para apresentação e avaliação das metas do 2º quadrimestre de 2024.

Parágrafo segundo - das audiências destinadas às peças de planejamento:

I. 21 de agosto de 2024, às 19:00h no Plenário Leoclides Demicheli – Câmara Municipal de Aripuanã - Audiência para apresentar, debater e prestar esclarecimentos, sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - para o exercício de 2025;

II. 11 de setembro de 2024, às 19:00h no Plenário Leoclides Demicheli – Câmara Municipal de Aripuanã - Audiência para apresentar e discutir, sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA - para o exercício de 2025.

**ARTIGO 2º** Por meio deste ato, fica estabelecido ao Poder Legislativo, como figura obrigatória no processo, o devido agendamento junto à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento do Órgão, sem prejuízo de ciência personalíssima aos membros.

**ARTIGO 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

**SELUIR PEIXER REGHIN**

*Prefeita Municipal*

Registre-se e publique-se

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº 16.832/2024

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** III *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no Memorando nº 003/2024/SECID;

*RESOLVE:*

**NOMEAR,** a pedido da Secretaria, o Sr. **ELIAS KREFTA**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 3108704-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 513.396.849-34, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento SuperiorCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Assessor de Projetos Habitacionais Urbano e Rural – ASH-**

**PUR, Nível DAS 03**,*lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade*, a partir do dia 08/01/2024.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de janeiro de 2. 024.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**DECLARAÇÃO**

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/ 2000, declaramos que as despesas decorrentes da Portaria nº **16. 832/20234** de nomeação referente ao mês 01/2024, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2024.

Aripuanã-MT, aos 08 dias do mês de janeiro de 2024.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.830/2024**

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerido no Protocolo nº 000548/2024 e Atestado Médico;

**RESOLVE:**

**CONCEDER,** licença por **30 (trinta) dias por motivo de doença em pessoas da família**, para a Servidora **LUCIENE MORAIS PAULO CORADINI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0795669-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 667.218.901-78, ocupante do Cargo de Carreira de **AUDITOR PÚBLICO INTERNO, e Controladora do Sistema de Controle Interno-CSCI,** lotada *no Gabinete da Prefeita,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/ 99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 04/01/2024

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de janeiro de 2. 024.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**ERRATA**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º** 56/2023

**OBJETO:** *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE LETREIRO - LETRAS EM AÇO INOXIDÁVEL E PVC PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.*

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 14.702/2022**,** torna público aos interessados que **o mesmo teve exclusão da cláusula**

8.5.1. *Alvará de Vigilância Sanitária para o exercício vigente, expedido pela Prefeitura Municipal da Sede do Licitante.*

Informo ainda que a Data do certame permanecera 18/01/2024 às 08:00 horas.

Aripuanã-MT, 09 de janeiro de 2024.

**SIDNEI PEREIRA DE SOUZA JUNIOR**

Supervisor de Licitações

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.831/2024**

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** III *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido Memorando nº 003/2024/SECID e Deferido da Gestora;

*RESOLVE:*

**EXONERAR,** a pedido do Secretário, o Servidor **ELIAS KREFTA**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 3108704-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 513.396.849-34, doCargo em Comissão de Direção e Assessoramento SuperiorCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superiorde **Supervisão de Desenvolvimento da Cidade SUCID,** Nível **DAS 06,** *lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade*, a partir do dia 08/01/2024, tonando sem efeitos a Portaria nº **15.342/2023**.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de janeiro de 2. 024.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

**PORTARIA Nº 006/2024**

**SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração da Conselheira Tutelar e estabelece outras providências**.

**Margareth Gonçalves da Silva**, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 476/2015, no Art. 02, inciso § 3º e inciso I da Lei Orgânica do Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Exonerar a Srª. JUCELENE JOANA DA SILVA MOURA**, portadora da Carteira de Identidade nº RG. 13941666 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 006.945.051.02, da Função de Conselheira Tutelar.

**Art. 2º** -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 09 de Janeiro de 2024.

**MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 004/2024**

**SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração do Conselheiro Tutelar e estabelece outras providências**.

**Margareth Gonçalves da Silva**, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 476/2015, no Art. 02, inciso § 3º e inciso I da Lei Orgânica do Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Exonerar o Srº. JONATHA JOAB NUNES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº RG. 15934071SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 022.008.461.00, da Função de Conselheiro Tutelar.

**Art. 2º** -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 09 de Janeiro de 2024.

**MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 005/2024**

**SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração do Conselheiro Tutelar e estabelece outras providências**.

**Margareth Gonçalves da Silva**, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 476/2015, no Art. 02, inciso § 3º e inciso I da Lei Orgânica do Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Exonerar o Srº. ADELSO DA SILVA TAQUES**, portador da Carteira de Identidade nº RG. 9971572 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 823.622.031.15, da Função de Conselheiro Tutelar.

**Art. 2º** -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 09 de Janeiro de 2024.

**MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 007/2024**

**SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração da Conselheira Tutelar e estabelece outras providências**.

**Margareth Gonçalves da Silva**, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 476/2015, no Art. 02, inciso § 3º e inciso I da Lei Orgânica do Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Exonerar a Srª. PAMELA BATISTA DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade nº RG. 16974166 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 400.630.608.33, da Função de Conselheira Tutelar.

**Art. 2º** -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 09 de Janeiro de 2024.

**MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO N° 002/2024**

DECRETO N° 002/2024

"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2024, e dá outras providências.

MARIA AZENILDA PEREIRA, Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no § 3º do artigo 39 da Constituição Federal;

D/E/C/R/E/T/A

Art. 1° - A partir de 1o de janeiro de 2024, o valor do salário-mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Barra do Bugres, será de R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

Parágrafo único - Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário a R$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2° - A partir de 1º de janeiro de 2024, os benefícios correspondentes a aposentadoria e pensão por morte (valor global) pagos pelo BARRA PREVI, não terão valor inferior a R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

Art. 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitando o disposto nos artigos 1º e 2º, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 03 de janeiro de 2024.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 001/2024**

**DECRETO Nº 001/2024**

Reajusta a Unidade Padrão Fiscal.

**MARIA AZENILDA PEREIRA**, Prefeita municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de atualização da Unidade Padrão Fiscal do Município.

**Considerando** o disposto no artigo 323 da Lei Municipal nº. 1.400/2002, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica reajustado em **3,15% (IPC- FIPE), (três inteiros e quinze por cento) a UPF - Unidade Padrão Fiscal** do Município de Barra de Bugres, passando a vigorar em **R$ 154,62 (Cento e cinquenta quatro reais e sessenta e dois centavos)** para o exercício financeiro de 2024.

**Art. 2º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 03 de janeiro de 2024.

**MARIA AZENILDA PEREIRA**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

**DECRETO N.º 001 DE 09 DE JANEIRO DE 2.024.**

***"Dispõe sobre a fixação do calendário dos feriados e pontos facultativos a serem observados no município de Bom Jesus do Araguaia para o ano de 2.024 e dá outras providências."***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, senhor MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 109 inciso V;

**DECRETA:**

**Art. 1º Ficam decretados os dias de Ponto Facultativos e Feriados para o ano de 2024, para cumprimento nas repartições públicas municipais, conforme calendário abaixo:**

I - 12 de fevereiro (segunda-feira) – Carnaval – ponto facultativo;

II - 13 de fevereiro (terça-feira) – Carnaval – ponto facultativo;

III - 29 de março (sexta-feira) – Paixão de Cristo – feriado nacional;

IV - 19 de abril (sexta-feira) – Dia do Índio – feriado municipal;

V - 21 de abril (domingo) – Tiradentes – feriado nacional;

VI - 1º de maio (quarta-feira) – Dia Mundial do Trabalho – feriado nacional;

VII - 30 de maio (quinta-feira) – Corpus Christi – ponto facultativo;

VIII - 06 de agosto (terça-feira) – Dia do Senhor Bom Jesus – feriado municipal;

IX - 26 de agosto (segunda-feira) – Dia do Evangelho – feriado municipal;

X - 7 de setembro (sábado) – Independência do Brasil – feriado nacional;

XI - 29 de setembro (domingo) – Aniversário de Emancipação Política Municipal – feriado municipal;

XII - 12 de outubro (sábado) – Dia de Nossa Senhora Aparecida – feriado nacional;

XIII - 28 de outubro (segunda-feira) – Comemoração Dia do Servidor Público – ponto facultativo;

XIV - 02 de novembro (sábado) – Finados – feriado nacional;

XV - 15 de novembro (sexta-feira) – Proclamação da República – feriado nacional;

XVI - 20 de novembro (quarta-feira) – Consciência Negra – feriado estadual;

XVII - 25 de dezembro (quarta-feira) – Natal – feriado nacional.

**Art. 2º** À critério da Administração Municipal poderá haver a decretação de pontos facultativos não previstos no presente Decreto.

**Art. 3º** Aos dirigentes dos órgãos, cabe observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência nos dias facultados e nos feriados.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

**Registre-se,**

**Publique-se e**

**Cumpra-se.**

Bom Jesus do Araguaia-MT, 09 de janeiro de 2.024.

**MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 048 DE 05 DE JANEIRO DE 2024

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 263, de 03 de janeiro de 2024.**

**DECRETA**:

**Art. 1º** Exonerar a servidora **VALDILENE SILVA ORTEGA**, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EM. Profa. Isabel Campos, com efeitos desde o dia 03 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

### EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 061/2023-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

**Extrato do 4° Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato Administrativo n. º 061/2023-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: KMA ENGENHARIA LTDA

**Objeto:** Aditar o **VALOR** e os **PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n. ° 061/2023-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a empresa **KMA ENGENHARIA LTDA**. **Valor** para mais **R$ 161.926,61** (cento e sessenta e um mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavo), correspondente à 34% do valor original contratado, aumentando o valor contratual de **R$ 467.087,54** para **R$ 629.014,15**. E **prazos**, para mais **60 (sessenta)** dias.

Cáceres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Cristiano Neves da Silva Ramos

Secretário Mun. De Esporte e Lazer

### EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 195/2022-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

**Extrato do 2° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n. º 195/2022-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI

**Objeto:** Aditar os **PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO** ao Contrato Administrativo n. ° 195/2022 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa **CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI,** para mais **120 (cento e vinte)** dias.

Cáceres – MT, 09 janeiro de 2024.

Vitor Miguel de Oliveira

Secretário Mun. de Saúde

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 049 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 532, de 05 de janeiro de 2024;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Nomear o senhor **ANTÔNIO SIDNEY MIRANDA SILVA,** para o cargo em Comissão de Direção da EM Vila Real, da Secretaria de Educa-

çãodo Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 15 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 051 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 45.217, de 05 de dezembro de 2023;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Exonerar a servidora **ROSANGELA ORTIZ DE SOUZA**, do cargo de Coordenação Pedagógica da EMEI Pequeno Sábio, da Secretaria de Educação, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 30 de dezembro de 2023.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 159 de 27 de fevereiro de 2023.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

**AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 99/2023 MENOR PREÇO GLOBAL.**

**Interessada:** Prefeitura Municipal de Cáceres

**Objeto:** Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO e FORNECIMENTO de vale-alimentação, por meio de cartão magnético e/ou cartão eletrônico, com tecnologia de chip e respectivas recargas de créditos mensais aos servidores efetivos e ativos da administração direta e indireta do município de Cáceres/MT.

A licitação é o procedimento que se tem por objetivo garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública na aquisição de bens ou contratação de serviços. A regulamentação das licitações se encontra na Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. O artigo 109, alínea c, da referida legislação prevê o cabimento da anulação ou revogação da licitação quando for o caso. Da mesma forma, o inciso IX do artigo 38 da norma mencionada também traz a previsão da anulação ou revogação da licitação por meio de despacho fundamentado. **Por interesse da Administração Pública, fica revogado o presente certame.**

**Observação:** A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210-906, ou baixadas no portal https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 09 de janeiro de 2024.

**IGOR DE SOUZA OLIVEIRA**

**PREGOEIRO OFICIAL**

**Portaria nº 415/2023**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES ERRATA Nº 001/2024- DECRETO Nº 952 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, torna pública e oficializa a presente “ERRATA” retificando o Decreto nº 952 de 28 de dezembro de 2023; e:

**ONDE SE LÊ:**

**Art.1º** Exonerar a servidora SUZANA APARECIDA GERVAZONI VIANA, do cargo em Comissão de Gerência do Saica (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

**LEIA - SE:**

**Art.1º** Exonerar a servidora SUZANA APARECIDA GERVAZONI VIANA, do cargo em Comissão de Gerência de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FABÍOLA CAMPOS LUCAS**

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº.044 DE 05 DE JANEIRO DE 2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 466, de 05 de janeiro de 2024;

**DECRETA:**

**Art.1º** Nomear a servidora **SUELI NATALINA JARA**, para o cargo em comissão Gerência de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde o dia 1º de janeiro de 2024.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FABÍOLA CAMPOS LUCAS**

**Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº. 050 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando sob nº 627 de 1º de janeiro de 2024;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar o servidor **EDINALDO CORDEIRO DA SILVA**, do cargo em Comissão de Gerência do Centro Referencial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos desde de 29 de dezembro de 2023.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 622 de 19 de agosto de 2022.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**

**Secretário Municipal de Saúde**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**DECRETO Nº 045 DE 05 DE JANEIRO DE 2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 47.249, de 20 de dezembro de 2023;

**RESOLVE:**

**Art.1º** Conceder a senhora **CLAUDIANE RAMALHO GONÇALVES**, cargo prof. lic. pedag. c/doc (30hs/aula) lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime Previdenciário/INSS, pelo período de 14 de dezembro de 2023 a 10 de junho de 2024.

.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**DECRETO Nº 047 DE 05 DE JANEIRO DE 2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 529, de 05 de janeiro de 2024;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Nomear a senhora **LILIANE DE OLIVEIRA DO ESPIRÍTO SANTO,** para o cargo em Comissão de Direção da EM Duque de Caxias, da Secretaria de Educaçãodo Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 15 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**DECRETO Nº 046 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 522, de 05 de janeiro de 2024;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Exonerar o professor **MAURO ALVES DA SILVA**, do cargo de Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Buriti, da Secretaria de Educação, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 05 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

**CONTRATO Nº 125/2023 – SMS**

**CONTRATO Nº 125/2023 – SMS**

**POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2022**

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo (a) Secretário (a) Municipal de Saúde, **VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **LASIANE MENDONÇA AGUIAR,** Brasileiro (a), Residencial e Domiciliado (a) na Avenida Dom Máximo, S/Nº, QD.29 LT.14, em Cáceres, portador (a) do RG nº 01875035400 DETRAN/MT e CPF nº 858.729.891-72, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005 e suas alterações posteriores. Considerando o Edital nº 004/2022 - Processo Seletivo Simplificado, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **LASIANE MENDONÇA AGUIAR** no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na UBS Rodeio da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

**PARAGRAFO ÚNICO –** O contratado poderá ser remanejado da unidade a qualquer momento, conforme solicitação, para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

**DO PRAZO**

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **08 de Janeiro de 2024 e término em 07 de Janeiro de 2025.**

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A Contratação poderá ser prorrogada por interesse da Administração Pública, desde que obedecido o prazo máximo conferido pela LEI Nº 1.931, DE 15 DE ABRIL DE 2005, e suas alterações posteriores.

**DO SALÁRIO**

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 5.944,75 (cinco mil novecentos e quarenta e quatro e setenta e cinco centavos) mensais.

**DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO**

Cláusula 4ª - Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

Cláusula 5ª - Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

Cláusula 6ª - Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 7ª - Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

**DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

Cláusula 8ª – O (a). Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 9ª – O Município descontará do vencimento do (a). Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 10ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 15 (quinze) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 11ª – O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 12ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 13ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 14ª – O pessoal contratado submeter-se-á ao regime jurídico estatutário, de acordo com o estabelecido no Art. 13 da Lei Municipal nº. 1. 931/2005.

Cláusula 15ª - O profissional contratado, na forma estabelecida pelo Edital que prestou, será avaliado o seu desempenho pela sua chefia imediata, após 60 (sessenta) dias do início de suas atividades.

Cláusula 16ª – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei Municipal nº 1.931/2005.

Cláusula 17ª – Ao término da vigência do presente contrato, tem-se por rescindido a relação entre as partes, formalizando o fim do vínculo jurídico da contratação. Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 18ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

| Órgão/Unidade | Funcional programática | Natureza de Despesa | Fonte de Recursos |
|---|---|---|---|
| 055009 | 10.301.1002.2023 | 3.1.90.04 | 1.0.2 |

Cláusula 19ª – Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 04 de Janeiro de 2024.

_____

**LASIANE MENDONÇA AGUIAR**

Contratado (a)

_____

**VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**

Contratante

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**DECRETO Nº 041 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 288, de 04 de janeiro de 2024;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Nomear o senhor **ARCI REZENDE PEREIRA DA ROSA,** para o cargo em Comissão de Diretor da Escola Municipal Doutor José Rodrigues Fontes da Secretaria de Educaçãodo Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 15 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de janeiro de 2024.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

**AVISO DE RESULTADO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2023**

O Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Municipal de Administração, mediante a comissão de licitação, designada pela Portaria nº 415/2023/GP/SA de 16/06/2023, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o resultado da licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para Execução da Obra de Reforma do Estádio Municipal Luiz Geraldo da Silva - Geraldão, localizado na Avenida São Luiz, s/n, Bairro Santa Cruz, com área total de 26.140,30 m², no município de Cáceres, de acordo com Projeto executivo de arquitetura e complementares, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência; adotando o regime de execução de empreitada por preço global, e seguindo os dispositivos da Lei 8666/1993.

Estimativa total do Valor**Total*:*** Os recursos para execução da Obra de Reforma do Estádio Municipal Luiz Geraldo da Silva - Geraldão, localizado na Avenida São Luiz, s/n, Bairro Santa Cruz, com área total de 26.140,30 m², no município de Cáceres; são oriundos do Convenio 1535/2021, firmado entre a Prefeitura de Cáceres-MT e o Governo do Estado de Mato Grosso através da SINFRA/MT; sendo **R$ 986.144,31** (Recursos do Convenio) e

**R$ 83.668,68** (Recurso da contrapartida do Convenio), totalizando **R$ 1. 069.812,99**.

Realização: 05 de janeiro de 2024 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

RESULTADO: Após retificação da planilha e parecer favorável do setor de engenharia sobre a proposta de preços, a Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa G M CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 47.433.557/0001-80, com a proposta no valor de R$ 936.363.65 (novecentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos), *vencedora da licitação. Fica, então, aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis*.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ainda através do portal http://www.caceres.mt.gov.br ou pelo email: licitacao@caceres.mt.gov.br As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 09 de janeiro de 2024.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão de Licitação

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**
**CONTRATO Nº 017/2024 – SMASC POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n. º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania **Sr.ª FABÍOLA CAMPOS LUCAS,** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a**) KAREN KARINE SILVA FERREIRA,** brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado (a) Avenida José Pinto de Arruda, S/N, Bairro: Vitória Régia, no Município de Cáceres-MT, Portador (a) do RG nº 2553799-7 SSP/MT e CPF n.º 048.266.581-50, daqui por diante denominado Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação da Srª. **KAREN KARINE SILVA FERREIRA** no cargo de Psicóloga, classificação 00009 do Processo Seletivo Simplificado Unificado-Edital nº 004/2022, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no setor Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Cáceres/MT, em substituição a servidora **ELIZETE VENSON DO NASCIMENTO MARCONI**, cargo Psicóloga em que foi concedido vacância através da Portaria 182 de 30 de março de 2023, pelo período de 03 (três) anos a partir de 03 de abril de 2023 a 02 de abril de 2026, Admissão de pessoal em regime de substituição de acordo com o estabelecido no Art. 2, inciso 5 da Lei Municipal nº. 1. 931/2005.

**DO PRAZO**

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em 15 de janeiro de 2024 e término 14 de janeiro de 2025

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A Contratação poderá ser prorrogada por interesse da Administração Pública, desde que obedecido o prazo máximo conferido pela LEI Nº 1.931, DE 15 DE ABRIL DE 2005, e suas alterações posteriores.

**DO SALÁRIO**

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 5.944,75 (Cinco Mil e novecentos e quarenta e quatro reais setenta e cinco centavos) mensais.

**DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

Cláusula 4ª – O (a). Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

**PARAGRAFO ÚNICO** – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 30 (trinta) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a). Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – O pessoal contratado submeter-se-á ao regime jurídico estatutário, de acordo com o estabelecido no Art. 13 da Lei Municipal nº. 1. 931/2005.

Clausula 11ª – Fica o (a) contratado (a) submetido à realização do Exame Admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando o (a) contratado (a) não comparecer para a realização do exame.

Cláusula 12ª – O (a) Contratado (a) terá que Requerer expressamente a solicitação de desligamento da Unidade de lotação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Cláusula 13ª - Fica o (a) contratado (a) obrigado (a) a realizar o exame Demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

Cláusula 14ª – O (a) Contratado (a) terá como obrigatoriedade á cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres.

Cláusula 15ª - Fica o (a) contratado (a) obrigado (a) a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

**DA RESCISÃO**:

Cláusula 16ª – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei Municipal nº 1.931/2005.

Cláusula 17ª – Ao término da vigência do presente contrato, tem-se por rescindido a relação entre as partes, formalizando o fim do vínculo jurídico da contratação. Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

**DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA**

Cláusula 18ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social:

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 11 | 08 | 244 | 1008 | 2083 | 3 | 1 | 90 | 04 | 00 | 1 | 1 | 500 | 000000 |
| Cód. do órgão | Cód. Da Unidade Orçamentária | Cód. da Função | Cód. da Sub-Função | Cód. do Programa | Núm. Projeto Atividade | Cód. da Categoria econômica | Cód. do grupo Da natureza de despesa | Cód. da Modalidade de aplicação | Cód. do elemento de despesa | Cód. do subelementos de despesa | Cód, do id. De uso da destinação de recurso | Cód. do grupo da destinação de recurso | cód. da especificação da destinação de recurso | Cód. da destinação de recurso |

Cláusula 19ª – Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres/MT**,** 08 de janeiro de 2024.

_____

**KAREN KARINE SILVA FERREIRA**

Contratada

_____

**FABÍOLA CAMPOS LUCAS**

Contratante

**TESTEMUNHAS:**

_____ _____

RG nº RG nº

CPF nº CPF nº

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 001/2024**

“Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 067/2023, que suspendeu o pagamento do benefício de aposentadoria do segurado José de Souza . ”

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art. 65, V, da Lei Complementar nº 181/2022 e do Art. 3º da Portaria nº 067/2023 ,

Resolve,

Art. 1º Revogar a Portaria nº 067/2023, que suspendeu o pagamento do benefício de aposentadoria concedido a o segurado José de Souza , CPF nº 079.950.831 -49 e RG nº 402190 SSP/MT, por meio da Portaria nº 007/2010, tendo em vista a regularização da realização do recadastramento anual e da prova de vida na data de 02 de janeiro de 2024.

Art. 2º O pagamento do benefício fica restabelecido desde a data d a início da suspensão e será processado até a data de fechamento da próxima folha de pagamento pelo PREVICÁCERES

. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário .

Registre, publique e cumpra -se.

Cáceres - MT, 04 de janeiro de 2024.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Diretor Executivo

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 4288 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**“Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2024, e dá outras providências. ”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS,** Estado de Mato Grosso, Srº **JOSÉ BUENO VILELA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto n.º 11.864, de 27 de dezembro de 2023, edita o seguinte **DECRETO**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Campinápolisserá de R$ **1.412,00** (um mil quatrocentos e doze reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ **47,07** (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário a R$ **6,42** (seis reais e quarenta e dois centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2024, não terão valor inferior a R$ **1.412,00** (um mil quatrocentos e doze reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias e pensão por morte (valor global) pagos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Campinápolis **– PREVICAMP**.

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis/MT, 08 de Janeiro de 2024.

**JOSÉ BUENO VILELA**

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÕES RH SEMED**
**PORTARIA DE Nº002 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**"**DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DAS SERVIDORAS RELACIONADAS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**JOSÉ BUENO VILELA**, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO** o término da Licença Maternidade.

**RESOLVE**

I – Exonerar as servidoras relacionadas na tabela que exerciam as respectivas funções junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** desta Prefeitura Municipal.

| Ord. | Mat. | Nome | Cargo | Localidade |
|---|---|---|---|---|
| 01 | 4651 | Deisiane Lopes Pereira | AAE/Limpeza | Sede |
| 02 | 4910 | Gabriely Lima Costa | TAE/ Técnico Administrativo Educacional | Sede |

II - Revogar a Portaria nº 081 de 14 de fevereiro de 2023, Portaria nº 180 de 04 de abril de 2023,

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Campinápolis - MT, 08 de janeiro de 2024.

**JOSÉ BUENO VILELA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2024 CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019**

**O Município de Campo Novo do Parecis,** Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, da candidata aprovada no Concurso Público Municipal nº 002/2019 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis. Considerando, a Decisão Judicial Mandado de Segurança **1002073-23.2022.8.11.0050**.

**O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.**

**Cargo*:* BIOQUÍMICO – ÁREA URBANA**

| CLASS. | NOME |
|---|---|
| 05° | ALICE MIRANDA LUZEIRO DA SILVA |

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 002/2019, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

**RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 058, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA A SERVIDORA **JOSENILDA BARROS SOBRAL DA SILVA** DO CARGO DE **CONSELHEIRA TUTELAR** VINCULADO À **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Exonerar a partir de 09 de janeiro de 2024, a servidora **Josenilda Barros Sobral da Silva**, mat. n° 4601, do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 061, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

NOMEIA A SENHORA **GABRIELLY RIBEIRO HENNING** PARA OCUPAR O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR, GESTÃO 10/01/2024 – 09/01/2028.

**1. NOMEAR,** a senhora **Gabrielly Ribeiro Henning,** portadora do CPF n° 062.893.071-26,para compor o Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis, em conformidade com o Edital do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis nº 001/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 059, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

NOMEIA A SENHORA **JOSENILDA BARROS SOBRAL DA SILVA** PARA OCUPAR O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR, GESTÃO 10/01/2024 – 09/01/2028.

**1. NOMEAR,** a senhora **Josenilda Barros Sobral da Silva,** portadora do CPF n° 040.275.114-09,para compor o Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis, em conformidade com o Edital do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis nº 001/2023.

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO 02/2023**

**Aditivo 05 Contrato nº 02/2023**

**Partes:** Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **LDV PRESTADORA DE SERVICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob n° 09.438.242/0001-36.

**Objeto:** Prorroga-se o prazo do contrato pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 10 de janeiro de 2024 e término em 09 de janeiro de 2025.

Acresce-se ao item 49042 01 (uma) funcionária, item 46222 01 (uma) funcionária e ao item 38715 01 (uma) funcionária, representando um acréscimo de 3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos de por cento) a quantidade de prestação de serviços continuados de limpeza, totalizando um percentual de acréscimos de quantitativo de 21,35% (vinte e um inteiros e trinta e cinco centésimos de por cento).

**Valor:** R$ 5.066.278,92 (cinco milhões, sessenta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais, e noventa e dois centavos).

**Dotações Orçamentárias**

03.001.04.122.0002.20020.3390390000.25000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

03.002.14.422.0002.20140.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

04.002.04.129.0002.20018.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

05.002.13.391.0020.20024.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

05.002.13.391.0020.20022.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

05.001.13.122.0002.20021.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

06.002.27.812.0019.20036.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

08.001.20.122.0002.20050.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

09.002.12.361.0007.20065.3390390000.15001001000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

09.002.12.365.0007.20067.3390390000.15001001000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

09.002.12.365.0007.20066.3390390000.15001001000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

09.001.12.122.0002.20059.3390390000.15001000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.002.08.243.0013.20113.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.001.08.122.0002.20101.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.005.11.334.0015.20121.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.005.11.334.0015.20120.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.002.08.244.0013.20169.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terce

11.004.08.243.0013.201137.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.009.08.244.0013.20103.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.002.08.243.0013.20113.3390390000.15000000000 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Processo Licitatório:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2022

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**EXTRATO DE ADITAMENTO**

Aditivo 03 Contrato nº 11/2022

**Partes:** Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X LUCIANO S. GUIMARAES FILHO - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o n.° 32.680.550/0001-95

**Objeto:** Prorroga-se a vigência do contrato por 12 (doze) meses, de 17 de janeiro de 2024 a 16 de janeiro de 2025.

**Valor:** Permanece o valor contratual de **R$ 227.815,20 (duzentos e vinte e sete mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos)**

**Dotações Orçamentárias**

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

Programática: 03.001.04.122.0002.20020.3.3.90.35.00.00

Fonte de Recurso: 2.7.11.0000804

**Processo Licitatório:** INEXIGIBILIDADE Nº 001/2022

**Secretaria:** Secretaria **Municipal de Administração**

Data: 08/01/2024

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO EXECUTIVO Nº 286, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.**

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 5.878.660,29 (cinco milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 02 | GOVERNO MUNICIPAL | | |
| 02.001 | GOVERNO MUNICIPAL | | |
| 001.04.122.0002.20004 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.000,00 |
| 004.04.131.0002.20007 | MANUTENÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 17.500,00 |
| 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| 03.001 | GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| 001.04.122.0002.20010 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 4.450,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.500,00 |
| 001.04.122.0002.20014 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -TI | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 9.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 500,00 |
| 002.14.422.0002.20140 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROCON | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.899.0000000.001 | Outros recursos vinculados - procon | R$ | 115.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 820,00 |
| 1.899.0000000.001 | Outros recursos vinculados - procon | R$ | 5.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 500,00 |
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | |
| 04.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS | | |
| 001.04.129.0002.20016 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS | | |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 700,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 231.500,00 |
| 001.28.843.0003.00101 | SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA CONTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | |
| **3.2.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 34.742,19 |
| 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | | |
| 05.001 | GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | | |
| 001.13.122.0002.20021 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 25.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.490,00 |
| 002.13.391.0020.20022 | MANUTENÇÃO DAS OFICINAS DE ARTE | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 95.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.000,00 |
| 002.13.391.0020.20024 | REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 170,00 |
| 06 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER | | |
| 06.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER | | |
| 001.27.122.0002.20035 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 135.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.800,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 2.940,00 |
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | | |
| 07.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | | |
| 001.04.122.0002.20038 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 2.700,00 |
| 002.04.122.0005.20040 | MANUTENÇÃO COM A FROTA MUNICIPAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 140,00 |
| 002.15.451.0005.20039 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM INFRAESTRUTURA | | |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.501.0000000.000 | Outros recursos não vinculados | R$ | 6.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 5.500,00 |
| 007.17.512.0006.20049 | MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.753.0000000.003 | Recursos preços públicos - água | R$ | 64.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.753.0000000.003 | Recursos preços públicos - água | R$ | 1.220,00 |
| 008.15.451.0005.20127 | MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO URBANO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 47.000,00 |
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 08.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 001.20.122.0002.20050 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 48.500,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 22.000,00 |
| 002.20.606.0016.20053 | APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.900,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 805,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 004.18.542.0017.20082 | MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 9.850,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.815,00 |
| 005.20.609.0016.20131 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.500,00 |
| 09 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| 09.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |
| 001.12.122.0002.20059 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 57.900,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 3.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 9.905,00 |
| 002.12.361.0007.20065 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 863.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 136.740,00 |
| 002.12.365.0007.20066 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 262.100,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 5.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 56.985,00 |
| 002.12.365.0007.20067 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 23.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 1.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 5.950,00 |
| 003.12.122.0002.20166 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 21.105,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 2.410,00 |
| 003.12.361.0007.20075 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 10.350,00 |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 1.424.451,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 104.000,00 |
| 003.12.361.0007.20076 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INDÍGENA - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 136.900,00 |
| 003.12.361.0007.20157 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 31.450,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 3.200,00 |
| 003.12.365.0007.20073 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO INFANTIL EM CRECHES - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 95.000,00 |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 18.850,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 25.000,00 |
| 003.12.365.0007.20074 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL EM PRÉ-ESCOLA - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 48.750,00 |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 248.166,10 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 35.000,00 |
| 004.12.361.0007.20079 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 178.630,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 8.886,00 |
| 006.12.306.0007.20062 | MANUTENÇÃO COM MERENDA ESCOLAR | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.510,00 |
| 10 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 10.001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 001.10.122.0008.20084 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 001.10.301.0009.20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.604.0000600.000 | Transferências federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saude | R$ | 132.352,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 600,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 3.990,00 |
| 001.10.301.0009.20146 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE BUCAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 6.400,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 2.650,00 |
| 001.10.301.0009.20147 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.600.0000600.000 | Transf. fundo a fundo de rec. do sus proven. do gov. federal - bloco de custeio - atenção básica | R$ | 512.000,00 |
| 001.10.302.0010.20091 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 9.820,00 |
| 001.10.302.0010.20093 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 500,00 |
| 001.10.302.0010.20094 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE REABILITAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 10.520,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 560,00 |
| 001.10.302.0010.20148 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE ESPECIALIDADES | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 62.370,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 2.500,00 |
| 001.10.303.0011.20096 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA MUNICIPAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 7.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 500,00 |
| 001.10.304.0012.20099 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 33.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.750,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 001.10.305.0012.20098 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 33.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 3.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 001.10.305.0012.20100 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA AMBIENTAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.604.0000605.000 | Transferências federal destinadas ao vencimento dos agentes de endemias | R$ | 20.768,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.100,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 2.000,00 |
| 11 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 11.001 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 001.08.122.0002.20101 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 270.000,00 |
| 002.08.244.0013.20104 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 500,00 |
| 004.08.243.0013.20117 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 27.500,00 |
| | TOTAL | R$ | 5.878.660,29 |

**Art. 2º.** Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

*Parágrafo Único*: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste decreto onera o limite estabelecido no inc. III do art. 5º da Lei Orçamentária nº 2.407/2023.

**Art. 3º.** As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 – LOA.

**Art. 4º**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 23 de novembro de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**MARCIO ANTÃO CANTERLE**

**Secretário Municipal de Administração**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 062, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

NOMEIA A SENHORA **MARCIA LUZIA KRAVELIM** PARA OCUPAR O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR, GESTÃO 10/01/2024 – 09/01/2028.

**1. NOMEAR,** a senhora **Marcia Luzia Kravelim,** portadora do CPF n° 013.167.201-01,para compor o Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis, em conformidade com o Edital do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis nº 001/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 055, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA A SERVIDORA **LEDIANA APARECIDA DE OLIVEIRA** DO CARGO DE **CONSELHEIRA TUTELAR** VINCULADO À **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Exonerar a partir de 09 de janeiro de 2024, a servidora **Lediana Aparecida de Oliveira**, mat. n° 4427, do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 056, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA A SERVIDORA **ZULEIDE MAGRID RIPPEL** DO CARGO DE **CONSELHEIRA TUTELAR** VINCULADO À **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Exonerar a partir de 09 de janeiro de 2024, a servidora **Zuleide Magrid Rippel**, mat. n° 4429, do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 060, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

NOMEIA A SENHORA **HILDELANIA MARIA MELO TELES RODRIGUES** PARA OCUPAR O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR, GESTÃO 10/01/2024 – 09/01/2028.

**1. NOMEAR,** a senhora **Hildelania Maria Melo Teles Rodrigues,** portadora do CPF n° 799.439.931-20,para compor o Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis, em conformidade com o Edital do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis nº 001/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2023**

**O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022.

**CONSIDERANDO:** Os memorando nº 1534/2023, provenientes da Secretaria Municipal de Saúde;

**C O N V O C A**

O abaixo relacionado aprovado no Processo Seletivo Simplificado 004/2022, que deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação deste edital na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2022.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

***CARGO: MÉDICO USF – ÁREA URBANA***

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---|---|
| 10° | DANIELA FLORES |

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis - MT, aos 21 dias do mês de dezembro de 2023.

**RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal**

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**EDITAL Nº 022/2023 – PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT 2023**

**EDITAL Nº 022/2023 – PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT 2023**

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL no uso da atribuição que lhe é conferido pela Resolução CMDCA nº 12/2023, torna público o presente EDITAL para o Processo de Escolha para Membros Titulares e Suplentes do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2028.

**1.** Alterar o horário da cerimônia de diplomação e posse que ocorrerá no dia 10 de janeiro de 2024 ás 19h00min na Câmara de Vereadores;

**2.** Em caso de não comparecimento deverá a candidata, no prazo de 24 horas, apresentar documento (exemplo: atestado médico) justificando a ausência, que será analisado pela Comissão Especial Eleitoral.

**2.1** A diplomação ocorrerá apenas com a candidata presente, em caso de ausência, após a análise e parecer favorável da comissão a candidata será comunicada a ser diplomada em outra ocasião.

**3.** A candidata que não comparecer a diplomação ou não apresentar documento justificatório (exemplo: atestado médico) será considerado desistente do referido Processo.

**Campo Novo do Parecis/MT, 09 de janeiro de 2023**

Danilo Querino de Castro

**Presidente da Comissão Eleitoral Especial**

## RECURSOS HUMANOS
## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2024 CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019

**O Município de Campo Novo do Parecis,** Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, da candidata aprovada no Concurso Público Municipal nº 002/2019 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis. Considerando, a Decisão Judicial Mandado de Segurança **1002073-23.2022.8.11.0050**.

**O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.**

**Cargo*:* BIOQUÍMICO – ÁREA URBANA**

| CLASS. | NOME |
|---|---|
| 03° | MARIA JOELMA ALVES DA SILVA VALEJO |

O candidato aprovado acima relacionado deverá comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 002/2019, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 04 dias do mês de janeiro de 2024.

**RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal**

## DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
## DECRETO EXECUTIVO Nº 285, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

**DECRETA**

**Art. 1º.**Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 4.060.343,39 (quatro milhões, sessenta mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 02 | GOVERNO MUNICIPAL | | |
| 02.001 | GOVERNO MUNICIPAL | | |
| 001.04.122.0002.20004 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 6.240,00 |
| 002.04.124.0002.20005 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.900,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 2.200,00 |
| 004.04.131.0002.20007 | MANUTENÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.959,74 |
| 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| 03.001 | GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| 001.04.122.0002.20010 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 16.300,00 |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 13.000,00 |
| 001.04.122.0002.20014 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -TI | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.000,00 |
| 002.14.422.0002.20140 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROCON | | |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 4.815,02 |
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | |
| 04.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS | | |
| 001.04.121.0002.20003 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 001.04.129.0002.20016 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 32.000,00 |
| 001.28.843.0003.00101 | SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA CONTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | |
| **4.6.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 7.951,52 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 002.04.129.0002.20018 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 426.000,00 |
| 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | | |
| 05.005 | DEPARTAMENTO DE TURISMO | | |
| 005.23.695.0018.20032 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 8.500,00 |
| 06 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER | | |
| 06.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER | | |
| 001.27.122.0002.20035 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 8.000,00 |
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | | |
| 07.002 | DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO | | |
| 002.04.122.0005.20040 | MANUTENÇÃO COM A FROTA MUNICIPAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 16.000,00 |
| 007.17.512.0006.20049 | MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.753.0000000.003 | Recursos preços públicos - água | R$ | 11.519,25 |
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 08.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 001.20.122.0002.20050 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 6.305,00 |
| 09 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| 09.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |
| 001.12.122.0002.20059 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 114.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 20.000,00 |
| 002.12.361.0007.20065 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício (dois mil reais) | R$ | 2.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 54.800,00 |
| 002.12.365.0007.20066 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 002.12.365.0007.20067 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 3.500,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 300,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 16.000,00 |
| 003.12.361.0007.20075 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 1.401.597,48 |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 153.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 25.000,00 |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 351.732,70 |
| 003.12.361.0007.20076 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INDÍGENA - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 45.000,00 |
| 003.12.365.0007.20073 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO INFANTIL EM CRECHES - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 67.451,27 |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 59.940,00 |
| 003.12.365.0007.20074 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL EM PRÉ-ESCOLA - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540.1070000.000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 134.545,16 |
| 004.12.361.0007.20079 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 5.100,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 2.500.1001000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação-exerc. anterior | R$ | 41.000,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 10 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 10.001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 001.10.122.0008.20143 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO/CONTROLE E AVALIAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 35.000,00 |
| 001.10.301.0009.20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.105,00 |
| 001.10.301.0009.20147 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.600.0000600.000 | Transf. fundo a fundo de rec. do sus proven. do gov. federal - bloco de custeio - atenção básica | R$ | 18.000,00 |
| 1.621.0000600.000 | Transferências de recursos do sus - estado - psf - programa de saúde da família | R$ | 7.600,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.621.0000600.000 | Transferências de recursos do sus - estado - psf - programa de saúde da família | R$ | 157.300,00 |
| 001.10.302.0010.20091 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 102.000,00 |
| 001.10.302.0010.20092 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.621.0000000.000 | Transf. de recursos do sistema único de saúde – sus – estado-exerc. anterior | R$ | 61.200,00 |
| 001.10.302.0010.20094 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE REABILITAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 145.000,00 |
| 001.10.302.0010.20148 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE ESPECIALIDADES | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 105.000,00 |
| 001.10.303.0011.20096 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA MUNICIPAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 78.000,00 |
| 001.10.304.0012.20099 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 91.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 15.520,00 |
| 001.10.305.0012.20098 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 48.500,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 7.500,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 001.10.305.0012.20100 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA AMBIENTAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 2.000,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 12.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 6.830,00 |
| 11 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 11.001 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 001.08.122.0002.20101 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 17.800,00 |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 2.200,00 |
| 002.08.244.0013.20104 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 5.000,00 |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 76.631,25 |
| | TOTAL | R$ | 4.060.343,39 |

**Art. 2º.**Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

*Parágrafo Único*: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste Decreto, onera o limite estabelecido no Art. 6º da Lei Orçamentária nº 2.407/2022-LOA.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 02 | GOVERNO MUNICIPAL | | |
| 02.001 | GOVERNO MUNICIPAL | | |
| 001.04.122.0002.10010 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O GABINETE DO PREFEITO. | | |
| **4.4.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 2.970,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 001.04.122.0002.10072 | ESTRUTURAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI | | |
| **4.4.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.270,00 |
| 001.04.122.0002.20004 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS | | |
| **3.3.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.700,00 |
| 002.04.124.0002.20005 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA | | |
| **3.3.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 138,00 |
| 004.04.131.0002.20007 | MANUTENÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL | | |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 459,74 |
| 005.06.183.0002.20008 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA | | |
| **3.3.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 3.762,00 |
| 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| 03.001 | GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| 001.04.122.0002.20010 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 16.300,00 |
| **3.3.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 13.000,00 |
| 001.04.122.0002.20014 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -TI | | |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.000,00 |
| 002.14.422.0002.20140 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROCON | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 4.815,02 |
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | |
| 04.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE FINANÇAS | | |
| 001.04.129.0002.20016 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS | | |
| **3.3.50.00.00** | **Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 17.951,52 |
| 001.28.846.0003.00103 | CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS | | |
| **3.3.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 348.000,00 |
| 002.04.129.0002.20018 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO | | |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 100.000,00 |
| **3.3.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | | |
| 05.005 | DEPARTAMENTO DE TURISMO | | |
| 005.23.695.0018.20032 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO | | |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 8.500,00 |
| 06 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER | | |
| 06.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER | | |
| 001.27.122.0002.20035 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER | | |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 8.000,00 |
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | | |
| 07.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | | |
| 001.04.122.0002.20038 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | | |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 16.000,00 |
| 007.17.512.0006.20049 | MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA | | |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.753.0000000.003 | Recursos preços públicos - água | R$ | 2.000,00 |
| **3.3.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.753.0000000.003 | Recursos preços públicos - água | R$ | 9.519,25 |
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 08.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 001.20.122.0002.10064 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE. | | |
| **4.4.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 6.305,00 |
| 09 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| 09.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |
| 001.12.122. | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 0002. 20059 | | | |
| **3.3.20.00. 00.00** | **Transferências à união** | | |
| 1.500. 1001000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 7. 500,00 |
| 001.12. 122. 0002. 20060 | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS - VINCULADOS A EDUCAÇÃO | | |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1001000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 1. 000,00 |
| 002.12. 128. 0007. 20063 | CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA | | |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1001000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 61. 800,00 |
| 002.12. 361. 0007. 20065 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL | | |
| **3.1.91.00. 00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500. 1001000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 65. 000,00 |
| 002.12. 365. 0007. 20066 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1001000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 49. 500,00 |
| 003.12. 365. 0007. 20073 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO INFANTIL EM CRECHES - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540. 1070000. 000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 1.287. 660,38 |
| **3.1.91.00. 00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540. 1070000. 000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 176. 140,84 |
| 003.12. 365. 0007. 20074 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL EM PRÉ-ESCOLA - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540. 1070000. 000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 140. 335,55 |
| **3.1.91.00. 00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540. 1070000. 000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 388. 189,84 |
| 003.12. 367. 0007. 20077 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.540. 1070000. 000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 6. 000,00 |
| **3.1.91.00. 00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.540. 1070000. 000 | transferências do fundeb 70% - exercício | R$ | 2. 000,00 |
| 004.12. 361. 0007. 20079 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500. 1001000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação-exerc. anterior | R$ | 41. 000,00 |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1001000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício | R$ | 270. 340,00 |
| 10 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 10.001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 001.10. 122. 0008. 20087 | REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO | | |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1002000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 630,00 |
| 001.10. 122. 0008. 20143 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CENTRAL DE REGULAÇÃO/CONTROLE E AVALIAÇÃO | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1002000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 54. 100,00 |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1002000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1. 200,00 |
| 001.10. 131. 0008. 20133 | COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICAÇÕES | | |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1002000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 5. 000,00 |
| 001.10. 301. 0009. 20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1002000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 176. 105,00 |
| 001.10. 301. 0009. 20145 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS - CEO | | |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.600. 0000600. 000 | Transf. fundo a fundo de rec. do sus proven. do gov. federal - bloco de custeio - atenção básica | R$ | 18. 000,00 |
| 1.500. 1002000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 16. 561,00 |
| 001.10. 301. 0009. 20146 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE BUCAL | | |
| **3.1.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.621. 0000600. 000 | Transferências de recursos do sus - estado - psf - programa de saúde da família | R$ | 164. 900,00 |
| 001.10. 301. 0009. 20147 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | | |
| **3.3.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.621. 0000000. 000 | Transf. de recursos do sistema único de saúde – sus – estado-exerc. anterior | R$ | 61. 200,00 |
| 001.10. 302. 0010. 10007 | CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL MUNICIPAL | | |
| **4.4.90.00. 00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500. 1002000. 000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 149. 000,00 |
| 001.10. 302. | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 0010.20091 | | | |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 81.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.000,00 |
| 001.10.302.0010.20092 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 8.000,00 |
| 001.10.302.0010.20093 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 5.400,00 |
| 001.10.303.0011.20096 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA MUNICIPAL | | |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 130.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.500,00 |
| 001.10.304.0012.20099 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA | | |
| **3.1.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 15.300,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 1.220,00 |
| 001.10.305.0012.10089 | AQUISIÇÃO DE VEICULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | |
| **4.4.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 4.939,00 |
| 11 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 11.001 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 001.08.122.0002.20101 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 20.000,00 |
| 002.08.244.0013.20104 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS | | |
| **3.1.91.00.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 5.000,00 |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 8.593,17 |
| 002.08.244.0013.20105 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 18.347,62 |
| 002.08.244.0013.20108 | APOIO À COMUNIDADE CARENTE E BENEFÍCIOS EVENTUAIS | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 1.905,83 |
| 002.08.244.0013.20169 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 1.532,90 |
| 004.08.243.0013.20118 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FMDCA | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 15.448,10 |
| 009.08.244.0004.20103 | EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES DE CIDADANIA. | | |
| **3.3.90.00.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 30.803,63 |
| | TOTAL | R$ | 4.060.343,39 |

**Art. 3º.**As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

**Art. 4º.**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**MARCIO ANTAO CANTERLE**

**Secretário Municipal de Administração**

## DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
## DECRETO EXECUTIVO Nº 278, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.407/2022 e Lei Nº 2.369/2022 - LDO.

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 296.750,00 (duzentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | |
| 04.002 | DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO | | |
| 002.04.129.0002.20018 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 11.200,00 |
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 08.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE | | |
| 001.20.122.0002.20050 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 155.000,00 |
| 004.18.542.0017.20082 | MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 60.000,00 |
| **3.1.91.00.00** | **Aplic.direta dec.de oper. entre órgãos, fundos e entidades integ.dos orçamentos fiscal e da seguridade social** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 4.000,00 |
| 005.20.609.0016.20131 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 25.000,00 |
| 11 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 11.001 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 001.08.122.0002.20101 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 4.550,00 |
| 002.08.244.0013.20104 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS | | |
| **3.1.90.00.00** | **Aplicações diretas** | | |
| 2.500.0000000.000 | recursos ordinários -exerc. anterior | R$ | 37.000,00 |
| | TOTAL | R$ | 296.750,00 |

**Art. 2º.** Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

*Parágrafo Único:* O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste decreto onera o limite estabelecido no Art. 6º da Lei Orçamentária nº 2.407/2022-LOA.

**Art. 3º.** As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 – LOA.

**Art. 4º**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 07 de dezembro de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**MARCIO ANTÃO CANTERLE**

**Secretário Municipal de Administração**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 057, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA A SERVIDORA **PATRICIA GOMES DE SOUZA** DO CARGO DE **CONSELHEIRA TUTELAR** VINCULADO À **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Exonerar a partir de 09 de janeiro de 2024, a servidora **Patricia Gomes de Souza**, mat. n° 4430, do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00002, DE 05 DE JANEIRO DE 2024.**

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003 MUNICÍPIO – CAMPO VERDE – MT**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00002, de 05 de Janeiro de 2024.**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o [s] sujeito [s] passivo [s] abaixo relacionado [s], a comparecer [em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do [s] Termo [s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado [s].

**Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.**

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo/ Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Intimação Fiscal (ITR)** |
| MARIO BELLANDI | 148.***.***-53 | 9779/00093/2023 |
| LARI ANTONIO TOZZO | 400.***.***-87 | 9779/00121/2023 |

| **Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR** |
|---|
| Nome: Antônio Reis da Silva Filho Matrícula: 00004651<br>Cargo: Fiscal Municipal / 5232015 Assinatura: |

Data de afixação: 05/01/2024

Data de desafixação: 20/01/2024

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE– MT:** a empresa **PODIUM TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 18.906.746/0002-05, foi vencedora do certame com o valor global de R$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais). Campo Verde, 09 de janeiro de 2024. Hélida Hübner – Pregoeira.

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00002, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003 MUNICÍPIO – CAMPO VERDE – MT**

**EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00002, de 09 de Janeiro de 2024.**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o [s] sujeito [s] passivo [s] abaixo relacionado [s], a comparecer [em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município **para tomar ciência do [s] Termo [s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado [s].**

**Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.**

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo/ Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Constatação e Intimação Fiscal (ITR)** |
| ANDRE BELLANDI | 810.***.***-53 | 9779/00061/2023 |
| ANDRE BELLANDI | 810.***.***-53 | 9779/00072/2023 |

| **Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR** |
|---|
| Nome: Antonio Reis da Silva Filho Matrícula: 00004651<br>Cargo/Portaria de Nomeação nº: 523/2015 Fiscal Municipal Assinatura: |

Data de afixação: 09/01/2024.

Data de desafixação: 24/01/2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA**
**DECRETO Nº 004, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**NOMEIA, PARA SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO VERDE- CME, BIÊNIO 2023/2025.**

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando **o que estabelece a Lei Municipal nº1607 de 19 de agosto de 2010;**

Considerando **a necessidade de regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal de Educação - CME,**

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º - Substitui-se, os membros do Conselho Municipal de Educação - CME.**

**ARTIGO 2º** - O referido Conselho passará a conter os seguintes representantes até o termino dos seus respetivos mandatos nos termos do Art. Art. 6º, § 2º da Lei Municipal 1607/2010:

**I - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:**

**a)** Titular: **LETÍCIA MARIA ROCHA ANDRADE**, RG: 1806148-6 SSP/MT, inscrita no CPF: 017.610.951-02, endereço: Rua Olímpio Júlio Bauken, Buritis Prime qd 21 lote 30, celular: (66) 99962-6668, e-mail: leandrade@msn.com.

**b)** Suplente: **VALERIA ROSSI FERMO DA SILVA** RG: 5310240-9 – SSP/MT, CPF: 918.871.199-49, Endereço: Rua Maria Artemir Pires, nº 649, Jardim Campo Verde I, Telefone: (66) 99957-8137, e-mail: valeriafermo@hotmail.com .

**II – REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:**

**a)** Titular: **CARINA LEONARDO DOS SANTOS**, RG: 1589890-3 – SSP/MT, CPF: 020.255.371-07, Endereço: Rua Industrial, nº 269, Bairro: Jupiara, Telefone: (66) 99985-5793, e-mail: carina_leonardo@hotmail.com .

**b)** Suplente: **EULINA GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO**, RG: 1221695-0 SJ/MT, CPF: 956.706.701-59, Endereço: Rua J, quadra 27, lote 07, nº 1732, Bairro: Greenville, Telefone: (66) 98118-6819, e-mail: eulina_linda@hotmail.com .

**III-REPRESENTANTE INDICADO PELA APM (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES):**

**a)** Titular: **JOELMA PIRES DOS REIS**, RG: 2298796-7 SSP/MT, CPF: 038.414.469-08, Endereço: Rua Goiânia, nº 88, Bairro: Eckert, Telefone: (66) 99696-8569, e-mail: joelma.reis@edu.mt.gov.br.

**b)** Suplente: **AMANDA DE MELO DOMINGOS**, RG: 2280757-8 SSP/MT, CPF: 051.715.341 -60, Endereço: Rua Roraima, nº 116, Bairro: São Lourenço, Telefone: (66) 99983 32 60, e-mail: domingossantana11105@gmail.com

**IV-REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

**a)** Titular: **AILTON SOARES DA SILVA,** RG: 18180132– SSP/MT, CPF: 018.018.161-07, Endereço: Rua Pardal, 164, Bairro: São Miguel, Telefone: (66) 99626-8385, e-mail: ailtonsoares@outlook.com .

**b)** Suplente: **HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO**, RG: 16428455 – SSP/MT, CPF: 016.142.931-98, Endereço: Avenida Vereador Cesar Lima, nº 663, Bairro: Cidade Alta, Telefone: (66) 9656-0846, e-mail: very_cv@hotmail.com .

**V-REPRESENTANTES DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**a)** Titular: **ROSANA SILVÉRIO DE OLIVEIRA**, RG: 6140169-5 – SSP/MT, CPF: 860.776.279-68, Endereço: Rua Oderige Negri Costa, nº 787, Bairro: Recanto dos Pássaros, Telefone: (66) 99957-7648, e-mail: chiquita_om@hotmail.com .

**b)** Suplente: **CARLA CRISTINA RODRIGUES SANTOS**, RG: 573538-7 – SSP/MT, CPF: 752.441.871-04, Endereço: Rua São Pedro da Cipa, nº 398, Bairro: Belvedere, Telefone: (66) 99934-5154, e-mail: carlasantos2019@gmail.com .

**VI-REPRESENTANTES DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:**

**a)** Titular: **SIRLENE DA SILVA SANTOS MARIA**, RG: 1123441-5 – SSP/MT, CPF: 864283141-34, Endereço: Rua Natal, S/N, Bairro: Bela Vista Kitnet- 01 Lote 10 Telefone: (66) 99966-9425, e-mail: sirlenesilvasantosmaria@gmail.com .

**b)** Suplente: **MARIA ELIANA CAMPANA SEVILHA**, RG: 4930275-4 - SSP/MT, CPF: 773.253.389-53, Endereço: Rua João Pessoa, nº 1603,

Bairro: Centro, Telefone: (66) 996045194, e-mail: eliana.campana@hotmail.com .

**VII - REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL:**

**a)** Titular: **LUCIANA BASSANESI**, RG: 98685553– SSP/MT, CPF:062.186.8619-41, Endereço: Rua Jaciara, nº 190, Bairro: Belvedere, Telefone: (66) 66 981284964, e-mail: lucianabassanesi@edu.mt.gov.br

**b)** Suplente: **JUCIANE MARIA SILVA MELO** RG:17.944.698 SSP/MG, CPF: 928.572.051-04, endereço: Rua Jaó 915, Bairro São Miguel. Contato: (66 )99242-8118 e e-mail: jucianemsm@hotmail.com .

**VIII-REPRESENTANTE DO SINDICATO DA CATEGORIA (SINTEP):**

**a)** Titular: **RONALDO JOSÉ LUIZ MOTA**, RG 481711 - SSP/MT, CPF: 352166541-00, Endereço: Av. Almir Schmidt 495, Jd Campo Verde, Telefone: (66) 66 99696 0509, e-mail: ronaldomotas@hotmail.com

**b)** Suplente:**DALVINA BELLO KIRCHESCH**, RG: 0516993-3 - SSP/PR, CPF: 703.262.311-53, Endereço: Avenida Mato Grosso, nº 88, Apartamento 01, Bairro: Centro, Telefone: (66) 99634-4392, e-mail: dalvinabello@hotmail.com;

**IX - REPRESENTANTES DOS GESTORES MUNICIPAIS DE ESCOLARES EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**a)** Titular: **TATIANE DE ALMEIDA SILVA MORENO**, RG: 17804876 SEJS/MT, CPF: 015.126.851-78, Endereço: Rua Lions Internacional,1251 Belvedere, Celular: (66) 99616-3040 e E-mail: Profetati_moreno@hotmail.com.

**b)** Suplente: **FRANCELICIA REGINA DE OLIVEIRA**, RG: 81635722 – SSP/MT, CPF: 040929119-63, Endereço: Rua João de Barro, nº 481, Bairro: Cidade Alta 2, Telefone: (66) 996889156 e E-mail: oliveirafrancelicia@gmail.com.

**X - REPRESENTANTES DOS GESTORES MUNICIPAIS DE ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL:**

**a)** Titular: **LELIANE RODRIGUES DOS SANTOS**

RG:1669955-6 SSP/MT, CPF: 012.925.561-02**,** Endereço: Rua Abrelino Capelari, 1054, Greenville**,** Celular: (66) 99683-8447 e E-mail: Liane27cv@hotmail.com .

**b)** Suplente: **LUCIENE LIMA SILVA** RG: 5310240-9 – SSP/MT, CPF: 918.871.199-49, Endereço: Rua Maria Artemir Pires, nº 649, Bairro: Jardim Campo Verde I, Telefone: (66) 999578137, e-mail: lucienelima@hotmail.com .

**XI - REPRESENTANTE DA REDE PARTICULAR DE ENSINO:**

**a)** Titular: **ANDREA LUCIANE ALBANO NUNES**, RG: 2567493-5 – SSP/SP, CPF: 003.995.309-24, Endereço: Rua João de Barro nº 306, Bairro: São Miguel, Telefone: (66) 99609-9993, e-mail: andrea.albano@hotmail.com ;

**b)** Suplente: **ZANUBIA APARECIDA PASSONI BOLSAN**, RG: 1536544-1 – SSP/SC, CPF: 006.187.681-06, Endereço: Rua Cascavel nº 557, Bairro: Jardim Campo Verde II, Telefone: (66) 99612-4727, e-mail: elisangelagdesa1@hotmail.com.

**XII- REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR:**

**a)** Titular: **RONALDO JOSÉ PERIN**, RG:1426496-0 SSP/MT, CPF: 017160331-10, Endereço: Rua Edson Brocardo, nº1314, Bairro: Estação da Luz, Telefone: (66) 999879243, e-mail: Ronaldo.perin@ifmt.edu.br .

**b)** Suplente: **ADNÉIA DOURADO DO NASCIMENTO,** RG: 1678643-2, CPF: 018.725.551-28, Endereço: Avenida Manuel Genildo de Araújo, nº s/n, Bairro: estação da Luz, Telefone: (66) 999131847, e-mail:adnéliadourado@gmail.com.

**XIII-REPRESENTANTE DO DRE- DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO:**

**a)** Titular: **ELISANGELA APARECIDA DE JESUS ACÁSSIO**, RG1516533-7 SSP-MT, CPF: 008.400.711-75, Endereço: Rua São Sebastião, nº 805, Bairro: Poncho Verde III/Primavera do Leste, Telefone: (66) 99641-9721, e-mail: elisangela.acassio@edu.mt.gov,br .

**b)** Suplente: **LEODÉCIO ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR,** RG: 1496994-7 – SSP/MT, CPF: 004.323.171-39, Endereço: Rua Seringueira, nº 314, Bairro: Buritis II/Primavera do Leste, Telefone: (66) 9230-9595, e-mail: leodecio.silva@edu.mt.gov.br .

**XIV – REPRESENTANTES INDICADOS PELOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA:**

**ENSINO SUPERIOR:**

**a)** Titular: **DHOMINI YEGO DE SOUZA**, RG: 29858208 SESP/MT, CPF: 046691231-57, Endereço: Rua Andorinha, n° S/N, Qd 34 lote 06, Bairro: São Miguel, Telefone: (66) 996711893, e-mail: dhomini_souza@outlook.com .

**b)** Suplente: **GABRYELA PENIAGO BARLETA**, RG: 25731203 SSP/MT, CPF: 057435041-13, Endereço: Rua Arapoti, 541, Bairro: Cidade Alta 1 Telefone: (66) 999891072, e-mail: gabrryelabaretta@gmail.com .

**ENSINO FUNDAMENTAL:**

**a)** Titular: **MARIA LUIZA DE CARVALHO LUDVIG**, RG: 3089777-7 SSP/MT, CPF: 061381971-35, Endereço: Rua Tesouro,135 Bairro: Belvedere, Telefone: (66) 997238682, e-mail: ludvigmarialuiza@gmail.com

**b)** Suplente: **BEATRIZ R. FAGUNDES**, RG: 3540305-5 SSP/MT, CPF: 062820101-01, Endereço: Rua Paralela, nº 305, Bairro: Jupiara, Telefone: (66) 992555829, e-mail: belaeafera2304@gmail.com.

**ARTIGO 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 104, de 22 de setembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 09 de Janeiro de 2024.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.426.628/0001-33

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 01

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 14213 | EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSAO - SISTEMA DE EQUIPO,TIPO ENTERAL,COM TUBO EM PVC, ATOXICO, APIROGENICO, CAMARA GOTEJADORA FLEXIVEL E TUBO EM PVC FLEXIVE, COM NO MINIMO 1,8 M DE COMPRIMENTO, SEM INTERMEDIARIO DE SILICONE GRAU MEDICO, CONECTOR TERMINAL ESCALONADO PARA DIVERSOS CALIBRES DE SONDA COM CAPA PROTETORA, PONTA PERFURANTE COM FILTRO DE AR, CONTROLE DE GOJETAMENTO POR PINÇA TIPO ROLETE, TAMPAS OCLUSORAS, EXTREMIDADE GRADUADA, ADAPTAVEL A BOMBA DE INFUSAO, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ENVELOPE DUPLA FACE GRAU CIRURGICO E COM FILME DE POLIETILENO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO E VALIDADE DE 24 MESES, REGISTRO NO MS/ANVISA | SAMTRONIC | 3.500 UND | R$ 18,97 | R$ 66.395,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 66.395,00 (SESSENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 66.395,00 (SESSENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.313.826/0001-90

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 63

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 75 | 3166 | ALGODAO ORTOPEDICO EM MANTAS, EM FIBRA DE ALGODAO CRU, 10X100 CM, PACOTE COM 12 | UNICENTER | 100 PCT | R$ 4,56 | R$ 456,00 |
| 76 | 3167 | ALGODAO ORTOPEDICO EM MANTAS, EM FIBRA DE ALGODAO CRU, 15X100 CM, PACOTE COM 12 | UNICENTER | 100 PCT | R$ 9,18 | R$ 918,00 |
| 77 | 3168 | ALGODAO ORTOPEDICO EM MANTAS, EM FIBRA DE ALGODAO CRU, 20X100 CM, PACOTE COM 12 | UNICENTER | 80 PCT | R$ 7,69 | R$ 615,20 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 615,20 (SEISCENTOS E QUINZE REAIS E VINTE CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 66

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 80 | 18340 | RINGER + LACTATO DE SODIO – FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA OU FRASCO (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL 500ML | JP INDUSTRIA | 200 UND | R$ 5,55 | R$ 1.110,00 |
| 81 | 18339 | RINGER + LACTATO DE SODIO - FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA OU FRASCO (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL – BOLSA DE 250ML | JP INDUSTRIA | 380 UND | R$ 6,29 | R$ 2.390,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.500,20 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS E VINTE CENTAVOS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 5.489,40 (CINCO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 032/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: **AGRO E TRUCK'S RENOVADORA DE PNEUS, CNPJ N° 06.312.945/0001-25**

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS.**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 169/2023**

**VIGÊNCIA: 09/01/2024 ao dia 09/01/2025**

**LOTE 01**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Serviço de Recapagem de pneu 12 x 16.5 | 10 Und | R$ 1.022,00 | R$ 10.220,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 01 POR EXTENSO: R$ 10.220,00 (dez mil e duzentos e vinte reais).**

**LOTE 02**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 02 | Serviço de recapagem de pneu 10 x 16.5 | 20 Unid | R$ 964,00 | R$ 19.280,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 02 POR EXTENSO: R$ 19.280,00 (dezenove mil e duzentos e oitenta reais).**

**LOTE 03**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 03 | Serviço de Recapagem de pneu liso 1.000 x 20 - radial | 10 Unid | R$ 732,00 | R$ 7.320,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 03 POR EXTENSO: R$ 7.320,00 (dezenove mil e duzentos e oitenta reais).**

**LOTE 04**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 04 | Serviço de Recapagem de pneu borrachudo 1.000 x 20 – radial | 30 Und | R$ 851,00 | R$ 25.530,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 04 POR EXTENSO: R$ 25.530,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e trinta reais).**

**LOTE 05**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 05 | Serviço de Recapagem de pneu borrachudo 1.100 x 22 | 12 Und | R$ 897,00 | R$ 10.764,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 05 POR EXTENSO: R$ 10.764,00 (dez mil e setecentos e sessenta e quatro reais).**

**LOTE 06**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 06 | Serviço de Recapagem de pneu 1.400 X 24 | 59 Und | R$ 1.388,05 | R$ 81.894,95 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 06 POR EXTENSO: R$ 81.894,95 (oitenta e um mil e oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos).**

**LOTE 07 (EXCLUSIVO 25% do lote 06)**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 06.1 | Serviço de Recapagem de pneu 1.400 X 24 | 19 Und | R$ 1.388,05 | R$ 26.372,95 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 07 POR EXTENSO: R$ 26.372,95 (vinte e seis mil e trezentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos).**

**LOTE 08**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 07 | Serviço de Recapagem de pneu 1.300 X 24 | 06 Und | R$ 2.290,00 | R$ 13.740,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 08 POR EXTENSO: R$ 13.740,00 (treze mil e setecentos e quarenta reais).**

**LOTE 09**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 08 | Serviço de Recapagem de pneu 17.5 X 25 | 59 Und | R$ 1.498,22 | R$ 88.394,98 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 09 POR EXTENSO: R$ 88.394,98 (oitenta e oito mil e trezentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos).**

**LOTE 10 (EXCLUSIVO 25% do lote 09)**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 08.1 | Serviço de Recapagem de pneu 17.5 X 25 | 19 Und | R$ 1.498,22 | R$ 28.466,18 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 10 POR EXTENSO: R$ 28.466,18 (vinte e oito mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos).**

**LOTE 11**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 09 | Serviço de Recapagem de pneu liso 215/75 X 17.5 | 40 Und | R$ 566,00 | R$ 22.640,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 11 POR EXTENSO: R$ 22.640,00 (vinte e dois mil e seiscentos e quarenta reais).**

**LOTE 12**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 10 | Serviço de Recapagem de pneu borrachudo 215/75 X 17.5 | 60 Und | R$ 606,00 | R$ 36.360,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 12 POR EXTENSO: R$ 36.360,00 (trinta e seis mil e trezentos e sessenta reais).**

**LOTE 13**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 11 | Serviço de Recapagem de pneu 18.4/15 X 34 | 10 Und | R$ 3.698,00 | R$ 36.980,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 13 POR EXTENSO: R$ 36.980,00 (trinta e seis mil e novecentos e oitenta reais).**

**LOTE 14**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 12 | Serviço de Recapagem de pneu liso 900 x 20 | 100 Und | R$ 682,00 | R$ 68.200,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 14 POR EXTENSO: R$ 68.200,00 (sessenta e oito mil e duzentos reais).**

**LOTE 15**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 13 | Serviço de Recapagem de pneu borrachudo 900 x 20 | 80 Und | R$ 733,00 | R$ 58.640,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 15 POR EXTENSO: R$ 58.640,00 (cinquenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais).**

**LOTE 16**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 14 | Serviço de Recapagem de pneu liso 275/80 X 22.5 | 80 Und | R$ 816,00 | R$ 65.280,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 16 POR EXTENSO: R$ 65.280,00 (sessenta e cinco mil e duzentos e oitenta reais).**

**LOTE 17**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 15 | Serviço de Recapagem de pneu borrachudo 275/80 X 22.5 | 98 Und | R$ 549,69 | R$ 53.869,62 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 17 POR EXTENSO: R$ 53.869,62 (cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos).**

**LOTE 18 (EXCLUSIVO 25% do lote 17)**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 15.1 | Serviço de Recapagem de pneu borrachudo 275/80 X 22.5 | 32 Und | R$ 549,69 | R$ 17.590,08 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 18 POR EXTENSO: R$ 17.590,08 (dezessete mil e quinhentos e noventa reais e oito centavos).**

**LOTE 19**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 16 | Serviço de Recapagem de pneu 7.50 X 16 | 06 Und | R$ 521,00 | R$ 3.126,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 19 POR EXTENSO: R$ 3.126,00 (três mil e cento e vinte e seis reais).**

**LOTE 20**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 17 | Serviço de Recapagem de pneu 7.50 X 18 | 06 Und | R$ 662,00 | R$ 3.972,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 20 POR EXTENSO: R$ 3.972,00 (três mil e novecentos e setenta e dois reais).**

**LOTE 21**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 18 | Serviço de Recapagem de pneu 12.5/80 x 18 | 26 Und | R$ 1.415,00 | R$ 36.790,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 21 POR EXTENSO: R$ 36.790,00 (trinta e seis mil e setecentos e noventa reais).**

**LOTE 22**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 19 | Serviço de Recapagem de pneu 18.4 x 30 | 06 Und | R$ 3.504,00 | R$ 21.024,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 22 POR EXTENSO: R$ 21.024,00 (vinte e um mil e vinte e quatro reais).**

**LOTE 23**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 20 | Serviço de Recapagem de pneu 12.4 x 24 | 06 Und | R$ 1.553,00 | R$ 9.318,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 23 POR EXTENSO: R$ 9.318,00 (nove mil e trezentos e dezoito reais).**

**LOTE 24**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 21 | Serviço de Recapagem de pneu 18.4 x 34 | 06 Und | R$ 3.686,00 | R$ 22.116,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 24 POR EXTENSO: R$ 22.116,00 (vinte e dois mil e cento e dezesseis reais).**

**LOTE 25**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 22 | Serviço de Recapagem de pneu 19.5 x 24 | 06 Und | R$ 3.014,00 | R$ 18.084,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 25 POR EXTENSO: R$ 18.084,00 (dezoito mil e oitenta e quatro reais).**

**LOTE 26**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 23 | Serviço de Recapagem de pneu 23.5 x 25 | 04 Und | R$ 8.566,00 | R$ 34.264,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 26 POR EXTENSO: R$ 34.264,00 (trinta e quatro mil e duzentos e sessenta e quatro reais).**

**LOTE 27**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 24 | Serviço de Recapagem de pneu borrachudo 295/80 R2¹/² | 25 Und | R$ 1.051,00 | R$ 26.275,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 27 POR EXTENSO: R$ 26.275,00 (vinte e seis mil e duzentos e setenta e cinco reais).**

**LOTE 28**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 25 | Serviço de Vulcanização de pneu 900 x 20 | 120 Und | R$ 230,00 | R$ 27.600,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 28 POR EXTENSO: R$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).**

**LOTE 29**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 26 | Serviço de Vulcanização de pneu 1.000 x 20 | 100 Und | R$ 240,00 | R$ 24.000,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 29 POR EXTENSO: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).**

**LOTE 30**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 27 | Serviço de Vulcanização de pneu 17.5 x 25 | 80 Und | R$ 580,00 | R$ 46.400,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 30 POR EXTENSO: R$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais).**

**LOTE 31**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 28 | Serviço de Vulcanização de pneu 1.400 x 24 | 50 Und | R$ 630,00 | R$ 31.500,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 31 POR EXTENSO: R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).**

**LOTE 32**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 29 | Serviço de Vulcanização de pneu 19.5 x 24 | 10 Und | R$ 608,00 | R$ 6.080,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 32 POR EXTENSO: R$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais).**

**LOTE 33**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 30 | Serviço de Vulcanização de pneu 12 x 16.5 | 10 Und | R$ 297,00 | R$ 2.970,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 33 POR EXTENSO: R$ 2.970,00 (dois mil e novecentos e setenta reais).**

**LOTE 34**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 31 | Serviço de Vulcanização de pneu 275/80 x 22.5 | 120 Und | R$ 245,00 | R$ 29.400,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 34 POR EXTENSO: R$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).**

**LOTE 35**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 32 | Serviço de Vulcanização de pneu 215/75 x 17.5 | 40 Und | R$ 211,00 | R$ 8.440,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 35 POR EXTENSO: R$ 8.440,00 (oito mil e quatrocentos e quarenta reais).**

**LOTE 36**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 33 | Serviço de Vulcanização de pneu 12.5/80 x 18 | 40 Und | R$ 310,00 | R$ 12.400,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 36 POR EXTENSO: R$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais).**

**LOTE 37**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 34 | Serviço de Vulcanização de pneu 295/80R 22¹/² | 30 Und | R$ 235,00 | R$ 7.050,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 37 POR EXTENSO: R$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais).**

**LOTE 38**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 35 | Serviço de vulcanização de pneu 23.5 x 25 | 08 Und | R$ 1.245,00 | R$ 9.960,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 38 POR EXTENSO: R$ 9.960,00 (nove mil e novecentos e sessenta reais).**

**LOTE 39**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 36 | Serviço de vulcanização de pneu 10 x 16.5 | 10 Und | R$ 402,00 | R$ 4.020,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 39 POR EXTENSO: R$ 4.020,00 (quatro mil e vinte reais).**

**LOTE 40**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 37 | Reparo para pneu sem câmara 200 mm (macarrão) cx com 30 unidades | 50 Caixa | R$ 63,00 | R$ 3.150,00 |

**VALOR TOTAL DO LOTE 40 POR EXTENSO: R$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta reais).**

***VALOR TOTAL GERAL: R$ 1.059.481,76 (um milhão e cinquenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos).***

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE DA PREFEITURA:

https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

CAMPO VERDE - MT, 09 DE JANEIRO DE 2024.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: REALMED COMERCIO E DISTRIBUIÇAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.563.336/0001-19

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 43

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48 | 52162 | OTOSCÓPIO COMPONENTES: 6 ESPÉCULOS LISOS, AUTOCLAVÁVEIS, MODELO: POLICARBONATO ALTO IMPACTO, ZOOM ÓPTICO: AUMENTO EM ATÉ 3 VEZES, TIPO CONECTOR: CONECTOR METÁLICO TP BAIONETA, TIPO FECHO: FECHO HERMÉTICO, DIMENSÕES: 2,2;2,8;3,5;4,5;5,5 E 10 MM, TIPO: ILUMINAÇÃO HALÓGENA, METAL CROMADO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: JANELA ACRÍLICO ANTI-RISCO, GIRATÓRIA , ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS MÉDIAS , TIPO CABO: CABO C/REGULADOR CONTÍNUO DE LUMINOSIDADE, 2,5V , TIPO PROTEÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO | MD/MARK II | 50 UND | R$ 382,40 | R$ 19.120,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 19.120,00 (DEZENOVE MIL E CENTO VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 146

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 192 | 46669 | SWAB PONTA RYON ESTERIL PARA COLETA DE AMOSTRA. CAIXA COM 100UN | L. IMPORT | 50 CX | R$ 28,60 | R$ 1.430,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.430,00 (UM MIL, QUATROCENTOS E TRINTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 151

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 200 | 14409 | APARELHO DE PRESSÃO ANERÓIDE BRAÇADEIRA NA COR PRETA, EM NYLON OU ALGODÃO, COM FECHO DE VELCRO OU DE METAL, COM MANGUITO, PÊRA EM PVC, COM ESTOJO. TAMANHO PARA INFANTIL. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO | SOLIDOR | 50 UND | R$ 65,00 | R$ 3.250,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.250,00 (TRÊS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 23.800,00 (VINTE E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: PRIMALAB PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 35.280.926/0001-62

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 16

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17 | 16320 | FILTRO DESCARTÁVEL, COM ALÇA DE SEGURANÇA PARA EXAMES PARASITOLÓGICOS PARA TAÇAS DE 125 ML. PACOTE COM 100 UNIDADES | DESKARPLAS | 60 UND | R$ 85,00 | R$ 5.100,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.100,00 (CINCO MIL E CEM REAIS). | | | | | | |

LOTE 19

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 | 50525 | PONTEIRA ELETERODO FACA RETA – FABRICADA EM AÇO CIRURGICO, DIÂMETRO PADRÃO UNIVERSAL, REVESTIMENTO ISOLANTE ALTAMENTE RESISTENTE, ATÓXICO, ESPECIFICAÇÃO: FR-50, DIAMETRO (BITOLA) DA HASTE: 2,38MM, COMPRIMENTO TOTAL: 50MM, TAMANHO DA PONTA 16MM. COMPATIVEL COM BISTURI ELÉTRICO DA MARCAR MEDCIR, MODELO SMARTCUT 100. | MEDCIR | 100 UND | R$ 70,67 | R$ 7.067,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.067,00 (SETE MIL E SESSENTA E SETE REAIS). | | | | | | |

LOTE 21

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 22 | 45295 | CANETA PORTA ELETRODOS AUTOCLAVÁVEL, COM CABO DE LIGAÇÃO (COMPATÍVEL COM 3M MEDCIR) | MEDCIR | 70 UND | R$ 340,00 | R$ 23.800,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 23.800,00 (VINTE E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 34

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 39 | 23236 | LUGOL 5% FRASCO COM 100ML | LABORCLIN | 50 UND | R$ 116,00 | R$ 5.800,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.800,00 (CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 35

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 40 | 31666 | SUPORTE LENÇOL DESCARTÁVEL, ABS E ALUMÍNIO, PAREDE, FECHADO, APROXIMADAMENTE 50 CM. | PLUMAX | 105 UND | R$ 124,56 | R$ 13.078,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.078,80 (TREZE MIL, SETENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 40

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 45 | 46894 | BANDAGEM ELÁSTICA DE ALTA COMPRESSÃO COMPOSTA POR ALGODÃO, VISCOSE, NYLON E POLIURETANO ELASTANO, COM UMA LINHA CENTRAL AMARELA DE INDICAÇÃO PARA APLICAÇÃO DA BANDAGEM E DOIS INDICADORES DE EXTENSÕES RETANGULARES. TAMANHO: 10CM X 3 M. | ATAMED | 300 UND | R$ 64,60 | R$ 19.380,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 19.380,00 (DEZENOVE MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 52

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 60 | 24959 | MICROPIPETA AUTOMATICA COM 100 MICROLITROS | PEGUEPET | 05 UND | R$ 174,66 | R$ 873,30 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 873,30 (OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 58

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 67 | 41966 | SORO ANTI D | EBRAM | 100 UND | R$ 50,00 | R$ 5.000,00 |
| 68 | 41175 | SORO ANTI B | EBRAM | 100 UND | R$ 30,67 | R$ 3.067,00 |
| 69 | 41172 | SORO ANTI A | EBRAM | 100 UND | R$ 30,67 | R$ 3.067,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.134,00 (ONZE MIL, CENTO E TRINTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 59

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 70 | 10964 | CONTROLE DE RH | EBRAM | 05 UND | R$ 36,20 | R$ 181,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 181,00 (CENTO E OITENTA E UM REAIS). | | | | | | |

LOTE 64

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 78 | 46084 | SOLUÇÃO AQUOSA 350ML PARA IRRIGAÇÃO /LIMPEZA E DESCONTAMINAÇÃO DE FERIDAS, COMPOSTA DE 0,1% DE POLIHEXANIDA (PHMB), 0,1% DE BETAINA E 99,8% DE ÁGUA PURIFICADA POR SISTEMA DE OSMOSE REVERSA OU POR DESTILAÇÃO, COM CONDU-TIVIDADE < 1,3 US/CM E TOC < 500 PPB, COM LAUDOS DE: AÇÃO BACTERICIDA PARA PSEUDOMONAS, SALMO-NELLA E OUTROS GERMES. TOXICIDA-DE/REATIVIDADE BIOLÓGICA INTRACUTÂNEA; SENSIBILIDADE CUTÂNEA E AVALIAÇÃO DO PO-TENCIAL DE CITOTOXIDADE. FRASCO DE POLI-ETILENO TRANSPARENTE, FLEXÍVEL COM BICO PRÓPRIO PARA IRRIGAÇÃO DE FERIDAS, MEM-BRANA INVIOLÁVEL E ABERTURA NO MOMENTO DO USO. REGISTRADO NA ANVISA COMO PRO-DUTO PARA SAÚDE, CLASSE DE. IGUAL OU SE-MELHANTE A MARCA PIELSANA. | PIELSANA | 80 UND | R$ 88,00 | R$ 7.040,00 |

| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.040,00 (SETE MIL E QUARENTA REAIS). |
|---|

LOTE 86

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 116 | 47580 | MASCARA DE OXIGENIO TRAQUEOSTOMIA, COM CONECTOR 360º PARA TUBO DE O2, EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA, POLIPROPILENO PP) E BORRACHA SINTETICA, RESISTENTE E NAO TOXICO, TAMANHO ADULTO | INNOVA | 50 UND | R$ 17,30 | R$ 865,00 |
| 117 | 47581 | MASCARA DE OXIGENIO TRAQUEOSTOMIA, COM CONECTOR 360º PARA TUBO DE O2, EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA, POLIPROPILENO PP) E BORRACHA SINTETICA, RESISTENTE E NAO TOXICO, TAMANHO INFANTIL | INNOVA | 15 UND | R$ 17,00 | R$ 255,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.120,00 (UM MIL, CENTO E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 89

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 120 | 47564 | CURATIVO ESTERIL DE NÃO TECIDO DE FIBRAS DE ALGINATO DE SODIO E CALCIO COMPOTO POR ACIDOS MANURONICO E GULURONICO, NA FORMA DE SAIS, DERIVADOS DE ALGAS MARRONS, MACIO DE COR BRANCA OU QUASE BRANCA EM FORMATO DE PLACA. AS FIBRAS DE ALGINATO ABSORVEM O EXSUDATO DA LESÃO E FORMAM UMA CAMADA FIRME DE GEL, PODEM PERMANECER NA LESÃO POR ATE SETE DIAS. TAM 10 X10 CM. IGUAL OU SEMELHANTE A MARCA CURATEC/CONVATEC. | CASEX | 310 UND | R$ 13,78 | R$ 4.271,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.271,80 (QUATRO MIL, DUZENTOS E SETENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 112

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 152 | 47591 | SONDA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA COM BALÃO DE SILICONE, COM ANEL DE FIXAÇÃO A 1 CM DA PELE. MARCADA A CADA CM, PARA UM POSICIONAMENTO APROPRIADO. RADIOPACA, ESTERIL E EM EMBALAGEM INDIVIDUAL. FR 12 | VITAL/ FR 12 | 05 UND | R$ 115,56 | R$ 577,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 577,80 (QUINHENTOS E SETENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 113

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 153 | 47592 | SONDA PARA GASTROSTOMIA PERCUTÂNEA COM BALÃO DE SILICONE, COM ANEL DE FIXAÇÃO A 1 CM DA PELE. MARCADA A CADA CM, PARA UM POSICIONAMENTO APROPRIADO. RADIOPACA, ESTERIL E EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.FR 18 | VITAL/ FR 18 | 15 UND | R$ 109,03 | R$ 1.635,45 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.635,45 (UM MIL E SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 119

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 159 | 33184 | TESTE RÁPIDO PARA HIV – ½. IMUNOENSAIO QUALITATIVO, PARA A DETECÇÃO DE ANTICORPOS PARA HIV-1 E HIV-2 EM SORO HUMANO, PLASMA OU SANGUE TOTAL – CAIXA COM 20 UNIDADES | BIOCON | 50 CX | R$ 123,20 | R$ 6.160,00 |
| 160 | 33187 | KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DA CONCENTRAÇÃO DE TROPONINA I (CTNI), POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO, EM AMOSTRAS DE SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA HUMANO – CAIXA COM 20 UNIDADES | ECO DIAGNOSTICO | 20 CX | R$ 135,98 | R$ 2.719,60 |
| 161 | 37208 | KIT PARA DETECCAO QUALITATIVA DO ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA) EM SORO PELO METODO IMUNOCROMATOGRAFICO ESPECIFICAÇÃO: TESTE RAPIDO IMUNOCROMATOGRAFICO PARA A DETECCAO SEMIQUANTITATIVA DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA), UTILIZANDO ANTICORPO MONOCLONAL ANTI PSA EM SORO, PLASMA OU SANGUE TOTAL, VALOR DE CUT-OFF DE 3 NG/ML COM VALOR DE REFERENCIA DE 10 NG/ML, APRESENTADO EM CASSETE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, ROTULO COM N. LOTE, IDENTIFICACAO DO PRODUTO/FABRICANTE, DATA FABRICACAO/ VALIDADE – CAIXA COM 25 UNIDADES | ECO DIAGNOSTICO | 145 CX | R$ 123,33 | R$ 17.882,85 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 26.762,45 (VINTE E SEIS MIL E SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 120

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 162 | 37290 | KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS ANTI-ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B, POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO EM AMOSTRAS DE SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA HUMANO- (HBSAG) CAIXA COM 25 UNIDADES | WAMA | 50 CX | R$ 111,80 | R$ 5.590,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.590,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 121

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 163 | 37006 | TESTE RÁPIDO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTICORPO ESPECÍFICOS ANTIHCV, POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO, EM AMOSTRAS DE SORO OU SANGUE TOTAL – CAIXA COM 20 UNIDADES | ONSITE | 50 CX | R$ 79,90 | R$ 3.995,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.395,00 (TRES MIL, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 129

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 174 | 47561 | ALCOOL METILICO P.A (METANOL), EMBALAGEM 1000ML FORMULA MOLECULAR: CH30H, PESO MOLECULAR 32.04 1 LITRO | SYNTH | 100 UND | R$ 49,16 | R$ 4.916,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.916,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS E DEZESSEIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 134

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 179 | 11800 | CRONOMETRO DIGITAL PORTATIL COM RELOGIO E ALARME. INDICADO PARA CONTROLAR TEMPO. RESISTENTE A ÁGUA, PARA USO EM LABORATORIOS E ESPORTES. PRECISAO DE 1/10 SEGUNIDADEOS. FORMATO DE HORA 12 OU 24. POSSUI CORDÃO PARA TRANSPORTE, AJUSTE DE DATA DIA DA SEMANA E HORA. | KASVI | 20 UND | R$ 65,74 | R$ 1.314,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.314,80 (UM MIL E TREZENTOS E QUATORZE REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 136

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 181 | 47575 | KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA O VÍRUS CHIKUNGUNYA NO SORO, PLASMA E SANGUE TOTAL HUMANO, POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO – COM 25 UNIDADES. | ONSITE | 500 CX | R$ 601,99 | R$ 300.995,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 300.995,00 (TREZENTOS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 137

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 182 | 21316 | KIT VDRL SUSPENSÃO ANTIGÊNICA FRASCO DE 5ML | BIOCLIN | 35 KIT | R$ 55,32 | R$ 1.936,20 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.936,20 (UM MIL E NOVECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 139

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 184 | 47596 | TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRAFICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM E IGG CONTRA ZIKA VÍRUS EM SORO, PLASMA OU SANGUE TOTAL CAIXA COM 20 TESTES | ECO DIAGNOSTICA | 500 CX | R$ 669,99 | R$ 334.995,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 334.995,00 (TREZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 140

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 185 | 47598 | TUBO DE ENSAIO VIDRO COMUM 05ML (12X75) MM SEM TAMPA/BORDA. CAIXA COM 250 UNIDADES | PERFECTA | 05 CX | R$ 43,06 | R$ 215,30 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 215,30 (DUZENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 144

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 189 | 49460 | TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, E TRANSPARENTE INCOLOR ESTERIL, MEDINDO 10,25 X 120MM, COM TAMPA PRETA, CITRATO DE SODIO, COM 5,2ML, COM C/ PROTECAO ENTRE OS TUBOS, DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E VALIDADEN. D, E NACIONAL – CAIXA COM 100 UNIDADES | VACUPLAST | 70 CX | R$ 186,32 | R$ 13.042,40 |
| 190 | 41948 | TUBO A VACUO PARA COLETA DE SANGUE - EM VIDRO, CITRATO DE SODIO, NA COR AZUL, PARA ASPIRACAO DE 4ML, TUBO COM 12,5 X 75MM, COM NOME DO REAGENTE, VALIDADE, PROCEDENCIA, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, PROCEDENCIA | VACUPLAST | 40 CX | R$ 68,68 | R$ 2.747,20 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.789,60 (QUINZE MIL, SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 156

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 206 | 46642 | ALCOOL ISOPROPILICO - CATEGORIA PARA USO EM ELETRO-ELETRONICOS, COM TEOR DE 99,8% - FORMULA (C3H80), LIMITES: 0,2%, ACIDO LIVRE <=0,0005MEQ/G, DENSIDADE 0,785+-0,001, ACONDICIONADO EM FRASCO DE 1LITRO, ROTULO COM NR. DO LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E FORMULA | SYNTH | 100 UND | R$ 43,61 | R$ 4.361,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.361,00 (QUATRO MIL, TREZENTOS E SESSENTA E UM REAIS). | | | | | | |

LOTE 159

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 209 | 42907 | TORNIQUETE - EM TECIDO ELASTICO COM TRAVA, FECHO EM PVC, COM REGULAGEM DE TENSAO, TAMANHO ADULTO (GARROTE) | MULTILASER | 40 UND | R$ 9,85 | R$ 394,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 394,00 (TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 192

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 268 | 29822 | PIPETA DE WESTERGREEN DE VIDRO | PERFECTA | 70 UND | R$ 6,37 | R$ 445,90 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 445,90 (QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 194

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 270 | 43195 | KIT REAGENTE ASLO – LÁTEX SEM CONTROLE POSITIVO E NEGATIVO FRASCO DE 2ML | EBRAM | 80 KIT | R$ 72,93 | R$ 5.834,40 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.834,40 (CINCO MIL, OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 196

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 274 | 47189 | TIRA REAGENTE COM DETERMINAÇÃO DE PELO MENOS 10 PARÂMETROS (BILIRRUBINA, LEUCÓCITOS, DENSIDADE, UROBILINOGÊNIO, PH, NITRITO, CETONAS, GLICOSE, PROTEÍNA E SANGUE). ESCALA DE COR IMPRESSA NO RÓTULO EQUIVALENTE ÀS CORES DAS ÁREAS REAGENTES – CAIXA COM 100 UNIDADES | CRAL | 150 CX | R$ 45,40 | R$ 6.810,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.810,00 (SEIS MIL E OITOCENTOS E DEZ REAIS). | | | | | | |

LOTE 197

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 275 | 47190 | KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE HCG PARA DIAGNÓSTICO DA GRAVIDEZ, POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO USANDO UMA COMBINAÇÃO DE ANTICORPO MONOCLONAL MARCADO E ANTICORPOS POLICLONAIS ANTI-HCG PARA IDENTIFICAÇÃO SELETIVA DE HCG EM AMOSTRAS DE SORO E URINA – CAIXA COM 50 UNIDADES | ACRO-BIOTECH | 30 CX | R$ 45,59 | R$ 1.367,70 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.367,70 (MIL E TREZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 198

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 276 | 49452 | ALBUMINA BOVINA 22% - CONTITUIDA POR ALBUMINA BOVINA, USADO EM TUBO, EM PORTUGUES COM INFORMACOES TECNICAS, POR 22% - FRASCO 10ML | EBRAM | 05 UND | R$ 65,00 | R$ 325,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 325,00 (TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 200

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 278 | 26202 | OLEO DE IMERSAO FRASCO 100 ML | NEWPROV | 50 UND | R$ 27,38 | R$ 1.369,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.369,00 (UM MIL, TREZENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS). | | | | | | |

LOTE 203

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 281 | 50548 | CREME BARREIRA PRODUTO LIPOFILICO (REPELE A ÁGUA) COMPOSTO DE OLEO MINERAL PARAFINA LIQUIDA, PETROLATO, CERA MICROCRISTALINA, ACIDO CITRICO, CITRATO DE MAGNESIO COCLOMETICONA, GLICERINA, METILPARABENO, PROPILPARABENO, PROPILENOGLICOL. DETALHAMENTO: AÇÃO DE BARREIRA DE PROTEÇÃO DA PELE CONTRA EXSUDATOS E EFLUENTES AGRESSIVOS PARA HIDRATAR E REGULAR O PH DA PELE DANIFICA. PODE SER USADO NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DEMATITE ASSOCIADA A INCONTINENCIA, AO REDR DE GASTROSTOMIAS E PROTEÇÃO DA PELE PACIENTES RADIOTERAPICOS. | PIELSANA | 700 UND | R$ 60,44 | R$ 42.308,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 42.308,00 (QUARENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 204

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 282 | 50546 | KIT PARA DETERMINACAO DE BHCG DETERMINACAO POR IMUNOCROMOTOGRAFIA, METODO 25 MUI/ML, MODO DE EACAO QUALITATIVO RAPIDO, TECNICA NAO VOLUME MAXIMO DE INDIVIDUAL TIPO PACK. ESTOCAGEM NA TEMPERATURA ADEQUADA OARA O KIT NAO AUTOMATIZADO, ROTULAGEM COM NR DETALHAMENTO: DE LOTE DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE E PROCEDÊNCIA PARA DETERMINAÇÃO EM SORO E URINA VOLUME TOTAL DO KIT 50 TESTES, PRESENÇA DE PADRÃO ACOMPANHA CONFIRMAÇÃO VISUAL DE CONTROLE INTERNO | ACRO-BIOTECH | 110 KIT | R$ 59,13 | R$ 6.504,30 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.504,30 (SEIS MIL, QUINHENTOS E QUATRO REAIS E TRINTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 213

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 293 | 43198 | GLUC UP GLICOSE 75 G SABOR LARANJA 300 ML | NEWPROV | 800 FR | R$ 9,03 | R$ 7.224,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.224,00 (SETE MIL E DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 227

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 313 | 34918 | TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VACUO EM VIDRO 5 ML, COM TAMPA AMARELA, CAIXA COM 100 | LABOR IMPORT | 1.300 CX | R$ 50,68 | R$ 65.884,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 65.884,00 (SESSENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 940.395,80 (NOVECENTOS E QUARENTA E MIL, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.888.187/0001-72

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 56

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 64 | 48182 | SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR, EM POLIETILENO, COR BRANCA, CAPACIDADE 100 LITROS, PCT COM 100 UN. | SCOOBY PLAST | 290 PCT | R$ 33,12 | R$ 9.604,80 |
| 65 | 48183 | SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR, EM POLIETILENO, COR BRANCA, CAPACIDADE 30 LITROS - PCT 100 UN. | SCOOBY PLAST | 290 PCT | R$ 18,17 | R$ 5.269,30 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 14.874,10 (QUATORZE MIL, OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 14.874,10 (QUATORZE MIL, OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: M. S. DIAGNÓSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.970.175/0003-93

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 117

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 157 | 43042 | FLUID PACK. REAGENTE DE CONSUMO EM ANALISADORES DE ELETRÓLITOS, COMO ANALYZER ELETRODO AVL 9180 | ROCHE | 36 UND | R$ 3,27 | R$ 117,72 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 117,72 (CENTO E DEZESSETE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 118

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 158 | 43044 | PAPEL PARA IMPRESSÃO AVL9180 BOBINA PAPEL IMPRESSORA, TIPO PAPEL TÉRMICO COMPRIMENTO 30 M LARGURA 38 MM APLICAÇÃO ANALISADOR DE ELETRÓLITOS AVL 9180. CAIXA COM 5 UNIDADES | ROCHE | 80 UND | R$ 83,00 | R$ 6.640,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.640,00 (SEIS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 6.757,72 (SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MISSNER & MISSNER LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.225.411/0001-73

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 82

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 110 | 17021 | FITA MICROPORE - MEDINDO (100 MM X 10M), COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE, POROSA, EMBALAGEM EM CARRETEL COM CAPA PROTETORA | MISSNER | 1.000 UND | R$ 9,05 | R$ 9. 050,00 |
| 111 | 43627 | FITA MICROPORE, MEDINDO 2,5CM X 10M, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE, POROSA, EMBALAGEM EM CARRETEL COM CAPA PROTETORA | MISSNER | 3.000 UND | R$ 2,26 | R$ 6. 780,00 |
| 112 | 48166 | FITA MICROPORE HIPOALERGÊNICA (50MM X 10M) RAYON DE VISCOSE NÃO TECIDO COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO | MISSNER | 3.000 UND | R$ 3,97 | R$ 11. 910,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 27.740,00 (VINTE E SETE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 27.740,00 (VINTE E SETE MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MEDYLOG LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.958.200/0001-78

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 74

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 48 | 49558 | CAMPO CIRURGICO ESTERIL, 100% POLIPROPENO – TAMANHO: 1,50X2,00M | POLAR FIX | 900 UND | R$ 10,03 | R$ 9.027,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.027,00 (NOVE MIL E VINTE E SETE REAIS). | | | | | | |

LOTE 165

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 216 | 2856 | AGULHA 40X12 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR 32 CAIXA C/100 | NPH MEDICAL | 1.000 UND | R$ 26,79 | R$ 26.790,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 26.790,00 (VINTE E SEIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 35.817,00 (TRINTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E DEZESSETE REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MEDX IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.908.465/0001-79

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 27

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 30 | 16823 | COBERTURA, TIPO DE COBERTURA 3 CAMADAS: MATERIAL NÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, VISCOSE + POLIÉSTER, IMPREGNADO COM CLORETO DE SÓDIO HIPERTÔNICO A 20%, REVESTIMENTO INTERNO CAMADA NÃO ADERENTE POLIÉSTER + POLIETILENO, REVESTIMENTO EXTERNO PAPEL SILICONADO, TIPO AÇÃO PERMEÁVEL AGASES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABSORVENTE, NÃO ADERENTE, ESTERILIDADE ESTÉRIL, TIPO USO DESCARTÁVEL, ABSORVE O ESXUDATO E LIBERA O CLORETO DE SÓDIO 20%. TAM 10 X 10CM. IGUAL OU SEMELHANTE AO CURATIVO MESALT DA MARCA MOLNLYCKE | MOLNLYCKE | 250 UND | R$ 40,00 | R$ 10. 000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 127

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 172 | 47565 | CURATIVO PRIMÁRIO DE SILICONE TELADO, COM ESTRUTUTA TRANPARENTE, PERFURADA E ADAPTAVEL, FAVORECE O PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO, PODE PERMANECER NA LESAO POR VÁRIOS DIAS, MINIMIZA A MACERAÇÃO, ATRAUMÁTICO, NÃO IMPEDE ATRANSFERENCIA DE EXSUDATO PARA A COBERTURA SECUNIDADEÁRIA, TAM 7,5 CM X 10 CM. IGUAL OU SEMELHANTE AO CUTICELL CONTACT (MARCA BSN). | MOLNLYCKE | 400 UND | R$ 115,06 | R$ 46. 024,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 46.024,00 (QUARENTA E SEIS MIL E VINTE E QUATRO REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 56.024,00 (CINQUENTA E SEIS MIL E VINTE E QUATRO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MED STOCK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.924.601/0001-69

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 31

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 35 | 9922 | FRASCO COLETOR UNIVERSAL POTE URINA 80 ML ESTÉRIL | FIRSTLAB | 12.000 UND | R$ 0,34 | R$ 4.080,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.080,00 (QUATRO MIL E OITENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 110

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 147 | 46712 | LUVA DE VINIL HIPOALERGICA, ISENTA DE LATEX. TAMANHO G – CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 233 CX | R$ 8,60 | R$ 2.003,80 |
| 148 | 47579 | LUVA DE VINIL HIPOALERGICA, ISENTA DE LATEX. TAMANHO GG – CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 100 CX | R$ 8,60 | R$ 860,00 |
| 149 | 23409 | LUVA DE VINIL HIPOALERGICA, ISENTA DE LATEX. TAMANHO P – CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 100 CX | R$ 8,60 | R$ 860,00 |
| 150 | 46711 | LUVA DE VINIL HIPOALERGICA, ISENTA DE LATEX. TAMANHO M – CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 450 CX | R$ 8,60 | R$ 3.870,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.593,80 (SETE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 133

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 178 | 41384 | BOLSA COLETORA, EM PVC FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CAPACIDADE DE 2.000 ML, SISTEMA FECHADO, COM TAMPA, POSSUIR TUBO EXTENSOR TRANSPARENTE E FLEXÍVEL, CLAMP CORTA FLUXO, TUBO DE DRENAGEM E PONTO DE COLETA DE AMOSTRA, VÁLVULA ANTI-REFLUXO, FILTRO DE AR HIDRÓFOBO E SUPORTE PARA FIXAÇÃO TIPO CABIDE | OLIMED | 4.500 UND | R$ 3,55 | R$ 15.975,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.975,00 (QUINZE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 153

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 203 | 24473 | MASCARA DESCARTAVEL TAMANHO ADULTO COM CLIPE NASAL E DE FACIL AJUSTE, COM ELASTICO, COM 03 CAMADAS, COR BRANCA, ATOXICA, NÃO ESTERIL, CAIXA. C/50 - REGISTRO ANVISA | MULTILASER | 500 CX | R$ 3,87 | R$ 1.935,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.935,00 (UM MIL, NOVECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 181

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 252 | 23383 | LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO G- CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 2.300 CX | R$ 12,39 | R$ 28.497,00 |
| 253 | 23385 | LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M- CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 2.300 CX | R$ 12,39 | R$ 28.497,00 |
| 254 | 23391 | LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP- CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 2.300 CX | R$ 12,39 | R$ 28.497,00 |
| 255 | 23389 | LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P- CAIXA COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA | MEDIX | 2.300 CX | R$ 12,39 | R$ 28.497,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 113.998,00 (CENTO E TREZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 143.571,80 (CENTO E QUARENTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E SETENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ULTRA MEDKA PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 14.646.435/0001-12

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 49

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 56 | 50542 | BARREIRA PROTETORA EM SPRAY (PROTEGE A PELE, BORDA DA FERIDA). CUTANEO EM SPRAY OU AEROSSOL DE SECAGEM RAPIDA, PARA PROTECAO DA PELE AO REDOR DA LESAO, FORMA UMA PELICULA PROTETORA INDOLOR, TRANSPARENTE E DURAVEL, RESISTENTE A AGUA E PERMEAVEL AO AR, PERMITINDO A TRANSPIRACAO DA PELE, FORMANDO UMA BARREIRA CONTRA OS EFLUENTES (FEZES E URINA) PERMITINDO A COLAGEM DO CURATIVO E SECAGEM EM SEGUNDOS, SEM ALCOOL (NAO ARDE), COMPOSTO POR HEXAMETILDISILOXANO, CICLOPENTASILOXANO, SILICA TRIMETILADO. NAO ESTERIL. FRASCO SPRAY OU AEROSSOL CONTENDO NO MINIMO 50 ML. EMBALAGEM INDIVIDUAL, QUE PERMITA ABERTURA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA NUMERO DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE, ATENDER A LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. A EMPRESA GANHADORA DEVERA DISPONIBLIZAR TREINAMENTO DO PRODUTO PARA QUE O SERVICO POSSA INICIAR O USO DO MESMO.<br>MARCAS SUGERIDAS: CONVATEC, COLOPLAST, CURATEC, BMD, DBS | COLOPLAST/ BRAVA SPRAY BARREIRA 50ML | 70 UND | R$ 87,75 | R$ 6.142,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.142,50 (SEIS MIL, CENTO E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 201

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 279 | 50530 | HIDROFIBRA DE ALGINATO CURATIVO ANTIMICROBIANO, ESTERIL, NAO ADERENTE, EM PLACA, COMPOSTA POR FIBRA DE CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA PODENDO OU NAO CONTER ALGINATO DE CALCIO, E/OU OUTROS COMPONENTES, COM CAMADA DE FIBRAS ENTRELACADAS, APRESENTACAO EM PLACA DE NAO TECIDO MACIA, ABSORCAO VERTICAL, ATOXICO, HIPOALERGENICO, MEDINDO 10 X 10 CM (COM VARIACAO PARA + OU - 2 CM). ESTERIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA COM REGISTRO NA ANVISA. A EMPRESA GANHADORA DEVERA DISPONIBILIZAR TREINAMENTO DO PRODUTO PARA QUE O SERVICO POSSA INICIAR O USO DO MESMO.<br>MARCAS SUGERIDAS: CONVATEC, COLOPLAST, CURATEC, ESMITH | COLOPLAST BIATAIN ALGINATO COM PRATA 10X10 | 600 UND | R$ 34,65 | R$ 20.790,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 20.790,00 (VINTE MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 202

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 280 | 50538 | ESPUMA COM BORDA DE SILICONE PARA SACRAL - CURATIVO DE ESPUMA FORMATO SACRAL, COM PRATA E BORDAS DE SILICONE, ESTERIL, CONSTITUIDO POR UMA CAMADA EXTERNA IMPERMEAVEL DE FILME DE POLIURETANO COM BARREIRA ANTIBACTERIANA E UCEMA ALMOFADA NTRAL COM CAMADAS ABSORVENTES. A ALMOFADA CENTRAL ABSORVENTE E COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ESPUMA DE POLIURETANO E UMA CAMADA PARA CONTATO COM O LEITO DA FERIDA, A ALMOFADA CENTRAL IMPEDE LATERALIZACAO DO FLUIDO, PREVENINDO MACERACAO. INDICADO COMO CURATIVO PRIMARIO, ABSORVENDO ATE MODERADA QUANTIDADE DE EXSUDATO. TAMBEM PODE SER UTILIZADO COMO CURATIVO SECUNDARIO. COM ADESIVO DE SILICONE SOMENTE NAS BORDAS PARA ADESIVIDADE SUAVE E POSSIBILIDADE DE REPOSICIONAMENTO. TAMANHO: ENTRE 15X19 A 20X20. MARCAS SUGERIDAS: CONVATEC COLOPLAST CURATEC SMITHE | COLOPLAST/ BIATAIN SILICONE SACRAL 15X19CM | 500 UND | R$ 72,50 | R$ 36.250,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 36.250,00 (TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 63.182,50 (SESSENTA E TRÊS MIL, CENTO E OITENTA E DOIS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MEDICAL FARM NORTE COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.019.611/0001-70

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 68

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 87 | 42922 | BRACADEIRA EM NYLON FECHO VELCRO C/ MANGUITO OBESO | PREMIUM | 35 UND | R$ 32,76 | R$ 1.146,60 |
| 88 | 42921 | BRACADEIRA EM NYLON FECHO VELCRO COM MANGUITO NEONATAL/ INFANTIL | PREMIUM | 35 UND | R$ 32,76 | R$ 1.146,60 |
| 89 | 42920 | BRACADEIRA EM NYLON FECHO VELCRO C/ MANGUITO ADULTO | PREMIUM | 35 UND | R$ 32,76 | R$ 1.146,60 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.439,80 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 73

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 101 | 44108 | CÂNULA DE GUEDEL, KIT CANULA DE GUEDEL, NOS TAMANHOS 0, 1, 2, 3, 4, 5, DE MATERIAL ATOXICO, PVC SILICONIZADO, ORIFICIO CENTRAL E BORDA DE SEGURANCA, RESISTENTE A DESINFECCAO, EMBALAGEM APROPRIADA E INDIVIDUAL | ADVANTIVE | 15 KIT | R$ 18,00 | R$ 270,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 270,00 (DUZENTOS E SETENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 148

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 194 | 47566 | DRENO PENROSE TAMANHO N.1 | WALTEX | 20 UND | R$ 4,50 | R$ 90,00 |
| 195 | 47567 | DRENO PENROSE TAMANHO N.2 | WALTEX | 20 UND | R$ 4,50 | R$ 90,00 |
| 196 | 47568 | DRENO PENROSE TAMANHO N.3 | WALTEX | 20 UND | R$ 5,00 | R$ 100,00 |
| 197 | 47569 | DRENO PENROSE TAMANHO N.4 | WALTEX | 20 UND | R$ 5,00 | R$ 100,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 152

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 201 | 23790 | MALHA TUBULAR TAMANHO 06 CM X 15M, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MS. | ORTOFEN | 10 UND | R$ 17,00 | R$ 170,00 |
| 202 | 23805 | MALHA TUBULAR ORTOPEDICA - 100% ALGODAO, MEDINDO 06CM X 25M. | ORTOFEN | 30 UND | R$ 18,00 | R$ 540,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 710,00 (SETECENTOS E DEZ REAIS). | | | | | | |

LOTE 157

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 207 | 46689 | BORRIFADOR EM PLASTICO, COM GATILHO, CAPACIDADE 500 ML | NOBRE | 40 UND | R$ 7,25 | R$ 290,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 290,00 (DUZENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 172

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 230 | 49705 | DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - PARA COLETA SANGUE A VACUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANCA 23G – COM 50 UNIDADES | DESCARPACK | 1.100 CX | R$ 22,88 | R$ 25.168,00 |
| 231 | 41273 | DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP COM DISPOSITIVO DE SEGURANDA - NUMERO 21, PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO, TUBO TRANSPARENTE, FLEXIVEL COM PROTETOR ENROSCASDO, INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU-CIRURGICO OU FILME. CAIXA COM 100 UNIDADES | DESCARPACK | 300 CX | R$ 22,89 | R$ 6.867,00 |
| 232 | 41310 | DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP COM DISPOSITIVO DE SEGURANDA - NUMERO 25, PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO, TUBO TRANSPARENTE, FLEXIVEL COM PROTETOR ENROSCASDO, INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU-CIRURGICO OU FILME COM PROTETOR ENROSCASDO, INDIVIDUAL EM PAPEL GRAUCI-RURGICO OU FILME. CAIXA COM 100 UNIDADES | DESCARPACK | 300 CX | R$ 22,74 | R$ 6.822,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 38.857,00 (TRINTA E OITO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 43.946,80 (QUARENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

---

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: M B DE ARAÚJO XAVIER – MBX PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, inscrita no CNPJ sob nº 37.205.854/0001-14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 03

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 03 | 10065 | COMPÓSITO RESTAURADOR POLIMERIZÁVEL POR LUZ E RADIOPACO COM TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6 UM E COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, TEGDMA E CANFOROQUINONA. PARTE INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SILICA COM 4,5% EM PESO (66% EM VOLUME), SERINGA CONTENDO 4G, NA COR A3, MARCAS SUGERIDAS: 3M OU FORMA | FMG | 300 UND | R$ 44,29 | R$ 13.287,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.287,00 (TREZE MIL E DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS). | | | | | | |

LOTE 04

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 | 10064 | COMPÓSITO RESTAURADOR POLIMERIZÁVEL POR LUZ E RADIOPACO COM TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6 UM E COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, TEGDMA E CANFOROQUINONA. PARTE INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 4,5% EM PESO (66% EM VOLUME), SERINGA CONTENDO 4G, NA COR A3,5, MARCAS SUGERIDAS: 3M OU FORMA | FMG | 300 UND | R$ 54,97 | R$ 16.491,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.491,00 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS). | | | | | | |

LOTE 05

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 42216 | COMPÓSITO RESTAURADOR POLIMERIZÁVEL POR LUZ E RADIOPACO COM TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6 UM E COMPOSIÇÃO: BISGMA, TEGDMA E CANFOROQUINONA. PARTE INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 4,5% EM PESO (66% EM VOLUME), SERINGA CONTENDO 4G, NA COR UD, MARCAS SUGERIDAS: 3M OU FORMA | FMG | 300 UND | R$ 54,97 | R$ 16.491,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.491,00 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS). | | | | | | |

LOTE 06

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 06 | 42382 | COMPÓSITO RESTAURADOR POLIMERIZÁVEL POR LUZ E RADIOPACO COM TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6 UM E COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, TEGDMA E CANFOROQUINONA. PARTE INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 4,5% EM PESO (66% EM VOLUME), SERINGA CONTENDO 4G, NA COR A2, MARCAS SUGERIDAS: 3M OU FORMA | FMG | 300 UND | R$ 54,10 | R$ 16.230,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.230,00 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS E TRINTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 07

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 07 | 42167 | COMPÓSITO RESTAURADOR POLIMERIZÁVEL POR LUZ E RADIOPACO COM TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6 UM E COMPOSIÇÃO: BIS-GMA, TEGDMA E CANFOROQUINONA.PARTE INORGÂNRICA: ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 4,5% EM PESO (66% EM VOLUME), SERINGA CONTENDO 4G, NA COR B2, MARCAS SUGERIDAS: 3M OU FORMA | FMG | 300 UND | R$ 60,00 | R$ 18.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 08

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 08 | 10058 | COMPÓSITO RESTAURADOR POLIMERIZÁVEL POR LUZ E RADIOPACO COM TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 0,6 UM E COMPOSIÇÃO: BISGMA, TEGDMA E CANFOROQUINONA. PARTE INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 4,5% EM PESO (66% EM VOLUME), SERINGA CONTENDO 4G, NA COR B3, MARCAS SUGERIDAS: 3M OU FORMA | FMG | 300 UND | R$ 55,00 | R$ 16.500,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 20

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 21 | 49455 | AVENTAL PLUMBIFERO - CHUMBO COM ESPESSURA DE 0.50MM, COM PROTECAO NAS COSTAS, ADULTO FEMININO, PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO RAIO-X | SDIAS | 02 UND | R$ 700,00 | R$ 1.400,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.400,00 (UM MIL E QUATROCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 54

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 62 | 29347 | PINCA CIRURGICA ACO INOXIDAVEL ANATOMICA 14 CM DENTE DE RATO | MARYAM | 30 UND | R$ 13,33 | R$ 399,90 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 399,90 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 60

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 71 | 33066 | TESOURA CIRURGICA METZEMBAUM, EM INOX, 15 CM CURVA | MARYAM | 50 UND | R$ 32,03 | R$ 1.601,50 |
| 72 | 33099 | TESOURA CIRURGICA SPENCER, EM INOX, 12 CM RETA | MARYAM | 30 UND | R$ 23,95 | R$ 718,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.320,00 (DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 147

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 193 | 42919 | BANDEJA RETANGULAR LISA, INOX, MEDIDAS APROX. DE 30X20X4 CM | AÇONOX | 50 UND | R$ 80,00 | R$ 4.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 218

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 298 | 33054 | TESOURA ACO INOXIDAVEL 12 CM CURVA TIPO MAYO STILLE 50 | MARYAM | 15 UND | R$ 33,90 | R$ 508,50 |
| 299 | 33139 | TESOURA ACO INOXIDAVEL 14 CM LISTER ARGOLA DUPLA CM | MARYAM | 50 UND | R$ 53,68 | R$ 2.684,00 |
| 300 | 33140 | TESOURA ACO INOXIDAVEL 15 CM CURVA ROMBA FINA AUTOCLAVAVEL | MARYAM | 50 UND | R$ 35,59 | R$ 1.779,50 |
| 301 | 33142 | TESOURA ACO INOXIDAVEL 15 CM RETA ROMBA FINA AUTOCLAVAVEL | MARYAM | 50 UND | R$ 36,56 | R$ 1.828,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.800,00 (SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 223

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 307 | 45305 | PINCA ADSON, DENTE DE RATO, 12 CM | MARYAM | 50 UND | R$ 16,00 | R$ 800,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 226

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 311 | 41781 | PINCA CIRURGICA, ACO INOXIDAVEL, KELLY, CURVA, 14 CM | MARYAM | 50 UND | R$ 28,66 | R$ 1.433,00 |
| 312 | 29338 | PINCA CIRURGICA EM INOX KELLY RETA 14 CM | MARYAM | 50 UND | R$ 35,34 | R$ 1.767,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.200,00 (TRES MIL E DUZENTOS REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 115.918,90 (CENTO E QUINZE MIL, NOVECENTOS E DEZOITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 19.391.064/0001-99

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 42

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 47 | 22426 | LENÇOL DE PAPEL DESCARTÁVEL, TAMANHO APROXIMADO DE 70 CM X 50 CM. ROLO COM 50 METROS, CAIXA COM 10 | DESCARBOX | 1.200 CX | R$ 92,97 | R$ 111.564,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 111.564,00 (CENTO E ONZE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 65

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 79 | 13043 | GLICOSE SORO – CONCENTRACAO / DOSAGEM 5% EM ÁGUA PARA INJECAO, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO 500ML, VIA INTRAVENOSA | FRESENIUS | 3.000 UND | R$ 6,33 | R$ 18.990,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 18.990,00 (DEZOITO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 69

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 90 | 41090 | SERINGA DESCARTAVEL EM PLASTICO, ATOXICO, APIROGENICO, INTEGRO E TRANSPARENTE, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL SLIP, ESTERIL, SILICONIZADA, 10 ML. CAIXA COM 100 | SR | 200 CX | R$ 21,61 | R$ 4.322,00 |
| 91 | 41091 | SERINGA DESCARTAVEL EM PLASTICO, ATOXICO, APIROGENICO, INTEGRO E TRANSPARENTE, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL SLIP, ESTERIL, SILICONIZADA, 60 ML. CAIXA COM 100 | SR | 150 CX | R$ 128,68 | R$ 19.302,00 |
| 92 | 41082 | SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO, ATOXICO, APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACÃO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL SLIP, ESTERIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 5 ML. CAIXA COM 100 UNIDADES | SR | 600 CX | R$ 12,41 | R$ 7.446,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 31.070,00 (TRINTA E UM MIL E SETENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 182

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 256 | 41085 | SERINGA DESCARTÁVEL 01 ML PARA APLICAÇÃO DE INSULINA, COM AGULHA FIXA DE 8MM X 0,30M, EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE, LEITURA DE GRADUAÇÃO, RESIDUAL ZERO SEM PERDA DE INSULINA, TRIFACETADA E SILICONIZADA EM TODA SUA EXTENSÃO, SERINGA EM CORPO UNICO, COM EMBOLO COR LARANJA, MEDIDA INTERNACIONAL EM SERINGAS ESPECÍFICAS PARA OS DIABÉTICOS POSSIBILITANDO QUE A INSULINA SEJA MINISTRADA MILIMETRICAMENTE. CAIXA C/100 | SR | 500 CX | R$ 27,00 | R$ 13.500,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 189

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 265 | 2901 | SERINGA HIPODERMICA DESCARTAVEL SEM AGULHA 3 ML BICO LUER LOCK CAIXA COM 100 | SR | 100 CX | R$ 12,58 | R$ 1.258,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.258,00 (UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 216

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 296 | 2902 | SERINGA HIPODERMICA DESCARTAVEL SEM AGULHA 20 ML BICO LUER LOCK | SR | 500 UND | R$ 0,38 | R$ 190,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 190,00 (CENTO E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 176.572,00 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SETENTA E DOIS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: L.E. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.134.704/0001-22

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 02

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 42126 | CARBONO PARA ODONTOLOGIA - REGISTRO DE ARTICULAÇÃO (ARCADA), 12 FOLHAS DUPLAS AZUL E VERMELHA, PAPEL COM 300 MICRAS DE ESPESSURA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO | IOSONTOSUL | 300 BLOCO | R$ 3,52 | R$ 1.056,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.056,00 (UM MIL E CINQUENTA E SEIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 39

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 44 | 40314 | ATADURA GESSADA - MEDINDO: 06CM X 3,0M, EM TECIDO TIPO GIRO INGLES OU GAZE COMUM, NA COR BRANCA, EM ROLO, EMBALADOEMPLASTICO OU PAPEL APROPRIADO. CX/20 | ORTOFEN | 500 CX | R$ 25,04 | R$ 12.520,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.520,00 (DOZE MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 70

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 93 | 14496 | ESPARADRAPO COMUM - IMPERMEAVEL, MEDINDO 2,5 CM X 4,5 M, DE COR BRANCA, COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODAO COM RESINA ACRILICA IMPERMEABILIZANTE, APLICADA MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, OXIDO DE ZINCO E RESINA. | COOPERTINA | 10.000 UND | R$ 3,33 | R$ 33.300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 33.300,00 (TRINTA E TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 87

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 118 | 10078 | COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO 45X50 CM, 100% ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, COM 04(QUATRO) CAMADAS, FIOS DE ALGODÃO ISENTOS DE IMPUREZAS, ALTAMENTE ABSORVÍVEL, FILAMENTO COM FIO RADIOPACO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDENCIA, NOME E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE<br>PACOTE COM 50 UNIDADES | ERIMAX | 900 PCT | R$ 48,50 | R$ 43.650,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 43.650,00 (QUARENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 93

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 125 | 40509 | BLOQUEADOR SOLAR FPS 50, LOÇÃO, NÃO OLEOSO, ÁGUA RESISTENTE, AGE CONTRA A AÇÃO NOCIVA DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS DOS TIPOS UVA E UVB EMITIDAS PELAS RADIAÇÕES SOLARES, NÃO COMEDOGÊNICO, HIPOALERGÊNICO, DERMATOLOGICA-MENTE TESTADO, USO PROFISSIONAL. EMBALAGEM EM BISNAGA COM 120 ML. VALIDADE DE 02 ANOS APÓS FABRICAÇÃO | TROOL | 2.100 UND | R$ 16,10 | R$ 33.810,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 33.810,00 (TRINTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS). | | | | | | |

LOTE 94

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 126 | 14221 | EQUIPO PARA NUTRICAO ENTERAL, EM PVC, ESTERIL, CAMARA FLEXIVEL, COM CONTROLADOR DE FLUXO | MEDIX | 2.500 UND | R$ 0,91 | R$ 2.275,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.275,00 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 95

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 127 | 47570 | EQUIPO CONECTOR - 2 VIAS COM CORTA FLUXO ADULTO (MULTIVIAS), TUBO FLEXIVEL, CONFECCIONADO EM PVC, ATOXICO, APIROGENICO E TRANSPARENTE, TAMANHO ADULTO, 2 VIAS, CORTA FLUXO ADULTO, MULTIVIAS, POSSUEM CONECTORES LUER LOCK FEMEA UNIVERSAL COM TAMPAS E CONECTOR LUER SLIP MACHO UNIVERSAL COM PROTETOR. CAIXA COM 50 UNIDADES | VITAL GOLD | 10 CX | R$ 35,00 | R$ 350,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 101

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 134 | 9347 | CLORETO DE SODIO 0,9%, BOLSA 1000 ML | FRESENIUS | 1.500 UND | R$ 10,80 | R$ 16.200,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.200,00 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 102

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 135 | 14217 | EQUIPO MACROGOTAS – PARA SOLUÇÃO PARENTERAIS ESTERIL ATOXICO, APIROGÊNICO COM PINÇA ROLETA E INJETOR LATERAL ESTÉRIL COM MANGUEIRA 1,80M | 2L | 12.000 UND | R$ 0,65 | R$ 7.800,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 103

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 136 | 14210 | EQUIPO PARA SOLUCOES PARENTERAIS MICROGOTAS COM BURETA GRADUADA 150 ML PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CAMARA GOTEJADORA FLEXIVEL | SOLIDOR | 400 UND | R$ 4,68 | R$ 1.872,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.872,00 (UM MIL, OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 104

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 137 | 27305 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 10 CM X 100M | POLLITEX | 100 UND | R$ 48,00 | R$ 4.800,00 |
| 138 | 27306 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 15 CM X 100 M | POLLITEX | 400 UND | R$ 70,00 | R$ 28.000,00 |
| 139 | 41919 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 25 CM X 100 M | POLLITEX | 100 UND | R$ 117,00 | R$ 11.700,00 |
| 140 | 27316 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 30CM X 100 M | POLLITEX | 200 UND | R$ 140,00 | R$ 28.000,00 |
| 141 | 46052 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 5 CM X 100 M | POLLITEX | 200 UND | R$ 25,00 | R$ 5.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 77.500,00 (SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 105

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 142 | 41457 | COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA NÃO-ESTERIL, PRODUTO COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 CM, HIDROFILA NAO-ESTERIL, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, PACOTE COM 500. CONFECCIONADO COM 13 FIOS 100 % ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, SEM FALHAS, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS NA DIMENSAO DE 7,5 X 7,5 CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTANCIAS GORDUROSAS, AMIDOS, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES OPTICOS. INODORAS E INSIPIDAS. NAO DEVENDO CONTER MICRO ORGANISMOS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS | NOBRE | 5.000 PCT | R$ 17,59 | R$ 87.950,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 87.950,00 (OITENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 106

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 143 | 48379 | FITA PARA GLICOSÍMETRO, COMPATÍVEIS COM O APARELHO DE GLICOSÍMETRO DESCARPACK PLUS, CAIXA COM 50 UNIDADES LOTE | DESCARPACK | 4.000 UND | R$ 27,80 | R$ 111.200,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 111.200,00 (CENTO E ONZE MIL E DUZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 116

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 156 | 44115 | SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO, ATOXICO, APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZAÇÃO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL SLIP, ESTERIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 20 ML. CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 150 UND | R$ 36,26 | R$ 5.439,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.439,00 (CINCO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS). | | | | | | |

LOTE 150

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 199 | 45277 | APARELHO AUTOMÁTICO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL DE BRAÇO, COM AS FUNÇÕES DE AFERIR A PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA E DIASTÓLICA. COM BRAÇADEIRA. COMPOSIÇÃO: POLÍMEROS PLÁSTICOS E COMPARTIMENTOS ELETRÔNICOS. DIMENSÕES DA BRAÇADEIRA: PADRÃO DE 22 À 32 CM DE CIRCUNFERÊNCIA | G TECH | 50 UND | R$ 117,00 | R$ 5.850,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.850,00 (CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | | |

LOTE 155

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 205 | 3070 | ÁLCOOL ETÍLICO 70%, EM GEL, NEUTRO, EMBALAGEM DE 500 ML | CICLOFARMA | 2.500 UND | R$ 5,00 | R$ 12.500,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 160

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 210 | 34212 | TOUCA DESCARTAVEL COM ELASTICO MATERIAL EM TNT GRAMATURA DE 20 GR/M2, CAIXA COM 100 UNIDADES | LAVIE | 40 CX | R$ 7,50 | R$ 300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 161

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 211 | 40674 | PAPEL CREPADO 60X60 CM, COR VERDE, CAIXA COM 500 | DUOTEC | 35 UND | R$ 285,00 | R$ 9.975,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.975,00 (NOVE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 162

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 212 | 1973 | ABAIXADOR DE LINGUA, EM MADEIRA LISA TIPO ESPATULA, PACOTE COM 100 | TALGE | 600 PCT | R$ 4,55 | R$ 2.730,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.730,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 163

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 213 | 2815 | AGULHA 25X0,7- COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR32. CAIXA. C/100 | MEDIX | 1.100 CX | R$ 20,60 | R$ 22.660,00 |
| 214 | 2812 | AGULHA 25X0,6 C/ DISPOSITIVO DE SEGURANCA CX COM 100 UNIDADES | MEDIX | 200 CX | R$ 23,90 | R$ 4.780,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 27.440,00 (VINTE E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 164

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 215 | 2871 | AGULHA DESCARTÁVEL PARA COLETA MÚLTIPLA DE SANGUE Á VÁCUO MEDINDO 25X7MM- COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NO ADAPTADOR QUE APÓS ACIONADO RECOBRIRÁ COMPLETAMENTE A AGULHA, GARANTINDO TOTAL BIOSSEGURANÇA. COM CANHÃO DE COR PRETA- BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, ESTÉRIL, (ENCAIXE PARA SERINGA LUER). ATENDER A NR32 -CAIXA. C/ 100. | CRALPLAST | 800 CX | R$ 23,40 | R$ 18.720,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 18.720,00 (DEZOITO MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 166

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 217 | 2814 | AGULHA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA TAMANHO: 25 X 0,8 MM. 21 G X 1". COR DO DISPOSITIVO DE SEGURNAÇA VERDE – CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 70 CX | R$ 19,50 | R$ 1.365,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.365,00 (UM MIL, TREZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 167

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 218 | 49640 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 6,5. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,13 | R$ 5.650,00 |
| 219 | 49644 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 7,0. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,14 | R$ 5.700,00 |
| 220 | 49641 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 7,5. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,15 | R$ 5.750,00 |
| 221 | 49642 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 8,0. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,15 | R$ 5.750,00 |
| 222 | 49643 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 8,5. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,13 | R$ 5.650,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 28.500,00 (VINTE E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 170

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 225 | 7914 | CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) Nº 18 – COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - CAIXA. COM 50 UNIDADES | MEDIX | 300 CX | R$ 66,80 | R$ 20.040,00 |
| 226 | 7931 | CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) N. 24 DISPOSITIVO DE SEGURANCA CX. 100 UNIDADES | MEDIX | 350 CX | R$ 97,40 | R$ 34.090,00 |
| 227 | 7915 | CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) Nº 20 - COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - CAIXA. COM 50 UNIDADES | MEDIX | 300 CX | R$ 107,90 | R$ 32.370,00 |
| 228 | 7920 | CATETER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA (ABOCATH Nº 22) CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 600 CX | R$ 67,50 | R$ 40.500,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 127.000,00 (CENTO E VINTE E SETE MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 174

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 236 | 2810 | AGULHA 13X4,5, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR32. CAIXA. C/100 UNIDADES | MEDIX | 800 CX | R$ 28,00 | R$ 22.400,00 |
| 237 | 45269 | AGULHA 20X5,5 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR32. CAIXA. C/100 UNIDADES | MEDIX | 400 CX | R$ 28,00 | R$ 11.200,00 |
| 238 | 45270 | AGULHA 30X7 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR 32. CAIXA C/100 UNIDADES | MEDIX | 100 CX | R$ 19,00 | R$ 1.900,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 35.500,00 (TRINTA E CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 178

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 246 | 18210 | ATADURA DE CREPE - EM ALGODAO COM 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, COM DIMENSAO DE (10CMX1,80M), COM BORDAS DELIMITADAS SEM DESFIAMENTO, COM ELASTICIDADE LONGITUDINAL E TRANSVERSALMENTE, ENROLADA UNIFORMEMENTE, EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO EM PLASTICO ATOXICO OU PAPEL APROPRIADO.PACOTE COM 12 UNIDADES | ERIMAX | 1.300 PCT | R$ 4,91 | R$ 6.383,00 |
| 247 | 16901 | ATADURA DE CREPE - EM ALGODAO COM 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, COM DIMENSAO DE (15CMX1,80M), COM BORDAS DELIMITADAS SEM DESFIAMENTO, COM ELASTICIDADE LONGITUDINAL E TRANSVERSALMENTE, ENROLADA UNIFORMEMENTE, EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO EM PLASTICO ATOXICO OU PAPEL APROPRIADO.PACOTE COM 12 UNIDADES | ERIMAX | 1.300 PCT | R$ 6,70 | R$ 8.710,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.093,00 (QUINZE MIL E NOVENTA E TRÊS REAIS). | | | | | | |

LOTE 183

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 257 | 45310 | SERINGA COM AGULHA 25X7MM, SERINGA POLIPROPILENO TRANSPARENTE DE 3ML COM LUER LOCK (ROSCA), BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLASTICO, DESCARTAVEL, ESTERIL - CAIXA COM 100 UNIDADES | DESCARPACK | 200 CX | R$ 19,50 | R$ 3.900,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.900,00 (TRES MIL E NOVECENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 188

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 264 | 2900 | SERINGA HIPODERMICA DESCARTAVEL SEM AGULHA 5 ML BICO LUER LOCK CAIXA COM 100 | MEDIX | 100 CX | R$ 15,40 | R$ 1.540,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.540,00 (UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 191

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 267 | 41807 | OXIMETRO DE DEDO PORTÁTIL: TELA LED VERMELHO DE ÓTIMA VISUALIZAÇÃO EM TODOS OS ÂNGULOS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, INDICADOR DE NÍVEL DE BATERIA, CURVA GRÁFICA DE SINAL, INTERIOR DO CLIP DO DEDO CONFECCIONADO EM BORRACHA MÉDICA ANTI ALÉRGICA, AUTONOMIA DE ATÉ 40 HORAS DE USO CONTÍNUO COM CARGA MÁXIMA DE BATERIA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO QUANDO NÃO ESTÁ POSICIONADO NO DEDO POR 8 SEGUNIDADEOS CONSECUTIVOS, AVISO DE “FINGER OUT" DEDO MAL ADAPTADO OU NÃO ENCAIXADO, PEQUENO E LEVE | WINNER | 140 UND | R$ 71,42 | R$ 9.998,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.998,80 (NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 205

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 283 | 33008 | TERMOMETRO CLINICO DIGITAL 32 A 42 C°, USO RETAL, AXILAR E ORAL, COM RELOGIO | WINNER | 120 UND | R$ 16,00 | R$ 1.920,00 |
| 284 | 33016 | TERMOMETRO DIGITAL DE MAX. E MIN. ANALOGICO C/ CABO EXTENSOR C/ PROGRAMACAO ALAR | SUPERMEDY | 150 UND | R$ 61,86 | R$ 9.279,00 |
| 285 | 47595 | TERMOMETRO DIGITAL DE TESTA, INFRAVERMELHO MODELO LCD PORTATIL | DIKANG | 200 UND | R$ 74,50 | R$ 14.900,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 26.099,00 (VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS). | | | | | | |

LOTE 211

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 291 | 46619 | AVENTAL DESCARTÁVEL DE TNT MANGA LONGA, GRAMATURA 40 G | LAVIE | 2.000 UND | R$ 2,00 | R$ 4.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 765.432,80 (SETECENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: L.E. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.134.704/0001-22

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 02

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 42126 | CARBONO PARA ODONTOLOGIA - REGISTRO DE ARTICULAÇÃO (ARCADA), 12 FOLHAS DUPLAS AZUL E VERMELHA, PAPEL COM 300 MICRAS DE ESPESSURA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO | IOSONTOSUL | 300 BLOCO | R$ 3,52 | R$ 1.056,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.056,00 (UM MIL E CINQUENTA E SEIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 39

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 44 | 40314 | ATADURA GESSADA - MEDINDO: 06CM X 3,0M, EM TECIDO TIPO GIRO INGLES OU GAZE COMUM, NA COR BRANCA, EM ROLO, EMBALADOEMPLASTICO OU PAPEL APROPRIADO. CX/20 | ORTOFEN | 500 CX | R$ 25,04 | R$ 12.520,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.520,00 (DOZE MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 70

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 93 | 14496 | ESPARADRAPO COMUM - IMPERMEAVEL, MEDINDO 2,5 CM X 4,5 M, DE COR BRANCA, COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODAO COM RESINA ACRILICA IMPERMEABILIZANTE, APLICADA MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, OXIDO DE ZINCO E RESINA. | COOPERTINA | 10.000 UND | R$ 3,33 | R$ 33.300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 33.300,00 (TRINTA E TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 87

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 118 | 10078 | COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO 45X50 CM, 100% ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, COM 04(QUATRO) CAMADAS, FIOS DE ALGODÃO ISENTOS DE IMPUREZAS, ALTAMENTE ABSORVÍVEL, FILAMENTO COM FIO RADIOPACO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDENCIA, NOME E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE<br>PACOTE COM 50 UNIDADES | ERIMAX | 900 PCT | R$ 48,50 | R$ 43.650,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 43.650,00 (QUARENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 93

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 125 | 40509 | BLOQUEADOR SOLAR FPS 50, LOÇÃO, NÃO OLEOSO, ÁGUA RESISTENTE, AGE CONTRA A AÇÃO NOCIVA DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS DOS TIPOS UVA E UVB EMITIDAS PELAS RADIAÇÕES SOLARES, NÃO COMEDOGÊNICO, HIPOALERGÊNICO, DERMATOLOGICA-MENTE TESTADO, USO PROFISSIONAL. EMBALAGEM EM BISNAGA COM 120 ML. VALIDADE DE 02 ANOS APÓS FABRICAÇÃO | TROOL | 2.100 UND | R$ 16,10 | R$ 33.810,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 33.810,00 (TRINTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS). | | | | | | |

LOTE 94

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 126 | 14221 | EQUIPO PARA NUTRICAO ENTERAL, EM PVC, ESTERIL, CAMARA FLEXIVEL, COM CONTROLADOR DE FLUXO | MEDIX | 2.500 UND | R$ 0,91 | R$ 2.275,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.275,00 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 95

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 127 | 47570 | EQUIPO CONECTOR - 2 VIAS COM CORTA FLUXO ADULTO (MULTIVIAS), TUBO FLEXIVEL, CONFECCIONADO EM PVC, ATOXICO, APIROGENICO E TRANSPARENTE, TAMANHO ADULTO, 2 VIAS, CORTA FLUXO ADULTO, MULTIVIAS, POSSUEM CONECTORES LUER LOCK FEMEA UNIVERSAL COM TAMPAS E CONECTOR LUER SLIP MACHO UNIVERSAL COM PROTETOR. CAIXA COM 50 UNIDADES | VITAL GOLD | 10 CX | R$ 35,00 | R$ 350,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 101

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 134 | 9347 | CLORETO DE SODIO 0,9%, BOLSA 1000 ML | FRESENIUS | 1.500 UND | R$ 10,80 | R$ 16.200,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 16.200,00 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 102

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 135 | 14217 | EQUIPO MACROGOTAS – PARA SOLUÇÃO PARENTERAIS ESTERIL ATOXICO, APIROGÊNICO COM PINÇA ROLETA E INJETOR LATERAL ESTÉRIL COM MANGUEIRA 1,80M | 2L | 12.000 UND | R$ 0,65 | R$ 7.800,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 103

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 136 | 14210 | EQUIPO PARA SOLUCOES PARENTERAIS MICROGOTAS COM BURETA GRADUADA 150 ML PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CAMARA GOTEJADORA FLEXIVEL | SOLIDOR | 400 UND | R$ 4,68 | R$ 1.872,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.872,00 (UM MIL, OITOCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 104

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 137 | 27305 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 10 CM X 100M | POLLITEX | 100 UND | R$ 48,00 | R$ 4.800,00 |
| 138 | 27306 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 15 CM X 100 M | POLLITEX | 400 UND | R$ 70,00 | R$ 28.000,00 |
| 139 | 41919 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 25 CM X 100 M | POLLITEX | 100 UND | R$ 117,00 | R$ 11.700,00 |
| 140 | 27316 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 30CM X 100 M | POLLITEX | 200 UND | R$ 140,00 | R$ 28.000,00 |
| 141 | 46052 | PAPEL GRAU CIRÚRGICO GRAMADURO 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIÉSTER) E INDICADOR QUÍMICO VISUAL NA LARGURA DE 5 CM X 100 M | POLLITEX | 200 UND | R$ 25,00 | R$ 5.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 77.500,00 (SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 105

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 142 | 41457 | COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA NÃO-ESTERIL, PRODUTO COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 CM, HIDROFILA NAO-ESTERIL, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, PACOTE COM 500. CONFECCIONADO COM 13 FIOS 100 % ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, SEM FALHAS, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS NA DIMENSAO DE 7,5 X 7,5 CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTANCIAS GORDUROSAS, AMIDOS, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES OPTICOS. INODORAS E INSIPIDAS. NAO DEVENDO CONTER MICRO ORGANISMOS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS | NOBRE | 5.000 PCT | R$ 17,59 | R$ 87.950,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 87.950,00 (OITENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 106

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 143 | 48379 | FITA PARA GLICOSÍMETRO, COMPATÍVEIS COM O APARELHO DE GLICOSÍMETRO DESCARPACK PLUS, CAIXA COM 50 UNIDADES LOTE | DESCARPACK | 4.000 UND | R$ 27,80 | R$ 111.200,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 111.200,00 (CENTO E ONZE MIL E DUZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 116

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 156 | 44115 | SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO, ATOXICO, APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZAÇÃO, CORPO COM GRADUAÇAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL SLIP, ESTERIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 20 ML. CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 150 UND | R$ 36,26 | R$ 5.439,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.439,00 (CINCO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS). | | | | | | |

LOTE 150

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 199 | 45277 | APARELHO AUTOMÁTICO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL DE BRAÇO, COM AS FUNÇÕES DE AFERIR A PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA E DIASTÓLICA. COM BRAÇADEIRA. COMPOSIÇÃO: POLÍMEROS PLÁSTICOS E COMPARTIMENTOS ELETRÔNICOS. DIMENSÕES DA BRAÇADEIRA: PADRÃO DE 22 À 32 CM DE CIRCUNFERÊNCIA | G TECH | 50 UND | R$ 117,00 | R$ 5.850,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.850,00 (CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 155

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 205 | 3070 | ÁLCOOL ETÍLICO 70%, EM GEL, NEUTRO, EMBALAGEM DE 500 ML | CICLOFARMA | 2.500 UND | R$ 5,00 | R$ 12.500,00 |

| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS). |
|---|

LOTE 160

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 210 | 34212 | TOUCA DESCARTAVEL COM ELASTICO MATERIAL EM TNT GRAMATURA DE 20 GR/M2, CAIXA COM 100 UNIDADES | LAVIE | 40 CX | R$ 7,50 | R$ 300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 161

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 211 | 40674 | PAPEL CREPADO 60X60 CM, COR VERDE, CAIXA COM 500 | DUOTEC | 35 UND | R$ 285,00 | R$ 9.975,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.975,00 (NOVE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 162

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 212 | 1973 | ABAIXADOR DE LINGUA, EM MADEIRA LISA TIPO ESPATULA, PACOTE COM 100 | TALGE | 600 PCT | R$ 4,55 | R$ 2.730,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.730,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 163

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 213 | 2815 | AGULHA 25X0,7- COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR32. CAIXA. C/100 | MEDIX | 1.100 CX | R$ 20,60 | R$ 22.660,00 |
| 214 | 2812 | AGULHA 25X0,6 C/ DISPOSITIVO DE SEGURANCA CX COM 100 UNIDADES | MEDIX | 200 CX | R$ 23,90 | R$ 4.780,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 27.440,00 (VINTE E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 164

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 215 | 2871 | AGULHA DESCARTÁVEL PARA COLETA MÚLTIPLA DE SANGUE Á VÁCUO MEDINDO 25X7MM- COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NO ADAPTADOR QUE APÓS ACIONADO RECOBRIRÁ COMPLETAMENTE A AGULHA, GARANTINDO TOTAL BIOSSEGURANÇA. COM CANHÃO DE COR PRETA- BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, ESTÉRIL, (ENCAIXE PARA SERINGA LUER). ATENDER A NR32 -CAIXA. C/ 100. | CRALPLAST | 800 CX | R$ 23,40 | R$ 18.720,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 18.720,00 (DEZOITO MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 166

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 217 | 2814 | AGULHA COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA TAMANHO: 25 X 0,8 MM. 21 G X 1". COR DO DISPOSITIVO DE SEGURNAÇA VERDE – CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 70 CX | R$ 19,50 | R$ 1.365,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.365,00 (UM MIL, TREZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 167

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 218 | 49640 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 6,5. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,13 | R$ 5.650,00 |
| 219 | 49644 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 7,0. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,14 | R$ 5.700,00 |
| 220 | 49641 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 7,5. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,15 | R$ 5.750,00 |
| 221 | 49642 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 8,0. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,15 | R$ 5.750,00 |
| 222 | 49643 | LUVA CIRURGICA DE LATEX ESTERIL N. 8,5. DESCARTÁVEL E LUBRIFICADA COM PÓ, SUPERFICIE TEXTURIZADA E ANTIDERAPANTE, COM FORMATO ANATÔMICO | MEDIX | 5.000 PAR | R$ 1,13 | R$ 5.650,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 28.500,00 (VINTE E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 170

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 225 | 7914 | CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) Nº 18 – COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - CAIXA. COM 50 UNIDADES | MEDIX | 300 CX | R$ 66,80 | R$ 20.040,00 |
| 226 | 7931 | CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) N. 24 DISPOSITIVO DE SEGURANCA CX. 100 UNIDADES | MEDIX | 350 CX | R$ 97,40 | R$ 34.090,00 |
| 227 | 7915 | CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) Nº 20 - COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA - CAIXA. COM 50 UNIDADES | MEDIX | 300 CX | R$ 107,90 | R$ 32.370,00 |
| 228 | 7920 | CATETER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA (ABOCATH Nº 22) CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 600 CX | R$ 67,50 | R$ 40.500,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 127.000,00 (CENTO E VINTE E SETE MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 174

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 236 | 2810 | AGULHA 13X4,5, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR32. CAIXA. C/100 UNIDADES | MEDIX | 800 CX | R$ 28,00 | R$ 22.400,00 |
| 237 | 45269 | AGULHA 20X5,5 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR32. CAIXA. C/100 UNIDADES | MEDIX | 400 CX | R$ 28,00 | R$ 11.200,00 |
| 238 | 45270 | AGULHA 30X7 COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA CONFORME A NR 32. CAIXA C/100 UNIDADES | MEDIX | 100 CX | R$ 19,00 | R$ 1.900,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 35.500,00 (TRINTA E CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 178

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 246 | 18210 | ATADURA DE CREPE - EM ALGODAO COM 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, COM DIMENSAO DE (10CMX1,80M), COM BORDAS DELIMITADAS SEM DESFIAMENTO, COM ELASTICIDADE LONGITUDINAL E TRANSVERSALMENTE, ENROLADA UNIFORMEMENTE, EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO EM PLASTICO ATOXICO OU PAPEL APROPRIADO.PACOTE COM 12 UNIDADES | ERIMAX | 1.300 PCT | R$ 4,91 | R$ 6.383,00 |
| 247 | 16901 | ATADURA DE CREPE - EM ALGODAO COM 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, COM DIMENSAO DE (15CMX1,80M), COM BORDAS DELIMITADAS SEM DESFIAMENTO, COM ELASTICIDADE LONGITUDINAL E TRANSVERSALMENTE, ENROLADA UNIFORMEMENTE, EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO EM PLASTICO ATOXICO OU PAPEL APROPRIADO.PACOTE COM 12 UNIDADES | ERIMAX | 1.300 PCT | R$ 6,70 | R$ 8.710,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.093,00 (QUINZE MIL E NOVENTA E TRÊS REAIS). | | | | | | |

LOTE 183

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 257 | 45310 | SERINGA COM AGULHA 25X7MM, SERINGA POLIPROPILENO TRANSPARENTE DE 3ML COM LUER LOCK (ROSCA), BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL - CAIXA COM 100 UNIDADES | DESCARPACK | 200 CX | R$ 19,50 | R$ 3.900,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.900,00 (TRES MIL E NOVECENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 188

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 264 | 2900 | SERINGA HIPODERMICA DESCARTAVEL SEM AGULHA 5 ML BICO LUER LOCK CAIXA COM 100 | MEDIX | 100 CX | R$ 15,40 | R$ 1.540,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.540,00 (UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 191

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 267 | 41807 | OXIMETRO DE DEDO PORTÁTIL: TELA LED VERMELHO DE ÓTIMA VISUALIZAÇÃO EM TODOS OS ÂNGULOS, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, INDICADOR DE NÍVEL DE BATERIA, CURVA GRÁFICA DE SINAL, INTERIOR DO CLIP DO DEDO CONFECCIONADO EM BORRACHA MÉDICA ANTI ALÉRGICA, AUTONOMIA DE ATÉ 40 HORAS DE USO CONTÍNUO COM CARGA MÁXIMA DE BATERIA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO QUANDO NÃO ESTÁ POSICIONADO NO DEDO POR 8 SEGUNIDADEOS CONSECUTIVOS, AVISO DE "FINGER OUT" DEDO MAL ADAPTADO OU NÃO ENCAIXADO, PEQUENO E LEVE | WINNER | 140 UND | R$ 71,42 | R$ 9.998,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.998,80 (NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 205

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 283 | 33008 | TERMOMETRO CLINICO DIGITAL 32 A 42 C°, USO RETAL, AXILAR E ORAL, COM RELOGIO | WINNER | 120 UND | R$ 16,00 | R$ 1.920,00 |
| 284 | 33016 | TERMOMETRO DIGITAL DE MAX. E MIN. ANALOGICO C/ CABO EXTENSOR C/ PROGRAMACAO ALAR | SUPERMEDY | 150 UND | R$ 61,86 | R$ 9.279,00 |
| 285 | 47595 | TERMOMETRO DIGITAL DE TESTA, INFRAVERMELHO MODELO LCD PORTATIL | DIKANG | 200 UND | R$ 74,50 | R$ 14.900,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 26.099,00 (VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS). | | | | | | |

LOTE 211

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 291 | 46619 | AVENTAL DESCARTÁVEL DE TNT MANGA LONGA, GRAMATURA 40 G | LAVIE | 2.000 UND | R$ 2,00 | R$ 4.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 765.432,80 (SETECENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR**COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.192.414/0001-09**

OBJETO: o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA, JARDINEIRO, RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE ELETRICISTA PREDIAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, LAVADOR DE VEÍCULOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2023

VIGÊNCIA: DE 09/01/2024 à 02/09/2024

| **LOTE 10** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESCRIÇÃO | UND | QTD DE PESSOAS | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL MENSAL | VALOR TOTAL (12 MESES) |
| SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, INCLUSO PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, COMPREENDENDO TODAS AS DEPENDÊNCIAS (INTERNAS E EXTERNAS), COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE LIMPEZA. ZONA RURAL | 12 MESES | 16 | R$ 3.853,84 | R$ 61.661,44 | R$ 739.937,28 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: **R$ 739.937,28 (SETECENTOS E TRINTA E NOVE MIL NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS** | | | | | |

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.994.852/0001-93

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 10

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 14342 | ESCOVA DENTAL - PARA ADULTO, TAMANHO MÉDIO, COM CERDA MACIA, TIPO COMUM | MEDFIO | 180 UND | R$ 0,97 | R$ 174,60 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 174,60 (CENTO E SETENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 11

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 14354 | ESCOVA DENTAL INFANTIL, COM CERDA MACIA, EM CORES DIVERSAS, TIPO COMUM, MODELO RETO, MANUAL, COM CAPA PROTETORA DE PVC | MEDFIO | 7.000 UND | R$ 0,98 | R$ 6.860,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.860,00 (SEIS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 22

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 23 | 51577 | TALA METALICA - CONFECCIONADA EM ALUMINIO, REVESTIDA EM UM DOS LADOS COM ESPUMA, MEDINDO 12MM X 26CM X 2CM, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE PACOTE COM 12 | MSO | 15 PCT | R$ 13,25 | R$ 198,75 |
| 24 | 51578 | TALA METALICA - CONFECCIONADA EM ALUMINIO, REVESTIDA EM UM DOS LADOS COM ESPUMA, MEDINDO 16MM X 26CM X 2CM, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE | MSO | 15 PCT | R$ 22,83 | R$ 357,45 |
| 25 | 51579 | TALA METALICA - CONFECCIONADA EM ALUMINIO, REVESTIDA EM UM DOS LADOS COM ESPUMA, MEDINDO 19MM X 26CM X 2CM, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE | MSO | 15 PCT | R$ 19,92 | R$ 298,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 855,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 23

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 26 | 9243 | BOLSA COLOSTOMIA, PLÁSTICO, DRENÁVEL, 1 CLIP POR BOLSA, TRANSPARENTE, ADESIVO MICROPOROSO, RESINA SINTETICA, –RECORTAVEL COM GUIA DE MEDIDA, 50 MELIMETROS – PACOTE COM 10 UNIDADES | HOLLISTER | 350 PCT | R$ 131,98 | R$ 46.193,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 46.193,00 (QUARENTA E SEIS MIL, CENTO E NOVENTA E TRÊS REAIS). | | | | | | |

LOTE 25

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 28 | 46889 | CURATIVO ESTÉRIL, FINO, ADAPTÁVEL, CONSTITUÍDO POR UMA CAMADA EXTERNA IMPERMEÁVEL DE FILME DE POLIURETANO, UMA ESPUMA ABSORVENTE DE POLIURETANO E UMA CAMADA DE SILICONE PERFURADA. INDICADO PARA FERIDAS DE POUCO EXSUDATO OU ÁREAS SEM EXSUDAÇÃO,<br>COMO INCISÕES CI-RÚRGICAS. TAMANHO: 15X15 IGUAL OU SEMELHANTE A FO-AM LITE/CONVATEC | POLARFIX | 220 UND | R$ 40,00 | R$ 8.800,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.800,00 (OITO MIL E OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 47

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 57 | 50539 | GAZE DE RAYON COM PHMB COMPRESSA, DE GAZE EM RAYON. COBERTURA NAO ADERENTE CONSTITUIDA POR UMA MEMBRANA DE FIBRAS SINTETICAS, IMPREGNADA E UMIDIFICADA A BASE DE PHMB E BETAINA EMBALAGEM COM ABERTURA ASSEPTICA, REGISTRO NA ANVISA COMO CORRELATO CLASSE GRAU DE RISCO IV. INDICACAO PARA PREVENCAO E TRATAMENTO DE FERIDAS. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER NOME E /OU MARCA DO PRODUTO, LOTE E DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, MODO DE USAR, E TECNICO RESPONSAVEL. NO TAMANHO 7,5 CM X 35 CM EMBEBIDA EM SOLUCAO DE PHMB.<br>MARCAS SUGERIDAS: PIELSANA, AGESANI, GAMAN PHARMA | PIELSANA | 800 UND | R$ 30,15 | R$ 24.120,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 24.120,00 (VINTE E QUATRO MIL, CENTO E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 53

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 61 | 29352 | PINCA CIRURGICA ACO INOXIDAVEL CRILE 14 CM RETA | ABC | 10 UND | R$ 39,50 | R$ 395,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 395,00 (TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 78

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 106 | 47572 | FILME DE POLIURETANO ADICIONADO DE ETILENO BIS OLEAMIDA (EBO), TRANSPARENTE, REVESTIDO COM SILICONE ADESIVO, ROLO 10X5 CM E SUPORTADO POR UM FILME PLASTICO TRANSPARENTE FLEXIVEL E REMOVIVEL, IMPERMEAVEL A AGUA E BACTERIAS, PREVENINDO A CONTAMINACAO EXTERNA, POREM PERMEAVEL A TROCAS GASOSAS (FIXACAO DE CURATIVOS PRIMARIOS, AUXILIARES DE FIXACAO DE TUBOS PARA PROTEGER A PELE CONTRA O ATRITO E CONTAMINACAO EXTERNA, PROTECAO DA PELE EM VOLTA DE ESTOMA E SOB AS BOLSAS DE PERNA | MISSNER | 50 UND | R$ 67,20 | R$ 3.360,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.360,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 83

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 113 | 43629 | GEL DE CONTATO, SEM ELETROLITOS,<br>ESSENCIA E CORANTE, USO EM ULTRASSONOGRAFIA, FORMA FARMACEUTICAGEL, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA, FRASCO APLICADOR, 1000 ML | CARBOGEL | 400 UND | R$ 8,22 | R$ 3.288,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.288,00 (TRES MIL, DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 84

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 114 | 40368 | BANDAGEM HIPO-ALÉRGICA, DE FITA MICROPOROSA, DISCO ABSORVENTE E TECIDO AGULHADO, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL KRAFT, EM CARTELA COM 16 UNIDADES CADA CARTELA, TOTALIZANDO 496 UNIDADES POR CAIXA. MODELO BLOOD STOP. | FIRSTLAB | 800 UND | R$ 15,00 | R$ 12.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 85

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 115 | 45294 | CADARCO PARA TRAQUEOSTOMIA SARJADO 10 MM X 10 M | SONI | 10 UND | R$ 14,60 | R$ 146,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 146,00 (CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 100

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 133 | 16849 | FITA ADESIVA INDICADORA DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, 19MMX30M. VALIDADE MÍNIMA 02 ANOS, REGISTRADO JUNTO A ANVISA ROLO | MASTERFIX | 500 UND | R$ 4,78 | R$ 2.390,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.390,00 (DOIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 107

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 144 | 52163 | ESPAÇADOR PARA BOMBINHA DE ASMA UNIVERSAL INFANTIL E ADULTO PARA ADMINISTRAR MEDICAMENTOS SPRAY EM FORMA DE AEROSSOL (BOMBINHAS) PERMITE AJUSTAR O TAMANHO DA CÂMARA ESPAÇADORA COM ENCAIXE UNIVERSAL E COMPATÍVEL COM DIFERENTES BOMBINHAS. ACOMPANHA 3 MÁSCARAS: TAMANHOS BEBÊ-INFANTIL, ADOLESCENTE E ADULTO. | MULTILASER | 50 UND | R$ 44,00 | R$ 2.200,00 |

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS) .

LOTE 109

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 146 | 17364 | FLUXÔMETRO P/ OXIGÊNIO COM VÁLVULA REGULADORA, ESCALA DE 0 A 15 LPM, CÁPSULA EXTERNA E INTERNA EM MATERIAL PLÁSTICO INQUEBRÁVEL, CORPO EM METAL CROMADO E ESFERA DE AÇO INOXIDÁVEL, ROSCA DE SAÍDA PADRÃO, SISTEMA DE VEDAÇÃO TIPO AGULHA, EVITANDO O DESGASTE E POSTERIORES VAZAMENTOS. | HAOXI | 500 UND | R$ 306,60 | R$ 153.300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 153.300,00 (CENTO E CINQUENTA E TRES MIL E TREZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 135

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 180 | 2750 | HIDROGEL OU GEL INCOLOR NÃO ESTÉRIL E ABSORVENTE, AMORFO COM ALGINATO, TRANSPARENTE, COMPOSTO POR ÁGUA DEIONIZADA, HIDANTOÍNA, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, PROPILENOGLICOL, SORBATO DE POTÁSSIO, TRIETANOLAMINA, ÁCIDO BÓRICO, CARBÔMERO 940. TAMANHO 85 GR. | POLARFIX | 500 UND | R$ 46,00 | R$ 23.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 23.000,00 (VINTE E TRES MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 138

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 183 | 47594 | TALA ORTOPÉDICA, ALUMÍNIO, 16 X250MM. PCT C/ 12 UN | MSO | 50 UND | R$ 13,05 | R$ 652,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 652,50 (SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 142

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 187 | 32026 | TAMBOR PARA ALGODAO E GAZE - EM ACO INOX, FORMATO REDONDO, COM TAMPA, MEDINDO APROXIMADAMENTE (12,0X12,0CM.) | FLEXINOX | 50 UND | R$ 191,10 | R$ 9.555,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.555,00 (NOVE MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 169

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 224 | 7935 | CATETER NASAL P/ OXIGENIO TIPO OCULOS ESTERIL ATOXICO ASPIROGENICO SILICONADOEM | MEDSONDA | 550 UND | R$ 1,36 | R$ 748,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 748,00 (SETECENTOS E QUARENTA E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 173

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 233 | 31708 | SUPORTE - CAIXA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE, DE ACO, PARA FIXACAO DAS CAIXAS DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE, COR BRANCO, CAPACIDADE PARA CAIXA COLETORA DE 13 LITROS. | DESCARPACK | 100 UND | R$ 28,89 | R$ 2.889,00 |
| 234 | 31701 | SUPORTE - CAIXA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE, DE ACO, PARA FIXACAO DAS CAIXAS DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE, COR BRANCO, CAPACIDADE PARA CAIXA COLETORA DE 07 LITROS | DESCARPACK | 150 UND | R$ 34,88 | R$ 5.232,00 |
| 235 | 5843 | SUPORTE - CAIXA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE, DE ACO, PARA FIXACAO DAS CAIXAS DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE, COR BRANCO, CAPACIDADE PARA CAIXA COLETORA DE 20 LITROS. | DESCARPACK | 150 UND | R$ 32,52 | R$ 4.878,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.999,00 (DOZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS). | | | | | | |

LOTE 195

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 271 | 24958 | MICROPIPETA VOLUME FIXO 10UL (CORPO MECANISMO EM METAL). EJETOR DE PONTEIRAS QUE PERMITE TRABALHAR EM FRASCOS DE BOCA ESTREITA. POSSUI SEGUNIDADEO ESTAGIO PARA GARANTIR UTILIZAÇÃO DE TODO MATERIAL PIPETADO | PEGUEPET | 05 UND | R$ 76,96 | R$ 384,80 |
| 272 | 24974 | MICROPIPETA VOLUME FIXO 50UL (CORPO MECANISMO EM METAL). EJETOR DE PONTEIRAS QUE PERMITE TRABALHAR EM FRASCOS DE BOCA ESTREITA. POSSUI SEGUNIDADEO ESTAGIO PARA GARANTIR UTILIZAÇÃO DE TODO MATERIAL PIPETADO | PEGUEPET | 08 UND | R$ 83,75 | R$ 670,00 |
| 273 | 24973 | MICROPIPETA VOLUME FIXO 25UL (CORPO MECANISMO EM METAL). EJETOR DE PONTEIRAS QUE PERMITE TRABALHAR EM FRASCOS DE BOCA ESTREITA. POSSUI SEGUNIDADEO ESTAGIO PARA GARANTIR UTILIZAÇÃO DE TODO MATERIAL PIPETADO | PEGUEPET | 05 UND | R$ 92,24 | R$ 461,20 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.516,00 (UM MIL, QUINHENTOS E DEZESSEIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 207

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 287 | 48177 | EQUIPAMENTO PARA SEGURANCA E SALVAMENTO - CINTO TIRANTE DE IMOBILIZACAO PARA FIXACAO PRANCHA, EM NY | RESGATE SP | 20 UND | R$ 71,00 | R$ 1.420,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.420,00 (UM MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 217

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 297 | 41387 | SERINGA HIPODERMICA DESCARTAVEL 5 ML COM AGULHA 25X8 BICO LUER LOCK | SR | 1.300 UND | R$ 0,27 | R$ 351,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 351,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS). | | | | | | |

LOTE 220

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 304 | 49458 | ESTESIOMETRO - PARA TESTE DE SENSIBILIDADE, COM ESPECIFICACOES TÉCNICAS MINIMAS: CONTÉM 07 MONOFILAMENTOS DE NYLON, DE COMPRIMENTOS IGUAIS, CORES VERDE 0,05G, AZUL 0,2G, VIOLETA 2,0G, VERMELHO 4,0G, LARANJA 10,0G, ROSA 300,0G E DIAMETROS DIFERENTES UTILIZADO COMO TESTE SEMMES-WEINSTEIN, CALIBRADOS, MONTADOS EM SUPORTES E PROTEGIDOS DENTRO DE TUBOS TRANSPARENTES. | SORRIBAURU | 15 UND | R$ 301,33 | R$ 4.519,95 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.519,95 (QUATRO MIL, QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 222

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 306 | 48168 | TESOURA CIRÚRGICA ÍRIS, EM AÇO INOX, COM FORMA RETA, TAMANHO 8 CM | COOPERFLEX | 50 UND | R$ 26,00 | R$ 1.300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.300,00 (UM MIL E TREZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 225

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 310 | 43681 | PINCA TIPO MOSQUITO, EM INOX, 12 CM CURVA | COOPERFLEX | 50 UND | R$ 19,20 | R$ 960,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 960,00 (NOVECENTOS E SESSENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 229

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 315 | 22170 | LANTERNA CLINICA C/ LUZ BRANCA ILUMINACAO LED DE 2,2 V | PEN LIGHT | 60 UND | R$ 23,83 | R$ 1.429,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.429,80 (UM MIL, QUATROCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 231

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 317 | 11883 | CUBA RIM - EM ACO INOX, COM FORMATO CUBA RIM, COM DIMENSAO DE 26X12CM | FLIXINOX | 50 UND | R$ 49,40 | R$ 2.470,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.470,00 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 325.002,85 (TREZENTOS E VINTE E CINCO MIL, DOIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A, inscrita no CNPJ sob nº 01.571.702/0001-98

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 177

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 243 | 9344 | CLORETO DE SODIO 0,9 %, BOLSA 250 ML | HALEX ISTAR | 15.000 UND | R$ 4,60 | R$ 69.000,00 |
| 244 | 9345 | CLORETO DE SODIO 0,9 %, BOLSA 500 ML | HALEX ISTAR | 20.000 UND | R$ 6,85 | R$ 137.000,00 |
| 245 | 12372 | CLORETO DE SODIO – CONCENTRACAO / DOSAGEM 0,9%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 100ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL | HALEX ISTAR | 20.000 UND | R$ 4,20 | R$ 84.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: FASTMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 48.778.881/0001-00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 32

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 36 | 16877 | FITA CIRURGICA BRANCA MICROPOROSA 1,25 CM X 10M | CIEX | 11.000 UND | R$ 1,74 | R$ 19.140,00 |
| 37 | 16886 | FITA CREPE HOSPITALAR, ROLO, TAMANHO 19MMX50M, COR BRANCA. | MASTERFIX | 500 UND | R$ 2,79 | R$ 1.395,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 20.535,00 (VINTE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 185

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 259 | 46629 | MASCARA DE PROTECAO N95 (PFF2) PARA USO HOSPITALAR, NA COR BRANCA, COM REGISTRO NA ANVISA, COM ELASTICO NA ORELHA | SPK | 11.000 UND | R$ 0,48 | R$ 5.280,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.280,00 (CINCO MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 186

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 260 | 47188 | LUVA EM NITRILA TAMANHO P, CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 100 CX | R$ 12,29 | R$ 1.229,00 |
| 261 | 47576 | LUVA EM NITRILA TAMANHO G CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 80 CX | R$ 10,35 | R$ 828,00 |
| 262 | 47578 | LUVA EM NITRILA TAMANHO PP CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 100 CX | R$ 12,28 | R$ 1.228,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.285,00 (TRÊS MIL, DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 209

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 289 | 47599 | MASCARA DESCARTAVEL TAMANHO INFANTIL COM CLIPE NASAL E DE FACIL AJUSTE, COM ELASTICO, COM 03 CAMADAS, COR BRANCA, ATOXICA, NÃO ESTERIL, CAIXA COM 50 UNIDADES | SPK | 100 CX | R$ 12,95 | R$ 1.295,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.295,00 (UM MIL, DUZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 215

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 295 | 47577 | LUVA EM NITRILA TAMANHO M CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 100 CX | R$ 11,55 | R$ 1.155,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.155,00 (UM MIL, CENTO E CINQUENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 31.550,00 (TRINTA E UM MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ENDOGERAIS EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 08.697.852/0001-91

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 12

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 | 31217 | PORTA AGULHA - EM AÇO INOX, DE MAYO HEGAR,15 CM | FUTURE | 20 UND | R$ 67,00 | R$ 1.340,00 |
| 13 | 31223 | PORTA AGULHA - PORTA AGULHA COM CABO DOURADO, COM VIDEA, TAMANHO 14 CM | FUTURE | 20 UND | R$ 107,50 | R$ 2.150,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.490,00 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 55

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 63 | 29323 | PINCA CIRURGICA ACO INOXIDAVEL CHERON 24 CM | FUTURE | 06 UND | R$ 47,50 | R$ 285,00 |

| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 285,00 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS). |
|---|

LOTE 145

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 191 | 49561 | PINCA KELLY - EM ACO INOX AISI 400, COM FORMA RETA, COM COMPRIMENTO DE 17CM | FUTURE | 20 UND | R$ 54,50 | R$ 1.090,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.090,00 (UM MIL E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 206

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 286 | 33085 | TESOURA ACO INOXIDAVEL IRIS CURVA 12 CM AUTOCLAVAVEL | FUTURE | 50 UND | R$ 18,80 | R$ 940,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 940,00 (NOVECENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 221

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 305 | 48174 | TESOURA METZEMBAUM, EM AÇO INOX, COM FORMA RETA, COM COMPRIMENTO DE 23 CM | FUTURE | 50 UND | R$ 68,70 | R$ 3.435,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.435,00 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 9.240,00 (NOVE MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DENTAL MIX COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, CNPJ nº 14.890.803/0001-73

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 26

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 29 | 48420 | CURATIVO MEMBRANA REGENERADORA DE CELULOSE, TAMANHO 15 X 20 CM, COM POROS MÉDIOS (1 A 2MM), QUE PERMITEM A DRENAGEM DO EXSUDATO, PRODUZIDOS ARTIFICIALMENTE POR MÉTODO QUE CRIA REFORÇO ESTRUTURAL DE SUAS BORDAS POR ADENSAMENTO E CONTORNO DAS MICROFIBRILAS QUE COMPÕE A MEMBRANA, COM RESISTÊNCIA A TRAÇÃO, NO ESTADO SECO, DE 555,56 KN/M, BIOCOMPATÍVEL, TRANSLÚCIDA, ESTÉRIL (ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO), INERTE, ISENTA DE ADESIVOS, USO ÚNICO HIPOALERGÊNICO, MALEÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, QUE ADERE FACILMENTE AO LEITO DA FERIDA. | VITAL MEDICAL | 150 UND | R$ 70,16 | R$ 10.524,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 10.524,00 (DEZ MIL, QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 45

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 50 | 14545 | ESPECULO DESCARTAVEL, TAMANHO MEDIO | KLOPLAST | 3.800 UND | R$ 0,97 | R$ 3.686,00 |
| 51 | 14546 | ESPECULO DESCARTAVEL, TAMANHO PEQUENO | KLOPLAST | 3.800 UND | R$ 0,92 | R$ 3.496,00 |
| 52 | 14544 | ESPECULO DESCARTAVEL, TAMANHO GRANDE | KLOPLAST | 2.000 UND | R$ 1,15 | R$ 2.300,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.482,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 154

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 204 | 17016 | FITA MÉTRICA DE 1,5 M PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS EM POLIESTER 5% FIBRA. | CARCI | 50 UND | R$ 10,44 | R$ 522,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 522,00 (QUINHENTOS E VINTE E DOIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 219

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 302 | 49590 | PUNCH DERMATOLOGICO, ACO INXO, FORMA CILINDRICA, CONTENDO LÂMINA, COM FINALIDADE DE BIOPSIA DE PELE, MEDINDO DIAMENTRO DA PONTA CORTANTE DE 5MM | MEDIX | 20 UND | R$ 94,03 | R$ 1.880,60 |
| 303 | 49589 | PUNCH DERMATOLOGICO CABO E LÂMINA INOX, FORMA CILINDRICA, LÂMINA CIRCULAR COM ORIFICIO EM REGIAO CENTRAL, PARA FINALIDADE DE BIOPSIA DE PELE, MEDINDO 4MM | GOLGRAN | 20 UND | R$ 69,77 | R$ 1.395,40 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.276,00 (TRÊS MIL, DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 23.804,00 (VINTE E TRÊS MIL, OITOCENTOS E QUATRO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA, CNPJ nº 46.962.122/0003-21

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 122

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 164 | 41944 | REAGENTE DIFFTROL NORMAL/HIGH/LOW ABX – PENTRA 60 – CONTROLE MULRIPARAMETROS DE TRES NIVEIS PARA MONITORIZACAO DA PRECISAO E EXATIDAO DOS CONTADORES DE GLOBULOS SANGUINEOS DE HEMATOLOGIA DA HORIBA MEDICAL | HORIBA ABX | 20 UND | R$ 1.150,00 | R$ 23.000,00 |
| 165 | 14187 | REAGENTE COMPLEMENTAR PARA ANÁLISE DE POPULAÇÕES LEUCOCITÁRIAS COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE ANÁLISE DE SANGUE (REFERÊNCIA: ABX EOSINOFIX) FRASCO COM 1 LITRO. IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX | HORIBA ABX | 80 FRASCO | R$ 450,00 | R$ 36.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 59.000,00 (CINQUENTA E NOVE MIL REAIS). | | | | | | |

LOTE 123

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 166 | 9223 | SOLUÇÃO ENZIMÁTICA COM AÇÃO PROTEOLÍTICA PARA LIMPEZA DOS CONTADORES DE GLÓBULOS SANGUÍNEOS (REFERÊNCIA: ABX CLEANER) FRASCO COM 1 LITRO. IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX. | HORIBA ABX | 50 FRASCO | R$ 79,00 | R$ 3.950,00 |
| 167 | 46991 | SOLUÇÃO PARA A DIFERENCIAÇÃO DE SUB - POPULAÇÕES DE LEUCÓCITOS NOS CONTADORES DE GLÓBULOS SANGUÍNEOS (REFERÊNCIA: ABX BASOLYSE) FRASCO COM 1 LITRO. IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX | HORIBA ABX | 60 FRASCO | R$ 159,00 | R$ 9.540,00 |
| 168 | 46990 | SOLUÇÃO PARA A LISE DE ERITRÓCITOS E DETERMINAÇÃO DE HEMOGLOBINA EM CONTADORES DE GLÓBULOS SANGUÍNEOS (REFERÊNCIA: ABX LYSEBIO) FRASCO COM 0,4 LITRO. IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX | HORIBA ABX | 40 FRASCO | R$ 557,00 | R$ 22.280,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 35.770,00 (TRINTA E CINCO MIL, SETECENTOS E SETENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 124

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 169 | 12592 | SOLUÇÃO TAMPÃO ISOTÔNICA PARA O ENVOLVIMENTO E A DILUIÇÃO DE LEUCÓCITOS, PARA A DETERMINAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DAS CÉLULAS SANGUÍNEAS E PARA A MEDIÇÃO DE HEMATÓCRITO EM CONTADORES AUTOMATIZADOS DE GLÓBULOS SANGUÍNEOS (REFERÊNCIA: ABX DILUENT) FRASCO COM 20LITROS. IGUAL OU EQUIVALENTE HORIBA ABX | HORIBA ABX | 50 UND | R$ 253,45 | R$ 12.672,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.672,50 (DOZE MIL E SEISCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 107.442,50 (CENTO E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 09.315.996/0001-07

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 108

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 145 | 3162 | ALGODÃO HIDRÓFILO 500G UNIDADE - 100% ALGODÃO, ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, INODORO E INSÍPIDO, ROLOS COM MANTA FINA COM ESPESSURA UNIFORME, CAMADAS SOBREPOSTAS REGULARMENTE, COMPACTO, ASPECTO HOMOGÊNEO E MACIO, BOA ABSORÇÃO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, EMBALAGEM PLÁSTICA UNITÁRIA DE 500 GR. | NATHY | 1.000 PCT | R$ 15,20 | R$ 15.200,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 15.200,00 (QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 179

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 248 | 41381 | ATADURA GESSADA - MEDINDO: 08CM X 2,0M, EM TECIDO TIPO GIRO INGLES OU GAZE COMUM, NA COR BRANCA, EM ROLO, EMBALADO EM PLASTICO OU PAPEL APROPRIADO | ORTOFEN | 1.100 UND | R$ 1,64 | R$ 1.804,00 |
| 249 | 40317 | ATADURA GESSADA - MEDINDO: 10CM X 3,0M, EM TECIDO TIPO GIRO INGLES OU GAZE COMUM, NA COR BRANCA, EM ROLO, EMBALADO EM PLASTICO OU PAPEL APROPRIADO | ORTOFEN | 2.200 UND | R$ 2,33 | R$ 5.126,00 |
| 250 | 40318 | ATADURA GESSADA - MEDINDO: 15CM X 3,0M, EM T13ECIDO TIPO GIRO INGLES OU GAZE COMUM, NA COR BRANCA, EM ROLO, EMBALADO EM PLASTICO OU PAPEL APROPRIADO | ORTOFEN | 1.400 UND | R$ 3,46 | R$ 4.844,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.774,00 (ONZE MIL, SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 26.974,00 (VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 07.847.837/0001-10

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 29

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 32 | 6036 | CAIXA PARA COLETA DE MATERIAL PERFURO CORTANTE COM CAPACIDADE PARA 07 LITROS | DESCARBOX | 900 UND | R$ 3,80 | R$ 3.420,00 |
| 33 | 6035 | CAIXA PARA COLETA DE MATERIAL PERFURO CORTANTE COM CAPACIDADE PARA 13 LITROS | DESCARBOX | 900 UND | R$ 5,16 | R$ 4.644,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.064,00 (OITO MIL, SESSENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 46

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 53 | 50524 | TESTE BOWIE & DICK TESTE EM FOLHAS A4 IMPRESSAS COM UM INDICADOR QUIMICO EM UM DESENHO CONCENTRICO CAIXA 50 | TERRAGENE | 40 CX | R$ 167,64 | R$ 6.705,60 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.705,60 (SEIS MIL, SETECENTOS E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 67

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 82 | 23804 | MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ALGODAO 20 CM 25 M | POLARFIX | 100 UND | R$ 34,61 | R$ 3.461,00 |
| 83 | 23802 | MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ALGODAO 12 CM 25 M | POLARFIX | 100 UND | R$ 16,35 | R$ 1.635,00 |
| 84 | 23803 | MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA, ALGODÃO, 15 CM, 25 M | POLARFIX | 100 UND | R$ 22,01 | R$ 2.201,00 |
| 85 | 23801 | MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ALGODAO 04 CM 25 M | POLARFIX | 100 UND | R$ 10,60 | R$ 1.060,00 |
| 86 | 23806 | MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ALGODAO 08 CM 25 M | POLARFIX | 100 UND | R$ 18,28 | R$ 1.828,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 10.185,00 (DEZ MIL, CENTO E OITENTA E CINCO REAIS). | | | | | | |

LOTE 71

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 94 | 43613 | CLOREXIDINA, CLORIDRATO - A 4%, SOLUCAO DEGERMANTE, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO 1LITRO. | RIOHEX 4% DEGERMANTE - 1L | 500 FRASCO | R$ 34,65 | R$ 17.325,00 |
| 95 | 43615 | CLOREXIDINA, DIGLUCONATO – CONCENTRACAO DE 2 %, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO AQUOSA, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO DE 1000 ML | RIOHEX 2% AQUOSO - 1L | 200 FRASCO | R$ 19,40 | R$ 3.880,00 |
| 96 | 43614 | CLOREXIDINA, DIGLUCONATO – CONCENTRACAO DE 0,5 %, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ALCOOLICA, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO DE 1000 ML. | RIOHEX 0,5% ALCOOLICO - 1L | 380 FRASCO | R$ 14,25 | R$ 5.415,00 |
| 97 | 12426 | CLOREXIDINA, DIGLUCONATO – CONCENTRACAO DE 2 %, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO DEGERMANTE, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO DE 1000 ML. | RIOHEX 2% DEGERMANTE - 1L | 1.000 FRASCO | R$ 18,50 | R$ 18.500,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 45.120,00 (QUARENTA E CINCO MIL, CENTO E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 75

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 103 | 46882 | CURATIVO ESTÉRIL DE ESPUMA, CONSTITUÍDO POR UMA CAMADA EXTERNA IMPERMEÁVEL DE FILME DE POLIURETANO COM BARREIRA ANTIBACTERIANA E ANTIVIRAL, E UMA ALMOFADA CENTRAL COM CAMADAS ABSORVENTES, COM-POSTA POR UMA CAMADA DE ESPUMA DE POLIURETANO E UMA CAMADA DE CARBOXIMETIL-CELULOSE SÓDICA COM PRATA. A ALMOFADA CENTRAL ABSORVENTE IMPEDE A LATERALIZAÇÃO DO FLUIDO, PREVENINDO MACERA- | AQUACEL AG FOAM ADESIVO 12,5CM X 12,5 CM | 150 UND | R$ 82,66 | R$ 12.399,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ÇÃO. INDICADO COMO CURATIVO PRIMÁRIO, ABSOR-VENDO ATÉ MODERADA QUANTIDADE DE EXSUDATO. TAMBÉM PODE SER UTILIZADO COMO CURATIVO SECUNIDADEÁRIO. COM ADESIVO DE SI-LICONE SOMENTE NAS BORDAS PARA ADESIVI-DADE SUAVE. TAMANHO: 12,5 X 12,5. IGUAL OU SEMELHANTE A AQUACEL AG FOAM COM ADE-SIVO/CONVATEC) | | | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.399,00 (DOZE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E NOVENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 76

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 104 | 46888 | CURATIVO ESTÉRIL, FINO, ADAPTÁVEL, CONSTITUÍDO POR UMA CAMADA EXTERNA IMPER-MEÁVEL DE FILME DE POLIURETANO, UMA ESPUMA ABSORVENTE DE POLIURETANO E UMA CAMADA DE SILICONE PERFURADA, INDICADO PARA FERIDAS DE POUCO EXSUDATO OU ÁRE-AS SEM EXSUDAÇÃO, COMO INCISÕES CIRÚRGICAS. TAMANHO: 10X10 CM IGUAL OU SEME-LHANTE FOAM LITE/CONVATEC | AQUACEL FOAM PRO 10X10CM 1X10 | 150 UND | R$ 31,02 | R$ 4.653,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.653,00 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS). | | | | | | |

LOTE 77

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 105 | 46890 | CURATIVO ESTÉRIL, DE ESPUMA, MULTICAMA-DAS, COMPOSTO TAMBÉM POR UMA CA-MADA DE FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE QUE AJUDAM A MANTER UM MICROCLIMA IDEAL NA PELE EM RISCO, ABSORVENDO E BLOQUEANDO O EXCESSO DE UMIDADE. DI-MINUI OS FATORES DE RISCO EXTRÍNSECOS PARA O DESENVOLVI-MENTO DA LESÃO POR PRESSÃO. TEM BAIXO COEFICIENTE DE FRICÇÃO E BARREIRA BACTE-RIANA E VI-RAL COM ALTA TAXA DE TRANSMIS-SÃO DE VAPOR E UMIDADE. EM FORMATO SA-CRAL, COM ADESIVO DE SILICONE PERFURADO EM CONTATO COM A PELE. TAMANHO: 20X 16,9 CM IGUAL OU SEMELHANTE A AQUACEL FOAM PRO /CONVATEC | AQUACEL FO-AM PRO SA-CRAL20X16. 9CM 1X5 | 150 UND | R$ 63,59 | R$ 9.538,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.538,50 (NOVE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 90

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 121 | 44323 | CURATIVO DE ESPUMA HIDROCELULAR E COMPRESSA HIDROFÍLICA COM FILME ADESIVO DE POLIURETANO ROSA. TIPO MODELO SACRO - APROXIMADAMENTE 25 CM X 25,2 CM.<br>(IGUAL OU EQUIVALENTE AO ALLEVYN). | AQUACEL FOAM PRO SACRAL24X21.5CM 1X5 NAI | 140 UND | R$ 149,96 | R$ 20.994,40 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 20.994,40 (VINTE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 91

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 122 | 46886 | CURATIVO ESTÉRIL DE ESPUMA, CONSTITUÍDO POR UMA CAMADA EXTERNA IMPERMEÁVEL DE FILME DE POLIURETANO COM BARREIRA ANTI-BACTERIANA E ANTIVIRAL E UMA ALMOFA-DA CENTRAL COM CAMADAS ABSORVENTES. A ALMOFADA CENTRAL ABSORVENTE É COM-POSTA POR UMA CAMADA DE ESPUMA DE POLIURETANO E UMA CAMADA PARA CONTATO COM O LEI-TO DA FERIDA DE FIBRA DE CARBOXIMETILCELULOSE COM PRATA IÔNICA. INDICA-DO COMO CURATIVO PRIMÁRIO, ABSORVENDO ATÉ MO-DERADA QUANTIDADE DE EXSUDATO. TAMBÉM PODE SER UTILIZADO COMO CURATIVO SE-CUNIDADEÁRIO. TAMANHO: 10X10CM. IGUAL OU SEMELHANTE AQUACEL AG FOAM SEM ADESIVO/CONVATEC) | AQUACEL AG FOAM NÃO ADESIVO 10 CM X 10 | 150 UND | R$ 52,63 | R$ 7.894,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.894,50 (SETE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 111

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 151 | 30780 | POLIVINIL PIRROLIDONA IODO-CONCENTRACAO / DOSAGEM A 10%, COM 1% DE IODO ATIVO, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO- DE 1000 ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO AQUOSA TOPICA SUAVE, INDICACAO DE USO: ANTISSEPTICO | RIODEINE DERMO SU-AVE TOPICO 1L | 70 FRASCO | R$ 41,60 | R$ 2.912,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.912,00 (DOIS MIL, NOVECENTOS E DOZE REAIS). | | | | | | |

LOTE 176

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 242 | 3060 | ÁLCOOL ETILICO, COM TEOR ALCOOLICO 96% HIDRATADO, FORMA LIQUIDA. FRAS-CO COM 1000 ML | PROLINK | 8.000 UND | R$ 7,75 | R$ 62.000,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 62.000,00 (SESSENTA E DOIS MIL REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 190.466,00 (CENTO E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/servlet/ata_registro_preco?1

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CBA FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ nº 07.944.844/0001-30

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 61

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 73 | 5845 | CAIXA PARA COLETA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE, 20 LITROS | INJEX | 100 UND | R$ 7,40 | 740,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 740,00 (SETECENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 740,00 (SETECENTOS E QUARENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 169/2023**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a **HOMOLOGAÇÃO** do **PREGÃO N° 169/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS,** no qual sagrou vencedora a empresa **AGRO E TRUCK'S RENOVADORA DE PNEUS, CNPJ N° 06.312.945/0001-25**, totalizando **R$ 1.059.481,76 (um milhão e cinquenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos).**

Campo Verde, 09 de Janeiro de 2024.

**FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO**

Pregoeira.

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA**

**NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA Nº 003/2024**

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **DENTAL CONCEITO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI**

CNPJ: **29.084.363/0001-34**

Endereço: **Avenida Paulino Pucci, nº 511, Sala 02, França – SP**

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

**Considerando** os termos da Ata de Registro de Preços n.º127/2023, oriunda do Processo Licitatório n.°592/2023 – Pregão Eletrônico n.°19/2023, respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

**Considerando** que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

**Considerando** que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública.

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo e.

| NAD | PREGAO | SECRETARIA | *ENVIO - SITUAÇÃO* | VALOR EM ABERTO |
|---|---|---|---|---|
| 15383 | 19/2023 | SAUDE/ODONTO | 25/10 - ABERTO | 916,00 |

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxarifado@campoverde.mt.gov.br e almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br, desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 09 de janeiro de 2024.

**HELIDA B. M. P. HUBNER**

Gerente de Compras

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 15

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 16 | 8070 | SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL COM GUIA FABRICADO EM TUBO ATÓXICO DE POLIURETANO RADIOPACO C/ CONECTOR SUPERIOR C/ PONTA ATRAUMATICA FIO GUIA INOXIDÁVEL ESTERILIZADA A IXODO DE ETILENO Nº 10 FR. CLASSE 03 RESOLUÇÃO - RDC Nº. 185/ 2001 – LONGA PERMANÊNCIA (4 MESES EM USO NO PACIENTE. | SOLUMED | 250 UND | R$ 8,83 | R$ 2.207,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.207,50 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 30

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 34 | 9917 | BOLSA COLETORA DE URINA TIPO SACOLA COM CORDÃO, EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE, GRADUADO A CADA 100ML, COM CAPACIDADE DE 2.000ML, SISTEMA DE FECHAMENTO DO COLETOR ATRAVÉS DE CORDÃO FIXADO NO SISTEMA, NÃO ESTÉRIL | LETOMED | 8.000 UND | R$ 0,35 | R$ 2.800,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.800,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 37

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 42 | 34480 | RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PEDIÁTRICA, EM MADEIRA MARFIM, ESCALA DE 100CM GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS NUMERADAS A CADA CENTÍMETRO, POSSUI MARCADOR REMOVÍVEL | CIRÚRGICA BRASIL | 100 UND | R$ 86,67 | R$ 8.667,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.667,00 (OITO MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS). | | | | | | |

LOTE 41

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 46 | 49461 | CAIXA PLASTICA - EM POLIURETANO, BORDAS REFORCADAS, COM CAPACIDADE PARA 8 LITROS, CAIXA TERMICA, COM TERMOMETRO DIGITAL PARA REGISTRO DE TEMPERATURA INTERNA, NA COR AZUL, COM TAMPA NA COR BRANCA E TRAVAMENTO AUTOMATICO AO FECHAR, RETANGULAR, E COM ALCA, PARA ACONDICIONAMENTO DE VACINAS, CAPACIDADE APROXIMADA DE ACONDICIONAMENTO ATÉ 8 LITROS DE IMUNOBIOLOGICOS | COLEMAN | 20 UND | R$ 398,56 | R$ 7.971,20 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.971,20 (SETE MIL E NOVECENTOS E SETENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 62

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 74 | 41936 | SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL COM GUIA FABRICADO EM TUBO ATÓXICO DE POLIURETANO RADIOPACO C/ CONECTOR SUPERIOR C/ PONTA ATRAUMATICA FIO GUIA INOXIDÁVEL ESTERILIZADA A IXODO DE ETILENO Nº 12 FR. CLASSE 03 RESOLUÇÃO - RDC Nº. 185/ 2001 – LONGA PERMANÊNCIA (4 MESES EM USO NO PACIENTE) | SOLUMED | 150 UND | R$ 8,83 | R$ 1.324,50 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.324,50 (UM MIL, TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 97

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 129 | 47588 | SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL ATOXICA, FLEXIVEL, TRANSPARENTE, ESTERIL, PARA ASPIRACAO TRAQUEAL, NUMERO 10, SILICONIZADA. PACOTE COM 20 UNIDADES | BIOSANI | 200 PCT | R$ 11,19 | R$ 2.238,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.238,00 (DOIS MIL, DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 130

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 175 | 47562 | ASPIRADOR CLINICO DE SECREÇÕES ELETRICO, COM BOMBA Á VACUO COM PRESSÃO NEGATI-VA, DEVE POSSUIR PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA. BIVOLT 1,3 LT: CAPACIDADE DO RECIPIENTE: 1,3 LITROS; VOLTAGEM: 127/220V, RUÍDO: 61,5 DBA. FREQUÊNCIA: 60 HZ, POTÊNCIA: 160VA VÁCUO MÁX: 600 MHG, VAZÃO: 20 L/MIN (FLUXO LIVRE) MOTOR: 1/33 HP | NEVONI | 10 UND | R$ 568,80 | R$ 5.688,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.688,00 (CINCO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 131

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 176 | 47563 | BALANÇA DIGITAL PORTATIL ADULTO- FABRICADO EM VIDRO TEMPERADO, CAPACIDADE:150KG A 180KG, ALIMENTAÇÃO: 01 BATERIA CR2032 3V (INCLUSA), COM FUNÇÃO AUTO DESLIGAMENTO. VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO, AJUSTE KG/IB. DIMENSÃO APROXIMADA: 300X300X20 MELÍMETROS. PESO APROXIMADO: 1,70KG, PÉS E BASE ANTIDERRAPANTE | BALMAK | 128 UND | R$ 53,08 | R$ 6.794,24 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.794,24 (SEIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 132

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 177 | 27418 | BOBINA DE PAPEL DO ELETROCARDIOGRAFICO PAPEL PARA REGISTRO ELETROCARDIOGRAMA COMPASSUS 3000-80MMX20M | TECNO PRINT | 1.200 UND | R$ 9,84 | R$ 11.808,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.808,00 (ONZE MIL, OITOCENTOS E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 149

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 198 | 40245 | APARELHO DE PRESSÃO ANERÓIDE, BRAÇADEIRA NA COR PRETA, EM YLON OU ALGODÃO, COM FECHO DE METAL VELCRO, COM MANGUITO, PERA EM PVC, COM ESTOJO, NO TAMANHO PARA ADULTO. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO | ACCUMED | 100 UND | R$ 66,93 | R$ 6.693,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.693,00 (SEIS MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS). | | | | | | |

LOTE 168

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 223 | 14227 | EQUIPO MICROGOTAS, PARA SOLUÇÃO PARENTERAL ESTERIL ATOXICA, APIROGENICO, COM PINÇA ROLETA E INJETOR LATERAL ESTERIL, COM MANGUEIRA 1,80M | GLOMED | 3.200 UND | R$ 0,67 | R$ 2.144,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.144,00 (DOIS MIL, CENTO E QUARENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 171

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 229 | 41462 | REANIMADOR PULMONAR ADULTO MANUAL (AMBU) DE SILICONE COM RESERVATORIO | FOYOMED | 10 UND | R$ 132,37 | R$ 1.323,70 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.323,70 (UM MIL, TREZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 175

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 239 | 41139 | SONDA DE FOLEY – Nº. 14 - 2 VIAS, SILICONIZADA, ESTÉRIL, BICO LEVE E BALÃO – PACOTE COM 10 UNIDADES | MEDIX | 100 PCT | R$ 22,67 | R$ 2.267,00 |
| 240 | 41140 | SONDA DE FOLEY – Nº. 16 - 2 VIAS, SILICONIZADA, ESTÉRIL, BICO LEVE E BALÃO – PACOTE COM 10 UNIDADES | MEDIX | 150 PCT | R$ 18,98 | R$ 2.847,00 |
| 241 | 41141 | SONDA DE FOLEY – Nº. 20 - 2 VIAS, SILICONIZADA, ESTÉRIL, BICO LEVE E BALÃO – PACOTE COM 10 UNIDADES | MEDIX | 150 PCT | R$ 26,10 | R$ 3.915,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 9.029,00 (NOVE MIL E VINTE E NOVE REAIS). | | | | | | |

LOTE 184

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 258 | 45298 | ELETRODO CARDÍACO UNIVERSAL DESCARTAVEL PARA ECG CAIXA COM 100 UNIDADES | MEDIX | 601 CX | R$ 11,83 | R$ 7.109,83 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.109,83 (SETE MIL, CENTO E NOVE REAIS E OITENTA E TRÊS REAIS). | | | | | | |

LOTE 190

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 266 | 24941 | LANCETA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO DIGITAL 28G, CONFORME NR32 - EM AÇO INOXIDAVEL, PONTA EMBUTIDA EM CORPO PLASTICO OU OUTRO MATERIAL COMPATIVEL, COM TAMPA PROTETORA, EMBALAGEM COM 50 LANCETAS. | MEDIX | 4.000 CX | R$ 5,36 | R$ 21.440,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 21.440,00 (VINTE E UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 210

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 290 | 23027 | LIXEIRA EM ACO INOX COM PEDAL 20 LITROS | MOR | 100 UND | R$ 135,20 | R$ 13.520,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.520,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS E VINTE REAIS). | | | | | | |

LOTE 214

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 294 | 49449 | NEBULIZADOR PORTÁTIL ULTRASSÔNICO, NÚMERO DE SAÍDAS SIMULTÂNEAS UMA, COM MÁSCARA POLIURETANO, COPINHOS MEDICAÇÃO, 110/220 V, LEVE E SILENCIOSOS. MASCARA ADULTO E INFANTIL, SUPORT PARA MACARAS | G-TECH | 40 UND | R$ 157,90 | R$ 6.316,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 6.316,00 (SEIS MIL, TREZENTOS E DEZESSEIS REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 117.073,97 (CENTO E DEZESSETE MIL, SETENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ALFA MED UNIPESSOAL LTDA, CNPJ nº 45.594.333/0001-24

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 44

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 49 | 43636 | LENÇOL DE PAPEL DESCARTÁVEL, TAMANHO APROXIMADO DE 50 CM X 50 CM. ROLO COM 50 METROS | LUDAN | 2.100 UND | R$ 6,56 | R$ 13.776,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.776,00 (TREZE MIL, SETECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS). | | | | | | |

LOTE 51

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 58 | 43622 | ESTETOSCOPIO AUSCULTADOR DUPLO ADULTO | ADVANTIVE | 20 UND | R$ 14,76 | R$ 295,20 |
| 59 | 43623 | ESTETOSCOPIO AUSCULTADOR DUPLO INFANTIL | ADVANTIVE | 20 UND | R$ 14,14 | R$ 282,80 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 578,00 (QUINHENTOS E SETENTA E OITO REAIS). | | | | | | |

LOTE 72

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 98 | 21530 | LÂMINA BISTURI, ACO CARBONO, N. 15, DESCARTAVEL, ESTERIL, CAIXA COM 100 | BIOMASS | 80 CX | R$ 23,90 | R$ 1.912,00 |
| 99 | 21531 | LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 21, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CAIXA. C/ 100. | BIOMASS | 80 CX | R$ 17,86 | R$ 1.428,80 |
| 100 | 21532 | LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 22, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. CAIXA. C/ 100 | BIOMASS | 80 CX | R$ 29,99 | R$ 2.399,20 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.740,00 (CINCO MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 79

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 107 | 47574 | FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO COM ADESIVO ACRÍLICO, IMPREGNADO COM ETILENO-BISOLEAMIDA (EBO), PERMEÁVEL AO OXIGÊNIO E A VAPORES ÚMIDOS E IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS. CONFORMÁVEL, COMPLEMENTADO POR SUPORTE POSTERIOR DE PAPEL SILICONIZADO QUADRICULADO PARA MENSURAÇÃO DA FERIDA (PLANIMETRIA). A PELÍCULA É ALTAMENTE FLEXÍVEL E CONFORTÁVEL, SENDO, PORTANTO, FACILMENTE ADAPTÁVEL A ÁREAS DE CONTORNO DO CORPO. PROMOVE UMA FIXAÇÃO SEGURA DE CURATIVOS E TUBOS NÃO ESTÉRIL, PODE SER RECORTADO E ADAPTADO. TAMANHO: 10X10CM IGUAL OU SEMELHANTE A MARCA SMITH&NEPHEW. | KANGLI FILM | 90 UND | R$ 147,00 | R$ 13.230,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 13.230,00 (TREZE MIL, DUZENTOS E TRINTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 80

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 108 | 49559 | FIO DE SUTURA AGULHADO NYLON PRETO 5-0, AGULHA 3/8 CURVA, TRIANGULAR 2,5 CM, FIO DE 75 CM DE COMPRIMENTO. CAIXA COM 24 UNIDADES | TECHNOFIO | 90 UND | R$ 32,27 | R$ 2.904,30 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.904,30 (DOIS MIL, NOVECENTOS E QUATRO REAIS E TRINTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 81

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 109 | 49560 | FIO DE SUTURA AGULHADO NYLON PRETO 6-0, AGULHA 3/8 CURVA, TRIANGULAR 2,5 CM, FIO DE 75 CM DE COMPRIMENTO. CAIXA COM 24 UNIDADES | TECHNOFIO | 90 UND | R$ 32,27 | R$ 2.904,30 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.904,30 (DOIS MIL, NOVECENTOS E QUATRO REAIS E TRINTA CENTAVOS). | | | | | | |

LOTE 88

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 119 | 46893 | BANDAGEM INELÁSTICA DE ALGODÃO E POLIÉSTER, IMPREGNADA COM PASTA NÃO SOLIDIFICÁVEL, COMPOSTA POR GLICERINA, ÓXIDO DE ZINCO, PETROLATO BRANCO, ÁGUA, ACÁCIA E ÓLEO DE RÍCINO. TAMANHO: 10,16 X 9,14 (IGUAL OU SEMELHANTE A BOTA DE UNNA) | CASEX | 300 UND | R$ 37,98 | R$ 11.394,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.394,00 (ONZE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 96

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 128 | 41154 | SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL, ATOXICA, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, PARA SONDAGEM URETRAL, NUMERO 10, SILICONIZADA. PACOTE COM 20 UNIDADES | MARK MED | 2.100 PCT | R$ 8,88 | R$ 18.648,00 |

| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 18.648,00 (DEZOITO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS). |
|---|

LOTE 115

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 155 | 44110 | ESCOVA CIRURGICA, COMPOSTO DE UMA BASE DE ESPUMA E OUTRA COM CERDAS DE NYLON, PROVIDO DE ANTI-SEPTICO COM CLOREXIDINA | RIOQUIMICA | 350 UND | R$ 3,00 | R$ 1. 050,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.050,00 (UM MIL E CINQUENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 158

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 206 | 2786 | ÁGUA OXIGENADA - CONCENTRACAO/ DOSAGEM 10 V, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 1000 ML, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA | RIOQUIMICA | 2.000 UND | R$ 5,54 | R$ 11. 080,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.080,00 (ONZE MIL E OITENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 180

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 251 | 40316 | ATADURA GESSADA - MEDINDO: 20CM X 4,0M, EM TECIDO TIPO GIRO INGLES OU GAZE COMUM, NA COR BRANCA, EM ROLO, EMBALADO EM PLASTICO OU PAPEL APROPRIADO. | ORTOFEN | 600 UND | R$ 5,80 | R$ 3. 480,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.480,00 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS). | | | | | | |

LOTE 212

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 292 | 40554 | BOLSA TÉRMICA GEL, QUENTE E FRIO, 500 ML, COMPRESSA QUENTE/FRIA PRÁTICA ECOMOMICA, E UTILIZAVEL E CILADA, CONTEM GEL NAO TOXICO QUE MANTEM A TEMPERATURA POR MAIS TEMPO DE DIMENSOES APROXIMADAMENTE 15,8 X 23,5 CM | ORTHO-PAUHER | 50 UND | R$ 26,28 | R$ 1. 314,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.314,00 (UM MIL, TREZENTOS E QUATORZE REAIS). | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 86.098,60 (OITENTA E SEIS MIL, NOVENTA E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA**

**NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA Nº 002/2024**

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA**

CNPJ: **26.089.337/0001-00**

Endereço: **Avenida Getúlio Vargas, 213- Cristo Rei, Francisco Beltrão - PR**

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

**Considerando** os termos da Ata de Registro de Preços n.º333/2023, oriunda do Processo Licitatório n.°1612/2023 – Pregão Eletrônico n.° 78/2023, respectivamente, cujo objeto é Registro de preços **para futura e eventual aquisição de medicamentos**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

**Considerando** que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo “Das Obrigações do Fornecedor” da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

**Considerando** que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública.

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo e.

| NAD | PREGAO | SECRETARIA | *ENVIO - SITUAÇÃO* | VALOR EM ABERTO |
|---|---|---|---|---|
| 15216 | 78/2023 | Saúde/farmacia | 25/10 | 1570,00 |

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que “*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*”; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo “Das Penalidades” da referida Ata de Registro de Preços dispõe que “*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*”. Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxarifado@campoverde.mt.gov.br e almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br, desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 09 de janeiro de 2024.

**HELIDA B. M. P. HUBNER**

Gerente de Compras

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023

VIGÊNCIA: 08/01/2024 À 08/01/2025

LOTE 33

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 38 | 19330 | INDICADOR BIOLOGICO - EM AMPOLA, TIRAS IMPREGNADAS COM BACILLUS STEAROTHERMOPHILUS, COM FITA INDICADORA QUE MUDA DA COR, COM TAMPA PLASTICA E PAPEL DE FILTRO HIDROFOBICO, CONTROLE DE ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE A VAPOR, CONDICIONADO EM CAIXA C/ 10 AMPOLAS OS INDICADORES DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM AS MINIINCUBADORAS<br>OFERTADOS ACIMA | CLEAN UP | 500 CX | R$ 23,43 | R$ 11.715,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 11.715,00 (ONZE MIL, SETECENTOS E QUINZE REAIS). | | | | | | |

LOTE 50

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 57 | 50531 | HIDROGEL GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS SECAS, POUCO UMIDAS E DE MEDIA EXSUDACAO, COM PRESENCA DE TECIDO INVIAVEL (NECROSE E ESFACELO), PROMOVENDO UM AMBIENTE UMIDO IDEAL PARA A CICATRIZACAO, ATRAVES DA HIDRATACAO DO LEITO DA FERIDA DIRECIONANDO AO DESBRIDAMENTO AUTOLITICO OU AUXILIANDO NO DESBRIDAMENTO MECANICO. QUANDO UTILIZADO EM FERIDAS EXSUDATIVAS, AUXILIA NA RETENCAO DO EXSUDATO MANTENDO SUA FORMA DE GEL, DEVIDO A JUNCAO DO ALGINATO E CARBOXIMETILCELULOSE, QUE RETEM A ÁGUA EM SUA ESTRUTURA. COMPOSICAO MINIMA EXIGIDA: ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOMERO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CALCIO E SODIO, CARBOXIMETILCELULOSE E CONSERVANTES. TUBO COM APROXIMADAMENTE 85GM (+ OU - 3GM).<br>MARCAS SUGERIDAS: CONVATEC, CURATEC, HLIANTO, CASEX, DERSANI e POLARFIX | CASEX | 700 UND | R$ 12,83 | R$ 8.981,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 8.981,00 (OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS). | | | | | | |

LOTE 98

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 130 | 46054 | SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL, ATOXICA, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, PARA SONDAGEM URETRAL, NUMERO 08, SILICONIZADA. | INJET | 1.800 UND | R$ 0,60 | R$ 1.080,00 |
| 131 | 41155 | SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL, ATOXICA, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, PARA SONDAGEM URETRAL, NUMERO 12, SILICONIZADA. | INJET | 1 000 UND | R$ 0,62 | R$ 620,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.700,00 (UM MIL E SETECENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 99

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 132 | 42899 | EQUIPO DE INFUSÃO MULTIVIAS GRAVITACIONAL ESTÉRIL E DE USO ÚNICO; 2 VIAS COM CLAMP; TUBO FLEXÍVEL DE 18CM; PARA INFUSÃO DE SORO E OUTRAS SOLUÇÕES PARENTAIS; ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO; ATÓXICO E APIROGÊNICO; CONECTOR LUER SLIP | DESCARPACK | 600 UND | R$ 0,74 | R$ 444,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 444,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 224

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 308 | 44101 | ALMOTOLIA DE POLIETILENO, TIPO BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA EM ROSCA, COR ÂMBAR 125 ML | BIOMEDICA | 150 UND | R$ 2,42 | R$ 363,00 |
| 309 | 3278 | ALMOTOLIA DE POLIETILENO, TIPO BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA EM ROSCA, COR ÂMBAR 250 ML | BIOMEDICA | 150 UND | R$ 3,14 | R$ 471,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 834,00 (OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS). | | | | | | |

LOTE 228

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 314 | 31349 | PORTA LÂMINA TIPO FRASCO, PARA ATE 3 LÂMINAS | CRAL | 3.000 UND | R$ 0,40 | R$ 1.200,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS). | | | | | | |

LOTE 230

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 316 | 14514 | ESPATULA DE AYRES C/ 100 UNIDADES | THEOTO | 100 PACOTE | R$ 10,20 | R$ 1.020,00 |
| VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 1.020,00 (UM MIL E VINTE REAIS) | | | | | | |

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 25.894,00 (VINTE E CINCO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2024**

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: PODIUM TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.906.746/0002-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE– MT – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2023

VIGÊNCIA: 09/01/2024 À 09/01/2025

| LOTE 01 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TAREFA OU SERVIÇO | | QUANT. TRABALHO | | PREÇO | PREÇO |
| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO | QUANT. | UNID. | UNIT. (R$) | PARCIAL (R$) |
| 4915598 | RECONFORMAÇÃO DA PLATAFORMA | 957.840,000 | M² | R$ 0,07 | R$ 67.048,80 |
| 4915734 | RECOMPOSIÇÃO MECANIZADA DE ATERRO - MATERIAL DE JAZIDA | 153.839,24 | M³ | R$ 7,97 | R$ 1.226.098,74 |
| 2004522 | ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA TRAPEZOIDAL OU TRIANGULAR EM MATERIAL DE 1A CATEGORIA PARA DRENAGEM SUPERFICIAL COM RETROESCAVADEIRA - 0,30 M2 ≤ SEÇÃO < 0,50 M2 | 3.070,000 | M³ | R$ 7,74 | R$ 23.761,80 |
| 4915611 | RECOMPOSIÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA | 123.782,400 | M³ | R$ 7,61 | R$ 941.984,06 |
| 4915740 | ROÇADA MANUAL | 28,24 | HA | R$ 1.239,81 | R$ 35.012,23 |
| 1107892 | CONCRETO FCK = 20 MPA - CONFECÇÃO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO MANUAL - AREIA E BRITA COMERCIAIS | 16,000 | M³ | R$ 311,16 | R$ 4.978,56 |
| 0804047 | CORPO DE BSTC D = 1,20 M PA2 - AREIA, BRITA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS | 20,000 | M | R$ 718,54 | R$ 14.370,80 |
| 0804141 | BOCA DE BSTC D = 1,20 M - ESCONSIDADE 0° - AREIA E BRITA COMERCIAIS - ALAS RETAS | 4,000 | UN | R$ 1.749,52 | R$ 6.998,08 |
| 6817857 | CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 2,5 X 2,5 M - PRÉ MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 0,25 A 1,00 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS | 30,000 | M | R$ 2.458,93 | R$ 73.767,90 |
| 0705419 | BOCA DE BTCC 2,50 X 2,50 M - ESCONSIDADE 0° - AREIA E BRITA COMERCIAIS | 2,000 | UN | R$ 25.563,61 | R$ 51.127,22 |
| 1505860 | ENROCAMENTO DE PEDRA JOGADA - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO | 50,400 | M³ | R$ 132,50 | R$ 6.678,00 |
| 5914329 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ - RODOVIA COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO | 634.586,85 | TKM | R$ 0,71 | R$ 450.556,66 |
| 5914374 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO | 10.563.984,29 | TKM | R$ 0,67 | R$ 7.077.869,47 |
| 5914389 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA PAVIMENTADA | 22.858,31 | TKM | R$ 0,54 | R$ 12.343,49 |
| 5914464 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO | 7.378,48 | TKM | R$ 0,62 | R$ 4.574,66 |
| 5914479 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA DE 15 T - RODOVIA PAVIMENTADA | 5.121,53 | TKM | R$ 0,50 | R$ 2.560,77 |
| 5915467 | TRANSPORTE DE ÁGUA COM CAMINHÃO TANQUE DE 10.000 L RODOVIA - COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO | 19.805,18 | TKM | R$ 1,14 | R$ 22.577,91 |
| ADM | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 12,000 | MÊS | R$ 101.849,98 | R$ 1.222.199,76 |
| CAN | INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E ACAMPAMENTOS | 1,000 | UN | R$ 204.099,85 | R$ 204.099,85 |
| MOB | MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE | 1,000 | UN | R$ 22.987,19 | R$ 22.987,19 |
| DESMOB | DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE | 1,000 | UN | R$ 22.987,19 | R$ 22.987,18 |
| 5213570 | PLACA EM AÇO - PELÍCULA I + I - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | 15,63 | M² | R$ 316,66 | R$ 4.949,40 |
| 5216111 | SUPORTE PARA PLACA DE SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI TRATADA 8 X 8 CM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO | 6,000 | UN | R$ 77,91 | R$ 467,46 |
| VALOR TOTAL: R$ 11.500.000,00 (ONZE MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS). | | | | | |

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/ser...

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029**

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, homologado em 02 de Maio de 2023, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, para avaliação de Aptidão de Saúde Física e Mental na forma do item 19.5 do Edital de Abertura.

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 19.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 19.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 10 de Janeiro de 2024.

Cargo: **MÉDICO CLINICO GERAL/PSF**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Colocação |
|---|---|---|---|---|
| 647163 | VANESSA DE JESUS TELLES | 07/09/1998 | 55,0 | 4 |

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO**

**HM CIRURGICA LTDA**

Q 103, Avenida Juscelino Kubitschek, Plano Diretor Sul

Palmas/TO – CEP: 77015-012

CNPJ: 30.981.531/0001-73

Contato: (63) 3028-8001

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado(s) Senhor (es),

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes, constantes nas Autorizações de Fornecimentoabaixo:

**AF nº 3233/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

**AF nº 8750/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

**AF nº 8928/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

**AF nº 10020/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS pela não entrega TOTAL dos materiais.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 09 de janeiro de 2024.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO**

**CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**

Av.b, Quadra 25, Lote 04, 293

Goiânia –GO – CEP: 7.853-030

CNPJ: 07.847.837/0001-10

Contato: (62) 3088-9700

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes, constantes na Autorização de Fornecimentoabaixo:

**AF nº 8909/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS, pela não entrega TOTAL dos materiais.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 09 de janeiro de 2024.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contatos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO**

**BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA-M**

Av Getulio Vargas, 213

Francisco Beltrão/PR – CEP 85602-500

CNPJ: 26.089.337/0001-00

Contato: (46) 3523-6613

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado(s) Senhor(es),

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes não foram entregues, constante na Autorização de Fornecimentoabaixo mencionada:

**AF nº 100202023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA TOTAL DOS ITENS.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 09 de janeiro de 2024.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO**

**CMH CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI-ME**

Rua Doutor Mario Clapier Urbinatti, 1434

Maringá/PR – CEP: 87080-120

CNPJ: 23.226.076/0001-74

Contato: (44) 3255-3774

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes, constantes nas Autorização de Fornecimentoabaixo:

**AF nº 10145/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS pela não entrega TOTAL dos materiais.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 09 de janeiro de 2024.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO**

**PRO-REMEDIOS DIST DE PROD FARMAC E COSM LTDA-ME**

Rua São Paulo, n° 39

Rio Verde/GO – CEP 75902-140

CNPJ: 05.159.591/0001-68

Contato: (64) 3016-0017

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado(s) Senhor(es),

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes não foram entregues, constante na Autorização de Fornecimentoabaixo mencionada:

**AF nº 9172/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

**AF nº 10043/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

**AF nº 10227/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA TOTAL DOS ITENS.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 09 de janeiro de 2024.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

**PORTARIA Nº. 05, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**DESIGNA SERVIDORA QUE MENCIONA PARA ATUAR COMO GESTOR DE CADASTRO ÚNICO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO.**

**IRINEU MARCOS PARMEGGIANI**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

***CONSIDERANDO*** *a solicitação contida na Comunicação Interna-CI nº. 001/2024, subscrita pela Exmª Secretária de Assistência Social,*

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora **ANA PAULA DE GODOY,** inscrita noCPF sob nº 044.***.***-41**, admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada ao** cargo de provimento em comissão de Coordenador de Centro de Processamento de Dados de - CPD, através da Portaria nº 146, de 08 de junho de 2022, **para atuar como Gestor do Cadastro Único, no âmbito da Secretaria de Assistência Social**.

**Art. 2º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 10/01/2024.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 42, de 04 de fevereiro de 2022.

**Registre-se e publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

**IRINEU MARCOS PARMEGGIANI**

**Prefeito de Campos de Júlio**

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO**

**INOVAMED HOSPITALAR LTDA**

Rua Doutor João Caruso

Erechim/RS – CEP 99706-250

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Contato: (54) 2106-7930

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado(s) Senhor(es),

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes não foram entregues, constante na Autorização de Fornecimentoabaixo mencionada:

**AF nº 10047/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

**AF nº 10151/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA TOTAL DOS ITENS.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 09 de janeiro de 2024.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO**

**CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Rodovia BR 480, n° 795, Centro

Barão de Cotegipe/RS – CEP: 99.740-000

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Contato: (54) 3523-2700

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado(s) Senhor(es),

Tendo em vista que, até a presente data os materiais faltantes não foram entregues, constante na Autorizações de Fornecimentoabaixo mencionadas:

**AF nº 10048/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2023**

**AF nº 9816/2023 – Pregão Eletrônico nº 16/2022**

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA TOTAL DOS ITENS.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA** conforme foi feito com o envio dessas. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 09 de janeiro de 2024.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

Prefeitura de Campos de Júlio - MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

**PORTARIA Nº 001/2024**

**Portaria nº 001/2024**

De 02 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Licença para Qualificação Profissional.

**Fábio Marcos Pereira de Faria,** Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 172/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder Licença Remunerada para Qualificação Profissional a **Angelina Ferla** ocupante do cargo de **Professor**, Matrícula n° 4700, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por um período de (12) doze meses, a partir de 25 de janeiro de 2024.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, em 02 de janeiro de 2024.

Fábio Marcos Pereira de Faria

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 015/2024**

De 08 de janeiro de 2024.

Designa **Agente de Contratação, Pregoeiro**, **equipe de apoio** e **comissão de contratação** para conduzir os atos das licitações e contratações do Município Canarana-MT, derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Portaria n° 550/2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear o servidor **David Anderson Mariano Da Silva**, matricula funcional nº 7323, para exercer a função de **Agente de Contratação** da Prefeitura Municipal de Canarana/MT, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§ 1º.** O mesmo servidor acima nomeado será a responsável por também exercer as funções de **PREGOEIRO** da prefeitura municipal, a fim de conduzir os atos das licitações modalidade pregão presencial e eletrônico derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§ 2º.** Somente em licitações na modalidade pregão o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

**§ 3º.** Nos casos de ausência do Agente de Contratação nomeado no art. 1º, fica designada como suplente a servidora **Sandra Maria dos Santos**, matrícula funcional nº 1100 para substituir o titular durante seu afastamento.

**Art. 2º.** Nomeiam-se as servidoras titulares **Nilce Ledi Koester,** matricula funcional nº 1145 e **Andreia Tatiana Alvonoz Andolhe**, matricula funcional nº 020 e como suplentes **Liane Iaroszczniski,** matricula funcional nº 5661 e **Ernani Luiz Muller** matricula funcional nº 3482, para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações da prefeitura municipal derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§ 1º.** Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação/Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

**§ 2º.** Os servidores mencionados no caput deste artigo também desempenharão a função de membros da Comissão de Contratação sob presidência do servidor **David Anderson Mariano Da Silva**.

**Art. 3º.** Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

**§ Único**. O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações da prefeitura municipal.

**Art. 4º.** Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, também será o Agente de Contratação o responsável por impulsionar, conduzir e executar os respectivos processos em todas as suas fases, com o auxilio da equipe de apoio.

**Art. 5º.** Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno deverão prestar assistência ao Agente de Contratação/Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, no funcionamento das comissões de contratação e na atuação de fiscais de contratos designados pela Administração.

**Art. 6º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 08 de Janeiro de 2024.

**FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**GABINETE**
**EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2024**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA**

**EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2024 - MUNICÍPIO DE CARLINDA / POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n.º Lei Municipal 1.436/2023.

**OBJETO:** O presente Termo de Cooperação tem por objeto complementar as despesas destinadas à alimentação, deslocamento e manutenção dos equipamentos necessários à realização dos trabalhos no Município de Carlinda/MT, consoante dispositivo da Lei Municipal n° 1.436/2023, que: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO A DELEGACIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DA COMARCA DE ALTA FLORESTA, ESTADO DE MATO GROSSO".

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** para consecução do objeto do presente Termo de Cooperação o aporte financeiro terá a seguinte dotação orçamentária:

| DOTAÇÃO | VALOR MENSAL |
|---|---|
| 49-03.001.04.122.0016.2005.3370.41.00.00.00 | R$ 1.000,00 |
| ***TOTAL*** | ***R$ 12.000,00*** |

VIGÊNCIA: 09/01/2024 a 31/12/2024.

**PREVCAR PREVIDENCIA MUNICIPAL**
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE CARLINDA MT**

**EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO N.º 001/2024**

**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA/MT

**CONTRATADO:** CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO- GROSSENSES – CONSPREV.

**OBJETO:** "O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas relativas ao exercício financeiro de 2024 do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05"

**VIGÊNCIA:** a vigência é de 03/01/2024 até 31/12/2024.

**VALOR ANUAL:** R$ 1.800,00 (hum mil oitocentos e reais)

**DATA DA ASSINATURA:** 09/01/2024.

**GABINETE**
**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2024 - MUNICÍPIO DE CARLINDA / SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARLINDA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA**

**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2024 - MUNICÍPIO DE CARLINDA / SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARLINDA**

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n.º Lei Municipal 1.429/2023.

**OBJETO:** O presente CONVÊNIO tem por objeto o repasse financeiro, para aquisição de materiais de construção e contratação de mão de obra, visando à melhoria da infraestrutura da sede do Sindicato.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** para consecução do objeto do presente Termo de Cooperação o aporte financeiro terá a seguinte dotação orçamentária:

| DOTAÇÃO | VALOR |
|---|---|
| 03.001.04.122.0016.2005.337041.00.00.00-49 | R$ 5.500,00 |
| **TOTAL** | R$ 5.500,00 |

VIGÊNCIA: 09/01/2024 a 30/03/2024.

**GABINETE**
**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2023 – EDITAL DE SELEÇÃO N.° 004/2023

O Prefeito Municipal de Carlinda-MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade contratação de professores em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal 1.261/2021, para suprir as vagas necessárias para atendimento, continuidade e eficiência do serviço público municipal na área educacional do município de Carlinda-MT;

Considerando a declaração da Comissão Seletiva do Processo Seletivo Simplificado 2023, Edital de Seleção n.° 004/2023, que transcreve que os procedimentos para a execução do evento transcorreram dentro dos prazos previstos e com interposição de 02 (dois) recursos.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que HOMOLOGA expressamente o resultado do Processo Seletivo Simplificado 2023 (Edital de Resultado Final), da Secretaria Municipal de Educação para preenchimento das vagas legalmente previstas e as quais sejam necessárias para atendimento da continuidade e eficiência do serviço público municipal na área educacional no município.

**Professores na área de Pedagogia - Séries iniciais e Educação infantil**
**ZONA RURAL**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Nadine Ozório de Moraes | 040 | 71,00 | Aprovada |
| 02 | Viviane Lepka | 033 | 67,00 | Aprovada |
| 03 | Alice Maria Sachi Gezualdo da Silva | 029 | 66,00 | Aprovada |
| 04 | Marta Gomes de Oliveira | 081 | 63,00 | Aprovada |
| 05 | Claudinete de Sousa Francisco Moreno | 050 | 61,50 | Aprovada |
| 06 | Ana Maria Souza da Silva | 019 | 60,00 | Aprovada |
| 07 | Aline Silva de Castro | 023 | 54,00 | Aprovada |
| 08 | Mariana Alberta Sant'Ana | 025 | 52,50 | Aprovada |
| 09 | Fernanda Carla Gasparetto Costa Sachi Gezualdo | 045 | 51,00 | Aprovada |
| 10 | Tainá Cruz do Nascimento | 008 | *48,50 | Desclassificada |
| 11 | Adriana Aparecida Vaz Martins Borges | 068 | *46,50 | Desclassificada |
| 12 | Ivaneuza Dórea | 013 | *40,75 | Desclassificada |
| 13 | Quelvin de Moura do Nascimento | 032 | **AUSENTE | Desclassificado |

*Candidato não atingiu 50% (cinquenta por cento) de acerto na prova do dia 17/12/2023, conforme item 1.2.1, do Edital de Seleção n.° 004/2023.
**AUSENTE – não compareceu na prova.

**PROFESSORES NA ÁREA DE PEDAGOGIA – SÉRIES INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL**
**ZONA URBANA**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Natália Giacomini dos Santos Coelho | 048 | 73,50 | Aprovada |
| 02 | Daiane Alves Pereira | 010 | 69,50 | Aprovada |
| 03 | Anderson Jose de Gouvea Santos | 058 | 65,50 | Aprovado |
| 04 | Vanessa da Silva Theodoro | 073 | 64,00 | Aprovada |
| 05 | Marli Zapelini Corti | 007 | 63,00 | Aprovada |
| 06 | Élida de Oliveira de Souza Rugeri | 017 | 62,00 | Aprovada |
| 07 | Oscalina Cavalcante de Souza Bitencourt | 016 | 60,00 | Aprovada |
| 08 | Suelen Malice Aniceto Neves | 071 | 60,00 | Aprovada |
| 09 | Maria Rodrigues da Silva | 067 | 59,00 | Aprovada |
| 10 | Leandra Aparecida Sachi Gezualdo Calixto | 047 | 58,75 | Aprovada |
| 11 | Lívia Cristina Bedim | 087 | 58,50 | Aprovada |
| 12 | Marcieli Tavares Ferreira | 085 | 58,00 | Aprovada |
| 13 | Apoliana Bispo Ragonha | 046 | 58,00 | Aprovada |
| 14 | Vanessa Biazoto Corte | 069 | 57,60 | Aprovada |
| 15 | Rosana Aparecida Coelho | 054 | 57,50 | Aprovada |
| 16 | Elizete Terezinha Jacques Leising | 011 | 57,10 | Aprovada |
| 17 | Monica da Silva Belido | 042 | 57,00 | Aprovada |
| 18 | Maria Rufino dos Santos de Brito | 053 | 56,50 | Aprovada |
| 19 | Laudice Leite da Silva | 055 | 55,75 | Aprovada |
| 20 | Fernanda Mara Ambrósio | 035 | 55,50 | Aprovada |
| 21 | Cristiane Pereira de Queiroz Nascimento | 088 | 55,25 | Aprovada |
| 22 | Luciana Inês Dias | 061 | 54,60 | Aprovada |
| 23 | Juniele Ramalho Severino de Lima | 063 | 54,50 | Aprovada |
| 24 | Maria Angélica da Silva Oliveira | 080 | 53,50 | Classificada |
| 25 | Cinara Larissa Lazaretti Corrêa | 072 | 53,00 | Classificada |
| 26 | Regiane Schweitzer de Almeida | 057 | 52,75 | Classificada |
| 27 | Cristiane Lopes Bernardo | 026 | 52,50 | Classificada |
| 28 | Rosangela Goularte Cipriano Armani | 043 | 52,25 | Classificada |
| 29 | Fabiana Mendes dos Santos | 056 | 50,50 | Classificada |
| 30 | Simone Pinto Sales | 031 | 50,50 | Classificada |
| 31 | Zelinda de Souza Fernandes Pereira | 075 | 50,50 | Classificada |
| 32 | Josiane Silva Gonçalves de Aguiar | 044 | *48,50 | Desclassificada |
| 33 | Katianne Araujo dos Santos | 052 | *48,50 | Desclassificada |
| 34 | Edna Aparecida Alves da Silva Souza | 051 | *48,00 | Desclassificada |
| 35 | Daiane Kemmerich Dias | 018 | *46,75 | Desclassificada |
| 36 | Maria Elza Ferreira da Rocha | 012 | *46,75 | Desclassificada |
| 37 | Rainara Pelissali de Oliveira | 038 | *46,50 | Desclassificada |
| 38 | Daiane Felix de Santana | 006 | *46,00 | Desclassificada |
| 39 | Lindineia Longato de Oliveira da Silva | 024 | *45,50 | Desclassificada |
| 40 | Jessica Alves dos Santos Fernandes | 059 | *45,00 | Desclassificada |
| 41 | Nayara Izabela Batista da Silva | 004 | *44,75 | Desclassificada |
| 42 | Eneuvair Ranzini | 015 | *44,50 | Desclassificada |
| 43 | Suzicleide Inacio da Silva Primo | 002 | *44,50 | Desclassificada |
| 44 | Tais Christianini dos Santos | 039 | *44,50 | Desclassificada |
| 45 | Lidiane de Oliveira Souza | 003 | *44,00 | Desclassificada |
| 46 | Maria Jose Barbosa | 030 | *42,25 | Desclassificada |
| 47 | Ana Gabrielle da Silva Nascimento Lima | 020 | *41,00 | Desclassificada |
| 48 | Selma Ferreira da Silva | 041 | *39,50 | Desclassificada |
| 49 | Luciene Feitosa Santiago | 070 | *39,00 | Desclassificada |
| 50 | Poliana Caroline Ataíde Sampaio | 009 | *39,00 | Desclassificada |
| 51 | Marivânia Polizelli Batista | 021 | *38,50 | Desclassificada |
| 52 | Mariana da Cruz Campeão dos Santos | 034 | *36,75 | Desclassificada |
| 53 | Gilmar Severino de Lima | 027 | *36,25 | Desclassificado |
| 54 | Aparecida de Fátima da Silva Nunes | 090 | *34,00 | Desclassificada |
| 55 | Érica Rocha da Silva | 001 | *34,00 | Desclassificada |
| 56 | Francisca Iasmin Aragão Ferreira | 064 | *31,00 | Desclassificada |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 57 | Alessandra da Rosa Ferreira dos Santos | 049 | **AUSENTE | Desclassificada |

_____Critério de desempate: 1° Obtiver maior número de pontos na etapa descritiva conforme item 7.2 do Edital de Seleção n.° 004/2023.
*Candidato não atingiu 50% (cinquenta por cento) de acerto na prova do dia 17/12/2023, conforme item 1.2.1, do Edital de Seleção n.° 004/2023.
**AUSENTE – não compareceu na prova.

**Professores de área – Linguagem**
(Português e Inglês)
**ZONA RURAL**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Daniele de Oliveira dos Santos | 036 | 57,50 | Aprovada |
| 02 | Alessandra Alves Pereira | 066 | **AUSENTE | Desclassificada |
| 03 | Cristina Correa de Melo Caramelo | 084 | **AUSENTE | Desclassificada |

**AUSENTE – não compareceu na prova.

**Professores de área – Linguagem**
(Português e Inglês)
**ZONA URBANA**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Jose Renato Sabino de Souza | 082 | *49,00 | Desclassificado |

*Candidato não atingiu 50% (cinquenta por cento) de acerto na prova do dia 17/12/2023, conforme item 1.2.1, do Edital de Seleção n.° 004/2023.

**Professores de área – Linguagem**
(Arte)
**ZONA RURAL**

**NÃO HOUVERAM CANDIDATOS INSCRITOS.**

**Professores de área – Linguagem**
(Educação Física)
**ZONA RURAL**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Eliovan Barbosa do Nascimento | 037 | 61,75 | Aprovado |
| 02 | Gean Marcelus dos Santos da Silva | 089 | 54,50 | Classificado |

**PROFESSORES DE MATEMÁTICA**
**ZONA RURAL**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Janaina de Souza Siqueira Pegoraro | 028 | 67,50 | Aprovada |
| 02 | Helio da Silva Souza | 076 | 56,50 | Classificado |
| 03 | Marcia Batista Soares da Silva | 062 | 52,50 | Classificada |
| 04 | Isadora Avanci Belido | 005 | 50,00 | Classificada |

**Professores de Ciências da Natureza**
**ZONA RURAL**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Francis Junior Araújo Lopes | 086 | 77,00 | Aprovado |
| 02 | Pamela de Souza Salvador | 074 | 59,00 | Classificada |
| 03 | Andressa Hilário Dorca | 065 | 57,50 | Classificada |
| 04 | Neide Paula dos Santos Joli | 014 | 55,50 | Classificada |

**Professores de Ciências Humanas**
(Geografia)
**ZONA RURAL**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Juliana Judite da Silva | 060 | 63,50 | Aprovada |
| 02 | Angelica Lopes Sipriano Souza | 077 | *46,50 | Desclassificada |

*Candidato não atingiu 50% (cinquenta por cento) de acerto na prova do dia 17/12/2023, conforme item 1.2.1, do Edital de Seleção n.° 004/2023.

**Professores de Ciências Humanas**
(História)
**ZONA RURAL**

| Ord. | Nome | N° Inscrição | Pontuação Prova | Situação |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Flávio Lima da Silva | 083 | 61,00 | Aprovado |
| 02 | Jailton Rufino dos Santos | 079 | *43,50 | Desclassificado |
| 03 | Jeferson Alessandro de Freitas dos Santos | 022 | *42,00 | Desclassificado |
| 04 | Neide Rodrigues dos Santos | 078 | *42,00 | Desclassificado |

*Candidato não atingiu 50% (cinquenta por cento) de acerto na prova do dia 17/12/2023, conforme item 1.2.1, do Edital de Seleção n.° 004/2023.

**Professores de Ciências Humanas**
(Ensino Religioso)
**ZONA RURAL**

**NÃO HOUVERAM CANDIDATOS INSCRITOS.**

Carlinda-MT, 10 de janeiro de 2024.

Fernando de Oliveira Ribeiro

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

### SAAE
### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

**O SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE-CG**, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** ao **MENOR PREÇO**, tendo por objeto o "**Aquisição de materiais de papelaria, informática e escritório para uso diversos desta autarquia, conforme descrições constantes no termo de referência do edital**", nos termos da Lei 10.520/2002, a realizar-se no dia **23 de janeiro de 2024 (TERÇA-FEIRA) - 09:00 hs - MT**.

Os interessados poderão obter o Edital completo através do link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=... ou via e-mail: saaecg@saaechapada.com.br, telefone: (65) 3301-5200.

Chapada dos Guimarães - MT, 09 de janeiro de 2024.

RODRIGO ANDOLPHO

Pregoeiro

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2024

"CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 REALIZADO

PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE

CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães - MT, Sr. OSMAR FRONER

DE MELLO, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s)

abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público nº. 001/2022, para

comparecer no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal,

situada a Rua Tiradentes 166, centro, no horário das 13:00 às 18:00 horas,

no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para admissão e

posse no Serviço Público, o candidato deverá apresentar documentação

original ou fotocópia autenticada dos seguintes documentos e a declarações

contidas no edital:

a) Cópia: RG E CPF autenticado ou cópia e original para ser autenticado

pelo funcionário público;

b) Cópia: Documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua

regularidade;

c) Cópia: Cartão PIS/PASEP;

d) Cópia: Comprovante de residência (autenticado);

e) Cópia: Comprovante de escolaridade (autenticado) comprovando a exigência disposta no Anexo I deste Edital;

f) Cópia: Certidão de nascimento ou casamento;

g) Cópia: CPF do cônjuge;

h) Cópia: Certidão de nascimento de filhos; menores de 18 anos;

i) Cópia: CPF dos dependentes

j) Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos;

k) Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos entre 5 anos até 14 anos;

l) Declaração de não acúmulo de Cargo;

m) Declaração de Bens e Comprovante;

n) Cópia: CNH; se for o caso

o) Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (autenticado);

p) Cópia: CPF dos Pais;

q) Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada (autenticado);

r) Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público;

s) Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência específica de determinados cargos;

t) Certidão de Antecedentes Criminais;

u) Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal – Art.329 do Código de Transito Brasileiro.

v) Certidão Negativa de Tributos Municipais de Chapada dos Guimarães

w) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)

x) Conta Bancária (Banco do Brasil)

y) 2 fotos 3X4

EXAMES OBRIGATÓRIO PARA POSSE

Cargo Categoria Exames Necessários

TODOS Para todos

os

cargos

1. Hemograma completo;

2. Glicemia em jejum;

3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L).

4. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides);

5. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes

OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial;

6. Colesterol e Triglicérides (Lipidograma);

7. Exame de urina tipo I (E.A.S);

8. Mamografia (Mulheres acima de 50 anos);

9. Atestado de saúde física emitido por Médico e assinado informando o CRM do mesmo;

10. Avaliação Cardiológica baseada no exame do Candidato e no Eletrocardiograma (para todas as idades e com o ECG acompanhado da respectiva interpretação)

11. Teste Paleográfico (Avaliação Psicológica);

12. Laudo Psiquiátrico (Sanidade Mental);

13. Aprovação em perícia de Junta Médica, indicada pela Gestão Municipal;

Os candidatos convocados são os seguintes, de acordo com a classificação:

| 001 – 001 PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS ESCOLAS URBANAS | | |
|---|---|---|
| **INSCRIÇÃO** | **NOME** | **POSIÇÃO** |
| 0002838 | KAROLINE DOS SANTOS VIANA | 24° |
| 0000301 | ALINE PIRES MACIEL | 25° |

| 005 - 005 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL ESCOLAS URBANAS | | |
|---|---|---|
| **INSCRIÇÃO** | **NOME** | **POSIÇÃO** |
| 445 | VICTOR HUGO GONÇALVES CAMPOS | 2° |

| 007 - 007 - NUTRICIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
|---|---|---|
| **INSCRIÇÃO** | **NOME** | **POSIÇÃO** |
| 0001560 | GISELY RODRIGUES SILVA | 2° |

**SAAE**
**PORTARIA RH SAAE-CG**

**PORTARIA Nº 001 DE 08 DE JANEIRO DE 2.024**

***"DISPÕE SOBRE 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA CONTRATADA JUSSARA QUINTINO DA SILVA"***

O **DIRETOR GERAL** do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães – SAAE-CG, Sr. **ANDERSON ALVES MURTINHO**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

**R E S O L V E:**

**Art. 1.º CONCEDER** a servidora contratada **JUSSARA QUINTINO DA SILVA,** *lotada no SAAE-CG, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,* ***20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS***referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2021.

A férias de que se trata a presente portaria terá início em 10/01/2024 e término em 29/01/2024, devendo a servidora se apresentar-se ao trabalho no dia 30/01/2024.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

R E G I S T R E – S E.

P U B L I Q U E – S E.

C U M P R A – S E.

Chapada dos Guimarães/MT,08 de janeiro de 2024.

**ANDERSON ALVES MURTINHO**

Diretor Geral do SAAE-CG

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2023**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de REVISÃO E ATUALIZAÇÃO de projetos básicos e executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia e orçamento referente aos projetos de construção dos novos prédios das escolas rurais: EE DOROTH STANG; EE FLORESTAN FERNANDES e EE RUBENS ALVES.**

**CONTRATADA**: **K F GARCIA, CNPJ: 52.124.309/0001-97, Endereço, Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1600, Apto 1204, Duque de Caxias, Cuiabá/MT, Cep: 78.043-395.**

**Valor global estimado**: R$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

**Vigência do Contrato**: 12 (DOZE) meses contados da assinatura do Contrato.

**Fundamento Legal**: Art. 75, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RATIFICO e HOMOLOGO a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do Art. 75, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e de conformidade com o Parecer Jurídico e justificativa (documentos anexos ao processo).

Cláudia - MT, em 08 de Janeiro de 2024.

_____

**ALTAMIR KURTEN**

**PREFEITO MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 052/2023**

A Agente De Contratação do Município de Cláudia – MT, nomeada pela Portaria Municipal nº. 229/2023, em cumprimento a ratificação e homologação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 052/2023**, visando a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de REVISÃO E ATUALIZAÇÃO de projetos básicos e executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia e orçamento referente aos projetos de construção dos novos prédios das escolas rurais: EE DOROTH STANG; EE FLORESTAN FERNANDES e EE RUBENS ALVES.**

**CONTRATADA**: **K F GARCIA, CNPJ: 52.124.309/0001-97, Endereço, Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1600, Apto 1204, Duque de Caxias, Cuiabá/MT, Cep: 78.043-395.**

**Valor global estimado**: R$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

**Vigência do Contrato**: 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato.

**Fundamento Legal**: Art. 75, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Declaração de Dispensa emitida pelo Presidente de Licitação e ratificada e homologada pelo Prefeito Municipal, Sr. Altamir Kurten.

Cláudia - MT, em 08 de Janeiro de 2024.

_____

**SHIRLEY YOTZCHETZ**

**Agente De Contratação**

## LICITAÇÃO
## EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2023

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Srº. ALTAMIR KURTEN, e, de outro lado, a empresa GLOBAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CONTRATADA, neste ato representada pela Srª Patrícia De Marchi.

objeto do presente Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESMONTAGEM DE UMA TORRE DE 60 (SESSENTA) METROS DE ALTURA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE CLÁUDIA –MT.

Receberá a CONTRATADA pela contratação contida Cláusula Primeira, a importância total de R$14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

O presente contrato vigerá da data da assinatura até 90 (noventa) dias

Cláudia – MT, 27 de dezembro de 2023.

## GABINETE DO PREFEITO
## DECRETO Nº 948, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

**DECRETO Nº 948, DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

**Dispõe sobre atualização da remuneração dos conselheiros tutelares com vigência a partir de janeiro de 2024 e dá outras providências.**

**ALTAMIR KURTEN,** Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, em Exercício, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

**Considerando** o art. 55, da Lei Municipal nº 567, de 20 de maio de 2015, que fixa a remuneração do Conselheiro Tutelar em 1,6 (um inteiro e seis décimos) do salário-mínimo;

**Considerando** a edição do Decreto Federal nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023, que fixou o valor do salário-mínimo com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 em R$ 1.412,00 (mil e quatrocentos e doze reais);

**DECRETA:**

**Art. 1º** A remuneração dos membros do Conselho Tutelar de Cláudia/MT, passa a ser de R$ 2.259,20 (dois mil e duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), a partir de 1º de janeiro de 2024.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2024.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA**,

**ESTADO DE MATO GROSSO,**

Em 04 de janeiro de 2024.

**ALTAMIR KÜRTEN**

Prefeito Municipal

## GABINETE DO PREFEITO
## DECRETO Nº 945, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

**DECRETO Nº 945, DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

**Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2024 e dá outras providências.**

**ALTAMIR KÜRTEN**, Prefeito Municipal de Cláudia, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o que consta no artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Ficam estabelecidos para o exercício de 2024 a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, conforme anexos deste Decreto.

**Art. 2º** Na utilização dos recursos arrecadados, o pagamento de despesas de caráter obrigatório terá prioridade em relação às despesas de caráter discricionário, respeitadas as vinculações constitucionais e legais existentes.

**§ 1º** Os órgãos da administração indireta definirão seus cronogramas de pagamento, respeitada a programação das transferências financeiras, se existentes, eventualmente a cargo da Prefeitura.

**§ 2º** O repasse de recursos financeiros do Executivo ao Legislativo dar-se-á em duodécimos até o dia 20 (vinte) do mês correspondente.

**Art. 3º** A verificação do cumprimento da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso será feita pela Secretaria Municipal de Finanças e se dará mensalmente por Órgão e, se verificado o desequilíbrio fiscal, o mesmo deverá ser reconduzido pelo Órgão que lhe der causa no mês seguinte ao limite estabelecido por este Decreto.

**Parágrafo único.** A não recondução no mês seguinte aos limites estabelecidos por este Decreto acarretará ao Órgão que lhe der causa a limitação de empenhos e movimentação financeira, conforme previsto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 4º** As normas e princípios estabelecidos neste Decreto aplicam-se aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que couber.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2024.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,**

**ESTADO DE MATO GROSSO.**

Em 04 de janeiro de 2024.

**ALTAMIR KÜRTEN**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

### BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

A Secretaria de Educação e Cultura do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Readaptação

Servidor(a): DIVINA ETERNA DOS SANTOS FAUSTINO

Cargo/Função: Agente de serviços urbanos – Classe B Unidade Adm.: Secretária Municipal de Educação e Cultura

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT, 18 de dezembro de 2023.

Marlene Martins Costa

Secretária Municipal de Educação e Cultura de Cocalinho-MT

### AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI 14133/2021)

**DISPENSA FÍSICA Nº 011/2023**

Objeto: Contratação de empresa para locação de som, iluminação e túnel modular, para atender a demanda das festividades de fim de ano do município de Cocalinho – MT, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital de dispensa física e seus anexos.

Contratadas:

| EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA | CNPJ | QUANT/ ITENS | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| EMP EVENTOS E PRODUCOES LTDA | 10.571.418/ 0001-02 | 02 | R$ 38. 499,00 |
| BELKLAY INDUSTRIA METALICA E COMERCIO DE FERROS LTDA | 14.261.055/ 0001-60 | 01 | R$ 13. 680,00 |

Vigência da contratação: 30 (trinta) dias.

Prazo de pagamento: 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal com atesto.

Fundamento legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14133/2021 e Decreto Municipal nº 2306/2023.

Assim, submeto o ato à elevada consideração de Vossa Senhoria para autorização, na forma do art. 72, inciso VIII da Lei nº 14133/2021.

COCALINHO – MT, 26 de dezembro de 2023

André Luiz Sousa de Carvalho

Secretário Municipal de Compras e Licitação

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo a presente dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, como preceitua o art. 72, VIII do mesmo diploma legal.

Cocalinho – MT, 26 de dezembro de 2023

**MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**

**PREFEITO MUNICIPAL**

### BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

O Secretário de Administração do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Licença para tratamento de saúde

Servidor(a): Maria dos Reis Ferreira de Brito

Cargo/Função: Agente de Serviços Urbanos

Unidade Adm.: Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

SITUAÇÃO: DEFERIDO por 30 dias

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT,18 de dezembro de 2023.

Rogerio Moreira

Secretário de Administração do Município de Cocalinho-MT

### AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI 14133/2021) DISPENSA FÍSICA Nº 012/2023

**AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI 14133/2021)**

**DISPENSA FÍSICA Nº 012/2023**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PALCO, GERADOR E TENDAS, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DO MUNICÍPIO DE COCALINHO - MT, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital de Dispensa Física e seus anexos.

Contratada:

| EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA | CNPJ | QUANT/ ITENS | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| EMP EVENTOS E PRODUCOES LTDA | 10.571.418/ 0001-02 | 01 | R$ 9. 150,00 |
| BELKLAY INDUSTRIA METALICA E COMERCIO DE FERROS LTDA | 14.261.055/ 0001-60 | 03 | R$ 45. 670,00 |

Vigência da contratação: 30 (trinta) dias.

Prazo de pagamento: 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal com atesto.

Fundamento legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14133/2021 e Decreto Municipal nº 2306/2023.

Assim, submeto o ato à elevada consideração de Vossa Senhoria para autorização, na forma do art. 72, inciso VIII da Lei nº 14133/2021.

COCALINHO – MT, 26 de dezembro de 2023

André Luiz Sousa de Carvalho

Secretário Municipal de Compras e Licitação

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo a presente dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, como preceitua o art. 72, VIII do mesmo diploma legal.

Cocalinho – MT, 26 de dezembro de 2023

**MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

A Secretária de Educação e Cultura do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Readaptação

Servidor(a): LAURINDO PEREIRA DA SILVA

Cargo/Função: Gari – Classe A

Unidade Adm.: Secretaria municipal de Educação e Cultura

Situação: INDEFERIDO

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT, 18 de dezembro de 2023.

Marlene Martins Costa

Secretária Municipal de Educação e Cultura de Cocalinho-MT

**RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 011/2023 – LEI Nº 14.133/2021**

**PROCESSO Nº 072/2023**

A Prefeitura Municipal de Cocalinho/MT, torna público resultado da Dispensa nº 011/2023, realizada em 22/12/2023. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO SOM, ILUMINAÇÃO E TUNEL MODULAR, PARA ATENDER A DEMANDA DAS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DO MUNICIPIO DE COCALINHO – MT,**sagrando-se vencedoras as empresas abaixo descritas:

| EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA | CNPJ | QUANT/ ITENS | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| EMP EVENTOS E PRODUCOES LTDA | 10.571.418/ 0001-02 | 02 | R$ 38. 499,00 |
| BELKLAY INDUSTRIA METALICA E COMERCIO DE FERROS LTDA | 14.261.055/ 0001-60 | 01 | R$ 13. 680,00 |

Os autos do Processo Licitatório encontram-se à disposição na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cocalinho/MT.

Cocalinho-MT, 26 de dezembro de 2023.

**CARLOS EDUARDO RODRIGUES ADORNO**

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

A Secretária de Saúde do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Licença para tratamento de saúde

Servidor(a): ALEX MACHADO ALVES

Cargo/Função: Técnico de Enfermagem – Classe B

Unidade Adm.: Secretária de Saúde

Situação: DEFERIDO por 50 dias

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT,18 de dezembro de 2023.

Haiane Morenna Martins Ribeiro Aguiar

Secretária de Municipal de Saúde de Cocalinho-MT

**PORTARIA PREVI N.º 001/2024**

**PORTARIA PREVI N.º 001/2024**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória em favor da servidora* ***Srª. Maria Rita de Andrade."***

**O EXMO Prefeito do Município de Cocalinho**, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

**CONSIDERANDO** o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 88/2015, combinado com art. 2º da Lei Federal nº 152/2015; c/c Art. 12, inciso II da Lei Municipal nº. 504/2005, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cocalinho-MT, c/c Lei Complementar n° 003/2011 que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores do Município de Cocalinho, e Lei municipal nº 1005/2023 que dispõe sobre a correção dos salários dos servidores públicos municipais de Cocalinho, em virtude da revisão geral anual da remuneração; e Lei LGPD nº 13.709/2018;

**RESOLVE:**

**Art. 1º. CONCEDER** o benefício de Aposentadoria por Idade, a **MARIA RITA DE ANDRADE,** casada, residente e domiciliada no Município de Cocalinho/MT, servidora efetiva, no cargo de Professor, Classe C , Nível "7", com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 207, contando com 18 (dezoito) anos, 04 (quatro) meses e 14 (quatorze) dias de tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do **PREVI-COCALINHO, nº. 2024.01.00001P**, a partirde **24/12/2023**, até posterior deliberação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **24 de dezembro de 2023**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Cocalinho - MT, 09 de jeneiro de 2024.

**ROGÉRIO MOREIRA Secretário Municipal de Administração**

Homologo:

**MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**

**Prefeito Municipal**

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

A Secretaria de Educação e Cultura do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Licença para tratamento de saúde

Servidor(a): ELCIARA FIDELES DA SILVA

Cargo/Função: Agente de Serviços Urbanos – Classe B

Unidade Adm.: Secretária Municipal de Educação e Cultura

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT, 18 de dezembro de 2023.

Marlene Martins Costa

Secretária Municipal de Educação e Cultura de Cocalinho-MT

**RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 012/2023 – LEI Nº 14.133/2021**

**RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 012/2023 – LEI Nº 14.133/2021**

**PROCESSO Nº 073/2023**

A Prefeitura Municipal de Cocalinho/MT, torna público resultado da Dispensa nº 012/2023, realizada em 22/12/2023. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PALCO, GERADOR E TENDAS, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO DO MUNICÍPIO DE COCALINHO - MT,**sagrando - se vencedoras as empresas abaixo descritas:

| EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA | CNPJ | QUANT/ ITENS | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| EMP EVENTOS E PRODUCOES LTDA | 10.571.418/ 0001-02 | 01 | R$ 9. 150,00 |
| BELKLAY INDUSTRIA METALICA E COMERCIO DE FERROS LTDA | 14.261.055/ 0001-60 | 03 | R$ 45. 670,00 |

Os autos do Processo Licitatório encontram-se à disposição na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cocalinho/MT.

Cocalinho-MT, 26 de dezembro de 2023.

**Carlos Eduardo Rodrigues Adorno**

**Agente de Contratação**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DEPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2023**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DEPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2023

O MUNICÍPIO DE COCALINHO - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, COCALINHO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Márcio Conceição Nunes De Aguiar, Brasileiro, Casado, Contador, portador da CI nº. 1.734269-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 014.711.181-18, residente e domiciliado à rua do bosque s/nº. Setor Cidade Nova, nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa SOLUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) Nº 33. 150.767/0001-56, com sede na Rua Um, s/nº, Lote 01, Bairro Centro, Cocalinho - MT, representada neste ato pelo(a) Sr(a). Talvan Santos Coelho, brasileiro, solteiro, empresário, portador(a) do Rg.5418236 SPTC-GO e CPF n° 006.558.421-01, residente e domiciliado na Rua Um, s/nº, Lote 01, Bairro Centro, Cocalinho - MT, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente termo aditivo mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Consiste em objeto do presente termo aditivo a prorrogação do Contrato nº 014/2023 pelo período de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 31 de janeiro de 2024 até dia 30 janeiro de 2025.

1.2. As demais Cláusulas não alteradas pelo presente termo permanecem em pleno vigor. E por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Gabinete Prefeito de Cocalinho Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro.

MÁRCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

Prefeito

SOLUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome_____ Nome:_____

CPF_____ CPF:_____

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

A secretária de Educação e Cultura do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Readaptação

Servidor(a): MARIA LUCIA DOS SANTOS

Cargo/Função: Agente de limpeza pública – Classe B

Unidade Adm.: Secretaria de Educação e Cultura

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT, 18 de dezembro de 2023.

Marlene Martins Costa

Secretária Municipal de Educação e Cultura de Cocalinho-MT

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 002/2022**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 002/2022**

Pelo presente Contrato de aquisição, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo seu titular, o Prefeito Municipal, **Sr.º. MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, Brasileiro, Casado, Contador, portadora da **CI nº.** 1. 734269-4 SSP/MT e inscrita no **CPF sob o nº.** 014**.711.181-18**, residente e domiciliada à rua do bosque s/nº. Setor Cidade Nova, nesta cidade, doravante denominada, **CONTRATANTE, e de outro lado, como CONTRATADO**, simplesmente a empresa **CGS CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede administrativa na Rua Porto Seguro, nº 1.650, Sala 02, Bairro Campo Real II, Campo Verde - MT, CEP 78.840-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 40.303. 199/0001-41, representada neste ato pela Sraº ALINE GOMES DE ALENCAR ARAÚJO, brasileira, empresária, inscrita no CPF n.º 020.289.001-56, RG n º 1853396-5 SSP-MT, residente e domiciliada na Rua Luiz Denti, nº 601, Bairro Estação da Luz, na Cidade de Campo Verde – MT, doravante denominado de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** Consiste em objeto do presente termo aditivo a prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços pelo período de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 06 de janeiro de 2024 até dia 06 de janeiro de 2025.

**CLAUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

**2.1.** Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Água Boa – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**2.2.** As demais Cláusulas não alteradas pelo presente termo permanecem em pleno vigor.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste termo, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Gabinete do Prefeito de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR CGS CONSULTORIA E GESTÃO EM SAUDE LTDA

**PREFEITO MUNICIPAL CONTRADADA**

**CONTRATANTE**

**Testemunhas:**

**Nome:_____ Nome:_____**

**CPF:_____ CPF:_____**

**QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2023**

**QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2023**

O **MUNICÍPIO DE COCALINHO - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, COCALINHO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Márcio Conceição Nunes De Aguiar**, Brasileiro, Casado, Contador, portador da **CI nº.** 1.734269-4 SSP/MT e inscrito no **CPF sob o nº 014.711.181-18**, residente e domiciliado à rua do bosque s/nº. Setor Cidade Nova, nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e aempresa **SOLUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) Nº 33. 150.767/0001-56, com sede na Rua Um, s/nº, Lote 01, Bairro Centro, Cocalinho - MT, representada neste ato pelo(a) Sr(a). **Talvan Santos Coelho**, brasileiro, solteiro, empresário, portador(a) do Rg.5418236 SPTC-GO e CPF n° 006.558.421-01, residente e domiciliado na Rua Um, s/nº, Lote 01, Bairro Centro, Cocalinho - MT, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente termo aditivo do contrato mediante as cláusulas e condições seguintes;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Consiste em objeto do presente termo aditivo a prorrogação do Contrato de prestação de serviços nº 032/2023, pelo período de 60 (sessenta) dias, com vigência a partir do dia 30 de novembro de 2023 até dia de 30 de janeiro de 2024.

**1.2.** As demais Cláusulas não alteradas pelo presente termo permanecem em pleno vigor. E por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

**Marcio Conceição Nunes Aguiar**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

O secretário de Administração do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Licença para tratamento de saúde

Servidor(a): JOSE FERREIRA DOS SANTOS

Cargo/Função: BRAÇAL – CLASSE A

Unidade Adm.: Secretaria municipal de obras, transportes e serviços urbanos

SITUAÇÃO: DEFERIDO a readaptação de função por 45 dias

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT, 18 de dezembro de 2023.

Rogério Moreira

Secretário de Administração de Cocalinho-MT

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

A secretária de Educação e Cultura do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Readaptação

Servidor(a): NOEMY FERREIRA DIAS E SILVA

Cargo/Função: MERENDEIRA

Unidade Adm.: Secretaria de Educação e Cultura

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT, 18 de dezembro de 2023.

Marlene Martins Costa

Secretária Municipal de Educação e Cultura de Cocalinho-MT

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

A secretária de Educação e Cultura do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Readaptação

Servidor(a): Ereni Maria de Jesus

Cargo/Função: Agente de limpeza urbana

Unidade Adm.: Secretaria de Educação e Cultura

SITUAÇÃO: Readaptação DEFERIDA até a data de 31 de março de 2024

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT, 18 de dezembro de 2023.

Marlene Martins Costa

Secretária Municipal de Educação e Cultura de Cocalinho-MT

**BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS**

BOLETIM DE RECURSOS HUMANOS

A Secretária de Saúde do Município de Cocalinho-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve:

DEFERIR / INDEFERIR

Evento: Licença para tratamento de saúde

Servidor(a): Marines Machado Mendes

Cargo/Função: Função Agente Sanitário

Unidade Adm.: Secretária de Saúde

Situação: DEFERIDO até a data de 01 de março de 2024

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Cocalinho-MT,18 de dezembro de 2023.

Haiane Morenna Martins Ribeiro Aguiar

Secretária de Municipal de Saúde de Cocalinho-MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

**SECRETARIA MUNICIPAL GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO**
**LEI Nº 3.341/2024**

Projeto de Lei nº 208/2023

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº 3.341/2024

*Súmula: "Autoriza a Extinção de Cargos do Anexo IV da Lei Municipal 2.876/2016 e da Lei Municipal 2.873/2016."*

***O EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO,*** *Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º- Autoriza a extinção dos cargos mencionados nos anexo IV das Leis Municipais n° 2.873/2016 e n° 2.876/2016, conforme anexo I desta Lei.

§1º O aproveitamento de servidores ocupantes dos cargos extintos, dar-se-á em cargos de atribuições, vencimentos, níveis de escolaridade, especialidades ou habilitações profissionais compatíveis com os anteriormente por eles ocupados, assim serão realocados no cargo de agente administrativo, respeitando o tempo de serviço, contribuição e de qualificação de cada servidor.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2024.

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**

**Prefeito Municipal**

ANEXO I

LEI N° 2.876/2016

| ANEXO IV QUADRO DOS CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Símbolo | Referencial | Vencimento Inicial | Cargo | Hrs / Sem | Vagas |
| SNM | 1 | R$ 880,00 | Almoxarife | 40 | 1 |
| SNM | 1 | R$ 880,00 | Atendente | 40 | 2 |
| SMI | 1 | R$ 880,00 | Contínuo | 40 | 1 |
| SMI | 1 | R$ 880,00 | Cozinheira | 40 | 1 |
| SMI | 1 | R$ 880,00 | Recepcionista | 40 | 7 |
| SMI | 1 | R$ 880,00 | Telefonista | 40 | 6 |
| PNS | 15 | R$ 7.000,00 | Técnico Nível Superior | 40 | 1 |
| TOTAL DE VAGAS | | | | | 19 |

LEI N° 2.873/2016

| ANEXO IV<br>QUADRO DOS CARGOS PARA SERVIDORES EFETIVOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cargos em Extinção | | | | | |
| Símbolo | Referencial | Vencimento Inicial | Cargo | Hrs / Sem | Vagas |
| PNMS | 3 | R$ 1.014,00 | Atendente | 40 | 1 |
| TOTAL DE VAGAS | | | | | 1 |

**SECRETARIA MUNICIPAL GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO**
**LEI Nº 3.338/2024**

Projeto de Lei nº 209/2023

Autoria: Ver. Marcelo Canova- MDB

LEI Nº 3.338/2024

*Súmula: "Dispõe sobre incentivo para comercialização de produtos da agricultura familiar no âmbito do município de Colíder-MT, e dá outras providências."*

*A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:*

Art. 1° - A título de incentivo a comercialização de produtos da Agricultura Familiar, no âmbito do município de Colíder-MT, ficam os diretores-proprietários de supermercados, hipermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres que comercializam produtos alimentícios, de manter um estande específico para exposição e comércio de produtos diversos provenientes dessa classe de produtores.

Art. 2° - Os agricultores que enquadram na presente Lei, inclusive os produtos de origem animal, independentes de outras normas, deverão efetuar devido registro junto ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, que vai dispor de uma identificação, por meio próprio, certificando a origem e a credibilidade.

Art. 3° - A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, bem como, a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Emprego, Renda e Turismo, em parceria com a Associação Comercial e Industrial, baseados nesta Lei, poderão desenvolver ações de fomento, em prol desse segmento econômico.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2024.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO**
**LEI Nº 3.340/2024**

Projeto de Lei nº 207/2023

Autoria: Ver. Marcelo Canova- MDB

LEI Nº 3.340/2024

*Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo aos esportistas do município de Colíder-MT, e dá outras providências."*

*A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:*

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo aos esportistas desta municipalidade, compreendendo-se os custeios sobre alimentação, hospedagens, transportes e outros, às equipes e aos atletas que representarem Colíder em competições Oficiais Estaduais, Brasileiras, Sul-Americana, Olimpíadas e Mundiais, de qualquer modalidade esportiva e Para Esportiva, bem como, as competições realizadas por Federações.

Art. 2° - A Gestão Administrativa do incentivo de que trata esta Lei se dará pela Secretaria de Esportes e Lazer.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2024.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO**
**PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE PARCERIA N° 001/2023.**

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratada: **INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA - IPGP**. **Instrumento Vinculante**: Concurso de Projeto nº 001/2023. **Objeto**: O presente edital tem por objeto a seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de TERMO DE PARCERIA, visando a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, através do desenvolvimento, acompanhamento e execução de programas de governo, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população, em conformidade com os preceitos das Leis: nº 8.666/93, em seus artigos 3º, 6º, 9º, 11, 12, e nº.9.790/99, Decreto nº 3.100/99. **ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A transferência do saldo no valor de R$ 546.000,00 para o Cód. Red. 1397. Data de assinatura: 02/01/2024.

**SECRETARIA MUNICIPAL GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO**
**LEI Nº 3.339/2024**

Projeto de Lei nº 212 /2023

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº 3.339/2024

*Súmula: "Dispõe sobre a recomposição salarial dos servidores públicos concursados, contratados, aposentados e pensionistas do município de Colíder, e dá outras providências."*

*O EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no art. 3º, inciso I, c.c. o art. 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recomposição salarial aos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, Concursados, Contratados, bem como aos aposentados e pensionistas do Município de Colíder/MT, no percentual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito pontos percentuais), sobre os atuais vencimentos básicos, a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar as tabelas de vencimentos.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias previstas para o exercício de 2024.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2.024.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013-2024**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 013-2024**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023**

**MILTON DE SOUZA AMORIM,** Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no art. 80, III da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** que foi homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, através do DECRETO Nº. 036/GP/2023, de 21 de Março de 2023;

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

**RESOLVE:**

**ART. 1º - CONVOCAR** os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para contratação imediata, temporária e emergencial no preenchimento de vagas nos termos do ANEXO I deste Edital.

**ART. 2º -** Os candidatos ora convocados neste Edital deverão apresentar os seguintes documentos no momento da contratação.

* REGISTRO GERAL (RG);

*CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF);

* TÍTULO ELEITORAL E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;

* CARTEIRA DE TRABALHO;

* PIS / PASEP SE HOUVER, CASO NÃO TENHA * FAVOR INFORMAR;

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO;

* HISTÓRICO ESCOLAR E CERTIFICADO (OBS. AUTENTICADO);

* RESERVISTA (HOMENS);

* ATESTADO MÉDICO (FÍSICO E MENTAL);

* DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO;

* DECLARAÇÃO DE BENS;

* COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

*COMPROVANTE DE HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;

*REGISTRO DE CONSELHO REGIONAL (NO CASO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS);

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;

* CÓPIA DO CPF DOS DEPENDENTES;

* CARTEIRA DE VACINA DOS FILHOS MENORES DE 07 ANOS;

* DECLARAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS;

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS ÚLTIMOS 05 ANOS;

APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE CRIMES ELEITORAIS;

WWW.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO DE MATO GROSSO;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE MATO GROSSO, PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIAS;

cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA MILITAR;

WWW.stm.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-c...

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS POR SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO POR MEIO DE CERTIDÃO NO ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL.

* QUALIFICAÇÃO CADASTRAL DO ESOCIAL http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

* APRESENTAR DADOS BANCÁRIOS DE CONTA CORRENTE OU SALARIAL NO BANCO DO BRASIL;

* NÚMERO DE TELEFONE E EMAIL;

* CPF DO CONJUGE;

Colniza/MT, 09 de janeiro de 2024.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I**

| CARGO: MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SEDE | | | |
|---|---|---|---|
| **NOME** | **DATA NASC.** | **PONT.** | **CLASSIFICAÇÃO** |
| CLAUDECIR FERRO | 29/03/1969 | 4,0 | 02 |

Colniza/MT, 09 de janeiro de 2024.

**milton de souza amorim**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## LICITAÇÃO-CONTRATOS
## EXTRATO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023

**Processo Administrativo nº. 9.526/2023**

**ÓRGÃO GESTOR:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023,** VALIDADE 12 MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, EM CONFORMIDADE COM OS CONVÊNIOS 2120/2022 E 0571/2021 E DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL Nº 202240610002.**Os fornecedores vencedores encontram-se indicados conforme seguem:

**ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA, CNPJ: 36.656.877/0001-82,** perfazendo o valor total de R$ 10.187,49 (dez mil cento e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos);

**GWC INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ: 49.329.140/0001-05,** perfazendo o valor total de R$ 4. 872,24 (quatro mil oitocentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos);

**JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA, CNPJ: 06.128.710/0001-88,** perfazendo o valor total de R$ 6.150,18 (seis mil cento e cinquenta reais e dezoito centavos);

**MEIRE RODRIGUES DA SILVA-ME, CNPJ: 11.394.628/0001-35,** perfazendo o valor total de R$ 4.315,00 (quatro mil trezentos e quinze reais);

**MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 33. 629.177/0001-00,** perfazendo o valor total de R$ 3.199,98 (três mil cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos);

**WEB TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 47.400.801/0001-08,** perfazendo o valor total de R$ 261,45 (duzentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos);

**MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 01.590.728/0009-30,** perfazendo o valor total de R$ 11.086,85 (onze mil e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos);

Colniza - MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

***MAKAULLI GOMES DE SOUZA***

***Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial***

**Matrícula 7360-1**

## LICITAÇÃO-CONTRATOS
## TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 20/2023

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 9.526/2023**

O Prefeito do Município de Colniza, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso IV, do art. 71, da lei 14.133/21 e alterações, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo 9.526/2023, **ADJUDICA** e respectivamente **HOMOLOGA** as empresas: **ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA, CNPJ: 36.656.877/0001-82, GWC INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ: 49.329.140/0001-05, JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA, CNPJ: 06.128.710/0001-88, MEIRE RODRIGUES DA SILVA-ME, CNPJ: 11.394.628/0001-35, MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 33.629.177/0001-00, WEB TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 47.400.801/0001-08 e MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 01.590.728/0009-30,** no objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, EM CONFORMIDADE COM OS CONVÊNIOS 2120/2022 E 0571/2021 E DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL Nº 202240610002.**

Colniza – MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA Nº 011/ADM/2024

**PORTARIA Nº 011/ADM/2024, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,**Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Muni-

cípio de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO a necessidade do servidor no Setor de Frotas:

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Convocar o Servidor Público Municipal**CLEZIO EVANGELISTA DE OLIVEIRA,** para retornar à suas atividades antecipadamente das férias de 03.01.2024 à 01.02.2024 relativas ao período aquisitivo de 14/03/2021 à 13/03/2022, a partir do dia 09 de janeiro de 2024, ficando no direito do gozo de 15 (quinze) dias, em data a ser acertada com sua chefia imediata.

**Art.2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de janeiro de 2024.

**Certidão de Publicação**
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 09 de janeiro de 2024.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

**ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES**

**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº. 002/GP/2021**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 001/2024**

PORTARIA Nº 001/2024 DE 09/01/2024

***WENDER BIER DE SOUZA*,** Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2023/2024, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,

***R E S O L V E***

**Art. 1º.** Definir o **CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS** da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, para o **1º Semestre do 4º Período Legislativo (Ano 2024) da Gestão 2021/2024,** nas seguintes datas:

| SESSÕES | DATAS |
|---|---|
| 1ª | 05 de fevereiro de 2024 |
| **2ª** | **19 de fevereiro de 2024** |
| 3ª | 04 de março de **2024** |
| **4ª** | **18 de março de 2024** |
| 5ª | 06 de abril de **2024** |
| **6ª** | **22 de abril de 2024** |
| 7ª | 08 de maio de **2024** |
| **8ª** | **20 de maio de 2024** |
| 9ª | **10 de junho de 2024** |
| **10ª** | 24 de junho de **2024** |

**Art. 2º.** Todas as Sessões definidas no artigo 1º da presente Portaria se realizarão no Plenário *Comendador Luiz Grandi,* no período noturno, iniciando-se às 19h00min (dezenove horas).

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso,** aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Wender Bier de Souza - **Presidente Biênio 2023/2024**

**Registre-se e Publique-se:**

***Gleyscler Belussi Ribeiro* -** 1ª Secretária

**TERMO ADITIVO Nº229/2023**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº229/2023 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2023**

**DATA: 27/12/2023**

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COMODORO**

**CONTRATADA: RR TRANSPORTADORA E TERRAPLANAGEM**

**OBJETO:** O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A **ALTERAÇÃO (SUBSTITUIÇÃO)** DO VEÍCULO INICIALMENTE PREVISTO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **Nº 053/2023**, NO QUAL O MESMO PASSARÁ A DENOMINAR-SE CONFORME ABAIXO DESCRITO:

| ITEM | OBJETO | VEÍCULO INICIAL | VEÍCULO ATUAL |
|---|---|---|---|
| **02** | CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE MOTOR COM POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA 260CV/7118 - TRAÇÃO 6X4 - MOTOR FQA050980 CAPACIDADE DE CARGA DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO12.43 PLACANPN9616,CHASSI:9533B82U8BR123397,RENAVAM00272894338,VW/26.260 COR BRANCA A DISEL. | CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE MOTOR COM POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 180CV - TRAÇÃO 6X4 - MOTOR NO MÍNIMO 6 CILINDROS CAPACIDADE DE CARGA DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 12M | CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE MOTOR COM POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA 260CV/7118 - TRAÇÃO 6X4 - MOTOR FQA050980 CAPACIDADE DE CARGA DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO12.43MPLACANPN9616,CHASSI:9533B82U8BR123397, RENAVAM00272894338,VW/26.260 COR BRANCA A DISEL. |

**TERMO ADITIVO Nº230/2023**

**QUINTO TERMO ADITIVO Nº 230/2023 A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 017/2021**

**DATA: 28/12/2023**

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COMODORO**

**CONTRATADA: INSTITUTO RIOGRANDENSE DE GESTÃO EM SAUDE PUBLICA**

**OBJETO:** O PRESENTE TERMO ADITIVO **TRATA-SE DO ADITIVO DE EMPENHO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 017/2021** REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA**, NO VALOR DE R$ 20.137,50** (VINTE MIL CENTO E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

**DOTAÇÃO:** 07.06.2.037.3.3.90.39.00.00.00.00 (2600)- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (698)

**TERMO DE RETIFICAÇÃODOPREGÃO ELETRONICONº. 059/2023**

**1. DOS MOTIVOS:**

Considerando divergência entre Edital e Termo de Referência referente ao valor da cobertura em caso de APP e DMH.

**2. RESOLVE A SEGUINTE RETIFICAÇÃO:**

**2.1 - Do Edital houve a retificação do ponto 25.1:**

**Onde se lê:** Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado (APP C/DMH), o valor de cobertura não deverá ser inferior a **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais**) por passageiro;

**Leia-se:**Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado (APP C/DMH), o valor de cobertura não deverá ser inferior a **R$ 100.000,00 (cem mil reais)** por passageiro;

**2.2 - Do termo de Referência houve a retificação:**

1) Na descrição do item 14 e 15

2) Na redação do ponto 15

**3. DISPOSITIVO GERAL:**

3.2 Ademais, considerando que a alteração acarretar prejuízo na apresentação de proposta**, REABRO o prazo inicialmente estabelecido, conforme previsto no Art. 21, §4 da Lei 8666/1993, cujo a nova abertura ocorrerá dia 22/01/2024**

Comodoro-MT, 9 de janeiro de 2024.

**Vanderson da Silva Santos**

Pregoeiro – Portaria 460/2023

**AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 001/2023- CAMPO NOVO DOS PARECIS-MT**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO - MT**

**AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 001/2023**

**REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 138/2022**

O Município de Comodoro – MT torna público, para conhecimento dos interessados a "**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 138/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, TENDO COMO OBJETO "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DA FROTA, GESTÃO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, GESTÃO DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, RASTREAMENTO VEICULAR", A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT"**, referente ao itens determinados no termo de Referencia do processo de Adesão, bem como na referida ata, tendo como detentora da referida Ata a empresa: **SAGA COMERCIO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA - LTDA**, inscrita no CNPJ nº **05.870.713/0001-20**

Comodoro – MT, 09 de Janeiro de 2024.

**Aryadne Guilherme da Silva**

Pregoeira.

**CONTRATO Nº157/2023**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL Nº157/2023**

**DATA:** 27/12/2023

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COMODORO/MT**

**CONTRATADA**: **MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA LTDA**

**OBJETO:** O PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE COMODORO/MT.

**DOTAÇÃO:** 06.02.2.019.3.3.90.30.00.00.00.00 (2569)**-** MATERIAL DE CONSUMO-(1442)

R$ 129.840,37 (CENTO E VINTE E NOVE MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).

06.02.1.036.4.4.90.52.00.00.00.00 (2500)- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (377).

R$ 91.157,00 (NOVENTA E UM MIL, CENTO E CINQÜENTA E SETE REAIS).

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 02/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

**CNPJ: 12.313.826/0001-90**

**ENDEREÇO: AV. ANTÔNIO FIDELIS, Nº 1158, QD 156, LOTE 08, BAIRRO: PARQUE AMAZÔNIA**

**CIDADE: GOIÂNIA - GO CEP: 74.840-090**

**TELEFONE: (62) 3086-6453**

**E-MAIL: licitacao@retfarma.com**

**REPRESENTANTE LEGAL: THIAGO DO EGITO ARAÚJO**

**CPF N° 006.642.381-30**

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO - AGENCIA: 1147, C/C: 5940-4**

**ITENS: 1,10,15,18,29,34,43,45,52,58**

**VALOR TOTAL: R$ 244.680,20 (Duzentos e Quarenta e Quatro Mil e Seiscentos e Oitenta Reais e Vinte Centavos).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| | | Descrição | Quantidade | UN. | | Valor | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 9616 | ESCOPOLAMINA 20MG AMP | 20000,0000 | UN | HIPOLABOR | 0,93 | 18.600,00 |
| 58 | 18146 | ESFIGNOMANOMETRO PARA ADULTO - APARELHO DE PRESSAO ARTERIAL DIGITAL DE MESA, AUTOMATICO DE BRACO. METODO DE MEDIDA PRESSAO | 50,0000 | UN | G TECH | 105,00 | 5.250,00 |
| | | SISTELICA,PRESSAO DISTOLICA E FREQUENCIA CARDIACA; MEDE PRESSAO E | | | | | |
| | | PULSACAO, INFLA E DESINFLA E DESLIGA AUTOMATICAMENTE. POSSUI | | | | | |
| 34 | 18118 | ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO | 40000,0000 | UN | HIPOLABOR | 2,19 | 87.600,00 |
| | | DOSAGEM 20MG + 2,5MG RESEPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA | | | | | |
| | | INJETAVEL, AMPOLA 5ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL. | | | | | |
| 43 | 18127 | HIDROCORTISONA, SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA | 2000,0000 | UN | UNIAO QUIMICA | 5,2000 | 10.400,00 |
| | | DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL | | | | | |
| 15 | 12131 | ESCALP NO 23 | 30000,0000 | UN | DESCARPACK | 0,2300 | 6.900,00 |
| 18 | 16031 | DIPIRONA SODICA 500 MG/ML AMPOLA COM 2 ML | 50000,0000 | UN | FARMACE | 1,1400 | 57.000,00 |
| 45 | 18129 | PROMETAZINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO 50 MG, INJETAVEL, AMPOLA DE 2 ML | 3000,0000 | UN | HIPOLABOR | 2,3400 | 7.020,00 |
| 52 | 18136 | TIRAS REAGENTE PARA DETECCAO DE GLICOSE NO SANGUE- PARA AFERICAO DA GLICEMIA EM AMOSTRA DE SANGUE, COMPATIVEL AO APARELHO DA MARCA | 900,0000 | UN | ON CALL | 18,7500 | 16.875,00 |
| | | ON CALL | | | | | |
| 1 | 914 | AGUA PARA INJECAO 500 ML | 480,0000 | UN | JP | 6,7400 | 3.235,20 |
| 29 | 18113 | DEXAMETASONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE | 20000,0000 | UN | HIPOLABOR | 1,5900 | 31.800,00 |
| | | ADMINISTRACAO PARENTERAL | | | | | |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**RET FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS**

**HOSPITALARES EIRELE ME.**

**CNPJ N° 12.313.826/0001-90**

Representante Legal: Thiago Do Egito Araújo

CPF N° 006.642.381-30

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2023.**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO De EDITAL E NOVA DATA DA SESSÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2023.**

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023** foi retificado e terá **NOVA DATA DE ABERTURA,** a ser realizado dia **16 DE FEVEREIRO DE 2024,às 09h00min** (horário oficial de Brasília)**.**

O Edital RETIFICADO e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de Maio, N° 215, Centro, na cidade de Confresa-MT, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 Ramal 31, no site Confresa.org, e Portal da Transparência no link https://sic.tce.mt.gov.br/118/assunto/listaPublicacao/id_assunto/2079/id_assunto_item/8653.

**OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE PADARIA DESTINADO A MERENDA ESCOLAR JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA-MT.**

Confresa-MT, 09 de JANEIRO de 2024.

**PALANNA OLIVEIRA BEZERRA**

**Pregoeira**

**Portaria nº 007/2023**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 268/2023.**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO De EDITAL E NOVA DATA DA SESSÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2023.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 268/2023.**

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 268/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2023** foi retificado e terá **NOVA DATA DE ABERTURA,** a ser realizado dia **26 DE JANEIRO DE 2024,às 09h00min** (horário oficial de Brasília)**.**

O Edital RETIFICADO e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de Maio, N° 215, Centro, na cidade de Confresa-MT, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 Ramal 31, no site Confresa.org, e Portal da Transparência no link https://sic.tce.mt.gov.br/118/assunto/listaPublicacao/id_assunto/2079/id_assunto_item/8653.

**OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL PARA O PROXIMO ANO LETIVO JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

Confresa-MT, 09 de JANEIRO de 2024.

**PALANNA OLIVEIRA BEZERRA**

**Pregoeira**

**Portaria nº 007/2023**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 08/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ: 41.500.407/0001-65**

**ENDEREÇO: AV GRAÇA ARANHA, QUADRA 022, LOTE 0019, SALA 1**

**BAIRRO: JARDIM NOVA ERA**

**CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA-GO**

**TELEFONE: (62) 4105-6385/ (62) 9255-9680**

**E-MAIL:** licita@henrivix.com.br

**DADOS BANCÁRIOS:**

**REPRESENTANTE LEGAL: DANILO VIEIRA SILVA SOUZA**

**CPF Nº: 029.791.691-29**

**ITENS: 7,8,17,27,31,32,37,38**

**VALOR TOTAL: R$292.485,00 (Duzentos e Noventa e Dois Mil e Quatrocentos e Oitenta e Cinco Reais).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| | | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | UN. | Marca | Valor | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 | 18115 | ENOXAPARINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,FORMA FARMACEUT SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO SERINGA PREENCHIDA,VIA DE | 2200,0000 | UN | BLAU | 16,65 | 36.630,00 |
| | | ADMINISTRACAO SUBCUTANEA/INTRAVENOSA | | | | | |
| 32 | 18116 | ENOXAPARINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 60 MG,FORMA FARMACEUT SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO SERINGA PREENCHIDA,VIA DE | 1150,0000 | UN | BLAU | 21,08 | 24.242,00 |
| | | ADMINISTRACAO SUBCUTANEA/INTRAVENOSA | | | | | |
| 37 | 18121 | FORMULA - INFANTIL EM PO COM RESTRICAO DE LACTOSE DE 0 A 12 MESES: FORMULA INFANTIL LACTEA, INDICADA PARA CRIANCAS DE PRIMEIRA | 400,0000 | UN | DANONE | 150,00 | 60.000,00 |
| | | INFANCIA, COM RESTRICAO A LACTOSE, A BASE DE LEITE DE VACA , | | | | | |
| | | CONTENDO MALTODEXTRINA COMO FONTE EXCLUSIVA DE CARBOIDRATOS, O | | | | | |
| 38 | 18122 | FORMULA - INFANTIL, HIPOALERGENICA, SEMI-ELEMENTAR INDICADA PARA CRIANCAS DE 0 A 12 MESES, COM ALERGIA A PROTEINA DO LEITE DE VACA, | 200,0000 | UN | DANONE | 279,99 | 55.998,00 |
| | | E/OU QUADROS DE DIARREIA SEVERA, FONTE DE PROTEINA 100% SORO DO | | | | | |
| | | LEITE HIDROLIZADA, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTE | | | | | |
| 17 | 15454 | COMPLEXO MULTIVITAMINICO - SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 2ML | 48000,0000 | UN | HYPOFARMA | 1,49 | 71.520,00 |
| 7 | 2108 | CARBAMAZEPINA 400MG | 20000,0000 | UN | CRISTALIA | 0,66 | 13.200,00 |
| 8 | 2790 | ACIDO TRANEXANICO 50MG/ML INJ. | 500,0000 | UN | HIPOLABOR | 4,99 | 2.495,00 |
| 27 | 18111 | CETOPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50 MG/ML, FORMA FARMACEUT INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 2ML, VIA INTRAMUSCULAR | 20000,0000 | UN | UNIÃO QUÍMICA | 1,4200 | 28.400,00 |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ: 41.500.407/0001-65**

**REPRESENTANTE LEGAL: DANILO VIEIRA SILVA SOUZA**

**CPF Nº: 029.791.691-29**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 07/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: MELO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**

**CNPJ: 39.241.426/0001-72**

**ENDEREÇO: RUA DAS MAGNÓLIAS, LOTE 05, QUADRA L 68**

**BAIRRO: CIDADE ALTA**

**CIDADE: GOIOERE-PR**

**TELEFONE: (44) 3528-0344**

**E-MAIL: marrez05@hotmail.com**

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL, AG. 8551-0, C/C 299-2**

**REPRESENTANTE LEGAL: IRACI NILSA DE SOUZA MELO**

**CPF Nº: 86676016915**

**ITENS: 9,35 e 41**

**VALOR TOTAL: R$ 86.715,00 (Oitenta e Seis Mil e Setecentos e Quinze Reais).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| Item | | Descrição | Quantidade | UN. | Marca | Valor | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 35 | 18119 | FENOFIBRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | 30000,0000 | UN | EMS | 1,8500 | 55.500,00 |
| 9 | 3566 | AGUA DESTILADA DE 5 LT | 300,0000 | UN | SSPLUS | 14,3000 | 4.290,00 |
| 41 | 18125 | FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO - TAMANHO MEDIO, OFERECENDO ATE 10H DE PROTECAO TOTAL, COM TECNOLOGIA ANTIODOR, GEL | 1500,0000 | UN | SLIM | 17,9500 | 26.925,00 |
| | | SUPERABSORVENTE, DIFUSOR DE LIQUIDOS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO | | | | | |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA**

**CNPJ: 39.241.426/0001-72**

**REPRESENTANTE LEGAL: IRACI NILSA DE SOUZA MELO**

**CPF Nº: 86676016915**

---

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 06/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ: 17.472.278/0001-64**

**ENDEREÇO: R DAS ROSEIRAS, nº 50**

**BAIRRO: CENTRO**

**CIDADE: BARÃO DE COTEGIPE-RS**

**TELEFONE: (54) 3523-2202**

**E-MAIL: goldenplusdistribuidora@gmail.com**

**REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO MOROSTICA**

**CPF Nº: 820.347.290-72**

**ITENS: 3,4,5,13,16,19,24**

**VALOR TOTAL: R$ 281.495,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil e Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 1692 | LORATADINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG/ML, FORMA FARMACEUTIC | 600,0000 | UN | CIMED | 4,9500 | 2.970,00 |
| 13 | 9838 | ATADURA GESSADA 20 CM CX C/20 | 2000,0000 | CJ | ORTOFEM | 113,4000 | 226.800,00 |
| 19 | 16771 | CARVEDILOL 25 MG | 6000,0000 | UN | EMS | 0,1600 | 960,00 |
| 3 | 1680 | FENITOINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50 MG/ML (NA FORMA SODIC | 300,0000 | UN | HIPOLABOR | 2,5500 | 765,00 |
| 5 | 1708 | SULFATO FERROSO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA | 60000,0000 | UN | NATULAB | 0,0600 | 3.600,00 |
| 16 | 12337 | SINVASTATINA 40 MG CPR | 80000,0000 | UN | GLOBO | 0,1800 | 14.400,00 |
| 24 | 18108 | BUPROPIONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO DE LIBERACAO PROLONGADA,VIA DE | 50000,0000 | UN | EMS | 0,6400 | 32.000,00 |
| | | ADMINISTRACAO ORAL | | | | | |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | **FISCAL** | **FISCAL SUPLENTE** | **GESTOR** |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**–**

**_____**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**_____**

**GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ: 17.472.278/0001-64**

**REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO MOROSTICA**

**CPF Nº: 820.347.290-72**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 05/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI**

**CNPJ:** 09.315.996/0001-07

**ENDEREÇO:** R PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 231, BAIRRO: CENTRO

**CIDADE:** ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

**CEP:** 83.935-000

**TELEFONE:** (44) 3528-3499

**E-MAIL:** comercialmark@outlook.com

**REPRESENTANTE LEGAL:** ADÃO DA SILVA LEITE

**CPF Nº** 492.895.009-72 INSCRITO NO RG Nº 4.079.935-4 SSP/PR.

**ITENS: 2,6,28,33,39,40,51**

**VALOR TOTAL: R$ 53.634,50 (Cinquenta e Três Mil e Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| | | Descrição | Quantidade | UN. | Marca | Valor | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 33 | 18117 | DISPOSITIVO INTRAVENOSO TIPO SCALP - COM BORBOLETA E AGULHA, ESTERIL, DESCARTAVEL, N. 25, CANULA INOX, SILICONE, ATRAUMATICA, | 300,0000 | UN | MEDIX | 24,9900 | 7.497,0000 |
| | | PAREDE FINA, ESTERIL, DESCARTAVEL, BISEL TRIFACETADO, TAMPA | | | | | |
| | | PROTETORA, BAINHA PROTECAO, COMPON, SOLDADOS. O ITEM DEVERA APRE | | | | | |
| 39 | 18123 | FRALDA DESCARTAVEL - GERIATRICA ADULTO - TAMANHO G/XG SHORT, COM DUAS A TRES CAMADAS DE POLPA DE CELULOSE, COM 03 FIOS DE ELASTICO, | 300,0000 | UN | QUALYBLESS | 26,5000 | 7.950,0000 |
| | | PACOTE COM 08 UNIDADES, MODELO PLENITUD OU TENA | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | 2107 | CARBAMAZEPINA 200 MG | 30000,0000 | UN | GERMED | 0,1900 | 5.700,0000 |
| 40 | 18124 | FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO - TAMANHO M, COM DUAS A TRES CAMADAS DE POLPA DE CELULOSE, COM 03 FIOS DE ELASTICO E 02 FITAS | 250,0000 | UN | QUALYBLESS | 25,7500 | 6.437,5000 |
| | | ADESIVAS DE CADA LADO PARA AJUSTE DA FRALDA, BARREIRA | | | | | |
| | | ANTIVAZAMENTO, COM MAIOR QUANTIDADE DE FLOCO GEL TAMANHO MEDIO ( | | | | | |
| 51 | 18135 | TRAMADOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA. | 2000,0000 | UN | HIPOLABOR | 1,5800 | 3.160,0000 |
| 2 | 1668 | CLARITROMICINA - 500MG, COMPRIMIDO, COMPRIMIDO, ORAL. | 3000,0000 | UN | PHARLAB | 3,0300 | 9.090,0000 |
| 28 | 18112 | CLARITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 250 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, VIA ORAL | 200,0000 | UN | EMS | 69,0000 | 13.800,0000 |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**COMÉRCIAL MARK ATACADISTA EIRELI**

**CNPJ:** 09.315.996/0001-07

**Representante Legal:** ADÃO DA SILVA LEITE

**CPF Nº** 492.895.009-72

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 04/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

I)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**

**CNPJ: 07.847.837/0001-10**

**ENDEREÇO: A. ANÁPOLIS, S/N, QD. 29-A, LOTE 06, VILA BRASÍLIA**

**CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA-GO CEP: 74.911-360**

**TELEFONE: (62) 3088-9700**

**E-MAIL: contato@cientificahospitalar.com.br**

**REPRESENTANTE LEGAL: FERNANDO HIGINO ARAÚJO CALDEIRA**

**CPF: 811.194.611-20**

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ, AG. 4439, C/C 38785-5**

**ITENS: 23,26,46,47,48,49,50,53,57**

**VALOR TOTAL: R$64.383,00 (Sessenta e Quatro Mil e Trezentos e Oitenta e Três Reais).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| Item | | Descrição Quantidade | UN. | Marca | | Valor | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 57 | 18142 | PAPEL - TERMOSSENSIVEL, PARA CARDIOTOCOGRAFO, ACONDICIONADO ROLOS CONTENDO 100 METROS DE COMPRIMENTO DE PAPEL 150 X 90 MM, QUANTIDADE 200,0000 | UN | TECNOPRINT | | 24,4100 | 4.882,0000 |
| | | COMPATIVEL COM CARDIOTOCOGRAFO COMEN STAR 500. PACOTE COM 150 | | | | | |
| | | FOLHAS. | | | | | |
| 23 | 18107 | AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA COM CALIBRE 25 X 7,0 CM, COM CORPO ACO INOX BISEL TRIFACETADO, PONTA AGUCADA, PROTETOR DE ENCAIXA FIRME, | UN | DESCARPACK | | 5,6000 | 22.400,0000 |
| | | EMBALAGEM ESTERIL ACONDICIONADO EM CAIXA DE 100 UNIDADES QUANTIDADE 4000,0000 | | | | | |
| 46 | 18130 | SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO,ATOXICO,APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA | 30000,00 | UN | DESCARPACK | 0,3500 | 10.500,0000 |
| | | UTILIZACAO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA DE 1 EM 1 ML, EMBOLO | | | | | |
| | | BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL ROSQUEADO, ESTER | | | | | |
| 47 | 18131 | SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO,ATOXICO,APIROGENICO INTEGRO, TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA | 10000,00 | UN | DESCARPACK | 0,1450 | 1.450,0000 |
| | | UTILIZACAO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA DE 0,2 EM 0,2 ML, | | | | | |
| | | EMBOLO BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL ROSQUEADO, ES | | | | | |
| 48 | 18132 | SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL ATOXICA FLEXIVEL TRANSPARENTE, PARA URETRAL, NUMERO 12, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A | 14000,00 | UN | FOYOMED | 0,5800 | 8.120,0000 |
| | | COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90 | | | | | |
| 49 | 18133 | SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL ATOXICA FLEXIVEL TRANSPARENTE, PARA URETRAL, NUMERO 10, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A | 10000,00 | UN | FOYOMED | 0,5800 | 5.800,0000 |
| | | COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90 | | | | | |
| 50 | 18134 | SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL ATOXICA FLEXIVEL TRANSPARENTE, PARA URETRAL, NUMERO 14, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A | 10000,00 | UN | FOYOMED | 0,5900 | 5.900,0000 |
| | | COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90 | | | | | |
| 53 | 18137 | PRESERVATIVO - MASCULINO DE BORRACHA,EM LATEX,SEM LUBRIFICANTE, A PROVA DE TRACAO, ISENTO DE MICRO FUROS LARGURA 52MM+/-2 | 100,00 | UN | BLOWTEX | 45,0600 | 4.506,0000 |
| 26 | 18110 | CATETER INTRAVENOSO RADIOPACO ESTERIL - EM TEFLON, FLEXIVEL, ATOXICO, ESTERIL E RESISTENTE ATORCAO, SILICONIZADO, E CONECTOR | 1500,00 | UN | DESCARPACK | 0,5500 | 825,0000 |
| | | LUER LOCK COM BISEL TRIFACETADO C/ CAMARA DE REFLUXO SAGUINEO, | | | | | |
| | | TAMANHO VARIANDO DE ACORDO COM O USO 24G, EMBALADO EM MATERIAL | | | | | |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**_____**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**_____**

**CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**

**CNPJ: 07.847.837/0001-10**

REPRESENTANTE LEGAL: FERNANDO HIGINO ARAÚJO CALDEIRA

CPF: 811.194.611-20

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 03/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

**CNPJ: 26.457.348/0001-04**

**ENDEREÇO: AV. BARAO DO RIO BRANCO, S/N, BAIRRO JARDIM LUZ, S/N QD 41 LT 11, CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA-GO CEP 74915-025**

**TELEFONE (62)3983-2238 / (62) 3983-2239 / (62) 9964-75309**

**EMAIL: eletronico@cadistribuidora.com**

**REPRESENTANTE LEGAL: ANTÔNIA CLENIR BARROS DA SILVA**

**RG nº: 12602011999-5 SEJSPC-MA**

**CPF nº: 990.606.393-91**

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRADESCO, AG: 2711-1, C/C: 44503-7ITENS:**

**ITENS: 14,21,36,56**

**VALOR TOTAL: R$ 139.223,60 (Cento e Trinta e Nove Mil e Duzentos e Vinte e Três Reais e Sessenta Centavos).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| Item | Descrição Quantidade | UN. | Marca | Valor | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 36 18120 | FIO DE NYLON - MONOFILAMENTO, AGULHADO, 3-0 COM AGULHA 3 CM, DE3/8, COM 45,00CM DE CORDA, PRETO CTI QUANTIDADE 1440,0000 | UN | TECHNOFIO | 1,4400 | 2. 073,60 |
| 14 9839 | ATADURA GESSADA 10 CM CX C/20 QUANTIDADE 2000,0000 | UN | CREMER | 54,0000 | 108. 000,00 |
| 21 18104 | ACIDO FOLICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,2MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, VIA | QUANT. 5000,0000 UN | AIRELA / GTS 30ML | 5,5900 | 27. 950,00 |
| | ORAL | | | | |
| 56 18141 | ESFIGNOMANOMETRO PARA OBESO - APARELHO DE PRESSAO ARTERIAL DIGITA DE MESA, AUTOMATICO DE BRACO. METODO DE MEDIDA PRESSAO | QUANTIDADE 10,0000 UN | G-TECH LA800 | 120,0000 | 1. 200,00 |
| | SISTELICA,PRESSAO DISTOLICA E FREQUENCIA CARDIACA; MEDE PRESSAO E | | | | |
| | PULSACAO, INFLA E DESINFLA E DESLIGA AUTOMATICA | | | | |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

_____

**C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

**CNPJ: 26.457.348/0001-04**

Representante Legal: Antônia Clenir Barros da Silva

CPF: 990.606.393-91

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2024**

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 206/2023** na modalidade **Pregão Presencial nº 046/2023** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 29/12/2023,** cujo objetivo é o **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto**

**Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente ao**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, (aderir) independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, conforme abaixo:

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, conforme Decreto **Federal nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº 248, de 15 de dezembro de 2020, conforme a seguir:** (§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais não excederão, por órgão ou, entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e, registrados na ata de registro de preços para o órgão e para os órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do serviço a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar o serviço solicitado nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l)- as ordens de fornecimento parciais deverão ser entregues em sua totalidade, caso a empresa entregue a ordem de fornecimento parcial faltando produtos, o recebedor poderá devolver todos os produtos ante a não totalidade da ordem de fornecimento parcial ou receber os produtos, porém, só atestando o pagamento quando os produtos faltantes forem entregues;

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, **vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME**

**CNPJ: 03.250.803/0001-92**

**ENDEREÇO: RUA PROFESSOR JOAO FELIX, S/N, BAIRRO LIXEIRA, SALA 5 E 7.**

**CIDADE: CUIABÁ-MT CEP: 78008-435**

**TELEFONE: (65) 3611-7200/ (65) 9963-85320**

**E-MAIL: licitacao@distribuidorafama.com.br**

**REPRESENTANTE LEGAL: ANDREITE SPADA**

**CPF: 992.663.001-44**

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL S/A, AG.0046-9, C/C.429.226-X.**

**ITENS: 11,12,20,22,25,30,42,44,59**

**VALOR TOTAL: R$423.140,00 (Quatrocentos e Vinte e Três Mil e Cento e Quarenta Reais).**

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| Item | | Descrição Quantidade | | UN. | Marca | Valor | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 9650 | | PETIDINA 50MG/ML AMP 2000,0000 | | UN | CRISTALIA | 5,30 | 10.600,00 |
| 59 18147 | | ESFIGNOMANOMETRO INFANTIL - APARELHO DE PRESSAO ARTERIAL DIGITAL 20,0000 | | UN | PA MED | 234,00 | 4.680,00 |
| | | DE MESA, AUTOMATICO DE BRACO. METODO DE MEDIDA PRESSAO SISTELICA,PRESSAO DISTOLICA E FREQUENCIA CARDIACA; MEDE PRESSAO E PULSACAO, INFLA E DESINFLA E DESLIGA AUTOMATICAMENTE. POSSUI | | | | | |
| 44 | 18128 | ONDASETRONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 8 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, | 35000,0000 | UN | HIPOLABOR | 1,87 | 65.450,00 |
| | | INJETAVEL | | | | | |
| 12 | 9837 | ATADURA GESSADA 15 CM CX C/20 | 2000,0000 | CJ | POLAR FIX | 75,50 | 151.000,00 |
| 20 | 18103 | ACIDO ASCORBICO - 500MG/5ML, INJETAVEL, PARENTERAL | 48000,0000 | UN | FARMACE | 0,98 | 47.040,00 |
| 22 | 18105 | ACIDO FOLINICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 15 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | 30000,0000 | UN | HIPOLABOR | 3,15 | 94.500,00 |
| 42 | 18126 | HIDROCORTISONA, ACETATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1%, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE | 1000,0000 | UN | UNIÃO QUIMICA | 14,80 | 14.800,00 |
| | | ADMINISTRACAO TOPICA. | | | | | |
| 25 | 18109 | CATETER INTRAVENOSO - VIOLON, RADIOPACO, MEDIA PERMANENCIA, SEMI-IMPLANTAVEL, 22G, COM MANDRIL, EM TUBO PLASTICO ATOXICO, | 1000,0000 | UN | TKL | 0,57 | 570,00 |
| | | AGULHA SILICONIZADA, ESTERIL | | | | | |
| 30 | 18114 | DICLOFENACO POTASSICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA D | 30000,0000 | UN | HYPOFARMA | 1,15 | 34.500,00 |
| | | ADMINISTRACAO PARENTERAL | | | | | |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será em até **30 (Trinta)**dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 401 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.500.1002000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 400 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.600.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 04 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**PROJ. ATIV.: 2.074 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**COD. RED.: 399 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.:1.621.0000602 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 429 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.621.0000604 – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 430 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.600.0000604 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**ÓRGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**UNID.: 05 – MAC MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

**PROJ. ATIV.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL**

**COD. RED.: 428 – MATERIAL DE CONSUMO**

**FONTE.: 1.500.1002000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE-**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRÉSCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

**15.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.2** Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**15.3 -** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal de nº 01/2024**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO<br>CPF.: 392.726.720-15<br>**MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA<br>CPF.: 015.310.281-01<br>**MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA<br>CPF.: 016.359.111-33<br>**MAT.: 21264** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA<br>CPF.: 051.967.651-31<br>**MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO<br>CPF.: 028.608.271-58<br>**MAT.: 13752** | |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial Nº 046/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME**

**CNPJ N° 03.250.803/0001-92**

**Representante Legal: Andreite Spada**

**CPF N° 992.663.001-44**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 263/2023.**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO De EDITAL E NOVA DATA DA SESSÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2023.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 263/2023.**

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 263/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2023** foi retificado e terá **NOVA DATA DE ABERTURA,** a ser realizado dia **24 DE JANEIRO DE 2024,às 09h00min** (horário oficial de Brasília)**.**

O Edital RETIFICADO e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de Maio, N° 215, Centro, na cidade de Confresa-MT, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 Ramal 31, no site Confresa.org, e Portal da Transparência no link https://sic.tce.mt.gov.br/118/assunto/listaPublicacao/id_assunto/2079/id_assunto_item/8653.

**OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARNES E FRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DE CONFRESA/MT.**

Confresa-MT, 09 de JANEIRO de 2024.

**PALANNA OLIVEIRA BEZERRA**

**Pregoeira**

**Portaria nº 007/2023**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**PORTARIA 02/2024 ADM DE 09 DE JANEIRO 2024.**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, PARA FISCAL SUPLENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal, Sra. **AMANDA DA SILVA BANDEIRA MACIEL**, CPFnº 704.525.651-54 MAT.: 14771, como fiscal Suplente, em substituição a Sra. **ELAYSE BONFIM SOUZA CAMPOS,** CPF nº 052.208.041-38, MAT.: 14103**,** no seguinte documento:

**ATA: 30/2023.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 03/01/2024.**

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de Janeiro de 2024.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**PORTARIA 03/2024 ADM DE 09 DE JANEIRO 2024.**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, PARA FISCAL SUPLENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal, Sra. **AMANDA DA SILVA BANDEIRA MACIEL**, CPFnº 704.525.651-54 MAT.: 14771, como fiscal Suplente, em substituição a Sra. **ELAYSE BONFIM SOUZA CAMPOS,** CPF nº 052.208.041-38, MAT.: 14103**,** no seguinte documento:

**CONTRATO: 118/2022.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 03/01/2024.**

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de Janeiro de 2024.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**Prefeito Municipal**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 003/2024 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**

Portaria 003/2024 de 10 de Janeiro de 2024.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO ELETIVO. E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Art.139 do Eca, Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990 e da Lei Complementar 223/2023 de 20/03/2023 e Resolução 231/2022 do CONANDA e, CONSIDERANDO o Edital de Convocação 001/2023 de 22/12/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Candidatos Eleitos no Processo de Eleição Unificada do Conselho Tutelar de 2023 para exercer o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar para mandato do quadriênio 2024/2028 compreendido no período de 10/01/2024 a 09/01/2028 junto a Secretaria Municipal de Assistência Social/Conselho Tutelar.

| CANDIDATO | CLA | CARGO |
|---|---|---|
| **EDERSON DA CUNHA** | 1º | CONSELHEIRO TUTELAR |
| **DIVINA APARECIDA DE LIMA MARTINS** | 2º | CONSELHEIRO TUTELAR |
| **RUTIMAR LOPES DE CARVALHO DANTAS** | 3º | CONSELHEIRO TUTELAR |
| **ANA CATIA MENDES DOS SANTOS MOTA** | 4º | CONSELHEIRO TUTELAR |
| **THAYS IARA LOPES DOS SANTOS** | 5º | CONSELHEIRO TUTELAR |

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 10 de Janeiro de 2024.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 005/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Portaria 005/2024 de 09 de Janeiro de 2024.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO ELETIVO. E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, **CONSIDERANDO** a conclusão do processo eleitoral e posse dos Candidatos Eleitos no Processo de Eleição Unificada do Conselho Tutelar de 2023 para exercer o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar para mandato do quadriênio 2024/2028.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR os servidores públicos municipais abaixo identificados e qualificados em razão do término do mandato eletivo de Conselheiro Tutelar referente ao quadriênio 2020/2023.

| SERVIDOR | MATRICULA | CARGO |
|---|---|---|
| ANGELA LUIZ MARTINS | 013522 | CONSELHEIRO TUTELAR |
| ARILEIA ALVES PINHEIRO | 013521 | CONSELHEIRO TUTELAR |
| EDERSON DA CUNHA | 013519 | CONSELHEIRO TUTELAR |
| LUCELIA MARTA MARQUES DE SOUZA OLIVEIRA | 014097 | CONSELHEIRO TUTELAR |
| ROSILEIDE GOMES DE OLIVEIRA | 013518 | CONSELHEIRO TUTELAR |

Art. 2º - Ficam os servidores identificados e qualificados neste ato exonerados em 09/01/2024 e, o Departamento de Recursos Humanos deverá executar os devidos procedimentos necessários para oficialização das referidas exonerações.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de Janeiro de 2024.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 006/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Portaria 006/2024 de 09 de Janeiro de 2024.

DISPÕE SOBRE ASCENSÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO. E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais 020/2005, 046/2008, 101/2015 e 102/2015 e, CONSIDERANDO a data de aquisição de direito da Elevação Progressiva Funcional e CONSIDERANDO o protocolo de requerimento e/ou apresentação de certificado de conclusão de cursos e/ou formação complementar.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER aos servidores públicos municipais efetivos as Ascensões de Nível e/ou Classe por Tempo de Serviço, Assiduidade, Escolaridade, Graduação, Especialização e Qualificação Profissional, com direitos adquiridos em JANEIRO/2024, conforme cronograma abaixo.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referente à presente concessão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique - se,

Registre - se,

Cumpra - se.

Confresa - MT, 09 de Janeiro de 2024.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CRONOGRAMA DE SERVIDOR / ELEVAÇÃO PROGRESSIVA FUNCIONAL

| MATRICULA | NOME | CARGO | ADMISSÃO POSSE | PROGRESSÃO FUNCIONAL | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | ATUAL | | PROXIMA | |
| | | | | N/C | SALARIO | N/C | SALARIO |
| 013090 | AMANDA DE PAULA RIBEIRO | PNSS - FISIOTERAPEUTA INTENSIVISTA - 30 HORAS | 23/01/2018 | 4/B | 6.115,63 | 5/B | 6.440,36 |
| 000682 | LEANDRO NETO DE SOUSA | PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO | 28/02/2005 | 7/B | 6.121,65 | 7/C | 6.937,85 |

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**PORTARIA Nº 01/2024 ADM DE 03 DE JANEIRO DE 2024.**

**DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATAS FIRMADAS POR INTERMÉDIO DA SEC. DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO**: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CONSIDERANDO**:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

**RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.**

| | **FISCAL** | **FISCAL SUPLENTE** | **GESTOR** |
|---|---|---|---|
| **MAC HOSPITAL** | EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO CPF.: 392.726.720-15 **MAT.: 13755** | JEANE LUZ COSTA CPF.: 015.310.281-01 **MAT.: 13200** | DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA CPF.: 016.359.111-33 **MAT.: 21264** |
| **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA** | FRANCIELLE GUIMARÃES DA SILVA CPF.: 051.967.651-31 **MAT.: 13059** | MARCELO PEREIRA ARAUJO CPF.: 028.608.271-58 **MAT.: 13752** | |

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pela Atas respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

| **ATAS DE REGISTRO** | **01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2024** | **CNPJ** | **VALOR TOTAL** |
|---|---|---|---|
| **CONTRATADA** | FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA | 03.250.803/0001-92 | R$ 423.140,00 |
| **CONTRATADA** | RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | 12.313.826/0001-90 | R$244.680,20 |
| **CONTRATADA** | C.A. HOSPITALAR LTDA | 26.457.348/0001-04 | R$139.223,60 |
| **CONTRATADA** | CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA | 07.847.837/0001-10 | R$64.383,00 |
| **CONTRATADA** | COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA | 09.315.996/0001-07 | R$53.634,50 |
| **CONTRATADA** | GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | 17.472.278/0001-64 | R$281.495,00 |
| **CONTRATADA** | MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA | 39.241.426/0001-72 | R$86.715,00 |
| **CONTRATADA** | HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA | 41.500.407/0001-65 | R$292.485,00 |
| **OBJETO** | PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL BEM A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA/MT. | | |
| **VIGÊNCIA** | vigorando até o dia 29 de dezembro de 2024. | | |

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de janeiro de 2024.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2023.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2023.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2023.**

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2023, PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2023** foi retificado e terá **NOVA DATA DE ABERTURA,** a ser realizado dia **09 DE FEVEREIRO DE 2024,às 09h00min** (horário oficial de Brasília)**.**

O Edital RETIFICADO e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de Maio, N° 215, Centro, na cidade de Confresa-MT, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 Ramal 31, no site Confresa.org, e Portal da Transparência no link https://sic.tce.mt.gov.br/118/assunto/listaPublicacao/id_assunto/2079/id_assunto_item/8653.

**OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE HORTIFRÚTI PARA ATENDER A DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL PARA O PRÓXIMO ANO LETIVO JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CONFRESA/MT.**

Confresa-MT, 09 de JANEIRO de 2024.

_____

**PALANNA OLIVEIRA BEZERRA**

**Pregoeira**

**Portaria nº 007/2023**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

**PORTARIA/DECRETO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 002, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

***"Autoriza os membros do Conselho Tutelar do Município de Conquista D'Oeste a conduzirem veículos oficiais e dá outras providências".***

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO,** Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam autorizados os membros do Conselho Tutelar do Município de Conquista D'Oeste a dirigir os veículos oficiais municipais, por meio de autorização da Chefe do Poder Executivo Municipal, para o exclusivo exercício das atribuições da função pública desempenhada.

**Art. 2º** As permissões para dirigir serão destinadas somente aos Conselheiros Tutelares que apresentarem Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido. Parágrafo único. O (A) Conselheiro (a) Tutelar deverá preencher e assinar o Requerimento de Autorização para Condução de Veículo Oficial, nos termos do Anexo Único deste Decreto. **Art. 3º** Ficam vedadas, as seguintes condutas aos Conselheiros Tutelares autorizados quando na direção de veículo oficial: a) a cessão da direção do respectivo veículo a terceiros; b) a utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a autorização; c) a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à administração pública e que não estejam relacionados com os atendimentos realizados; d) a utilização fora do horário de expediente e/ou sobreaviso do (a) Conselheiro (a) Tutelar, salvo nos casos previamente autorizados pelo (a) Secretário (a) Municipal de Ação Social. **Art. 4º** O (A) Conselheiro (a) Tutelar autorizado (a) a dirigir veículos oficiais, deverá: a) encaminhar cópia da CNH atualizada ao Departamento de Gestão de Pessoas, para arquivamento na sua ficha funcional; b) manter a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); c) conduzir o veículo oficial de acordo com as normas brasileiras de trânsito. **Art. 5º** O (A) Conselheiro (a) Tutelar autorizado (a) a dirigir, fica condicionado (a) a preencher e assinar controle de utilização do veículo, constando data, horário, quilometragem de saída e chegada, trajeto e finalidade da condução do veículo oficial municipal, entre outras informações que poderão constar do formulário. **Art. 6º** A autorização concedida pela Chefe do Poder Executivo Municipal para condução de veículo oficial municipal ao (a) Conselheiro (a) Tutelar, deverá permanecer com ele(ela) quando este estiver na direção do veículo. **Art. 7º** Ficam vedadas quaisquer autorizações estranhas às normas deste decreto, cabendo também a Secretário (a) Municipal de Ação Social., fiscalizar e zelar para o seu fiel cumprimento. **Art. 8º** O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará: a) a qualquer tempo, sem necessidade de qualquer motivação, pela Chefe do Poder Executivo Municipal;

b) nos casos de vacância ou licença da função de Conselheiro Tutelar.

**Art. 9º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 09 de janeiro de 2024.

**Maria Lúcia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**ANEXO ÚNICO** REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL MUNICIPAL

Eu,_____, Conselheiro(a) Tutelar do Município de Conquista D'Oeste , RG nº _____ CPF n.º _____, devidamente habilitado(a) pela CNH n.º _____, categoria _____, com validade até _____/_____/_____, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER autorização para condução de veículo oficial municipal, quando no exercício das atribuições da função pública de Conselheiro(a) Tutelar, sempre que for necessário e quando não houver motorista disponível.

DECLARO estar ciente das incumbências e responsabilidades decorrentes da condução de veículo oficial municipal, conforme segue: - Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos; - Conduzir o veículo com zelo, atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas vigentes; - Comunicar ao Secretário(a) Municipal de Assistência Social, imediatamente, toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso; - não dar carona a pessoas estranhas às atividades laborais; DECLARO, ainda, estar ciente que, da submissão às normas brasileiras de trânsito.

Município de Conquista D'Oeste, _____/_____/_____. _____ (nome e assinatura do(a) Conselheiro(a) Tutelar) AUTORIZO o(a) Conselheiro(a) requerente a dirigir veículo oficial municipal. Município de Conquista D'Oeste, _____/_____/_____.
_____ (nome e assinatura da Chefe do Poder Executivo)

**PORTARIA/DECRETO**
**PORTARIA 003/2024**

"Concede Afastamento para servidor exercer cargo eletivo que especifica e dá outras providências.**"**

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 123/2023,

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Conceder a servidora **ANDREIA MATIAS CASERES SILVA**, portador da Cédula do RG nº.16***9– SSP/MT e do CPF nº. 011***.***-61, afastamento do cargo de merendeira para tomar posse na função pública de Conselheira Tutelar, Quadriênio 2024/2028, nos termos permissíveis do Art. 33, inciso II e alínea a da Lei Complementar 123/2023.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 09 de janeiro de 2024.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

**SEC. GOVERNO**
**DECRETO N. º1.661, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a ser adotado, **no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de** Cotriguaçu-MT, a partir de 1.º de janeiro de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no inciso VII, do art. 7.º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 11.864, de 27 de dezembro de 2023; e,

**CONSIDERANDO** que nenhum servidor público municipal poderá auferir pelo trabalho de 30 (trinta) dias, em situação normal, valor inferior ao salário mínimo,

**DECRETA:**

Art. 1.º A partir de 1.º de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Cotriguaçu-MT **será de** R$ 1.412,00 (um mil e quatrocentos e doze reais).

Parágrafo Único. Em virtude do disposto no *caput*, do presente artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos).

Art. 2.º O servidor público municipal ativo ou inativo, a partir da data estabelecida no art. 1.º, do presente Decreto, não perceberá a título de vencimento, subsídio ou salário, valor inferior ao do salário mínimo.

Art. 3.º As tabelas de vencimento, subsídio ou de salários, constantes nos ANEXOS, dos Planos de Cargos Carreiras e Salários, dos servidores públicos municipais de Cotriguaçu-MT, permanecerão inalteradas.

§ 1.º No caso do valor constante das tabelas de vencimento, subsídio ou de salários ficar abaixo do estabelecido no art. 1.º, do presente Decreto, deverá ser pago ao servidor municipal um complemento pecuniário até que o valor se equipare ao do salário mínimo.

§ 2.º Para efeitos do pagamento do complemento pecuniário que trata o § 1.º, do presente artigo, será considerada a remuneração percebida pelo servidor público municipal e não o seu salário base, exceto se o valor deste for equivalente aquela.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2024.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 09 de janeiro de 2024.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

**COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 097/2023**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, por meio do **Departamento Central de licitações e Contratos,** sediado(a) sito na Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Bairro Centro, no Município de Cotriguaçu-MT, a intenção de realizar licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **Eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.600, de 27 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis. Cujo objeto é: "Aquisição de combustíveis e dissolutivos para atender as necessidades do distrito de Nova União"**.** Os ÓRGÃOS PÚBLICOS poderão manifestar interesse-para a fase preparatória através do e-mail **irpcotriguacumt@gmail.com** à **partir do dia 10 de janeiro de 2024, até o dia 22 de janeiro de 2024.** O Edital de intenção de registro de preços completo poderá ser verificado no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**. Cotriguaçu-MT, 09 de janeiro de 2024.

**Gislaine Moreira de Oliveira**

**Pregoeira Suplente**

**COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº098/2023**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, por meio do **Departamento Central de licitações e Contratos,** sediado(a) sito na Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Bairro Centro, no Município de Cotriguaçu-MT, esta na fase preparatória na intenção em realizar licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **Eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.600, de 27 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis. Cujo objeto é: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES EM JORNAIS: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO D.O. E, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO D.O.U E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL"**.** Os ÓRGÃOS PÚBLICOS poderão manifestar interesse para a fase preparatória, através do e-mail irpcotriguacumt@gmail.com à **partir do dia 10 de janeiro de 2024, até o** dia 22 de janeiro de 2024. O Edital de intenção de registro de preços completo poderá ser verificado no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br. Cotriguaçu-MT, 09 de janeiro de 2024.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira Suplente

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

**II AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2023/PMC 1ª REPUBLICAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091.169/2023**

**ÓRGÃO SOLICITANTE:** *SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SMATED.*

**OBJETO:** CONCESSÃO ONEROSA DE USO, A TÍTULO DE BENS PÚBLICOS IMÓVEIS, REFERENTE AOS ESPAÇOS: **08 (OITO) QUIOSQUES, LOCALIZADOS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DO BAIRRO TERRA NOVA** – PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO TIPO BARES/ LANCHONETES/RESTAURANTES E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/01/2024** às **10H30min (dez horas e trinta minutos) Horário de Brasília, através da plataforma do (BLL Compras) do** site: www.bllcompras.org.br

**EDITAL DISPONÍVEL:** http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/ (Prefeitura de Cuiabá-MT) e www.bllcompras.org.br (BLL Compras).

**CONTATO:** Tel. (65) 3645-6156 E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá/MT, 09 de janeiro 2024.

Carlene de Paula Silva

**Pregoeira**

Agmar Divino Lara de Siqueira

**Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

### CONTRATOS
### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2020

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2020**

**LOCATÁRIA:** Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**LOCADOR**: CELSO DONIZETE PONCHIO

**CPF: 029.888.848-38**

**OBJETO:** Locação de bem imóvel localizado na Rua São Bernardo Nº 523, Centro, Curvelândia – MT, para funcionamento da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Curvelândia – MT.

**Vigência:** 01/01/2024 à 30/06/2024.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal pela parte LOCATÁRIA, Sr. CELSO DONIZETE PONCHIO, Locador.

### CONTRATOS
### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2020

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2020**

**LOCATÁRIA:** Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**LOCADOR**: ESPÓLIO DE JOSÉ LUIS FURTADO

**CPF: 207.491.551-91**

**OBJETO:** Locação de bem imóvel localizado na Avenida Brasil Nº 2.378, Bairro Jardim Paulista, para funcionamento das atividades do Conselho Tutelar do Município de Curvelândia – MT.

**Vigência:** 01/01/2024 à 31/12/2024.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal pela parte LOCATÁRIA, Espólio de JOSÉ LUIS FURTADO, Locador.

### CONTRATOS
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2023

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 071/2023

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia - MT

**CONTRATADO**: GRUPO ARTÍSTICO CULTURAL E AMBIENTALISTA CHALANA

**CNPJ: 03.402.957/0001-52**

**OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE ESPETÁCULO CÊNICO DO GRUPO CHALANA: AUTO DE NATAL “JESUS LUZ PARA O MUNDO” A SER REALIZADO NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2023, CONFORME CONVÊNIO Nº 2183/2023, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC E O MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT.

**VALOR:** R$ 450.000,00 (Quatrocentos e Cinquenta Mil Reais)

**IGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 20/03/2024.

**DATA DE ASSINATURA**: 21/12/2023.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. LUIZ ANTONIO MACHADO TOLOTTI – Representante Legal.

### CONTRATOS
### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2021

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2021**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**Contratada**: ANDRÉA CRISTINA BRASSAROTO

**CPF Nº 167.601.068-66**

**OBJETO:** Contratação de Profissional para prestação de Serviços na função de Química atinente a sua formação competindo-lhe serviços relativos à responsabilidade técnica e controle de qualidade do sistema de abastecimento de água, através do DAE – Departamento de Agua e Esgoto do Município de Curvelândia – MT.

**Vigência:** 01/01/2024 à 31/12/2024.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATANTE, Sra. ANDRÉA CRISTINA BRASSOROTO, CONTRATADA.

### CONTRATOS
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2023

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 072/2023

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia - MT

**CONTRATADO**: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT

**CNPJ: 01.870.663/0001-20**

**OBJETO**: Contrato de Transferência de Recursos Financeiros da Assistência Financeira Complementar Advindas da União Destinadas ao Cumprimento do Piso Salarial Nacional de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, Instituído pela Lei 14.434/2022.

**VALOR:** R$ 7.474,11 (Sete Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais e Onze Centavos).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 20/12/2024.

**DATA DE ASSINATURA**: 21/12/2023.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. MAUTO TEIXEIRA ESPINDOLA - Presidente.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

### DECRETO Nº 183/2023 DE TERÇA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO

ADICIONAL P O R

T R A N S P O S I Ç Ã O / T R A N S F E R Ê N C I A NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

Manoel Loureiro Neto, Prefeito Municipal de Diamantino,

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1576/2023, e em

consonância com a Lei Federal 4320/64, e com o artigo

167, VI, da Constituição Federal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Diamantino -

MT, CRÉDITO ADICIONAL TRANSPOSIÇÃO/TRANSFERÊNCIA, até o montante de R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e

cinco mil reais), nas dotações orçamentárias:

01 CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Cód. Reduzido 36

001.01.031.0001.10003 AQUISIÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMAN

15000000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 50.000,00

Cód. Reduzido 3

001.01.031.0001.10003 AQUISIÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMAN

15000000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 245.000,00

SUBTOTAL 295.000,00

TOTAL 295.000,00

Art. 2º - O valor transposto/transferido pelo artigo anterior, será coberto com a

redução da seguinte dotação orçamentária:

01 CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Cód. Reduzido 33

001.01.031.0001.10491 REVITALIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO

15000000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 295.000,00

SUBTOTAL 295.000,00

TOTAL 295.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal de Diamantino

**DECRETO Nº 184/2023 DE TERÇA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manoel Loureiro Neto, Prefeito Municipal de Diamantino,

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

especialmente a Lei Municipal n.º 1576/2023, e em

consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Diamantino - MT, CRÉDITO

ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), nas dotações orçamentárias:

01 CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Cód. Reduzido 20

001.01.031.0001.20001 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PODER LEGISLATIVO

15000000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 160.000,00

Cód. Reduzido 21

001.01.031.0001.20001 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PODER LEGISLATIVO

15000000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00

SUBTOTAL 170.000,00

TOTAL 170.000,00

Art. 2º - O valor suplementado pelo artigo anterior será coberto com a

redução da seguinte dotação orçamentária:

01 CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Cód. Reduzido 8

001.01.031.0001.20001 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PODER LEGISLATIVO

15000000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 160.000,00

Cód. Reduzido 17

001.01.031.0001.20001 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PODER LEGISLATIVO

15000000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 10.000,00

SUBTOTAL 170.000,00

TOTAL 170.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal de Diamantino

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE VALOR E PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 069/2021.**

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SUPRIR A DEMANDA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DO COVID, POSTOS DE SAÚDE DA ZONA RURAL E ATENDIMENTOS DE OFTALMOLOGISTA E CARDIOLOGIA OFERECIDOS PELO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.**

PRAZO: **08 (OITO) MESES.**

VALOR: **R$ 144.000,00 (Cento e Quarenta e quatro mil reais).**

CONTRATADO: **THAMIRIS PAMELA DE MATTOS,** inscrita no CNPJ sob o n.º 21.053.470/0001-93.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

**PORTARIA Nº 03/2024**

**MANOEL LOUREIRO NETO**, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**Art. 1º** -Ceder a servidora efetiva **CLEIDE MARIA ANZIL**, Agente Administrativo, matricula 661, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CPF sob nº 778.343.561-00, a Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro/MT, pelo prazo de 12 (doze) meses, **a partir do dia 01/01/2024.**

**Art. 2º** - A cedência é feita sem ônus para o Município de Diamantino-MT.

**Art. 3º** - O Cessionário fica responsável pelo pagamento da remuneração da servidora, incluindo os encargos sociais.

**Art. 4º -** O cessionário deverá encaminhar atestado de frequência da servidora ao órgão de origem**.**

**Art. 5º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de **01/01/2024**, revogando-se as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 09 de janeiro de 2024.

**MANOEL LOUREIRO NETO**

***Prefeito Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**RESOLUÇÃO Nº 002/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre o **Aprovação do Demonstrativo Físico Financeiro do ano de 2022 Gestão Suas e PAB -Programa Auxilio Brasil,** e da outras providencias.

**O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011, conferidas pela Lei Municipal nº 1.293/2013; Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2023, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar **o Demonstrativo Físico Financeiro do ano de 2022 – Gestão Suas e Gestão PAB – Programa Auxilio Brasil.**

Art. 2º - Parecer deliberativo: após analisar os dados informados pela gestão, este Conselho Municipal de Assistência Social é de parecer favorável ao **Demonstrativo Físico Financeiro do ano de 2022 - Gestão Suas e Gestão PAB – Programa Auxilio Brasil, os recursos executados estão em acordo com as finalidades e legislações vigentes.**

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Dom Aquino – MT, 09 de janeiro de 2024.

Joelson Rodrigues dos Anjos Jacarandá

Presidente do CMAS

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**EXTRATO TERMO DE PARCERIA 001-2024**

**Concurso de Projeto 001-2023**

**Custo do Projeto:** R$ 14.405.070,96

**Local de Realização do Projeto:** MUNICIPIO DE DOM AQUINO-MT

**Data de assinatura do TP: Início do Projeto:** 09/01/2024

**Término:** 08/01/2025

**Objeto do Termo de Parceria**: SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA PARA FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS VOLTADOS À ÁREA DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, OBRAS E URBANISMO, ADMINISTRAÇÃO, DAE – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 9.790/99, REGULAMENTAÇÕES POSTERIORES, E AS CONDIÇÕES DESTE EDITAL.

**Nome da OSCIP: INSTITUTO SAGEP – SAÚDE, GESTÃO E PROJETOS., para participar do processo de seleção de OSCIP –- INSTITUTO SAGEP – SAÚDE, GESTÃO E PROJETOS, sediada a, Após credenciamento do INSTITUTO SAGEP**

**Endereço:** Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1756, edifício SB TOWER, SALA 806, BAIRRO Alvorada, município de Cuiabá- MT, CEP: 78.048-340.

**Nome do responsável pelo projeto:** Srª. THAYANE BARRETO DE OLIVEIRA, portador da cédula de identidade nº 7115745-8 SESP/PR e do CPF 067.374.349-75

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 035/2022**

**CONTRATADA: GILSON JOSÉ DA SILVA TRANSPORTES ME**, **CNPJ: 02.276.813/0001-34**

**ONDE SE LE: OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de trezentos e sessenta e cinco (365) dias do prazo de vigência, constante da **Cláusula 8**, **item 8.1** do Contrato de Prestação de Serviços nº 035/2022, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

**LEIA SE: OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de trezentos e sessenta e cinco (365) dias do prazo de vigência, e de execução, constante da **Cláusula 8**, **item 8.1** e **8.2** do Contrato de Prestação de Serviços nº 035/2022, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

**DATA DE ASSINATURA:** 18/12/2023

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2022**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO**ao CONTRATO Nº 003/2022 DECORRENTE DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 001/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE** E A **EMPRESA GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA.**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

**O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE,** pessoa jurídica de direito público, , com sede na Avenida Brasil, nº 1.200 Centro, na Cidade de **Gaúcha do Norte**, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01,neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 2477543 SSP/GO e do CPF n.402.603.301-59, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a **GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, Cidade Industrial, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.104.422/0008-82, Inscrição Municipal nº 17.02.543.236-6, neste ato representada pelo Sr**. MARCELO DA SILVA PEREIRA PETRARCHI,** brasileiro, Coordenador Comercial, conforme Instrumento Procuratório, adiante simplesmente **CONTRATADA,** têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 003/2022, decorrente do Processo de Inexigibilidade n° 001/2022, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, alterações posteriores e demais legislações pertinentes, bem como pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO** – O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação** da vigência contratual de **14/01/2024 a 13/01/2025**, em conformidade com o disposto na Cláusula 10 do Contrato original, bem como nos termos do inciso II do art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS QUANTIDADES** – Estimam-se, para o ano letivo de 2024, as quantidades inicialmente contratadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTE** – O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos preços unitários pactuados, em observância às disposições legais, e conforme previsão contida na Cláusula Décima Primeira do Contrato primitivo, que versam sobre o reajustamento de preços para a manutenção da equação econômico-financeira durante toda a vigência contratual, em 3,85%, com base na variação anual acumulada do INPC, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, conforme tabela abaixo:

| NÍVEL – ANO ESCOLAR | QTDE. ESTUDANTES | VALOR UNITÁRIO ATUAL (SEM REAJUSTE) | VALOR COLEÇÃO ATUAL (SEM REAJUSTE) | INDICE REAJUSTE | VALOR UNITÁRIO ATUAL (COM REAJUSTE) | VALOR COLEÇÃO ATUAL (COM REAJUSTE) | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| G5 | 160 | R$ 223,72 | R$ 447,44 | | R$ 232,33 | R$ 464,66 | R$ 74. 345,60 |
| 1º ANO | 150 | R$ 120,56 | R$ 482,24 | | R$ 125,20 | R$ 500,80 | R$ 75. 120,00 |
| 2º ANO | 150 | R$ 120,56 | R$ 482,24 | | R$ 125,20 | R$ 500,80 | R$ 75. 120,00 |
| 3º ANO | 150 | R$ 120,56 | R$ 482,24 | 3,85 | R$ 125,20 | R$ 500,80 | R$ 75. 120,00 |
| 4º ANO | 150 | R$ 120,56 | R$ 482,24 | | R$ 125,20 | R$ 500,80 | R$ 75. 120,00 |
| 5º ANO | 150 | R$ 120,56 | R$ 482,24 | | R$ 125,20 | R$ 500,80 | R$ 75. 120,00 |
| 6º ANO | 150 | R$ 131,52 | R$ 526,08 | | R$ 136,58 | R$ 546,32 | R$ 81. 948,00 |
| TOTAL GLOBAL | 1.060 | 512.182,40 | | | R$ 531.893,60 | | |

| | |
|---|---|
| **VALOR ATUAL DO CONTRATO** | **512.182,40** |
| **VALOR DO CONTRATO – COM REAJUSTE** | **531.893,60** |
| **VALOR REAJUSTE** | **19.711,20** |

**CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR GLOBAL** – O valor global do presente contrato, atualizado para o ano letivo de 2024, fica estimado em **R$ 531. 893,60 (quinhentos e trinta e um mil e oitocentos e noventa e três reais e sessenta centavos)**.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** –As despesas com a execução deste instrumento correrão às expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

**SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**

ÓRGÃO: 12

UNIDADE: 005

PROJ/ATIV: 10087

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00

COD REDUZIDO: 594

**CLÁUSULA SEXTA: DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO** –As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

**§ 1º** A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; (ii) obriga-se a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

**§ 2º** A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante à CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA PROTEÇÃO DE DADOS** –**As Partes declaram que as informações e os dados pessoais disponibilizados para a execução deste Contrato serão requeridos, utilizados, compartilhados e/ou tratados estritamente para atendimento da finalidade a que se propõem, mediante prévio e expresso consentimento dos seus titulares, comprometendo-se a adotar as melhores práticas de governança e gestão de**

**dados pessoais, em conformidade com o estabelecido nas Leis nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).**

**CLÁUSULA OITAVA: DA RATIFICAÇÃO** –Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Gaúcha do Norte – MT, 27 de dezembro de 2023.

| | |
|---|---|
| **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE** | **GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA.** |
| CONTRATANTE | CONTRATADA<br>Representante Legal |

TESTEMUNHAS:

| | |
|---|---|
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |
| RG: | RG: |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

### EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004-DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS, LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004**

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADaS, LOCAL e horário DE PROVAS do CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Rogério Domingos dos Santos Fachini**, Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público nº 001/2023, nomeado pela **Portaria nº 200/2023**, **de 27 de novembro de 2023**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2023, torna público o que segue:

1. FICA DIVULGADA A **LISTA DE INSCRITOS HOMOLOGADOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023**, CONFORME **ANEXO I** DESTE EDITAL COMPLEMENTAR; 2. FICA DIVULGADO QUE **NÃO HOUVE RECURSO CONTRA O INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES** PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023, **CONFORME LISTAS DIVULGADAS ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2024. PORTANTO, FICAM AQUELAS LISTAS VÁLIDAS PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS;** 3. FICA DIVULGADO O **LOCAL DE PROVA**: **SERÃO REALIZADAS NO DIA 14/01/2024, A PARTIR DAS 13H00, NO PERÍODO VESPERTINO, (DOMINGO – HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO), SOMENTE NA ESCOLA ESTADUAL DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA, LOCALIZADA NA RUA RACHID J. MAMED, CENTRO – GENERAL CARNEIRO – MT, CONFORME SEGUE:** a. **ATENÇÃO**: O **Candidato** deverá comparecer ao local de prova escrita, com antecedência de 1h (uma hora) do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original com foto e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta, conforme estabelece o subitem 9.5. do Edital de Abertura; b. **ATENÇÃO: DA ENTREGA DE TÍTULOS (ACADÊMICOS / EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL):** ao candidato é FACULTADA a entrega de título, que deverá ser feita somente no local e período de realização da prova escrita, conforme Item 13. do Edital de Abertura.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, nos sites da Prefeitura - www.generalcarneiro.mt.gov.br/ e banca organizadora - https://institutoatame.org.br/

General Carneiro/MT, 08 de janeiro de 2024.

**Rogério Domingos dos Santos Fachini**

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público nº 001/2023

anexo I

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRGÃO EXPEDIDOR |
|---|---|---|---|
| 87 | ANA CLAUDIA MONTEIRO SILVA | 18649211 | SSP/MT |
| 7 | ELDYS SILVA VALADAO | 4880524 | SSP/GO |
| 39 | GABRIELLY RODRIGUES DOS SANTOS PINHEIRO | 2429526-4 | SSP/MT |
| 187 | LEONARDO DE SOUZA NERES | 17995930 | SSP/MT |
| 62 | LUIZA GABRIELLY FERREIRA LIMA LIBERALESSO | 03565843136 | SSP/MT |
| 210 | LUSNAYARA FERREIRA NOGUEIRA DIAS | 1662997-3 | SSP/MT |
| 44 | MARIA IVANILDES TORRES SERRÃO | 7763160 | PCPA/PA |
| 50 | SANDRO WESLEY PINHEIRO DA SILVA | 11048646 | SSP/MT |
| 259 | WENDER PEREIRA DOS SANTOS JACOB | 04177620114 | SSP/MT |

### EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005-DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS, LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005**

DIVULGA LISTA DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADaS, LOCAL e horário DE PROVAS do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Rogério Domingos dos Santos Fachini**, Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, nomeado pela **Portaria nº 201/2023**, **de 27 de novembro de 2023**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, torna público o que segue:

**1.** FICA DIVULGADA A **LISTA DE INSCRITOS HOMOLOGADOS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**, CONFORME **ANEXO I** DESTE EDITAL COMPLEMENTAR; **2.** FICA DIVULGADO QUE **NÃO HOUVE RECURSO CONTRA O INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES** PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023, CONFORME LISTAS DIVULGADAS ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2024. PORTANTO, FICAM AQUELAS LISTAS VÁLIDAS PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS; **3.** FICA DIVULGADO O **LOCAL DE PROVAS**: **SERÃO REALIZADAS NO DIA 14/01/2024 (DOMINGO – HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO), NO PERÍODO MATUTINO, SOMENTE NA ESCOLA ESTADUAL DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA, LOCALIZADA NA RUA RACHID J. MAMED, CENTRO – GENERAL CARNEIRO – MT, CONFORME SEGUE:** a. **PROVAS OBJETIVAS PARA TODAS AS FUNÇÕES: A PARTIR DAS 07H00 (PERÍODO MATUTINO);** b. **PROVA PRÁTICA SOMENTE PARA A FUNÇÃO DE 30-OPERADOR DE MÁQUINAS (PÁ CARREGADEIRA,**

**RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E MOTONIVELADORA): A PARTIR DAS 08H30 (PERÍODO MATUTINO)**,apenas para aquele Candidato que já tenha realizado a sua prova objetiva; c. **ATENÇÃO**: O **Candidato** deverá comparecer ao local de prova escrita, com antecedência de 1h (uma hora) do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original com foto e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta, conforme estabelece o subitem 9.5. do Edital de Abertura; d. **ATENÇÃO: DA ENTREGA DE TÍTULOS (ACADÊMICOS / EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL):** ao candidato é FACULTADA a entrega de título, que deverá ser feita somente no local e período de realização da prova escrita, conforme Item 13. do Edital de Abertura.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, nos sites da Prefeitura - www.generalcarneiro.mt.gov.br/ e banca organizadora - https://institutoatame.org.br/

General Carneiro/MT, 08 de janeiro de 2024.

**Rogério Domingos dos Santos Fachini**

Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023

Presidente

anexo /

| **01-Agente Administrativo** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 32 | ALESSON PEREIRA LIMA | 28307100 | SSP/MT |
| 95 | CASSIA PAOLA BARROS COSTA MORAES | 21429456 | SSP/MT |
| 118 | CRISTIANE APARECIDA DE JESUS ARAUJO | 48493602 | DGPC/GO |
| 137 | ELISE DE OLIVEIRA SILVA | 5850209 | SSP/GO |
| 26 | GIZELY NOVAES GUIMARÃES | 2026459-3 | SSP/MT |
| 172 | LÉLIA ALVES ALMEIDA | 06739725 | SSDC/MT |
| 134 | LUCAS DO CARMO PEREIRA | 3195112-0 | SSP/MT |
| 63 | MARIA APARECIDA DA SILVA | 15968073 | SSP/MT |
| 220 | MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA | 23850647 | SJS/MT |
| 55 | VERAMAR SANTANA PINTO MAGALHES | 1545410-0 | SSP/MT |
| 261 | VILMA RIBEIRO DE FREITAS | 4104058 | SSP/GO |
| **02-Agente Comunitário de Saúde - Microárea 03 - UBS Ana Soares Lima** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 215 | ADRIANO FERRARI LIMA | 24296805 | SSP/MT |
| 235 | ANGELA LOPES CAVALCANTI | 1078324 | SJS/MT |
| 243 | KAREM IDAYANNE RODRIGUES VIEIRA | 12694762 | SSP/MT |
| 23 | LAIANNE SOUSA DIAS | 30945097 | SSP/MT |
| 20 | LARESSA DOS SANTOS PEREIRA | 22375333 | SSP/MT |
| 197 | LEANY MORAES GUIMARÃES | 3011343-1 | SSP/MT |
| 106 | LUIZA STEFANY DA COSTA RAMOS | 27833682 | SSP/MT |
| 10 | MARIA DIVINA PAZ GOUVEIA | 1420223-9 | SSP/MT |
| **03-Agente Comunitário de Saúde - Microárea 05 - UBS Ana Soares Lima** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 143 | JANEISSA ALMEIDA SILVA DE CARVALHO | 4620699 | PCGO/GO |
| 269 | JOSUÉ MARQUES DE SOUZA | 14995085 | SSP/MT |
| 219 | JU ROSA RIOS | 14346710 | SSP/MT |
| 105 | LUAN FERREIRA LIMA | 29030919 | SSP/MT |
| 178 | MARCOS GLEYB OLIVEIRA DA SILVA | 1006896-1 | SJDS/MT |
| 28 | UANIA PATRICIA ALVES DE MORAES | 20464029 | SSP/MT |
| **04-Agente Comunitário de Saúde - Microárea 07 - Assentamento Santa Cássia** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 2 | JOSEFA DUARTE DE OLIVEIRA | 19605102 | SSP/MT |
| **05-Agente Comunitário de Saúde - Microárea 09 - UBS Acidemando Gabriel de Morais - Paredão Grande** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 194 | GUILHERME IARAN FERREIRA | 31822460 | SSP/MT |
| 142 | JUCENIR BARBOSA DA FONSECA SANTOS | 130937756 | SSP/BA |
| **06-Agente de Combate às Endemias** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 244 | CAIO MORENO MARTINS | 24297526 | SSP/MT |
| 176 | CLÁUDIO SOBRINHO CUNHA FERREIRA | 3204386/4 | SSP/MT |
| 69 | ELISMAR SIQUEIRA DOS SANTOS | 14727587 | SSP/MT |
| 38 | EVA CRISTINA LAURENTINO DA COSTA | 31822495 | SSP/MT |
| 40 | JAIRO GOMES DA SILVA | 10629840 | SSP/MT |
| 68 | LUCAS DIAS DE JESUS FERREIRA | 632881379 | SSP/SP |
| 79 | LUCAS PINHEIRO SALTO | 17708443 | SSP/MT |
| 70 | MARIA HELENA DOS SANTOS MOURA | 12086959 | SSP/MT |
| 255 | SIMÁRIO VIEIRA DE ABREU | 10630651 | SSP/MT |
| 163 | TATIANE FONTANA DE CARVALHO | 40.611.645-3 | SSP/SP |
| 81 | THAIS DUARTE PEREIRA | 2362208-3 | SSP/MT |
| **07-Apoio - Sec. Educação** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 46 | BEATRIZ OLIVEIRA SANTOS | 27734226 | SSDC/MT |
| 205 | GÉSSICA NOVAES GUIMARÃES | 03899016106 | SSP/MT |
| 66 | GLEICY DIAS LEDIO DE SOUSA | 3072611-5 | SSP/MT |
| 93 | LEOMARIA CARLOS ASSUNÇÃO | 17708427 | SSP/MT |
| 229 | MARCILENE MENDES DE LIMA | 07930674 | SSP/MT |
| 260 | MARIANA LIMA DA SILVA | 28806905 | SSP/MT |
| 152 | MÔNICA LIMA DIAS | 26209446 | SSP/MT |
| 232 | NARA RUBIA MARQUES DE LIMA FERREIRA | 3701655 | SSP/GO |
| 132 | RAYANE DE OLIVEIRA COSTA | 31437605 | SSP/MT |
| 53 | ROSA ADRIANA SOUSA PINHEIRO | 16029453 | SSP/MT |
| 76 | SUELEM ALVES DIAS SILVA | 24299073 | SSP/MT |
| **08-Assistente Social** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 37 | ANA FABIA LEANDRO | 20502761 | SSP/MT |
| **09-Auxiliar de Biblioteca** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 42 | ALEFY PEREIRA LIMA | 28307135 | SSP/MT |
| 104 | BIMAIL CARLOS ASSUÇÃO DE SOUZA | 29136601 | SSP/MT |
| 115 | ERICA CAMILA FERNANDES DE ARUDA | 26960150 | SSP/MT |
| 133 | JULIA BEATRIZ DE ARAUJO VIANA | 339233371 | SSP/MT |
| 221 | PAMELA SOUSA BARBOSA | 6925178 | PCGO/GO |
| 237 | RAFAEL INÁCIO ALMEIDA ARRAIS | 35373911 | SSP/MT |
| **11-Auxiliar de Serviços Gerais** | | | |
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **RG** | **ÓRG. EXP.** |
| 173 | ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA | 27833640 | SSP/MT |
| 84 | ANALIA GOMES ARRUDA | 17708613 | SSP/MT |
| 236 | CAIO KELLITON DUARTE FERREIRA | 05849893180 | SSP/MT |
| 157 | CÉLIA CRISTINA VIANA FERREIRA | 15463192 | SSP/MT |
| 72 | DAIANE HELENA TEIXEIRA DA SILVA | 20501498 | SSP/MT |
| 169 | DEUSDEDETYNA QUEIROZ CORREA | 1847065-3 | SSP/MT |
| 103 | EDUARDA PORFIRIO BARROS | 34809058 | SSP/MT |
| 107 | ESTEFANE GOMES VIEIRA | 24297380 | SSP/MT |
| 51 | GABRIELA MALAQUIAS SOARES | 27833461 | SSP/MT |
| 156 | GENY COSTA DE OLIVEIRA | 31296106 | SSP/MT |
| 8 | JEFERSON SOUSA DE BORJA | 29031028 | SSP/MT |
| 43 | KATRINY MOTA ALVES | 34135200 | SSP/MT |
| 111 | LUCAS VINICIUS OLIVEIRA DE SOUZA | 31069320 | SSP/MT |
| 16 | LÚCIA ADRIANA TOMASI | 14644258 | SSP/MT |
| 138 | LUCIENE MARTINS LOPES | 23407352 | SSP/MT |
| 52 | MARCIA DE FATIMA MALAQUIA BRITO | 30386217 | SSP/MS |
| 126 | MARCIA DOS SANTOS ARAUJO | 36929468 | SSP/MT |
| 9 | MARIA AUXILIADORA DE SOUSA | 14527928 | SSP/MT |
| 149 | MARISTELA PEREIRA RIOS DE JESUS | 11627107 | SSP/MT |
| 206 | MAYKON DANIEL DUARTE SANTOS | 30947863 | SSP/MT |
| 11 | MIGUEL VITORIO GOIS MENDONÇA | 29136660 | SSP/MT |
| 120 | MIKAELLY VIEIRA RIOS | 24296929 | SSP/MT |
| 94 | OLINDA FRANCISCA DE NOVAES | 0787163-5 | SSP/MT |
| 234 | RENATA GLEICY JESUS DE JESUS | 6793138 | SSP/PA |
| 211 | SUSANA MORAAES ROCHA | 10178457 | SSP/MT |
| 60 | TEREZINHA CAMARGO DA SILAVA | 08956383 | SJS/MT |
| 161 | THAMIRYS SOUSA BORGES | 3096064-9 | SSP/MT |
| 34 | VALERIA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA | 21118809 | SSP/MT |
| 242 | VANUBIA MORAES FILHO | 1535723-6 | SSP/MT |
| 80 | VANUSA OLIVEIRA DOS SANTOS | 3018440-1 | SSP/MT |
| 127 | ZENILDO DE JESUS BOMFIM | 36074560 | SSP/MT |

**12-Contador**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 88 | ANA CLAUDIA MONTEIRO SILVA | 18649211 | SSP/MT |
| 258 | WENDER PEREIRA DOS SANTOS JACOB | 04177620114 | SSP/MT |

**13-Dentista - Distrito de Paredão Grande**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 64 | MARCELLE VIEIRA DE OLIVEIRA | 575950420 | SSP/SP |

**14-Dentista - Sede do Município General Carneiro**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 251 | ISADORA CLEMENTE CUNHA | 6027421 | SSP/GO |
| 116 | LAYANNARA NASCIMENTO SANTOS | 3402473 | SSP/PI |

**15-Enfermeiro**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 218 | GISLAILA FERREIRA ROCHA | 2038753-9 | SSP/MT |
| 35 | LUCINEIDE MOTA BELO | 12125318 | SSP/MT |
| 224 | MARA NELMA VIEIRA ARRAIS | 912/742 | SSP/MT |
| 109 | URANIA KENYA VIEIRA MARTINS | 22636366 | SSP/MT |

**16-Engenheiro Civil**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 61 | ANA VITÓRIA RONDON PAIVA | 20401132 | SSP/AM |
| 4 | FLAVIO VILELA DE CARVALHO | 3769229 | DGPC/GO |

**17-Farmacêutico - 20H**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 65 | MARIA EURIPA PEREIRA | 697095 | SSP/MT |
| 71 | SOYARA VIEIRA DE OLIVEIRA | 24295868 | SSP/MT |

**18-Farmacêutico - 40h**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 110 | ARIELLE VASCO CARVALHO | 22550070 | SSP/MT |
| 74 | ARTHUR PEREIRA SANTOS | 20054998 | SSP/MT |
| 135 | FRANCIELY FRANCISCA DE LIMA VASUM | 19506538 | SSP/MT |

**20-Fisioterapeuta**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 136 | JENNIFER DOS SANTOS FERRREIRA | 6475462 | SSP/GO |

**21-Monitor**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 162 | ANA CAROLINA REZENDE DA COSTA | 2903099-4 | SSP/MT |
| 101 | FERNANDA LIMA FERREIRA | 14866250 | SSP/MT |
| 208 | FRANCIELE ALVES DA SILVA | 21019215 | SSP/MT |
| 145 | HERICA CAMILA PEREIRA CAMILO | 17707668 | SSP/MT |
| 144 | LEILA APARECIDA DOS SANTOS CAMILO | 05696798 | SSP/MT |
| 125 | MAISA ARAUJO LEITE | 32422717 | SSP/MT |
| 17 | MARCOS VINICIOS RIBEIRO ALVES | 24297119 | SSP/MT |
| 85 | SARA BEATRIZ LIMA DE ARAUJO | 32135009 | SSP/MT |
| 12 | VI FERREIRA MARQUES | 19750072 | SSP/MT |

**22-Motorista - Distrito de Paredão Grande**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 15 | NORMANDO LEITE GABRIEL | 22885668 | SSP/MT |
| 222 | SCHARLES MENDES DA SILVA | 10901990 | SSP/MT |
| 192 | SERGIO ALVINO DE SOUSA | 10496521 | SSP/MT |

**24-Motorista - Sede do Município de General Carneiro**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 27 | LUIZ ALBERTO DE ALMEIDA | 29030510 | SSP/MT |

**25-Motorista - Viação e Obras**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 263 | BRE RODRIGUES VIEIRA DE ABREU | 34009620 | SSP/MT |
| 129 | CARLOS CESAR SILVA MOREIRA | 19047240 | SSP/MT |
| 96 | CELIO FRANCISCO DA SILVA | 1253824 | SSP/GO |
| 264 | JOSUÉ CAETANO DA SILVA JUNIOR | 24883013 | SJDS/MS |
| 31 | WELITON SILVA CARVALHO | 5306796 | SPTC/GO |

**26-Nutricionista - Educação**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 92 | RAILANE MORAES SANTOS | 5697400 | SSP/GO |

**28-Operador de Bomba**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 225 | CARLITO LUZ DA SILVA | 16844009 | SSP/MT |
| 148 | EMIDIO SOUSA SILVA | 14983567 | SSP/MT |

**29-Operador de ETA**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 19 | JUNIOR DOS SANTOS ARAUJO | 28307178 | SSP/MT |
| 141 | ORACINO VICENTE SANTANA | 12131790 | SSP/MT |

**30-Operador de Máquinas**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 146 | ADILSON LEITE DA CUNHA | 4592126 | SSP/MG |
| 159 | ALEAMES LEANDRO FERNANDES | 17377188 | SSP/MT |
| 193 | CRISTIANO SANTOS SILVA | 24066575 | SSP/MT |
| 177 | ELIO DIAS DA SILVA | 972329 | SSP/MT |
| 191 | WESLEY SANTOS MARQUES | 24298182 | SSP/MT |

**31-Professor**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 47 | AUDISLENE SILVERIA BARBOSA LEMOS | 2.053.842 | SSP/GO |
| 207 | CLEIDILAINE VIEIRA DE JESUS | 3736547 | PCGO/GO |
| 158 | DANIELA COSTA NEVES | 20864213 | SSP/MT |
| 183 | ELIANE MELO BEZERRA RODRIGUES | 19374062 | SSP/MT |
| 128 | IVANA MARIA SALES ARRUDA DOS SANTOS | 26514770 | SSP/MT |
| 45 | KELEN ALWSANDRA DOS SANTOS QUEIROZ | 1887842-3 | SSP/MT |
| 190 | LAURA SILVA DE ALMEIDA | 17220475 | SSP/MT |
| 175 | LEILA VIEIRA DE SOUSA | 1257603_4 | SJTC/MT |
| 164 | LILIAN TEIXEIRA DOS SANTOS | 1402604-0 | SSP/MT |
| 153 | LUCIANE ROCHA LIMA | 24295299 | SSDC/MT |
| 201 | MARCIA RO DA COSTA | 19420790 | SSP/MT |
| 167 | MARIA IVANILDES TORRES SERRÃO | 7763160 | PCPA/PA |
| 99 | MARLEIDE RODRIGUES DE SOUSA MORAES | 660899 | SSP/MT |
| 160 | MARLEIDY NUNES SIQUEIRA MARTINS | 15770710 | SSP/MT |
| 203 | NATALY DAIANE MARTINS DA SILVA KALIL | 24295957 | SSP/MT |
| 108 | PAULA REGINA DE SOUZA FERREIRA | 71664530100 | SSP/MT |
| 147 | REGIANE BORGES MACHADO | 2380832 | SSP/MT |
| 77 | ROZILENE RODRIGUES RIBEIRO | 1256081-2 | SSP/MT |
| 174 | WESLAINE RIBEIRO DA SILVA | 17035066 | SSP/MT |

**44-Professor Leigo - Aldeia Maria Auxiliadora**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 78 | GARIBALDI TSERENHIPTI | 20566042 | SSP/MT |

**46-Professor Leigo - Aldeia Santa Julieta**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 91 | VENANCIO WARA RATSIWE | 19300735 | SSP/MT |

**49-Psicólogo**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 214 | AMANDA FARIAS DE SOUZA | 25496336 | SSP/MT |
| 226 | ANA PAULA FERREIRA MESQUITA DE MORAIS | 1734734-3 | SSP/MT |
| 123 | EDSON DA FONTE | 15119911 | SSP/MT |
| 13 | FABRICIO RAMALHO DE ABREU | 14333910 | SSP/MT |
| 6 | LAUANA DA SILVA SANTOS | 22302727 | SSP/MT |

**50-Técnico de Enfermagem**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 57 | ELIANE RIBEIRO CARDOSO | 5188173 | SPTC/GO |
| 86 | LUBIA RIBEIRO DE BARROS | 13539248 | SSP/MT |
| 131 | VALERIA CRISTINA DE SOUZA CASTANON | 13637436 | SSP/MT |

**51-Vigia/Guarda**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 73 | ADRIANO TELES SOUZA | 27833607 | SSP/MT |
| 56 | CARLOS SAMUEL DIAS PINHEIRO | 34154647 | SSP/MT |
| 75 | EURICO PEDROZO FILHO | 1241070-5 | SSP/MT |
| 202 | JOSAFA FERREIRA GONCALVES | 0500517681 | SSP/MT |
| 216 | REGINA MOREIRA LARA | 2817903 | PCGO/GO |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 154 | SANDRO LIMA DA COSTA | 4341590 | DGPC/GO |
| 238 | WIRIK DIEF ALVES DA SILVA | 24297925 | SSP/MT |

**53-Agente Sanitário**

| Nº INSC | CANDIDATO | RG | ÓRG. EXP. |
|---|---|---|---|
| 22 | JÁRLISON CAIRO MORAES DE REZENDE | 2429668-6 | SSP/MT |
| 25 | WISLAINY DE OLIVEIRA NERES VIEIRA | 2429814-0 | SSP/MT |

**PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

**PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

PORTARIA N° 015/GP/2024 DE, 09 DE JANEIRO DE 2024

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **PROJERO DE INFRAESTRUTURA URBANA – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SELANTE** NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**Marcelo Aquino**, PREFEITO MUNICIPAL, DE GENERAL CARNEIRO-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de GENERAL CARNEIRO-MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO, conforme dispõe o art. ° § 19 da Instrução Normativa 007/2023/SEFAZ/CGE, conforme discriminação abaixo:

| EXPEDIENTE | OBJETO | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO |
|---|---|---|
| APROVAÇÃO DO PROJETO | PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA NO QUE TANGE A PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SELANTE **META FÍSICA: 28.286,92m²** | NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: AXEL SALLAS LOPES CREA: 1216637202 |

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): Alice de Abreu Carvalho

CREA MT 048087

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

General Carneiro – MT, 09 de Janeiro de 2024.

_____

**Marcelo de Aquino**

Prefeito Municipal

_____

**Alice de Abreu Carvalho**

Engenheira Civil – Fiscal de Obras

CREA MT 048087

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 07/2023 – AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2023**

**DIVULGA GABARITO PRELIMINAR**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 63/2023, ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo, e visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **Divulgação do Gabarito Preliminar**, do Processo Seletivo Simplificado conforme segue:

| BOLSISTA - ENSINO MÉDIO / SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: D | 02: D | 03: A | 04: A | 05: C | 06: A | 07: C | 08: C | 09: D | 10: A |
| 11: A | 12: A | 13: D | 14: C | 15: B | 16: A | 17: D | 18: C | 19: A | 20: A |

| ESTAGIÁRIO - ENSINO MÉDIO / SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: D | 02: D | 03: A | 04: A | 05: C | 06: A | 07: C | 08: C | 09: D | 10: A |
| 11: A | 12: A | 13: D | 14: C | 15: B | 16: A | 17: D | 18: C | 19: A | 20: A |

| PROFESSOR CLASSE B - GEOGRAFIA - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: A | 02: B | 03: C | 04: D | 05: B | 06: B | 07: C | 08: A | 09: C | 10: C |
| 11: C | 12: C | 13: D | 14: B | 15: A | 16: D | 17: B | 18: B | 19: B | 20: B |

| PROFESSOR CLASSE B - HISTÓRIA - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: C | 02: D | 03: C | 04: A | 05: A | 06: D | 07: D | 08: B | 09: D | 10: D |
| 11: C | 12: C | 13: B | 14: A | 15: D | 16: D | 17: D | 18: D | 19: C | 20: C |

| PROFESSOR CLASSE B - PEDAGOGIA – EDUC. INFANTIL - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: C | 02: A | 03: C | 04: D | 05: A | 06: B | 07: D | 08: C | 09: D | 10: D |
| 11: C | 12: B | 13: D | 14: D | 15: B | 16: B | 17: B | 18: C | 19: B | 20: C |

| PROFESSOR CLASSE B - EDUC. FISICA - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: A | 02: A | 03: C | 04: A | 05: D | 06: B | 07: A | 08: D | 09: C | 10: C |
| 11: A | 12: C | 13: A | 14: C | 15: B | 16: D | 17: C | 18: A | 19: D | 20: D |

| PROFESSOR CLASSE B - LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: A | 02: A | 03: D | 04: A | 05: D | 06: C | 07: D | 08: A | 09: A | 10: B |
| 11: B | 12: B | 13: A | 14: A | 15: D | 16: D | 17: B | 18: A | 19: B | 20: C |

| PROFESSOR CLASSE B - LÍNGUA PORTUGUESA/INGLESA/ARTES - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: C | 02: D | 03: A | 04: A | 05: C | 06: A | 07: D | 08: C | 09: B | 10: C |
| 11: C | 12: B | 13: D | 14: B | 15: B | 16: C | 17: D | 18: C | 19: D | 20: D |

| PROFESSOR CLASSE B - PEDAGOGIA - EDUC FUNDAMENTAL - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: C | 02: A | 03: C | 04: D | 05: A | 06: B | 07: D | 08: C | 09: D | 10: D |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11: C | 12: B | 13: D | 14: D | 15: B | 16: B | 17: B | 18: C | 19: B | 20: C |

| PROFESSOR CLASSE B - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01: D | 02: B | 03: C | 04: D | 05: A | 06: C | 07: D | 08: A | 09: C | 10: C |
| 11: D | 12: A | 13: B | 14: B | 15: C | 16: C | 17: A | 18: D | 19: A | 20: C |

O presente Edital está disponível no endereço eletrônico: www.gloriadoeste.mt.gov.br, https://portal.cavalcca.selecao.site/edital/index/abertos, afixado no saguão da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT e publicada no Jornal Oficial dos Municípios (www.amm.org.br).

Glória D'Oeste - MT, em 09 de Janeiro de 2024.

**WILLIANS CARLINO DA COSTA**

**PRESID. COMISSÃO DO P. S. SIMPLIFICADO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

### LICITAÇÃO
### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP-068-2023

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2023**

**PROCESSO Nº 543/2023**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR LOCAL COM FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, COM PISCINA PRÓPRIA, PARA MINISTRAR AULAS PARA UM GRUPO DE 60 ALUNOS, DUAS VEZES POR SEMANA, COM NO MINIMO UMA HORA DE DURAÇÃO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

| ATA Nº | EMPRESA/CNPJ | VIGÊNCIA |
|---|---|---|
| 249/2023 | MP NATAÇÃO LTDA CNPJ sob o n° 52.975.314/0001-03. | 20/12/2023 a 20/12/2024 |
| ITEM | 01. | |
| VALOR TOTAL | R$: 49.323,60 (Quarenta e nove mil e trezentos e vinte e três reais e sessenta centavos). | |

### LICITAÇÃO
### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP-071-2023

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2023**

**PROCESSO Nº 560/2023**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA COLOCAÇÃO DE CALHAS, RUFOS E DUTOS COM VEDAÇÃO COMPLETA NAS FACHADAS DAS UNIDADES DE SAÚDE II, III E IV, COM TODO MATERIAL INCLUSO POR PARTE DA CONTRATADA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

| ATA Nº | EMPRESA/CNPJ | VIGÊNCIA |
|---|---|---|
| 256/2023 | PAULO CESAR DA SILVA BOENI 04971026177 CNPJ sob o n° 25.284.006/0001-69. | 21/12/2023 a 21/12/2024 |
| ITENS | 01; 02; 03. | |
| VALOR TOTAL | R$: 17.000,00 (Dezessete mil reais). | |

### LICITAÇÃO
### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP-070-2023

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2023**

**PROCESSO Nº 552/2023**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA NOS SERVIÇOS DE PEDREIRO E PINTOR PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS E CONSERTOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GUIRATINGA.**

| ATA Nº | EMPRESA/CNPJ | VIGÊNCIA |
|---|---|---|
| 247/2023 | ELTON TADEU FLAVIO 01376542196 CNPJ sob o n° 23.076.594/0001-10. | 15/12/2023 a 15/12/2024 |
| ITENS | 01; 02. | |
| VALOR TOTAL | R$: 348.000,00 (Trezentos e quarenta e oito mil reais). | |

### LICITAÇÃO
### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP-069-2023

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2023**

**PROCESSO Nº 561/2023**

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA, EXECUTANDO SERVIÇOS NAS REDES DE ENERGIA DE MÉDIA E ALTA TENSÃO, BEM COMO DAR MANUTENÇÃO NOS QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

| ATA Nº | EMPRESA/CNPJ | VIGÊNCIA |
|---|---|---|
| 255/2023 | DIANA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA CNPJ sob o n° 15.283.796/0001-04. | 20/12/2023 a 20/12/2024 |
| ITEM | 01. | |
| VALOR TOTAL | R$: 38.400,00 (Trinta e oito mil e quatrocentos reais). | |

### LICITAÇÃO
### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP-067-2023

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2023**

**PROCESSO Nº 542/2023**

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES E SALGADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GUIRATINGA.**

| ATA Nº | EMPRESA/CNPJ | VIGÊNCIA |
|---|---|---|
| 242/2023 | PANIFICADORA PAES DO CERRADO LTDA CNPJ sob o n° 50.623.253/0001-90. | 06/12/2023 a 06/12/2024 |
| ITENS | 01. | |
| VALOR TOTAL | R$: 15.000,00 (Quinze mil reais). | |

| ATA Nº | EMPRESA/CNPJ | VIGÊNCIA |
|---|---|---|
| 243/2023 | PANIFICADORA SHALON LTDA CNPJ sob o n° 24.121.856/0001-83. | 06/12/2023 a 06/12/2024 |
| ITENS | 02. | |
| VALOR TOTAL | R$: 37.600,00 (Trinta e sete mil e seiscentos reais). | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 006/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA Nº 006/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ-MT E DÁ OUTRAS PRIVDÊNCIAS**

**SIDNEI MARQUES LOPES,** Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear o Senhor **SERGIO MOREIRA** para o cargo de livre provimento em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Indiavaí/MT.

**Art. 2º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 3.º -** Comunique-se as Secretarias de Administração e Finanças e o Departamento de Recursos Humanos, para que faça as devidas anotações e registros.

**Art. 4.º -** Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, ao oitavo (08) dia do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024).

**SIDNEI MARQUES LOPES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 035/2023**

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 035/2023**

**1º ADITIVO – Prazo e Valor**

**Contratante**: Prefeitura Municipal de Indiavaí

**CONTRATADO:** B R M CLINICA MED**.**

**CNPJ:** 47.588.042/0001-59.

**Objeto**: Contratação direta para prestação de serviço médico plantonista e atendimento médico do PSF.

**Prazo:** 11/01/2024.

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 034/2023**

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 034/2023**

**1º ADITIVO – Prazo**

**Contratante**: Prefeitura Municipal de Indiavaí

**CONTRATADO:** Clínica Santa Fé**.**

**CNPJ:** 35.998.697/0001-16.

**Objeto**: Contratação direta para prestação de serviço médico plantonista e atendimento médico do PSF.

**Prazo:** 11/01/2024.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N°326/2023**

**PORTARIA N°326/2023**

SÚMULA: “Concede férias aos servidores que menciona e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos Art. 80 da Lei Complementar Municipal 119/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, suas férias conforme seguem:

| | |
|---|---|
| Funcionário: 1333 | NEIDE DA SILVA DE OLIVEIRA |
| Cargo: | 48/B/02 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 15/01/2023 | 14/01/2024 | FERIAS |

| | |
|---|---|
| Funcionário: 1340 | SILVANA DA SILVA |
| Cargo: | 124/C/02 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 15/01/2023 | 14/01/2024 | FERIAS |

| | |
|---|---|
| Funcionário: 1341 | MAYKA BORGES DAMACENO GOIS |
| Cargo: | 200/A/01 - DIRETOR ESCOLAR II 40H DE 151 A 300 ALUNOS |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 17/01/2023 | 16/01/2024 | FERIAS |

| | |
|---|---|
| Funcionário: 1358 | GLAUCIANE GOMES DE SOUZA |
| Cargo: | 126/B/02 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 30 H- EDUCACAO |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04/12/2023 | 03/01/2024 | 30 | 4 | FR | 15/01/2022 | 14/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1372 ELIEZER GOMES FERREIRA
Cargo: 176/B/02 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR 40H -

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 24/05/2022 | 23/05/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1398 MARCIO UMBELINO PEREIRA
Cargo: 176/B/02 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR 40H -

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/12/2022 | 02/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1403 MARIA JOSE NASCIMENTO DA COSTA
Cargo: 48/B/02 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 22/01/2023 | 21/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1404 RENATA BOMFIM LUCAS
Cargo: 48/B/02 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 24/12/2022 | 23/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1405 DAIANE TABORDA SILVA DE SOUZA
Cargo: 48/B/02 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 24/11/2022 | 23/11/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1406 CLEISE REGINA POLETTO DOS SANTOS
Cargo: 48/A/02 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 22/01/2023 | 21/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1438 FRANCIELE APARECIDA POMOCENE RIBEIRO
Cargo: 78/A/02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 07/12/2022 | 06/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1484 GENIVALDO RODRIGUES MALHEIROS
Cargo: 176/B/02 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR 40H -

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 24/12/2021 | 23/12/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1501 MIRIAM WILTTE ANTUNES HARTMANN
Cargo: 78/A/02 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 10/12/2022 | 09/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1511 SIMONE ALVES DE CASTRO
Cargo: 48/A/02 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/12/2022 | 03/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1512 CINEIDE DALLABRIDA POZZATO
Cargo: 197/A/01 - COORDENADOR PEDAGOGICO III 40H DE 301 A 500

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/12/2022 | 03/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1574 ARLEI ALVES DE JESUS
Cargo: 130/B/02 - GUARDA DE PATRIMONIO 40 H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/12/2022 | 03/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1602 DAVID PAGNO
Cargo: 163/A/01 - ENCARREGADO DE SETOR

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11/12/2023 | 10/01/2024 | 30 | 4 | FR | 04/01/2021 | 03/01/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1622 EDSON LUIZ BARBOSA
Cargo: 176/A/01 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR 40H -

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 27/12/2022 | 26/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1626 ARLEI ROBERTO ESCHER
Cargo: 176/A/01 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR 40H -

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 27/12/2022 | 26/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1654 VALDIRENE APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS
Cargo: 78/A/01 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 02/12/2021 | 01/12/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1655 DOMINGAS CONCEICAO COSTA
Cargo: 148/A/01 - COORDENADOR DO CRAS

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04/12/2023 | 03/01/2024 | 30 | 4 | FR | 02/12/2022 | 01/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1678 JAMERSON FERREIRA MENEZES
Cargo: 166/A/01 - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 27/12/2023 | 06/01/2024 | 10 | 4 | FR | 03/05/2022 | 02/05/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1771 ORIDES BARBIERI
Cargo: 161/A/01 - GERENTE DE DIVISAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15/12/2023 | 14/01/2024 | 30 | 4 | FR | 12/12/2022 | 11/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1777 ADRIANA APARECIDA DA SILVA
Cargo: 160/A/01 - COORDENADOR DE DEPARTAMENTO II

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 02/12/2022 | 01/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1780 MARCILENE RODRIGUES PADILHA
Cargo: 161/A/01 - GERENTE DE DIVISAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 30/12/2023 | 12 | 4 | FR | 02/12/2022 | 01/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1811 ROSILENE DA CONCEICAO SOARES CONCEIÇÃO SO SOARES
Cargo: 163/A/01 - ENCARREGADO DE SETOR

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 21/12/2023 | 20 | 4 | FR | 03/12/2022 | 02/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1814 LETICIA RODRIGUES DE SOUSA
Cargo: 76/A/01 - AUXILIAR DE SAUDE BUCAL 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20/12/2023 | 19/01/2024 | 30 | 4 | FR | 09/03/2022 | 08/03/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1815 ESTER SANTOS DE FREITAS OLIVEIRA
Cargo: 1/A/01 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 09/12/2022 | 08/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1816 KATIELLE ALVES ANDRADE
Cargo: 48/A/01 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 24/12/2023 | 23 | 4 | FR | 14/06/2023 | 13/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1830 ALEXANDRE JORGE MARQUES BORGES
Cargo: 165/A/01 - PROCURADOR MUNICIPAL 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20/12/2023 | 19/01/2024 | 30 | 4 | FR | 03/12/2022 | 04/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1862 LUIZA KAROLINNE ALVES MOTTA

Cargo: 160/A/01 - COORDENADOR DE DEPARTAMENTO II

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15/12/2023 | 07/01/2024 | 23 | 4 | FR | 25/08/2022 | 24/08/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1876 SABRINA EICHELT SCHWEIG

Cargo: 200/A/01 - DIRETOR ESCOLAR II 40H DE 151 A 300 ALUNOS

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 16/01/2023 | 15/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1877 ANA LUCIA DOS SANTOS GLORIA

Cargo: 199/A/01 - DIRETOR ESCOLAR I 40H ATE 150 ALUNOS

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 16/01/2023 | 15/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1879 JOAQUIM PEDRO DA GLORIA

Cargo: 160/A/01 - COORDENADOR DE DEPARTAMENTO II

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 16/01/2023 | 15/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1883 GABRIEL PEREIRA DE ARAUJO

Cargo: 79/A/01 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11/12/2023 | 10/01/2024 | 30 | 4 | FR | 01/02/2023 | 01/02/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1884 GERSON SIOLIN FILHO

Cargo: 79/A/01 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11/12/2023 | 05/01/2024 | 25 | 4 | FR | 01/02/2023 | 30/11/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1930 JULIANA OLIVEIRA DORR

Cargo: 206/A/01 - ENCARREGADO DE SETOR - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 24/12/2023 | 23 | 4 | FR | 01/03/2023 | 02/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1933 LEONILDA FERNANDES FARIAS

Cargo: 136/A/01 - ORIENTADOR EDUCACIONAL 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 21/12/2023 | 20 | 4 | FR | 03/04/2023 | 02/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1994 TATIANE OLIVEIRA DE LIMA

Cargo: 206/A/01 - ENCARREGADO DE SETOR - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 09/12/2023 | 8 | 4 | FR | 02/10/2023 | 03/12/2023 | FERIAS |

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 01 de dezembro de 2023.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de dezembro de 2023.

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2023*

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 317/2023**

**RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 317/2023**

Fica retificado a publicação da Portaria N° 317/2023, divulgada na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XIX| N° 4.393, na data de 04 de janeiro de 2024, página 245.

**ONDE SE-LÊ:**

Art. 1º Exonerar a servidora LEDIANE SANTIAGO DE MELLO, matricula 1907, ocupante do cargo contratado de Nutricionista 40h, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá-MT.

**LEIA-SÊ:**

Art. 1º Conceder Licença Maternidade a servidora LEDIANE SANTIAGO DE MELLO, matricula 1907, ocupante do cargo contratada de Nutricionista 40h, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá-MT, pelo período de 120 dias, com início em 04/12/2023 até 01/04/2024.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**CONTABILIDADE**
**DECRETO 008/2024 - - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**Estado de Mato Grosso**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ: 07.209.225/0001-00
Gestão 2021/2024

**D E C R E T O N.° 008/2024**

**"Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2024 e dá outras providências."**

**EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o que consta no artigo 8° da Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000;

**D E C R E T A:**

**Art. 1.°** Ficam estabelecidos para o exercício de 2024 a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, conforme anexos deste Decreto.

**Art. 2.°** Na utilização dos recursos arrecadados, o pagamento de despesas de caráter obrigatório terá prioridade em relação às despesas de caráter discricionário, respeitadas as vinculações constitucionais e legais existentes.

**§ 1°** Os órgãos da administração indireta definirão seus cronogramas de pagamento, respeitada a programação das transferências financeiras, se existentes, eventualmente a cargo da Prefeitura.

**§ 2°** O repasse de recursos financeiros do Executivo ao Legislativo dar-se-á em duodécimos até o dia 20 (vinte) do mês correspondente.

**Art. 3.°** A verificação do cumprimento da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso será feita pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e se dará mensalmente por Órgão e, se verificado o desequilíbrio fiscal, o mesmo deverá ser reconduzido pelo Órgão que lhe der causa no mês seguinte ao limite estabelecido por este Decreto.

**Parágrafo Único** – A não recondução no mês seguinte aos limites estabelecidos por este Decreto acarretará ao Órgão que lhe der



Avenida Santa Catarina, 314 - fone/fax: (66) 3578-2500 - CEP: 78.579.000 - Itanhangá - Mato Grosso.
www.itanhanga.mt.gov.br e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br

**Estado de Mato Grosso**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ: 07.209.225/0001-00
Gestão 2021/2024

causa a limitação de empenhos e movimentação financeira, conforme previsto no art. 9° da Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 4°** As normas e princípios estabelecidos neste Decreto aplicam-se aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que couber.

**Art. 5°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2024.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Itanhangá, em 09 de janeiro de 2024.

**EDU LAUDI PASCOSKI**
Prefeito Municipal



Avenida Santa Catarina, 314 - fone/fax: (66) 3578-2500 - CEP: 78.579.000 - Itanhangá - Mato Grosso.
www.itanhanga.mt.gov.br e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br

**MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT**
**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
**2024**
**ANEXO I**

| Descrição | Orçamento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA** | **7.595.270,00** | **269.276,10** | **361.686,43** | **816.697,42** | **1.314.868,56** | **679.234,70** | **727.880,91** | **477.800,41** | **540.074,37** | **562.009,79** | **657.931,22** | **465.743,40** | **722.066,69** | **7.595.270,00** |
| Contribuição de Melhoria | 214.100,00 | 2.420,61 | 4.765,65 | 3.907,75 | 3.176,60 | 10.332,89 | 36.505,98 | 26.749,65 | 13.670,93 | 33.295,98 | 26.877,69 | 24.846,52 | 27.549,75 | 214.100,00 |
| Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 1.928.020,00 | 38.843,82 | 131.001,25 | 341.668,28 | 778.492,06 | 234.584,12 | 109.276,32 | 56.435,07 | 67.771,83 | 45.584,18 | 36.507,06 | 30.474,28 | 57.381,73 | 1.928.020,00 |
| Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - IRRF | 1.280.000,00 | 27.794,94 | 51.261,48 | 77.434,30 | 75.621,65 | 96.486,57 | 148.426,82 | 71.864,69 | 63.864,60 | 119.490,33 | 140.413,75 | 75.731,93 | 331.608,94 | 1.280.000,00 |
| Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | 1.822.100,00 | 125.752,23 | 63.135,77 | 61.658,04 | 101.254,10 | 88.643,34 | 144.406,89 | 156.811,75 | 248.443,34 | 227.042,77 | 228.048,57 | 189.551,24 | 187.351,96 | 1.822.100,00 |
| Imposto Sobre Transmissão ""Inter Vivos"" de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis - ITBI | 1.614.600,00 | 26.395,48 | 27.490,18 | 224.752,32 | 263.320,27 | 192.197,14 | 233.362,98 | 106.159,95 | 87.228,77 | 89.970,36 | 183.291,01 | 105.355,88 | 75.075,66 | 1.614.600,00 |
| Taxas Ambiental | | | | | | | | | | | | | | - |
| Taxas de Fiscalização | 331.550,00 | 26.061,49 | 57.834,26 | 70.571,74 | 56.441,41 | 19.448,72 | 16.695,86 | 21.768,91 | 17.484,95 | 15.313,63 | 12.272,99 | 9.723,37 | 7.932,67 | 331.550,00 |
| Taxas de Prestação de Serviço | 404.900,00 | 22.007,53 | 26.197,84 | 36.704,99 | 36.562,47 | 37.541,92 | 39.206,06 | 38.010,39 | 41.609,95 | 31.312,54 | 30.520,15 | 30.060,18 | 35.165,98 | 404.900,00 |
| **1.2 CONTRIBUIÇÕES** | **250.000,00** | **15.654,50** | **29.870,50** | **13.380,50** | **19.419,50** | **29.604,00** | **20.192,25** | **19.792,25** | **27.264,50** | **18.944,25** | **14.843,25** | **20.915,00** | **20.119,50** | **250.000,00** |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Publica - COSIP | 250.000,00 | 15.654,50 | 29.870,50 | 13.380,50 | 19.419,50 | 29.604,00 | 20.192,25 | 19.792,25 | 27.264,50 | 18.944,25 | 14.843,25 | 20.915,00 | 20.119,50 | 250.000,00 |
| **1.3 RECEITA PATRIMONIAL** | **373.000,00** | **25.264,41** | **23.839,55** | **31.554,31** | **25.170,04** | **34.922,13** | **31.790,04** | **34.041,47** | **34.790,83** | **32.238,39** | **31.855,69** | **32.419,67** | **35.113,47** | **373.000,00** |
| Rendimento de Aplicação Financeira | 373.000,00 | 25.264,41 | 23.839,55 | 31.554,31 | 25.170,04 | 34.922,13 | 31.790,04 | 34.041,47 | 34.790,83 | 32.238,39 | 31.855,69 | 32.419,67 | 35.113,47 | 373.000,00 |
| **1.6 RECEITA DE SERVIÇOS** | **1.110.000,00** | **65.315,56** | **81.026,13** | **94.942,82** | **81.517,21** | **82.998,27** | **93.174,73** | **91.096,87** | **114.631,21** | **100.010,17** | **109.786,64** | **107.593,14** | **87.907,25** | **1.110.000,00** |
| Receita de Serviços | 1.110.000,00 | 65.315,56 | 81.026,13 | 94.942,82 | 81.517,21 | 82.998,27 | 93.174,73 | 91.096,87 | 114.631,21 | 100.010,17 | 109.786,64 | 107.593,14 | 87.907,25 | 1.110.000,00 |
| **1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | **40.321.630,00** | **2.747.641,02** | **2.944.150,51** | **2.953.423,48** | **2.797.482,59** | **3.409.413,79** | **3.465.165,86** | **4.061.154,31** | **3.249.919,46** | **3.262.896,48** | **3.628.155,73** | **3.274.629,23** | **4.527.597,54** | **40.321.630,00** |
| Transferências de Estados destinadas à Assistência Social | 28.750,00 | - | - | 4.672,31 | 9.702,67 | - | - | 4.672,31 | 9.702,71 | - | - | - | | 28.750,00 |
| Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo | 12.000,00 | 785,81 | 827,40 | 824,56 | 774,74 | 1.184,00 | 1.006,09 | 492,01 | 621,46 | 1.519,62 | 978,17 | 1.619,70 | 1.366,44 | 12.000,00 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 35.000,00 | 8.266,86 | - | - | 8.761,90 | - | - | 8.316,53 | - | - | 9.654,71 | - | - | 35.000,00 |
| COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 240.000,00 | 14.137,92 | 15.435,84 | 19.727,04 | 19.898,40 | 23.692,32 | 22.465,92 | 23.618,40 | 23.082,96 | 25.692,72 | 25.227,12 | 27.021,36 | - | 240.000,00 |
| Fundo Nacional De Assistência Social - FNAS | 176.500,00 | 1.360,11 | 9.544,06 | 33.169,82 | 20.083,58 | 15.747,15 | 10.991,89 | 24.448,07 | 9.783,75 | 10.858,81 | 12.220,33 | 4.814,04 | 23.478,39 | 176.500,00 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | 265.100,00 | - | 29.044,36 | 26.199,57 | 26.199,57 | 26.303,22 | 26.225,28 | 26.225,28 | 26.225,28 | 26.225,28 | 26.225,28 | 20.293,67 | 5.933,21 | 265.100,00 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE | 80.000,00 | - | - | 9.267,92 | 6.643,52 | 12.231,04 | 2.009,52 | 4.353,44 | 6.697,28 | 6.558,88 | 4.658,00 | 4.658,00 | 22.922,40 | 80.000,00 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Salário Educação | 340.000,00 | 37.239,86 | 27.901,76 | 25.226,64 | 25.540,80 | 25.854,62 | 26.295,60 | 28.013,62 | 27.459,42 | 27.204,42 | 28.698,38 | 30.746,88 | 29.818,00 | 340.000,00 |

ForGov

**MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ - MT**
**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
**2024**
**ANEXO I**

| Descrição | Orçamento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | 10.240.000,00 | 860.334,08 | 1.165.598,72 | 729.139,20 | 823.500,80 | 935.475,20 | 856.033,28 | 695.080,96 | 815.667,20 | 710.696,96 | 733.296,64 | 907.284,48 | 1.007.892,48 | 10.240.000,00 |
| Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM 1% | 1.500.000,00 | - | - | - | - | - | - | 677.053,50 | - | 63.613,50 | - | 43.243,50 | 716.089,50 | 1.500.000,00 |
| Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 9.000.000,00 | 669.114,00 | 663.309,00 | 690.804,00 | 638.208,00 | 835.560,00 | 750.159,00 | 715.833,00 | 785.304,00 | 742.860,00 | 861.156,00 | 796.140,00 | 851.553,00 | 9.000.000,00 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 11.200.000,00 | 848.926,40 | 749.392,00 | 921.748,80 | 773.124,80 | 946.019,20 | 924.604,80 | 947.912,00 | 1.035.249,60 | 1.004.673,60 | 1.071.728,00 | 1.014.910,40 | 961.710,40 | 11.200.000,00 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 63.000,00 | 6.051,97 | 4.678,00 | 3.802,49 | 6.777,48 | 4.514,58 | 4.966,35 | 5.307,62 | 4.149,31 | 5.507,21 | 6.404,01 | 5.200,97 | 5.640,01 | 63.000,00 |
| Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA | 1.144.000,00 | 57.173,69 | 39.022,98 | 126.494,37 | 118.307,90 | 241.504,12 | 145.305,16 | 112.031,92 | 91.452,50 | 61.245,18 | 55.902,70 | 47.931,31 | 47.628,17 | 1.144.000,00 |
| Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR | 644.000,00 | 37.156,87 | 6.823,18 | 5.220,91 | 10.603,46 | 15.186,16 | 22.467,87 | 16.206,90 | 5.967,95 | 36.681,60 | 421.176,00 | 30.747,78 | 35.761,32 | 644.000,00 |
| Perdas ICMS | 350.000,00 | - | - | - | - | - | - | 11.006,45 | 11.111,10 | 11.187,75 | 11.273,85 | 11.367,30 | 294.053,55 | 350.000,00 |
| LC 176/2020 | 420.000,00 | - | - | - | - | - | - | 244.999,86 | 34.999,86 | 34.999,86 | 34.999,86 | 34.999,86 | 35.000,70 | 420.000,00 |
| Outras Transferências | 50.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | 4.015,20 | - | - | 1.791,20 | 44.193,60 | 50.000,00 |
| Saúde Estado | 481.000,00 | 2.247,23 | 12.517,06 | 80.826,76 | 19.981,70 | 16.586,32 | 192.911,30 | 18.245,29 | 39.479,04 | 18.518,98 | 22.710,90 | 15.409,80 | 41.565,62 | 481.000,00 |
| SUS Assist. Farmacêutica | 42.000,00 | 3.323,42 | 3.323,42 | 3.323,42 | 3.323,42 | 3.323,42 | 3.858,83 | 3.858,83 | 3.323,42 | 2.215,63 | 4.431,25 | 3.323,42 | 4.371,52 | 42.000,00 |
| SUS Atenção Especializada | 78.000,00 | 6.308,17 | 8.881,63 | 6.308,17 | 6.308,17 | 6.304,43 | 6.304,43 | 6.304,43 | 6.304,43 | 6.304,43 | 6.304,43 | 6.183,61 | 6.183,67 | 78.000,00 |
| SUS Atenção Primária | 1.639.800,00 | 75.040,53 | 76.145,75 | 75.327,49 | 74.965,10 | 75.070,04 | 328.325,68 | 307.250,97 | 82.103,15 | 244.054,71 | 95.454,40 | 89.911,87 | 116.150,31 | 1.639.800,00 |
| SUS Vigilância Sanitária | 122.480,00 | 4.571,69 | 9.082,99 | 10.390,22 | 8.582,54 | 9.654,73 | 8.964,68 | 10.643,39 | 11.814,79 | 11.249,18 | 16.300,86 | 9.378,05 | 11.846,88 | 122.480,00 |
| Transf. Estado | 2.170.000,00 | 115.602,41 | 122.622,36 | 180.949,79 | 196.194,04 | 215.203,24 | 132.270,18 | 169.279,53 | 215.405,05 | 211.028,16 | 179.354,84 | 167.652,03 | 264.438,37 | 2.170.000,00 |
| **1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES** | **60.100,00** | **950,04** | **4.131,83** | **2.756,54** | **25.359,62** | **5.967,26** | **2.385,17** | **3.030,33** | **2.212,07** | **2.651,80** | **3.353,71** | **3.927,61** | **3.374,02** | **60.100,00** |
| Indenizações | | | | | | | | | | | | | | - |
| Multas | 9.000,00 | 366,44 | 255,11 | 371,87 | 385,40 | 630,31 | 645,57 | 884,33 | 1.010,09 | 1.333,42 | 1.937,74 | 568,02 | 611,70 | 9.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 30.000,00 | - | 512,07 | 654,24 | 23.913,42 | 3.539,61 | 493,56 | 143,10 | 251,61 | 55,38 | 55,38 | 236,01 | 145,62 | 30.000,00 |
| Restituições | 21.100,00 | 583,60 | 3.364,65 | 1.730,43 | 1.060,80 | 1.797,34 | 1.246,04 | 2.002,90 | 950,37 | 1.263,00 | 1.360,59 | 3.123,58 | 2.616,70 | 21.100,00 |
| **2.2 ALIENAÇÃO DE BENS** | **140.000,00** | **3.088,68** | **5.219,34** | **5.736,36** | **9.803,92** | **27.595,12** | **58.775,50** | **4.040,96** | **6.349,14** | **6.331,36** | **4.144,84** | **4.433,80** | **4.480,98** | **140.000,00** |
| Alienação de Bens | 140.000,00 | 3.088,68 | 5.219,34 | 5.736,36 | 9.803,92 | 27.595,12 | 58.775,50 | 4.040,96 | 6.349,14 | 6.331,36 | 4.144,84 | 4.433,80 | 4.480,98 | 140.000,00 |
| **2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transf. Convênio Educação | | | | | | | | | | | | | | - |
| Transf. Convênio Saúde | | | | | | | | | | | | | | - |
| Outros Convênios | | | | | | | | | | | | | | - |
| **TOTAL GERAL** | **49.850.000,00** | **3.127.190,31** | **3.449.924,29** | **3.918.491,43** | **4.273.621,44** | **4.269.735,27** | **4.399.364,46** | **4.690.956,60** | **3.975.241,58** | **3.985.082,24** | **4.450.071,08** | **3.909.661,85** | **5.400.659,45** | **49.850.000,00** |

MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT
CRONOGRAMA DESEMBOLSO
2024
ANEXO II

| Orgão | Orçamento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 CAMARA MUNICIPAL | 2.450.000,00 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 204.166,67 | 2.450.000,00 |
| 02 GABINETE DO PREFEITO | 1.202.800,00 | 40.423,70 | 88.987,96 | 99.576,20 | 92.381,05 | 101.373,19 | 95.129,45 | 104.742,23 | 82.777,90 | 115.290,79 | 94.852,81 | 105.475,94 | 181.788,78 | 1.202.800,00 |
| 03 SEC. FINANÇAS E PLANEJAMENTO | 2.343.450,00 | 70.399,58 | 174.788,56 | 182.533,66 | 179.578,57 | 207.477,35 | 203.994,98 | 186.794,06 | 166.506,81 | 201.210,96 | 203.648,15 | 238.207,01 | 328.310,31 | 2.343.450,00 |
| 04 SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA | 16.021.700,00 | 356.162,39 | 847.211,47 | 1.181.071,66 | 1.275.135,06 | 1.147.698,46 | 1.277.201,86 | 1.353.689,45 | 1.165.258,24 | 1.420.900,49 | 1.310.014,30 | 1.628.541,72 | 3.058.814,90 | 16.021.700,00 |
| 05 SEC. SAODE | 11.409.693,00 | 503.692,31 | 789.584,98 | 1.026.336,11 | 1.103.431,41 | 884.570,68 | 869.817,95 | 809.620,41 | 806.870,67 | 1.089.157,88 | 930.528,92 | 1.035.247,08 | 1.560.834,60 | 11.409.693,00 |
| 06 SEC. AGRIC. INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE | 1.240.500,00 | 14.667,67 | 24.403,12 | 49.301,19 | 67.312,01 | 370.316,54 | 53.145,50 | 79.148,86 | 253.823,67 | 54.085,80 | 95.661,16 | 61.234,80 | 117.399,68 | 1.240.500,00 |
| 07 SEC. ADMINISTRAÇAO | 3.179.800,00 | 92.646,65 | 196.775,56 | 218.092,94 | 238.071,63 | 276.458,17 | 256.994,62 | 367.098,37 | 260.148,98 | 245.696,79 | 262.587,88 | 249.264,52 | 515.963,89 | 3.179.800,00 |
| 08 SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO | 1.512.213,00 | 52.659,81 | 114.406,47 | 160.231,10 | 120.088,82 | 120.483,53 | 115.998,37 | 124.979,29 | 97.505,39 | 128.105,59 | 124.451,18 | 136.886,76 | 216.416,69 | 1.512.213,00 |
| 09 SEC. TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO | 9.978.844,00 | 189.268,73 | 337.564,33 | 574.771,44 | 882.089,89 | 894.523,53 | 1.585.069,52 | 1.018.161,41 | 913.193,95 | 943.080,59 | 1.176.665,37 | 589.600,00 | 874.855,24 | 9.978.844,00 |
| 10 SEC. ESPORTES LAZER E TURISMO | 411.000,00 | 7.031,80 | 19.698,00 | 29.344,58 | 27.668,11 | 26.937,35 | 40.485,97 | 37.678,01 | 47.701,48 | 26.016,30 | 29.120,58 | 45.675,25 | 73.642,57 | 411.000,00 |
| 99 RESERVA DE CONTINGENCIA | 100.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 100.000,00 | 100.000,00 |
| **Total Geral** | **49.850.000,00** | **1.531.119,31** | **2.797.587,12** | **3.725.425,55** | **4.189.923,22** | **4.234.005,47** | **4.702.004,89** | **4.286.078,76** | **3.997.953,76** | **4.427.711,86** | **4.431.697,02** | **4.294.299,75** | **7.232.193,33** | **49.850.000,00** |

ForGov

Pág. 1 de 1

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 326/2023**

**PORTARIA N°326/2023**

SÚMULA: “Concede férias aos servidores que menciona e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos Art. 80 da Lei Complementar Municipal 119/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, suas férias conforme seguem:

| Funcionário: 1179 | MARILENE RODRIGUES PADILHA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cargo: | 78/A/03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | |
| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 04/12/2022 | 03/12/2023 | FERIAS |
| Funcionário: 1190 | LUCIMARA DANIEL DA SILVA | | | | | | |
| Cargo: | 78/A/03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | |
| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 01/06/2022 | 31/05/2023 | FERIAS |
| Funcionário: 1191 | JEFERSON DA SILVA SANTOS | | | | | | |
| Cargo: | 36/A/01 - SECRETARIO TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | |
| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 27/07/2022 | 26/07/2023 | FERIAS |
| Funcionário: 1192 | GIOVANE PORSCH | | | | | | |
| Cargo: | 130/D/03 - GUARDA DE PATRIMONIO 40 H - EDUCACAO | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | |
| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1193 EDINEI CAMINSKI
Cargo: 182/C/03 - OPERADOR DE MAQUINAS II 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 01/08/2022 | 31/07/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1194 DORIVAL GOMES DE SOUZA
Cargo: 170/A/01 - ASSESSOR TECNICO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1197 SEBASTIANA DA COSTA HOSCHER BARALDI
Cargo: 48/B/03 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1198 SONIA MARIA AUGUSTO DA SILVA FIGUEIREDO
Cargo: 48/B/03 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2022 | 02/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1200 VALDINEIA RODRIGUES DE LIMA GOMES DE SOUZA
Cargo: 124/C/03 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1206 ALTAIR COLOMBO
Cargo: 17/C/03 - MOTORISTA DE CAMINHAO I 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 08/08/2021 | 07/08/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1207 MARILENE SCHEWE
Cargo: 48/B/03 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1211 MARCILENE FERNANDES DOS SANTOS
Cargo: 126/C/03 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 30 H- EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 25/12/2023 | 24 | 4 | FR | 04/01/2023 | 03/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1219 VANESSA DE LIMA
Cargo: 1/A/03 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 15/08/2022 | 14/08/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1224 NEUSSANIA SILVA DE OLIVEIRA
Cargo: 130/C/03 - GUARDA DE PATRIMONIO 40 H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/01/2023 | 03/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1227 RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ
Cargo: 29/B/03 - ENFERMEIRO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26/12/2023 | 10/01/2024 | 15 | 4 | FR | 16/08/2021 | 15/08/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1230 ANA PAULA OLIVEIRA NUNES

Cargo: 159/A/01 - COORDENADOR DE DEPARTAMENTO I

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13/12/2023 | 23/12/2023 | 10 | 4 | FR | 18/08/2022 | 17/08/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1234 CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE GODINHO

Cargo: 101/B/02 - FARMACEUTICO 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11/12/2023 | 10/01/2024 | 30 | 4 | FR | 26/12/2022 | 25/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1238 ROSELI MARIA HELLMANN ZUCONELLI

Cargo: 126/C/03 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 30 H- EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1244 EDILAINE ALVES DA SILVA

Cargo: 114/B/03 - RECEPCIONISTA 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 23/09/2022 | 22/09/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1250 SONIA LUIZA BINOTTO

Cargo: 26/B/03 - TECNICO EM ENFERMAGEM

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11/12/2023 | 10/01/2024 | 30 | 4 | FR | 11/10/2022 | 10/10/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1252 IZOLETE ZARISTA

Cargo: 1/A/02 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 25/12/2023 | 24 | 4 | FR | 17/10/2022 | 16/10/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1254 KEYDIANE LIMA DE OLIVEIRA

Cargo: 78/A/03 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 03/11/2022 | 02/11/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1331 THAMIRES FALCAO DA SILVA

Cargo: 124/B/02 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 15/01/2023 | 14/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1332 MARIA SUELY SALDANHA LIMA

Cargo: 48/B/02 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 15/01/2023 | 14/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1333 NEIDE DA SILVA DE OLIVEIRA

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 183/2023**

SÚMULA: “Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 119/2022 e,

CONSIDERANDO Lei Complementar Municipal 088/2017 que institui e regulamenta a jornada de trabalho em turno ininterrupto de revezamento de 12 (doze) horas de labor, por 36 (trinta e seis) horas de descanso no âmbito do Município De Itanhangá, e dá outras providências,

CONSIDERANDO Decreto Municipal 061/2022 que regulamenta os Incisos III e IV do Artigo 56 da Lei Complementar Municipal 119/2022, que trata dos Plantões e Deslocamentos dos Servidores Públicos do Município de Itanhangá – MT;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 147/2022 que estabelece os critérios para o registro do ponto eletrônico e atestados médicos dos servidores públicos da administração municipal;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 056/2020 que aprova a Instrução Normativa Nº 003/2020, a qual dispõe sobre os procedimentos mínimos a serem cumpridos pela Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao Sistema do Transporte de Pacientes - STP - eletivos, urgência e emergência;

CONSIDERANDO Oficio Nº096/SMS/PMI/2023 e Memorando Nº 164/SMS/PMI/2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde para o mês de novembro de 2023, conforme segue.

| ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA PROFISSIONAL | HORÁRIO | DOMINGO | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO |
| MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | *** |
| MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL | 07:00-11:00 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | *** |
| ENFERMEIRO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | *** |
| TÉCNICA ENFERMAGEM | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | *** |
| TÉCNICA ENFERMAGEM | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | *** |
| TÉCNICO (A) ENFERMAGEM SALA DE VACINA | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | *** |
| ODONTÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | *** |
| AUXILIAR ODONTOLOGICO | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | *** |
| PSICÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | *** |
| FARMACÊUTICO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | *** |
| FARMACÊUTICO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | *** |
| RECEPCIONISTA | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | *** |
| NUTRICIONISTA 20H | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | *** | LEDIANE SANTIAGO DE MELLO CRN: 13735 | *** | LEDIANE SANTIAGO DE MELLO CRN: 13735 | *** | *** |

| ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA PROFISSIONAL | HORÁRIO | DOMINGO | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO |
| MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | *** |
| ENFERMEIRO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | *** |
| PSICÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 (atendimento Agrovila Simione - período integral) | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 | *** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | (atendimento Agrovila Monte Alto - período vespertino) | | |
| TÉCNICO ENFERMAGEM | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | *** |
| ODONTÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874 | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874(atendimento Agrovila Simione - período integral) | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874(atendimento Agrovila Monte Alto - período matutino) | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874 | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874 | *** |
| AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA (atendimento Agrovila Simione - período integral) | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA(atendimento Agrovila Monte Alto - período matutino) | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA | *** |
| RECEPCIONISTA | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | *** |

| **ATENDIMENTO UNIDADES RURAIS – SIMIONE E MONTE ALTO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA PROFISSIONAL | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 31 |
| ENFERMEIRO(A) Celia Ferreira da Silva Souza COREN 492893 | SIMIONE | FERIADO | SIMIONE | | | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | | | SIMIONE | SIMIONE | FERIADO | SIMIONE | SIMIONE | | | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | | | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE |
| PSICOLOGO(A) Cristina Aparecida dos Reis CRP-18/04703 | | FERIADO | | | | | SIMIONE | | M. ALTO | | | | | SIMIONE | FERIADO | M. ALTO | | | | | SIMIONE | | M. ALTO | | | | | SIMIONE | | M. ALTO |
| ODONTOLOGO(A) JULIANA CARVALHO DOS SANTO | M. ALTO | FERIADO | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | | SIMIONE | FERIADO | | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | | SIMIONE | M. ALTO | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SPE-REIRACRO/MT7874 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| AU-XI-LI-AR DE CON-SUL-TO-RIO DE N-TA-RIO Le-ticia Ro-dri-gues de Sou-sa | M. AL-TO | FE-RI-A-DO | | | | | SI-MI-O-NE | M. AL-TO | | | | | | SI-MI-O-NE | FE-RI-A-DO | | | | | | SI-MI-O-NE | M. AL-TO | | | | | | SI-MI-O-NE | M. AL-TO | |

**Odontóloga e auxiliar atende na Agrovila Monte Alto no período matutino, e na Agrovila Simione no período integral;*

**Psicóloga atende na Agrovila Monte Alto no período vespertino, e na Agrovila Simione no período integral;*

**Enfermeira atende horário 06:00 horas corridas, nas quartas-feiras, devido a atendimento médico na Agrovila Simione.*

| ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE CENTRO INTEGRADO DE SÁUDE – CIS | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DIA | MÉDICO (A) CIS 07:00H–11:00H 13:00H–17:00H | ENFERMEIRO(A) 12/36 NOTURNO 18:00H–06:00H | ENFERMEIRO(A) 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H | TÉCNICO (A) EM ENFERMA-GEM 12/36 NO-TURNO 18:00H-06:00H | TÉCNICO (A) EM ENFERMA-GEM 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H | PLANTÃO PRESENCIAL 16 HORAS **11:00H-13:0H 17:00H-07:00H** | PLANTÃO PRESENCIAL 24 HORAS 07:00H-07:00H | ESCALA PLANTÃO SOBRE AVI-SO |
| 01 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGRO-VILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (07:00-11:00 13:00-17:00) | TALINE LOPES OSS EMER CO-REN/MT 562.322 | MARAISA FER-NANDA BENTO SOUZA COREN/MT 591. 0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – CO-REN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/ MT MARIA APA-RECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | BRUNA AN-DRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 02 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – CO-REN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁ-RIO DIPERRO – COREN/MT 358. 394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ROZELI SALE-TE TODESCA-TO Coren 1334944/MT | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | BRUNA AN-DRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |
| 03 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGRO-VILA MONTE ALTO - PE-RIODO MATUTINO BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (07:00-11:00 13:00-17:00) | TALINE LOPES OSS EMER CO-REN/MT 562.322 | MARAISA FER-NANDA BENTO SOUZA COREN/MT 591. 0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – CO-REN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/ MT MARIA APA-RECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | VICTOR COS-TA HORBI-LON CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUI-MARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 04 | *** | CIBELE ROSA GOMES – CO-REN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁ-RIO DIPERRO – COREN/MT 358. 394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ROZELI SALE-TE TODESCA-TO Coren 1334944/MT | *** | ISRAEL GUI-MARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | VICTOR COS-TA HORBI-LON CRM/MT 11734 |
| 05 | *** | TALINE LOPES OSS EMER CO-REN/MT 562.322 | MARAISA FER-NANDA BENTO SOUZA COREN/MT 591. 0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – CO-REN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/ MT MARIA APA-RECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | *** | VICTOR COS-TA HORBILON CRM/MT 11734 | ISRAEL GUI-MARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 07 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |
| 08 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 |
| 09 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 10 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 11 | *** | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 12 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 13 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |
| 14 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 |
| 15 | Proclamação da República – feriado Nacional | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Coren 1760874/MT | | | |
| 16 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 17 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |
| 18 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 |
| 19 | *** | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |
| 20 | *CONSCIÊNCIA NEGRA – FERIADO ESTADUAL* | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 |
| 21 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 22 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 23 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |
| 24 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 25 | *** | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA<br>COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | | | |
| 26 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO COREN/MT 424576/MT | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |
| 27 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 28 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 |
| 29 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (07:00-11:00 13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA COREN/MT 591.0055 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 30 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO COREN/MT 424576/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |

| ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE CENTRO INTEGRADO DE SÁUDE – CIS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| DIA | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO 24 HORAS) **07:00H-07:00H** | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (SOBRE AVISO 24 HORAS) **07:00H-07:00H** | RECEPCIONISTA 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H | GUARDA DE PATRIMÔNIO 12/36 NOTURNO 18:00H-06:00H | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H |
| 01 | ALEXANDRE CAMINSKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 02 | ANERSI NATALINO REK - ALBERTO LUIS KANIESKI | | NELCI MARQUES | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 03 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 04 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 05 | ALEXANDRE CAMINSKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 06 | ANERSI NATALINO REK - ALBERTO LUIS KANIESKI | | NELCI MARQUES | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 07 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 08 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 09 | ALEXANDRE CAMINSKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 10 | ANERSI NATALINO REK - ALBERTO LUIS KANIESKI | | NELCI MARQUES | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 11 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 12 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 13 | ALEXANDRE CAMINSKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 14 | ANERSI NATALINO REK - ALBERTO LUIS KANIESKI | | NELCI MARQUES | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 15 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 16 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 17 | ALEXANDRE CAMINSKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 18 | ANERSI NATALINO REK - ALBERTO LUIS KANIESKI | | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 19 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 20 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 21 | ALEXANDRE CAMINSKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 22 | ANERSI NATALINO REK - ALBERTO LUIS KANIESKI | | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 23 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 24 | JAQUES LUIZ WEBER | ALBERTO LUIS KANIESKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 25 | ALEXANDRE CAMINSKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 26 | ANERSI NATALINO REK | JAQUES LUIZ WEBER | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 27 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 28 | JAQUES LUIZ WEBER | ALBERTO LUIS KANIESKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 29 | ALBERTO LUIS KANIESKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 30 | ANERSI NATALINO REK | ALBERTO LUIS KANIESKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de novembro de 2023.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 11 de dezembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2023*

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

*Secretário de Finanças Planejamento*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 326/2023**

**PORTARIA N°326/2023**

SÚMULA: “Concede férias aos servidores que menciona e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos Art. 80 da Lei Complementar Municipal 119/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, suas férias conforme seguem:

| Funcionário: 216 | JOCILENE OLIVEIRA DA SILVA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cargo: | 200/A/01 - DIRETOR ESCOLAR II 40H DE 151 A 300 ALUNOS | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | |
| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |
| Funcionário: 218 | MARCIA REGINA GERENTE BECKER | | | | | | |
| Cargo: | 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | |
| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |
| Funcionário: 219 | MARIA ISABEL DOBRE | | | | | | |
| Cargo: | 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | |

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2022 | 12/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 220 PAULO SERGIO BARTH
Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 17/12/2022 | 16/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 224 DAISY ALVES JUY SELINGER
Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 225 CLEUSETE APARECIDA ULSENHEIMER
Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 228 EDNA SELINGER MARTIN
Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 229 MARCIA CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA
Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 231 MARLI OLDONI ZINI
Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 234 ANGELA NARCISA DE SA
Cargo: 124/C/05 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 19/12/2023 | 18 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 239 JACIR DE LARA
Cargo: 201/A/01 - DIRETOR ESCOLAR III 40H DE 301 A 500 ALUNOS

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 241 JANETE RIBEIRO
Cargo: 124/D/06 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 244 LEOCIR DALAZEN
Cargo: 129/C/06 - VIGIA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 247 TANIA MARIA PEREIRA DA SILVA
Cargo: 128/D/06 - ZELADORES 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 250 SILVIA APARECIDA GOMES
Cargo: 128/D/06 - ZELADORES 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2022 | 12/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 254 GENI ULIANA PEREIRA
Cargo: 14/A/06 - ZELADOR 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11/12/2023 | 10/01/2024 | 30 | 4 | FR | 13/01/2022 | 12/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 257 ANERSI NATALINO REK

Cargo: 16/D/06 - MOTORISTA DE AMBULANCIA 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13/12/2023 | 12/01/2024 | 30 | 4 | FR | 13/01/2021 | 12/01/2022 | FERIAS |

Funcionário: 265 VANDERLEI BARALDI

Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 13/01/2023 | 12/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 269 RAFAEL VARGAS NAUER

Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 01/01/2023 | 30/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 322 DEISE CRISTIANA DAVIES DA SILVA

Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 325 ROSELI FERREIRA DOS SANTOS

Cargo: 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2022 | 02/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 330 JOSE MALVINO LIMA

Cargo: 17/C/04 - MOTORISTA DE CAMINHAO I 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 19/12/2023 | 18/01/2024 | 30 | 4 | FR | 25/01/2022 | 24/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 331 ANTONIO JUARES DE AVILA

Cargo: 160/A/01 - COORDENADOR DE DEPARTAMENTO II

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 22/06/2022 | 21/06/2023 | FERIAS |

Funcionário: 361 ROSILEI APARECIDA MENDES SARAIVA

Cargo: 124/D/06 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 17/01/2023 | 16/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 362 INACIA JOSEFA DA SILVA

Cargo: 128/A/06 - ZELADORES 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 17/01/2023 | 17/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 372 IVONETE DA SILVA WOLFART

Cargo: 128/B/06 - ZELADORES 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 16/03/2022 | 15/03/2023 | FERIAS |

Funcionário: 429 CREUZA DOS SANTOS RODRIGUES

Cargo: 124/D/05 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 10/01/2023 | 09/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 463 INES DE FATIMA HENN

Cargo: 124/D/06 - MERENDEIRA 30H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 01/01/2023 | 31/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 510 WALTER LUIZ MARTIN

| Cargo: | 48/B/06 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H |
|---|---|

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 01/01/2023 | 31/12/2023 | FERIAS |

| Funcionário: 565 | JANETE JURIATTI MODESTI |
|---|---|
| Cargo: | 197/A/01 - COORDENADOR PEDAGOGICO III 40H DE 301 A 500 |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 23/12/2022 | 22/12/2023 | FERIAS |

| Funcionário: 858 | GILMARA PEREIRA SANTOS DE SOUZA |
|---|---|
| Cargo: | 48/B/05 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/01/2023 | 03/01/2024 | FERIAS |

| Funcionário: 859 | MINEIA VANESSA SANGIOVO |
|---|---|
| Cargo: | 48/B/05 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/01/2023 | 03/01/2024 | FERIAS |

| Funcionário: 860 | REGINA DUARTE |
|---|---|
| Cargo: | 135/A/01 - ASSESSOR PEDAGOGICO 40H |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/01/2023 | 03/01/2024 | FERIAS |

| Funcionário: 861 | ROSANE DE FATIMA BATTU DO CARMO GONCALVES |
|---|---|
| Cargo: | 48/B/05 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 30H |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/01/2023 | 03/01/2024 | FERIAS |

| Funcionário: 862 | SUSANA FONTANA |
|---|---|
| Cargo: | 135/A/01 - ASSESSOR PEDAGOGICO 40H |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 04/01/2023 | 03/01/2024 | FERIAS |

| Funcionário: 868 | ROSALY SOARES DOS SANTOS | |
|---|---|---|
| Cargo: | 26/A/04 - TECNICO EM ENFERMAGEM | 2.671,09 |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 22/12/2023 | 06/01/2024 | 15 | 4 | FR | 11/01/2021 | 10/01/2022 | FERIAS |

| Funcionário: 872 | SUELY RODRIGUES DE QUEIROZ | | |
|---|---|---|---|
| Cargo: | 28/B/05 - ASSISTENTE SOCIAL 30 H | Sal. Base: | 5.499,02 |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11/12/2023 | 10/01/2024 | 30 | 4 | FR | 20/10/2022 | 19/10/2023 | FERIAS |

| Funcionário: 875 | ADILSO DE CASTRO | | |
|---|---|---|---|
| Cargo: | 182/A/05 - OPERADOR DE MAQUINAS II 40H | Sal. Base: | 3.528,78 |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 18/11/2022 | 17/11/2023 | FERIAS |

| Funcionário: 949 | ELAINE CAMINSKI | | |
|---|---|---|---|
| Cargo: | 125/D/04 - MERENDEIRA 40 H EDUCACAO | Sal. Base: | 2.620,63 |

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 26/05/2022 | 25/05/2023 | FERIAS |

Funcionário: 964 VALDOMIRO FONTES
Cargo: 176/A/04 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR 40H -

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1021 ANDRE LUIZ KRUGER
Cargo: 85/B/04 - CONTROLADOR INTERNO 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 21/12/2023 | 20/01/2024 | 30 | 4 | FR | 14/08/2022 | 13/08/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1036 ELOIR JOSE SALVIAN
Cargo: 16/A/04 - MOTORISTA DE AMBULANCIA 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 22/12/2023 | 06/01/2024 | 15 | 4 | FR | 16/10/2021 | 15/10/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1038 SONIA BORGES
Cargo: 1/B/03 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 09/01/2023 | 08/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1097 ELENILDA VIANA DOS SANTOS
Cargo: 143/A/04 - MONITOR DE CRECHE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/01/2023 | 02/01/2024 | FERIAS |

Funcionário: 1103 ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO
Cargo: 26/A/04 - TECNICO EM ENFERMAGEM

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20/12/2023 | 04/01/2024 | 15 | 4 | FR | 04/03/2021 | 03/03/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1104 JANNYNE MARA ASSUNCAO MALHEIROS
Cargo: 20/A/04 - AGENTE ADMINISTRATIVO I 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 26/12/2023 | 13/01/2024 | 18 | 4 | FR | 04/03/2021 | 03/03/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1113 SOLANGE MARIA DA SILVA
Cargo: 127/A/04 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 40H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06/12/2023 | 05/01/2024 | 30 | 4 | FR | 03/01/2022 | 02/01/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1139 RAQUEL GARCIA BARBOSA GOMES DE SOUZA
Cargo: 142/A/04 - ATENDENTE DE BIBLIOTECA 40H - EDUCACAO

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 01/01/2023 | 31/12/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1154 MARLI DE FATIMA DA ROCHA
Cargo: 1/A/03 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01/12/2023 | 31/12/2023 | 30 | 4 | FR | 03/02/2021 | 02/02/2022 | FERIAS |

Funcionário: 1157 INES TEREZINHA GOSSLER
Cargo: 78/A/04 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 24/10/2022 | 23/10/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1159 ROMILDA GUEDES DE OLIVEIRA DE LIMA
Cargo: 78/A/04 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 24/10/2022 | 23/10/2023 | FERIAS |

Funcionário: 1162 LEONILDA MARIA KAMINSKI
Cargo: 78/A/04 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H

Afastamentos Gozados:

| Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 25/12/2022 | 24/12/2023 | FERIAS |
| Funcionário: 1164 | CRISTIANE AUREA DA SILVA COLINSQUE | | | | | | | |
| Cargo: 78/A/04 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE 40H | | | | | | | | |
| Afastamentos Gozados: | | | | | | | | |
| | Inicío | Retorno | Dias | Cód. | Tipo | Aquisitivo Inicial | Aquisitivo Final | Descrição |
| | 18/12/2023 | 17/01/2024 | 30 | 4 | FR | 24/10/2022 | 23/10/2023 | FERIAS |

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 318/2023**

**PORTARIA N°318/2023**

SÚMULA: “Nomeia servidor ao cargo em comissão que menciona e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 121/2022, em seu Art. 33.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. KEILLYANI COELHO DO NASCIMENTO**,** portadora do CPF nº. 072.***.***-93, ao cargo em comissão de Assessor de Gabinete, lotada na Secretaria Municipal de Administração do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 05 de dezembro de 2023.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 06 de dezembro de 2023.

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2023*

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

**Emerson Sabatine**

Secretário de Finanças e Planejamento

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**EXTRATO TERMO DE CANCELAMENTO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2023**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

**CONTRATADA: RONIVAN ROSSONI LTDA – EPP** – CNPJ: 19.909.006/0001-04.

**OBJETO:**“O presente Termo tem por objetivo o cancelamento total dos itens registrados na Ata de Registro de Preços n° 016/2023, em razão do requerimento da empresa devidamente justificado, justificando a impossibilidade de continuidade de fornecimento.”

**DATA DE ASSINATURA:** 09/01/2024.

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 308/2023**

**PORTARIA N°308/2023**

SÚMULA: “Concede Licença Maternidade a servidora que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 132, Inciso II da Lei Complementar Municipal 119/2022.

CONSIDERANDO o salário maternidade poderá ter início no período entre vinte e oito dias antes do parto ou na data de ocorrência deste.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade a servidora VANESSA GUILHERME DA COSTA, matricula 1691, contratada no cargo de Agente Comunitário de Saúde 40h, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá-MT, pelo período de 120 dias com início em 06/11/2023 até 04/03/2024.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 06 de novembro de 2023.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de dezembro de 2023.

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2023*

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 006/2024**

SÚMULA: “Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 119/2022 e,

CONSIDERANDO Lei Complementar Municipal 088/2017 que institui e regulamenta a jornada de trabalho em turno ininterrupto de revezamento de 12 (doze) horas de labor, por 36 (trinta e seis) horas de descanso no âmbito do Município De Itanhangá, e dá outras providências,

CONSIDERANDO Decreto Municipal 061/2022 que regulamenta os Incisos III e IV do Artigo 56 da Lei Complementar Municipal 119/2022, que trata dos Plantões e Deslocamentos dos Servidores Públicos do Município de Itanhangá – MT;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 147/2022 que estabelece os critérios para o registro do ponto eletrônico e atestados médicos dos servidores públicos da administração municipal;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 056/2020 que aprova a Instrução Normativa Nº 003/2020, a qual dispõe sobre os procedimentos mínimos a serem cumpridos pela Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao Sistema do Transporte de Pacientes - STP - eletivos, urgência e emergência;

CONSIDERANDO Oficio Nº104/SMS/PMI/2023 e Memorando Nº 173/SMS/PMI/2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde para o mês de DEZEMBRO de 2023, conforme segue.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I

| CATEGORIA PROFISSIONAL | HORÁRIO | DOMINGO | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | DIANA ROSA ALBARELLO CRM/MT 10107 | *** |
| MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL | 07:00-11:00 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | *** |
| ENFERMEIRO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ COREN/MT 410318 | *** |
| TÉCNICA ENFERMAGEM | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | ELIANE BRAGANHOLI COREN 1139528 | *** |
| TÉCNICA ENFERMAGEM | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | PAULA BLAN TENORIO – COREN/MT 1668580 | *** |
| TÉCNICO (A) ENFERMAGEM SALA DE VACINA | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | SONIA LUIZA BINOTTO COREN/MT 1156125 | *** |
| ODONTÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | TALIA FALCHETTI CRO/MT 8650 | *** |
| AUXILIAR ODONTOLOGICO | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | LEDIANE TAVARES HOFFMAN | *** |
| PSICÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | PAMELA REGINA DOS SANTOS REIS CRP: 05329 | *** |
| FARMACÊUTICO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | CAROLINE DE JESUS SILVA CRF: 551949 | *** |
| FARMACÊUTICO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE CRF: 5619 | *** |
| RECEPCIONISTA | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | BRUNA ALVES BRUISMA | *** |
| NUTRICIONISTA 20H | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | *** | LEDIANE SANTIAGO DE MELLO CRN: 13735 | *** | LEDIANE SANTIAGO DE MELLO CRN: 13735 | *** | *** |

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II

| CATEGORIA PROFISSIONAL | HORÁRIO | DOMINGO | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA | SÁBADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | *** |
| ENFERMEIRO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | ELAINE GABRIELA PEREIRA COREN: 445321 | *** |
| PSICÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 (atendimento Agrovila Simione - período integral) | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 (atendimento Agrovila Monte Alto - período vespertino) | CRISTINA APARECIDA DOS REIS CRP: 18/04703 | *** |
| TÉCNICO ENFERMAGEM | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | ROSALY S. DOS SANTOS SALVIAN COREN: 199285 | *** |
| ODONTÓLOGO (A) | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREI- | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874(atendimento Agro- | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874(atendimento Agrovi- | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREI- | JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREI- | *** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | RA CRO/MT 7874 | vila Simione - período integral) | la Monte Alto - período matutino) | RA CRO/MT 7874 | RA CRO/MT 7874 | |
| AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA (atendimento Agrovila Simione - período integral) | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA(atendimento Agrovila Monte Alto - período matutino) | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA | LETICIA RODRIGUES DE SOUSA | *** |
| RECEPCIONISTA | 07:00-11:00 13:00–17:00 | *** | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | RAQUEL CORDEIRO RODRIGUES | *** |

**ATENDIMENTO UNIDADES RURAIS – SIMIONE E MONTE ALTO**

| CATEGORIA PROFISSIONAL | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 31 | 31 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ENFERMEIRO(A) Celia Ferreira da Silva Souza COREN 492893 | SIMIONE | | | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | | | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | FERIADO | | | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | | | FERIADO | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | SIMIONE | | |
| PSICOLOGO(A) Cristina Aparecida dos Reis CRP-18/04703 | | | | | SIMIONE | | M. ALTO | | | | | SIMIONE | | M. ALTO | | | | | SIMIONE | | M. ALTO | | | | | SIMIONE | | M. ALTO | | | |
| ODONTOLOGO(A) JULIANA CARVALHO DOS SANTOS PEREIRA CRO/MT 7874 | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO Leticia Rodrigues de Sousa | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | | | SIMIONE | M. ALTO | | | | |

**Odontóloga e auxiliar atende na Agrovila Monte Alto no período matutino, e na Agrovila Simione no período integral;*

**Psicóloga atende na Agrovila Monte Alto no período vespertino, e na Agrovila Simione no período integral;*

**Enfermeira atende horário 06:00 horas corridas, nas quartas-feiras, devido a atendimento médico na Agrovila Simione.*

| ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE CENTRO INTEGRADO DE SÁUDE – CIS | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DIA | MÉDICO (A) CIS 07:00H–11:00H 13:00H–17:00H | ENFERMEIRO(A) 12/36 NOTURNO 18:00H–06:00H | ENFERMEIRO(A) 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H | TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 NOTURNO 18:00H-06:00H | TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H | PLANTÃO PRESENCIAL 16 HORAS **11:00H-13:0H 17:00H-07:00H** | PLANTÃO PRESENCIAL 24 HORAS 07:00H-07:00H | ESCALA PLANTÃO SOBRE AVISO |
| 01 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (07:00-11:00 13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 02 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO COREN/MT 424576/MT | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 |
| 03 | *** | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | *** | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 04 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 |
| 05 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 06 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO COREN/MT 424576/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 07 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 08 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | ROZELI SALETE TODESCATO<br>Coren 1334944/MT | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 09 | *** | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 10 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 11 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |
| 12 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 |
| 13 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 14 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO<br>COREN/MT 424576/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON<br>CRM/MT 11734 |
| 15 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO<br>Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA<br>Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 |
| 16 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI<br>Coren 1760877/MT<br>ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO<br>CRM/MT 14068 | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | COREN/MT 424576/MT | | | |
| 17 | *** | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 18 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | SUELEN CEZÁRIO DIPERRO – COREN/MT 358.394 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT ALICE BRITO BATISTA DE CARVALHO COREN/MT 424576/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |
| 19 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 20 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 |
| 21 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 22 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGROVILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (07:00-11:00 13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |
| 23 | *** | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 24 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA COREN/MT 591.0055 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |
| 25 | NATAL – FERIADO NACIONAL | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | *** | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |
| 26 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 (13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA COREN/MT 591.0055 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | *** | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 27 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGRO-VILA SIMIONE - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 28 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(13:00-17:00) | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 | *** | BRUNA ANDRESSA DA ROCHA CRM/MT 13577 |
| 29 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 – AGRO-VILA MONTE ALTO - PERIODO MATUTINO<br>BRUNA ANDRESSA DA ROCHA<br>CRM/MT 13577<br>(07:00-11:00 13:00-17:00) | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 | *** | RIQUELME ALVES DE CASTRO CRM/MT 14068 |
| 30 | *** | CIBELE ROSA GOMES – COREN/MT 475.294 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | LUCIANA NAVA – COREN/MT 388760 | NAIR PIRES DOPP HAYASHI Coren 1760877/MT<br>GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT | *** | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 |
| 31 | *** | JACIANE ALMEIDA CAMPINAS – COREN/MT 462.150 | TALINE LOPES OSS EMER COREN/MT 562.322 | APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA – COREN/MT 345324 | GIANE MARIA DE ALMEIDA CAETANO Coren 766265/MT<br>MARIA APARECIDA DA SILVA Coren 1760874/MT | *** | VICTOR COSTA HORBILON CRM/MT 11734 | ISRAEL GUIMARAES DE OLIVEIRA ARAUJO - CRM/MT 14384 |

| ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE CENTRO INTEGRADO DE SÁUDE – CIS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| DIA | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO 24 HORAS) **07:00H-07:00H** | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (SOBRE AVISO 24 HORAS) **07:00H-07:00H** | RECEPCIONISTA 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H | GUARDA DE PATRIMÔNIO 12/36 NOTURNO 18:00H-06:00H | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 12/36 DIURNO 06:00H-18:00H |
| 01 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 02 | JAQUES LUIZ WEBER | ALBERTO LUIS KANIESKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 03 | ALBERTO LUIS KANIESKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 04 | ANERSI NATALINO REK | ALBERTO LUIS KANIESKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 05 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 06 | JAQUES LUIZ WEBER | ALBERTO LUIS KANIESKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 07 | ALBERTO LUIS KANIESKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 08 | ANERSI NATALINO REK | WELLINGTON FERREIRA DOS SANTOS | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 09 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 10 | JAQUES LUIZ WEBER | ALBERTO LUIS KANIESKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 11 | ALBERTO LUIS KANIESKI | ANERSI NATALINO REK | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 12 | ANERSI NATALINO REK | EDINEI RACCOLT CARDOZO | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 13 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 14 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 15 | ALEXANDRE CAMINSKI | ALBERTO LUIS KANIESKI | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 16 | ALBERTO LUIS KANIESKI | EDINEI RACCOLT CARDOZO | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 17 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 18 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 19 | ALEXANDRE CAMINSKI | ALBERTO LUIS KANIESKI | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 20 | ALBERTO LUIS KANIESKI | WELLINGTON FERREIRA DOS SANTOS | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 21 | ELOIR JOSE SALVIAN | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 22 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 23 | ALEXANDRE CAMINSKI | ALBERTO LUIS KANIESKI | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 24 | ALBERTO LUIS KANIESKI | EDINEI RACCOLT CARDOZO | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 25 | WELLINGTON FERREIRA DOS SANTOS | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 26 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 27 | ALEXANDRE CAMINSKI | ALBERTO LUIS KANIESKI | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 28 | ALBERTO LUIS KANIESKI | WELLINGTON FERREIRA DOS SANTOS | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 29 | EDINEI RACCOLT CARDOZO | JAQUES LUIZ WEBER | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |
| 30 | JAQUES LUIZ WEBER | ALEXANDRE CAMINSKI | NELCI MARQUES | ORLANDO SALVADOR | POLIANA APARECIDA ESSER |
| 31 | ALEXANDRE CAMINSKI | ALBERTO LUIS KANIESKI | GUSTAVO HENRIQUE ALVES KOZERA | LUIZ CARLOS OLIVEIRA NUNES | |

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de dezembro de 2023.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de janeiro de 2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

*Afixado no Mural desta Prefeitura*
*Em _____/_____/2024*

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

*Secretário de Finanças Planejamento*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

**PROCURADORIA JURIDICA**
**ESCALA DE TRABALHO DO CONSELHO TUTELAR**

COORDENADOR: DOUGLAS ALVES DA CRUZ

PERÍODO: 10 a 31 de Janeiro de 2024

| DIAS DO MÊS | | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DIAS DA SEMANA | | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q | Q | S | S | D | S | T | Q |
| MAT. | NOME COMPLETO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7894 | DOUGLAS ALVES DA CRUZ | T1 | SA2 | T1 | F | F | T1 | F | T1 | T1 | F | SA2 | SA2 | F | T1 | F | T1 | T1 | F | F | T1 | T1 | F |
| | | SA2 | | SA2 | | | SA2 | | SA 2 | | | | | | SA2 | | SA2 | | | | SA2 | | |
| | KATIA DE ARRUDA CAMPOS | F | T1 | T1 | F | F | T1 | F | T1 | F | T1 | F | F | T1 | F | T1 | T1 | F | SA2 | SA2 | F | T1 | F |
| | | | SA2 | | | | SA2 | | SA 2 | | SA2 | | | | | SA2 | | | | | | SA2 | |
| 7896 | LUCIANA GUIMARÃES SOBRINHO MARIANO | T1 | SA2 | F | SA2 | SA2 | F | T1 | T1 | F | T1 | F | F | T1 | F | T1 | F | T1 | F | F | T1 | F | T1 |
| | | SA2 | | | | | | SA2 | | | | | | SA2 | | SA2 | | SA2 | | | | | SA2 |
| | YARA SANTOS DE QUADROS | F | SA2 | T1 | F | F | T1 | T1 | F | T1 | F | SA2 | SA2 | F | T1 | T1 | F | T1 | F | F | T1 | F | T1 |
| | | | | SA2 | | | SA2 | | | SA2 | | | | | SA2 | | | SA2 | | | SA2 | | SA2 |
| | MARIA APARECIDA RAMOS DE MORAES | F | T1 | F | SA2 | SA2 | F | T1 | F | SA1 | T1 | F | F | T1 | T1 | F | T1 | F | SA2 | SA2 | F | T1 | T1 |
| | | | SA2 | | | | | SA2 | | SA2 | SA2 | | | SA2 | | | SA2 | | | | | SA2 | |

T1 – Jornada de trabalho 07:00hrs às 11:00hrs; 13:00hrs às 17:00hrs. SA1 – Sobreaviso de 11:01hrs às 12:59hrs; 17:01hrs às 06:59hrs.

SA2 – Sobreaviso de 07:00hrs às 06:59hrs. F – Folga.

DOUGLAS ALVES DA CRUZ

*Coordenador do Conselho Tutelar – Região II*

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2023.**

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2023.

Data da vigência: 07/11/2023 a 07/11/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LEONICE BARBOSA DA SILVA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 100/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 07/11/2023 a 07/11/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de Técnico de Enfermagem - Ouro Branco do Sul.

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2023.**

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2023.

Data da vigência: 07/11/2023 a 07/11/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): LEONICE BARBOSA DA SILVA.

Objeto: Contrato Administrativo nº 100/2023 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 07/11/2023 a 07/11/2024, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de Técnico de Enfermagem - Ouro Branco do Sul.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 001/2024**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 001/2024**

Data assinatura: 05/01/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: N M FERREIRA EDIFICACOES, CNPJ sob nº 10.720.593/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO MARIA INÊS INÁCIO DE JESUS EM ITIQUIRA-MT

Vigência: 05/01/2024 à 31/10/2024

Tomada de Preço nº 007/2023

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2023**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2023**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO GERAL**

**A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 002/2023, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;**

**Considerando a avaliação das provas objetivas e prova prática aplicadas no dia 17 de dezembro de 2023;**

**RESOLVE:**

**I – Divulgar a classificação geral dos candidatos regularmente inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023.**

**II – Informar aos candidatos interessados em interporem recursos relativos a classificação das provas objetivas que os mesmos poderão fazer nos dias 10 e 11 de janeiro de 2024. Os recursos deverão ser protocolizados no endereço:** Prefeitura Municipal de ITIQUIRA,Praça Frei Liberato Keterrer, n. º 311, Bairro - Centro, ITIQUIRA/MT.

**Itiquira-MT, 09 de janeiro de 2024.**

**.....**

**Alessandra Dolores Sobrinho**

**Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado**

**N. º 002/2023**

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **CARGO 01** | **VAGAS** | **1** | | | | | | | |
| **Nº** | **NOME** | **MEDICO** | **LOCAL** | **P** | **CG** | **CE** | **TIT** | **MF** | **SIT** | |
| 1 | **MARCELO HENRIQUE COUTINHO TIAGO** | **MEDICO** | **ITIQUIRA** | **6,00** | **7,00** | **4,00** | **0,25** | **5,92** | **APR** | |
| | **CARGO 02** | **VAGAS** | **1** | | | | | | | |
| **Nº** | **NOME** | **NUTRICIONISTA** | **LOCAL** | **P** | **CG** | **CE** | **TIT** | **MF** | **SIT** | |
| 2 | **TALIANA APARECIDA MOTA DA SILVA** | **NUTRICIONISTA** | **ITIQUIRA** | **8,00** | **10,00** | **8,00** | **0,25** | **8,92** | **APR** | |
| 1 | **MILENE SANTOS DE LARA** | **NUTRICIONISTA** | **ITIQUIRA** | **3,00** | **7,00** | **4,00** | **0,25** | **4,92** | **REP** | |
| | **CARGO 03** | **VAGAS** | **1** | | | | | | | |
| **Nº** | **NOME** | **ODONTOLOGO ESPECIALISTA EM ENDODONTIA** | **LOCAL** | **P** | **CG** | **CE** | **TIT** | **MF** | **SIT** | |
| 1 | **NÃO HOUVERAM INSCRITOS** | **ODONTOLOGO ESPECIALISTA EM ENDODONTIA** | **ITIQUIRA** | | | | | | | |
| | **CARGO 04** | **VAGAS** | **1(CR)** | | | | | | | |
| **Nº** | **NOME** | **PSICÓLOGO** | **LOCAL** | **P** | **CG** | **CE** | **TIT** | **MF** | **SIT** | |
| **1** | **FERNANDA MORAES CUNHA** | **PSICÓLOGO** | **ITIQUIRA** | **5,00** | **8,00** | **7,00** | **0,25** | **6,92** | **CLA** | |
| | **CARGO 04** | **VAGAS** | **1(CR)** | | | | | | | |
| **Nº** | **NOME** | **PSICÓLOGO** | **LOCAL** | **P** | **CG** | **CE** | **TIT** | **MF** | **SIT** | |
| 1 | **ROSA GARCIA CAMPOS** | **PSICÓLOGO** | **OBS** | **4,00** | **6,00** | **8,00** | | **6,00** | **CLA** | |
| 2 | **VANILDO SOUZA MATOS** | **PSICÓLOGO** | **OBS** | | | | | | **AUS** | |
| | **CARGO 05** | **VAGAS** | **1** | | | | | | | |
| **Nº** | **NOME** | **TERAPEUTA OCUPACIONAL** | **LOCAL** | **P** | **CG** | **CE** | **TIT** | **MF** | **SIT** | |
| 1 | **NÃO HOUVERAM INSCRITOS** | **TERAPEUTA OCUPACIONAL** | **ITIQUIRA** | | | | | | | |

| | CARGO 06 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº | NOME | NEOROPEDAGOGO( CAPS) | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | JUCINEIA DE FATIMA GONÇALVES | NEOROPEDAGOGO( CAPS) | ITIQUIRA | 9,00 | 9,00 | 8,00 | 0,25 | 8,92 | APR | |
| 2 | MARIA JOSE FREITAS FERREIRA MIRANDA | NEOROPEDAGOGO( CAPS) | ITIQUIRA | 4,00 | 7,00 | 6,00 | 0,25 | 5,92 | CLA | |
| 3 | GEANEIDE FERNANDES DA SILVA | NEOROPEDAGOGO( CAPS) | ITIQUIRA | 2,00 | 6,00 | 9,00 | 0,00 | 5,67 | REP | |
| | CARGO 07 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | ENGENHEIRO CIVIL | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | NORTON GIACOMOLLI VELASCO | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | 8,00 | 9,00 | 8,00 | | 8,33 | APR | |
| 2 | ALYSSON CARDOSO DOS SANTOS | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | 8,00 | 7,00 | 9,00 | | 8,00 | CLA | |
| 3 | GUSTAVO FIALHO RODRIGUES | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | 7,00 | 10,00 | 7,00 | | 8,00 | CLA | |
| 4 | THIAGO RANGEL DA SILVA | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 6,00 | | 6,67 | CLA | |
| 5 | VICTOR PRIMO ESPINDULA BARBOSA | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | 5,00 | 6,00 | 7,00 | 0,25 | 6,25 | CLA | |
| 6 | WELLIGTON JOSE DE OLIVEIRA | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | 3,00 | 9,00 | 7,00 | | 6,33 | REP | |
| 7 | RAYNARA BONISSONI DOS REIS | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 8 | VICTORIA D OLIVEIRA DE ARAUJO | ENGENHEIRO CIVIL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 08 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| Nº | NOME | ASSISTENTE SOCIAL | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 2 | KELINEIA SILVA ALVES | ASSISTENTE SOCIAL | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 5,00 | 0,25 | 7,25 | APR | |
| 1 | JOANA D'ARC BARBOSA | ASSISTENTE SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 08 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| Nº | NOME | ASSISTENTE SOCIAL | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 2 | ROSANGELA APARECIDA VIEIRA CESCON | ASSISTENTE SOCIAL | OBS | 4,00 | 8,00 | 8,00 | | 6,67 | APR | |
| 1 | AGENILDES SOUZA SENA | ASSISTENTE SOCIAL | OBS | 3,00 | 7,00 | 5,00 | 0,25 | 5,25 | REP | |
| | CARGO 09 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE CIENCIAS HUMANAS | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | ROSA PEREIRA CAMPOS NETA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE CIENCIAS HUMANAS | ITIQUIRA | 10,00 | 9,00 | 6,00 | 0,25 | 8,58 | APR | |
| 2 | EDIMARCIO MUNIZ PEREIRA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE CIENCIAS HUMANAS | ITIQUIRA | 7,00 | 8,00 | 9,00 | 0,25 | 8,25 | CLA | |
| 3 | REVERSON MADUREIRA DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE CIENCIAS HUMANAS | ITIQUIRA | 6,00 | 9,00 | 6,00 | | 7,00 | CLA | |
| 4 | ANGELA MARIA DA SILVA CLEMENTE | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE CIENCIAS HUMANAS | ITIQUIRA | 6,00 | 7,00 | 5,00 | | 6,00 | CLA | |
| | CARGO 10 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | ELISMAR RODRIGUES DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | ITIQUIRA | 7,00 | 8,00 | 8,00 | | 7,67 | APR | |
| 2 | NEURISMAR SANTOS LIMA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 6,00 | | 7,33 | CLA | |
| 3 | ANA PAULA BERNARDO DOS SANTOS | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | ITIQUIRA | 4,00 | 6,00 | 5,00 | | 5,00 | CLA | |
| 4 | ATILA NEVES FRANÇA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 10 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | ELINAGILA MENDES DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | OBS | 7,00 | 9,00 | 9,00 | | 8,33 | APR | |
| 2 | RAIMUNDA MARIA DA ARAUJO GUIMARÃES | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | OBS | 6,00 | 8,00 | 9,00 | 0,25 | 7,92 | CLA | |
| 3 | FERNANDO JOSE DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | OBS | 4,00 | 7,00 | 9,00 | | 6,67 | CLA | |
| 4 | MAGNO NUNES GUABIRABA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | OBS | | | | | | | |
| 5 | ROSA MARIA DA SILVA FERREIRA | PROFESSOR NIVEL II- AREA DE MATEMATICA | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 11 | VAGAS | 05(CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | GILBERTO DOS SANTOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 9,00 | 9,00 | 8,00 | 0,25 | 8,92 | APR | |
| 2 | LUZENILDE CAMPOS DANIEL | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 8,00 | 9,00 | 9,00 | 0,25 | 8,92 | APR | |
| 3 | NARCISA EUZEBIA RODRIGUES DO NASCIMENTO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 9,00 | 8,00 | 8,00 | 0,25 | 8,58 | APR | |
| 4 | JENIFFER MARCIANO PEREIRA SIMOES | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 9,00 | 0,25 | 8,58 | APR | |
| 5 | DAIANE CORTEZ | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 7,00 | 10,00 | 8,00 | | 8,33 | APR | |
| 6 | BRUNA LUZIA BORGES DE OLIVEIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 7,00 | 10,00 | 8,00 | | 8,33 | CLA | |
| 7 | CRISTIANE COIADO RAYSARO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 8,00 | 0,25 | 8,25 | CLA | |
| 8 | CLEUZELIA MORAIS ASSEF DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 8,00 | 7,00 | 8,00 | 0,25 | 7,92 | CLA | |
| 9 | MAURA LIMA PEREIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 10,00 | 6,00 | 6,00 | 0,25 | 7,58 | CLA | |
| 10 | MELCA NIVIA DE CAMPOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 9,00 | 5,00 | 8,00 | 0,25 | 7,58 | CLA | |
| 11 | ELAINE PEREIRA BRANDAO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 9,00 | 7,00 | 6,00 | 0,25 | 7,58 | CLA | |
| 12 | PATRICIA SUELEN LIMA SANTOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 0,25 | 7,58 | CLA | |
| 13 | FABIANA OLIVEIRA CARVALHO VAZ | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 0,25 | 7,58 | CLA | |
| 14 | CLAUDIA VELASCO REZENDE ALMEIDA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 9,00 | 8,00 | 0,25 | 7,58 | CLA | |
| 15 | CINTIA RODRIGUES DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 6,00 | 9,00 | 7,00 | | 7,33 | CLA | |
| 16 | CLAUDIANE GARCIA DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 7,00 | 8,00 | 6,00 | | 7,00 | CLA | |
| 17 | JESSYCA CAROLINE SOUZA DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 8,00 | 4,00 | 8,00 | 0,25 | 6,92 | CLA | |
| 18 | KEILA OLIVEIRA DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 7,00 | 6,00 | 7,00 | 0,25 | 6,92 | CLA | |
| 19 | SEILI JANE LEMES DE FREITAS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 6,00 | | 6,67 | CLA | |
| 20 | FREDGIL LUCIANO DE OLIVEIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 10,00 | 5,00 | | 6,67 | CLA | |
| 21 | ALCENI CAMPOS DE MORAIS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 6,00 | 7,00 | 6,00 | 0,25 | 6,58 | CLA | |
| 22 | KEILA ADRIANA RIBEIRO ELMO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 7,00 | 0,25 | 6,58 | CLA | |
| 23 | ADRIANA DA SILVA VASCONCELOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 7,00 | 6,00 | 6,00 | | 6,33 | CLA | |
| 24 | DANIELE PEREIRA MORAES | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 8,00 | 6,00 | | 6,33 | CLA | |
| 25 | WERIKA IANA FERREIRA DE ANICESIO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 9,00 | 5,00 | | 6,33 | CLA | |
| 26 | POLIANE DOS SANTOS DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 7,00 | 4,00 | 7,00 | 0,25 | 6,25 | CLA | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 27 | LILLIANI MARQUES TUNES DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 7,00 | 6,00 | 5,00 | 0,25 | 6,25 | CLA | |
| 28 | VILMA PARREIRA DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 8,00 | 5,00 | 0,25 | 6,25 | CLA | |
| 29 | REGIANE MANOEL FERNANDES | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 7,00 | 5,00 | | 5,67 | CLA | |
| 30 | CAMILA VERUSCA RODRIGUES DE OLIVEIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 5,00 | 6,00 | 0,25 | 5,58 | CLA | |
| 31 | IRANY FRANCISCA MELO DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 6,00 | 5,00 | 0,25 | 5,58 | CLA | |
| 32 | LUIZA GIARETTA DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 7,00 | 0,25 | 5,25 | CLA | |
| 33 | MARIA DILEUZA DE OLIVEIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 3,00 | 7,00 | 7,00 | 0,25 | 5,92 | REP | |
| 34 | MARCIA JANJACOMO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 5,00 | 8,00 | 3,00 | 0,25 | 5,58 | REP | |
| 35 | ELIENE FARIAS DOS SANTOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 3,00 | 7,00 | 5,00 | 0,25 | 5,25 | REP | |
| 36 | OZANEIA VELASCO RIBEIRO VIEIRA DE MORAIS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 2,00 | 7,00 | 6,00 | 0,25 | 5,25 | REP | |
| 37 | VALERIA COIMBRA MARQUES | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | 4,00 | 3,00 | 6,00 | | 4,33 | REP | |
| 38 | ROSIDETE APARECIDA FELIZ | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 39 | SAMARA LIMA DE OLIVEIRA SOUZA MATOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 40 | SANDRA MARIA DE JESUS FREITAS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 41 | EGLEI TRINDADE DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 42 | ELIS REGINA ALVES DE OLIVEIRA SANTOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 43 | GRACIELE FERNANDES CABRERA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 44 | JOELMA PEREIRA DOS SANTOS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 45 | JOSE JONILSON ALVES | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 46 | MARIZETH DIAS DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 47 | ROSANGELA CARVALHO FARINELLI | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 11 | VAGAS | 04(CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS SANCHES | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 7,00 | 7,00 | 9,00 | 0,25 | 7,92 | APR | |
| 2 | ROZEDELMA GONÇALVES GOMES GARCIA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 7,00 | 10,00 | 6,00 | | 7,67 | APR | |
| 3 | MAURINETE GALDINA DE JESUS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 6,00 | 10,00 | 6,00 | 0,25 | 7,58 | APR | |
| 4 | KELLI KAROLINE PREISSLER GIACOMELLI | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 7,00 | 7,00 | 8,00 | | 7,33 | APR | |
| 5 | ANGELA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 7,00 | 7,00 | 7,00 | 0,25 | 7,25 | CLA | |
| 6 | LUZANGELA DA SILVA OLIVEIRA PEREIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 7,00 | 7,00 | 7,00 | | 7,00 | CLA | |
| 7 | MARISA BATISTA DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 6,00 | 7,00 | 8,00 | | 7,00 | CLA | |
| 8 | LUCINEIA CRUZ DE CARVALHO SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 6,00 | 9,00 | 5,00 | 0,25 | 6,92 | CLA | |
| 9 | JHULIE HELLEN BARRETO SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 5,00 | 6,00 | 9,00 | 0,25 | 6,92 | CLA | |
| 10 | SONIA GONÇALVES DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 4,00 | 6,00 | 8,00 | 0,25 | 6,25 | CLA | |
| 11 | MARLI CARVALHO ANDRADE | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 6,00 | 5,00 | 5,00 | | 5,33 | CLA | |
| 12 | APARECIDA SILVA FERREIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 4,00 | 7,00 | 4,00 | 0,25 | 5,25 | CLA | |
| 13 | MARCELA GONÇALVES SOUZA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 5,00 | 5,00 | 5,00 | | 5,00 | CLA | |
| 14 | DALVA APARECIDA BRASILEIRO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 5,00 | 4,00 | 5,00 | 0,25 | 4,92 | CLA | |
| 15 | JACI ALVES FARIAS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 4,00 | 4,00 | 6,00 | 0,25 | 4,92 | CLA | |
| 16 | SILVANA ALVES DA SILVA DINIZ | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 3,00 | 7,00 | 6,00 | 0,25 | 5,58 | REP | |
| 17 | MARIA APARECIDA MORAIS DE ALMEIDA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 6,00 | 2,00 | 7,00 | 0,25 | 5,25 | REP | |
| 18 | MIRIAN CAROLINE DE JESUS | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 6,00 | 3,00 | 4,00 | | 4,33 | REP | |
| 19 | MARISTELA CAMPOS NERY BERNARDO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 6,00 | 4,00 | 2,00 | 0,25 | 4,25 | REP | |
| 20 | ELIANE GOMES FERNANDES SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 1,00 | 6,00 | 5,00 | 0,25 | 4,25 | REP | |
| 21 | MARINA DE SOUZA RIBEIRO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | 2,00 | 5,00 | 4,00 | | 3,67 | REP | |
| 22 | GISELE SOUZA MATOS SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 23 | SONIA BARBOSA FERREIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 24 | SONIA DE SOUZA SOARES AGUIAR | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 25 | ANGELITA ANGELICA PRUDENTE PEDROSO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 26 | LUCELIA PEREIRA MENDONÇA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 27 | MARIA AUXILIADORA GOMES DE OLIVEIRA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 28 | MARIA DE FATIMA DA SILVA AZEVEDO | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 29 | MARIA JOSE BEZERRA DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 30 | REGINALDO MARIANO CORREA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 31 | VERONICA ARAUJO DELMONDES | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| 32 | VIVIANE GONÇALVES ROCHA | PROFESSOR NIVEL II- PEDAGOGIA | OBS | | | | | | AUS | |
| | CARGO 12 | VAGAS | 1(CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II- INGLES | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | MARIO LUIZ ASSIS | PROFESSOR NIVEL II- INGLES | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 12 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II- INGLES | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | LUCIANA NUNES RODRIGUES DE SIQUEIRA | PROFESSOR NIVEL II- INGLES | OBS | 8,00 | 6,00 | 6,00 | 0,25 | 6,92 | APR | |
| | CARGO 13 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | JAQUELINE PERREIRA RANGEL | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | ITIQUIRA | 7,00 | 9,00 | 6,00 | | 7,33 | APR | |
| 3 | LUCIENE GONÇALVES RIBEIRO | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | ITIQUIRA | 7,00 | 6,00 | 7,00 | | 6,67 | CLA | |
| 2 | KERLI CASAGRANDE DA SILVA DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | ITIQUIRA | 5,00 | 7,00 | 7,00 | 0,25 | 6,58 | CLA | |
| 4 | MARCOFLEX ALVES DE FREITAS | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | ITIQUIRA | | | | | | | |

| | CARGO 13 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | CLEUMA LOPES GONÇALVES | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | OBS | 8,00 | 7,00 | 9,00 | 0,25 | 8,25 | APR | |
| 2 | CASSIA CLAUDIONE LORENJON SANTOS | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | OBS | 4,00 | 7,00 | 5,00 | | 5,33 | CLA | |
| 3 | JOSÉ MARIO DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE CIENCIAS NATURAIS | OBS | | | | | 0,00 | | |
| | CARGO 14 | VAGAS | 1 (CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE LINGUA PORTUGUESA | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | RAFAELA DA SILVA CORTES | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE LINGUA PORTUGUESA | ITIQUIRA (CR) | 7,00 | 6,00 | 8,00 | 0,25 | 7,25 | APR | |
| 2 | LEONOR RODRIGUES DA SILVA | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE LINGUA PORTUGUESA | ITIQUIRA (CR) | 9,00 | 7,00 | 3,00 | 0,25 | 6,58 | REP | |
| 3 | ROSIMAR ALVES DE SOUZA | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE LINGUA PORTUGUESA | ITIQUIRA (CR) | 9,00 | 7,00 | 3,00 | 0,25 | 6,58 | REP | |
| | CARGO 14 | VAGAS | 1 (CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE LINGUA PORTUGUESA | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | AUREA CRISTINA EUZEBIO DOS SANTOS | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE LINGUA PORTUGUESA | OBS (CR) | 7,00 | 6,00 | 4,00 | | 5,67 | APR | |
| | CARGO 15 | VAGAS | 1 (CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | LOCAL | P | C.G | C.E | TIT | MF | SIT | |
| 1 | JUCELI APARECIDA GONÇALVES | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | ITIQUIRA (CR) | 8,00 | 7,00 | 5,00 | 0,25 | 6,92 | APR | |
| 2 | JAQUELINE DOS SANTOS | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | ITIQUIRA (CR) | 4,00 | 6,00 | 7,00 | 0,25 | 5,92 | CLA | |
| 3 | KETLEN JANE PEREIRA RODRIGUES | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | ITIQUIRA (CR) | 4,00 | 8,00 | 5,00 | 0,25 | 5,92 | CLA | |
| 4 | ALEXANDRE NOBRE CASTELO BRANCO | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | ITIQUIRA (CR) | | | | | | AUS | |
| 5 | LIDIMAR DA SILVA AFONSO | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | ITIQUIRA (CR) | | | | | | AUS | |
| | CARGO 15 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | LOCAL | P | C.G | C.E | TIT | MF | SIT | |
| 1 | PIETRO PEREIRA GRILLANDA | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | OBS | 4,00 | 6,00 | 4,00 | | 4,67 | APR | |
| 2 | EVERTON ALVCANTARA ALENCAR | PROFESSOR NIVEL II - AREA DE EDUCAÇÃO FISICA | OBS | | | | | | AUS | |
| | CARGO 16 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | ORIENTADOR SOCIAL | LOCAL | P | C.G | C.E | TIT | MF | SIT | |
| 1 | CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA | ORIENTADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 9,00 | 9,00 | 0,25 | 8,25 | APR | |
| 2 | VINICIUS BARBOSA CAMPOS | ORIENTADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 8,00 | 5,00 | 9,00 | | 7,33 | CLA | |
| 3 | MARCELA MARTINS RAPOSO | ORIENTADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 4,00 | 5,00 | 8,00 | | 5,67 | CLA | |
| | CARGO 17 | VAGAS | 1 (CR) | | | | | | | |
| | NOME | TECNICO EM RX | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | MIRIAN GOMES DA SILVA | TECNICO EM RX | ITIQUIRA (CR) | 8,00 | 8,00 | 9,00 | | 8,33 | APR | |
| 2 | ELITON RODRIGUES ANDRADE GOMES | TECNICO EM RX | ITIQUIRA (CR) | 9,00 | 8,00 | 7,00 | | 8,00 | CLA | |
| 3 | MEIRELEN ALVES CASTRO | TECNICO EM RX | ITIQUIRA (CR) | 7,00 | 7,00 | 4,00 | | 6,00 | CLA | |
| | CARGO 17 | VAGAS | 1 (CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | TECNICO EM RX | LOCAL | P | C.G | C.E | | | SIT | |
| 1 | NIVALDO DE SOUZA | TECNICO EM RX | OBS (CR) | 4,00 | 7,00 | 7,00 | | 6,00 | APR | |
| | CARGO 18 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | INSTRUTOR DESPORTIVO DE JIU JITSU | LOCAL | P | C.G | C.E | AP.F | MF | SIT | |
| 1 | JONATA DE SOUZA MELO | INSTRUTOR DESPORTIVO DE JIU JITSU | OBS | 4,00 | 5,00 | 7,00 | 10,00 | 5,50 | APR | |
| 2 | GUILHERME SANTOS ALEXANDRE | INSTRUTOR DESPORTIVO DE JIU JITSU | OBS | 4,00 | 5,00 | 6,00 | 10,00 | 5,25 | CLA | |
| 3 | JOSE CLEBER DA SILVA FILHO | INSTRUTOR DESPORTIVO DE JIU JITSU | OBS | | | | | | AUS | |
| | CARGO 19 | VAGAS | 2(CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | CUIDADOR SOCIAL | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | MARACELIS LONGO NOGUEIRA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 9,00 | 7,00 | | 7,33 | APR | |
| 2 | LUCELIA PEIXOTO LIRA RUFINO | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 7,00 | 8,00 | | 7,00 | APR | |
| 3 | SILVA BELMIRO LIMA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 8,00 | 7,00 | 5,00 | | 6,67 | CLA | |
| 4 | DENIS MARCOS DE ALMEIDA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 7,00 | 8,00 | 5,00 | | 6,67 | CLA | |
| 5 | BRUNO GUILHERME MIRANDA DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 7,00 | 7,00 | 5,00 | | 6,33 | CLA | |
| 6 | ADRIANA CORREA FERNADES | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 7,00 | 8,00 | 4,00 | | 6,33 | CLA | |
| 7 | ANGRA MURIELLY DE SOUSA LEITE | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 7,00 | 5,00 | 6,00 | | 6,00 | CLA | |
| 8 | ERICA PATRICIA DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 4,00 | 9,00 | 5,00 | | 6,00 | CLA | |
| 11 | ANA BEATRIZ ALMEIDA TARLEI | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 7,00 | 5,00 | 5,00 | | 5,67 | CLA | |
| 12 | KELLY CAMPOS ROCHA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 5,00 | 4,00 | | 5,00 | CLA | |
| 13 | LUANA PATRICIA RODRIGUES FEIJO | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 5,00 | 4,00 | 5,00 | | 4,67 | CLA | |
| 15 | ALICE DE JESUS | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 4,00 | 5,00 | 5,00 | | 4,67 | CLA | |
| 17 | EDUARDA ALMEIDA MARI | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 4,00 | 6,00 | 4,00 | | 4,67 | CLA | |
| 9 | WELIDA TAMYRES FERNANDES ALVES | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 4,00 | 5,00 | 4,00 | | 4,33 | CLA | |
| 10 | ROSICLER MARTINS DE SOUZA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 3,00 | | 5,67 | REP | |
| 14 | JULIA KELLY ALMEIDA DOS SANTOS | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 3,00 | 5,00 | | 4,67 | REP | |
| 16 | GESIELE ARRUDA RIBEIRO SALES | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 4,00 | 3,00 | | 4,33 | REP | |
| 18 | TAYSSA PERCILIA CAMPOS | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 6,00 | 2,00 | 4,00 | | 4,00 | REP | |
| 19 | MARIA RAQUEL BRITO PINHEIRO | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 2,00 | 6,00 | 3,00 | | 3,67 | REP | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 | ADRIELI ALMEIDA DOS SANTOS | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 3,00 | 2,00 | 5,00 | | 3,33 | REP | |
| 21 | LUIZ ALEXANDRE SOARES | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 4,00 | 3,00 | 2,00 | | 3,00 | REP | |
| 22 | FLAVIA DOS SANTOS NOGUEIRA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | 3,00 | 3,00 | 3,00 | | 3,00 | REP | |
| 23 | ADRIELLY ALVES DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 24 | ALLANA CRISLEY DORNEL DE PAULA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 25 | DOUGLAS VINICIUS DE SOUZA MORAES | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 26 | EDUARDA RODRIGUES DE FREITAS | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 27 | ELIANE BORGES DE OLIVEIRA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 28 | ELIS REGINA CAMPOS DE MORAIS | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 29 | GABRIELA MORAES MOREIRA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 30 | LOHANA BATISTA SANTA CRUZ | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 31 | LUIZ FELIPE GONZAGA DE SOUZA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 32 | MARIA INES BORGES | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 33 | MIRIELLEN DE SOUZA ALMEIDA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 34 | NALIENE BEGOT MAIA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 35 | VANDERLEIA QUEIROZ DE SOUZA | CUIDADOR SOCIAL | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 19 | VAGAS | 2 (CR) | | | | | | | |
| Nº | NOME | CUIDADOR SOCIAL | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | DIEGO ALEXANDRE JOSÉ DE CARVALHO | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 9,00 | 8,00 | 6,00 | | 7,67 | APR | |
| 2 | FABIANA SILVA DOS SANTOS | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 7,00 | 5,00 | 7,00 | | 6,33 | APR | |
| 3 | ANA CAROLINE SENA DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 7,00 | 5,00 | 5,00 | | 5,67 | CLA | |
| 4 | NATIELI DA SILVA SOUZA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 7,00 | 5,00 | 5,00 | | 5,67 | CLA | |
| 5 | RAFAELA OLIVEIRA DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 6,00 | 6,00 | 5,00 | | 5,67 | CLA | |
| 6 | SIMONE CELESTINO RIBEIRO | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 6,00 | 6,00 | 4,00 | | 5,33 | CLA | |
| 7 | JANAINA IARA FORNAZIERI | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 4,00 | 5,00 | 5,00 | | 4,67 | CLA | |
| 8 | KAILLANY LORENZON | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 6,00 | 8,00 | 3,00 | | 5,67 | REP | |
| 9 | JULIANA SANTANA DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 7,00 | 6,00 | 1,00 | | 4,67 | REP | |
| 10 | FRANCIELLY ALVES FAGUNDES | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 4,00 | 7,00 | 3,00 | | 4,67 | REP | |
| 11 | LUCIANA APARECIDA DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 2,00 | 7,00 | 2,00 | | 3,67 | REP | |
| 12 | LURDINALVA INACIO DOS SANTOS | CUIDADOR SOCIAL | OBS | 4,00 | 3,00 | 0,00 | | 2,33 | REP | |
| 13 | AGATHA SABRINA PRATES GAMA DOS SANTOS | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 14 | ANA VITORIA TAVARES DIAS | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 15 | ELIDA IONE DIAS DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 16 | ESTER APARECIDA LOPES | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 17 | FRANCISQUELI NONATA DA SILVA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 18 | JEANE CARDOSO DE SOUZA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 19 | LIDIANE DE CASTRO COSTA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 20 | LUANA LOPES DE SOUZA | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 21 | MAGNA DE SOUZA SILVA SOARES | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 22 | NATHALIA REZENDE FERREIRA ALVES | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| 23 | TALITA ADRIELLY PEREIRA BRANDÃO | CUIDADOR SOCIAL | OBS | | | | | | AUS | |
| | CARGO 20 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | SHELLAGH DAINE TURATTI | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | ITIQUIRA | 7,00 | 6,00 | 9,00 | 8,50 | 7,63 | APR | |
| 2 | LUZINETE DORNEL PEREIRA | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | ITIQUIRA | 6,00 | 6,00 | 9,00 | 6,00 | 6,75 | CLA | |
| 3 | ANGELINA MARIA FERREIRA DOS SANTOS | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 9,00 | 5,00 | 6,50 | CLA | |
| 4 | WRYA ISABEL SOUZA LUCZYNSKI | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 9,00 | 4,00 | 5,25 | CLA | |
| 5 | FLORINDA JOSE DE ARAUJO | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | ITIQUIRA | 1,00 | 4,00 | 2,00 | 0,00 | 1,75 | REP | |
| 6 | ESTER REGINA FERREIRA MIRANDA | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 7 | ETIENE DA SILVA DE LIMA SOUZA | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 20 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | ANA LUIZA BORCHEID DA COSTA | FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO | OBS | 6,00 | 4,00 | 9,00 | 4,00 | 5,75 | APR | |
| | CARGO 21 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | TEREZA RAQUEL ARANTES | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | 6,00 | 9,00 | 8,00 | 5,50 | 7,13 | APR | |
| 2 | JAQUELAINE MAMORE PORTO | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | 5,00 | 6,00 | 8,00 | 7,50 | 6,63 | CLA | |
| 3 | VALDECLEIA DURAN ALONSO | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | 5,00 | 8,00 | 7,00 | 6,00 | 6,50 | CLA | |
| 4 | APOLIANY ALVES SILVA ARAUJO | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 9,00 | 5,00 | 6,50 | CLA | |
| 5 | EUDETE LIMA DE OLIVEIRA | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | 4,00 | 5,00 | 6,00 | 7,50 | 5,63 | CLA | |
| 6 | TAYNARA VILA MAIOR RAMOS | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | 4,00 | 3,00 | 9,00 | 7,00 | 5,75 | REP | |
| 7 | TEREZINHA MIRANDA DOS SANTOS | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | 2,00 | 4,00 | 6,00 | 0,00 | 3,00 | REP | |
| 8 | ANGELA CABRAL DE OLIVEIRA | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 21 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | JULICA TAYANE SCHONHOLZER BARBOSA | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | OBS | 8,00 | 9,00 | 7,00 | 6,00 | 8,00 | APR | |
| 2 | RAQUEL ALVES DE SOUZA SOARES | FACILITADOR DE OFICINA DE CROCHE | OBS | 8,00 | 9,00 | 8,00 | 7,00 | 8,33 | CLA | |
| | CARGO 22 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| Nº | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE BALLET | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOUVERAM INSCRITOS | FACILITADOR DE OFICNA DE BALLET | ITIQUIRA | | | | | | | |
| | CARGO 22 | VAGAS | 1 | | | | | | | |

| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE BALLET | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | ILZA ROCHA MIRANDA | FACILITADOR DE OFICINA DE BALLET | OBS | 7,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | 7,25 | APR | |
| | CARGO 23 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE DANÇA | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | ALLANA CARLA PEREIRA OLIVEIRA | FACILITADOR DE OFICINA DE DANÇA | ITIQUIRA | 5,00 | 5,00 | 5,00 | | 5,00 | APR | |
| | CARGO 23 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE DANÇA | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOVERAM INSCRITOS | FACILITADOR DE OFICINA DE DANÇA | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 24 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (VIOLÃO) | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | ROSANA FARIAS GOMES | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (VIOLÃO) | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 7,00 | 9,75 | 7,19 | APR | |
| | CARGO 24 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (VIOLÃO) | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOUVERAM INSCRITOS | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (VIOLÃO) | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 25 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (TECLADO) | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOUVERAM INSCRITOS | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (TECLADO) | ITIQUIRA | | | | | | | |
| | CARGO 25 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (TECLADO) | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOUVERAM INSCRITOS | FACILITADOR DE OFICINA DE INSTRUMENTO MUSICAL (TECLADO) | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 26 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE PINTURA DE TECIDO | LOCAL | P | C.G | C.E | P.P | MF | SIT | |
| 1 | ADNA ANTONIA COSTA | FACILITADOR DE OFICINA DE PINTURA DE TECIDO | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 8,00 | 8,00 | 6,00 | APR | |
| 2 | CELIANA AGUIAR DA SILVA | FACILITADOR DE OFICINA DE PINTURA DE TECIDO | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 0,00 | 5,50 | CLA | |
| 3 | ETIANE GOMES SANTOS | FACILITADOR DE OFICINA DE PINTURA DE TECIDO | ITIQUIRA | 1,00 | 4,00 | 6,00 | 5,00 | 4,00 | REP | |
| | CARGO 26 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FACILITADOR DE OFICINA DE PINTURA DE TECIDO | LOCAL | P | C.G | C.E | | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOUVERAM INSCRITOS | FACILITADOR DE OFICINA DE PINTURA DE TECIDO | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 27 | VAGAS | 3 | | | | | | | |
| | NOME | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | LOCAL | P | M | C.G | C.E | AP. FIS | MF | SIT |
| 1 | ANGELICA NAGEL | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,60 | APR |
| 2 | MARIA FERNANDA RODRIGUES CALEGARI MELO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 10,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | 10,00 | 8,40 | APR |
| 3 | KAROLAYNE TAWANE DE CAMPOS SILVA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 8,00 | 10,00 | 4,00 | 8,00 | 10,00 | 8,00 | APR |
| 4 | ISABELE PEREIRA GRILLANDA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 8,00 | CLA |
| 5 | EMERSON SILVA GAUNA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 9,50 | 7,90 | CLA |
| 6 | PAULO SERGIO SILVERIO MONSI | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 8,00 | 8,00 | 4,00 | 8,00 | 10,00 | 7,60 | CLA |
| 7 | SUELEN PEDRINA CALASSE | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 6,00 | 4,00 | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 7,60 | CLA |
| 8 | MATHEUS DA SILVA SIQUEIRA DO NASCIMENTO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 6,00 | 8,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | 6,80 | CLA |
| 9 | JANETE PEREIRA MERQUIDES | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 4,00 | 6,00 | 6,00 | 4,00 | 9,00 | 5,80 | CLA |
| 10 | MARILENE PEREIRA DOS SANTOS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | 0 | 0,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | 10,00 | 6,40 | REP |
| 11 | MARIA APARECIDA VIEIRA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 2,00 | 4,00 | 8,00 | 10,00 | 5,00 | 5,80 | REP |
| 12 | MARIA SARTORI | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | 0,00 | 0,00 | 4,00 | 6,00 | 9,00 | 3,80 | REP |
| 13 | CRISTIANE RODRIGUES MARTINS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 14 | DAIANE MENDONÇA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 15 | ELIANE FELIX DA SILVA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 16 | LUCINEIDE DA SILVA ROCHA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 17 | MARIA EDILENE DA CONCEIÇÃO CHAGAS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 18 | RAFAELA ALMEIDA DA SILVA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 19 | ROSIMARA BERNINI DIAS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 20 | SILVANA SILVA DE JESUS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 21 | SILVANIA ELIAS DA SILVA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| 22 | WALDIMEYRE NOGUEIRA MARQUES | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OBS | | | | | | | AUS |
| | CARGO 28 | VAGAS | 5 | | | | | | | |
| | NOME | MOTORISTA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | MF | SIT |
| 1 | VALDEIR JOSE JOAQUIM | MOTORISTA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 4,00 | 10,00 | 8,80 | APR |
| 2 | JOACY RODRIGUES DA SILVA | MOTORISTA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 7,00 | 8,60 | APR |
| 3 | ANDRE MENDONÇA SIQUEIRA | MOTORISTA | ITIQUIRA | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 8,40 | APR |
| 4 | ADILSON ROBERTO DO NASCIMENTO | MOTORISTA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 9,00 | 8,00 | 9,00 | 8,40 | APR |
| 5 | DANNIEL RODRIGUES DA CRUZ | MOTORISTA | ITIQUIRA | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 4,00 | 10,00 | 8,00 | APR |
| 6 | JOSE EDUARDO BEZERRA OLIVEIRA | MOTORISTA | ITIQUIRA | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 4,00 | 10,00 | 8,00 | CLA |
| 7 | LEANDRO SOUZA MACHADO | MOTORISTA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 10,00 | 6,00 | 10,00 | 8,00 | CLA |
| 8 | ADRIANA LIMA DE SOUZA MARTINS | MOTORISTA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 7,60 | CLA |
| 9 | CLAUDECI RODRIGUES JUNIOR | MOTORISTA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 4,00 | 10,00 | 7,20 | CLA |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | NICANOR DAVID RODRIGUES | MOTORISTA | ITIQUIRA | 4,00 | 10,00 | 8,00 | 2,00 | 10,00 | 6,80 | REP |
| 11 | TATIANA OLIVEIRA DE LIMA | MOTORISTA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 2,00 | 9,00 | 6,60 | REP |
| 12 | EDMAURO FERREIRA DA SILVA | MOTORISTA | ITIQUIRA | | | | | | 0,00 | |
| | CARGO 28 | VAGAS | 2 | | | | | | | |
| | NOME | MOTORISTA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | MF | SIT |
| 1 | ALEXANDRE VALÉRIO DIAS PASSOS | MOTORISTA | OBS | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,20 | APR |
| 2 | HENRY RIBEIRO BARBOSA | MOTORISTA | OBS | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 6,00 | 10,00 | 8,80 | APR |
| 3 | OSMAR GOMES SOUZA | MOTORISTA | OBS | 4,00 | 6,00 | 8,00 | 4,00 | 9,00 | 6,20 | CLA |
| 4 | ORLEI NONATO QUEIROZ | MOTORISTA | OBS | 4,00 | 8,00 | 6,00 | 4,00 | 7,00 | 5,80 | CLA |
| 5 | AGRIPINO CORREIA DA SILVA | MOTORISTA | OBS | 2,00 | 6,00 | 8,00 | 4,00 | 8,00 | 5,60 | REP |
| 6 | ERNADE ANTONIO DA SILVA | MOTORISTA | OBS | 6,00 | 2,00 | 4,00 | 2,00 | 10,00 | 4,80 | REP |
| 7 | ANGELO DA CRUZ | MOTORISTA | OBS | | | | | | | AUS |
| 8 | ERICO ROBERTO LOPES | MOTORISTA | OBS | | | | | | | AUS |
| 9 | JEAN APARECIDO DOS SANTOS | MOTORISTA | OBS | | | | | | | AUS |
| | CARGO 29 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| | NOME | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | MF | SIT |
| 1 | SERGIO CONZZATTI | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | ITIQUIRA | 10,00 | 8,00 | 4,00 | 10,00 | 10,00 | 8,40 | APR |
| 2 | JOAO BORGES MENDONÇA | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 8,00 | 4,00 | 10,00 | 6,80 | CLA |
| 3 | MARIANA SOARES DOS SANTOS | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 6,00 | 4,00 | 8,00 | 6,00 | CLA |
| | CARGO 29 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| | NOME | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | MF | SIT |
| 1 | DORCELIA FARIAS DA SILVA | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 7,00 | 8,20 | APR |
| 2 | GABRIEL CALAZANS VILELA | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | 6,00 | 10,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | 7,60 | CLA |
| 3 | EDMILSON SEBASTIÃO FERREIRA | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | 2,00 | 10,00 | 4,00 | 8,00 | 10,00 | 6,80 | REP |
| 4 | BENEDITO ALVES PINTO | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | 4,00 | 4,00 | 8,00 | 4,00 | 10,00 | 6,00 | REP |
| 5 | DALVANI DE BRITO SILVA | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | | | | | | | AUS |
| 6 | JOAO PEREIRA DE ANDRADE | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | | | | | | | AUS |
| 7 | LEOLINO SANTANA TEIXEIRA | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | | | | | | | AUS |
| 8 | VANIA DA ROCHA DE MELO BARBOSA | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | OBS | | | | | | | AUS |
| | CARGO 30 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| | NOME | SERVENTE DE PEDREIRO | ITIQUIRA | P | M | C.G | C.E | P.P | MF | SIT |
| 1 | SEBASTIÃO DE SOUZA FERREIRA JUNIOR | SERVENTE DE PEDREIRO | ITIQUIRA | 8,00 | 6,00 | 4,00 | 6,00 | 9,50 | 6,70 | APR |
| 2 | GILBERTO APARECIDO TENORIO | SERVENTE DE PEDREIRO | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | 9,00 | 5,40 | CLA |
| 3 | JURACI SOUZA DA CRUZ | SERVENTE DE PEDREIRO | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 9,50 | 5,10 | CLA |
| 4 | DARLEI DE ASSIS FERREIRA SANTOS | SERVENTE DE PEDREIRO | ITIQUIRA | 8,00 | 4,00 | 10,00 | 6,00 | 0,00 | 5,60 | REP |
| 5 | ADAUTO MORENO FRANCISCO | SERVENTE DE PEDREIRO | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 6 | WESLEY DOUGLAS DE QUEIROZ | SERVENTE DE PEDREIRO | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| | CARGO 30 | VAGAS | 1 CR | | | | | | | |
| | NOME | SERVENTE DE PEDREIRO | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOUVERAM INSCRITOS | SERVENTE DE PEDREIRO | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 31 | VAGAS | 3 CR | | | | | | | |
| | NOME | PEDREIRO | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | MF | SIT |
| 1 | OTAIDES SOUZA DA SILVA | PEDREIRO | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 6,00 | 6,00 | 9,00 | 5,80 | REP |
| | CARGO 31 | VAGAS | 3 | | | | | | | |
| | NOME | PEDREIRO | LOCAL | P | CG | CE | TIT | MF | SIT | |
| 1 | NÃO HOUVERAM INSCRITOS | PEDREIRO | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 32 | VAGAS | 4 | | | | | | | |
| | NOME | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | | MF | SIT |
| 1 | MIRIS EDUARDA MORAIS VIANA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | | 9,50 | APR |
| 2 | DEJANIRA PEREIRA DE SOUZA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 9,00 | 9,00 | 9,00 | 8,00 | | 8,75 | APR |
| 3 | CLEIA REGINA DE OLIVEIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 9,00 | 8,00 | 9,00 | 9,00 | | 8,75 | APR |
| 4 | ORRAYNE SOUSA DE OLIVEIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 6,00 | 8,00 | | 8,50 | APR |
| 5 | ELENA MARIA SOARES ALVES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 6,00 | | 8,50 | CLA |
| 6 | PATRICIA ROCHA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 10,00 | 8,00 | | 8,50 | CLA |
| 7 | MIRIAN APARECIDA PEREIRA NUNES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 | | 8,00 | CLA |
| 8 | JOANA DARQUE FRANÇA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 10,00 | 6,00 | | 8,00 | CLA |
| 9 | RENATA MICHELI LINS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 10,00 | 4,00 | 10,00 | 6,00 | | 7,50 | CLA |
| 10 | MARIA EVA PEREIRA MENDONÇA DE AL-MEIDA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 4,00 | | 7,50 | CLA |
| 11 | CARMEM SILVIA MARCOLINO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | | 7,50 | CLA |
| 12 | MARCIELLE SUEDES DA SILVA SANTOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 6,00 | | 7,50 | CLA |
| 13 | ALLANA RAFAELLY SOUZA LIBERATO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | | 7,50 | CLA |
| 14 | NILDA LUIZ DE OLIVEIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 4,00 | 10,00 | | 7,00 | CLA |
| 15 | GABRIELY SILVERIO SANTOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 6,00 | 6,00 | | 7,00 | CLA |
| 16 | JISSELY ALVES DE MOURA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | | 6,50 | CLA |
| 17 | ROSANGELA DA SILVA AFONSO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 6,00 | 6,00 | 8,00 | | 6,50 | CLA |
| 18 | ROSICLEIA BOESE GOMES LIMA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 6,00 | 4,00 | 6,00 | | 5,50 | CLA |
| 19 | MARTHA DE OLIVEIRA NETA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 4,00 | 8,00 | 4,00 | | 5,50 | CLA |
| 20 | CACILDA DE FATIMA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 10,00 | 4,00 | | 5,50 | CLA |
| 21 | JAINE CRISTINA PEREIRA OLIVEIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 6,00 | 4,00 | 4,00 | | 5,00 | CLA |
| 22 | MARIA ROSA DA SILVA GONZALEZ | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 6,00 | 4,00 | | 4,50 | CLA |
| 23 | DIANA FERRAZ FARIAS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 2,00 | 8,00 | 4,00 | 4,00 | | 4,50 | REP |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 24 | SUELLEN GERONIMO RODRIGUES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 10,00 | 8,00 | 2,00 | 8,00 | | 7,00 | REP |
| 25 | LUCIA FERREIRA DE LIMA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 2,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | | 6,50 | REP |
| 26 | DANIELA DELGADO VITORIO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 0,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 | | 6,00 | REP |
| 27 | DAIANE VIEIRA BATISTA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 2,00 | 6,00 | 6,00 | | 5,50 | REP |
| 28 | JESSICA CARVALHO DE MORAIS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 4,00 | 2,00 | | 5,50 | REP |
| 29 | MARILENE OLIVEIA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 8,00 | 2,00 | | 5,50 | REP |
| 30 | ADRIANA VENTURA BUENO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 2,00 | 8,00 | 8,00 | 4,00 | | 5,50 | REP |
| 31 | NEUZA PEREIRA RODRIGUES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 6,00 | 2,00 | | 5,00 | REP |
| 32 | MARIA JOSE DA SILVA OLIVEIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 4,00 | 4,00 | 2,00 | | 4,50 | REP |
| 33 | LUZIA GUIA DE ANICESIO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 2,00 | 6,00 | 4,00 | | 4,50 | REP |
| 34 | CHIRLEY APARECIDA QUIRINO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 4,00 | 6,00 | 2,00 | | 4,50 | REP |
| 35 | SENILVA ROSA DE ANICESIO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 2,00 | 6,00 | 6,00 | 4,00 | | 4,50 | REP |
| 36 | JESSICA MARIA ABREU DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 4,00 | 2,00 | 2,00 | | 4,00 | REP |
| 37 | SILVANIA FERREIRA FERRAZ | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 2,00 | 6,00 | 4,00 | 4,00 | | 4,00 | REP |
| 38 | MARIA DO CARMO HONORATO DOS SANTOS DIAS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 8,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00 | | 3,50 | REP |
| 39 | REGIAN SOARES DA COSTA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 6,00 | 4,00 | 4,00 | 0,00 | | 3,50 | REP |
| 40 | ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 2,00 | 2,00 | 8,00 | 2,00 | | 3,50 | REP |
| 41 | LUCELIA DA SILVA MARQUES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 2,00 | 4,00 | 6,00 | 2,00 | | 3,50 | REP |
| 42 | CINTHIA CARLA AQUINO COELHO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 0,00 | 6,00 | 2,00 | | 3,00 | REP |
| 43 | PAULA DE JESUS PEREIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 0,00 | | 3,00 | REP |
| 44 | MARIA GIANNE MORAES MOREIA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | 4,00 | 0,00 | 2,00 | 2,00 | | 2,00 | REP |
| 45 | ANA CLARA BELMIRO SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 46 | DANIELE RODRIGUES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 47 | EDILEUZA CONCEICAO MARTINS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 48 | ELIAZARA SOARES CAMPOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 49 | GABRIELA DA SILVA OLIVEIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 50 | GEISSE NATALIA PEREIRA BORGES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 51 | HELLEN CRISTINA SOARES DOS SANTOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 52 | JESSILA PEREIRA DIAS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 53 | JHEICE KELEN ENGRACIA FERREIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 54 | JHENIFER FERNANDA FERREIRA DE SOUZA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 55 | JOSICLEIDE GOMES DE LIMA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 56 | JULIA BATISTA BELEM | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 57 | KARINE GABRIELLI FERREIRA ENGRACIA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 58 | MAGDA ERICA DOS SANTOS FERREIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 59 | MANUELA BARBOSA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 60 | MARIA EDUARDA DE SOUZA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 61 | MARIA ELZA CONCEIÇÃO SANTOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 62 | MARIA JOSE FARIA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 63 | MARIA ROSA MARCIANO DO NASCIMENTO BRASIL | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 64 | MARILUCE BARROS DE ARAUJO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 65 | MICHELE RAMOS DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 66 | MIKAELLE DE ARAUJO CIRIACO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 67 | PATRICIA OLIVEIRA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 68 | SMAYLLA JEONE SILVA DE ALMEIDA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 69 | VALERIA CRUZ PEREIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 70 | VIVIANE PEREIRA DA CRUZ | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CARGO 32 | VAGAS | 2 | | | | | | | |
| | NOME | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | M.F | SIT | |
| 1 | TATAINE LIMA DE SOUZA ALVES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 9,00 | APR | |
| 2 | MARCIA CRISTINA RODRIGUES PEREIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 8,50 | APR | |
| 3 | MARCILENE FERREIRA MAXIMINO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 8,50 | CLA | |
| 4 | KEREN HAPUQUEM DOS SANTOS LUZ | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 6,00 | 6,00 | 8,00 | 10,00 | 7,50 | CLA | |
| 5 | SANDRA PEDRINA CALASSI | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 8,00 | 4,00 | 8,00 | 4,00 | 6,00 | CLA | |
| 6 | JAIANE CRISTINE FORNAZIERE | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 8,00 | 8,00 | 2,00 | 4,00 | 5,50 | REP | |
| 7 | ANA MARIA DE FREITAS DA COSTA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 4,00 | 4,00 | 6,00 | 1,00 | 3,75 | REP | |
| 8 | ELANDES LEITE DA GAMA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 2,00 | 0,00 | 4,00 | 0,00 | 1,50 | REP | |
| 9 | MARIA CUSTÓDIA NONATA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | 10,00 | 2,00 | 8,00 | 10,00 | 7,50 | REP | |
| 10 | ERICA MARTINS DOS SANTOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 11 | ISOLDA MARTINS DOS SANTOS SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 12 | LAURA PERES DIAS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 13 | LUANA OLIVEIRA NUNES | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 14 | LUCIA DE SOUZA ALMEIDA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 15 | MARIA DAHMER DE OLIVEIRA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 16 | MARIA DO SOCORRRO DE SANTANA SOUZA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 17 | NEURIZETE SANTOS DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 18 | RAIMUNDA CARDOSO DOS SANTOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 19 | TATIANE RIBEIRO | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 20 | TELMA PEREIRA DA SILVA | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |
| 21 | ADRIANA PAULA LOUREDO SANTOS | ARTIFICIE DE COPA/COZINHA | OBS | | | | | | AUS | |

| | CARGO 33 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | NOME | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | M.F | SIT |
| 1 | EDCLECIO DE LIVEIRA JESUS | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 9,50 | 8,70 | APR |
| 2 | JOCEMAR DA SILVA | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ITIQUIRA | 6,00 | 6,00 | 8,00 | 6,00 | 5,00 | 6,20 | CLA |
| 3 | VINICIOS DA SILVA BARBOSA | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ITIQUIRA | 4,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 3,00 | 7,00 | REP |
| 4 | ADEMILSON SEVERINO | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ITIQUIRA | 2,00 | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 0,00 | 4,80 | REP |
| 5 | CARLOS DORNEL PEREIRA | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 6 | MATHEUS RODRIGUES PACHECO | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 7 | RODRIGO ARANTES DA SILVA | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| | CARGO 33 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | M.F | SIT |
| 1 | VALCIR BARBOSA NILO | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | OBS | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 9,60 | APR |
| 2 | CARLOS EDUARDO ANDRADE DE OLIVEIRA | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | OBS | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,00 | 9,40 | CLA |
| 3 | CARLOS ALBERTO DOS SANTOS | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | OBS | | | | | | | AUS |
| 4 | TIAGO VDE LIMA GOULART | OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA | OBS | | | | | | | AUS |
| | CARGO 34 | VAGAS | 1 (CR) | | | | | | | |
| | NOME | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | M.F | SIT |
| 1 | SOLON FREDERICO LINS JUNIOR | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 8,50 | 9,70 | APR |
| 2 | PAULO ROBERTO DA SILVA | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 7,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 9,50 | 9,30 | CLA |
| 3 | MARCELO RODRIGUES DE SOUZA | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,20 | CLA |
| 4 | FRANCISCO REZENDE DE OLIVEIRA NETO | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 9,20 | CLA |
| 5 | MATHEUS DOS SANTOS NOGUEIRA | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | 9,50 | 7,50 | CLA |
| 6 | ARI ANTONIO SOARES DE SOUZA | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | 7,20 | CLA |
| 7 | LEONARDO MARTINS COSTA | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 8,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 6,80 | CLA |
| 8 | IVETE GOMES MACHADO | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 6,00 | 0,00 | 6,40 | REP |
| 9 | RONEI PEREIRA FREITA | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 2,00 | 6,00 | 7,50 | 6,30 | REP |
| 10 | JOSEMAR MARQUES MACHADO | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 11 | LUCIANO ARAUJO TEODORO | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| 12 | SEBASTIÃO DA SILVA ARAUJO | OPERADOR DE TRATOR COM PNEUS | ITIQUIRA | | | | | | | AUS |
| | CARGO 35 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | LUBRIFICADOR | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | M.F | SIT |
| 1 | ZEQUIEL GARCIA CAMPOS | LUBRIFICADOR | ITIQUIRA | 4,00 | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 8,50 | 8,10 | APR |
| 2 | EDIMARCIO RODRIGUES DA SILVA | LUBRIFICADOR | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 6,00 | 6,00 | 8,75 | 6,55 | CLA |
| | CARGO 35 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | LUBRIFICADOR | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | M.F | SIT |
| 1 | | LUBRIFICADOR | OBS | | | | | | | |
| | CARGO 36 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | FUNILEIRO | LOCAL | P | M | C.G | C.E | P.P | M.F | SIT |
| 1 | MARCELO QUEIBE FRANCO | FUNILEIRO | ITIQUIRA | 2,00 | 0,00 | 4,00 | 2,00 | 0,00 | 1,60 | REP |
| | CARGO 37 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | GUARDA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | M.F | SIT | |
| 1 | IEDA MARIA SOTTILI DALLA VALLE | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | APR | |
| 2 | JANA FRANÇA DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 9,00 | 9,75 | CLA | |
| 3 | FAGNER KAUE FERREIRA DE ANICESIO | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,50 | CLA | |
| 4 | JOAO PEDRO PARREIRA RODRIGUES | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,50 | CLA | |
| 5 | LETIZIA SILVA PIRES PAIVA | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,50 | CLA | |
| 6 | STEPHANY FERREIRA MACHADO | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,50 | CLA | |
| 7 | IRENO ROCHA DA SILVA FILHO | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 9,50 | CLA | |
| 8 | JOACIR DA SILVA FELIX | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 9 | JOAO VICTOR MESSIAS DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 10 | JHENIFER ALONSO BORGES | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 6,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 11 | JOABE DOS SANTOS NOGUEIRA | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 8,00 | 9,00 | CLA | |
| 12 | LIONILDA CARLOTA OURIVES DE REZENDE | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 13 | LUANA LIMA DE SOUZA | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 14 | MARCIO JANJACOMO DOS REIS JUNIOR | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 15 | NUBIA LIMA DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 16 | ALCIONE GOMES MACHADO | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 9,00 | CLA | |
| 17 | DIEINER ALVES BORGES | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 8,50 | CLA | |
| 18 | DOUGLAS CASTRO DOS SANTOS MORAES | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 8,50 | CLA | |
| 19 | RENALDO SOARES DA COSTA | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 8,50 | CLA | |
| 20 | ANDER BRUNO FERREIRA DE SOUZA CAMPOS | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 10,00 | 10,00 | 8,50 | CLA | |
| 21 | EVANDRO MACHADO BRITO | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 8,50 | CLA | |
| 22 | SIMONE BARBOSA DOS SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 9,00 | 8,25 | CLA | |
| 23 | CLAUDILENE MELO FERREIRA | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | 8,00 | CLA | |
| 24 | ADRYENE REZENDE SOUZA BARCELO | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 8,00 | CLA | |
| 25 | TEREZA APARECIDA CORREA DE OLIVEIRA | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 8,00 | CLA | |
| 26 | ABRAAO ALMEIDA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 8,00 | 8,00 | CLA | |
| 27 | EGNALDO VAZ BRAGANÇA | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 8,00 | 10,00 | 8,00 | 8,00 | CLA | |
| 28 | FABIO CAIQUE SILVA MARTINS | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | 7,50 | CLA | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 29 | JEANE GLEISSY ALVES CABRAL | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | 7,50 | CLA | |
| 30 | ANNE KEROLAYNNE DE OLIVEIRA DOS SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 10,00 | 6,00 | 8,00 | 7,50 | CLA | |
| 31 | JHENYFFER MELO BRANDAO | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 7,00 | CLA | |
| 32 | ELENI ROCHA DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 7,00 | CLA | |
| 33 | LEONARDO MATOS SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 10,00 | 8,00 | 6,00 | 7,00 | CLA | |
| 34 | SOLEIDE INOCENCIA DE ALMEIDA | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 4,00 | 8,00 | 4,00 | 5,50 | CLA | |
| 35 | VERA LUCI DOS SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 8,00 | 6,00 | 5,50 | CLA | |
| 36 | POLIANA SEVERINO RIBEIRO MIRANDA | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 6,00 | 4,00 | 4,50 | CLA | |
| 37 | DEUSLANGE CLAUDINA DE ASSIS DA ROCHA | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | CLA | |
| 38 | KELLY VITORIA FERREIRA ARAUJO | GUARDA | ITIQUIRA | 10,00 | 2,00 | 6,00 | 10,00 | 7,00 | REP | |
| 39 | ALBERTO DE SOUZA CAMPOS | GUARDA | ITIQUIRA | 2,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | 7,00 | REP | |
| 40 | ELIZIO DE PAULA ALENCAR | GUARDA | ITIQUIRA | 2,00 | 8,00 | 6,00 | 10,00 | 6,50 | REP | |
| 41 | DIEGO ZEFERINO DOS SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | 8,00 | 2,00 | 8,00 | 4,00 | 5,50 | REP | |
| 42 | TATIANE ROSA DE ANICESIO | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 2,00 | 8,00 | 6,00 | 5,50 | REP | |
| 43 | VALDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA | GUARDA | ITIQUIRA | 2,00 | 8,00 | 6,00 | 6,00 | 5,50 | REP | |
| 44 | ANA RITA JACINTA FRANGA | GUARDA | ITIQUIRA | 2,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 | 5,00 | REP | |
| 45 | ANTONIO VELASCO NETO | GUARDA | ITIQUIRA | 6,00 | 2,00 | 6,00 | 4,00 | 4,50 | REP | |
| 46 | LAUDINEIA INOCENCIA DOS SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 4,00 | 8,00 | 2,00 | 4,50 | REP | |
| 47 | HERMANE JOSE OLIVEIRA RORIZ DE ALMEIDA | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 6,00 | 6,00 | 2,00 | 4,50 | REP | |
| 48 | ANA VALERIO DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | 4,00 | 2,00 | 8,00 | 2,00 | 4,00 | REP | |
| 49 | ADILSON NUNES FERREIRA | GUARDA | ITIQUIRA | 0,00 | 0,00 | 2,00 | 0,00 | 0,50 | REP | |
| 50 | ADEMAR PEREIRA DE JESUS | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 51 | ADRIANA ALVES | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 52 | ANA CAROLINA FORTE GONSALVES | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 53 | ANGELICA FERREIRA TEODORO | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 54 | ARIELI LEMOS DE CARVALHO | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 55 | BRUNO DE SOUZA DELGADO DOS SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 56 | DANIELA FERREIRA ALVES ORTIZ | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 57 | DANIO PRESOTTO DE ARAUJO | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 58 | FRANCIELI NOVAES DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 59 | HUIARA DAIANE OLIVEIRA SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 60 | IRANILDE DA CONCEICAO CRUZ | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 61 | JAMILY GABRIELLY DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 62 | JOSE PENAFOR | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 63 | JOSENEIDE DA SILVA MARCELINO | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 64 | JUCELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 65 | KATIUCIA LOPES LOURO RODRIGUES | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 66 | LAIS KETELIN DE SOUZA ALMEIDA LEITE | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 67 | LARISSA DA SILVA NUNES | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 68 | LEOVALDINA FERREIRA DE SOUZA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 69 | LILIETE MARQUES TUNES DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 70 | LUDMYLLA DA SILVA CABRAL | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 71 | MARIA DE LOURDES MERGELINO | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 72 | MARIA DO CARMO RODRIGUES DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 73 | MARIA SUELI DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 74 | NAYARA AQUINO DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 75 | RAYANE APARECIDA FERNANDES SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 76 | ROSANA FERREIRA PIRES | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 77 | TAUANA RODRIGUES DE ALMEIDA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 78 | TEREZA CRISTINA DOS SANTOS SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 79 | VITORIA NOVAES DA SILVA | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 80 | VIVIANE INACIO SANTOS | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| 81 | WILLYAM RAMIRO SANTOS DOMINGOS | GUARDA | ITIQUIRA | | | | | | AUS | |
| | CARGO 37 | VAGAS | 1 | | | | | | | |
| | NOME | GUARDA | LOCAL | P | M | C.G | C.E | MF | SIT | |
| 1 | ANTENOR BELO DE SOUZA JUNIOR | GUARDA | OBS | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,50 | APR | |
| 2 | UIGNER ALVES LOPES | GUARDA | OBS | 10,00 | 10,00 | 8,00 | 10,00 | 9,50 | CLA | |
| 3 | CLEMILDA ALVES DA SILVA | GUARDA | OBS | 8,00 | 8,00 | 4,00 | 6,00 | 6,50 | CLA | |
| 4 | MARIA AUXILIADORA FERNANDES PEREIRA | GUARDA | OBS | 10,00 | 6,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | CLA | |
| 5 | DANILO SANTOS SILVA | GUARDA | OBS | | | | | | AUS | |
| 6 | MARIA APARECIDA DE JESUS SANTOS | GUARDA | OBS | | | | | | AUS | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

### ATA DE TRANSMISSÃO DO CARGO

Ata de transmissão do cargo de Prefeito Municipal ao Presidente da Câmara Municipal. Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, na sala do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Jauru, sito a Rua do Comércio, no 480, reuniram-se os Excelentíssimos senhores Valdeci José de Souza, Prefeito Municipal de Jauru/MT, Vilson Ramos da Silva, Presidente Câmara Municipal de Jauru e demais autoridades municipais para a solenidade de transmissão temporária do cargo de Prefeito. O Prefeito Municipal, Sr. Valdeci José de Souza, fazendo uso da palavra, agradeceu a presença de todos e esclareceu que devido ao gozo de férias, o mesmo transmite, temporariamente,

o cargo de Prefeito ao Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Vilson Ramos da Silva, o qual assumira as funções de Prefeito por um período de trinta dias a contar da data de hoje, e que deposita sua confiança nesse período de afastamento e que tem certeza que ele conduzirá da melhor maneira possível, passando a palavra, o senhor Vilson Ramos da Silva agradeceu a confiança depositada e se compromete a dar continuidade aos trabalhos em andamento colocando-se à disposição para servir aos munícipes enquanto Prefeito em exercício, e que contará com o apoio dos Secretários Municipais, demais servidores, e vereadores. Ato contínuo, o Sr. Prefeito em exercício passou a palavra ao Vereador Sr. Petronilio Ladeira da Silva, que assumirá a Presidência da Câmara nesse período, que agradeceu a presença de todos e parabenizou os empossados neste ato, onde ressaltou a importância da parceria entre os poderes Executivo e Legislativo, no qual é imprescindível trabalhar para o povo e pelo o povo, com humildade e transparência. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a transmissão de cargo. Eu, Welder Oliveira dos Santos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Iauru Mato Grosso, primeiro de janeiro de dois mil e vinte e quatro.

Valdeci José de Souza Vilson Ramos da Silva

Prefeito Interino

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

### SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
### DECRETO Nº 2.021/2024

**Decreto nº 2.021, de 09 de janeiro de 2024.**

**Dispõe sobre nomeação e posse dos novos Conselheiros Tutelares do Município de Juara, para mandato de 04 (quatro) anos.**

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no §1º do art. 139 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que determina que, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial;

Considerando ainda o disposto no §2º do art. 139 da norma legal, Lei Federal nº 8.069/1990, que a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;

Considerandoque o mandato dos atuais conselheiros tutelares de Juara encerra em 9 de janeiro de 2024;

Considerando o Processo Eleitoral Unificado para Escolha do Conselheiro Tutelar, realizado no dia 1º de outubro de 2023;

Considerando o Edital Complementar n° 009/2023 que divulgou o Resultado da Eleição do Processo de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares para o município de Juara.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros Tutelares de Juara/MT, bem como os suplentes, que terão mandato de 04 (quatro) anos, de 10 de janeiro de 2024 a 9 de janeiro de 2028, para a gestão 2024/2028:

I - Conselheiros Tutelares:

a) Nayara Alves Cordeiro Borges;

b) Aline Aparecida de França Barbosa;

c) Gessi Bruning;

d) Patrícia Ola Prestes;

e) Edinéia Santos Schwertz.

II - Suplentes de Conselheiro Tutelar:

a) Eliana Regina de Moraes Franco;

b) Thais Gabrieli Gobato;

c) Eliziane Aparecida Braitbach Sivirino;

d) Keplia Priscila da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 09 de janeiro de 2024.

**Carlos Amadeu Sirena**

Prefeito do Município

### DEPARTAMENTO RH
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2023 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.970/2023 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.321 DO DIA 18/09/2023.**

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°004/2023, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Administração, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2023, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

**ENFERMEIRO**

| Item | Nome | Classificação |
|---|---|---|
| 01 | TACIANE NETA DOS REIS BISPO | 12º |

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 09 de Janeiro de 2024

Nair de Fatima Gouveia Gomes

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria n°520/2022 de 01/11/2022

### SETOR DE LICITAÇÃO
### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: CONCORRÊNCIA N.º 001/2023/SECAD JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Juara, designada pela Portaria GP nº 001/2024, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Concorrência Pública nº. 001/2023, cuja abertura ocorreu às 08h30 Local, do dia **09.01.2024**, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM DIVERSAS VIAS URBANAS, COM DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA NOS BAIRROS JOÃO DE BARRO, CENTRO E SÃO GABRIEL NO MUNICIPIO DE JUARA/MT, ATRAVES DA OPERAÇÃO DE CREDITO JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO Á ESTRUTURA E AO SANEAMENTO, SOB CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0621074-48,** em Atendimento Secretaria Municipal de Cidades, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, sagrou-se vencedora a empresa: **M C BRUS-**

**TOLIN ENGENHARIA EIRELI - EPP**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 28. 836.771/0001-32, localizada à Rua Bauru, 229-W - Centro - Município de Juara/MT, devidamente representada por seu proprietário o Sr. Maiko Cleomir Brustolin, portador da Cédula de Identidade n.º 1314263-1 SSP/MT e CPF: 009.338.401-79, que apresentou proposta no Valor Global de **R$ 4. 068.657,80 (quatro milhões sessenta e oito mil seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos),** da qual atendeu todas condições editalícias em todos os seus aspectos, inclusive quanto ao preço.

*Juara –MT, 09 de janeiro de 2024.*

**Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena**

**Agente de Contratação / Pregoeiro Prefeito do Município**

**Portaria nº 001/2024**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
### DECRETO N.º 619, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

Estabelece expediente em Turno de 6 (seis) horas de serviço contínuo, no âmbito do Banco de Sangue do Municipio de Juína, aos Profissionais concursados Farmaceuticos/Bioquimicos do Poder Executivo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no período que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e,

CONSIDERANDO que os procedimentos afetos ao Banco de Sangue do Municipio de Juína necessitam de acompanhamento continuado;

CONSIDERANDO a conveniência da Administração Direta do Poder Executivo implantar formas para melhor atendimento ao usuário em serviços continuos, inclusive com atendimento em Turno de 6 (seis) horas, se for necessário;

CONSIDERANDO que o Turno de 6 (seis) horas não trará prejuízos para o bom e regular funcionamento do Banco de Sangue do Municipio de Juína, no que diz respeito, inclusive, aos munícipes administrados.

DECRETA:

Art. 1.º Fica estabelecido Turno de 6 (seis) horas diárias de serviço contínuo, no âmbito do Sangue do Municipio de Juína, Estado de Mato Grosso, aos Profissionais Farmaceuticos/Bioquimicos a ser cumprido no horário das 7:00 as 13:00 horas (1º turno) e das 13:00 as 19:00 (2º turno) de segunda à sexta-feira.

Parágrafo Único. Aplica-se o disposto no Art. 1.° aos servidores efetivos com 2 (dois) vínculos de 4 (quatro) horas diárias no mesmo cargo público.

Art. 2.º O Turno de 6 (seis) horas estabelecido pelo art. 1.º, do presente Decreto, vigorará a partir de 08 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado, mediante Decreto do Executivo.

Art. 3.º Cessado o Turno Único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, de segunda à sexta-feira, com interrupção de 2 (duas) horas diárias, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência do presente Decreto.

Parágrafo Único. A jornada de trabalho dos servidores para seus cargos, não sofrerá qualquer alteração, ficando apenas dispensado o cumprimento 8 (oito) horas diárias, durante o período de Turno de 6 (seis) horas corridas.

Art. 4.º Fica vedada, na vigência do turno 6 (seis) horas, a convocação para prestação de serviço extraordinário, ressalvados os casos de inclusão em escalas de Plantão, Sobreaviso e Prontidão, assim como situação de emergência ou calamidade pública, devidamente, justificados e autorizados expressamente pelos Secretários Municipais e Chefes de Órgãos Autônomos, fazendo jus os servidores, nessa hipótese, apenas as horas excedentes à jornada de trabalho, estabelecida para os respectivos cargos.

Art. 5.º A Secretaria Municipal de Finanças e Administração, A Secretaria Municipal de Saúde o Gabinete do Prefeito e o Setor de Recursos Humanos deverão dar ciência do inteiro teor do presente Decreto, mediante cópia do seu inteiro teor, a todos os Secretários Municipais e Chefes de Órgãos Autônomos e Independentes da Municipalidade, para adoção das providências dispostas, no presente Decreto, bem como ampla divulgação nos meios de comunicação internos.

Art. 6.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7. Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 08 de janeiro de 2024.

**PAULO AUGUSTO VERONESE**

**Prefeito Municipal**

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
### DECRETO N.º 618, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2024, no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e,

CONSIDERANDO o disposto no inciso VII, do art. 7.º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, será de R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, do presente artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário, a R$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2024, não terão valor inferior a R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias e pensão por morte (valor global) pagos pelo PREVIJUINA.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto nos artigos 1º e 2º, revogando-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 08 de janeiro de 2024.

**PAULO AUGUSTO VERONESE**

**Prefeito Municipal**

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA**
**DECRETO N.º 596, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Dispõe sobre o cancelamento de empenhos de exercícios anteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, PAULO AUGUSTO VERONESE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO o art. 206, § 5.º, inciso I, do Código Civil Brasileiro;

CONSIDERANDO o art. 1.º, do Decreto Federal n.º 20.910, de *06* de janeiro de 1932 e demais disposições das legislações em vigor que regulamentam o cancelamento de restos a pagar;

CONSIDERANDO a inexecução dos serviços contratados e a não entrega de mercadorias até a presente data;

CONSIDERANDO a não reivindicação de pagamentos pelos credores;

DECRETA:

Art. 1.º Ficam cancelados os saldos dos empenhos não processados do exercício de 2020, 2021 e 2022 relacionados no ANEXO I, do presente Decreto, que deste passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em 01 de Dezembro de 2023.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO em local costume nesta data.

ANEXO I

Decreto n.º 596/2023

RELAÇÃO DOS SALDOS DOS EMPENHOS NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO DE 2020, 2021 e 2022

| Número | Ano | Tipo | Credor | Fonte | Valor R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| 1348 | 2020 | Global | SILVANA I. FUHR - ME | 1.500.0000 | 6.000,00 |
| 8837 | 2020 | Global | ANA MARIA FERREIRA | 1.500.0000 | 19.950,00 |
| 12889 | 2020 | Global | CAROLINE BEDIN | 1.500.0000 | 19.825,00 |
| 16596 | 2020 | Global | MAYRA LIEGE WUTKE | 1.500.0000 | 24.832,00 |
| 622 | 2021 | Global | E T D DE LIMA SERVIÇOS | 2.550.0000 | 16.279.37 |
| 17159 | 2021 | Global | DIAGRAMA ENGENHARIA & CONST LTDA | 1.500.0000 | 666,27 |
| 17307 | 2021 | Global | DIAGRAMA ENGENHARIA & CONST LTDA | 1.500.0000 | 0,02 |
| 73 | 2022 | Global | FAENG ENGENHARIA PROJ E CONST EIRELLI | 1.500.0000 | 155.410,20 |
| 800 | 2022 | Global | CONSTRUTORA NASCIMENTO TEODORO | 1.700.0000 | 0,01 |
| 891 | 2022 | Global | COTRIGUAÇU MOTOSSERRAS LTDA | 1.500.0000 | 929,50 |
| 1107 | 2022 | Global | ARAPETRO DIST. DE PETROLEO LTDA | 1.500.0000 | 45.468,00 |
| 5103 | 2022 | Global | ANTONIO G. DE SOUZA ME | 1.500.1001 | 799,00 |
| 7340 | 2022 | Global | RCM COMERCIAL LTDA | 1.500.0000 | 2.481.00 |
| 10155 | 2022 | Global | ANTONIO G. DE SOUZA ME | 1.500.1002 | 798,17 |
| 14748 | 2022 | Global | RCM COMERCIAL LTDA | 1.500.0000 | 31.910,27 |
| 15660 | 2022 | Global | RCM COMERCIAL LTDA | 1.500.0000 | 9.059,33 |
| 15661 | 2022 | Global | RCM COMERCIAL LTDA | 2.755.0000 | 1.057,03 |
| 21201 | 2022 | Global | NEUCYR SILVA PARADA | 1.500.0000 | 2.244,09 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001/2024**

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003**

**MUNICÍPIO - LAMBARI D'OESTE - MT**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, de 08 de Janeiro de 2024.**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Notificação de Lançamento (ITR)** |
| HUGA LARA CASTRILLON | 535.314.851-72 | 0137 /00040/2023 |
| HUGA LARA CASTRILLON | 535.314.851-72 | 0137 /00039/2023 |

**Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR**

Nome: ILSON PEREIRA ROSA Matrícula: 00000213

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 22 Assinatura:

Data de afixação: 08/01/2024

Data de desafixação: 23/01/2024

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

**DECRETO Nº 001/2024- MANTEM VALOR DA UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DECRETO Nº 001/2024**

**DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**MANTEM O VALOR DA UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PARASSU DE SOUZA FREITAS,** Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições legais:

**CONSIDERANDO que o** ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – IGPM fechou negativo em 2023;

**DECRETA:**

**ART. 1° -** Fica Mantido o valor da UPF/LU- Unidade padrão Fiscal de Luciara-MT, em R$ 59,18 (cinquenta e nove reais e dezoito centavos), de acordo com o ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - IGPM, a ser praticado no exercício de 2024.

**ART. 2° -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luciara-MT, 08 de janeiro de 2024.

**PARASSU DE SOUZA FREITAS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº 002/2024- EQUIPARA O SALÁRIOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ACORDO COM O SALÁRIO MÍNIMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DECRETO Nº 002/2024**

**DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**EQUIPARA O SALÁRIOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ACORDO COM O SALÁRIO MÍNIMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PARASSU DE SOUZA FREITAS,** Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições legais:

**CONSIDERANDO a Lei nº 185/36, de 14 de janeiro de 1936, que instituiu o salário mínimo;**

**CONSIDERANDO** a LEI Nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, que estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo;

**CONSIDERANDO** o Decreto n. 11.864 de 27 de Dezembro de 2023 que Atualiza o valor do salário mínimo paraR$1.412,00 (hum mil quatrocentos e doze reais),

**CONSIDERANDO a Lei municipal nº 684/2017- Dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Administrativa, e seu Anexo 1 – Remuneração de cargos comissionados.**

**CONSIDERANDO,** ainda, o princípio da legalidade e que os cargos comissionados de Livre nomeação não possuem reajuste salarial automático;

**DECRETA:**

**ART. 1° -** Fica equiparado ao Salário Mínimo a remuneração dos servidores comissionados da Prefeitura Municipal de Luciara/MT, cujo os vencimentos estão abaixo do mínimo legal.

**ART. 2° -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luciara-MT, 08 de janeiro de 2024.

**PARASSU DE SOUZA FREITAS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**ATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 244/2022**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

**CONTRATADA: GERAÇÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME**

**Fica alterado Objetivo do Aditivo**

**Onde se lê:**

**OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Nona que passam a vigorar com as seguintes redações:**

**9- PRAZOS**

**9.1.1 -** O novo prazo de **Execução** do contrato é aditado em **410 (quatrocentos e dez dias)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **13 DE MARÇO DE 2024,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

O presente aditamento do prazo de execução não configura concordância da Administração com o atraso na execução da obra para efeito de reajuste de preço, sendo motivado pelo Contratado o aumento no prazo de execução.

**9.4 -** O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em **120 (cento e vinte)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **12 DE ABRIL DE 2024,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

**Lê-se:**

**OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Nona que passam a vigorar com as seguintes redações:**

**9- PRAZOS**

**9.1.1 -** O novo prazo de **Execução** do contrato é aditado em **90 (noventa dias)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **13 DE MARÇO DE 2024,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

O presente aditamento do prazo de execução não configura concordância da Administração com o atraso na execução da obra para efeito de reajuste de preço, sendo motivado pelo Contratado o aumento no prazo de execução.

**9.4 -** O novo prazo de **Vigência** do contrato é aditado em **120 (cento e vinte)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **12 DE ABRIL DE 2024,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

**Assinatura: 09/01/2024.**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**ATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 217/2023**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

**CONTRATADA: COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA TERRANOVA LTDA**

**Fica alterado Objeto do Aditivo**

**Onde se lê:**

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REVITALIZAÇÃO DO ESTA-**

**CIONAMENTO, CALÇADAS E PRAÇA COM BLOCO INTERTRAVADO EM PARALELO A AVENIDA HERMÍNIO OMETTO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT".** Contidas nos anexos do **Edital 0147/2021, TOMADA DE PREÇO 017/2021,** com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços**.**

**Lê-se:**

**"CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE MATUPÁ-MT***",* para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2023/2024, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2023**, o qual fica fazendo parte do Edital **Nº. 0111/2023.**

**Assinatura: 09/01/2024.**

---

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**
**DECRETO Nº. 4874 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

***"ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL OU DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, ASSIM COMO PARA POSSE EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DECORRENTES DE CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de cargos públicos efetivos;

CONSIDERANDO o Art. 25 da Lei Complementar nº 81/2013 - Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Matupá – MT.

**DECRETA**

**Art. 1º.** Os candidatos a ingresso no Serviço Público Municipal, através do Concurso Público, deverão submeter-se a exame médico admissional, a ser promovido pelo Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e firmar declaração sobre seu histórico de saúde, em formulário próprio, fornecido pelo referido Departamento.

**§ 1º** O exame médico admissional tem por objetivo avaliar o estado de saúde física e mental do candidato, o qual deverá apresentar capacidade laborativa para o desempenho do cargo ou função a ser exercida, não podendo apresentar patologia que possa vir a resultar em prejuízo à saúde do candidato ou incapacidade para o exercício de suas funções.

**§ 2º** A declaração a que se refere o "caput" será firmada sob as penas da lei e, caso comprovada sua não veracidade, será decretada a nulidade do ato de nomeação, ainda que já tenha ocorrido o início de exercício.

**Art. 2º.** Para os fins deste Decreto considera-se Exame Médico o procedimento médico realizado por profissional devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina, regulamentado, para estabelecer a capacidade laborativa quanto à saúde do candidato aprovado no referido concurso, para provimento de cargos, funções e empregos públicos, nos casos dos exames: Admissionais ou de Ingresso.

**Art. 3º.** O exame médico admissional será composto de avaliação médica, realizada pelo Médico Especialista em Medicina do Trabalho, de avaliação psicológica, de exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e de exames obrigatórios complementares caso sejam solicitados pelo Médico Especialista em Medicina do Trabalho.

**Art. 4º.** A avaliação médica será realizada por Médico Especialista em Medicina do Trabalho, os quais deverão registrar, objetivamente, os dados observados na respectiva ficha médica.

**§ 1º** A critério do profissional de saúde, poderá ser solicitado ao candidato a realização de outros exames laboratoriais e complementares, que deverão ser apresentados no prazo de até 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado este prazo caso haja necessidade devido à complexidade do mesmo.

**§ 2º** Se na análise do exame clínico, dos exames laboratoriais e complementares for evidenciada alguma alteração clínica, o profissional de saúde deverá determinar se a mesma é:

**I –** compatível ou não com o cargo pleiteado;

**II –** potencializada com as atividades a serem desenvolvidas;

**III –** determinante de frequentes ausências;

**IV –** capaz de gerar atos inseguros que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outras pessoas;

**V –** potencialmente incapacitante em curto prazo.

**§ 3º** Evidenciadas quaisquer das alterações descritas no § 2º do Artigo 4º, o candidato será considerado inapto permanentemente.

**§ 4º** Caso o candidato seja considerado inapto, deverá o médico fundamentar tal inaptidão.

**Art. 5º.** Durante a avaliação médica deverão ser apresentados pelos candidatos, os exames ambulatoriais já pré-definidos por cargo pleiteado conforme Anexo I deste Decreto, a serem realizados a expensas do candidato e nele constará o nome completo do candidato, que deverá ser conferido quando da avaliação médica.

**Art. 6º.** No decorrer da avaliação médica poderão ser solicitados, a expensas do candidato e conforme julgamento do médico, exames complementares a serem apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias em uma nova avaliação médica.

**Art. 7º.** O resultado da avaliação feita pelo Médico Especialista em Medicina do Trabalho dará origem ao parecer que julgará o candidato apto ou inapto, para assumir a função.

**Art. 8º.** O candidato considerado inapto, caso queira contestar o resultado da avaliação médica, terá prazo de 5 (cinco) dias para solicitar acesso ao laudo médico, recebido o laudo, ele terá prazo de mais 5 (cinco) dias para agendar nova avaliação com médico perito.

**Parágrafo Único.** Nesta nova avaliação o candidato tem direito a levar, para que o acompanhe no momento da nova perícia, um médico de sua escolha e confiança.

**Art. 9º.** Em todos os exames laboratoriais e complementares, além do nome do candidato, deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade deste a inobservância ou a omissão do referido número.

**Art. 10º.** Os exames laboratoriais obrigatórios e pré-definidos e os exames obrigatórios complementares terão validade de no máximo 90 (noventa) dias anteriores a data da avaliação médica.

**Art. 11º.** Caberá ao profissional de saúde a interpretação e análise dos exames, bem como a emissão de laudo e o devido parecer.

**Art. 12º.** Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento do presente Decreto.

**Art. 13º.** As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos neste Decreto serão dirimidos pelo Departamento Pessoal e a Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 14º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Registre-se

Publique-se

**BRUNO SANTOS MENA**

**Prefeito de Matupá**

**ANEXO I**

| EXAMES ADMISSIONAIS PARA CARGOS PROVENIENTES DO CONCURSO PÚBLICO | |
|---|---|
| **CARGOS** | **EXAMES MÉDICOS** |
| **ADVOGADO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE ADMINISTRATIVO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE DE CONTABILIDADE** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AGENTE DE TRIBUTOS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ALMOXARIFE** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ANALISTA ADMINISTRATIVO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ARQUITETO E URBANISTA** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ASSISTENTE SOCIAL** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I |

| | |
|---|---|
| | Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AUXILIAR DE CRECHE** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AUXILIAR DE MECÂNICO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **AUXILIAR NO CONSULTÓRIO DENTÁRIO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **BIOQUÍMICO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **BIÓLOGO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **CARPINTEIRO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **CHAPEADOR** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo |
| | Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **CONTADOR** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **CONTROLADOR INTERNO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **COZINHEIRO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **CUIDADOR SOCIAL** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **EDUCADOR DO CREAS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **EDUCADOR FÍSICO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **EDUCADOR SOCIAL** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ELETRICISTA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ENFERMEIRO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I |

| | |
|---|---|
| | Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ENGENHEIRO AGRÔNOMO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ENGENHEIRO AMBIENTAL** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ENGENHEIRO CIVIL** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ENGENHEIRO ELÉTRICO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ENGENHEIRO FLORESTAL** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ENGENHEIRO SANITARISTA** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **FARMACÊUTICO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **FISCAL DE TRIBUTOS RODOVIÁRIOS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos |
| | Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **FISIOTERAPEUTA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **FONOAUDIÓLOGO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **GEÓLOGO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **INSTRUTOR DE CURSOS COMUNITÁRIOS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **INSTRUTOR PROFISSIONAL** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **JARDINEIRO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MANUTENÇÃO E LIMPEZA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MARCENEIRO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MECÂNICO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL |

| | |
|---|---|
| | Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MÉDICO ANESTESISTA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MÉDICO CIRURGIÃO GERAL** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>**Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra** |
| **MÉDICO CLÍNICO GERAL** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>**Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra** |
| **MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRÍCIA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>**Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra** |
| **MÉDICO VETERINÁRIO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MONITOR DE ALUNO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MOTORISTA EXECUTIVO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MOTORISTA VEÍCULOS LEVES** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos |
| | Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **MOTORISTA VEÍCULOS PESADOS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **NUTRIÇÃO ESCOLAR** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **NUTRICIONISTA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ODONTÓLOGO** | Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS I (PÁ CARREGADEIRA/TRATOR ESTEIRA/RETRO ESCAVADEIRA)** | Audiometria<br>Acuidade visual<br>Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E MOTONIVELADORA)** | Audiometria<br>Acuidade visual<br>Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **OPERADOR DE MOTOSSERRA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **PEDREIRO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **PROFESSOR** | Avaliação Fonoaudióloga |

| | |
|---|---|
| | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **PSICÓLOGO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **RECEPCIONISTA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **SOLDADOR** | Audiometria<br>Acuidade visual<br>Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **TÉCNICO EM LABORATÓRIO** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **TÉCNICO EM RADIOLOGIA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **TRATORISTA** | Audiometria<br>Acuidade visual<br>Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Densitometria Óssea<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |
| **ZOOTECNISTA** | Raio X Coluna Lombar 2 incidências com laudo<br>Raio X de Tórax 2 incidências com laudo<br>Urina tipo I<br>Hemograma completo<br>VDRL<br>Protoparasitológicos<br>Atestado de Saúde Mental – Emitido por Psiquiatra |

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**ATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 143/2022**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

**CONTRATADA: WRC SOLUÇÕES – PROJETOS, GEODESIA E CONSTRUÇÃO LTDA**

**Fica alterado Objeto do Aditivo**

**Onde se lê:**

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REVITALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO, CALÇADAS E PRAÇA COM BLOCO INTERTRAVADO EM PARALELO A AVENIDA HERMÍNIO OMETTO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT".** Contidas nos anexos do **Edital 0147/2021, TOMADA DE PREÇO 017/2021,** com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços**.**

**Lê-se:**

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DE IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, INCLUSIVE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS, DE ESTRADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ-MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 051/2022 do respectivo **Tomada de Preço nº 006/2022.**

**Assinatura: 09/01/2024.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 004/2024**

**PORTARIA Nº 004 DE 08 DE JANEIRO DE 2024. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCI-**

**AS.** ***O Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;*** **RESOLVE Artigo 1º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para o servidor APARECIDO GREGORIO MARIANO, lotado na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 31/10/2021 a 30/10/2022, para gozo a partir de 08/01/2024, conforme requerimento protocolo n° 14035/2023. Artigo 2º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para a servidora CYNTIA CIBELE CAPELETTI LEÃO, lotada na Secretaria de Administração, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo de 09/07/2020 a 08/07/2021, para gozo a partir de 27/01/2024, conforme deferimento via FlowDocs. Artigo 3º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para o servidor DANILO CESAR OCHIUTO, lotado no Gabinete Prefeito, no cargo de ADVOGADO,** ***referente ao período aquisitivo de 05/01/2019 a 04/01/2020, para gozo a partir de 17/01/2024, conforme requerimento protocolo n° 13307/2023.*** **Artigo 4º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para a servidora GILVANIA DE LIMA AMARAL, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de PROFESSORA, referente ao ano letivo de 2023, para gozo a partir de 29/12/2023, conforme requerimento protocolo n° 14495/2023. Artigo 5º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para a servidora JUCELENE ADARTE DA COSTA QUEIROZ, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** ***referente ao ano letivo de 2023, para gozo a partir de 26/12/2023, conforme requerimento protocolo n° 14281/2023.*** **Artigo 6º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para a servidora LUCIA DIAS DOS SANTOS, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** ***referente ao período aquisitivo de 26/07/2022 a 25/07/2023 para gozo a partir de 09/01/2024, conforme requerimento protocolo n° 14634/2023.*** **Artigo 7º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para a servidora LUCIANA PEREIRA DA SILVA SANTOS, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de MONITORA DE CRECHE, referente ao ano letivo de 2023, para gozo a partir de 31/12/2023, conforme requerimento protocolo n° 010/2024. Artigo 8º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para o servidor MARCO AURELIO NASCIMENTO JUNIOR, lotado na Secretaria de Fazenda, no cargo de AGENTE DE TRANSITO, referente ao período aquisitivo de 03/10/2022 a 02/10/2023, para gozo a partir de 01/02/2024, conforme requerimento deferido. Artigo 9º -** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para a servidora MARIA APARECIDA SOARES DOS SANTOS, lotada na Secretaria de Administração, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 21/02/2022 a 20/02/2023, para gozo a partir de 08/01/2024, conforme requerimento protocolo n° 13883/2023. Artigo 10-** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para a servidora ROSILENE MENANDES DA SILVA, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de PROFESSORA, referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023 para gozo a partir de 08/01/2024, conforme requerimento protocolo n° 13145/2023. Artigo 11-** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para o servidor VILSON CLEMENTE DIOGO FERREIRA,** ***lotado na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de*** **MOTORISTA,** ***referente ao período aquisitivo de 28/02/2022 a 27/02/2023, para gozo a partir de 21/12/2023, conforme requerimento protocolo n° 14769/2023.*** **Artigo 12-** ***Conceder 30 (trinta) dias de*** **FÉRIAS para o servidor WANILDO ZANETE FERRARI, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, no cargo de MOTORISTA,** ***referente ao período aquisitivo de 01/08/2022 a 31/07/2023, para gozo a partir de 31/01/2024, conforme requerimento protocolo n° 007/2024.***

**Artigo 13** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 14 -** Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.** ***Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 08 de janeiro de 2024.*** **ISAQUE BATISTA FARIAS**

Secretário de Administração e Planejamento

IBF/vl

**COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 61/2023**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 61/2023 **– Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E MATERIAS ODONTOLÓGICOS - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.** O Município de Mirassol d'Oeste informa que procedeu a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL** para correção de estratégia a ser adotada no **Termo de Referência.**Fica designada a data de **23/01/2024**, às 9h (Horário de Brasília) para abertura da sessão. O edital retificado está disponível no site do Município e na Plataforma Licitanet. **DENILTON MENDES DA SILVA** - Pregoeiro. Mirassol d'Oeste, 10/01/2024.

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
**PORTARIA Nº 01 DE 08 DE JANEIRO DE 2024 - NOMEIA OS CONSELHEIROS TUTELARES ELEITOS, TITULARES E SUPLENTES.**

**PORTARIA Nº 01 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**NOMEIA OS CONSELHEIROS TUTELARES ELEITOS, TITULARES E SUPLENTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA,** Prefeito Interino do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando o Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente resguardadas na Lei Complementar Municipal 241/2023 e a Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e Adolescente, conforme resultados na Ata de Apuração 037/2023 na data de 1º de outubro de 2023,

**R E S O L V E**

**Art. 1º -** Designar os Conselheiros Tutelares Titulares: 1. Zuleide Teixeira da Rocha; 2. Tânia Amaral de Souza; 3. Rosângela Lemes Martins; 4. Jane Cristina de Araújo Januário e 5. Douglas Pereira dos Santos para o período de 2024 a 2028. e, seguidos dos demais Conselheiros Tutelares, considerados como suplentes: 6. Silmara Rodrigues Machado; 7. Erica Carvalho Barbosa de Oliveira; 8. Rosilene Rodrigues dos Santos Silva; 9. Geraldo Donizete Toló Junior; 10. Suzan Raffaella Garcia de Castilho; 11. Karina Pimentel Khali; 12. Cláudia Mariana Alves Soratto; 13. Guilherme Dantas Teixeira; 14. Maria Cristiane da Roza; 15. Zenilda Aparecida de Mello Campos; 16. Erli Porto de Oliveira; 17. Robson José Marteli Davantel; 18. Milena Magalhães Fava; 19. Ilizielma Ferreira do Nascimento; 20. Betânia Oliveira dos Santos; 21. Krysna Vitoria Machado Sobral; 22. Zilene Ferreira Lemes; 23. Kelly Cristina da Silva Sá; 24. Rosenilda dos Santos Costa; 25. Paulo Henrique Muller da Silva. **Art. 2º** São atribuições dos Conselheiros Tutelares os elencados no artigo 136 da Lei 8069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, quais sejam:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal ;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Art. 3º - O mandato dos Conselheiros será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução mediante novo processo de Escolha, nos moldes do artigo 132 do ECA.

Art. 4º - O mandato dos Conselheiros efetiva-se no dia 10 de janeiro de 2024 conforme determina o § 2º do artigo 139 do ECA e finda-se no dia 09 de janeiro de 2028.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 08 de janeiro de 2024.

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

Prefeito Interino

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 003/2024**

**PORTARIA Nº 003 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**NOMEIA INTERINAMENTE E CUMULATIVAMENTE PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Interino Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 159/2016 que dispõe a Estrutura Administrativa,

**RESOLVE**

**Artigo 1º** -Nomear interinamente a servidora ***MORGANIA RODRIGUES OLIVERIA*****,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, portadora do CPF nº ***.845.001-** e RG nº ***1433-* SSP/MT, ocupante de cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, para exercer o cargo de ***SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CC-6,*** em substituição a servidora Taciana Beatriz Kreulich Bezerra, que se encontra de ferias conforme Portaria nº 703/2022, cumulativamente com o cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 08/01/2024 a 17/01/2024.

**Artigo 2º-** Compete ao Secretário Ora nomeado:

I - Prestação de serviços de assistência social;

II - Ordenar e coordenar a Política Municipal de Assistência Social do Município, criando e

complementando ações que garantam o atendimento às necessidades básicas da população, no

sentido de inclusão social

III - Planejar, organizar, coordenar e executar a política habitacional;

IV - Executar a política municipal de desenvolvimento na área de assistência social, visando

amparar e proteger a família, o menor e adolescente, a velhice e os portadores de necessidades

especiais;

V - Atuar como serviço social em programas de organização da comunidade;

VI - Manter convênio com organizações governamentais e não governamentais para execução de

programas e ações de natureza social;

VII - Promover a integração do indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social;

VIII - Amparar a velhice e a criança abandonada;

IX - Executar ações de integração das comunidades carentes;

X - Coordenar, controlar e fiscalizar os recursos destinados à área, repassados ao Município por

órgãos oficiais e particulares;

XI - Planejar e executar a política de assistência social no Município em consonância com a Lei

Orgânica da Assistência Social, NOB E PNAS;

XII - Organizar o atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, ao idoso, ao portador de necessidades especiais, à iniciação profissional e à profissionalização, a

geração de renda e emprego;

XIII – Manter transversalidade com as demais secretarias e conselhos municipais;

XIV – Desenvolver outras atividades correlatas.

**Artigo 3º** - O servidor ora nomeado perceberá as vantagens do referido cargo comissionado, conforme ANEXO III Tabela de Remuneração de Cargos em Comissão – CC da LC 158/2016.

**Artigo 4º-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º-** Revogam-se as disposições em contrário

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Interino do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 08 de janeiro de 2024.

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal Interino**

JKO/vl

**RH**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2024**

**EDITAL Nº 051/2024**

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2022 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.434/2023 DE 27/01/2023 E DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO 4. 451 DE 23/02/2023.**

**O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca**, osaprovados no *Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2022*.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 , considerando o caráter de urgência da contratação temporária, ou em até 15 (quinze) dias a contar da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT convocar o (s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 09 de Janeiro de 2024.

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

**Prefeito Interino Municipal**

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2022 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.434/2023 DE 27/01/2023 E DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO 4. 451 DE 23/02/2023.**

**ANEXO ÚNICO**

| **ENFERMEIRO - PSF** | |
|---|---|
| **NOME** | **RESULTADO** |
| ADRYAN BARBARA FRANCA RAMOS | 2° COLOCADO (A) |
| VINICIUS ROSSIN VASCONCELOS | 3° COLOCADO (A) |

Mirassol D'Oeste/MT, 09 de janeiro de 2024.

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

**Prefeito Interino Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023**

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023**

A Comissão permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, nomeada pela portaria 553/2023, através da Presidente Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023**,cujo Objeto visa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL REGINA JOANA ECKER.** Foi Adjudicado dia 29/12/2023 e Homologado dia 29/12/2023 para a empresa **V N CONSTRUCOES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.049.653/0001-02 com o valor global de R$ 1.063.155,22 (um milhão, sessenta e três mil, cento e cinquenta e cinco reais com vinte e dois centavos).

Nobres/MT, 29 de dezembro de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

**Presidente Da CPL**

**PORTARIA Nº. 006/2024**

PORTARIA Nº. 006/2024

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr.* ***Fagner Brito de Moraes,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Exonerar o *Sr.* ***Fagner Brito de Moraes,*** portador do RG nº. 2139974-3 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 034.535.541-59, do cargo em Comissão de Assessor Técnico na Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02/01/2024, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de janeiro de 2024.

***Leocir Hanel*** **Prefeito Municipal de Nobres**

**PORTARIA Nº. 007/2024**

**PORTARIA Nº.007/2024**

*" Dispõe sobre a Nomeação da Comissão para instituir a avaliação da implementação de planta genérica, e designa seus membros".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear os membros para comporem a Comissão para Instituir a Avaliação da Implementação de Planta Genérica de valores nos Distritos de Bom Jardim e Coqueiral.

**Micael Miquéias Calisto**

**Élcio Manoel de Oliveira**

**Jose Carlos da Silva**

**Cesar Augusto Leão**

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de janeiro de 2024.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº. 002/2024**

**DECRETO Nº. 002/2024**

**REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT.**

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública Direta, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**CONSIDERANDO** que o campo das contratações públicas demanda previsibilidade, estabilidade e uniformidade de comportamentos estatais, sob pena de se trazer maior prejuízo ao já tão criticado mercado público; e

**CONSIDERANDO** que o Poder Executivo, suas autarquias e fundações possuem todos os meios e normas necessárias para licitar e contratar com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**DECRETA:**

**TITULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO I**

**DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratato para as Administrações Públicas diretas, indiretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2°. Nas licitações e contratações promovidas pela Administração Pública municipal, serão observados pelos agentes públicos envolvidos e particulares os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

**CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES**

Art. 3º.Para os fins deste Decreto, sem prejuízo das definições do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, consideram-se:

**I - autoridade competente:** agente público dotado de poder de decisão; **II - equipe de planejamento da contratação:** conjunto de representantes das áreas requisitante, técnica e de contratação, indicados pela autoridade competente das respectivas unidades, observados os requisitos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que reúnem as competências necessárias à execução das etapas de planejamento da contratação, com conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros; **III - área técnica:** unidade do órgão ou entidade responsável pelo planejamento, coordenação e gestão da execução das demandas apresentadas pela área requisitante a que esteja associada; **IV - área demandante:** unidade do órgão ou entidade com competência para planejar soluções a respeito de uma demanda própria ou de outra unidade, necessidade ou problema a ser resolvido mediante contratação de terceiros; **V - estudos técnicos preliminares:** projetos, levantamentos, investigações ou estudos autorizados pela Administração do Poder Executico, autarquias e fundações; **VI - análise do orçamento:** método de aferição de orçamento ou de etapa realizada com a utilização de estimativas de valores de custos de produtos e serviços com características semelhantes; **VII - composição de custo unitário:** detalhamento do custo unitário do serviço que expresse a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida; **VIII - custo unitário de referência:** valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado; **IX -valorglobaldocontrato:**valor total previsto no contrato, a ser pago ao contratado durante todo o prazo de vigência estipulado; **X - orçamento de referência:** detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, as quantidades e os custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários necessários à execução de obra ou serviço; **XI - média:** resultado da soma dos valores de todos os dados dividida pelo número de dados; **XII - mediana:** valor central entre os valores ordenados por ordem crescente ou decrescente, se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par; **XIII - menor valor:** o menor valor entre os valores encontrados e listados; **XIV - preço estimado:** valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados, ressalvados os casos devidamente justificados; **XV - critério de aceitabilidade de preço:** parâmetro de preço máximo, unitário e global a ser fixado pela Administração Pública e publicado no edital de licitação para aceitação e julgamento das propostas dos licitantes.

Art. 4º. As licitações realizar-se-ão nas modalidades previstas pelo art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conduzidas pelo agente de contratação, auxiliado, conforme o caso, pela equipe de apoio que comporá a comissão de contratação.

Art. 5º. As atribuições do agente de contratação e sua equipe de apoio serão regulamentadas no Anexo II.

**DA LICITAÇÃO**

**DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES LICITATÓRIAS E PROCEDIMENTOS AUXILIARES**

**Da fase Preparatória**

Art. 6º. Os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços e locação de bens móveis e imóveis serão autuados e instruídos em sua fase preparatória pelo menos com os documentos, na seguinte ordem:

I - documento de formalização de demanda com a justificativa da contratação, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo e, se for o caso, estudo técnico preliminar e análise de riscos; II - autorização para abertura do procedimento; III - registro do processo por ordem de numeração anual; IV - pareceres técnicos, contábil, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; V - preço estimado consistente em comprovada pesquisa de mercado; VI - indicação dos recursos orçamentários para fazer face a despesa; VII - definição da modalidade e do tipo de licitação a serem adotados; VIII - minuta do edital e respectivos anexos, quando for o caso; IX - minuta do contrato, se for o caso, ou do instrumento equivalente; X - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto; XI - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços comuns, inclusive de engenharia, observados os potenciais de economia de escala; XII - parecer jurídico conclusivo emitido pela assessoria jurídica do poder executivo, autarquias e fundações, dispensado na hipótese de parecer referencial no prazo de 3 dias.

Parágrafo Único - Os anexos a que se refere o inciso VIII deste artigo são cópia da íntegra do edital, da ata de registro de preço e da respectiva publicação em meio oficial.

**Da Fase Competitiva e dos modos de disputa**

Art. 7º. As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Art. 8º. O modo de disputa poderá ser, isolado ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, sendo vedado quando o critério de julgamento for técnica e preço; II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, sendo vedada a utilização isolada quando adotados os critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto. III - aberto e fechado: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação; ou IV - fechado e aberto: serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior per-

centual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

Parágrafo Único - Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

Art. 9º. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

§ 1º. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **caput**, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no **caput** e no § 1º, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances dos participantes, ordenando de forma decrescente.

Art. 10. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

§ 1º. Encerrado o prazo previsto no **caput**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º. Após a etapa de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º. No procedimento de que trata o § 2º, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

§ 4º. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**Da Elaboração do Edital**

Art. 11. Na ausência de disposição específica na lei ou neste regulamento, as disposições desta seção são aplicáveis aos instrumentos convocatórios de todas as modalidades licitatórias, e dos procedimentos auxiliares e de eventuais contratações diretas, se couber.

Art. 12. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto, às condições de pagamento e ao *check- list* de verificação e conformidade.

§ 1º. A Administração municipal adotará minutas padronizadas de edital, atas de registros de preços e contrato com cláusulas uniformes, desde que aprovadas e será disponibilizadas no sitio oficial da Prefeitura.

§ 2º. Desde que, demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias- primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

§ 3º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão desenvolver modelos padronizados de *check-list* de verificação e conformidade, desde que previamente aprovados pela assessoria jurídica da prefeitura.

§ 4º. Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com database vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Art. 13. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

Art. 14. Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos deverão ser divulgados e mantidos em sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

§1º. Sem prejuízo do disposto no *caput*, é obrigatória a publicação de extrato do edital no diário oficial eletrônico dos municípios, estado, união, bem como a integra do edital no sitio oficial do Município de Nobres-MT.

§2º. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

§3º. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no site oficial da Prefeitura e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

**Do edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia**

Art. 15. Deverá constar do edital informações quanto ao regime tributário e percentual de alíquotas de PIS e COFINS utilizados no orçamento de referência da obra ou do serviço de engenharia.

Art. 16. Os editais de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia deverão exigir que as empresas licitantes apresentem os seguintes elementos:

I - quadro resumo de preços; II - planilha de preços unitários e totais por item de serviço; III - planilha de composições unitárias dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária; IV - composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas - BDI, incidente no valor global, observando no mínimo: a) taxa de rateio da administração central; b) percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado; c) taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e d) taxa de lucro. V - composição dos encargos sociais; VI - cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento, fiscalização e controle das obras.

§ 1º. Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL.

§ 2º. Despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização e instalação e manutenção do canteiro deverão ser incluídas na planilha orçamentária da obra como custo direto, não compondo o BDI, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas.

§ 3º. Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

Art. 17. Para formação dos preços, em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste regulamento, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato fiquem

iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação, sendo que e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. **DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS**

**Normas Gerais**

Art. 18. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Federal nº 14.133, de 2021, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**Do Pregão**

Art. 19. Pregão é a modalidade de licitação para contratação ou registro de preços de bens e serviços comuns com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

§ 1º. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, inclusive serviços comuns de engenharia estabelecidos no art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º. Não serão licitados pela modalidade de pregão os serviços técnicos especializados de natureza intelectual, inclusive elaboração de projetos, tampouco os serviços de engenharia, quando o objeto final demandar projeto técnico especializado, acompanhamento prévio de execução ou testes de conformidade para liberação de uso.

Art. 20. O edital do pregão conterá, em seu preâmbulo, o número de ordem em série anual, o nome do órgão ou entidade responsável, a finalidade da licitação, o critério de julgamento, a menção à legislação aplicável, o local, dia e hora para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, bem como para o início da abertura dos documentos respectivos e indicará, no mínimo, o seguinte:

I - descrição clara e precisa do objeto licitado, que permita seu total e completo conhecimento; II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, para a execução do ajuste e para a entrega do objeto da licitação; III - exigência de garantia e forma de prestação, se for o caso, nas modalidades previstas na lei; IV - sanções para ilegalidades praticadas no procedimento licitatório; V - condições para participação na licitação e apresentação das propostas; VI - reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto; VII - critérios de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; VIII - locais, horários e sistemas eletrônicos em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos complementares relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto; IX - critério de aceitabilidade dos preços, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvada a possibilidade de desclassificação de proposta manifestamente inexequível; X - equivalência das condições de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais; XI - condições de pagamento prevendo, segundo o caso: a) prazo de pagamento não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros; c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, se não realizado o pagamento no prazo previsto na alínea 'a'; d) compensações financeiras e sanções por eventuais atrasos; e) exigência de seguro-garantia, quando for o caso. XII - critério de reajuste, com a indicação do(s) índice(s) adotado(s), aplicável somente depois de 12 (doze) meses da data limite de apresentação da proposta, do orçamento base, da assinatura do contrato ou do último reajuste; XIII - hipóteses e critérios de revisão e repactuação de preços, inclusive em razão do desequilíbrio econômico-financeiro; XIV - indicação dos prazos de validade das propostas, que serão de no mínimo 60 (sessenta) dias, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração; XV - condições para o recebimento do objeto da licitação; XVI - previsão sobre a admissão ou não de subcontratação, e em caso de aceitação a indicação de quais os requisitos de habilitação e regras deverão cumprir; XVII - definição dos critérios de fixação do valor das multas de mora por inadimplência contratual; XVIII - outras indicações específicas, de acordo com o objeto licitado.

§ 1º. O edital será obrigatoriamente acompanhado do termo de referência ou projeto básico e da minuta de contrato, salvo, quanto a este último, nas hipóteses do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º. O original do edital deverá ser datado e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo este documento no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias, resumidas ou integrais, para divulgação no site oficial e/ou no PNCP, ou por outros meios eletrônicos e fornecimento aos interessados.

§ 3º. O edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 4**º.** Aplica-se o disposto neste artigo às demais modalidades licitatórias, no que couber;

Art. 21. O pregão terá como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto. Art. 22. No pregão, salvo quando devidamente justificado e expresso em edital, as propostas serão apresentadas e permanecerão sigilosas até o encerramento da fase competitiva.

**Da Concorrência**

Art. 23. Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

I - menor preço; II - melhor técnica ou conteúdo artístico; III - técnica e preço;

IV - maior retorno econômico;

V - maior desconto.

§1º. Os serviços comuns de engenharia deverão ser licitados pela modalidade concorrência nos casos em que os critérios de julgamento não sejam menor preço ou maior desconto.

§2º. A licitação deverá ser realizada pela modalidade concorrência no caso de contratação de obras.

§3º A concorrência segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

Art. 24. O procedimento do pregão e concorrência observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - Adjudicação; VIII - de homologação;

Parágrafo único: A fase de habilitação poderá, mediante ato motivado com justificativa dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de lances e julgamento, desde que expressamente previstos no edital.

**Da Fase Preparatória**

Art. 25. A fase preparatória do processo licitatório deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos os documentos e procedimentos necessários de que dispõe o art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021, observada a modalidade de licitação pregão e concorrência.

Parágrafo único. Os preceitos do desenvolvimento sustentável serão observados na fase preparatória da licitação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável da administração municipal.

**Da alteração do edital de licitação**

Art. 26. Eventuais alterações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

**Das Impugnações, dos Pedidos de Esclarecimentos**

Art. 27. Poderão ser apresentados por qualquer pessoa pedidos de esclarecimentos, de providências ou impugnações sobre todas as modalidades de licitações apresentadas neste regulamento, desde que encaminhada ao órgão ou entidade promotora da licitação até o terceiro dia útil que anteceder a abertura do certame, na forma descrita no edital.

§ 1º. A resposta à impugnação, pedido de esclarecimentos e de providências será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

§ 2º. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao agente de contratação, comissão ou pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de instituído no parágrafo anterior.

§ 3º. Se ocorrer modificação no edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, será designada nova data para a abertura da sessão, cumprindo o prazo legal entre a publicação e a sessão.

§ 4º**.** É facultado ao agente de contratação, comissão ou pregoeiro solicitar a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento a Procuradoria e Assessoria jurídic.

**Dos Recursos**

Art. 28. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, em face dos seguintes atos administrativos das fases procedimentais do pregão:

a) julgamento das propostas; b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante; c) anulação ou revogação da licitação; d) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

§1º. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, da ata de julgamento;

§2º. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente ao ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 3º. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§6º. As alegações, pedidos e provas apresentadas nas razões e contrarrazões escritas do recurso devem ser restritas aos motivos apontados na interposição do recurso, durante a sessão, assim como o agente de contratação, pregoeiro ou comissão e a autoridade competente tem obrigação de considerar apenas o que for relacionado àquele motivo, ressalvadas as irregularidades e ilegalidades que devem ser conhecidas de ofício e podem levar à anulação dos atos praticados.

§ 7**º.** Não serão aceitas e consideradas as razões e contrarrazões recursais enviadas de forma não prevista no edital ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou assinada por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente ou recorrida.

Art. 29. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-lo com as informações necessárias.

Art. 30**.** Encerradas as etapas de recurso, o processo será encaminhado ao chefe do Poder Executivo para adjudicação e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/ 2021.

**Da Apresentação da Proposta e Lances**

Art. 31. Os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - 8 (oito) dias úteis, para a aquisição de bens; II - no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia; b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia; c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada; d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso; **Apresentação da Proposta**

Art. 32. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de proposta de preço, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no edital, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

§ 2º. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

§ 3º. A falsidade da declaração de que trata o § 2º sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

§ 4º. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 5º. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

Art. 33. Quando do cadastramento da proposta, na forma estabelecida no art. 32, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

§ 1º. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo de que trata o **caput** poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado: I - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

§ 2º. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **caput** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Art. 34. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

§ 1º. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

Art. 35. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 3º. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

§ 4º. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o § 3º, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

§ 5º. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**Do Julgamento do Processo**

Art. 36. O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado: I - na modalidade pregão, obrigatoriamente;

II - na modalidade concorrência;

**Parâmetros do Critério de Julgamento**

Art. 37. O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

§ 1º. Considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, os custos indiretos relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, e serão definidos no edital.

§ 2º. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação ou tabela de preços praticada no mercado, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

§3º. Para a adoção do critério de maior desconto poderá ser utilizada licitação com lances negativos, de forma que a contratada possa oferecer pagamento à Administração para a execução do contrato.

**Orçamento Estimado Sigiloso**

Art. 38. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1º. Para fins do disposto no **caput**, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

§ 2º. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

§ 3º. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do edital de licitação.

**Da Habilitação**

Art. 39. As condições e critérios de habilitação serão definidos em edital, baseado no termo de referência ou projeto básico, de forma proporcional à complexidade do objeto licitatório.

§ 1º. Com relação à documentação exigida para fins de licitação e contratação:

I - poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

III - a prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original; IV - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

V - é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); VI - os atos e documentos produzidos nos sistemas instituídos pelo Poder Executivo Municipal, emitidos por usuários devidamente identificados após a assinatura eletrônica ou similar, consideram-se válidos e autênticos para todos os fins.

§ 2º. O termo de referência ou projeto básico deverá detalhar e justificar as exigências relativas à qualificação econômicofinanceira, qualificação técnica e declarações ou exigências específicas do objeto.

Art. 40. Para fins de habilitação jurídica, exigir-se-á a apresentação dos seguintes documentos:

I - registro comercial, no caso de empresa individual, ou estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por

ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores; II - cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador, se houver; III - procuração válida, se for o caso; IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país; V - ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo único: Na contratação de pessoa física não se aplica o disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Art. 41. A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista far-se-á mediante os seguintes documentos:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; II - certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa; III - certidão de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso e perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa; IV - certidão de regularidade fiscal Municipal de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa; V - certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dispensada para pessoas físicas; VI - certidão de regularidade de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único: No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Art. 42. A qualificação econômico-financeira será demonstrada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante; II - balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório;

III - exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação nos casos de aquisição com entrega futura e na execução de obras e serviços.

Parágrafo único: A certidão exigida no inciso I do *caput* deste artigo, se não contiver indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

Art. 43. A qualificação técnica, quando necessária à execução e devidamente justificada nos autos, poderá ser comprovada mediante:

I - inscrição vigente no conselho profissional competente, relativo ao profissional técnico; II - anotação de responsabilidade técnica ou equivalente do profissional indicado, registrada no conselho profissional, indicando a execução de serviços com características semelhantes ao objeto a ser contratado; III - certidão ou atestado emitido pelo conselho profissional, relativo à empresa proponente, comprovando a execução de serviços com características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto a ser contratado; IV - comprovante de inscrição vigente no conselho profissional competente, relativo à empresa; V - indicação do pessoal técnico e respectiva qualificação, instalações e aparelhos para execução do objeto; VI - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; VII - declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

VIII - relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem na diminuição da disponibilidade do pessoal técnico, se necessário.

Art. 44. Como condição para a habilitação do licitante ou autorização da contratação direta, deverá ser verificada a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a pesquisa realizada no:

I - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União - CGU; II - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE; III - Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso - CGE/MT. **Da qualificação técnica**

Art. 45. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico- profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possuem conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

**DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES**

**Do credenciamento**

Art. 46. O credenciamento é o processo administrativo formalizado através de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em fornecer bens ou prestar serviços, para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem na entidade para executar o objeto quando convocados, nas hipóteses do art. 79 da Lei Federal 14.133/2021;

Art. 47. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a

cargo do beneficiário direto da prestação de serviços;

III - Em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

§ 1º Na hipótese do inciso I:

I - A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados; II - Quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, como por exemplo a ordem cronológica da necessidade do objeto.

§ 2º. Na hipótese do inciso II:

I - A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados; II - O contratado só poderá prestar serviços ou fornecer bens mediante prévia autorização do Poder Executivo, autarquias e fundações municipals.

Art. 48. Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento, sob pena de descredenciamento.

Art. 49. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

Art. 50. O processo visando o credenciamento se desenvolverá da seguinte forma: I - Identificação e delimitação da necessidade da Administração Municipal;

II - Justificativa para realização de processo de credenciamento ao invés da realização de processo licitatório; III - Autorização da autoridade com-

petente para abertura do processo de credenciamento; IV - Elaboração de Edital de Chamamento de Interessados, que conterá, no mínimo, as hipóteses abaixo: a) A descrição detalhada do objeto; b) Local da prestação do serviço ou fornecimento do bem; c) Valor a ser pago ou porcentagem de desconto; d) Cronograma da execução do objeto, além das hipóteses de prorrogação; e) Requisitos e as condições de habilitação do credenciamento; f) Comissão que avaliará os requisitos/documentos para credenciamento; g) Prazo, em dias úteis, a contar da entrega dos documentos pelo interessado, para a Comissão avaliar os requisitos/documentos para credenciamento; h) a vedação ou a possibilidade de subcontratação do objeto mediante autorização da administração; i) a possibilidade ou não de adesão de outros órgãos e entidades à condição de credenciante; V - Análise e emissão de parecer jurídico para controle prévio da legalidade; VI - Publicação/divulgação do Edital de Chamamento de Interessados Público, no Diário oficial eletrônico do Municipios de Mato Grosso, e/ou Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Poder Executivo, autarquias e fundações municipais, devendo ser mantido à disposição do público; VII - Lavratura de ata da sessão pública, assinada pela comissão e pelos demais participantes, se for o caso, que indicará objetivamente: a) Cumprimento dos requisitos pelo interessado; b) Necessidade de realização de diligências para melhor análise da documentação do interessado. VIII - Ato legal da autoridade competente que credencia o interessado, devendo o ato ser publicado nos mesmos termos do edital.

§ 1º. No caso em que houver estabelecimento de valor fixo do objeto contratual pela Administração, deve haver compatibilidade com o valor de mercado, apurado mediante prévia pesquisa de preços.

§ 2º. O credenciamento será admitido durante o prazo estabelecido pelo edital, sendo que, para que ocorra a efetiva prestação do serviço ou fornecimento de bens, a Administração deverá proceder com a contratação do credenciado, que somente poderá ocorrer dentro do prazo de validade do credenciamento

§ 3º. Qualquer alteração nas condições de credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.

§ 4º. O procedimento de credenciamento será conduzido por agente de contratação ou por comissão especial de credenciamento designada pela autoridade competente.

§5º. O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação.

Art. 51. A contratação do credenciado ocorrerá conforme a necessidade da Prefeitura Municipal, devendo a quantidade necessária a ser contratada naquele momento ser dividida entre todos os credenciados.

§1º. caso a entrega ou serviços não seja divididos entre os credenciados deverá estabelecer no edital os critérios de desempate.

§2º. Os critérios de desempate deverão se dar de acordo com os serviços e produtos adquiridos, com os critérios definidos de forma clara e objetiva no edital.

Art. 52. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital de credenciamento e neste regulamento.

§ 1º. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade credenciante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

§ 2º. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial eletronico dos municípios de Mato Grosso, divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do Poder Executivo.

§3º. O credenciamento não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.

Art. 53. Após homologação do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão dar início ao processo de contratação, com os documentos previsto no edital de chamamento.

Parágrafo único: A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.

Art. 54. O credenciado será convocado no prazo defindo no edital, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas e dar início à execução do serviço, ou a entrega dos itens, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital de credenciamento.

Art. 55. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto ou item, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

§ 1º. O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

§ 2º. Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento, sob pena de descredenciamento.

Art. 56. Para a contratação do credenciado deverá ser feito processo de inexigibilidade de licitação, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o processo observar o art. 72 da mesma lei.

§ 1º. O instrumento de contrato deverá observar o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser substituído, conforme inciso II do art. 95 da mesma lei, por outro instrumento hábil na hipótese de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 2º. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração, que será expressamente prevista no edital.

§ 3º. Será admitida a denúncia (extinção do contrato) por quaisquer das partes nos prazos fixados no edital.

Art. 57. O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade credenciante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o credenciante poderá cancelar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Art. 58. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita a administração do poder executivo, autarquias e fundações municipais responsável pelo credenciamento.

§ 1º. A formalização do descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 59. Conforme inciso II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, acerca dos atos praticados cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 1º. O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§ 2º. Na elaboração da decisão a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Art. 60. Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto ou item, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

§ 1º. O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

§ 2º. Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Nobres, sob pena de descredenciamento.

Art. 61. A divulgação do extrato da contratação poderá ser realizado no Diário Oficial Eletrônico dos municipios, no Portal Nacional de Contratações Públicas e sitio oficial da Prefeitura Municipal, sendo condição indispensável para a validade e eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de até 10 (dias) úteis da data de sua assinatura.

Art. 62. A Prefeitura poderá exigir, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações oriundas do credenciamento.

§ 1º. A garantia somente será liberada após a emissão, pelo órgão ou entidade contratante, do termo de recebimento definitivo, com informação, se for o caso, do tempo utilizado para a execução do contrato, desde que não haja pendências do credenciado contratado.

§ 2º. No caso da utilização da garantia pelo órgão ou entidade contratante, por terem sido aplicadas penalidades ao credenciado contratado, este será notificado para repor

a garantia no montante original, em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão contratual e descredenciamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

**Do Sistema de Registro de Preços**

Art. 63. Os procedimentos para utilização do registro de preços, será observado na forma do anexo V deste regulamento.

**DOS CONTRATOS**

**Da Gestão do Contrato**

Art. 64. A gestão do contrato tem por objetivo descrever como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Administração.

Art. 65. O modelo de gestão do contrato deve definir:

I - os agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, bem como as atividades a cargo de cada um deles; II - o protocolo de comunicação entre o contratante e o contratado; III - a forma de pagamento do objeto contratado; IV - o método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório; V - o método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo; VI - o procedimento de verificação do cumprimento da obrigação do contratado de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução; VII - as sanções, glosas e extinção do contrato. **Do Gestor de Contrato**

Art. 66. O gestor do contrato será designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - analisar a documentação que antecede o pagamento; II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato; III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato; IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado; V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado; VI - decidir junto com o secretário a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços; VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada, no portal da transparência, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); VIII - outras atividades compatíveis com a função.

Art. 67. O termo de referência, projeto básico, estudo técnico preliminar conterá os elementos necessários à gestão do contrato, incluindo:

I - cronograma de execução física com os principais serviços ou bens que a compõem, e a previsão estimada de desembolso para cada uma delas e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da solução a ser contratada; II - indicação da área gestora do contrato; III - fixação de critérios de avaliação dos serviços prestados; IV - quantificação ou estimativa prévia do volume da solução demandada para planejamento e gestão das necessidades da contratante; V - garantia de inspeções e diligências, quando aplicável, e sua forma de exercício; VI- termo de compromisso e de confidencialidade, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança do contratante a ser assinada pela contratada, devendo exigir-se que a contratada obtenha esse compromisso junto aos seus funcionários, diretamente envolvidos na contratação; VII - definição de mecanismos formais, em meio físico ou digital, de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre o contratante e a contratada; VIII - exigência ou não de garantia contratual, na forma do Capítulo II do Título III da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; IX - a análise de riscos conhecidos. **DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

Art. 68. A administração convocará o licitante vencedor para assinar o contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de

licitação, termo de referência ou documento similar, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

§ 2º. A recusa injustificada do licitante vencedor em celebrar o contrato no prazo ou nas condições estabelecidas no edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida no certame licitatório, sujeitando-o às penalidades legais e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.§ 3º Transcorrido o prazo citado neste artigo sem a assinatura do contrato pelo primeiro colocado ou quando, no ato da assinatura, o vencedor não apresentar as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, poderá a Administração, respeitada a ordem de classificação, convocar os licitantes remanescentes para assinar o instrumento contratual ou aquele que vier a substituí-lo, desde que este aceite manter a proposta e as condições do primeiro convocado.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Art. 69. Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

Art. 70. Os contratos com prazo superior a um ano deverão conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, da proposta

ou da assinatura do contrato.

§ 1º Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 2º. A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

**DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Art. 71. As contratações deverão cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, nas regulamentações do Poder executivo e nos dispositivos contratuais específicos.

Art. 72. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Art. 73. Os contratos deverão ser assinados e preferencialmente juntados nos autos do procedimento licitatório que o originaram, exceto nas licitações para registro de preços e no credenciamento, quando formarão autos próprios do órgão ou entidade contratante.

Parágrafo único: O órgão ou entidade, promotor da contratação, divulgará, no Diário Oficial Eletrônico e sitio oficial e/ou Portal Nacional de Contratações Públicas, o extrato dos contratos celebrados, no prazo previsto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo a descrição do objeto, valor contratado, partes contratantes, número do processo administrativo e prazo para execução, se houver.

Art. 74. Serão registradas nos mesmos autos do contrato todas as ocorrências que se relacionarem à sua execução, inclusive:

I - recebimento de produtos ou serviços; II - pagamentos;

III - alterações; IV - prorrogações; V - rescisões;

VI - extinções.

Art. 75. É dever do contratado cumprir todas os dispositivos legais e contratuais, devendo ainda:

I - manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual; II - substituir, corrigir ou refazer objetos prestados de forma inadequada;

III - manter preposto para representá-lo na execução do objeto contratual, bem como endereço de e-mail atualizado por meio do qual se estabelecerá comunicação e receberá notificações; IV - responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros em decorrência de vício do objeto contratual ou sua execução; V - responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. **Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

Art. 76. O reequilíbrio econômico e financeiro pode se dar na forma de:

I - revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito;

II - reajustamento de preços;

III - repactuação de preços; e

IV - atualização monetária.

§ 1º**.** As repactuações não solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação ou o seu encerramento, sem prejuízo das futuras repactuações.

§ 2º**.** Nos casos em que o acordo ou convenção coletiva for celebrado e registrado com referência a data-base anterior à prorrogação ou ao término do contrato, não se aplica o previsto no parágrafo anterior, permitindo-se a aplicação de efeitos retroativos à mencionada data-base.

Art. 77. Cabe ao contratado fazer requerimento fundamentado que indique o fato extraordinário imprevisível e desequilíbrio de preços e insumos, este último devidamente acompanhado de documentação comprobatória da variação de preços.

Art. 78. Protocolado o pedido, caberá ao Contratante confirmar a ocorrência de fato extraordinário, bem como realizar nova pesquisa de preços atualizada.

Art. 79. Os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços realizada pelo contratante nos moldes do artigo anterior, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta com aquele vigente no mercado à época da licitação ou contratação direta.

Art. 80. Constatado pelo contratante que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada nos moldes deste regulamento, solicitará formalmente ao contratado a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 81. Nas alterações unilaterais com base no inciso I do caput do art. 124 da Lei Geral de Licitações:

I - o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, excluída sempre desse cálculo a parcela de eventual reajustamento. II - não poderá resultar na transfiguração do objeto da contratação. III - deverá ser apresentado pela área solicitante fato ou motivo superveniente que justifique a necessidade de ampliação do objeto.

Parágrafo único: Para efeitos dos limites do inciso I do *caput* deste artigo, é vedada a compensação entre acréscimos e supressões, salvo o restabelecimento total ou parcial de quantitativo inicialmente previsto, desde que observadas as mesmas condições e preços inicialmente pactuados.

**Da Subcontratação**

Art. 82. A Administração deve fazer constar no edital de licitação, ou nos seus documentos integrantes, as parcelas do contrato passíveis de serem subcontratadas, acompanhada da descrição acerca da capacidade técnica a ser exigida para cada parcela.

§1º. A subcontratação poderá ser feita quando se identifique que não é usual no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto pretendido pela Administração, ou quando for usual no mercado próprio a subcontratação de determinados serviços.

§2º. A subcontratação deve se cingir às parcelas tecnicamente complementares, sendo proibido a subcontratação das parcelas consideradas de maior relevância técnica ou de valor mais significativo do objeto.

§3º. É vedada a subcontratação integral.

§4º. A permissão da subcontratação, com a definição das parcelas aptas a serem subcontratadas devem constar da minuta contratual e devem ser acompanhadas das justificativas técnicas da subcontratação e acerca da exigência da respectiva capacidade técnica de cada parcela do objeto. §5º. Nas subcontratações a Administração deve exigir do contratado a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, relativamente a parte subcontratada do objeto, para que seja apreciada a conformidade com as exigências editalícias pela Administração, e juntada aos autos do processo correspondente.

§6º. Nas contratações com fundamento no inciso III do art. 74, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

**Do Recebimento do Objeto**

Art. 83. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços: a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, ou comissão nomeada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; b) definitivamente, por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; II - em se tratando de compras: a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§1º. O responsável pelo recebimento provisório é proibido de receber definitivamente ou participar de comissão designada para o recebimento definitivo do objeto contratado;

§2º. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§3º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§4º. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no contrato.

§5º. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato, exigidos por normas técnicas oficiais, correrão por conta do contratado.

§6º. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

§7º. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

**DA PUBLICIDADE DO CONTRATO E SEUS ADITIVOS**

Art. 84. A divulgação dos contratos administrativos e seus aditivos e demais atos relacionados, como condição de eficácia, deverão ser feitos no sitio oficial da Prefeitura municipal, publicado no diario oficial Eletrônico dos Municipios e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme a legislação.

§ 1º. As divulgações deverão ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 2º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 3º A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§ 4º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

Art. 85. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§2º O disposto nos incisos II e na primeira parte do inciso III do caput deste artigo deverão observar as disposições referentes aos Mecanismos Alternativos de Solução de Controvérsias, dispostas neste Regulamento.

§3º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia; II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 86. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração; II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade; III - execução da garantia contratual para: a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução; b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível; c) pagamento das multas devidas à Administração Pública; d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública Estadual e das multas aplicadas.

§1º. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§2º. Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade máxima competente, conforme o caso.

**DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Art. 87. A prorrogação do contrato administrativo será possível quando houver previsão no edital e contrato, será instrumentalizada através de aditivo contratual, e instruída:

I - comprovação da vigência do contrato; II - demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração e são compatíveis com o mercado fornecedor do objeto contrato, por meio de pesquisa de preço e, consolidada em mapa comparativo; III - manifestação de interesse do contratado, bem como justificativa e autorização da autoridade competente para prorrogação; IV - comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação do contratado; V - prévia reserva orçamentária para fazer frente às despesas do respectivo exercício financeiro;

VI - renovação da garantia, se for o caso.

Parágrafo único: Os contratos firmados com vigência inicial superior a um exercício deverão prever reavaliação da vantajosidade econômica do contrato, por meio de pesquisa de preços na forma deste regulamento, em

prazo não superior à metade do período inicial de vigência, observado o estabelecido no art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 88. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e no contrato, cabendo à unidade de contratos o atesto da conformidade do Relatório de Pesquisa de Preços com as regras deste regulamento e, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**Dos aditivos contratuais**

Art. 89. Os aditivos de prorrogação de prazo devem ser remetidos pela área requisitante ao setor de contratos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência do ajuste, instruído com os seguintes documentos:

I - relatório do executor do contrato acerca do interesse da Administração na prorrogação, com demonstração de sua necessidade e vantajosidade; II - pesquisa de preços apresentada, por meio de planilha, a qual deverá comparar os custos vigente na contratação, com a composição de custos de uma possível nova contratação, vedada a renovação quando esta indicar preço total inferior; III - ateste quanto à verificação do cumprimento das obrigações pelo contratado; IV - manifestação da contratada sobre o interesse na prorrogação contratual; V - certidões de regularidade exigidas para contratar com a Administração Pública; VI - realização do prévio empenho que fará frente às despesas do respectivo exercício. **DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

Art. 90. Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre a empresa e o contratado, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular.

Parágrafo único - As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato ou documento equivalente os seus endereços eletrônicos e números de telefone, por meio dos quais receberão as comunicações, devendo comunicar eventuais alterações, sob pena de serem considerados notificados, para todos os efeitos, no e-mail informado.

**DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

Art. 91. A extinção dos Contratos Administrativos se dará nas hipóteses previstas no rol do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos neste regulamento.

Art. 92. Nas hipóteses de extinção do contrato, previstos nos incisos I, II e IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão formalizadas em processo administrativo próprio de apuração de infração contratual, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

§ 1º. Com a conclusão do processo que ensejar a aplicação de sanções e culminar na rescisão contratual, esta se procederá por meio de termo de rescisão contratual unilateral, devidamente assinado pela autoridade competente.

§ 2º. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 93. A extinção do contrato na forma descrita nos incisos III a VII do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 serão precedidas de processo administrativo próprio que deverá conter:

I - requerimento informativo da Contratada relatando o ocorrido, com documentos que comprovem o alegado; II - manifestação técnica da unidade administrativa quando a análise do pedido e dos documentos apresentados para sua comprovação, que deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias; III - termo de rescisão que poderá ser unilateral ou consensual, contendo os dispositivos que ensejaram a extinção contratual.

Parágrafo único - A rescisão contratual com fundamento neste artigo será devidamente formalizada por meio de termo de rescisão contratual unilateral, que deverá conter as razões de interesse público que a justificaram.

Art. 94. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

**DA GARANTIA**

Art. 95. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - seguro-garantia; III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º. O edital fixará prazo para a prestação da garantia pelo contrata e na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**DAS INFRAÇOES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Das Infrações Administrativas

Art. 96. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

Das Sanções Administrativas

Art. 97. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

§ 1º. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do poder executivo.

§ 2º. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao ente.

Art. 98. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos ao Poder Executivo, Autarquias e Fundações.

Art. 99. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - dar causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a

proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 1º Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

§ 2º. Evidenciada a inexecução parcial ou total e ainda ocorrer o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - será notificado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis; II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente. III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade. IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III deste parágrafo poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

§ 3º. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Mato Grosso, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 100. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Único - A sanção prevista no caput deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 101. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

§ 1º. Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º. O disposto nesse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

Art. 102. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

§ 1º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 2º. A multa de que trata o caput poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com o poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais.

§ 3º. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

I - a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; II - a aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 103. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa se dará em processo administrativo simplificado, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 1º. A notificação conterá, no mínimo, a descrição dos fatos imputados, o dispositivo pertinente à infração, a identificação do licitante ou contratado ou os elementos pelos quais se possa identificá-los.

§ 2º. A apuração dos fatos e apreciação da defesa será feita por servidor designado ou comissão compostas por agentes públicos, a quem caberá a elaboração de Relatório Final conclusivo quanto à existência de responsabilidade do licitante ou contratado, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da conduta, indicará os dispositivos legais violados e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 3º. No processo administrativo simplificado de que trata esse artigo, é dispensada manifestação do jurídico do poder executivo.

§ 4º. O licitante poderá apresentar, junto à defesa, eventuais provas que pretenda produzir.

§ 5º. Caso evidenciada, no curso do processo administrativo simplificado, ou se o caso envolver a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade de que tratam este Regulamento, será instaurado o processo de responsabilização, nos termos do previsto no art. 105 art. 106 deste Regulamento.

Art. 104. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158

ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc, designada pela autoridade máxima do poder executivo.

§ 1º. A instauração do processo se dará por ato de quem possui competência para aplicar a sanção e mencionará:

I - os fatos que ensejam a apuração; II - o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração; III - a identificação do licitante ou contratado, denominado acusado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo; IV - na hipótese do § 2º deste artigo, a identificação dos administradores e ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 2º. A infração poderá ser imputada, solidariamente, aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito, como também à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, seguindo o disposto para a desconsideração direita da personalidade jurídica.

Art. 105. O processo poderá ser instaurado exclusivamente contra administradores e sócios que possuem poderes de administração, das pessoas jurídicas licitantes ou contratadas, se identificada prática de subterfúgios, visando burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.

Art. 106. A Comissão Processante será composta por no mínimo de 2 (dois) servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanen-

tes da Prefeitura municipal, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos, inclusive com poderes decisórios sobre os atos de caráter instrutório.

§ 1º. A Comissão Processante, diante de elementos que possam revelar prudente a responsabilização de terceiros não previstos no § 2º do art. 87 deste Regulamento, deve solicitar a abertura de outro processo contra elas ou o aditamento do ato de autorização do processo em curso, remetendo-se os autos à autoridade competente para apreciação e, sendo o caso, instauração do processo em face de outros sujeitos.

§ 2º. Se no curso da instrução surgirem elementos novos não descritos no ato de autorização de abertura de processo de apuração de responsabilidade, a comissão processante solicitará a instauração de processo incidental, remetendo-se os autos à autoridade competente para apreciação.

Art. 107. Instaurado o processo, ou aditado o ato de instauração, a Comissão Processante dará impulso ao processo, intimado os acusados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita e especificarem as provas que pretendam produzir.

§ 1º. Quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência, previamente designada para este fim.

§ 2º. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º. Da decisão de que trata o § 2º deste artigo, no curso da instrução, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 4º. Se não houver retratação, o pedido de reconsideração se converterá em recurso, que ficará retido e será apreciado quando do julgamento do processo.

Art. 108. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação.

Art. 109. Transcorrido o prazo previsto no art. 90 deste Regulamento, a Comissão Processante elaborará relatório no qual mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o infrator, as peças principais dos autos, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção, fazendo referência às folhas do processo onde se encontram.

§ 1º. O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§ 2º. O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade.

§ 3º. O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no Processo.

§ 4º. O Processo Administrativo, com o relatório da Comissão será remetido para deliberação da autoridade competente, após a manifestação do jurídico da Poder executivo.

§ 5º. Apresentado o relatório, a comissão ficará à disposição da autoridade responsável pela instauração do processo para prestação de qualquer esclarecimento necessário.

§ 6º. Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da comissão processante.

**Falsidade Documental**

Art. 110. No caso de indícios de falsidade documental apresentado no curso da instrução, a Comissão Processante intimará o acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis.

§ 1º. A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

§ 2º. A apresentação de declaração ou documento falso na fase licitatória ou de execução do contrato é causa principal para abertura do processo de apuração de responsabilidade, não se aplicando o disposto no caput e § 1º deste artigo.

**Do Julgamento**

Art. 111. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; VI - situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

Art. 112. São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão; II - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; IV - a reincidência.

§ 1º. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 2º. Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar; II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos; III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

Art. 113. São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade; II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento; III- reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

Parágrafo único. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

Art. 114. Sem modificação dos fatos narrados na autorização de abertura do processo de apuração de responsabilidade, o órgão julgador poderá atribuir definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, sujeite o acusado à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Da Desconsideração da Personalidade Jurídica**

Art. 115. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade.

§ 1º. A desconsideração da personalidade jurídica, para os fins deste Regulamento, poderá ser direta ou indireta.

§ 2º. A desconsideração direta da personalidade jurídica implicará na aplicação de sanção diretamente em relação aos sócios ou administradores de pessoas jurídicas licitantes ou contratadas.

§ 3º. A desconsideração indireta da personalidade jurídica se dará, no processo da licitação ou de contratação direta, no caso de verificação de ocorrência impeditiva indireta.

Art. 116. Considera-se ocorrência impeditiva indireta a extensão dos efeitos de sanção que impeça de licitar e contratar a Administração Pública para:

I - as pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios; II - as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

Art. 117. A competência para decidir sobre a desconsideração indireta da personalidade jurídica será a autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 1º. Diante de suspeita de ocorrência impeditiva indireta, será suspenso o processo licitatório, para investigar se a participação da pessoa jurídica no processo da contratação teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum.

§ 2º. Será notificado o interessado para que apresente manifestação, no exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

§ 3º. Os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação ou processo de contratação direta avaliarão os argumentos de defesa e realizarão as diligências necessárias para a prova dos fatos, como apurar as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada;§ 4º. Formado o convencimento acerca da existência de ocorrência impeditiva indireta, o licitante será inabilitado.

§ 5º. Desta decisão cabe recurso, sem efeito suspensivo.

Art. 118. A desconsideração direta da personalidade jurídica será realizada no caso de cometimento, por sócio ou administrador de pessoa jurídica licitante ou contratada, das condutas previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 119. A extinção do contrato por ato unilateral da Administração Pública poderá ocorrer:

I - antes da abertura do processo de apuração de responsabilidade; II - no processo administrativo simplificado de apuração de responsabilidade; III- em caráter incidental, no curso do de apuração de responsabilidade; ou IV - quando do julgamento do de apuração de responsabilidade

Art. 120. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos neste Regulamento.

**Da Reabilitação**

Art. 121. É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado ao poder executivo; II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, dentre elas que o reabilitando não: a) esteja cumprido pena por outra condenação; b) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III desse artigo, a quaisquer das penas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, imposta pela Administração Pública Direta ou Indireta do Estado do Mato Grosso; c) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III desse artigo, por ato praticado após a sanção que busca reabilitar, a pena prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, imposta pela Administração Pública Direta ou Indireta dos demais Entes Federativos. V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei 14.133, de 2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 122. Este regulamento prevê normas gerais, que serão aplicadas em conjunto com as normas previstas nos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.

Art. 123. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nobres – MT 09 de janeiro de 2024

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

**ANEXO I**

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL E INSTITUIR O SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES CONFORME O ART. 12 DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES-MT.**

Art. 1º. O presente regulamento tem o objetivo de estabelecer diretrizes e regras para a implantação do Plano Anual de Contratação de acordo com o inciso VII do do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Executivo municipal de Nobres - MT

§1º. O Plano Anual de Contratações compreende todas as aquisições e contratações de bens e serviços, inclusive obras, serviços de engenharia e contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicações, que se pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente.

§2º. O plano de contratações anual será elaborado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal anualmente, contendo todas as demandas que

pretendem contratar no exercício subsequente.

§3º. A estimativa de demanda disposta no PAC do poder executivo municipal deverá ser realizada com base em contratações públicas anteriores de objetos similares ou na sua inexistência, na indicação objetiva do quantitativo, acompanhado da devida justificativa do que será efetivamente demandado no exercício seguinte ao da apresentação do Plano Anual de Contratações;

§4º. A obrigatoriedade de cumprimento do parágrafo anterior subsiste independentemente da modalidade licitatória que será utilizada na contratação e, também, se a contratação se enquadrar em alguma das hipóteses de aplicação do Sistema de Registro de Preços (SRP).

§5º. Ao longo do exercício subsequente, o PAC poderá ser alterado, mediante justificativa, indicando-se as razões para a impossibilidade de previsão da demanda no momento da realização do planejamento anual de contratações públicas ou para a necessidade da alteração pretendida;

Art. 2º. Para fins do disposto neste anexo, considera-se, no âmbito dos órgãos e entidades demandantes:

I - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e de-

talha a necessidade de contratação; II - plano anual de contratações - documento que consolida as demandas que o órgão ou a entidade planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração; III - setor de licitação - unidade responsável pela coordenação e pelo acompanhamento das ações destinadas às contratações, no âmbito do poder executivo; IV - Sistema: ferramenta informatizada integrante da plataforma utilizada pela Administração para elaboração e acompanhamento do plano de contratações anual; V - Sistema Eletrônico de Informações - SEI: é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos, e tem como objetivo promover a eficiência administrativa, no qual deverá ser criado o processo para o envio das demandas de cada área requisitante a Secretaria de Planejamento.

Art. 3º A elaboração do plano de contratações anual tem como objetivos:

I - racionalizar as contratações de sua competência, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais; II - garantir o alinhamento com o planejamento das ações realizadas pelo Poder Executivo e outros instrumentos de governança existentes; III - evitar o fracionamento de despesas; e

V – garantir maior transparência e controle das contratações no âmbito do Poder Executivo do Município Nobres - MT, por meio da publicação do plano;

Parágrafo único: O Plano Anual de Contratações compreende todas as aquisições e

contratações de bens e serviços, inclusive obras, serviços de engenharia e contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicações, que se pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente.

Art. 4º. O Plano Anual de Contratações consiste nas seguintes etapas:

I– Elaboração – pelas secretarias municipais, após levantamento das demandas de aquisições e serviços para o ano subsequente, e encaminhamento para secretaria de planejamento, por meio do Sistema, durante o periodo de 01 de janeiro a 01 de junho; I – consolidação – pela secretaria de Planejamento, por meio da revisão das demandas inseridas no sistema, de modo a verificar a presença de possíveis inconformidades e incoerências, e, ainda, solicitar e realizar ajustes, se for o caso. II – aprovação – pela autoridade competente, a qual compete: a) Aprovar o plano de contratações da instituição; b) Reprovar itens constantes do PAC ou, se necessário, devolvê-los para Secretaria de Planejamento para realizar adequações; III – revisão – possibilidade de revisar, excluir e redimensionar as informações já constantes no sistema do planejamento de aquisições do Poder Executivo Municipal de Nobres, readequando ao planejamento atual, podendo ocorrer nos seguintes períodos: a) de 1 a 30 de junho e de 16 a 30 de novembro; b) ou posterior à aprovação da Lei Orçamentária Anual, para adequação do PAC ao orçamento aprovado para o exercício. IV– atualização – poderá ocorrer em dois momentos: a) nos períodos indicados no inciso anterior; b) durante a sua execução, mediante aprovação pelo chefe do poder executivo. V – execução – na execução do PAC compete a Secretaria de Planejamento: a) observar se as demandas a ele encaminhadas constam da listagem do plano vigente; b) as demandas que não constem do PAC ensejarão a sua revisão, caso justificadas, observando-se o disposto no art. 11 deste Anexo.

Parágrafo Único – A Secretaria de Planejamento deve realizar o envio do Plano Anual de Contratações para aprovação do chefe do poder executvo, durante o período de 01 de dezembro a 30 de dezembro.

Art. 5º. O documento de formalização de demanda poderá, se houver necessidade, ser remetido pelo requisitante à área técnica para fins de análise, complementação das informações, compilação de demandas e padronização.

Art. 6º. Compete à Área Requisitante o encaminhamento das demandas em processo exclusivo, consolidadas em formulário próprio, a Secretaria de Planejamento.

Parágrafo Único. O encaminhamento da demanda compete ao responsável pela área requisitante, seu substituto ou outro servidor formalmente designado por meio de Portaria, o qual deverá analisar as demandas recebidas no âmbito da sua unidade e, em caso de concordância, enviar a Secretaria de Planejamento.

Art. 7º As secretaria demandantes durante o levantamento das demandas deverão informar:

I – o tipo de item, o respectivo código, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços; II – a unidade de fornecimento do item; III – quantidade a ser adquirida ou contratada; IV – descrição sucinta do objeto;

V – justificativa para a aquisição ou contratação; VI – estimativa preliminar do valor;

VII – o grau de prioridade da compra ou contratação; VIII – a data desejada para a compra ou contratação; e

IX – se há vinculação ou dependência com a contratação de outro item para sua execução, visando a determinar a sequência em que os respectivos procedimentos licitatórios serão realizados.

Art. 8º. As áreas requisitantes, quando do envio dos processos de contratações dos seus itens a Secretaria de Planejamento, deverão observar o prazo para início da instrução processual a fim de que o objeto pretendido seja contratado na data desejada.

§ 1º Para a contratação dos itens dentro do prazo desejado pela área requisitante, a instrução processual deverá ter início considerando os prazos indicados a seguir:

I - O prazo mínimo de 90 (noventa) dias de antecedência para a instrução processual dos itens, considerando histórico de contratação anterior ou outras experiências, que tratem de novas contratações de bens e serviços a serem contratados nas modalidades licitatórias previstas na legislação vigente que rege o tema; e II - O prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência para a instrução processual de itens referentes a dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação e adesão a ata de registro de preços, nos termos da legislação vigente que rege o tema.

Art. 9º. A Secretaria de Planejamento elaborará o calendário de licitações em consonância com as informações enviadas pelas áreas requisitantes, respeitando o prazo determinado no referido normativo.

Art. 10. O redimensionamento ou exclusão de itens do plano, somente poderão ser realizados mediante justificativa dos fatos que ensejaram a mudança da necessidade da contratação;

Art. 11. A inclusão de novos itens somente poderá ser realizada, mediante justificativa,

com aprovação da Secretaria de Planejamento, quando não for possível prever, total ou parcialmente, a necessidade da contratação, quando da elaboração do PAC.

Art. 12. Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual:

I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo; II - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; e III - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 13. Durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação do Chefe do Poder Executivo, ou a quem este delegar, e posterior envio a Secretaria de Administração/Secretaria de Planejamento.

Art. 14. As demandas constantes do PAC deverão ser encaminhadas para Secretaria de Planejamento com a antecedência necessária para o cumprimento da data estimada no inciso VIII do art. 7º deste Anexo.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO II**

**REGRAS E DIRETRIZES PARA ATUAÇÃO DOS AGENTES DE CONTRATAÇÃO, DA EQUIPE DE APOIO, DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 8º, § 3º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. O presente Regulamento tem o objetivo de estabelecer as regras e diretrizes para atuação do Agentes de Contratação, Equipe de apoio, da Comissão de Contratação, em atendimento às previsões contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Município de Nobres - MT.

Art. 2º. Na aplicação da Lei nº 14.133/2021, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**DOS AGENTES PÚBLICOS**

Art. 3º. Os Agentes Públicos, designados por Portaria, terão as seguintes denominações e atribuições:

**DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO:**

Art. 4º. O agente de contratação será designado mediante portaria, entre servidores efetivos, empregados públicos ou servidores comissionados do Poder Executivo, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 5º. A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pelo Chefe do Poder Executivo, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021;

Art. 6º. Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos do disposto no art. 4º e, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021;

Art. 7º. Na condução do processo licitatório, o agente de contratação terá poderes para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, podendo conduzir a negociação da proposta;

**DA ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

Art. 8º. Caberá ao agente de contratação, em especial:

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações: a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário; b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital; c) verificar e julgar as condições de habilitação; d) solicitar, quando necessário, a manifestação de profissionais competentes para a análise de aspectos técnicos do objeto licitado, inclusive sobre planilhas de composição de custos; e) consultar os meios oficiais a respeito de restrição ou impedimento para contratação com a Administração Pública relativamente ao vencedor provisório do certame; f) solicitar a correção de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis, podendo solicitar auxílio da equipe de apoio, se for o caso; e g) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021; h) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado; i) elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

i) indicar o vencedor do certame;

k) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, ao Chefe do Poder Executivo para homologação e contratação; l) instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta; m) propor ao Chefe do Poder Executivo a revogação ou a anulação da licitação; n) propor ao Chefe do Poder Executivo a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade; o) inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no sítio oficial da prefeitura municipal e/ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições.

§1º. O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§2º. A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§3º. O agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.

§4º. Para fins do acompanhamento de que trata o inciso II do art. 8º, o setor de contratações enviará ao agente de contratação o relatório de riscos com atribuição ao agente de impulsionar os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício.

§5º. O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

§6º. A substituição do agente de contratação em qualquer fase da licitação deverá ser justificada nos autos do procedimento licitatório e, quando ocorrer durante a sessão, na respectiva ata.

Art. 9º. É vedado ao agente de contratação:

I - integrar equipe de apoio em licitações em que esteja atuando na condição de agente de contratação; II - no mesmo procedimento licitatório em que atuar nessa função, praticar atos da fase interna do certame ou outros que sejam de competência de outros agentes públicos, tais como a elaboração de termo de referência e plano de trabalho, elaboração de edital, emissão de relatório ou parecer técnico e jurídico, em respeito ao princípio da segregação de funções. **DA EQUIPE DE APOIO**

Art. 10. A equipe de apoio será designada pelo Chefe do Poder Executivo, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos na Lei 14.133/2021.

Art. 11. A equipe de apoio será responsável em auxiliar o agente de contratação, em analisar os documentos, podendo ser assessorada pela Procuradoria Jurídica e pelo Controladoria Interna.

Art. 12. Poderá ser substituído, no caso de licitação de bens ou serviços especiais, por comissão de contratação que responderá solidariamente por todos os atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata.

Art. 13. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. **DO PREGOEIRO**

Art. 14. O Pregoeiro é o agente responsável pela condução da Licitação na

modalidade Pregão, com poderes para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, função que poderá ser exercida pelo Agente de Contratação.

Art. 15. O pregoeiro será auxiliado, pela Equipe de Apoio e ainda por técnicos das Secretarias, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe;

Art. 16. o pregoeiro será assessorado, pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos necessários na condução do processo;

Art. 17. O pregoeiro poderá ser substituído, no caso de licitação de bens ou serviços especiais, por comissão de contratação que responderão solidariamente por todos os atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata.

Art. 18. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. **DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:**

Art. 19. Caberá à comissão de contratação ou de licitação:

I - substituir o agente de contratação, a critério do Chefe do Poder Executivo, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, observadas as atribuições e vedações do substituído; II - conduzir a licitação na modalidade concurso ou diálogo competitivo; III - exercer outras atividades necessárias à condução do procedimento de contratação.

Art. 20. Os membros da comissão de contratação serão designados pelo Chefe do Poder Executivo, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei Federal 14.133/2021.

§1º. A comissão de que trata o caput será formada por agentes públicos indicados pelo Podeer Executivo, com a função de receber, examinar e de julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

§2º. A Comissão de Contratação será formada no mínimo por 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão;

§3º. A Comissão de Contratação é a responsável pela análise dos pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos administrativos que ocorrerem durante o trâmite do processo de licitação, podendo conduzir a negociação, divulgando os resultados de sua decisão a todos os licitantes, sendo auxiliada, sempre que necessário, por Equipe de Apoio composta de técnicos das Secretarias, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe;

§4º. Será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos;

Art. 21. Poderá substituir o Agente de Contratação, no caso de licitação de bens ou serviços especiais, sendo a condutora exclusiva da modalidade Diálogo Competitivo, sendo admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico.

§1º. A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no caput assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação.

§2º. A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

§3º. Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

Art. 22. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. **REQUISITOS PARA A DESIGNAÇÃO**

Art. 23. O agente público designado deverá preencher os seguintes requisitos:

I - possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional;

Art. 24. O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público.

§1º. Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

§2º. Na hipótese prevista no inciso II, do artigo anterior, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto;

**VEDAÇÃO**

Art. 25. Em observância ao princípio da segregação de funções e de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação, é vedada a designação do mesmo agente público para a atuação simultânea das seguintes funções:

I - agente de contratação e gestor ou fiscal do contrato; II - membro da comissão de contratação e gestor ou fiscal do contrato; III - outras funções suscetíveis a riscos, definidas no caso concreto.

Art. 26. Deverão ser observados os impedimentos dispostos no art. 9º da Lei federal nº 14.133, de 2021, quando da designação do agente público e do terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio profissional

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 27. Por se tratar de procedimento de regulamentação, todos os atos observarão as disposições expressas no corpo da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ora recepcionada integralmente.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO III**

**REGRAS E DIRETRIZES PARA ATUAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 8º, § 3º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.**

**GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS:**

Art. 1º. Os gestores e os fiscais de contratos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para acompanhamento e fiscalização do contrato, bem como as atividades a cargo de cada um deles;

**DAS ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS**

Art. 2º. A gestão contratual tem por objetivo garantir a disponibilidade adequada do bem, serviço ou locação às unidades administrativas, incluindo seus colaboradores e público em geral.

Parágrafo único A gestão contratual compete ao titular da unidade administrativa diretamente responsável pela disponibilização do produto, bem ou serviço às demais unidades administrativas do órgão ou entidade.

Art. 3º. Caberá ao gestor do contrato:

I - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização; II - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual; III - acompanhar a execução do cronograma físico financeiro dos contratos, do saldo dos valores contratados, dos valores empenhados e dos orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anual de cada contrato encaminhando aos secretarios; IV - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da administração e planejamento orçamentário e financeiro; V - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;

Art. 4º. Cabe ao fiscal do contrato:

I. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências; II. juntar ao processo todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; III. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção; IV. informar ao Secretario e ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso; V. comunicar imediatamente ao Secretario e ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas; VI. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação; VII. comunicar ao Secretário e ao gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação. VIII. O fiscal do contrato informará ao Secretário, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. IX - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho do prestador de serviços; X – orientar, justificadamente, a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que comprometem o bom andamento dos serviços; XI - propor, quando for o caso, a aplicação de sanções à contratada, atendidas as formalidades legais; XII - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições descritas nos nos incisos anteriores, o fiscal ainda deve: a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores; b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento; c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais; XIII - outras atividades compatíveis com a função. XIV - O fiscal do contrato sempre que houver necessidade será auxiliado pela Procuradoria e Assessoria Jurídica e pelo Controle Interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 1º. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração pública municipal ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada; II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas; III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados; IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

§ 4º. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

I - marca; II - qualidade; e III - forma de uso.

§ 5º. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 5º. Nos contratos de maior complexidade ou que demandem variadas áreas de conhecimento, poderá ser estabelecida comissão de gestores e/ou de fiscais para acompanhamento da execução contratual.

Art.6º. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

Art. 7º. Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao responsável pela designação, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão ou da entidade.

Art. 8º. Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§ 2º. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Regulamento.

Art. 9º. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída ao servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

**DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

Art. 10. O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico, administrativo ou setorial e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

**DOS TERCEIROS CONTRATADOS**

Art. 11. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto neste Decreto, será observado o seguinte:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado. **DO JURÍDICO E DO CONTROLE INTERNO**

Art. 12. O gestor do contrato e os fiscais técnico serão auxiliados pela Procuradoria e Assessoeria Juridica, e pelo controle interno vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato.

Art. 13. Todos os processos envolvendo aquisições e contratos, inclusive os respectivos procedimentos licitatórios e de contratações diretas, serão submetidos à análise jurídica, na forma deste anexo e das legislações de regência.

Art. 14. É dispensável a análise jurídica, na forma do art. 53, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Art. 15. As minutas padronizadas de editais e contratos deverão ser previamente aprovadas pela Procuradoria e Assessoria Jurídica, incumbindo ao órgão ou entidade consulente, sempre que promover qualquer alteração para adequação ao caso concreto, indicar na consulta especificamente os pontos de distinção relevantes à avaliação jurídica.

Art. 16. A Controladoria Interna e a Procuradoria e Assessoria Jurídica poderão, em conjunto ou separadamente, com base no disposto no art. 169 da Lei nº 14.133/2021, promover orientações à alta administração acerca da necessidade da implementação de processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, a fim de ser mantido um ambiente íntegro e confiável, assegurando o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias, garantindo a eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 17. Por se tratar de procedimento de regulamentação, todos os atos observarão as disposições expressas no corpo da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ora recepcionada integralmente.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO IV**

**ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS.**

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º. Este regulamento dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETPs - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nobres - MT.

Parágrafo único: Para os efeitos deste regulamento, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Art. 2º. O Sistema ETP constitui a ferramenta informatizada, disponibilizada pela administração no Portal de Compras do Governo Municipal, para disponibilização dos ETPs.

Art. 3º No caso da contratação de obras, os ETPs serão elaborados de acordo com este Anexo, exceto quando lei ou regulamentação específica dispuser de forma diversa.

Art. 4º Os ETPs para as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação deverão observar as regras específicas da administração Municipal.

**Da Elaboração**

Art. 5º. Os ETPs deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 6º. Os ETPs serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Parágrafo Único: Nos casos em que o órgão ou entidade não possua quadro de colaboradores suficientes ou aptos, inviabilizando a elaboração

conjunta do ETP, será permitida sua confecção de forma individual ou a contratação de terceiros especializados que prestem assessoria técnica para elaboração do instrumento, observados os impedimentos dispostos no art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021, e desde que devidamente justificada a circunstância.

**Do Conteúdo**

Art. 7º. Com base no documento de formalização da demanda, as informações deverão ser produzidas e conterão os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; II - descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade; III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

c) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnicas e econômicas da escolha do tipo de solução; V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável; VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes; IX - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

§ 1º. Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 2º. Os ETPs devem obrigatoriamente conter os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos do caput, apresentar as devidas justificativas no próprio documento que materializa os ETPs.

§ 3º. Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

**Das Exceções à elaboração dos ETPs.**

Art. 8º A elaboração dos ETPs:

I - será dispensada: a) contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, independente da forma de contratação; b) nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada; c) quando já tenha sido elaborado no mesmo processo e não forem apresentadas propostas válidas, em casos de licitações desertas ou fracassadas; d) contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021; e) nas contratações por utilização de atas de registro de preço por órgãos e entidades participantes. II - poderá ser dispensada nas hipóteses de: a) simplicidade do objeto ou quando o modo de seu fornecimento puder afastar a sua necessidade e da análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda; b) quando já tiver sido elaborado ETP para o mesmo objeto nos 12 (doze) últimos meses e houver justificativa de que as condições da contratação se mantiveram sem alteração significativa; c) dispensas de licitação em virtude de emergência ou grave perturbação da ordem previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Das Orientações Gerais**

Art. 9º. Os órgãos, entidades, seus dirigentes e servidores que utilizem o Sistema ETP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

§ 1º. Os órgãos e entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da ferramenta informatizada de que trata este Anexo, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

§ 2º. As informações e os dados do Sistema ETP digital não poderão ser comercializados, sob pena de cancelamento da autorização para o acesso, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Do Estudo Técnico Preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia**

Art. 10. No ETP para contratação de obras e serviços comuns de engenharia deverá ser observado o disposto na seção anterior, no que couber.

Art. 11. Com base no plano de contratações anual, deverá conter no ETP para contratação de obras e serviços comuns de engenharia os seguintes elementos:

I - a localização da obra e/ou serviço; II - a documentação fotográfica da área onde será construída a obra e/ou serviço; III - a identificação e titularidade dos terrenos; IV - a natureza e finalidade da obra e/ou serviço de engenharia; V - a estimativa, aferida mediante metodologia expedita ou paramétrica, dos preços dos estudos, projetos, da preparação da área, da obra e/ou serviço, considerando para fins de planejamento orçamentário e financeiro, inclusive possíveis reajustes; VI - a avaliação prévia do tráfego, quando se tratar de obras de implantação e pavimentação de rodovias; VII - análise técnica sobre a viabilidade, ou não, de parcelamento do objeto; VIII - levantamento de alternativas, metodologias, e a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; IX - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º. O estudo técnico preliminar deverá conter a seleção e a recomendação de alternativa para a concepção dos projetos, de forma a permitir verificar se o programa, terreno, legislação, custos e investimentos são executáveis e compatíveis com os objetivos do órgão ou entidade.

§ 2º. Recebida a demanda interna ou externa de obra e/ou serviço de engenharia pelo órgão ou entidade, a autoridade competente deverá decidir sobre o encaminhamento para estudo técnico preliminar na forma descrita neste regulamento.

§ 3º. Após realizado o estudo técnico preliminar, o responsável pela sua elaboração submeterá à análise e deliberação da autoridade competente do órgão que apontará a alternativa e as soluções

técnicas mais adequadas à satisfação do interesse público.

**DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Art. 12. O termo de referência é o documento elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares, se houver, devendo conter os elementos neces-

sários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação, e ainda:

I - definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; II - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; III - descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto; IV - requisitos da contratação;

V - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; VI - modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

VII - critérios de medição e de pagamento; VIII - forma e critérios de seleção do contratado; IX - estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; X - adequação orçamentária; XI - indicação dos locais de execução dos serviços e das regras para recebimento provisório e definitivo, quando for o caso; XII - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso; XIII - formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso; XIV - principais obrigações do contratado e do contratante, inclusive com a eventual previsão da execução de logística reversa pelo contratado, se for o caso; e XV - sanções por descumprimentos das obrigações pactuadas, inclusive as obrigações prévias ao contrato.

§ 1º O termo de referência deverá ser elaborado pelo órgão ou entidade demandante, podendo ser auxiliado por outros órgãos ou entidades da Administração Pública com expertise relativa ao objeto que se pretende contratar.

§ 2º O termo de referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.

§ 3º. Os processos de contratação direta, serão instruídos sempre com o TR, observado em especial o que trata os incisos do art. 72 da Lei nº 14. 133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º. O TR será utilizado pelo órgão ou entidade como referência para a análise e avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

§ 5º. O TR deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Art. 13. O TR deverá ser divulgado juntamente com o edital ou do aviso de contratação direta no site oficial e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, como anexo, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

Art. 14. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Administração, que poderá expedir normas complementares para a execução desta norma, bem como disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico para fins de operacionalização do sistema.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO V**

**PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NOS MOLDES DA LEI 14.133/21.**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Para fins do disposto nesta regulamentação, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, devendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados; e II - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral. III – desconto mínimo: valor ou percentual mínimo de desconto que a administração exigirá nas contratações; IV – pesquisa de preços: procedimento administrativo de coleta de preços referentes à aquisição de bens, contratação de serviços em geral ou obras e serviços de engenharia para subsidiar a formação do preço referencial ou a análise da vantagem na prorrogação de serviços continuados ou de atas de registro de preços e para subsidiar a tomada de decisão quanto ao deferimento de revisão de preços; V – preço referencial: valor obtido de método estatístico aplicado em série de preços coletados, devendo desconsiderar em sua formação os valores inconsistentes, os inexequíveis e os excessivamente elevados; VI – preço máximo: limite do valor que a administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando em consideração o preço referencial, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis; VII – retorno econômico referencial: resultado mínimo da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço, nas licitações cujo critério de julgamento é o maior retorno econômico; VIII – Justificativa do Preço Referencial: documento que consolida a pesquisa de preços; IX – valor inexequível: preço que não pode ser cumprido, principalmente o inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da média dos demais preços coletados na pesquisa; e X – valor inconsistente: preço incoerente e não condizente com a prática do mercado e/ou com os requisitos da contratação;

Art. 2º. A pesquisa de preço tem como objetivos:

I - fixar o preço estimado e justo do objeto da contratação, inclusive seus aditivos, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração; II - delimitar os recursos orçamentários necessários para a contratação; III - definir a forma de contratação; IV - identificar a necessidade, de exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes cujo valor se enquadre nos limites previstos na Lei Complementar

123/2000 e suas alterações;

V - identificar a existência de sobrepreços em itens de planilhas de custos; VI - identificar a existência de fraude, simulação ou qualquer outro mecanismo que vise a frustrar a legitimidade da pesquisa de preços, inclusive jogos de planilhas; VII - impedir a utilização de preços inexequíveis ou excessivamente elevados; VIII - servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas;

IX - auxiliar na identificação da necessidade de negociação dos preços registrados em ata com os fornecedores.

XI – subsidiar decisão do licitante para desclassificar as propostas apresentadas que não estejam em conformidade com os requisitos no edital.

**FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS**

Art. 3º. A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I. Descrição do objeto a ser contratado; II. Identificação e assinatura do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de

planejamento; III. Informação e identificação das fontes consultadas; IV. preços coletados; V. método estatístico aplicado (a média, a mediana ou o menor dos valores) para a definição do valor estimado; VI. justificativas para a metodologia utilizada, VII. parâmetro dos preços que serão desconsiderados em razão de serem inexequíveis ou excessivamente elevados, inclusive com a definição percentual desses conceitos, se aplicável, VIII. memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; IX. justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta com o fornecedor; e

X - data, identificação e assinatura do servidor responsável.

§ 1º. Os documentos comprobatórios dos preços utilizados para definição do preço estimado, caso disponíveis em rede pública de acesso pela *internet*, deverão ter o endereço eletrônico indicado nos autos do processo, se não estiverem disponíveis para acesso público, deverão ser juntados aos autos do processo da pesquisa.

§ 2º. O mapa comparativo de preços terá validade de 6 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

§3º. O responsável pelo mapa comparativo de preços deverá ter atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.

Art. 4º. Desde que justificado, o preço estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, tornando-se público apenas e imediatamente após a fase de negociação de propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Art. 5º. Elaborado o mapa comparativo de preços pelo servidor designado, caberá, observada a segregação de funções, realizar a sua análise crítica, certificando que o objeto orçado possui especificação compatível com o objeto a ser licitado e que seu preço é condizente com o praticado no mercado.

§1º. Quando a análise crítica resultar na indicação de preço estimado diferente do mapa comparativo de preços, este deverá ser reparado conforme a análise crítica.

§ 2º. O servidor responsável pela realização da pesquisa de preços deverá ser identificado nos autos do processo e assinar o mapa de formação de preços, responsabilizando-se pela pesquisa de preços realizada e pelo preço estabelecido no instrumento convocatório, ou no instrumento oriundo de contratação direta.

**CRITÉRIOS**

Art. 6º. Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá desconsiderar o custo decorrente da transferência do risco ao particular.

**PARÂMETROS**

Art. 7º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais, com Painel de Preços ou banco de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, ou consulta realizada diretamente no estabelecimento por servidor designado, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

§ 1º. Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e/ou II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º. Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado; II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e) nome completo e identificação do responsável, e f) validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, salvo prazo diverso previsto no processo administrativo em curso. III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 6º deste regulamento, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º. Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

§ 4º. Desde que justificado em razão da variação de preços, a pesquisa poderá se limitar, no caso do inciso II, do *caput* deste artigo, aos contratos firmados com entes públicos da região a que pertence este município.

**METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO.**

Art. 8º. Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 7º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º. Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º. Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido acrescentando determinado percentual, de forma a garantir a atratividade do mercado em razão da utilização de propostas vencedoras de outros processos de compras, limitado a 20% deste preço, mediante justificativa.

§3º. Para evitar sobrepreço, ainda, é possível a redução percentual da média aritmética em casos de pesquisa com fornecedores, quando, justificadamente, o gestor público entender que os preços estão acima do mercado.

§ 4º. Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§5º. Devem ser considerados inexequíveis aqueles serviços que não puderem ser prestados sem ensejar prejuízo ou ausência total de lucro ao fornecedor, o que pode ser justificadamente presumido pelo agente público, após a notificação da empresa para prova em contrário, sem manifestação.

§ 6º. Por excessivamente elevados, consideram-se os preços 100% acima da média dos demais, salvo demonstração de que a variação do produto ou serviço costuma ultrapassar esse parâmetro, pela sua própria natureza.

§ 7º. Consideram-se inconsistentes propostas de preço que não atendem às especificações exigidas no processo.

§ 8º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 9º. Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 7º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

**REGRAS ESPECÍFICAS**

**Contratação direta**

Art. 9º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica- se o disposto no art. 7º deste regulamento.

§ 1º. Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 7º deste regulamento, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º. Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º. Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º. O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

**Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva**

Art. 10. Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, o preço estimado será definido em planilha de composição de custos, observando, no que couber, o disposto neste regulamento.

Parágrafo único - Os itens da planilha de composição de custos, cujo valor não seja determinado por lei ou acordo trabalhista deverão ser fixados o cálculo do preço estimado do bem ou serviço em geral.

Art. 11**.** Nas renovações e prorrogações contratuais, a demonstração da vantajosidade deve ocorrer mediante comparação da planilha de composição de custos vigente na contratação com a planilha de

composição de custos de uma possível nova contratação.

**Da pesquisa de preço para contratação de fornecedores registrados em ata de registro de preços**

Art. 12. Para contratação de fornecedores registrados, os órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços ficam dispensados da realização de pesquisa de preço durante o prazo de validade da ata.

Parágrafo único: Nos processos para contratação por adesão carona, o órgão ou entidade deverá realizar a demonstração de vantajosidade da adesão nos termos deste regulamento.

**Da pesquisa de preço para locação de imóveis**

Art. 13. O preço máximo da locação de imóveis em que a Administração Pública seja locatária será definido por avaliação e em laudo oficial, dispensada a pesquisa de preços de mercado de outros imóveis, em virtude das características.

§ 1º. O ente poderá elaborar o audos oficial de forma autônoma se contarem com corpo técnico qualificado e desde que autorizados em ato normativo específico.

§ 2º. O valor indicado no laudo oficial é o preço máximo pelo qual o contrato poderá ser firmado, devendo o poder Executivo Municipal se esforçarem para ajustar valores mais vantajoso.

Art. 14. Nos aditivos e apostilamentos para reajuste e prorrogação contratual, o preço contratual poderá ser definido mediante simples reajuste do valor indicado no contrato, de acordo com o índice de reajuste previsto no respectivo contrato ou, quando não previsto, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, o que for menor.

**Inexigibilidade de licitação**

Art. 15. Os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de:

I - documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente; II - tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.

§1º. Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§2º. Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o caput pode ser realizada com objetos de mesma natureza.

§3º. Caso a justificativa de preços aponte para a possibilidade de competição no mercado, vedada está a inexigibilidade.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 16. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO VI**

**REGULAMENTA O DISPOSTO NO ART. 20 DA LEI FEDERAL Nº 14. 133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, PARA ESTABELECER O ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO NAS CATEGORIAS DE QUALIDA-**

**DE COMUM E DE LUXO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º. Os critérios para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo para suprir as demandas dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Município de Nobres, conforme disposto no art. 20 da Lei federal nº 14. 133, de 1º de abril de 2021.

**Definições**

Art. 2º. Para fins de disposto neste Decreto, considera-se:

I - bem de luxo - bem de consumo com qualidade, preço, características técnicas e funcionais superiores às necessárias ao atendimento da demanda identificada, que possui características tais como: a) ostentação; b) opulência: c) forte apelo estético; ou d) requinte; II - bem de qualidade comum - bem de consumo que atenda restritamente a qualidade, preço, características técnicas e funcionais necessárias ao atendimento da demanda identificada; e a) - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios: b) durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de 2 (dois) anos; c) fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade; d) perecibilidade - sujeito às modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo; e) incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou f) transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matériaprima ou matéria intermediária para a geração de outro bem. **Classificação de bens**

Art. 3º O ente público municipal considerará no enquadramento do bem como de luxo de que trata o inciso I do **caput** do art. 2º:

I - relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e II - relatividade temporal - mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspecto como: a) evolução tecnológica; b) tendências sociais; c) alterações de disponibilidade no mercado; e d) modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 4º Não será enquadrado como bens de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do **caput** do art. 2º:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade. **Vedação à aquisição de bens de luxo**

Art. 5° É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A aquisição de bens de consumo que esteja dentro do limite de valor de dispensa de licitação previsto no inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133, de 2021, não afasta a possibilidade de enquadramento como bens de luxo.

**Bens de luxo na elaboração do plano de contratação anual**

Art. 6º As unidades de contratação dos órgãos e das entidades, em conjunto com as unidades técnicas, identificarão os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no **caput** deste artigo, os documentos de formalização de demandas retornarão as secretarias requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO VII**

**DISPÕE SOBRE A ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO E DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO FORNECIMENTO DE BENS, LOCAÇÕES, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REALIZAÇÃO DE OBRAS, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 141 DA LEI Nº 14.133, DE 1° DE ABRIL DE 2021;**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º. Este Anexo dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. A ordem de pagamento das obrigações contratuais será subdividida pelas seguintes categorias de contratos no âmbito de cada órgão ou entidade da Administração:

I - fornecimento de bens; II - locações;

III - prestação de serviços; ou IV - realização de obras.

Art. 3º A ordem cronológica terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, o momento em que o órgão ou entidade contratante atestar a execução do objeto do contrato, com base em nota fiscal, fatura ou documento equivalente.

**PROCEDIMENTOS**

**Categorias de contratos**

Art. 4º. O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I – fornecimento de bens; II – locações;

III – prestação de serviços; e IV – realização de obras.

§ 1º. As fontes de recursos constituem-se de agrupamentos específicos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, evidenciando a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade.

§ 2º. Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou à despesa específica serão ordenados em listas próprias, cuja obtenção exija vinculação.

**Inclusão do crédito na sequência de pagamentos**

Art. 5º. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

§ 1º. Considera-se liquidação de despesa o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto ou de etapa do cronograma físico-financeiro do contrato, conforme o caso.

§ 2º. Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a situação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou referentes ao FGTS não afeta o ingresso do pagamento na ordem cronológica de exigibilidade, podendo, nesse caso, a unidade administrativa contratante deduzir parte do pagamento devido à contratada, limitada a dedução ao valor inadimplido.

§ 3º. Na hipótese de que trata o § 2º, a Administração, mediante disposição em edital ou contrato, pode condicionar a inclusão do crédito na

sequência de pagamentos à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas.

§ 4º. A despesa inscrita em restos a pagar não altera a posição da ordem cronológica de sua exigibilidade, não concorrendo com as liquidações do exercício corrente.

§ 5º. O pagamento das indenizações previstas no § 2º do art. 138 e no art. 149 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, ainda que o contrato já tenha sido encerrado.

§ 6º. A inobservância imotivada da ordem cronológica de que trata o caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a fiscalização.

§ 7º. não poderá haver preterição indevida da ordem cronológica de exigibilidade, sob pena de responsabilização do agente.

**Providências e prazos para a liquidação e pagamento**

Art. 6º. Os prazos para liquidação e pagamento são cláusulas necessárias nos instrumentos de contrato, nos termos do inciso VI do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021. Parágrafo único. Nas hipóteses de substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, conforme dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos para liquidação e pagamento constarão de instrumento convocatório, de aviso de contratação direta ou de outro documento negocial com o mercado.

Art. 7º. Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados a:

I – 10 (dez dias) corridos para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; II – 30 (trinta) corridos para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

§ 1º Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

§ 2º Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos de que dos incisos I e II do caput serão reduzidos pela metade.

§ 3º O prazo de que trata o inciso I do caput e o § 2º deste artigo poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

§ 4º O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do caput e o § 2º deste artigo.

§ 5º Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

§ 6º No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

Art. 8º. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

§ 1º A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

§ 2º Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

§ 3º A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem

prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA**

**Hipóteses**

Art. 9º. A alteração da ordem cronológica de pagamento somente ocorrerá mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação à assessoria jurídica, exclusivamente nas seguintes situações:

I – grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública; II – pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato; III – pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato; IV – pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; ou V – pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único: O prazo para a comunicação às autoridades listadas no caput deste artigo não poderá exceder a 30 (dias) dias contados da ocorrência do evento que motivou a alteração da ordem cronológica de pagamento.

**DO CONTROLE**

Art. 10. A operacionalização e o controle da ordem cronológica de pagamento serão realizados por meio do Sistema utilizado, disponibilizado no portal transparência, contido no endereço eletrônico http://www.nobres.mt.br.

§ 1º. A administração disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem.

§ 2º. As informações a que se referem o parágrafo anterior poderão ser disponibilizadas em link específico de acesso ao Portal de Transparência que contenha o registro de todos os pagamentos realizados pelo Executivo Municipal.

**DO PAGAMENTO SIMPLIFICADO**

Art. 11. Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do contratado, para pagamento, a prova da regularidade fiscal perante a fazenda Estadual e Municipal.

§ 1º. As obras, reformas e serviços de engenharia terão as medições e os pagamentos realizados após atestos do fiscal de obras e fiscal de contratos.

§ 2º. A simplificação do procedimento de pagamento não exonera a Administração do dever de fiscalização contratual, inclusive quanto à manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação e qualificação por parte da contratada, o que será objeto de procedimento específico previsto neste regulamento.

§ 3º. Para pagamento dos contratos de prestação de serviços em geral deverá ser exigida ainda prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, do município do domicílio ou sede do contratado.

Art. 12. O órgão ou entidade contratante que esteja no regime de substituição tributária, no caso da prestação de serviços, deverá reter o percentual relativo ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), e recolher, em nome da contratada, ao Poder Executivo Municipal, obedecida à legislação vigente.

Parágrafo único: O valor retido de que trata o *caput* deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

**DO PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO**

Art. 13. No pagamento de despesas em razão da prestação de serviços, ao fornecimento de bens, locação de bens móveis e imóveis, a título de indenização ou ressarcimento, o processo deverá ser instruído, no mínimo, com:

I - pedido de indenização ou ressarcimento, instruído com nota fiscal, fatura ou documento equivalente; II - os documentos de habilitação jurídica do requerente; III - os documentos exigidos para fins de pagamento, discriminados no capítulo anterior, conforme o caso; IV - justificativa fundamentada do responsável da unidade competente pelo produto ou serviço em que informe os motivos do pagamento por indenização, inclusive: a) os serviços foram regularmente prestados, os bens foram regularmente entregues, ou órgão ou entidade usufruiu do bem locado, discriminando a quantidade ou período efetivamente consumidos; b) reconhecimento expresso da dívida, com discriminação do seu valor; e c) se há indícios de que a pessoa física ou jurídica solicitante agiu de má fé. V - pesquisa do preço estimado relativa ao objeto cuja indenização é postulada, nos termos deste Decreto; VI - comprovante da existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa, nos termos do art. 16 da Lei Complementar Federal n° 101/2000; VII - parecer jurídico sobre o cabimento da indenização ou ressarcimento; VIII - comprovante de que o fato foi comunicado à unidade de controle interno ou equivalente para avaliar os requisitos de admissibilidade de possível apuração da responsabilidade dos servidores que deram causa à despesa sem prévio procedimento de contratação; IX - decisão do ordenador da despesa sobre o pedido de indenização ou ressarcimento, com justificativa fundamentada para a realização de despesa em desconformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964 e procedimento de contratação; X - termo de ajuste de contas, firmado entre o órgão ou entidade e o requerente da indenização ou ressarcimento e que contenha, no mínimo: a) delimitação do objeto da indenização ou ressarcimento, suas especificações, quantidades, período de fornecimento, entrega ou locação; b) declaração do requerente de que com relação ao objeto do termo de ajuste de contas não há qualquer débito ou direito a ser indenizado ou ressarcido; c) reconhecimento da dívida pela administração; d) a indicação dos recursos orçamentários que serão utilizados para pagamento; e) dados bancários do requerente para recebimento do valor devido; f) prazo para pagamento da dívida, a contar da publicação do termo de ajuste de contas no sítio eletrônico do órgão ou entidade, observada a ordem cronológica prevista neste regulamento; g) a declaração do requerente de quitação do débito objeto do termo de ajuste de contas com a efetivação do pagamento dos valores nele previstos.

§ 1º. Nos pedidos de indenização cujo objeto decorre de contrato expirado, o valor a ser indenizado não poderá ser superior àquele previsto no instrumento contratual, ressalvada a possibilidade de reajuste ou repactuação do preço de acordo com os critérios definidos na própria contratação encerrada.

§ 2º. Para fins de cumprimento do inciso V do *caput* deste artigo, poderá ser utilizada a pesquisa de preços válida de procedimento de licitação ou contratação direta.

§ 3º.A não apresentação dos documentos de que trata o inciso III do caput deste artigo não ensejará retenção ou retardamento do pagamento, devendo ser apenas ressalvado o fato nos autos do processo pela unidade financeira do órgão ou entidade.

Art. 14. Em caso de pagamentos com acréscimos de juros e multas por atraso no pagamento, a retenção tributária e/ou previdenciária deverá incidir sobre o valor da nota fiscal somado aos acréscimos.

Art. 15. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do

bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º. A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

§ 3º. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Orientações gerais**

Art. 16. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio oficial, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Art. 17. Ressalvada a exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado terá direito à extinção do contrato na hipótese de atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Art. 18. A ordem cronológica prevista no art. 4º deste Regulamento não se aplica aos pagamentos decorrentes de:

I - diárias e inscrições em cursos de aperfeiçoamento dos servidores; II - folha de pessoal, despesas previdenciárias, encargos sociais e remuneração de estagiários contratados mediante convênios; III - parcelas indenizatórias de verbas salariais; IV - serviços prestados mediante concessão, como energia elétrica, água, telefonia e comunicação de dados; V - seguro obrigatório e opcional de veículos, taxas anuais de licenciamento e multas veiculares; VI - obrigações tributárias, serviços da dívida pública, precatórios, decisões judiciais, multas de entidades governamentais ou decisões dos Tribunais de Contas; VII - auxílios financeiros, contribuições, subvenções econômicas, subvenções sociais, indenizações e restituições; e VIII - rateio pela participação em consórcio público.

Art. 19. O licitante ou a contratada que incorra nas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apuradas em regular processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeita-se às sanções prevista na referida Lei.

Art. 20. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste regulamento serão dirimidos pela Secretaria de Administração do poder Executivo.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO VIII**

**DISPÕE SOBRE AS PRÁTICAS CONTÍNUAS E PERMANENTES DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLE PREVENTIVO CONFORME A LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.**

Art. 1º. Os órgãos da Administração Pública municipal, direta, autárquica e fundacional deverão adotar todas as condutas necessárias para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de:

I - obter a excelência nos resultados das contratações celebradas; II - evitar inexecuções contratuais que possam comprometer os objetivos de gestão pretendidos; III - evitar sobrepreço e superfaturamento quando das execuções contratuais; IV - prevenir e reprimir práticas corruptas, práticas fraudulentas, práticas colusivas ou práticas obstrutivas nos processos de contratação pública; V - garantir que a contratação pública constitua efetivo instrumento de fomento da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica; VI - realizar o gerenciamento dos riscos das licitações e das contratações; VII - reduzir os riscos a que estão sujeitas as licitações e as contratações, como, dentre outros: a) identificação incorreta, imprecisa ou insuficiente da necessidade pública a ser atendida com a contratação; b) descrição incorreta, imprecisa ou insuficiente do objeto da contratação; c) erros na elaboração do orçamento estimativo; d) definição incorreta ou inadequada dos requisitos de habilitação técnica ou de habilitação econômico-financeira; e) estabelecimento de condições de participação que restrinjam de modo injustificado

o universo de potenciais licitantes;

f) decisões ou escolhas sem a devida e suficiente motivação; g) definição incorreta, imprecisa ou insuficiente dos encargos contratuais; h) defeitos no controle da execução contratual ou no recebimento definitivo do objeto.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações previstas nos incisos I a IV do caput deste artigo ensejará, após o devido processo legal, a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilização penal, civil e por improbidade administrativa.

Art. 2º. Será realizado o gerenciamento dos riscos envolvidos em todas as etapas do processo da contratação.

§ 1º O gerenciamento dos riscos de que trata o caput tem por objetivos:

I - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos estratégicos e operacionais pretendidos por intermédio da execução contratual; II - fomentar uma gestão proativa de todas as etapas do processo da contratação; III - atentar para a necessidade de se identificarem e tratarem todos os riscos que possam comprometer a qualidade dos processos de contratação; IV - facilitar a identificação de oportunidades e ameaças que possam comprometer as licitações e a execução dos contratos; V - prezar pela conformidade legal e normativa dos processos de contratação; VI - aprimorar os mecanismos de controle da contratação pública; VII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e para o planejamento das contratações; VIII - alocar e utilizar eficazmente os recursos para o tratamento de riscos a que estão sujeitas as licitações e as execuções contratuais; IX - aumentar a capacidade de planejamento eficaz e eficiente das contratações por intermédio do controle dos níveis de risco.

§ 2º O gerenciamento dos riscos poderá ser dispensado, mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

§ 3º O nível de detalhamento e de aprofundamento do gerenciamento dos riscos será proporcional à complexidade, relevância e valor significativo do objeto da contratação.

§ 4º O principal objetivo do gerenciamento dos riscos é avaliar as incertezas e prover

opções de resposta que representem as melhores decisões relacionadas com a excelência das licitações e das execuções contratuais.

§ 5º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de probabilidade:

I - raro: acontece apenas em situações excepcionais; não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência; II - pouco provável: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo; III - provável: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte; IV - muito provável: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte; V - praticamente certo: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.

§ 6º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de impacto:

I - muito baixo: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado; II - baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado; III - médio: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado; IV - alto: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado;

V - muito alto: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

§ 7º Após a avaliação, o tratamento dos riscos deve contemplar as seguintes providências:

I - identificar as causas e consequências dos riscos priorizados; II - levantadas as causas e consequências, registrar as possíveis medidas de resposta ao risco; III - avaliar a viabilidade da implantação dessas medidas (custo-benefício, viabilidade técnica, tempestividade, efeitos colaterais do tratamento etc); IV - decidir quais medidas de resposta ao risco serão implementadas; V - elaborar plano de implementação das medidas eleitas para resposta aos riscos identificados e avaliados.

§ 8º O gerenciamento de riscos materializa-se no documento denominado Mapa de Riscos, que será elaborado de acordo com a probabilidade e com o impacto de cada risco identificado, por evento significativo, e deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação, pelo menos:

I - ao final da elaboração do estudo técnico preliminar, ao final da elaboração do termo de referência, do anteprojeto, do projeto básico ou do executivo; II - após a fase de seleção do fornecedor; e III - após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

Art. 3º. A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos compete aos agentes públicos responsáveis pelo planejamento da contratação.

Art. 4º As contratações públicas devem atuaa observando às linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade; II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade; III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo Tribunal de Contas.

§ 1º Compete aos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa:

I - a identificação, a avaliação, o controle, o tratamento e a mitigação dos riscos a que estão sujeitos os processos de contratação, de acordo com o apetite a risco definido; II - a adoção de medidas de saneamento de irregularidades meramente formais aferidas no processo da contratação pública; III - a adoção de medidas preventivas destinadas a evitar a repetição de irregularidades identificadas no processo da contratação pública; IV - no âmbito de sua competência, assegurar a formação e a capacitação dos agentes públicos envolvidos no processo da contratação pública; V - aperfeiçoar os sistemas de controle interno no âmbito de sua competência; VI - realizar o planejamento das contratações de modo a prevenir o risco à integridade e diminuir a incerteza no que tange aos resultados pretendidos; VII - adotar, no âmbito de sua competência, todas as condutas necessárias à obtenção de eficácia, eficiência e economicidade quando das contra-

tações públicas, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos previstos no artigo 11 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º Compete aos agentes públicos integrantes da segunda linha de defesa:

I - monitorar as atividades realizadas pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa; II - propor melhorias nos processos de gestão de riscos e de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa; III - prestar o assessoramento jurídico necessário à implementação das ações de competência dos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa; IV - avaliar a conformidade das condutas e procedimentos adotados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa com a Constituição Federal, com a Lei, e com normas infralegais.

§ 3º A avaliação de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo poderá ser realizada de ofício ou por solicitação expressa da autoridade responsável pela respectiva contratação, mediante relatório circunstanciado.

§ 4º O relatório de avaliação de que trata o § 3º deste artigo será aprovado pela autoridade competente e comunicado aos agentes públicos a ela relacionados, que adotarão as condutas nele sugeridas, se for o caso.

§ 5º Caso o processo de avaliação indique o cometimento de infração, será instaurado o processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade, na forma da lei.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO IX**

**DISPÕE SOBRE REGIMES DE EMPREITADA CONFORME O DISPOSTO NO ART. 141 DA LEI Nº 14.133, DE 1° DE ABRIL DE 2021;**

**Dos Regimes de Empreitada por Preço Global, por Preço Unitário, Contratação por Tarefa e Empreitada Integral**

**Art. 1º**. A escolha do regime de execução contratual deve estar técnica e economicamente justificada nos autos do processo licitatório e no respectivo contrato.

**Art. 2º** Adota-se a empreitada por preço global, empreitada integral e contratação por tarefa, em regra, para pactuar obrigações de meio e quando for possível definir com precisão os quantitativos e/ou qualitativos dos serviços a serem executados na obra.

**Art. 3º** Adota-se a empreitada por preço unitário para pactuar obrigações de meio e nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários.

§1º. No caso de que trata o caput deste artigo, se houver preferência pela empreitada por preço global, deverá ser justificado nos autos.

§2º. Poderão ser adotados dois regimes de empreitada em um mesmo contrato quando a obra ou serviço de engenharia e/ou arquitetura for composta por parte possível de definir com precisão os quantitativos e/ou qualitativos dos serviços a serem executados na obra e parte que possua uma imprecisão inerente de quantitativos e/ou qualitativos em seus itens orçamentários.

**Art. 4º.** É irregular a admissão de proposta ofertada pelo licitante contendo especificações de serviços e respectivas quantidades destoantes do orçamento-base da licitação, cabendo-lhe, no caso de identificar erros de quantitativos no orçamento- base do certame, impugnar os termos do edital de licitação.

**Art. 5º.** São admissíveis aditivos contratuais, inclusive no regime de execução contratual por preço global, nos casos de alterações de projeto propostas pela administração, nos casos de fatos imprevisíveis, entre os quais a impossibilidade de o licitante constatar as eventuais discrepâncias de quantidades com base nos elementos presentes no projeto básico, bem como nas demais situações previstas no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Art.6º.** No regime de empreitada por preço unitário e exclusivamente nos serviços que, por sua natureza, não for possível prever com exatidão a quantidade antes da execução, é possível se firmar termo aditivo, mesmo depois de finalizada a execução de etapa do cronograma físico-financeiro, para adequação da quantidade efetivamente executada, constatada em medição.

**Art. 7º.** Em contratos executados no regime de empreitada por preço global, no caso de aditivos celebrados em virtude de erros ou omissões no orçamento, deverão ser observados os seguintes entendimentos:

§ 1º. Em regra, os aditivos não são admissíveis, tendo em vista a cláusula de expressa concordância da contratada com o projeto básico, bem como a natural variação de quantitativos na empreitada por preço global constituir-se em álea ordinária da contratada.

§ 2º. Quando nos contratos forem encontrados erros de pequena relevância, relativos a pequenas variações de quantitativos em seus serviços, a contratante deve pagar exatamente o preço global acordado, não sendo adequado se firmar, para isso, aditivo contratual.

§ 3º. Quando nos contratos forem encontrados erros ou omissões substanciais, subestimativas ou superestimativas relevantes, poderão ser ajustados termos aditivos excepcionalmente, desde que os seguintes requisitos sejam atendidos cumulativamente:

I - somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão, os serviços de materialidade relevante na curva ABC do orçamento, compreendidos dentro da Faixa A e Faixa B, cuja somatória acumulada dos custos representa 80% (oitenta por cento) do custo total; II - somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão, os erros unitários de quantitativo acima de 10% (dez por cento).

§ 4º. Excepcionalmente, em casos de quantitativos com relevantes subestimativas no orçamento, demonstrada a razoabilidade do pedido de aditivo, deverão ser atendidas cumulativamente os seguintes requisitos para o deferimento do pleito:

I - a alteração contratual deverá manter a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela Administração e o valor global contratado; II - o resultado que seria obtido na licitação, com os quantitativos efetivos de serviços, não poderá ser modificado se os novos quantitativos fossem aplicados às propostas dos demais licitantes, em observância aos princípios da igualdade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração; III - a alteração contratual, em análise global, não deve ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. IV - o novo serviço incluído no contrato ou a quantidade acrescida no serviço cujo quantitativo foi originalmente subestimado não são compensados por eventuais distorções a maior nos quantitativos de outros serviços que favoreçam o contratado;

§ 5º Em caso de quantitativos superestimados relevantes no orçamento, eventuais pleitos da contratada para não redução dos valores contratados poderão ser atendidos de forma excepcionalíssima, desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - demonstração, em análise global, de que o quantitativo artificialmente elevado foi compensado por outros preços e quantitativos subestimados de forma que reste cabalmente demonstrado que o preço global pactuado representa a justa remuneração da obra, considerando o orçamento de referência da Administração ajustado; e II - a alteração do contrato de forma a reduzir os quantitativos daquele item inviabilizaria a execução contratual, por exemplo, demonstrando-se que o valor a ser reduzido supere a remuneração e as contingências detalhadas na composição do BDI apresentado pelo contratado, bem como os montantes originados de eventuais dis-

torções a maior existentes nos custos obtidos em sistemas referenciais da Administração Pública (efeitos cotação e barganha) que não foram eliminados no processo licitatório.

**Art. 8º** Nos aditivos em contratos em que houver necessidade de acréscimo e supressão de serviços devem ser considerados os acréscimos e as supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando- se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

**Dos Regimes de Contratação Integrada e Semi-Integrada**

**Art. 9º.** Adota-se os regimes de contratação integrada, em regra, para pactuar obrigações de resultado em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar serviços de engenharia e obras comuns ou especiais de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

§ 1º. Adota-se a contratação semi-integrada para pactuar obrigações de resultado em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo executar serviços de engenharia e obras comuns ou especiais de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as

demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

§ 2º. Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado;

§ 3º. Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

§ 4º. A Administração é dispensada da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto de acordo com metodologia definida em ato do órgão competente, observados os requisitos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 5º. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico.

§ 6º. Nos regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital e o contrato, sempre que for o caso, deverão prever as providências necessárias para a efetivação de desapropriação autorizada pelo poder público, bem como:

I - o responsável pelas respectivas fases do procedimento expropriatório; II - a responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas;

III - a estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos; IV - distribuição objetiva de riscos entre as partes, incluído o risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados; V - em nome de quem deverá ser promovido o registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados.

§ 7º. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou

operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

§ 8º. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.

**Art. 10.** Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

**Do Fornecimento e Prestação de Serviço Associado**

**Art. 11.** Fornecimento e prestação de serviço associado é o regime de contratação em que a execução do objeto observará as seguintes fases, em sequência

I - fornecimento do objeto; II - operação, manutenção ou ambas do objeto fornecido na fase I, por tempo determinado.

§ 1º. Quando na fase I o fornecimento é de obra ou serviço de engenharia, o edital pode prever que o contratado:

I - seja responsável por executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto; ou II - seja responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

§ 2º. No caso do inciso I do § 1º deste artigo, o edital deve conter como anexo um projeto básico, na forma do inciso XXV do art. 6º da Lei nº 14. 133, de 2021, para o qual, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico, mantidos os procedimentos relativos ao regime de contratação semi-integrada, poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

§ 3º. No caso do inciso II do § 1º deste artigo, o edital deve conter como anexo um anteprojeto de engenharia, na forma descrita em Regulamento próprio, e mantidos os procedimentos relativos ao regime de contratação integrada.

§ 4º. Os serviços relativos à fase II poderão ser com modelo de contrato de facilities.

§ 5º. O modelo de contrato de facilities para ocupação de imóveis de que trata o caput deste artigo, consiste na prestação, em um único contrato, de serviços de gerenciamento e manutenção de imóvel, incluído o fornecimento dos equipamentos, materiais e outros serviços necessários ao uso do imóvel pela administração pública, por escopo ou continuados.

§ 6º. O modelo de contrato facilities, observados os princípios de que trata o art. 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, poderá, na forma do § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 14.011, de 10 de junho de 2020, incluir a realização de obras para adequação do imóvel, inclusive a elaboração dos projetos básico e executivo; e ter prazo de duração de até 20 (vinte) anos, quando incluir investimentos iniciais relacionados à realização de obras e o fornecimento de bens, os quais devem permanecer com o contratante.

**Art. 12.** O contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado terá sua vigência máxima definida pela soma do prazo relativo ao fornecimento inicial ou à entrega da obra com o prazo relativo ao serviço de operação e manutenção, este limitado a 5 (cinco) anos contados da data de recebimento do objeto inicial;

Parágrafo único. É autorizada a prorrogação sucessiva do contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**Art. 13.** A medição e o pagamento do objeto da contratação sob regime de fornecimento e prestação de serviço associado se dará por etapas e em função da fase em que se está sendo executado o contrato.

**Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.**

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANEXO X DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PROCEDIMENTO AUXILIAR A QUE SE REFERE A LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021".**

**Do Sistema de Registro De Preços**

Art. 1º. Para fins deste regulamento, considera-se:

I – Sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras; II – Ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas; III – Órgão gerenciador: órgão da Administração Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente; IV – Órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços; V – Órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

**Art. 2º**. O Sistema de Registro de Preços - SRP para aquisição e locação de bens ou contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, pelas secretarias municipais, obedecerá ao disposto neste Regulamento. **Art. 3º.** O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. § 1º. O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - existência de projeto padronizado sem complexidade técnica e operacional; II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e III - haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução. § 2º. A ausência de previsão orçamentária sem a configuração dos demais requisitos dos incisos I ao IV do caput deste artigo não é motivo para a adoção do Sistema de Registro de Preços.

**Das Atribuições do Órgão Gerenciador Art. 4º.** A Secretaria Municipal de Planejamento será o Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços. Parágrafo único. Compete ao chefe do poder executivo, autorizar a instauração e homologar as licitações para formação dos registros de preços. **Art. 5º**. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora a prática de todos os atos de controle e gestão do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte: I - registrar a intenção para registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para Registro de Preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, observado o parágrafo único deste artigo; II - realizar pesquisa de preços para procedimentos iniciados no órgão gerenciador, bem como definir a tabela de referência para obras e serviços de engenharia, destacando os respectivos valores que serão licitados; III - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação do respectivo projeto, destinado a atender os requisitos de padronização e racionalização; IV - recusar os quantitativos considerados ínfimos; V - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório; VI - realizar o procedimento licitatório, bem como todos os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da ata e sua disponibilização aos órgãos participantes; VII - gerenciar a ata de registro de preços; VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços registrados; IX - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção para registro de preços; X - providenciar o registro das penalidades administrativas aplicadas previstas em lei e no instrumento convocatório; XII - aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar as ocorrências no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Parágrafo único. A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I, do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública municipal.

**Dos Órgãos, Entidades Participantes Art. 6º**. O órgão ou entidade interessado poderá solicitar ao órgão gerenciador a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe, observadas as normas expedidas pelos órgãos gerenciadores, conforme o caso: I - especificação do objeto; II - projeto; III - estimativa de consumo; IV - local de entrega; e V - cronograma de contratação. § 1º. Projeto, a que se refere o inciso II do caput deste artigo, é o documento de planejamento para licitação e contratação que pode ser expresso por meio de um dos seguintes instrumentos: termo de referência, anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo; § 2º. A pesquisa de mercado e cotações de preços, formando o preço máximo do bem ou serviço deverá ser realizada pelo órgão gerenciador, na forma estabelecida neste Regulamento, naqueles casos em que o procedimento para registro de preços for iniciado pelo órgão gerenciador. § 3º. A pesquisa de mercado e cotações de preços, formando o preço máximo do bem ou serviço poderá ser realizada pelo órgão participante na forma estabelecida neste Regulamento, quando o procedimento for por ele iniciado. § 4º Havendo alteração no quantitativo após

a realização de procedimento público de intenção de registro de preços, o órgão gerenciador deverá analisar e revisar as cotações encaminhadas pelo órgão participante, levando em consideração a economia de escala. Art. 7º. Compete ao órgão ou entidade participante: I - registrar o interesse em participar do registro de preços no sistema, informando estimativa de contratação, justificando a contratação e os quantitativos previstos, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação, especificações técnicas ou projeto, na forma do § 1º do art. 6º deste Regulamento, visando a instauração do procedimento licitatório; II - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente, no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador; III - por ocasião da manifestação de interesse, solicitar a inclusão de novos itens, que deverá ser feita no prazo previsto pelo órgão gerenciador; IV - tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições; V - emitir a ordem de compra, ordem de serviço ou contrato, quando da necessidade de contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços; VI - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização; VII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais; e VIII - registrar no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal. IX - aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como registrar as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **Da Licitação** Art. 8º. O processo licitatório para o Sistema de Registro de Preços será realizado na modalidade de concorrência ou de pregão, preferencialmente eletrônicos, do tipo menor preço ou de maior desconto, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e deste Regulamento.

Parágrafo único. O sistema de registro de preços poderá, na forma deste Regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade. Art. 9º. O processo licitatório será precedido de ampla pesquisa de mercado para fixação do preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos no regulamento sobre pesquisa de preço.

Art. 10. Além das exigências previstas no caput do art. 82, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o edital de licitação para Registro de Preços contemplará, no mínimo, o seguinte: I - estimativa de quantidades a serem adquiridas ou contratadas, segundo a conveniência e oportunidade, no prazo de validade do registro de preços; II - indicação nominal dos órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preços; III - a possibilidade ou não, e o limite da adesão de outros órgãos e entidades; IV - prazo de validade da ata de registro de preços; V - previsão do cancelamento do registro de preços por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado. § 1º. Quando o edital prever o fornecimento de bens, contratação de obras ou serviços em locais diferentes, é facultada a apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região. § 2º. O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 3º. Do instrumento convocatório para registro de preços de obras e serviços de engenharia deverá também constar: I - a especificação ou descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas, descrito por meio de um projeto, conforme definição no § 1º do artigo 7º deste Regulamento; II - as condições quanto aos locais, prazos de execução e vigência, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços contínuos de engenharia, quando cabíveis, a frequência, a periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos, a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados; III - os modelos de planilhas de custo, quando couber; IV - as minutas de contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, quando for o caso; V - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas, de acordo com os respectivos contratos. § 4º. A hipótese de o licitante formular proposta com quantidade inferior à demandada, serão registrados em ata os preços dos licitantes classificados, até que seja atingido o total licitado do bem ou serviço, em função da capacidade de fornecimento dos licitantes, na forma do inciso IV, do art. 82, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. **Da Ata de Registro Preços** art. 11. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. § 1º. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos. § 2º. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

§ 3º. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor; § 4º. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões: I - o registro a que se refere o § 4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

II - se houver mais de um licitante na situação de que trata o § 4º do caput deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e III - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o § 4º do caput deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. § 5º. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação. § 6º. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas. § 7º. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços o nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório. § 8º. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal de Compras do Município;

§ 9º. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações. Art. 12. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. Parágra-

fo único. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado. Art. 13. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

**Daatualização do Preço e do Cancelamento da Ata** Art. 14. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Art. 15. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado. § 1º. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas. § 2º. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação. § 3º. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados. Art. 16. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos: I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços; II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública; III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas. § 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido. § 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital. § 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata. § 4º. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado. § 5º. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. § 6º. Liberado o fornecedor na forma do § 5º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado. § 7º. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório. § 8º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

**Da Atualização Periódica da Ata ou do Preço Registrado** Art. 17. O edital e a ata de registro de preços deverão conter cláusula que estabeleça a possibilidade de atualização periódica dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. **Do Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado** Art. 18. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor: I - for liberado; II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável; III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

Art. 19. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador: I - pelo decurso do prazo de vigência; II - pelo cancelamento de todos os preços registrados; III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas. Art. 20. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Parágrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

**Das Regras Gerais da Contratação** Art. 21 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, ou outro instrumento equivalente, devendo o fornecedor manter as condições de habilitação exigidas na licitação. Art. 22. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar as condições, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor - cadastro de reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis. Art. 23. Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante que formulou oferta parcial, poderão ser contratados os demais licitantes, até o limite do quantitativo registrado, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que sejam compatíveis com o preço vigente no mercado, o que deverá ser comprovado nos autos. Art. 24. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021. § 1º. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços. § 2º. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços. **Da Utilização da Ata de Registro de Preços por Órgãos ou Entidades não Participantes** art. 25. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata. § 1º. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 2º. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. § 3º. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes. § 4º. O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. § 5º Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente. Art. 26. É permitida, mediante ato do dirigente máximo do órgão ou entidade municipal que demonstre a necessidade e a vantagem econômica, a adesão a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública de outros municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

**Disposições Finais sobre o Sistema de Registro de Preços** Art. 27. A Secretaria de Planejamento expedirá, se necessárias, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento. Art. 28. Por se tratar de procedimento de regulamentação, todos os atos observarão as disposições expressas no corpo da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ora recepcionada integralmente.

Nobres – MT, 09 de janeiro de 2024.

Leocir Hanel

**Prefeito Municipal de Nobres**

**EXTRATO DE CONTRATO DEZEMBRO 2023**

**EXTRATO DE CONTRATO DEZEMBRO 2023**

**CONTRATO Nº 007/2023** - **Processo Licitatório – Dispensa 004/2023** Celebrado Entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres – MT – **CNPJ:** 04.463.781/0001-01e a empresa **F. DE A. S. DA COSTA LTDA, CNPJ:** 36.885.318/0001-44. **Objeto:***P*restação de Serviços de envio de cargas mensais e tempestivas XML via sistema APLIC **– AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS** - ao TCE – MT. **Fundamentação Legal:** Fundamentação nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021. **VALOR:** R$12.000,00 (Doze Mil Reais). **Data:** 28/12/2023. **Prazo: 12 (doze) meses**. Assinam – **NADIR DA SILVA** – Diretora Executiva – Contratante e **FRANCISCO DE ASSIS SILVA DA COSTA** – Sócio Proprietário – Contratado.

**Nobres - MT, 08 de Janeiro de 2024.**

**NADIR DA SILVA**

**Diretora Executiva**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2024 EDITAL Nº. 01 – ABERTURA**

**Processo Seletivo Simplificado Nº. 01/2024**

**Edital Nº. 01 – Abertura**

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e, considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº. 9.394/1996 e no disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º garante que, dentre outros, a educação é um direito social, sendo competência comum aos entes federados proporcionar meios de acesso.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de educação e que as aulas não podem ser interrompidas.

CONSIDERANDO a necessidade da formação de cadastro reserva para a eventual contratação de pessoal em caráter temporário, a Prefeitura Municipal de Nobres – MT, através das Secretarias Municipais de Adminitração (ADM) de Educação (SEMED), tornam pública a abertura inscrições para o presente Processo Seletivo Simplificado, objetivando a eventual contratação temporária de pessoal visando dar continuidade às atividades, ações e serviços educacionais públicos nas unidades escolares, executados pela Secretaria Municipal de Educação para o **ano letivo de 2024**, para atender as necessidades temporárias, consoante o dispositivo no art. 37, da Constituição Federal, com vistas ao atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste município.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1.** O Processo Seletivo Simplificado será coordenado pela comissão nomeada pelo Decreto nº. 169/2023, que supervisionará todas as etapas, desde a inscrição à classificação dos candidatos no certame, até a publicação do resultado final. **1.2.** O objetivo desta seleção é a formação de cadastro reserva para o preenchimento de vagas livres e/ou em substituição de servidores efetivos em gozo de licenças e afastamentos legais, nos cargos constantes no quadro do item 2. **1.3.** O certame aberto pelo presente edital será composto por contagem de pontuação a ser obtida dos títulos de formação inicial e continuada de cada candidato interessado e demais requisitos que compõe a ficha de inscrição. **1.4.** Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, para o qual será divulgado edital específico, em cumprimento ao princípio constitucional da publicidade. **1.5.** Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste edital poderão ser contratados por tempo determinado conforme sua classificação e de acordo com a necessidade da demanda de serviço nas unidades escolares, ficando no Cadastro de Reserva na expectativa do surgimento de substituição no caso de Professor ou vaga no caso dos demais cargos abrangidos por este Processo Seletivo Simplificado. **2. DOS CARGOS 2.1.** Os cargos aos quais os candidatos interessados poderão se inscrever no presente certame são os constantes no quadro abaixo:

| Nomenclatura | C/H | Vencimento | Vagas | Requisito Mínimo |
|---|---|---|---|---|
| Motorista de Veículo Pesado – Zona Urbana | 40 | R$ 2.606,28 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Motorista de Veículo Pesado – Zona Rural / Localidade de Roda d'Água | 40 | R$ 2.606,28 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Motorista de Veículo Pesado – Zona Rural / Localidade de Bom Jardim | 40 | R$ 2.606,28 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Merendeira – Zona Urbana | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Merendeira – Zona Rural / Localidade de Roda d'Água | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Merendeira – Zona Rural / Localidade de Bom Jardim | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Merendeira – Aldeia Santana Bakairi | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Ajudante de Serviços Gerais – Zona Urbana | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural / Localidade de Bom Jardim | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Ajudante de Serviços Gerais – Zona Rural / Localidade de Roda d'Água | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Ajudante de Serviços Gerais – Aldeia Santana Bakairi | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Vigia – Zona Urbana | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Vigia – Zona Rural / Localidade de Bom Jardim | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |
| Vigia – Zona Rural / Localidade de Bom Jardim | 40 | R$ 1.412,00 | Cadastro Reserva | Ensino Fundamental Incompleto |

**3. DOS REQUISITOS DO PROCESSO SELETIVO 3.1** O candidato regularmente inscrito no Processo Seletivo Simplificado que trata este edital poderá ser admitido no cargo somente se houver a necessidade do serviço e atendidas às seguintes exigências:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal;

b) Possuir a escolaridade mínima exigida para o cargo que pretende concorrer, conforme quadro de cargos constante do item 2 deste edital; c) Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com o último comprovante de votação ou Certidão de Quitação da Justiça Eleitoral; d) Apresentar Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino; e) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da admissão; f) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por médico do trabalho; g) Ser portador de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria "D" ou superior, para os candidatos ao cargo de Motorista de Veículo Pesado; h) Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão; i) Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos; j) Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época do contrato, de acordo com a legislação em vigor; k) Não possuir registro antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado nos últimos 05 (cinco) anos; l) Documentos pessoais, incluindo cópia do PIS/PASEP; m) Apresentar o número de CPF dos pais; n) Uma foto 3x4 recente; o) Prestar declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado e, em caso de possuir vínculo financeiro, comprovar o tipo de cargo e a carga horária semanal, apresentando no ato da contratação, cópia do contrato de trabalho ou CTPS, caso seja trabalhador do setor privado; p) O candidato deverá entregar as documentações exigidas dentro de um (01) envelope tamanho A4. **4. DAS INSCRIÇÕES 4.1** As inscrições serão recepcionadas nos dias **15 a 19/01/2024, das 07:00h às 11:00h** e das **13:00h às 17:00h**, de forma presencial e gratuita, nos seguintes locais: a) Para os cargos da Zona Urbana: **Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo** (anexo à Biblioteca Municipal), situado na Rua Alaor Soares, s/n, bairro Jardim Paraná, Nobres/MT. b) Para os cargos da Aldeia Santana Bakairi: **Escola Municipal Indígena Cel. Olavo Mendes Duarte**, situada na Aldeia Santana dos Índios Bakairis, com acesso pela Rodovia MT 240, Nobres/MT. c) Para os cargos da Localidade Bom Jardim: **Escola Municipal Zeferino Dorneles Costa**, situada na Rodovia MT 241, km 65, Vila Bom Jardim, Nobres/MT. d) Para os cargos da Localidade Roda d'Água: **Escola Municipal Marechal Cândido Rondon**, situada na Rua Principal, s/n, Vila Roda d'Água, Distrito Coqueiral, Nobres/MT. **4.2** O candidato deverá comparecer ao local da inscrição munido dos documentos exigidos no item 4.3.

**4.3** Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá preencher (digitar), imprimir e assinar a Ficha de Inscrição constante dos anexos do presente edital de acordo com o cargo e localidade que pretende concorrer, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, e entregar cópia simples, com apresentação de original dos seguintes documentos:

a) Documento de Identidade; b) CPF; c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" ou superior válida, para o cargo de Motorista de Veículo Pesado; d) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo; e) Comprovantes de conclusão para a prova de títulos dos cursos de formação inicial e continuada e de capacitação elegíveis/pontuáveis conforme consta das fichas de inscrição dos anexo único deste edital.

**4.4** Somente serão aceitos como documentos para a prova de títulos, os que forem apresentados na foma de diplomas, certificados e declarações definitivas de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, de acordo com área em que pretende atuar, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento, e devidamente assinado pelo candidato.

**4.5** Os documentos para a prova de títulos deverão ser entregues em cópia simples, com a apresentação de original, ou a cópia autenticada em cartório, para a contagem de pontos, conforme anexo, que estabelece os critérios de avaliação.

**4.7** É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos e títulos, e protocolar junto ao recebedor da inscrição a entrega dos documento exigidos neste edital.

**4.8** Não será aceita entrega ou substituição posteriores à inscrição, bem como títulos que não constem nas tabelas da ficha de inscrição.

**4.9** No somatório da pontuação da atualização pedagógica de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

**4.10** Deverão ser considerados os pontos da maior titulação por formação profissional que o candidato tiver concluído, sendo vedado o cômputo cumulativo, com exceção à experiência como docente e a atualização pedagógica, até o limite máximo da pontuação definida.

**4.11** Para comprovação no que se refere aos anos trabalhados com contrato temporário, deverão ser apresentados pelo candidato os documentos comprobatórios do exercício nas Redes de Ensinos onde atuou sendo esses publicados em diário oficial, com serviço especifico para função a qual se inscreve.

**4.11.1** A solicitação do documento comprobatório deverá ser feita junto ao Departamento de Recursos Humanos do órgão/rede de ensino onde já houver atuado.

**4.12** O candidato que atuou em outras redes de ensino, deverá apresentar documento comprobatório através de publicações de diário oficial ou carteira de trabalho.

**4.13** O tempo concomitante, para fins de pontuação contará uma única vez.

**4.14** A realização da inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente para, em caso de contratação, atuar nas escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, bem como estar ciente que concorre pelo cargo na rede municipal de ensino, optando por zona urbana ou zona rural de que se inscreveu.

**4.15** Será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

**4.16** Para concorrer ao cargo da Aldeia Santana Bakairi, o candidato interessado deverá ter domínio sobre a língua materna indígena da etnia.

**4.17** O candidato que não puder estar presente para efetivar sua inscrição no certame nas datas constantes no subitem 4.1, poderá ser representado por terceiro para esta finalidade, mediante apresentação de procuração delegando-lhe tais poderes, com firma reconhecida em cartório.

**5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO 5.1.** O Processo Seletivo Simplificado será constituído da análise dos Títulos, realizada pela Comissão constituída para este fim. **5.2.** Os candidatos serão classificados pela ordem do somatório dos títulos que possui. **6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE 6.1.** Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, será fator de desempate a idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada. **6.2.** Os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, serão desempatados pelo critério de tempo de atuação na Rede Municipal de Ensino de Nobres, e persistindo o empate, o critério será o de maior idade. **7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 7.1.** O resultado parcial deste Processo Seletivo Simplificado será divulgado no dia **24/01/2024**, nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e nos meios oficiais constantes do subitem 9.13 deste edital. **7.2.** Caso o candidato não concorde com a sua pontuação divulgada pelo edital de resultado parcial, poderá interpor recurso de revisão/recontagem à comissão organizadora, o qual poderá ser protocolado na sede da Secretaria Municipal de Educação **até às 17:00h do dia 26/01/2024. 7.3.** O resultado final deste Processo Seletivo Simplificado será divulgado no dia **31/01/2024**, nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e meios oficiais constantes do subitem 9.13 deste edital. **8. DO CHAMAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO/LOTAÇÃO: 8.1.** Para a realização da atribuição de classes/aulas livres e lotação dos cargos disponibilizados no presente certame, será divulgado um edital específico para esta finalidade. **9. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES 9.1.** As datas e prazos constantes deste edital poderão sofrer alterações se houver necessidade, cabendo ao interessado acompanhar as publicaçoes nos meios oficiais constantes do subitem 9.13 deste edital. **9.2.** A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo Simplificado, estabelecidas no presente edital e na legislação pertinente. **9.3.** A inexatidão, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração. **9.4.** Quando convocado, o candidato terá o **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** para se apresentar na unidade escolar no qual foi atribuido, podendo ser convidado a participar de curso/jornada de capacitação oferecido pela SEMED. **9.5.** Para efeito de admissão fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame admissional de saúde, elaborado por médicos e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos. **9.6.** É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar aa publicações de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo aberto por este edital nos locais referidos no Item 9.13 do presente edital. **9.7.** Em todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente edital serão resolvidos em comum pela Prefeitura Municipal de Nobres, através da comissão municipal coordenadora do presente certame. **9.8.** Os candidatos eventualmente contratados temporariamente para o cargo de Motorista de Veículo Pesado por meio do presente certame, deverão atuar exclusivamente na condução dos ônibus de transporte escolar da frota própria da Secretaria Municipal de Educação. **9.9.** Para o cargo de Ajudante de Serviços Gerais, o candidato deverá optar para exercer suas atribuições no interior das unidades escolares ou para auxiliar no transporte escolar, devendo marcar uma das duas opções na ficha de inscrição. **9.10.** Uma vez contratado para o cargo de Ajudante de Serviços Gerais para atuar no apoio ao transporte escolar, é esperado do servidor temporário o desenvolvimento das seguintes atividades:

a) Colaborar com o motorista na assepsia do interior do veículo escolar;

b) Auxiliar na organização e distribuição dos alunos nos assentos do ônibus;

c) Manter a ordem no interior do veículo durante o trajeto da rota escolar, com vistas a não atrapalhar o trabalho do motorista;

d) Comunicar à direção escolar qualquer fato ou ocorrência que possa afetar a segurança dos ocupantes do veículo durante o trajeto da rota escolar, com base nas anotações realizas no Diário de Bordo;

e) Realizar outras atividades não especificadas que tenham por objetivo melhorar a prestação do serviço público de transporte escolar e manter a segurança dos alunos no percurso entre o ponto de embarque e desembarque.

**9.11.** As atribuições dos cargos abrangidos pelo presente edital são regidas pela Lei Municipal nº. 1.297/2013. **9.12.** Os candidatos que venham a ser contratados temporariamente por meio deste processo seletivo, estão sujeitos ao regramento da Lei Municipal nº. 992/2006, que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Nobres-MT. **9.13.** Todas as publicações referentes ao presente Processo Seletivo serão realizadas no site da Prefeitura: http://portal.prefnobres-mt.agilicloud.com.br/Cida... e no site do Diário Oficial da Associação Matogrossense do Municípios – AMM https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Nobres/MT, 09 de janeiro de 2024.

**Lucélia Sebastiana de Almeida Mara Lurdes Ohlweiler** *Secretária Mun. de Educação Secretária Mun. de Administração*

**Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2024**

**ANEXO ÚNICO**

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

| **1. DADOS PESSOAIS:** |
|---|
| Nome completo do servidor/interessado(a):<br>Data de nascimento: _____/_____/_____.<br>Endereço: _____<br>Nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____<br>Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____ |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Fone res.: _____ Celular: _____ Outro: _____<br>E-mail: _____ | | | |
| **2. OPÇÃO PARA O CARGO E LOZALIDADE QUE CONCORRE (assinalar apenas uma opção):** | | | |
| a) ( ) Ajudante de Serviços Gerais (Escola) b) ( ) Ajudante de Serviços Gerais (Transporte Escolar) b) ( ) Merendeira c) ( ) Motorista de Veículo Pesado d) ( ) Vigia | I) ( )Zona Urbana II) ( ) Zona Rural / Bom Jardim III) ( ) Zona Rural / Roda d'Água IV) ( ) Aldeia Santana Bakairi | | |
| **3. PONTUAÇÃO:** | | | |
| **CRITÉRIOS** | | **INDICADORES** | **PONTOS** |
| **Formação/Titulação** (considerar a maior titulação): | | | |
| a) | Ensino Médio Completo | 3,0 (três) pontos | |
| b) | Ensino Fundamental Completo | 2.0 (dois) pontos | |
| c) | Ensino Fundamental Incompleto | 1,0 (um) ponto | |
| **Qualificação profissional complementar (considerar apenas os últimos 02 (dois) anos):** | | | |
| a) | Curso de formação continuada realizados na área da educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares certificadas pelo SINTEP, SEMED, SEDUC, UNDIME-MT, SEBRAE, EDUCARE/PVE e MEC/FNDE, com limitação máxima de 6,0 pontos. Cursos validados de 2022/2023 validado até dia 10/01/2023. | 1,0 (um) ponto a cada 40 (quarenta) horas de curso | |
| b) | Curso de formação específica ou com temática que tenha correlação com o cargo de inscrição no PSS. | 1,0 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso | |
| c) | Tempo de serviço nas Redes de Ensino comprovado e na área em que está se candidatando.<br>(O cálculo será feito com base na certificação de tempo de serviço emitido pelo setor de Recursos Humanos e Diário Oficial ou Carteira Trabalho.) | 0,25 (vinte e cinco décimos) de ponto a cada doze (12) meses de serviço prestado | |
| **4.** | **TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:** | | |
| **Observação:** Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais. Atribuição será de acordo com a classificação em sessão pública. | | | |
| *Assinatura do inscrito* | *Ass. do Responsável pela inscrição* | | _____/_____/2024 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

### ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
### TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIA DE OBRA

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirante, por meio do presente Termo, e considerando que os serviços de remanescentes de execução da escola do município foram executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, declara estar recebendo provisório da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DO BARRACÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL, LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO JAPURANOMANN, COMUNIDADE DOIS MIL, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT , está Concluída e aprovada, 082/2023 – CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21)PRESTAÇÃO DE SERVIÇ e do Processo administrativo 082/2023, firmado com a empresa GUILHERME LUIZ AIMI - ME, INSCRITA NO CNPJ Nº. 15.469.819/0001-70, estabelecida à Avenida Maringá, nº 905, cidade de Sinop/MT, Telefone: (65) 99988-2397, e-mail: glame1208@gmail.com , representada neste ato pelo seu representante legal o Sr. Guilherme Luiz Aimi, portador de Carteira de Identidade nº 15170632 SEJSP/MT e CPF nº 034.973.891-29, responsável pela execução da presente serviços o Artigo 69 da mesma Lei Federal. A assinatura do presente Termo, não eximirá a Contratada das responsabilidades do Contrato e da Lei nº 14.133/21 com suas alterações posteriores. O presente Termo de recebimento tem caráter legal e imediato de modo que as Leis, o interesse público firmado, sejam efetivamente cumpridas. Nova Bandeirantes-MT, 08 de janeiro de 2024.

MATEUS HERCULANO DA CRUZ SILVA Arquiteto e Urbanista CAU-A257606-6 _____ CESÁR AUGUSTO PERIGO Prefeito Municipal _____ GUILHERME LUIZ AIMI – M CNPJ Nº. 15.469.819/0001-70

### ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
### TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 107/2022

**3º** TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2022 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM VIAS URBANAS, TRECHOS: RUA PIAUÍ, RUA RIO DE JANEIRO, TRAVESSA NORTELÂNDIA, TRAVESSA BARÃO DE MELGAÇO, RUA MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA, RUA CAÇADOR, RUA LARANJEIRAS DO SUL, RUA SORRISO, RUA IRANI, RUA NAZARENO, RUA MACHADO DE ASSIS, RUA CARLOS DRUMOND, RUA CLARICE LISPECTOR E RUA RIO DE JANEIRO – TR LOT. UNIÃO. COORDENADA DA RUA PRINCIPAL RUA CAÇADOR COORDENADA INICIAL: 9°51'14.23''S; 57°48'25.59''O COORDENADA FINAL: 9°51'12.53''S; 57°48'12.14''O, TOTALIZANDO UMA EXTENSÃO DE 23.757,72 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME N° DO CONVÊNIO (SINFRA) 1292/2022,** e demais especificações contidas no Termo de Referência do Edital. Atendendo a solicitação da S**ecretaria de Infraestrutura e Transportes. Atendendo a solicitação da** EMPRESA **VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.**

TERCEIRO TERMO ADITIVO que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 037.458.769-89, residente e domiciliado nesta cidade à Travessa Nova Londrina nº 54, Centro, município de Nova Bandeirantes/MT, doravante denominada **CONTRATANTE** do outro lado a empresa: VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.969.897/0001-03, estabelecida na Av. Miguel Sutil n.º 2998, bairro Pico do Amor, cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. Gefferson Firmino de Oliveira, portador do CIRG n.º 1408154-7 SSP/PR e CIC n.º 004.700.981-04 doravante denominada "CONTRATADA", nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas modificações e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2022**, firmam o presente Instrumento Contratual, obedecidas as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.**Constitui objeto do presente Termo Aditivo a revogação da procuração privada que nomeia o representante da empresa neste Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REVOGAÇÃO**

**2.1.** Em razão da solicitação da empresa fica revogado através deste termo aditivo a procuração privada que nomeia o representante acima citado, os seus dados passam a ser os seguintes:

**a)** Representante legal constante no quadro societário: **JOZIANE COUTINHO DA SILVA.**

**CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

**3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original não alteradas pelo presente Termo Aditivo.**

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**4.1** A publicação resumida deste Termo Aditivo, no Diário oficial da (AMM), será providenciado pela administração, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

**4.2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT 18 de dezembro de 2023.

_____

**CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

**VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**

CNPJ n° 36.969.897/0001-03

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA ALINE GROFF PIT

CPF: 041.729.241-40 CPF: 060.335.461-05

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 011/2023 CREDENCIAMENTO Nº. 002/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 143/2023**

Nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE o Credenciamento n° 002/2023, Inexigibilidade de Licitação nº. 011/2023, Processo Administrativo n° 143/2023, que tem como objeto o Credenciamento **DE LEILOEIROS OFICIAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALIENAÇÃO, COM AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** nostermos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, com finalidade de proceder as fases no processo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Leiloeiros Credenciados:

CONTRATADO: **DANIEL ELIAS GARCIA**

CPF Nº.: **910.192.149-53**

CONTRATADO: **RODRIGO SCHMITZ**

CPF Nº.: **720.840.810-68**

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes - MT, 09 de janeiro de 2024.**

_____

**CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 002/2023 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 011/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 143/2023**

Homologo a Presente Credenciamento n° 002/2023, inexigibilidade de Licitação nº. 011/2023, adjudicando o Credenciamento **DE LEILOEIROS OFICIAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALIENAÇÃO, COM AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** nostermos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, com finalidade de proceder as fases no processo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Leiloeiros Credenciados:

CONTRATADO: **DANIEL ELIAS GARCIA**

CPF Nº.: **910.192.149-53**

CONTRATADO: **RODRIGO SCHMITZ**

**CPF Nº.: 720.840.810-68**

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes – MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**DEPARTEMENTO DE ENGENHARIA ARQUITETURA E URBANISMO LAUDO DE CONCLUSÃO DEFINITIVA DO PROJETO CONTRATO Nº 056/2022, CARTA CONVITE 01/2022.**

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do presente Termo, e considerando que os serviços executados os projetos estão de acordo com as cláusulas contratuais, declara estar recebendo A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO E PLANILHA ORÇAMENTARIA COMPLETA, REFERENTE A OBRA DE AMPLIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT. Contrato nº 056/2022 na modalidade carta convite nº 01/2022, dentro do que percentual o Artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e do Contrato de Prestação de Serviços nº 056/2022, firmado com a empresa DATA CONSTRUTORA LTDA,, inscrita no CNPJ sob o 45. 727.156/0001-07 E Inscrição Estadual sob nº 13.928.566-0, estabelecida a rua Washington, N.º 388, Bairro Jardim das Américas, representada neste ato por sua proprietária a Sra. Cristyna Vasconcelos Bitencourt, portadora do RG nº 28386000 SESP-MT. E do CPF nº 076.951.891-54, residente à Rua Washington, nº 388, cidade de Cuiabá-MT, responsável pela exe1cução total da obra, observando o Artigo 69 da mesma Lei Federal.

A assinatura do presente Termo, não eximirá a Contratada das responsabilidades do Contrato e da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

O presente Termo de recebimento tem caráter legal e imediato de modo que as Leis, o interesse público firmado, sejam efetivamente cumpridas.

Nova Bandeirantes – MT, 01 de junho 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PERIGO

Prefeito Municipal

_____

FLÁVIO PAULINO FILHO

Engenheiro Civil

CREA-MT 040672

_____

DATA CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 45.727.156/0001-07

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 007/2023**

**O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** através da Presidente da Comissão, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento Licitatório n° 150/2023, Tomada de Preços n.º 007/2023, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS CIRCULAR EM CONCRETO EM DIVERSAS ESTRADAS VICINAIS, BUSCANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência.

**SAGROU-SE** vencedora da presente licitação a empresa **MJ ALBRING**, inscrito no CNPJ sob o nº. **32.974.344/0001-98**, no valor Global de R$ 1. 480.694,71 (Um milhão quatrocentos e oitenta mil seiscentos e noventa e quatro reias e setenta e um centavos).

A Comissão informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**Andressa Cristine Ferreira Moreira**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria n°. 001/2023

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 007/2023**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Srº CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que HOMOLOGA a Licitação resultante do Procedimento Licitatório n° 150/2023, na modalidade de Tomada de Preços n.º 007/2023, cujo objeto é a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS CIRCULAR EM CONCRETO EM DIVERSAS ESTRADAS VICINAIS, BUSCANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência.

**Contratada: MJ ALBRING CNPJ: 32.974.344/0001-98**

**Valor Global:** R$ 1.480.694,71 (Um milhão quatrocentos e oitenta mil seiscentos e noventa e quatro reias e setenta e um centavos).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**CESAR AUGUSTO PÉRIGO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 006/2023**

**O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** através da Presidente da Comissão, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento Licitatório n° 149/2023, Tomada de Preços n.º 006/2023, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE ARRIMO E CALÇADA DA CRECHE PRO INFÂNCIA TIPO-I, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência.

**SAGROU-SE** vencedora da presente licitação a empresa **EDUARDO DA SILVA FERNANDES LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 22.303.601/0001-06, no valor Global de R$ 228.473,44 (Duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e tres reais e quarenta e quatro centavos).

A Comissão informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**Andressa Cristine Ferreira Moreira**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria n°. 001/2023

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 006/2023**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Srº CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que HOMOLOGA a Licitação resultante do Procedimento Licitatório n° 149/2023, na modalidade de Tomada de Preços n.º 006/2023, cujo objeto é a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE ARRIMO E CALÇADA DA CRECHE PRO INFÂNCIA TIPO-I, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência.

**Contratada: EDUARDO DA SILVA FERNANDES LTDA CNPJ: 22.303.601/0001-06**

**Valor Global:** R$ 228.473,44 (Duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e tres reais e quarenta e quatro centavos).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**CESAR AUGUSTO PÉRIGO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 120/2023 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2023**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PRIMEIRA LINHA (FABRICANTE) E GENUÍNOS (MONTADORAS), PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DE LINHA LEVE E UTILITÁRIA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme relação contidano anexo I.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT** E SECRETARIAS MUNICIPAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores;

Considerando que o Processo de Licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação em caso de ilegalidade, e revogação por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49 da Lei 8666/93;

Considerando, que a revogação do Pregão Presencial n° 084/2023, Processo Administrativo n° 120/2023, se dará em atendimento do interesse público e por conveniência administrativa, por definir que o interesse público poderá ser melhor satisfeitos por outras vias;

Considerando, que a presente licitação não foi homologada;

**RESOLVE:**

**REVOGAR, O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2023 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 084/2023,** cujo o objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PRIMEIRA LINHA (FABRICANTE) E GENUÍNOS (MONTADORAS), PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DE LINHA LEVE E UTILITÁRIA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme relação contidano anexo I, com fulcro Leis Federais nº 8.666/93 (Licitações) e 10.520/02 (Lei instituiu o Pregão como modalidade de licitação), e demais alterações posteriores, em especial o “caput” do Art. 49, Lei 8.666/93.

Encaminhe o presente termo de revogação à Comissão Permanente de Licitação, Pregoeira e Equipe de apoio para anexar ao processo, bem como tomar as providências legais cabíveis.

**Nova Bandeirantes - MT, 09 de janeiro de 2024.**

**CESAR AUGUSTO PERIGO**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

### PREVBRAS
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2024

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT,** no uso de suas atribuições legais,

**CONVOCA** os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo nº 002/2022 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 067/2022 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, **do 09/01/2024 ao dia 07/02/2024, no horário das 07h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

12. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

14. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

15. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

21. Conta Corrente (Banco Sicredi) Cópia do cartão;

22. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 09 de janeiro de 2024

**Mauriza Augusta de Oliveira**

**Prefeita Municipal**

**ANEXO CONVOCADO**

| Cargo :**EMFERMEIRO 020-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** | | |
|---|---|---|
| Candidato | Inscrição | Colocação |
| **TALLITA LORRAYNE RODRIGUES DA MOTA** | **085** | **7º** |

### PREVBRAS
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2024

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2024**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT,** no uso de suas atribuições legais,

**CONVOCA** os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo nº 002/2022 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 067/2022 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, **do 09/01/2024 ao dia 07/02/2024, no horário das 07h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

12. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

14. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

15. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

21. Conta Corrente (Banco Sicredi) Cópia do cartão;

22. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 09 de janeiro de 2024

**Mauriza Augusta de Oliveira**

**Prefeita Municipal**

**ANEXO CONVOCADO**

| Cargo: **TECNICO DE ENFERMAGEM – 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** | | |
|---|---|---|
| Candidato | Inscrição | Colocação |
| **EDNA LOPES DE JESUS** | **077** | **1º** |
| **LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA** | **051** | **2º** |
| **DINAIR SANTANA DOS SANTOS** | **068** | **3º** |

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 015/2022.**

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 015/2022.**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: SILVIO SANTOS DA COSTA.**

CNPJ: **27.549.777/0001-66.**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 06 (seis) meses**,** vigorando a partir de 18 de dezembro de 2023 a 17 de junho de 2024.

ASSINATURA: **15 de dezembro de 2023.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

**PAAI PARA O EXERCÍCIO DE 2024**

**A UNIDADE DE COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, apresenta o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o exercício de 2024**.

**Considerando**, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei nº 897/2015 e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o ano de 2024, do SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Brasilândia-MT, consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

**§ 1º** - A auditoria interna é executada por servidor da Unidade de Coordenação do Controle Interno – UCCI e/ou servidores requisitados de outros Departamentos se necessário, através de projeto de auditoria individualizado por unidade de atuação.

**§ 2º -** O projeto de auditoria individualizado por unidade de atuação obedecerá aos procedimentos previstos nos seguintes documentos:

I- Lei Municipal nº 330/2007; II- Decreto Municipal nº 023/2009; III- Instrução Normativa SCI nº 001/2013; IV- Resolução Normativa do TCE 26/2014 - TP

**Art. 2º -** A Unidade de Coordenação do Controle Interno – UCCI poderá realizar revisão da programação do Plano Anual de Auditoria Interna em qualquer época sempre que houver necessidade de alteração, não podendo extrapolar o exercício de 2024.

**Art. 3º** - O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), em 2024, será realizado entre o período de Janeiro a Dezembro de 2024 de acordo com a programação constante no anexo único deste plano.

**Art. 4º.** Este Plano entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Nova Brasilândia - MT, 08 de janeiro de 2024.

**VENICIOS DE ARAUJO VENTURA**

**Controlador Interno**

Atesto que estou de acordo.

Em, 08/01/2023.

**EDINALVO NOVAIS DE OLIVEIRA**

**DIRETOR EXECUTIVO DO SAAE NB**

**ANEXO ÚNICO - Cronograma de Atividades – PAAI 2024**

| PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNO – EXERCICIO 2024 | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **SISTEMA ADMINISTRATIVO** | **ÁREA AUDITADA** | **UNIDADE JURISDICIONADA** | **TIPO DE AUDITORIA** | **OBJETO DO EXAME** | **AÇÃO/METODOLOGIA** | **EQUIPE** | **PERÍODO ESTIMADO EM DIAS ÚTEIS** | **INICIO** | **TÉRMINO** |
| 01 | CL | 1. Comissão de licitação; 2. Comissão de Pregão; 3. Gerencia de Contratos | SAAE | AI | 1. Processos Administrativos Licitatórios; 2. Processos Administrativos de Pregão; 3. Formalização dos Contratos Administrativos das Licitações e dos Pregoes 4. Procedimentos das Instruções Normativas SCL de nº001/2009 e 002/2009 | - Analisar a legislação pertinente e as instruções normativas aplicáveis;<br>- Apurar o cumprimento da legislação e normativas em vigor;<br>- Conferir e analisar a implementação dos processos administrativos licitatórios e pregão;<br>- Verificar conformidade dos contratos administrativos;<br>- Propor ações preventivas corretivas;<br>- Produzir relatórios com as devidas recomendações. | Da UCCI e servidores requisitados. | 03 meses | 01/01 | 31/03 |
| 02 | RH | 1.Departamento de Recursos Humanos | SAAE | AI | 1. Procedimentos das Instruções Normativas SRH de nº 001/2010;<br>2. Prontuários Pessoais dos Servidores Públicos Efetivos.<br>3 Folha de Pagamento e Empréstimos Consignados<br>4.Ponto de Frequência | - Analisar a legislação pertinente e as instruções normativas aplicáveis;<br>- Apurar o cumprimento da legislação e normativas em vigor;<br>- Conferir e analisar a documentação pessoal dos servidores efetivos;<br>- Verificar conformidade das progressões funcionais dos servidores;<br>- Propor ações preventivas corretivas;<br>- Produzir relatórios com as devidas recomendações | Da UCCI e servidores requisitados. | 3 meses | 01/04 | 31/06 |
| 03 | PA | 1.Comissao Patrimonial | SAAE | AI | 1. Procedimentos das Instruções Normativas SPA de nº 001/2010;<br>2. Relatório do Inventario anual;<br>3. Registro do Sistema Informatizado de Controle Patrimonial. | - Analisar a legislação pertinente e as instruções normativas aplicáveis;<br>- Apurar o cumprimento da legislação e normativas em vigor;<br>- Conferir e analisar o relatório anual do inventario, avaliação e doação;<br>- Verificar conformidade do recebimento, guarda e emprego dos bens patrimoniais;<br>-Verificar conformidade da baixa contábil dos bens moveis excluídos do Sistema Informatizado de Controle Patrimonial;<br>- Propor ações preventivas corretivas;<br>- Produzir relatórios com as devidas recomendações | Da UCCI e servidores requisitados. | 2 meses | 01/07 | 31/08 |

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 015/2022.**

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 015/2022.**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: SILVIO SANTOS DA COSTA.**

CNPJ: **27.549.777/0001-66.**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 06 (seis) meses**,** vigorando a partir de 18 de dezembro de 2023 a 17 de junho de 2024.

ASSINATURA: **15 de dezembro de 2023.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

**SAAE**
**PORTARIAS**

PORTARIA Nº 024, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio para conduzir os atos das licitações e contratações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Guarita -MT derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **ALEXANDRE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no artigo 7°. da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021:

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear o servidor efetivo **LEONARDO BISPO DOS SANTOS**, servidor efetivo para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º Nomeia-se os servidores RICARDO ANTONIO MOREIRA e BIANCA LOVISON para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições da Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da Equipe de Apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações do Serviço Autônomo de água e Esgoto.

§ 2º A Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará servidores públicos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de 2023.

ALEXANDRE SOUZA

Diretor do SAAE

**PORTARIA Nº 025/2023/SAAE**

**ALEXANDRE SOUZA, Diretor Geral do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Guarita - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas,**

**R E S O L V E**

**ART. 1º - CONSTITUIR a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, cuja finalidade será a de localizar e avaliar os bens móveis e imóveis pertencentes a esta Autarquia.**

**ART. 2º - A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais será composta pelos seguintes membros:**

**Presidente: Leonardo Bispo dos Santos**

**Secretário: Bianca Lovison**

**Membro: Ricardo Antonio Moreira**

**ART. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogada as disposições em contrário, em especial a portaria 011/2022.**

**Gabinete do Diretor, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.**

**ALEXANDRE SOUZA**

**Diretora Geral**

**PORTARIA N°. 26/2023/SAAE/NG.**

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **ALEXANDRE SOUZA**, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

**ART. 1° - Revogar** na íntegra a portaria de número 23/2023.

**ART. 2°** - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Diretor, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte três.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

**ALEXANDRE SOUZA**

Diretor do SAAE

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

**ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 012/2024**

PORTARIA Nº 012/2024

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

**Resolve:**

***Art. 1º*** **Nomear a partir de 10/01/2024**, o senhor **DIOGO RECH VARELA,** brasileiro, solteiro, portador RG. n.º 00001096408 SESDC/RO e do CPF. n.º 007.346.502-05, Av. Irajá Fagundes, para responder pelo cargo de provimento comissionado de ***SECRETÁRIO ADJUNTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.***

***Art. 2º*** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 10 dia do mês de janeiro de 2024.

***UILSON JOSÉ DA SILVA***

***Prefeito Municipal***

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**DECRETO Nº 02 DE 09 DE JANEIRO DE 2024 – G/P**

**"Declara "Situação de Emergência" nas áreas do Município afetadas pelo longo período de estiagem nos últimos 90 (noventa) dias, e dá outras providências.**

**UILSON JOSE DA SILVA**, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal:

**CONSIDERANDO** que neste último semestre de 2023 e começo do ano de 2024, o Município de Nova Lacerda/MT sofre com a ocorrência de grave seca, sendo que a falta de chuvas afeta no plantio de desenvolvimento das lavouras no Município;

**CONSIDERANDO** que essa situação de estiagem está a ocasionar prejuízos imensuráveis aos produtores e, por consequência, aos demais setores da sociedade;

**CONSIDERANDO** que esse fato impedirá que os agricultores cumpram seus compromissos de financiamento dos cultivos e contratos futuros, com situação de alerta e endividamento no comércio de insumos local, afetando a economia e a indústria, bem como causará reflexos sociais a população deste Município;

**CONSIDERANDO** que a garantia da saúde e manutenção da qualidade de vida da população depende da preservação da água, enquanto recurso natural, finito e escasso;

**CONSIDERANDO** o aumento incontroverso da temperatura no mesmo período;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do Município de Nova Lacerda/MT, pelo período 90 (noventa) dias, em virtude do desastre classificado como eventos do tipo Estiagem (SECA), tipificado pelo **COBRADE 1.4.1.2.0.**

**Art. 2º** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º** - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, 09 de janeiro de 2024.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

Prefeito de Nova Lacerda

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**
**PORTARIA N° 29/2023**

**PORTARIA N° 29/2023**

Amilton Rodrigues de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por Lei:

**RESOLVE**

**Art. 1°** - Conceder férias regulamentares a servidora Adriana Ferreira Parabá, ocupante do cargo efetivo de agente de serviços gerais, da Câmara Municipal de Nova Lacerda-MT. As férias referem-se ao período aquisitivo de março de 2022 a março de 2023, com direito ao gozo no período de 29/12/2023 a 27/01/2024.

**Art. 2°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, 28 de dezembro de 2023.

**Amilton Rodrigues de Freitas**

**Presidente**

**Registre, Publique-se e Cumpra-se.**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2023**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: **WEB LACERDA PROVEDOR DE INTERNET LTDA**

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato até **10 de janeiro de 2025 (10/01/2025)**.

O presente termo aditivo decorre de autorização do Chefe de Executivo, encontra amparo legal no artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93

**Nova Lacerda-MT, em 09 de janeiro de 2024**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**CONTRATO Nº 095/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CONTRATANTE: W. GARCIA DE FREITAS

1.1. O objeto do presente Contrato consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSPORTE DIÁRIO DE PACIENTES, COM ASSISTÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM AOS MUNICÍPIOS DE PONTES E LACERDA, CÁCERES, CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E CIDADES ADJACENTES, AOS DIVERSOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CONSULTÓRIOS, ALÉM DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA DE SUBSTITUIÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS NOS HORÁRIOS DE ALMOÇO, JANTAR E DEMAIS SUBSTITUIÇÕES QUE SE FAÇAM NECESSÁRIAS POR IMPERIOSO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE NOVA LACERDA-MT.**

**O valor global do referido contrato é de R$ 117.580,00 (cento e dezessete reais, quinhentos e oitenta reais).**

O item vinculados a este contrato são decorrentes do saldo restante da Ata de Registro de Preço aderida pela CONTRATANTE.

O item serão comprados conforme a necessidade da Administração Pública, não a obrigando adquirir todo o saldo contido neste contrato.

Nova Lacerda MT, 20 de dezembro de 2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 008/2024**

**PORTARIA MUNICIPAL Nº 008/2024**

Data: 09 de janeiro 2024

**EMENTA**: NOMEIA PREGOEIRO E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO

PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**R E S O L V E N D O:**

**Art. 1º** - Nomear Pregoeiro e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Nova Marilândia - MT, no decorrer deste exercício de 2024, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores:

| | |
|---|---|
| PREGOEIRO | **HYAN DE SOUZA SANTANA** |
| EQUIPE DE APOIO | **JOSE APARECIDO DE LIMA SOUZA**<br>**ANGELICA DALFIOR DE OLIVEIRA**<br>**ANDREI JUNIO PEREIRA DE MORAES** |

**Art. 2º** - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, consoantes às alterações que lhe forem dadas.

**Art. 3º** - O Pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO - 09-01-2024.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
## PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2024

**PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2024**

Data: 09 de janeiro de 2024.

**EMENTA:** CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL RELACIONADOS ABAIXO**.**

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI MUNICIPAL Nº. 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

**RESOLVENDO:**

**Art. 1º** – Conceder férias aos Servidores Público Municipal relacionados abaixo, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com o Art. 180 da Lei Nº 725/2016, alterada pela Lei Municipal Nº 782/2017.

| **NOME** | **CARGO** | **LOTAÇÃO/ SECRETARIA** | **FÉRIAS** | |
|---|---|---|---|---|
| | | | **INÍCIO** | **FIM** |
| STEFANY LUANA DE AZEVEDO FARIA | CHEFE ADMINISTRATIVO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SADMINISTRAÇÃO | 08/01/2024 | 06/02/2024 |
| | | | (30 DIAS) | |
| ROBERTO XAVIER DE AMORIM | MOTORISTA CD | SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 10/01/2024 | 08/02/2024 |
| | | | (30 DIAS) | |

**Art. 2º** - Ao término do período concedido neste ato deverão os servidores retornar às atividades concernentes aos seus cargos junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

**Art. 3º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE QUATRO – 09/01/2024.

_____

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
## DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2024

**DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2024**

**EMENTA**: REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº **14.133**, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**, prefeito de Nova Marilândia, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal com vista ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.**

**CONSIDERANDO** que cabe ao Município definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**CONSIDERANDO** a necessidade de harmonização das normas jurídicas entre o Município e o Estado de Mato Grosso, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

DECRETA

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º No âmbito do Poder Executivo do Município compete por ato do Chefe do Poder Executivo:

a) a definição de regras sobre licitações e contratos, a definição de regras sobre pagamento de despesas, a definição de regras sobre obras e serviços de engenharia oriundas de contratações por atos normativos complementares a este Decreto e de observância obrigatória pelos demais órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal;

b) a Secretaria de Administração a realização de licitações para registro de preços de produtos e serviços corporativos, assim considerados aqueles cujos objetos sejam demandados por todos ou a maioria dos órgãos da administração;

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

**Art. 2º** Para os fins deste Decreto, sem prejuízo das definições do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, consideram-se:

I - autoridade competente: agente público dotado de poder de decisão;

II - equipe de planejamento da contratação: conjunto de representantes das áreas requisitante, técnica e de contratação, indicados pela autoridade competente das respectivas unidades, observados os requisitos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que reúnem as competências necessárias à execução das etapas de planejamento da contratação, com conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros;

III - área técnica: unidade do órgão ou entidade responsável pelo planejamento, coordenação e gestão da execução das demandas apresentadas pela área requisitante a que esteja associada;

IV - área requisitante: unidade do órgão ou entidade com competência para planejar soluções a respeito de uma demanda própria ou de outra unidade, necessidade ou problema a ser resolvido mediante contratação de terceiros;

V - área de contratação: unidade com competência para planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas aos processos de contratação;

VI - estudos técnicos: projetos, levantamentos, investigações ou estudos autorizados pela Administração Pública municipal;

VII - análise paramétrica do orçamento: método de aferição de orçamento de obra ou de etapa realizada com a utilização de estimativas de valores de custos de obras com características semelhantes;

VIII - metodologia expedita: método para a elaboração de orçamentos, exclusivo para serviços em que não há detalhamento suficiente no anteprojeto de engenharia, de modo que os quantitativos sejam estimados por meio de índices médios com a utilização de parâmetros de custos ou de quantidades de parcelas do empreendimento obtidos a partir de obras com características similares;

IX - composição de custo unitário: detalhamento do custo unitário do serviço que expresse a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida;

X - valor global do contrato: valor total previsto no contrato, a ser pago pela Administração Pública ao contratado durante todo o prazo de vigência estipulado;

XI - orçamento de referência: detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, as quantidades e os custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários necessários à execução de obra ou serviço;

XII - benefícios e despesas indiretas (BDI): valor percentual que incide sobre o custo global de referência para realização de obra ou serviço de engenharia;

XIII - preço global de referência: valor do custo global de referência acrescido do percentual correspondente ao BDI e dos encargos sociais (ES) cabíveis:

XIV - custo total de referência do serviço: valor resultante da multiplicação do quantitativo do serviço previsto no orçamento de referência por seu custo unitário de referência:

XV - custo global de referência: valor resultante do somatório dos custos totais de referência de todos serviços necessários à plena execução de obra ou serviços de engenharia;

XVI - custo unitário de referência: valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado;

XVII - média: resultado da soma dos valores de todos os dados dividida pelo número de dados; XVIII - mediana: valor central entre os valores ordenados por ordem crescente ou decrescente, se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par;

XIX - menor dos valores: o menor valor entre os valores encontrados e listados; XX - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados, ressalvados os casos devidamente justificados;

XXI - critério de aceitabilidade de preço: parâmetro de preço máximo, unitário e global a ser fixado pela Administração Pública e publicado no edital de licitação para aceitação e julgamento das propostas dos licitantes.

CAPÍTULO III DOS AGENTES PÚBLICOS

**Seção I Das atribuições do agente de contratação e pregoeiro**

**Art. 3º** O agente de contratação e pregoeiro será designado mediante portaria, entre servidores efetivos ou comissionados dos quadros da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º Somente poderá ser designado como agente de contratação, o servidor efetivo ou comissionado que cumulativamente:

I - possua capacitação em curso de Pregoeiro ou de licitações e contratos administrativos atestada por certificação profissional emitida por Escola de Governo;

II - formação de nível superior.

**Art. 4º** Caberá ao agente de contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, com as seguintes atribuições:

I - acompanhar a execução contratual para que seja cumprido o plano de contratações anual; II - auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna que não são suas atribuições; III - conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) constatadas irregularidades no edital da licitação e outros documentos produzidos na fase interna do certame, que possam prejudicar a sua condução ou acarretem alguma nulidade, suspender a licitação, com a devida justificativa e informar à autoridade competente:

b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

d) coordenar a sessão pública e o envio de lances, devendo negociar com os licitantes com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para a administração;

e) verificar e julgar as condições de habilitação;

f) solicitar a correção de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis, podendo solicitar auxílio da equipe de apoio, se for o caso;

g) informar à autoridade superior e/ou aos órgãos de controle interno e externo sobre eventuais atos ilícitos que verificar na condução da licitação;

h) solicitar, quando necessário, a manifestação de profissionais competentes para a análise de aspectos técnicos do objeto licitado, inclusive sobre planilhas de composição de custos;

i) consultar os meios oficiais a respeito de restrição ou impedimento para contratação com a Administração Pública relativamente ao vencedor provisório do certame.

j) indicar o vencedor do certame;

k) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

l) receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los com a sua motivação à autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão; e

m) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação

e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

Parágrafo único - A substituição do agente de contratação ou pregoeiro em qualquer fase da licitação deverá ser justificada nos autos do procedimento licitatório e, quando ocorrer durante a sessão, na respectiva ata.

**Art. 5º**. É vedado ao agente de contratação:

I - integrar equipe de apoio em licitações em que esteja atuando na condição de agente de contratação; II - no mesmo procedimento licitatório em que atuar nessa função, praticar atos da fase interna do certame ou outros que sejam de competência de outros agentes públicos, tais como a elaboração de termo de referência e plano de trabalho, elaboração de edital, emissão de relatório ou parecer técnico e jurídico em respeito ao princípio da segregação de função.

**Art. 6º** É possível a designação de agente de contratação estranho ao órgão ou entidade promotora da licitação caso haja decisão administrativa coordenada ou portaria conjunta dos órgãos ou entidades envolvidos. **Art. 7º** Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação ou de licitação formada por, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente sendo 2/3 entre servidores efetivos e 1/3 comissionados pertencentes aos quadros da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Parágrafo único os membros da comissão de contratação de que trata o caput responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que registrar posição individual

**Art. 8º** Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro, com as mesmas atribuições e vedações do agente de contratação.

**Seção II Das atribuições da comissão de contratação**

**Art. 9º** Caberá à comissão de contratação:

I - substituir o agente de contratação, a critério da autoridade competente, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, observadas as atribuições e vedações do substituído;

II - conduzir a licitação na modalidade concurso ou diálogo competitivo;

III - exercer outras atividades necessárias à condução do procedimento de contratação.

**Art. 10** A comissão de contratação será designada entre um conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, nos termos do art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão instituir, por meio de portaria, comissão de contratação específica para modalidade diálogo competitivo, permanente ou não, composta por pelo menos 03 (três) servidores sendo 2/3 efetivos e 1/3 comissionado pertencentes aos quadros da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão, que assinarão termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses.

§ 2º A investidura dos membros das comissões permanentes não excederá a 01 (um) ano, permitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

**Seção III Das atribuições da equipe de apoio**

**Art. 11** As atribuições da equipe de apoio serão definidas nos respectivos atos de designação ou em portaria da autoridade competente.

**Art. 12** A equipe de apoio será designada por portaria, entre agentes públicos, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no desempenho e na condução de todas as etapas do processo licitatório, sendo recomendado que seja formada por agentes que tenham conhecimentos afetos à área técnica do objeto a ser licitado ou à área de licitações e contratos públicos.

**Seção IV Das atribuições dos gestores e fiscais de contratos**

**Art. 13** A gestão contratual tem por objetivo garantir a disponibilidade adequada do bem, serviço ou locação às unidades administrativas, incluindo seus colaboradores e público em geral.

Parágrafo único A gestão contratual compete ao titular da unidade administrativa diretamente responsável pela disponibilização do produto, bem ou serviço às demais unidades administrativas do órgão ou entidade.

**Art. 14** Caberá ao gestor do contrato:

I - determinar a elaboração de termo de referência, estudo técnico preliminar, solicitação de aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no plano de contratações anual e no planejamento orçamentário;

II - emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;

III - indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;

IV - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização; V - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;

VI - acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, do saldo dos valores contratados, dos valores empenhados e dos orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anual para cada contrato;

VII - analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;

VIII - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da administração e planejamento orçamentário e financeiro;

IX - decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração dos contratos, ou sobre a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da administração;

X - quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;

XI - encaminhar os processos de pagamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;

XII - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;

XIII - exigir dos fiscais a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;

XIV - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;

XV - emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;

XVI - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

XVII - constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

§ 1º Nas ausências e impedimentos dos fiscais titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá indicar fiscal provisório, preferencialmente entre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

§ 2º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal provisório indicado no parágrafo anterior deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

**Art. 15** Cabe ao fiscal do contrato:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II - juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas:

VI - realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar o gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação.

**Art. 16** Nos contratos de maior complexidade ou que demandem variadas áreas de conhecimento, poderá ser estabelecida comissão de gestores e/ou de fiscais para acompanhamento da execução contratual. **Art. 17** O gestor e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente.

**Seção V Do assessoramento jurídico e de controle interno**

**Art. 18** Além das hipóteses expressamente previstas neste Decreto, os agentes públicos de que trata este capítulo poderão solicitar assessoramento jurídico e de controle interno à Procuradoria do Município e à Controladoria do Município, no respectivo âmbito de suas atribuições legais, por meio de consulta específica que delimite expressamente o objeto de questionamento, a fim de que sejam dirimidas dúvidas e prestadas informações relevantes para prevenir riscos no procedimento licitatório ou na execução contratual.

**Subseção I Da atuação da Procuradoria do Município**

**Art. 19** Compete exclusivamente a Procuradoria do Município manifestar juridicamente sobre:

I - minutas de editais de licitação, chamamento público e instrumentos congêneres;

II - minutas de contratos e seus respectivos termos aditivos;

III - atos administrativos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação; IV - minutas de convênios, ajustes, acordos, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos; V - minutas de anteprojetos de leis e demais atos normativos relativos a licitações e contratos; VI - todas as outras atribuições de assessoramento jurídico envolvendo aquisições e contratos.

**Art. 20** Todos os processos envolvendo aquisições e contratos, inclusive os respectivos procedimentos licitatórios e de contratações diretas, serão submetidos à análise jurídica da Procuradoria Municipal na forma deste Decreto e das legislações de regência.

§ 1º É possível a elaboração de consulta específica acerca de ato ou etapa do procedimento de contratação ou execução contratual, se houver a exata delimitação da dúvida jurídica existente.

§ 2º Nos casos repetitivos e que demandem avaliação jurídica padronizável, as consultas jurídicas poderão ser resolvidas por meio de pareceres referenciais exarados pela Procuradoria Municipal e homologados pelo Prefeito Municipal, sendo de observância obrigatória para toda a Administração Pública, conforme critérios definidos nos respectivos atos emitidos pela Procuradoria, dispensada a análise individual de cada caso concreto, salvo consulta específica ou distintiva do consulente. **Art. 21** Compete ao órgão ou entidade licitante a regular instrução processual, não se permitindo o reiterado retorno dos autos por ausência de informações ou documentos essenciais à análise jurídica.

**Art. 22** É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato emitido pela Procuradoria do Município na forma do art. 53, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

**Art. 23** Em razão da complexidade dos procedimentos licitatórios em geral e da exigência de análise em tempo hábil, fica estabelecido que os processos de competência da procuradoria municipal deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, contados da data limite para que a contratação ou aditivo estejam concluídos;

**Art. 24** Após análise e emissão de parecer pelo Procurador do Município, os processos deverão ser encaminhados a autoridade superior para homologação ou adjudicação.

**Art. 25** As minutas padronizadas de editais e contratos deverão ser previamente aprovadas pela Procuradoria do Município, incumbindo ao órgão ou entidade consulente, sempre que promover qualquer alteração para adequação ao caso concreto, indicar na consulta especificamente os pontos de distinção relevantes à avaliação jurídica.

**TÍTULO II DO PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

CAPÍTULO I DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Art. 26** O plano de contratações anual será elaborado por cada secretaria, com o objetivo de racionalizar as contratações sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único O procedimento para criação, aprovação e publicação do plano de contratações anual será regido por portaria do executivo orquestrado pela Secretaria de Administração.

CAPÍTULO II DOS ARTIGOS DE LUXO

**Art. 27** Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

a) durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;

b) fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade; c) perecibilidade: sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;

d) incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou

e) transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem.

II - bem de consumo na categoria comum: itens que, não se revestindo das características dos bens de consumo na categoria luxo, sirvam à necessidade e à utilidade no atendimento das demandas dos órgãos ou entidades:

III - bem de consumo na categoria luxo: bem de consumo com alta especificidade e distinção, de qualidade desnecessariamente requintada, não indispensável ao bom e relevante funcionamento da máquina pública, identificável por meio de características tais como ostentação, opulência, forte apelo estético.

**Art. 28** O ente público considerará, no enquadramento do bem de consumo como de luxo, conforme conceituado no art. 28 deste Decreto:

I - relatividade cultural: distinta percepção sobre o bem, em função da cultura local, desde que haja impacto em seu preço;

II - relatividade econômica: variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e

III - relatividade temporal: mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

a) evolução tecnológica;

b) tendências sociais;

c) alterações de disponibilidade no mercado; e

d) modificações no processo de suprimento logístico;

Parágrafo único A aquisição que esteja dentro dos limites de valores para dispensa de licitação não afasta a possibilidade de enquadramento dos artigos como bens de consumo na categoria luxo.

**Art. 29** Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerando os arts. 28 e 29 deste Decreto: I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

**Art. 30** É vedada a aquisição de bens de consumo, enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto neste Decreto;

Parágrafo único. As disposições deste Decreto, que vedam a aquisição de itens de luxo, aplicam-se a quaisquer bens a serem adquiridos, inclusive os permanentes.

**Art. 31** As áreas de contratação dos órgãos e das entidades, em conjunto com as respectivas unidades técnicas, identificarão os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no caput deste artigo, os documentos de formalização de demandas retornarão às áreas requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

§ 2º Cada área de contratação será responsável, no respectivo processo de contratação, pela definição do bem de consumo como da categoria comum ou luxo.

§ 3º Eventuais dúvidas a respeito do enquadramento do bem de consumo como da categoria comum ou luxo poderão ser dirimidas por parecer técnico e serão resolvidas pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

CAPÍTULO III DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Seção I Regras gerais**

**Art. 32** O Estudo Técnico Preliminar - ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e buscará a melhor solução identificada dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação acerca da viabilidade técnica e econômica da contratação.

**Art. 33** O ETP deverá ser elaborado conjuntamente por servidores das áreas requisitante ou, quando houver necessidade, pela equipe de planejamento da contratação.

§ 1º Os servidores das áreas requisitante, ou a equipe de planejamento da contratação, quando for o caso, considerando a complexidade do problema a ser analisado no ETP, poderão solicitar apoio técnico de colaboradores de outras unidades, órgãos ou entidades que detenham competências específicas para a confecção do documento.

§ 2º Nos casos em que o órgão ou entidade não possua quadro de colaboradores suficientes ou aptos, inviabilizando a elaboração conjunta do ETP, será permitida sua confecção de forma individual ou a contratação de terceiros especializados que prestem assessoria técnica para elaboração do instrumento, observados os impedimentos dispostos no art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021, e desde que devidamente justificada a circunstância.

**Art. 34** O ETP conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, ou desde que justificada a impossibilidade, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

III - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

IV - estimativas das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções: a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da administração;

b) ser realizada audiência ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições.

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à garantia, manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas.

§ 2º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso V, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 3º Havendo demonstração no ETP de que não há prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, nos termos do § 2º do art. 25 da Lei Federal 14. 133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º Nas contratações de que trata o § 1º do art. 36 da Lei Federal nº 14. 133, de 1º de abril de 2021, quando o ETP demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica de propostas que superem os requisitos mínimos exigidos são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, deverá ser escolhido o critério de julgamento por técnica e preço.

§ 5º Desde que fundamentado no ETP, poderá ser exigido que os serviços de manutenção e assistência técnica de que trata o inciso VII sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 6º A justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução de que trata o inciso V deste artigo, será orientada por uma análise comparativa entre os modelos identificados, a partir dos seguintes critérios, sem prejuízo de outros relevantes para o objeto em análise;

I - vantajosidade econômica, preferencialmente pela comparação do custo total das soluções proposta e atual; II - ganhos de eficiência administrativa, pela economia de tempo, recursos materiais e pessoas;

III - continuidade sustentável do modelo de fornecimento do bem ou serviço para a administração;

IV - sustentabilidade social e ambiental, por meio da consideração de objetivos secundários da política de compras públicas;

V - incorporação de tecnologias que permitam ganhos de eficiência, exatidão, segurança, transparência, impessoalidade, padronização ou controle;

VI - possibilidade de compra ou de locação de bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa;

VII - opções menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas. **Art. 35** A elaboração do ETP deverá considerar a complexidade do problema público analisado e do objeto da contratação, devendo-se evitar o aporte de conteúdos com a finalidade única de simples cumprimento de exigências procedimentais.

**Art. 36** Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação.

**Art. 37** A elaboração do ETP:

I - será dispensada:

a) contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14. 133/2021, independente da forma de contratação; b) nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada; c) quando já tenha sido elaborado no mesmo processo e não forem apresentadas propostas válidas, em casos se licitações desertas ou fracassadas;

d) contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021; e) nas contratações por utilização de atas de registro de preço por órgãos e entidades participantes. II - poderá ser dispensada nas hipóteses de:

a) simplicidade do objeto ou quando o modo de seu fornecimento puder afastar a sua necessidade e da análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda; b) quando já tiver sido elaborado ETP para o mesmo objeto nos 12 (doze) últimos meses e houver justificativa de que as condições da contratação se mantiveram sem alteração significativa;

c) dispensas de licitação em virtude de emergência ou grave perturbação da ordem previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei Federal n.º 14. 133/2021.

III - poderá ser simplificada, em razão dos princípios da razoabilidade e da eficiência, bastando ao órgão ou entidade instruir o processo administrativo com os elementos mínimos identificados no art. 18, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial nos casos de:

a) objetos de mesma natureza, semelhança ou afinidade, em que os ETP podem ser elaborados de forma comum, dada a similaridade e equivalência dos estudos, sendo possível conciliar os documentos; b) procedimentos anteriores que já tenham analisado diferentes soluções para necessidades similares; c) quando se adotar especificação prevista em catálogo de padronização emitido pelo Poder Público.

Parágrafo único Nos casos em que houver objetos e demandas similares, havendo justificativa da similaridade, poderão ser utilizados ETPs formulados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública nos 12 (doze) meses anteriores à contratação.

**Seção II Do Estudo Técnico Preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia**

**Art. 38** No ETP para contratação de obras e serviços comuns de engenharia deverá ser observado o disposto na seção anterior, no que couber.

**Art. 39** Com base no plano de contratações anual, deverá conter no ETP para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, além do disposto no art. 35 deste Decreto, os seguintes elementos:

I - a localização da obra e/ou serviço;

II - a documentação fotográfica da área onde será construída a obra e/ou serviço;

III - a identificação e titularidade dos terrenos;

IV - a natureza e finalidade da obra e/ou serviço de engenharia;

V - a estimativa, aferida mediante metodologia expedita ou paramétrica, dos preços dos estudos, projetos, da preparação da área, da obra e/ou serviço, considerando para fins de planejamento orçamentário e financeiro, inclusive possíveis reajustes;

VI - a avaliação prévia do tráfego, quando se tratar de obras de implantação e pavimentação de rodovias; VII - análise técnica sobre a viabilidade, ou não, de parcelamento do objeto;

VIII - levantamento de alternativas, metodologias, e a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

IX - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º O estudo técnico preliminar deverá conter a seleção e a recomendação de alternativa para a concepção dos projetos, de forma a permitir verificar se o programa, terreno, legislação, custos e investimentos são executáveis e compatíveis com os objetivos do órgão ou entidade.

§ 2º Recebida a demanda interna ou externa de obra e/ou serviço de engenharia pelo órgão ou entidade, a autoridade competente deverá decidir sobre o encaminhamento para estudo técnico preliminar.

§ 3º O estudo técnico preliminar deverá ser realizado por profissional ou comissão de profissionais com prerrogativa legal na área de engenharia ou arquitetura, de acordo com regulamentação federal das referidas profissões, ou por equipe técnica coordenada por profissional com essas características.

§ 4º Após realizado o estudo técnico preliminar, o responsável pela sua elaboração submeterá à análise e deliberação da autoridade competente do órgão que apontará a alternativa e as soluções técnicas mais adequadas à satisfação do interesse público.

§ 5º Concluído o estudo técnico preliminar e selecionada a alternativa e soluções técnicas mais adequadas, será elaborado o relatório circunstanciado, contendo a descrição e avaliação da opção selecionada.

**Art. 40** Quando da elaboração do ETP para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidades almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos, conforme disposto no § 3º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

**Art. 41** O termo de referência é o documento elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares, se houver, devendo conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação, e ainda:

I - definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

II - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

III - descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto;

IV - requisitos da contratação;

V - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

VI - modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

VII - critérios de medição e de pagamento;

VIII - forma e critérios de seleção do contratado;

IX - estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias

de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

X - adequação orçamentária;

XI - indicação dos locais de execução dos serviços e das regras para recebimento provisório e definitivo,

quando for o caso;

XII - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIII - formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste;

XIV - principais obrigações do contratado e do contratante, inclusive com a eventual previsão da execução de logística reversa pelo contratado, se for o caso; e

XV - sanções por descumprimentos das obrigações pactuadas, inclusive as obrigações prévias ao contrato.

§ 1º Para a definição do objeto, deverá ser utilizada a especificação do produto ou serviço existente no catálogo de especificações do Sistema de Aquisições Governamentais ou solicitada a sua inclusão quando se tratar de novos produtos ou serviços, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

§ 2º O termo de referência deverá ser elaborado por servidor da área técnica, auxiliado pela área de contratação nos aspectos técnicos de compras públicas.

CAPÍTULO V DA PESQUISA DE PREÇOS

**Seção I Das disposições gerais**

**Art. 42** A pesquisa de preço tem como objetivos:

I - fixar o preço estimado e justo do objeto da contratação, inclusive seus aditivos, definido com base no melhor valor aferido, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

II - delimitar os recursos orçamentários necessários para a contratação;

III - definir a forma de contratação;

IV - identificar a necessidade, de exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes cujo valor se enquadre nos limites previstos na Lei Complementar Estadual nº 605, de 29 de agosto de 2018 e suas alterações;

V - identificar a existência de sobrepreços em itens de planilhas de custos;

VI - identificar a existência de fraude, simulação ou qualquer outro mecanismo que vise a frustrar a legitimidade da pesquisa de preços, inclusive jogos de planilhas;

VII - impedir a utilização de preços inexequíveis ou excessivamente elevados;

VIII - servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas;

IX - auxiliar na identificação da necessidade de negociação dos preços registrados em ata com os fornecedores.

Parágrafo único A pesquisa de preço não será submetida a parecer jurídico exceto em caso de dúvida expressa e específica.

**Art. 43** Desde que justificado, o preço estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, tornando-se público apenas e imediatamente após a fase de negociação de propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

**Subseção I Dos Critérios**

**Art. 44** Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, como prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação

poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado.

**Subseção II Dos Parâmetros**

**Art. 45** A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a locação de bens móveis, aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma Combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como, Painel de Preços, banco de preços em saúde, Sistema Radar do TCE-MT ou

por consulta de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso e tenham sido publicadas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

IV - pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, e, quando o objeto tratar da aquisição de produtos, na base de preços do sistema de nota fiscal eletrônica do Município ou Estado de Mato Grosso, desde que as cotações tenham sido obtidas no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

§ 1º Deverá ser priorizada a utilização dos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 2º A não utilização de pelo menos um dos parâmetros estabelecidos nos incisos I ou II do caput deste artigo deverá ser justificada nos autos do processo de contratação.

§ 3º Somente de maneira excepcional haverá a utilização isolada do parâmetro definido no inciso IV do caput deste artigo, caso em que deverá haver justificativa quanto à não utilização de nenhum dos demais parâmetros.

§ 4º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV do caput deste artigo, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, quantitativo, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereço físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo.

§ 5º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso IV do caput deste artigo, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

§ 6º Considera-se observado o índice de atualização descrito no inciso II do *caput* deste artigo pela utilização do valor contratual original, quando a licitação tiver ocorrido há menos de 12 (doze) meses, ou quando for utilizado o valor fixado no último apostilamento.

**Subseção III Da Metodologia para obtenção do preço estimado**

**Art. 46** Serão utilizados como métodos para obtenção do preço estimado a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de no mínimo 03 (três) preços oriundos dos parâmetros de que trata o art. 46 deste Decreto, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, assim como menor quantidade de preços que a prevista no caput deste artigo, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Salvo quando estabelecido de forma diversa e justificada nos autos, serão considerados: I - preços excessivos, aqueles que sejam superiores a 30% (trinta por cento) da média dos demais preços; II - preços inexequíveis, aqueles que sejam inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços.

§ 3º A não consideração de propostas inexequíveis ou excessivamente elevadas deve ser declarada expressamente pela área técnica competente, sendo possível a ressalva de situações excepcionais devidamente justificadas de acordo com a natureza ou especificidade do bem ou serviço em cotação.

§ 4º Excetuam-se da regra de inexequibilidade prevista no parágrafo anterior os valores registrados em atas e previstos em contratos firmados pela Administração Pública, em execução ou executados no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

**Subseção IV Da Formalização**

**Art. 47** A pesquisa de preços será materializada em mapa comparativo de preços, elaborado pela unidade requisitante ou pelo setor de compras, que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado e seu respectivo quantitativo;

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

V - justificativas para a metodologia utilizada, com a validação dos preços utilizados e indicação da desconsideração de valores inexequíveis e excessivamente elevados, se aplicável;

VI - indicação do valor estimado, memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte; VII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta com fornecedores; VIII - data, identificação e assinatura do servidor responsável.

§ 1º Os documentos comprobatórios dos preços utilizados para definição do preço estimado, caso disponíveis em rede pública de acesso pela internet, deverão ter o endereço eletrônico indicado nos autos do processo, preferencialmente por hiperlink; se não estiverem disponíveis para acesso público, deverão ser juntados aos autos do processo da pesquisa.

§ 2º O mapa comparativo de preços terá validade de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura.

**Art. 48** O(s) agente(s) público(s) autor(es) do mapa comparativo de preços responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa, devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.

**Art. 49** Elaborado o mapa comparativo de preços, servidor diverso do que o elaborou formulará análise crítica, certificando que o objeto orçado possui especificação compatível com o objeto a ser licitado e que seu preço é condizente com o praticado no mercado, em especial quando houver grande variação entre os valores apresentados.

Parágrafo único Quando a análise crítica resultar na indicação de preço estimado diferente do mapa comparativo de preços, este deverá ser reparado conforme a análise crítica.

**Seção II Da pesquisa de preço para contratações diretas**

**Art. 50** Nas contratações diretas, deverá ser observado o disposto na seção anterior, quando cabível.

**Art. 51** Nos casos de inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida na seção anterior, a justificativa de preços se dará mediante comprovação dos preços praticados pelo contratado em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, contratos, empenhos, extratos contratuais e documentos equivalentes, emitidos no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, ou por outro meio idôneo devidamente justificado.

Parágrafo único Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata este artigo poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo constar no processo demonstração de que as especificações técnicas apresentam similaridade com o objeto pretendido.

**Seção III Da pesquisa de preço para contratação de obras e serviços de engenharia**

**Art. 52** O preço global de referência para contratação de obras e serviços de engenharia é o valor do custo global de referência e, quando for o caso, acrescido do percentual de benefícios e despesas indiretas - BDI de referência e dos encargos sociais cabíveis, a ser definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO, para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil - SINAPI, para as demais obras e serviços de engenharia;

II - nos casos em que o SINAPI ou o SICRO não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 01 (um) ano de antecedência da data da pesquisa de preços, contendo a data e hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de

01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive, mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, e, quando o objeto tratar da aquisição de produtos, na base de preços do sistema de nota fiscal eletrônica de Mato Grosso, desde que as cotações tenham sido obtidas no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

§ 1º As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicadas mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

§ 2º Quando utilizados os custos unitários do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, serão excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

§ 3º No caso de utilização dos custos unitários do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO, serão excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

§ 4º Os custos de insumos constantes do SINAPI, sempre que possível, serão incorporados às composições de custos da tabela referida no inciso II do caput deste artigo.

**Art. 53** A Administração Pública Municipal por meio da Secretaria de Administração poderá desenvolver novo(s) sistema(s) de referência de custos, desde que demonstrada a necessidade por meio de justificativa técnica e submetida à aprovação da autoridade competente, para aplicação no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas mencionados no artigo anterior deste Decreto, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do SINAPI e SICRO.

§ 1º A Secretaria de Administração deverá manter o(s) sistema(s) de referência atualizado(s) e divulgá-lo(s) na internet.

§ 2º Na ausência da referência de preço de que trata este Decreto e do sistema de referência previsto no *caput* deste artigo, a Administração Pública poderá utilizar sistemas de custos oficiais desenvolvidos pela União, outros Estados e Distrito Federal.

**Art. 54** Na elaboração dos orçamentos de referência, poderão ser adotadas especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

Parágrafo único Os custos unitários de referência poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pela autoridade competente, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

**Art. 55** No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o preço global de referência da contratação será calculado nos termos do art. 53 deste Decreto acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

Parágrafo único Para as composições das propostas, será exigido dos licitantes ou contratados, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento de orçamento sintético referido no caput.

**Art. 56** Deverão fazer parte da documentação que integra o orçamento-base que instrui o procedimento licitatório: I - anotação de responsabilidade técnica do(s) profissional(is) responsável(is) pela elaboração do orçamento-base da licitação, inclusive suas eventuais alterações; e

II - declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do sistema utilizado.

**Art. 57** Na elaboração do orçamento de obras e serviços de engenharia deverão ser definidos os critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, com fixação de preços máximos para ambos, os quais deverão constar no edital.

Parágrafo único O edital deve vedar expressamente a aceitação de preços unitários acima dos previstos no orçamento da Administração.

**Seção IV Da pesquisa de preço para contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva**

**Art. 58** Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, o preço estimado será definido em planilha de composição de custos, aplicando-se no que couber, o disposto neste Decreto.

Parágrafo único Os itens da planilha de composição de custos cujo valor não seja determinado por lei ou acordo trabalhista deverão ser fixados da mesma forma definida no art. 46 deste Decreto para o cálculo do preço estimado do bem ou serviço em geral.

**Art. 59** Nas renovações e prorrogações contratuais, a demonstração da vantajosidade deve ocorrer mediante comparação da planilha de composição de custos vigente na contratação com a planilha de composição de custos de uma possível nova contratação.

Parágrafo único Nos aditivos de serviços somente haverá não há necessidade de demonstração da vantajosidade com nova planilha orçamentária caso não ocorra a manutenção dos preços.

**Seção V Da pesquisa de preço para contratação de fornecedores registrados em ata de registro de preços**

**Art. 60** Para contratação de fornecedores registrados, os órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços ficam dispensados da realização de pesquisa de preço durante o prazo de validade da ata.

Parágrafo único Nos processos para contratação por adesão carona, o órgão ou entidade deverá realizar a demonstração de vantajosidade da adesão nos termos deste Decreto.

**Seção VI Da tabela ou informativo oficial de preços**

**Art. 61** Nos casos em que órgão ou entidade da Administração Pública defina o preço de mercado de produto ou serviço por tabela ou informativo oficial de preços, o preço estimado será aquele definido neste documento, dispensadas pesquisas adicionais.

Parágrafo único Incluem-se na hipótese do *caput* os Catálogos de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC com Condições Padronizadas, divulgados pelo Poder Executivo Federal.

**Seção VII Da Pesquisa de Preço para Locação e Aquisições de Imóveis**

**Art. 62** O preço máximo a ser pago pela Administração Pública no processo de locação ou aquisição de imóveis será definido por avaliação imobiliária oficial realizada por comissão de avaliação devidamente instituída contendo no mínimo 01 profissional engenheiro e um servidor atuante na área de fiscalização.

Parágrafo único. O valor indicado no laudo oficial é o preço máximo pelo qual o contrato poderá ser firmado, devendo os órgãos e entidades da Administração Pública se esforçarem para ajustar valores mais vantajosos para o Município.

**Art. 63** Nos aditivos e apostilamentos para reajuste e prorrogação contratual, o preço contratual poderá ser definido mediante simples reajuste do valor indicado no contrato, de acordo com o índice de reajuste previsto no respectivo contrato ou, quando não previsto, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, o que for menor.

Parágrafo único É vedada a definição do preço estimado mediante simples reajuste do valor indicado no laudo oficial quando este tiver cinco anos ou mais, na data da renovação ou prorrogação.

**Art. 64** Na locação e na aquisição de imóveis, para fins de demonstração da vantagem da contratação, a Administração deverá considerar, além do preço estimado do bem, o seu estado de conservação, e os custos de adaptações, bem como, quando imprescindíveis para a necessidade de sua utilização, deverá observar o prazo de amortização dos investimentos.

**TÍTULO III DA LICITAÇÃO**

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES LICITATÓRIAS E PROCEDIMENTOS AUXILIARES

**Seção I Da fase interna**

**Art. 65** Os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços e locação de bens móveis e imóveis serão autuados e instruídos em sua fase interna pelo menos com os seguintes documentos, na seguinte ordem:

I - documento de formalização de demanda com a justificativa para a contratação, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo e, se for o caso, estudo técnico preliminar e análise de riscos;

II - autorização para abertura do procedimento;

III - pareceres técnicos que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - preço estimado consistente em comprovada pesquisa de mercado;

V - indicação dos recursos orçamentários para fazer face a despesa;

VI - definição da modalidade e do tipo de licitação a serem adotados;

VII - minuta do edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII - minuta do contrato, se for o caso, ou do instrumento equivalente;

IX - ata de registro de preço (ARP) e respectivos anexos, quando tratar-se de adesão de ARP;

X - checklist de conformidade quanto aos documentos enumerados neste artigo e quanto a eventuais apontamentos formulados no parecer jurídico;

§ 1º Deverão os órgãos e entidades observar e atender ao Decreto vigente que trata dos limites de valores contendo no mínimo os documentos descritos nos incisos I, II, III, V, VI, X e XII deste artigo, acompanhados de despacho de encaminhamento da autoridade do órgão ou entidade.

§ 2º O processo também deverá ser enviado a Controladoria do Município para análise e expedição de recomendações visando contribuir com a conformidade e segurança do feito.

§ 3º Os anexos a que se refere o inciso X deste artigo são cópia da íntegra do edital, da ata de registro de preço e da respectiva publicação em meio oficial. Quando se tratar de uma adesão carona à ata de outro órgão ou entidade pública, deverá constar ainda declaração informando a vantajosidade da aquisição e os documentos de aceite da empresa fornecedora e do órgão gerenciador.

**Seção II Da forma preferencialmente eletrônica e do modelo de disputa**

**Art. 66** As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

**Art. 67** Caberá ao departamento de licitações disponibilizar espaço físico adequado às gravações em áudio e vídeo das sessões, cujos links para acesso deverão ser juntados ao processo administrativo da licitação e disponibilizados no Portal da Transparência.

§ único. As sessões ocorrerão, preferencialmente, em meio virtual, a fim de possibilitar a ampla participação no certame de todos os interessados.

**Art. 68** O modo de disputa poderá ser, isolado ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, sendo vedado quando o critério de julgamento for técnico e preço;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, sendo vedada a utilização isolada quando adotados os critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto.

**Seção III Do edital**

**Art. 69** Na ausência de disposição específica na lei ou neste Decreto, as disposições desta seção são aplicáveis aos instrumentos convocatórios de todas as modalidades licitatórias, dos procedimentos auxiliares e até mesmo de eventuais contratações diretas, se couber.

**Art. 70** O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto, às condições de pagamento e ao *check-list* de verificação e conformidade.

§ 1º A Administração poderá adotar minutas padronizadas de edital e de contrato de outros entes da federação com cláusulas uniformes, desde que aprovadas pela Procuradoria do Município.

§ 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

§ 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá desenvolver modelos padronizados de check-list de verificação e conformidade, desde que previamente aprovados pela Procuradoria do Município.

§ 4º O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela:

I - obtenção do licenciamento ambiental;

§ 5º Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos deste Decreto terão prioridade de tramitação na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.

§ 6º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 7º O edital poderá exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica ou oriundos ou egressos do sistema prisional.

**Art. 71** Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

**Art. 72** Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos deverão ser divulgados e mantidos em sítio eletrônico oficial do Município, preferencialmente vinculado ao órgão ou entidade promotor da licitação, na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

**Art. 73** Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação do Município preferencialmente eletrônico.

§ 2º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no artigo anterior, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

**Subseção I Do edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia**

**Art. 74** Deverá constar do edital informações quanto ao regime tributário e percentual de alíquotas de PIS e COFINS utilizados no orçamento de referência da obra ou do serviço de engenharia.

**Art. 75** Os editais de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia deverão exigir que as empresa licitantes apresentem os seguintes elementos:

I - quadro resumo de preços;

II - planilha de preços unitários e totais por item de serviço;

III - planilha de composições unitárias dos custos dos serviços de todos os itens da planilha orçamentária; IV - composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas - BDI, incidente no valor global, observando no mínimo:

a) taxa de rateio da administração central;

b) percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalista que oneram o contratado;

c) taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

d) taxa de lucro.

V - composição dos encargos sociais;

VI - cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

§ 1º Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL.

§ 2º Despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização e instalação e manutenção do canteiro deverão ser incluídas na planilha orçamentária da obra como custo direto, não compondo o BDI, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas.

§ 3º Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 4º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 3º deste artigo.

§ 5º O edital cujo objeto envolva a contratação de obras deverá prever a exigência de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, na forma prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 76** Para formação e aceitabilidade dos preços, em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de

licitação, sendo que e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Seção IV Da margem de preferência**

**Art. 77** No processo de licitação de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, de que trata o inciso II do art. 26 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser estabelecida margem de preferência de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), em decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade.

CAPÍTULO II DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS **Seção I Do pregão**

**Art. 78** Pregão é a modalidade de licitação para contratação ou registro de preços de bens e serviços comuns com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, inclusive serviços comuns de engenharia estabelecidos na alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Não serão licitados pela modalidade de pregão os serviços técnicos especializados de natureza intelectual, inclusive elaboração de projetos, tampouco os serviços de engenharia, quando o objeto final demandar projeto técnico especializado, acompanhamento prévio de execução ou testes de conformidade para liberação de uso.

**Art. 79** O edital do pregão conterá, em seu preâmbulo, o número de ordem em série anual, o nome do órgão ou entidade responsável, a finalidade da licitação, o critério de julgamento, a menção à legislação aplicável, o local, dia e hora para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, bem como para o início da abertura dos documentos respectivos e indicará, no mínimo, o seguinte:

I - descrição clara e precisa do objeto licitado, que permita seu total e completo conhecimento;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, para a execução do ajuste e para a entrega do objeto da licitação;

III - exigência de garantia e forma de prestação, se for o caso, nas modalidades previstas na lei;

IV - sanções para ilegalidades praticadas no procedimento licitatório;

V - condições para participação na licitação e apresentação das propostas;

VI - reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto;

VII - critérios de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e sistemas eletrônicos em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos complementares relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - critério de aceitabilidade dos preços, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvada a possibilidade de desclassificação de proposta manifestamente inexequível;

X - equivalência das condições de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

XI - condições de pagamento prevendo, segundo o caso:

a) prazo de pagamento não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamentos, senão realizado o pagamento no prazo previsto na alínea “a’;

d) compensações financeiras e sanções por eventuais atrasos;

e) exigência de seguro-garantia, quando for o caso.

XII - critério de reajuste, com a indicação do(s) índice(s) adotado(s), aplicável somente depois de 12 (doze) meses da data limite de apresentação da proposta, do orçamento base, da assinatura do contrato ou do último reajuste;

XIII - hipóteses e critérios de revisão e repactuação de preços, inclusive em razão do desequilíbrio econômico-financeiro; XIV - indicação dos prazos de validade das propostas, que serão de no mínimo 60 (sessenta) dias, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceito pela administração;

XV - condições para o recebimento do objeto da licitação;

XVI - previsão sobre a admissão ou não de subcontratação, e em caso de aceitação a indicação de quais os requisitos de habilitação e regras que deverão cumprir;

XVII - definição dos critérios de fixação do valor das multas de mora por inadimplência contratual; XVIII - outras indicações específicas, de acordo com o objeto licitado.

§ 1º O edital será obrigatoriamente acompanhado do termo de referência ou projeto básico e da minuta de contrato, salvo, quanto a este último, nas hipóteses do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º O original do edital deverá ser datado e assinado pelo ordenador de despesas do órgão ou entidade, admitida a delegação, a quem cabe igualmente declarar sua conferência e regularidade, e pela autoridade que o expedir, permanecendo este documento no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias, resumidas ou integrais, para divulgação pelo PNCP, por outros meios eletrônicos e fornecimento aos interessados.

§ 3º O edital para contratação de obras e serviços de engenharia poderá prever a exigência de prestação da garantia na modalidade seguro-garantia, com a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, na forma do art. 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º Em caso de exigência de seguro-garantia, inclusive na situação prevista no parágrafo anterior, suas cláusulas deverão contemplar a sinistralidade no caso de não cumprimento ou de cumprimento irregular dos prazos contratuais e cronogramas de execução.

§ 5º O edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo às demais modalidades licitatórias, no que couber.

**Art. 80** O pregão terá como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto.

Parágrafo único Na licitação por lote, o preço da proposta de preços vencedora de cada um dos itens que o compõem não pode ultrapassar o preço de referência unitário, salvo quando, justificadamente, o sobrepreço for irrelevante e o lote em seu preço global for vantajoso para a Administração.

**Art. 81** No pregão, salvo quando devidamente justificado e expresso em edital, as propostas serão apresentadas e permanecerão sigilosas até o encerramento da fase competitiva.

**Art. 82** Os pregões serão realizados preferencialmente na forma eletrônica, só se admitindo a realização de pregão presencial quando comprovada a indisponibilidade do sistema eletrônico ou quando existir relevante e excepcionalmente interesse público devidamente justificado.

**Art. 83** A sessão do pregão eletrônico será realizada por meio de sistema informatizado, devendo o interessado se atentar às regras impostas pelo Município;

**Art. 84** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**Art. 85** A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada automaticamente, na hipótese de não haver novos lances.

**Art. 86** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar com o licitante que apresentou a proposta mais vantajosa, por meio do sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

**Art. 87** Todas as referências de tempo constantes no edital do Pregão Eletrônico, no aviso e durante a sessão pública serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observado e informado no aviso e no edital o horário local do órgão promotor da licitação e o horário de Brasília.

**Art. 88** Encerrada a fase de lances, o pregoeiro examinará a proposta, seus anexos e os documentos de habilitação enviados pela própria licitante, conforme convocação prevista no instrumento convocatório, devendo classificar ou desclassificar e habilitar ou inabilitar a licitante de acordo com os critérios estabelecidos no edital, aplicadas as disposições pertinentes deste Decreto.

§ 1º Definido o resultado do julgamento, com o objetivo de buscar o melhor preço, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado para a contratação, o órgão ou entidade deverá negociar condições mais vantajosas.

§ 2º A negociação a que se refere o § 1º deste artigo deverá ser feita com os demais fornecedores classificados, quando o primeiro colocado for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado para a contratação.

§ 3º Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

§4° Após a normatização da Secretaria de Fazenda, com a possibilidade de consulta automatizada das notas fiscais emitidas pelo licitante, o preço ofertado pelo vencedor deverá ser igual ou inferior aos constantes na base de preços do sistema de nota fiscal eletrônica do Município do respectivo licitante nos últimos 90 (noventa) dias, salvo justificativa de distinção quanto ao modo de fornecimento ou logística específico para o ente contratante constante nos autos.

§ 5° Os critérios e forma de consulta de preços do sistema de nota fiscal eletrônica do Município serão definidos em ato normativo próprio editado pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 89** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**Art. 90** A apresentação de novas propostas na forma do artigo anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**Art. 91** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas neste decreto e legislação pertinente.

**Seção II Da concorrência**

**Art. 92** Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, podendo ser utilizado os seguintes critérios de julgamento: I - menor preço;

II - melhor técnica ou conteúdo artístico;

III - técnica e preço;

IV - maior retorno econômico;

V - maior desconto.

**Art. 93** O rito procedimental da concorrência é o comum, previsto no art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 94** O procedimento da concorrência observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

Parágrafo único A fase de habilitação poderá, mediante ato motivado com justificativa dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de lances e julgamento, desde que expressamente previstos no edital.

**Art. 95** A concorrência será utilizada para:

I - bens e serviços especiais: aqueles que não são comuns, possuem alta heterogeneidade ou complexidade, não havendo como descrevê-los objetivamente;

II - obras: privativas de arquiteto ou engenheiro; inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial do imóvel;

III - serviços de engenharia:

a) comuns: aqueles cujos padrões de desempenho possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, também admitem o pregão;

b) especiais: aqueles, que, por sua alta diversidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns.

**Seção III Do diálogo competitivo**

**Art. 96** O diálogo competitivo consiste em modalidade licitatória que poderá ser adotada nas contratações de obras, serviços e compras em que a Administração Pública necessita realizar diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final após o encerramento dos diálogos.

Parágrafo único O diálogo competitivo fica restrito às hipóteses do art. 32 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 10 da Lei Federal nº 11.079/2004 e incisos II e III do art. 2º da Lei Federal nº 8.987/1995.

**Art. 97** Os procedimentos serão autuados, e deverão ser instruídos em sua fase interna, pelo menos, com os seguintes documentos:

I - requisição da área requisitante do órgão acompanhado do termo de delimitação da necessidade da Administração a ser solucionada, com a justi-

ficativa da inadequação das soluções disponíveis no mercado, bem como da incapacidade técnica da Administração na delimitação do objeto;

II - exposição justificada dos critérios utilizados para a pré-seleção dos licitantes;

III - autorização, da autoridade competente, para abertura do procedimento de diálogo;

IV - comprovante de registro do processo no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**Art. 98** A comissão de contratação conduzirá a fase externa do diálogo competitivo, incluindo:

I - receber a manifestação de interesse na participação da licitação por período mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis após a publicação do edital de abertura;

II - registrar as reuniões em ata e gravação via utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo; III - conduzir a fase de diálogo até a identificação de solução ou soluções que atendam às necessidades, com consequente elaboração de relatório final a ser submetido à autoridade competente; IV - receber as propostas de todos os licitantes pré-selecionados em prazo mínimo 60 (sessenta) dias úteis da publicação do edital de competição;

V - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; VI - definir a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado;

VII - realizar a habilitação do licitante vencedor, através do contraste entre os documentos de habilitação apresentados e aqueles dispostos no edital;

VIII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

IX - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua adjudicação e homologação.

Parágrafo único A Comissão de Contratação contará, sempre que considerar necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

**Art.99** O diálogo competitivo é dividido em duas etapas, sendo a primeira, a fase do diálogo entre Administração Pública e os particulares, e a segunda, a fase competitiva.

Parágrafo único O § 1º do art. 32 da Lei Federal n° 14.133/2021 apresenta o rito procedimental da modalidade que são autoaplicáveis.

**Art. 100** O edital da primeira fase do diálogo competitivo deve estabelecer os procedimentos para pré-seleção dos licitantes que poderão estabelecer exigências específicas relacionadas ao objeto pretendido, além dos requisitos gerais estabelecidos pelo art. 62 da Lei Federal n° 14.133/2021.

§ 1° As exigências de pré-seleção especiais adotadas no processo deverão estar devidamente fundamentadas nos autos.

§ 2° Da decisão que negar participação a qualquer interessado na fase inicial do diálogo competitivo caberá interposição de recurso à comissão de contratação, que terá efeito suspensivo, no prazo e forma disposto neste Decreto.

**Art. 101** Na fase de diálogo, a Administração Pública deve interagir com cada particular interessado a fim de alcançar a solução que melhor atenda a necessidade pública.

**Art. 102** Ao final da primeira fase será indicado pela Administração a solução que atenda à sua necessidade, a qual poderá partir de um ou mais licitantes, inclusive mediante a combinação das propostas apresentadas.

§ 1° Cabe à comissão elaborar relatório final, relatando os eventos ocorridos com sumário das soluções atingidas e apresentação dos motivos que justifiquem a conclusão, e encaminhar para apreciação da autoridade competente.

§ 2° A administração identificará o atingimento de uma solução satisfatória ou a inviabilidade de sua obtenção, encerrando o processo licitatório com as devidas fundamentações.

**Art. 103** Da decisão que conclui pela adoção de uma das propostas apresentadas, encerrando a fase dialogal, não caberá recurso.

**Art. 104** Havendo solução satisfatória, passa-se para a fase de competição, na qual a Administração lançará novo edital para contratar a solução desejada apresentada na fase de diálogo.

**Art. 105** O novo edital deverá ser submetido à análise da Procuradoria Municipal que realizará o controle prévio de legalidade.

**Art. 106** Em conformidade com os critérios de julgamento definidos no edital da segunda fase do certame, a comissão emitirá decisão fundamentada declarando a proposta vencedora o final da etapa competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado final.

**Seção IV Do leilão**

**Art. 107** Aplicam-se as regras desta seção à licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica e presencial, para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º A utilização da modalidade leilão, na forma eletrônica é facultativa salvo se, excepcionalmente, for comprovada a inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração.

§ 2º A definição dos bens imóveis e móveis inservíveis, para os fins de aplicação deste Decreto, é definidas por instrumento próprio da administração.

**Art. 108** O leilão será cometido, preferencialmente, a leiloeiro oficial, que poderá ser servidor do Município investido na função ou selecionado mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão.

§ 1º O pregão de que trata o caput deverá adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões pagas pelos compradores.

§ 2º O pregão ou o credenciamento adotarão, como taxa de comissão a ser paga pelos compradores, o montante de até 5% (cinco por cento) do valor do bem arrematado, nos termos do art. 24, do Decreto Federal nº 21. 981/1932.

§ 3º A responsabilidade pelo pagamento da taxa de comissão é dos compradores.

**Art. 109** É vedado o pagamento de comissão ao servidor designado para as atividades previstas nesta seção.

**Art. 110** A realização do leilão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - publicação do edital, por no mínimo uma vez, no Diário Oficial do Município, em jornal diário de grande circulação da região e em sítio eletrônico do órgão ou entidade responsável pelo certame; II - abertura da sessão pública e envio de lances;

III - julgamento;

IV - recursal;

V - pagamento pelo licitante vencedor; e

VI - homologação.

**Art. 111** O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração será o de maior lance, devendo constar obrigatoriamente do edital.

**Art. 112** O órgão ou entidade deverá inserir no sistema as seguintes informações para a realização do leilão: I - o número do edital de leilão;

II - o número do processo administrativo;

III - a identificação do órgão ou secretaria que está realizando o leilão;

IV - o leiloeiro contratado ou designado;

V - a descrição do(s) bem(ns), com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;

VI - o valor pelo qual o(s) bem(ns) foi(ram) avaliado(s), o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro contratado;

VII - a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes, se couber;

VIII - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados;

IX - o critério de julgamento das propostas pelo maior lance;

X - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; XI - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento;

XII - o site na *internet* em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital, e todas as informações sobre a licitação.

§ 1º O prazo fixado para abertura do leilão e envio de lances, não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da última publicação do aviso ou da efetiva disponibilidade do edital, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

§ 2º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**Art. 113** O leilão será precedido da divulgação do edital no site do órgão ou entidade promotora e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, com as informações constantes do art. 114 deste Decreto, bem como descreverá:

I - o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - o local, a forma e o período para oferta de lances, recebimento e abertura da documentação;

III - o prazo e as condições de pagamento do valor ofertado e retirada do bem;

IV - o local onde poderá ser examinado o bem;

V - as condições para participação no leilão, em conformidade com legislação federal vigente;

VI - os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos ao leilão e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

VII - o critério de aceitabilidade dos preços, permitida a fixação de preço mínimo;

VIII - as instruções e normas para os recursos;

IX - as sanções para o caso de inadimplemento das regras do edital;

X - a assinatura da autoridade do órgão ou entidade que realizar o leilão.

§ 1º Além da divulgação de que trata o caput, o edital poderá ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação, especialmente no site do órgão ou entidade que promove a licitação.

§ 2º O edital deverá ser datado e assinado, permanecendo nos autos do processo de licitação.

§ 3º Constitui anexo do edital, dele fazendo parte integrante, a relação de bens objeto do leilão, com a especificação e valor de avaliação.

§ 4º É facultativa a inclusão, no anexo do edital, da minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor.

§ 5º A avaliação dos bens a serem leiloados deve ser realizada por comissão de servidor público devidamente capacitado ou empresa especializada, vedada a avaliação pelo leiloeiro.

§ 6º A critério do órgão ou entidade, a alienação poderá ser parcelada, mediante pagamento de sinal correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor de aquisição, na forma do regulamento.

§ 7º Em se tratando de bens imóveis, a alienação ocorrerá somente por valor igual ou superior ao apurado na avaliação prévia do valor de mercado.

**Art. 114** O licitante interessado em participar do leilão eletrônico deverá se identificar no sistema de leilão eletrônico utilizado, obedecendo os termos estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único A identificação de que trata o *caput* constitui requisito indispensável para a participação na licitação, responsabilizando-se o licitante por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema de leilão eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotora da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiro não autorizado.

**Art. 115** O licitante, após a divulgação do edital, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de leilão eletrônico, os lances com valores propostos para o bem, até a data e o horário estabelecidos para encerramento da fase de lances na sessão pública do leilão eletrônico, devendo, ainda, declarar em campo próprio do sistema as seguintes informações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública; II - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e III - a responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

**Art. 116** Quando do envio de lances, o licitante poderá parametrizar o seu valor final máximo e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I deste artigo.

§ 1º O valor final máximo de que trata o caput poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior ao lance já registrado por ele no sistema, bem como observe o preço mínimo eventualmente fixado.

§ 2º O valor máximo parametrizado na forma do caput possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno e externo.

**Art. 117** Caberá ao participante acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**Art. 118** A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período definido no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º Imediatamente após o encerramento do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

§ 2º Na hipótese de o leilão ser realizado presencialmente, uma vez declarada sua abertura pelo servidor designado ou pelo leiloeiro oficial, os licitantes poderão manifestar os lances oralmente, sendo declarado vencedor o maior lance válido pelo tempo de 05 (cinco) minutos, quando então o procedimento será encerrado com a divulgação dos lances em ordem decrescente de classificação.

**Art. 119** O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 1º Havendo lances iguais ao maior já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

§ 2º No leilão presencial não serão aceitos lances iguais ao maior já ofertado.

§ 3º O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**Art. 120** Durante o procedimento, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do fornecedor, salvo no caso de leilão presencial, cujo ofertante do maior lance será conhecido pelos demais presentes.

**Art. 121** O licitante será imediatamente informado pelo sistema de recebimento de seu lance.

**Art. 122** Encerrado o procedimento de envio de lances, o leiloeiro ou o servidor designado realizará a verificação da conformidade da proposta, devendo considerar vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem ou desde que maior que o mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

**Art. 123** Definido o resultado do julgamento, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, por meio do sistema ou presencialmente, quando a sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

Parágrafo único Concluída a negociação, se couber, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

**Art. 124** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema ou no leilão presencial, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

**Art. 125** Após a declaração do vencedor, o leiloeiro ou o servidor designado, por meio do sistema, emitirá Documento de Arrecadação - DAR, para que aquele imediatamente proceda ao pagamento do bem e o arremate, salvo disposição diversa em edital, arrematação a prazo ou outra forma prevista em lei ou regulamentação específica.

§ 1º No caso de arrematação a prazo, o edital poderá prever a necessidade de prestação de caução em dinheiro pelo licitante vencedor, para fins de garantia do cumprimento da obrigação de pagamento.

§ 2º O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro ou ao servidor designado, por meio do sistema ou por outro meio definido na hipótese de leilão presencial.

§ 3º Não sendo realizado o pagamento pelo arrematante, este perderá a caução, se houver, e o leiloeiro ou o servidor designado examinará os lances imediatamente subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda à Administração.

**Art. 126** Encerradas as etapas de recurso e pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Seção V Do Concurso**

**Art. 127** Concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

**Art. 128** O concurso observará as regras e condições previstas em edital, que indicará:

I - a qualificação exigida dos participantes;

II - as diretrizes e formas de apresentação do trabalho;

III - as condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.

Parágrafo único Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 14.133/2021, todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

CAPÍTULO III DA HABILITAÇÃO

**Seção I Disposições gerais**

**Art. 129** As condições e critérios de habilitação serão definidos em edital, baseado no termo de referência ou projeto básico, de forma proporcional à complexidade do objeto licitatório.

§ 1º Com relação à documentação exigida para fins de licitação e contratação:

I - poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

II - admite-se a substituição por registro cadastral válido emitido pelo:

a) Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, gerenciado pelo Poder Executivo Federal. III - a prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional; IV - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

V - é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou certificado corporativo avançado do Poder Executivo Estadual correspondente a assinatura eletrônica avançada, prevista na Lei Estadual nº 11.767, de 24 de maio de 2022.

VI - os atos e documentos produzidos nos sistemas corporativos instituídos pelo Poder Executivo do Estado Mato Grosso, emitidos por usuários devidamente identificados após a assinatura eletrônica ou similar, consideram-se válidos e autênticos para todos os fins.

§ 2º O termo de referência ou projeto básico deverá detalhar e justificar as exigências relativas à qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações ou exigências específicas do objeto.

**Art. 130** Para fins de habilitação jurídica, exigir-se-á a apresentação dos seguintes documentos:

I - registro comercial, no caso de empresa individual, ou estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhados de todas as

alterações ou da consolidação respectiva e, no caso de sociedade por ações, acompanhada da documentação de eleição dos seus administradores;

II - cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

III - procuração válida, se for o caso;

IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país; V - ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo único Na contratação de pessoa física não se aplica o disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

**Art. 131** A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista far-se-á mediante os seguintes documentos: I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; II - certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa; III - certidão de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso e perante o Estado de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

IV - certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;

V - certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dispensada para pessoas físicas;

VI - certidão de regularidade de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os arts. 42 e seguintes da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**Art. 132** A qualificação econômico-financeira será demonstrada mediante a apresentação dos seguintes documentos: I - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

II - balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório;

III - exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação nos casos de aquisição com entrega futura e na execução de obras e serviços.

§ 1º A certidão exigida no inciso I do caput deste artigo, se não contiver indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

§ 2º Caso a certidão exigida no inciso I do caput deste artigo seja emitida na forma positiva para recuperação judicial, a qualificação poderá ser comprovada pela apresentação de certidão judicial que indique que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

§ 3º As condições de habilitação previstas nos incisos II e III do caput deste artigo somente serão exigidas mediante justificativa de sua necessidade para a licitação no caso concreto.

§ 4º Poderá ser exigida a relação dos compromissos assumidos pelo licitante ou proponente que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 5º Não se aplicará o inciso II do *caput* deste artigo à licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 23, § 4º, e art. 30, ambos da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, situação em que a comprovação da boa situação financeira dar-se-á pela verificação do capital social, o qual deve ser igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.

§ 6º Não será exigido o documento de que trata o inciso I do *caput* nas contratações das pessoas jurídicas indicadas no art. 2º da Lei Federal nº 11.101/2005.

**Art. 133** A qualificação técnica, quando necessária à execução e devidamente justificada nos autos, poderá ser comprovada mediante:

I - inscrição vigente no conselho profissional competente, relativo ao profissional técnico;

II - anotação de responsabilidade técnica ou equivalente do profissional indicado, registrada no conselho profissional, indicando a execução de serviços com características semelhantes ao objeto a ser contratado; III - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133/21;

IV - comprovante de inscrição vigente no conselho profissional competente, relativo à empresa; V - indicação do pessoal técnico e respectiva qualificação, instalações e aparelhos para execução do objeto; VI - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

VII - declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das

obrigações objeto da licitação;

VIII - relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem na diminuição da disponibilidade do pessoal técnico, se necessário.

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos I a IV do caput quando a execução objeto não exigir a inscrição em conselho de classe, mas será exigida a comprovação, por atestado de capacidade técnica, de que o profissional ou empresa a ser contratado possui conhecimento técnico e experiência na execução de objeto semelhante.

§ 2º Com relação às exigências de qualificação técnica indicadas neste artigo:

I - as exigências não podem ser superiores ao previsto no caput deste artigo;

II - a exigência de atestados deve ser apenas sobre as parcelas de maior relevância ou valor significativo da licitação, igual ou maior do que 4% do valor total estimado;

III - pode ser exigido que os atestados comprovem até 50% da quantidade a ser executada daquelas parcelas de maior relevância ou valor;

IV - não podem ser impostos limites de tempo e local de execução para aceitação de atestados;

V - admitem-se atestados e documentos similares de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português;

VI - profissionais indicados deverão participar da execução da obra ou serviço;

VII - pode se recusar atestado de profissional que tenha dado causa à aplicação de sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

**Art. 134** Além dos documentos de qualificação indicados nos artigos anteriores, serão exigidas declarações do licitante ou proponente de que:

I - para todos os efeitos legais, atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

II - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

III - as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

IV - não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

V - não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.

**Art. 135** Como condição para a habilitação do licitante ou autorização da contratação direta, deverá ser verificada a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a pesquisa realizada no:

I - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União - CGU;

II - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE;

III - Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG;

IV - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso - CGE/MT.

**Art. 136** Nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), salvo quando houver justificativa em contrário, serão exigidos apenas os seguintes documentos para fins de habilitação:

I - contrato ou estatuto social atualizado;

II - documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com a procuração respectiva; III - prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública através de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS da Controladoria Geral da União.

**Art. 137** O agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 1º A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

§ 2º A vedação à inclusão de novo documento deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação, não alcançando documento ausente que se refere à condição atendida no momento de apresentação da proposta, não entregue juntamente com os demais documentos de habilitação e da proposta por equívoco ou falha.

§ 3º Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.

**Seção II Da qualificação técnica**

**Art. 138** Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possuem conhecimento técnico e experiência prática na execução de contrato de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

**Art. 139** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

CAPÍTULO IV DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS

**Art. 140** Poderão ser apresentados por qualquer pessoa pedidos de esclarecimentos, de providências ou impugnações sobre todas as modalidades reguladas neste Decreto, desde que encaminhada ao órgão ou entidade promotora da licitação até o terceiro dia útil que anteceder a abertura do certame.

§ 1º A resposta à impugnação, pedido de esclarecimentos e de providências será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

§ 2º Se ocorrer modificação no edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, será designada nova data para a abertura da sessão, cumprindo o prazo legal entre a publicação e a sessão.

§ 3º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior se a alteração inquestionavelmente não afetar a formulação das propostas.

§ 4º Sobre o pedido de esclarecimento ou impugnação, é facultado ao agente de contratação, comissão ou pregoeiro solicitar manifestação de profissionais com conhecimento sobre o objeto licitado, ou ainda, aos setores contábil e financeiro do próprio órgão licitante ou entidade promotora da licitação.

§ 5º Também é facultado ao agente de contratação, comissão ou pregoeiro solicitar a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento e resposta à Procuradoria do Município.

**Art. 141** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação deste decreto cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

II - recurso de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação, relativamente ao ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1° Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do *caput* deste artigo, serão observados as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previstos no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data da intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º Nas situações previstas no parágrafo anterior, contra as decisões tomadas durante a sessão pública, deverá ser observado o seguinte:

I - o licitante poderá, ao final da sessão e no prazo de até 15 (quinze) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação, quando deverá informar resumidamente os motivos de seu inconformismo, os quais serão registrados na ata da sessão pública;

II - o agente de contratação, pregoeiro ou comissão examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo: a) recusá-lo, se for relativo a decisões e atos anteriores à sessão ou absolutamente impertinentes;

b) rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

c) receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

III - o recorrente poderá apresentar razões recursais escritas, com a fundamentação de fato e de direito que entender cabíveis, restritas ao motivo apontado na sessão, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão;

IV - imediatamente após o fim do prazo para a apresentação das razões recursais escritas, os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões escritas, também no prazo de 03 (três) dias úteis e independente de intimação;

V - as alegações, pedidos e provas apresentadas nas razões e contrarrazões escritas do recurso devem ser restritas aos motivos apontados na interposição do recurso, durante a sessão, assim como o agente de contratação, pregoeiro ou comissão e a autoridade competente tem obrigação de considerar apenas o que for relacionado àquele motivo, ressalvadas as irregularidades e ilegalidades que devem ser conhecidas de ofício e podem levar à anulação dos atos praticados.

§ 3° O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 4º Havendo recurso contra a decisão em determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

§ 5º Não serão aceitas e consideradas as razões e contrarrazões recursais enviadas de forma não prevista no edital ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou assinada por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente ou recorrida.

§ 6° O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 7° O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação de interposição do recurso, observado o inciso IV do § 2º deste artigo.

§ 8° Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**Art. 142** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente terá a faculdade de receber auxílio da Procuradoria do Município que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Art. 143** Encerradas as etapas de recurso, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021,

**Art. 144** Nos contratos decorrentes deste Decreto deverão constar as cláusulas elencadas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas, ainda, as regras previstas em lei ou regulamentação específica.

**Art. 145** O licitante ou contratado estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras legislações aplicáveis, e à perda de caução, se houver, em favor da Administração.

Parágrafo único Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n° 14.133/2021, serão aplicadas pela autoridade máxima do Município.

CAPÍTULO V DA CONTRATAÇÃO DIRETA

**Art. 146** O procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os documentos elencados no art. 66 deste Decreto, e como os seguintes:

I - justificativa da contratação direta;

II - razão de escolha do contratado;

III - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessárias; IV - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único A autorização da contratação direta, bem como o extrato do contrato ou instrumento equivalente, deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público em site ou sistema eletrônico oficial do Município.

**Art. 147** É vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

**Art. 148** Para busca do melhor preço na contratação, o procedimento para dispensa de licitação será divulgado em site ou sistema eletrônico oficial do Município.

**Art. 149** Definido o resultado do julgamento, com o objetivo de buscar o melhor preço, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado para a contratação, o órgão ou entidade deverá negociar condições mais vantajosas.

§ 1º A negociação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita com os demais fornecedores classificados, quando o primeiro colocado for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado para a contratação.

§ 2º Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

**Art. 150** No caso de o procedimento de que trata o art. 150 deste Decreto restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

II - republicar o procedimento; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

§ 1º O disposto nos incisos II e III do caput deste artigo poderá ser utilizado na hipótese de não surgirem interessados no procedimento.

§ 2º Frustrados os procedimentos previstos nos incisos II e III do *caput* deste artigo, poderá ser utilizada a medida alternativa de contratação prevista no art. 150, § 1º, deste Decreto, desde que o valor a ser contratado não seja superior ao obtido na consulta eletrônica, garantindo a impessoalidade e a busca pelo melhor preço.

**Art. 151** Excepcionalmente é permitida a contratação direta com fornecedor cuja proposta seja superior ao preço máximo definido para a contratação, desde que ocorram, sem sucesso, as tentativas de negociação previstas nos arts. 151 e 152 deste Decreto, e haja informação técnica acerca da vantajosidade da contratação nessas condições.

**Art. 152** No caso de contratação de serviços em que o procedimento exija apresentação de planilha de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

**Art. 153** Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do *caput* do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser observado o somatório do que for despendido no exercício financeiro, em cada unidade orçamentária, por objetos de mesma natureza ou subelemento de despesa, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º A opção pela contratação direta de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 da Lei Federal nº 14.133/2021, não implica a criação de limites distintos para o somatório previsto neste artigo.

§ 2º Para as unidades orçamentárias que possuem unidades desconcentradas vinculadas, o limite disposto no caput deste artigo será próprio para cada uma, dissociado do órgão à qual se vincula.

§ 3º Os valores referidos no caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

CAPÍTULO VI DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES

**Seção I Do credenciamento**

**Art. 154** O credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em fornecer bens ou prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados, nas hipóteses do art. 79 da Lei Federal 14.133/2021.

**Art. 155** A Administração Pública Municipal deverá adotar o credenciamento sempre que for conveniente e oportuno a prestação do serviço por meio de vários contratados, permitida a possibilidade de credenciamento a qualquer tempo pelo interessado, pessoa física ou jurídica, desde que respeitados os critérios e prazos estabelecidos no edital.

**Art. 156** O credenciamento será realizado mediante edital de chamamento público publicado em Diário Oficial do Município e no Portal Nacional das Contratações Públicas (PNCP), devendo o edital de chamamento permanecer disponível no sítio eletrônico do órgão ou entidade credenciante durante toda sua validade.

§ 1º Caberá ao edital de chamamento público definir:

I - o objeto do credenciamento;

II - as condições de habilitação do credenciado;

III - o valor de eventual contratação e a forma de atualização do preço;

IV - as cláusulas padronizadas do negócio;

V - a vedação ou a possibilidade de subcontratação do objeto mediante autorização da administração; VI - a duração do credenciamento e do negócio dele decorrente, além das hipóteses de prorrogação; VII - o critério objetivo para a forma da distribuição da demanda e a rotatividade entre credenciados, se for o caso;

VIII - a possibilidade de renúncia unilateral sem ônus após o prazo mínimo pré-determinado; IX - a possibilidade ou não de adesão de outros órgãos e entidades à condição de credenciante; X - as hipóteses de descredenciamento do contratado ou outras sanções por descumprimento das regras editalícias.

§ 2º No caso em que houver estabelecimento de valor fixo do objeto contratual pela Administração, deve haver compatibilidade com o valor de mercado, apurado mediante prévia pesquisa de preços.

§ 3º O credenciamento será admitido durante o prazo estabelecido pelo edital, sendo que, para que ocorra a efetiva prestação do serviço ou fornecimento de bens, a Administração deverá proceder com a contratação do credenciado, que somente poderá ocorrer dentro do prazo de validade do credenciamento.

§ 4º Qualquer alteração nas condições de credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.

§ 5º O procedimento de credenciamento será conduzido por agente de contratação ou por comissão especial de credenciamento designada pela autoridade competente.

§ 6º O procedimento de credenciamento poderá ser realizado coordenadamente para atender à demanda de mais de um órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, desde que haja previsão no edital e ajuste prévio ou autorização conjunta dos representantes dos órgãos ou entidades participantes no respectivo processo de credenciamento.

**Art. 157** A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital de credenciamento e neste Decreto.

§ 1º O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade credenciante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

§ 2º O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município, divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão ou entidade credenciante.

**Art. 158** Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto ou item, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

§ 1º O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigências de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

§ 2º Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições exigidas para a habilitação relacionadas às condições de credenciamento e constantes perante o cadastro unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, sob pena de descredenciamento.

**Art. 159** O credenciamento não estabelece a obrigação do órgão ou entidade credenciante em efetivar a contratação, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o credenciante poderá cancelar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital, neste Decreto e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 160** O credenciado que deixar de cumprir as exigências deste Decreto, do edital de credenciamento ou dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 161** O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade responsável pelo credenciamento.

§ 1º A formalização do descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**Art. 162** Após homologação do procedimento de credenciamento, os órgãos ou entidades poderão dar início ao processo de contratação.

**Art. 163** O credenciamento não garante sua efetiva contratação pelo órgão ou entidade interessada na contratação.

Parágrafo único A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.

**Art. 164** A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Decreto e de suas normas complementares, e dos termos da minuta do instrumento contratual ou ordem de serviço, anexa ao respectivo edital.

**Art. 165** A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14. 133/2021 e no edital de credenciamento.

**Art. 166** A divulgação do extrato da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município é condição indispensável para a validade e eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de até 10 (dias) úteis da data de sua assinatura.

**Art. 167** A Administração Pública poderá exigir, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações oriundas do credenciamento.

§ 1º A garantia somente será liberada após a emissão, pelo órgão ou entidade contratante, do termo de recebimento definitivo, com informação, se for o caso, do tempo utilizado para a execução do contrato, desde que não haja pendências do credenciado contratado.

§ 2º No caso da utilização da garantia pelo órgão ou entidade contratante, por terem sido aplicadas penalidades ao credenciado contratado, este será notificado para repor a garantia no montante original, em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão contratual e descredenciamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

**Seção II Da pré-qualificação**

**Art. 168** A administração pública poderá promover a pré-qualificação destinada a identificar:

I - fornecedores que reúnam condições de qualificação técnica exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos; e

II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pela administração pública.

§ 1º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

§ 2º A pré-qualificação de que trata o inciso I do caput deste artigo poderá ser efetuada por grupos ou segmentos de objetos a serem contratados, segundo as especialidades dos fornecedores.

**Art. 169** O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição dos eventuais interessados.

**Art. 170** A pré-qualificação terá validade máxima de 1 (um) ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo.

Parágrafo único A validade da pré-qualificação de fornecedores não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

**Art. 171** Sempre que a administração pública entender conveniente iniciar procedimento de pré-qualificação de fornecedores ou bens, deverá convocar os interessados para que demonstrem o cumprimento das exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

§ 1º A convocação de que trata o caput será realizada mediante:

I - publicação de extrato do instrumento convocatório no Diário Oficial do Município; e

II - divulgação em sítio eletrônico oficial mantido pelo órgão ou entidade.

§ 2º A convocação explicitará as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

**Art. 172** Será fornecido certificado aos pré-qualificados, renovável sempre que o registro for atualizado.

**Art. 173** A administração pública poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, justificadamente, desde que:

I - a convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos pré-qualificados; II - na convocação a que se refere o inciso I do *caput* conste estimativa de quantitativos mínimos que a administração pública pretende adquirir ou contratar nos próximos doze meses e de prazos para publicação do edital; e

III - a pré-qualificação seja total, contendo todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação.

§ 1º O registro cadastral de pré-qualificados deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, anualmente, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.

§ 2º Só poderão participar da licitação restrita aos pré-qualificados os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório:

I - já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação, ainda que o pedido de pré-qualificação seja deferido posteriormente; e

II - estejam regularmente cadastrados.

§ 3º No caso de realização de licitação restrita, a administração pública enviará convite por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento, sendo obrigatória a publicação do convite no Diário Oficial do Município.

**Seção III Do Procedimento de Manifestação de Interesse**

**Art. 174** O Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI será observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado ou público, com a finalidade de subsidiar a administração pública na resolução de questões de relevância pública.

§ 1º A abertura do procedimento previsto no caput é facultativa para a Administração Pública.

§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser aplicado à atualização, complementação ou revisão de projetos, levantamentos, investigações e estudos já elaborados.

§ 3º O PMI será composto das seguintes fases:

I - abertura, por meio de publicação de edital de chamamento público;

II - autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e III - avaliação, seleção e aprovação.

§ 4º O procedimento previsto no caput deste artigo poderá ser restrito a startups, assim considerados os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, de natureza emergente e com grande potencial, que se dediquem à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novos produtos ou serviços baseados em soluções tecnológicas inovadoras que possam causar alto impacto, exigida, na seleção definitiva da inovação, validação prévia fundamentada em métricas objetivas, de modo a demonstrar o atendimento das necessidades da Administração.

**Art. 175** Em âmbito municipal, nos termos do art. 174 da Lei Federal nº 14. 133/2021, os Procedimentos de Manifestação de Interesse serão registrados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem prejuízo da publicação em outros meios eletrônicos.

**Art. 176** A competência para abertura, autorização e aprovação de Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI e recebimento de Manifestação de Interesse Privado - MIP será exercida pela autoridade máxima ou pelo corpo colegiado máximo do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal competente para proceder à licitação do empreendimento ou para a elaboração dos Estudos Técnicos.

**Art. 177** O PMI será aberto mediante chamamento público, a ser promovido pelo órgão ou pela entidade que detenha a competência prevista no art. 178 deste Decreto, de ofício ou por provocação de pessoa física ou jurídica interessada.

Parágrafo único A proposta de abertura de PMI por pessoa física ou jurídica interessada será dirigida à autoridade referida no art. 178 deste Decreto e deverá conter a descrição do projeto, com o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas e do escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos necessários.

**Art. 178** O edital de chamamento público deverá, no mínimo:

I - delimitar o escopo mediante termo de referência, dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e

II - indicar:

a) diretrizes e premissas do projeto que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público; b) prazo máximo e forma para apresentação de requerimento de autorização para participar do procedimento;

c) prazo máximo para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, contado da data de publicação da autorização e compatível com a abrangência dos estudos e o nível de complexidade das atividades a serem desenvolvidas;

d) valor nominal máximo para eventual ressarcimento;

e) critérios para qualificação, análise e aprovação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

f) critérios para avaliação e seleção de projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado autorizadas.

III - divulgar as informações públicas disponíveis para a realização de projetos, levantamentos, investigações ou estudos; e

IV - ser objeto de ampla publicidade, por meio de publicação no Diário Oficial do Município e de divulgação no sítio na internet dos órgãos.

§ 1º Para fins de definição do objeto e do escopo do projeto, levantamento, investigação ou estudo, o órgão solicitante avaliará, em cada caso, a conveniência e a oportunidade de reunir parcelas fracionáveis em um mesmo PMI para assegurar, entre outros aspectos, economia de escala, coerência de estudos relacionados a determinado setor, padronização ou celeridade do processo.

§ 2º A delimitação de escopo a que se refere o inciso I do caput deste artigo, poderá se restringir à indicação do problema a ser resolvido, deixando às pessoas físicas e jurídicas de direito privado a possibilidade de sugerir diferentes meios para sua solução.

§ 3º Poderão ser estabelecidos no edital de chamamento público prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§ 4º O valor nominal máximo para eventual ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos:

I - será fundamentado em prévia justificativa técnica, que poderá basear-se na complexidade dos estudos ou na elaboração de estudos similares; e

II - não ultrapassará, em seu conjunto, dois inteiros e cinco décimos por cento do valor total estimado previamente pela administração pública para os investimentos necessários à implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à operação e à manutenção do empreendimento durante o período de vigência do contrato, o que for maior.

§ 5º O edital de chamamento público poderá condicionar o ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos à necessidade de sua atualização e de sua adequação, até a abertura da licitação do empreendimento, em decorrência, entre outros aspectos, de:

I - alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;

II - recomendações e determinações dos órgãos de controle; ou

III - contribuições provenientes de consulta e audiência pública.

§ 6º No caso de PMI provocado por pessoa física ou jurídica de direito privado, deverá constar do edital de chamamento público o nome da pessoa física ou jurídica que motivou a abertura do processo.

**Art. 179** O requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado conterá as seguintes informações: I - qualificação completa, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica de direito privado e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

a) nome completo;

b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) cargo, profissão ou ramo de atividade;

d) endereço; e

e) endereço eletrônico.

II - demonstração de experiência na realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos similares aos solicitados;

III - detalhamento das atividades que pretende realizar, considerado o escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos definidos na solicitação, inclusive com a apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos;

IV - indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para sua definição; e

V - declaração de transferência à administração pública dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados.

§ 1º Qualquer alteração na qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada ao órgão ou à entidade solicitante.

§ 2º A demonstração de experiência a que se refere o inciso II deste artigo poderá consistir na juntada de documentos que comprovem as qualificações técnicas de profissionais vinculados ao interessado, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 3º Fica facultado aos interessados a que se refere o caput se associarem para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos em conjunto, hipótese em que deverá ser feita a indicação das empresas responsáveis pela interlocução com a administração pública e indicada a proporção da repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.

§ 4º O autorizado, na elaboração de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, poderá contratar terceiros, sem prejuízo das responsabilidades previstas no edital de chamamento público do PMI.

**Art. 180** Qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, denominada de Proponente, poderá apresentar MIP dirigida à autoridade competente, com vistas a propor a abertura de PMI.

Parágrafo único A MIP conterá a descrição do projeto, com o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas e do escopo dos Estudos Técnicos necessários à estruturação de empreendimentos mencionados no art. 176 deste Decreto.

**Art. 181** Recebida a MIP pela autoridade competente, poderá ser iniciada a abertura PMI.

**Art. 182** A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos: I - poderá ser conferida com exclusividade ou a número limitado de participantes, desde que justificado tecnicamente; II - não gerará direito de preferência no processo licitatório do empreendimento;

III - não obrigará o Poder Público a realizar licitação;

IV - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração; e

V - será pessoal e intransferível.

§ 1º A autorização para a realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da administração pública perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

§ 2º Na elaboração do termo de autorização, a autoridade competente reproduzirá as condições estabelecidas na solicitação e poderá especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

**Art. 183** A autorização poderá ser:

I - cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de descumprimento do prazo para reapresentação determinado pelo órgão ou pela entidade solicitante, e de não observação da legislação aplicável;

II - revogada, em caso de:

a) perda de interesse do Poder Público; e

b) desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação ao órgão ou à entidade solicitante por escrito.

III - anulada, em caso de vício no procedimento regulado por este Decreto ou por outros motivos previstos na legislação; ou

IV - tornada sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§ 1º A pessoa autorizada será comunicada da ocorrência das hipóteses previstas no caput deste artigo.

§ 2º Na hipótese de descumprimento dos termos da autorização, caso não haja regularização no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da comunicação, a pessoa autorizada terá sua autorização cassada.

§ 3º Os casos previstos no caput não geram direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

§ 4º Contado o prazo de 30 (trinta) dias da data da comunicação prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo, os documentos eventualmente encaminhados ao órgão ou à entidade solicitante que não tenham sido retirados pela pessoa autorizada poderão ser destruídos.

**Art. 184** O Poder Público poderá realizar reuniões com a pessoa autorizada e quaisquer interessados na realização de chamamento público, sempre que entender que possam contribuir para a melhor compreensão do objeto e para a obtenção de projetos, levantamentos, investigações e estudos mais adequados à realização do interesse público.

**Art. 185** A avaliação e a seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuadas por comissão composta, no mínimo, por 01 (um) servidor de cada órgão a seguir: Secretaria demandante, da Secretaria de Fazenda, Secretaria de Administração.

§ 1º O órgão ou a entidade solicitante poderá, a seu critério, abrir prazo para reapresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados, caso necessitem de detalhamentos ou correções, que deverão estar expressamente indicados no ato de reabertura de prazo.

§ 2º A não reapresentação em prazo indicado pelo órgão ou pela entidade solicitante implicará a cassação da autorização.

§ 3º O grupo coordenará os trabalhos para consolidação da modelagem final, bem como avaliará, do ponto de vista técnico, os critérios definidos no edital de chamamento público ou no instrumento de manifestação de interesse.

**Art. 186** Os critérios para avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos serão especificados no edital de chamamento público e considerarão:

I - a observância de diretrizes e premissas definidas pelo órgão ou pela entidade a que se refere o art. 138 deste Decreto;

II - a consistência e a coerência das informações que subsidiaram sua realização;

III - a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

IV - a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;

V - a demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes; e

VI - o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.

Parágrafo único Na hipótese de autorização exclusiva ou a número limitado de interessados, a seleção deverá considerar um ou mais dos seguintes critérios:

I - experiência profissional comprovada;

II - plano de trabalho; e

III - avaliações preliminares sobre o empreendimento.

**Art. 187** 0s projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados não vincula a administração pública e cabe a seus órgãos técnicos e jurídicos avaliar, opinar e aprovar a legalidade, a consistência e a suficiência dos projetos, levantamentos, investigações e estudos eventualmente apresentados.

**Art. 188** Os projetos, levantamentos, investigações e estudos poderão ser rejeitados:

I - parcialmente, caso em que os valores de ressarcimento serão apurados apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual licitação; ou

II - totalmente, caso em que, ainda que haja licitação para contratação do empreendimento, não haverá ressarcimento pelas despesas efetuadas.

Parágrafo único Na hipótese de a comissão entender que nenhum dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados atenda satisfatoriamente à autorização, não selecionará qualquer deles para utilização em futura licitação, caso em que todos os documentos apresentados poderão ser destruídos se não forem retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação da decisão.

**Art. 189** O órgão ou a entidade solicitante publicará o resultado do procedimento de seleção nos meios de comunicação oficiais.

**Art. 190** Os projetos, levantamentos, investigações e estudos somente serão divulgados após a decisão administrativa, nos termos do § 3º do art. 7º da Lei Federal nº 12.527/2011.

**Art. 191** Concluída a seleção dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos, aqueles que tiverem sido selecionados terão os valores apresentados para eventual ressarcimento, apurados pela comissão.

§ 1º Caso a comissão conclua pela não conformidade dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados com aqueles originalmente propostos e autorizados, deverá arbitrar o montante nominal para eventual ressarcimento com a devida fundamentação.

§ 2º O valor arbitrado pela comissão poderá ser rejeitado pelo interessado, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, os quais poderão ser destruídos se não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de rejeição.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, fica facultado à comissão selecionar outros projetos, levantamentos, investigações e estudos entre aqueles apresentados.

§ 4º O valor arbitrado pela comissão deverá ser aceito por escrito, com expressa renúncia a outros valores pecuniários.

§ 5º Concluída a seleção de que trata o caput, a comissão poderá solicitar correções e alterações dos projetos, levantamentos, investigações e estudos sempre que tais correções e alterações forem necessárias para atender a demandas de órgãos de controle ou para aprimorar os empreendimentos.

**Art. 192** Os valores relativos a projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados, nos termos deste Decreto, serão ressarcidos à pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que os projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados tenham sido efetivamente utilizados no certame.

Parágrafo único Em nenhuma hipótese, será devida qualquer quantia pecuniária pelo Poder Público em razão da realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

**Art. 193** O edital do procedimento licitatório para contratação do empreendimento de que trata o art. 137 deste Decreto conterá obrigatoriamente cláusula que condicione a assinatura do contrato pelo vencedor da licitação ao ressarcimento dos valores relativos à elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos utilizados na licitação.

**Seção IV Do Sistema de Registro de Preços**

**Art. 194** O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características da obra, bem ou serviço, houver necessidade permanente ou frequente de contratações;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelos órgãos da Administração.

**Art. 195** Poderá ser realizado licitações para registro de preços de produtos e serviços corporativos, assim considerados aqueles cujos objetos sejam demandados por todos ou pela maioria dos órgãos do Poder Executivo Municipal, em especial os seguintes:

I - telefonia fixa e móvel;

II - limpeza e conservação;

III – combustível;

IV - manutenção de veículos;

V - material de expediente;

Parágrafo único. Poderá também a gestão pública realizar licitação para registro de preços para objetos específicos às suas necessidades e que não se enquadrem nos incisos do caput deste artigo.

**Subseção I Das competências do órgão gerenciador**

**Art. 196** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, notadamente:

I - registrar sua Pesquisa de Quantitativo no Portal de Compras;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório; IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

V - realizar o procedimento licitatório;

VI - gerenciar a Ata de Registro de Preços;

VII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

VIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo único O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades relativas aos procedimentos para formação do registro de preços.

**Subseção II Da licitação para registro de preços**

**Art. 197** A licitação para registro de preços poderá ser precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado nos casos dos art. 36, § 1º, da Lei federal nº 14.133/2021, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária ou qualquer outra informação da origem dos recursos orçamentários, que somente serão exigidas para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**Art. 198** O órgão gerenciador, sempre que possível técnica e economicamente, deverá dividir a quantidade total do item em lotes para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

**Art. 199** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais da Lei federal nº 14.133/2021 e deverá dispor sobre:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - quantidades máximas que poderão ser adquiridas pelo órgão gerenciador e participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões carona;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens e unidades de medida, no caso de serviços;

V - prazo de validade do registro de preço;

VI - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VII - minuta da Ata de Registro de Preços como anexo;

VIII - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo.

IX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

X - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

XI - as condições para alteração de preços registrados;

XII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação; XIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

XIV - as hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços e suas consequências.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço ou o maior desconto aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Procuradoria do Município.

§ 5º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 6º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos para pesquisa de preços neste Decreto, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

§ 7º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores; II - no caso de alimento perecível;

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

§ 8º Nas situações referidas no § 7º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

§ 9º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - definição do período de validade do registro de preços;

V - inclusão, em Ata de Registro de Preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original; e

VI - haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

§ 10 Poderá ser realizado o Registro de Preços mediante contratação direta, compreendidas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, observadas as seguintes regras:

I - a administração poderá realizar o procedimento quando o objeto atender todos ou a maioria dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal;

II - quando o objeto atender apenas um órgão ou entidade, a administração deverá autorizar previamente o procedimento;

III - aplica-se à contratação direta para registro de preços, no que couber, as regras da pesquisa de demanda, formalização e gestão da ata de registro de preços previstas nas demais subseções; IV - é vedada a adesão carona em atas de registro de preços originadas de contratação direta; V - a ata de registro de preços oriunda de contratação direta terá vigência de até 1 (um) ano, vedada a prorrogação; VI - a administração poderá regulamentar, por instrução normativa, os procedimentos para registro de preços por contratação direta de que trata este artigo.

**Subseção III Do registro de preços e da validade da ata**

**Art. 200** Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições: I - serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no jornal oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

Parágrafo único Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**Art. 201** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

§ 1º O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

§ 2º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

§ 3º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto nos art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 5º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

§ 6º A ata de registro de preços se encerra com o término da sua vigência ou com a contratação da totalidade do objeto nela registrado.

**Subseção IV Da assinatura da Ata de Registro de Preços e da contratação com fornecedores registrados**

**Art. 202** A Ata de Registro de Preços:

I - serão registrados todas as adesões, eventuais alterações, requerimentos, solicitações e decisões relacionadas ao registro de preços;

II - será publicada no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas através de extrato que contenha, no mínimo:

a) a identificação das partes;

b) a descrição dos itens registrados e respectivos valores;

c) a data de assinatura;

d) o período de validade do registro.

III - terá, como anexos obrigatórios, cópias:

a) do edital e seus anexos, inclusive alterações posteriores;

b) da proposta atualizada da empresa a ser registrada, apresentada na licitação;

c) da decisão que homologou a licitação.

IV - deverá ser disponibilizada, inclusive com seus anexos, em meio eletrônico acessível ao público.

**Art. 203** Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

Parágrafo único É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**Art. 204** A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único A recusa injustificada do fornecedor classificado assinar a ata dentro do prazo previsto, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**Art. 205** Os órgãos ou entidades participantes da ARP formalizarão a contratação de fornecedores registrados por meio de Instrumento Simplificado de Formalização da Demanda, dispensada a elaboração de termo de referência, devendo a instrução processual ser realizada com os seguintes documentos:

I - Instrumento Simplificado de Formalização da Demanda que indicará o edital da licitação que originou a ata de registro de preços e a data da sua vigência, bem como a indicação do objeto contratado, a justificativa técnica para a contratação, o quantitativo a ser utilizado, a indicação da dotação orçamentária, a indicação da forma de fiscalização da execução contratual com a indicação de fiscal de contrato titular e substituto, se já definido, e autorização da autoridade do órgão;

II - comprovantes de que a empresa mantém os requisitos de habilitação;

III - nota de empenho;

IV - a ordem de utilização da ata emitida pelo órgão gerenciador via Sistema de Aquisições.

§ 1º A dispensa para realização de pesquisa de preço prevista no art. 61 deste Decreto não afasta o dever de cuidado do agente público de buscar vantajosidade em casos de notória variação de preços no mercado.

§ 2º Quando não houver a indicação de fiscal de contrato titular e substituto no Instrumento Simplificado de Formalização da Demanda, essa indicação deve ser formalizada em documento específico ou na minuta de contrato.

§ 3º Na instrumentalização do processo é dispensada a juntada de cópias do edital, da ata de registro de preços e demais documentos que possam ser certificados no Instrumento Simplificado de Formalização da Demanda quando tais documentos puderem ser acessados por hiperlink de acesso à publicação na internet.

§ 4º A simplificação prevista no parágrafo anterior não dispensa o contratante de fazer constar no contrato a indicação do fiscal titular e substituto, a forma de execução ou entrega do objeto contratado.

**Subseção V Da revisão e do cancelamento dos preços registrados**

**Art. 206** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Parágrafo único O equilíbrio econômico-financeiro também será restabelecido no caso das contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**Art. 207** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Art. 208** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**Subseção VI Da utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidades não participantes**

**Art. 209** A ata de registro de preços, durante sua vigência e desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, que exigirá:

I - solicitação formal de utilização, com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados; II - comprovação da concordância da empresa registrada em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes, independente da utilização ou não do quantitativo registrado.

§ 1º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 2º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo:

I - são independentes e não afetam os quantitativos registrados dos órgãos participantes; II - não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - o quantitativo decorrente das adesões caronas à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 3º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 4º O órgão não participante, em seu processo de contratação, deverá justificar a vantajosidade, demonstrando que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado exceto em atas de registro de preços com data de assinatura inferior a 06 meses.

§ 5º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**Art. 210** Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal poderão utilizar atas de Registro de Preços de outros poderes, órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

§ 1º O encaminhamento dos autos para autorização deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento da ata a ser aderida.

**Subseção VII Do gerenciamento e execução**

**Art. 211** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão contratar por adesão à Ata de Registro de Preços em vigor após a autorização prévia e expressa do gerenciador da ata.

Parágrafo único A contratação por Registro de Preços está adstrita às quantidades planejadas e encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes do Registro de Preços, ressalvada a possibilidade de adesão carona, na forma disciplinada neste Decreto.

**Art. 212** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle, administração do Sistema de Registro de Preços e autorização expressa e prévia para compra e ainda os seguintes:

I - solicitar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, inclusive indicando o objeto a ser licitado, aos órgãos e entidades para participarem do Registro de Preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos preços de referência;

V - realizar todo o procedimento licitatório;

VI - promover a publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas, após assinatura por fornecedor e autoridade competente, bem como arquivar em autos próprios e disponibilizar em meio eletrônico;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços e decidir sobre as adesões, sempre que solicitadas oficialmente, para atendimento às necessidades da Administração e nos limites da quantidade demandada por cada participante na fase interna da licitação;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços e coordenar, com os órgãos e entidades participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados;

X - registrar, nas Atas de Registro de Preços, os órgãos e entidades participantes, a marca do bem, o seu preço unitário, a quantidade total registrada, a unidade de compra, o prazo para entrega e outros requisitos necessários;

XI - arquivar os processos licitatórios que originarem o Registro de Preços de obras, bens, serviços e locações de bens móveis;

XII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, quando em fase anterior à assinatura de contrato ou instrumento equivalente com órgão ou entidade.

**Art. 213** Os órgãos ou entidades da Administração serão responsáveis pela manifestação de intenção em participar do Registro de Preços e deverão:

I - providenciar o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte;

II - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no Registro de Preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório.

**Art. 214** Após a disponibilização da Ata de Registro de Preços, cabe ao órgão ou entidade promotora da contratação:

I - informar ao órgão gerenciador sobre necessidade de contratação, a fim de obter os respectivos quantitativos, valores e prazos a serem contratados, observada a exigência do art. 3º deste decreto vedada a elaboração e assinatura do contrato após o término da vigência da Ata de Registro de Preços;

II - emitir o empenho relativo à contratação e realizar os pagamentos nos prazos previstos no edital de licitação;

III - assegura quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;

IV - zelar, após receber a autorização expressa, pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas;

V - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços, ou executá-lo nos termos da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo único Cabe ao órgão contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**Art. 215** O órgão demandante da licitação poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega, de prestação dos serviços ou execução da obra.

§ 1º No caso de serviços, a divisão dar-se-á em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual, o cumprimento do princípio da padronização e a facilidade de gerenciamento contratual.

**Art. 216** Compete à autoridade competente do órgão gerenciador a homologação da licitação para Registro de Preços.

**Art. 217** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a prorrogação de contrato vigente, caso seja possível, ou a realização de aquisição específica para o objeto pretendido, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, desde que garantida a vantajosidade econômica.

§ 1º A contratação por preços acima dos registrados será nula, podendo o agente público, responsável pelo ato, ser sancionado.

**Art. 218** Todos os Órgãos na esferas de Administração poderão participar da licitação para Registro de Preços, desde que comprovada a vantagem, a partir do encaminhamento de suas demandas anteriores ao pleito licitatório, que passarão a integrar o quantitativo a ser licitado.

**Subseção VIII Das alterações**

**Art. 219** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei de Licitações e Contratos e as constantes neste Decreto.

**Art. 220** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, além da demonstração em planilhas de custos.

Parágrafo único O equilíbrio econômico-financeiro também será reestabelecido no caso das contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**Art. 221** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

Parágrafo único Deferido o pedido pela autoridade competente, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

**Art. 222** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**Art. 223** Constatado pelo órgão gerenciador que o preço registrado em Ata de Registro de Preços vigente está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada nos moldes deste Decreto, o órgão gerenciador solicitará formalmente à empresa registrada a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

§ 1º A modificação do preço registrado, realizada com base no caput deste artigo, será realizada por aditivo à Ata de Registro de Preços.

§ 2º Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o órgão gerenciador poderá rescindir a Ata de Registro de Preços e convocar formalmente, pelo preço exigido da empresa registrada anteriormente, as demais empresas classificadas e habilitadas na licitação, na ordem de classificação, até que se registre novo preço ou, fracassada a negociação, seja revogada a ata e iniciada nova licitação.

§ 3º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**Art. 224** Poderá ser alterado o produto registrado na Ata de Registro de Preços, a requerimento da empresa registrada, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anterior, nas condições pactuadas, e seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, sem acréscimos financeiros.

§ 1º A alteração do produto registrado de que trata o art. anterior não poderá acarretar vantajosidade financeira desproporcional ao contratado, comprovada por meio de pesquisa de preço.

§ 2º A substituição de produto, ainda que temporária, deverá ser registrada por aditivo.

**Art. 225** A alteração da Ata de Registro de Preços, em decorrência de revisão, renegociação ou substituição de produto deverá ser:

I - previamente submetida à análise técnica e jurídica;

II - formalizada por aditamento, a ser assinado pelos representantes da empresa registrada e da autoridade superior;

III - registrada nos autos da ata e no sistema eletrônico de gerenciamento da ata;

IV - publicada no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

§ 1º Iniciado o procedimento de alteração da Ata, ficarão suspensas as solicitações não concluídas de adesão do item ou lote a que se referir, até a decisão da autoridade competente:

I - no caso de alteração, a suspensão terminará com a respectiva publicação, e as adesões solicitadas observarão as novas condições de fornecimento ou prestação do serviço;

II - não realizada a alteração da ata, os pedidos de adesão terão prosseguimento imediatamente após à decisão e nos termos pactuados anteriormente, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 2º A alteração da Ata de Registro de Preços produzirá efeitos somente quanto às adesões solicitadas após o início do procedimento de alteração.

§ 3º A empresa registrada poderá solicitar aos órgãos e entidades cujos contratos decorreram da Ata de Registro de Preços que a alteração desta produza efeitos sobre as obrigações contratuais, nos mesmos termos da ata, caso em que:

I - deverão ser seguidos os mesmos procedimentos indicados nos incisos I a IV do caput deste artigo, com as adequações aplicáveis à execução contratual;

II - caberá ao representante do órgão ou entidade decidir sobre o pedido;

III - a decisão produzirá efeitos a partir do momento em que a empresa registrada estava sujeita ao cumprimento de encargos diferentes dos pactuados inicialmente, mas nunca antes do pedido de alteração da ata.

§ 4º A autoridade superior poderá liberar a empresa registrada do compromisso assumido quando esta informar formalmente e comprovar a efetiva impossibilidade de cumprimento, não sendo sujeita à sanção se comunicar o fato antes do pedido de fornecimento do órgão ou entidade.

**Subseção IX Do cancelamento**

**Art. 226** A empresa registrada terá o seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado

IV - for declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração.

§ 1º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput deste artigo será formalizado por decisão da autoridade superior, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

**Art. 227** O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique ou impeça o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

**Seção V Do registro cadastral**

**Art. 228** A Administração Pública Municipal poderá utilizar o sistema de registro cadastral.

§ 1º A licitação restrita a fornecedores cadastrados aplica-se nas seguintes hipóteses:

I - aos casos de inversão de fases, em que a análise da habilitação antecede o julgamento das propostas;

II - cadastramento total;

III - o objeto da licitação comportar a fixação de requisitos de habilitação disponíveis no cadastro;

IV - prévia definição dos requisitos de habilitação;

V - motivação da decisão administrativa de condicionar a participação ao cadastramento.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do § 1º deste artigo, entende-se por cadastramento total aquele em que a integralidade dos requisitos de habilitação pode ser avaliada mediante a documentação disponível no cadastro unificado.

§ 3º O Certificado de Registro Cadastral, com situação regular, substituirá a apresentação da documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômica, nos certames licitatórios.

§ 4º A manutenção da regularidade cadastral será aferida em duas situações: I - atualização cadastral quando houver o vencimento de certidões, balanço ou quaisquer alterações; II - renovação cadastral quando houver o vencimento do prazo de um ano do Certificado de Registro Cadastral.

**Art. 229** Os editais de licitação para as contratações referidas no § 1º do art. 233 deste Decreto, deverão conter cláusula permitindo a comprovação da regularidade fiscal, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica por meio de cadastro no Cadastro Geral de Fornecedores - CGF.

§ 1º Para a habilitação regulamentada neste Decreto, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento no CGF.

§ 2º O cadastramento pode ser realizado a qualquer tempo junto ao setor de licitação.

§ 3º As informações referentes à condição individual do inscrito podem implicar suspensão ou cancelamento do registro, sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo que assegure o exercício do contraditório e ampla defesa.

**Art. 230** O registro de fornecedor no CGF terá vigência de um ano, ressalvado o prazo de validade da documentação apresentada para fins de atualização no sistema, a qual deverá ser reapresentada, periodicamente, conforme norma específica, objetivando sua regularidade cadastral.

Parágrafo único O cadastro poderá ser alimentado de ofício quanto às informações provenientes da própria Administração Pública.

**Art. 231** Sempre que possível, deverão ser incluídas no cadastro informações quanto ao desempenho do particular na execução dos contratos administrativos.

Parágrafo único Para fins do disposto no caput deste artigo, a certificação deverá ser realizada por organização independente quanto à conclusão do objeto do contrato, nos termos do art. 17, § 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Seção VI Pontuação técnica de desempenho pretérito na execução de contratos**

**Art. 232** Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

**TÍTULO IV DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

CAPÍTULO I DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

**Art. 233** Os Contratos Administrativos firmados sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser formalizados e regidos com observância das cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, a teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**Art. 234** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - contratações cujo valor não ultrapasse o limite para dispensa de licitação em razão de valor; II - compras com entrega imediata e integral dos

bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor;

III - contratação de serviços para execução imediata e integral dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Considera-se entrega ou execução imediata aquela com prazo de conclusão de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da respectiva ordem de serviço ou fornecimento.

§ 2º À s hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º Nos contratos em que houver a exigência de garantia contratual, somente depois que esta for prestada o gestor poderá emitir a ordem de fornecimento ou a ordem de serviço, salvo justificativa expressa juntada ao processo do respectivo contrato.

**Art. 235** Os contratos e seus aditivos deverão ter forma escrita e serão assinados, podendo ser formalizados física ou eletronicamente.

§ 1º Os contratos deverão ser juntados ao processo que originou a contratação, exceto nas licitações para registro de preços e credenciamento, quando formarão autos próprios.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento que sejam executadas imediatamente e sem obrigações futuras, como assistência técnica, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), e os realizados sob regime de adiantamento.

§ 3º O valor previsto no parágrafo anterior será atualizado pelo Poder Executivo Federal, nos termos dos arts. 95 e 182 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 236** Os contratos e seus aditivos serão divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial da contratante e no Portal Nacional de Compras Públicas assim que estiver apto ao uso.

§ 1º Admite-se a manutenção em sigilo de contratos e aditamentos nos termos da legislação que regula o acesso à informação e diante de cláusula de confidencialidade empresarial, mediante justificativa específica em cada caso.

§ 2º Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

**Art. 237** Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público.

**Art. 238** Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, a inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

§ 1º A verificação da inexistência de sanções vigentes impeditivas para licitar ou contratar com a Administração Pública deve ser feita mediante pesquisa nos seguintes órgãos ou cadastros:

I - Tribunal de Contas da União - TCU;

II - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE;

III - Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG;

IV - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso - CGE;

V - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

§ 2º Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá comprometer-se a manter, durante todo o período de vigência contratual, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e rescisão contratual.

**Art. 239** Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada , o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

§ 1º Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o caput deste artigo incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

§ 2º É facultado à Administração Pública deixar de exigir a cessão de direitos a que se refere o caput deste artigo quando o objeto da contratação envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação, considerados os princípios e os mecanismos instituídos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

§ 3º Na hipótese de posterior alteração do projeto pela Administração Pública, o autor deverá ser comunicado, e os registros serão promovidos nos órgãos ou entidades competentes.

CAPÍTULO II DO CONTRATO

**Art. 240** O Contrato administrativo deverá ser redigido com clareza e precisão e deverá conter, obrigatoriamente:

I - nome das partes e de seus representantes;

II - finalidade;

III - ato autorizativo;

IV - número do processo da licitação ou contratação direta;

V - obrigatoriedade de sujeição dos contratantes às regras da Lei Federal nº 14.133/2021 e às suas cláusulas; VI - condições de execução.

§ 1º São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento; VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso, discriminará a faixa de variação de preço de mercado a partir da qual se considera que há desequilíbrio contratual para fins de deferimento de revisão, desde que presente os demais requisitos;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social para aprendiz e egressos;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

XX - o termo inicial para o cômputo da anualidade da repactuação e do reajuste, bem como o índice que comporá a base de cálculo deste.

XXI - a opção dos contratantes pela adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

§ 2º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do chefe do Poder Executivo;

III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

§ 3º Os contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra deverão prever prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, que será contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, e não superior a 90 (noventa) dias.

§ 4º A matriz de risco poderá ser dispensada mediante decisão fundamentada quando:

I - a análise pormenorizada dos riscos for incompatível com a natureza do objeto ou as características de execução do contrato;

II - for dispensada a realização do ETP.

§ 5º Será dispensada a elaboração de matriz de riscos quando a modalidade escolhida for o pregão, ressalvado o pregão relativo a serviços de engenharia.

**Art. 241** É vedada a inclusão, nos editais e instrumentos contratuais, de disposições que permitam:

I - indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custo, ressalvada a possibilidade de reajuste e revisão;

II - caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão-de-obra;

III - previsão de reembolso de salários pela contratante;

IV - subordinação de empregados da contratada à administração da contratante.

**Art. 242** Os contratos administrativos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 terão sua duração estabelecida no edital de licitação, respeitando os prazos e condições dispostos nos artigos 105 a 114 da Lei, devendo ser fixada expressamente no instrumento de contrato ou documento equivalente.

**Art. 243** O Contrato deverá distinguir:

a) prazo de execução: prazo que o contratado dispõe para executar a sua obrigação;

b) prazo de vigência: prazo do contrato, contado do momento em que ele é considerado apto a produzir efeitos até que todos os seus efeitos sejam consumados, inclusive recebimento e pagamento por parte da empresa, excetuando-se o prazo de garantia técnica.

**Art. 244** De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

**Art. 245** Os contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, deverão conter cláusula que estabeleça que a medição será mensal.

CAPÍTULO III DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

**Seção I Disposições gerais**

**Art. 246** A administração convocará o licitante vencedor para assinar o contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, termo de referência ou documento similar, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

§ 2º A recusa injustificada do licitante vencedor em celebrar o contrato no prazo ou nas condições estabelecidas no edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida no certame licitatório, sujeitando-o às penalidades legais e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

§ 3º Transcorrido o prazo citado neste artigo sem a assinatura do contrato pelo primeiro colocado ou quando, no ato da assinatura, o vencedor não apresentar as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, poderá a Administração, respeitada a ordem de classificação, convocar os licitantes remanescentes para assinar o instrumento contratual ou aquele que vier a substituí-lo, desde que este aceite manter a proposta e as condições do primeiro convocado.

§ 4º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem a convocação da administração para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

§ 5º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 3º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 6º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 3º e 5º deste artigo.

**Seção II Contratos e termos aditivos na forma eletrônica**

**Art. 247** Os contratos e termos aditivos celebrados no âmbito da Administração Pública Municipal, direta, poderão adotar, preferencialmente, a forma eletrônica.

Parágrafo único Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como:

I - qualificada, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020; ou

**Art. 248** Todos os atos administrativos podem ser assinados por assinatura digital ou eletrônica.

CAPÍTULO IV DO PREPOSTO

**Art. 249** O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

§ 1º A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

§ 2º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim onde deverá constar no instrumento contratual o endereço eletrônico da empresa contratada.

§ 3º O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 4º A depender da natureza dos serviços, poderá ser exigida a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto, bem como pode ser estabelecido sistema de escala semanal ou mensal.

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

**Art. 250** As contratações deverão cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, nas regulamentações do Município e nos dispositivos contratuais específicos.

**Art. 251** Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**Art. 252** Os contratos deverão ser assinados e, preferencialmente, juntados nos autos do procedimento licitatório que o originaram, exceto nas licitações para registro de preços e no credenciamento, quando formarão autos próprios e divulgados de acordo com o que determina os arts. 296 e 297 deste Decreto.

Parágrafo único A administração divulgará, no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas, o extrato dos contratos celebrados, no prazo previsto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo a descrição do objeto, valor contratado, partes contratantes, número do processo administrativo e prazo para execução, se houver.

**Art. 253** Serão registradas nos mesmos autos do contrato todas as ocorrências que se relacionarem à sua execução, inclusive:

I - recebimento de produtos ou serviços;

II - pagamentos;

III - alterações;

IV - prorrogações;

V - rescisões;

VI - extinções.

§ 1º A operacionalização e o controle da execução contratual deverão ser realizados pela administração pública.

**Art. 254** É dever do contratado cumprir todas os dispositivos legais e contratuais, devendo ainda:

I - manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;

II - substituir, corrigir ou refazer objetos prestados de forma inadequada;

III - manter preposto para representá-lo na execução do objeto contratual, bem como endereço de e-mail atualizado por meio do qual se estabelecerá comunicação e receberá notificações;

IV - responsabilizar-se por danos causados à administração ou a terceiros em decorrência de vício do objeto contratual ou sua execução;

V - responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo único A não manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual não permite a retenção do pagamento devido à contratada por serviços já prestados ou produtos já entregues e recebidos, com exceção dos contratos de terceirização de serviços, nos quais será admitida a retenção de pagamento para garantir o pagamento dos trabalhadores vinculados à prestação do serviço.

**Art. 255** Será possível a subcontratação do objeto contratual quando cumulativamente:

I - não houver vedação de subcontratação no edital e respeitados eventuais limites nele indicados;

II - o subcontratado possuir capacidade técnica para execução dos serviços subcontratados, além de cumprir condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista;

III - o subcontratado ou seus dirigentes não possuírem vínculo com o dirigente do órgão licitante, pregoeiro, agente de licitação, fiscal ou gestor do contrato, nem forem parente até o terceiro grau desses agentes públicos.

§ 1º Ficam vedadas a subcontratação da totalidade do objeto, a subcontratação da parcela que tenha sido critério de comprovação da qualificação técnica, quando da realização do procedimento de contratação, ou a subcontratação total ou parcial do prestador de notória especialidade quando escolhido diretamente em virtude de inexigibilidade de licitação.

§ 2º Não se aplica o disposto no §1º deste artigo na hipótese de subcontratação do objeto pela seguradora para conclusão do objeto na forma do art. 102 da Lei 14.133/2021.

**Art. 256** Cabe ao contratado propor a subcontratação por meio de petição fundamentada dirigida ao gestor e devidamente acompanhada da indicação do subcontratado e sua documentação, cabendo à administração decidir fundamentadamente sobre o pedido.

Parágrafo único A subcontratação não exonera o contratado da responsabilidade pela execução de todo o objeto contratual na forma e no prazo previsto em contrato.

**Art. 257** Das decisões tomadas na execução contratual caberá recurso, nos prazos especificados na Lei Federal nº 14.133/2021. Nas situações não disciplinadas na referida norma, serão aplicados forma e prazo disciplinados na Lei de Processo Administrativo do Município.

CAPÍTULO VI DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

**Art. 258** Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n. 14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

Parágrafo único A planilha de custos será submetida a análise técnica de servidor ou órgão responsável.

**Art. 259** Independentemente do prazo, os contratos deverão conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado ou, nos casos de contratações diretas, à data de assinatura do contrato.

§ 1º Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 2º A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

**Art. 260** Reajuste é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação ordinária de preços através da aplicação de índice inflacionário geral ou setorial previamente definido em contrato, que ocorrerá nos contratos em que não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.

§ 1º Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano do termo inicial definido em contrato na forma do *caput* do art. 266, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial contratualmente definido.

§ 2° O deferimento do reajuste acima descrito somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste.

§ 3º O preço poderá ser reajustado novamente somente após 12 (doze) meses do anterior, incidindo sobre o valor atualizado do contrato.

§ 4º Nos reajustes subsequentes o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste será a data a que o reajuste anterior tiver se referido.

§ 5º São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

§ 6° A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

§ 7º Excepcionalmente, na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

**Art. 261** Repactuação é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação ordinária no contrato cujo objeto seja serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais.

§ 1º Os custos referentes à mão de obra tomarão por base o acordo, convenção ou dissídio a que o contrato está vinculado, ao passo que os insumos poderão observar índice que reflita a alteração de mercado.

§ 2º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

§ 3° O deferimento do pedido de repactuação contratual, protocolado antes do término da vigência do contrato, garante o pagamento da recomposição de preço ainda que após o término contratual.

§ 4º A repactuação dos custos referentes à mão de obra deverá observar o intervalo mínimo de 1 (um) ano, contado da data do Acordo ou Convenção Coletiva a que se refere a apresentação da proposta.

§ 5º No que tange aos insumos, a repactuação deverá observar os termos do artigo anterior.

§ 6º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 7º As repactuações não solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação ou o seu encerramento, sem prejuízo das futuras repactuações.

§ 8º Nos casos em que o acordo ou convenção coletiva for celebrado e registrado com referência a data-base anterior à prorrogação ou ao término do contrato, não se aplica o previsto no parágrafo anterior, permitindo-se a aplicação de efeitos retroativos à mencionada data-base.

**Art. 262** Revisão é a recomposição do equilíbrio econômico financeiro alterado em decorrência de variação extraordinária de preços.

**Art. 263** Cabe ao contratado fazer requerimento fundamentado que indique o fato extraordinário imprevisível e desequilíbrio de preços e insumos, este último devidamente acompanhado de documentação comprobatória da variação de preços.

Parágrafo único Não será concedida revisão que esteja fundamentada em sinistro previsto na matriz de riscos como de responsabilidade do contratado, nos moldes do art. 22, § 2º, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 264** Protocolado o pedido, caberá ao Contratante confirmar a ocorrência de fato extraordinário, bem como realizar nova pesquisa de preços atualizada.

**Art. 265** Os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços realizada pelo contratante nos moldes do artigo anterior, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta com aquele vigente no mercado à época da licitação ou contratação direta.

**Art. 266** Constatado pelo contratante que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada nos moldes deste decreto, solicitará formalmente ao contratado a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado, observado o disposto no artigo anterior.

**Art. 267** Os pedidos de revisão, repactuação ou reajuste dos preços contratados passarão por análise contábil e jurídica do contratante, cabendo ao representante do órgão ou entidade contratante a decisão sobre o pedido.

**Art. 268** Deferido o pedido pela autoridade competente, a revisão será registrada por aditamento ao contrato, e o reajuste ou repactuação mediante apostilamento.

§ único O apostilamento não será submetido a parecer jurídico.

**Art. 269** Poderá ser substituído a marca/modelo do produto objeto do contrato, a requerimento do Contratado, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do contratado.

§ 1º Caberá ao Contratado demonstrar a equivalência entre os produtos, e ao Contratante a aceitação de maneira formal, após a manifestação do fiscal.

§ 2º A substituição da marca/modelo, ainda que temporária, não constitui alteração do objeto contratual, mas deverá ser formalizada através de aditivo.

**Art. 270** Os registros e alterações do contrato, em decorrência de revisão, renegociação, alteração, reajuste e repactuação apostilados do objeto, deverão ser:

I - previamente submetida à análise técnica e jurídica;

II - formalizada por aditamento ou apostilamento, conforme o caso, e ser assinado pelos representantes do contratado e do contratante;

III - registrada nos autos do contrato e, se houver, no sistema eletrônico de gerenciamento contratual; IV - publicada no Portal Nacional de Compras Públicas.

Parágrafo único Prescindem de encaminhamento individualizado à Procuradoria Municipal as alterações contratuais objeto de pareceres referenciais ou atos normativos, bem como o reajuste e repactuação apostilados conforme previsão contratual, salvo dúvida específica.

**Art. 271** Os contratos firmados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal poderão ser alterados, mediante termo aditivo, nos casos previstos no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º As alterações, sejam qualitativas ou quantitativas, devem ser precedidas de devida justificativa e análise jurídica, e serem autorizadas pela autoridade competente.

§ 2º O termo aditivo poderá ser único e deverá ser juntado ao processo originário até o final da obra, serviço ou compra.

§ 3º Sendo as alterações relativas a contratos de obras e serviços de engenharia, e decorrentes de falhas de projeto, caberá à autoridade superior do Órgão Contratante, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade do responsável técnico, bem como adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 4º Ocorrendo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado, que obste a execução do contrato de obras e serviços de engenharia, poderá o Contratado pleitear o equilíbrio econômico-financeiro nos termos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14. 133/2021.

**Art. 272** Nas alterações unilaterais com base no inciso I do caput do art. 124 da Lei Geral de Licitações: I - o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, excluída sempre desse cálculo a parcela de eventual reajustamento.

II - não poderá resultar na transfiguração do objeto da contratação.

III - deverá ser apresentado pela área solicitante fato ou motivo superveniente que justifique a necessidade de ampliação do objeto.

§ 1º Para efeitos dos limites do inciso I do caput deste artigo, é vedada a compensação entre acréscimos e supressões, salvo o restabelecimento total ou parcial de quantitativo inicialmente previsto, desde que observadas as mesmas condições e preços inicialmente pactuados.

§ 2º No caso do inciso III do caput deste artigo, quando não houver fato ou motivo superveniente, sendo a necessidade decorrente de possível falha de planejamento, o aditivo poderá ser formalizado desde que haja justificativa de interesse público específica ratificada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 3º Na hipótese de o contrato reunir mais de um lote licitado no mesmo certame, o cálculo do acréscimo deverá ser feito com base no valor total do lote, ainda que o valor global do contrato tenha valor superior.

§ 4º A previsão do parágrafo anterior não impede que haja acréscimos em quantitativos dos itens em cada lote, com a utilização do acréscimo do valor global do contrato, nos casos em que houver concordância do contratado e sejam verificadas as seguintes situações concomitantes:

I - houver justificativa de que os diferentes lotes referem-se ao mesmo objeto com especificações distintas; II - houver justificativa de que o acréscimo não afeta a higidez do procedimento licitatório ou da pesquisa de preço e da razão da escolha do fornecedor quando o contrato for decorrente de contratação direta; e

III - não seja ultrapassado o limite de acréscimo de até 3 (três) vezes mais que o quantitativo de itens por lote inicialmente contratado, respeitados também os limites de valores previstos no *caput* deste artigo.

§ 5º A previsão do parágrafo anterior não se aplica a contratos de obras e serviços de engenharia.

§ 6º Os autos deverão ser instruídos com parecer técnico da área técnica e cronograma físico-financeiro, se for o caso.

§ 7º Exceto nos casos de prorrogação contratual, os processos administrativos para realização de aditivos contratuais estarão dispensados da demonstração da vantajosidade, considerada como válida para tal aditivo a pesquisa de vantajosidade realizada para a contratação original, bem como a pesquisa determinada pelo art. 289, § 1º, deste Decreto, salvo se houver notória alteração posterior das condições de mercado ou de preço.

**Art. 273** Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento.

**Art. 274** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Parágrafo único Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa, a diferença a que se refere o caput poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma deste Decreto, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

**Art. 275** Nos casos de supressão de obras, bens ou serviços, sendo constatado pelo Fiscal que os materiais foram adquiridos e colocados no local dos trabalhos pelo Contratado, a Administração pagará os custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, sem prejuízo da indenização por outros danos eventualmente decorrentes, desde que regularmente comprovados.

**Art. 276** Em havendo aumento ou diminuição dos encargos do contratado na alteração unilateral, caberá ao contratante, no mesmo aditivo, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**Art. 277** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**Art. 278** Na hipótese da exceção prevista no art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021, para a formalização do termo aditivo, deve a solicitação vir acompanhada de motivação satisfatória e devidamente autorizada pela autoridade superior, bem como precedida de análise jurídica.

**Art. 279** É vedada a alteração quantitativa nos contratos com regime de contratação integrada e semi-integrada, com exceção nos casos previstos no art. 133 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 280** Ocorrendo a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, os preços contratados deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

**Art. 281** Para a celebração de aditivos contratuais, exceto no caso de prorrogação do contrato, é dispensada a exigência de todos os documentos de habilitação da empresa.

Parágrafo único A previsão desburocratizante do *caput* deste artigo não exclui o dever de verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada na forma do art. 313 deste Decreto.

CAPÍTULO VII DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

**Art. 282** A prorrogação do contrato administrativo será possível quando houver previsão no edital e contrato, será instrumentalizada através de aditivo contratual, e instruída:

I - comprovação da vigência do contrato;

II - demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração e são compatíveis com o mercado fornecedor do objeto contrato, por meio de pesquisa de preço, consolidada em mapa comparativo;

III - manifestação de interesse do contratado, bem como justificativa e autorização da autoridade competente para prorrogação;

IV - comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação do contratado;

V - prévia reserva orçamentária para fazer frente às despesas do respectivo exercício financeiro; VI - renovação da garantia, se for o caso.

§ 1° Os contratos firmados com vigência inicial superior a um exercício deverão prever reavaliação da vantajosidade econômica do contrato, por meio de pesquisa de preços na forma deste Decreto, em prazo não superior à metade do período inicial de vigência, observado o estabelecido no art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Para cumprimento do previsto no art. 106, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício:

I - a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, na forma exigida neste Decreto;

II - a vantajosidade técnica e operacional em sua manutenção, sendo esta demonstrada por meio de atestos do fiscal do contrato acerca da regularidade da prestação contratada e do gestor do contrato acerca da manutenção da necessidade e atualidade das especificações do objeto para atendimento à demanda pública.

§ 3º A necessidade de nova dotação orçamentária não enseja a obrigação de demonstração de vantajosidade econômica do contrato, devendo ser observado o disposto nos parágrafos anteriores deste artigo, sem prejuízo do acompanhamento a respeito de variações de preço e técnica que determinem a revisão ou a rescisão contratual.

**Art. 283** Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e no contrato, cabendo à unidade de contratos o atesto da conformidade do Mapa Comparativo Preços com as regras deste Decreto e, quando houver, da Instrução Normativa publicada, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

§ 1º A Administração deverá realizar negociação contratual com a contratada para:

I - adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado, se os preços vigentes antes da prorrogação se mostrarem superiores; e

II - redução ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos nos primeiros anos da contratação.

§ 2º Para a formalização do termo aditivo, deverá ainda constar a indicação orçamentária, bem como a comprovação da manutenção das condições de habilitação do contratado.

**Art. 284** Na contratação que prevê a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**Art. 285** Os contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderão ter prazo de vigência máxima de 15 (quinze) anos.

Seção I **Dos aditivos contratuais**

**Art. 286** Os aditivos de prorrogação de prazo devem ser remetidos pela área requisitante ao setor de contratos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência do ajuste, instruído com os seguintes documentos:

I - relatório do executor do contrato acerca do interesse da Administração na prorrogação, com demonstração de sua necessidade e vantajosidade, se comparada com a realização de nova licitação;

II - pesquisa de preços apresentada, resumidamente, por meio de planilha, a qual deverá comparar os custos vigente na contratação, com a composição de custos de uma possível nova contratação, vedada a renovação quando esta indicar preço total inferior;

III - ateste quanto à verificação do cumprimento das obrigações pelo contratado;

IV - manifestação da contratada sobre o interesse na prorrogação contratual;

V - certidões de regularidade exigidas para contratar com a Administração Pública;

VI - realização do prévio empenho que fará frente às despesas do respectivo exercício.

§ 1º Tratando-se de contratos por escopo, a alteração do prazo de execução inicialmente previsto poderá ser feita, mediante justificativa técnica e análise jurídica, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, não sendo aplicáveis os requisitos previstos no *caput* deste artigo.

§ 2º Em casos de contratos por escopo, constatada a não conclusão do objeto no prazo inicialmente previsto: I - a vigência do contrato será automaticamente prorrogada, por apostilamento, sem a necessidade de observância dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, podendo à Administração Pública instaurar procedimento administrativo para verificar a culpa pelo atraso e adotar alguma das opções previstas no parágrafo único do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - a alteração do prazo de execução inicialmente previsto poderá ser feita pelo prazo necessário à conclusão do objeto, não sendo aplicáveis os requisitos previstos no *caput*, o que não exime o contratado do dever de apresentar cronograma readequado para a conclusão do objeto contratual, o que será formalizado em aditivo contratual antecedido de análise técnica e jurídica, sem prejuízo de eventual constituição em mora e aplicação de penalidades.

CAPÍTULO VII DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**Art. 287** O recebimento provisório e definitivo dos serviços deve ser realizado conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas no ato convocatório.

§ 1º Salvo quando houver disposição diversa em contrato, o recebimento se dará:

I - em se tratando de compras ou locação de equipamentos, pelo fiscal do contrato:

a) provisoriamente, no ato da entrega, após a conferência do bem e quantidade, mediante Relatório, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contratual;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação.

II - em se tratando de obras e serviços, pelo fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento:

a) provisoriamente, após a conclusão dos serviços, e mediante realização de vistoria para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação contratual;

b) definitivamente, mediante nova vistoria e relatório detalhado, após as correções e complementações, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, e apresentadas as respectivas documentações exigidas no Contrato.

§ 2º Constatados defeitos ou inconsistências nos produtos, obras ou serviços, compete à fiscalização rejeitá-los no todo ou em parte, conforme o caso, reduzir a termo o ocorrido e notificar o contratado para saneamento e/ou substituição, no prazo estabelecido no instrumento contratual.

§ 3º Não sendo sanadas as irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato encaminhar o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

§ 4º Após a vistoria, a fiscalização comunicará oficialmente o contratado, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 5º Havendo necessidade premente do serviço ou da aquisição, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo.

**Art. 288** Os procedimentos para recebimento provisório e definitivo dos serviços, compras, obras e serviços de engenharia poderão ser regulamentados.

CAPÍTULO VIII DA PUBLICIDADE DO CONTRATO E SEUS ADITIVOS

**Art. 289** A divulgação dos contratos administrativos e seus aditivos, como condição de eficácia, deverá ser feita no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assim que disponibilizado pelo Governo Federal, e no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade contratante.

§ 1º As divulgações deverão ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 2º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 2º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

**Art. 290** A Administração deverá publicar o extrato dos contratos celebrados, contendo a descrição do objeto, valor contratado, partes contratantes, número do processo administrativo e prazo para execução, se houver, observados os prazos definidos no artigo anterior.

CAPÍTULO IX DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

**Art. 291** Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre a empresa e o contratado, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular.

Parágrafo único As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato ou documento equivalente os seus endereços eletrônicos e números de telefone, por meio dos quais receberão as comunicações referidas no *caput* deste artigo, devendo comunicar eventuais alterações, sob pena de serem considerados notificados, para todos os efeitos, no e-mail informado.

CAPÍTULO X DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

**Art. 292** A extinção dos Contratos Administrativos se dará nas hipóteses previstas no rol do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos neste Decreto.

**Art. 293** Nas hipóteses de extinção do contrato por culpa da contratada, previstas nos incisos I, II e IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão formalizadas em processo administrativo próprio de apuração de infração contratual, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

§ 1º Após a conclusão do processo que ensejar a aplicação de sanções e culminar na rescisão contratual, esta se procederá por meio de termo de rescisão contratual unilateral, devidamente assinado pela autoridade competente.

§ 2º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14. 133/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**Art. 294** A extinção do contrato motivada nos incisos III a VII do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 serão precedidas de processo administrativo próprio que deverá conter:

I - requerimento informativo da Contratada relatando o ocorrido, com documentos que comprovem o alegado; II - manifestação técnica da unidade administrativa quando a análise do pedido e dos documentos apresentados para sua comprovação, que deverá ser feita no prazo máximo de 7 (sete) dias;

III - termo de rescisão que poderá ser unilateral ou consensual, contendo os dispositivos que ensejaram a extinção contratual.

**Art. 295** Na hipótese de extinção do Contrato prevista no inciso VIII do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, será formalizada nos próprios autos do processo administrativo do contrato, devendo conter justificativa das razões de interesse público pela autoridade máxima do órgão ou entidade contratante.

Parágrafo único A rescisão contratual com fundamento neste artigo será devidamente formalizada por meio de termo de rescisão contratual unilateral, que deverá conter as razões de interesse público que a justificaram.

**Art. 296** Nas hipóteses de extinção do contrato previstas no § 2º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, a Contratada deverá protocolar o pedido de rescisão devidamente fundamentado, demonstrando por meio de fatos e/ou documentos o alegado.

Parágrafo único Enquanto não protocolado o pedido de rescisão contratual nos termos do *caput*, a contratada deverá manter a execução contratual inalterada.

**Art. 297** Nos termos do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/21, a extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; consensual, por acordo entre as partes; por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

**Art. 298** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

**Art. 299** O termo de rescisão deverá ser publicado no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CAPÍTULO XI DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE CONTRATOS

**Seção I Da nomeação do fiscal de contrato**

**Art. 300** O recebimento de material, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato ficará a cargo do fiscal do contrato, que deverá ser nomeado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, que preencham as seguintes exigências:

I - nomear servidor público, que seja preferencialmente efetivo, ou comissionado dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas ao objeto do contrato, atuar no setor beneficiado ou envolvido, adequadas a complexidade de fiscalização, quantitativo de contratos por servidor e capacidade para o desempenho das atividades;

III - possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;

IV - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

**Art. 301** No ato de assinatura do contrato deverá ser designado o fiscal do contrato e seu substituto, por portaria que identifique o contrato, suas partes, objeto, valor, o número do processo, o nome e matrícula do fiscal designado, o que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município até 03 (três) dias úteis após a publicação do extrato do contrato.

§ 1º A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá aos setores requisitantes dos serviços de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.

§ 2º O fiscal substituto atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

§ 3º Quando tratar-se de objeto de contrato de alta complexidade, que necessita de atuação da fiscalização em mais de um município, poderá a autoridade nomear comissão para esse fim.

§ 4º Para o exercício da função, os fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 5º O encargo de gestor ou fiscal não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal, devendo expor ao superior hierárquico as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições, se for o caso.

§ 6º É facultada a contratação de terceiros para assistir e subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

**Art. 302** Os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade dos serviços, de compras e obras e serviços de engenharia, deverão seguir os indicadores e instrumentos de medição conforme o caso.

**Seção II Das atividades de fiscalização da execução dos contratos**

**Art. 303** As atividades de fiscalização da execução dos contratos compreendem um conjunto de ações que objetivam:

I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela Administração para os serviços contratados;

II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;

III - prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos ou gestor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento; e

IV - encaminhar ao setor de contratos ou gestor de contratos soluções e sugestões com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.do contrato.

**Art. 304** O conjunto de atividades de que trata o artigo anterior compete ao fiscal de contrato, auxiliado pela administração pública e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as disposições contidas em Instrução Normativa vigente.

§ 1º As atividades de gestão e execução do contrato estão relacionadas a fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário.

§ 2º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**Art. 305** Entre as atribuições, compete ao fiscal de contrato e seu substituto:

I - acesso aos autos do contrato e da licitação que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;

II - informar ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

III - solicitar ao contratado mediante notificação os documentos exigidos para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, substituição de produtos defeituosos ou repetição de serviços executados em desconformidade com as normas aplicáveis;

IV - informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;

V - elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo;

VI - receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada/planilha de custos e formação de preços, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

§ 1º O fiscal substituto atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos afastamentos legais do titular.

§ 2º O fiscal poderá solicitar ao gestor do contrato o auxílio e manifestação de servidores quanto a aspectos técnicos do objeto contratado, que não sejam de sua área de formação e conhecimento.

§ 3º A atuação do fiscal deverá contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto deste Decreto.

**Art. 306** Em razão da instituição do pagamento simplificado de que trata este Decreto, os contratos firmados com vigência inicial superior a 12 (doze) meses deverão passar por fiscalização quanto às condições de habilitação do contratado, semestralmente, e quanto ao cumprimento da entrega dos serviços contratados, trimestralmente.

§ 1º O prazo de fiscalização previsto no caput deste artigo não dispensa o fiscal de avaliar outras situações em outros momentos distintos, se houver justificativa para tanto ou se, pela natureza do objeto contratado, for mais eficiente realizar a fiscalização em período intervalado menor ou maior que o previsto, o que deverá ser autorizado pela autoridade superior.

§ 2º A periodicidade de fiscalização prevista no caput não se aplica aos contratos de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva, em que a fiscalização está atrelada ao pagamento, nos termos deste Decreto.

§ 3º A aferição do cumprimento da entrega dos serviços contratados deverá ser feita por meio de nota técnica elaborada pelo fiscal do contrato, que ateste a execução dos serviços ou entrega dos bens no prazo previsto e em conformidade com a qualidade e as especificações pactuadas.

§ 4º Caso fique demonstrada irregularidade nos documentos de habilitação, na execução ou entrega dos bens e serviços contratados, o fiscal do contrato deverá notificar o contratado para regularização.

§ 5º A manutenção da irregularidade, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, ensejará abertura de procedimento de apuração de irregularidade contratual que poderá resultar em rescisão contratual.

**Seção III Controle nas contratações**

**Art. 307** As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e agentes de licitação entre eles os comissionados, agente de contratação, pregoeiro e autoridades que atuam na estrutura de governança;

II - segunda linha de defesa, integrada pela Procuradoria do Município e de controle interno;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º Para a realização de suas atividades, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos documentos classificados pelo órgão ou entidade nos termos da Lei nº 12.527/2011, e o órgão de controle com o qual foi compartilhada eventual informação sigilosa tornar-se-á corresponsável pela manutenção do seu sigilo.

§ 2º Objetivando o fomento do Controle Social e Transparência, a administração pública deverá manter, em sítio eletrônico, informações sobre **todos** os processos de Contratações realizados, onde deverão ser expostos os seguintes dados:

a) exercício;

b) número do processo;

c) modalidade;

d) valor total da licitação/contrato;

e) objeto;

f) fornecedor/CNPJ;

g) vigência;

h) data da assinatura do contrato;

i) fiscais do contrato;

j) aditivos (data e valor).

§ 3º As informações acima, deverão ser disponibilizadas em forma de tabela e texto.

§ 4º A disponibilização dos processos digitalizados em sítios eletrônicos, não substitui a necessidade de informar os dados expostos no parágrafo anterior, servido apenas como complemento da informação.

§ 5º Os integrantes das linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo observarão o seguinte:

I - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis;

II - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 2º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas.

§ 6° A implementação das práticas referidas no caput deste artigo cabe à alta administração do órgão ou entidade, que deve levar em consideração os custos e benefícios decorrentes da sua implementação, optando pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas, pelo qual se demonstrará comprometimento com as normas e procedimentos éticos e de integridade para a boa governança nas contratações;

**Art. 308** De forma a consolidar políticas de governança tendentes à mitigação de riscos e reparação de danos eventualmente causados, a alta administração deve buscar o estabelecimento de:

I - políticas de integridade, a exemplo de política *due diligence* em terceiros (fornecedores, contratados e parceiros);

II - código de conduta dos servidores e da própria alta administração;

III - plano de gestão de crise e tomada de decisão.

**Art.309** A administração deve definir procedimento para gestão de riscos, de acordo com a realidade do órgão ou entidade, de forma a mapear, analisar e definir a conduta a ser adotada em caso da concretização de riscos em função de exploração de uma vulnerabilidade existente, a exemplo de Matriz de Impacto versos Probabilidade.

**Art. 310** Definido o processo de gestão de riscos nas contratações, necessário que sejam feitos controles preventivos e automatizados, de forma segregada, e guardando correlação com a modalidade de contratação.

**Art. 311** A administração deve estabelecer plano periódico de capacitação dos seus servidores, levando-se em consideração os riscos levantados, de forma a mitigar a sua concretização, avaliando periodicamente os resultados obtidos em relação a indicadores estabelecidos, a exemplo do número de irregularidades ocorridas.

**Art. 312** Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos neste Decreto, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerar as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação:

§ 1º As razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis deverão ser encaminhadas aos órgãos de controle até a conclusão da fase de instrução do processo e não poderão ser desentranhadas dos autos.

§ 2º A omissão na prestação das informações não impedirá as deliberações dos órgãos de controle nem retardará a aplicação de qualquer de seus prazos de tramitação e de deliberação.

§ 3º Os órgãos de controle irão desconsiderar os documentos impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta deste Decreto.

§ 5º Na utilização dos critérios referidos no caput deste artigo deverão ser considerados os mecanismos de gestão de risco e governança implementados pelo órgão/entidade, apresentados neste Decreto.

**Art. 313** Na fiscalização de controle será observado o seguinte:

I - viabilização de oportunidade de manifestação aos gestores sobre possíveis propostas de encaminhamento que terão impacto significativo nas rotinas de trabalho dos órgãos e entidades fiscalizados, a fim de que disponibilizem subsídios para avaliação prévia da relação entre custo e benefício dessas possíveis proposições;

II - adoção de procedimentos objetivos e imparciais e elaboração de relatórios tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria do respectivo órgão de controle, de modo a evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e no tratamento dos fatos levantados;

III - definição de objetivos, nos regimes de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, atendidos os requisitos técnicos, legais, orçamentários e financeiros, de acordo com as finalidades da contratação, devendo, ainda, ser perquirida a conformidade do preço global com os parâmetros de mercado para o objeto contratado, considerada inclusive a dimensão geográfica.

**Art. 314** A Controladoria Interna do Município promoverá orientações, de caráter geral ou específico, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública sobre os procedimentos licitatórios e contratações, produtos de auditoria ou controle, assim como por meio de exposições presenciais ou à distância.

**Seção IV Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações**

**Art. 315** A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

**Art. 316** A anotação do cumprimento de obrigações pelo contratado, de que trata o art. 88, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, será condicionada à regulamentação do cadastro de atesto de cumprimento editada pela Secretaria de Administração.

CAPÍTULO XII DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

**Art. 317** Compete ao órgão quanto à gestão de riscos e ao controle preventivo do processo de contratação pública:

I - estabelecer diretrizes para a gestão de riscos e o controle preventivo que contemplem os níveis do metaprocesso de contratações, ou seja, integrar as fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e a gestão do contrato que servirá como padrão para que os processos específicos de contratações sejam realizados.

II - realizar a gestão de riscos e o controle preventivo do metaprocesso de contratações e dos processos específicos de contratação, quando couber, conforme diretrizes de que trata o inciso I;

III - incluir nas atividades de auditoria interna a avaliação da governança, da gestão de riscos e do controle preventivo nas contratações; e

IV - assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou da entidade, tenham acesso tempestivo às informações relativas aos riscos aos quais está exposto o processo de contratações, inclusive para determinar questões relativas à delegação de competência, se for o caso.

**Art. 318** A gestão de riscos e o controle preventivo deverão racionalizar o trabalho administrativo ao longo do processo de contratação, estabelecendo-se controles proporcionais aos riscos e suprimindo-se rotinas puramente formais.

**Art. 319** Os órgãos da Administração Pública Municipal deverão adotar todas as condutas necessárias para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de:

I - obter a excelência nos resultados das contratações celebradas;

II - evitar inexecuções contratuais que possam comprometer os objetivos de gestão pretendidos;

III - evitar sobrepreço e superfaturamento quando das execuções contratuais;

IV - prevenir e reprimir práticas corruptas, práticas fraudulentas, práticas colusivas ou práticas obstrutivas nos processos de contratação pública;

V - garantir que a contratação pública constitua efetivo instrumento de fomento da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica;

VI - realizar o gerenciamento dos riscos das licitações e das contratações;

VII - reduzir os riscos a que estão sujeitas às licitações e as contratações, como, dentre outros: a) identificação incorreta, imprecisa ou insuficiente da necessidade pública a ser atendida com a contratação; b) descrição incorreta, imprecisa ou insuficiente do objeto da contratação;

c) erros na elaboração do orçamento estimativo;

d) definição incorreta ou inadequada dos requisitos de habilitação técnica ou de habilitação econômico-financeira; e) estabelecimento de condições de participação que restrinjam de modo injustificado o universo de potenciais licitantes;

f) decisões ou escolhas sem a devida e suficiente motivação;

g) definição incorreta, imprecisa ou insuficiente dos encargos contratuais;

h) defeitos no controle da execução contratual ou no recebimento definitivo do objeto.

Parágrafo único O descumprimento das obrigações previstas nos incisos I a IV do caput deste artigo ensejará, após o devido processo legal, a aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização penal, civil e por improbidade administrativa.

**Art. 320** Será realizado o gerenciamento dos riscos envolvidos em todas as etapas do processo da contratação.

§ 1º O gerenciamento dos riscos de que trata o *caput* tem por objetivos:

I - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos estratégicos e operacionais pretendidos por intermédio da execução contratual;

II - fomentar uma gestão proativa de todas as etapas do processo da contratação;

III - atentar para a necessidade de se identificarem e tratarem todos os riscos que possam comprometer a qualidade dos processos de contratação;

IV - facilitar a identificação de oportunidades e ameaças que possam comprometer as licitações e a execução dos contratos;

V - prezar pela conformidade legal e normativa dos processos de contratação;

VI - aprimorar os mecanismos de controle da contratação pública;

VII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e para o planejamento das contratações; VIII - alocar e utilizar eficazmente os recursos para o tratamento de riscos a que estão sujeitas às licitações e as execuções contratuais;

IX - aumentar a capacidade de planejamento eficaz e eficiente das contratações por intermédio do controle dos níveis de risco.

§ 2º O gerenciamento dos riscos poderá ser dispensado, mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

§ 3º O nível de detalhamento e de aprofundamento do gerenciamento dos riscos será proporcional à complexidade, relevância e valor significativo do objeto da contratação.

§ 4º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de probabilidade:

I - raro: acontece apenas em situações excepcionais; não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência;

II - pouco provável: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo;

III - provável: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte;

IV - muito provável: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte;

V - praticamente certo: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.

§ 5º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de impacto:

I - muito baixo: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado;

II - baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado;

III - médio: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado;

IV - alto: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado;

V - muito alto: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

§ 6º Após a avaliação, o tratamento dos riscos deve contemplar as seguintes providências:

I - identificar as causas e consequências dos riscos priorizados;

II - levantadas as causas e consequências, registrar as possíveis medidas de resposta ao risco;

III - avaliar a viabilidade da implantação dessas medidas (custo-benefício, viabilidade técnica, tempestividade, efeitos colaterais do tratamento etc.);

IV - decidir quais medidas de resposta ao risco serão implementadas;

V - elaborar plano de implementação das medidas eleitas para resposta aos riscos identificados e avaliados.

§ 7º O gerenciamento de riscos materializa-se no documento denominado mapa de riscos, que será elaborado em conjunto com o estudo técnico preliminar, de acordo com a probabilidade e com o impacto de cada risco identificado, por evento significativo.

§ 8º Nos contratos de fornecimento ou serviços contínuos o gerenciamento do risco deverá considerar a extensão da vigência do instrumento, a fim de prever formas de reavaliação periódica.

**Art. 321** A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos compete aos agentes públicos responsáveis pelo planejamento da contratação.

**Seção I Do gerenciamento de riscos nos contratos para aquisição de bens e prestação de serviços**

**Art. 322** De acordo com o mapa de riscos, o contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

§ 1º A alocação de riscos de que trata o caput deste artigo considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.

§ 2º Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

§ 3º A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

§ 4º A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

§ 5º Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

I - às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

TÍTULO V DOS REGIMES DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI INTEGRADA

**Art. 323** Os regimes de contratação integrada e semi-integrada serão adotados nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º A administração será dispensada da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto observados os requisitos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e sua conformidade com as normas técnicas, sendo vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento, mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico.

§ 3º Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contra-

tado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

**Art. 324** O instrumento convocatório das licitações no regime de contratação integrada deverá conter anteprojeto de engenharia com informações e requisitos técnicos destinados a possibilitar a caracterização do objeto contratual, contendo, quando cabível, os seguintes documentos técnicos, com nível de definição suficiente para proporcionar a comparação entre as propostas recebidas das licitantes: I - concepção da obra ou serviço de engenharia, contendo:

a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, contendo o conjunto de características e condições necessárias ao desenvolvimento das atividades dos usuários da edificação que, adequadamente consideradas, definem e originam a proposição para o empreendimento a ser realizado;

b) estudo preliminar com a configuração inicial da solução arquitetônica proposta para a edificação, que representam graficamente as primeiras soluções obtidas considerando as exigências contidas no relatório de levantamento de dados elaborado com os dados do programa de necessidade;

c) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível; d) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade.

II - projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;

III - levantamento topográfico e cadastral contendo, no mínimo:

a) conhecimento geral do terreno, tais como relevo, limites, confrontantes, área, localização, amarração e posicionamento;

b) informações sobre o terreno destinadas a estudos preliminares, anteprojetos ou projetos básicos de projetos. IV - pareceres de sondagem, de acordo com norma técnica específica;

V - memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação, contendo, no mínimo:

a) conceituação dos futuros projetos;

b) normas adotadas para a realização dos projetos;

c) premissas básicas a serem adotadas durante a elaboração dos projetos;

d) objetivos dos projetos;

e) níveis de materiais a serem empregados na obra e dos componentes construtivos;

f) definição dos níveis de serviço desejado, com os resultados esperados da execução da obra ou serviço de engenharia e de sua operacionalização;

g) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;

h) visão global dos investimentos, com estimativa razoável do investimento a ser feito para a construção da obra ou serviço de engenharia e sua operacionalização;

i) prazo de entrega;

j) demais detalhes que podem ser importantes para o entendimento completo do projeto esperado.

VI - matriz de riscos que defina a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação.

**Art. 325** No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º do art. 23 da Lei Federal n.º 14.133/2021, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido pela Administração, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 1º A parcela referente à remuneração do risco a que se refere o caput deste artigo, se adotada, não integrará a parcela de BDI do orçamento estimado, devendo ser considerada apenas para efeito de análise de aceitabilidade das propostas ofertadas no processo licitatório.

§ 2º A estimativa de preço deve se basear em orçamento sintético tão detalhado quanto possível, devidamente adaptada às condições peculiares da obra, devendo a utilização de estimativas paramétricas e avaliações aproximadas serem baseadas em obras similares e restringida às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas pelo anteprojeto.

**TÍTULO VI DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

**Art. 326** Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

Parágrafo único O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual por sua vez deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando a garantir sua efetividade.

**Art. 327** Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato.

**Art. 328** Na hipótese de não implantação do programa de integridade de que trata o art. 334 deste Decreto, a contratada estará sujeita a multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

**Art. 329** O desenvolvimento por licitante de programa de integridade, conforme orientação dos órgãos de controle, será utilizado como critério de desempate, na forma prevista no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e a sua implantação ou o aperfeiçoamento serão considerados na aplicação de sanções.

**Art. 330** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**Art. 331** Deve ser dada publicidade ao programa de integridade, através de divulgação em local de fácil acesso no index do website da empresa. Em caso de inexistência de website, deve ser dada publicidade mediante cartório de títulos e documentos.

**Art. 332** O programa de integridade deve contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

I - canal eletrônico para denúncias de irregularidades, o qual deve contemplar mecanismos que assegurem o anonimato, seja através de e-mail, seja através de formulários eletrônicos;

II - sistema informático que gere número de protocolo para controle do denunciante;

III - definição de prazos internos para a apuração do fato e os procedimentos a serem adotados, devendo, ao final, ser o processo interno encaminhado para parecer jurídico no âmbito da empresa;

IV - definição das sanções administrativas a serem aplicadas a todos os prepostos, empregados, sócios e quaisquer pessoas que atuem pela em-

presa, independente do seu vínculo jurídico, que pratiquem atos irregulares.

§ 1º Havendo uma denúncia de irregularidade, deve a Administração Pública ser comunicada imediatamente para ciência.

§ 2º Deve ser designada a comissão para o acompanhamento do processo de apuração de irregularidades, que deve assegurar, no mínimo, a participação de contador, administrador e profissional da engenharia ou arquitetura. A comissão será responsável por impulsionar o processo.

§ 3º Após a conclusão do procedimento, independente do resultado, deve ser remetida cópia eletrônica ou física da integralidade do processo à Administração Pública para ciência.

**TÍTULO VII DO PAGAMENTO** CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS **Seção I Da ordem cronológica de pagamento**

**Art. 333** O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade orçamentária e subdividida nas seguintes categorias de contratações:

I - fornecimento de bens;

II - locações;

III - prestação de serviços; e

IV - realização de obras.

§ 1º As fontes de recursos constituem-se de agrupamentos específicos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, evidenciando a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade.

§ 2º Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

§ 3º A inobservância imotivada da ordem cronológica de que trata o caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a fiscalização.

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público.

§ 5º Os pagamentos de despesas decorrentes de contratações fundamentadas nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão ordenados separadamente, em lista classificatória especial de pequenos credores.

§ 6º Não se sujeitarão à ordem cronológica prevista neste artigo os pagamentos decorrentes de:

I - suprimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - remuneração, diárias e outras verbas devidas a agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatória;

III - concessionárias públicas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel;

IV - obrigações tributárias; e

V - outras despesas que não sejam regidas pela lei geral de licitações e contratos.

**Seção II Da inclusão do crédito na sequência de pagamentos**

**Art. 334** A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

§ 1 º Considera-se liquidação o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto do gasto e atesto por servidor designado.

§ 2º Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a situação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou referentes ao FGTS não afeta o ingresso do pagamento na ordem cronológica de exigibilidade, podendo, nesse caso, a unidade orçamentária contratante deduzir parte do pagamento devido à contratada, limitada a dedução ao valor inadimplido e garantido o pagamento da parcela incontroversa, nos termos do art. 143 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º, a Administração, mediante disposição em edital ou contrato, pode condicionar a inclusão do crédito na sequência de pagamentos à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas.

§ 4º Havendo preterição indevida da ordem cronológica de exigibilidade, o agente responsável pelo pagamento poderá incorrer nas penas do art. 337-H do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa.

**Seção III Prazo para pagamento**

**Art. 335** O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo estabelecido no contrato, edital ou no instrumento de contratação direta, contados da liquidação da despesa, não podendo ultrapassar o prazo de 2 (dois) meses, a contar da emissão da nota fiscal, fatura ou documento equivalente.

§ 1º Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar as condições previstas no contrato ou instrumento equivalente em conformidade com o art. 372 e seguintes deste Decreto.

§ 2º A eventual perda das condições de que trata o § 1º não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

§ 3º Verificadas quaisquer irregularidades, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, sem prejuízo do prosseguimento do processo de pagamento.

§ 4º A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

§ 5º É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 6º Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

**Seção IV Hipóteses de alteração da ordem cronológica**

**Art. 336** A alteração da ordem cronológica de pagamento somente ocorrerá mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação à Controladoria Interna do Município e ao Tribunal de Contas do Estado, até último dia útil do mês subsequente, exclusivamente nas seguintes situações: I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cum-

primento do objeto do contrato; IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; ou

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

CAPÍTULO II DA OPERACIONALIZAÇÃO E CONTROLE

**Art. 337** A administração pública municipal quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos para ordem cronológica dos pagamentos,

de que trata as normativas federais ou estaduais se for o caso.

CAPÍTULO III DO PAGAMENTO SIMPLIFICADO

**Art. 338** Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do contratado, para pagamento, apenas a prova da regularidade fiscal perante o Município.

§ 1º A simplificação do procedimento de pagamento não exonera a Administração do dever de fiscalização contratual, inclusive quanto à manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação e qualificação por parte da contratada, o que será objeto de procedimento específico previsto neste Decreto.

§ 2º Para pagamento dos contratos de prestação de serviços em geral deverá ser exigida ainda prova de regularidade perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do contratado.

**Art. 339** Os pagamentos dos contratos de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva serão realizados mediante a comprovação:

I - prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;

II - prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;

III - prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, previsto no art. 27 da Lei Federal nº 8.036/1990), em plena validade, relativa à contratada;

IV - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal);

V - prova da regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - prova de regularidade junto ao Município de Nova Marilândia e da sede ou domicílio do credor.

**Art. 340** Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, nos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, trimestralmente, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa e retenção dos pagamentos, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

**Art. 341** Sendo a prestação de serviços realizada nas dependências do órgão/entidade contratante, reter-se-á da contratada o percentual de 11% (onze por cento) do valor da nota fiscal ou fatura, descontado o valor relativo ao custo dos materiais, quando houver, e recolher-se-á ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a importância em até 20 (vinte) dias do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura.

Parágrafo único O valor retido de que trata o *caput* deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

**Art. 342** O órgão ou entidade contratante que esteja no regime de substituição tributária, no caso da prestação de serviços, deverá reter o percentual relativo ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), e recolher, em nome da contratada, ao Poder Executivo Municipal, obedecida à legislação vigente.

Parágrafo único O valor retido de que trata o *caput* deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

**Art. 343** Os documentos exigidos neste capítulo para pessoas jurídicas devem ser emitidos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ previsto no contrato, salvo quando o órgão emissor o fizer apenas no número da Matriz.

**Art. 344** Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista previstos neste capítulo devem estar válidos até o final do prazo para atesto do respectivo fiscal ou gestor, não sendo impeditivo para pagamento o seu vencimento após esta data.

§ 1º O atesto do fiscal ou gestor deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos neste capítulo e respectivo instrumento contratual, ressalvado prazo diferente previsto em regulamentação específica ou no próprio contrato.

§ 2º A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista nos termos do *caput* não ensejará retenção de pagamento, cabendo ao respectivo fiscal ou gestor adotar as providências para apuração de possível descumprimento contratual.

**Art. 345** Além dos documentos exigidos neste capítulo poderá ser exigido da contratada, para fins de pagamento, os documentos previstos no respectivo contrato ou instrumento equivalente.

**Art. 346** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO

**Art. 347** No pagamento de despesas em razão da prestação de serviços, ao fornecimento de bens, locação de bens móveis e imóveis, a título de indenização ou ressarcimento, o processo deverá ser instruído, no mínimo, com:

I - pedido de indenização ou ressarcimento, instruído com nota fiscal, fatura ou documento equivalente;

II - os documentos de habilitação jurídica do requerente;

III - os documentos exigidos para fins de pagamento, discriminados no capítulo anterior, conforme o caso; IV - justificativa fundamentada do responsável da unidade competente pelo produto ou serviço em que informe os motivos do pagamento por indenização, inclusive:

a) os serviços foram regularmente prestados, os bens foram regularmente entregues, ou órgão ou entidade usufruiu do bem locado, discriminando a quantidade ou período efetivamente consumidos;

b) reconhecimento expresso da dívida, com discriminação do seu valor; e

c) se há indícios de que a pessoa física ou jurídica solicitante agiu de má fé.

V - pesquisa do preço estimado, relativa ao objeto cuja indenização é postulada, nos termos deste Decreto; VI - comprovante da existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa, nos termos do art. 16 da Lei Complementar Federal n° 101/2000;

VII - parecer jurídico sobre o cabimento da indenização ou ressarcimento;

VIII - comprovante de que o fato foi comunicado à unidade setorial de correição ou equivalente para avaliar os requisitos de admissibilidade de possível apuração da responsabilidade dos servidores que deram causa à despesa sem prévio procedimento de contratação;

IX - decisão do ordenador da despesa sobre o pedido de indenização ou ressarcimento, com justificativa fundamentada para a realização de despesa em desconformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964 e procedimento de contratação;

X - termo de ajuste de contas, firmado entre o órgão ou entidade e o requerente da indenização ou ressarcimento e que contenha, no mínimo:

a) delimitação do objeto da indenização ou ressarcimento, suas especificações, quantidades, período de fornecimento, entrega ou locação;

b) declaração do requerente de que com relação ao objeto do termo de ajuste de contas não há qualquer débito ou direito a ser indenizado ou ressarcido;

c) reconhecimento da dívida pela administração;

d) a indicação dos recursos orçamentários que serão utilizados para pagamento;

e) dados bancários do requerente para recebimento do valor devido;

f) prazo para pagamento da dívida, a contar da publicação do termo de ajuste de contas no sítio eletrônico do órgão ou entidade, observada a ordem cronológica prevista neste Decreto;

g) a declaração do requerente de quitação do débito objeto do termo de ajuste de contas com a efetivação do pagamento dos valores nele previstos.

§ 1º É vedado o pagamento de indenização ou ressarcimento por valor acima do preço estimado, obtido nos termos do inciso V do caput deste artigo.

§ 2º Nos pedidos de indenização cujo objeto decorre de contrato expirado, o valor a ser indenizado não poderá ser superior àquele previsto no instrumento contratual, ressalvada a possibilidade de reajuste ou repactuação do preço de acordo com os critérios definidos na própria contratação encerrada.

§ 3º Para fins de cumprimento do inciso V do caput deste artigo, poderá ser utilizada a pesquisa de preços válida de procedimento de licitação ou contratação direta.

§ 4º A não apresentação dos documentos de que trata o inciso III do caput deste artigo não ensejará retenção ou retardamento do pagamento, devendo ser apenas ressalvado o fato nos autos do processo pela unidade financeira do órgão ou entidade.

§ 5º Se o responsável da unidade competente indicar, nos termos do inciso IV, alínea 'c', do *caput* deste artigo, que há indícios de má-fé da requerente, o ordenador de despesas deverá comunicar o fato à unidade setorial de correição, para apuração nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, e deliberar sobre a autorização, retenção ou retardamento do pagamento.

**Art. 348** Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção tributária e/ou previdenciária deverá incidir sobre o valor original da nota.

**Art. 349** Em caso de pagamentos com acréscimos de juros e multas por atraso no pagamento, a retenção tributária e/ou previdenciária deverá incidir sobre o valor da nota fiscal somado aos acréscimos.

**rt. 350** Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.

§ 1º O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários, na forma de regulamentação específica.

§ 2º A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.

**Art. 351** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

§ 3º Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

**Art. 352** Com vistas ao encerramento do exercício financeiro e orçamentário, o envio dos processos de pagamento deverá observar o calendário do Decreto de encerramento de exercício publicado anualmente, o qual estabelecerá os prazos limites para execução das despesas.

**Art. 353** As solicitações de liquidação de despesa que contemplem retenções tributárias e/ou previdenciárias deverão seguir os prazos estipulados pela Secretaria de Fazenda do Município, tendo em vista a necessidade de realizar tempestivamente o recolhimento mensal das devidas retenções.

**TÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 354** O licitante ou a contratada que incorra nas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apuradas em regular processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo único A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Art. 355** A autoridade competente para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é o chefe do poder executivo.

Parágrafo único Caberá aos responsáveis pela licitação apurar as infrações ocorridas no decorrer do certame até a fase de homologação, e ao órgão gerenciador da ARP apurar as infrações na vigência das atas de registro de preços, quando não decorrentes de execução contratual, e ao setor de contratos apurar as infrações, ocorridas nas fases de formalização e execução contratual.

**Art. 356** A sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de simples advertência.

**Art. 357** A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em edital ou em contrato.

§ 1º A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

§ 2º A multa de que trata o caput poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 4º A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 5º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 366 deste Decreto.

§ 6º Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de multa isolada ou combinada com a pena de advertência.

**Art. 358** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração pública municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**Art. 359** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica e será aplicada, exclusivamente pela autoridade máxima do Poder Executivo.

§ 2º A sanção prevista no caput deste artigo, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**Art. 360** Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI - situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

VII - a conduta praticada e a intensidade do dano provocado segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**Art. 361** Consideram-se circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

§ 1º Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 2º Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta dos de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva desta e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

**Art. 362** Consideram-se circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

Parágrafo único Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

**Art. 363** A Administração Pública Municipal deverá adequar recursos de tecnologia da informação para a operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle das sanções aplicadas aos licitantes e contratados.

CAPÍTULO II DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

**Seção I Das medidas preliminares**

**Art. 364** Tomando ciência de qualquer suposta irregularidade contratual, deve o fiscal ou o gestor do contrato tomar medidas para verificar a efetiva ocorrência de infração, bem como juntar provas que confirmem as conclusões preliminares do fiscal.

Parágrafo único Terminadas as diligências realizadas, o fiscal ou gestor do contrato elaborará relatório que conterá, no mínimo, os fatos imputados, os dispositivos legais, regulamentares ou contratuais infringidos, circunstâncias agravantes ou as penas a que está sujeito o infrator.

**Seção II Do procedimento sumário**

**Art. 365** Caso as penalidades aplicáveis ao caso sejam somente multa ou advertência, o fiscal ou o gestor deverá desde logo notificar o contratado para que apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, bem como indique eventuais provas que deseja produzir.

§ 1º Caso deseje produzir provas, o contratado deverá especificá-las no mesmo ato e prazo de sua defesa, sob pena de preclusão.

§ 2º O fiscal ou gestor do contrato deverá autorizar ou indeferir o pedido de provas, neste último caso sempre de maneira motivada na inutilidade, impertinência ou natureza meramente protelatória do pedido.

§ 3º Ocorrendo a produção de outra prova após a apresentação da defesa, será aberto novo prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de alegações finais.

§ 4º Concluída a fase instrutória, deverá o fiscal ou gestor remeter os autos para a apreciação da autoridade competente.

§ 5º Recebidos os autos instruídos, a autoridade administrativa competente poderá:

I - Julgar o processo com aplicação de multa ou advertência ou, ainda, deixar de aplicar sanção quando não comprovada a ocorrência de qualquer infração;

II - Solicitar a produção de provas ou diligências adicionais, quando necessárias;

III - Solicitar a elaboração de parecer jurídico, caso pendente dúvida de natureza jurídica;

IV - Determinar a instauração de processo de responsabilização descrito nos artigos abaixo para possível aplicação das penalidades de impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade.

**Seção III Do processo de responsabilização**

**Art. 366** Verificando o fiscal ou o gestor que a infração é sujeita às penas de impedimento ou declaração de inidoneidade, o fato será levado ao conhecimento ao Chefe do Poder executivo que determinará a abertura de processo de responsabilização, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc, designada pela autoridade competente do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

§ 1º A instauração do processo de que trata o caput deverá contemplar:

I - os fatos que ensejam a apuração;

II - o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;

III - a identificação do licitante ou contratado, denominado acusado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-lo;

IV - na hipótese do §2º deste artigo, a identificação dos administradores e ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 2º A infração poderá ser imputada, solidariamente, aos administradores e sócios que possuam poderes de administração, se houver indícios de envolvimento no ilícito, como também à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, seguindo o disposto para a desconsideração da personalidade jurídica.

§ 3º O processo poderá ser instaurado exclusivamente contra administradores e sócios que possuem poderes de administração, das pessoas jurídicas licitantes ou contratadas, se identificada prática de subterfúgios, visando burlar os objetivos legais da própria sanção administrativa.

**Art. 367** A Comissão Processante será composta por 3 (três) servidores sendo 2 (dois) ou mais servidores estáveis, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos, inclusive com poderes decisórios sobre os atos de caráter instrutório.

**Art. 368** Instaurado o processo por meio de portaria do executivo, a Comissão Processante dará impulso ao processo, intimando os acusados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita e especificarem as provas que pretendam produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Art. 369** A Comissão Processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual.

**Art. 370** Transcorrido o prazo, a Comissão Processante elaborará relatório no qual mencionará os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas a que está sujeito o infrator, analisará as manifestações da defesa e indicará as provas em que se baseou para formar sua convicção.

§ 1º O relatório deverá ser sempre conclusivo quanto à responsabilização ou não do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime e se houve danos aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

§ 2º O relatório poderá propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e/ou materialidade.

§ 3º O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no Processo.

§ 4º Ao final das atividades da comissão, os autos com o relatório conclusivo nas hipóteses de sanção de declaração de inidoneidade serão encaminhados para Procuradoria do Município para manifestação acerca da legalidade do procedimento, ressalvados os casos de situações em que eventual consulta jurídica à Procuradoria deve ser específica e detalhada.

§ 5º Nas hipóteses de sanção de declaração de inidoneidade, o Processo Administrativo, com o relatório da Comissão será remetido para deliberação da autoridade competente, após a manifestação jurídica.

§ 6º Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da Comissão Processante.

**Seção IV Da desconsideração da personalidade jurídica**

**Art. 371** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Decreto ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Art. 372** Constatando que empresa licitante possui mesmo objeto social, mesmos sócios ou mesmos elementos constitutivos que demonstrem

inequívoca intenção de burlar as restrições impostas à pessoa jurídica diversa, é possível ao pregoeiro proceder à desconsideração da personalidade jurídica na esfera administrativa, estendendo as restrições à pessoa jurídica criada com abuso de forma e fraude à lei.

**Art. 373** A adjudicação do objeto ficará suspensa até a decisão do pregoeiro a respeito da hipótese prevista no artigo anterior.

**Seção V Do julgamento**

**Art. 374** A decisão condenatória mencionará, no mínimo:

I - a identificação do acusado;

II - o dispositivo legal violado;

III - a sanção imposta.

§ 1º A decisão condenatória será motivada, com indicação precisa e suficiente dos fatos e dos fundamentos jurídicos tomados em conta para a formação do convencimento.

§ 2º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de outras decisões ou manifestações técnicas ou jurídicas, que, neste caso, serão partes integrantes do ato.

§ 3º A decisão motivada levará em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

**Art. 375** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos neste Decreto, excetuado quanto ao procedimento específico estipulado pela Lei Federal nº 12.846/2013.

**Seção VI Fase recursal**

**Art. 376** Da aplicação das sanções previstas neste Decreto caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**Art. 377** Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 366 deste Decreto caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento. **Art. 378** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Seção VII Da atualização dos cadastros**

**Art. 379** A secretaria de administração do Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da aplicação da sanção da qual não caiba mais recurso, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**Seção VIII Da extinção unilateral do contrato**

**Art. 380** A extinção do contrato por ato unilateral da Administração Pública poderá ocorrer, sem prejuízo das sanções previstas neste Decreto, observados os procedimentos dispostos no Capítulo II e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - antes da abertura do processo de apuração de responsabilidade;

II - em caráter incidental, no curso de apuração de responsabilidade; e

III - quando do julgamento de apuração de responsabilidade.

**Seção IX Da prescrição**

**Art. 381** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da data do fato, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo; II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013;

III - suspensa por decisão judicial ou arbitral que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

CAPÍTULO III DO CÔMPUTO DAS SANÇÕES

**Art. 382** Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência da sanção será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

§ 1º Na soma envolvendo sanções previstas no caput deste artigo, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado ficará proibido de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

§ 2º Em qualquer caso, a unificação das sanções não poderá resultar em cumprimento inferior a metade do total fixado na condenação, ainda que ultrapasse o prazo de 6 anos previsto no §1º deste artigo.

§ 3º Na soma, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no §1º deste artigo, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

**Art. 383** São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas por licitantes ou contratados.

CAPÍTULO IV DA REABILITAÇÃO

**Art. 384** É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, dentre elas que o reabilitando não: a) esteja cumprido pena por outra condenação;

b) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III desse artigo, a quaisquer das penas previstas no art. 366 deste Decreto, imposta pela Administração Pública;

c) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III deste artigo, por ato praticado após a sanção que busca reabilitar, a pena prevista no inciso IV do art. 341 deste Decreto, imposta pela Administração Pública Direta ou Indireta dos demais Entes Federativos. V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**Art. 385** A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

Parágrafo Único - Reabilitado o licitante, a Administração Pública solicitará sua exclusão do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Sistema instituído no Poder Executivo Estadual.

**TÍTULO IX DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

**Art. 386** A administração municipal poderá valer-se, na área de aquisições e contratos, de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.

§ 1º A utilização dos meios referidos no caput deste artigo poderá ser prevista quanto à totalidade ou parcela de quaisquer direitos patrimoniais disponíveis decorrentes do contrato, incluindo-se as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.

§ 2º No caso dos contratos previstos no § 3º do art. 1º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é válida a adoção de condições peculiares ou próprias de agências ou organismos internacionais sobre os procedimentos de prevenção e resolução de controvérsias.

**Art. 387** Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, a arbitragem, a mediação, a conciliação, o *dispute board* e a transação, incumbindo à Procuradoria do Município o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Município em cada caso concreto.

**Art. 388** Para implementação dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, seguindo as diretrizes previstas nos artigos anteriores, o mesmo se dará conforme disposição de Lei Municipal.

**TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 389** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal no âmbito de sua competência, poderão expedir normas internas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na atuação na área de licitações e contratos do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e fiscais de contratos, desde que observadas as disposições deste Decreto.

**Art. 390** Os órgãos da Administração direta, quando executarem recursos da União e Estado de Mato Grosso quando decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, deverão observar as regras vigentes que regulamentam o respectivo procedimento em âmbito Federal e Estadual exceto nos casos em que a lei, a regulamentação específica ou o termo de transferência dispuser de forma diversa sobre as contratações com os recursos do repasse.

**Art. 391** Fica vedado o início de novos procedimentos de contratação nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a partir de 1º de janeiro de 2024, quando passa a ser obrigatória, a utilização da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e deste Decreto.

**Art. 392** Fica permitido a administração contratar mediante adesão "carona" às atas de registro de preços fundamentadas na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

**Art. 393** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 09 (NOVE) DIAS DE JANEIRO DE 2024 (DOIS MIL E VINTE E QUATRO).

---

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

**PREFEITO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 009/2024**

**PORTARIA MUNICIPAL Nº 009/2024**

Data: 09 de janeiro de 2024

**EMENTA**: NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT, PARA O EXERCICIO DE 2024 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

**R E S O L V E N D O**

**Art. 1º** - Nomear a COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS EXECUTADAS PELO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT, para o exercício financeiro de 2024, que será constituída pelos seguintes membros:

| | |
|---|---|
| **EDIVALDO NOGUEIRA SOUTO** | PRESIDENTE |
| **LAUDEMIRO NOBRE RIBEIRO** | VICE – PRESIDENTE |
| **CRESTIANO SOARES DE ARRUDA** | MEMBRO |
| **MANOEL FERNANDES DA SILVA NETO** | MEMBRO |

**Art. 2º** - A comissão permanente de Recebimento e Fiscalização de Obras executadas pelo Município de Nova Marilândia – MT será responsável pela fiscalização e recebimento das Obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal, no decorrer deste exercício de 2024 e deverá cumprir os princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei vigente.

**Art. 3º** - Os membros integrantes da Comissão Permanente de Recebimento e Fiscalização de Obras de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO – 09-01-2024.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA-MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA 001/2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2023**

**EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA 001/2023**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2023**

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado 003/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, torna público a classificação provisória dos candidatos inscritos em anexo que cumpriram as exigências do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 003/2023, quanto aos requisitos para a contagem de pontos.

Nova Monte Verde-MT, 09 de janeiro de 2024.

**Angela S. Citadin**

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 003/2023

Decreto N° 167/2023

Visto:

**Edemilson Marino dos Santos**

**Prefeito Municipal**

| Cargo: Médico Veterinário – Frigorífico 40 horas | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Candidato** | | **Inscrição** | **Situação** | **Pontuação** |
| 1º | WILMAR ANTONIO CAMBRUSSI FILHO | Deferida | Classificado | 21,5 |

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2024**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023**

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2023, de 26 de dezembro de 2023, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos para preenchimento de vagas existentes, conforme relação abaixo:

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 1º. | Rosangela Slovinski Wons | Professor de Pedagogia |
| 2º. | Lourdes Klosinski De Oliveira | Professor de Pedagogia |
| 3º. | Maria De Fatima Pato | Professor de Pedagogia |
| 4º. | Ana Ligia Burin Arnaut Candido | Professor de Pedagogia |
| 5º. | Maluza Da Silva Vanelli | Professor de Pedagogia |
| 6º. | Edna Szczerba | Professor de Pedagogia |
| 7º. | Maria Aparecida Gomes Magalhaes | Professor de Pedagogia |
| 8º. | Vanilza Spak Da Silva | Professor de Pedagogia |
| 9º. | Maria Dos Anjos Pereira De Souza | Professor de Pedagogia |
| 10º. | Irismar Vieira Da Silva Mariano | Professor de Pedagogia |
| 11º. | Edevaldo Trindade De Almeida | Professor de Pedagogia |
| 12º. | Francesca Monica De Oliveira Ferreira | Professor de Pedagogia |
| 13º. | Geneci Barbosa Martins | Professor de Pedagogia |
| 14º. | Kely Melissa Da Silva Lehrbach | Professor de Pedagogia |
| 15º. | Aline Aparecida Barbosa | Professor de Pedagogia |
| 16º. | Shirley Tostes Do Nascimento | Professor de Pedagogia |
| 17º. | Schaiane Angelica Dellagnolo | Professor de Pedagogia |
| 18º. | Juliana Garcia Alves | Professor de Pedagogia |
| 19º. | Kelly Tieme Hashimoto De Souza | Professor de Pedagogia |
| 20º. | Solange Bodnariuc | Professor de Pedagogia |
| 21º. | Rosenilda Aparecida Correia | Professor de Pedagogia |
| 22º. | Leda Niele Mauer Schulter | Professor de Pedagogia |
| 23º. | Regina Barbosa Mariano Bremm | Professor de Pedagogia |
| 24º. | Beatriz Da Veiga Geremias | Professor de Pedagogia |
| 25º. | Janete Gomes Dos Santos Lima | Professor de Pedagogia |
| 26º. | Maria Salvador Dos Santos | Professor de Pedagogia |
| 27º. | Maria Aparecida Ferreira De Farias | Professor de Pedagogia |
| 28º. | Luciana Barbosa Sales Boek | Professor de Pedagogia |
| 29º. | Graziela Pereira Sales | Professor de Pedagogia |
| 30º. | Jose Alberto Lira | Professor de Pedagogia |
| 31º. | Lucineide Ribeiro Dos Santos De Oliveira | Professor de Pedagogia |
| 32º. | Marcia Schadek | Professor de Pedagogia |
| 33º. | Graciele Da Silva Gonçalves | Professor de Pedagogia |
| 34º. | Lucinei Guilherme Neves | Professor de Pedagogia |
| 35º. | Silvana Aparecida Da Cruz Araujo Martins | Professor de Pedagogia |
| 36º. | Francielcio Silva Da Costa | Professor de Pedagogia |
| 37º. | Fabiana Barbosa Fernandes | Professor de Pedagogia |
| 38º. | Suzemar Ribeiro De Brito Da Silva | Professor de Pedagogia |
| 39º. | Miria Machado Dos Santos Matias Castro | Professor de Pedagogia |
| 40º. | Ana Paula Pereira | Professor de Pedagogia |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 1º | **Josiane Denzer** | Licenciatura Em Língua Portuguesa – 15 Horas |
| 2º | Conceição Aparecida Dos Santos Santana | Licenciatura Em Língua Portuguesa – 15 Horas |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 1º | Millena Da Silva Morais | Licenciatura Em Matemática – 12 Horas |
| 2º | Jean Carlos Da Silva Duarte | Licenciatura Em Matemática – 12 Horas |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Monica Izolani Thrun | Licenciatura Em Matemática – 16 Horas |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Simone Assis Furtado | Licenciatura Em Letras (Inglês) |
| 2º | Flavia Regina Mauer | Licenciatura Em Letras (Inglês) |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Leticia De Souza Pogalsky | Licenciatura Em Ciências – 09 Horas |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Julia De Oliveira Dos Santos | Licenciatura Em História Ou Geografia – 15 Horas |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Andressa Gabryelle Bezerra Chica | Licenciatura Em Educação Física |
| 2º | Girlei Bento Da Silva | Licenciatura Em Educação Física |
| 3º | Keisiane Renata Batista De Souza | Licenciatura Em Educação Física |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Thais Larissa Dos Santos | Psicólogo |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 1º | Lucilene Lopes De Souza | Assistente Social |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 1º. | Wilba Nunes Xavier Da Silva Giroto | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 2º. | Sara Da Silva Rodrigues Mariano | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 3º. | Clézia Laurisbete S. Gomes | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 4º. | Lourdes Rodrigues Da Cunha Ghisi | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 5º. | Paloma De Jesus Silva | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 6º. | Cleonice De Lima Camargo | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 7º. | Sueli Machry | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 8º. | Solange Da Silva Moreira | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 9º. | Camila Borges De Aragão | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 10º. | Claudete Nunes De Magalhães | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 11º. | **Cleide Oliveira Silva** | Auxiliar De Sala – 40 Horas |

| | | |
|---|---|---|
| 12º. | Viviane Bernardo De Aguiar | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 13º | Daiane Dos Santos Silva | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 14º | Karina Malaquim Dos Santos | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 15º | Alexandra Aparecida Soares De Armada | Auxiliar De Sala – 40 Horas |
| 16º | Hélida Maria Vargas Giroto | Auxiliar De Sala – 40 Horas |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 1º. | Célia Regina De O. Vasconcelos | Auxiliar De Sala – 20 Horas |
| 2º. | Vanderleia De Siqueira | Auxiliar De Sala – 20 Horas |
| 3º. | **Eliane Lepka** | Auxiliar De Sala – 20 Horas |
| 4º. | Lara Stefhani Lira Cabral | Auxiliar De Sala – 20 Horas |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Eliana Camilo | Zeladora |
| 2º | Robcelia Diana Pontes Fernandes | Zeladora |
| 3º | Josiane Lopes De Araujo Nascimento | Zeladora |
| 4º | Debora Santos Da Silva | Zeladora |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Francisca Maria De Sousa Paula | Merendeira |
| 2º | Alessandra Da Silva | Merendeira |
| 3º | Marinalva Alves Da Silva | Merendeira |
| 4º | Zenilda Maria Barbosa De Souza | Merendeira |
| 5º | Eliane Cristina Ramalho Dos Santos | Merendeira |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Rogerio Brito Dos Santos | Motorista |
| 2º | Gideao De Oliveira Nascimento | Motorista |
| 3º | Marcos Antonio De Carvalho | Motorista |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Gelso Aparecido De Oliveira | Motorista - Apuy |
| 2º | Celson Patricio Pereira | Motorista - Apuy |
| 3º | Vicente Alves | Motorista - Apuy |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| **1º** | Rosangela Daiane Freitas Barbosa | Auxiliar De Banho/Corredor |
| 2º | Sara Santos Vieira Amancio | Auxiliar De Banho/Corredor |

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo até as 12:30:00 hs do dia 15/01/2024 para entregar a documentação.

**Os candidatos convocados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação, no dia 11/01/2024 para o processo de atribuição nos seguintes horários:**

**07:30 hs – Professores**

**10:00 hs – Demais profissionais**

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado e trazer original e 01 (uma) cópia dos seguintes documentos:

RG (Frente e Verso)

CPF

Título de Eleitor

Comprovante da Última Eleição ou Certidão Da Justiça Eleitoral de que está quite com a mesma

Certidão De Casamento ou Certidão De Nascimento

Certificado De Escolaridade Ou Diploma Do Curso (Registrado No Órgão Competente)

Histórico Escolar

Carteira Profissional de acordo com o cargo

Pis/Pasep

Telefone para contato e E-mail

Comprovante de residência, em nome do candidato;

Carteira de trabalho frente e verso

Atestado de saúde ocupacional (exame admissional)

Declaração De Bens (Anexo I)

Declaração de não acúmulo de cargo (Anexo II)

Foto 3x4 (Atualizada)

Número da conta do Banco do Brasil.

Carteira De Reservista (Se Masculino);

Carteira de habilitação, de acordo com o cargo;

Cópia de documentos do cônjuge;

Certidão de nascimento e CPF de filhos menores de 21 (vinte e um) anos;

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 10 de janeiro de 2024

**Edemilson Marino dos Santos**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

**OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".**

**ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

## SECRETARIA DE FINANÇAS
## RESOLUÇÃO Nº 004/2024 – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004/2024 – CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990) e na Lei Municipal n. 708/2014,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a Conselheira Tutelar Angela Harmatiuk Campos lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

09 de janeiro de 2024, Nova Monte Verde/MT.

_____

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

**SECRETARIA DE FINANÇAS**
**RESOLUÇÃO Nº 002/2024 – CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 002/2024 – CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990) e na Lei Municipal n. 708/2014,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a Conselheira Tutelar Sonia Freitas Firme lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

09 de janeiro de 2024, Nova Monte Verde/MT.

_____

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

**SECRETARIA DE FINANÇAS**
**RESOLUÇÃO Nº 005/2024 – CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 005/2024 – CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990) e na Lei Municipal n. 708/2014,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a Conselheira Tutelar Vanessa de Figueiredo Romero lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

09 de janeiro de 2024, Nova Monte Verde/MT.

_____

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

**SECRETARIA DE FINANÇAS**
**RESOLUÇÃO Nº 003/2024 – CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 003/2024 – CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990) e na Lei Municipal n. 708/2014,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a Conselheira Tutelar Geisiane da Silva Pimenta lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

09 de janeiro de 2024, Nova Monte Verde/MT.

_____

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

**SECRETARIA DE FINANÇAS**
**RESOLUÇÃO Nº 001/2024 – CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 001/2024 – CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990) e na Lei Municipal n. 708/2014,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a Conselheira Tutelar Mariana Clementina Cordioli lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

09 de janeiro de 2024, Nova Monte Verde/MT.

_____

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

# CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02.001.04.122.0002.10004.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.386,58 | 0,00 | 0,00 | 16.453,67 | 0,00 | 20.159,75 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.386,58 | 0,00 | 0,00 | 16.453,67 | 0,00 | 20.159,75 | 50.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20002.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.200.000,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 184.623,00 | 92.307,00 | 1.200.000,00 |
| **Total:** | 1.200.000,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 92.307,00 | 184.623,00 | 92.307,00 | 1.200.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20002.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 220.000,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 33.847,00 | 16.923,00 | 220.000,00 |
| **Total:** | 220.000,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 16.923,00 | 33.847,00 | 16.923,00 | 220.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20002.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 19.000,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 2.929,00 | 1.461,00 | 19.000,00 |
| **Total:** | 19.000,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 1.461,00 | 2.929,00 | 1.461,00 | 19.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20002.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 45.000,00 | 0,00 | 515,44 | 6.623,26 | 7.518,35 | 11.074,20 | 4.515,11 | 12.575,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.178,48 | 0,00 | 45.000,00 |
| **Total:** | 45.000,00 | 0,00 | 515,44 | 6.623,26 | 7.518,35 | 11.074,20 | 4.515,11 | 12.575,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.178,48 | 0,00 | 45.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20002.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.105,95 | 0,00 | 0,00 | 9.359,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.263,80 | 0,00 | 6.270,49 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.105,95 | 0,00 | 0,00 | 9.359,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.263,80 | 0,00 | 6.270,49 | 25.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20002.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 550.000,00 | 0,00 | 22.834,91 | 73.562,93 | 23.780,93 | 109.604,24 | 106.143,36 | 25.442,17 | 49.078,82 | 24.123,32 | 5.721,21 | 60.788,22 | 48.919,89 | 550.000,00 |
| **Total:** | 550.000,00 | 0,00 | 22.834,91 | 73.562,93 | 23.780,93 | 109.604,24 | 106.143,36 | 25.442,17 | 49.078,82 | 24.123,32 | 5.721,21 | 60.788,22 | 48.919,89 | 550.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20002.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250.000,00 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,34 | 20.833,34 | 20.833,34 | 20.833,34 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,34 | 20.833,34 | 20.833,34 | 20.833,34 | 250.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20003.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.320.000,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 203.082,00 | 101.538,00 | 1.320.000,00 |
| **Total:** | 1.320.000,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 101.538,00 | 203.082,00 | 101.538,00 | 1.320.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20003.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 205.000,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 31.541,00 | 15.769,00 | 205.000,00 |
| **Total:** | 205.000,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 15.769,00 | 31.541,00 | 15.769,00 | 205.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20003.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 33.000,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 5.082,00 | 2.538,00 | 33.000,00 |
| **Total:** | 33.000,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 2.538,00 | 5.082,00 | 2.538,00 | 33.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20003.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 556,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 211,18 | 0,00 | 0,00 | 2.232,44 | 3.000,00 |
| **Total:** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 556,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 211,18 | 0,00 | 0,00 | 2.232,44 | 3.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20003.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250.000,00 | 0,00 | 806,73 | 23.957,09 | 22.220,08 | 22.717,13 | 23.942,84 | 21.759,33 | 22.256,38 | 21.787,24 | 24.281,02 | 22.256,38 | 44.015,78 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 0,00 | 806,73 | 23.957,09 | 22.220,08 | 22.717,13 | 23.942,84 | 21.759,33 | 22.256,38 | 21.787,24 | 24.281,02 | 22.256,38 | 44.015,78 | 250.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20003.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 4.000,00 | 0,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 370,00 | 4.000,00 |
| **Total:** | 4.000,00 | 0,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 363,00 | 370,00 | 4.000,00 |
| 02.001.04.122.0002.20003.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 75.000,00 | 3.230,77 | 6.923,14 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 5.076,92 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 4.384,61 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 3.230,77 | 6.923,14 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 5.076,92 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 6.923,07 | 4.384,61 | 75.000,00 |
| 02.001.04.124.0002.20004.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 350.000,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 53.847,00 | 26.923,00 | 350.000,00 |
| **Total:** | 350.000,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 53.847,00 | 26.923,00 | 350.000,00 |
| 02.001.04.124.0002.20004.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 65.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | 5.000,00 | 65.000,00 |
| **Total:** | 65.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | 5.000,00 | 65.000,00 |
| 02.001.04.124.0002.20004.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.500,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,09 | 0,00 | 96,30 | 0,00 | 143,52 | 306,46 | 0,00 | 0,00 | 953,63 | 0,00 | 2.500,00 |
| **Total:** | 2.500,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,09 | 0,00 | 96,30 | 0,00 | 143,52 | 306,46 | 0,00 | 0,00 | 953,63 | 0,00 | 2.500,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02.001.04.124.0002.20004.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 9.000,00 | 0,00 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 1.015,68 | 759,51 | 759,51 | 1.148,73 | 759,51 | 9.000,00 |
| **Total:** | 9.000,00 | 0,00 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 759,51 | 1.015,68 | 759,51 | 759,51 | 1.148,73 | 759,51 | 9.000,00 |
| 02.001.04.124.0002.20004.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 28.000,00 | 0,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.550,00 | 28.000,00 |
| **Total:** | 28.000,00 | 0,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.545,00 | 2.550,00 | 28.000,00 |
| 02.001.04.124.0002.20004.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.10005.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20006.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 830.000,00 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,74 | 830.000,00 |
| **Total:** | 830.000,00 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,66 | 69.166,74 | 830.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20006.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 175.000,00 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,37 | 175.000,00 |
| **Total:** | 175.000,00 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,37 | 175.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20006.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20006.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.200.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 1.200.000,00 |
| **Total:** | 1.200.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 1.200.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20006.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 35.000,00 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,74 | 35.000,00 |
| **Total:** | 35.000,00 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,74 | 35.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20007.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 137.000,00 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,74 | 137.000,00 |
| **Total:** | 137.000,00 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,66 | 11.416,74 | 137.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20007.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 28.000,00 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,37 | 28.000,00 |
| **Total:** | 28.000,00 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,37 | 28.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20007.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 02.001.04.131.0002.20007.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 02.001.04.131.0002.20007.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 95.000,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 14.623,00 | 7.307,00 | 95.000,00 |
| **Total:** | 95.000,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 14.623,00 | 7.307,00 | 95.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 3.580.000,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 550.776,00 | 275.384,00 | 3.580.000,00 |
| **Total:** | 3.580.000,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 275.384,00 | 550.776,00 | 275.384,00 | 3.580.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 390.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 60.000,00 | 30.000,00 | 390.000,00 |
| **Total:** | 390.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 60.000,00 | 30.000,00 | 390.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 240.000,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 36.929,00 | 18.461,00 | 240.000,00 |
| **Total:** | 240.000,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 36.929,00 | 18.461,00 | 240.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04.001.04.131.0002.20008.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 80.000,00 | 1.164,81 | 1.688,51 | 5.812,91 | 7.798,94 | 11.659,34 | 5.973,18 | 6.669,62 | 7.129,03 | 5.580,31 | 9.144,05 | 5.473,58 | 11.905,72 | 80.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 1.164,81 | 1.688,51 | 5.812,91 | 7.798,94 | 11.659,34 | 5.973,18 | 6.669,62 | 7.129,03 | 5.580,31 | 9.144,05 | 5.473,58 | 11.905,72 | 80.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.000,00 | 1.818,59 | 0,00 | 3.181,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 1.818,59 | 0,00 | 3.181,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.500.000,00 | 16.461,04 | 6.095,70 | 71.754,43 | 66.861,76 | 29.052,15 | 13.406,03 | 412.375,64 | 21.689,97 | 5.255,13 | 762.191,19 | 53.899,44 | 40.957,52 | 1.500.000,00 |
| **Total:** | 1.500.000,00 | 16.461,04 | 6.095,70 | 71.754,43 | 66.861,76 | 29.052,15 | 13.406,03 | 412.375,64 | 21.689,97 | 5.255,13 | 762.191,19 | 53.899,44 | 40.957,52 | 1.500.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 280.000,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.337,00 | 280.000,00 |
| **Total:** | 280.000,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.333,00 | 23.337,00 | 280.000,00 |
| 04.001.04.131.0002.20008.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 75.000,00 | 6.696,50 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 4.464,29 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 3.571,43 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 6.696,50 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 4.464,29 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 6.696,42 | 3.571,43 | 75.000,00 |
| 04.001.04.451.0002.10007.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.688,82 | 40.311,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.688,82 | 40.311,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 04.001.15.127.0005.10009.4.4.90.61.00.00 AQUISICAO DE IMOVEIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 80.000,00 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,74 | 80.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,74 | 80.000,00 |
| 04.001.15.451.0005.10008.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17540000000 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS | 3.500.000,00 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,66 | 291.666,74 | 3.500.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 1.000.000,00 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,37 | 1.000.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 337.826,77 | 462.173,23 | 800.000,00 |
| **Total:** | 5.300.000,00 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 374.999,99 | 712.826,76 | 837.173,34 | 5.300.000,00 |
| 04.001.19.573.0002.20009.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 04.001.19.573.0002.20009.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| 04.001.19.573.0002.20010.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 720.000,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 0,00 | 720.000,00 |
| **Total:** | 720.000,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 0,00 | 720.000,00 |
| 04.001.19.573.0002.20010.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 04.001.19.573.0002.20010.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.489,02 | 0,00 | 23.510,98 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.489,02 | 0,00 | 23.510,98 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 04.001.19.573.0002.20011.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 04.001.19.573.0002.20011.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.10011.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 7.017,15 | 0,00 | 22.757,39 | 924,30 | 0,00 | 13.782,14 | 2.759,51 | 1.655,71 | 1.103,80 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 7.017,15 | 0,00 | 22.757,39 | 924,30 | 0,00 | 13.782,14 | 2.759,51 | 1.655,71 | 1.103,80 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.10098.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 18.580,47 | 11.419,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 18.580,47 | 11.419,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.1.90.03.00.00 PENSOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 28.500,00 | 2.192,30 | 2.192,30 | 2.192,30 | 0,00 | 4.384,61 | 2.192,30 | 0,00 | 2.192,30 | 4.384,61 | 0,00 | 6.576,98 | 2.192,30 | 28.500,00 |
| **Total:** | 28.500,00 | 2.192,30 | 2.192,30 | 2.192,30 | 0,00 | 4.384,61 | 2.192,30 | 0,00 | 2.192,30 | 4.384,61 | 0,00 | 6.576,98 | 2.192,30 | 28.500,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 47.000,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 7.235,00 | 3.615,00 | 47.000,00 |
| **Total:** | 47.000,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 3.615,00 | 7.235,00 | 3.615,00 | 47.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.208.231,00 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 184.019,25 | 2.208.231,00 |
| 17490000000 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERENCIAS - UNIÃO | 2.691.769,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 207.059,00 | 414.120,00 | 207.059,00 | 2.691.769,00 |
| **Total:** | 4.900.000,00 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 391.078,25 | 598.139,25 | 391.078,25 | 4.900.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 240.000,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 36.929,00 | 18.461,00 | 240.000,00 |
| **Total:** | 240.000,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 18.461,00 | 36.929,00 | 18.461,00 | 240.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 520.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 80.000,00 | 40.000,00 | 520.000,00 |
| **Total:** | 520.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 80.000,00 | 40.000,00 | 520.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 200.000,00 | 1.754,10 | 13.257,37 | 27.988,34 | 14.176,19 | 29.063,85 | 21.642,94 | 16.388,08 | 14.023,27 | 18.101,16 | 16.249,46 | 16.667,66 | 10.687,58 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 1.754,10 | 13.257,37 | 27.988,34 | 14.176,19 | 29.063,85 | 21.642,94 | 16.388,08 | 14.023,27 | 18.101,16 | 16.249,46 | 16.667,66 | 10.687,58 | 200.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.31.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 70.000,00 | 0,00 | 5.494,93 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 4.068,20 | 8.136,47 | 70.000,00 |
| **Total:** | 70.000,00 | 0,00 | 5.494,93 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 6.537,55 | 4.068,20 | 8.136,47 | 70.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000.000,00 | 14.539,03 | 153.733,23 | 216.498,58 | 142.643,41 | 235.757,40 | 90.099,88 | 236.457,50 | 168.216,13 | 131.227,10 | 173.138,42 | 231.706,61 | 205.982,71 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 2.000.000,00 | 14.539,03 | 153.733,23 | 216.498,58 | 142.643,41 | 235.757,40 | 90.099,88 | 236.457,50 | 168.216,13 | 131.227,10 | 173.138,42 | 231.706,61 | 205.982,71 | 2.000.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.180.000,00 | 0,00 | 17.777,30 | 47.379,74 | 36.404,78 | 132.210,57 | 114.424,10 | 121.018,06 | 128.997,85 | 115.370,03 | 136.725,99 | 124.019,38 | 205.672,20 | 1.180.000,00 |
| **Total:** | 1.180.000,00 | 0,00 | 17.777,30 | 47.379,74 | 36.404,78 | 132.210,57 | 114.424,10 | 121.018,06 | 128.997,85 | 115.370,03 | 136.725,99 | 124.019,38 | 205.672,20 | 1.180.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.339.100,00 | 111.500,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 1.339.100,00 |
| **Total:** | 1.339.100,00 | 111.500,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 111.600,00 | 1.339.100,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 75.000,00 | 6.656,86 | 4.437,88 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 5.325,43 | 5.325,43 | 6.656,80 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 6.656,86 | 4.437,88 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 6.656,80 | 5.325,43 | 5.325,43 | 6.656,80 | 75.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20012.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20013.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20013.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 05.001.04.122.0002.20013.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05.001.04.122.0002.20013.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 05.001.04.122.0031.10015.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 0,00 | 445,85 | 41,50 | 44,29 | 335,43 | 17,50 | 0,00 | 17,52 | 43,41 | 21,06 | 12,33 | 21,11 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 445,85 | 41,50 | 44,29 | 335,43 | 17,50 | 0,00 | 17,52 | 43,41 | 21,06 | 12,33 | 21,11 | 1.000,00 |
| 05.001.04.122.0031.10096.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 05.001.04.122.0031.10096.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 05.001.04.122.0032.20016.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 70.000,00 | 2.692,00 | 2.692,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 13.983,00 | 5.833,00 | 70.000,00 |
| **Total:** | 70.000,00 | 2.692,00 | 2.692,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 5.600,00 | 13.983,00 | 5.833,00 | 70.000,00 |
| 05.001.04.122.0032.20016.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 320.000,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 49.235,00 | 24.615,00 | 320.000,00 |
| **Total:** | 320.000,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 24.615,00 | 49.235,00 | 24.615,00 | 320.000,00 |
| 05.001.04.122.0032.20016.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 7.694,00 | 3.846,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 7.694,00 | 3.846,00 | 50.000,00 |
| 05.001.04.122.0032.20016.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120,36 | 813,61 | 0,00 | 4.220,03 | 2.109,76 | 2.740,35 | 3.030,34 | 693,56 | 12.777,34 | 3.494,65 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120,36 | 813,61 | 0,00 | 4.220,03 | 2.109,76 | 2.740,35 | 3.030,34 | 693,56 | 12.777,34 | 3.494,65 | 30.000,00 |
| 05.001.04.122.0032.20016.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.162,12 | 3.330,93 | 1.917,25 | 1.917,25 | 4.328,45 | 3.996,00 | 1.917,25 | 380,83 | 4.529,99 | 519,93 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.162,12 | 3.330,93 | 1.917,25 | 1.917,25 | 4.328,45 | 3.996,00 | 1.917,25 | 380,83 | 4.529,99 | 519,93 | 25.000,00 |
| 05.001.04.122.0032.20016.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| 05.001.04.122.0032.20016.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.247,31 | 0,00 | 878,24 | 3.180,77 | 1.430,00 | 3.195,94 | 0,00 | 0,00 | 1.068,43 | 999,31 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.247,31 | 0,00 | 878,24 | 3.180,77 | 1.430,00 | 3.195,94 | 0,00 | 0,00 | 1.068,43 | 999,31 | 15.000,00 |
| 05.001.04.122.0033.20018.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,02 | 0,00 | 0,00 | 149.999,99 | 0,00 | 0,00 | 149.999,99 | 450.000,00 |
| **Total:** | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,02 | 0,00 | 0,00 | 149.999,99 | 0,00 | 0,00 | 149.999,99 | 450.000,00 |
| 05.001.04.126.0029.10016.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 105.000,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 105.000,00 |
| **Total:** | 105.000,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 105.000,00 |
| 05.001.04.126.0029.10016.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.641,04 | 12.491,87 | 205,65 | 0,00 | 165,36 | 165,36 | 165,36 | 165,36 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.641,04 | 12.491,87 | 205,65 | 0,00 | 165,36 | 165,36 | 165,36 | 165,36 | 15.000,00 |
| 05.001.04.126.0029.10016.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.992,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.007,11 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.992,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.007,11 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 05.001.04.126.0029.20015.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.123,91 | 3.389,98 | 5.266,33 | 13.525,95 | 268,21 | 1.134,96 | 1.800,98 | 976,38 | 1.336,10 | 21.177,20 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.123,91 | 3.389,98 | 5.266,33 | 13.525,95 | 268,21 | 1.134,96 | 1.800,98 | 976,38 | 1.336,10 | 21.177,20 | 50.000,00 |
| 05.001.04.126.0029.20015.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 05.001.04.126.0029.20015.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.333,88 | 995,34 | 644,65 | 925,20 | 644,65 | 644,65 | 10.301,14 | 4.510,49 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.333,88 | 995,34 | 644,65 | 925,20 | 644,65 | 644,65 | 10.301,14 | 4.510,49 | 20.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05.001.04.126.0029.20015.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 167,40 | 398,91 | 0,00 | 134,46 | 625,26 | 2.903,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.770,86 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 167,40 | 398,91 | 0,00 | 134,46 | 625,26 | 2.903,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.770,86 | 10.000,00 |
| 05.001.11.331.0032.20017.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 450.000,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 69.235,00 | 34.615,00 | 450.000,00 |
| **Total:** | 450.000,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 69.235,00 | 34.615,00 | 450.000,00 |
| 05.001.11.331.0032.20017.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 80.000,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 12.317,00 | 6.153,00 | 80.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 6.153,00 | 12.317,00 | 6.153,00 | 80.000,00 |
| 05.001.11.331.0032.20017.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| 05.001.11.331.0032.20017.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.715,27 | 0,00 | 21.227,23 | 12.028,75 | 12.028,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.715,27 | 0,00 | 21.227,23 | 12.028,75 | 12.028,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 05.001.11.331.0032.20017.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.796,74 | 12.611,80 | 9.176,99 | 24.738,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.675,90 | 70.000,00 |
| **Total:** | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.796,74 | 12.611,80 | 9.176,99 | 24.738,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.675,90 | 70.000,00 |
| 05.001.11.331.0032.20017.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 05.001.14.422.0044.20019.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 300.000,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 46.164,00 | 23.076,00 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 46.164,00 | 23.076,00 | 300.000,00 |
| 05.001.14.422.0044.20019.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 3.082,00 | 1.538,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 1.538,00 | 3.082,00 | 1.538,00 | 20.000,00 |
| 05.001.14.422.0044.20019.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 39.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 6.000,00 | 3.000,00 | 39.000,00 |
| **Total:** | 39.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 6.000,00 | 3.000,00 | 39.000,00 |
| 05.001.14.422.0044.20019.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 706,37 | 13.988,28 | 0,00 | 1.771,39 | 0,00 | 2.133,97 | 0,00 | 1.399,99 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 706,37 | 13.988,28 | 0,00 | 1.771,39 | 0,00 | 2.133,97 | 0,00 | 1.399,99 | 0,00 | 20.000,00 |
| 05.001.14.422.0044.20019.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 05.001.14.422.0044.20019.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.517,41 | 0,00 | 0,00 | 2.907,27 | 0,00 | 3.721,48 | 0,00 | 3.853,84 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.517,41 | 0,00 | 0,00 | 2.907,27 | 0,00 | 3.721,48 | 0,00 | 3.853,84 | 0,00 | 20.000,00 |
| 05.001.14.422.0044.20019.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.528,78 | 6.471,22 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.528,78 | 6.471,22 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 05.002.06.131.0009.20014.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 05.002.06.181.0054.10019.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.10013.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.10013.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05.002.06.183.0009.10013.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 180.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 180.000,00 |
| **Total:** | 180.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 180.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.10013.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 780.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 120.000,00 | 60.000,00 | 780.000,00 |
| **Total:** | 780.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 120.000,00 | 60.000,00 | 780.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 7.694,00 | 3.846,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 3.846,00 | 7.694,00 | 3.846,00 | 50.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 95.000,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 14.623,00 | 7.307,00 | 95.000,00 |
| **Total:** | 95.000,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 7.307,00 | 14.623,00 | 7.307,00 | 95.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.768,76 | 121,87 | 44,32 | 0,00 | 37,07 | 18.865,38 | 162,60 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.768,76 | 121,87 | 44,32 | 0,00 | 37,07 | 18.865,38 | 162,60 | 30.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 1.979,81 | 0,00 | 1.979,81 | 0,00 | 3.959,62 | 138,08 | 2.302,80 | 4.298,72 | 0,00 | 2.801,82 | 3.787,49 | 3.751,85 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 1.979,81 | 0,00 | 1.979,81 | 0,00 | 3.959,62 | 138,08 | 2.302,80 | 4.298,72 | 0,00 | 2.801,82 | 3.787,49 | 3.751,85 | 25.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500.000,00 | 0,00 | 32.166,74 | 38.258,29 | 41.445,61 | 49.749,41 | 50.095,40 | 44.035,31 | 52.517,41 | 50.724,48 | 47.662,98 | 46.645,97 | 46.698,40 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 0,00 | 32.166,74 | 38.258,29 | 41.445,61 | 49.749,41 | 50.095,40 | 44.035,31 | 52.517,41 | 50.724,48 | 47.662,98 | 46.645,97 | 46.698,40 | 500.000,00 |
| 05.002.06.183.0009.20139.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.789,30 | 0,00 | 0,00 | 6.442,47 | 5.284,86 | 0,00 | 6.483,37 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.789,30 | 0,00 | 0,00 | 6.442,47 | 5.284,86 | 0,00 | 6.483,37 | 30.000,00 |
| 05.002.06.183.0054.10020.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.726,64 | 92.273,36 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.726,64 | 92.273,36 | 100.000,00 |
| 05.002.06.451.0009.10014.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 05.002.15.451.0005.10097.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 134.568,15 | 11.697,43 | 70.429,27 | 3.921,39 | 177.349,44 | 16.722,93 | 85.311,39 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 134.568,15 | 11.697,43 | 70.429,27 | 3.921,39 | 177.349,44 | 16.722,93 | 85.311,39 | 500.000,00 |
| 05.002.15.451.0005.10097.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 05.002.15.451.0005.10097.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 05.002.15.451.0005.10097.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.1.90.07.00.00 CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 4.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 409,51 | 0,00 | 818,99 | 409,51 | 409,51 | 660,58 | 970,09 | 521,81 | 4.200,00 |
| **Total:** | 4.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 409,51 | 0,00 | 818,99 | 409,51 | 409,51 | 660,58 | 970,09 | 521,81 | 4.200,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.195.800,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 168.907,00 | 337.823,00 | 168.907,00 | 2.195.800,00 |
| 17490000000 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERENCIAS - UNIÃO | 1.500.000,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 230.776,00 | 115.384,00 | 1.500.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 3.695.800,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 284.291,00 | 568.599,00 | 284.291,00 | 3.695.800,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 17.200,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 2.647,00 | 1.323,00 | 17.200,00 |
| **Total:** | 17.200,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 1.323,00 | 2.647,00 | 1.323,00 | 17.200,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.1.90.92.00.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| **Total:** | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 350.000,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 53.847,00 | 26.923,00 | 350.000,00 |
| **Total:** | 350.000,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 26.923,00 | 53.847,00 | 26.923,00 | 350.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.1.91.92.00.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| **Total:** | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 63.000,00 | 0,00 | 975,51 | 8.888,90 | 5.746,98 | 1.595,08 | 2.054,49 | 3.641,41 | 11.789,64 | 11.757,48 | 5.924,93 | 9.391,35 | 1.234,23 | 63.000,00 |
| **Total:** | 63.000,00 | 0,00 | 975,51 | 8.888,90 | 5.746,98 | 1.595,08 | 2.054,49 | 3.641,41 | 11.789,64 | 11.757,48 | 5.924,93 | 9.391,35 | 1.234,23 | 63.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.35.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 175.000,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 26.929,00 | 13.461,00 | 175.000,00 |
| **Total:** | 175.000,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 13.461,00 | 26.929,00 | 13.461,00 | 175.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 10.000,00 | 0,00 | 4.901,96 | 5.098,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 4.901,96 | 5.098,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 340.000,00 | 10.079,28 | 21.071,22 | 41.756,50 | 8.478,67 | 24.209,46 | 7.664,88 | 9.210,44 | 11.635,97 | 10.673,93 | 10.228,28 | 180.798,21 | 4.193,16 | 340.000,00 |
| **Total:** | 340.000,00 | 10.079,28 | 21.071,22 | 41.756,50 | 8.478,67 | 24.209,46 | 7.664,88 | 9.210,44 | 11.635,97 | 10.673,93 | 10.228,28 | 180.798,21 | 4.193,16 | 340.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 600.000,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 92.317,00 | 46.153,00 | 600.000,00 |
| **Total:** | 600.000,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 46.153,00 | 92.317,00 | 46.153,00 | 600.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.47.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 16.000,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.337,00 | 16.000,00 |
| **Total:** | 16.000,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.333,00 | 1.337,00 | 16.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.92.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 06.001.04.122.0002.20020.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 75.000,00 | 5.874,77 | 5.874,77 | 5.874,77 | 5.874,77 | 3.329,04 | 5.287,29 | 5.874,77 | 5.874,77 | 5.874,77 | 3.916,52 | 15.468,99 | 5.874,77 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 5.874,77 | 5.874,77 | 5.874,77 | 5.874,77 | 3.329,04 | 5.287,29 | 5.874,77 | 5.874,77 | 5.874,77 | 3.916,52 | 15.468,99 | 5.874,77 | 75.000,00 |
| 06.001.04.122.0031.10010.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.912,57 | 0,00 | 13.186,34 | 5.511,73 | 8.738,96 | 5.054,48 | 11.595,92 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.912,57 | 0,00 | 13.186,34 | 5.511,73 | 8.738,96 | 5.054,48 | 11.595,92 | 50.000,00 |
| 06.001.28.843.0003.30001.3.2.90.21.00.00 JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.663.788,00 | 5.601,48 | 150.080,81 | 121.165,19 | 166.738,78 | 138.286,05 | 165.101,10 | 151.632,62 | 156.612,57 | 156.640,86 | 157.606,31 | 146.712,42 | 147.609,81 | 1.663.788,00 |
| **Total:** | 1.663.788,00 | 5.601,48 | 150.080,81 | 121.165,19 | 166.738,78 | 138.286,05 | 165.101,10 | 151.632,62 | 156.612,57 | 156.640,86 | 157.606,31 | 146.712,42 | 147.609,81 | 1.663.788,00 |
| 06.001.28.843.0003.30001.4.4.6.90.71.00.00 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 2.200.000,00 | 33.530,31 | 355.013,35 | 348.885,64 | 349.363,06 | 131.846,75 | 174.440,29 | 125.679,54 | 125.954,75 | 175.042,94 | 126.497,45 | 126.754,65 | 126.991,27 | 2.200.000,00 |
| **Total:** | 2.200.000,00 | 33.530,31 | 355.013,35 | 348.885,64 | 349.363,06 | 131.846,75 | 174.440,29 | 125.679,54 | 125.954,75 | 175.042,94 | 126.497,45 | 126.754,65 | 126.991,27 | 2.200.000,00 |
| 06.001.28.846.0003.30002.3.1.90.91.00.00 DIVERSAS SENTENCAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 400.000,00 | 42.989,70 | 5.726,27 | 5.467,78 | 56.191,59 | 34.907,58 | 20.308,32 | 58.831,68 | 5.518,86 | 11.037,73 | 0,00 | 159.020,49 | 0,00 | 400.000,00 |
| **Total:** | 400.000,00 | 42.989,70 | 5.726,27 | 5.467,78 | 56.191,59 | 34.907,58 | 20.308,32 | 58.831,68 | 5.518,86 | 11.037,73 | 0,00 | 159.020,49 | 0,00 | 400.000,00 |
| 06.001.28.846.0003.30002.3.3.90.91.00.00 SENTENCAS JUDICIAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 200.000,00 | 92.739,26 | 0,00 | 41.253,80 | 1.088,28 | 3.402,34 | 587,25 | 32.651,50 | 1.781,21 | 22.077,81 | 513,08 | 3.905,47 | 0,00 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 92.739,26 | 0,00 | 41.253,80 | 1.088,28 | 3.402,34 | 587,25 | 32.651,50 | 1.781,21 | 22.077,81 | 513,08 | 3.905,47 | 0,00 | 200.000,00 |
| 06.001.28.846.0004.30003.3.3.90.47.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 4.100.000,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.674,00 | 4.100.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 4.100.000,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.666,00 | 341.674,00 | 4.100.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20023,3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.001.12.122.0002.20023,3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.001.12,122,0002,20023,3,1.90,13,00,00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.001.12,122,0002,20023,3,1.91,13,00,00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.001.12,122,0002,20023,3,3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 170.000,00 | 621,83 | 37.525,18 | 8.201,52 | 7.271,32 | 20.327,13 | 26.109,49 | 19.196,05 | 16.481,45 | 10.803,54 | 3.965,97 | 10.828,50 | 8.668,02 | 170.000,00 |
| **Total:** | 170.000,00 | 621,83 | 37.525,18 | 8.201,52 | 7.271,32 | 20.327,13 | 26.109,49 | 19.196,05 | 16.481,45 | 10.803,54 | 3.965,97 | 10.828,50 | 8.668,02 | 170.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20023,3,3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20023,3,3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 350.000,00 | 4.478,67 | 86.694,06 | 11.162,83 | 9.870,23 | 31.720,34 | 30.627,56 | 30.569,06 | 32.105,35 | 29.640,47 | 26.477,49 | 28.557,63 | 28.096,31 | 350.000,00 |
| **Total:** | 350.000,00 | 4.478,67 | 86.694,06 | 11.162,83 | 9.870,23 | 31.720,34 | 30.627,56 | 30.569,06 | 32.105,35 | 29.640,47 | 26.477,49 | 28.557,63 | 28.096,31 | 350.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,1.90,04,00,00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 460.000,00 | 10.966,66 | 39.674,09 | 47.013,45 | 43.394,92 | 42.807,17 | 43.158,21 | 43.460,77 | 45.446,72 | 29.313,15 | 26.158,87 | 48.306,63 | 40.299,36 | 460.000,00 |
| **Total:** | 460.000,00 | 10.966,66 | 39.674,09 | 47.013,45 | 43.394,92 | 42.807,17 | 43.158,21 | 43.460,77 | 45.446,72 | 29.313,15 | 26.158,87 | 48.306,63 | 40.299,36 | 460.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,1.90,11,00,00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.350.000,00 | 120.230,79 | 124.521,65 | 102.535,95 | 91.538,86 | 93.160,02 | 106.689,53 | 88.469,95 | 99.923,83 | 102.982,84 | 103.230,97 | 171.714,74 | 145.000,87 | 1.350.000,00 |
| **Total:** | 1.350.000,00 | 120.230,79 | 124.521,65 | 102.535,95 | 91.538,86 | 93.160,02 | 106.689,53 | 88.469,95 | 99.923,83 | 102.982,84 | 103.230,97 | 171.714,74 | 145.000,87 | 1.350.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,1.90,13,00,00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 114.000,00 | 15.825,55 | 8.057,27 | 9.396,60 | 7.985,97 | 8.647,20 | 9.528,85 | 7.985,97 | 7.985,97 | 7.614,57 | 8.348,13 | 14.637,95 | 7.985,97 | 114.000,00 |
| **Total:** | 114.000,00 | 15.825,55 | 8.057,27 | 9.396,60 | 7.985,97 | 8.647,20 | 9.528,85 | 7.985,97 | 7.985,97 | 7.614,57 | 8.348,13 | 14.637,95 | 7.985,97 | 114.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,1.91,13,00,00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 125.000,00 | 7.151,22 | 9.611,93 | 10.203,93 | 8.845,82 | 8.889,63 | 9.726,66 | 8.093,32 | 10.101,00 | 10.468,86 | 9.698,49 | 17.712,00 | 14.497,14 | 125.000,00 |
| **Total:** | 125.000,00 | 7.151,22 | 9.611,93 | 10.203,93 | 8.845,82 | 8.889,63 | 9.726,66 | 8.093,32 | 10.101,00 | 10.468,86 | 9.698,49 | 17.712,00 | 14.497,14 | 125.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 650.000,00 | 4.375,20 | 24.601,33 | 62.086,37 | 66.255,41 | 33.718,02 | 54.474,30 | 39.949,04 | 143.082,78 | 54.709,68 | 37.163,84 | 107.698,39 | 21.885,64 | 650.000,00 |
| **Total:** | 650.000,00 | 4.375,20 | 24.601,33 | 62.086,37 | 66.255,41 | 33.718,02 | 54.474,30 | 39.949,04 | 143.082,78 | 54.709,68 | 37.163,84 | 107.698,39 | 21.885,64 | 650.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 4.750.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.939.380,56 | 0,00 | 292.027,93 | 1.251.840,79 | 11.600,39 | 1.255.150,33 | 0,00 | 0,00 | 4.750.000,00 |
| **Total:** | 4.750.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.939.380,56 | 0,00 | 292.027,93 | 1.251.840,79 | 11.600,39 | 1.255.150,33 | 0,00 | 0,00 | 4.750.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 80.000,00 | 0,00 | 10.016,54 | 0,00 | 16.902,88 | 0,00 | 22.454,51 | 4.339,31 | 0,00 | 26.286,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 0,00 | 10.016,54 | 0,00 | 16.902,88 | 0,00 | 22.454,51 | 4.339,31 | 0,00 | 26.286,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 280.000,00 | 0,00 | 15.902,70 | 26.580,32 | 26.092,31 | 26.930,51 | 26.930,51 | 26.930,51 | 26.930,51 | 26.930,51 | 19.193,02 | 19.193,02 | 38.386,08 | 280.000,00 |
| **Total:** | 280.000,00 | 0,00 | 15.902,70 | 26.580,32 | 26.092,31 | 26.930,51 | 26.930,51 | 26.930,51 | 26.930,51 | 26.930,51 | 19.193,02 | 19.193,02 | 38.386,08 | 280.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 800.000,00 | 916,51 | 16.290,81 | 21.909,82 | 11.024,13 | 43.024,12 | 32.821,61 | 61.829,40 | 79.114,08 | 263.651,45 | 51.992,19 | 30.609,75 | 186.816,13 | 800.000,00 |
| **Total:** | 800.000,00 | 916,51 | 16.290,81 | 21.909,82 | 11.024,13 | 43.024,12 | 32.821,61 | 61.829,40 | 79.114,08 | 263.651,45 | 51.992,19 | 30.609,75 | 186.816,13 | 800.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 180.000,00 | 0,00 | 23.077,33 | 23.083,97 | 12.311,36 | 17.235,80 | 11.444,53 | 8.930,92 | 15.573,57 | 8.930,92 | 28.561,70 | 21.918,98 | 8.930,92 | 180.000,00 |
| **Total:** | 180.000,00 | 0,00 | 23.077,33 | 23.083,97 | 12.311,36 | 17.235,80 | 11.444,53 | 8.930,92 | 15.573,57 | 8.930,92 | 28.561,70 | 21.918,98 | 8.930,92 | 180.000,00 |
| 07.001.12,122,0002,20024,3,3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 4.741.400,00 | 0,00 | 343.769,66 | 407.815,85 | 424.041,34 | 429.965,85 | 437.135,43 | 435.569,99 | 444.287,23 | 455.192,85 | 456.598,47 | 455.779,96 | 451.243,37 | 4.741.400,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 4.741.400,00 | 0,00 | 343.769,66 | 407.815,85 | 424.041,34 | 429.965,85 | 437.135,43 | 435.569,99 | 444.287,23 | 455.192,85 | 456.598,47 | 455.779,96 | 451.243,37 | 4.741.400,00 |
| 07.001.12.122.0002.20024.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 75.000,00 | 4.411,81 | 6.966,05 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 3.482,34 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 4.411,80 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 4.411,81 | 6.966,05 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 3.482,34 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 6.966,00 | 4.411,80 | 75.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20024.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100.000,00 | 0,00 | 2.885,67 | 2.668,43 | 255,35 | 23.745,05 | 2.787,97 | 662,18 | 18.058,86 | 17.311,74 | 2.885,67 | 25.784,67 | 2.954,41 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 2.885,67 | 2.668,43 | 255,35 | 23.745,05 | 2.787,97 | 662,18 | 18.058,86 | 17.311,74 | 2.885,67 | 25.784,67 | 2.954,41 | 100.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20025.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.001.12.122.0002.20025.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.001.12.122.0002.20025.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 5.000,00 | 0,00 | 394,79 | 0,00 | 0,00 | 4.106,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 499,09 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 0,00 | 394,79 | 0,00 | 0,00 | 4.106,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 499,09 | 5.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20025.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| **Total:** | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20025.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| **Total:** | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20025.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 110.000,00 | 0,00 | 5.698,85 | 14.372,61 | 10.475,70 | 11.934,97 | 11.470,77 | 10.589,48 | 9.788,04 | 12.001,66 | 6.136,36 | 6.276,83 | 11.254,73 | 110.000,00 |
| **Total:** | 110.000,00 | 0,00 | 5.698,85 | 14.372,61 | 10.475,70 | 11.934,97 | 11.470,77 | 10.589,48 | 9.788,04 | 12.001,66 | 6.136,36 | 6.276,83 | 11.254,73 | 110.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20025.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20026.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 170.000,00 | 6.212,44 | 11.846,98 | 11.846,98 | 11.846,98 | 11.846,98 | 11.846,98 | 13.346,67 | 12.438,65 | 12.438,65 | 12.438,65 | 35.001,09 | 18.888,95 | 170.000,00 |
| **Total:** | 170.000,00 | 6.212,44 | 11.846,98 | 11.846,98 | 11.846,98 | 11.846,98 | 11.846,98 | 13.346,67 | 12.438,65 | 12.438,65 | 12.438,65 | 35.001,09 | 18.888,95 | 170.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20026.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 37.000,00 | 1.490,22 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.947,42 | 2.983,74 | 2.983,74 | 2.983,74 | 5.372,71 | 4.029,38 | 37.000,00 |
| **Total:** | 37.000,00 | 1.490,22 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.841,81 | 2.947,42 | 2.983,74 | 2.983,74 | 2.983,74 | 5.372,71 | 4.029,38 | 37.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20026.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.703,71 | 5.774,52 | 0,00 | 2.521,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.703,71 | 5.774,52 | 0,00 | 2.521,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20026.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20026.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 50.000,00 | 0,00 | 5.298,79 | 5.587,66 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 5.298,79 | 5.587,66 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 5.587,65 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20026.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 150.000,00 | 0,00 | 2.412,55 | 16.566,29 | 20.528,10 | 20.386,23 | 2.034,95 | 11.815,70 | 13.553,19 | 16.304,50 | 9.674,86 | 11.855,11 | 24.868,52 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 0,00 | 2.412,55 | 16.566,29 | 20.528,10 | 20.386,23 | 2.034,95 | 11.815,70 | 13.553,19 | 16.304,50 | 9.674,86 | 11.855,11 | 24.868,52 | 150.000,00 |
| 07.001.12.122.0002.20026.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 07.001.12.306.0014.20028.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000.000,00 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,74 | 2.000.000,00 |
| 15520000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESC | 561.342,00 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 46.778,50 | 561.342,00 |
| **Total:** | 2.561.342,00 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,16 | 213.445,24 | 2.561.342,00 |
| 07.001.12.306.0014.20151.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15520000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESC | 12.947,00 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,91 | 1.078,99 | 12.947,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 337.053,00 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 28.087,75 | 337.053,00 |
| **Total:** | 350.000,00 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,66 | 29.166,74 | 350.000,00 |
| 07.001.12.306.0014.20173.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15520000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESC | 682.705,00 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,08 | 56.892,12 | 682.705,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.140.000,00 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,33 | 178.333,37 | 2.140.000,00 |
| **Total:** | 2.822.705,00 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,41 | 235.225,49 | 2.822.705,00 |
| 07.001.12.361.0010.10027.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 265.000,00 | 0,00 | 0,00 | 98.980,10 | 12.887,13 | 32.491,04 | 17.748,67 | 38.853,31 | 17.584,51 | 22.962,83 | 14.404,20 | 9.088,21 | 0,00 | 265.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 266.000,00 | 83,33 | 83,33 | 99.063,43 | 12.970,46 | 32.574,37 | 17.832,00 | 38.936,64 | 17.667,84 | 23.046,16 | 14.487,53 | 9.171,54 | 83,37 | 266.000,00 |
| 07.001.12.361.0010.10027.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 07.001.12.361.0010.10027.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 420.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.719,15 | 0,00 | 89.776,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 188.182,82 | 131.783,54 | 8.538,46 | 0,00 | 420.000,00 |
| **Total:** | 421.000,00 | 83,33 | 83,33 | 1.802,48 | 83,33 | 89.859,36 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 188.266,15 | 131.866,87 | 8.621,79 | 83,37 | 421.000,00 |
| 07.001.12.361.0010.10027.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 2.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 2.001.000,00 | 83,33 | 83,33 | 500.083,33 | 83,33 | 500.083,33 | 83,33 | 83,33 | 500.083,33 | 83,33 | 500.083,33 | 83,33 | 83,37 | 2.001.000,00 |
| 07.001.12.361.0010.10027.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 2.000.000,00 | 0,00 | 96.732,44 | 331.878,92 | 307.460,94 | 54.973,23 | 33.834,00 | 27.835,90 | 74.759,45 | 73.513,28 | 204.559,10 | 177.014,94 | 617.437,80 | 2.000.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 2.000.100,00 | 8,33 | 96.740,77 | 331.887,25 | 307.469,27 | 54.981,56 | 33.842,33 | 27.844,23 | 74.767,78 | 73.521,61 | 204.567,43 | 177.023,27 | 617.446,17 | 2.000.100,00 |
| 07.001.12.361.0010.10036.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 07.001.12.361.0010.10036.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 07.001.12.361.0011.20034.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 600.000,00 | 2.699,05 | 53.721,48 | 17.278,12 | 80.370,92 | 25.797,79 | 22.308,16 | 63.749,40 | 81.311,00 | 27.892,14 | 6.705,34 | 165.978,89 | 52.187,71 | 600.000,00 |
| **Total:** | 600.100,00 | 2.699,05 | 53.721,48 | 17.278,12 | 80.370,92 | 25.797,79 | 22.308,16 | 63.749,40 | 81.311,00 | 27.992,14 | 6.705,34 | 165.978,89 | 52.187,71 | 600.100,00 |
| 07.001.12.361.0011.20034.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 07.001.12.361.0011.20034.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 5.200.000,00 | 0,00 | 360.973,24 | 488.927,35 | 520.687,66 | 469.801,62 | 518.023,92 | 528.850,86 | 502.701,22 | 450.034,95 | 489.886,87 | 513.570,55 | 356.541,76 | 5.200.000,00 |
| **Total:** | 5.200.100,00 | 8,33 | 360.981,57 | 488.935,68 | 520.695,99 | 469.809,95 | 518.032,25 | 528.859,19 | 502.709,55 | 450.043,28 | 489.895,20 | 513.578,88 | 356.550,13 | 5.200.100,00 |
| 07.001.12.361.0011.20034.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 380.000,00 | 0,00 | 28.960,72 | 44.946,93 | 34.892,95 | 41.097,26 | 28.708,46 | 28.708,46 | 41.117,05 | 28.708,46 | 43.279,92 | 30.871,33 | 28.708,46 | 380.000,00 |
| **Total:** | 380.000,00 | 0,00 | 28.960,72 | 44.946,93 | 34.892,95 | 41.097,26 | 28.708,46 | 28.708,46 | 41.117,05 | 28.708,46 | 43.279,92 | 30.871,33 | 28.708,46 | 380.000,00 |
| 07.001.12.361.0011.20038.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 234.240,76 | 0,00 | 226.158,50 | 0,00 | 30.902,55 | 230.199,60 | 0,00 | 81.820,45 | 196.678,14 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 234.240,76 | 0,00 | 226.158,50 | 0,00 | 30.902,55 | 230.199,60 | 0,00 | 81.820,45 | 196.678,14 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| 07.001.12.361.0013.10037.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 07.001.12.361.0013.20029.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 28.915,00 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,58 | 2.409,62 | 28.915,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15990000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO | 686.500,00 | 0,00 | 27.757,71 | 0,00 | 38.981,81 | 120.641,79 | 80.636,26 | 73.604,52 | 108.801,37 | 49.851,36 | 44.017,14 | 77.564,83 | 64.643,21 | 686.500,00 |
| 15530000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REF. AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ES | 124.692,00 | 0,00 | 21.174,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.444,58 | 820,40 | 8.633,39 | 35.984,44 | 10.831,49 | 22.297,84 | 13.505,44 | 124.692,00 |
| 17590000701 TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB - APLICAÇÃO EM TRANSPORTE ESCOLAR | 172.443,00 | 0,00 | 28.430,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.095,11 | 19.296,90 | 44.539,70 | 18.048,81 | 3.914,82 | 55.692,44 | 424,71 | 172.443,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 1.750.000,00 | 826,92 | 127.945,49 | 385.945,48 | 227.422,78 | 36.635,44 | 8.104,19 | 60.899,17 | 26.174,76 | 258.944,09 | 268.617,09 | 198.594,45 | 149.890,14 | 1.750.000,00 |
| **Total:** | 2.762.550,00 | 3.236,50 | 207.717,71 | 388.355,06 | 268.814,17 | 159.686,81 | 104.689,72 | 157.030,57 | 190.558,80 | 365.238,28 | 329.790,12 | 356.559,14 | 230.873,12 | 2.762.550,00 |
| 07.001.12.361.0013.20029.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 07.001.12.361.0013.20029.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 07.001.12.361.0013.20029.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 1.369.572,00 | 0,00 | 36.669,63 | 177.613,33 | 61.356,37 | 179.644,21 | 0,00 | 0,00 | 494.352,12 | 0,00 | 0,00 | 45.991,28 | 373.945,06 | 1.369.572,00 |
| 17590000701 TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB - APLICAÇÃO EM TRANSPORTE ESCOLAR | 200.000,00 | 0,00 | 79.367,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.259,51 | 25.559,78 | 7.292,47 | 38.066,10 | 0,00 | 29.523,84 | 14.930,85 | 200.000,00 |
| 15990000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO | 280.000,00 | 0,00 | 0,00 | 32.679,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 247.320,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 280.000,00 |
| 15530000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REF. AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ES | 125.000,00 | 0,00 | 16.398,28 | 1.702,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.569,22 | 2.321,22 | 31.619,89 | 28.298,90 | 27.108,30 | 14.981,65 | 125.000,00 |
| **Total:** | 1.994.572,00 | 1.666,66 | 134.102,02 | 213.661,97 | 63.023,03 | 181.310,87 | 6.926,17 | 29.795,66 | 505.632,47 | 318.673,21 | 29.965,56 | 104.290,08 | 405.524,30 | 1.994.572,00 |
| 07.001.12.361.0013.20029.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 727,33 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 4.000,00 |
| **Total:** | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 727,33 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 363,63 | 4.000,00 |
| 07.001.12.361.0013.20029.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 |
| **Total:** | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 |
| 07.001.12.361.0054.10029.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.800.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.566,11 | 144.821,00 | 97.439,86 | 84.342,85 | 168.741,33 | 148.164,34 | 277.495,27 | 16.592,76 | 837.836,48 | 1.800.000,00 |
| **Total:** | 1.800.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.566,11 | 144.821,00 | 97.439,86 | 84.342,85 | 168.741,33 | 148.164,34 | 277.495,27 | 16.592,76 | 837.836,48 | 1.800.000,00 |
| 07.001.12.362.0054.10030.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15710000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - EDUCACAO | 11.220.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 935.000,00 | 11.220.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 11.221.000,00 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,33 | 935.083,37 | 11.221.000,00 |
| 07.001.12.363.0011.20036.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 480.000,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 73.847,00 | 36.923,00 | 480.000,00 |
| **Total:** | 480.000,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 36.923,00 | 73.847,00 | 36.923,00 | 480.000,00 |
| 07.001.12.363.0011.20036.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.100.000,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 169.235,00 | 84.615,00 | 1.100.000,00 |
| **Total:** | 1.100.000,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 84.615,00 | 169.235,00 | 84.615,00 | 1.100.000,00 |
| 07.001.12.363.0011.20036.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 28.000,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 4.317,00 | 2.153,00 | 28.000,00 |
| **Total:** | 28.000,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 2.153,00 | 4.317,00 | 2.153,00 | 28.000,00 |
| 07.001.12.363.0011.20036.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 160.000,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 24.623,00 | 12.307,00 | 160.000,00 |
| **Total:** | 160.000,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 12.307,00 | 24.623,00 | 12.307,00 | 160.000,00 |
| 07.001.12.363.0011.20036.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 07.001.12.363.0011.20036.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 150.000,00 | 0,00 | 359,41 | 26.109,80 | 16.978,65 | 20.743,08 | 8.201,08 | 7.189,85 | 8.878,77 | 20.178,66 | 1.090,32 | 18.914,96 | 21.355,42 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 0,00 | 359,41 | 26.109,80 | 16.978,65 | 20.743,08 | 8.201,08 | 7.189,85 | 8.878,77 | 20.178,66 | 1.090,32 | 18.914,96 | 21.355,42 | 150.000,00 |
| 07.001.12.363.0011.20036.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 350.000,00 | 0,00 | 35.110,53 | 32.820,68 | 33.757,46 | 36.597,72 | 46.333,52 | 28.340,05 | 31.365,15 | 31.053,54 | 7.045,35 | 42.323,07 | 25.252,93 | 350.000,00 |
| **Total:** | 350.000,00 | 0,00 | 35.110,53 | 32.820,68 | 33.757,46 | 36.597,72 | 46.333,52 | 28.340,05 | 31.365,15 | 31.053,54 | 7.045,35 | 42.323,07 | 25.252,93 | 350.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10034.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 110.000,00 | 0,00 | 14.763,74 | 0,00 | 0,00 | 16.908,32 | 11.705,80 | 0,00 | 8.223,08 | 58.399,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 110.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 110.000,00 | 0,00 | 14.763,74 | 0,00 | 0,00 | 16.908,32 | 11.705,80 | 0,00 | 8.223,08 | 58.399,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 110.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10034.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10034.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 126.486,85 | 0,00 | 0,00 | 9.088,14 | 74.425,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 |
| **Total:** | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 126.486,85 | 0,00 | 0,00 | 9.088,14 | 74.425,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10034.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 500.000,00 | 0,00 | 150.203,53 | 148.925,09 | 66.357,41 | 0,00 | 69.079,78 | 0,00 | 65.434,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 0,00 | 150.203,53 | 148.925,09 | 66.357,41 | 0,00 | 69.079,78 | 0,00 | 65.434,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10034.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.266,17 | 0,00 | 6.532,18 | 14.754,19 | 3.356,03 | 0,00 | 3.091,43 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.266,17 | 0,00 | 6.532,18 | 14.754,19 | 3.356,03 | 0,00 | 3.091,43 | 30.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10035.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 90.000,00 | 0,00 | 15.169,73 | 29.184,32 | 5.318,01 | 0,00 | 12.428,05 | 6.229,34 | 0,00 | 12.672,59 | 0,00 | 5.775,06 | 3.222,90 | 90.000,00 |
| **Total:** | 91.000,00 | 83,33 | 15.253,06 | 29.267,65 | 5.401,34 | 83,33 | 12.511,38 | 6.312,67 | 83,33 | 12.755,92 | 83,33 | 5.858,39 | 3.306,27 | 91.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10035.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 8.000,00 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,74 | 8.000,00 |
| **Total:** | 8.000,00 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,74 | 8.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10035.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 103.383,62 | 76.616,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 181.000,00 | 83,33 | 83,33 | 103.466,95 | 76.699,71 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 181.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10035.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 271.441,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 828.558,74 | 1.100.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.101.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 271.441,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 829.558,74 | 1.101.000,00 |
| 07.001.12.365.0010.10035.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO | 200,00 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,74 | 200,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 2.000.000,00 | 0,00 | 727.089,42 | 232.408,93 | 405.468,49 | 255.587,24 | 71.768,80 | 113.832,44 | 122.640,37 | 25.132,21 | 24.699,91 | 13.597,01 | 7.775,18 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 2.000.200,00 | 16,66 | 727.106,08 | 232.425,59 | 405.485,15 | 255.603,90 | 71.785,46 | 113.849,10 | 122.657,03 | 25.148,87 | 24.716,57 | 13.613,67 | 7.791,92 | 2.000.200,00 |
| 07.001.12.365.0011.20035.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 849.100,00 | 6.014,42 | 28.635,72 | 78.335,94 | 75.654,06 | 162.934,88 | 156.092,67 | 234.876,00 | 25.581,15 | 13.118,25 | 4.732,00 | 54.846,56 | 8.278,35 | 849.100,00 |
| 15690000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 118,66 | 419,19 | 0,00 | 76,58 | 0,93 | 384,64 | 1.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 851.100,00 | 6.097,75 | 28.719,05 | 78.419,27 | 75.737,39 | 163.018,21 | 156.176,00 | 235.077,99 | 26.083,67 | 13.201,58 | 4.891,91 | 54.930,82 | 8.746,36 | 851.100,00 |
| 07.001.12.365.0011.20035.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 07.001.12.365.0011.20035.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15690000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 2.799.100,00 | 0,00 | 183.533,58 | 216.954,80 | 223.857,46 | 240.761,80 | 265.781,46 | 283.840,06 | 297.825,53 | 261.124,17 | 272.469,02 | 265.586,56 | 287.365,56 | 2.799.100,00 |
| **Total:** | 2.800.200,00 | 91,66 | 183.625,24 | 217.046,46 | 223.949,12 | 240.853,46 | 265.873,12 | 283.931,72 | 297.917,19 | 261.215,83 | 272.560,68 | 265.678,22 | 287.457,30 | 2.800.200,00 |
| 07.001.12.365.0011.20035.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 300.000,00 | 0,00 | 19.679,38 | 44.852,88 | 24.285,39 | 28.891,39 | 23.409,56 | 23.409,56 | 32.621,58 | 23.409,56 | 32.621,58 | 23.409,56 | 23.409,56 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 0,00 | 19.679,38 | 44.852,88 | 24.285,39 | 28.891,39 | 23.409,56 | 23.409,56 | 32.621,58 | 23.409,56 | 32.621,58 | 23.409,56 | 23.409,56 | 300.000,00 |
| 07.001.12.365.0011.20039.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 543.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120.494,88 | 0,00 | 120.494,83 | 0,00 | 22.361,70 | 120.494,83 | 0,00 | 22.361,70 | 106.017,65 | 30.774,41 | 543.000,00 |
| **Total:** | 543.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120.494,88 | 0,00 | 120.494,83 | 0,00 | 22.361,70 | 120.494,83 | 0,00 | 22.361,70 | 106.017,65 | 30.774,41 | 543.000,00 |
| 07.001.12.365.0011.20160.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15500000000 TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.208,76 | 14.342,85 | 2.599,36 | 19.423,80 | 16.627,73 | 662,12 | 165,53 | 18.166,14 | 6.803,71 | 80.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 80.100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 1.217,09 | 14.351,18 | 2.607,69 | 19.432,13 | 16.636,06 | 670,45 | 173,86 | 18.174,47 | 6.812,08 | 80.100,00 |
| 07.001.12.365.0011.20160.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 07.001.12.365.0011.20160.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 230.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.177,95 | 6.853,17 | 15.920,94 | 46.995,09 | 65.706,34 | 42.387,36 | 42.381,88 | 5.614,90 | 2.962,37 | 230.000,00 |
| **Total:** | 230.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.177,95 | 6.853,17 | 15.920,94 | 46.995,09 | 65.706,34 | 42.387,36 | 42.381,88 | 5.614,90 | 2.962,37 | 230.000,00 |
| 07.001.12.365.0011.20160.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| 07.001.12.365.0054.10028.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.604,64 | 0,00 | 33.310,81 | 0,00 | 194.598,31 | 0,00 | 355.342,49 | 273.192,22 | 579.951,53 | 1.450.000,00 |
| **Total:** | 1.450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.604,64 | 0,00 | 33.310,81 | 0,00 | 194.598,31 | 0,00 | 355.342,49 | 273.192,22 | 579.951,53 | 1.450.000,00 |
| 07.001.12.367.0011.20037.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 360.000,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 360.000,00 |
| **Total:** | 360.000,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 360.000,00 |
| 07.004.12.361.0012.20040.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.061.449,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 23.076,00 | 807.613,00 | 23.076,00 | 1.061.449,00 |
| 15401070000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO NA REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM | 7.579.500,00 | 185.246,41 | 479.479,63 | 613.152,05 | 628.274,51 | 668.227,66 | 700.715,09 | 792.097,65 | 721.934,94 | 626.938,92 | 600.474,70 | 595.215,57 | 967.742,87 | 7.579.500,00 |
| **Total:** | 8.640.949,00 | 208.322,41 | 502.555,63 | 636.228,05 | 651.350,51 | 691.303,66 | 723.791,09 | 815.173,65 | 745.010,94 | 650.014,92 | 623.550,70 | 1.402.828,57 | 990.818,87 | 8.640.949,00 |
| 07.004.12.361.0012.20040.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15401070000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO NA REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM | 20.000.000,00 | 869.457,02 | 1.597.973,58 | 1.624.508,69 | 1.586.861,87 | 1.571.023,06 | 1.565.223,55 | 1.715.940,99 | 1.621.801,88 | 1.695.629,93 | 1.672.337,69 | 1.661.825,02 | 2.817.416,72 | 20.000.000,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 3.300.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 126.000,00 | 1.914.000,00 | 126.000,00 | 3.300.000,00 |
| **Total:** | 23.300.000,00 | 995.457,02 | 1.723.973,58 | 1.750.508,69 | 1.712.861,87 | 1.697.023,06 | 1.691.223,55 | 1.841.940,99 | 1.747.801,88 | 1.821.629,93 | 1.798.337,69 | 3.575.825,02 | 2.943.416,72 | 23.300.000,00 |
| 07.004.12.361.0012.20040.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15401070000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO NA REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM | 4.000.000,00 | 166.096,45 | 326.353,17 | 331.894,28 | 330.496,84 | 329.077,27 | 323.476,43 | 324.387,95 | 333.423,11 | 343.655,42 | 347.428,89 | 341.869,76 | 501.840,43 | 4.000.000,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 750.000,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 31.461,00 | 403.929,00 | 31.461,00 | 750.000,00 |
| **Total:** | 4.750.000,00 | 197.557,45 | 357.814,17 | 363.355,28 | 361.957,84 | 360.538,27 | 354.937,43 | 355.848,95 | 364.884,11 | 375.116,42 | 378.889,89 | 745.798,76 | 533.301,43 | 4.750.000,00 |
| 07.004.12.361.0012.20042.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 3.000.000,00 | 115.384,00 | 115.384,00 | 238.095,00 | 238.095,00 | 238.095,00 | 238.095,00 | 238.095,00 | 238.095,00 | 238.095,00 | 238.095,00 | 591.745,00 | 272.727,00 | 3.000.000,00 |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 1.600.000,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 126.984,00 | 126.984,00 | 126.984,00 | 126.984,00 | 126.984,00 | 126.984,00 | 126.984,00 | 126.984,00 | 315.595,52 | 145.456,48 | 1.600.000,00 |
| **Total:** | 4.600.000,00 | 176.922,00 | 176.922,00 | 365.079,00 | 365.079,00 | 365.079,00 | 365.079,00 | 365.079,00 | 365.079,00 | 365.079,00 | 365.079,00 | 907.340,52 | 418.183,48 | 4.600.000,00 |
| 07.004.12.361.0012.20042.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 1.800.000,00 | 69.230,00 | 69.230,00 | 142.857,00 | 142.857,00 | 142.857,00 | 142.857,00 | 142.857,00 | 142.857,00 | 142.857,00 | 142.857,00 | 355.044,00 | 163.640,00 | 1.800.000,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 5.000.000,00 | 192.307,00 | 192.307,00 | 396.825,00 | 396.825,00 | 396.825,00 | 396.825,00 | 396.825,00 | 396.825,00 | 396.825,00 | 396.825,00 | 986.235,00 | 454.551,00 | 5.000.000,00 |
| **Total:** | 6.800.000,00 | 261.537,00 | 261.537,00 | 539.682,00 | 539.682,00 | 539.682,00 | 539.682,00 | 539.682,00 | 539.682,00 | 539.682,00 | 539.682,00 | 1.341.279,00 | 618.191,00 | 6.800.000,00 |
| 07.004.12.361.0012.20042.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 31.900,00 | 2.058,07 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 3.034,78 | 3.139,42 | 3.139,42 | 6.017,23 | 1.953,38 | 31.900,00 |
| **Total:** | 31.900,00 | 2.058,07 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 2.092,95 | 3.034,78 | 3.139,42 | 3.139,42 | 6.017,23 | 1.953,38 | 31.900,00 |
| 07.004.12.361.0012.20042.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 900.000,00 | 34.615,00 | 34.615,00 | 71.428,00 | 71.428,00 | 71.428,00 | 71.428,00 | 71.428,00 | 71.428,00 | 71.428,00 | 71.428,00 | 177.528,00 | 81.818,00 | 900.000,00 |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 180.000,00 | 6.923,00 | 6.923,00 | 14.285,00 | 14.285,00 | 14.285,00 | 14.285,00 | 14.285,00 | 14.285,00 | 14.285,00 | 14.285,00 | 35.504,00 | 16.370,00 | 180.000,00 |
| **Total:** | 1.080.000,00 | 41.538,00 | 41.538,00 | 85.713,00 | 85.713,00 | 85.713,00 | 85.713,00 | 85.713,00 | 85.713,00 | 85.713,00 | 85.713,00 | 213.032,00 | 98.188,00 | 1.080.000,00 |
| 07.004.12.365.0012.10039.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.004.12.365.0012.10039.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.004.12.365.0012.10039.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.004.12.365.0012.10039.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.004.12.365.0012.20041.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.500.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 92.857,00 | 92.857,00 | 92.857,00 | 92.857,00 | 92.857,00 | 92.857,00 | 92.857,00 | 92.857,00 | 560.781,00 | 106.363,00 | 1.500.000,00 |
| 15401070000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO NA REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM | 4.500.000,00 | 149.381,96 | 312.377,19 | 349.226,55 | 420.927,13 | 416.541,77 | 413.177,47 | 445.830,66 | 397.567,74 | 355.815,84 | 331.066,06 | 327.534,33 | 580.553,30 | 4.500.000,00 |
| **Total:** | 6.000.000,00 | 194.381,96 | 357.377,19 | 442.083,55 | 513.784,13 | 509.398,77 | 506.034,47 | 538.687,66 | 490.424,74 | 448.672,84 | 423.923,06 | 888.315,33 | 686.916,30 | 6.000.000,00 |
| 07.004.12.365.0012.20041.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15401070000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO NA REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM | 15.550.000,00 | 649.052,89 | 1.379.767,13 | 1.357.537,43 | 831.274,00 | 1.270.864,44 | 1.298.116,00 | 1.418.690,00 | 1.382.081,36 | 1.431.116,45 | 1.446.246,10 | 1.352.334,44 | 1.732.919,76 | 15.550.000,00 |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 420.369,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.024.382,35 | 5.247,86 | 1.450.000,00 |
| **Total:** | 17.000.000,00 | 649.052,89 | 1.379.767,13 | 1.357.537,43 | 1.251.643,79 | 1.270.864,44 | 1.298.116,00 | 1.418.690,00 | 1.382.081,36 | 1.431.116,45 | 1.446.246,10 | 2.376.716,79 | 1.738.167,62 | 17.000.000,00 |
| 07.004.12.365.0012.20041.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 500.000,00 | 44.281,96 | 90.305,59 | 871,92 | 49.605,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.926,39 | 221.008,79 | 0,00 | 500.000,00 |
| 15401070000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO NA REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO EM | 2.700.000,00 | 46.042,66 | 104.780,25 | 280.568,84 | 175.605,60 | 275.007,40 | 283.354,28 | 279.818,24 | 286.637,66 | 297.474,53 | 111.171,17 | 107.283,87 | 452.255,50 | 2.700.000,00 |
| **Total:** | 3.200.000,00 | 90.324,62 | 195.085,84 | 281.440,76 | 225.210,95 | 275.007,40 | 283.354,28 | 279.818,24 | 286.637,66 | 297.474,53 | 205.097,56 | 328.292,66 | 452.255,50 | 3.200.000,00 |
| 07.004.12.365.0012.20043.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 2.800.100,00 | 107.696,00 | 107.696,00 | 222.230,00 | 222.230,00 | 222.230,00 | 222.230,00 | 222.230,00 | 222.230,00 | 222.230,00 | 222.230,00 | 552.311,00 | 254.557,00 | 2.800.100,00 |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 1.500.000,00 | 57.692,00 | 57.692,00 | 119.692,00 | 119.692,00 | 119.692,00 | 119.692,00 | 119.692,00 | 119.692,00 | 119.692,00 | 119.692,00 | 290.716,00 | 136.364,00 | 1.500.000,00 |
| **Total:** | 4.300.100,00 | 165.388,00 | 165.388,00 | 341.922,00 | 341.922,00 | 341.922,00 | 341.922,00 | 341.922,00 | 341.922,00 | 341.922,00 | 341.922,00 | 843.027,00 | 390.921,00 | 4.300.100,00 |
| 07.004.12.365.0012.20043.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 6.200.000,00 | 238.461,00 | 238.461,00 | 492.063,00 | 492.063,00 | 492.063,00 | 492.063,00 | 492.063,00 | 492.063,00 | 492.063,00 | 492.063,00 | 1.222.932,00 | 563.642,00 | 6.200.000,00 |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 1.500.000,00 | 57.692,00 | 57.692,00 | 119.047,00 | 119.047,00 | 119.047,00 | 119.047,00 | 119.047,00 | 119.047,00 | 119.047,00 | 119.047,00 | 295.870,00 | 136.370,00 | 1.500.000,00 |
| **Total:** | 7.700.000,00 | 296.153,00 | 296.153,00 | 611.110,00 | 611.110,00 | 611.110,00 | 611.110,00 | 611.110,00 | 611.110,00 | 611.110,00 | 611.110,00 | 1.518.802,00 | 700.012,00 | 7.700.000,00 |
| 07.004.12.365.0012.20043.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 30.000,00 | 1.828,65 | 1.828,65 | 1.828,65 | 1.828,65 | 1.721,98 | 914,32 | 1.706,74 | 2.682,02 | 3.565,87 | 3.657,30 | 5.714,57 | 2.722,60 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 1.828,65 | 1.828,65 | 1.828,65 | 1.828,65 | 1.721,98 | 914,32 | 1.706,74 | 2.682,02 | 3.565,87 | 3.657,30 | 5.714,57 | 2.722,60 | 30.000,00 |
| 07.004.12.365.0012.20043.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 1.000.000,00 | 38.461,00 | 38.461,00 | 79.365,00 | 79.365,00 | 79.365,00 | 79.365,00 | 79.365,00 | 79.365,00 | 79.365,00 | 79.365,00 | 197.249,00 | 90.909,00 | 1.000.000,00 |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 400.000,00 | 15.384,00 | 15.384,00 | 31.746,00 | 31.746,00 | 31.746,00 | 31.746,00 | 31.746,00 | 31.746,00 | 31.746,00 | 31.746,00 | 78.901,00 | 36.363,00 | 400.000,00 |
| **Total:** | 1.400.000,00 | 53.845,00 | 53.845,00 | 111.111,00 | 111.111,00 | 111.111,00 | 111.111,00 | 111.111,00 | 111.111,00 | 111.111,00 | 111.111,00 | 276.150,00 | 127.272,00 | 1.400.000,00 |
| 07.004.12.367.0012.20044.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 700.000,00 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,37 | 700.000,00 |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 2.000.000,00 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,74 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 2.700.000,00 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 224.999,99 | 225.000,11 | 2.700.000,00 |
| 07.004.12.367.0012.20044.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 07.004.12.367.0012.20045.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15400000000 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - (APLICACAO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCACAO BASICA) | 3.000.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 3.000.000,00 |
| **Total:** | 3.000.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 3.000.000,00 |
| 07.004.12.367.0012.20045.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001001000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 08.002.10.122.0016.10041.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 163.000,00 | 0,00 | 35.994,03 | 40.710,15 | 16.945,38 | 15.471,83 | 17.406,15 | 20.433,71 | 1.987,62 | 0,00 | 0,00 | 14.051,13 | 0,00 | 163.000,00 |
| **Total:** | 163.000,00 | 0,00 | 35.994,03 | 40.710,15 | 16.945,38 | 15.471,83 | 17.406,15 | 20.433,71 | 1.987,62 | 0,00 | 0,00 | 14.051,13 | 0,00 | 163.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.10042.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.10042.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.10042.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 97.000,00 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,37 | 97.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 900.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 900.000,00 |
| **Total:** | 997.000,00 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 8.083,33 | 308.083,33 | 308.083,33 | 308.083,37 | 997.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 08.002.10.122.0016.20046.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 140.000,00 | 4.807,89 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 12.944,10 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 22.190,28 | 11.296,69 | 140.000,00 |
| **Total:** | 140.000,00 | 4.807,89 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 12.944,10 | 11.095,13 | 11.095,13 | 11.095,13 | 22.190,28 | 11.296,69 | 140.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20046.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 27.000,00 | 950,12 | 2.192,60 | 2.192,60 | 2.163,56 | 2.163,56 | 2.163,56 | 2.192,60 | 2.163,56 | 2.163,56 | 2.163,56 | 4.327,16 | 2.163,56 | 27.000,00 |
| **Total:** | 27.000,00 | 950,12 | 2.192,60 | 2.192,60 | 2.163,56 | 2.163,56 | 2.163,56 | 2.192,60 | 2.163,56 | 2.163,56 | 2.163,56 | 4.327,16 | 2.163,56 | 27.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20046.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 0,00 | 357,63 | 46,53 | 1.121,97 | 0,00 | 384,65 | 5.578,36 | 329,58 | 0,00 | 663,81 | 1.517,47 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 357,63 | 46,53 | 1.121,97 | 0,00 | 384,65 | 5.578,36 | 329,58 | 0,00 | 663,81 | 1.517,47 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20046.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20046.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.713,25 | 1.668,87 | 1.513,11 | 3.654,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.450,54 | 0,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.713,25 | 1.668,87 | 1.513,11 | 3.654,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.450,54 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20047.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 08.002.10.122.0016.20047.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 08.002.10.122.0016.20047.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.776,64 | 277,22 | 648,14 | 548,69 | 0,00 | 749,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.776,64 | 277,22 | 648,14 | 548,69 | 0,00 | 749,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20047.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.833,64 | 343,48 | 822,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.833,64 | 343,48 | 822,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20047.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 98.000,00 | 3.679,36 | 3.679,36 | 7.358,72 | 7.358,72 | 10.612,34 | 7.358,72 | 7.358,72 | 7.358,72 | 7.358,72 | 10.887,71 | 12.877,79 | 12.111,12 | 98.000,00 |
| **Total:** | 98.000,00 | 3.679,36 | 3.679,36 | 7.358,72 | 7.358,72 | 10.612,34 | 7.358,72 | 7.358,72 | 7.358,72 | 7.358,72 | 10.887,71 | 12.877,79 | 12.111,12 | 98.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.1.90.07.00.00 CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 708,08 | 836,59 | 376,56 | 1.417,90 | 3.202,97 | 3.457,90 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 708,08 | 836,59 | 376,56 | 1.417,90 | 3.202,97 | 3.457,90 | 10.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.790.000,00 | 135.546,20 | 166.134,82 | 142.244,18 | 142.430,89 | 153.799,71 | 158.582,72 | 167.261,79 | 126.135,24 | 121.156,49 | 117.254,26 | 227.032,19 | 132.421,51 | 1.790.000,00 |
| **Total:** | 1.790.000,00 | 135.546,20 | 166.134,82 | 142.244,18 | 142.430,89 | 153.799,71 | 158.582,72 | 167.261,79 | 126.135,24 | 121.156,49 | 117.254,26 | 227.032,19 | 132.421,51 | 1.790.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 38.000,00 | 2.722,57 | 3.129,80 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 3.189,43 | 5.597,00 | 2.920,15 | 38.000,00 |
| **Total:** | 38.000,00 | 2.722,57 | 3.129,80 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 2.920,15 | 3.189,43 | 5.597,00 | 2.920,15 | 38.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 250.000,00 | 20.403,54 | 21.731,32 | 20.112,56 | 20.491,88 | 21.945,67 | 22.096,17 | 22.977,89 | 17.386,63 | 16.350,43 | 16.317,00 | 31.801,77 | 18.385,14 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 20.403,54 | 21.731,32 | 20.112,56 | 20.491,88 | 21.945,67 | 22.096,17 | 22.977,89 | 17.386,63 | 16.350,43 | 16.317,00 | 31.801,77 | 18.385,14 | 250.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 130.000,00 | 2.441,55 | 7.784,84 | 22.558,12 | 4.251,24 | 26.478,25 | 14.106,39 | 6.898,82 | 12.777,47 | 10.169,19 | 3.130,13 | 6.818,07 | 12.585,93 | 130.000,00 |
| **Total:** | 130.000,00 | 2.441,55 | 7.784,84 | 22.558,12 | 4.251,24 | 26.478,25 | 14.106,39 | 6.898,82 | 12.777,47 | 10.169,19 | 3.130,13 | 6.818,07 | 12.585,93 | 130.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 15.000,00 | 5.062,73 | 0,00 | 9.937,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 5.062,73 | 0,00 | 9.937,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.35.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 145.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.039,83 | 0,00 | 13.039,83 | 26.079,66 | 0,00 | 26.079,66 | 13.039,83 | 13.039,83 | 13.560,44 | 27.120,92 | 145.000,00 |
| **Total:** | 145.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.039,83 | 0,00 | 13.039,83 | 26.079,66 | 0,00 | 26.079,66 | 13.039,83 | 13.039,83 | 13.560,44 | 27.120,92 | 145.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 167.392,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.898,66 | 27.898,66 | 27.898,66 | 27.898,66 | 55.797,36 | 167.392,00 |
| **Total:** | 167.392,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.898,66 | 27.898,66 | 27.898,66 | 27.898,66 | 55.797,36 | 167.392,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 603.400,00 | 2.800,59 | 20.922,94 | 59.350,37 | 35.821,11 | 34.868,30 | 43.036,04 | 46.552,56 | 59.157,03 | 71.160,76 | 54.035,29 | 14.582,27 | 161.112,74 | 603.400,00 |
| **Total:** | 603.400,00 | 2.800,59 | 20.922,94 | 59.350,37 | 35.821,11 | 34.868,30 | 43.036,04 | 46.552,56 | 59.157,03 | 71.160,76 | 54.035,29 | 14.582,27 | 161.112,74 | 603.400,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 103.300,00 | 0,00 | 7.457,75 | 9.413,23 | 9.413,23 | 9.413,23 | 11.123,16 | 9.413,23 | 9.413,23 | 9.413,23 | 9.413,23 | 3.529,40 | 15.297,08 | 103.300,00 |
| **Total:** | 103.300,00 | 0,00 | 7.457,75 | 9.413,23 | 9.413,23 | 9.413,23 | 11.123,16 | 9.413,23 | 9.413,23 | 9.413,23 | 9.413,23 | 3.529,40 | 15.297,08 | 103.300,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.507.100,00 | 0,00 | 131.507,69 | 133.268,27 | 133.283,15 | 134.392,91 | 138.062,34 | 136.508,78 | 137.869,94 | 139.186,80 | 140.222,46 | 141.036,33 | 141.761,33 | 1.507.100,00 |
| **Total:** | 1.507.100,00 | 0,00 | 131.507,69 | 133.268,27 | 133.283,15 | 134.392,91 | 138.062,34 | 136.508,78 | 137.869,94 | 139.186,80 | 140.222,46 | 141.036,33 | 141.761,33 | 1.507.100,00 |
| 08.002.10.122.0016.20048.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 75.000,00 | 6.338,12 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 5.281,68 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 6.338,12 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 6.338,02 | 5.281,68 | 75.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 200.000,00 | 24.938,11 | 27.200,39 | 17.803,29 | 13.380,63 | 11.223,61 | 13.807,06 | 14.603,70 | 29.212,30 | 9.498,88 | 10.658,39 | 11.385,02 | 16.288,62 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 24.938,11 | 27.200,39 | 17.803,29 | 13.380,63 | 11.223,61 | 13.807,06 | 14.603,70 | 29.212,30 | 9.498,88 | 10.658,39 | 11.385,02 | 16.288,62 | 200.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.190.000,00 | 71.337,43 | 114.371,32 | 74.820,43 | 78.668,11 | 108.909,82 | 98.811,77 | 83.070,68 | 90.085,81 | 93.071,28 | 99.777,94 | 169.721,51 | 107.353,90 | 1.190.000,00 |
| **Total:** | 1.190.000,00 | 71.337,43 | 114.371,32 | 74.820,43 | 78.668,11 | 108.909,82 | 98.811,77 | 83.070,68 | 90.085,81 | 93.071,28 | 99.777,94 | 169.721,51 | 107.353,90 | 1.190.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 90.000,00 | 6.245,83 | 7.094,76 | 7.031,47 | 7.035,77 | 7.035,77 | 7.035,77 | 6.518,89 | 6.174,30 | 6.662,47 | 7.179,35 | 14.088,37 | 7.897,25 | 90.000,00 |
| **Total:** | 90.000,00 | 6.245,83 | 7.094,76 | 7.031,47 | 7.035,77 | 7.035,77 | 7.035,77 | 6.518,89 | 6.174,30 | 6.662,47 | 7.179,35 | 14.088,37 | 7.897,25 | 90.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 129.000,00 | 7.809,33 | 9.496,84 | 7.576,85 | 8.182,14 | 11.826,35 | 10.310,30 | 8.709,12 | 10.976,75 | 11.296,40 | 11.922,07 | 18.922,50 | 11.971,35 | 129.000,00 |
| **Total:** | 129.000,00 | 7.809,33 | 9.496,84 | 7.576,85 | 8.182,14 | 11.826,35 | 10.310,30 | 8.709,12 | 10.976,75 | 11.296,40 | 11.922,07 | 18.922,50 | 11.971,35 | 129.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 30.000,00 | 0,00 | 2.985,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.264,55 | 0,00 | 0,00 | 10.654,12 | 3.096,06 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 2.985,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.264,55 | 0,00 | 0,00 | 10.654,12 | 3.096,06 | 30.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20049.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20051.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.100.000,00 | 78.677,70 | 76.603,94 | 76.713,52 | 79.127,44 | 84.294,43 | 91.686,53 | 87.621,10 | 91.659,31 | 90.859,17 | 91.936,00 | 144.622,80 | 106.198,06 | 1.100.000,00 |
| **Total:** | 1.100.000,00 | 78.677,70 | 76.603,94 | 76.713,52 | 79.127,44 | 84.294,43 | 91.686,53 | 87.621,10 | 91.659,31 | 90.859,17 | 91.936,00 | 144.622,80 | 106.198,06 | 1.100.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20051.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 130.000,00 | 9.177,40 | 9.637,92 | 8.949,97 | 9.414,92 | 9.376,96 | 9.518,25 | 9.851,21 | 9.851,22 | 10.539,21 | 10.559,84 | 19.273,45 | 13.849,65 | 130.000,00 |
| **Total:** | 130.000,00 | 9.177,40 | 9.637,92 | 8.949,97 | 9.414,92 | 9.376,96 | 9.518,25 | 9.851,21 | 9.851,22 | 10.539,21 | 10.559,84 | 19.273,45 | 13.849,65 | 130.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20051.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 840.000,00 | 16.997,34 | 57.888,30 | 88.084,89 | 58.381,92 | 82.742,25 | 72.807,08 | 58.216,97 | 57.913,07 | 87.808,64 | 85.619,61 | 89.118,81 | 84.421,12 | 840.000,00 |
| **Total:** | 840.000,00 | 16.997,34 | 57.888,30 | 88.084,89 | 58.381,92 | 82.742,25 | 72.807,08 | 58.216,97 | 57.913,07 | 87.808,64 | 85.619,61 | 89.118,81 | 84.421,12 | 840.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 08.002.10.122.0016.20051.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20051.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 230.000,00 | 1.094,32 | 110.640,15 | 15.154,55 | 17.949,76 | 10.321,73 | 6.915,12 | 9.286,67 | 1.817,60 | 7.368,11 | 10.929,49 | 24.088,30 | 14.434,20 | 230.000,00 |
| **Total:** | 230.000,00 | 1.094,32 | 110.640,15 | 15.154,55 | 17.949,76 | 10.321,73 | 6.915,12 | 9.286,67 | 1.817,60 | 7.368,11 | 10.929,49 | 24.088,30 | 14.434,20 | 230.000,00 |
| 08.002.10.122.0016.20051.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 08.002.10.122.0016.20138.3.1.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 20.883,00 | 0,00 | 3.478,60 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 20.883,00 |
| **Total:** | 20.883,00 | 0,00 | 3.478,60 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 1.740,44 | 20.883,00 |
| 08.002.10.122.0016.20138.3.3.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 73.617,00 | 0,00 | 11.035,28 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 13.046,71 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 73.617,00 |
| **Total:** | 73.617,00 | 0,00 | 11.035,28 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 13.046,71 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 5.503,89 | 73.617,00 |
| 08.002.10.122.0016.20138.4.4.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 37.500,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 37.500,00 |
| **Total:** | 37.500,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 3.125,00 | 37.500,00 |
| 08.002.10.301.0017.10043.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 16010000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO - ATENÇÃO | 177,00 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 14,75 | 177,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 549.823,00 | 0,00 | 67.117,48 | 197.489,81 | 32.915,65 | 0,00 | 22.208,20 | 36.536,21 | 30.278,83 | 62.619,54 | 62.096,73 | 38.560,55 | 0,00 | 549.823,00 |
| **Total:** | 550.000,00 | 14,75 | 67.132,23 | 197.504,56 | 32.930,40 | 14,75 | 22.222,95 | 36.550,96 | 30.293,58 | 62.634,29 | 62.111,48 | 38.575,30 | 14,75 | 550.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.10069.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 78.800,82 | 91.811,98 | 736.462,47 | 556.380,58 | 475.019,63 | 556.665,41 | 504.859,11 | 3.000.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 1.000.000,00 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,37 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 4.000.000,00 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 162.134,15 | 175.145,31 | 819.795,80 | 639.713,91 | 558.352,96 | 639.998,74 | 588.192,48 | 4.000.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.10069.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.500.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 1.500.000,00 |
| **Total:** | 1.500.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 1.500.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20052.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.689,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.015,95 | 22.294,65 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.689,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.015,95 | 22.294,65 | 100.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20052.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20053.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 210.000,00 | 14.673,49 | 13.762,51 | 14.111,01 | 14.297,41 | 13.921,42 | 14.605,16 | 14.879,10 | 11.692,78 | 11.675,25 | 17.199,56 | 31.619,05 | 37.563,26 | 210.000,00 |
| **Total:** | 210.000,00 | 14.673,49 | 13.762,51 | 14.111,01 | 14.297,41 | 13.921,42 | 14.605,16 | 14.879,10 | 11.692,78 | 11.675,25 | 17.199,56 | 31.619,05 | 37.563,26 | 210.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20053.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 45.000,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 3.750,00 | 45.000,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 475.000,00 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,33 | 39.583,37 | 475.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.650.000,00 | 17.028,67 | 196.406,00 | 194.802,47 | 207.655,72 | 189.848,48 | 196.234,50 | 212.809,81 | 19.650,88 | 12.989,86 | 14.846,47 | 360.832,42 | 26.894,72 | 1.650.000,00 |
| **Total:** | 2.170.000,00 | 60.362,00 | 239.739,33 | 238.135,80 | 250.989,05 | 233.181,81 | 239.567,83 | 256.143,14 | 62.984,21 | 56.323,19 | 58.179,80 | 404.165,75 | 70.228,09 | 2.170.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20053.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 380.000,00 | 31.643,76 | 33.029,85 | 32.854,39 | 30.220,76 | 28.013,90 | 28.322,13 | 30.690,44 | 27.810,47 | 28.224,84 | 28.260,63 | 52.156,84 | 28.771,99 | 380.000,00 |
| **Total:** | 380.000,00 | 31.643,76 | 33.029,85 | 32.854,39 | 30.220,76 | 28.013,90 | 28.322,13 | 30.690,44 | 27.810,47 | 28.224,84 | 28.260,63 | 52.156,84 | 28.771,99 | 380.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20053.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 70.000,00 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,37 | 70.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 428,12 | 505,38 | 685,18 | 8.381,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 6.261,45 | 6.338,71 | 6.518,51 | 14.214,65 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,37 | 80.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20053.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 90.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 90.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20054.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16040000600 TRANSF. DO GOV. FEDERAL DEST. AO VENC. DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE - BLOCO DE ATEN | 2.402.400,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 200.200,00 | 2.402.400,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.097.600,00 | 33.216,72 | 35.665,57 | 48.308,31 | 47.794,33 | 40.316,76 | 31.011,38 | 25.019,56 | 23.980,71 | 52.188,73 | 70.116,42 | 501.993,63 | 187.987,88 | 1.097.600,00 |
| **Total:** | 3.500.000,00 | 233.416,72 | 235.865,57 | 248.508,31 | 247.994,33 | 240.516,76 | 231.211,38 | 225.219,56 | 224.180,71 | 252.388,73 | 270.316,42 | 702.193,63 | 388.187,88 | 3.500.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20054.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 690.000,00 | 46.455,96 | 53.585,49 | 51.340,96 | 51.756,24 | 53.980,33 | 54.610,61 | 53.672,45 | 54.512,20 | 53.073,19 | 53.130,14 | 103.422,66 | 60.459,77 | 690.000,00 |
| **Total:** | 690.000,00 | 46.455,96 | 53.585,49 | 51.340,96 | 51.756,24 | 53.980,33 | 54.610,61 | 53.672,45 | 54.512,20 | 53.073,19 | 53.130,14 | 103.422,66 | 60.459,77 | 690.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20054.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.500,00 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,33 | 208,37 | 2.500,00 |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 4.946,00 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,16 | 412,24 | 4.946,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 36.554,00 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,16 | 3.046,24 | 36.554,00 |
| **Total:** | 44.000,00 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,65 | 3.666,85 | 44.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20054.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 6.500,00 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,66 | 541,74 | 6.500,00 |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 10.500,00 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 874,98 | 875,22 | 10.500,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 12.400.000,00 | 900.195,08 | 1.037.841,58 | 998.009,72 | 1.015.508,95 | 1.102.083,81 | 1.213.920,79 | 1.257.308,49 | 1.311.575,50 | 1.092.379,77 | 933.211,00 | 1.310.689,12 | 227.276,19 | 12.400.000,00 |
| **Total:** | 12.400.000,00 | 900.195,08 | 1.037.841,58 | 998.009,72 | 1.015.508,95 | 1.102.083,81 | 1.213.920,79 | 1.257.308,49 | 1.311.575,50 | 1.092.379,77 | 933.211,00 | 1.310.689,12 | 227.276,19 | 12.400.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 2.148.295,00 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,58 | 179.024,62 | 2.148.295,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 4.651.705,00 | 224.743,02 | 311.165,95 | 253.775,07 | 504.798,41 | 545.453,41 | 522.854,90 | 561.947,00 | 270.265,37 | 261.853,98 | 275.391,05 | 762.576,31 | 156.880,53 | 4.651.705,00 |
| **Total:** | 6.800.000,00 | 403.767,60 | 490.190,53 | 432.799,65 | 683.822,99 | 724.477,99 | 701.879,48 | 740.971,58 | 449.289,95 | 440.878,56 | 454.415,63 | 941.600,89 | 335.905,15 | 6.800.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 170.000,00 | 12.265,95 | 13.179,02 | 11.885,99 | 11.885,99 | 11.665,88 | 11.665,88 | 12.722,41 | 15.561,87 | 14.637,35 | 14.865,67 | 24.652,48 | 15.011,51 | 170.000,00 |
| **Total:** | 170.000,00 | 12.265,95 | 13.179,02 | 11.885,99 | 11.885,99 | 11.665,88 | 11.665,88 | 12.722,41 | 15.561,87 | 14.637,35 | 14.865,67 | 24.652,48 | 15.011,51 | 170.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000.000,00 | 76.495,93 | 81.698,64 | 79.276,47 | 68.565,40 | 71.200,43 | 67.207,24 | 72.613,09 | 74.672,69 | 83.632,42 | 87.069,51 | 141.789,53 | 95.778,65 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 76.495,93 | 81.698,64 | 79.276,47 | 68.565,40 | 71.200,43 | 67.207,24 | 72.613,09 | 74.672,69 | 83.632,42 | 87.069,51 | 141.789,53 | 95.778,65 | 1.000.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 264.208,00 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,33 | 22.017,37 | 264.208,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100.000,00 | 12.859,47 | 182,95 | 16.827,11 | 1.061,64 | 33.500,35 | 4.985,91 | 0,00 | 1.662,71 | 3.978,43 | 24.249,18 | 692,25 | 0,00 | 100.000,00 |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 335.792,00 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,66 | 27.982,74 | 335.792,00 |
| **Total:** | 700.000,00 | 62.859,46 | 50.182,94 | 66.827,10 | 51.061,63 | 83.500,34 | 54.985,90 | 49.999,99 | 51.662,70 | 53.978,42 | 74.249,17 | 50.692,24 | 50.000,11 | 700.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.749,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.749,99 | 0,00 | 0,00 | 13.500,02 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.749,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.749,99 | 0,00 | 0,00 | 13.500,02 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 265.000,00 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,37 | 265.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 22.083,33 | 57.083,37 | 300.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 276.235,00 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,58 | 23.019,62 | 276.235,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 181.211,00 | 0,00 | 5.771,40 | 10.197,37 | 9.735,06 | 7.841,42 | 22.915,17 | 31.477,01 | 26.146,51 | 46.210,52 | 7.768,49 | 5.088,31 | 8.059,74 | 181.211,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 2.115.000,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 176.250,00 | 2.115.000,00 |
| **Total:** | 2.572.446,00 | 199.269,58 | 205.040,98 | 209.466,95 | 209.004,64 | 207.111,00 | 222.184,75 | 230.746,59 | 225.416,09 | 245.480,10 | 207.038,07 | 204.357,89 | 207.329,36 | 2.572.446,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 67.398,00 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 5.616,50 | 67.398,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 182.602,00 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,83 | 15.216,87 | 182.602,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,37 | 250.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.3.90.48.00.00 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 116.000,00 | 18.486,07 | 9.243,03 | 9.243,03 | 0,00 | 18.486,06 | 9.243,03 | 0,00 | 9.243,03 | 18.486,06 | 0,00 | 18.486,06 | 5.083,63 | 116.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 116.000,00 | 18.486,07 | 9.243,03 | 9.243,03 | 0,00 | 18.486,06 | 9.243,03 | 0,00 | 9.243,03 | 18.486,06 | 0,00 | 18.486,06 | 5.083,63 | 116.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20055.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 880.000,00 | 70.026,82 | 69.112,93 | 62.411,07 | 75.281,69 | 79.965,38 | 83.392,53 | 76.309,82 | 71.968,84 | 71.054,95 | 74.025,09 | 71.968,84 | 74.482,04 | 880.000,00 |
| **Total:** | 880.000,00 | 70.026,82 | 69.112,93 | 62.411,07 | 75.281,69 | 79.965,38 | 83.392,53 | 76.309,82 | 71.968,84 | 71.054,95 | 74.025,09 | 71.968,84 | 74.482,04 | 880.000,00 |
| 08.002.10.301.0017.20175.3.3.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 403.000,00 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,33 | 33.583,37 | 403.000,00 |
| 16210000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV. DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ATENÇÃO B | 420.500,00 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,66 | 35.041,74 | 420.500,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 82.000,00 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,33 | 6.833,37 | 82.000,00 |
| **Total:** | 905.500,00 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,32 | 75.458,48 | 905.500,00 |
| 08.002.10.302.0018.10044.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 300.100,00 | 0,00 | 154.319,32 | 11.286,84 | 47.593,26 | 23.902,80 | 10.501,62 | 29.731,59 | 12.595,56 | 2.550,63 | 0,00 | 5.752,98 | 1.865,40 | 300.100,00 |
| **Total:** | 300.100,00 | 0,00 | 154.319,32 | 11.286,84 | 47.593,26 | 23.902,80 | 10.501,62 | 29.731,59 | 12.595,56 | 2.550,63 | 0,00 | 5.752,98 | 1.865,40 | 300.100,00 |
| 08.002.10.302.0018.10045.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.10046.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.027.967,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 203.573,72 | 215.959,44 | 71.967,03 | 0,00 | 61.133,14 | 63.157,39 | 412.176,28 | 0,00 | 0,00 | 1.027.967,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 1.500.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 1.500.000,00 |
| **Total:** | 2.527.967,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 328.573,72 | 340.959,44 | 196.967,03 | 125.000,00 | 186.133,14 | 188.157,39 | 537.176,28 | 125.000,00 | 125.000,00 | 2.527.967,00 |
| 08.002.10.302.0018.10046.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 300.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 300.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20056.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 760.000,00 | 43.550,96 | 52.123,94 | 48.877,31 | 52.087,47 | 57.294,22 | 60.022,17 | 79.446,80 | 59.701,53 | 59.123,21 | 75.186,69 | 99.246,40 | 73.339,30 | 760.000,00 |
| **Total:** | 760.000,00 | 43.550,96 | 52.123,94 | 48.877,31 | 52.087,47 | 57.294,22 | 60.022,17 | 79.446,80 | 59.701,53 | 59.123,21 | 75.186,69 | 99.246,40 | 73.339,30 | 760.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20056.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 540.000,00 | 40.603,09 | 40.207,65 | 40.841,61 | 39.337,39 | 35.248,52 | 42.366,81 | 53.796,23 | 39.972,58 | 41.694,85 | 39.428,67 | 78.413,13 | 48.089,47 | 540.000,00 |
| **Total:** | 540.000,00 | 40.603,09 | 40.207,65 | 40.841,61 | 39.337,39 | 35.248,52 | 42.366,81 | 53.796,23 | 39.972,58 | 41.694,85 | 39.428,67 | 78.413,13 | 48.089,47 | 540.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20056.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 105.000,00 | 7.446,72 | 7.599,18 | 7.783,62 | 7.834,95 | 7.128,39 | 8.772,29 | 8.445,22 | 8.152,38 | 8.303,14 | 8.034,21 | 15.968,88 | 9.531,02 | 105.000,00 |
| **Total:** | 105.000,00 | 7.446,72 | 7.599,18 | 7.783,62 | 7.834,95 | 7.128,39 | 8.772,29 | 8.445,22 | 8.152,38 | 8.303,14 | 8.034,21 | 15.968,88 | 9.531,02 | 105.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20056.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 150.000,00 | 472,14 | 3.834,01 | 18.002,80 | 12.099,64 | 16.162,82 | 15.073,09 | 10.043,78 | 14.033,96 | 11.489,17 | 12.557,92 | 15.126,62 | 21.104,05 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 472,14 | 3.834,01 | 18.002,80 | 12.099,64 | 16.162,82 | 15.073,09 | 10.043,78 | 14.033,96 | 11.489,17 | 12.557,92 | 15.126,62 | 21.104,05 | 150.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20056.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.200.000,00 | 8.004,95 | 66.092,62 | 93.262,04 | 55.555,13 | 150.832,28 | 80.422,78 | 73.710,88 | 95.867,68 | 135.471,77 | 111.930,48 | 163.289,94 | 165.559,45 | 1.200.000,00 |
| **Total:** | 1.200.000,00 | 8.004,95 | 66.092,62 | 93.262,04 | 55.555,13 | 150.832,28 | 80.422,78 | 73.710,88 | 95.867,68 | 135.471,77 | 111.930,48 | 163.289,94 | 165.559,45 | 1.200.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20056.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 500.000,00 | 0,00 | 6.279,89 | 11.563,04 | 23.029,26 | 51.923,86 | 55.867,89 | 53.552,90 | 47.519,06 | 86.107,87 | 36.520,92 | 53.563,33 | 74.071,98 | 500.000,00 |
| 16000000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED. - BLOCO DE MEDIA E ALTA COMPLE. AM | 500.000,00 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,74 | 500.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 41.666,66 | 47.946,55 | 53.229,70 | 64.695,92 | 93.590,52 | 97.534,55 | 95.219,56 | 89.185,72 | 127.774,53 | 78.187,58 | 95.229,99 | 115.738,72 | 1.000.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20056.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 14.000,00 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,74 | 14.000,00 |
| **Total:** | 14.000,00 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,74 | 14.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20057.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 500.000,00 | 33.297,79 | 38.572,01 | 44.724,92 | 46.816,99 | 49.196,70 | 52.799,24 | 60.470,20 | 42.623,33 | 26.287,93 | 18.080,35 | 50.219,30 | 36.911,24 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 33.297,79 | 38.572,01 | 44.724,92 | 46.816,99 | 49.196,70 | 52.799,24 | 60.470,20 | 42.623,33 | 26.287,93 | 18.080,35 | 50.219,30 | 36.911,24 | 500.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20057.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 850.000,00 | 63.599,53 | 59.706,95 | 61.477,15 | 58.651,43 | 64.567,12 | 61.656,24 | 62.218,96 | 66.566,45 | 64.782,11 | 69.111,72 | 132.686,60 | 84.975,74 | 850.000,00 |
| **Total:** | 850.000,00 | 63.599,53 | 59.706,95 | 61.477,15 | 58.651,43 | 64.567,12 | 61.656,24 | 62.218,96 | 66.566,45 | 64.782,11 | 69.111,72 | 132.686,60 | 84.975,74 | 850.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20057.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 125.000,00 | 9.414,10 | 9.542,82 | 9.542,82 | 8.818,13 | 8.841,42 | 8.841,41 | 8.841,42 | 8.841,42 | 9.293,64 | 10.328,64 | 20.544,63 | 12.149,55 | 125.000,00 |
| **Total:** | 125.000,00 | 9.414,10 | 9.542,82 | 9.542,82 | 8.818,13 | 8.841,42 | 8.841,41 | 8.841,42 | 8.841,42 | 9.293,64 | 10.328,64 | 20.544,63 | 12.149,55 | 125.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20057.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 700.000,00 | 0,00 | 122.775,60 | 41.289,85 | 132.732,55 | 54.689,04 | 69.202,10 | 27.069,70 | 70.886,36 | 37.198,06 | 45.337,35 | 17.967,81 | 80.851,58 | 700.000,00 |
| **Total:** | 700.000,00 | 0,00 | 122.775,60 | 41.289,85 | 132.732,55 | 54.689,04 | 69.202,10 | 27.069,70 | 70.886,36 | 37.198,06 | 45.337,35 | 17.967,81 | 80.851,58 | 700.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20057.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20057.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 500.000,00 | 0,00 | 31.269,88 | 33.517,14 | 82.546,49 | 32.992,69 | 81.244,11 | 20.843,53 | 199,68 | 52.444,78 | 49.616,20 | 35.375,64 | 79.949,86 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 0,00 | 31.269,88 | 33.517,14 | 82.546,49 | 32.992,69 | 81.244,11 | 20.843,53 | 199,68 | 52.444,78 | 49.616,20 | 35.375,64 | 79.949,86 | 500.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20057.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 30.000,00 | 0,00 | 2.605,75 | 2.739,47 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 2.605,75 | 2.739,47 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 2.739,42 | 30.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 6.800.000,00 | 573.032,59 | 535.457,40 | 490.378,82 | 547.094,98 | 617.887,22 | 576.423,96 | 653.066,64 | 622.942,98 | 530.346,19 | 460.073,59 | 723.804,62 | 469.491,01 | 6.800.000,00 |
| **Total:** | 6.800.000,00 | 573.032,59 | 535.457,40 | 490.378,82 | 547.094,98 | 617.887,22 | 576.423,96 | 653.066,64 | 622.942,98 | 530.346,19 | 460.073,59 | 723.804,62 | 469.491,01 | 6.800.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16590000000 OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE | 3.177,00 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 264,75 | 3.177,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.196.823,00 | 158.192,34 | 137.457,58 | 139.507,31 | 141.596,01 | 168.335,29 | 153.641,36 | 147.758,33 | 180.593,18 | 198.352,15 | 203.462,68 | 349.102,82 | 218.823,95 | 2.196.823,00 |
| **Total:** | 2.200.000,00 | 158.457,09 | 137.722,33 | 139.772,06 | 141.860,76 | 168.600,04 | 153.906,11 | 148.023,08 | 180.857,93 | 198.616,90 | 203.727,43 | 349.367,57 | 219.088,70 | 2.200.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 310.000,00 | 20.034,61 | 19.258,63 | 20.196,10 | 20.499,58 | 21.769,32 | 21.825,54 | 21.523,04 | 25.740,96 | 28.476,44 | 28.642,94 | 52.727,44 | 29.305,40 | 310.000,00 |
| **Total:** | 310.000,00 | 20.034,61 | 19.258,63 | 20.196,10 | 20.499,58 | 21.769,32 | 21.825,54 | 21.523,04 | 25.740,96 | 28.476,44 | 28.642,94 | 52.727,44 | 29.305,40 | 310.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 650.000,00 | 4.757,87 | 19.188,82 | 231.408,50 | 37.041,44 | 90.952,68 | 44.768,71 | 21.908,59 | 61.893,41 | 24.132,54 | 33.428,71 | 30.306,69 | 50.212,04 | 650.000,00 |
| **Total:** | 650.000,00 | 4.757,87 | 19.188,82 | 231.408,50 | 37.041,44 | 90.952,68 | 44.768,71 | 21.908,59 | 61.893,41 | 24.132,54 | 33.428,71 | 30.306,69 | 50.212,04 | 650.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.420.000,00 | 1.738,23 | 70.101,30 | 158.106,41 | 96.074,30 | 182.000,59 | 123.319,06 | 88.894,26 | 161.418,85 | 162.266,61 | 120.697,92 | 114.792,80 | 140.589,67 | 1.420.000,00 |
| **Total:** | 1.420.000,00 | 1.738,23 | 70.101,30 | 158.106,41 | 96.074,30 | 182.000,59 | 123.319,06 | 88.894,26 | 161.418,85 | 162.266,61 | 120.697,92 | 114.792,80 | 140.589,67 | 1.420.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20058.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 374.220,00 | 30.316,22 | 28.295,14 | 28.570,75 | 32.085,52 | 30.581,62 | 33.072,25 | 36.134,56 | 35.675,15 | 29.611,91 | 28.815,72 | 30.438,71 | 30.622,45 | 374.220,00 |
| **Total:** | 374.220,00 | 30.316,22 | 28.295,14 | 28.570,75 | 32.085,52 | 30.581,62 | 33.072,25 | 36.134,56 | 35.675,15 | 29.611,91 | 28.815,72 | 30.438,71 | 30.622,45 | 374.220,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 215.000,00 | 9.306,90 | 9.582,95 | 9.812,25 | 10.070,09 | 10.086,48 | 14.957,90 | 24.785,99 | 33.211,68 | 22.460,74 | 22.675,02 | 25.151,37 | 22.898,63 | 215.000,00 |
| **Total:** | 215.000,00 | 9.306,90 | 9.582,95 | 9.812,25 | 10.070,09 | 10.086,48 | 14.957,90 | 24.785,99 | 33.211,68 | 22.460,74 | 22.675,02 | 25.151,37 | 22.898,63 | 215.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 430.000,00 | 23.419,93 | 35.845,55 | 35.010,84 | 36.266,56 | 30.636,57 | 29.302,03 | 32.409,59 | 32.469,41 | 34.009,68 | 34.881,04 | 56.992,32 | 48.756,48 | 430.000,00 |
| **Total:** | 430.000,00 | 23.419,93 | 35.845,55 | 35.010,84 | 36.266,56 | 30.636,57 | 29.302,03 | 32.409,59 | 32.469,41 | 34.009,68 | 34.881,04 | 56.992,32 | 48.756,48 | 430.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 20.000,00 | 1.362,71 | 1.531,23 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.350,49 | 1.688,09 | 1.688,09 | 2.250,85 | 1.688,09 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.362,71 | 1.531,23 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.688,09 | 1.350,49 | 1.688,09 | 1.688,09 | 2.250,85 | 1.688,09 | 20.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 60.000,00 | 3.026,03 | 5.111,02 | 5.112,76 | 5.106,52 | 3.857,93 | 3.897,71 | 3.901,40 | 4.208,98 | 4.951,57 | 4.951,57 | 8.628,70 | 7.245,81 | 60.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 3.026,03 | 5.111,02 | 5.112,76 | 5.106,52 | 3.857,93 | 3.897,71 | 3.901,40 | 4.208,98 | 4.951,57 | 4.951,57 | 8.628,70 | 7.245,81 | 60.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED. - BLOCO DE MEDIA E ALTA COMPLE. AM | 60.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 60.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 0,00 | 5.998,05 | 475,17 | 1.206,22 | 0,00 | 255,86 | 597,01 | 0,00 | 0,00 | 1.467,69 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 70.000,00 | 5.000,00 | 10.998,05 | 5.475,17 | 6.206,22 | 5.000,00 | 5.255,86 | 5.597,01 | 5.000,00 | 5.000,00 | 6.467,69 | 5.000,00 | 5.000,00 | 70.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 16000000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED. - BLOCO DE MEDIA E ALTA COMPLE. AM | 84.240,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 7.020,00 | 84.240,00 |
| **Total:** | 84.340,00 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,33 | 7.028,37 | 84.340,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED. - BLOCO DE MEDIA E ALTA COMPLE. AM | 188.000,00 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,66 | 15.666,74 | 188.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 160.000,00 | 0,00 | 24.688,42 | 29.591,00 | 21.382,72 | 24.688,42 | 24.688,42 | 5.183,33 | 5.183,33 | 6.346,93 | 6.346,93 | 3.966,83 | 7.933,67 | 160.000,00 |
| **Total:** | 348.000,00 | 15.666,66 | 40.355,08 | 45.257,66 | 37.049,38 | 40.355,08 | 40.355,08 | 20.849,99 | 20.849,99 | 22.013,59 | 22.013,59 | 19.633,49 | 23.600,41 | 348.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20059.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20060.3.3.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16210000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. ESTAD- BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLE. AM | 311.005,00 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,08 | 25.917,12 | 311.005,00 |
| 16000000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED. - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLE. AM | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 3.818.000,00 | 0,00 | 339.878,49 | 289.864,97 | 286.510,40 | 296.574,10 | 275.578,59 | 286.510,40 | 296.574,10 | 296.574,10 | 286.510,40 | 299.928,67 | 863.495,78 | 3.818.000,00 |
| **Total:** | 4.134.005,00 | 26.333,74 | 366.212,23 | 316.198,71 | 312.844,14 | 322.907,84 | 301.912,33 | 312.844,14 | 322.907,84 | 322.907,84 | 312.844,14 | 326.262,41 | 889.829,64 | 4.134.005,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 820.000,00 | 33.318,55 | 48.898,63 | 89.039,88 | 90.140,18 | 95.651,57 | 97.697,92 | 107.182,83 | 124.062,94 | 45.101,17 | 27.354,48 | 35.250,79 | 26.301,06 | 820.000,00 |
| **Total:** | 820.000,00 | 33.318,55 | 48.898,63 | 89.039,88 | 90.140,18 | 95.651,57 | 97.697,92 | 107.182,83 | 124.062,94 | 45.101,17 | 27.354,48 | 35.250,79 | 26.301,06 | 820.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.500.000,00 | 82.412,49 | 98.133,43 | 101.810,08 | 98.718,22 | 104.409,16 | 103.111,85 | 105.603,67 | 134.293,34 | 137.072,74 | 140.984,88 | 235.244,61 | 158.205,53 | 1.500.000,00 |
| **Total:** | 1.500.000,00 | 82.412,49 | 98.133,43 | 101.810,08 | 98.718,22 | 104.409,16 | 103.111,85 | 105.603,67 | 134.293,34 | 137.072,74 | 140.984,88 | 235.244,61 | 158.205,53 | 1.500.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 310.000,00 | 16.184,36 | 20.513,19 | 21.306,42 | 20.725,78 | 21.750,75 | 21.375,23 | 22.285,31 | 27.323,64 | 29.172,05 | 29.244,23 | 47.547,55 | 32.571,49 | 310.000,00 |
| **Total:** | 310.000,00 | 16.184,36 | 20.513,19 | 21.306,42 | 20.725,78 | 21.750,75 | 21.375,23 | 22.285,31 | 27.323,64 | 29.172,05 | 29.244,23 | 47.547,55 | 32.571,49 | 310.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 30.000,00 | 532,93 | 2.398,22 | 0,00 | 532,93 | 2.139,85 | 1.736,20 | 2.465,69 | 6.395,35 | 1.054,04 | 1.541,89 | 6.211,72 | 4.991,18 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 532,93 | 2.398,22 | 0,00 | 532,93 | 2.139,85 | 1.736,20 | 2.465,69 | 6.395,35 | 1.054,04 | 1.541,89 | 6.211,72 | 4.991,18 | 30.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 600.000,00 | 0,00 | 6.757,39 | 6.715,42 | 39.712,68 | 40.157,90 | 87.733,43 | 71.149,83 | 86.558,86 | 70.638,01 | 48.060,06 | 65.734,51 | 76.781,91 | 600.000,00 |
| **Total:** | 600.000,00 | 0,00 | 6.757,39 | 6.715,42 | 39.712,68 | 40.157,90 | 87.733,43 | 71.149,83 | 86.558,86 | 70.638,01 | 48.060,06 | 65.734,51 | 76.781,91 | 600.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20061.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20062.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED. - BLOCO DE MEDIA E ALTA COMPLE. AM | 4.380.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 365.000,00 | 4.380.000,00 |
| 16210000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. ESTAD- BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLE. AM | 15.400.737,00 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 1.283.394,75 | 15.400.737,00 |
| **Total:** | 19.780.737,00 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 1.648.394,75 | 19.780.737,00 |
| 08.002.10.302.0018.20062.3.3.60.41.00.00 CONTRIBUIÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 08.002.10.302.0018.20062.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. FED. - BLOCO DE MEDIA E ALTA COMPLE. AM | 660.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 660.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 14.373.159,00 | 55.260,70 | 1.987.535,46 | 1.583.791,84 | 9.867,33 | 41.855,69 | 0,00 | 551.481,28 | 2.103.767,94 | 2.465.786,89 | 2.098.915,14 | 1.858.769,07 | 1.616.127,66 | 14.373.159,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 15.033.159,00 | 110.260,70 | 2.042.535,46 | 1.638.791,84 | 64.867,33 | 96.855,69 | 55.000,00 | 606.481,28 | 2.158.767,94 | 2.520.786,89 | 2.153.915,14 | 1.913.769,07 | 1.671.127,66 | 15.033.159,00 |
| 08.002.10.302.0018.20062.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 |
| 08.002.10.302.0018.20063.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16210000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. ESTAD- BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLE. AM | 3.880,00 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,37 | 3.880,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 176.120,00 | 29.006,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.712,22 | 29.269,15 | 59.841,26 | 30.290,59 | 176.120,00 |
| **Total:** | 180.000,00 | 29.330,11 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 323,33 | 28.035,55 | 29.592,48 | 60.164,59 | 30.613,96 | 180.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20063.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 23.000,00 | 2.155,52 | 2.155,52 | 2.155,52 | 1.597,54 | 1.597,54 | 1.597,54 | 2.155,51 | 1.597,54 | 1.597,54 | 1.597,54 | 3.195,15 | 1.597,54 | 23.000,00 |
| **Total:** | 23.000,00 | 2.155,52 | 2.155,52 | 2.155,52 | 1.597,54 | 1.597,54 | 1.597,54 | 2.155,51 | 1.597,54 | 1.597,54 | 1.597,54 | 3.195,15 | 1.597,54 | 23.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20063.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 16210000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. ESTAD- BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLE. AM | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 27.000,00 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.249,99 | 2.250,11 | 27.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20063.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 16210000604 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOV. ESTAD- BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLE. AM | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 11.000,00 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,66 | 916,74 | 11.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.489,18 | 6.774,12 | 6.875,73 | 6.824,95 | 6.774,12 | 7.231,38 | 11.290,25 | 6.740,27 | 55.000,00 |
| **Total:** | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.489,18 | 6.774,12 | 6.875,73 | 6.824,95 | 6.774,12 | 7.231,38 | 11.290,25 | 6.740,27 | 55.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 81.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.379,38 | 15.455,07 | 14.326,59 | 21.364,52 | 15.474,44 | 81.000,00 |
| **Total:** | 81.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.379,38 | 15.455,07 | 14.326,59 | 21.364,52 | 15.474,44 | 81.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 17.000,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 |
| **Total:** | 17.000,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35,84 | 17,97 | 26,96 | 19,23 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35,84 | 17,97 | 26,96 | 19,23 | 100,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 20.000,00 | 0,00 | 704,32 | 7.516,68 | 836,24 | 0,00 | 0,00 | 9.338,65 | 1.223,25 | 0,00 | 189,65 | 191,21 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 704,32 | 7.516,68 | 836,24 | 0,00 | 0,00 | 9.338,65 | 1.223,25 | 0,00 | 189,65 | 191,21 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 50.000,00 | 0,00 | 1.766,80 | 7.651,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.317,06 | 1.132,37 | 1.132,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 1.766,80 | 7.651,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.317,06 | 1.132,37 | 1.132,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20162.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.500,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.499,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.500,00 |
| **Total:** | 10.500,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.499,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.500,00 |
| 08.002.10.302.0018.20174.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 180.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 180.000,00 |
| **Total:** | 180.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 180.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20174.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 35.000,00 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,74 | 35.000,00 |
| **Total:** | 35.000,00 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,66 | 2.916,74 | 35.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20174.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 08.002.10.302.0018.20174.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 08.002.10.302.0018.20174.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 08.002.10.302.0051.20068.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 16210000800 RECURSO RECEBIDO PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS - SUS - ESTADO | 1.800.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 1.800.000,00 |
| **Total:** | 1.800.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 1.800.000,00 |
| 08.002.10.302.0051.20068.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 390.000,00 | 42.362,32 | 54.710,78 | 46.059,28 | 40.208,34 | 46.887,49 | 42.809,74 | 42.496,14 | 38.662,95 | 7.249,05 | 6.163,12 | 14.589,28 | 7.801,51 | 390.000,00 |
| **Total:** | 390.000,00 | 42.362,32 | 54.710,78 | 46.059,28 | 40.208,34 | 46.887,49 | 42.809,74 | 42.496,14 | 38.662,95 | 7.249,05 | 6.163,12 | 14.589,28 | 7.801,51 | 390.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 900.000,00 | 71.901,66 | 80.062,61 | 62.045,86 | 63.224,53 | 63.639,78 | 59.052,63 | 62.170,97 | 73.715,44 | 75.377,96 | 76.635,92 | 132.215,79 | 79.956,85 | 900.000,00 |
| **Total:** | 900.000,00 | 71.901,66 | 80.062,61 | 62.045,86 | 63.224,53 | 63.639,78 | 59.052,63 | 62.170,97 | 73.715,44 | 75.377,96 | 76.635,92 | 132.215,79 | 79.956,85 | 900.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 25.000,00 | 1.272,94 | 1.911,04 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 3.830,33 | 1.998,41 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 1.272,94 | 1.911,04 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 1.998,41 | 3.830,33 | 1.998,41 | 25.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 150.000,00 | 12.722,01 | 12.214,92 | 10.800,36 | 10.446,65 | 10.342,61 | 9.723,32 | 9.810,43 | 12.100,34 | 12.838,20 | 13.785,26 | 22.116,24 | 13.099,66 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 12.722,01 | 12.214,92 | 10.800,36 | 10.446,65 | 10.342,61 | 9.723,32 | 9.810,43 | 12.100,34 | 12.838,20 | 13.785,26 | 22.116,24 | 13.099,66 | 150.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.3.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.877.000,00 | 424.342,52 | 6.381,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 418.641,44 | 135.031,80 | 41.053,81 | 150.540,51 | 128.787,53 | 572.220,60 | 0,00 | 1.877.000,00 |
| 16210000602 TRANSF, FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV, DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ASSIST, FA | 110.000,00 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,66 | 9.166,74 | 110.000,00 |
| 16000000602 TRANSF, FUNDO A FUNDO DE REC, DO SUS PROV, DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMAC | 230.000,00 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,66 | 19.166,74 | 230.000,00 |
| **Total:** | 2.217.000,00 | 452.675,84 | 34.715,11 | 28.333,32 | 28.333,32 | 28.333,32 | 446.974,76 | 163.365,12 | 69.387,13 | 178.873,83 | 157.120,85 | 600.553,92 | 28.333,48 | 2.217.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 25.000,00 | 0,00 | 1.653,88 | 1.193,79 | 10.808,19 | 842,86 | 2.375,16 | 792,76 | 3.512,37 | 0,00 | 224,67 | 0,00 | 3.596,32 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 1.653,88 | 1.193,79 | 10.808,19 | 842,86 | 2.375,16 | 792,76 | 3.512,37 | 0,00 | 224,67 | 0,00 | 3.596,32 | 25.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 745.000,00 | 0,00 | 0,00 | 298.339,62 | 15.434,44 | 74.270,13 | 124.787,12 | 7.227,86 | 999,40 | 27.777,58 | 15.687,04 | 100.572,48 | 79.904,33 | 745.000,00 |
| 16210000602 TRANSF, FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROV, DO GOVERNO ESTADUAL - BLOCO DE ASSIST, FA | 28.000,00 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,37 | 28.000,00 |
| 16000000602 TRANSF, FUNDO A FUNDO DE REC, DO SUS PROV, DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMAC | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 873.000,00 | 10.666,66 | 10.666,66 | 309.006,28 | 26.101,10 | 84.936,79 | 135.453,78 | 17.894,52 | 11.666,06 | 38.444,24 | 26.353,70 | 111.239,14 | 90.571,07 | 873.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 100.000,00 | 0,00 | 1.794,74 | 4.894,74 | 4.894,74 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 19.647,99 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 1.794,74 | 4.894,74 | 4.894,74 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 9.823,97 | 19.647,99 | 100.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 300.000,00 | 0,00 | 15.054,56 | 23.180,36 | 19.183,33 | 22.367,46 | 42.585,62 | 51.632,47 | 25.929,75 | 42.574,27 | 20.259,98 | 18.417,22 | 18.814,98 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 0,00 | 15.054,56 | 23.180,36 | 19.183,33 | 22.367,46 | 42.585,62 | 51.632,47 | 25.929,75 | 42.574,27 | 20.259,98 | 18.417,22 | 18.814,98 | 300.000,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 30.400,00 | 0,00 | 2.640,49 | 2.775,96 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 30.400,00 |
| **Total:** | 30.400,00 | 0,00 | 2.640,49 | 2.775,96 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 2.775,95 | 30.400,00 |
| 08.002.10.303.0019.20064.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 150.000,00 | 0,00 | 14.608,46 | 0,00 | 0,00 | 11.867,76 | 517,11 | 36.766,79 | 7.756,70 | 55.237,62 | 20.529,42 | 2.716,14 | 0,00 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 0,00 | 14.608,46 | 0,00 | 0,00 | 11.867,76 | 517,11 | 36.766,79 | 7.756,70 | 55.237,62 | 20.529,42 | 2.716,14 | 0,00 | 150.000,00 |
| 08.002.10.303.0054.10094.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000.000,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.300,00 | 83.700,00 | 1.000.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 300.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 300.000,00 |
| **Total:** | 1.300.000,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.300,00 | 108.700,00 | 1.300.000,00 |
| 08.002.10.303.0054.10094.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 500.000,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.674,00 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.666,00 | 41.674,00 | 500.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 08.002.10.304.0042.20065.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 245.000,00 | 15.761,67 | 15.761,67 | 15.938,98 | 26.508,32 | 27.702,39 | 29.076,08 | 27.566,39 | 34.573,28 | 0,00 | 14.888,92 | 20.679,06 | 16.543,24 | 245.000,00 |
| **Total:** | 245.000,00 | 15.761,67 | 15.761,67 | 15.938,98 | 26.508,32 | 27.702,39 | 29.076,08 | 27.566,39 | 34.573,28 | 0,00 | 14.888,92 | 20.679,06 | 16.543,24 | 245.000,00 |
| 08.002.10.304.0042.20065.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAUD | 8.804,00 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,66 | 733,74 | 8.804,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 311.196,00 | 20.698,47 | 23.694,03 | 32.623,14 | 32.631,86 | 23.530,31 | 17.846,04 | 21.184,52 | 23.574,26 | 10.800,84 | 26.607,40 | 52.433,37 | 25.571,76 | 311.196,00 |
| **Total:** | 320.000,00 | 21.432,13 | 24.427,69 | 33.356,80 | 33.365,52 | 24.263,97 | 18.579,70 | 21.918,18 | 24.307,92 | 11.534,50 | 27.341,06 | 53.167,03 | 26.305,50 | 320.000,00 |
| 08.002.10.304.0042.20065.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 55.000,00 | 4.004,73 | 4.253,47 | 5.768,07 | 4.670,65 | 3.332,20 | 3.145,36 | 3.508,36 | 4.060,50 | 4.670,65 | 4.670,65 | 8.240,02 | 4.675,34 | 55.000,00 |
| **Total:** | 55.000,00 | 4.004,73 | 4.253,47 | 5.768,07 | 4.670,65 | 3.332,20 | 3.145,36 | 3.508,36 | 4.060,50 | 4.670,65 | 4.670,65 | 8.240,02 | 4.675,34 | 55.000,00 |
| 08.002.10.304.0042.20065.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAUD | 12.500,00 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,74 | 12.500,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.392,64 | 0,00 | 0,00 | 607,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| **Total:** | 15.500,00 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 3.434,30 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.649,02 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,74 | 15.500,00 |
| 08.002.10.304.0042.20065.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 08.002.10.304.0042.20065.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAUD | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| **Total:** | 12.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 2.833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 12.000,00 |
| 08.002.10.304.0042.20065.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 4.000,00 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,37 | 4.000,00 |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAUD | 6.000,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 6.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 08.002.10.304.0042.20065.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 80.000,00 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,74 | 80.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,74 | 80.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 630.000,00 | 27.109,91 | 26.236,66 | 22.087,89 | 30.165,78 | 60.001,94 | 69.579,43 | 63.152,54 | 64.236,77 | 56.437,87 | 77.637,47 | 87.892,43 | 45.461,31 | 630.000,00 |
| **Total:** | 630.000,00 | 27.109,91 | 26.236,66 | 22.087,89 | 30.165,78 | 60.001,94 | 69.579,43 | 63.152,54 | 64.236,77 | 56.437,87 | 77.637,47 | 87.892,43 | 45.461,31 | 630.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16040000605 TRANSF. DO GOV. FEDERAL DEST. AO VENC. DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS -BLOCO VIGILÂNC | 550.000,00 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,37 | 550.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.550.000,00 | 90.917,65 | 89.063,58 | 137.264,27 | 164.424,03 | 154.464,16 | 83.660,89 | 68.564,84 | 83.622,52 | 175.968,21 | 90.367,74 | 258.143,72 | 153.538,39 | 1.550.000,00 |
| **Total:** | 2.100.000,00 | 136.750,98 | 134.896,91 | 183.097,60 | 210.257,36 | 200.297,49 | 129.494,22 | 114.398,17 | 129.455,85 | 221.801,54 | 136.201,07 | 303.977,05 | 199.371,76 | 2.100.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 38.000,00 | 2.171,95 | 2.743,75 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 5.582,96 | 3.737,50 | 38.000,00 |
| **Total:** | 38.000,00 | 2.171,95 | 2.743,75 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 2.970,48 | 5.582,96 | 3.737,50 | 38.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 350.000,00 | 29.825,24 | 28.241,94 | 27.026,28 | 26.599,29 | 24.985,09 | 25.277,60 | 24.992,51 | 26.804,90 | 26.791,08 | 27.141,36 | 52.195,33 | 30.119,38 | 350.000,00 |
| **Total:** | 350.000,00 | 29.825,24 | 28.241,94 | 27.026,28 | 26.599,29 | 24.985,09 | 25.277,60 | 24.992,51 | 26.804,90 | 26.791,08 | 27.141,36 | 52.195,33 | 30.119,38 | 350.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.3.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAUD | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAUD | 55.000,00 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,37 | 55.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 53.000,00 | 1.517,92 | 1.449,92 | 7.537,12 | 4.837,13 | 10.119,52 | 2.584,72 | 0,00 | 10.133,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.819,88 | 53.000,00 |
| **Total:** | 108.000,00 | 6.101,25 | 6.033,25 | 12.120,45 | 9.420,46 | 14.702,85 | 7.168,05 | 4.583,33 | 14.717,12 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 19.403,25 | 108.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 60.000,00 | 0,00 | 4.426,37 | 4.426,37 | 0,00 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 11.366,12 | 60.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 0,00 | 4.426,37 | 4.426,37 | 0,00 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 5.683,02 | 11.366,12 | 60.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 251.600,00 | 0,00 | 2.518,64 | 2.518,64 | 7.082,92 | 2.518,64 | 7.644,70 | 37.544,38 | 46.008,95 | 105.464,86 | 0,00 | 40.298,27 | 0,00 | 251.600,00 |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAUD | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 351.600,00 | 8.333,33 | 10.851,97 | 10.851,97 | 15.416,25 | 10.851,97 | 15.978,03 | 45.877,71 | 54.342,28 | 113.798,19 | 8.333,33 | 48.631,60 | 8.333,37 | 351.600,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚD | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 91.600,00 | 0,00 | 2.563,37 | 23.362,74 | 9.425,65 | 6.730,77 | 9.132,85 | 6.730,77 | 6.730,77 | 6.730,77 | 6.730,77 | 6.730,77 | 6.730,77 | 91.600,00 |
| **Total:** | 111.600,00 | 1.666,66 | 4.230,03 | 25.029,40 | 11.092,31 | 8.397,43 | 10.799,51 | 8.397,43 | 8.397,43 | 8.397,43 | 8.397,43 | 8.397,43 | 8.397,51 | 111.600,00 |
| 08.002.10.305.0043.20066.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 33.722,24 | 0,00 | 94.089,26 | 46.982,17 | 11.890,21 | 1.748,56 | 11.567,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 33.722,24 | 0,00 | 94.089,26 | 46.982,17 | 11.890,21 | 1.748,56 | 11.567,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20163.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 55.000,00 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,37 | 55.000,00 |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚD | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,74 | 80.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20163.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 17.000,00 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,74 | 17.000,00 |
| **Total:** | 17.000,00 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,66 | 1.416,74 | 17.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20163.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚD | 23.000,00 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,74 | 23.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.315,34 | 4.684,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,66 | 4.232,00 | 6.601,32 | 1.916,66 | 1.916,66 | 1.916,74 | 30.000,00 |
| 08.002.10.305.0043.20163.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000605 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚD | 14.000,00 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,74 | 14.000,00 |
| **Total:** | 14.000,00 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,74 | 14.000,00 |
| 08.002.10.306.0017.20177.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 74.200,00 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,33 | 6.183,37 | 74.200,00 |
| **Total:** | 84.200,00 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,66 | 7.016,74 | 84.200,00 |
| 08.002.10.306.0017.20177.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 17.700,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 17.700,00 |
| **Total:** | 17.700,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 1.475,00 | 17.700,00 |
| 08.002.10.306.0017.20177.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 08.002.10.306.0017.20177.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16000000600 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 15001002000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 115.000,00 | 4.730,96 | 7.622,51 | 12.236,72 | 14.293,06 | 14.716,71 | 15.780,79 | 11.207,00 | 13.379,70 | 10.985,15 | 5.302,53 | 4.744,87 | 0,00 | 115.000,00 |
| **Total:** | 115.000,00 | 4.730,96 | 7.622,51 | 12.236,72 | 14.293,06 | 14.716,71 | 15.780,79 | 11.207,00 | 13.379,70 | 10.985,15 | 5.302,53 | 4.744,87 | 0,00 | 115.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.440.000,00 | 1.440.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.440.000,00 |
| **Total:** | 1.440.000,00 | 1.440.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.440.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 110.000,00 | 6.473,60 | 8.537,00 | 9.506,12 | 9.823,73 | 10.824,39 | 10.219,70 | 10.721,28 | 10.721,28 | 10.721,28 | 13.262,64 | 9.188,98 | 0,00 | 110.000,00 |
| **Total:** | 110.000,00 | 6.473,60 | 8.537,00 | 9.506,12 | 9.823,73 | 10.824,39 | 10.219,70 | 10.721,28 | 10.721,28 | 10.721,28 | 13.262,64 | 9.188,98 | 0,00 | 110.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 140.250,00 | 10.030,84 | 11.777,88 | 13.501,69 | 13.141,91 | 13.141,92 | 13.141,92 | 14.089,23 | 14.344,92 | 14.275,35 | 13.923,62 | 8.880,72 | 0,00 | 140.250,00 |
| **Total:** | 140.250,00 | 10.030,84 | 11.777,88 | 13.501,69 | 13.141,91 | 13.141,92 | 13.141,92 | 14.089,23 | 14.344,92 | 14.275,35 | 13.923,62 | 8.880,72 | 0,00 | 140.250,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 400.000,00 | 8.060,31 | 41.445,96 | 58.234,84 | 32.041,17 | 70.566,83 | 21.326,49 | 28.071,61 | 19.210,50 | 55.996,35 | 26.733,56 | 18.876,49 | 19.435,89 | 400.000,00 |
| **Total:** | 400.000,00 | 8.060,31 | 41.445,96 | 58.234,84 | 32.041,17 | 70.566,83 | 21.326,49 | 28.071,61 | 19.210,50 | 55.996,35 | 26.733,56 | 18.876,49 | 19.435,89 | 400.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.845,71 | 0,00 | 0,00 | 559,48 | 0,00 | 0,00 | 2.237,92 | 3.356,89 | 0,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| **Total:** | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.845,71 | 0,00 | 0,00 | 559,48 | 0,00 | 0,00 | 2.237,92 | 3.356,89 | 0,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 31.500,00 | 0,00 | 3.622,86 | 4.347,27 | 4.366,57 | 4.366,50 | 4.366,50 | 2.290,06 | 1.960,38 | 1.235,97 | 1.235,97 | 1.235,97 | 2.471,95 | 31.500,00 |
| **Total:** | 31.500,00 | 0,00 | 3.622,86 | 4.347,27 | 4.366,57 | 4.366,50 | 4.366,50 | 2.290,06 | 1.960,38 | 1.235,97 | 1.235,97 | 1.235,97 | 2.471,95 | 31.500,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 650.000,00 | 2.195,14 | 36.864,53 | 272.135,85 | 53.949,38 | 38.012,14 | 45.282,43 | 35.912,77 | 42.579,35 | 27.855,48 | 49.235,60 | 22.764,05 | 23.213,28 | 650.000,00 |
| **Total:** | 650.000,00 | 2.195,14 | 36.864,53 | 272.135,85 | 53.949,38 | 38.012,14 | 45.282,43 | 35.912,77 | 42.579,35 | 27.855,48 | 49.235,60 | 22.764,05 | 23.213,28 | 650.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.912,71 | 2.633,71 | 5.571,02 | 0,00 | 0,00 | 5.267,42 | 0,00 | 3.445,84 | 5.169,30 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.912,71 | 2.633,71 | 5.571,02 | 0,00 | 0,00 | 5.267,42 | 0,00 | 3.445,84 | 5.169,30 | 0,00 | 30.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 75.000,00 | 6.433,44 | 6.433,44 | 6.433,44 | 6.433,44 | 3.216,72 | 6.433,44 | 6.433,44 | 6.433,44 | 13.024,53 | 3.216,72 | 6.433,44 | 4.074,51 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 6.433,44 | 6.433,44 | 6.433,44 | 6.433,44 | 3.216,72 | 6.433,44 | 6.433,44 | 6.433,44 | 13.024,53 | 3.216,72 | 6.433,44 | 4.074,51 | 75.000,00 |
| 09.001.08.122.0002.20166.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 20.000,00 | 0,00 | 541,31 | 5.984,92 | 244,78 | 5.487,80 | 105,72 | 2.653,69 | 4.522,27 | 305,24 | 0,00 | 0,00 | 154,27 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 541,31 | 5.984,92 | 244,78 | 5.487,80 | 105,72 | 2.653,69 | 4.522,27 | 305,24 | 0,00 | 0,00 | 154,27 | 20.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 430.000,00 | 32.346,11 | 40.985,66 | 39.337,02 | 43.022,44 | 36.845,47 | 41.177,22 | 40.612,14 | 40.095,25 | 39.565,28 | 38.682,77 | 37.330,64 | 0,00 | 430.000,00 |
| **Total:** | 430.000,00 | 32.346,11 | 40.985,66 | 39.337,02 | 43.022,44 | 36.845,47 | 41.177,22 | 40.612,14 | 40.095,25 | 39.565,28 | 38.682,77 | 37.330,64 | 0,00 | 430.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 65.000,00 | 5.278,24 | 5.173,41 | 6.152,11 | 6.949,86 | 5.479,28 | 6.535,75 | 6.321,13 | 6.229,26 | 6.209,17 | 5.979,65 | 4.692,14 | 0,00 | 65.000,00 |
| **Total:** | 65.000,00 | 5.278,24 | 5.173,41 | 6.152,11 | 6.949,86 | 5.479,28 | 6.535,75 | 6.321,13 | 6.229,26 | 6.209,17 | 5.979,65 | 4.692,14 | 0,00 | 65.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 16.000,00 | 1.002,01 | 1.494,28 | 1.549,50 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,25 | 0,00 | 16.000,00 |
| **Total:** | 16.000,00 | 1.002,01 | 1.494,28 | 1.549,50 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,28 | 1.494,25 | 0,00 | 16.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 55.000,00 | 939,86 | 758,11 | 1.949,92 | 2.017,65 | 1.649,02 | 1.519,84 | 2.589,10 | 2.741,26 | 1.871,41 | 13.931,40 | 15.508,56 | 9.523,87 | 55.000,00 |
| **Total:** | 55.000,00 | 939,86 | 758,11 | 1.949,92 | 2.017,65 | 1.649,02 | 1.519,84 | 2.589,10 | 2.741,26 | 1.871,41 | 13.931,40 | 15.508,56 | 9.523,87 | 55.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 51.000,00 | 0,00 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 8.500,10 | 51.000,00 |
| **Total:** | 51.000,00 | 0,00 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 4.249,99 | 8.500,10 | 51.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 40.000,00 | 415,26 | 1.477,87 | 2.063,02 | 1.832,00 | 2.560,46 | 2.017,22 | 15.088,67 | 1.803,08 | 2.942,21 | 2.917,98 | 4.208,96 | 2.673,27 | 40.000,00 |
| **Total:** | 40.000,00 | 415,26 | 1.477,87 | 2.063,02 | 1.832,00 | 2.560,46 | 2.017,22 | 15.088,67 | 1.803,08 | 2.942,21 | 2.917,98 | 4.208,96 | 2.673,27 | 40.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 666,66 | 1.333,34 | 0,00 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 666,66 | 1.333,34 | 0,00 | 2.000,00 |
| 09.001.08.422.0002.20075.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| **Total:** | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 09.002.08.122.0045.20096.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,01 | 0,00 | 1.999,99 | 6.000,00 |
| **Total:** | 11.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 4.416,67 | 416,66 | 2.416,73 | 11.000,00 |
| 09.002.08.122.0045.20096.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 1.100,00 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,66 | 91,74 | 1.100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09.002.08.122.0045.20096.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.959,00 | 0,00 | 0,00 | 3.810,76 | 1.905,36 | 1.905,36 | 1.905,36 | 1.905,36 | 0,00 | 3.810,72 | 1.905,36 | 1.905,36 | 1.905,36 | 20.959,00 |
| **Total:** | 20.959,00 | 0,00 | 0,00 | 3.810,76 | 1.905,36 | 1.905,36 | 1.905,36 | 1.905,36 | 0,00 | 3.810,72 | 1.905,36 | 1.905,36 | 1.905,36 | 20.959,00 |
| 09.002.08.122.0045.20096.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.10068.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20083.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 259,54 | 240,46 | 500,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.500,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 426,20 | 407,20 | 2.500,00 |
| 09.002.08.244.0038.20083.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 99.292,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.697,20 | 30.620,12 | 12.140,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.833,79 | 99.292,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 640,39 | 1.303,32 | 56,29 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| **Total:** | 101.292,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.697,20 | 30.620,12 | 12.140,89 | 640,39 | 1.303,32 | 56,29 | 0,00 | 33.833,79 | 101.292,00 |
| 09.002.08.244.0038.20083.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 55.000,00 | 0,00 | 1.081,05 | 0,00 | 6.041,31 | 1.580,58 | 0,00 | 0,00 | 27.891,20 | 0,00 | 18.405,86 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 887,77 | 3.715,02 | 397,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 0,00 | 1.081,05 | 0,00 | 6.041,31 | 2.468,35 | 3.715,02 | 397,21 | 27.891,20 | 0,00 | 18.405,86 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20083.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 09.002.08.244.0038.20083.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 290.000,00 | 13.993,81 | 29.525,98 | 14.711,92 | 27.432,36 | 18.063,16 | 1.632,62 | 42.232,46 | 22.602,28 | 41.670,76 | 25.139,93 | 34.672,10 | 18.322,62 | 290.000,00 |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 22.000,00 |
| **Total:** | 312.000,00 | 13.993,81 | 29.525,98 | 14.711,92 | 27.432,36 | 18.063,16 | 1.632,62 | 42.232,46 | 22.602,28 | 41.670,76 | 25.139,93 | 34.672,10 | 40.322,62 | 312.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.850.000,00 | 1.765.637,41 | 84.362,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.850.000,00 |
| **Total:** | 1.850.000,00 | 1.765.637,41 | 84.362,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.850.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 140.000,00 | 11.038,03 | 11.379,84 | 13.562,14 | 12.636,10 | 13.013,91 | 13.013,91 | 13.013,91 | 12.935,87 | 14.375,42 | 14.375,38 | 10.655,49 | 0,00 | 140.000,00 |
| **Total:** | 140.000,00 | 11.038,03 | 11.379,84 | 13.562,14 | 12.636,10 | 13.013,91 | 13.013,91 | 13.013,91 | 12.935,87 | 14.375,42 | 14.375,38 | 10.655,49 | 0,00 | 140.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 200.000,00 | 14.731,83 | 21.301,07 | 17.997,68 | 18.763,41 | 19.053,30 | 16.833,83 | 18.273,44 | 18.659,19 | 19.957,73 | 20.143,11 | 14.285,41 | 0,00 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 14.731,83 | 21.301,07 | 17.997,68 | 18.763,41 | 19.053,30 | 16.833,83 | 18.273,44 | 18.659,19 | 19.957,73 | 20.143,11 | 14.285,41 | 0,00 | 200.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 101.439,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.182,13 | 5.357,34 | 907,54 | 734,63 | 27.850,27 | 7.033,41 | 14.591,43 | 20.782,25 | 101.439,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 263.465,00 | 7.310,14 | 10.284,48 | 20.927,33 | 7.744,88 | 14.040,98 | 20.376,05 | 33.717,70 | 39.885,36 | 27.367,90 | 20.683,45 | 34.456,35 | 26.670,38 | 263.465,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 177.156,00 | 0,00 | 0,00 | 7.184,99 | 22.845,72 | 29.821,43 | 13.327,35 | 12.184,62 | 2.221,47 | 17.947,42 | 13.230,84 | 41.990,69 | 16.401,47 | 177.156,00 |
| **Total:** | 542.060,00 | 7.310,14 | 10.284,48 | 28.112,32 | 30.590,60 | 68.044,54 | 39.060,74 | 46.809,86 | 42.841,46 | 73.165,59 | 40.947,70 | 91.038,47 | 63.854,10 | 542.060,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.3.90.31.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 120.000,00 | 3.247,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 948,72 | 2.136,26 | 62.197,06 | 1.585,60 | 13.840,94 | 60,48 | 25.422,41 | 10.560,57 | 120.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 130.000,00 | 3.247,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 948,72 | 2.136,26 | 72.197,06 | 1.585,60 | 13.840,94 | 60,48 | 25.422,41 | 10.560,57 | 130.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 545,52 | 3.000,00 |
| **Total:** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 272,72 | 545,52 | 3.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 24.460,00 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,33 | 2.038,37 | 24.460,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.320.000,00 | 0,00 | 117.745,73 | 90.316,25 | 109.861,01 | 112.867,51 | 119.488,72 | 96.545,93 | 97.527,08 | 163.623,06 | 161.163,62 | 129.969,48 | 120.891,61 | 1.320.000,00 |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 9.038,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.119,17 | 5.894,15 | 9.038,00 |
| **Total:** | 1.353.498,00 | 2.038,33 | 119.784,06 | 92.354,58 | 111.924,02 | 114.905,84 | 121.527,05 | 98.584,26 | 99.565,41 | 165.661,39 | 163.201,95 | 135.126,98 | 128.824,13 | 1.353.498,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 815,25 | 0,00 | 9.861,18 | 0,00 | 0,00 | 1.126,66 | 3.196,91 | 0,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 815,25 | 0,00 | 9.861,18 | 0,00 | 0,00 | 1.126,66 | 3.196,91 | 0,00 | 15.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20169.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 35.000,00 | 231,83 | 5.395,81 | 568,00 | 0,00 | 294,62 | 307,18 | 743,81 | 10.824,52 | 6.759,80 | 0,00 | 2.076,89 | 7.797,54 | 35.000,00 |
| **Total:** | 35.000,00 | 231,83 | 5.395,81 | 568,00 | 0,00 | 294,62 | 307,18 | 743,81 | 10.824,52 | 6.759,80 | 0,00 | 2.076,89 | 7.797,54 | 35.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20170.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 160.356,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.653,38 | 9.984,67 | 18.804,45 | 29.954,02 | 29.954,02 | 32.302,48 | 5.198,64 | 22.977,16 | 2.527,18 | 160.356,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 59.644,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.772,03 | 45.871,97 | 59.644,00 |
| **Total:** | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.653,38 | 9.984,67 | 18.804,45 | 29.954,02 | 29.954,02 | 32.302,48 | 5.198,64 | 36.749,19 | 48.399,15 | 220.000,00 |
| 09.002.08.244.0038.20170.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 | 500,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 623,13 | 0,00 | 6.376,87 | 0,00 | 7.000,00 |
| **Total:** | 7.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 623,13 | 0,00 | 6.876,87 | 0,00 | 7.500,00 |
| 09.002.08.244.0038.20170.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 2.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 441,89 | 0,00 | 1.958,11 | 0,00 | 2.400,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 2.500,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 450,22 | 8,33 | 1.966,44 | 8,37 | 2.500,00 |
| 09.002.08.244.0045.20097.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 656,00 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,74 | 656,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 16.344,00 | 0,00 | 0,00 | 1.710,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.622,10 | 12.011,49 | 16.344,00 |
| **Total:** | 17.000,00 | 54,66 | 54,66 | 1.765,07 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 54,66 | 2.676,76 | 12.066,23 | 17.000,00 |
| 09.002.08.244.0045.20097.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 09.002.08.244.0045.20097.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.083,82 | 1.596,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.320,17 | 0,00 | 6.000,00 |
| **Total:** | 6.500,00 | 0,00 | 0,00 | 1.083,82 | 1.596,01 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.320,17 | 0,00 | 6.500,00 |
| 09.002.08.244.0045.20097.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 22.466,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.466,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.466,00 |
| **Total:** | 22.466,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.466,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.466,00 |
| 09.002.08.244.0054.10050.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 400.000,00 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,37 | 400.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.666,00 | 16.666,00 | 16.666,00 | 16.666,00 | 16.666,00 | 16.670,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 49.999,33 | 49.999,33 | 49.999,33 | 49.999,33 | 49.999,33 | 50.003,37 | 500.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.10100.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 330.000,00 | 12.692,00 | 12.692,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 65.096,00 | 30.000,00 | 330.000,00 |
| **Total:** | 330.000,00 | 12.692,00 | 12.692,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 26.190,00 | 65.096,00 | 30.000,00 | 330.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.850.000,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 284.623,00 | 142.307,00 | 1.850.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 1.850.000,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 142.307,00 | 284.623,00 | 142.307,00 | 1.850.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 180.000,00 | 11.547,76 | 14.770,14 | 12.251,85 | 14.443,23 | 14.492,17 | 14.806,15 | 15.889,38 | 11.980,28 | 13.190,84 | 13.917,17 | 25.590,64 | 17.120,39 | 180.000,00 |
| **Total:** | 180.000,00 | 11.547,76 | 14.770,14 | 12.251,85 | 14.443,23 | 14.492,17 | 14.806,15 | 15.889,38 | 11.980,28 | 13.190,84 | 13.917,17 | 25.590,64 | 17.120,39 | 180.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 155.000,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 23.847,00 | 11.923,00 | 155.000,00 |
| **Total:** | 155.000,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 11.923,00 | 23.847,00 | 11.923,00 | 155.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 139.060,00 | 0,00 | 0,00 | 12.691,30 | 0,00 | 35.841,15 | 16.720,66 | 29.828,69 | 5.009,07 | 9.283,56 | 0,00 | 8.782,10 | 20.903,47 | 139.060,00 |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 134.000,00 | 4.297,38 | 16.347,19 | 28.214,71 | 7.877,24 | 1.369,57 | 3.625,62 | 6.586,83 | 19.294,61 | 8.662,08 | 15.931,01 | 16.768,51 | 5.025,25 | 134.000,00 |
| **Total:** | 288.060,00 | 4.297,38 | 16.347,19 | 40.906,01 | 7.877,24 | 37.210,72 | 20.346,28 | 36.415,52 | 24.303,68 | 17.945,64 | 15.931,01 | 25.550,61 | 40.928,72 | 288.060,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 12.000,00 | 0,00 | 1.165,12 | 197,46 | 0,00 | 2.444,37 | 1.530,85 | 0,00 | 1.369,48 | 5.085,71 | 0,00 | 207,01 | 0,00 | 12.000,00 |
| **Total:** | 12.000,00 | 0,00 | 1.165,12 | 197,46 | 0,00 | 2.444,37 | 1.530,85 | 0,00 | 1.369,48 | 5.085,71 | 0,00 | 207,01 | 0,00 | 12.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 75.252,00 | 0,00 | 3.479,83 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 13.049,51 | 75.252,00 |
| **Total:** | 75.252,00 | 0,00 | 3.479,83 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 6.524,74 | 13.049,51 | 75.252,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 200.000,00 | 0,00 | 13.460,79 | 15.939,86 | 27.936,01 | 19.235,76 | 15.972,51 | 16.318,93 | 23.400,18 | 14.159,70 | 15.562,25 | 15.308,10 | 22.705,91 | 200.000,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.192,24 | 165,15 | 2.424,57 | 2.306,95 | 0,00 | 0,00 | 1.402,27 | 2.508,82 | 10.000,00 |
| **Total:** | 210.000,00 | 0,00 | 13.460,79 | 15.939,86 | 27.936,01 | 20.428,00 | 16.137,66 | 18.743,50 | 25.707,13 | 14.159,70 | 15.562,25 | 16.710,37 | 25.214,73 | 210.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 6.000,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 6.000,00 |
| **Total:** | 6.000,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 6.000,00 |
| 09.002.08.244.0056.20167.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.954,82 | 0,00 | 0,00 | 5.504,66 | 4.242,79 | 0,00 | 2.297,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.954,82 | 0,00 | 0,00 | 5.504,66 | 4.242,79 | 0,00 | 2.297,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 09.002.08.422.0002.20168.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 60.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 60.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 60.000,00 |
| 09.002.08.422.0002.20168.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 9.750,00 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 9.750,00 |
| **Total:** | 9.750,00 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 812,50 | 9.750,00 |
| 09.002.08.422.0002.20168.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 | 2.000,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 672,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 366,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 305,73 | 672,00 |
| **Total:** | 2.672,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 532,93 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 472,47 | 2.672,00 |
| 09.002.08.422.0002.20168.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 16600000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS | 672,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 672,00 | 672,00 |
| **Total:** | 1.672,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 755,37 | 1.672,00 |
| 09.002.08.422.0002.20168.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 7.000,00 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,37 | 7.000,00 |
| **Total:** | 7.000,00 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,33 | 583,37 | 7.000,00 |
| 09.003.08.422.0049.20098.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 10.169,00 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,41 | 847,49 | 10.169,00 |
| **Total:** | 10.669,00 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,07 | 889,23 | 10.669,00 |
| 09.003.08.422.0049.20098.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 09.003.08.422.0049.20098.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 6.100,00 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,33 | 508,37 | 6.100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 16610000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 6.600,00 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 549,99 | 550,11 | 6.600,00 |
| 09.003.08.422.0049.20098.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 09.003.08.422.0049.20098.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 09.004.08.243.0050.20099.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 16690000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | 400.000,00 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,37 | 400.000,00 |
| **Total:** | 400.000,00 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,37 | 400.000,00 |
| 09.004.08.243.0050.20099.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 14.991,00 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 14.991,00 |
| 16690000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | 27.009,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.399,59 | 0,00 | 2.281,96 | 0,00 | 0,00 | 1.572,14 | 14.519,12 | 1.830,16 | 5.406,03 | 27.009,00 |
| **Total:** | 42.000,00 | 1.249,25 | 1.249,25 | 1.249,25 | 2.648,84 | 1.249,25 | 3.531,21 | 1.249,25 | 1.249,25 | 2.821,39 | 15.768,37 | 3.079,41 | 6.655,28 | 42.000,00 |
| 09.004.08.243.0050.20099.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 60.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 60.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 60.000,00 |
| 09.004.08.243.0050.20099.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 16690000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 600,00 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 49,99 | 50,11 | 600,00 |
| 09.004.08.243.0050.20099.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 16690000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 705,73 | 0,00 | 9.477,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.243,62 | 12.573,09 | 0,00 | 45.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 1.122,39 | 416,66 | 9.894,22 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 22.660,28 | 12.989,75 | 416,74 | 50.000,00 |
| 09.004.08.243.0050.20099.3.3.90.48.00.00 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 16690000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.000,00 |
| **Total:** | 265.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 173.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 265.000,00 |
| 09.004.08.243.0050.20099.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 16690000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | 147.000,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 12.250,00 | 147.000,00 |
| **Total:** | 152.000,00 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,66 | 12.666,74 | 152.000,00 |
| 09.005.08.244.0030.20080.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 09.005.08.244.0030.20080.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 10.001.27.122.0002.10056.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 260.000,00 | 0,00 | 1.498,22 | 16.220,90 | 168.437,09 | 6.342,40 | 0,00 | 3.138,46 | 2.193,26 | 16.252,46 | 0,00 | 0,00 | 45.917,21 | 260.000,00 |
| **Total:** | 260.000,00 | 0,00 | 1.498,22 | 16.220,90 | 168.437,09 | 6.342,40 | 0,00 | 3.138,46 | 2.193,26 | 16.252,46 | 0,00 | 0,00 | 45.917,21 | 260.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 15.000,00 | 0,00 | 1.096,25 | 1.076,00 | 1.257,21 | 1.511,59 | 1.336,15 | 1.338,18 | 1.293,06 | 1.357,07 | 1.276,92 | 2.054,70 | 1.402,87 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 1.096,25 | 1.076,00 | 1.257,21 | 1.511,59 | 1.336,15 | 1.338,18 | 1.293,06 | 1.357,07 | 1.276,92 | 2.054,70 | 1.402,87 | 15.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.170.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 180.000,00 | 90.000,00 | 1.170.000,00 |
| **Total:** | 1.170.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 180.000,00 | 90.000,00 | 1.170.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 55.000,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 8.470,00 | 4.230,00 | 55.000,00 |
| **Total:** | 55.000,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 4.230,00 | 8.470,00 | 4.230,00 | 55.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 125.000,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 19.235,00 | 9.615,00 | 125.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 125.000,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 9.615,00 | 19.235,00 | 9.615,00 | 125.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 150.000,00 | 5.711,86 | 676,40 | 4.175,49 | 11.692,98 | 22.345,21 | 8.140,36 | 9.057,19 | 17.865,04 | 12.404,42 | 9.507,45 | 34.501,59 | 13.922,01 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 5.711,86 | 676,40 | 4.175,49 | 11.692,98 | 22.345,21 | 8.140,36 | 9.057,19 | 17.865,04 | 12.404,42 | 9.507,45 | 34.501,59 | 13.922,01 | 150.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 150.000,00 | 0,00 | 12.824,64 | 11.064,03 | 11.197,93 | 10.612,11 | 30.930,17 | 18.526,70 | 36.351,84 | 11.131,52 | 7.361,06 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 0,00 | 12.824,64 | 11.064,03 | 11.197,93 | 10.612,11 | 30.930,17 | 18.526,70 | 36.351,84 | 11.131,52 | 7.361,06 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 715.000,00 | 5.691,17 | 21.274,03 | 29.572,89 | 43.080,24 | 71.007,08 | 40.285,33 | 48.320,11 | 101.241,20 | 74.901,51 | 72.357,31 | 65.419,66 | 141.849,47 | 715.000,00 |
| **Total:** | 715.000,00 | 5.691,17 | 21.274,03 | 29.572,89 | 43.080,24 | 71.007,08 | 40.285,33 | 48.320,11 | 101.241,20 | 74.901,51 | 72.357,31 | 65.419,66 | 141.849,47 | 715.000,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 24.200,00 | 0,00 | 0,00 | 3.630,67 | 0,00 | 3.630,67 | 1.815,33 | 0,00 | 3.688,02 | 0,00 | 7.689,93 | 0,00 | 3.745,38 | 24.200,00 |
| **Total:** | 24.200,00 | 0,00 | 0,00 | 3.630,67 | 0,00 | 3.630,67 | 1.815,33 | 0,00 | 3.688,02 | 0,00 | 7.689,93 | 0,00 | 3.745,38 | 24.200,00 |
| 10.001.27.122.0002.20105.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 75.000,00 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 14.036,97 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 3.631,03 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 14.036,97 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 5.733,20 | 3.631,03 | 75.000,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 395.000,00 | 15.192,00 | 15.192,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 77.915,00 | 35.909,00 | 395.000,00 |
| **Total:** | 395.000,00 | 15.192,00 | 15.192,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 31.349,00 | 77.915,00 | 35.909,00 | 395.000,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 840.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 840.000,00 |
| **Total:** | 840.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 840.000,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 175.000,00 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,37 | 175.000,00 |
| **Total:** | 175.000,00 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,37 | 175.000,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 230.000,00 | 5.995,96 | 11.618,19 | 18.743,54 | 10.820,62 | 11.050,34 | 38.433,57 | 33.684,94 | 34.700,02 | 9.252,41 | 6.396,76 | 30.197,29 | 19.106,36 | 230.000,00 |
| **Total:** | 230.000,00 | 5.995,96 | 11.618,19 | 18.743,54 | 10.820,62 | 11.050,34 | 38.433,57 | 33.684,94 | 34.700,02 | 9.252,41 | 6.396,76 | 30.197,29 | 19.106,36 | 230.000,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.321,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.969,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.709,23 | 90.000,00 |
| **Total:** | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.321,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.969,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.709,23 | 90.000,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 17.669,87 | 18.891,90 | 64.812,98 | 23.351,18 | 84.069,27 | 22.050,25 | 33.258,92 | 27.052,00 | 42.430,52 | 16.413,11 | 350.000,00 |
| **Total:** | 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 17.669,87 | 18.891,90 | 64.812,98 | 23.351,18 | 84.069,27 | 22.050,25 | 33.258,92 | 27.052,00 | 42.430,52 | 16.413,11 | 350.000,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 10.001.27.243.0036.20111.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 105.000,00 | 0,00 | 0,00 | 9.544,44 | 7.762,00 | 20.613,33 | 19.218,52 | 6.644,63 | 12.983,57 | 10.018,95 | 8.601,20 | 8.423,31 | 1.190,05 | 105.000,00 |
| **Total:** | 105.000,00 | 0,00 | 0,00 | 9.544,44 | 7.762,00 | 20.613,33 | 19.218,52 | 6.644,63 | 12.983,57 | 10.018,95 | 8.601,20 | 8.423,31 | 1.190,05 | 105.000,00 |
| 10.001.27.811.0034.20106.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 80,850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 80,850,00 |
| **Total:** | 80,850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 11,550,00 | 80,850,00 |
| 10.001.27.811.0034.20106.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 10.001.27.811.0034.20106.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 343,850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56,059,23 | 25,085,58 | 107,447,60 | 7,728,98 | 7,034,49 | 0,00 | 114,575,89 | 0,00 | 25,918,23 | 343,850,00 |
| **Total:** | 343,850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56,059,23 | 25,085,58 | 107,447,60 | 7,728,98 | 7,034,49 | 0,00 | 114,575,89 | 0,00 | 25,918,23 | 343,850,00 |
| 10.001.27.811.0034.20106.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 900.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 900.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,37 | 1.000.000,00 |
| 10.001.27.811.0034.20106.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.10057.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.10058.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.10058.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 300.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 300.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.10058.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.10059.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.10088.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.20107.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 315.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 315.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 315.000,00 |
| **Total:** | 315.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 315.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 315.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.20108.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.20109.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 10.001.27.812.0034.20109.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 465.000,00 | 0,00 | 36.882,47 | 46.874,41 | 36.882,47 | 46.874,41 | 41.878,44 | 36.882,47 | 48.966,21 | 35.315,25 | 40.311,22 | 45.307,19 | 48.825,46 | 465.000,00 |
| **Total:** | 465.000,00 | 0,00 | 36.882,47 | 46.874,41 | 36.882,47 | 46.874,41 | 41.878,44 | 36.882,47 | 48.966,21 | 35.315,25 | 40.311,22 | 45.307,19 | 48.825,46 | 465.000,00 |
| 10.001.27.812.0035.20110.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 3.465,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 340,71 | 3.124,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.465,00 |
| **Total:** | 3.465,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 340,71 | 3.124,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.465,00 |
| 10.001.27.812.0035.20110.3.3.90.31.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 72.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.384,13 | 11.353,97 | 0,00 | 10.125,38 | 7.015,35 | 0,00 | 20.312,95 | 3.061,28 | 13.746,94 | 72.000,00 |
| **Total:** | 72.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.384,13 | 11.353,97 | 0,00 | 10.125,38 | 7.015,35 | 0,00 | 20.312,95 | 3.061,28 | 13.746,94 | 72.000,00 |
| 10.001.27.812.0035.20110.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 10.001.27.812.0035.20110.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 10.001.27.812.0035.20110.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 300.000,00 | 0,00 | 20.286,16 | 27.026,64 | 42.841,52 | 49.144,46 | 38.394,16 | 20.164,74 | 39.463,24 | 51.241,15 | 11.437,93 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 0,00 | 20.286,16 | 27.026,64 | 42.841,52 | 49.144,46 | 38.394,16 | 20.164,74 | 39.463,24 | 51.241,15 | 11.437,93 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| 10.001.27.813.0037.20112.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 4.610,00 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,24 | 4.610,00 |
| **Total:** | 4.610,00 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,16 | 384,24 | 4.610,00 |
| 10.001.27.813.0037.20112.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.285,82 | 8.937,09 | 38.360,30 | 35.161,09 | 15.519,58 | 26.309,27 | 22.426,85 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.285,82 | 8.937,09 | 38.360,30 | 35.161,09 | 15.519,58 | 26.309,27 | 22.426,85 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 10.003.13.122.0010.10089.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 65.000,00 | 0,00 | 248,29 | 3.736,06 | 1.981,67 | 2.353,52 | 876,81 | 465,47 | 5.819,35 | 3.056,96 | 5.502,02 | 935,65 | 40.024,20 | 65.000,00 |
| **Total:** | 65.000,00 | 0,00 | 248,29 | 3.736,06 | 1.981,67 | 2.353,52 | 876,81 | 465,47 | 5.819,35 | 3.056,96 | 5.502,02 | 935,65 | 40.024,20 | 65.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 540.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 540.000,00 |
| **Total:** | 540.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 540.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 620.000,00 | 620.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 620.000,00 |
| **Total:** | 620.000,00 | 620.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 620.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 60.000,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 48.000,00 | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 |
| **Total:** | 48.000,00 | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 210.210,00 | 0,00 | 11.068,89 | 12.156,14 | 11.071,41 | 15.029,29 | 15.591,74 | 17.475,66 | 76.914,45 | 7.383,76 | 21.706,66 | 10.561,79 | 11.250,21 | 210.210,00 |
| **Total:** | 210.210,00 | 0,00 | 11.068,89 | 12.156,14 | 11.071,41 | 15.029,29 | 15.591,74 | 17.475,66 | 76.914,45 | 7.383,76 | 21.706,66 | 10.561,79 | 11.250,21 | 210.210,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (ASSIST SOCIAL) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.050,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.949,45 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.050,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.949,45 | 0,00 | 20.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100.000,00 | 0,00 | 7.614,26 | 0,00 | 0,00 | 18.118,54 | 26.373,26 | 0,00 | 37.785,31 | 0,00 | 10.108,63 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 7.614,26 | 0,00 | 0,00 | 18.118,54 | 26.373,26 | 0,00 | 37.785,31 | 0,00 | 10.108,63 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 750.000,00 | 0,00 | 25.515,33 | 25.641,39 | 30.648,56 | 70.667,19 | 54.851,90 | 43.663,57 | 63.811,46 | 37.057,34 | 80.962,23 | 110.747,39 | 206.433,64 | 750.000,00 |
| **Total:** | 750.000,00 | 0,00 | 25.515,33 | 25.641,39 | 30.648,56 | 70.667,19 | 54.851,90 | 43.663,57 | 63.811,46 | 37.057,34 | 80.962,23 | 110.747,39 | 206.433,64 | 750.000,00 |
| 10.003.13.392.0002.20153.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 10.000,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 837,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 833,00 | 837,00 | 10.000,00 |
| 10.003.13.392.0015.10090.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250,00 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250,00 | 250,00 |
| 10.003.13.392.0015.20154.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 378.125,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 171.875,00 | 0,00 | 550.000,00 |
| **Total:** | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 378.125,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 171.875,00 | 0,00 | 550.000,00 |
| 10.003.13.392.0015.20155.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29.154,60 | 7.803,25 | 114.442,94 | 20.005,97 | 30.420,80 | 1.815,08 | 0,00 | 6.357,36 | 210.000,00 |
| **Total:** | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29.154,60 | 7.803,25 | 114.442,94 | 20.005,97 | 30.420,80 | 1.815,08 | 0,00 | 6.357,36 | 210.000,00 |
| 10.003.13.392.0015.20155.3.3.90.31.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| 10.003.13.392.0015.20155.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 10.003.13.392.0015.20155.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 440.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 99.198,96 | 929,54 | 46.345,08 | 228.985,95 | 11.621,61 | 25.067,44 | 27.851,42 | 0,00 | 440.000,00 |
| **Total:** | 440.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 99.198,96 | 929,54 | 46.345,08 | 228.985,95 | 11.621,61 | 25.067,44 | 27.851,42 | 0,00 | 440.000,00 |
| 10.003.13.392.0015.20156.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 10.003.13.392.0015.20156.3.3.90.31.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 10.003.13.392.0015.20156.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 10,003,13,392,0015,20156,3,3,90,39,00,00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| **Total:** | 250,00 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,83 | 20,87 | 250,00 |
| 11.001.04.122.0002.10065.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.694,05 | 2.608,15 | 0,00 | 3.186,93 | 10.033,50 | 6.318,87 | 12.776,40 | 0,00 | 4.788,60 | 2.593,50 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.694,05 | 2.608,15 | 0,00 | 3.186,93 | 10.033,50 | 6.318,87 | 12.776,40 | 0,00 | 4.788,60 | 2.593,50 | 50.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.10066.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 700.000,00 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,37 | 700.000,00 |
| **Total:** | 750.000,00 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.499,99 | 62.500,11 | 750.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 600.000,00 | 54.341,50 | 64.778,02 | 66.454,26 | 62.028,61 | 58.244,64 | 58.160,48 | 59.784,28 | 77.063,04 | 43.188,23 | 35.963,97 | 19.992,97 | 0,00 | 600.000,00 |
| **Total:** | 600.000,00 | 54.341,50 | 64.778,02 | 66.454,26 | 62.028,61 | 58.244,64 | 58.160,48 | 59.784,28 | 77.063,04 | 43.188,23 | 35.963,97 | 19.992,97 | 0,00 | 600.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 7.500.000,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 1.153.847,00 | 576.923,00 | 7.500.000,00 |
| **Total:** | 7.500.000,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 576.923,00 | 1.153.847,00 | 576.923,00 | 7.500.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250.000,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 38.470,00 | 19.230,00 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 19.230,00 | 38.470,00 | 19.230,00 | 250.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 800.000,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 123.082,00 | 61.538,00 | 800.000,00 |
| **Total:** | 800.000,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 61.538,00 | 123.082,00 | 61.538,00 | 800.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 3.588.089,00 | 318.905,91 | 287.311,83 | 586.663,52 | 340.754,37 | 437.165,73 | 608.503,65 | 462.841,50 | 108.394,68 | 108.262,87 | 151.296,11 | 162.927,77 | 15.061,06 | 3.588.089,00 |
| 17500000000 CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO ECONOMICO - CIDE | 111.911,00 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,91 | 9.325,99 | 111.911,00 |
| **Total:** | 3.700.000,00 | 328.231,82 | 296.637,74 | 595.989,43 | 350.080,28 | 446.491,64 | 617.829,56 | 472.167,41 | 117.720,59 | 117.588,78 | 160.622,02 | 172.253,68 | 24.387,05 | 3.700.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000.000,00 | 33.380,10 | 189.582,14 | 190.544,81 | 248.257,98 | 167.559,05 | 314.230,92 | 269.261,64 | 129.650,95 | 102.111,38 | 151.139,81 | 103.438,36 | 100.842,86 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 2.000.000,00 | 33.380,10 | 189.582,14 | 190.544,81 | 248.257,98 | 167.559,05 | 314.230,92 | 269.261,64 | 129.650,95 | 102.111,38 | 151.139,81 | 103.438,36 | 100.842,86 | 2.000.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 2.317,00 | 1.153,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 1.153,00 | 2.317,00 | 1.153,00 | 15.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20113.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 75.000,00 | 6.716,49 | 6.716,41 | 2.238,81 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 5.597,01 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 6.716,49 | 6.716,41 | 2.238,81 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 6.716,41 | 5.597,01 | 75.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20114.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20114.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.571,48 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.571,48 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 28.571,42 | 200.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20114.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| **Total:** | 400.000,00 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,32 | 33.333,48 | 400.000,00 |
| 11.001.04.122.0002.20114.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 11.001.15.451.0052.10060.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.500.000,00 | 0,00 | 449.504,70 | 0,00 | 245.450,58 | 485.119,91 | 483.623,22 | 162.618,01 | 372.071,12 | 281.559,91 | 20.052,55 | 0,00 | 0,00 | 2.500.000,00 |
| **Total:** | 2.500.000,00 | 0,00 | 449.504,70 | 0,00 | 245.450,58 | 485.119,91 | 483.623,22 | 162.618,01 | 372.071,12 | 281.559,91 | 20.052,55 | 0,00 | 0,00 | 2.500.000,00 |
| 11.001.15.451.0052.10060.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 3.100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 58.666,76 | 3.041.333,24 | 3.100.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.900.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.164.687,99 | 0,00 | 0,00 | 119.436,64 | 482.266,96 | 870.101,04 | 263.507,37 | 2.900.000,00 |
| **Total:** | 6.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.164.687,99 | 0,00 | 0,00 | 119.436,64 | 482.266,96 | 928.767,80 | 3.304.840,61 | 6.000.000,00 |
| 11.001.15.451.0052.10061.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.897,89 | 147.180,18 | 95.359,55 | 256.973,29 | 177.267,76 | 366.909,75 | 136.126,92 | 76.489,24 | 203.795,42 | 1.500.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 1.000.000,00 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,37 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 2.500.000,00 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 123.231,22 | 230.513,51 | 178.692,88 | 340.306,62 | 260.601,09 | 450.243,08 | 219.460,25 | 159.822,57 | 287.128,79 | 2.500.000,00 |
| 11.001.15.451.0054.10099.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 1.000.000,00 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,33 | 83.333,37 | 1.000.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 2.000.000,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.666,00 | 166.674,00 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 3.000.000,00 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 249.999,33 | 250.007,37 | 3.000.000,00 |
| 11.001.17.512.0040.20118.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.800.000,00 | 0,00 | 235.182,15 | 796.434,73 | 515.808,41 | 515.808,41 | 515.808,41 | 515.808,41 | 515.808,41 | 530.867,34 | 545.926,27 | 541.214,80 | 571.332,66 | 5.800.000,00 |
| **Total:** | 5.800.000,00 | 0,00 | 235.182,15 | 796.434,73 | 515.808,41 | 515.808,41 | 515.808,41 | 515.808,41 | 515.808,41 | 530.867,34 | 545.926,27 | 541.214,80 | 571.332,66 | 5.800.000,00 |
| 11.001.25.452.0006.20115.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 125.500,00 | 8.460,70 | 23.971,73 | 8.460,70 | 8.460,70 | 8.460,70 | 8.460,70 | 9.870,68 | 8.460,70 | 8.460,70 | 8.460,70 | 15.511,29 | 8.460,70 | 125.500,00 |
| **Total:** | 125.500,00 | 8.460,70 | 23.971,73 | 8.460,70 | 8.460,70 | 8.460,70 | 8.460,70 | 9.870,68 | 8.460,70 | 8.460,70 | 8.460,70 | 15.511,29 | 8.460,70 | 125.500,00 |
| 11.001.25.452.0006.20115.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 26.400,00 | 2.005,06 | 2.339,25 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.339,20 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.005,06 | 3.676,01 | 2.005,06 | 26.400,00 |
| **Total:** | 26.400,00 | 2.005,06 | 2.339,25 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.339,20 | 2.005,06 | 2.005,06 | 2.005,06 | 3.676,01 | 2.005,06 | 26.400,00 |
| 11.001.25.452.0006.20115.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 2.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 82.166,97 | 1.582.101,27 | 225.091,77 | 14.477,50 | 0,00 | 5.317,29 | 57.218,05 | 19.869,04 | 0,00 | 13.758,11 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 2.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 82.166,97 | 1.582.101,27 | 225.091,77 | 14.477,50 | 0,00 | 5.317,29 | 57.218,05 | 19.869,04 | 0,00 | 13.758,11 | 2.000.000,00 |
| 11.001.25.452.0006.20115.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 4.332.780,00 | 0,00 | 374.325,63 | 355.248,82 | 382.068,66 | 395.476,40 | 405.169,83 | 404.642,10 | 415.302,39 | 414.902,41 | 410.279,41 | 388.556,40 | 386.807,95 | 4.332.780,00 |
| **Total:** | 4.332.780,00 | 0,00 | 374.325,63 | 355.248,82 | 382.068,66 | 395.476,40 | 405.169,83 | 404.642,10 | 415.302,39 | 414.902,41 | 410.279,41 | 388.556,40 | 386.807,95 | 4.332.780,00 |
| 11.001.25.452.0006.20115.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 |
| **Total:** | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 |
| 11.001.25.752.0006.10117.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 | 25.000,00 |
| 11.001.25.752.0006.10117.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 11.001.25.752.0006.10117.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17510000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP | 2.000.000,00 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,74 | 2.000.000,00 |
| **Total:** | 2.000.000,00 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,74 | 2.000.000,00 |
| 11.001.26.782.0007.10063.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 154.543,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 130.974,05 | 0,00 | 373.025,27 | 341.456,79 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 154.543,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 130.974,05 | 0,00 | 373.025,27 | 341.456,79 | 1.000.000,00 |
| 11.001.26.782.0007.10063.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 361.027,76 | 0,00 | 237.965,02 | 135.468,02 | 65.539,20 | 800.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 1.200.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 1.200.000,00 |
| **Total:** | 2.000.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 461.027,76 | 100.000,00 | 337.965,02 | 235.468,02 | 165.539,20 | 2.000.000,00 |
| 11.001.26.782.0007.10064.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000.000,00 | 0,00 | 21.717,77 | 1.331,17 | 13.277,58 | 16.189,92 | 16.790,39 | 0,00 | 333.025,78 | 0,00 | 0,00 | 6.265,14 | 591.402,25 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 0,00 | 21.717,77 | 1.331,17 | 13.277,58 | 16.189,92 | 16.790,39 | 0,00 | 333.025,78 | 0,00 | 0,00 | 6.265,14 | 591.402,25 | 1.000.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11.001.26.782.0007.20116.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 3.000.000,00 | 67.183,82 | 428.324,27 | 317.960,27 | 347.507,30 | 528.331,75 | 459.109,50 | 347.802,95 | 356.158,10 | 80.602,51 | 18.141,57 | 31.104,43 | 17.773,53 | 3.000.000,00 |
| **Total:** | 3.000.000,00 | 67.183,82 | 428.324,27 | 317.960,27 | 347.507,30 | 528.331,75 | 459.109,50 | 347.802,95 | 356.158,10 | 80.602,51 | 18.141,57 | 31.104,43 | 17.773,53 | 3.000.000,00 |
| 11.001.26.782.0007.20116.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 2.300.000,00 | 0,00 | 52.438,82 | 0,00 | 104.877,65 | 52.438,82 | 210.588,83 | 633.869,70 | 481.629,77 | 376.752,12 | 167.430,78 | 130.875,49 | 89.098,02 | 2.300.000,00 |
| **Total:** | 2.300.000,00 | 0,00 | 52.438,82 | 0,00 | 104.877,65 | 52.438,82 | 210.588,83 | 633.869,70 | 481.629,77 | 376.752,12 | 167.430,78 | 130.875,49 | 89.098,02 | 2.300.000,00 |
| 11.001.26.782.0007.20117.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 17590000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB | 1.150.070,00 | 280,69 | 14.735,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 102.746,74 | 0,00 | 105.719,03 | 384.061,82 | 542.526,31 | 1.150.070,00 |
| **Total:** | 1.150.070,00 | 280,69 | 14.735,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 102.746,74 | 0,00 | 105.719,03 | 384.061,82 | 542.526,31 | 1.150.070,00 |
| 11.001.26.782.0007.20117.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 17590000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB | 1.216.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 998.857,15 | 217.142,85 | 0,00 | 1.216.000,00 |
| **Total:** | 1.216.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 998.857,15 | 217.142,85 | 0,00 | 1.216.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 2.382.000,00 | 725.684,21 | 818.959,98 | 837.355,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.382.000,00 |
| **Total:** | 2.382.000,00 | 725.684,21 | 818.959,98 | 837.355,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.382.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 160.000,00 | 13.716,02 | 15.406,10 | 14.696,35 | 14.542,54 | 14.542,54 | 14.542,54 | 14.542,54 | 15.609,19 | 14.542,54 | 14.542,54 | 13.317,10 | 0,00 | 160.000,00 |
| **Total:** | 160.000,00 | 13.716,02 | 15.406,10 | 14.696,35 | 14.542,54 | 14.542,54 | 14.542,54 | 14.542,54 | 15.609,19 | 14.542,54 | 14.542,54 | 13.317,10 | 0,00 | 160.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 250.000,00 | 28.450,28 | 25.680,41 | 31.584,13 | 23.374,49 | 23.498,06 | 21.963,11 | 24.175,21 | 19.943,87 | 20.695,02 | 21.774,12 | 8.861,30 | 0,00 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 28.450,28 | 25.680,41 | 31.584,13 | 23.374,49 | 23.498,06 | 21.963,11 | 24.175,21 | 19.943,87 | 20.695,02 | 21.774,12 | 8.861,30 | 0,00 | 250.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 230.000,00 | 6.867,08 | 33.994,80 | 23.015,33 | 21.261,16 | 16.404,58 | 20.539,04 | 12.388,45 | 16.334,37 | 28.110,61 | 23.897,63 | 14.702,99 | 12.483,96 | 230.000,00 |
| **Total:** | 230.000,00 | 6.867,08 | 33.994,80 | 23.015,33 | 21.261,16 | 16.404,58 | 20.539,04 | 12.388,45 | 16.334,37 | 28.110,61 | 23.897,63 | 14.702,99 | 12.483,96 | 230.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.3.90.31.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| **Total:** | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 35.000,00 | 0,00 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 6.776,10 | 35.000,00 |
| **Total:** | 35.000,00 | 0,00 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 2.822,39 | 6.776,10 | 35.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 300.000,00 | 465,34 | 18.926,62 | 29.660,71 | 27.520,47 | 23.219,65 | 27.732,52 | 24.010,67 | 24.495,00 | 23.503,30 | 41.115,85 | 27.547,34 | 31.802,53 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 465,34 | 18.926,62 | 29.660,71 | 27.520,47 | 23.219,65 | 27.732,52 | 24.010,67 | 24.495,00 | 23.503,30 | 41.115,85 | 27.547,34 | 31.802,53 | 300.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| **Total:** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 75.000,00 | 6.428,58 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 4.285,72 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 6.428,58 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 4.285,72 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 6.428,57 | 75.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20119.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 20.000,00 | 0,00 | 2.237,71 | 6.002,80 | 223,40 | 478,36 | 1.775,31 | 1.463,37 | 2.111,04 | 0,00 | 5.076,75 | 0,00 | 631,26 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 2.237,71 | 6.002,80 | 223,40 | 478,36 | 1.775,31 | 1.463,37 | 2.111,04 | 0,00 | 5.076,75 | 0,00 | 631,26 | 20.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20120.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 220.000,00 | 9.621,85 | 15.639,83 | 16.201,51 | 16.730,20 | 17.416,97 | 17.307,95 | 16.881,20 | 16.783,10 | 16.706,79 | 17.050,17 | 33.293,72 | 26.366,71 | 220.000,00 |
| **Total:** | 220.000,00 | 9.621,85 | 15.639,83 | 16.201,51 | 16.730,20 | 17.416,97 | 17.307,95 | 16.881,20 | 16.783,10 | 16.706,79 | 17.050,17 | 33.293,72 | 26.366,71 | 220.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20120.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 22.000,00 | 0,00 | 1.198,87 | 1.712,65 | 1.712,65 | 1.712,65 | 1.712,65 | 2.280,25 | 2.280,25 | 2.280,25 | 2.280,25 | 2.444,20 | 2.385,33 | 22.000,00 |
| **Total:** | 22.000,00 | 0,00 | 1.198,87 | 1.712,65 | 1.712,65 | 1.712,65 | 1.712,65 | 2.280,25 | 2.280,25 | 2.280,25 | 2.280,25 | 2.444,20 | 2.385,33 | 22.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20120.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 23.000,00 | 1.685,65 | 1.806,05 | 1.806,05 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 3.540,48 | 1.770,23 | 23.000,00 |
| **Total:** | 23.000,00 | 1.685,65 | 1.806,05 | 1.806,05 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 1.770,22 | 3.540,48 | 1.770,23 | 23.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12.001.04.122.0002.20120.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.441,35 | 44.570,28 | 0,00 | 45.039,79 | 11.255,45 | 439,86 | 65.694,25 | 33.431,97 | 6.122,75 | 16.004,30 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.441,35 | 44.570,28 | 0,00 | 45.039,79 | 11.255,45 | 439,86 | 65.694,25 | 33.431,97 | 6.122,75 | 16.004,30 | 250.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20120.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 12.001.04.122.0002.20120.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 390.000,00 | 0,00 | 32.859,81 | 33.051,59 | 32.621,08 | 33.151,66 | 32.621,08 | 33.983,72 | 33.093,34 | 34.760,42 | 35.062,36 | 34.542,07 | 54.252,87 | 390.000,00 |
| **Total:** | 390.000,00 | 0,00 | 32.859,81 | 33.051,59 | 32.621,08 | 33.151,66 | 32.621,08 | 33.983,72 | 33.093,34 | 34.760,42 | 35.062,36 | 34.542,07 | 54.252,87 | 390.000,00 |
| 12.001.04.122.0002.20120.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.496,81 | 0,00 | 0,00 | 7.503,19 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.496,81 | 0,00 | 0,00 | 7.503,19 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 12.001.15.451.0005.20130.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12.001.17.512.0041.10055.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17540000000 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS | 18.000.000,00 | 0,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.637.272,00 | 1.627.280,00 | 18.000.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 18.010.000,00 | 833,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.638.105,33 | 1.628.113,37 | 18.010.000,00 |
| 12.001.17.512.0041.20131.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.400.000,00 | 0,00 | 86.349,11 | 449.504,88 | 556.781,77 | 526.391,95 | 579.604,43 | 546.950,28 | 564.582,34 | 563.298,70 | 448.311,83 | 529.031,47 | 549.193,24 | 5.400.000,00 |
| **Total:** | 5.400.000,00 | 0,00 | 86.349,11 | 449.504,88 | 556.781,77 | 526.391,95 | 579.604,43 | 546.950,28 | 564.582,34 | 563.298,70 | 448.311,83 | 529.031,47 | 549.193,24 | 5.400.000,00 |
| 12.001.17.512.0041.20132.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| 12.001.17.512.0041.20132.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 12.001.18.541.0021.20123.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.168,57 | 0,00 | 441,20 | 0,00 | 20,44 | 2.534,03 | 12.854,23 | 0,00 | 247,43 | 6.734,10 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.168,57 | 0,00 | 441,20 | 0,00 | 20,44 | 2.534,03 | 12.854,23 | 0,00 | 247,43 | 6.734,10 | 25.000,00 |
| 12.001.18.541.0021.20123.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.551,03 | 0,00 | 5.585,11 | 11.782,06 | 611,91 | 1.469,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.551,03 | 0,00 | 5.585,11 | 11.782,06 | 611,91 | 1.469,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 12.001.18.541.0021.20123.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 55.000,00 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,37 | 55.000,00 |
| **Total:** | 55.000,00 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,33 | 4.583,37 | 55.000,00 |
| 12.001.18.541.0021.20124.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 25.000,00 | 850,46 | 12.171,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 850,46 | 5.457,68 | 5.669,76 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 850,46 | 12.171,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 850,46 | 5.457,68 | 5.669,76 | 25.000,00 |
| 12.001.18.541.0021.20124.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.200.000,00 | 0,00 | 16.924,61 | 314.641,43 | 16.924,61 | 176.137,17 | 318.425,17 | 0,00 | 159.212,56 | 159.212,56 | 9.630,47 | 9.630,47 | 19.260,95 | 1.200.000,00 |
| **Total:** | 1.200.000,00 | 0,00 | 16.924,61 | 314.641,43 | 16.924,61 | 176.137,17 | 318.425,17 | 0,00 | 159.212,56 | 159.212,56 | 9.630,47 | 9.630,47 | 19.260,95 | 1.200.000,00 |
| 12.001.18.541.0021.20124.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 12.001.18.541.0023.20152.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 75.000,00 | 300.000,00 |
| **Total:** | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 75.000,00 | 300.000,00 |
| 12.001.18.541.0023.20152.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 12.001.18.541.0023.20152.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 12.001.18.541.0054.10093.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 12.001.18.542.0023.20128.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.148,75 | 0,00 | 24.540,78 | 310,47 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.148,75 | 0,00 | 24.540,78 | 310,47 | 75.000,00 |
| 12.001.18.542.0023.20128.3.3.90.31.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 12.001.18.542.0023.20128.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| 12.001.18.542.0023.20128.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 12.001.18.544.0022.20127.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 300,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 300,00 |
| **Total:** | 300,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 300,00 |
| 12.001.18.544.0022.20127.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 300,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 300,00 |
| **Total:** | 300,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 300,00 |
| 12.001.18.544.0022.20127.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 300,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 300,00 |
| **Total:** | 300,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 300,00 |
| 12.001.18.544.0022.20127.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 200,00 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,74 | 200,00 |
| **Total:** | 200,00 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,66 | 16,74 | 200,00 |
| 12.001.20.122.0020.20121.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 63.000,00 | 0,00 | 579,77 | 1.183,63 | 897,59 | 1.853,36 | 2.519,88 | 2.242,00 | 22.009,68 | 22.100,86 | 131,40 | 8.418,91 | 1.062,92 | 63.000,00 |
| **Total:** | 63.000,00 | 0,00 | 579,77 | 1.183,63 | 897,59 | 1.853,36 | 2.519,88 | 2.242,00 | 22.009,68 | 22.100,86 | 131,40 | 8.418,91 | 1.062,92 | 63.000,00 |
| 12.001.20.122.0020.20121.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 12.001.20.122.0020.20121.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.257,67 | 15.668,25 | 3.547,32 | 0,00 | 20.090,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.436,48 | 160.000,00 |
| **Total:** | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.257,67 | 15.668,25 | 3.547,32 | 0,00 | 20.090,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.436,48 | 160.000,00 |
| 12.001.20.542.0053.10054.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| **Total:** | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| 12.001.20.542.0053.10054.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 800,00 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,74 | 800,00 |
| **Total:** | 800,00 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,66 | 66,74 | 800,00 |
| 12.001.20.542.0053.10054.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| **Total:** | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| 12.001.20.542.0053.10054.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| **Total:** | 900,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 900,00 |
| 12.001.20.601.0020.10026.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 1.300.000,00 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,37 | 1.300.000,00 |
| **Total:** | 1.500.000,00 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 124.999,99 | 125.000,11 | 1.500.000,00 |
| 12.001.20.601.0020.20122.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 25.000,00 | 0,00 | 7.021,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.365,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.613,77 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| **Total:** | 25.000,00 | 0,00 | 7.021,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.365,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.613,77 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 12.001.20.601.0020.20122.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 35.000,00 | 0,00 | 3.907,93 | 2.792,65 | 2.792,65 | 3.209,02 | 2.792,65 | 2.792,65 | 2.792,65 | 3.729,28 | 4.605,22 | 2.792,65 | 2.792,65 | 35.000,00 |
| **Total:** | 35.000,00 | 0,00 | 3.907,93 | 2.792,65 | 2.792,65 | 3.209,02 | 2.792,65 | 2.792,65 | 2.792,65 | 3.729,28 | 4.605,22 | 2.792,65 | 2.792,65 | 35.000,00 |
| 12.001.20.601.0020.20122.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 250.000,00 |
| 12.001.20.601.0020.20164.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.331,98 | 623,63 | 6.044,39 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.331,98 | 623,63 | 6.044,39 | 10.000,00 |
| 12.001.20.601.0020.20164.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.780,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.260,71 | 83.958,87 | 120.000,00 |
| **Total:** | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.780,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.260,71 | 83.958,87 | 120.000,00 |
| 12.001.20.601.0020.20164.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 215.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 214.919,90 | 28,82 | 14,30 | 36,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| **Total:** | 215.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 214.919,90 | 28,82 | 14,30 | 36,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| 12.001.20.606.0020.20176.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 12.001.20.606.0020.20176.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 12.001.20.606.0020.20176.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 12.001.20.606.0020.20176.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 12.001.20.606.0020.20176.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,37 | 100,00 |
| 12.001.20.661.0026.10053.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| 12.001.20.661.0026.20129.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 8.500,00 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,37 | 8.500,00 |
| **Total:** | 8.500,00 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,33 | 708,37 | 8.500,00 |
| 12.001.20.661.0026.20129.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3,20 | 28,51 | 33,35 | 34,94 | 100,00 |
| **Total:** | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3,20 | 28,51 | 33,35 | 34,94 | 100,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 1.000.000,00 | 370.888,29 | 298.541,35 | 305.531,82 | 25.038,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 370.888,29 | 298.541,35 | 305.531,82 | 25.038,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 120.000,00 | 14.028,46 | 8.809,48 | 9.869,91 | 10.820,20 | 12.323,24 | 10.280,79 | 10.925,79 | 10.925,79 | 10.925,79 | 10.925,79 | 10.164,76 | 0,00 | 120.000,00 |
| **Total:** | 120.000,00 | 14.028,46 | 8.809,48 | 9.869,91 | 10.820,20 | 12.323,24 | 10.280,79 | 10.925,79 | 10.925,79 | 10.925,79 | 10.925,79 | 10.164,76 | 0,00 | 120.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINARIO | 80.000,00 | 6.726,94 | 7.368,17 | 7.368,17 | 7.321,04 | 9.233,84 | 7.261,06 | 7.437,70 | 7.380,41 | 7.369,13 | 7.305,20 | 5.228,34 | 0,00 | 80.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 6.726,94 | 7.368,17 | 7.368,17 | 7.321,04 | 9.233,84 | 7.261,06 | 7.437,70 | 7.380,41 | 7.369,13 | 7.305,20 | 5.228,34 | 0,00 | 80.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 8.872,53 | 8.159,44 | 9.921,25 | 3.876,25 | 4.071,40 | 5.960,13 | 6.469,00 | 20.417,36 | 7.053,34 | 5.260,10 | 15.367,67 | 4.571,53 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.872,53 | 8.159,44 | 9.921,25 | 3.876,25 | 4.071,40 | 5.960,13 | 6.469,00 | 20.417,36 | 7.053,34 | 5.260,10 | 15.367,67 | 4.571,53 | 100.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 12.500,00 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,74 | 12.500,00 |
| **Total:** | 12.500,00 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,74 | 12.500,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 150.000,00 | 1.454,13 | 5.674,79 | 8.369,93 | 15.441,53 | 9.218,68 | 23.312,45 | 10.707,52 | 32.223,67 | 12.496,00 | 9.572,17 | 10.367,21 | 11.161,92 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 1.454,13 | 5.674,79 | 8.369,93 | 15.441,53 | 9.218,68 | 23.312,45 | 10.707,52 | 32.223,67 | 12.496,00 | 9.572,17 | 10.367,21 | 11.161,92 | 150.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 75.000,00 | 6.598,25 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 4.398,83 | 5.718,47 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 5.498,53 | 75.000,00 |
| **Total:** | 75.000,00 | 6.598,25 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 4.398,83 | 5.718,47 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 6.598,24 | 5.498,53 | 75.000,00 |
| 13.001.04.122.0002.20133.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.906,71 | 6.447,34 | 0,00 | 3.000,57 | 28.645,38 | 0,00 | 40.000,00 |
| **Total:** | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.906,71 | 6.447,34 | 0,00 | 3.000,57 | 28.645,38 | 0,00 | 40.000,00 |
| 13.001.04.122.0058.20157.3.3.71.70.00.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 121.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.250,00 | 10.083,33 | 0,00 | 20.166,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.500,01 | 121.000,00 |
| **Total:** | 121.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.250,00 | 10.083,33 | 0,00 | 20.166,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.500,01 | 121.000,00 |
| 13.001.14.422.0055.20102.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.001.14.422.0055.20102.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,74 | 20.000,00 |
| 13.001.14.422.0055.20102.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 13.001.14.422.0055.20103.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 13.001.14.422.0055.20103.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 13.001.14.422.0055.20103.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| 13.001.14.422.0055.20103.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 40.000,00 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,37 | 40.000,00 |
| **Total:** | 40.000,00 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,37 | 40.000,00 |
| 13.001.22.661.0026.10025.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 13.001.22.661.0026.10025.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 180.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 180.000,00 |
| **Total:** | 180.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 180.000,00 |
| 13.001.22.661.0026.20137.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 80.000,00 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,74 | 80.000,00 |
| **Total:** | 80.000,00 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,66 | 6.666,74 | 80.000,00 |
| 13.001.22.661.0026.20137.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.477,58 | 0,00 | 444.260,91 | 0,00 | 0,00 | 6.440,36 | 106.452,29 | 517.368,86 | 1.100.000,00 |
| **Total:** | 1.100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.477,58 | 0,00 | 444.260,91 | 0,00 | 0,00 | 6.440,36 | 106.452,29 | 517.368,86 | 1.100.000,00 |
| 13.001.23.691.0025.20136.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 13.001.23.691.0025.20136.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 100.000,00 | 0,00 | 8.078,38 | 8.078,38 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 16.768,68 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 8.078,38 | 8.078,38 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 8.384,32 | 16.768,68 | 100.000,00 |
| 13.001.23.691.0025.20136.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20125.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20125.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20125.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000.000,00 | 561,80 | 13.172,38 | 0,00 | 282.952,57 | 236.135,18 | 94.547,71 | 342.280,81 | 795,89 | 0,00 | 0,00 | 5.126,50 | 24.427,16 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 561,80 | 13.172,38 | 0,00 | 282.952,57 | 236.135,18 | 94.547,71 | 342.280,81 | 795,89 | 0,00 | 0,00 | 5.126,50 | 24.427,16 | 1.000.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20126.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 87.658,39 | 14.560,62 | 10.197,00 | 112.625,54 | 274.958,45 | 0,00 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 87.658,39 | 14.560,62 | 10.197,00 | 112.625,54 | 274.958,45 | 0,00 | 500.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20126.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20126.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 500.000,00 | 0,00 | 7.792,79 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 14.514,72 | 27.458,99 | 392.710,93 | 500.000,00 |
| **Total:** | 500.000,00 | 0,00 | 7.792,79 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 8.217,51 | 14.514,72 | 27.458,99 | 392.710,93 | 500.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20126.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20165.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 15.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20165.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20165.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 30.000,00 | 0,00 | 2.033,47 | 2.989,76 | 2.511,61 | 2.511,61 | 2.511,61 | 2.511,61 | 2.511,61 | 3.104,74 | 3.104,66 | 3.104,66 | 3.104,66 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 2.033,47 | 2.989,76 | 2.511,61 | 2.511,61 | 2.511,61 | 2.511,61 | 2.511,61 | 3.104,74 | 3.104,66 | 3.104,66 | 3.104,66 | 30.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20165.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 857,10 | 1.015,87 | 1.603,19 | 428,55 | 428,55 | 1.603,19 | 428,55 | 2.190,58 | 1.015,87 | 428,55 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 857,10 | 1.015,87 | 1.603,19 | 428,55 | 428,55 | 1.603,19 | 428,55 | 2.190,58 | 1.015,87 | 428,55 | 10.000,00 |
| 13.001.23.691.0057.20165.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 13.001.23.695.0024.20135.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 13.001.23.695.0024.20135.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 13.001.23.695.0024.20135.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 69.809,06 | 0,00 | 0,00 | 80.190,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| **Total:** | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 69.809,06 | 0,00 | 0,00 | 80.190,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 13.001.26.781.0028.10062.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 17550000000 ALIENACAO DE BENS | 500.000,00 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,74 | 500.000,00 |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 250.000,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.833,00 | 20.837,00 | 250.000,00 |
| **Total:** | 750.000,00 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.499,66 | 62.503,74 | 750.000,00 |
| 13.001.26.781.0028.20134.3.1.90.04.00.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 13.001.26.781.0028.20134.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 13.001.26.781.0028.20134.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 105.000,00 | 0,00 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 16.829,88 | 0,00 | 105.000,00 |
| **Total:** | 105.000,00 | 0,00 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 9.796,68 | 16.829,88 | 0,00 | 105.000,00 |
| 13.001.26.781.0028.20134.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| 99.999.99.999.9999.9999.9.9.99.99.00.00 RESERVA CONTINGENCIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - ORDINÁRIO | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,74 | 200.000,00 |
| **Totais** | **461.262.557,00** | **26.349.108,40** | **33.079.219,06** | **37.255.697,77** | **35.848.317,29** | **38.111.923,82** | **36.725.728,18** | **36.661.772,09** | **40.736.983,41** | **37.264.125,16** | **39.913.899,39** | **52.197.670,55** | **47.118.111,88** | **461.262.557,00** |

**CAMARA MUNICIPAL NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2023**
AV. MUTUM, Nº 920, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01.001.01.031.0001.1001.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 220.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 220.000,00 |
| Total: | 220.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 220.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.1002.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 2.000.000,00 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,74 | 2.000.000,00 |
| Total: | 2.000.000,00 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,66 | 166.666,74 | 2.000.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.1003.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| Total: | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 4.700.000,00 | 190.000,00 | 298.000,00 | 307.000,00 | 92.000,00 | 316.000,00 | 327.000,00 | 491.000,00 | 318.000,00 | 587.000,00 | 466.000,00 | 466.000,00 | 842.000,00 | 4.700.000,00 |
| Total: | 4.700.000,00 | 190.000,00 | 298.000,00 | 307.000,00 | 92.000,00 | 316.000,00 | 327.000,00 | 491.000,00 | 318.000,00 | 587.000,00 | 466.000,00 | 466.000,00 | 842.000,00 | 4.700.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 583.000,00 | 35.000,00 | 35.000,00 | 39.000,00 | 40.000,00 | 41.000,00 | 42.000,00 | 42.000,00 | 48.583,33 | 77.000,00 | 53.000,00 | 53.000,00 | 77.416,67 | 583.000,00 |
| Total: | 583.000,00 | 35.000,00 | 35.000,00 | 39.000,00 | 40.000,00 | 41.000,00 | 42.000,00 | 42.000,00 | 48.583,33 | 77.000,00 | 53.000,00 | 53.000,00 | 77.416,67 | 583.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 339.200,00 | 9.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 25.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 28.266,66 | 77.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 17.933,34 | 339.200,00 |
| Total: | 339.200,00 | 9.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 25.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 28.266,66 | 77.000,00 | 26.000,00 | 26.000,00 | 17.933,34 | 339.200,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.50.41.00.00 CONTRIBUIÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 25.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 11.250,00 | 25.000,00 |
| Total: | 25.000,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 11.250,00 | 25.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 130.000,00 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,37 | 130.000,00 |
| Total: | 130.000,00 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,33 | 10.833,37 | 130.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 260.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 161.000,00 | 260.000,00 |
| Total: | 260.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 161.000,00 | 260.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 90.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 90.000,00 |
| Total: | 90.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 90.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.35.00.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 120.000,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 45.500,00 | 120.000,00 |
| Total: | 120.000,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 45.500,00 | 120.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| Total: | 3.000,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 3.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 1.650.000,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 1.650.000,00 |
| Total: | 1.650.000,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 137.500,00 | 1.650.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 450.000,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 450.000,00 |
| Total: | 450.000,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 450.000,00 |
| 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 774.000,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 774.000,00 |
| Total: | 774.000,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 64.500,00 | 774.000,00 |
| **Totais** | **11.364.200,00** | **675.499,99** | **820.499,99** | **833.499,99** | **618.499,99** | **844.499,99** | **836.999,99** | **1.050.999,99** | **836.849,98** | **1.232.999,99** | **986.999,99** | **986.999,99** | **1.639.850,12** | **11.364.200,00** |



diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

Assinado Digitalmente

**SAAE SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AVENIDA MUTUM, Nº 919, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14.001.17.122.0002.10070.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.1.90.04.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 35.000,00 | 2.436,97 | 3.119,08 | 3.340,39 | 2.687,49 | 3.480,46 | 3.179,45 | 3.260,67 | 3.049,24 | 2.380,41 | 2.372,05 | 5.693,79 | 0,00 | 35.000,00 |
| **Total:** | 35.000,00 | 2.436,97 | 3.119,08 | 3.340,39 | 2.687,49 | 3.480,46 | 3.179,45 | 3.260,67 | 3.049,24 | 2.380,41 | 2.372,05 | 5.693,79 | 0,00 | 35.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 1.710.000,00 | 136.260,45 | 128.183,23 | 145.625,95 | 137.010,00 | 158.099,74 | 151.247,76 | 142.113,83 | 161.376,33 | 155.011,48 | 158.580,94 | 222.338,98 | 14.151,31 | 1.710.000,00 |
| **Total:** | 1.710.000,00 | 136.260,45 | 128.183,23 | 145.625,95 | 137.010,00 | 158.099,74 | 151.247,76 | 142.113,83 | 161.376,33 | 155.011,48 | 158.580,94 | 222.338,98 | 14.151,31 | 1.710.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 165.000,00 | 16.418,48 | 13.673,83 | 13.701,91 | 13.616,28 | 13.957,07 | 15.041,89 | 15.440,88 | 14.421,54 | 15.158,79 | 11.955,92 | 21.613,41 | 0,00 | 165.000,00 |
| **Total:** | 165.000,00 | 16.418,48 | 13.673,83 | 13.701,91 | 13.616,28 | 13.957,07 | 15.041,89 | 15.440,88 | 14.421,54 | 15.158,79 | 11.955,92 | 21.613,41 | 0,00 | 165.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.1.91.13.03.00 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - REGIME PRÓPRIO DE PREV. SOCIAL (RPPS) | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 115.000,00 | 7.128,86 | 8.688,34 | 9.590,26 | 8.704,62 | 11.100,97 | 9.502,25 | 8.645,42 | 11.603,79 | 10.984,62 | 12.591,62 | 15.602,43 | 856,82 | 115.000,00 |
| **Total:** | 115.000,00 | 7.128,86 | 8.688,34 | 9.590,26 | 8.704,62 | 11.100,97 | 9.502,25 | 8.645,42 | 11.603,79 | 10.984,62 | 12.591,62 | 15.602,43 | 856,82 | 115.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 180.000,00 | 7.898,76 | 8.586,67 | 50.127,39 | 3.052,69 | 18.615,13 | 9.140,08 | 20.083,74 | 6.501,94 | 5.884,93 | 14.185,49 | 18.272,66 | 17.650,52 | 180.000,00 |
| **Total:** | 180.000,00 | 7.898,76 | 8.586,67 | 50.127,39 | 3.052,69 | 18.615,13 | 9.140,08 | 20.083,74 | 6.501,94 | 5.884,93 | 14.185,49 | 18.272,66 | 17.650,52 | 180.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.35.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 70.000,00 | 0,00 | 6.363,70 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 70.000,00 |
| **Total:** | 70.000,00 | 0,00 | 6.363,70 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 6.363,63 | 70.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 1.000.000,00 | 24.509,99 | 73.392,77 | 87.117,07 | 100.958,46 | 113.869,24 | 97.343,27 | 52.456,49 | 87.193,43 | 97.959,82 | 91.164,54 | 109.332,19 | 64.702,73 | 1.000.000,00 |
| **Total:** | 1.000.000,00 | 24.509,99 | 73.392,77 | 87.117,07 | 100.958,46 | 113.869,24 | 97.343,27 | 52.456,49 | 87.193,43 | 97.959,82 | 91.164,54 | 109.332,19 | 64.702,73 | 1.000.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 200.000,00 | 0,00 | 17.607,33 | 17.637,04 | 17.696,32 | 17.526,93 | 17.637,04 | 18.061,74 | 17.637,04 | 17.637,04 | 18.811,16 | 21.690,23 | 18.058,13 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 0,00 | 17.607,33 | 17.637,04 | 17.696,32 | 17.526,93 | 17.637,04 | 18.061,74 | 17.637,04 | 17.637,04 | 18.811,16 | 21.690,23 | 18.058,13 | 200.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 60.000,00 | 0,00 | 4.859,63 | 5.414,38 | 5.509,82 | 5.509,35 | 5.499,96 | 5.524,43 | 5.524,20 | 5.525,02 | 5.613,41 | 5.849,22 | 5.170,58 | 60.000,00 |
| **Total:** | 60.000,00 | 0,00 | 4.859,63 | 5.414,38 | 5.509,82 | 5.509,35 | 5.499,96 | 5.524,43 | 5.524,20 | 5.525,02 | 5.613,41 | 5.849,22 | 5.170,58 | 60.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.47.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 200.000,00 | 16.231,96 | 15.283,63 | 16.967,75 | 14.592,24 | 18.107,96 | 17.641,79 | 18.310,05 | 20.043,64 | 20.911,65 | 21.430,18 | 20.479,15 | 0,00 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 16.231,96 | 15.283,63 | 16.967,75 | 14.592,24 | 18.107,96 | 17.641,79 | 18.310,05 | 20.043,64 | 20.911,65 | 21.430,18 | 20.479,15 | 0,00 | 200.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.92.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.122.0002.20140.3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.1.90.04.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 1.305.000,00 | 107.763,62 | 116.229,89 | 111.030,18 | 107.604,66 | 126.610,36 | 112.470,37 | 135.558,77 | 112.693,36 | 104.966,42 | 118.548,88 | 128.250,74 | 23.272,75 | 1.305.000,00 |
| **Total:** | 1.305.000,00 | 107.763,62 | 116.229,89 | 111.030,18 | 107.604,66 | 126.610,36 | 112.470,37 | 135.558,77 | 112.693,36 | 104.966,42 | 118.548,88 | 128.250,74 | 23.272,75 | 1.305.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 35.000,00 | 2.669,42 | 2.756,38 | 2.756,41 | 2.756,41 | 2.762,43 | 2.762,43 | 3.056,54 | 3.270,44 | 1.960,33 | 3.200,80 | 5.524,77 | 1.523,64 | 35.000,00 |
| **Total:** | 35.000,00 | 2.669,42 | 2.756,38 | 2.756,41 | 2.756,41 | 2.762,43 | 2.762,43 | 3.056,54 | 3.270,44 | 1.960,33 | 3.200,80 | 5.524,77 | 1.523,64 | 35.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.1.91.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - PREVIDENCIA PROPRIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 160.000,00 | 14.204,17 | 15.605,00 | 13.640,38 | 13.682,63 | 17.159,01 | 14.442,34 | 14.878,24 | 12.734,54 | 12.881,60 | 14.054,85 | 15.394,04 | 1.323,20 | 160.000,00 |
| **Total:** | 160.000,00 | 14.204,17 | 15.605,00 | 13.640,38 | 13.682,63 | 17.159,01 | 14.442,34 | 14.878,24 | 12.734,54 | 12.881,60 | 14.054,85 | 15.394,04 | 1.323,20 | 160.000,00 |

**SAAE SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AVENIDA MUTUM, Nº 919, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14.001.17.122.0059.20141.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 1.300.000,00 | 49.239,45 | 66.464,42 | 66.702,49 | 290.042,66 | 90.041,57 | 86.538,59 | 182.754,98 | 143.735,90 | 230.909,03 | 70.608,11 | 7.338,37 | 15.624,43 | 1.300.000,00 |
| **Total:** | 1.300.000,00 | 49.239,45 | 66.464,42 | 66.702,49 | 290.042,66 | 90.041,57 | 86.538,59 | 182.754,98 | 143.735,90 | 230.909,03 | 70.608,11 | 7.338,37 | 15.624,43 | 1.300.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.3.90.35.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.333,34 | 3.333,33 | 3.333,33 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.333,34 | 3.333,33 | 3.333,33 | 0,00 | 10.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 2.840.000,00 | 197.449,40 | 268.242,27 | 224.053,23 | 200.690,60 | 267.663,43 | 282.083,51 | 258.609,09 | 290.248,59 | 298.917,00 | 243.243,00 | 259.199,52 | 49.600,36 | 2.840.000,00 |
| **Total:** | 2.840.000,00 | 197.449,40 | 268.242,27 | 224.053,23 | 200.690,60 | 267.663,43 | 282.083,51 | 258.609,09 | 290.248,59 | 298.917,00 | 243.243,00 | 259.199,52 | 49.600,36 | 2.840.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 200.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 16.249,98 | 16.249,98 | 0,00 | 35.000,04 | 17.500,00 | 17.500,00 | 18.750,00 | 18.750,00 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 16.249,98 | 16.249,98 | 0,00 | 35.000,04 | 17.500,00 | 17.500,00 | 18.750,00 | 18.750,00 | 200.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 55.000,00 | 0,00 | 5.040,33 | 5.072,15 | 4.993,47 | 5.055,80 | 5.029,64 | 5.040,09 | 4.733,17 | 4.991,50 | 5.072,40 | 5.071,26 | 4.900,19 | 55.000,00 |
| **Total:** | 55.000,00 | 0,00 | 5.040,33 | 5.072,15 | 4.993,47 | 5.055,80 | 5.029,64 | 5.040,09 | 4.733,17 | 4.991,50 | 5.072,40 | 5.071,26 | 4.900,19 | 55.000,00 |
| 14.001.17.122.0059.20141.3.3.90.92.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.122.0060.10082.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41.395,64 | 0,00 | 7.959,78 | 0,00 | 644,58 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41.395,64 | 0,00 | 7.959,78 | 0,00 | 644,58 | 50.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.10078.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20142.3.1.90.04.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 400.000,00 | 32.748,03 | 32.484,68 | 32.159,55 | 32.080,00 | 42.032,08 | 32.965,38 | 32.100,99 | 42.006,17 | 31.371,57 | 36.842,35 | 47.770,49 | 5.438,71 | 400.000,00 |
| **Total:** | 400.000,00 | 32.748,03 | 32.484,68 | 32.159,55 | 32.080,00 | 42.032,08 | 32.965,38 | 32.100,99 | 42.006,17 | 31.371,57 | 36.842,35 | 47.770,49 | 5.438,71 | 400.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20142.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20142.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 85.000,00 | 7.203,50 | 7.145,58 | 7.074,08 | 7.056,56 | 8.167,59 | 7.251,34 | 7.061,19 | 8.760,85 | 6.900,73 | 7.870,56 | 10.508,02 | 0,00 | 85.000,00 |
| **Total:** | 85.000,00 | 7.203,50 | 7.145,58 | 7.074,08 | 7.056,56 | 8.167,59 | 7.251,34 | 7.061,19 | 8.760,85 | 6.900,73 | 7.870,56 | 10.508,02 | 0,00 | 85.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20142.3.1.91.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - PREVIDENCIA PROPRIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20142.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 200.000,00 | 7.311,12 | 7.961,78 | 34.934,94 | 29.885,71 | 10.805,45 | 21.804,32 | 24.101,51 | 1.836,40 | 31.774,35 | 15.022,99 | 9.405,89 | 5.155,54 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 7.311,12 | 7.961,78 | 34.934,94 | 29.885,71 | 10.805,45 | 21.804,32 | 24.101,51 | 1.836,40 | 31.774,35 | 15.022,99 | 9.405,89 | 5.155,54 | 200.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20142.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 2.700.000,00 | 140.346,84 | 171.744,66 | 176.580,88 | 191.880,21 | 250.964,81 | 236.554,18 | 267.102,18 | 228.236,81 | 340.866,92 | 324.068,73 | 289.744,60 | 81.909,18 | 2.700.000,00 |
| **Total:** | 2.700.000,00 | 140.346,84 | 171.744,66 | 176.580,88 | 191.880,21 | 250.964,81 | 236.554,18 | 267.102,18 | 228.236,81 | 340.866,92 | 324.068,73 | 289.744,60 | 81.909,18 | 2.700.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20142.3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 30.000,00 | 0,00 | 2.747,78 | 2.748,18 | 2.748,05 | 2.747,82 | 2.706,96 | 2.747,82 | 2.747,70 | 2.731,05 | 2.578,37 | 2.747,70 | 2.748,57 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 2.747,78 | 2.748,18 | 2.748,05 | 2.747,82 | 2.706,96 | 2.747,82 | 2.747,70 | 2.731,05 | 2.578,37 | 2.747,70 | 2.748,57 | 30.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.1.90.04.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |

**SAAE SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AVENIDA MUTUM, Nº 919, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14.001.17.512.0040.20143.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.1.91.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - PREVIDENCIA PROPRIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.3.90.35.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 600.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 600.000,00 |
| **Total:** | 600.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 600.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0040.20143.3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0041.10081.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 14.001.17.512.0041.10091.4.4.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0041.10091.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 415.000,00 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,37 | 415.000,00 |
| **Total:** | 415.000,00 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,33 | 34.583,37 | 415.000,00 |
| 14.001.17.512.0041.10091.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0041.20159.3.3.67.83.00.00 DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP, E | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 | 100.000,00 |
| 14.001.17.512.0058.10071.4.4.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 250.000,00 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,37 | 250.000,00 |
| **Total:** | 250.000,00 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,37 | 250.000,00 |
| 14.001.17.512.0058.10071.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0058.10072.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 2.500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 550.017,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.949.982,37 | 2.500.000,00 |
| **Total:** | 2.500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 550.017,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.949.982,37 | 2.500.000,00 |
| 14.001.17.512.0058.10073.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| **Total:** | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 14.001.17.512.0058.10074.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 30.000,00 | 0,00 | 10.953,02 | 6.698,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.348,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 10.953,02 | 6.698,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.348,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10075.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |

**SAAE SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AVENIDA MUTUM, Nº 919, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL**

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14.001.17.512.0060.10076.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 50.000,00 | 0,00 | 6.754,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.953,69 | 7.291,99 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 6.754,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.953,69 | 7.291,99 | 0,00 | 50.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10077.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10077.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10077.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10077.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 1.470.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 144.592,76 | 582.971,40 | 263.233,02 | 479.202,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.470.000,00 |
| **Total:** | 1.470.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 144.592,76 | 582.971,40 | 263.233,02 | 479.202,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.470.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10080.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 1.150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 243.052,28 | 372.379,63 | 0,00 | 245.119,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 289.448,43 | 1.150.000,00 |
| **Total:** | 1.150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 243.052,28 | 372.379,63 | 0,00 | 245.119,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 289.448,43 | 1.150.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10083.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10083.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10083.4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 14.001.17.512.0060.10083.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| **Total:** | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 | 10.000,00 |
| 14.001.99.999.9999.99999.9.9.99.99.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 15010000000 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Totais** | **20.000.000,00** | **923.154,18** | **1.147.221,48** | **1.742.687,69** | **1.356.945,67** | **1.732.869,01** | **2.272.140,35** | **1.624.838,46** | **2.136.118,35** | **1.565.254,39** | **1.387.259,94** | **1.395.899,57** | **2.715.610,91** | **20.000.000,00** |

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV DOS BEIJA FLORES, Nº 1977, LOTEAMENTO AERODROMO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15.001.04.122.0061.20144.3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 551.000,00 | 20.724,42 | 20.724,42 | 22.246,96 | 77.917,61 | 54.103,50 | 45.842,97 | 45.842,97 | 45.842,97 | 45.842,97 | 45.842,97 | 80.225,27 | 45.842,97 | 551.000,00 |
| **Total:** | 551.000,00 | 20.724,42 | 20.724,42 | 22.246,96 | 77.917,61 | 54.103,50 | 45.842,97 | 45.842,97 | 45.842,97 | 45.842,97 | 45.842,97 | 80.225,27 | 45.842,97 | 551.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.1.90.13.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 26.000,00 | 1.772,99 | 1.772,99 | 1.772,99 | 2.078,88 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 3.720,50 | 2.125,95 | 26.000,00 |
| **Total:** | 26.000,00 | 1.772,99 | 1.772,99 | 1.772,99 | 2.078,88 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 2.125,95 | 3.720,50 | 2.125,95 | 26.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 42.288,00 | 1.748,26 | 1.748,26 | 1.748,26 | 5.358,12 | 4.614,12 | 3.472,05 | 3.472,05 | 3.472,05 | 3.472,05 | 3.472,05 | 6.079,50 | 3.631,23 | 42.288,00 |
| **Total:** | 42.288,00 | 1.748,26 | 1.748,26 | 1.748,26 | 5.358,12 | 4.614,12 | 3.472,05 | 3.472,05 | 3.472,05 | 3.472,05 | 3.472,05 | 6.079,50 | 3.631,23 | 42.288,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.1.91.96.00.00 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 100.000,00 | 8.262,70 | 0,00 | 3.897,89 | 27.563,70 | 0,00 | 6.380,85 | 0,00 | 20.807,53 | 0,00 | 0,00 | 33.087,33 | 0,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 8.262,70 | 0,00 | 3.897,89 | 27.563,70 | 0,00 | 6.380,85 | 0,00 | 20.807,53 | 0,00 | 0,00 | 33.087,33 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.35.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 220.000,00 | 16.417,98 | 16.417,98 | 18.583,01 | 20.057,42 | 18.360,08 | 8.953,37 | 24.630,98 | 7.796,85 | 26.610,26 | 11.362,75 | 33.253,22 | 17.556,10 | 220.000,00 |
| **Total:** | 220.000,00 | 16.417,98 | 16.417,98 | 18.583,01 | 20.057,42 | 18.360,08 | 8.953,37 | 24.630,98 | 7.796,85 | 26.610,26 | 11.362,75 | 33.253,22 | 17.556,10 | 220.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 27.500,00 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,74 | 27.500,00 |
| **Total:** | 27.500,00 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,66 | 2.291,74 | 27.500,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 140.000,00 | 5.282,97 | 3.206,31 | 9.899,34 | 4.356,67 | 10.206,75 | 23.538,85 | 19.691,77 | 8.199,68 | 12.990,59 | 21.960,04 | 9.489,79 | 11.177,24 | 140.000,00 |
| **Total:** | 140.000,00 | 5.282,97 | 3.206,31 | 9.899,34 | 4.356,67 | 10.206,75 | 23.538,85 | 19.691,77 | 8.199,68 | 12.990,59 | 21.960,04 | 9.489,79 | 11.177,24 | 140.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 200.000,00 | 14.312,78 | 4.855,08 | 24.316,25 | 6.434,59 | 24.971,74 | 13.982,00 | 16.452,32 | 15.345,79 | 14.601,91 | 15.345,79 | 17.360,48 | 32.021,27 | 200.000,00 |
| **Total:** | 200.000,00 | 14.312,78 | 4.855,08 | 24.316,25 | 6.434,59 | 24.971,74 | 13.982,00 | 16.452,32 | 15.345,79 | 14.601,91 | 15.345,79 | 17.360,48 | 32.021,27 | 200.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 15.000,00 | 850,93 | 901,21 | 901,21 | 901,21 | 1.802,42 | 1.532,07 | 1.351,82 | 1.351,82 | 0,00 | 2.703,67 | 1.351,82 | 1.351,82 | 15.000,00 |
| **Total:** | 15.000,00 | 850,93 | 901,21 | 901,21 | 901,21 | 1.802,42 | 1.532,07 | 1.351,82 | 1.351,82 | 0,00 | 2.703,67 | 1.351,82 | 1.351,82 | 15.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.47.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 315.962,42 | 26.447,96 | 16.516,91 | 22.063,97 | 21.930,34 | 21.370,40 | 21.483,33 | 21.303,56 | 21.410,99 | 22.469,12 | 23.559,04 | 24.155,46 | 73.251,34 | 315.962,42 |
| 18000000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.496,57 | 78.503,43 | 80.000,00 |
| **Total:** | 395.962,42 | 26.447,96 | 16.516,91 | 22.063,97 | 21.930,34 | 21.370,40 | 21.483,33 | 21.303,56 | 21.410,99 | 22.469,12 | 23.559,04 | 25.652,03 | 151.754,77 | 395.962,42 |
| 15.001.04.122.0061.20144.3.3.90.93.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| **Total:** | 500,00 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,66 | 41,74 | 500,00 |
| 15.001.04.122.0061.20144.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20147.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 10.500,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 10.500,00 |
| **Total:** | 10.500,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 875,00 | 10.500,00 |
| 15.001.04.122.0061.20147.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 6.000,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 6.000,00 |
| **Total:** | 6.000,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 6.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20147.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 48,23 | 146,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.804,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| **Total:** | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 48,23 | 146,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.804,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20148.3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.111,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.186,84 | 3.701,90 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.111,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.186,84 | 3.701,90 | 0,00 | 20.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20148.3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 6.000,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 6.000,00 |

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV DOS BEIJA FLORES, Nº 1977, LOTEAMENTO AERODROMO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL

| Despesa | Previsto | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total:** | 6.000,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 6.000,00 |
| 15.001.04.122.0061.20148.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.372,67 | 0,00 | 445,75 | 0,00 | 0,00 | 5.943,36 | 17.616,13 | 6.622,09 | 0,00 | 50.000,00 |
| **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.372,67 | 0,00 | 445,75 | 0,00 | 0,00 | 5.943,36 | 17.616,13 | 6.622,09 | 0,00 | 50.000,00 |
| 15.001.09.272.0061.20145.3.1.90.01.00.00 APOSENTADORIAS E REFORMAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 18001111000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) EXECUTIVO | 6.250.000,00 | 426.628,67 | 445.332,01 | 457.696,59 | 459.769,76 | 459.981,50 | 471.136,60 | 484.639,26 | 501.401,57 | 509.879,50 | 513.233,86 | 997.786,43 | 522.514,25 | 6.250.000,00 |
| 18001121000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) LEGISLATIVO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| **Total:** | 6.300.000,00 | 430.795,33 | 449.498,67 | 461.863,25 | 463.936,42 | 464.148,16 | 475.303,26 | 488.805,92 | 505.568,23 | 514.046,16 | 517.400,52 | 1.001.953,09 | 526.680,99 | 6.300.000,00 |
| 15.001.09.272.0061.20145.3.1.90.03.00.00 PENSOES | | | | | | | | | | | | | | |
| 18001121000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) LEGISLATIVO | 50.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,74 | 50.000,00 |
| 18001111000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) EXECUTIVO | 920.000,00 | 65.903,20 | 65.903,20 | 71.229,78 | 69.377,06 | 69.377,06 | 73.998,13 | 72.206,29 | 72.206,29 | 72.206,29 | 72.206,29 | 143.180,12 | 72.206,29 | 920.000,00 |
| **Total:** | 970.000,00 | 70.069,86 | 70.069,86 | 75.396,44 | 73.543,72 | 73.543,72 | 78.164,79 | 76.372,95 | 76.372,95 | 76.372,95 | 76.372,95 | 147.346,78 | 76.373,03 | 970.000,00 |
| 15.001.09.272.0061.20145.3.1.90.91.00.00 DIVERSAS SENTENCAS | | | | | | | | | | | | | | |
| 18001111000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) EXECUTIVO | 5.000,00 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,66 | 416,74 | 5.000,00 |
| 18001121000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) LEGISLATIVO | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 | 1.000,00 |
| **Total:** | 6.000,00 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 499,99 | 500,11 | 6.000,00 |
| 15.001.09.272.0061.20146.3.3.90.86.00.00 COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18001111000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) EXECUTIVO | 30.000,00 | 2.188,13 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 4.635,37 | 2.317,65 | 30.000,00 |
| **Total:** | 30.000,00 | 2.188,13 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 2.317,65 | 4.635,37 | 2.317,65 | 30.000,00 |
| 15.001.99.997.9999.99999.9.9.99.99.00.00 RESERVA CONTINGENCIA | | | | | | | | | | | | | | |
| 18020000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 220.249,58 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,13 | 18.354,15 | 220.249,58 |
| 18000000000 RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO | 30.152.230,00 | 1.805.907,73 | 1.805.907,73 | 1.760.744,74 | 1.760.744,74 | 1.741.261,56 | 1.741.261,56 | 1.659.628,72 | 1.659.628,72 | 1.744.673,53 | 1.744.673,54 | 6.363.898,71 | 6.363.898,72 | 30.152.230,00 |
| **Total:** | 30.372.479,58 | 1.824.261,86 | 1.824.261,86 | 1.779.098,87 | 1.779.098,87 | 1.759.615,69 | 1.759.615,69 | 1.677.982,85 | 1.677.982,85 | 1.763.027,66 | 1.763.027,67 | 6.382.252,84 | 6.382.252,87 | 30.372.479,58 |
| **Totais** | **39.625.230,00** | **2.430.344,48** | **2.419.499,51** | **2.431.362,63** | **2.522.334,30** | **2.444.388,49** | **2.450.366,89** | **2.487.559,10** | **2.401.608,53** | **2.497.028,94** | **2.516.502,33** | **7.763.940,32** | **7.260.294,48** | **39.625.230,00** |

IVETE SANDI WENNING
CONTADOR
CT-CRC/MS 010469/O-2-T-MT

EDNA BONETTI
DIRETORA EXECUTIVA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO**

| Código | Descrição | Previsto | 1° Bimestre | 2° Bimestre | 3° Bimestre | 4° Bimestre | 5° Bimestre | 6° Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.1.1.2.50.0.1.00.0 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL | 19.400.000,00 | 9.396.385,61 | 5.718.979,79 | 1.915.551,11 | 1.381.948,47 | 631.473,02 | 355.662,00 | 19.400.000,00 |
| 1.1.1.2.50.0.2.00.0 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA | 86.400,00 | 427,45 | 7.076,84 | 21.226,54 | 18.485,11 | 16.203,97 | 22.980,09 | 86.400,00 |
| 1.1.1.2.50.0.3.00.0 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA | 2.700.000,00 | 474.622,16 | 536.353,40 | 619.898,54 | 362.821,83 | 389.536,88 | 316.767,19 | 2.700.000,00 |
| 1.1.1.2.50.0.4.00.0 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATI | 735.000,00 | 104.726,52 | 127.658,58 | 205.505,88 | 84.143,60 | 119.815,81 | 93.149,61 | 735.000,00 |
| 1.1.1.2.53.0.1.00.0 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRIN | 14.100.000,00 | 1.520.519,73 | 4.364.102,33 | 1.341.184,99 | 2.169.662,66 | 2.756.921,88 | 1.947.608,41 | 14.100.000,00 |
| 1.1.1.3.03.1.1.00.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL | 15.000.000,00 | 1.800.249,13 | 2.316.173,08 | 2.513.242,88 | 2.273.542,59 | 2.422.867,70 | 3.673.924,62 | 15.000.000,00 |
| 1.1.1.3.03.4.1.00.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL | 2.200.000,00 | 124.221,97 | 143.192,65 | 135.152,22 | 308.093,76 | 575.080,72 | 914.258,68 | 2.200.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.1.00.0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL | 50.900.000,00 | 6.075.716,26 | 7.711.333,71 | 7.612.311,80 | 8.601.578,76 | 9.495.148,62 | 11.403.910,85 | 50.900.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.2.00.0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA | 358.000,00 | 71.361,91 | 77.125,71 | 34.173,61 | 54.427,18 | 54.011,37 | 66.900,22 | 358.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.3.00.0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA | 3.510.000,00 | 572.083,11 | 415.424,14 | 629.779,01 | 841.356,82 | 525.205,56 | 526.151,36 | 3.510.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.4.00.0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA | 993.600,00 | 84.892,55 | 73.754,24 | 172.463,51 | 426.317,44 | 138.006,03 | 98.166,23 | 993.600,00 |
| 1.1.2.1.01.0.1.01.0 | TAXAS DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS E PRESTADORAS | 5.604.000,00 | 3.506.818,63 | 1.070.860,79 | 478.487,80 | 214.850,37 | 137.178,37 | 195.804,04 | 5.604.000,00 |
| 1.1.2.1.01.0.1.02.0 | TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - PRINCIPAL | 315.799,00 | 40.933,32 | 33.072,17 | 72.717,01 | 52.863,66 | 68.295,20 | 47.917,64 | 315.799,00 |
| 1.1.2.1.01.0.2.00.0 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS DE MORA | 50.000,00 | 127,37 | 13.288,90 | 10.089,97 | 6.725,90 | 5.778,24 | 13.989,62 | 50.000,00 |
| 1.1.2.1.01.0.3.00.0 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA | 734.800,00 | 122.455,23 | 105.810,43 | 112.182,18 | 137.569,33 | 102.816,32 | 153.966,51 | 734.800,00 |
| 1.1.2.1.01.0.4.00.0 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA | 344.000,00 | 47.473,04 | 43.515,69 | 58.093,15 | 66.495,65 | 46.063,29 | 82.359,18 | 344.000,00 |
| 1.1.2.1.04.0.1.00.0 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL | 381.375,00 | 20.380,29 | 36.721,62 | 98.378,39 | 56.399,62 | 70.871,97 | 98.623,11 | 381.375,00 |
| 1.1.2.2.01.0.1.01.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DIVERSOS | 504.930,00 | 64.866,69 | 57.439,57 | 64.315,28 | 87.786,29 | 99.125,26 | 131.396,91 | 504.930,00 |
| 1.1.2.2.01.0.1.02.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PATRULHA MECANIZADA | 12.000,00 | 586,64 | 1.064,03 | 725,79 | 5.107,92 | 573,00 | 3.942,62 | 12.000,00 |
| 1.1.2.2.01.0.2.00.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS DE MORA | 1.800,00 | 0,00 | 173,56 | 212,09 | 123,11 | 372,69 | 918,55 | 1.800,00 |
| 1.1.2.2.01.0.3.00.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA | 269.640,00 | 44.753,95 | 30.411,71 | 29.137,58 | 30.662,39 | 114.339,93 | 20.334,44 | 269.640,00 |
| 1.1.2.2.01.0.4.00.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA | 54.056,00 | 5.612,78 | 5.367,14 | 7.182,34 | 7.913,28 | 18.922,70 | 9.057,76 | 54.056,00 |
| 1.1.3.1.53.0.3.00.0 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - DÍVIDA ATIVA | 11.600,00 | 1.448,40 | 2.075,24 | 3.685,11 | 2.478,10 | 891,17 | 1.021,98 | 11.600,00 |
| 1.1.3.1.53.0.4.00.0 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - MULTAS E JUROS DE MORA D | 11.600,00 | 482,94 | 1.721,75 | 3.350,01 | 1.927,11 | 3.340,20 | 777,99 | 11.600,00 |
| 1.2.4.1.50.0.1.00.0 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL | 8.581.469,00 | 1.347.829,33 | 1.272.772,50 | 1.374.127,53 | 1.482.261,57 | 1.469.603,16 | 1.634.874,91 | 8.581.469,00 |
| 1.3.1.1.01.1.1.00.0 | ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL | 75.952,00 | 11.988,98 | 12.974,85 | 12.681,26 | 12.681,26 | 12.681,26 | 12.944,39 | 75.952,00 |
| 1.3.1.1.02.0.1.01.0 | CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - DIVER | 37.760,00 | 0,00 | 4.034,62 | 2.713,31 | 13.640,29 | 10.507,94 | 6.863,84 | 37.760,00 |
| 1.3.1.1.02.0.1.02.0 | CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - UNIVA | 30.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 30.000,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNDE/FUNDEB | 310.000,00 | 58.104,44 | 58.017,78 | 69.824,48 | 51.924,77 | 41.929,53 | 30.199,00 | 310.000,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNDE/PNAE | 15.000,00 | 203,60 | 2.058,65 | 3.782,39 | 4.406,97 | 3.141,41 | 1.406,98 | 15.000,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO | 143.272,00 | 25.045,02 | 22.958,39 | 24.908,05 | 32.623,65 | 24.050,62 | 13.686,27 | 143.272,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNDE/PNATE | 6.767,00 | 1.341,63 | 804,62 | 1.292,26 | 1.582,27 | 1.234,85 | 511,37 | 6.767,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNDE DIVERSOS | 2.000,00 | 77,17 | 249,89 | 381,77 | 349,61 | 174,31 | 767,25 | 2.000,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE REC. VINCULADOS - UNIÃO/SUS - CUSTEIO | 957.294,00 | 180.082,80 | 197.009,53 | 182.278,69 | 145.561,11 | 132.312,66 | 120.049,21 | 957.294,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE REC. VINCULADOS - UNIÃO/SUS - INVEST. | 177,00 | 0,47 | 0,40 | 0,07 | 0,06 | 100,14 | 75,86 | 177,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - ESTADO/SUS | 249.875,00 | 34.369,02 | 51.471,68 | 29.779,48 | 49.575,98 | 32.786,47 | 51.892,37 | 249.875,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - UTI ESTADO | 38.020,00 | 2.222,43 | 21.222,63 | 9.675,83 | 1.214,74 | 2.508,60 | 1.175,77 | 38.020,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNAS - FEDERAL | 15.400,00 | 1.496,05 | 2.182,96 | 2.759,61 | 3.467,06 | 3.062,83 | 2.431,49 | 15.400,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNAS - ESTADUAL | 3.879,00 | 72,98 | 243,50 | 1.093,27 | 613,91 | 696,00 | 1.159,34 | 3.879,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FMDCA | 107.244,00 | 14.886,18 | 15.526,53 | 16.725,96 | 19.678,16 | 21.579,50 | 18.847,67 | 107.244,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNAS - OUTROS RENDIMENTOS | 9,00 | 1,43 | 1,49 | 1,60 | 1,68 | 1,46 | 1,34 | 9,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - ILUM. PÚBLICA | 378.211,00 | 59.080,49 | 65.894,10 | 52.287,23 | 64.477,61 | 65.595,57 | 70.876,00 | 378.211,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FETHAB | 98.070,00 | 9.109,72 | 13.922,37 | 20.021,39 | 24.979,59 | 23.517,11 | 6.519,82 | 98.070,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REM.DE OUTROS DEP.BANC. DE REC. VINCULADOS-GERAL | 9.897.403,00 | 1.649.567,16 | 1.649.567,16 | 1.649.567,16 | 1.649.567,16 | 1.649.567,16 | 1.649.567,20 | 9.897.403,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNDE - ESTADUAL | 15.000,00 | 1.887,55 | 3.386,81 | 4.021,00 | 2.329,51 | 1.261,22 | 2.113,91 | 15.000,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUN. OUTROS DEP. BANCÁRIOS REC. VINCULADOS - LC 176/2020. | 12.752,00 | 3.602,83 | 615,70 | 2.796,87 | 1.342,06 | 2.790,09 | 1.604,45 | 12.752,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUN. OUTROS DEP. BANCÁRIOS DE REC. VINCULADOS - CIDE | 351,00 | 58,50 | 58,50 | 58,50 | 58,50 | 58,50 | 58,50 | 351,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUN. OUTROS DEP. BANCÁRIOS REC. VINCULADOS - SAÚDE | 3.177,00 | 853,33 | 802,45 | 662,71 | 415,93 | 232,41 | 210,17 | 3.177,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.01.0 | REMUN. OUTROS DEP. BANCÁRIOS DE REC. VINCULADOS - FETHAB - SEDUC | 22.443,00 | 1.942,77 | 1.836,10 | 1.405,72 | 895,53 | 436,42 | 15.926,46 | 22.443,00 |
| 1.3.2.1.01.0.1.02.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS - DIVERSOS | 9.134.289,00 | 400.958,51 | 1.086.540,53 | 2.827.361,81 | 1.850.177,78 | 1.606.307,45 | 1.362.942,92 | 9.134.289,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO**

| Código | Descrição | Previsto | 1° Bimestre | 2° Bimestre | 3° Bimestre | 4° Bimestre | 5° Bimestre | 6° Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.6.1.1.02.0.1.00.0 | INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL | 50.000,00 | 8.333,32 | 8.333,32 | 8.333,32 | 8.333,32 | 8.333,32 | 8.333,40 | 50.000,00 |
| 1.7.1.1.51.1.1.00.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL | 35.200.000,00 | 7.168.911,62 | 5.264.683,61 | 6.037.798,73 | 5.022.376,56 | 4.838.110,56 | 6.868.118,92 | 35.200.000,00 |
| 1.7.1.1.51.2.1.00.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL | 4.428.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.972.739,33 | 488.291,12 | 1.966.969,55 | 4.428.000,00 |
| 1.7.1.1.52.0.1.00.0 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL | 8.800.000,00 | 452.422,92 | 106.733,56 | 72.885,14 | 89.363,09 | 6.764.151,71 | 1.314.443,58 | 8.800.000,00 |
| 1.7.1.2.51.0.1.00.0 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM - PRINCIPAL | 16.200,00 | 4.698,69 | 2.886,46 | 652,82 | 3.524,70 | 2.777,11 | 1.660,22 | 16.200,00 |
| 1.7.1.2.52.4.1.00.0 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 851.802,00 | 139.517,10 | 130.418,13 | 125.535,11 | 64.013,63 | 213.830,67 | 178.487,36 | 851.802,00 |
| 1.7.1.2.99.0.1.00.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NAT | 650,00 | 108,32 | 108,32 | 108,32 | 108,32 | 108,32 | 108,40 | 650,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.01.0 | INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS | 575.694,00 | 95.949,00 | 95.949,00 | 95.949,00 | 95.949,00 | 95.949,00 | 95.949,00 | 575.694,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.02.0 | INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO | 462.216,00 | 77.036,00 | 77.036,00 | 77.036,00 | 77.036,00 | 77.036,00 | 77.036,00 | 462.216,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.03.0 | INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPTAÇÃO PONDERADA | 3.952.500,00 | 658.750,00 | 658.750,00 | 658.750,00 | 658.750,00 | 658.750,00 | 658.750,00 | 3.952.500,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.05.0 | PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | 224.400,00 | 37.400,00 | 37.400,00 | 37.400,00 | 37.400,00 | 37.400,00 | 37.400,00 | 224.400,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.06.0 | IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE CEGONHA | 12.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 12.000,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.11.0 | VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 2.402.400,00 | 400.400,00 | 400.400,00 | 400.400,00 | 400.400,00 | 400.400,00 | 400.400,00 | 2.402.400,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.12.0 | ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | 12.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 12.000,00 |
| 1.7.1.3.50.2.1.01.0 | ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC | 5.701.295,00 | 950.215,82 | 950.215,82 | 950.215,82 | 950.215,82 | 950.215,82 | 950.215,90 | 5.701.295,00 |
| 1.7.1.3.50.3.1.02.0 | INCENTIVO FINANCEIRO PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS | 160.000,00 | 26.666,66 | 26.666,66 | 26.666,66 | 26.666,66 | 26.666,66 | 26.666,70 | 160.000,00 |
| 1.7.1.3.50.3.1.03.0 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 35.304,00 | 5.884,00 | 5.884,00 | 5.884,00 | 5.884,00 | 5.884,00 | 5.884,00 | 35.304,00 |
| 1.7.1.3.50.3.1.04.0 | INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRA | 62.000,00 | 10.333,32 | 10.333,32 | 10.333,32 | 10.333,32 | 10.333,32 | 10.333,40 | 62.000,00 |
| 1.7.1.3.50.3.1.05.0 | VENCIMENTO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS | 550.000,00 | 91.666,66 | 91.666,66 | 91.666,66 | 91.666,66 | 91.666,66 | 91.666,70 | 550.000,00 |
| 1.7.1.3.50.4.1.01.0 | PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 330.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 330.000,00 |
| 1.7.1.4.50.0.1.00.0 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL | 3.000.000,00 | 555.877,90 | 463.049,92 | 460.255,59 | 509.651,71 | 497.357,67 | 513.807,21 | 3.000.000,00 |
| 1.7.1.4.52.0.1.01.0 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO BÁSICA | 546.342,00 | 41.296,01 | 112.232,45 | 112.232,44 | 112.232,44 | 112.232,44 | 56.116,22 | 546.342,00 |
| 1.7.1.4.52.0.1.02.0 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR INFANTIL - CRECHE | 435.766,00 | 34.796,24 | 89.104,43 | 89.104,38 | 89.104,38 | 89.104,38 | 44.552,19 | 435.766,00 |
| 1.7.1.4.52.0.1.03.0 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR INFANTIL - PRÉ-ESCOLA | 246.939,00 | 18.726,35 | 50.713,93 | 50.713,92 | 50.713,92 | 50.713,92 | 25.356,96 | 246.939,00 |
| 1.7.1.4.52.0.1.04.0 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - ENSINO PROFISSIONAL | 12.947,00 | 876,33 | 2.419,84 | 2.997,28 | 2.661,42 | 2.661,42 | 1.330,71 | 12.947,00 |
| 1.7.1.4.53.0.1.00.0 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE - PR | 242.925,00 | 0,00 | 17.135,95 | 63.275,67 | 58.830,70 | 60.183,83 | 43.498,85 | 242.925,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.01.0 | BL PSB - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF | 85.000,00 | 7.842,74 | 15.776,05 | 13.886,84 | 12.934,27 | 13.727,09 | 20.833,01 | 85.000,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.02.0 | BL PSB - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SCFV | 119.960,00 | 20.991,97 | 21.111,06 | 16.260,38 | 17.812,06 | 19.363,74 | 24.420,79 | 119.960,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.03.0 | BL PSEAC - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ALTA COMPLEXIDADE - ABRIGO | 52.060,00 | 5.136,20 | 10.304,01 | 9.626,78 | 9.003,49 | 8.990,07 | 8.999,45 | 52.060,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.04.0 | BL PSEMC - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL MEDIA COMPLEXIDADE - PAEFI | 68.000,00 | 6.708,83 | 13.458,95 | 14.567,97 | 9.766,63 | 11.742,70 | 11.754,92 | 68.000,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.05.0 | BL GSUAS - BLOCO GESTÃO DO SUAS | 7.000,00 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,66 | 1.166,70 | 7.000,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.06.0 | BL GBF - BLOCO GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA | 45.310,00 | 7.551,66 | 7.551,66 | 7.551,66 | 7.551,66 | 7.551,66 | 7.551,70 | 45.310,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.07.0 | MEDIDA SOCIO EDUCATIVA - MSE | 23.000,00 | 2.269,16 | 4.552,28 | 2.260,82 | 5.970,04 | 3.971,79 | 3.975,91 | 23.000,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.09.0 | PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS | 67.644,00 | 0,00 | 15,271,79 | 0,00 | 20.903,16 | 21.588,97 | 9.880,08 | 67.644,00 |
| 1.7.1.9.99.0.1.01.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ITR - TITULO DIVIDA AGRARIA | 324.000,00 | 0,00 | 3.215,51 | 20.128,63 | 0,00 | 271.452,53 | 29.203,33 | 324.000,00 |
| 1.7.1.9.99.0.1.02.0 | TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - LEI COMPLEMENTAR 176/2020. | 4.179.017,00 | 696.502,90 | 696.502,82 | 696.502,82 | 696.502,82 | 696.502,82 | 696.502,82 | 4.179.017,00 |
| 1.7.2.1.50.0.1.00.0 | COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 101.720.000,00 | 15.270.488,65 | 14.678.711,55 | 16.931.135,96 | 17.722.698,96 | 18.866.846,20 | 18.250.118,68 | 101.720.000,00 |
| 1.7.2.1.51.0.1.00.0 | COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 11.600.000,00 | 1.120.517,93 | 1.796.234,49 | 5.175.432,56 | 1.777.233,77 | 976.827,89 | 753.753,36 | 11.600.000,00 |
| 1.7.2.1.52.0.1.00.0 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | 503.437,00 | 51.083,13 | 83.691,19 | 74.313,30 | 89.753,71 | 106.189,44 | 98.406,23 | 503.437,00 |
| 1.7.2.1.53.0.1.00.0 | COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL | 111.560,00 | 0,00 | 0,00 | 3.522,13 | 0,00 | 108.037,87 | 0,00 | 111.560,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.01.0 | PSF ESTADO | 685.792,00 | 114.298,66 | 114.298,66 | 114.298,66 | 114.298,66 | 114.298,66 | 114.298,70 | 685.792,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.01.0 | SAÚDE BUCAL ESTADO | 277.340,00 | 46.223,32 | 46.223,32 | 46.223,32 | 46.223,32 | 46.223,32 | 46.223,40 | 277.340,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.01.0 | ACS RURAL | 9.446,00 | 1.574,32 | 1.574,32 | 1.574,32 | 1.574,32 | 1.574,32 | 1.574,40 | 9.446,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.02.0 | AGÊNCIA TRANSFUSIONAL | 38.880,00 | 6.480,00 | 6.480,00 | 6.480,00 | 6.480,00 | 6.480,00 | 6.480,00 | 38.880,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.02.0 | PAICI | 311.005,00 | 51.834,16 | 51.834,16 | 51.834,16 | 51.834,16 | 51.834,16 | 51.834,20 | 311.005,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.02.0 | LEITOS UTI -COVID-19 - DECRETO ESTADUAL Nº 521 DE 10 DE JUNHO DE 2020- CO FINANCIAMENTO ESTADUA | 1.800.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 1.800.000,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.02.0 | COFINANCIAMENTO ESTADUAL PARA CUSTEIO MANSAL DE LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI | 15.400.737,00 | 2.566.789,50 | 2.566.789,50 | 2.566.789,50 | 2.566.789,50 | 2.566.789,50 | 2.566.789,50 | 15.400.737,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.03.0 | FARMÁCIA BÁSICA | 132.000,00 | 22.000,00 | 22.000,00 | 22.000,00 | 22.000,00 | 22.000,00 | 22.000,00 | 132.000,00 |
| 1.7.2.4.99.0.1.01.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB - INFRAESTRUTURA | 2.268.000,00 | 309.921,99 | 393.869,09 | 332.768,07 | 382.154,05 | 426.672,73 | 422.614,07 | 2.268.000,00 |
| 1.7.2.4.99.0.1.02.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB - TRANSPORTE ESCOLAR | 350.000,00 | 48.276,04 | 86.373,38 | 52.865,44 | 60.711,20 | 67.783,67 | 33.990,27 | 350.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV. MUTUM, Nº 1250, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO**

| Código | Descrição | Previsto | 1° Bimestre | 2° Bimestre | 3° Bimestre | 4° Bimestre | 5° Bimestre | 6° Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.7.2.4.99.0.1.03.0 | CONVÊNIO DETRAN - FISCALIZAÇÃO, AUTUAÇÃO, APLICAÇÃO DE PENALIDADES E ARRECADAÇÃO DE MULTAS | 350.000,00 | 55.964,81 | 45.975,57 | 65.970,28 | 57.298,46 | 62.177,75 | 62.613,13 | 350.000,00 |
| 1.7.2.9.51.0.1.01.0 | FUNDO PARTILHADO DE INVESTIMENTO SOCIAL - FUPIS | 10.669,00 | 135,38 | 9.860,27 | 107,26 | 184,15 | 205,38 | 176,56 | 10.669,00 |
| 1.7.2.9.51.0.1.02.0 | COFINANCIAMENTO ESTADUAL | 248.390,00 | 0,00 | 124.195,00 | 0,00 | 0,00 | 124.195,00 | 0,00 | 248.390,00 |
| 1.7.2.9.99.0.1.01.0 | TRANSPORTE ESCOLAR SEDUC | 951.500,00 | 76.032,91 | 152.065,82 | 152.065,82 | 152.065,82 | 76.032,91 | 343.236,72 | 951.500,00 |
| 1.7.2.9.99.0.1.02.0 | COTA PARTE - FEP ESTADO | 190.000,00 | 60.130,12 | 14.429,72 | 42.570,39 | 10.222,07 | 21.580,63 | 41.067,07 | 190.000,00 |
| 1.7.4.1.99.0.1.01.0 | DOAÇÕES EM BENEFÍCIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-FMDCA - PESSOA JURÍDICA | 310.000,00 | 0,00 | 3.620,16 | 3.620,16 | 281.038,68 | 3.620,16 | 18.100,84 | 310.000,00 |
| 1.7.5.1.50.0.1.00.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE | 66.000.000,00 | 10.230.746,46 | 9.328.017,26 | 11.658.933,43 | 10.569.571,89 | 11.426.638,23 | 12.786.092,73 | 66.000.000,00 |
| 1.7.9.1.99.0.1.01.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - DOAÇÕES IRRF | 364.256,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 364.256,00 | 0,00 | 0,00 | 364.256,00 |
| 1.9.1.1.01.0.1.00.0 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL | 162.000,00 | 2.677,84 | 126.256,82 | 5.644,55 | 3.790,50 | 5.426,47 | 18.203,82 | 162.000,00 |
| 1.9.1.1.01.0.2.00.0 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS DE MORA | 600,00 | 9,36 | 47,69 | 0,00 | 238,67 | 57,45 | 246,83 | 600,00 |
| 1.9.1.1.01.0.3.00.0 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA | 108.000,00 | 17.922,29 | 21.063,78 | 25.960,58 | 18.548,28 | 15.788,76 | 8.716,31 | 108.000,00 |
| 1.9.1.1.01.0.4.00.0 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA | 29.160,00 | 5.820,30 | 6.309,04 | 6.913,02 | 3.754,23 | 3.614,67 | 2.748,74 | 29.160,00 |
| 1.9.1.1.06.1.1.00.0 | MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL | 54.000,00 | 10.452,77 | 12.431,79 | 11.159,82 | 11.080,01 | 6.482,57 | 2.393,04 | 54.000,00 |
| 1.9.1.1.08.0.1.01.0 | MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS DESTINADAS AO FMDCA | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.848,52 | 0,00 | 0,00 | 151,48 | 3.000,00 |
| 2.1.1.2.52.0.1.01.0 | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM - MT | 18.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 18.000.000,00 |
| 2.1.1.9.99.0.1.02.0 | CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO E INCUBADORA NO PARQUE TECNOLÓGICO "PARK TECHMUTUM" | 3.500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.500.000,00 | 3.500.000,00 |
| 2.2.2.1.01.0.1.00.0 | ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL | 15.000.000,00 | 501.638,35 | 961.538,55 | 276.324,12 | 443.473,73 | 3.926.879,88 | 8.890.145,37 | 15.000.000,00 |
| 2.4.2.2.51.0.1.01.0 | CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO | 11.220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.220.000,00 |
| **Totais** | | **473.406.557,00** | **73.348.982,74** | **70.785.774,11** | **73.584.756,85** | **83.067.947,62** | **81.835.450,15** | **90.783.645,53** | **473.406.557,00** |

**SAAE SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AVENIDA MUTUM, Nº 919, CENTRO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO**

| Código | Descrição | Previsto | 1° Bimestre | 2° Bimestre | 3° Bimestre | 4° Bimestre | 5° Bimestre | 6° Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.3.2.1.00.1.1.02.9 | REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS - PRINCIPAL | 600.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 600.000,00 |
| 1.6.9.9.50.1.1.01.0 | SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PRINCIPAL | 16.500.000,00 | 2.349.155,92 | 2.316.361,93 | 2.696.952,92 | 2.982.366,79 | 3.405.133,33 | 2.750.029,11 | 16.500.000,00 |
| 1.6.9.9.50.1.2.01.0 | SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - MULTAS E JUROS DE MORA | 250.000,00 | 42.012,57 | 43.794,82 | 41.944,00 | 38.037,98 | 41.145,08 | 43.065,55 | 250.000,00 |
| 1.6.9.9.50.1.3.01.0 | SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - DÍVIDA ATIVA | 65.000,00 | 18.427,29 | 15.200,93 | 13.511,56 | 12.064,79 | 1.831,65 | 3.963,78 | 65.000,00 |
| 1.6.9.9.50.1.4.01.0 | SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA | 20.000,00 | 4.474,08 | 4.195,95 | 3.698,12 | 3.054,96 | 2.106,97 | 2.469,92 | 20.000,00 |
| 1.6.9.9.50.3.1.01.0 | SERV. DE COLETA, TRANSP., TRATAM. E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS | 1.550.000,00 | 254.809,05 | 256.855,38 | 280.752,80 | 266.523,38 | 261.142,78 | 229.916,61 | 1.550.000,00 |
| 1.6.9.9.99.0.1.01.0 | SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO | 600.000,00 | 98.384,58 | 102.729,59 | 110.791,66 | 109.215,71 | 96.625,45 | 82.253,01 | 600.000,00 |
| 1.6.9.9.99.0.1.02.0 | SERVICO DE RELIGACAO DE AGUA - PRINCIPAL | 250.000,00 | 48.423,38 | 52.314,01 | 51.332,49 | 32.612,93 | 32.790,91 | 32.526,28 | 250.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.1.00.0 | OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL | 5.000,00 | 1.398,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.601,57 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.9.9.9.99.2.1.00.0 | OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL | 150.000,00 | 30.761,86 | 27.201,99 | 25.086,53 | 24.354,16 | 22.257,39 | 20.338,07 | 150.000,00 |
| 2.2.1.3.01.0.1.00.0 | ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL | 10.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,70 | 10.000,00 |
| **Totais** | | **20.000.000,00** | **2.949.513,82** | **2.920.321,26** | **3.325.736,74** | **3.569.897,36** | **3.968.301,79** | **3.266.229,03** | **20.000.000,00** |

CARMEM REGINA CASAGRANDE:01410269876 Assinado de forma digital por CARMEM REGINA CASAGRANDE:01410269876 Dados: 2023.12.20 13:47:35 -04'00'

CAMILA RAASCH:93486529153 Assinado de forma digital por CAMILA RAASCH:93486529153 Dados: 2023.12.20 13:47:44 -04'00'

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA MUTUM**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**Exercício 2024**
AV DOS BEIJA FLORES, Nº 1977, LOTEAMENTO AEROPORTO, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO**

| Código | Descrição | Previsto | 1° Bimestre | 2° Bimestre | 3° Bimestre | 4° Bimestre | 5° Bimestre | 6° Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.2.1.5.01.1.1.01.0 | CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - EXECUTIVO | 11.895.933,00 | 1.602.151,49 | 1.637.123,53 | 1.606.809,75 | 1.604.141,94 | 1.737.762,62 | 3.707.943,67 | 11.895.933,00 |
| 1.2.1.5.01.1.1.02.0 | CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - LEGISLATIVO | 286.583,00 | 14.878,76 | 77.674,70 | 46.665,50 | 45.730,38 | 35.458,70 | 66.174,96 | 286.583,00 |
| 1.2.1.5.01.1.1.03.0 | CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - SAAE | 183.956,00 | 25.525,84 | 29.785,01 | 31.768,21 | 29.741,41 | 30.531,91 | 36.603,62 | 183.956,00 |
| 1.2.1.5.01.1.1.04.0 | CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - CEDIDOS | 14.000,00 | 1.157,56 | 2.352,65 | 2.677,04 | 2.298,94 | 2.298,94 | 3.214,87 | 14.000,00 |
| 1.2.1.5.01.2.1.00.0 | CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL | 40.550,00 | 5.429,10 | 6.059,80 | 6.133,64 | 6.553,72 | 6.777,86 | 9.595,88 | 40.550,00 |
| 1.2.1.5.01.3.1.00.0 | CPSSS DO SERVIDOR PENSIONISTA - PRINCIPAL | 200,00 | 33,32 | 33,32 | 33,32 | 33,32 | 33,32 | 33,40 | 200,00 |
| 1.3.2.1.04.0.1.00.0 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PRINCIPAL | 8.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.000.000,00 | 8.000.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.1.00.0 | OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL | 200,00 | 33,32 | 33,32 | 33,32 | 33,32 | 33,32 | 33,40 | 200,00 |
| 1.9.9.9.03.0.1.00.0 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA D | 2.100,00 | 350,00 | 350,00 | 350,00 | 350,00 | 350,00 | 350,00 | 2.100,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.01.0 | CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - EXECUTIVO | 10.769.105,00 | 1.794.850,82 | 1.794.850,82 | 1.794.850,82 | 1.794.850,82 | 1.794.850,82 | 1.794.850,90 | 10.769.105,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.02.0 | CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - LEGISLATIVO | 347.995,00 | 57.999,16 | 57.999,16 | 57.999,16 | 57.999,16 | 57.999,16 | 57.999,20 | 347.995,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.03.0 | CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - SAAE | 198.804,00 | 33.134,00 | 33.134,00 | 33.134,00 | 33.134,00 | 33.134,00 | 33.134,00 | 198.804,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.04.0 | CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - EXECUTIVO - TX ADMINISTRAÇÃO | 2.087.000,00 | 347.833,32 | 347.833,32 | 347.833,32 | 347.833,32 | 347.833,32 | 347.833,40 | 2.087.000,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.05.0 | CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL - CEDIDOS | 42.288,00 | 7.048,00 | 7.048,00 | 7.048,00 | 7.048,00 | 7.048,00 | 7.048,00 | 42.288,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.06.0 | CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL - EXECUTIVO | 5.574.095,00 | 929.015,82 | 929.015,82 | 929.015,82 | 929.015,82 | 929.015,82 | 929.015,90 | 5.574.095,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.07.0 | CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL - LEGISLATIVO | 96.005,00 | 16.000,82 | 16.000,82 | 16.000,82 | 16.000,82 | 16.000,82 | 16.000,90 | 96.005,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1.08.0 | CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL - SAAE | 86.196,00 | 14.366,00 | 14.366,00 | 14.366,00 | 14.366,00 | 14.366,00 | 14.366,00 | 86.196,00 |
| 7.2.1.5.02.1.2.01.0 | CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS DE MORA | 220,00 | 36,66 | 36,66 | 36,66 | 36,66 | 36,66 | 36,70 | 220,00 |
| **Totais** | | **39.625.230,00** | **4.849.843,99** | **4.953.696,93** | **4.894.755,38** | **4.889.167,63** | **5.013.531,27** | **15.024.234,80** | **39.625.230,00** |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

### PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ
### DECRETO Nº 4327 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

**DECRETO Nº 4327 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

***"Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em Concurso Público".***

**JOÃO TEODORO FILHO**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO** o interesse público e a necessidade da Administração;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº. 4314 de 29 de Novembro de 2023 que dispõem sobre a convocação do candidato aprovado;

**CONSIDERANDO** que os Candidato ora nomeado preenche todos os requisitos impostos pelo regulamento do Concurso e pelo referido Decreto.

**DECRETA**

**Art. 1º** - Fica nomeado em caráter efetivo pelo Regime Estatuário, o candidato com a respectiva função abaixo relacionada.

**CARGO NOME DO CANDIDATO**

| | |
|---|---|
| **OPERADOR DE MÁQUINAS** | **PAULO HENRIQUE SILVA SANTOS** |

**Art. 2º** - Este Decreto tem seus efeitos retroativos à partir do dia 27 de Dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos nove dias do mês de Janeiro de 2024.

Registre-se; publique-se; Cumpra-se;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

### DEPARTAMENTO PESSOAL
### PORTARIA MUNICIPAL Nº 006 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

**"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. "**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º Exonerar a Senhora **MARIA DE FATIMA RAMOS DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 020.***.***-70, Registro Geral nº 1*****1-4 SSP/MT, nomeado (a) através da portaria municipal nº 274 de 16 de agosto de 2023, para exercer a função de Confiança Popular por Mandato Eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, de acordo com a Lei Municipal nº 955/2012 e Lei Municipal nº 1.034/2015, e suas alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a portaria nº 274 de 16 de agosto de 2023.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia/MT, 09 de janeiro de 2024.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 005 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. "**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º Exonerar a Senhora **MAYNARA BRANDÃO CRISPIM DOS SANTOS GOMES,** inscrita no CPF sob o nº 061.***.***-95, Registro Geral nº 2****6-9 SSP/MT, nomeado (a) através da portaria municipal nº 273 de 16 de agosto de 2023, para exercer a função de Confiança Popular por Mandato Eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, de acordo com a Lei Municipal nº 955/2012 e Lei Municipal nº 1.034/2015, e suas alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a portaria nº 273 de 16 de agosto de 2023.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia/MT, 09 de janeiro de 2024.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 007 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. "**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º Exonerar a Senhora **VIVIA ALINE DOS SANTOS SILVA,** inscrita no CPF sob o nº 027.***.***-46, Registro Geral nº 1*****8-2 SSP/MT, nomeado (a) através da portaria municipal nº 055 de 22 de abril de 2020, para exercer a função de Confiança Popular por Mandato Eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, de acordo com a Lei Municipal nº 955/2012 e Lei Municipal nº 1.034/2015, e suas alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a portaria nº 055 de 22 de abril de 2020.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia/MT, 09 de janeiro de 2024.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 008 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. "**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º Exonerar a Senhora **CRISLENE QUEIROZ DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob o nº 022.***.***-90, Registro Geral nº 1*****2-6 SSP/MT, nomeado (a) através da portaria municipal nº 114 de 20 de maio de 2022, para exercer a função de Confiança Popular por Mandato Eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, de acordo com a Lei Municipal nº 955/2012 e Lei Municipal nº 1.034/2015, e suas alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a portaria nº 114 de 20 de maio de 2022.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia/MT, 09 de janeiro de 2024.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011/2024**

**CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2022**

O Município de Nova Olímpia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Documento para convocar o(s) candidatos(as) aprovado(as) para o cargo de Professor (a) de Pedagogia no Concurso Público nº 001/2022, destinado ao preenchimento de vagas, para o exercício funcional efetivo na Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT.

Para que compareça no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT, situada a Rua Wilson de Almeida nº 259-S, Bairro Jardim Ouro Verde, **no prazo de 30 (trinta) dias**, das 07h às 11h e das 13h às 17h, a partir do dia 10 de janeiro de 2024.

**Candidato (s) convocado (s) para tomar posse no serviço público da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT:**

| Cargo | Nome do Candidato | Classificação |
|---|---|---|
| PROFESSOR (A) PEDAGOGIA | CAROLINE VALERIA DA SILVA LAZARETTI | 32 |
| PROFESSOR (A) PEDAGOGIA | ROSANGELA DE OLIVEIRA ROCHA | 33 |
| PROFESSOR (A) PEDAGOGIA | FABIANA DA SILVA LIRA | 34 |
| PROFESSOR (A) PEDAGOGIA | DHIULHIA TORQUATO DOS SANTOS | 35 |
| PROFESSOR (A) PEDAGOGIA | EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA | 36 |
| PROFESSOR (A) PEDAGOGIA | BELMIRA PEREIRA DA SILVA | 37 |
| PROFESSOR (A) PEDAGOGIA | AMANDA CAROLINE DE CASSIA ARRUDA FERREIRA COELHO | 38 |

I -O não comparecimento nos horários e datas especificados na convocação implicará na desclassificação automática dos (as) candidatos (as) ora convocados.

II – Apresentar os documentos conforme lista em anexo.

III – As declarações devem ser preenchidas conforme modelo em anexo.

**Nova Olímpia/MT, 09 de janeiro de 2024.**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

**DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA A CONTRATAÇÃO**

**a)** Cópia: RG E CPF **autenticado ou cópia e original** para ser autenticado pelo funcionário público; **b)** Cópia: Documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove sua regularidade; **c)** Cópia: Cartão PIS/PASEP; **d)** Cópia: Comprovante de residência **(autenticado); e)** Cópia: Comprovante de escolaridade **(autenticado)** comprovando a exigência disposta no Anexo I do Edital 001/2022; **f)** Cópia: Certidão de nascimento ou casamento; **g)** Cópia: CPF do cônjuge; **h)** Cópia: Certidão de nascimento de filhos (menores de 18 anos); **i)** Cópia: CPF dos dependentes **j)** Cópia: Cartão de vacina para filhos menores de 5 anos; **k)** Cópia: Declaração da escola, que estão em sala de aula, para filhos entre 5 anos até 14 anos; **l)** Declaração de não acúmulo de Cargo; **m)** Declaração de Bens e Comprovante; **n)** Cópia: CNH; se for o caso **o)** Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino), (autenticado); **p)** Cópia: CPF dos Pais; **q)** Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada (autenticado); **r)** Declaração de Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público; **s)** Ter idade mínima de 18 anos ou superior conforme exigência específica de determinados cargos; **t)** Certidão de Antecedentes Criminais estaduais[1] e federais[2]; **u)** Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal – Art.329 do Código de Transito Brasileiro. **15.1. Para efeito de posse, o candidato convocado ficará sujeito à aprovação em exame médico pericial, que será realizado por médico ou junta médica do Município de Nova Olímpia (SUS), que comprovará sua aptidão física, e se necessário mental.**

**EXAMES OBRIGATÓRIOS PARA POSSE**

| Cargo | Categoria | Exames Necessários |
|---|---|---|
| **TODOS** | **Para todos os cargos** | 1. Hemograma completo.<br>2. Glicemia em jejum.<br>3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L).<br>4. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides).<br>5. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial.<br>6. Exame de urina tipo I (E.A.S).<br>7. Atestado de saúde física<br>8. Teste Paleográfico (Avaliação Psicológica). |

**DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES**

Eu, _____, brasileiro(a), residente e domiciliado Rua _____Nº _____ Bairro _____, Cidade _____, (estado civil) _____, Portador (a) da Cédula de Identidade _____ SSP/_____ e CPF nº _____, venho pelo presente declarar que:

( ) Não possuo nenhum bem em meu nome.

( ) possuo

Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração, para que a mesma possa produzir seus efeitos legais.

Nova Olímpia-MT, ____ de _____ de 2024.

**Assinatura**_____

**CPF:**_____

**DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO DE CARGO**

Eu, _____, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) Rua_____ Nº_____ Bairro_____ Cidade _____, (estado civil), _____ Portador (a) da Cédula de Identidade _____SSP/____ e CPF nº _____, venho pelo presente declarar que:

- Não exerço nenhuma outra função.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração, para que a mesma possa produzir seus efeitos legais.

Nova Olímpia-MT, _____ de _____de 2024.

**Assinatura**_____

**CPF:** _____

[1] Disponível em: https://sec.tjmt.jus.br/

[2] Disponível em: https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-crimi...

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 001/2024**

**. CONTRATANTE**: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA:O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI,** CNPJ 07.898.631/0001-19. **VALOR GLOBAL** 1) 0,4 % (quatro décimos de por cento) da Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). **OBJETO**: o repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, para organização e operacionalização do CIDES-ARP e adoção de políticas integrada voltadas para a melhoria de qualidade de vida de suas populações e do desenvolvimento urbano, econômico, social e ambiental nos município que compõem o consórcio conforme expressa autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 674/2005 de 07 de dezembro de 2005, e segundo protocolo de intenções celebrado entre os municípios participantes do Consórcio. **VIGÊNCIA: 04/01/2023 ATÉ 31/12/2024.**

Nova Olímpia – MT, 04 de janeiro de 2024.

**JOSÉ ELÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 JAQUELINE SANTOS ROCHA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **NUTRICIONISTA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**JAQUELINE SANTOS ROCHA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 IZABEL CRISTINA SANTOS BORGES**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2. 023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ZELADORA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**IZABEL CRISTINA SANTOS BORGES**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 ISABELA NUNES FERNANDES REVERSE**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ZELADORA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**ISABELA NUNES FERNANDES REVERSE**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 ELZA DA SILVA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Proces-**

**so Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2. 023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ZELADORA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**ELZA DA SILVA**

**CIENTE: .....**

**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 GENIVAL OLIVEIRA DA SILVA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **MOTORISTA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**GENIVAL OLIVEIRA DA SILVA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 JESSICA DAIANE ACOSTA DA SILVA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **RECEPCIONISTA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**JESSICA DAIANE ACOSTA DA SILVA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 DONIZETE MONTEIRO**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**DONIZETE MONTEIRO**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 ILDA CESAR DOS SANTOS BATISTA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**ILDA CESAR DOS SANTOS BATISTA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 MARIA DO CARMO FORLIN**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**MARIA DO CARMO FORLIN**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 EDELSON SIMONI**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2. 023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS LEVES** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**EDELSON SIMONI**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 VITORIA DOS SANTOS NEVES**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezem-

bro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**VITORIA DOS SANTOS NEVES**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 MARIA HELENA PIMENTEL CRAVO**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**MARIA HELENA PIMENTEL CRAVO**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 BRUNO WANDROSKI NASCIMENTO**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **MOTORISTA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**BRUNO WANDROSKI NASCIMENTO**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 CIBELE PRISCILA DE FREITAS OLIVEIRA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**CIBELE PRISCILA DE FREITAS OLIVEIRA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 JULIANA ALVES COELHO**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ZELADORA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**JULINA ALVES COELHO**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 ANDRESSA APARECIDA RODRIGUES CAMARGO**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**ANDRESSA APARECIDA RODRIGUES CAMARGO**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 SEVERINA FONSECA DA CRUZ**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**SEVERINA FONSECA DA CRUZ**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 DANIELA ZACARIAS DA SILVA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de

2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **RECEPCIONISTA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**DANIELA ZACARIAS DA SILVA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 GICELIA MARTINS LOPES CARRARA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**GICELIA MARTINS LOPES CARRARA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 MARIA VITORIA MARCONDES**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **RECEPCIONISTA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**MARIA VITORIA MARCONDES**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº. 003/2024**

**"DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 1° DE JANEIRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. PAULINHO BORTOLINI,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

**Considerando** o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

**Considerando** o disposto no §3º do artigo 39 da Constituição Federal;

**Considerando** o Decreto Federal nº 11.864 de 27 de dezembro de 2023;

**DECRETA**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Nova Santa será de R$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário a R$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2024, não terão valor inferior a R$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias e pensão por morte (valor global) pagos pelo SantaHelena-Previ.

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto nos artigos 1º e 2º, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 09 de Janeiro de 2024.

**PAULINHO BORTOLINI**

-Prefeito Municipal-

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRA-SE**

**Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 09/01/2024 à 09/02/2024.**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 SANDRA LIMIRA DA FÉ**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2.023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**SANDRA LIMIRA DA FÉ**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 MAGNON DA SILVA**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2. 023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **MÉDICO CLINICO GERAL** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**MAGNON DA SILVA**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 CRISTIANA GOMES ALEXANDRE**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2. 023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ZELADORA** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**CRISTIANA GOMES ALEXANDRE**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 ELAINE FISCHER**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2. 023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**ELAINE FISCHER**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2023 CELITA ROBERTA DECKER**

Nova Santa Helena/MT. 09 de janeiro de 2.024.

**CONVOCAÇÃO**

**Prezado Senhor (a),**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2023** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 17 de dezembro de 2. 023, vem à presença de V. Senhoria., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II** CONVOCÁ-LO (A) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra **Processo Seletivo Simplificado 001/2023**, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) Cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) Cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) Cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) Cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) Cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais. (certidão emitida em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço atualizado;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos para exercício do cargo, 1 (uma) Cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge - 1 (uma) Cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) Cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) Cópia legível;

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Disponível em:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

https://servicos.dpf.gov.br/antecedentes-criminais...

13. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

14. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

15. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

16. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

17. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

18. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

19. 01 (uma) foto 3x4 recente;

20. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

21. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema **E-SOCIAL** do Governo Federal. Emitida em: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

22. Apresentar endereço de E-mail e telefone pessoal atualizado e ativo.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse através do e-mail informado ou via whatsapp.

24. O (a) candidato (a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado (a) eliminado (a).

Após a posse, o (a) candidato (a) será lotado (a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

**CELITA ROBERTA DECKER**

**CIENTE: .....**
**EM_____/_____/_____**

Nova Santa Helena – MT.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

**PORTARIA Nº. 005/2024**

**PORTARIA Nº. 005/2024**

**DATA: 09 DE JANEIRO DE 2024**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**ART. 1º - CONCEDER, RTIDE** de 100% (cem por cento), a Servidora Sra. **ÉRICA QUADRA SILVA** portadora da Cédula de Identidade RG n**º.** ****

e inscrita no CPF nº. *****, sobre o cargo em comissão de **COORDENADORA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS**, lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

**ART. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ART.3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 09 de janeiro de 2024.

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**

**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

**Secretária Municipal de Administração**

---

**PORTARIA Nº. 003/2024**

**PORTARIA Nº. 003/2024**

**DATA: 09 DE JANEIRO DE 2024**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**ART. 1º**- **NOMEAR** a Sra. **RAQUEL ESMERLINDA SANTOS DO AMARAL DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG n**°. **** e CPF nº. ****,** para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

**ART. 2º.** Fica concedido à servidora acima RTDE de 100% (cem por cento), sobre o salário do cargo em comissão.

**ART.3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**ART.4º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 09 de janeiro de 2024.

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**

**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

**Secretária Municipal de Administração**

---

**PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

**PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

PORTARIA N° 004 DE 2024.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO EM MICRORREVESTIMENTO** NO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, PREFEITO MUNICIPAL, DE **NOVA UBIRATÃ**/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Nova Ubiratã/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO EM MICRORREVESTIMENTO**, conforme dispõe o art. 2º § 19 da Instrução Normativa 007/2023/SEFAZ/CGE, como discriminado abaixo:

| EXPEDIENTE | OBJETO | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO |
|---|---|---|
| APROVAÇÃO DO PROJETO | **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO EM MICRORREVESTIMENTO META FÍSICA: 141.179,48 M²** | NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: **JÉSSYKA WISNIESKI SOUZA** CREA: **1216834725** |

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): Dyonata Fernandes de Paula

CREA: **MT 039662**

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

**Nova Ubiratã – MT, 09 de janeiro de 2024.**

**Edegar José Bernardi**

Prefeito Municipal

**Dyonata Fernandes de Paula**

Engenheiro Civil

---

**PORTARIA Nº. 006/2024**

**PORTARIA Nº. 006/2024**

**DATA: 09 DE JANEIRO DE 2024**

**"CONCEDE, A SERVIDORA SRA. STEFANIE FERNANDES LIMA DE ARAÚJO, AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMILIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**ART. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARTICULAR DE 90 DIAS PARA TRATAR DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA,** a servidora Sra. **STEFANIE FERNANDES LIMA DE ARAÚJO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº **** e inscrita no CPF nº. ****, efetiva no cargo de **FONOAUDIOLOGA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**PARÁGRAFO ÚNICO - A Licença que trata o Art. anterior dar-se-á pelo período de 03 de janeiro de 2024 à 03 de abril de 2024.**

**ART.2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**ART.3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 09 de janeiro de 2024.

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**

**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

**Secretária Municipal de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

### SECRETARIA DE GABINETE
### DECRETO Nº 5.638, DE 9 DE JANEIRO DE 2024.



**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Decreto Nº 5638, de 9 de janeiro de 2024.**

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2628/2023, de 12 de dezembro de 2023.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.886.859,03, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$100.000,00
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO — 100.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA — R$40.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO — 40.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA — R$110.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO — 110.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA — R$900.000,00
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO — 900.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.2034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA — R$75.726,63
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO — 75.726,63

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.301.14.1021-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$134.114,00
2.501.0000000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados — 134.114,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.301.20.1027-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$70.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO — 70.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.1029-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$50.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO — 50.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.1029-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$299.922,00
2.601.3110000 (SF) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco — 299.922,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.1029-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$76.200,64
2.631.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E — 76.200,64

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002.10.302.21.1029-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$30.895,76
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 30.895,76

**Art. 2º -** Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$134.114,00
2.501.0000000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados 134.114,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$70.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 70.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$40.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 40.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$50.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 50.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$299.922,00
2.601.3110000 (SF) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco 299.922,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$110.000,00
2.621.3110000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 110.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$900.000,00
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 900.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$100.000,00
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 100.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$75.726,63
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 75.726,63

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$76.200,64
2.631.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E 76.200,64

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$30.895,76
2.621.0000000 (SF) - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO 30.895,76

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 9 de janeiro de 2024.**

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 09/01/2024, às 17:10:28. Protocolo: ce39effc-0bd9-466c-a29b-6e9f758f7522

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA Nº 52/2024**

**PORTARIA Nº 52/2024**

"*Dispõe sobre a aprovação do projeto de Pavimentação Asfáltica da estrada NX100, totalizando 70.008,10 m², no município de Nova Xavantina/MT, e dá outras providências*".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, pela presente portaria, **resolve**:

**Art. 1°** Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Nova Xavantina - MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO Pavimentação Asfáltica da estrada NX 100 no Município de Nova Xavantina-MT, conforme discriminação abaixo:

| EXPEDIENTE | TRECHO | RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO |
|---|---|---|
| Termo de Aprovação de Projeto | Pavimentação Asfáltica da estrada NX 100, totalizando *70.008,10* m², no município de Nova Xavantina/MT. | Aline Favaretto Engenheira Civil CREA MT 032911 |

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: RHUDYERIS AVELINO GONÇALVES – CONFEA 1219368342.

**Art. 2°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 9 de janeiro 2024.

**João Machado Neto** – João Bang

Prefeito Municipal

**Rhudyeris Avelino Gonçalves**

Engenheiro Civil – CONFEA 1219368342

---

**GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**
**1º EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2023**

**O Município de Nova Xavantina CONVOCA os (as) candidatos (as) aprovados (as) no Processo Seletivo Simplificado 02/2023, para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste edital na Gerência de Gestão de Pessoas na Sede da Prefeitura Municipal, apresentando documentação necessária para contratação, conforme anexo I.**

**CARGO: PROFESSOR**

| Ord. | Nome do Candidato |
|---|---|
| 01 | JOELMA DA SILVA MOTA |
| 02 | VIVIANE MATOS DA ROCHA |
| 03 | JOICY SEVERINA BARBOSA DE OLIVEIRA |
| 04 | ADRIANA DE OLIVEIRA AMORIM DA SILVA |
| 05 | MARTA APARECIDA MENDES SANTOS |
| 06 | KETLEN MAILA OLIVEIRA SOKOLOWSKI |
| 07 | FLÁVIO DOS PASSOS OLIVEIRA |
| 08 | EMMILY MIRANDA DA SILVA |
| 09 | VILMAÍRA ALESSANDRA RODRIGUES ALVES |
| 10 | ELISVANIA SOARES DA SILVA |
| 11 | CLEIDE OLIVEIRA DIAS SOUZA |
| 12 | LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS |
| 13 | FRANCIELE NOETZOLD |
| 14 | ELIDA CRISTHINA DUARTE E SILVA |
| 15 | ANDRESSA LIMA DOS SANTOS |
| 16 | CINTIA SOUZA DE PAULA |
| 17 | JÉSSICA ALEXANDRE DIAS |
| 18 | ALEXANDRA FERREIRA DE JESUS |
| 19 | CRISTIANE RIBEIRO DE ARAUJO |
| 20 | SANDIA DO NASCIMENTO SOUZA LIMA |
| 21 | MONICA CIBULSKI BREITENBACH |
| 22 | MARLY SOUZA PIMENTEL |
| 23 | WHELLYKA FERREIRA ROSA |
| 24 | NAYHARA ALVES DE OLIVEIRA |
| 25 | PAULO ISAAC BORGES |
| 26 | ANA MARIA TEIXEIRA DA SILVA |
| 27 | ANA CAROLINA LUCIO REZENDE DE ASSUNCAO |
| 28 | JESSICA CLAUDIA GOUVEIA SANTOS |
| 29 | LARISSA TENORIO MIRANDA |
| 30 | GUILHERME OLIVEIRA ROCHA |
| 31 | CAMILA MORAIS SOARES |
| 32 | WELISSANDRA NEGRÃO |
| 33 | SIMONE PEREIRA DOS SANTOS |
| 34 | ROGERIO DE SOUSA MIRANDA |

**CARGO: PROFESSOR - PCD**

| Ord. | Nome do Candidato |
|---|---|
| 01 | DEBORA THAIS ALVES DE ALMEIDA |
| 02 | LUSMAIA MARTINS NEGREIRO |

**CARGO: TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

| Ord. | Nome do Candidato |
|---|---|
| 01 | ELISÂNGELA MARIA EUGÊNIO DE MACEDO |

**CARGO: AAE – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA**

| Ord. | Nome do Candidato |
|---|---|
| 01 | LUANA FERREIRA DOS SANTOS |

**CARGO: AAE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

| Ord. | Nome do Candidato |
|---|---|
| 01 | LILIAN FRANCIANE DE SOUSA LIMA |

**CARGO: CUIDADOR EDUCACIONAL**

| Ord. | Nome do Candidato |
|---|---|
| 01 | AMANDA DANTAS PEDREIRA |
| 02 | MARIA CAROLINA OLIVEIRA DA SILVA |
| 03 | IZABELA FERREIRA LIMA NASCIMENTO |
| 04 | ADRIANA VITAL DA SILVA |
| 05 | ESTELA RAYANE MORAES ALVES |
| 06 | JÉSSIKA OLIVEIRA MOTA AGUIAR |
| 07 | LUZILENE ALMEIDA DOS SANTOS |
| 08 | TAINA CRISTINA GOMES ARAUJO |
| 09 | MICHELE DA SILVA |
| 10 | PAULA TAYNARA NUNES DOS SANTOS |
| 11 | GISLENE DA SILVA CARVALHO |
| 12 | DANIELE LEAL DE SOUZA |
| 13 | LINA MARA RIBEIRO DA SILVA |
| 14 | EDNALDO DA SILVA RAMOS |
| 15 | DANIELA RAMOS SILVA CIBINE |

**Informamos que os candidatos que não tiverem interesse em assumir informe imediatamente a Gerência de Gestão de Pessoas para assinar o termo de desistência.**

Será considerado desistente e perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

**Nova Xavantina-MT, 09 de janeiro de 2024.**

**JOÃO MACHADO NETO – JOÃO BANG**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO - I**

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO**

01 – RG, CPF e Titulo de Eleitor (original).

02 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações, e RG E CPF do conjugue se for o caso (original).

03 - CPF (obrigatório), RG ou Certidão de Nascimento com o Cartão de Vacinação dos filhos menores/dependentes, (original) e Declaração autorizando ou não o Município a cadastrar o(a) filho(a) como dependente, para fins de declaração de imposto de renda, e informando que ele(a) não será declarado como dependente de outra pessoa, assinada digitalmente pelo gov.br.

04 - Certificado de Reservista ou Dispensa de corporação **(se masculino)** original.

05 - Uma foto 3 x 4 recente.

06 - Documento de Escolaridade exigida para o cargo (Certificado/Diploma **OU** Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar).

07 - Número de conta corrente/salário pessoal junto à Caixa Econômica Federal (após a entrega da documentação, será emitida uma declaração para abertura da conta).

08 - Comprovante de endereço atualizado, anotar o número de telefone para contato e EMAIL.

09 - Carteira de Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

10 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a página onde consta a foto, a página com os dados pessoais e a página onde conste o registro do ultimo emprego, ou declaração informando o último emprego.

11 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH original (somente para o cargo de motorista).

12 - Certidão de Quitação com a obrigação Eleitoral (Cartório Eleitoral) ou no endereço eletrônico: www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

13 - Declaração de Bens com Valores que compõe o seu patrimônio assinada digitalmente pelo gov.br.

14 - Declaração de Bens com Valores do conjugue se for o caso assinada digitalmente pelo gov.br.

15 - Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública assinada digitalmente pelo gov.br.

16 - Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço Público, no período de 05(cinco) anos, nas esferas federal, estadual e Municipal assinada digitalmente pelo gov.br.

17 - Certidão de Inexistência de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal;

**18 - Exame médico PRÉ-ADIMISSIONAL de aptidão Física e Mental, que correrão sob suas expensas** (Não Podendo Ser Atestados Do SUS)**.**

19 - Certidão negativa **cível, criminal e improbidade administrativa** junto ao Cartório Distribuidor da **Justiça Federal**, **1ª REGIÃO e SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO**, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao).

20 - Certidão negativa **criminal e improbidade administrativa 1º e 2º graus** junto ao Cartório Distribuidor da **Justiça Estadual** do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias no endereço eletrônico; (https://sec.tjmt.jus.br/).

21 - Número do PIS ou PASEP.

Observação:

TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER DIGITALIZADOS E ENVIADOS PARA O E-MAIL: rh@novaxavantina.mt.gov.br

• A documentação deverá ser apresentada no prazo estabelecido, na ordem desta lista, processos com documentação incompleta não serão aceitos pela Gestão de Pessoas.

• Telefone para contato (66) 3438 2653 e (66) 3438-3296.

• E-mail para contato rh@novaxavantina.mt.gov.br

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO Nº 5.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2024.**



**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Decreto Nº 5639, de 9 de janeiro de 2024.**

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2628/2023, de 12 de dezembro de 2023.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 10.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.92.00.00.00.00 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES R$10.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 10.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$10.000,00
1.500.1002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE 10.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 9 de janeiro de 2024.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
### PORTARIA N°029/2024

**PORTARIA N°029/2024**

**Concede Férias ao servidor lotado na área da Secretaria Municipal de Junta Militar.**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado do Mato Grosso, **Sr. Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art.45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

**Art. 1º-** Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor **Deivdi Delengurb,** brasileiro, maior, portador da matrícula nº1008, lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura,** no cargo de **Operador de Trator de Pneus,** referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a partir do dia 05/01/2024 à 03/02/2024, com retorno aos trabalhos no dia 04/02/2024.

**Art. 2º-** Esta Portaria entrará em vigor na data de 05 de janeiro de 2024, revogando-se as disposições em contrários.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 09 de janeiro de 2024.

**SILVANO PEREIRA NEVES**

PrefeitoMunicipal

**LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO**

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

### PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
### EXTRATO DO CONTRATO 053/2023

**Espécie:** Prestação de Serviços; **Contratante:** Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT; **Contratado: ContratosGov Sistemas Ltda - ME**.; **Modalidade:** Dispensa 004/2023; **Base Legal:** Inciso IV, do Artigo 24 da lei Federal 8.666/93; **Objeto:**Contratação de empresa para prestação de serviços de assinatura e disponibilização de acesso de ferramenta gerencial para gestão e fiscalização de contratos, possibilitando o controle e sistematizando os contratos administrativos, integrando e padronizando rotinas e otimizando os serviços de fiscalizações contratuais em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Administração; **Natureza da Despesa:** 33.90.39.00; **Valor Global:** R$ 16.650,00 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais); **Data assinatura:** 28/12/2023; **Vigência:** 01/01/2024 a **31/12/2024; Signatários:** Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Rudimar Barbosa dos Reis, sócio proprietário da empresa; **Fiscal de Contrato:** Elves Muller dos Santos de Sá; **Assessor Jurídico:** Simoni Bergamaschi da Fonseca.

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
### PORTARIA N°028/2024

**PORTARIA N°028/2024**

**Concede Férias ao servidor lotado na área da Secretaria Municipal de Junta Militar.**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado do Mato Grosso, **Sr. Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art.45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

**Art. 1º-** Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor **Deivdi Delengurb,** brasileiro, maior, portador da matrícula nº1008, lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura,** no cargo de **Operador de Trator de Pneus,** referente ao período aquisitivo de 2021/2022, a partir do dia 21/12/2023 à 04/01/2024, com retorno aos trabalhos no dia 05/01/2024.

**Art. 2º-** Esta Portaria entrará em vigor na data de 21 de dezembro de 2023, revogando-se as disposições em contrários.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 09 de janeiro de 2024.

**SILVANO PEREIRA NEVES**

PrefeitoMunicipal

**LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO**

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
### TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2023**

**Processo Licitatório 043/2023**

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços da área de Fisioterapia com no mínimo um profissional para atendimento dos pacientes de Novo Horizonte do Norte - MT.

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – Estado de Mato Grosso,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a contratação por dispensa de licitação da empresa **Thainara T. de Souza Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o nº 51.920.740/0001-87,** no valor global anual de **R$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais)**, com valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), tudo de acordo com o referido processo. **RATIFICO/HOMOLOGO** a presente Dispensa de Licitação, em conformidade com o Inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133/21, Decreto Federal n° 11.317/22 e Parecer Jurídico 014/2023.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 09 de janeiro de 2024.

**SILVANO PEREIRA NEVES**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023**

**PROCESSO Nº 100/2023**

**TIPO:** Menor Preço por item.

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o **Pregão Presencial 025/2023**, cuja abertura ocorreu às 14h00min do dia **09 de Janeiro de 2024**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é a**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVERSOS PROFISSIONAIS DO TIPO (PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTORES, MARCENEIRO, SERRALHEIRO, SOLDADOR, ARMADOR E ELETRICISTA) PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.**

Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

| EMPRESA | CNPJ | QUANT/ ITENS | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| RENASCER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA | 47.586.744/0001-01 | 12 | R$: 475.564,00 |

**VALOR TOTAL R$: 475.564,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS)**

Os documentos integrantes do processo, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **10 de Janeiro de 2024.**

**EVA RODRIGUES BRITO**

**Pregoeira Oficial**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**OUVIDORIA MUNICIPAL**
**PORTARIA N° 008 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA N° 008 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**"COMISSÃO ESPECIAL PARA APURAR OCORRÊNCIAS DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM OS DEVIDOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:**

**RESOLVE:**

I- **NOMEAR** os membros da Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para pagamento das despesas do Festival Cultural Lei Paulo Gustavo, composta pelos seguintes membros:

**VICÊNCIA PAULA FERREIRA DA SILVA – Presidente. ALESSANDRA LEMES VIEGAS MARTINS - Secretária. RUBENS DA SILVA FERREIRA - Membro.**

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 09 de janeiro de 2024.

**JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**OUVIDORIA MUNICIPAL**
**PORTARIA N° 007 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA N° 007 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.**

**JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

**RESOLVE;**

**Art. 1º**- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal **Sr. GUILHERME HUMBERTO DA COSTA CARVALHO**, Matrícula 4047, ocupante do Cargo Efetivo de "**ENFERMEIRO PADRÃO",** lotado na Secretaria de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de abril de 2006.

| PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DA LICENÇA |
|---|---|
| 2017/2022 | 02/01/2024 À 31/03/2024 |

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 02 de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 09 de janeiro de 2024.

**JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

**MANIFESTAÇÃO - RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

MANIFESTAÇÃO - RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO – 75/2023.

REF: EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2023.

OBJETO – **Futura e eventual Aquisição de equipamentos de academia para locais públicos, de acordo com o Anexo V – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.**

A empresa RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o Nº: 13.145.437/0001-65, devidamente qualificada nos autos, inconformada com a decisão proferida em sede de SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2023, ocorrida em 21/12/2023 manifestou intenção de recurso referente aos itens 1, 2,3,4,5,9,10,11,12 e 13, nos seguintes termos:

RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI: Itens 1,2,3,4,5,9,10,11,12 e 13

O fornecedor RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI manifestou intenção de recurso pelo seguinte motivo: Registramos intenção de recurso visto que atendemos integralmente ao exigido no item 11.4, conforme será demonstrado em nossas razões.

Aberto o prazo para oferecimento das razões, apresentou a Recorrente tempestivamente RAZÕES DE RECURSO através da plataforma LICITANET no dia 27/12/2023 21:13:25.

As empresas METALURGICA SILLOTT LTDA, licitante vencedora dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 e a empresa FACILITA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, licitante vencedora dos itens 9, 10, 11, 12 e 13, deixaram transcorrer o seu prazo sem manifestação das contrarrazões.

Inicialmente, cabe destacar que os termos do inciso XVIII do art. 4º da Lei 10.520/2002 assegura que "declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme o que está disposto neste EDITAL em seu item 13.1.

A decisão impugnada fora proferida na sessão do dia 21/12/2023 marco inicial para contagem do prazo das razões recursais, que se encerraria em 27/12/2023, por se tratar de concessão de prazo em dias úteis pela Pregoeira, portanto TEMPESTIVOS.

No que tange ao mérito, em suas razões recursais a empresa **RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI** argumentou que quanto a qualificação econômico-financeira do edital no item 11.4, entendemos que resta cumprida as exigências, visto que o documento entregue atende os critérios definidos no edital.

*"A Recorrente restou inabilitada por ter descumprido do o requisito de qualificação econômica financeira disposto no item 11.4. Todavia, entendemos que resta cumprida as exigências quanto a qualificação econômico-financeira do edital, visto que o documento entregue atende os critérios definidos no edital. A recorrente entrou o balanço de abertura, registrado na junta comercial, compreendendo todas as formalidades previstas no código civil. Embora a recorrente tenha realizado seu registro na receita federal em 24/01/2011, restou inoperante até 2023, quando iniciou suas atividades de fato. Como comprovação desta situação segue em anexo, declaração DEFINS e do contador da recorrente, onde resta evidente que a empresa não realizou qualquer tipo de movimentação antes de 2023, razão esta que justifica a legalidade da apresentação do balanço de aberta, a partir do ano em que se iniciaram suas atividades. Dito isso, considerando a inatividade no período informado, os dados declarados no balanço, expressam os valores capitalizados de abertura da empresa e pequenas despesas administrativas.*

*O balanço de abertura serve para que a empresa consiga contabilizar os saldos do ativo e os saldos do passivo apurados de acordo com a auditoria ou perícia realizada para, a partir daí, dar início à escrituração contábil. Normalmente, para empresas que anteriormente só utilizam o livro caixa ou que optaram por seguir o Simples Nacional ou o Lucro Presumido como sistema de tributação, essa é a melhor alternativa. Se a empresa ficou inativa durante um longo período, normalmente algo acima de cinco anos, o balanço de abertura também é uma excelente possibilidade para realizar a escrituração contábil e manter a empresa em dia com suas obrigações. Os fatos contábeis de uma empresa, que de forma resumida podemos dizer que é toda ação que altera o patrimônio (líquido ou bruto) de uma empresa, desde a aquisição de um veículo até o recebimento de pagamentos, têm como finalidade escriturar a história contábil de um negócio, ou seja a essência da verdadeira contabilidade. A escrituração contábil é justamente o registro de todas essas alterações no patrimônio da empresa. Com exceção do Microempreendedor Individual – MEI, segundo a (Código Civil), toda e qualquer empresa precisa realizar este processo. Para elaborar a escrituração contábil, é preciso ter acesso a todos os dados contábeis, fiscais e financeiros da empresa. Em algumas situações, encontrar essas informações nem sempre é tão simples, e o mais indicado é elaborar o Balanço de Abertura. Logo, trata-se de um levantamento ou inventário dos ativos (bens) e passivos (obrigações financeiras, como pagamento de contas). E deve ser feito por empresas que: • Estão em processo de abertura ou mudança de escritório de contabilidade, quando o novo contador sente a necessidade de ter uma maior clareza sobre a situação contábil do negócio; • Encontram-se com as atividades suspensas por mais de 5 anos; • Nunca realizaram a escrituração contábil ou então este documento foi tido como "desclassificado", ou seja, apresentou divergências; • Mudanças de regime de tributação; • Enfrentam dificuldades de organização da contabilidade e do financeiro. Nesse passo, as regras do edital devem ser interpretadas com razoabilidade e proporcionalidade, de modo a não causar prejuízos tanto à Administração como aos interessados no certame, notadamente à Recorrente, apresentou todos os documentos exigidos no Edital, bem como a melhor proposta a administração, devendo ser reclassificada e habilitada no processo licitatório."*

As contrarrazões ficaram prejudicadas devido às empresas não terem enviado as peças.

Com o fim de subsidiar o entendimento do documento solicitado quanto a qualificação econômico-financeira no item 11.4, fora solicitado Parecer Técnico ao Contador desta Prefeitura Municipal através do Ofício nº 407/2023 do dia 28.12.2023 e para o Controlador Geral do Município através do Ofício nº 003/2024 do dia 03.1.2024 com referência ao item acima citado. Com referência a resposta do Contador Municipal através do Ofício nº 001/2024/CONTADOR, segue abaixo:

"*Ao tempo em que externo os mais sinceros cumprimentos, sabendo de V. S. competências e do comprometimento, venho por meio deste, externar um entendimento sobre o caso relatado junto ao oficio n.º 407/2023/DLC.*

*Pois bem, quanto a pergunta do departamento se o Balanço Patrimonial esta em conformidade com o disposto no item 11.4, cabe a mim ressaltar inicialmente sobre a itegridade da Peça.*

*O balanço Patrimonial arquivado, sob o n.º 23/293.246-8, em nome de: RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI, CNPJ: 13.145.437/0001-65, Nire: 43 8 0041929-0 com data da Entrada: 10/08/2023 as 13:54:24, conforme consulta publica no site: https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pa... É VALIDO, E ESTA DE FATO ARQUIVADO NO ORGÃO NECESSÁRIO.*

*Ressalto que o fato do balanço ser de abertura, não torna o documento inválido, e em seu rol de documentos arquivados, está a declaração da empresa onde demonstra a reativação, tornando o mesmo conforme para o exercicio de 2023."*

Com referência a resposta do Controlador Geral através do PARECER TÉCNICO Nº. 001/2024/CGM, segue abaixo:

*"Oportunamente, juntamente com a DEFIS sem movimentação, apresentou as demonstrações contábeis relacionadas ao exercício 2023, a exemplo de BALANÇO DE ABERTURA, semelhante a um Balanço de abertura de empresas que iniciam suas atividades no ano corrente.*

*Neste sentido, **é possível aferir que a decisão inicial de inabilitação, no meu entender, está condizente com o exigido no Edital**, e ainda, devido as orientações e decisões recentes do próprio Poder Executivo no que atine ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que exige da comissão de licitação/contratação o dever de cumprir as exigências do Edital, conforme estabelece o artigo 3º, da Lei nº 8.666/93.*

*De igual modo, não havia naquele momento qualquer previsão legal para a situação ora em tela, sendo que há orientação consagrada pelo TCU indicava a possibilidade de substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, apenas para empresas criadas no exercício vigente ao da licitação, devido não haver qualquer previsão na lei de licitações de tempo mínimo de constituição das empresas para participar de processos de contratações.*

*Entretanto, a RECORRENTE, narra que abriu a empresa no exercício 2011, e restou inoperante até o exercício 2023, apresentando como demonstração, as últimas 05 (cinco) declarações a Receita Federal de inatividade, por meio da DEFIS, e, portanto, ao iniciar suas atividades no ramo de **Fabricação de produtos recreativos e brinquedos**, e ao pretender participar de licitações públicas, assim com fazem as empresas abertas, em exercício vigente, elaborou e realizou o devido registro de seu Balanço de Abertura, na Junta Comercial de seu estabelecimento, no Estado do Rio Grande do Sul.*

*Em consulta ao endereço eletrônico da Junta Comercial do Rio Grande do Sul, foi possível a conferencia do Termo Digital de Autenticação – Livro Digital, verificando o registro do Balanço de Abertura, devidamente firmado por profissional Contador, e pela responsável da empresa recorrente.*

*De igual modo, a RECORRENTE, apresenta Relatório de faturamento, emitido em 04.08.2023, indicando o início de seu faturamento em julho de 2023, e, portanto, **no que atine a qualificação econômico financeira**, solicita tratamento similar ao das empresas recém abertas no exercício, e por sua vez, argumenta que no referido certame, pregão eletrônico, apresentou a proposta mais vantajosa para administração.*

***Desta forma, a questão que se coloca é de como proceder diante da participação da empresa tenha retornado recentemente a sua atividade.***

*De acordo com as normas de contabilidade, o balanço patrimonial é o documento que resume as atividades da empresa, num determinado período, nos aspectos patrimoniais e financeiros. Diante de tal finalidade, **se a***

***empresa esteve (comprovadamente) inativa**, tudo indica que seja materialmente inviável a elaboração de um balanço patrimonial.*

*Neste sentido, considerando que a abertura de uma nova empresa seja similar a uma reativação, e consonância com o princípio do interesse público e da razoabilidade, **entendo que seria possível por analogia, no caso concreto, aplicar o mesmo entendimento aplicado as empresas abertas no exercício da licitação**, ou seja, na ausência do balanço patrimonial do exercício anterior (inativo), apreciar outros documentos capazes de satisfazer de atestar a boa saúde financeira da empresa, **e por fim, dando o mesmo tratamento a empresas recém-constituídas**.*

*Por oportuno, cabe lembrar que a nova lei de licitações em seu inciso I do artigo 69, dobrou a extensão temporal da exigência, do balanço patrimonial, para tornar a habilitação econômico financeira mais rigorosa, sendo exigível critério de boa comprovação econômico financeira dos dois últimos exercícios financeiros, **e mesmo diante deste dispositivo**, estabeleceu no artigo 65, a possibilidade, das empresas recém-criadas, de substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme destaco abaixo:*

***Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.***

***1º As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura**.*

***CONCLUSÃO***

***Por todo o exposto,** e considerando a análise dos fatos, documentos e demonstrativos contábeis e fiscais apresentados pela **RECORRENTE,** em consonância com o princípio do interesse público e razoabilidade, e por analogia ao tratamento jurídico/legal dado as empresas recém-constituídas no exercício financeiro da licitação**, a CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, exara entendimento no sentido de que os documentos e demonstrações apresentadas, **estão em CONFORMIDADE com as exigências estabelecidas no item 11.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2023**, e,*

***CONSIDERANDO** a SÚMULA 473 do Supremo Tribunal Federal que prevê que "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivos de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvados em todos os casos, a apreciação judicial", e,*

***CONSIDERANDO** o princípio do interesse público, da razoabilidade, e da ampla competividade, **ORIENTO** a Senhora PREGOEIRA e COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, no sentido de **CONHECER AO RECURSO** da RECORRENTE, RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI - ME, CNPJ: 13.145.473/0001-65, e no mérito **DAR-LHE PROVIMENTO**, **reformando a decisão que inabilitou** a RECORRENTE, dando prosseguimento ao certamente público."*

Portanto a comissão de contratação após analisar o Ofício nº 001/2024/ CONTADOR e o PARECER TÉCNICO Nº. 001/2024/CGM conhece as condições de Admissibilidade do Recurso, decide pelo conhecimento do recurso e por dar PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI com referência aos itens nº 1,2,3,4,5,9,10,11,12 e 13.

Encaminham-se os autos à Autoridade competente, nos termos do item 13.6 do edital e Art. 109, §4° da Lei 8.666/1993.

Pedra Preta-MT, 08 de janeiro de 2024.

**CRISTIANE VALERIA DA SILVA**

Pregoeira – Portaria nº 247/2023

**PORTARIA Nº 19, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR ROBERTO FERREIRA DA SILVA.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder férias regulares ao servidor Roberto Ferreira da Silva.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **01/11/2022 à 1/5/2023.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares o servidor **Roberto Ferreira da Silva,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico em Raio X, a serem usufruídas no período de **9/1/2024 a 28/1/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 18, DE 2024 - EXONERAR OS CONSELHEIROS TUTELARES DO MANDATO 2020/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Exonerar os Conselheiros Tutelares do mandato 2020/2023,** e dá outras providências;

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar do Cargo de Conselheiro (a) Tutelar do mandato 2020/2023, os servidores relacionados abaixo:**

**AGNALDO PEREIRA DOS SANTOS**

LANNA KAROLINE DIAS

KELI JHENIFER SANTOS LIMA

**LEONORA OLIVEIRA PINTO SCHAFFER**

LINDINALVA AVELINO DOS ANJOS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 013/2023**

A Prefeita Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993, e ainda o previsto no item 9.2 do ato convocatório Edital PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 013/2023, que tem por objeto a Futura e eventual Aquisição de equipamentos de academia para locais públicos, de acordo com o

Anexo V – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital..

**CONSIDERANDO** a decisão proferida em 21/12/2023 a qual declarou inabilitada a empresa **RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI**.

**CONSIDERANDO** a interposição tempestiva de Recurso Administrativo nos autos da PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 013/2023 pela empresa RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI em 21/12/2023, onde não houve contrarrazões.

**CONSIDERANDO** o PARECER TÉCNICO Nº 001/2024 da CGM e ofício n° 001/2024/CONTADOR.

**CONSIDERANDO** a decisão proferida pela PREGOEIRA o qual ao receber o recurso considerou preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conhecendo-o, e no mérito deliberando pelo provimento e consequente habilitando a empresa RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI.

**CONSIDERANDO** que de uma análise dos autos a empresa RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI incorreu no cumprimento do item 11.4 do instrumento convocatório e inatendimento ao Art. 3º e Art. 32º da Lei 8.666/1993, tendo em vista que na data da sessão a mesma apresentava os documentos solicitados no item acima citado prevista no edital.

**CONSIDERANDO** o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que exige que a Comissão Permanente de Licitação tem o dever de cumprir as exigências do edital, conforme estabelece o artigo 3º, da Lei nº 8. 666/93.

**CONSIDERANDO** que a empresa RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI ratifica a lisura da exigência no item 11.4 do Edital.

**CONSIDERANDO** a súmula 473 do Supremo Tribunal Federal que prevê que “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

**DECIDE:**

Por todo o exposto, e por tudo que consta no processo licitatório, em estrita análise da lei de licitação e seus desdobramentos, especialmente, em observância as normas aplicadas, decide manter a decisão proferida pela CPL e consequentemente **CONHECER** ao Recurso da Recorrente **RAPHAEL NICOLAU MAZZOTTI** e no mérito **DAR-LHE PROVIMENTO** para **DECLARÁ-LA HABILITADA e consequentemente declará-la vencedora dos itens nº** 1,2,3,4,5,9,10,11,12 e 13determinando o prosseguimento da licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 013/2023

Comunique a Recorrente e a Recorrida da decisão tomada.

**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.**

**GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.**

**AOS OITO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2024.**

**IRACI FERREIRA DE SOUZA Prefeita Municipal**

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

---

**PORTARIA Nº 21, DE 2024 - NOMEAR OS CONSELHEIROS TUTELARES, PARA MANDATO DE 2024/2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Nomear os Conselheiros Tutelares, para mandato de 2024/2027**e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** que, os nomes abaixo relacionados foram eleitos no Pleito Eleitoral do dia 01 de outubro de 2023.

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.069, de 1990, Lei Municipal nº 549, de 2009 e com as alterações pela Lei Municipal nº 680, de 2012, e Lei Municipal nº 1.463, de 2023.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear para o Cargo de Conselheiro (a) Tutelar, os nomes relacionados abaixo:**

**AGNALDO PEREIRA DOS SANTOS**

KÁTIA LÚCIA BOFF

KELI JHENIFER SANTOS LIMA

**SELMA FERREIRA DA SILVA COSTA**

ZENILDA APARECIDA FREITAS DE SOUZA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

---

**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2023**

O Município de Pedra Preta/MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.773.942/0001-09, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n.º 124, de 6 de Agosto de 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico – Mato Grosso - AMM de 08 de Agosto de 2019, que regulamenta a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei n° 999/2017 de 19 de Julho de 2017 ,Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, à Lei Federal n.º 8.666/93, e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, a sessão será conduzida pelo Pregoeiro(a) do Município Senhor(a) **CRISTIANE VALERIA DA SILVA**, para tanto nomeados Comissão de Contratação designada pela Portaria nº 247/2023 de 26 de Abril de 2023, **que às 08:00 hrs do dia 22/01/2024,** realizará **LICITAÇÃO** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2023**, com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto**: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gases medicinais**, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital; os interessados poderão retirar o Edital completo, no site https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, ou solicitando através do E-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, telefone para contato (66) 3486- 4400- Departamento de Licitação e Contratos.

Pedra Preta MT, 09 de Janeiro de 2024.

**RITHYENE GOMES DA SILVA**

Agente de Contratação

(Portaria Nº 186/2023)

---

**PORTARIA Nº 17, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR EDER SEQUINI CORREIA.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder férias regulares ao servidor Eder Sequini Correia.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **16/8/2022 à 16/8/2023.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares o servidor **Eder Sequini Correia,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **10/1/2024 a 19/1/2024 e de 10/12/2024 a 19/12/2024,** bem como pagamento de abono pecuniário referente a dez (10) dias de férias conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal nº 075 de março 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

---

**RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2023.**

**RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2023.**

A empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., sociedade empresária limitada com Matriz estabelecida na Av. Pastor Martin Luther King JR., 126, Bloco 10 – ALA A; Sala 401, Del Castilho, Rio de Janeiro/ RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.820.448/0001-36 e filial localizada na AV B, Nº.1435, Setor/Bairro Distrito Industrial – Cuiabá/ MT – CEP 78. 098-280 inscrita no CNPJ/MF nº 34.597.955/0007-85 inconformada com os termos do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2023**, apresentou impugnação ao instrumento convocatório através do e-mail institucional licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, no dia 3.1.2024 às 15:41h.

A Lei nº. 10.520/02 de 17/07/2002 é quem dita as normas à modalidade de pregão, no entanto, ela nada diz com relação à impugnação ao edital. Quem delimita o tema é o Decreto Federal nº. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 03 (dois) dias úteis anteriores à realização da sessão, marcada para o dia **9. 1.2024**, ou seja, até o dia **5.1.2024**.

Desta forma, os pedidos de impugnação ao edital das empresas – **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF: 35.820.448/0001-36 e da empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 34.597.4955/ 0007-85** é **TEMPESTIVO**.

Informamos que a íntegra da peça está disponível no **sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta** https://www.pedrapreta.mt.gov. br/Licitacoes-da-Pre... e no **Portal Transparência** – *https://pedrapreta. eloweb.net/portaltransparencia/...*

**Resumidamente, o impugnante questiona a legalidade do Edital epigrafado, no tocante à:**

"*I. MOTIVOS QUE ENSEJARAM A APRESENTAÇÃO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO. A WHITE MARTINS teve conhecimento da abertura do processo licitatório em referência, que tem por objeto "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS.". E, na condição de interessada em participar da disputa para o atendimento deste objeto, analisou os termos do edital. 2 Após acurada leitura, foram identificadas exigências que necessitam ser revistas, para que os atos do processo ocorram de acordo com a lei.*

*II. NECESSÁRIA FLEXIBILIZAÇÃO DA CAPACIDADE EXIGIDA PARA OS CILINDROS. Ainda no que tange à capacidade exigida para os cilindros, pede-se que esta Administração considere flexibilizar as capacidades exigidas para alguns cilindros, como medida a ampliar o caráter competitivo da licitação, haja vista que, como exposto, há no mercado uma grande variedade de cilindros. Desta forma, em não havendo impedimento técnico para a flexibilização da capacidade exigida para os cilindros, e caso seja obrigação da Contratada fornecer os cilindros em comodato, a WHITE MARTINS requer que esta Administração permita o fornecimento do produto em cilindros com capacidades aproximadas para mais e para menos em relação as que estão sendo exigidas no edital, ou, alternativamente, que preveja um intervalo maior na capacidade exigida para os cilindros, conforme sugestão abaixo: • Item 2 – oxigênio medicinal gasoso em cilindros com capacidade de de 2 m³. Pede-se possibilitar de fornecer o produto em cilindros com capacidade entre 2m³ e 4 m³, permitindo que o fornecedor possa entregar cilindros cujas capacidades estejam dentro deste ranger, conforme sua disponibilidade. • Item 3 – oxigênio medicinal gasoso em cilindros com capacidade de de 3 m³. Pede-se possibilitar de fornecer o produto em cilindros com capacidade entre 3m³ e 4 m³, permitindo que o fornecedor possa entregar cilindros cujas capacidades estejam dentro deste ranger, conforme sua disponibilidade.*

*III. PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL. Após leitura das disposições do edital e demais instrumentos que o integram, verificase o estabelecimento de prazo de até 3 (três) horas para entrega dos produtos em situação emergencial.Veja-se:*

*Ocorre que tal prazo apresenta-se reduzido frente a complexidade do objeto, o que poderá impedir que empresas decidam por participar da licitação ante o risco de assumirem o compromisso de atender a prazo reduzido. Convém reforçar que, o estabelecimento de prazo exíguo para atendimento pelas empresas influencia diretamente no número de participantes da licitação e nos preços ofertados, pois as empresas que se aventurarem a participar da licitação, assumindo o risco de atender a prazos reduzidos e insuficientes, certamente transferirão o custo deste risco para seus preços, não sendo medida satisfatória para os cofres públicos. Junte-se ainda o fato de que a Administração deve agir com bom senso e razoabilidade no estabelecimento de prazos para atendimento pelas empresas, sendo este um fator que além de contribuir para o número de empresas participantes na licitação, contribui também para a vantajosidade dos preços ofertados, afinal de contas, a seleção da proposta mais vantajosa constitui um dos objetivos da licitação.*

Inicialmente, há de se registrar que as condições fixadas no Edital e Projeto Básico foram estabelecidas com estrita observância das disposições legais contidas na **Lei Federal nº 8.666/93**.

Quanto ao primeiro questionamento, inquirimos ao setor demandado, que prontamente respondeu que **PROCEDE** a reclamação da impugnante, conforme Ofício nº 005/2024/GESTÃO DO SUS, transcrição abaixo:

A Administração segue primando pela observância do que está imposto em Lei vigente, portanto dá **PROVIMENTO** ao pedido, sendo encaminhado à retificação do **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/ 2023.**

Assim, **CONHEÇO** a impugnação, por **TEMPESTIVA**, para, no mérito, dar-lhe provimento, nos exatos termos das razões acima expostas.

Portanto, da como **PROCEDENTE** o pedido de readequação do **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2023 retificando-o conforme republicação nesta data,** para que exista observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Fica designada a data 22.1.2024 para abertura dos envelopes de propostas.

Pedra Preta 09 de janeiro de 2024.

Cristiane Valéria da Silva

Pregoeira Oficial – Portaria Nº 247/2023

**PORTARIA Nº 11, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder férias regulares a servidora Cristiane Valéria da Silva.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **1/4/2021 à 1/4/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Cristiane Valéria da Silva,** lotada na Secretaria Geral de Coordenadoria Administrativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **14/2/2024 a 4/3/2024,** e pagamento de abono pecuniário referente a dez (10) dias de férias conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal nº 075 de março 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 12, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA EVA MARIA SOARES.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder férias regulares a servidora Eva Maria Soares.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **1/4/2021 à 1/4/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Eva Maria Soares,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Continua/ Merendeira, a serem usufruídas no período de **12/1/2024 a 31/1/2024,** e pagamento de abono pecuniário referente a dez (10) dias de férias conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal nº 075 de março 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 13, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA LUCIMAR DE LIMA FEITOSA SOARES.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder férias regulares a servidora Lucimar de Lima Feitosa Soares.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **1/6/2021 à 1/6/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Lucimar de Lima Feitosa Soares,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente de Saúde, a serem usufruídas no período de **10/1/2024 a 8/2/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 15, DE 2024 - CONCEDER AFASTAMENTO A SERVIDORA ZENILDA APARECIDA FREITAS DE SOUZA, PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR, PARA O QUADRIÊNIO 2024/2027.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder licença a servidora Zenilda Aparecida Freitas de Souza, para exercício de mandato eletivo de Conselheira Tutelar, para o quadriênio 2024/2027.**

**CONSIDERANDO** a solicitação de licença/afastamento para o exercício de mandato eletivo de Conselheira Tutelar, efetuada ela servidora Zenilda Aparecida Freitas de Souza;

**CONSIDERANDO** as disposições da Lei Municipal nº 1.463, de 2023, que dispõe sobre a estrutura e regulamentação do funcionamento do Conselho Tutelar, no âmbito do Município de Pedra Preta MT;

**CONSIDERANDO** quea função/cargo de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, portanto, é vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada;

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder afastamento para exercício do mandato eletivo de Conselheira Tutelar à servidora **Zenilda Aparecida Freitas de Souza,** pelo período em que a referida funcionária estiver exercendo o cargo de Conselheira Tutelar em virtude do pleito eleitoral realizado em 01 de outubro de 2023, sendo computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para progressão por merecimento, retornando para o seu cargo findo o seu mandato.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 16, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA CRISTIANE PARDINHO DE ARRUDA PEREIRA.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder férias regulares a servidora Cristiane Pardinho de Arruda Pereira.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **3/3/2021 à 3/3/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Cristiane Pardinho de Arruda Pereira,** lotada na Secretaria Geral de Coordenadoria Administrativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de **10/1/2024 a 19/1/2024 e de 15/7/2024 a 24/7/2024,** bem como pagamento de abono pecuniário referente a dez (10) dias de férias conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal nº 075 de março 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 20, DE 2024 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR AGNALDO JOSÉ SOARES.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Conceder férias regulares ao servidor Agnaldo José Soares.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **1/7/2022 à 1/7/2023.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Agnaldo José Soares,** lotado na Secretaria Geral de Coordenadoria Administrativa, ocupante do cargo de Motorista, a serem usufruídas no período de **10/1/2024 a 8/2/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 14, DE 2024 - RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM A SERVIDORA SÔNIA MOREIRA DE OLIVEIRA BARROS.**

**DE 9 DE JANEIRO DE 2024**

**Retornar ao cargo de origem a servidora Sônia Moreira de Oliveira Barros.**

**CONSIDERANDO** o oficio nº 003/2024/SME.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**:

**Art.1º -** Retornar ao cargo de origem a partir de 4 de janeiro de 2024 a servidora pública municipal **Sônia Moreira de Oliveira Barros** que exercia a função de Coordenadora Pedagógico na CMEI Adriana Susi Milhomem Figueiredo da Silva.

**Art.2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 4/01/2024.

Pedra Preta, 9 de janeiro de 2024.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2023**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo- MT e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 047/2023 tendo por OBJETO **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201500283 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA".**

**O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Maurício Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, comerciante, matrícula funcional nº 7670, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 096/2022 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais

aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 047/2023 homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) vencedora(s) que incidirá no valor do(s) Produto(s), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1.** O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITÁRIOS obtido na licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº 047/2023; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **36.656.877/0001-82,** visando o fornecimento do(s) Produto(s) constantes do aludido do Anexo I que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra. **1.2.** As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO**

**2.1.** A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

**2.2.** Registro de Preço da empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **36.656.877/0001-82,** localizada na Avenida Mato Grosso, nº 92 N, Sala 01, Lote RT1C, Bairro Módulo 02, Cidade de Juína-MT, CEP 78.320-000, representada pela sua sócia administradora, senhora Erica de Fátima Gentil Ioris.

Planilha demonstrativa dos preços:

**ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA**

**CNPJ: 36.656.877/0001-82**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 312939 | FREEZER VERTICAL ? FREEZER VERTICAL COMERCIAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 450 LITROS, COM SISTEMA FROSTFREE (DEGELO AUTOMÁTICO). TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: ENTRE 0 °C E +7°. 110 V.; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO PARA CONGELAMENTO DE ALIMENTOS, NO MÍNIMO, ENTRE -16°C E -24°C. CARACTERÍSTICAS: GABINETE TIPO MONOBLOCO REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79 MM); ISOLAMENTO DO GABINETE DE POLIURETANO INJETADO; PÉS FIXOS EM MATERIAL METÁLICO E MACIÇO COM REVESTIMENTO DE BORRACHA RESISTENTE; PORTAS REVESTIDAS INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79 MM); ISOLAMENTO DA PORTA DE POLIURETANO INJETADO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 45 MM E DENSIDADE MÍNIMA DE 36 KG/M3; VEDAÇÃO HERMÉTICA EM TODO O PERÍMETRO DAS PORTAS, CONSTITUÍDA DE GAXETA MAGNÉTICA SANFONADA; PUXADORES, TRINCOS E DOBRADIÇAS EM AÇO INOX. TRINCOS COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, OU SISTEMA DE IMÃ RESISTENTE AO PESO DA PORTA; BARREIRA TÉRMICA EM TODO O PERÍMETRO DOS BATENTES DAS PORTAS PARA EVITAR A CONDENSAÇÃO, CONSTITUÍDA DE RESISTÊNCIA ELÉTRICA DE BAIXA POTÊNCIA, INTERCAMBIÁVEL; SISTEMA DE CONTROLE DE TEMPERATURA POR MEIO DE TERMOSTATO REGULÁVEL, DOTADO DE TERMÔMETRO DIGITAL, COM POSICIONAMENTO FRONTAL DE FÁCIL ACESSO. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM UNIDADE COMPRESSORA SELADA; COMPRESSOR HERMÉTICO DE, NO MÍNIMO, 1/3 HP, MONOFÁSICO 127 V; TEMPORIZADOR PARA DEGELO, DOTADO DE COMPRESSOR HERMÉTICO MONOFÁSICO DE 127 V, COM SISTEMA DE AR FORÇADO E DEGELO AUTOMÁTICO (SISTEMA ?FROST-FREE?). OBS.: O COMPRESSOR DEVE SER INSTALADO NA PARTE SUPERIOR DO EQUIPAMENTO; GÁS REFRIGERANTE R600A, R134A OU R290; QUATRO PRATELEIRAS REMOVÍVEIS EM GRADE DE AÇO INOX, PERFIL DE SEÇÃO CIRCULAR COM DIÂMETRO DE 1/4?. DISTÂNCIA MÁXIMA DE 25 MM ENTRE ARAMES; AS PAREDES INTERNAS DO GABINETE DEVEM SER DOTADAS DE DISPOSITIVOS EM AÇO INOX QUE POSSIBILITEM O AJUSTE DE ALTURA DAS PRATELEIRAS A CADA 70 MM (+/- 10 MM); PISO INTERNO DO GABINETE REVESTIDO EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79MM). A BASE DEVE TER FORMATO DE BANDEJA COM REBAIXO PARA O DIRECIONAMENTO DE QUALQUER LÍQUIDO DERRAMADO NO INTERIOR DO GABINETE PARA O DRENO, COM VISTAS AO SEU ESCOAMENTO; PAINEL SUPERIOR EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79MM), PARA PROTEÇÃO DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E ELÉTRICO DO EQUIPAMENTO, COM COMANDO AUTOMATIZADO, PROGRAMADOR, TERMÔMETRO DIGITAL E CONTROLE DE TEMPERATURA; CONEXÕES DE FIAÇÃO COM BORNES DOTADOS DE PARAFUSOS PARA COMPRESSÃO DOS FIOS; TODO O SISTEMA ELÉTRICO DEVE SER FIXADO AO GABINETE POR MEIO DE BRAÇADEIRAS; DEVEM SER UTILIZADOS COMPONENTES (SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO) QUE PERMITAM A OTIMIZAÇÃO NO CONSUMO DE ENERGIA DURANTE A SUA VIDA ÚTIL; DIMENSIONAMENTO DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO; VOLTAGEM: 110V; CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO (RABICHO) COM, NO MÍNIMO, 2,0 M DE COMPRIMENTO, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INDICAÇÃO DA VOLTAGEM; GARANTIA MÍNIMA DE DOIS ANOS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, DE COBERTURA INTEGRAL DO EQUIPAMENTO. | UNIDADE | GELOPAR / GPC 57 GELOPAR / GPC 57 | 1,0000 | 4.999,0000 | 4.999,00 |
| 312940 | GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO: REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ?FROSTFREE? (DEGELO AUTOMÁTICO) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 410 LITROS, VOLTAGEM: 110V. CARACTERÍSTICAS: GABINETE TIPO DUPLEX COM DUAS PORTAS (FREEZER E REFRIGERADOR); REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ?FROSTFREE?; GABINETE EXTERNO DO TIPO MONOBLOCO E PORTAS REVESTIDAS EM CHAPA DE AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA (EM PÓ), NA COR BRANCA; PARTES INTERNAS REVESTIDAS COM PAINÉIS PLÁSTICOS MOLDADOS COM RELEVOS PARA SUPORTE DAS PRATELEIRAS INTERNAS DESLIZANTES; CONJUNTO DE PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS, DE MATERIAL RESISTENTE; PRATELEIRAS DA PORTA E CESTOS EM MATERIAL RESISTENTE, REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS; GAVETA EM MATERIAL RESISTENTE PARA ACONDICIONAMENTO DE FRUTAS, VERDURAS OU LEGUMES; SISTEMA DE FECHAMENTO HERMÉTICO; BATENTES DAS PORTAS DOTADOS | UNIDADE | CONTINENTAL / TC 44 CONTINENTAL / TC 44 | 2,0000 | 3.180,0000 | 6.360,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | DE SISTEMA ANTITRANSPIRANTE; DOBRADIÇAS METÁLICAS; SAPATAS NIVELADORAS; SISTEMA DE CONTROLE DE TEMPERATURA AJUSTÁVEL; GÁS REFRIGERANTE R600A OU R134A; DIMENSIONAMENTO DA FIAÇÃO, PLUGUE E CONECTORES ELÉTRICOS COMPATÍVEIS COM A CORRENTE DE OPERAÇÃO VOLTAGEM 110V; CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO (RABICHO) CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INDICAÇÃO DA VOLTAGEM; GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, DE COBERTURA INTEGRAL DO EQUIPAMENTO. | | | | | |

**Total Fornecedor: R$ 11.359,00**

**TOTAL GERAL: R$ 11.359,00 (onze mil e trezentos e cinquenta e nove reais).**

**2.3.** Será incluído, como anexo da ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos dos licitantes vencedores, obedecendo a ordem de classificação do certame para cada item: **2.3.1.** O registro que trata o *caput* servirá de cadastro de reserva para a possível contratação em caso de desistência do licitante vencedor. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO 3.1.** Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento na Lei nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 096/2022. **3.2.** Regularmente convocado para assinatura do contrato, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas. **3.3.** O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para a assinatura. **CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP 4.1.** O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP. **4.2.** O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. **4.3.** Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) Produto(s) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP. **4.4.** A partir da data de assinatura da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP 5.1.** A Gerência da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas. **5.2.** Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador. **5.3.** Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas. **5.4.** Os órgãos ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT. **5.5.** A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.6.** Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 21 do Decreto Municipal nº 096/2022. **5.7.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 21º do Decreto Municipal nº 096/2022. **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO 6.1.** O preço unitário registrado para a(s) empresa(s) signatária(s) deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **6.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) Produto(s). **6.3.** É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita. **6.3.1.** Caso o preço registrado esteja superior ao preço de mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, poderá a administração liberar o fornecedor da obrigação sem aplicação de penalidade e convocar os demais fornecedores registrados em cadastro de reserva para a contratação nos mesmos termos do primeiro colocado. **6.4.** Caso reste frustrada também a negociação com a primeira colocada ou, se for o caso, com as demais empresas registradas em cadastro reserva, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada. **6.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços. **6.6.** Nos preços unitários registrados está incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO 7.1.** A(s) aquisição(ões) do(s) Produto(s) deste instrumento serão efetuadas através de Nota de Autorização de Despesas, emitida pelo Setor de Compras**,** contendo: o nº do pregão, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de emissão. **7.2.** O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s): **a)** PROVISIORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda do presente instrumento. **b)** DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda do presente contrato, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo fixado. **7.3.** Em se verificando vícios ou defeitos no(s) Produto(s), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento. **7.4.** A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) Produto(s) será realizada pelo Fiscal do Contrato. **7.5.** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP. **CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 8.1.** O(s) Produto(s) ser(ão) fornecido(s) de forma parcelada e deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, situado na Rua Ministro César Cals, 226 - Centro no Município de Peixoto de Azevedo/MT – CEP: 78530-000. Fica a cargo da CONTRATADA ou transportador por ela contratado a descarga e movimentação dos Produtos do veículo até o local indicado pelo servidor responsável pelo recebimento: **8.1.1.** Prazo de entrega do(s) Produto(s) é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do aceite da Nota de Autorização de Despesa e o quantitativo a ser entregue deverá ser em conformidade com a Requisição de Compras, devidamente empenhada. **8.2.** A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo: **8.2.1.** A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta; **8.2.2.** Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento. **8.3.** Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento. **8.4.** A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou represen-

tante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação. **8.5.** Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante. **8.6.** Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) Produto(s), o esgotamento do(s) Produto(s) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer. **8.7.** Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) Produto(s) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item. **8.8.** O(s) Produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela vencedora no local determinado pelo Órgão requisitante, no horário comercial. **8.9.** O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade. **8.10.** O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência: **8.10.1.** Em se verificando problemas na entrega do(s) Produto(s), a empresa será informada para corrigi- los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

**8.11.** O(s) Produto(s), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta ARP, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente a data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega do(s) Produto(s) poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR 9.1.** Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo. **9.2.** Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento. **9.3.** Responder às notificações no prazo estabelecido. **9.4.** Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros. **9.5.** Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência. **9.6.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital. **CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR 10.1.** Gerenciar a ARP. **10.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes. (em casos de adesão). **10.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes. **10.4.** Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor: **10.4.1.** Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.5.** Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto. **10.6.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO 11.1.** Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência: **11.1.1.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência. **11.2.** Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP 12.1.** A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando: **a)** O fornecedor não dispuser a substituir o(s) Produto(s) que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **b)** O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento; **c)** O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente; **d)** O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93; **e)** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos; **f)** Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência. **12.2.** O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial. **12.3.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

**13.1.** A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO 14.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito. **14.2.** A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação. **14.3.** Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar. **14.4.** O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis. **14.5.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor. **14.6.** Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile. **14.7.** As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal** informada no instrumento contratual. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 15.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada. **15.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma: **15.2.1.** O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento. **15.3.** Todos os tributos incidentes sobre o(s) Produto(s) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie. **15.4.** No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial. **15.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento. **15.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)**

**16.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte: **a)** atraso até 5 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **b)** a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando- se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso. **16.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado. **16.3.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades: **16.3.1.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado; **16.3.2.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos; **16.3.3.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal. **16.4.** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos e, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **16.5.** A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa. **16.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT. **16.7.** Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município. **16.8.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS 17.1.** Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Eletrônico nº 047/2023, o qual integra a presente ARP, observadas as disposições constantes nos Art. 16 a 20 do Decreto Municipal nº 096/2022. **17.2.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS**

**18.1.** Esta ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

**a)** Edital de Pregão Eletrônico nº 047/2023 e Termo de Referência; **b)** Ata da Sessão Pública; **c)** Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**19.1.** O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

**a)** Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor; **b)** Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93; **c)** Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento; **d)** Fiscalizar o fornecimento do(s) Produto(s); **e)** Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES 20.1.** As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência: **20.1.1.** As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000 Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**20.2.** Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 21.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil. **21.2.** O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP. **21.3.** Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

**22.1.** Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará o cumprimento dos requisitos de publicidade conforme trata o Art. 13 do Decreto Municipal nº 096/2022.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO 23.1.** Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP. **23.2.** E por estarem de acordo, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 09 de janeiro de 2024.

**Município de Peixoto de Azevedo-MT**

Rep. Legal: Mauricio Ferreira de Souza

**EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2024**

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **SCHNEIDER E MUNHOZ ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

O presente Contrato é para: "**CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADO EM DIREITO PÚBLICO PARA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT JUNTO AOS ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, BEM COMO NA ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS DEMANDAS E SOLICITAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO DIA A DIA"**.

**1 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

**1.1** - O valor global para o presente contrato é de **R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)**, e pelos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de **R$ 12.000,00 (doze mil reais),** do qual se descontará na fonte o ISS e o Imposto de Renda.

**2 - CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.**

**2.1** – O prazo de execução e de vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do presente, expirando em **02/01/2025**.

Peixoto de Azevedo-MT, 02 de janeiro de 2024.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

**DECRETO Nº 79/2023**

DECRETO Nº 79/2023

*Dispõe sobre a atualização do valor da UPFM – Unidade Padrão Fiscal do Município.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições e com base no que dispõe o Paragrafo único do Art. 406, da Lei Complementar nº 373/2010 e alterações, para adoções de medidas reguladoras para o inicio do Exercício de 2024.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica atualizado o valor da UPFM – Unidade Padrão Fiscal do Município em R$ 52,07 (cinquenta e dois reais e sete centavos) para o exercício de 2024.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2024.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra – MT, 18 de dezembro de 2023.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 005 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 005 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**Fica decretada situação de emergência no município de Planalto da Serra, em virtude da falta de chuvas, que tem provocado sérios impactos nas atividades agrícolas, pecuárias, no abastecimento de água e demais setores econômicos e sociais.**

O Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando a situação emergencial decorrente da escassez de chuvas que afeta o município, resolve:

Artigo 1º - Fica decretada situação de emergência no município de Planalto da Serra, em virtude da falta de chuvas, que tem provocado sérios impactos nas atividades agrícolas, no abastecimento de água e demais setores econômicos e sociais.

Artigo 2º - Ficam autorizados os órgãos competentes a adotarem as medidas necessárias para minimizar os impactos da estiagem, visando preservar o bem-estar da população e a manutenção da ordem pública.

Parágrafo único - As ações a serem implementadas incluem, mas não se limitam a:

I. Orientação à população sobre o uso consciente da água; II. Apoio técnico aos produtores rurais para mitigar os efeitos da seca na produção agropecuária; III. Monitoramento constante das condições climáticas e do nível dos reservatórios de água; IV. Implementação de medidas para a preservação dos recursos hídricos; V. Outras ações que se fizerem necessárias para enfrentar os impactos da estiagem.

Artigo 3º - Fica autorizada a mobilização de recursos humanos e materiais necessários para o atendimento das demandas emergenciais, podendo, inclusive, serem realizadas contratações temporárias, se necessário.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra 08 de janeiro de 2024.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal de Planalto da Serra

**DECRETO MUNICIPAL Nº 003 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 003 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**Estabelece, a partir de 01 de janeiro de 2024, o novo valor do salário mínimo no Município de Planalto da Serra, em consonância com o disposto no Decreto federal nº 11.864/2023.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de adequação do salário mínimo no âmbito municipal em conformidade com a legislação federal vigente, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido, a partir de 01 de janeiro de 2024, o novo valor do salário mínimo no Município de Planalto da Serra, em consonância com o disposto no Decreto nº 11.864, que determinou o novo valor do salário-mínimo no montante de R$ 1.412,00 e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2024. O salário-mínimo teve um reajuste de 6,97% sobre o valor vigente em 2023, que era de R$ 1.320.publicada dia em 27 de dezembro de 2023

Art. 2º O salário mínimo municipal será de de R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais), obedecendo às normativas federais aplicáveis.

Paragrafo único: o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário a R$ 5,88 (cinco reais e oitenta e oito centavos)

Art. 3º A presente adequação visa garantir a observância dos direitos e benefícios previstos em lei, assegurando aos trabalhadores do município uma remuneração condizente com as diretrizes nacionais.

Art. 4º Cabe à Secretaria Municipal de Administração Economia e Finanças e demais órgãos competentes adotarem as medidas necessárias para a implementação do disposto neste Decreto, especialmente no que se refere aos ajustes na folha de pagamento dos servidores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2024, revogando as disposições em contrário.

Planalto da Serra 08 de janeiro de 2024.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal de Planalto da Serra

**DECRETO MUNICIPAL Nº 002 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 002 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

Estabelece o valor do salário das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Município de Planalto da Serra, em conformidade com o salário mínimo nacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de regulamentar o salário das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) no âmbito do município, em conformidade com o salário mínimo nacional, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o valor do salário das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Município de Planalto da Serra, em conformidade com o salário mínimo nacional.

Art. 2º O salário das ACS e ACE não poderá ser inferior ao valor estabelecido como dois salários mínimo nacional vigente, conforme legislação federal.

**Parágrafo único**. O percentual da RGA-Revisão Geral Anual fixado por meio de decreto municipal não se aplica aos servidores mencionados no *caput*.

Art. 3º O pagamento do salário deverá ser efetuado mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e à Secretaria Municipal de Administração adotarem as medidas necessárias para o cumprimento deste decreto, incluindo o devido ajuste na folha de pagamento e a comunicação aos servidores.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Planalto da Serra 08 de janeiro de 2024.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 001 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

**DECRETO MUNICIPAL Nº 001 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**Divulga os dias de feriados e pontos facultativos nas repartições publicas do município de Planalto da Serra, estado do Mato Grosso e da outras providencias**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de divulgar os feriados e pontos facultativos nas repartições públicas municipais, conforme estabelecido na legislação vigente, DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes feriados e pontos facultativos no Município de Planalto da Serra para o ano de 2024:

I - 1º de janeiro (segunda-feira) - Confraternização Universal - feriado nacional;

II - 12 de fevereiro (segunda-feira) - Carnaval - ponto facultativo;

III - 13 de fevereiro (terça-feira) - Carnaval - ponto facultativo;

IV – 14 de fevereiro (quarta-feira) – Carnaval – ponto facultativo;

V – 28 de março (quinta-feira) – Paixão de Cristo - Ponto facultativo

VI - 29 de março (sexta-feira) - Paixão de Cristo - feriado nacional;

VII- 21 de abril (domingo) - Tiradentes - feriado nacional;

VIII - 1º de maio (quarta-feira) - Dia Mundial do Trabalho - feriado nacional;

IX- 30 de maio (quinta-feira) - Corpus Christi - ponto facultativo;

X - 31 de maio (sexta-feira) - ponto facultativo;

XI - 07 de setembro (sábado) - Independência do Brasil - feriado nacional;

XII - 12 de outubro (sábado) - Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;

XIII - 28 de outubro (segunda-feira) - Comemoração Dia do Servidor Público - ponto facultativo;

XIV - 02 de novembro (sábado) - Dia de Finados - feriado nacional;

XV - 15 de novembro (sexta-feira) - Proclamação da República - feriado nacional;

XVI- 20 de novembro (quarta-feira) - Consciência Negra - feriado estadual;

XVII – 30 de novembro (sábado) – Dia do Evangélico – ponto facultativo;

XVIII – 20 de dezembro (sexta-feira) - Emancipação do Município - Aniversário da cidade

XIX - 25 de dezembro (quarta-feira) - Natal – feriado

nacional

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão adotar as medidas necessárias para garantir o cumprimento do disposto neste Decreto, especialmente quanto à manutenção dos serviços essenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Planalto da Serra 08 de janeiro de 2024.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

### PORTARIA Nº 858/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º-** EXONERAR a pedido a Senhora GABRIELA DA SILVA MARQUES MENEGUSSI, inscrita no CPF n. 036.100.131-25 do cargo de Professora do Processo Seletivo Simplificado de n. 001/2021 da Secretaria Municipal de Educação,desta Prefeitura Municipal.

**ARTIGO 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; 18 de dezembro de 2023.

**ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)**

**Prefeito Municipal de Poconé**

### PORTARIA Nº 855/2023

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Elevação de classe ou nível” aos funcionários abaixo relacionados de acordo com a Lei 1.688 de 15 de outubro de 2012, Lei 1.779 de 22 de dezembro de 2014.

| MAT | FUNCIONARIO | CARGO/CLASSE/ ANTIGA | CARGO/CLASSE/ ATUAL |
|---|---|---|---|
| 1835 | MARIANE CRISTINA PIZOTO E SILVA | E – 03 | E – 04 |
| 1552 | NAYARA TALLES NUNES RODRIGUES | D – 04 | D – 05 |

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa de 01/12/2023 e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé MT, 30 de dezembro de 2023

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)***

***Prefeito Municipal de Poconé***

**PORTARIA Nº 854/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Elevação de Classe ou Nível” aos funcionários da Secretaria de Educação abaixo relacionado de acordo com a Lei nº 1. 653 de 19 de Dezembro de 2011 e a lei nº 1.852/2017.

| MAT | FUNCIONARIO | CARGO/CLASSE/ ANTIGA | CARGO/CLASSE/ ATUAL |
|---|---|---|---|
| 686 | BENEDITA ANGELA BARROS GUIMARÃES | C – 07 | C – 08 |
| 1126 | ERNESTO APARECIDO DE MORAES | B – 04 | C – 04 |

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa de 01/12/ 2023 e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé MT, 30 de dezembro de 2023

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)***

***Prefeito Municipal de Poconé***

**PORTARIA Nº 848/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença Prêmio” aos funcionários abaixo relacionados com sua vigência conforme especificado.

| MAT | NOME | PERIODO AQUISITIVO | PERIODO LICENÇA | SECRETARIA |
|---|---|---|---|---|
| 943 | CARMINA LUSIETE DE PINHO 840.643.151-20 | 16/03/2012 A 16/03/2017 | 01/12/2023 A 31/12/2023 | SEDUC |

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos de acordo com a vigência especificado no período da licença, revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE**

Poconé-MT, 30 de dezembro de 2023.

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)***

***Prefeito Municipal de Poconé***

**PORTARIA Nº 847/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES D O AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Férias” aos funcionários abaixo relacionados com seus períodos aquisitivos, período de férias e lotações.

| MAT | NOME | PERIODO AQUISITIVO | PERIODO FÉRIAS | SECRETARIA |
|---|---|---|---|---|
| 1180 | ADRIANO APARECIDO DE BARROS 023.124.261-10 | 02/07/2022 A 01/07/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1487 | ANA GISELI PINTO 998.686.601-49 | 06/04/2022 A 05/07/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343741 | ANTONIO ARISTEU DA SILVA 514.179.791-00 | 01/10/2022 A 01/10/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1546 | ATAIDE GUIA DE ARRUDA 920.952.911-15 | 02/09/2021 A 01/09/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 462 | BENEDITA GLORIA COSTA 362.514.961-34 | 29/03/2022 A 28/03/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | CULTURA |
| 1393 | BENEDITO CARMELITO DA SILVA 420.317.451-15 | 16/04/2021 A 15/04/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1444 | CATARINO GUILHERMINO DE ALMEIDA 943.004.371-49 | 24/05/2022 A 23/05/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343766 | CILSE LUCIA COSTA E SILVA 032.067.191-78 | 02/12/2022 A 01/12/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1138 | EDER DANILO DE OLIVEIRA 000.252.651-48 | 18/05/2021 A 17/05/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SEDUC |
| 343541 | EDIBERTO GONCALO PROENCA 898.811.501-59 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343613 | EMANUELLY SILVA CAMPOS 021.529.271-50 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343546 | ERICK BACANI BASTOS 053.792.561-98 | 01/09/2021 A 01/09/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1530 | FABRICIA NUNES DUARTE E SILVA 005.037.491-50 | 22/03/2022 A 21/03/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1143 | GERSON MATEUS SALES 960.569.831-53 | 17/05/2021 A 16/05/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SEDUC |
| 1526 | GISELE SOARES DA SILVA 022.433.371-26 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343604 | IANA MARA FALCAO SILVA CAMPOS 937.383.401-06 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343418 | ILMA REGINA FIGUEIREDO DE ARRUDA 344.828.901-97 | 04/01/2021 A 03/01/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343597 | JANIELE LUCIA DE SOUZA TOMASELLI 046.784.811-41 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343417 | JOAO BATISTA DE ARRUDA FIALHO COSTA 980.640.451-34 | 12/01/2021 A 11/01/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SAD |
| 1021 | JOELSON CUNHA DE SIQUEIRA 955.768.941-20 | 02/04/2022 A 01/04/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1854 | JOICY CRISTINA DE ALMEIDA COSTA 006.786.911-42 | 03/12/2021 A 02/12/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 490 | JORGE WELARINO NUNES RONDON 667.959.741-20 | 29/03/2022 A 28/03/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | CULTURA |
| 475 | JOSE ANTONIO CANDIDO FILHO 950.326.301-87 | 29/03/2022 A 28/03/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SINFRA |
| 403 | JOSE BENEDITO DE LIMA 362.393.991-91 | 02/01/2022 A 01/01/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1758 | JOSELENE GONCALINA CORREA DO CARMO 006.791.841-71 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SINFRA |
| 1782 | JOSENIL DE OLIVEIRA RONDON 010.226.161-02 | 02/02/2021 A 01/02/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SINFRA |
| 1137 | JULIMAR GUIA PEREIRA LEITE 013.742.431-08 | 17/05/2021 A 16/05/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SEDUC |
| 343535 | KAROLAINE JESSICA RODRIGUES DE ALMEIDA 065.761.541-27 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343549 | KLEBER SANTOS RESENDE 019.253.351-78 | 01/09/2021 A 01/09/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 343614 | LAIZA ELIVANIA DE PAULA BARBOSA 042.446.621-03 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1025 | LUCIANA FRANCISCA DE MORAES 019.947.121-55 | 02/04/2022 A 01/04/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 343426 | LUCINETE MARIA ALVES 958.194.601-20 | 06/01/2021 A 05/01/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMAS |
| 1141 | MANOEL SANTANA NASCIMENTO SOBRINHO 544.766.151-04 | 17/05/2021 A 16/05/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SEDUC |
| 343560 | MARIELLI RODRIGUES DE SOUZA PROENÇA 013.943.011-38 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1119 | MARINO MANOEL DA SILVA 798.351.121-34 | 17/05/2021 A 16/05/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SEDUC |
| 789 | NATALIA DIAS DE ARRUDA 460.679.651-00 | 05/10/2021 A 04/10/ 2022 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1549 | ROSANA MARIA DE MORAES 002.494.621-41 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |
| 1569 | SOLANGE MARCOLINO DE SOUZA RODRIGUES 616.158.971-00 | 02/09/2022 A 01/09/ 2023 | 01/12/2023 A 31/12/ 2023 | SMS |

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa a 01/12/ 2023, de acordo com a vigência especificada no período das férias e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 30 de dezembro de 2023.

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)***

***Prefeito Municipal de Poconé***

**PORTARIA Nº 859/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º-** EXONERAR a pedidoa Senhora Rosária José da Silva, matrícula n. 343527, inscrita no CPF n. 616.152.181-49, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Processo Simplificado de n. 002/2021 da Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal.

**ARTIGO 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Poconé-MT; 31 de dezembro de 2023.

**ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)**

**Prefeito Municipal de Poconé**

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 05/ 2021**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 05/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: CENTRO AMÉRICA FROTAS

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 12 de dezembro de 2023 a 12 de junho de 2024.

Poconé/MT, 28 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PORTARIA Nº 856/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º-** EXONERAR a pedido a Senhora THAINARA MICHELLE MENDES PADILHA, inscrita no CPF n. 027.887.961-61 do cargo de Nutricionista do Processo Seletivo Simplificado de n. 001/2021 da Secretaria Municipal de Educação,desta Prefeitura Municipal.

**ARTIGO 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; 01 de dezembro de 2023.

**ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)**

**Prefeito Municipal de Poconé**

**PORTARIA Nº 857/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º-** EXONERAR a pedido a Senhora LUZINETE MARIA DE ALMEIDA, inscrita no CPF n. 726.719.391-91 do cargo de Merendeira do Processo Seletivo Simplificado de n. 001/2021 da Secretaria Municipal de Educação,desta Prefeitura Municipal.

**ARTIGO 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; 15 de dezembro de 2023.

**ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)**

**Prefeito Municipal de Poconé**

**PORTARIA Nº 846/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença por motivo de doença em pessoa da família” ao funcionário relacionado, com sua vigência especificada abaixo conforme a Lei 1.662/12 de 02.05.2012 no seu Art. 74 § 1º, Art. 79 § 1º e 2º.

Matrícula 904 **– BENEDITO AURELIO ARRUDA LIMA** portador (a) do CPF sob nº 866.701.231-91 e o RG sob nº 10325158 SSP-MT no cargo de APO – TEC EM AGROPECUÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Agropecuário e Urbano, durante o período de 01/ 12/2023 a 30/12/2023.

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data do afastamento, e revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE**

Poconé-MT, 01 de Dezembro de 2023.

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL) Prefeito Municipal de Poconé***

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 03/2023**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 03/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1.Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 01 de dezembro de 2023 a 01 de novembro de 2024.

Poconé/MT, 30 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

**PORTARIA Nº 849/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Licença Maternidade" a funcionária abaixo relacionada com sua vigência conforme especificado.

* Matrícula 343860 – YARA WANUBIA DIAS DOS REIS – portadora do CPF sob nº 055.723.071-30 e do RG sob nº 2516297-7 SSP-MT de 21/10/2019 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CT durante o período de 23/11/2023 até 20/05/2024, 180 dias, conforme a Lei 1.662 de 02.05.2012 no seu Art. 95.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data do afastamento e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé MT, 01 de Dezembro de 2023

***ATAIL MARQUES DO AMARAL***

***Prefeito Municipal de Poconé***

**PORTARIA Nº 845/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Licença Maternidade" a funcionária abaixo relacionada com sua vigência conforme especificado.

* Matrícula 343593 – LUCIANA DA SILVA PROENÇA – portadora do CPF sob nº 011.078.351-43 e do RG sob nº 1677415-9 SSP-MT de 30/03/2016 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no cargo de TEC. DE ENFERMAGEM - CT durante o período de 20/11/2023 até 17/05/2024, 180 dias, conforme a Lei 1.662 de 02.05.2012 no seu Art. 95.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data do afastamento e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé MT, 01 de Dezembro de 2023

***ATAIL MARQUES DO AMARAL***

***Prefeito Municipal de Poconé***

**PORTARIA Nº 844/2023**

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Licença Saúde" a funcionária relacionada, com sua vigência especificada abaixo conforme a Lei 1.662/12 de 02.05.2012 no seu Art. 74 § 1º, Art. 79 § 1º e 2º.

Matrícula 1853 **– VALMIR VIEIRA DE ALMEIDA** portador (a) do CPF sob nº 595.103.581-34 e o RG sob nº 12350737 SSP-MT em 20/01/1997 no cargo de APO – TEC. DE ENFERMAGEM, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 27/11/2023 a 31/12/2023.

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data do afastamento, e revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE**

Poconé-MT, 01 de Dezembro de 2023.

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL) Prefeito Municipal de Poconé***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**PORTARIA Nº 010/GP/2024**

PORTARIA Nº 010/GP/2024 De 09 de Janeiro de 2024.

"Prorroga vigência da Portaria nº 004/GP/2003 e da Portaria nº 005/GP/2023".

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Em razão do andamento dos procedimentos licitatórios dos Pregões 41, 42 e 43/2023 e das Tomada de Preços nºs 004/2023 e 005/2023, fica prorrogada a vigência das Portarias abaixo especificadas, até o final do mês de fevereiro de 2024:

Portaria nº 004/GP/2023 - Comissão Permanente de Licitação para Compras, Obras e Serviços; e Portaria nº 005/GP/2023 - Pregoeiro Municipal e Equipe de Apoio.

**Art. 2º** - *Esta Portaria entra em vigor na data*de*sua* publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 09 de Janeiro de 2024.

***ADELCINO FRANCISCO LOPO***

Prefeito Municipal

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**DECRETO Nº 2624/2024**

**DECRETO Nº 2624/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

"Dispõe sobre rescisão de pessoal do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente e dá outras providências."

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o término do mandato dos conselheiros que foram eleitos para o quadriênio 2020/2023,

**D E C R E T A:**

**Art. 1.º** - Fica rescindido do quadro de pessoal do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente de Pontal do Araguaia, os membros abaixo especificados, a partir de 09 de janeiro de 2024.

| Matrícula | Servidor | Cargo |
|---|---|---|
| 6276-1 | Claudia Ferreira de Oliveira | Conselheira Tutelar |
| 6041-3 | Elieide Dias Trindade | Conselheira Tutelar |
| 531-3 | Maria Divina da Silva | Conselheira Tutelar |
| 339-6 | Monica Paz da Silva | Conselheira Tutelar |
| 8671-2 | Rogéria Costa Moura | Conselheira Tutelar |

**Art. 2.º** - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia - MT, 09 de Janeiro de 2024.

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**

Prefeito Municipal

**SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
**PORTARIA Nº 009/GP/2024**

PORTARIA Nº 009/GP/2024 De 09 de Janeiro de 2024.

“Dispõe sobre designação de Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 001/2024 e dá outras providências”.

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Designar a Srª Waleria Santos de Sousa, como responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do Contratonº 001/2024.

**Art. 2º** - A representante designada no artigo primeiro desta Portaria, deverá realizar análise do contrato, relatando seus andamentos com um relatório individual.

**Art. 3º** - *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura dos contratos,* revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 09 de Janeiro de 2024.

**ADELCINO FRANCISCO LOPO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2023**

***EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2023***

Objeto: Prorrogação de Prazo.

Contratante: Município de Ponte Branca – MT

Contratada: **TOTAL CONSTRUTORA E ASSESSORIA LTDA**

CNPJ: 48.719.627/0001-23

Data do Aditivo: 08/01/2024

Vigência do aditivo: 13/01/2024 á 12/04/2024

Amparo Legal Lei nº 8.666 de 21.06.93. inciso II, art.57.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

**NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Ponte Branca - MT, 21 de Dezembro de 2023.

Ilustríssimo Senhor

**Mayron Marcos Santana Figueiredo**

Representante

**MARIA JOSE DOA REIS NETO**

CNPJ sob nº 10.226.940/0001-57

Várzea Grande - MT

Tel. (65) 3023-4606

Prezado,

O **MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA – MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.503.638/0001-33, com endereço na Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, Nº 300, Centro, CEP Nº 78. 610-000 – Ponte Branca – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Clenei Parreira da Silva, brasileiro, convivente, inscrito no CPF/MF sob o Nº 942.486.991-68 e no Registro Geral – RG sob o Nº 13539175 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Ponte Branca - MT, em face do conteúdo contido nas recusas dos itens, relatando inconformidades pelos Fiscais de Contrato, respeitosamente, vem através da presente notificação extrajudicial, a partir desta data, **RESCINDIR UNILATERALMENTE** a Ata de Registro de Preços firmada com **MARIA JOSE DOS REIS NETO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 10.226.940/0001-57, com sede na Rua Comandante Costa, Nº 10, Bairro Planalto do Ipiranga, Várzea Grande - MT, materializado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2023, subscrita em 08/11/2023, em processo licitatório, através do Pregão Presencial Nº 010/2023, o que faz com amparo nos princípios que regem a administração pública, bem como, nas cláusulas da Ata de Registro de Preços firmada e Edital do processo licitatório, as quais são amparadas pela Lei 8.666/93, assim, fica facultado o prazo legal de cinco dias, para, se desejar, exercer o contraditório e a ampla defesa.

Fica ainda a empresa notificada à retirar todos os produtos entregues, registrados nas Notas Fiscais: 16711, 16712 e 16713 uma vez que estão em inconformidade com os requisitos exigidos no edital e termo de referência, no prazo de 10 (dez) dias.

Atenciosamente,

**CLenei Parreira da Silva**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PORTARIA Nº.02 /GABPAN/2024**

**PORTARIA Nº.02 /GABPAN/2024**

EMENTA: Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações do Município de Porto Alegre do Norte , derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providencias.

**DANIEL ROSA DO LAGO** Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no artigo 6°, L, LX e 8° da Lei Federal nº. 14.133/2021 e decreto Municipal nº. 1544 de 03 de Março de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o servidora efetiva MONICA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 346, portadora do CPF: 254.815.818.76 para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de Porto Alegre do Norte/MT, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º. O mesmo servidor acima nomeado será responsável por também exercer a função de PREGOEIRO do Município de Porto Alegre do Norte/MT, a fim de conduzir os atos das licitações modalidade Pregão Presencial e Eletrônico derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º. Somente em licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º. Nomeia-se as servidoras Efetivas THAIS FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 1227, portadora do CPF 034.202.621.67 ; e KLEZIA COELHO ARAUJO matrícula nº 994 portadora do CPF: 013.108.041.50 , para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º. Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

Parágrafo único. O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Art. 4º. Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, também será o agente de contratação responsável por impulsionar, conduzir e executar os respectivos processos em todas as suas fases, com o auxilio da equipe de apoio.

Art. 5º. Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno deverão prestar assistência ao agente de contratação, pregoeiro e respectiva equipe de apoio, ao funcionamento das comissões de contratação e à atuação de fiscais de contratos.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, 04 de Janeiro de 2024.

**DANIEL ROSA DO LAGO**

**Prefeito Municipal**

Registrada neste Gabinete

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicada no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso e Jornal dos Municípios – AMM/MT

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PORTARIA Nº.03/GABPAN/2024**

**PORTARIA Nº.03/GABPAN/2024**

**DESIGNA PESQUISADOR DE PREÇO PARA FORMAÇÃO DE PREÇO DE REFERENCIA EM PROCESSOS LICITATORIOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**DANIEL ROSA DO LAGO** Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar pesquisador do preço para realização de estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exeqüíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado, e valor estimado para contratação, no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, conforme descreve:

| Especificações | Nomeado | Secretaria |
|---|---|---|
| Pesquisador de preço | Thais Ferreira dos Santos | Administração/ ademais |
| Pesquisador de preço | Antônio Flavio A Ferreira | Saúde |
| Pesquisador de preço | Raquel Mendes Luz e Souza | Viação e Obras Publicas |
| Pesquisador de preço | Elismar Vieira Amorin | Educação, Esporte, cultura |
| Pesquisador de preço | Tadeu da Silva Toshida | Assistência Social |

**ART. 2º - AS ATRIBUIÇÕES DO PESQUISADOR INCLUEM:**

a. Informar o preço justo de referência que a Administração está disposta a contratar;

b. verificar a existência de recursos suficientes para cobrir as despesas decorrentes de contratação pública;

c. auxiliar a justificativa de preços na contratação direta;

d. identificar sobre preços em itens de planilhas de custos;

f identificar proposta inexequível;

g. impedir a contratação acima do preço de mercado;

h. garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

i. auxiliar o gestor a identificar a necessidade de negociação com os fornecedores, sobre os preços registrados em ata, em virtude da exigência de pesquisa periódica;

j. servir de parâmetro para eventuais alterações contratuais; e

l. subsidiar decisão do pregoeiro para desclassificar as propostas apresentadas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**ART. 3º - FONTES PARA PESQUISA DE PREÇO:**

I. Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br; painel de preços. planejamento.gov.br e outros.

II. Contratações contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; ou

III. Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

IV. Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

V. Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; VI. - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

VII - Contratos anteriores do próprio órgão, valores registrados em atas de registro de preços da Administração Pública municipal, valores das contratações diretas (através de empenhos).

VIII – Pesquisa Radar de preços do Tribunal de Contas do Estado de MT - Painel de monitoramento, pesquisa e análise das compras públicas e respectivos preços praticados pelo Estado e municípios de Mato Grosso.

Parágrafo único: Consultar o maior número de fontes possíveis, de forma a possibilitar que a pesquisa de preços reflita o real comportamento do

mercado, possibilitando ao órgão impedir a celebração de contratos com preços superiores aos praticados pelo mercado.

**ART. 4º - A PESQUISA SERÁ REALIZADA MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE UM DOS SEGUINTES PARÂMETROS:**

I – Preferencialmente deverá utilizar como parâmetros da pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde e as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II – A pesquisa de preços junto a fornecedores, internet ou mídia especializada somente será possível quando comprovadamente não for possível obter 3 (três) preços válidos praticados pela Administração Pública;

III – A pesquisa de preços solicitada a fornecedores deverá:

a) ser formalizada por meio de ofício ou por e-mail;

b) ser encaminhada para o máximo de fornecedores possíveis, no mínimo três;

c) constar prazo de resposta (vide art. 8º) e;

d) conter nas propostas obtidas, no mínimo, a descrição do objeto com o valor unitário e total; o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; o endereço físico e eletrônico e telefone de contato; a data de emissão; e o nome completo e identificação do responsável.

IV - No caso de mídia especializada, deve ser juntado o resultado da consulta de forma a identificar os dados do proponente, o site consultado com registro da data da realização;

V – No caso de pesquisa de preços realizada em lojas na internet, deverá ser juntada aos autos a cópia da página pesquisada em que conste o preço, a data de sua realização e a descrição do bem (constar no processo "*Print*" da página ou impressão da página).

§ 1º A pesquisa será composta de um mínimo de três propostas válidas.

§ 2º A possibilidade de utilizar como fonte de pesquisa de preço a consulta a fornecedores deve ocorrer de forma suplementar, subsidiária, na ausência de obtenção de preços praticados junto à Administração Pública.

§ 3º A fim de justificar a ausência de amplitude da pesquisa, quando necessário, deverão ser juntadas aos autos, as manifestações de desinteresse das empresas pesquisadas ou informação de solicitação sem a devida resposta da cotação solicitada.

§ 4º A pesquisa de preços por meio de Notas Fiscais Eletrônicas e Contratações Similares feitas pela Administração Pública terá prazo de validade de 1 (um) ano, contado da data da divulgação do edital, de modo que as fontes de pesquisas por meio de Mídia Especializada, Internet, Tabela de Referência e Proposta de Fornecedores o prazo será de 6 (seis) meses.

VII. No caso de pesquisa obtida no Portal Radar de preços do Tribunal de Contas do Estado de MT – observa se os preços praticados na região, podendo ser utilizado o menor preço dos processos homologados ou media dos menores três últimos preços.

**ART. 5º - O CRITÉRIO A SER EMPREGADO PARA QUE UMA MÍDIA OU SITE SEJAM CONSIDERADOS ESPECIALIZADOS E ACEITOS PARA ESSA FINALIDADE.**

Para que um site seja considerado especializado, esse deverá estar vinculado necessariamente a um portal na internet com a utilização de ferramentas de busca de preços ou tabela com listas de valores, atuando de forma exclusiva ou preponderante na análise de preços de mercado, desde que haja um notório e amplo conhecimento no âmbito de sua atuação. Exemplos: Webmotors, Wimoveis e Imovelweb.

No que tange ao site de domínio amplo, esse deve estar presente no mercado nacional de comércio eletrônico ou de fabricante do produto, detentor de boa credibilidade no ramo de atuação, desde que seja uma empresa legalmente estabelecida. Exemplos: Americanas, mercado livre, extra e Saraiva.

Em relação à mídia especializada, ela não está vinculada necessariamente a um portal na internet, mas sim a outros meios, tais como jornais, revistas, estudos, etc., desde que haja um notório e amplo reconhecimento no âmbito em que atua. Cita-se como exemplo a Tabela de Preço Médio de Veículos, derivada de estudos realizados em todo o país pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

No caso de pesquisa de preços realizada em lojas na internet, deverá ser juntada aos autos a cópia da página pesquisada em que conste o preço, a descrição do bem e a data da sua realização ( constar no processo printe da pagina ou impressão da pagina )

**ART. 6º - CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DO PREÇO DE MERCADO:**

O preço de mercado poderá se pelo critérios de menor preço, média ou mediana o que for mais vantajoso para a administração.

**ART. 7º - PRAZO PARA A RESPOSTA DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS**

Para as pesquisas de preços no mercado solicitadas via oficio por e-mail, considera-se razoável o prazo de 5 dias úteis, contados da emissão do pedido, não havendo resposta, o responsável pela pesquisa de preços deverá reiterar o pedido com prazo de mais 2 dias. Decorrido o prazo, os procedimentos relacionados à estimativa de preços poderão ser continuados com base nas propostas já obtidas, desde que fique comprovado nos autos que todos os procedimentos necessários à obtenção dos preços foram adotados.

**Art. 09º** – Encaminhar os orçamentos devidamente instruído, em planilhas com a formação do termo de referencia e valor estimado para a contratação;

**Art. 10º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11º** - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte/MT - 04 de janeiro de 2024.

**DANIEL ROSA DO LAGO**

**Prefeito Municipal**

Registrada neste Gabinete

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicada no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso e Jornal dos Municípios – AMM/MT

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PORTARIA Nº.01 /GABPAN/2024**

**PORTARIA Nº.01 /GABPAN/2024**

EMENTA: Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações do Município de Porto Alegre do Norte , derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providencias.

**DANIEL ROSA DO LAGO** Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no artigo 6°, L, LX e 8° da Lei Federal nº. 14.133/2021 e decreto Municipal nº. 1544 de 03 de Março de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o servidor VALDISSON DOS SANTOS BARBOSA Matricula nº 1389 Portador do CPF: 941.353.471-34 para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de Porto Alegre do Norte/MT,

a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º. O mesmo servidor acima nomeado será responsável por também exercer a função de PREGOEIRO do Município de Porto Alegre do Norte/MT, a fim de conduzir os atos das licitações modalidade Pregão Presencial e Eletrônico derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º. Somente em licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º. Nomeia-se as servidoras Efetivas THAIS FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 1227, portadora do CPF 034.202.621.67 ; e KLEZIA COELHO ARAUJO matrícula nº 994 portadora do CPF: 013.108.041.50 , para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º. Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

Parágrafo único. O Agente de Contratação ou o Pregoeiro convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Art. 4º. Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, também será o agente de contratação responsável por impulsionar, conduzir e executar os respectivos processos em todas as suas fases, com o auxilio da equipe de apoio.

Art. 5º. Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno deverão prestar assistência ao agente de contratação, pregoeiro e respectiva equipe de apoio, ao funcionamento das comissões de contratação e à atuação de fiscais de contratos.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, 04 de Janeiro de 2024.

**DANIEL ROSA DO LAGO**

**Prefeito Municipal**

Registrada neste Gabinete

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicada no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso e Jornal dos Municípios – AMM/MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

### PORTARIA N°. 014/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

**PORTARIA N°. 014/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre nomeação de Diretor Escolar da Escola Municipal “SÃO JUDAS TADEU”.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 29, da Lei n.º 422/2005 de 10 de outubro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º – **Nomear,** a partir de 02 DE JANEIRO DE 2024, para exercer o cargo Comissionado de **Diretora da Escola Municipal “SÃO JUDAS TADEU”** a senhora **CAROLINA ANDREZA BELUSSI MOURA**, matricula nº. 5092-1, servidora efetiva no cargo de **PROFESSORA PEDAGOGICA** lotada na Secretaria Municipal de Educação do Munícipio de Porto Esperidião/MT.

Art. 2º - Enquanto exercer a função de Diretora Escolar a Servidora nomeada será responsável pelas atribuições da Direção Escolar prevista em legislação municipal vigente, respondendo pelos seus atos comissivos, omissivos e de imperícia que no exercício de suas atividades, praticar com dolo ou culpa sujeitando-se aos ditames da lei, bem como alterações pertinentes que venha a ocorrer após a publicação desta Portaria.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito.

### PORTARIA N° 013/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

**PORTARIA N° 013/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre Exoneração da Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal “SÃO JUDAS TADEU” do Município de Porto Esperidião-MT.

OPrefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, e a Lei Complementar, Nº 422/2005, de 10 de outubro de 2005,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – **EXONERAR**, a partir desta data **29 DE DEZEMBRO DE 2023** do cargo de Coordenadora Pedagógicada Escola Municipal **“**SÃO JUDAS TADEU**”** a senhora **CAROLINA ANDREZA BELUSSI MOURA**, matricula nº. 5092-1, servidora efetiva no cargo de PROFESSORA PEDAGOGICA lotada na Secretaria Municipal de Educação do Municipio de Porto Esperidição/MT.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

Publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRIA

**Prefeito**

### PORTARIA N° 010/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

**PORTARIA N° 010/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**Dispõe sobre Exoneração de COORDENADOR PEDAGOGICO da Escola Municipal “DONA LILA HILL DE SOUZA” do Município de Porto Esperidião-MT.**

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante a solicitação de renúncia conforme disposto no art. 24, da Lei n.º 422/2005 de 10 de outubro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º – **EXONERAR**, a partir desta data **02 DE JANEIRO DE 2024**, do cargo de **Coordenador Pedagogico**da“Escola Municipal D. Lila Hill De Souza”, o Senhor **EDNO MUQUISSAI**, matricula 227-7, lotado na Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Esperidião/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pubica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 008/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA N° 008/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

NOMEAÇÃO de servidor para ocupar o cargo de Coordenador do Par-Plano de Ações Articuladas da Secretaria de Educação do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

**RESOLVE:**

Art. 1º – **NOMEAR,** a partir desta data, **02 DE JANEIRO DE 2024**, o Senhor, **LUCAS HENRIQUE LARA DA SILVA, CPF; ***.280.171. **,** para ocupar o cargo Comissionado de COORDENADOR DO PAR-PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, ora nomeada percebera como remuneração o valor descrito na referência DAS-4, constante do anexo II-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

**Prefeito.**

**PORTARIA N° 012/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA N° 012/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**Dispõe sobre Exoneração de DIRETOR ESCOLAR na Escola Municipal "SÃO JUDAS TADEU" do Município de Porto Esperidião-MT.**

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante a solicitação de renúncia conforme disposto no art. 24, da Lei n.º 422/2005 de 10 de outubro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º – **EXONERAR**, a partir desta data **02 DE JANEIRO DE 2024**, do cargo de **DIRETOR ESCOLAR da** "Escola Municipal SÃO JUDAS TADEU" no Município de Porto Esperidião/MT, o Senhor **LEONILDO DE AGUIAR**, servidor efetivo no cargo de PROFESSOR DE PEDAGOGIA, matricula 1281-1 e 1281-4, lotado na Secretaria Municipal de Educação n Municipio de Porto Esperidião/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito.

**LICITAÇÃO**
**PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO**

**PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2023**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULANCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO.

**VIGÊNCIA:** 22 de dezembro de 2023

**VALIDADE:** 30 de março de 2024

**ONDE SE LÊ:**

**R$ 305.000,00 (TREZENTOS E CINCO MIL REAIS).**

**LEIA SE:**

**R$ 310.000,00 (TREZENTOS E DEZ MI REAIS)**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT.

**CONTRATADA:** CKS COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA – CNPJ: 30.330.883/0001-69

Porto Esperidião – MT, 09 DE JANEIRO DE 2024 – RONEY BATISTA CARDOSO – PREGOEIRO.

**PORTARIA N° 007/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA N° 007/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

NOMEAÇÃO de servidora para ocupar o Cargo Comissionado de Coordenador de Orçamento e Contabilidade da Secretaria de Fazenda do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

**RESOLVE:**

Art. 1º – **NOMEAR,** a partir desta data, **02 DE JANEIRO DE 2024**, a Senhora, **NATIELY HONORATO ARAUJO, CPF; ***.337.451.**,** para ocupar o cargo Comissionado de **COORDENADORA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE** da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, ora nomeada percebera como remuneração o valor descrito na referência DAS-4, constante do anexo II-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

**Prefeito.**

**PORTARIA N° 011/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA N° 011/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre Exoneração da Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal "PEDRO NECA" do Município de Porto Esperidião-MT.

OPrefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, e a Lei Complementar, Nº 422/2005, de 10 de outubro de 2005,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – **EXONERAR**, a partir desta data **02 DE JANEIRO DE 2024** do cargo de Coordenadora Pedagógicada Escola Municipal **"**PEDRO NECA**"** a senhora **JEANN APARECIDA FERREIRA DA COSTA**, matricula nº.

8153-3, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação do Municipio de Porto Esperidição/MT.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

Publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRIA

**Prefeito**

**PORTARIA N° 006/2024 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

**PORTARIA n° 006/2024 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre Exoneração da servidora que ocupa o cargo Comissionado de Coordenadora De Orçamento e Contabilidade da prefeitura de Porto Esperidião-MT.

OPrefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – **Exonera - se** a partir de 02 de JANEIRO de 2024, do cargo Comissionado de **Coordenadora de Orçamento e Contabilidade** a Servidora Sra. **CARLA MAGALHAES MEDEIROS**, matricula 12386-1, servidora efetiva como Agente Administrativo.

**Art. 2°** - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário em especial a PORTARIA**n° 088/2023, de 13 de ABRIL de 2023.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2024.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 003/2024 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).**

**EUGÊNIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**CONSIDERANDO** o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Conceder férias a servidores da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação abaixo:

| Nº. | FUNCIONÁRIO | CARGO | SECRETARIA | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 001 | DIVANILZA SILVA MATOS | AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE | Saúde | 08/01/2024 a 06/02/2024 |
| 002 | MARLENE DE CAMPOS | TECNICO EM HIGIENE DENTAL | Saúde | 08/01/2024 a 06/02/2024 |
| 003 | RENATA GARCIA E CAMARGO | FISIOTERAPEUTA | Saúde | 08/01/2024 a 06/02/2024 |

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogando-se as disposições em contrário.

**Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.**

Porto Estrela/MT, 08 de Janeiro de 2024.

**EUGÊNIO PELACHIM**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD**
**DECRETO N.º 002/2024**

*"Dispõe sobre o valor do salário-mínimo vigente, a partir de 1o de janeiro de 2024, e dá outras providências. "*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no § 3º do artigo 39 da Constituição Federal; e,

Considerando o Decreto nº 11.864 de 27 de dezembro de 2023, da Presidência da República;

**DECRETA**

**Art. 1° - A** partir de 1o de janeiro de 2024, o valor do salário-mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Porto Estrela será de R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário a R$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2024, os benefícios correspondentes a aposentadoria e pensão por morte (valor global) pagos pelo PREV PORTO não terão valor inferior a R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto nos artigos 1º e 2º, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Porto Estrela MT, 08 de janeiro de 2024.

***EUGENIO PELACHIM***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 004/2024 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).**

**EUGÊNIO PELACHIM**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**CONSIDERANDO** o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Conceder férias a servidores da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura, conforme relação abaixo:

| Nº. | FUNCIONÁRIO | CARGO | SECRETARIA | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 001 | ANDRE COSTA DA CRUZ | TRATORISTA | Obras | 02/01/2024 a 31/01/2024 |
| 002 | ROZELINO ALVES VIANA | PEDREIRO | Obras | 08/01/2024 a 06/02/2024 |

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogando-se as disposições em contrário.

**Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.**

Porto Estrela/MT, 08 de Janeiro de 2024.

**EUGÊNIO PELACHIM**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024 - PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024**

**PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022**

**Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu** –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 28/09/2022, homologado em 29/09/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

**C O N V O C A:**

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

24. Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

**t) Títulos apresentados na inscrição;**

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

**CONVOCA:**

**OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATOR DE PNEUS)**

| Classificação | Nome | |
|---|---|---|
| 02° | SERGIO MURILO MACEDO DE ARAUJO | SECRETARIA DE AGRICULTURA |
| 03º | LUIS CARLOS BARRETO | SECRETARIA DE AGRICULTURA |

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de janeiro de 2023.

**NELSON ANTÔNIO PAIM**

**Prefeito Municipal de Poxoréu/MT**

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024 - PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024**

**PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2023**

**Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu** –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2024, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 20/12/2023, homologado em 21/12/2023, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

**C O N V O C A:**

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2023, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Cruzeiro ( No Centro Comunitário) - Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, **devendo apresentar as seguintes copias juntamente com os originais para que seja conferido**, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento ( se caso for casado, CPF do cônjuge);

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar), bem como registro no órgão competente;

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

24. CNH – conforme categoria exigida no processo seletivo

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

**CONVOCA:**

**AGENTE ADMINISTRATIVO**

| Classificação | Nome | LOCAL |
|---|---|---|
| 12º | MARLLA VIRGÍNIA MENDES DE OLIVEIRA LUCAS | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO |
| 13º | PRISCILLA SACHA FERREIRA ARAUJO CARVALHO | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - QG |

**PSICÓLOGO CLINICO – 40 HORAS**

| Classificação | Nome | LOCAL |
|---|---|---|
| 03º | LARISSA JORDANA OLIVEIRA CAMPOS | CRAS |

**MOTORISTA _ ZONA RURAL CATEGORIA “D”**

| Classificação | Nome | LOCAL |
|---|---|---|
| 01º | DAYANY SANTOS DA SILVA | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO |

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**NELSON ANTÔNIO PAIM**

**Prefeito Municipal de Poxoréu/MT**

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024 - PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024**

**PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023**

**Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu** –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2023, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 22/03/2023, homologado em 23/03/2023, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

**C O N V O C A:**

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2023, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

24. CNH – conforme categoria exigida no processo seletivo

**t) Títulos apresentados na inscrição;**

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

**CONVOCA:**

**MOTORISTA (CAMINHÃO)**

| Classificação | Nome | Local |
|---|---|---|
| 02 º | ARI BARZOTTO RIBEIRO | SECRETARIA DE AGRICULTURA |

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de janeiro de 2024.

_____

**NELSON ANTÔNIO PAIM**

**Prefeito Municipal de Poxoréu/MT**

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

## EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/202

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**(Edital Pregão Eletrônico Nº 049/2023, de 20 de dezembro de 2023)**

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Eletrônico Nº 049/2023, de 20 de dezembro de 2023, com o resultado em favor das empresas:

Marinez Ferreira da Costa 61621919153, inscrita no CNPJ: 30.860.463/ 0001-94, no valor global de R$: 141.830,00 (cento e quarenta e um mil, oitocentos e trinta reais);

Laura Melo dos Santos, inscrita no CNPJ: 26.418.521/0001-57 no valor global de R$ 124.200,00 (cento e vinte quatro mil, duzentos reais);

M. Aparecida dos Santos, inscrita no CNPJ: 12.112.774/0001-93, no valor global de R$ 105.920,00 (cento e cinco mil, novecentos e vinte reais);

Claudia Francisca de Souza Oliveira 00614812119, inscrita no CNPJ: 44. 940.301/0001-70, no valor global de 55.660,80 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos).

E autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

Poxoréu-MT,09 de janeiro de 2024.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°3 do contrato nº.137/2022, objetivando a CONSTRUÇÃO DE PONTE NO MUNICIPIO DE POXOREU, CONFORME CONVENIO 908902/2020 DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. Decorrente de Tomada de Preços n° 1/2022, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a POTENGI CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 15.024.938/0001-19. Aditivam o contrato com término 10/12/2024. As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/ 93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93. POXOREU 11 de dezembro de 2023.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

## RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 047 - INEXIGIBILIDADE N.º 005/ 2021

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 111/2021**

**INEXIGIBILIDADE N.º 005/2021**

**CREDENCIAMENTO N° 001/2021**

**RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 047**

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 001/2021, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 09/01/2024 as 09:00h (quatorze horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 254 de 18 de abril de 2023, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Cruzeiro, S/N, Vila Cruzeiro, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR o participante, conforme segue: **1 – 52.890.820 Adevanir da Fonseca e Silva,** portador do CNPJ N.º 52.890.820/0001-08, Ocupação: **ARTESÃO DE CIMENTO**, e-mail: mbcontabilidade@live.com, telefone: (66) 996**-**63, Endereço: Rua Casemiro Abreu, s/nº, Bairro: Irantinopólis II, Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000**; 2 – 52.891.602 Jose Wellington da Silva,** portador do CNPJ N.º 52.891.602/0001-80, Ocupação: **ARTESÃO DE CIMENTO**, e-mail: mbcontabilidade@live.com, telefone: (66) 996**-**82, Endereço: Rua T4, s/nº, Bairro: Irantinopólis II, Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000. Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 09 de Janeiro de 2024.

Tatianne Pereira da Silva Santos Daniele Medeiros da Silva Ângela Cristina Gomes Rabelo **Presidente da CPL Secretário da CPL Membro da CPL**

## EXTRATO DE CONTRATO - ADESÃO N.º 016/2023

**Processo Licitatório 118/2023 – Adesão n.º 016/2023**

EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 308/2023**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA:**PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA**

**CNPJ Nº 18.009.871/0001-31**

OBJETO: **ADESÃO DE ATA, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER OS IDOSOS DO SERVIÇO CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO -CONVIVER, VISTO QUE É UM SERVIÇO CONTÍNUO E NECESSITA DE TRANSPORTE PARA OS IDOSOS PARTICIPAREM DOS ENCONTROS SEMANAIS.**

**VALOR: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**

VIGENCIA: **12 (DOZE) meses**

**DATA: 09 de janeiro de 2024**

**NELSON ANTONIO PAIM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2024 - PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2024**

**PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022**

**Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu** –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 28/09/2022, homologado em 29/09/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

**C O N V O C A:**

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

24. Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

**t) Títulos apresentados na inscrição;**

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

**CONVOCA:**

**MOTORISTA (SEDE) – CNH CATEGORIA - B**

| Classificação | Nome | |
|---|---|---|
| 08° | TATIANE FARIAS DELMONDES | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO |

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de janeiro de 2023.

---

**NELSON ANTÔNIO PAIM**

**Prefeito Municipal de Poxoréu/MT**

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

---

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024 - PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2024**

**PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2022**

**Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu** –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 28/09/2022, homologado em 29/09/2022, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

**C O N V O C A:**

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2022, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Ad-

ministração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

24. Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

**t) Títulos apresentados na inscrição;**

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

**CONVOCA:**

**OPERADOR DE MÁQUINAS (TRATOR DE PNEUS)**

| Classificação | Nome | |
|---|---|---|
| 02° | SERGIO MURILO MACEDO DE ARAUJO | SECRETARIA DE AGRICULTURA |
| 03º | LUIS CARLOS BARRETO | SECRETARIA DE AGRICULTURA |

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de janeiro de 2023.

**NELSON ANTÔNIO PAIM**

**Prefeito Municipal de Poxoréu/MT**

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - ADESÃO N° 016/2023**

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**(PROCESSO LICITATÓRIO N° 118/2023 – ADESÃO N° 016/2023)**

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao processo Licitatório de Nº 118/2023, ADESÃO N° 016/2023, o qual possui como objeto: **ADESÃO DE ATA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS,** atendendo pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social. Com o resultado em favor da empresa **1 – PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA,** portador do **CNPJ nº 18. 009.871/0001-31**, com a sua Proposta no valor Global de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**; e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 09 de janeiro de 2024.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 085/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2023**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU**

**CONTRATADA:** Claudia Francisca de Souza Oliveira 00614812119, inscrita no CNPJ: 44.940.301/0001-70.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 339/2023**

**VALOR GLOBAL REGISTRADO:** R$ 55.660,80 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos);

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU**

**CONTRATADA:** Laura Melo dos Santos, inscrita no CNPJ: 26.418.521/ 0001-57.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 340/2023**

**VALOR GLOBAL REGISTRADO:** R$ 124.200,00 (cento e vinte quatro mil, duzentos reais);

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU**

**CONTRATADA:** M. Aparecida dos Santos, inscrita no CNPJ: 12.112.774/ 0001-93.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 341/2023**

**VALOR GLOBAL REGISTRADO:** R$ 105.920,00 (cento e cinco mil, novecentos e vinte reais);

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU**

**CONTRATADA:** Marinez Ferreira da Costa 61621919153, inscrita no CNPJ: 30.860.463/0001-94.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 342/2023**

**VALOR GLOBAL REGISTRADO:** R$: 141.830,00 (cento e quarenta e um mil, oitocentos e trinta reais).

**OBJETO**: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA.

**DATA DA ASSINATURA:** 09 de janeiro de 2024;

**VALIDADE:** 12 DE MESES.

**NELSON ANTONIO PAIM**

PREFEITO DE POXORÉU

**EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO**

Termo de aditivo n°10 do contrato nº.1/2021, objetivando a 3º (TERCEIRA) ETAPA DA AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BALNEÁRIO LAGOA, decorrente de Concorrência n° 1/2020, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU e a K C CARDOSO CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELLI inscrita no CNPJ sob nº. 07.872.022/0001-90. Aditivam o contrato na importância de R$ 224.182,68 (duzentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

POXOREU 09 de janeiro de 2024.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

**ASSISTENCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO Nº. 01/2024**

**SÚMULA:** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA convoca os 05 (cinco) candidatos eleitos como membros titulares do Conselho Tutelar de Reserva do Cabaçal/MT (Mandato 2024 a 2028), para cerimônia de posse.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº.151 de 27 de Outubro de 1995 e,

**CONSIDERANDO** o Edital nº 01/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual deu abertura ao Processo de Seleção e escolha dos membros do Conselho Tutelar de Reserva do Cabaçal - MT, Mandato 2024 a 2028;

**CONSIDERANDO** o Edital complementar nº 01/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – ao Edital nº01/2023/CMDCA, que se refere a prorrogação das inscrições para escolha dos membros do Conselho Tutelar Reserva do Cabaçal - MT, Mandato 2024 a 2028;

**CONSIDERANDO** o Edital complementar nº007/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que trata da Homologação do resultado do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar, Mandato 2024 a 2028;

**RESOLVE:**

**Art.1º** - Convocar os 05 (cinco) candidatos titulares eleitos como membros do conselho tutelar, mandato 2024 a 2028, para cerimônia de posse:

| CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|
| Glauciane Silva dos Santos | 1ª eleita |
| Neuza Cirino de Jesus | 2ª eleita |
| Mirelly Sara Souza Ribeiro Arantes | 3ª eleita |
| Simone Gomes de Souza | 4ª eleita |
| Marucia Vieira da Silva | 5ª eleita |

**Art. 2º** - A cerimônia de posse ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2024 às 08h na Sede do Conselho Tutelar, situada na Rua dos Pioneiros, s/nº, Bairro Prainha, Reserva do Cabaçal/MT.

**Art. 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal, Mato Grosso, 08 de Janeiro de 2024.

_____

**MILLENA LOPES DE SOUZA**

**VICE-PRESIDENTE DO CMDCA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

**DECRETO N° 2457/2023 DATA: 15 DE DEZEMBRO DE 2023 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N.1038/2023**

**DECRETO N° 2457/2023**

**DATA: 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

**"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N.1038/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 169.177,09 (CENTO E SESSENTA E NOVE MIL E CENTO E SETENTA E SETE REAIS E NOVE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

**06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Cód. Reduzido 981**

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-

26000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 11.326,54

**Cód. Reduzido 982**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

26000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 20.000,00

**Cód. Reduzido 983**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

26000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 21.952,23

**Cód. Reduzido 988**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

26000000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 115.898,32

**SUBTOTAL 169.177,09**

**TOTAL 169.177,09**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

**TOTAL 0,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 15 de dezembro de 2023

**LUZIANUNESBRANDAO**

**PREFEITA MUNICIPAL**

**PORTARIA N°.003/2024 DATA: 09 DE JANEIRO DE 2024 "EXONERA FISCAL SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**PORTARIA N°.003/2024**

**DATA: 09 DE JANEIRO DE 2024**

**"EXONERA FISCAL SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**LUZIA NUNES BRANDÃO,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Esta de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Exonera a Senhora **Rosenira Ribeiro Batista**,brasileira, inscrita no CPF sob o nº 004.003.691-09, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira/MT, do cargo de **FISCAL SANITÁRIO** da Secretaria Municipal de Saúde, deste município**.**

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria n.98/2021 e demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 09 DE JANEIRO DE 2024.

***LUZIA NUNES BRANDÃO***

*Prefeita Municipal*

**PORTARIA N°.002/2024 DATA: 02 DE JANEIRO DE 2024 "EXONERA COORDENADOR DO CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**PORTARIA N°.002/2024**

**DATA: 02 DE JANEIRO DE 2024**

**"EXONERA COORDENADOR DO CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**LUZIA NUNES BRANDÃO,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Esta de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Exonera o Senhor **CESAR FARIAS NUNES**, brasileiro, portador do RG nº 20432712 SSP/MT, e inscrito no CPF nº 026.288.831-98, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira/MT, do cargo de **COORDENADOR DO CRAS** na Secretaria Municipal de Assistência Social, deste município**.**

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria n.91/2022 e demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2024.

***LUZIA NUNES BRANDÃO***

*Prefeita Municipal*

**PORTARIA N°.001/2024 DATA: 02 DE JANEIRO DE 2024 "EXONERA AUXILIAR TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**PORTARIA n°.001/2024**

**DATA: 02 DE JANEIRO DE 2024**

**"EXONERA AUXILIAR TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**LUZIA NUNES BRANDÃO,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Exonera a Senhora **ISABELLA TAVARES DOS SANTOS,** brasileira, portadora do RG 332448837 SESP/MT, e inscrita no CPF nº 072. 407.091-59, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira-MT, do cargo de **AUXILIAR TÉCNICO** na Secretaria Municipal de Assistência Social, deste município.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria n.85/2023 demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO 2024.

***LUZIA NUNES BRANDÃO***

*Prefeita Municipal*

**DECRETO N° 2444/2023 DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2023 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 4320/64**

**DECRETO N° 2444/2023**

**DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2023**

**"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N. 1041/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL , até o montante de R$ 223.481,27 (DUZENTOS E VINTE E TRES MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), nas dotações

orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **03** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **47** | |
| 001.04.122. 0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 2. 690,00 |
| **Cód. Reduzido** | **51** | |
| 001.04.122. 0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390930000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 1. 720,00 |
| | **SUBTOTAL** | **4. 410,00** |
| **04** | **SECRETARIA DE FINANÇAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **94** | |

| | | |
|---|---|---|
| 001.04.123.0056.20014 | MANUT/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E UNIDADES | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390930000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 3.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **3.000,00** |
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **523** | |
| 003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE<br>15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | |
| 3390930000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 1.817,80 |
| | **SUBTOTAL** | **1.817,80** |
| **07** | **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **869** | |
| 001.08.244.0262.20019 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.GAB.SEC. BEM ESTAR | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |

| | | |
|---|---|---|
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | 600,00 |
| **Cód. Reduzido** | **871** | |
| 001.08.244.0262.20019 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.GAB. SEC.BEM ESTAR | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390930000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 4.500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **805** | |
| 003.08.122.0262.21057 | GESTÃO DO PAB E CADÚNICO | |
| 16600000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA | SOCIAL - FNAS |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 18.925,00 |
| | **SUBTOTAL** | **24.025,00** |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **373** | |
| 001.20.122.0210.20250 | MANUT/ENCARGOS COM O SERV. DE AGRICULTURA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 7.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **724** | |
| 001.20.601.0037.21027 | APOIO AO EXTRATIVISMO DO PEQUI | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390320000 | MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 8.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **15.500,00** |
| **09** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **329** | |
| 001.15.452.0059.20273 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 6.552,00 |
| **Cód. Reduzido** | **418** | |

001.26.782.0260.20051 MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 100,25

**Cód. Reduzido 419**

| | | |
|---|---|---|
| 001.26.782.0260.20051 | MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 2.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **8.652,25** |
| **11** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER** | |
| **Cód. Reduzido** | **729** | |
| 001.13.392.0027.21035 | FESTIVIDADES DO MÊS DE DEZEMBRO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 83.588,11 |
| **Cód. Reduzido** | **730** | |
| 001.13.392.0027.21035 | FESTIVIDADES DO MÊS DE DEZEMBRO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 77.488,11 |
| | **SUBTOTAL** | **161.076,22** |
| **14** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **833** | |
| 001.18.541.0003.21063 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE PROT. AO MEIO AMBIENTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390930000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 5.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **5.000,00** |
| | **TOTAL** | **223.481,27** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **21** | |
| 001.04.122.0003.20004 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVICOS DO GAB. PREFEITO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 1.017,58 |
| | **SUBTOTAL** | **1.017,58** |
| **03** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **48** | |
| 001.04.122.0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 16.562,00 |
| | **SUBTOTAL** | **16.562,00** |
| **04** | **SECRETARIA DE FINANÇAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **89** | |
| 001.04.123.0056.20014 | MANUT/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E UNIDADES | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 8.500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **91** | |
| 001.04.123.0056.20014 | MANUT/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E UNIDADES | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390350000 | SERVIÇOS DE CONSULTORIA | 3.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **11.500,00** |
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **521** | |
| 003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE<br>15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 1.817,80 |
| | **SUBTOTAL** | **1.817,80** |
| **07** | **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **797** | |
| 003.08.244.0262.21052 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | |
| 16600000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA | SOCIAL - FNAS |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.642,21 |
| **Cód. Reduzido** | **798** | |

| | | |
|---|---|---|
| 003.08.244.0262.21052 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | |
| 16600000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA | SOCIAL - FNAS |

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 452,50

**Cód. Reduzido 799**

003.08.244.0262.21052 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

| | | |
|---|---|---|
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 2.970,84 |
| | **SUBTOTAL** | **5.065,55** |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **723** | |
| 001.20.601.0037.21027 | APOIO AO EXTRATIVISMO DO PEQUI | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 8.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **8.500,00** |
| **09** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **331** | |
| 001.15.452.0059.20273 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 100,25 |
| | **SUBTOTAL** | **100,25** |
| **11** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER** | |
| **Cód. Reduzido** | **298** | |
| 001.13.392.0027.10502 | FESTA DA QUEIMA DO ALHO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 433,54 |
| **Cód. Reduzido** | **299** | |
| 001.13.392.0027.10502 | FESTA DA QUEIMA DO ALHO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 11.430,71 |
| **Cód. Reduzido** | **300** | |
| 001.13.392.0027.10502 | FESTA DA QUEIMA DO ALHO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 39.415,00 |
| **Cód. Reduzido** | **307** | |
| 001.13.392.0170.20043 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE PROG. CULTURAIS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 55,45 |
| **Cód. Reduzido** | **311** | |
| 001.13.392.0170.20043 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE PROG. CULTURAIS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 727,68 |
| **Cód. Reduzido** | **312** | |
| 001.13.392.0170.20043 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE PROG. CULTURAIS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390930000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 128,30 |
| **Cód. Reduzido** | **317** | |
| 001.13.392.0170.30010 | COMEMORAÇÃO DO DIA DO EVANGELHO | |

| | | |
|---|---|---|
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |

| | | |
|---|---|---|
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 6.100,00 |
| **Cód. Reduzido** | **772** | |
| 002.27.812.0025.21033 | CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ESPORTES | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 13.046,76 |
| **Cód. Reduzido** | **503** | |
| 002.27.812.0272.20133 | MANUT/ENCARG COM OS SERV. DE DESPORTO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390140000 | DIÁRIAS - CIVIL | 1.606,00 |
| **Cód. Reduzido** | **504** | |
| 002.27.812.0272.20133 | MANUT/ENCARG COM OS SERV. DE DESPORTO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 4.463,00 |
| **Cód. Reduzido** | **507** | |
| 002.27.812.0272.20133 | MANUT/ENCARG COM OS SERV. DE DESPORTO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 6.181,67 |
| **Cód. Reduzido** | **510** | |
| 002.27.812.0272.30011 | REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICIPIO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 27.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **511** | |
| 002.27.812.0272.30012 | AQUISIÇÃO DE MATERIAL POLIESPORTIVO - BOLAS, REDES, UNIFOR | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 13.650,00 |
| | **SUBTOTAL** | **124.238,11** |
| **14** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **830** | |
| 001.18.541.0003.21063 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE PROT. AO MEIO AMBIENTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 5.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **831** | |
| 001.18.541.0003.21063 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE PROT. AO MEIO AMBIENTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 5.150,00 |
| | **SUBTOTAL** | **10.150,00** |
| **15** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO** | |
| **Cód. Reduzido** | **846** | |
| 001.04.695.0170.21068 | MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE TURISMO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 8.800,00 |
| **Cód. Reduzido** | **847** | |
| 001.04.695.0170.21068 | MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE TURISMO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |

| | | |
|---|---|---|
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 6.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **848** | |
| 001.04.695.0170.21068 | MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A SECRETARIA DE TURISMO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 29.729,98 |

| | | |
|---|---|---|
| | **SUBTOTAL** | **44. 529,98** |
| | **TOTAL** | **223. 481,27** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 23 de novembro de 2023

**LUZIANUNESBRANDAO**

**PREFEITA MUNICIPAL**

**DECRETO N° 2450/2023 DATA: 04 DE DEZEMBRO DE 2023 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N.1052/2023**

**DECRETO N° 2450/2023**

**DATA: 04 DE DEZEMBRO DE 2023**

**"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA, CONFORME LEI N.1052/2023 E EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL nº 4320/64 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 3.812.131,83 (TRES MILHOES E OITOCENTOS E DOZE MIL E CENTO E TRINTA E UM REAIS E OITENTA E TRES CENTAVOS), nas dotações

orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **12** | |
| 001.04.122. 0003.20004 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVICOS DO GAB. PREFEITO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 85. 642,35 |
| **Cód. Reduzido** | **15** | |
| 001.04.122. 0003.20004 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVICOS DO GAB. PREFEITO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3191130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 6. 202,98 |
| **Cód. Reduzido** | **25** | |
| 001.04.122. 0003.20005 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVICOS DE ASS. E PLANEJAMENTO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 12. 366,23 |
| **Cód. Reduzido** | **29** | |
| 001.04.122. 0003.20007 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS DA JUNTA DE SERVIÇOS MIL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 5. 805,74 |
| **Cód. Reduzido** | **35** | |
| 001.04.122. 0003.20008 | MANUT.E ENC.COM A UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO - UMC | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 1. 465,28 |
| | **SUBTOTAL** | **111. 482,58** |
| **03** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **38** | |
| 001.04.122. 0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 27. 937,37 |
| **Cód. Reduzido** | **39** | |
| 001.04.122. 0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 74. 655,62 |
| **Cód. Reduzido** | **40** | |
| 001.04.122. 0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 6. 636,42 |
| **Cód. Reduzido** | **41** | |
| 001.04.122. 0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190940000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 2. 416,62 |
| **Cód. Reduzido** | **42** | |
| 001.04.122. 0003.20009 | MANUT/ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3191130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 83. 345,28 |
| | **SUBTOTAL** | **194. 991,31** |
| **04** | **SECRETARIA DE FINANÇAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **108** | |
| 001.04.123. 0056.20016 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. TRIBUTAÇÃO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 1. 408,46 |
| **Cód. Reduzido** | **117** | |
| 001.04.123. 0056.20249 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE TESOURARIA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 9. 425,13 |
| **Cód. Reduzido** | **118** | |
| 001.04.123. 0056.20249 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE TESOURARIA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 468,46 |
| | **SUBTOTAL** | **11. 302,05** |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **70** | |

001.04.122.0145.20034 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DO GAB. SEC. DE EDUCAÇÃO

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 7.871,02

**Cód. Reduzido 71**

001.04.122.0145.20034 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DO GAB. SEC. DE EDUCAÇÃO

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.652,91

**Cód. Reduzido 467**

002.12.361.0145.20037 MANUT/ ENCARGOS COM A DIVISAO DE ENSINO

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 816.245,61

**Cód. Reduzido 469**

002.12.361.0145.20037 MANUT/ ENCARGOS COM A DIVISAO DE ENSINO

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 90.191,34

**Cód. Reduzido 558**

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 627.000,00

**Cód. Reduzido 559**

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 590.000,00

**Cód. Reduzido 560**

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 26.833,97

**Cód. Reduzido 561**

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 54.230,23

**Cód. Reduzido 562**

003.12.365.0018.20041 MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DAS CRECHES

15001001000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 55.500,00

**Cód. Reduzido 594**

008.12.364.0145.20888 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO SUPERIOR

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 5.653,27

**SUBTOTAL 2.275.178,35**

**06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Cód. Reduzido 784**

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 7.113,87

**Cód. Reduzido 787**

001.10.301.0130.20887 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAC-

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.515,54

**Cód. Reduzido 782**

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BASICA

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 45.722,38

**Cód. Reduzido 186**

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BASICA

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 109.352,84

**Cód. Reduzido 783**

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BASICA

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 7.500,00

**Cód. Reduzido 189**

003.10.301.0079.20026 MANUT/ENCARGOS COM PISO DE ATENÇÃO BASICA

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 23.467,27

**Cód. Reduzido 512**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 33.563,22

**Cód. Reduzido 513**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 123.011,11

**Cód. Reduzido 514**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 12.600,00

**Cód. Reduzido 516**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 28.500,00

**Cód. Reduzido 521**

003.10.301.0119.20025 MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE SAUDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 291.200,00

**Cód. Reduzido 747**

003.10.301.0119.21022 MANUT/ENCARGOS COM PISO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 12.829,74

**Cód. Reduzido 622**

003.10.305.0080.20028 MANUT/ENCARGOS COM OS AGENTES COM. DE SAUDE - ACS

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 20.950,59

**Cód. Reduzido 279**

003.10.305.0080.20028 MANUT/ENCARGOS COM OS AGENTES COM. DE SAUDE - ACS

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 42.473,19

**Cód. Reduzido 623**

003.10.305.0080.20028 MANUT/ENCARGOS COM OS AGENTES COM. DE SAUDE - ACS

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.150,00

**Cód. Reduzido 281**

003.10.305.0080.20028 MANUT/ENCARGOS COM OS AGENTES COM. DE SAUDE - ACS

15001002000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

| | | |
|---|---|---|
| 3191130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 12.992,70 |
| | **SUBTOTAL** | **776.942,45** |
| **07** | **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **817** | |
| 001.08.243.0262.21061 | MANUTENÇÃO/ENCARGOS DO CONSELHO TUTELAR | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 19.349,12 |
| **Cód. Reduzido** | **862** | |
| 001.08.244.0262.20019 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.GAB. SEC.BEM ESTAR | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 10.362,86 |
| **Cód. Reduzido** | **873** | |
| 003.08.244.0262.21069 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 9.561,28 |
| **Cód. Reduzido** | **874** | |
| 003.08.244.0262.21069 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 17.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **875** | |
| 003.08.244.0262.21069 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERVIÇOS ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 3.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **59.273,26** |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **373** | |
| 001.20.122.0210.20250 | MANUT/ENCARGOS COM O SERV. DE AGRICULTURA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 36.100,00 |
| **Cód. Reduzido** | **388** | |
| 001.23.605.0220.20050 | MANUT/ENC.COM OS SERV. DE INDUST. COM. DE ABASTECIMENTO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 36.100,00 |
| | **SUBTOTAL** | **72.200,00** |
| **09** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **323** | |
| 001.15.452.0059.20273 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 73.024,07 |
| **Cód. Reduzido** | **324** | |
| 001.15.452.0059.20273 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 7.537,17 |
| **Cód. Reduzido** | **326** | |
| 001.15.452.0059.20273 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190940000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 1.596,89 |
| **Cód. Reduzido** | **329** | |
| 001.15.452.0059.20273 | MANUTENCAO E ENCARGOS COM OS SERVICOS URBANOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 80.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **767** | |
| 001.26.782.0044.20044 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE TRANSPORTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 41.876,08 |
| **Cód. Reduzido** | **768** | |
| 001.26.782.0044.20044 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE TRANSPORTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 42.189,10 |
| **Cód. Reduzido** | **770** | |
| 001.26.782.0044.20044 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE TRANSPORTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3191130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 1.533,31 |

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **413** | |
| 001.26.782.0260.20051 | MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190940000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 7.741,66 |
| **Cód. Reduzido** | **419** | |
| 001.26.782.0260.20051 | MANUT/ENC. COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 24.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **487** | |
| 002.17.605.0200.20045 | MANUT/ ENCARGOS COM OS SERV. DE AGUA E ESGOTO/ DMAE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190940000 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 7.741,66 |
| | **SUBTOTAL** | **287.239,94** |
| **11** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER** | |
| **Cód. Reduzido** | **302** | |
| 001.13.392.0170.20043 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV. DE PROG. CULTURAIS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 4.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **4.500,00** |
| **13** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **422** | |
| 001.26.782.0263.20279 | MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A DIVISAO DE TRANSITO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 13.476,89 |

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **425** | |
| 001.26.782.0263.20279 | MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A DIVISAO DE TRANSITO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3191130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 3.300,00 |
| | **SUBTOTAL** | **16.776,89** |
| **14** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **826** | |
| 001.18.541.0003.21063 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE PROT. AO MEIO AMBIENTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 1.300,00 |
| **Cód. Reduzido** | **828** | |
| 001.18.541.0003.21063 | MANUT/ENCARGOS COM OS SERV.DE PROT. AO MEIO AMBIENTE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3191130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 945,00 |
| | **SUBTOTAL** | **2.245,00** |
| | **TOTAL** | **3.812.131,83** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

**TOTAL 0,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Ribeirão Cascalheira, 04 de dezembro de 2023

**LUZIANUNESBRANDAO**

**PREFEITA MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

### PORTARIA 337/2023

**Portaria nº 337/GP/23 Em, 19 de dezembro de 2023.**

"Dispõe sobre Ferias de servidor".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Complementar Nº 005 de 10 de maio de 2001;

Considerando a Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo **BALDUINO LOPES NETO**, referente ao período aquisitivo de 02/02/2022 a 02/02/2023. A partir de 08/01/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**RONIVON PARREIRA DAS NEVES**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

### DECRETO MUNICIPAL N.° 002 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

**"PRORROGA O SELETIVO Nº 01 DE 2022 POR MAIS UM ANO, VALENDO O PRESENTE ATÉ JANEIRO DE 2025"**

**LUIZ CARLOS**, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei, e de acordo com a Lei Municipal nº 873 de 13 de Dezembro de 2023.

**DECRETA:**

**Art. 1°: -** Fica o Processo Seletivo Simplificado Nº 01 de 2022, prorrogado por mais um ano, valendo até Janeiro de 2025, de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei Municipal Nº 873 de 13 de Dezembro de 2023.

**Art. 2°: -** Poderá o Poder Executivo criar uma comissão de avaliação de desempenho laboral, dotada de critérios objetivos e subjetivos, em estrita consonância com os estatutos aplicáveis aos servidores públicos municipais, para condução de procedimentos que poderão resultar em rescisões contratuais.

**Parágrafo Único:** As mencionadas comissões serão instauradas individualmente por cada Secretaria pertinente, sendo os critérios de sua composição estabelecidos de maneira específica para cada pasta e processo de desvinculação laboral.

**Art. 3°: -** Este Decreto entrará em vigor, a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito de Rio Branco – MT 09 de Janeiro de 2024.

**LUIZ CARLOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 315, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. "NOMEIA OS SERVIDORES(A) PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 668/2015.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Fica acendido para fins de Gratificação dos servidores (a) abaixo mencionadas:

| NOME | CARGO | RG | CPF |
|---|---|---|---|
| Alexandre Laet de Abreu | Apoio Adm. Profissionalizado | 1649616-7 SSP/MT | 028.976.941-81 |
| Andreia Aparecida Souza | Tec. Adm. Educ. – Não Profissionalizado (DI) | 1734084-5 SSP/MT | 007.189.261-37 |
| Celina Pinheiro Campos | Apoio Adm. Profissionalizado | 1101331-1 SSP/MT | 843.263.101-97 |
| Claudineia Gomes Ranzuli | Apoio Adm. Profissionalizado | 10564675 SSP/MT | 920.253.311-34 |
| Cristiana Guedes de F. Martins | Tec. Adm. Educ. – Não Profissionalizado (DI | 1425548-0 SSP/MT | 974.171.491-20 |
| Derly Barboza de Souza | Apoio Adm. Profissionalizado | 1479336-9 SSP/MT | 980.370.641-15 |
| Flaviane Francisco Ferreira | Tec. Adm. Educ. – Não Profissionalizado (DI | 19242859 SSP/MT | 042.924.231-05 |
| Laurinda Lemos | Tec. Adm. Educ. – Não Profissionalizado (DI | 1024998-2 SSP/MT | 841.309.461-53 |
| Marli das Graças Vicente Souza | Apoio Adm. Profissionalizado | 2173617-0 SSP/MT | 029.281.761-44 |
| Sandra Gomes de Almeida | Tec. Adm. Educ. – Não Profissionalizado (DI) | 1675242-2 SSP/MT | 022.373.361-05 |
| Simone da silva Andrade | Apoio Adm. Profissionalizado | 1684407-6 SSP/MT | 015.667.571-42 |
| Terezinha Pereira Pires Lobo | Apoio Adm. Profissionalizado – Não Profissionalizado | 435139 SSP/RO | 486.164.862-91 |
| Valeria Lube Machado | Tec. Adm. Educ. – Não Profissionalizado (DI) | 00001104441 SSP/RO | 006.629.142-95 |

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2023.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 13 de dezembro de 2023.

**Luiz Carlos**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 316, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONVERTER LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA AO SERVIDOR".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 823/2021, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Converter 60 dias de Licença Prêmio em pecúnia indenizatória ao servidor abaixo relacionado:

| NOME | MATRICULA | CARGO | PERIODO AQUISITIVO |
|---|---|---|---|
| JULIO CESAR LOPES PINHEIRO | 052 | ELETRICISTA | 2018/2023 |

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2023.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE**.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 13 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 310, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. "EXONERA CLAUDIANE DE SOUZA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, da Lei Municipal Nº 718 de 19 de junho de 2017.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Exonerar ***CLAUDIANE DE SOUZA SILVA,*** portadora do RG n° 1913739-7 SSP/MT e do CPF n° 021.033.751-65, do Cargo em Comissão de Coordenadora do CREAS, lotada na Secretaria de Ação Social, Trabalho e Cidadania.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 06 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 306, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE RODRIGUES DA SILVA".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***JOSE RODRIGUES DA SILVA,*** portador do RG n° 1093521-5 SSP/MT e do CPF n° 795.026.281-87, a partir de 01/12/2023 a 30/12/2023, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 21/22 lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 50.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE**.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 317, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2023**

**"DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO E NOMEAÇÃO DA SUB-ENCARREGADA EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 10º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 54, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023".**

O Excelentíssimo **Sr. Luiz Carlos**, Prefeito Municipal do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhes são conferidas por lei:

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 10º, Parágrafo Único do Decreto Municipal nº 54 de 22 de novembro de 2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Indicar e Nomear como Sub Encarregada de todas as Secretarias Municipais, a Servidora Jhessy Malone da Conceição, em cumprimento ao artigo 10º, Parágrafo Único do Decreto Municipal nº 54 de 22 de novembro de 2023.

**Art. 2º -** Esta Portaria entrará e vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de dezembro de 2023.

Rio Branco – MT, 23 de dezembro de 2023.

**LUIZ CARLOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 305, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE DE OLIVEIRA FIALHO".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***JOSE DE OLIVEIRA FIALHO,*** portador do RG n° 358.141 SSP/MT e do CPF n° 383.468.931-91, a partir de 01/12/2023 a 30/12/2023, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 20/21 lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 48.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE**.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 307, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA DANIELA BOASCIVIS PIMENTA BERTO".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***DANIELA BOASCIVIS PIMENTA BERTO,*** portadora do RG n° 1048701-8 SSP/MT e do CPF n° 939.097. 561-15, a partir de 01/12/2023 a 30/12/2023, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 20/21 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 1126.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE**.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 314 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. PRORROGA SAÚDE DA SERVIDORA JUCELIA FERREIRA DA SILVA.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Prorrogar a Licença Saúde, a partir de 04/12/2023 a 01/04/2024, para a servidora, **JUCELIA FERREIRA DA SILVA**,no Cargo Efetivo de **AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS**, Classe B, Nível 04, portadora do RG: 303.123 SSP/MT e do CPF: 785.721.501-53, lotada na Secretaria de Saúde.

**Artigo 2º** - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/12/2023.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 13 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**Prefeito Municipal**

---

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI/2024**

Estabelece o Plano Anual de Auditoria PAAI 2024 do Município de Rio Branco – MT e define os procedimentos metodológicos para exercício de 2024.

Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o dispositivo nos art. 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1.988, Art. 59 da Lei Complementar n° 101/2000, Art. 76 e 80 da Lei n° 4.320/1.964, Art. 7° a 10 da Lei Complementar n° 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e Lei Municipal n° 456/2008.

**CONSIDERANDO** a competência exclusiva da controladoria interna da prefeitura municipal de Rio Branco para elaboração, aprovação modificação e execução do seu plano anual de auditoria interna – PAAI, conforme determina a resolução normativa n° 26/2014 do TCE/MT.

**CONSIDERANDO** que as atividades de competência da unidade de controle interno terão como enfoque principal a avaliação da eficiência dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistema administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo **recomendações para o aprimoramento para tais controle**.

**CONSIDERANDO** o programa aprimora do TCE/MT, instituído pela resolução normativa n° 17/2017, que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento dos sistemas de controles internos administrativos dos entes fiscalizados, bem como, a realização de auditoria de avaliação de controle internos em nível de atividade e de entidades, especificamente quanto a reavaliação das atividades e acompanhamento dos pontos de controle referente a logística de medicamentos, alimentação escolar, gestão financeira, gestão de frotas, contratações públicas e nível de entidade.

**RESOLVE**:

Art. 1° - Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI do controle interno da Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, para o ano de 2024, com a definição dos procedimentos metodológicos e cronológicos estabelecidos no cronograma de atividades anexo.

Art. 2° - Na seleção das áreas e dos processos a serem auditados serão considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade/risco, bem como as recomendações do controle externo pendentes de implementações, quando existente.

§ 1° - O plano de auditoria para o ano de 2024 tem como prioridade as atividades administrativas referidas no guia para implantação do sistema de controle interno, elaborado pelo TCE/MT, como de maior relevância, sendo;

I – Cumprimentos de metas fiscais e das prioridades e metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e obtenção dos resultados previstos nos programas constantes do Plano Plurianual – PPA;

II – Verificação sistemática da observância aos limites constitucionais de aplicação nas áreas de educação e saúde;

III – Aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB;

IV – Observância aos limites impostos pela L.R.F.

Art. 3° - A execução e controle das atividades de auditoria internas sobre os sistemas administrativos ficam designados ao Controlador Interno deste Município, podendo ser auxiliado por servidores requisitados de outros órgãos, e se necessário, por auditor, neste último caso para realização de trabalho especifico.

Art. 4° - O tipo de Auditoria realizada será operacional, seguindo os métodos tradicionais, métodos por amostragem ou in loco, e demais que a unidade de controle interno julgar necessária para averiguar cada caso.

Art. 5° - As auditorias serão realizadas in loco nas unidades executadas e departamentos responsáveis pelos sistemas administrativos a serem auditados, por meio físico e meio eletrônico digital.

Art. 6° - O plano de auditoria interna tem caráter orientativa, seu escopo não é taxativo e exaustivo, podendo haver alterações durante sua vigência, conforme o volume de atividades demandadas, a estrutura limitada de apenas um servidor na Controladoria Interna.

Art. 7° - Os relatórios, pareceres, recomendações e orientações acerca dos temas relacionados ao programa **APRIMORA do TCE/MT**, deverão ser realizados no período compreendido neste PAAI, desde que não cause qualquer prejuízo ao desempenho das atribuições precípuas das atividades de controle.

Art. 8° - A Controladoria Interna poderá, a qualquer tempo, requisitar informações às unidades executadas, independente dos prazos previstos no cronograma anexo.

Art. 9° - A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da controladoria interna deverá ser comunicada oficialmente ao gestor e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma lei.

Art. 10° - No que se refere às responsabilidades, a unidade auditada deverá prestar apoio por ocasião das auditorias, em especial no que tange à disposição de todos os documentos e papeis necessários para execução dos trabalhos, bem como proceder com as recomendações feitas pela unidade de controle interno.

Art. 11° - O manual de rotinas dos procedimentos internos será formado a partir da atualização das atribuições normativa existentes, de forma gradativa, conforme a execução das auditorias ora planejadas ou quando a ocasião exigir alterações imediata da normativa.

Art. 12° - O plano anual de auditoria interna – PAAI – 2024, encontra-se no anexo I o cronograma anual de acompanhamentos de atividades, no anexo II cronograma anual de execução de auditoria.

**ANEXO I**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI – 2024**

**CRONOGRAMA ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES**

| Discrição das atividades | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acompanhamento dos limites dos gastos com pessoal dos poderes executivo e legislativo, conforme a LRF n° 101/2000. | | | | X | | | | X | | | | X |
| Acompanhamento dos limites da dívida consolidada líquida, das garantias e contra garantias de valores e das operações de crédito do poder executivo, conforme a LRF n° 101/2000. | | | | X | | | | X | | | | X |
| Acompanhamento dos gastos totais e com folha de pagamento do poder legislativo de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal. | | | | X | | | | X | | | | X |
| Acompanhamento das despesas FUNDEB, se está dentro do índice mínimo legal, ou seja, os índices do 60% e 95%. | | X | | X | | X | | X | | X | | X |
| Acompanhamento da aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 25% dos recursos recebidos no decorrer do exercício, provenientes de impostos e demais transferência em despesa com manutenção do ensino. | | X | | X | | X | | X | | X | | X |
| Acompanhamento da aplicação pelo Município do mínimo de 15% dos recursos recebidos no decorrer do exercício, provenientes de impostos e demais transferências em despesas com saúde. | | X | | X | | X | | X | | X | | X |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acompanhar sobre as prestações de contas das diárias e adiantamentos. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Acompanhamento dos procedimentos licitatórios em andamento. | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |

**ANEXO II**
**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI – 2023**
**CRONOGRAMA ANUAL DE EXECUÇÃO DE AUDITORIA**

| Secretária | Setor | Discriminação das atividades | Metodologia | Exame | Período |
|---|---|---|---|---|---|
| Secretária de Administração | Compras e Licitações | Analisar a vigência dos contratos bem como a efetiva arrecadação de valores referentes às concessões públicas. | Totalidade | Documental | Agosto e dezembro |
| | Patrimônio | Verificar a realização de bens patrimoniais do poder executivo e confrontar com a demonstração contábil e física do patrimônio. | Amostragens | Documental e verificação física In Loco. | Julho e dezembro |
| Secretária de Educação Desporto e Lazer | Frota escolar | A legislação que se aplica ao transporte escolar municipal é a prevista no Código de Trânsito Brasileiro, nos art. 136, 137, 138 e 139 da CTB. | Totalidade | Verificação In Loco | Maio/junho |
| | Educação | Analise nas condições de armazenamento, guarda, conservação, validade e preparação dos gêneros alimentícios. | Amostragem | Documental | Abril e setembro |
| Secretária de Saúde | Compras | Verificar se as notas fiscais de medicamentos e outros materiais são atestadas por servidor responsável. | Amostragem | Documental | Março e setembro |
| Todas | Todos | Auditorias especiais, quando surgirem casos específicos ou denúncia em que haja a necessidade de verificação por parte do controle interno do município. | Totalidade | Documental e/ou conferência In Loco. | Conforme demanda. |

Rio Branco – MT, 08 de janeiro de 2024.

Sebastiana Alencar da Silva

Controle interno

Matricula n° 1763

Ciente em: ____/____/_____

Luiz Carlos – Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 309, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONCEDER LICENÇA SAÚDE PARA O SERVIDOR RONALDO RIGONI**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Conceder Licença Saúde, a partir de 01/12/2023 a 28/02/2024, para o servidor, **RONALDO RIGONI**,no Cargo Efetivo de **APOIO ADM-AG. DE TRANSP. ESC. - NAO PROF**., Classe B, Nível 04, portador do RG: 100027723 SSP/MT e do CPF: 834.577.981-68, lotado na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer.

**Artigo 2º** - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 01 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**Prefeito Municipal**

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2024 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021**

O Excelentíssimo Sr. Luiz Carlos, Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022.

Resolve:

**CONVOCAR**

Os candidatos abaixo relacionados, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, homologado através do Edital nº 022/2021, de 29 de dezembro de 2021 para, no período de **10 a 12 de janeiro de 2024**, apresentar os documentos relacionados abaixo constantes do Edital nº 01/2021, junto a Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos.

**1 – Da Nomeação**

**1.1.** Para contratação, o candidato deverá apresentar fotocópia, que comprove o que segue abaixo:

**1.1.1**. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

**1.1.2**. Certidão de Casamento ou Nascimento;

**1.1.3**. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

**1.1.4**. Certidão dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

**1.1.5**. Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);

**1.1.6**. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

**1.1.7**. Cartão do PIS/PASEP;

**1.1.8**. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecedem a contratação;

**1.1.9**. Título de Eleitor;

**1.1.10**. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgamento);

**1.1.11**. Certidão Negativa de Débitos para com o município de Rio Branco – MT;

**1.1.12**. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com exigências da Administração Municipal;

**1.1.13**. 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

**1.1.14**. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

**1.1.15**. Comprovante de Escolaridade;

**1.1.16**. Declaração contendo endereço residencial;

**1.1.17**. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

**1.1.18**. Declaração de Bens;

**1.1.19.** Cartão de Vacina- COVID (DUAS DOSES)

**1.1.20.** COREN

**CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO NUTRIÇÃO**

| NOME DO CANDIDATO | Nº RG/CPF |
|---|---|
| HELOISA REGINA RONCONI DALMAS | 593.***.***.00 |

Rio Branco, 09 de janeiro de 2024.

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 303, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR ANTONIO DEFACIO FERREIRA".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***ANTONIO DEFACIO FERREIRA,*** portador do RG n° 315605 SSP/MT e do CPF n° 304.596.561-04, a partir de 01/12/2023 a 30/12/2023, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 21/22 lotado na Secretaria de Saúde, cadastrado com a matrícula de n° 409.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE**.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 304, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR BRUNO DA PENHA EDUARDO".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***BRUNO DA PENHA EDUARDO,*** portador do RG n° 21024111 SSP/MT e do CPF n° 030.967.791-20, a partir de 01/12/2023 a 30/12/2023, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 22/23 lotado na Secretaria de Administração, cadastrado com a matrícula de n° 1722

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE**.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de dezembro de 2023.

***Luiz Carlos***

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**
**EXTRATO DO 14º TERMO ADITIVO PRAZO DO CONTRATO Nº 07/2020/PMR**

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e BH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ:31.111.264/0001-46.

Objeto: prorrogação de prazo do contrato n. 07/2020 de serviços pavimentação pedras poliédricas, drenagem, meio-fio e sarjeta em ruas do Município.

Licitação originária: Tomada de Preço nº 001/2020 – proc. adm. n. 041/2020 e proc. adm. 386/2021

Fundamentação: despacho administrativo do gabinete do gabinete do prefeito e Clausula oitava, subitem 8.1 do Contrato nº 007/2020 c/c artigo 57, inciso IV da Lei n.º 8.666/93.

PRAZO: (120) dias – reinicio: 08/12/2023 – Termino: 05/04/2024.

Ass.: 08/12/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

**RECURSOS HUMANOS**
**ERRATA DA PORTARIA Nº 05/2024**

ERRATA DA PORTARIA Nº 05/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, ESTADO DE MATO GROSSO,

ERRATA: Retificamos que a redação da Portaria Nº 05/2024, publicada no Jornal Oficial no dia 08 de janeiro de 2024. —

ONDE SE LÊ: DATA: 2017/2013

LER-SE-Á: DATA: 2017/2023

LUIZ FELIPE PERETE BERTO

ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 016/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**PORTARIA N.º 016/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

Dispõe sobre a designação de agentes públicos para comporem a Comissão de Contratação da Administração Municipal, e dá outras providências
.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 10, incisos I e II, 42 e 49, incisos II, IV, VII e XVI da Lei Orgânica do Município de Salto do Céu/MT, e

**Considerando**, as disposições dos artigos 6**°,** inciso V, 7° e 8° da Lei Federal n.° 14.133/2021**;**

**Considerando**, a necessidade de formação de linha de defesa nas licitações, por pessoas qualificadas e capacitadas ao cumprimento do artigo 169**,** inciso I c/c §3° da Lei Federal n.° 14.133/2021**;**

**Considerando**, a constatação de existência no quadro da Administração Municipal, de agentes públicos com perfil técnico compatível com as atribuições essenciais esperadas dos membros da Comissão de Contratação**;**

**RESOLVE**:

**Art. 1°.** Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Contratação da Prefeitura Municipal de Saldo do Céu/MT, os seguintes agentes públicos:

I. Presidente (a); Titular Sr.(a) - Maria Inês Pereira Da Silva - Matrícula n.° 156 Suplente; Myriam Mychelle Mantay De Oliveira - Matrícula n.° 9148 II. Secretário (a):Titular Sr.(a) Edinei Dalbem Clarindo- Matrícula n.° 242 – Suplente; Marildes Pinheiro Da Silva- Matrícula n.° 10544 III. Membro(a): Sr.(a) Dalton Filipe Vilela Pinheiro Silva - Matrícula n.° 10389 Suplente; Luiz Felipe Perete Berto- Matrícula n.° 10321

§1°. Na hipótese de ausência ou impedimento, o(a) Presidente será substituído pelo(a) Secretário(a), este, por sua vez, será substituído(a) pelo(a) Membro.

**Art. 2°.** Na hipótese de licitação na modalidade diálogo competitivo, os agentes públicos indicados no artigo 1°, e que não possuírem vínculo de servidor(a) efetivo, serão substituídos por aqueles que o sejam, em designação por ato próprio e especifico ao procedimento.

**Art. 3°.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto do Céu/MT, 09 de Janeiro de 2024.

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA VALDEIR APARECIDO BASTOS**

Prefeito Municipal Secretário Municipal de ADM. e Planejamento

## RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA N.º 015/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

**PORTARIA N.º 015/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**NOMEIA A Sr.ª REGIANE PAULA DA SILVA OLIVEIRA, PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORA PEDAGÓGICO (DAS1), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU**, Estado de Mato Grosso, Sr.º **MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA,** no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sr.ª **REGIANE PAULA DA SILVA OLIVEIRA**, para o cargo comissionado de **ASSESSORA PEDAGÓGICO (DAS1),** lotada Na Secretaria Municipal de Educação, cult. Desporto e lazer.

Parágrafo Único. A posse e exercício do funcionário nomeado subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente a Secretaria citada acima, suplementadas se necessária, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 09 de Janeiro de 2024.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO**

## RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA N.º 14/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

**PORTARIA N.º 14/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.95, § 4º da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

**CONSIDERANDO O vencimento do período aquisitivo 2017/2023. RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor: **EDIMILSON DALBEM CLARINDO,** Cargo **GUARDA**, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde e Saneamento. período de inicio do gozo: **10/01/2024 a 09/04/2024**.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 09 Janeiro de 2024.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO**

## RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA Nº. 013/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

**PORTARIA Nº. 013/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA SANDRA ALVES COSTA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO:** Em anexo atestado medico datado em 04 de Janeiro de 2024, Solicitando afastamento a partir de 01 de Janeiro de 2024.

**CONSIDERANDO:** A certidão de Nascimento data em 03 de Janeiro de 2024, registrada sobre matricula nº136937 01 55 2024 1 00010 038 0006937 94.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade com efeitos retrógados à Servidora **SANDRA ALVES COSTA** de **150** (**cento e cinquenta**) dias, a partir de **20/12/2023 a 30/05/2024**, de acordo com a Legislação pertinente em vigor.

Art. 2º. Caberá aos órgãos competentes do Poder Executiva a providência quanto ao registro funcional, controle de pagamento, substituição e demais atos consequentes, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das correspondentes dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Assistência social, no corrente exercício suplementado se necessárias, de acordo com a Legislação específica vigente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 09 de Janeiro de 2024.

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº. 12/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**PORTARIA Nº. 12/2024 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ANA PAULA DE OLIVEIRA COSTA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO:** Em anexo atestado medico datado em 22 de Dezembro de 2023, Solicitando afastamento a partir de 20 de Dezembro de 2023.

**CONSIDERANDO:** A certidão de Nascimento data em 22 de Dezembro de 2023, registrada sobre matricula nº 13693701552023100010037000693650.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade com efeitos retrógados à Servidora **ANA PAULA DE OLIVEIRA COSTA** de **150** (**cento e cinquenta**) dias, a partir de **20/12/2023 a 18/05/2024**, de acordo com a Legislação pertinente em vigor.

Art. 2º. Caberá aos órgãos competentes do Poder Executiva a providência quanto ao registro funcional, controle de pagamento, substituição e demais atos consequentes, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das correspondentes dotações Orçamentárias na Secretaria Municipal de Assistência social, no corrente exercício suplementado se necessárias, de acordo com a Legislação específica vigente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 09 de Janeiro de 2024.

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 04/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

**PORTARIA N.º 04/2024 DE 04 DE JANEIRO DE 2024**

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO: a conclusão dos respectivos períodos aquisitivos e os requerimentos dos servidores abaixo relacionados;**

***CONSIDERANDO:*** *a comunicação Interna nº567 de 06 de Dezembro de 2023 expedidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.*

***CONSIDERANDO:*** *a comunicação Interna nº263 de 07 de Dezembro de 2023 expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.*

**RESOLVE:**

Art. 1º. - Conceder férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com o respectivo período aquisitivo, bem como o período de gozo de férias especificado:

| Nome do Servidor(a) | Período aquisitivo | Período de gozo de férias |
|---|---|---|
| JOSE GARCIA DE LIMA | 2021/2022 | 03/01/2024 a 23/01/2024 10 dias indenizados em pecúnia. |
| CARLOS PEREIRA | 2021/2022 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| WAGNER CAMARA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| VALDINEI CARDOSO DOS SANTOS | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| SEBASTIAO LOPES ALVES | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| JULIO DOS REIS FERREIRA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| PALMALIANA MARTINS DA COSTA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| JOSIAS PEREIRA DA SILVA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| VALLERIA MEDEIROS DOS SANTOS | 2022/2023 | 03/01/2024 a 18/01/2024 15/08/2024 a 30/08/2024 |
| DALTON FILIPE VILELA PINHEIRO SILVA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 18/01/2024 15/08/2024 a 30/08/2024 |
| MEIRILENE TIENGO CAMARA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 18/01/2024 14/02/2024 a 29/02/2024 |
| MARCILENE FIALHO DE OLIVEIRA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |
| EDILANE DALBEM DA SILVA | 2022/2023 | 03/01/2024 a 02/02/2024 |

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição dos Servidores acima citados, se forem imprescindíveis e inadiáveis bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 04 de Janeiro de 2024.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO**

**RECURSOS HUMANOS**
**ERRATA DA PORTARIA Nº 01/2024**

ERRATA DA PORTARIA Nº 01/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, ESTADO DE MATO GROSSO,

ERRATA: Retificamos que a redação da Portaria Nº 01/2024, publicada no Jornal Oficial no dia 08 de janeiro de 2024. —

ONDE SE LÊ: DATA: 03 de Janeiro 2023

LER-SE-Á: DATA: 03 de Janeiro de 2024

LUIZ FELIPE PERETE BERTO

ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

**PORTARIA Nº 10/2024**

**PORTARIA Nº 10/2024**

**DATA: 03 de janeiro de 2024.**

**SÚMULA: Nomeia FISCAL e SUPLENTE do Contrato de Termo de Fomento nº 01/2024**

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores como Comissão de Monitoramento,servidores Sr. **Maicon Odair da Silva**, Sr. **João Malinski Junior** e Srª **Paula Rejane Weber**,do Contrato de Termo de Fomento nº **01/2024**, firmada com a **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA, ARTISTICA E CULTURAL DE SANTA CARMEM-MT- ARCASCA** cujo objeto é a o Termo de fomento - apoio cultural a associação de radiodifusão comunitária, artística e cultural de Santa Carmem – ARCASCA, conforme Lei Municipal nº 0973/2023 de 05 de dezembro de 2023.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 03 de janeiro de 2024.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 05/2024**

**Processo Administrativo Licitatório nº 06/2024**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**ASSUNTO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DA ATENDER A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sendo para o funcionamento e tendo como favorecido:

| FUNCIONAMENTO | FAVORECIDO | CPF | VALOR MENSAL | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| CORREIOS | GILBERTO LUIZ ATOATTI | 622.554.369-49 | R$ 1.600,00 | R$ 19.200,00 |
| SALA DO EMPREENDEDOR - SEBRAE | MARIA LOURENÇO DOS SANTOS SANSOLOTTI | 677.299.169-91 | R$ 1.412,00 | R$ 16.944,00 |
| EQUIPE MULTIDISCIPLINAR SAUDE | FLAVIA KOLLING SCHNEIDER | 894.743-921-53 | R$ 1.869,30 | R$ 22.431,60 |
| ATENDIMENTO DO PSF MAICON MONTEIRO | EUCLESIO BORTOLAS | 361.534-781-15 | R$2.059,68 | R$24.716,16 |
| DEPÓSITO SAUDE | LAURO ALFREDO MAYER | 284.854.679-49 | R$1.340,72 | R$16.088,64 |

**VALOR TOTAL:** R$ 99.380,40 (noventa e nove mil, trezentos e oitenta reais e quarenta centavos).

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a Inexigibilidade de Licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Inexigibilidade de Licitação, que acolho, RATIFICO a validade do ato para contratação direta, nos termos e na forma do previsto no *"caput"* dos artigos 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos para efetivação de pagamentos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 03 de janeiro de 2024.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO DE TERMO DE FOMENTO 01/2023

**EXTRATO DE CONTRATO DE TERMO DE FOMENTO 01/2023**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 01/2024**

**OBJETO:** Termo de fomento - apoio cultural a associação de radiodifusão comunitária, artística e cultural de Santa Carmem – ARCASCA, conforme Lei Municipal nº 0973/2023 de 05 de dezembro de 2023.

**CONTRATADO:** ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA, ARTISTICA E CULTURAL DE SANTA CARMEM-MT- ARCASCA

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT

**VALOR GLOBAL:** R$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais)

**VIGÊNCIA:** 03/01/2024 a 31/12/2024

**DATA DA ASSINATURA:** 03/01/2024

**PROCURADOR JURÍDICO:** Adriano Bulhões dos Santos.

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2024

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2024**

**Processo Administrativo Licitatório nº 01/2024**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**ASSUNTO:** Termo de fomento - apoio cultural a associação de radiodifusão comunitária, artística e cultural de Santa Carmem – ARCASCA, conforme Lei Municipal nº 0973/2023 de 05 de dezembro de 2023.

**FAVORECIDO:** Associação de radiodifusão comunitária, artística e cultural de Santa Carmem – ARCASCA;

**CNPJ:** 07.634.782/0001-60;

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais);

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a Inexigibilidade de Licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Inexigibilidade de Licitação, que acolho, RATIFICO a validade do ato para contratação direta, nos termos e na forma do previsto no *"caput"* dos artigos 74, inciso *caput* da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos para efetivação de pagamentos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 03 de janeiro de 2024.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2024

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2024**

**Processo Administrativo Licitatório nº 02/2024**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**ASSUNTO:** Contratação de empresa especializada em serviços de acompanhamento de convênios e contratos de repasse do município de Santa Carmem/MT, junto aos diversos ministérios, secretarias, fundações, autarquias, instituições financeiras públicas e demais órgãos públicos federais em Brasília/DF.

**FAVORECIDO:** MEGA ASSESSORIA E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA;

**CNPJ:** 04.386.936/0001-53;

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 27.636,00 (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais);

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a Inexigibilidade de Licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Inexigibilidade de Licitação, que acolho, RATIFICO a validade do ato para contratação direta, nos termos e na forma do previsto no *"caput"* dos artigos 74, inciso III, alínea “C” da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos para efetivação de pagamentos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 03 de janeiro de 2024.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2024**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2024**

**Processo Administrativo Licitatório nº 04/2024**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**ASSUNTO:** Formalização de Termo de fomento com a finalidade de promover o atendimento de crianças e adolescentes, apoio as famílias, direcionadas da qualidade de vida da pessoa especial e construção e uma sociedade justa e solidária, conforme Lei Municipal nº 0971/2023 de 05 de dezembro de 2023.

**FAVORECIDO:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SINOP;

**CNPJ:** 00.179.465/0001-51;

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 173.400,00 (cento e setenta e três mil e quatrocentos reais);

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a Inexigibilidade de Licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Inexigibilidade de Licitação, que acolho, RATIFICO a validade do ato para contratação direta, nos termos e na forma do previsto no *"caput"* dos artigos 74, inciso *caput* da Lei Federal nº 14. 133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos para efetivação de pagamentos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 03 de janeiro de 2024.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2024**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 04/2024**

**Processo Administrativo Licitatório nº 05/2024**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**ASSUNTO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de institucionalização a pessoa com deficiência.

**FAVORECIDO:** RODRIGO DE MELLO MOREIRA ME (COMUNIDADE TERAPEUTICA VIDA NOVA);

**CNPJ:** 25.530.493/0001-00;

**VALOR TOTAL:** R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais);

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a Inexigibilidade de Licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Inexigibilidade de Licitação, que acolho, RATIFICO a validade do ato para contratação direta, nos termos e na forma do previsto no *"caput"* dos artigos 74, inciso *caput* da Lei Federal nº 14. 133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos para efetivação de pagamentos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 03 de janeiro de 2024.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2024**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2024**

**Processo Administrativo Licitatório nº 03/2024**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**ASSUNTO:** Contratação de empresa especializada em serviços de acompanhamento e suporte técnico no auxílio na operacionalização do Portal ITR da Receita Federal do Brasil e orientação no trabalho da malha fiscal.

**FAVORECIDO:** MARLUCIA RAMOS DOS SANTOS PORTO;

**CNPJ:** 42.105.597/0001-89;

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos)

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a Inexigibilidade de Licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Dispensa de Licitação, que acolho, RATIFICO a validade do ato para contratação direta, nos termos e na forma do previsto no *"caput"* dos artigos 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos para efetivação de pagamentos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 03 de janeiro de 2024.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 007/2024 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**DECRETO Nº 007/2024**

**DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E**

**Considerando a Lei Municipal** nº 319 de 13 de Maio de 2009, que criou Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando o prazo de 24 meses para atuação de seus membros;

**Considerando a Lei Municipal** nº 364 de 10 de Outubro de 2010, que alterou a composição do Conselho;

**Considerando** a necessidade de reorganizar o Conselho Municipal;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Ficam nomeados os representantes do Poder Público e das Entidades para atuar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 24 meses:

**REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL**

**TITULAR:** Mariana Josefa de Souza, inscrita no CPF nº. 013.***.***-13;

SUPLENTE: Walquiria Francine Tramontin, inscrita no CPF nº. 016.***.***-92

**REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL**

**TITULAR:** Alex Reis de Oliveira, inscrito no CPF nº. 055.***.***-90;

**SUPLENTE:** Jessica da Silva Correa, inscrita no CPF nº. 054.***.***-77;

**REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL**

**TITULAR:** Andrea Elizabete Pereira, inscrito no CPF nº. 649.***.***-10;

**SUPLENTE:** Geraldo Storer, inscrito no CPF nº. 020.***.***-50;

**REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL**

**TITULAR:** Raice de Assis Xavier, inscrita no CPF nº. 039.***.***-73;

**SUPLENTE:** Sirlei Lordes Bassani, inscrita no CPF nº. 962.***.***-91;

**REPRESENTANTE DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTÉRIO DA MADUREIRA**

**TITULAR:** Ana Paula da Silva, inscrito no CPF nº. 736.***.***-04;

**SUPLENTE:** Camila de Assunção Silva, inscrito no CPF nº. 034.***.***-82;

**REPRESENTANTE DO CLUBE DOS IDOSOS**

**TITULAR:** Lori Marlene Schneider Seibel, inscrita no CPF nº 892.***.***-53;

**REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA**

**TITULAR:** Celma Regina Mendes dos Santos, inscrita no CPF nº. 028.***.***-33;

**SUPLENTE:** Simone Carneiro da Silva, inscrita no CPF nº. 847.***.***-34;

**REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES**

**TITULAR:** Diana Martins Cezário, inscrita no CPF nº. 031.***.***-52;

**SUPLENTE:** Debora Santos da Matta, inscrita no CPF nº. 445.***.***-60.

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam - se em especial o Decreto nº 094/2022 e as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE.**

**PUBLIQUE-SE.**

**CUMPRA-SE.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 008/2024**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA. ROSILENE REBECA DA SILVA DO CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Exonerar a Sra. **ROSILENE REBECA DA SILVA**, portadora do RG nº 12*.***7 SESP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 02*.***.***-11, do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 09/01/2024.*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 009/2024**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA. SUELI MIRANDA DO CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Exonerar a Sra. **SUELI MIRANDA**, portadora do RG nº 1.*****7-4 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 00*.***.***-97, do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 09/01/2024.*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0010/2024**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA HELINEIA LEMES DA SILVA DO CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Exonerar a Sra. **HELINEIA LEMES DA SILVA**, portadora do RG nº 17****8-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 02*.***.***-19, do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 09/01/2024.*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0011/2024**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA ANA LUCIA ALVES DA CUNHA BERNEGOZZI DO CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Exonerar a Sra. **ANA LUCIA ALVES DA CUNHA BERNEGOZZI**, portadora do RG nº 45****00 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 74*.***.***-82, do cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 09/01/2024.*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONCURSO PÚBLICO N° 01/2023**

**Edital de Convocação - 003**

O Sr .Egon Hoepers – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, incisoII da Constituição Federal, resolve:

**TORNAR PÚBLICO:**

I – A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público 01/2023, conforme Edital N° 01/2023 de 05/10/2023 e homologado no dia 15 de Dezembro de 2023.

II – Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato- MT no prazo de 30( trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação deste edital, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo , conforme lista de documentos e exames exigidos pelo Decreto Municipal 093/2023 de 21/12/2023 .

III – Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto neste Edital, conforme Lei complementar 64/2015.

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO | CARGO |
|---|---|---|
| 2º | ANDERSON LUIZ ARAUJO | MECÂNICO |
| 3º | CIDENEY LEMES DA CONCEICAO | MECÂNICO |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO | CARGO |
|---|---|---|
| 3º | CARLOS ALBERTO LACHIMAN | MOTORISTA C |

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 09 de Janeiro de 2024.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0016/2024**

**DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. SUELI MIRANDA PARA EXERCER O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. **SUELI MIRANDA** portadora do RG nº 12****74 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 00*.***.***-97 , para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0015/2024**

**DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. KATIA LOERI BATISTELA PARA EXERCER O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. **KATIA LOERI BATISTELA** portadora do RG nº 10*****62 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 02*.***.***-10 , para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0014/2024**

**DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. HELINEIA LEMES DA SILVA PARA EXERCER O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. **HELINEIA LEMES DA SILVA** portadora do RG nº 17****8-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 02*.***.***-19 , para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0013/2024**

**DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. ANA LUCIA ALVES DA CUNHA BERNEGOZZI PARA EXERCER O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. **ANA LUCIA ALVES DA CUNHA BERNEGOZZI**, portadora do RG nº 45****00 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 74*.***.***-82, para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0012/2024**

**DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. ROSILENE REBECA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear a Sra. **ROSILENE REBECA DA SILVA**, portadora do RG nº 12*.***7 SESP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 02*.***.***-11, para exercer o cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR..

**Art. 2º**. *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação*

**Art. 3º**. Revogam-se as demais disposições em contrário

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE JANEIRO DE 2024.**

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**Registre-se e publique-se.**

**FINANÇAS**
**D E C R E T O N.º 005/2024- PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO**

**D E C R E T O N.º 005/2024**

**"Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2024 e dá outras providências."**

**O Senhor, EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato**, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o que consta no artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

**D E C R E T A:**

**Art. 1.º** Ficam estabelecidos para o exercício de 2024 a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, conforme **Anexo I e II** deste Decreto.

**Art. 2.º** Na utilização dos recursos arrecadados, o pagamento de despesas de caráter obrigatório terá prioridade em relação às despesas de caráter discricionário, respeitadas as vinculações constitucionais e legais existentes.

**§ 1º** Os órgãos da administração indireta definirão seus cronogramas de pagamento, respeitada a programação das transferências financeiras, se existentes, eventualmente a cargo da Prefeitura.

**§ 2º** O repasse de recursos financeiros do Executivo ao Legislativo dar-se-á em duodécimos até o dia 20 (vinte) do mês correspondente.

**Art. 3.º** A verificação do cumprimento da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso será feita pela Secretaria Municipal de Finanças e se dará mensalmente por Órgão e, se verificado o desequilíbrio fiscal, o mesmo deverá ser reconduzido pelo Órgão que lhe der causa no mês seguinte ao limite estabelecido por este Decreto.

**Parágrafo Único** – A não recondução no mês seguinte aos limites estabelecidos por este Decreto acarretará ao Órgão que lhe der causa a limitação de empenhos e movimentação financeira, conforme previsto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 4º** As normas e princípios estabelecidos neste Decreto aplicam-se aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que couber.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2024.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, 05 de Janeiro de 2024.

**EGON HOEPERS** PREFEITO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**
**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
**2024**
**ANEXO I**

| Descrição | Orçamento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA** | **6.801.200,00** | **313.732,29** | **380.883,91** | **656.873,17** | **666.860,04** | **473.406,85** | **379.216,06** | **385.313,27** | **677.159,38** | **696.677,37** | **435.554,50** | **445.682,27** | **1.289.840,89** | **6.801.200,00** |
| Contribuição de Melhoria | 371.400,00 | 16.685,52 | 16.448,56 | 39.174,90 | 34.828,41 | 33.709,38 | 39.887,99 | 26.759,37 | 37.204,25 | 68.483,19 | 18.723,39 | 22.928,38 | 16.566,66 | 371.400,00 |
| Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 713.323,00 | 9.831,73 | 21.243,47 | 91.219,75 | 248.511,75 | 115.357,88 | 44.394,37 | 30.787,02 | 47.597,19 | 52.648,23 | 18.048,50 | 19.454,46 | 14.228,65 | 713.323,00 |
| Imposto Sobre a Renda - Retido na Fonte - IRRF | 1.533.577,00 | 2.974,84 | 93.010,00 | 182.620,93 | 105.470,65 | 109.599,26 | 127.441,76 | 86.481,39 | 120.168,42 | 189.082,30 | 175.209,41 | 147.284,73 | 194.233,31 | 1.533.577,00 |
| Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | 2.492.300,00 | 154.866,54 | 136.366,19 | 263.986,91 | 241.354,33 | 145.772,13 | 146.400,19 | 211.035,50 | 262.317,07 | 233.124,76 | 205.407,89 | 203.543,65 | 288.124,84 | 2.492.300,00 |
| Imposto Sobre Transmissão ""Inter Vivos"" de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis - ITBI | 1.250.000,00 | 14.115,00 | 33.447,50 | 11.846,25 | 2.651,25 | 44.516,25 | 2.242,50 | 9.951,25 | 193.027,50 | 140.070,00 | 6.242,50 | 35.971,25 | 755.918,75 | 1.250.000,00 |
| Taxas de Fiscalização | 278.500,00 | 101.281,26 | 69.303,89 | 53.333,31 | 19.173,89 | 8.784,17 | 3.876,72 | 5.019,68 | 5.857,97 | 2.597,85 | 1.716,67 | 4.361,59 | 3.193,00 | 278.500,00 |
| Taxas de Prestação de Serviço | 162.100,00 | 13.977,40 | 11.064,30 | 14.691,12 | 14.869,76 | 15.667,78 | 14.972,53 | 15.279,06 | 10.986,98 | 10.671,04 | 10.206,14 | 12.138,21 | 17.575,68 | 162.100,00 |
| **1.2 CONTRIBUIÇÕES** | **1.235.000,00** | **101.643,77** | **103.887,77** | **101.621,53** | **102.197,75** | **103.046,75** | **102.732,15** | **104.471,67** | **104.639,36** | **103.174,47** | **103.069,82** | **102.954,95** | **101.560,01** | **1.235.000,00** |
| Contribuição do Servidor Civil | 1.212.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 101.000,00 | 1.212.000,00 |
| Contribuição Oriunda de Sentença Judicial | | | | | | | | | | | | | - | - |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Publica - COSIP | 23.000,00 | 643,77 | 2.887,77 | 621,53 | 1.197,75 | 2.046,75 | 1.732,15 | 3.471,67 | 3.639,36 | 2.174,47 | 2.069,82 | 1.954,95 | 560,01 | 23.000,00 |
| **1.3 RECEITA PATRIMONIAL** | **1.633.050,00** | **115.372,49** | **115.678,04** | **215.381,13** | **98.244,32** | **108.478,22** | **123.410,13** | **119.802,84** | **163.408,95** | **140.382,32** | **153.241,97** | **151.692,70** | **127.956,89** | **1.633.050,00** |
| Receita Patrimonial | 82.500,00 | 9.067,91 | 13.694,92 | 7.216,77 | - | 472,64 | 13.410,54 | 567,68 | 8.420,20 | 263,34 | 8.229,46 | 9.736,32 | 11.420,22 | 82.500,00 |
| Rendimento de Aplicação Financeira | 1.455.000,00 | 98.342,08 | 94.020,62 | 200.201,86 | 90.281,82 | 100.043,08 | 102.037,09 | 111.272,66 | 147.026,25 | 132.156,48 | 137.050,01 | 133.993,88 | 108.574,17 | 1.455.000,00 |
| Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | 95.550,00 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 7.962,50 | 95.550,00 |
| **1.6 RECEITA DE SERVIÇOS** | **855.000,00** | **42.369,35** | **21.957,77** | **80.258,45** | **64.337,32** | **78.558,86** | **92.093,80** | **81.293,80** | **79.877,45** | **90.971,86** | **83.103,68** | **75.083,26** | **65.094,40** | **855.000,00** |
| Receita de Serviços | 855.000,00 | 42.369,35 | 21.957,77 | 80.258,45 | 64.337,32 | 78.558,86 | 92.093,80 | 81.293,80 | 79.877,45 | 90.971,86 | 83.103,68 | 75.083,26 | 65.094,40 | 855.000,00 |
| **1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | **52.439.400,00** | **3.625.730,53** | **3.763.851,30** | **3.797.503,82** | **3.446.966,63** | **4.151.226,33** | **3.964.161,01** | **4.356.565,04** | **4.255.231,28** | **4.007.374,01** | **6.112.356,20** | **4.332.522,39** | **6.625.911,46** | **52.439.400,00** |
| Assistência Social Estado | 26.000,00 | 7,93 | 6,63 | 4.688,09 | 8.402,78 | 4,58 | 4.405,96 | 6,01 | 8.402,81 | 7,02 | 8,19 | 4,60 | 55,40 | 26.000,00 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 1.000,00 | 236,30 | - | - | 250,30 | - | - | 237,58 | - | - | 275,82 | - | - | 1.000,00 |
| Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo | 245.000,00 | 17.766,42 | 17.280,34 | 19.542,18 | 18.510,00 | 19.789,63 | 20.116,71 | 8.907,96 | 19.016,17 | 31.457,51 | 22.187,94 | 24.659,99 | 25.765,15 | 245.000,00 |
| Fundo Nacional De Assistência Social - FNAS | 221.800,00 | 6.523,80 | 8.766,87 | 15.567,48 | 23.892,96 | 12.592,70 | 9.283,66 | 19.339,63 | 93.870,42 | 8.825,42 | 10.399,31 | 4.043,41 | 8.694,34 | 221.800,00 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | 145.400,00 | - | 16.442,56 | 14.328,59 | 14.328,59 | 14.328,59 | 14.328,59 | 14.328,59 | 14.328,59 | 14.328,59 | 14.328,59 | 10.556,48 | 3.772,24 | 145.400,00 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Outras Transferências | 75.000,00 | - | 75.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 75.000,00 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE | 20.000,00 | 1,72 | - | 3.468,98 | 1.734,48 | 1.734,48 | - | - | - | - | - | - | 13.060,34 | 20.000,00 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE Salário Educação | 300.000,00 | 21.213,30 | 17.423,70 | 39.576,30 | 22.643,10 | 22.848,60 | 32.480,10 | 24.859,50 | 24.293,70 | 24.052,20 | 25.420,20 | 27.142,80 | 18.046,50 | 300.000,00 |
| Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | 10.400.000,00 | 865.727,20 | 1.172.901,60 | 981.905,60 | 828.661,60 | 941.345,60 | 861.400,80 | 704.579,20 | 820.788,80 | 503.557,60 | 737.890,40 | 946.940,80 | 1.034.300,80 | 10.400.000,00 |
| Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM 1% | 1.250.000,00 | - | - | - | - | - | - | 570.963,75 | - | 90.993,75 | - | - | 588.042,50 | 1.250.000,00 |
| Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 6.711.500,00 | 506.758,52 | 502.201,41 | 523.530,56 | 477.784,97 | 601.706,11 | 561.786,11 | 534.020,63 | 587.477,73 | 549.376,54 | 642.337,53 | 593.766,41 | 630.753,48 | 6.711.500,00 |

**MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**
**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
**2024**
**ANEXO I**

| Descrição | Orçamento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - VAAR | 40.000,00 | 2.589,36 | 2.848,28 | 3.107,24 | - | 3.642,12 | - | 3.901,64 | - | 15.583,80 | 4.163,72 | 4.163,84 | - | 40.000,00 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 24.240.000,00 | 1.853.681,28 | 1.652.877,12 | 1.782.803,52 | 1.690.788,48 | 2.089.827,36 | 2.018.076,96 | 2.069.586,96 | 2.258.392,32 | 2.195.853,12 | 2.322.919,20 | 2.209.015,44 | 2.096.178,24 | 24.240.000,00 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 125.500,00 | 12.068,08 | 9.414,88 | 7.567,78 | 13.722,04 | 9.072,14 | 10.013,27 | 10.687,20 | 8.355,92 | 10.997,69 | 12.914,70 | 10.393,91 | 10.292,39 | 125.500,00 |
| Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA | 720.000,00 | 32.099,04 | 32.965,20 | 103.600,08 | 76.637,52 | 154.437,84 | 84.925,44 | 62.120,16 | 56.635,20 | 36.979,20 | 34.616,88 | 26.327,52 | 18.655,92 | 720.000,00 |
| Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR | 2.880.000,00 | 122.610,24 | 66.790,08 | 61.801,92 | 33.618,24 | 33.140,16 | 37.923,84 | 40.250,88 | 71.775,36 | 149.803,20 | 1.810.578,24 | 178.905,60 | 272.802,24 | 2.880.000,00 |
| LC 176/2020 | 950.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 950.000,00 | 950.000,00 |
| Perdas ICMS | 786.970,00 | - | - | - | - | - | - | 24.964,26 | 25.201,14 | 25.375,06 | 25.570,23 | 25.781,92 | 660.077,39 | 786.970,00 |
| Saúde Estado | 321.000,00 | 1.731,80 | 6.631,22 | 25.893,47 | 15.507,83 | 9.037,43 | 37.246,27 | 12.030,76 | 19.290,50 | 12.471,81 | 139.999,34 | 27.494,61 | 13.664,96 | 321.000,00 |
| SUS Assististência Farmacêutica | 20.230,00 | 1.490,08 | 1.490,08 | 2.429,62 | 2.299,97 | 1.724,97 | 680,21 | 1.724,97 | 1.724,97 | 1.228,26 | 2.221,68 | 1.724,97 | 1.490,22 | 20.230,00 |
| SUS Atenção Especializada | 46.500,00 | 3.655,78 | 4.872,64 | 2.412,37 | 3.655,78 | 6.461,50 | 3.655,78 | 3.655,78 | 3.655,78 | 3.655,78 | 3.655,78 | 3.581,38 | 3.581,65 | 46.500,00 |
| SUS Atenção Primária | 1.055.800,00 | 65.852,36 | 65.734,11 | 49.697,56 | 47.842,52 | 66.153,26 | 143.974,17 | 73.951,40 | 73.879,61 | 152.842,89 | 136.911,92 | 78.089,08 | 100.871,12 | 1.055.800,00 |
| SUS Outros | 2.000,00 | 25,94 | - | 489,95 | 8,74 | 1.051,47 | 8,74 | 8,74 | 144,76 | 8,74 | 178,01 | 22,65 | 52,26 | 2.000,00 |
| SUS Vigilância | 89.200,00 | 3.781,19 | 3.905,44 | 10.364,95 | 7.873,68 | 8.251,89 | 8.145,12 | 4.566,06 | 10.498,13 | 8.674,79 | 9.436,20 | 7.442,13 | 6.260,42 | 89.200,00 |
| Transf. Estado | 1.766.500,00 | 107.910,19 | 106.299,14 | 144.727,58 | 158.803,05 | 154.075,90 | 115.709,28 | 171.873,38 | 157.499,37 | 171.301,04 | 156.342,32 | 152.464,85 | 169.493,90 | 1.766.500,00 |
| Transf. União | | | | | | | | | | | | | | - |
| **1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES** | **65.950,00** | **5.733,33** | **5.416,67** | **5.416,67** | **5.733,33** | **5.416,67** | **5.416,67** | **5.416,67** | **5.733,33** | **5.416,67** | **5.416,67** | **5.416,67** | **5.416,67** | **65.950,00** |
| Indenizações | 21.000,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 21.000,00 |
| Outras Restituições | 950,00 | 316,67 | | | 316,67 | | | | 316,67 | | | | | 950,00 |
| Outras Receitas | 30.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| Compensações Financeiras entre O Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | 14.000,00 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 1.166,67 | 14.000,00 |
| **2.2 ALIENAÇÃO DE BENS** | **292.900,00** | **2.908,50** | **3.785,73** | **4.571,58** | **3.721,88** | **133.511,14** | **94.231,50** | **10.581,60** | **5.977,80** | **6.948,76** | **9.023,37** | **8.979,14** | **8.659,00** | **292.900,00** |
| Alienação de Bens | 292.900,00 | 2.908,50 | 3.785,73 | 4.571,58 | 3.721,88 | 133.511,14 | 94.231,50 | 10.581,60 | 5.977,80 | 6.948,76 | 9.023,37 | 8.979,14 | 8.659,00 | 292.900,00 |
| **2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Transf. Convênio Educação | | | | | | | | | | | | | | - |
| Transf. Convênio Saúde | | | | | | | | | | | | | | - |
| Outras Transferências | | | | | | | | | | | | | | - |
| **7.2 CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS** | **1.468.500,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **122.375,00** | **1.468.500,00** |
| Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo | 20.000,00 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 20.000,00 |
| Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo | 1.448.500,00 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 120.708,33 | 1.448.500,00 |
| **TOTAL GERAL** | **64.791.000,00** | **4.329.865,26** | **4.517.836,19** | **4.984.001,35** | **4.510.436,27** | **5.176.019,82** | **4.883.636,32** | **5.185.819,89** | **5.414.402,55** | **5.173.320,46** | **7.024.141,21** | **5.244.706,38** | **8.346.814,32** | **64.791.000,00** |

**MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**
**CRONOGRAMA DESEMBOLSO**
**2024**
**ANEXO II**

| Órgão | Orçamento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 3.650.000,00 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 304.166,67 | 3.650.000,00 |
| 02 GABINETE DO PREFEITO | 2.191.500,00 | 60.796,59 | 62.510,35 | 82.448,61 | 120.837,12 | 134.119,80 | 165.843,95 | 201.894,13 | 248.857,97 | 274.783,42 | 514.912,65 | 116.009,24 | 208.486,17 | 2.191.500,00 |
| 03 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO | 3.775.400,00 | 120.174,76 | 196.143,36 | 256.889,54 | 206.869,27 | 218.474,85 | 247.126,36 | 352.750,72 | 273.588,14 | 272.304,50 | 302.904,12 | 372.575,35 | 955.599,03 | 3.775.400,00 |
| 04 SECRETARIA FINANÇAS | 2.782.082,00 | 99.645,83 | 163.444,54 | 194.417,45 | 224.113,40 | 290.980,74 | 262.264,09 | 251.263,74 | 225.882,80 | 217.556,03 | 260.152,49 | 249.241,16 | 343.119,73 | 2.782.082,00 |
| 05 SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | 16.156.000,00 | 405.564,07 | 755.729,21 | 1.228.938,45 | 983.399,56 | 1.262.801,43 | 1.246.290,00 | 1.084.552,28 | 1.987.107,22 | 1.623.984,96 | 2.038.160,18 | 1.654.568,27 | 1.884.904,37 | 16.156.000,00 |
| 06 SECRETARIA SAÚDE | 12.637.330,00 | 528.227,76 | 955.255,77 | 1.217.177,08 | 880.518,61 | 994.191,39 | 1.012.616,62 | 1.145.877,26 | 1.091.385,09 | 1.096.920,24 | 985.054,60 | 958.086,54 | 1.772.019,04 | 12.637.330,00 |
| 07 SECRETARIA EDUCAÇÃO E CULTURA | 14.867.500,00 | 206.137,89 | 707.916,01 | 1.098.693,38 | 1.121.470,39 | 1.307.091,13 | 1.330.968,34 | 1.492.265,84 | 1.273.951,47 | 1.347.664,54 | 1.097.771,60 | 1.212.697,37 | 2.670.872,04 | 14.867.500,00 |
| 08 SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.744.588,00 | 79.085,30 | 172.453,44 | 226.771,58 | 179.699,15 | 233.262,53 | 225.116,60 | 257.071,84 | 221.996,00 | 238.232,98 | 235.466,44 | 277.958,15 | 397.473,99 | 2.744.588,00 |
| 09 SECRETARIA DES. ECONÔMICO E M. AMBIENTE | 1.278.800,00 | 7.952,86 | 11.449,10 | 16.993,97 | 18.407,05 | 13.524,59 | 18.995,30 | 62.668,87 | 86.590,11 | 161.905,03 | 292.794,05 | 386.068,44 | 201.450,63 | 1.278.800,00 |
| 10 FUNDO MUN. PREVIDENCIA - SANTA RITA PREV | 2.791.000,00 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 232.583,33 | 2.791.000,00 |
| 11 SECRETARIA ESPORTE E LAZER | 1.716.800,00 | 32.978,01 | 59.021,87 | 83.932,64 | 88.743,11 | 98.372,64 | 111.490,71 | 139.869,41 | 162.689,12 | 343.528,25 | 141.919,27 | 209.514,84 | 244.740,13 | 1.716.800,00 |
| 99 RESERVA DE CONTINGENCIA | 200.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 200.000,00 | 200.000,00 |
| **Total Geral** | **64.791.000,00** | **2.077.313,07** | **3.620.673,65** | **4.943.012,70** | **4.360.807,66** | **5.089.569,10** | **5.157.461,97** | **5.524.964,09** | **6.108.797,92** | **6.113.629,95** | **6.405.885,40** | **5.973.469,36** | **9.415.415,13** | **64.791.000,00** |

ForGov



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO N° 1.764/2024

**DECRETO N° 1.764/2024**

**DE 09 JANEIRO DE 2024.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023 – CONTAGEM DE PONTOS, PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. E Lei Municipal 817/2022. "***

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha – MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, I – Considerando a Lei Municipal nº 817 de 10 de junho de 2022 que autoriza o Município a contratação temporária através do Processo Seletivo, contagem de pontos, para contratação de profissionais da educação, por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal. II – Considerando a Lei Estadual Complementar nº 12/1992 e a Resolução de Consulta nº 14/2010, exarada pelo TCE/MT que autoriza a seleção simplificada por análise curricular;**

**R E S O L V E:**

**Art. 1°** - Nomear os servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2024– Contagem de Pontos, destinado a preencher lacunas nas vagas de Professores, Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e nutricionista, com os seguintes membros:

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Titular:** Presidente – Cosme Ribeiro dos Santos.

Portador do CPF nº 581.979.151-72 e RG nº 10501886

**Suplente-** Renan Pereira Pires.

Portador do CPF nº 022.318.731-33 e RG nº 5018383 SSP/GO.

**REPRESENTANTE DA SINTEP/STZ-MT**

**Titular:** Francisco Wagner Pires da Silva.

Portador do CPF nº 582.008.511-68 e RG º 03346951.

**Suplente:** Zilma Lima Alves.

Portadora do CPF nº 581.953.351-87 e RG nº 10705198

**REPRESENTANTES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Titular:** Adenilda da Silva Santos Luz.

Portadora do CPF nº 535.563.641-15 e RG nº 03344509

**REPRESENTANTE DOS DIRETORES ESCOLARES MUNICIPAIS**.

**Titular:** Janinha Maria Mariotti.

Portadora do CPF nº 570.094.811-72 e RG nº 09858997

**REPRESENTANTE DO NRE (NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO)**

**Titular:** Rosilene Ferreira Bezerra CPF nº 545.861.941-20 e RG nº 852608 SSP/MT.

**REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO.**

**Titular**: Alessandro Borges dos Santos.

Portador do CPF nº 066.780.761-54 e RG 14491532 SSP/MT

**Suplente**: José Maria Pereira Barros.

Portador do CPF nº 988.225.781-04 e RG nº 14416964 SSP/MT.

**Art. 2°** - A presente comissão ficará encarregada de tomar todas as providências necessárias para a realização do Processo Seletivo Simplificado 001/2024 – Contagem de Pontos, para a contratação de profissionais da educação, por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

**Art. 3°** - A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado deverá formular o Edital e suas regulamentações, promover a divulgação e encarregar-se do recebimento das inscrições, avaliação dos títulos e publicação do resultado final, com encaminhamento às autoridades competentes.

**Art. 4° -** Compete ao presidente desta comissão solicitar junto ao Executivo Municipal todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo deste Decreto, bem como se encarregar da organização do local onde serão realizadas as contagens de pontos.

**Art. 5º -** Os contratos temporários dos candidatos aprovados no processo seletivo 001/2024, serão feitos por tempo determinado e não superior a 31 de dezembro de 2024, sendo permitida a sua prorrogação caso o ano letivo ultrapasse a data prevista para seu término.

**Art. 6° -** A presente comissão deverá enviar todos os dados do Processo Seletivo Simplificado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 7° -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de janeiro de 2024.

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**

**PREFEITO DE SANTA TEREZINHA - MT**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA 001/2024-GP**

**PORTARIA 001/2024-GP**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

***"Dispõe sobre a Exoneração do Cargo Comissão e dá outras providencias".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

***R E S O L V E***:

**Artigo 1º** Exonerar a Senhor ***MESSIAS FILHO DE SOUSA***, Portadora do CPF nº 059.293.811-51 e RG nº 2694772-2 SSP/TO, Exp. 19/05/2021, para o Cargo em Comissão – CC4 – **Chefe do Departamento de Expediente da Ação Social,** Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2.024.

**Artigo 3º** - Revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 09 de janeiro de 2.024***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha-MT***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 001/GP/2024**

**DECRETO Nº 001/GP/2024**

**"DIVULGA OS DIAS DE FERIADOS NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PONTO FACULTATIVO DESTE MUNICÍPIO NO ANO DE 2024".**

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Srª. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 67, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

**Artigo 1°** - Divulgar os dias de feriado nacional, estadual, municipal e de ponto facultativo deste Município no ano de 2024.

I - 1º de janeiro (segunda-feira) Confraternização Universal - Feriado nacional;

II – 12 de fevereiro (segunda-feira) Carnaval – Ponto facultivo;

III - 13 de fevereiro (terça-feira) Carnaval - Ponto facultativo;

IV – 14 de fevereiro (quarta-feira) Quarta de Cinzas – Ponto facultativo até as 13 h;

V - 29 de março (sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado nacional;

VI - 21 de abril (domingo) Tiradentes - Feriado nacional;

VII - 1º de maio (quarta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado nacional;

VIII - 05 de maio (domingo) Marechal Candido Mariano da Silva Rondon - Feriado municipal;

IX - 30 de maio (quinta-feira) Corpus Christi - Ponto facultativo;

X- 31 de maio (sexta-feira) Ponto facultativo;

XI - 13 de junho (quinta-feira) Aniversário do Município – Feriado municipal;

XII – 07 de setembro (sábado) Independência do Brasil - Feriado nacional;

XIII – 12 de outubro (sábado) Nossa Senhora Aparecida - Feriado nacional;

XIV - 28 de outubro (segunda-feira) Comemoração Dia do Servidor Público - Ponto facultativo;

XV – 02 de novembro (sábado) dia de Finados - Feriado nacional;

XVI - 15 de novembro (sexta-feira) Proclamação da República - Feriado nacional;

XVII - 20 de novembro (quarta-feira) Homenagem ao Líder Negro Brasileiro "Zumbi dos Palmares"- Feriado estadual;

XVIII - 08 de dezembro (domingo) Dia de Nossa Senhora da Conceição - Feriado Municipal (Religioso);

XIX - 25 de dezembro (quarta-feira) Natal - Feriado nacional;

**Parágrafo Único** – O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários às atividades essenciais.

**Artigo 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger-MT, 03 de Janeiro de 2024.

**FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**

**Prefeita Municipal**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO N.º 002/GP/2024**

**DECRETO N.º 002/GP/2024**

"DECRETA REAJUSTE DA UPFM (UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) PARA R$ 30,19 (TRINTA REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)."

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto no artigo 363 da Lei nº 1.236/GP//2017 - Código Tributário Municipal, que foi criado a Unidade Padrão Fiscal Municipal (UPFM);

Considerando a variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) acumulada nos últimos 12 (doze) meses;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica reajustado o valor da UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal), a partir de janeiro de 2024 em R$ 30,19 (trinta reais e dezenove centavos).

**Art. 2º -** O valor acima se encontra atualizado mediante aplicação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), acumulado nos últimos 12 (doze) meses de acordo com a Lei nº 1.236/GP/2017 - Código Tributário Municipal.

**Art. 3º -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antônio de Leverger/MT, 03 de Janeiro de 2024.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**PORTARIA Nº. 060/2024.**

**PORTARIA Nº. 060/2024.**

**DE: 09 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA, A SERVIDORA PÚBLICA SRª **MARIA ELENA NUNES**, DO CARGO DE **CONSELHEIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA**

**ALVES**, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

**Artigo1º**- EXONERAR do Cargo de **CONSELHEIRA**, a servidora pública **MARIA ELENA NUNES**.

**Artigo 2º** - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

**Artigo3º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 09 JANEIRO DE 2024.**

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

**LUIS CARLOS REZENDE**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**PORTARIA Nº. 062/2024.**

**PORTARIA Nº. 062/2024.**

**DE: 09 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA, A SERVIDORA PÚBLICA SRª RONILDA ALVES DA SILVA ROSA, DO CARGO DE **CONSELHEIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA**

**ALVES**, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

**Artigo1º**- EXONERAR do Cargo de **CONSELHEIRA**, a servidora pública RONILDA ALVES DA SILVA ROSA.

**Artigo 2º** - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

**Artigo3º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 09 JANEIRO DE 2024.**

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

**LUIS CARLOS REZENDE**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, torna público que intenciona em realizar a **Contratação de empresa do ramo esportivo para realização do 3º NIVERSAL, que será realizado no Município de Santo Antônio do Leste/MT, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2024.** Conforme termo de referência, mediante dispensa de licitação com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, alterada pelo Decreto Federal nº 11.317/2022 e Decreto Municipal 034/2022 de 02 de junho de 2022.

Informamos que a Prefeitura tem interesse em obter propostas adicionais e, considerando o que preconiza o § 3º do art. 75 da lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.

O limite para apresentação da proposta de preços será até as **16h00min do dia 12/01/2023**.

A proposta de preços poderá ser entregue no setor de Compras da Prefeitura, sito á Av. Goiás, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste/MT, CEP 78628-000, no horário das **07h00min ás 10h00min e das 13h00min ás 16h00min** , em dias úteis ou pelo email: compras.sal2019@gmail.com ou compraspmsal@gmail.com até a data limite.

Além da proposta de preços a empresa interessada ainda deverá enviar as seguintes documentações de habilitações e qualificações mínimas necessárias sendo: **Contrato social, Cartão Cnpj, Certidões negativas federais, estaduais, municipais, FGTS e trabalhista, Atestado de Capacidade Tecnica e Certidão da junta comercial.**

Os documentos necessários contendo as exigências para dispensa de licitação estarão disponíveis no Site Oficial do Município na aba LICITAÇÕES > DISPENSA DE LICITAÇÃO no endereço eletrônico abaixo:

https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Transpar...

Santo Antônio do Leste-MT, 09 de janeiro de 2024.

**LUIS CARLOS REZENDE**

Secretario Municipal de Administração e Planejamento

Portaria 264/2021 de 18 de junho de 2021

---

**LICITAÇÃO**
**HOMOLOGAÇAO DE CREDENCIAMENTO 003/2023**

**HOMOLOGAÇAO DE CREDENCIAMENTO 003/2023**

No uso de minhas atribuições, levo ao conhecimento dos interessados que homologo o processo licitatório levado a efeito através do edital de Credenciamento nº 003/2023, destinado a **Credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços ambulatoriais e Hospitalares na área da saúde (Unidades Hospitalares 24h), para realização de Consultas, exames e procedimentos clínicos e cirúrgicos (internações)**, para atender as necessidades dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a favor da empresa **ULTRACLIN CLINICA MEDICA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA-ME**, **CNPJ No. 40.036.043/0001-41,** e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto na Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 09 de janeiro de 2024

_____

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**PORTARIA Nº. 059/2024.**

**PORTARIA Nº. 059/2024.**

**DE: 08 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA, O SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO SRº IGOR DE CAMPOS SILVA, DO CARGO DE COORDENADORIA TECNICA DO SETOR DE INFORMATICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA**

**ALVES**, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

**Artigo1º**- EXONERAR do Cargo de COORDENADORIA TECNICA DO SETOR DE INFORMATICA, a pedido do servidor público comissionado srº IGOR DE CAMPOS SILVA.

**Artigo 2º** - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

**Artigo3º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

**LUIS CARLOS REZENDE**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**PORTARIA Nº. 061/2024.**

**PORTARIA Nº. 061/2024.**

**DE: 09 DE JANEIRO DE 2024.**

EXONERA, A SERVIDORA PÚBLICA SRª MARIA LUZIANA DA SILVA, DO CARGO DE **CONSELHEIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA**

**ALVES**, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

**Artigo1º**- EXONERAR do Cargo de **CONSELHEIRA**, a servidora pública MARIA LUZIANA DA SILVA.

**Artigo 2º** - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

**Artigo3º**- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 09 JANEIRO DE 2024.**

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

**LUIS CARLOS REZENDE**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**PORTARIA Nº. 063/2024**

**PORTARIA Nº. 063/2024**

**DE: 09 DE JANEIRO DE 2024**

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) PUBLICO (A) DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES,** Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE;**

**Art. 1º -** Conceder férias a (o) servidor (a) público (a) **FABIO DAVID BONFIM,** em 09/01/2024 A 23/01/2024, com período aquisitivo de 17/02/2022 a 16/02/2024.

**Parágrafo Único –** O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

**Art. 2º -** Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos para o dia 02/01/2024.

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 09 DE JANEIRO DE 2024**

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

**LUIS CARLOS REZENDE**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

### PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PORTARIA Nº 71/2023, DE 09/01/2024 - CDMCA - CONSELHO TUTELAR - NOMEAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES TITULARES E SUPLENTES

**PORTARIA Nº 71, DE 9 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a nomeação dos Conselheiros Tutelares do Município de São Félix do Araguaia.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **CONSIDERANDO:**

**I -** o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente [...]", conhecida pelo acrônimo "ECA", em especial nos seus artigos 131 a 140;

**II -** a Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e suas alterações posteriores, em especial a Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022;

**III -** as disposições da Lei Complementar Municipal nº 144, de 22 de maio de 2023, sob a ementa "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, e dá outras providências.";

**IV -** a Resolução CMDCA nº 1, de 3 de abril de 2023, que nomeou os membros da Comissão do Processo de Escolha;

**V -** a realização das eleições no dia 1º de outubro de 2023, relativas ao Terceiro Processo de Escolha nº 1/2023, em Data Unificada, para Membros do Conselho Tutelar do Município de São Félix do Araguaia-MT;

**VI -** a abertura de prazos recursais em todas as fases do Processo de Escolha, bem como a resposta aos recursos apresentados e sua publicação;

**VII -** a expedição do Edital Complementar nº 14, de 11 de outubro de 2023, que divulgou o resultado final da eleição, devidamente publicado, em 17/10/2023, no sítio da Prefeitura Municipal, disponível em *www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br, igualmente publicado no Diário Oficial Municipal (Jornal da AMM), no dia* 17/10/2023, Edição nº 4.341 – ANO XVIII – Páginas 589-590, disponível no *site* https:// diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

**VIII -** as capacitações realizadas com os Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes, nos dias 8 e 9 de novembro de 2023 e 12, 13 e 14 de dezembro de 2023; e

**IX -** a **homologação** do resultado final do Terceiro Processo de Escolha, em Data Unificada, via do Decreto nº 49/2023, de 28 de dezembro de 2023:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear para o Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar do Município de São Félix do Araguaia, os seguintes candidatos eleitos:

**I – Titulares:**

**a) EDVANDO SILVA DE SOUSA**, identidade nº 569.057.851-72 - SSP-MT e CPF nº 569.057.851-72;

**b) EDIANE MELO VASCONCELOS**, identidade nº 1.649.681-7 - SEJUSP-MT e CPF nº 016.858.031-48;

**c) ELDES ALVES SALES**, identidade nº 3.465.613-8 - SESP-MT e CPF nº 007.537.541-93;

**d) VITÓRIA FERNANDES LIMA**, identidade nº 3.162.785-4 - SESP-MT e CPF nº 055.340.681-75; e

**e) NAIARA RODRIGUES MILHOMEM**, identidade nº 047.521.951-19 - SSP-MT e CPF nº 047.521.951-19.

**II - Suplentes:**

**a)** 1ª Suplente - LILIAN APARECIDA MENDES BARBOSA, identidade nº 3.659.953-0 – SESP-MT e CPF nº 000.372.721-10;

**b)** 2ª Suplente - KATIA CRUZ FERREIRA, identidade nº 1.884.582-7 - SSP-MT e CPF nº 020.655.941-01;

**c)** 3ª Suplente - ELEN RAYLA TEIXEIRA MEDEIROS, identidade nº 2.885.106-4 - SEJUSP-MT e CPF nº 061.037.031-66;

**d)** 4ª Suplente - ADRIANA FERREIRA FILHO, identidade nº 1.638.038-0 - SEJUSP-MT e CPF nº 007.264.961-54; e

**e)** 5ª Suplente - LUCIANA DA COSTA SILVA VARGAS, identidade nº 4.806.956 - SSP-GO e CPF nº 012.568.561-00.

**§ 1º** Os Conselheiros Titulares assinam Termo de Posse individualizado, com entrada em exercício imediata.

**§ 2º** Os Conselheiros Suplentes assinarão Termo de Posse individualizado, na medida em que forem convocados para substituir os Conselheiros Titulares em suas ausências.

**Art. 2º** Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), em 9 de janeiro de 2024.

**JANAILZA TAVEIRA LEITE**

**Prefeita Municipal**

### PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE CMDCA - CONSELHO TUTELAR - HOMOLOGAÇÃO DO 3º PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES

**DECRETO Nº 49, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Terceiro Processo de Escolha nº 1/2023, em Data Unificada, para Membros do Conselho Tutelar do Município de São Félix do Araguaia-MT, para o quadriênio 2024/2028, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **CONSIDERANDO:**

**I -** o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente [...]", conhecida pelo acrônimo "ECA", em especial nos seus artigos 131 a 140;

**II -** a Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e suas alterações posteriores, em especial a Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022;

**III -** as disposições da Lei Complementar Municipal nº 144, de 22 de maio de 2023, sob a ementa "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, e dá outras providências.";

**IV -** a Resolução CMDCA nº 1, de 3 de abril de 2023, que nomeou os membros da Comissão do Processo de Escolha;

**V -** a realização das eleições no dia 1º de outubro de 2023, relativas ao Terceiro Processo de Escolha nº 1/2023, em Data Unificada, para Membros do Conselho Tutelar do Município de São Félix do Araguaia-MT;

**VI -** a abertura de prazos recursais em todas as fases do Processo de Escolha, bem como a resposta aos recursos apresentados e sua publicação;

**VII -** a expedição do Edital Complementar nº 14, de 11 de outubro de 2023, que divulgou o resultado final da eleição, devidamente publicado, em 17/10/2023, no sítio da Prefeitura Municipal, disponível em www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br, igualmente publicado no Diário Oficial Municipal (Jornal da AMM), no dia 17/10/2023, Edição nº 4.341 – ANO XVIII – Páginas 589-590, disponível no *site* https:// diariomunicipal.org/mt/**amm**/edicoes/;

**VIII -** o Edital complementar nº 15, de 31 de outubro de 2023, que convocou os 15 (quinze) Conselheiros eleitos, sendo 5 (cinco) titulares e 10 (dez) suplentes, para participarem da primeira etapa de capacitação ocorrida nos dias 8 e 9 de novembro de 2023, Edital este devidamente publicado, em 01/11/2023, no sítio da Prefeitura Municipal, disponível em **www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br**, e igualmente publicado no Diário Oficial Municipal (Jornal da AMM), no dia 01/11/2023, Edição nº 4.352 – ANO XVIII – Página 408, disponível no *site* https:// diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/**;**

**IX -** a eliminação dos candidatos suplentes 6º ao 10º (11º ao 15º da classificação geral), por não terem comparecido na primeira capacitação, ocorrida nos dias 8 e 9 de novembro de 2023;

**X -** o Edital complementar nº 16, de 7 de dezembro de 2023, que convocou os 10 (dez) Conselheiros eleitos, sendo 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes, para a segunda etapa de capacitação ocorrida nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2023, Edital este devidamente publicado, em 08/12/2023, no *site* da Prefeitura Municipal, disponível em **www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br**, e igualmente publicado no Diário Oficial Municipal (Jornal da AMM), no dia 08/12/2023, Edição nº 4.376 – ANO XVIII – Páginas 421-422, disponível no *site* https:// diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/**;** e

**XI -** o comparecimento dos 10 Conselheiros Tutelares à segunda etapa da capacitação, restando todos aprovados.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do *Processo de Escolha nº 1/2023, em Data Unificada, para Membros do Conselho Tutelar do Município de São Félix do Araguaia-MT*.

**Art. 2º** Fica autorizada a convocação dos Conselheiros Tutelares Titulares para nomeação e assinatura do Termo de Posse, e autorizada a nomeação dos Conselheiros Tutelares Suplentes, que serão oportunamente convocados para posse, quando houver necessidade de substituição de Conselheiro Tutelar Titular.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**São Félix do Araguaia (MT), em 28 de dezembro de 2023.**

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

**JANAILZA TAVEIRA LEITE**

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

**PREVIMUNI**
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2023**

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro/MT – PREVIMUNI, torna público a celebração do PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2023. Aditivo de Prazo. CONTRATADA: **EULIDINALVA MACHADO ALCÂNTARA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 888.418.471-15. Valor Global: R$ 18.000,00 Vigência: 10/01/2024 a 09/01/2025.

São José do Rio Claro /MT, 09 de janeiro de 2024.

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva

**PREVIMUNI**
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2023**

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro/MT – PREVIMUNI, torna público a celebração do PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 01/2023. Aditivo de Prazo. CONTRATADA: **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 26.804.377/0004-30. Valor Global: R$ 17.927,16. Vigência: 10/01/2024 a 09/01/2025.

São José do Rio Claro /MT, 09 de janeiro de 2024.

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 001 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor ANDRE LUIZ LOPES DOS SANTOS, no período de 02 A 31/01/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Espécie:** 4º Termo Aditivo do Contrato **Nº 68/2022**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **DOMINGOS PEREIRA NUNES 01782139184**; **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de manutenção, conservação e limpeza de espaço físico, bem co-

mo cuidados ostensivos operacionais de equipamentos hidráulicos e elétricos do tipo bomba d'água e motor elétrico em regime de 24 hs da estação de captação de água do "corgão" a ser utilizado pelo Departamento de Água e Esgoto – DAE. **Prorrogação do prazo de vigência:** Até 09/03/2024. **Data de Assinatura:** 09/01/2024. **Jamis Silva Bolandin –** Prefeito Municipal.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 033 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONVERTER em ABONO PECUNIÁRIO a LICENÇA ESPECIAL do servidor CLAUDECIR ALVES FEITOSA, conforme Inciso III do Parágrafo I do Artigo 100 da Lei Complementar nº 005/2003, referente ao quinquênio 2016/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 015 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR para exercer INTERINAMENTE no período de 08 a 22 de janeiro de 2024, o cargo em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS o servidor JUVERCINO LOURENÇO DE OLIVEIRA, percebendo os vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**ANEXO I - PORTARIA Nº 014 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

ANEXO I

PORTARIA Nº 014 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

| Matrícula | Nome do Servidor | Período Aquisitivo |
|---|---|---|
| 61 | Adriana Maria de Souza Borgati | 17/10/2022 a 16/10/2023 |
| 283 | Adriana Martins da Silva Arruda Utre | 08/05/2022 a 07/05/2023 |
| 17246 | Adriano Rodrigues Prado | 06/02/2023 a 05/02/2024 |
| 26 | Aldineia Antunes da Silva | 22/02/2023 a 21/02/2024 |
| 2137 | Amilton Carlos Rodrigues Zorzati | 01/02/2021 a 31/01/2022 |
| 1707 | Ana Luiza Camargo | 01/02/2022 a 31/01/2023 |
| 1910 | Ana Maria de Melo Oliveira | 17/10/2022 a 16/10/2023 |
| 17418 | Ana Maria Dos Santos Barbosa Khippaiz | 02/10/2023 a 01/10/2024 |
| 13342 | Angela Maria Palermo Charupá | 11/08/2023 a 10/08/2024 |
| 2484 | Benedita Ferreira de Miranda Gomes | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 14703 | Betânia Rigoni da Silva | 03/05/2022 a 02/05/2023 |
| 1960 | Carlos Alberto Cauzo | 25/10/2022 a 24/10/2023 |
| 14989 | Carmen A. C. de Oliveira | 31/10/2022 a 30/10/2023 |
| 1660 | Célia Berenice Botelho de Souza | 13/03/2022 a 12/03/2023 |
| 15070 | Clarice de Fátima Agustini | 23/02/2022 a 22/02/2023 |
| 315 | Claudiana Alves Ferreira | 23/02/2023 a 22/02/2024 |
| 9132 | Claudineia Ricardo da Cruz | 27/03/2023 a 26/03/2024 |
| 1725 | Cledio Batista de Oliveira | 03/01/2021 a 02/01/2022 |
| 2163 | Cleia Dias Vieira | 02/02/2022 a 01/02/2023 |
| 2417 | Cleide Almissi Pereira | 21/02/2023 a 20/02/2024 |
| 2069 | Cleidelene Barbosa Pereira dos Santos | 22/02/2021 a 21/02/2022 |
| 1900 | Cleonice Araujo dos Santos | 06/05/2023 a 05/05/2024 |
| 65 | Cleonisse da Silva Machado Tomaz | 01/03/2022 a 28/02/2023 |
| 14445 | Creodete Mendes Souza | 22/02/2023 a 21/02/2024 |
| 14825 | Cristiane Aparecida fraga | 08/02/2022 a 07/02/2023 |
| 17261 | Danieli Toro Vieira Caldeira | 13/02/2023 a 12/02/2024 |
| 1773 | Dinamar de Souza Ladeia | 24/09/2022 a 23/09/2023 |
| 1550 | Edmar de Oliveira Almeida | 16/02/2023 a 15/02/2024 |
| 17419 | Eliane Bispo Da Silva | 02/10/2023 a 01/10/2024 |
| 9657 | Elis Regina de Oliveira Xavier Resende | 23/02/2023 a 22/02/2024 |
| 17416 | Elisangela Ap. Burgo Guevara | 02/10/2023 a 01/10/2024 |
| 1860 | Elismar Gonçalves Siqueira Raymundo | 01/02/2021 a 31/01/2022 |
| 326 | Elismara C. Xavier Bejo Monez | 09/04/2023 a 08/04/2024 |
| 14924 | Eliton Rodrigues de Paula Souza | 15/02/2023 a 14/02/2024 |
| 354 | Elizandra Maria Mayer Babinsk | 01/02/2023 a 31/01/2024 |
| 2503 | Emerson Souza Miler | 13/01/2020 a 12/01/2021 |
| 54 | Ester de Almeida Sanches | 13/03/2023 a 12/03/2024 |
| 1873 | Evandro Rodrigues | 25/10/2022 a 24/10/2023 |
| 1363 | Fátima Aparecida Guevara | 25/10/2022 a 24/10/2023 |
| 17327 | Francieli Muniz Bezerra | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 17414 | Gabrielli Gonçalves Da Silva | 02/10/2023 a 01/10/2024 |
| 17295 | Geraldo Cunha da Silva | 02/03/2023 a 01/03/2024 |
| 12866 | Gerson Severo dos Santos | 23/04/2022 a 22/04/2023 |
| 17252 | Geruza Lourenço de Oliveira da Silva | 07/02/2023 a 06/02/2024 |

| | | |
|---|---|---|
| 17277 | Gina Ventura Ferreira Francelino | 17/02/2023 a 16/02/2024 |
| 9627 | Giseli Vieira Fuzati Dias | 02/03/2023 a 01/03/2024 |
| 13937 | Isabel Gomes da S. Torresilhas | 17/09/2022 a 16/09/2023 |
| 1781 | Ismail de Jesus Souza | 15/08/2022 a 14/08/2023 |
| 17278 | Jader Wando da Silva Soares | 23/02/2023 a 22/02/2024 |
| 2308 | Jane Aparecida Otávio do Nascimento | 16/02/2022 a 15/02/2023 |
| 2157 | Joao Paulo Gama de Oliveira | 23/02/2021 a 22/02/2022 |
| 17420 | Jose Augusto Alves Rodrigo Pereira | 02/10/2023 a 01/10/2024 |
| 992 | José Carlos Valverde | 11/01/2023 a 10/01/2024 |
| 17413 | Joselaine Alencar Andrade Costa | 02/10/2023 a 01/10/2024 |
| 17305 | Josiane dos santos da Cunha | 10/03/2023 a 09/03/2024 |
| 2350 | Jucemar da Silva Mota | 15/07/2023 a 14/07/2024 |
| 14374 | Julimaria Gonçalves Rodrigues | 18/08/2022 a 16/08/2023 |
| 1843 | Jurandir da Silva Mota | 25/10/2022 a 24/10/2023 |
| 17319 | Karine de Oliveira Santana | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 9887 | Laíz Teles da Silva Lima | 23/02/2023 a 22/02/2024 |
| 2481 | Leila Simone Bussola | 16/03/2022 a 15/03/2023 |
| 1923 | Leonilda Maria de Souza de Lima | 17/10/2022 a 16/10/2023 |
| 361 | Leydy Daiane Aguiar dos Santos | 23/02/2023 a 22/02/2024 |
| 1915 | Lindinalva Alberta do Nascimento | 01/04/2023 a 31/03/2024 |
| 1684 | Luciana Botelho Nascimento | 05/03/2022 a 04/03/2023 |
| 2101 | Luciana Siani dos Santos de Almeida | 23/02/2022 a 22/02/2023 |
| 2131 | Lucilandes Correia de Lacerda | 02/03/2023 a 01/03/2024 |
| 12796 | Lucimar de Assis Landes Xavier | 01/11/2022 a 31/10/2023 |
| 10810 | Lucivania Jesus da Silva | 07/03/2023 a 06/03/2024 |
| 17267 | Luiz Eduardo Peres Siqueira | 13/02/2023 a 12/02/2024 |
| 2312 | Luzia Alves Gardas | 17/02/2023 a 16/02/2024 |
| 14391 | Luzia Maria de Medeiros | 27/03/2023 a 26/03/2024 |
| 2422 | Márcia Aparecida T. A. Brambilla | 04/03/2023 a 03/03/2024 |
| 1732 | Marcia Cristina Botelho da Silva | 04/04/2022 a 03/04/2023 |
| 15107 | Marcia Cristina Tibúrcio Bonfim | 24/06/2022 a 23/06/2023 |
| 9214 | Margareth Tomaz da Costa | 18/04/2023 a 17/04/2024 |
| 1167 | Maria Aparecida Alves de Almeida Rezio | 05/05/2023 a 04/05/2024 |
| 17320 | Maria Bisola | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 14238 | Maria Cristina Dani | 04/03/2023 a 03/03/2024 |
| 1483 | Maria de Fátima Oliveira Botassin | 12/12/2023 a 11/12/2024 |
| 1709 | Maria de Lourdes Tomaz | 10/05/2021 a 09/05/2022 |
| 9645 | Maria do Socorro Lopes Ferreira | 23/02/2023 a 22/02/2024 |
| 1315 | Maria Helena Rodrigues Brauno | 01/02/2023 a 31/01/2024 |
| 1267 | Maria Neide Rodrigues de Lima | 01/02/2022 a 31/01/2023 |
| 14183 | Maria Nilza Lino dos Santos | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 1656 | Maria Nilza Ribeiro Finotto | 27/11/2023 a 26/11/2024 |
| 1479 | Maria Rosa de Jesus da Silva | 14/03/2021 a 13/03/2022 |
| 1055 | Marilza Viscovini Peres | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 17250 | Marinalva Eunice da Silva | 07/02/2023 a 06/02/2024 |
| 2609 | Marta Regina Sicoti | 15/04/2023 a 14/04/2024 |
| 362 | Monica das Graças Teotonio | 08/03/2022 a 07/03/2023 |
| 17321 | Nelma Luzia de Brito dos Santos | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 112 | Neuseli de Andrade Melgarejo | 10/02/2023 a 09/02/2024 |
| 159 | Nivaldo Massoni | 02/03/2023 a 29/02/2024 |
| 17095 | Orestes Neto Fernandes de Souza | 14/02/2022 a 13/02/2023 |
| 372 | Otávio Monez | 01/03/2023 a 29/02/2024 |
| 17317 | Pedro Guireli | 14/03/2023 a 13/03/2024 |
| 9705 | Quezia Parizoto de Oliveira | 24/02/2023 a 23/02/2024 |
| 17155 | Renata Juliana de Castro Paes | 07/02/2023 a 06/02/2024 |
| 12877 | Rita de Cassia Biazoto | 08/10/2021 a 07/10/2022 |
| 953 | Rosa Maria Ferreira Botassin | 16/02/2023 a 31/01/2024 |
| 15054 | Rosania Caetano de Oliveira Abreu | 03/10/2022 a 02/10/2023 |
| 216 | Roselaine Masterali | 09/04/2021 a 08/04/2022 |
| 1658 | Rosimeire Candelária Silva | 07/03/2021 a 06/03/2022 |
| 2459 | Rozivani Bonomi Landim | 25/10/2022 a 24/10/2023 |
| 695 | Rubens Botari | 20/02/2023 a 20/02/2024 |
| 17153 | Samyla Akeyber dos Santos Tomaz | 07/02/2023 a 06/02/2024 |
| 15141 | Sandra Alves de Souza Teles | 02/03/2023 a 01/03/2024 |
| 14534 | Sandra Dalosto dos Anjos Soares | 01/03/2022 a 28/02/2023 |
| 509 | Sidiney Jafett | 05/03/2023 a 04/03/2024 |
| 17255 | Silmara Leite da Silva Frias | 07/02/2023 a 06/02/2024 |
| 2004 | Sonia Maria dos Santos | 25/10/2022 a 24/10/2023 |
| 974 | Sonia Santiago Afonso Catanoza | 01/12/2023 a 30/11/2024 |
| 14318 | Sueli Oliveira Lopes Cassia | 24/03/2022 a 23/03/2023 |
| 2576 | Suzana Aparecida Valverde | 01/02/2023 a 31/01/2024 |
| 1533 | Terezinha Furtado da Silva | 04/11/2022 a 03/11/2023 |
| 1222 | Valter Araujo pereira | 27/08/2023 a 26/08/2024 |
| 17275 | Vanderlei Valverde Lessa | 15/02/2023 a 14/02/2024 |
| 1628 | Vilson Ferreira Leite | 27/02/2022 a 26/02/2023 |
| 17263 | Vitória Gonçalves da Silva | 13/02/2023 a 12/02/2024 |
| 17303 | Wemerson Sanches de Oliveira | 07/03/2023 a 06/03/2024 |
| 929 | Wilian Ricardo Costa | 01/02/2023 a 31/01/2024 |

**CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº 190, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**
Dr Guilherme Pinto Cardoso, 539 - Centro - CNPJ:15024029/0001-80
2024

## DECRETO Nº 190 , DE 12 DE dezembro DE 2023

*Dispõe sobre a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembols o, conforme o art. 4º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o art. 8º da Lei Complem entar nº 101, de 4 de maio de 2000*

O PREFEITO MUNICIPAL DE São José dos Quatro Marcos, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,
DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os limites para movimentação de empenho e para pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, e aos Restos a Pagar inscritos até o exercício de 2023, na forma discriminada nos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 3º. A realização de despesa à conta de recursos vinculados somente poderão ocorrer respeitadas as dotações aprovadas, até o limite da efetiva arrecadação das receitas correspondentes.

Art. 4º. A despesa com pessoal e encargos sociais não poderá exceder a 54% da Receita Corrente Líquida, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Parágrafo único. Somente será admitida despesa superior ao limite estabelecido no caput com o objetivo de pagamento da folha com o pessoal efetivo.

Art. 5º. Não serão objeto de limitação as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art 6º. Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária para o exercício de 2024 para o Poder Legislativo, e seus créditos adicionais, ser-lhe-ão entregues até o dia 31 de cada mês, em obediência ao art. 168 da Constituição Federal, conforme dispõe o art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 7º. As medições para liberação de pagamento de obras em execução deverão informar o percentual da execução física da obra, para avaliação do serviço de engenharia da Prefeitura Municipal.

Art. 8º. O serviço de contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias ao bloqueio provisório das dotações orçamentárias constantes da Lei nº 1982 (Lei Orçamentária), cujas ações dependam de procedimentos complementares que viabilizem a sua execução orçamentária e financeira.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos, 12 de dezembro de 2023

JAMIS SILVA BOLANDIN
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| **RECEITAS CORRENTES.** | 84.746.240,00 | 13.131.298,38 | 13.131.298,38 | 12.592.352,56 | 25.723.650,94 | 15.875.999,97 | 41.599.650,91 | 14.532.511,64 | 56.132.162,55 | 14.100.715,34 | 70.232.877,89 | 14.513.362,11 | 84.746.240,00 |
| **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES** | 9.001.440,00 | 985.513,49 | 985.513,49 | 1.341.256,52 | 2.326.770,01 | 2.337.965,18 | 4.664.735,19 | 1.681.138,56 | 6.345.873,75 | 1.279.228,34 | 7.625.102,09 | 1.376.337,91 | 9.001.440,00 |
| **IMPOSTOS** | 7.716.940,00 | 756.472,09 | 756.472,09 | 1.004.105,37 | 1.760.577,46 | 2.107.640,94 | 3.868.218,40 | 1.465.959,07 | 5.334.177,47 | 1.071.542,40 | 6.405.719,87 | 1.311.220,13 | 7.716.940,00 |
| IPTU - GERAL | 480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 228.726,75 | 228.726,75 | 217.084,25 | 445.811,00 | 21.794,97 | 467.605,97 | 12.394,03 | 480.000,00 |
| IPTU - EDUCAÇÃO | 270.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 128.660,26 | 128.660,26 | 122.110,19 | 250.770,45 | 12.258,68 | 263.029,13 | 6.970,87 | 270.000,00 |
| IPTU - SAUDE | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 119.129,96 | 119.129,96 | 113.065,05 | 232.195,01 | 11.350,59 | 243.545,60 | 6.454,40 | 250.000,00 |
| MULTAS DE IPTU - GERAL | 7.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.082,93 | 1.082,93 | 2.361,01 | 3.443,94 | 2.075,71 | 5.519,65 | 1.680,35 | 7.200,00 |
| MULTAS DE IPTU - EDUCACAO | 4.050,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 609,52 | 609,52 | 1.328,17 | 1.937,69 | 1.167,28 | 3.104,97 | 945,03 | 4.050,00 |
| MULTAS DE IPTU - SAÚDE | 3.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 564,37 | 564,37 | 1.229,72 | 1.794,09 | 1.080,79 | 2.874,88 | 875,12 | 3.750,00 |
| DIVIDA ATIVA IPTU - | 96.000,00 | 13.733,80 | 13.733,80 | 14.726,39 | 28.460,19 | 24.044,12 | 52.504,31 | 16.365,48 | 68.869,79 | 15.427,82 | 84.297,61 | 11.702,39 | 96.000,00 |
| DIVIDA ATIVA IPTU - EDUCACAO | 54.000,00 | 7.726,38 | 7.726,38 | 8.284,77 | 16.011,15 | 13.525,25 | 29.536,40 | 9.204,75 | 38.741,15 | 8.677,35 | 47.418,50 | 6.581,50 | 54.000,00 |
| DIVIDA ATIVA IPTU - SAUDE | 50.000,00 | 7.154,14 | 7.154,14 | 7.671,20 | 14.825,34 | 12.523,33 | 27.348,67 | 8.522,92 | 35.871,59 | 8.034,52 | 43.906,11 | 6.093,89 | 50.000,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA | 16.800,00 | 2.309,18 | 2.309,18 | 3.442,34 | 5.751,52 | 2.057,13 | 7.808,65 | 3.868,68 | 11.677,33 | 2.868,38 | 14.545,71 | 2.254,29 | 16.800,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA | 9.450,00 | 1.299,65 | 1.299,65 | 1.937,52 | 3.237,17 | 1.156,48 | 4.393,65 | 2.176,00 | 6.569,65 | 1.613,00 | 8.182,65 | 1.267,35 | 9.450,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA | 8.750,00 | 1.203,48 | 1.203,48 | 1.794,15 | 2.997,63 | 1.070,76 | 4.068,39 | 2.014,83 | 6.083,22 | 1.493,39 | 7.576,61 | 1.173,39 | 8.750,00 |
| ITBI - GERAL | 720.000,00 | 37.541,02 | 37.541,02 | 87.164,15 | 124.705,17 | 264.550,59 | 389.255,76 | 73.063,77 | 462.319,53 | 108.806,19 | 571.125,72 | 148.874,28 | 720.000,00 |
| ITBI - EDUCACAO | 405.000,00 | 21.116,84 | 21.116,84 | 49.029,77 | 70.146,61 | 148.809,86 | 218.956,47 | 41.098,25 | 260.054,72 | 61.203,46 | 321.258,18 | 83.741,82 | 405.000,00 |
| ITBI - SAUDE | 375.000,00 | 19.552,64 | 19.552,64 | 45.397,89 | 64.950,53 | 137.786,93 | 202.737,46 | 38.053,95 | 240.791,41 | 56.669,89 | 297.461,30 | 77.538,70 | 375.000,00 |
| MULTAS ITBI - GERAL | 1.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 0,00 | 1.200,00 | 0,00 | 1.200,00 |
| MULTAS ITBI - EDUCACAO | 675,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 675,00 | 675,00 | 0,00 | 675,00 | 0,00 | 675,00 |
| MULTAS ITBI - SAUDE | 625,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 625,00 | 625,00 | 0,00 | 625,00 | 0,00 | 625,00 |
| DIVIDA ATIVA ITBI - GERAL | 12.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 4.000,00 | 2.000,00 | 6.000,00 | 2.000,00 | 8.000,00 | 2.000,00 | 10.000,00 | 2.000,00 | 12.000,00 |
| DIVIDA ATIVA ITBI - EDUCACAO | 6.750,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 2.250,00 | 1.125,00 | 3.375,00 | 1.125,00 | 4.500,00 | 1.125,00 | 5.625,00 | 1.125,00 | 6.750,00 |
| DIVIDA ATIVA ITBI - SAUDE | 6.250,00 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 2.083,32 | 1.041,66 | 3.124,98 | 1.041,66 | 4.166,64 | 1.041,66 | 5.208,30 | 1.041,70 | 6.250,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA ITBI | 1.440,00 | 240,00 | 240,00 | 240,00 | 480,00 | 240,00 | 720,00 | 240,00 | 960,00 | 240,00 | 1.200,00 | 240,00 | 1.440,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA ITBI | 6.750,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 2.250,00 | 1.125,00 | 3.375,00 | 1.125,00 | 4.500,00 | 1.125,00 | 5.625,00 | 1.125,00 | 6.750,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA ITBI | 6.250,00 | 1.041,66 | 1.041,66 | 1.041,66 | 2.083,32 | 1.041,66 | 3.124,98 | 1.041,66 | 4.166,64 | 1.041,66 | 5.208,30 | 1.041,70 | 6.250,00 |
| IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO | 1.500.000,00 | 204.046,12 | 204.046,12 | 294.094,10 | 498.140,22 | 260.951,75 | 759.091,97 | 256.825,27 | 1.015.917,24 | 249.538,89 | 1.265.456,13 | 234.543,87 | 1.500.000,00 |
| IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO | 250.000,00 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 83.333,32 | 41.666,66 | 124.999,98 | 41.666,66 | 166.666,64 | 41.666,66 | 208.333,30 | 41.666,70 | 250.000,00 |
| IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| ISSQN - GERAL | 1.775.000,00 | 264.157,68 | 264.157,68 | 258.702,34 | 522.860,02 | 261.820,17 | 784.680,19 | 309.520,06 | 1.094.200,25 | 278.398,33 | 1.372.598,58 | 402.401,42 | 1.775.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| ISSQN - EDUCACAO | 540.000,00 | 55.140,64 | 55.140,64 | 83.022,62 | 138.163,26 | 84.022,73 | 222.185,99 | 99.331,00 | 321.516,99 | 89.343,95 | 410.860,94 | 129.139,06 | 540.000,00 |
| ISSQN - SAUDE | 500.000,00 | 51.056,14 | 51.056,14 | 76.872,73 | 127.928,87 | 77.798,80 | 205.727,67 | 91.973,20 | 297.700,87 | 82.726,00 | 380.426,87 | 119.573,13 | 500.000,00 |
| MULTAS E JUROS ISSQN - GERAL | 9.600,00 | 2.332,98 | 2.332,98 | 1.282,19 | 3.615,17 | 1.488,72 | 5.103,89 | 1.008,02 | 6.111,91 | 1.165,14 | 7.277,05 | 2.322,95 | 9.600,00 |
| MULTAS E JUROS ISSQN - EDUCACAO | 5.400,00 | 1.000,58 | 1.000,58 | 776,12 | 1.776,70 | 901,28 | 2.677,98 | 610,04 | 3.288,02 | 705,26 | 3.993,28 | 1.406,72 | 5.400,00 |
| MULTAS E JUROS ISSQN - SAUDE | 5.000,00 | 926,53 | 926,53 | 718,59 | 1.645,12 | 834,51 | 2.479,63 | 564,81 | 3.044,44 | 653,00 | 3.697,44 | 1.302,56 | 5.000,00 |
| DIVIDA ATIVA ISSQN - GERAL | 19.200,00 | 6.640,49 | 6.640,49 | 6.244,75 | 12.885,24 | 3.674,51 | 16.559,75 | 568,45 | 17.128,20 | 1.558,08 | 18.686,28 | 513,72 | 19.200,00 |
| DIVIDA ATIVA ISSQN - EDUCACAO | 10.800,00 | 3.735,26 | 3.735,26 | 3.512,77 | 7.248,03 | 2.066,86 | 9.314,89 | 319,69 | 9.634,58 | 876,47 | 10.511,05 | 288,95 | 10.800,00 |
| DIVIDA ATIVA ISSQN - SAUDE | 10.000,00 | 3.458,58 | 3.458,58 | 3.252,57 | 6.711,15 | 1.913,74 | 8.624,89 | 296,00 | 8.920,89 | 811,56 | 9.732,45 | 267,55 | 10.000,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA | 4.800,00 | 768,08 | 768,08 | 2.610,28 | 3.378,36 | 1.022,22 | 4.400,58 | 74,68 | 4.475,26 | 241,78 | 4.717,04 | 82,96 | 4.800,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA | 2.700,00 | 431,93 | 431,93 | 1.468,46 | 1.900,39 | 575,00 | 2.475,39 | 41,98 | 2.517,37 | 135,99 | 2.653,36 | 46,64 | 2.700,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA | 2.500,00 | 399,95 | 399,95 | 1.359,67 | 1.759,62 | 532,41 | 2.292,03 | 38,85 | 2.330,88 | 125,93 | 2.456,81 | 43,19 | 2.500,00 |
| OUTROS IMPOSTOS - PRINCIPAL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| OUTROS IMPOSTOS - DIVIDA ATIVA | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| OUTROS IMPOSTOS - MULTAS E JUROS | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| **TAXAS** | 1.284.500,00 | 229.041,40 | 229.041,40 | 337.151,15 | 566.192,55 | 230.324,24 | 796.516,79 | 215.179,49 | 1.011.696,28 | 207.685,94 | 1.219.382,22 | 65.117,78 | 1.284.500,00 |
| TAXAS DE ALVARA - PRINCIPAL | 300.000,00 | 59.710,01 | 59.710,01 | 172.531,21 | 232.241,22 | 35.004,10 | 267.245,32 | 19.610,56 | 286.855,88 | 7.262,05 | 294.117,93 | 5.882,07 | 300.000,00 |
| TAXAS DE PUBLICIDADE COMERCIAL | 5.000,00 | 3.514,12 | 3.514,12 | 127,40 | 3.641,52 | 370,59 | 4.012,11 | 0,00 | 4.012,11 | 987,89 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE AREA DE | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| TAXAS DE APROVAÇÃO DE PROJETOS | 5.000,00 | 503,29 | 503,29 | 588,64 | 1.091,93 | 951,73 | 2.043,66 | 1.263,82 | 3.307,48 | 845,40 | 4.152,88 | 847,12 | 5.000,00 |
| TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E | 5.000,00 | 488,95 | 488,95 | 1.095,53 | 1.584,48 | 1.592,77 | 3.177,25 | 1.092,61 | 4.269,86 | 353,20 | 4.623,06 | 376,94 | 5.000,00 |
| TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E | 5.000,00 | 700,40 | 700,40 | 1.485,86 | 2.186,26 | 1.375,78 | 3.562,04 | 615,03 | 4.177,07 | 319,43 | 4.496,50 | 503,50 | 5.000,00 |
| TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E | 5.000,00 | 895,76 | 895,76 | 1.471,30 | 2.367,06 | 993,91 | 3.360,97 | 737,47 | 4.098,44 | 300,19 | 4.398,63 | 601,37 | 5.000,00 |
| TAXAS DE LIMPEZA PÚBLICA | 40.000,00 | 1.720,65 | 1.720,65 | 777,90 | 2.498,55 | 15.563,83 | 18.062,38 | 13.585,89 | 31.648,27 | 6.195,03 | 37.843,30 | 2.156,70 | 40.000,00 |
| TAXAS DE CEMITÉRIOS | 1.000,00 | 212,39 | 212,39 | 85,72 | 298,11 | 171,44 | 469,55 | 202,22 | 671,77 | 202,61 | 874,38 | 125,62 | 1.000,00 |
| TAXA DE COLETA DE LIXO - TCL - | 450.000,00 | 61.920,21 | 61.920,21 | 94.598,64 | 156.518,85 | 93.808,43 | 250.327,28 | 93.014,42 | 343.341,70 | 90.244,28 | 433.585,98 | 16.414,02 | 450.000,00 |
| TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE | 250.000,00 | 49.407,94 | 49.407,94 | 34.859,46 | 84.267,40 | 37.392,23 | 121.659,63 | 55.783,35 | 177.442,98 | 53.855,64 | 231.298,62 | 18.701,38 | 250.000,00 |
| TAXAS COLETA DE LIXO - MULTAS E | 10.000,00 | 956,63 | 956,63 | 1.740,36 | 2.696,99 | 2.065,85 | 4.762,84 | 2.379,54 | 7.142,38 | 2.206,07 | 9.348,45 | 651,55 | 10.000,00 |
| TAXAS DE CEMITÉRIOS - MULTAS E | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.861,48 | 1.861,48 | 0,00 | 1.861,48 | 12.906,80 | 14.768,28 | 231,72 | 15.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| OUTRAS TAXAS - MULTAS E JUROS DE | 25.000,00 | 3.717,86 | 3.717,86 | 3.150,08 | 6.867,94 | 4.560,42 | 11.428,36 | 8.821,31 | 20.249,67 | 3.569,67 | 23.819,34 | 1.180,66 | 25.000,00 |
| TAXAS COLETA DE LIXO - DÍVIDA ATIVA | 5.000,00 | 2.221,09 | 2.221,09 | 684,58 | 2.905,67 | 983,43 | 3.889,10 | 499,04 | 4.388,14 | 473,32 | 4.861,46 | 138,54 | 5.000,00 |
| TAXAS DE CEMITÉRIOS - DÍVIDA ATIVA | 1.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 333,32 | 166,66 | 499,98 | 166,66 | 666,64 | 166,66 | 833,30 | 166,70 | 1.000,00 |
| OUTRAS TAXAS - DÍVIDA ATIVA | 150.000,00 | 40.432,03 | 40.432,03 | 21.458,57 | 61.890,60 | 31.538,58 | 93.429,18 | 15.366,10 | 108.795,28 | 25.608,82 | 134.404,10 | 15.595,90 | 150.000,00 |
| TAXAS COLETA DE LIXO - MULTAS E | 5.000,00 | 1.198,01 | 1.198,01 | 984,98 | 2.182,99 | 797,74 | 2.980,73 | 850,28 | 3.831,01 | 827,01 | 4.658,02 | 341,98 | 5.000,00 |
| TAXAS DE CEMITÉRIOS - MULTAS E | 1.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 333,32 | 166,66 | 499,98 | 166,66 | 666,64 | 166,66 | 833,30 | 166,70 | 1.000,00 |
| OUTRAS TAXAS - MULTAS E JUROS DE | 1.500,00 | 275,40 | 275,40 | 344,26 | 619,66 | 125,27 | 744,93 | 191,19 | 936,12 | 361,87 | 1.297,99 | 202,01 | 1.500,00 |
| **CONTRIBUIÇÕES** | 4.061.000,00 | 756.646,69 | 756.646,69 | 661.395,60 | 1.418.042,29 | 635.431,36 | 2.053.473,65 | 631.315,05 | 2.684.788,70 | 636.513,91 | 3.321.302,61 | 739.697,39 | 4.061.000,00 |
| **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS** | 2.261.000,00 | 376.833,34 | 376.833,34 | 376.833,34 | 753.666,68 | 376.833,34 | 1.130.500,02 | 376.833,34 | 1.507.333,36 | 376.833,34 | 1.884.166,70 | 376.833,30 | 2.261.000,00 |
| CONTRIBUIçãO DO SERVIDOR CIVIL | 1.866.600,00 | 311.100,00 | 311.100,00 | 311.100,00 | 622.200,00 | 311.100,00 | 933.300,00 | 311.100,00 | 1.244.400,00 | 311.100,00 | 1.555.500,00 | 311.100,00 | 1.866.600,00 |
| CONTRIBUIçãO DO SERVIDOR CIVIL | 333.400,00 | 55.566,66 | 55.566,66 | 55.566,66 | 111.133,32 | 55.566,66 | 166.699,98 | 55.566,66 | 222.266,64 | 55.566,66 | 277.833,30 | 55.566,70 | 333.400,00 |
| CONTRIBUIçãO DO SERVIDOR CIVIL | 50.000,00 | 8.333,34 | 8.333,34 | 8.333,34 | 16.666,68 | 8.333,34 | 25.000,02 | 8.333,34 | 33.333,36 | 8.333,34 | 41.666,70 | 8.333,30 | 50.000,00 |
| CONTRIB.SERVIDOR CIVIL | 1.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 333,32 | 166,66 | 499,98 | 166,66 | 666,64 | 166,66 | 833,30 | 166,70 | 1.000,00 |
| CONTRIB.SERVIDOR CIVIL | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| CONTRIB.SERVIDOR | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO** | 1.800.000,00 | 379.813,35 | 379.813,35 | 284.562,26 | 664.375,61 | 258.598,02 | 922.973,63 | 254.481,71 | 1.177.455,34 | 259.680,57 | 1.437.135,91 | 362.864,09 | 1.800.000,00 |
| CONTRIB.SERV.ILUMINAÇÃO | 1.800.000,00 | 379.813,35 | 379.813,35 | 284.562,26 | 664.375,61 | 258.598,02 | 922.973,63 | 254.481,71 | 1.177.455,34 | 259.680,57 | 1.437.135,91 | 362.864,09 | 1.800.000,00 |
| **RECEITA PATRIMONIAL** | 384.100,00 | 64.272,56 | 64.272,56 | 64.183,86 | 128.456,42 | 64.006,80 | 192.463,22 | 63.954,83 | 256.418,05 | 63.774,78 | 320.192,83 | 63.907,17 | 384.100,00 |
| **EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO** | 3.000,00 | 499,98 | 499,98 | 499,98 | 999,96 | 499,98 | 1.499,94 | 499,98 | 1.999,92 | 499,98 | 2.499,90 | 500,10 | 3.000,00 |
| FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE | 1.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 333,32 | 166,66 | 499,98 | 166,66 | 666,64 | 166,66 | 833,30 | 166,70 | 1.000,00 |
| CONC.PERM.AUT.CESSÃO DIR.USO | 1.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 333,32 | 166,66 | 499,98 | 166,66 | 666,64 | 166,66 | 833,30 | 166,70 | 1.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - | 1.000,00 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 333,32 | 166,66 | 499,98 | 166,66 | 666,64 | 166,66 | 833,30 | 166,70 | 1.000,00 |
| **VALORES MOBILIÁRIOS** | 381.100,00 | 63.772,58 | 63.772,58 | 63.683,88 | 127.456,46 | 63.506,82 | 190.963,28 | 63.454,85 | 254.418,13 | 63.274,80 | 317.692,93 | 63.407,07 | 381.100,00 |
| REND. APLICACAO RPPS - RENDA FIXA | 8.000,00 | 1.333,34 | 1.333,34 | 1.333,34 | 2.666,68 | 1.333,34 | 4.000,02 | 1.333,34 | 5.333,36 | 1.333,34 | 6.666,70 | 1.333,30 | 8.000,00 |
| REND. APLICACAO RPPS - RENDA | 365.100,00 | 60.850,00 | 60.850,00 | 60.850,00 | 121.700,00 | 60.850,00 | 182.550,00 | 60.850,00 | 243.400,00 | 60.850,00 | 304.250,00 | 60.850,00 | 365.100,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 83,34 | 83,34 | 83,34 | 166,68 | 83,34 | 250,02 | 83,34 | 333,36 | 83,34 | 416,70 | 83,30 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 91,83 | 91,83 | 76,30 | 168,13 | 22,15 | 190,28 | 53,07 | 243,35 | 117,10 | 360,45 | 139,55 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 66,01 | 66,01 | 103,49 | 169,50 | 57,42 | 226,92 | 36,66 | 263,58 | 104,76 | 368,34 | 131,66 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 144,50 | 144,50 | 119,82 | 264,32 | 112,50 | 376,82 | 73,61 | 450,43 | 33,57 | 484,00 | 16,00 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 105,72 | 105,72 | 110,41 | 216,13 | 118,06 | 334,19 | 119,90 | 454,09 | 28,17 | 482,26 | 17,74 | 500,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 97,21 | 97,21 | 116,48 | 213,69 | 113,00 | 326,69 | 89,81 | 416,50 | 50,15 | 466,65 | 33,35 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 145,05 | 145,05 | 122,00 | 267,05 | 76,42 | 343,47 | 70,27 | 413,74 | 54,58 | 468,32 | 31,68 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 1.000,00 | 223,16 | 223,16 | 151,59 | 374,75 | 145,20 | 519,95 | 187,62 | 707,57 | 108,97 | 816,54 | 183,46 | 1.000,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 86,88 | 86,88 | 90,64 | 177,52 | 97,68 | 275,20 | 92,17 | 367,37 | 65,66 | 433,03 | 66,97 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 117,13 | 117,13 | 111,40 | 228,53 | 78,85 | 307,38 | 87,84 | 395,22 | 56,61 | 451,83 | 48,17 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 59,71 | 59,71 | 75,23 | 134,94 | 80,87 | 215,81 | 93,89 | 309,70 | 90,84 | 400,54 | 99,46 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 93,25 | 93,25 | 129,04 | 222,29 | 106,27 | 328,56 | 23,53 | 352,09 | 23,43 | 375,52 | 124,48 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 83,34 | 83,34 | 83,34 | 166,68 | 83,34 | 250,02 | 83,34 | 333,36 | 83,34 | 416,70 | 83,30 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - | 500,00 | 146,28 | 146,28 | 81,14 | 227,42 | 49,72 | 277,14 | 35,34 | 312,48 | 67,28 | 379,76 | 120,24 | 500,00 |
| REND. DE APLICAÇÃO - REC. VINC. - LEI | 500,00 | 45,83 | 45,83 | 46,32 | 92,15 | 98,66 | 190,81 | 141,12 | 331,93 | 123,66 | 455,59 | 44,41 | 500,00 |
| **RECEITA DE SERVIÇOS** | 1.625.000,00 | 285.535,08 | 285.535,08 | 300.182,47 | 585.717,55 | 353.346,41 | 939.063,96 | 309.533,41 | 1.248.597,37 | 277.886,67 | 1.526.484,04 | 98.515,96 | 1.625.000,00 |
| **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E** | 70.000,00 | 11.666,66 | 11.666,66 | 11.666,66 | 23.333,32 | 11.666,66 | 34.999,98 | 11.666,66 | 46.666,64 | 11.666,66 | 58.333,30 | 11.666,70 | 70.000,00 |
| SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E | 25.000,00 | 4.166,66 | 4.166,66 | 4.166,66 | 8.333,32 | 4.166,66 | 12.499,98 | 4.166,66 | 16.666,64 | 4.166,66 | 20.833,30 | 4.166,70 | 25.000,00 |
| INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E | 45.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 15.000,00 | 7.500,00 | 22.500,00 | 7.500,00 | 30.000,00 | 7.500,00 | 37.500,00 | 7.500,00 | 45.000,00 |
| **OUTROS SERVIÇOS** | 1.555.000,00 | 273.868,42 | 273.868,42 | 288.515,81 | 562.384,23 | 341.679,75 | 904.063,98 | 297.866,75 | 1.201.930,73 | 266.220,01 | 1.468.150,74 | 86.849,26 | 1.555.000,00 |
| SERVIÇOS DE REDE DE ESGOTO | 250.000,00 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 83.333,32 | 41.666,66 | 124.999,98 | 41.666,66 | 166.666,64 | 41.666,66 | 208.333,30 | 41.666,70 | 250.000,00 |
| SERVIÇO DE TAXA DE REMISSÃO DE | 20.000,00 | 3.333,34 | 3.333,34 | 3.333,34 | 6.666,68 | 3.333,34 | 10.000,02 | 3.333,34 | 13.333,36 | 3.333,34 | 16.666,70 | 3.333,30 | 20.000,00 |
| SERVIÇO DE TAXA DE REMISSÃO DE | 50.000,00 | 2.941,17 | 2.941,17 | 1.654,41 | 4.595,58 | 21.691,18 | 26.286,76 | 22.426,47 | 48.713,23 | 1.286,77 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| SERV. DE CAPAC. AGUA E | 950.000,00 | 131.699,35 | 131.699,35 | 198.294,15 | 329.993,50 | 200.849,63 | 530.843,13 | 195.858,93 | 726.702,06 | 188.861,41 | 915.563,47 | 34.436,53 | 950.000,00 |
| SERVIÇO DE RELIGAMENTO DE AGUA - | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| SERVIÇO DE LIGAÇÃO DE NOVA CONTA | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| SERVIÇO DE LIGAÇÃO DE NOVA CONTA | 5.000,00 | 833,34 | 833,34 | 833,34 | 1.666,68 | 833,34 | 2.500,02 | 833,34 | 3.333,36 | 833,34 | 4.166,70 | 833,30 | 5.000,00 |
| FORN. AGUA - MULTAS E JUROS DE | 5.000,00 | 678,42 | 678,42 | 927,45 | 1.605,87 | 1.219,58 | 2.825,45 | 1.026,80 | 3.852,25 | 918,95 | 4.771,20 | 228,80 | 5.000,00 |
| FORN. AGUA - DíVIDA ATIVA DAAE | 250.000,00 | 87.321,60 | 87.321,60 | 37.234,08 | 124.555,68 | 67.124,57 | 191.680,25 | 28.575,09 | 220.255,34 | 25.388,15 | 245.643,49 | 4.356,51 | 250.000,00 |
| FORN. AGUA - M. JUROS DE MORA DA | 15.000,00 | 3.727,86 | 3.727,86 | 2.905,70 | 6.633,56 | 3.294,77 | 9.928,33 | 2.479,44 | 12.407,77 | 2.264,71 | 14.672,48 | 327,52 | 15.000,00 |
| **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | 69.174.700,00 | 10.908.416,78 | 10.908.416,78 | 10.162.481,45 | 21.070.898,23 | 12.411.622,14 | 33.482.520,37 | 11.735.435,47 | 45.217.955,84 | 11.778.474,12 | 56.996.429,96 | 12.178.270,04 | 69.174.700,00 |
| **TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE** | 33.828.390,00 | 5.888.377,46 | 5.888.377,46 | 4.980.780,99 | 10.869.158,45 | 5.679.186,03 | 16.548.344,48 | 5.867.152,23 | 22.415.496,71 | 5.600.811,86 | 28.016.308,57 | 5.812.081,43 | 33.828.390,00 |
| FPM - GERAL | 13.716.292,50 | 2.712.178,70 | 2.712.178,70 | 2.134.524,69 | 4.846.703,39 | 2.447.978,14 | 7.294.681,53 | 1.960.925,94 | 9.255.607,47 | 1.929.207,81 | 11.184.815,28 | 2.531.477,22 | 13.716.292,50 |
| FPM - EDUCACAO | 2.592.238,75 | 512.574,02 | 512.574,02 | 403.403,28 | 915.977,30 | 462.642,79 | 1.378.620,09 | 370.594,90 | 1.749.214,99 | 364.600,51 | 2.113.815,50 | 478.423,25 | 2.592.238,75 |
| FPM - SAUDE | 7.291.468,75 | 1.441.771,99 | 1.441.771,99 | 1.134.695,83 | 2.576.467,82 | 1.301.325,13 | 3.877.792,95 | 1.042.412,16 | 4.920.205,11 | 1.025.551,07 | 5.945.756,18 | 1.345.712,57 | 7.291.468,75 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| COTA-PARTE FPM - COTAS | 1.200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | 0,00 | 1.200.000,00 | 0,00 | 1.200.000,00 |
| COTA-PARTE FPM - COTAS | 500.000,00 | 83.333,34 | 83.333,34 | 83.333,34 | 166.666,68 | 83.333,34 | 250.000,02 | 83.333,34 | 333.333,36 | 83.333,34 | 416.666,70 | 83.333,30 | 500.000,00 |
| COTA-PARTE FPM - COTAS | 300.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 100.000,00 | 50.000,00 | 150.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 | 50.000,00 | 250.000,00 | 50.000,00 | 300.000,00 |
| ITR - GERAL | 408.000,00 | 16.607,78 | 16.607,78 | 221,23 | 16.829,01 | 1.073,25 | 17.902,26 | 173,82 | 18.076,08 | 364.285,66 | 382.361,74 | 25.638,26 | 408.000,00 |
| ITR - EDUCACAO | 229.500,00 | 9.341,77 | 9.341,77 | 124,38 | 9.466,15 | 603,58 | 10.069,73 | 97,76 | 10.167,49 | 204.911,14 | 215.078,63 | 14.421,37 | 229.500,00 |
| ITR - SAUDE | 212.500,00 | 8.649,84 | 8.649,84 | 115,21 | 8.765,05 | 558,95 | 9.324,00 | 90,51 | 9.414,51 | 189.732,32 | 199.146,83 | 13.353,17 | 212.500,00 |
| COTA - PARTE FEP– PRINCIPAL | 450.000,00 | 71.678,80 | 71.678,80 | 73.553,87 | 145.232,67 | 70.799,91 | 216.032,58 | 32.820,66 | 248.853,24 | 109.633,88 | 358.487,12 | 91.512,88 | 450.000,00 |
| Transf. União SUS - Agentes Comunitário | 1.130.112,00 | 188.352,00 | 188.352,00 | 188.352,00 | 376.704,00 | 188.352,00 | 565.056,00 | 188.352,00 | 753.408,00 | 188.352,00 | 941.760,00 | 188.352,00 | 1.130.112,00 |
| Transf. União SUS - Incent. para Ações | 88.500,00 | 10.290,68 | 10.290,68 | 10.290,68 | 20.581,36 | 10.290,68 | 30.872,04 | 10.290,68 | 41.162,72 | 19.978,31 | 61.141,03 | 27.358,97 | 88.500,00 |
| Transf. União SUS - Incentivo Financero da | 172.000,00 | 24.565,35 | 24.565,35 | 24.166,79 | 48.732,14 | 24.624,48 | 73.356,62 | 26.558,54 | 99.915,16 | 36.854,95 | 136.770,11 | 35.229,89 | 172.000,00 |
| Transf. União SUS - Inc. financero APS | 1.490.000,00 | 236.708,39 | 236.708,39 | 246.860,58 | 483.568,97 | 248.891,87 | 732.460,84 | 250.923,16 | 983.384,00 | 252.513,05 | 1.235.897,05 | 254.102,95 | 1.490.000,00 |
| Transf. União SUS - Progr. Informatização | 85.000,00 | 12.363,64 | 12.363,64 | 12.363,64 | 24.727,28 | 13.909,09 | 38.636,37 | 15.454,54 | 54.090,91 | 15.454,54 | 69.545,45 | 15.454,55 | 85.000,00 |
| Transf. União SUS - MAC - Media e Alta | 1.254.000,00 | 196.858,70 | 196.858,70 | 196.858,70 | 393.717,40 | 201.533,64 | 595.251,04 | 201.533,64 | 796.784,68 | 240.399,58 | 1.037.184,26 | 216.815,74 | 1.254.000,00 |
| Transf. União SUS - Vigilancia Sanitária | 12.500,00 | 0,00 | 0,00 | 4.166,67 | 4.166,67 | 2.083,34 | 6.250,01 | 2.083,33 | 8.333,34 | 2.083,34 | 10.416,68 | 2.083,32 | 12.500,00 |
| Transf. União SUS - Vigilancia | 88.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.128,49 | 15.128,49 | 7.564,24 | 22.692,73 | 12.634,19 | 35.326,92 | 16.641,35 | 51.968,27 | 36.031,73 | 88.000,00 |
| PROGRAMA - AGENTES DE COMBATE | 313.000,00 | 52.166,66 | 52.166,66 | 52.166,66 | 104.333,32 | 52.166,66 | 156.499,98 | 52.166,66 | 208.666,64 | 52.166,66 | 260.833,30 | 52.166,70 | 313.000,00 |
| Transf. União SUS - Assistencia | 111.000,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 37.000,00 | 18.500,00 | 55.500,00 | 18.500,00 | 74.000,00 | 18.500,00 | 92.500,00 | 18.500,00 | 111.000,00 |
| TRANSF. DE RECURSOS DO BLOCO DE | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 54.835,96 | 54.835,96 | 0,00 | 54.835,96 | 0,00 | 54.835,96 | 95.164,04 | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| TRANSF.SALÁRIO-EDUCAÇÃO– | 400.000,00 | 75.435,10 | 75.435,10 | 61.490,28 | 136.925,38 | 61.119,21 | 198.044,59 | 67.678,73 | 265.723,32 | 66.046,14 | 331.769,46 | 68.230,54 | 400.000,00 |
| PNAE - FUNDAMENTAL | 90.000,00 | 6.772,62 | 6.772,62 | 18.494,98 | 25.267,60 | 18.494,98 | 43.762,58 | 18.494,98 | 62.257,56 | 18.494,98 | 80.752,54 | 9.247,46 | 90.000,00 |
| PNAE - PRE- ESCOLA | 70.000,00 | 5.292,44 | 5.292,44 | 14.379,46 | 19.671,90 | 14.379,46 | 34.051,36 | 14.379,46 | 48.430,82 | 14.379,46 | 62.810,28 | 7.189,72 | 70.000,00 |
| PNAE - CRECHE | 80.000,00 | 6.388,06 | 6.388,06 | 16.358,20 | 22.746,26 | 16.358,20 | 39.104,46 | 16.358,20 | 55.462,66 | 16.358,20 | 71.820,86 | 8.179,14 | 80.000,00 |
| PNAE - EJA | 28.000,00 | 2.234,41 | 2.234,41 | 5.725,68 | 7.960,09 | 5.725,68 | 13.685,77 | 5.725,68 | 19.411,45 | 5.725,68 | 25.137,13 | 2.862,87 | 28.000,00 |
| PNAE - AEE | 4.000,00 | 318,80 | 318,80 | 818,04 | 1.136,84 | 818,04 | 1.954,88 | 818,04 | 2.772,92 | 818,04 | 3.590,96 | 409,04 | 4.000,00 |
| PNATE - PROGRAMA NACIONAL DO | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.917,07 | 2.917,07 | 8.139,32 | 11.056,39 | 8.040,69 | 19.097,08 | 8.159,51 | 27.256,59 | 7.743,41 | 35.000,00 |
| PNAT - PRE-ESCOLA | 18.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 6.000,00 | 3.000,00 | 9.000,00 | 3.000,00 | 12.000,00 | 3.000,00 | 15.000,00 | 3.000,00 | 18.000,00 |
| PNAT - CRECHE | 10.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 3.333,32 | 1.666,66 | 4.999,98 | 1.666,66 | 6.666,64 | 1.666,66 | 8.333,30 | 1.666,70 | 10.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS FNAS - SCFV | 155.000,00 | 30.525,96 | 30.525,96 | 31.383,34 | 61.909,30 | 29.149,36 | 91.058,66 | 22.897,35 | 113.956,01 | 16.645,34 | 130.601,35 | 24.398,65 | 155.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS FNAS - IGDSUAS | 30.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | 5.000,00 | 15.000,00 | 5.000,00 | 20.000,00 | 5.000,00 | 25.000,00 | 5.000,00 | 30.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS FNAS - PAIF | 65.038,00 | 6.000,90 | 6.000,90 | 12.071,11 | 18.072,01 | 10.625,57 | 28.697,58 | 9.896,70 | 38.594,28 | 10.503,32 | 49.097,60 | 15.940,40 | 65.038,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| TRANSFERÊNCIAS FNAS - PROG. | 45.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 15.000,00 | 7.500,00 | 22.500,00 | 7.500,00 | 30.000,00 | 7.500,00 | 37.500,00 | 7.500,00 | 45.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS FNAS - PAIF | 43.000,00 | 3.967,51 | 3.967,51 | 7.980,83 | 11.948,34 | 7.025,12 | 18.973,46 | 6.543,23 | 25.516,69 | 6.944,30 | 32.460,99 | 10.539,01 | 43.000,00 |
| TRANSF.OBRIG.LEI COMPLEM.N° | 431.240,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 215.620,00 | 215.620,00 | 71.873,34 | 287.493,34 | 71.873,34 | 359.366,68 | 71.873,32 | 431.240,00 |
| OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE | 530.000,00 | 88.333,34 | 88.333,34 | 88.333,34 | 176.666,68 | 88.333,34 | 265.000,02 | 88.333,34 | 353.333,36 | 88.333,34 | 441.666,70 | 88.333,30 | 530.000,00 |
| **TRANSFERÊNCIAS ESTADOS** | 23.003.310,00 | 3.093.756,46 | 3.093.756,46 | 3.435.842,57 | 6.529.599,03 | 4.557.793,06 | 11.087.392,09 | 3.894.034,34 | 14.981.426,43 | 4.045.751,21 | 19.027.177,64 | 3.976.132,36 | 23.003.310,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - GERAL | 6.740.000,00 | 1.016.710,75 | 1.016.710,75 | 971.787,16 | 1.988.497,91 | 1.120.906,12 | 3.109.404,03 | 1.173.310,63 | 4.282.714,66 | 1.249.057,53 | 5.531.772,19 | 1.208.227,81 | 6.740.000,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - EDUCACAO | 2.510.000,00 | 378.626,70 | 378.626,70 | 361.897,01 | 740.523,71 | 417.429,45 | 1.157.953,16 | 436.945,00 | 1.594.898,16 | 465.153,48 | 2.060.051,64 | 449.948,36 | 2.510.000,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - SAUDE | 5.250.000,00 | 791.948,28 | 791.948,28 | 756.955,87 | 1.548.904,15 | 873.109,37 | 2.422.013,52 | 913.928,89 | 3.335.942,41 | 972.930,59 | 4.308.873,00 | 941.127,00 | 5.250.000,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - GERAL | 1.108.000,00 | 98.470,68 | 98.470,68 | 161.471,58 | 259.942,26 | 549.407,70 | 809.349,96 | 155.731,21 | 965.081,17 | 87.869,65 | 1.052.950,82 | 55.049,18 | 1.108.000,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - EDUCACAO | 567.000,00 | 50.390,44 | 50.390,44 | 82.630,25 | 133.020,69 | 281.151,14 | 414.171,83 | 79.692,66 | 493.864,49 | 44.965,47 | 538.829,96 | 28.170,04 | 567.000,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - SAUDE | 1.025.000,00 | 91.094,06 | 91.094,06 | 149.375,74 | 240.469,80 | 508.252,60 | 748.722,40 | 144.065,30 | 892.787,70 | 81.287,13 | 974.074,83 | 50.925,17 | 1.025.000,00 |
| COTA-PARTE-CIDE-PRINCIPAL | 45.500,00 | 1.436,52 | 1.436,52 | 0,00 | 1.436,52 | 0,00 | 1.436,52 | 0,00 | 1.436,52 | 44.063,48 | 45.500,00 | 0,00 | 45.500,00 |
| Transf. Estado SUS - ATENCAO | 272.000,00 | 22.666,67 | 22.666,67 | 58.857,33 | 81.524,00 | 31.809,34 | 113.333,34 | 45.333,34 | 158.666,68 | 45.333,34 | 204.000,02 | 67.999,98 | 272.000,00 |
| Transf. Estado SUS - FARMACIA BÁSICA | 54.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.545,45 | 24.545,45 | 9.818,18 | 34.363,63 | 9.818,18 | 44.181,81 | 9.818,19 | 54.000,00 |
| Transf. Estado SUS - REGIONALIZACAO | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 6.666,66 | 16.666,66 | 6.666,66 | 23.333,32 | 6.666,66 | 29.999,98 | 10.000,02 | 40.000,00 |
| TRANSF - SUS ESTADO - PAICI | 226.152,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 37.692,00 | 56.538,00 | 37.692,00 | 94.230,00 | 37.692,00 | 131.922,00 | 37.692,00 | 169.614,00 | 56.538,00 | 226.152,00 |
| TRANSFERêNCIAS TRANSPORTE | 600.000,00 | 54.459,24 | 54.459,24 | 108.918,48 | 163.377,72 | 108.918,48 | 272.296,20 | 108.918,48 | 381.214,68 | 54.459,24 | 435.673,92 | 164.326,08 | 600.000,00 |
| CONV. ESTADO - MULHER RURAL | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| CONV. ESTADO - FEIRA CRIATIVA E | 2.000.000,00 | 333.333,34 | 333.333,34 | 333.333,34 | 666.666,68 | 333.333,34 | 1.000.000,02 | 333.333,34 | 1.333.333,36 | 333.333,34 | 1.666.666,70 | 333.333,30 | 2.000.000,00 |
| Transf. do Estado - Cofinanciamento | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 0,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| TRANSF. DO FETHAB OBRAS | 1.200.000,00 | 155.521,52 | 155.521,52 | 210.097,76 | 365.619,28 | 177.505,23 | 543.124,51 | 203.848,72 | 746.973,23 | 227.595,85 | 974.569,08 | 225.430,92 | 1.200.000,00 |
| TRANF. FETHAB - TRANSPORTE | 400.000,00 | 50.399,11 | 50.399,11 | 90.172,10 | 140.571,21 | 55.190,60 | 195.761,81 | 63.381,41 | 259.143,22 | 70.764,96 | 329.908,18 | 70.091,82 | 400.000,00 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS | 615.658,00 | 29.853,15 | 29.853,15 | 27.653,95 | 57.507,10 | 31.875,58 | 89.382,68 | 106.368,52 | 195.751,20 | 114.760,31 | 310.511,51 | 305.146,49 | 615.658,00 |
| **TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES** | 30.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | 5.000,00 | 15.000,00 | 5.000,00 | 20.000,00 | 5.000,00 | 25.000,00 | 5.000,00 | 30.000,00 |
| OUTRAS | 30.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | 5.000,00 | 15.000,00 | 5.000,00 | 20.000,00 | 5.000,00 | 25.000,00 | 5.000,00 | 30.000,00 |
| **TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS** | 12.298.000,00 | 1.906.282,86 | 1.906.282,86 | 1.740.857,89 | 3.647.140,75 | 2.169.643,05 | 5.816.783,80 | 1.969.248,90 | 7.786.032,70 | 2.126.911,05 | 9.912.943,75 | 2.385.056,25 | 12.298.000,00 |
| Transf. FUMDEB 70% | 12.148.500,00 | 1.881.366,20 | 1.881.366,20 | 1.715.941,23 | 3.597.307,43 | 2.144.726,39 | 5.742.033,82 | 1.944.332,24 | 7.686.366,06 | 2.101.994,39 | 9.788.360,45 | 2.360.139,55 | 12.148.500,00 |
| Transf. FUMDEB 30% | 149.500,00 | 24.916,66 | 24.916,66 | 24.916,66 | 49.833,32 | 24.916,66 | 74.749,98 | 24.916,66 | 99.666,64 | 24.916,66 | 124.583,30 | 24.916,70 | 149.500,00 |
| **DEMAIS TRANSFERÊNCIAS** | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| OUTRAS TRANSF.PESSOAS | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| **OUTRAS RECEITAS CORRENTES** | 500.000,00 | 130.913,78 | 130.913,78 | 62.852,66 | 193.766,44 | 73.628,08 | 267.394,52 | 111.134,32 | 378.528,84 | 64.837,52 | 443.366,36 | 56.633,64 | 500.000,00 |
| **MULTAS ADMINISTRATIVAS,** | 154.000,00 | 19.491,10 | 19.491,10 | 25.999,88 | 45.490,98 | 33.074,56 | 78.565,54 | 33.159,60 | 111.725,14 | 24.365,19 | 136.090,33 | 17.909,67 | 154.000,00 |
| MULTAS EM LEGISLAÇÃO DE TRANSITO | 120.000,00 | 14.157,76 | 14.157,76 | 20.666,54 | 34.824,30 | 25.741,22 | 60.565,52 | 27.826,26 | 88.391,78 | 19.031,85 | 107.423,63 | 12.576,37 | 120.000,00 |
| MULTAS LEGISLAÇÃO AUTO DE | 15.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 5.000,00 | 2.500,00 | 7.500,00 | 2.500,00 | 10.000,00 | 2.500,00 | 12.500,00 | 2.500,00 | 15.000,00 |
| MULTAS E JUROS DE AUTOS DE | 2.000,00 | 333,34 | 333,34 | 333,34 | 666,68 | 333,34 | 1.000,02 | 333,34 | 1.333,36 | 333,34 | 1.666,70 | 333,30 | 2.000,00 |
| DIVIDA ATIVA DE AUTOS DE INFRAÇAO | 15.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 5.000,00 | 2.500,00 | 7.500,00 | 2.500,00 | 10.000,00 | 2.500,00 | 12.500,00 | 2.500,00 | 15.000,00 |
| MULTAS E JUROS DE DIVIDA ATIVA DE | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| **INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E** | 251.000,00 | 95.589,34 | 95.589,34 | 21.019,44 | 116.608,78 | 24.720,18 | 141.328,96 | 62.141,38 | 203.470,34 | 24.638,99 | 228.109,33 | 22.890,67 | 251.000,00 |
| INDENIZAÇÕES AO PATRIMÔNIO | 500,00 | 83,34 | 83,34 | 83,34 | 166,68 | 83,34 | 250,02 | 83,34 | 333,36 | 83,34 | 416,70 | 83,30 | 500,00 |
| OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL | 125.000,00 | 20.833,34 | 20.833,34 | 20.833,34 | 41.666,68 | 20.833,34 | 62.500,02 | 20.833,34 | 83.333,36 | 20.833,34 | 104.166,70 | 20.833,30 | 125.000,00 |
| OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL | 125.000,00 | 74.589,32 | 74.589,32 | 19,42 | 74.608,74 | 3.720,16 | 78.328,90 | 41.141,36 | 119.470,26 | 3.638,97 | 123.109,23 | 1.890,77 | 125.000,00 |
| OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL - | 500,00 | 83,34 | 83,34 | 83,34 | 166,68 | 83,34 | 250,02 | 83,34 | 333,36 | 83,34 | 416,70 | 83,30 | 500,00 |
| **DEMAIS RECEITAS CORRENTES** | 95.000,00 | 15.833,34 | 15.833,34 | 15.833,34 | 31.666,68 | 15.833,34 | 47.500,02 | 15.833,34 | 63.333,36 | 15.833,34 | 79.166,70 | 15.833,30 | 95.000,00 |
| COMPEN.FINANC.ENTRE REGIMES | 80.000,00 | 13.333,34 | 13.333,34 | 13.333,34 | 26.666,68 | 13.333,34 | 40.000,02 | 13.333,34 | 53.333,36 | 13.333,34 | 66.666,70 | 13.333,30 | 80.000,00 |
| ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA – PRINCIPAL | 15.000,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 5.000,00 | 2.500,00 | 7.500,00 | 2.500,00 | 10.000,00 | 2.500,00 | 12.500,00 | 2.500,00 | 15.000,00 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | 14.498.860,00 | 2.290.810,02 | 2.290.810,02 | 2.290.810,02 | 4.581.620,04 | 2.290.810,02 | 6.872.430,06 | 3.044.810,02 | 9.917.240,08 | 2.290.810,02 | 12.208.050,10 | 2.290.809,90 | 14.498.860,00 |
| **ALIENAÇÃO DE BENS** | 355.000,00 | 59.166,66 | 59.166,66 | 59.166,66 | 118.333,32 | 59.166,66 | 177.499,98 | 59.166,66 | 236.666,64 | 59.166,66 | 295.833,30 | 59.166,70 | 355.000,00 |
| **ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS** | 355.000,00 | 59.166,66 | 59.166,66 | 59.166,66 | 118.333,32 | 59.166,66 | 177.499,98 | 59.166,66 | 236.666,64 | 59.166,66 | 295.833,30 | 59.166,70 | 355.000,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 355.000,00 | 59.166,66 | 59.166,66 | 59.166,66 | 118.333,32 | 59.166,66 | 177.499,98 | 59.166,66 | 236.666,64 | 59.166,66 | 295.833,30 | 59.166,70 | 355.000,00 |
| **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** | 14.143.860,00 | 2.231.643,36 | 2.231.643,36 | 2.231.643,36 | 4.463.286,72 | 2.231.643,36 | 6.694.930,08 | 2.985.643,36 | 9.680.573,44 | 2.231.643,36 | 11.912.216,80 | 2.231.643,20 | 14.143.860,00 |
| **TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE** | 5.720.250,00 | 827.708,32 | 827.708,32 | 827.708,32 | 1.655.416,64 | 827.708,32 | 2.483.124,96 | 1.581.708,32 | 4.064.833,28 | 827.708,32 | 4.892.541,60 | 827.708,40 | 5.720.250,00 |
| iluminação estadio Seb. Q. Poliesportiva | 301.000,00 | 50.166,66 | 50.166,66 | 50.166,66 | 100.333,32 | 50.166,66 | 150.499,98 | 50.166,66 | 200.666,64 | 50.166,66 | 250.833,30 | 50.166,70 | 301.000,00 |
| TRANSF. DE CONVENIO - | 4.000.000,00 | 666.666,66 | 666.666,66 | 666.666,66 | 1.333.333,32 | 666.666,66 | 1.999.999,98 | 666.666,66 | 2.666.666,64 | 666.666,66 | 3.333.333,30 | 666.666,70 | 4.000.000,00 |
| TRANSF.CONVÊNIOS DA UNIÃO | 320.000,00 | 53.333,34 | 53.333,34 | 53.333,34 | 106.666,68 | 53.333,34 | 160.000,02 | 53.333,34 | 213.333,36 | 53.333,34 | 266.666,70 | 53.333,30 | 320.000,00 |
| CONV.UNIAO - CONSTRUCAO DE | 10.000,00 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 3.333,32 | 1.666,66 | 4.999,98 | 1.666,66 | 6.666,64 | 1.666,66 | 8.333,30 | 1.666,70 | 10.000,00 |
| MODERNIZAÇÃO DE PRAÇA - PISTA DE | 335.250,00 | 55.875,00 | 55.875,00 | 55.875,00 | 111.750,00 | 55.875,00 | 167.625,00 | 55.875,00 | 223.500,00 | 55.875,00 | 279.375,00 | 55.875,00 | 335.250,00 |
| CONV. UNIÃO EQUIPAMENTOS | 754.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 754.000,00 | 754.000,00 | 0,00 | 754.000,00 | 0,00 | 754.000,00 |
| **TRANSF.ESTADOS E DO DISTRITO** | 8.423.610,00 | 1.403.935,04 | 1.403.935,04 | 1.403.935,04 | 2.807.870,08 | 1.403.935,04 | 4.211.805,12 | 1.403.935,04 | 5.615.740,16 | 1.403.935,04 | 7.019.675,20 | 1.403.934,80 | 8.423.610,00 |
| AQUISITACAO DE VEÍCULO DE | 300.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 100.000,00 | 50.000,00 | 150.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 | 50.000,00 | 250.000,00 | 50.000,00 | 300.000,00 |
| TRANSF.CONV. DOS ESTADOS - | 1.265.000,00 | 210.833,34 | 210.833,34 | 210.833,34 | 421.666,68 | 210.833,34 | 632.500,02 | 210.833,34 | 843.333,36 | 210.833,34 | 1.054.166,70 | 210.833,30 | 1.265.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS

### I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| TRANSF. CONVêNIOS DOS MUNICIPIOS | 5.000.000,00 | 833.333,34 | 833.333,34 | 833.333,34 | 1.666.666,68 | 833.333,34 | 2.500.000,02 | 833.333,34 | 3.333.333,36 | 833.333,34 | 4.166.666,70 | 833.333,30 | 5.000.000,00 |
| CONV. ESTADO Reforma da Feira do | 358.610,00 | 59.768,34 | 59.768,34 | 59.768,34 | 119.536,68 | 59.768,34 | 179.305,02 | 59.768,34 | 239.073,36 | 59.768,34 | 298.841,70 | 59.768,30 | 358.610,00 |
| CONV. CONSTRUÇAO DO CENTRO DE | 650.000,00 | 108.333,34 | 108.333,34 | 108.333,34 | 216.666,68 | 108.333,34 | 325.000,02 | 108.333,34 | 433.333,36 | 108.333,34 | 541.666,70 | 108.333,30 | 650.000,00 |
| TRANSF. CONVENIO - ESTADO - | 650.000,00 | 108.333,34 | 108.333,34 | 108.333,34 | 216.666,68 | 108.333,34 | 325.000,02 | 108.333,34 | 433.333,36 | 108.333,34 | 541.666,70 | 108.333,30 | 650.000,00 |
| OUTRAS TRANSF.CONVÊNIOS | 200.000,00 | 33.333,34 | 33.333,34 | 33.333,34 | 66.666,68 | 33.333,34 | 100.000,02 | 33.333,34 | 133.333,36 | 33.333,34 | 166.666,70 | 33.333,30 | 200.000,00 |
| **RECEITAS CORRENTES. (INTRA)** | 7.284.900,00 | 1.121.800,00 | 1.121.800,00 | 1.121.800,00 | 2.243.600,00 | 1.121.800,00 | 3.365.400,00 | 1.673.538,82 | 5.038.938,82 | 1.124.161,18 | 6.163.100,00 | 1.121.800,00 | 7.284.900,00 |
| **CONTRIBUIÇÕES (INTRA)** | 7.284.900,00 | 1.121.800,00 | 1.121.800,00 | 1.121.800,00 | 2.243.600,00 | 1.121.800,00 | 3.365.400,00 | 1.673.538,82 | 5.038.938,82 | 1.124.161,18 | 6.163.100,00 | 1.121.800,00 | 7.284.900,00 |
| **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (INTRA)** | 7.284.900,00 | 1.121.800,00 | 1.121.800,00 | 1.121.800,00 | 2.243.600,00 | 1.121.800,00 | 3.365.400,00 | 1.673.538,82 | 5.038.938,82 | 1.124.161,18 | 6.163.100,00 | 1.121.800,00 | 7.284.900,00 |
| CONTRIBUIçãO PATRONAL - SERVIDOR | 5.650.800,00 | 941.800,00 | 941.800,00 | 941.800,00 | 1.883.600,00 | 941.800,00 | 2.825.400,00 | 941.800,00 | 3.767.200,00 | 941.800,00 | 4.709.000,00 | 941.800,00 | 5.650.800,00 |
| CONTRIBUIçãO PATRONAL - SERVIDOR | 105.000,00 | 17.500,00 | 17.500,00 | 17.500,00 | 35.000,00 | 17.500,00 | 52.500,00 | 17.500,00 | 70.000,00 | 17.500,00 | 87.500,00 | 17.500,00 | 105.000,00 |
| CONTRIBUIçãO PATRONAL - SERVIDOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTR. PATRONAL - SERVIDOR CIVIL | 554.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 551.738,82 | 551.738,82 | 2.361,18 | 554.100,00 | 0,00 | 554.100,00 |
| CONTRIB.PATRONAL-SERV.CIVIL-INAT.- | 50.000,00 | 8.333,34 | 8.333,34 | 8.333,34 | 16.666,68 | 8.333,34 | 25.000,02 | 8.333,34 | 33.333,36 | 8.333,34 | 41.666,70 | 8.333,30 | 50.000,00 |
| CONTRIB.PATR.-SERV.CIVIL-PENS.-PRI | 600.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 200.000,00 | 100.000,00 | 300.000,00 | 100.000,00 | 400.000,00 | 100.000,00 | 500.000,00 | 100.000,00 | 600.000,00 |
| CONTR. PATRONAL - PARCELAMENTO | 250.000,00 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 83.333,32 | 41.666,66 | 124.999,98 | 41.666,66 | 166.666,64 | 41.666,66 | 208.333,30 | 41.666,70 | 250.000,00 |
| CONTR. PATRONAL - PARCELAMENTO | 75.000,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 25.000,00 | 12.500,00 | 37.500,00 | 12.500,00 | 50.000,00 | 12.500,00 | 62.500,00 | 12.500,00 | 75.000,00 |
| **(R) DEDUÇÕES DA RECEITA** | -8.330.000,00 | -1.430.551,37 | -1.430.551,37 | -1.314.116,15 | -2.744.667,52 | -1.485.062,75 | -4.229.730,27 | -1.318.170,10 | -5.547.900,37 | -1.356.652,03 | -6.904.552,40 | -1.425.447,60 | -8.330.000,00 |
| **(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB** | -8.330.000,00 | -1.430.551,37 | -1.430.551,37 | -1.314.116,15 | -2.744.667,52 | -1.485.062,75 | -4.229.730,27 | -1.318.170,10 | -5.547.900,37 | -1.356.652,03 | -6.904.552,40 | -1.425.447,60 | -8.330.000,00 |
| **(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB** | -8.330.000,00 | -1.430.551,37 | -1.430.551,37 | -1.314.116,15 | -2.744.667,52 | -1.485.062,75 | -4.229.730,27 | -1.318.170,10 | -5.547.900,37 | -1.356.652,03 | -6.904.552,40 | -1.425.447,60 | -8.330.000,00 |
| FPM - GERAL | -2.743.258,50 | -548.270,02 | -548.270,02 | -431.496,60 | -979.766,62 | -494.861,59 | -1.474.628,21 | -396.403,42 | -1.871.031,63 | -360.485,84 | -2.231.517,47 | -511.741,03 | -2.743.258,50 |
| FPM - EDUCACAO | -518.447,75 | -86.407,96 | -86.407,96 | -86.407,96 | -172.815,92 | -86.407,96 | -259.223,88 | -86.407,96 | -345.631,84 | -86.407,96 | -432.039,80 | -86.407,95 | -518.447,75 |
| FPM - SAUDE | -1.458.293,75 | -243.048,96 | -243.048,96 | -243.048,96 | -486.097,92 | -243.048,96 | -729.146,88 | -243.048,96 | -972.195,84 | -243.048,96 | -1.215.244,80 | -243.048,95 | -1.458.293,75 |
| ITR - GERAL | -81.600,00 | -3.321,53 | -3.321,53 | -44,24 | -3.365,77 | -214,63 | -3.580,40 | -34,76 | -3.615,16 | -72.857,21 | -76.472,37 | -5.127,63 | -81.600,00 |
| ITR - EDUCACAO | -45.900,00 | -7.650,00 | -7.650,00 | -7.650,00 | -15.300,00 | -7.650,00 | -22.950,00 | -7.650,00 | -30.600,00 | -7.650,00 | -38.250,00 | -7.650,00 | -45.900,00 |
| ITR - SAUDE | -42.500,00 | -7.083,34 | -7.083,34 | -7.083,34 | -14.166,68 | -7.083,34 | -21.250,02 | -7.083,34 | -28.333,36 | -7.083,34 | -35.416,70 | -7.083,30 | -42.500,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - GERAL | -1.348.000,00 | -203.342,14 | -203.342,14 | -194.357,43 | -397.699,57 | -224.181,23 | -621.880,80 | -234.662,11 | -856.542,91 | -249.811,52 | -1.106.354,43 | -241.645,57 | -1.348.000,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - EDUCACAO | -502.000,00 | -83.666,66 | -83.666,66 | -83.666,66 | -167.333,32 | -83.666,66 | -250.999,98 | -83.666,66 | -334.666,64 | -83.666,66 | -418.333,30 | -83.666,70 | -502.000,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - SAUDE | -1.050.000,00 | -175.000,00 | -175.000,00 | -175.000,00 | -350.000,00 | -175.000,00 | -525.000,00 | -175.000,00 | -700.000,00 | -175.000,00 | -875.000,00 | -175.000,00 | -1.050.000,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - GERAL | -221.600,00 | -19.694,10 | -19.694,10 | -32.294,30 | -51.988,40 | -109.881,72 | -161.870,12 | -31.146,23 | -193.016,35 | -17.573,88 | -210.590,23 | -11.009,77 | -221.600,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - EDUCACAO | -113.400,00 | -18.900,00 | -18.900,00 | -18.900,00 | -37.800,00 | -18.900,00 | -56.700,00 | -18.900,00 | -75.600,00 | -18.900,00 | -94.500,00 | -18.900,00 | -113.400,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - SAUDE | -205.000,00 | -34.166,66 | -34.166,66 | -34.166,66 | -68.333,32 | -34.166,66 | -102.499,98 | -34.166,66 | -136.666,64 | -34.166,66 | -170.833,30 | -34.166,70 | -205.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2024**

| RECEITAS | Valor Orçado | BIMESTRES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1° | | 2° | | 3° | | 4° | | 5° | | 6° | |
| | | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum | Bim | Acum |
| TOTAL RECEITAS | 98.200.000,00 | 15.113.357,03 | 15.113.357,03 | 14.690.846,43 | 29.804.203,46 | 17.803.547,24 | 47.607.750,70 | 17.932.690,38 | 65.540.441,08 | 16.159.034,51 | 81.699.475,59 | 16.500.524,41 | 98.200.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| FUNDO MUN [ | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | | | | | | | | | | |
| 800 | Recursos Vinculados ao RPPS - | | | | | | | | | | | | | |
| 600 | 000 REGIME PRÓPRIO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 6.002.000,00 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,67 | 500.166,63 |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 9 | 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 3.110.000,00 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,67 | 259.166,63 |
| 802 | Recursos Vinculados ao RPPS - | | | | | | | | | | | | | |
| 600 | 000 REGIME PRÓPRIO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 333.600,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 | 27.800,00 |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 320.500,00 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,33 | 26.708,37 |
| 4 | 4 INVESTIMENTOS | 20.000,00 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| 9 | 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 213.400,00 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,33 | 17.783,37 |
| CAMARA MUN | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | | | | | | | | | | |
| 500 | Recursos não Vinculados de | | | | | | | | | | | | | |
| 110 | 000 GERAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.999.000,00 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,33 | 166.583,37 |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 564.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 | 47.000,00 |
| 4 | 4 INVESTIMENTOS | 737.000,00 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,67 | 61.416,63 |
| PREFEITURA I | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Recursos do Exercício Corrente | | | | | | | | | | | | | |
| 500 | Recursos não Vinculados de | | | | | | | | | | | | | |
| 110 | 000 GERAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 22.420.400,00 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,67 | 1.868.366,63 |
| 3 | 2 JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 175.000,00 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,33 | 14.583,37 |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 20.127.198,00 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 | 1.677.266,50 |
| 4 | 4 INVESTIMENTOS | 1.046.500,00 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,33 | 87.208,37 |
| 4 | 6 AMORTIZAçãO DA DIVIDA | 470.000,00 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,67 | 39.166,63 |
| 9 | 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 350.000,00 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,63 |
| 110 | 002 Transito Municipal | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 100.000,00 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| 4 | 4 INVESTIMENTOS | 20.000,00 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| 111 | 000 REMUNERAÇÃO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.000,00 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| 540 | Transferências do FUNDEB | | | | | | | | | | | | | |
| 251 | 001 FUNDEB 70% | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 12.123.500,00 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,67 | 1.010.291,63 |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 |
| 252 | 001 FUNDEB 30% | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 90.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 60.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 550 | Transferência do Salário Educação | | | | | | | | | | | | | |
| 200 | 001 TRANS. SALARIO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 400.000,00 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,37 |
| 211 | 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 552 | Transferências de Recursos do | | | | | | | | | | | | | |
| 210 | 001 TRANSF. FNDE - PNAE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 80.000,00 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,63 |
| 210 | 002 TRANSF. FNDE - PNAE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 70.000,00 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,33 | 5.833,37 |
| 211 | 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 220 | 001 TRANSF. FNDE PNAE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 90.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 7.500,00 |
| 240 | 001 TRANSF. FNDE - PNAE EJA | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 28.000,00 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,33 | 2.333,37 |
| 240 | 002 TRANF. FNDE - PNAE AEE | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 4.000,00 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,37 |
| 553 Transferências de Recursos do 200 007 PNATE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 63.000,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 |
| 211 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 569 Outras Transferências de Recursos 200 005 FNDE - AQUISICAO | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 300.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 211 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 571 Transferências do Estado referentes 200 020 Reforma e Ampliação de | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 1.265.000,00 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,67 | 105.416,63 |
| 599 Outros Recursos Vinculados à 200 003 TRANSPORTE ESCOLAR | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 600.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 211 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 600 Transferências Fundo a Fundo de 300 001 ATENÇÃO BASICA | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.490.000,00 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,67 | 124.166,63 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 260.500,00 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,33 | 21.708,37 |
| 300 006 TRANSF. SUS - MAC | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.254.000,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 | 104.500,00 |
| 300 008 TRANSF. SUS - VISA | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 12.500,00 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,67 | 1.041,63 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| CORRENTES 300 009 TRANSF. SUS - FARMÁCIA | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 111.000,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 | 9.250,00 |
| 300 019 IFORMATIZAÇÃO - APS | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 85.000,00 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,37 |
| 300 145 demais despesas da | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 63.000,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 |
| 311 000 SAÚDE-REMUN.APLIC.FIN | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 601 Transferências Fundo a Fundo de 300 142 AQUISICAO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 150.000,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 |
| 604 Transferências provenientes do 300 003 TRANSF. SUS - PACS | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.130.112,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 | 94.176,00 |
| 300 007 TRANSF. SUS - VIEP | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 313.000,00 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,33 | 26.083,37 |
| 621 Transferências Fundo a Fundo de 300 012 TRANSF. ESTADO - | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 54.000,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 | 4.500,00 |
| 300 014 PAICI | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 226.152,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 | 18.846,00 |
| 300 111 ATENCAO PRIMARIA - | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 272.000,00 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,67 | 22.666,63 |
| 300 135 REGIONALIZACAO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 40.000,00 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,37 |
| 311 000 SAÚDE-REMUN.APLIC.FIN | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 660 Transferência de Recursos do | | | | | | | | | | | | | |
| 500 003 SCFV | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 120.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 35.000,00 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,63 |
| 500 004 TRANSF. FNAS - PAIF | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 37.038,00 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 | 3.086,50 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 23.000,00 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,67 | 1.916,63 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| 500 005 TRANSF. FNAS - IGDSUAS | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 25.000,00 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 5.000,00 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| 500 007 TRANSF. FNAS - EQUIPE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 33.000,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 | 2.750,00 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 8.000,00 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,63 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 2.000,00 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,63 |
| 500 024 TRANSF. FNAS - IGD-PBF | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 35.000,00 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,67 | 2.916,63 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 |
| 661 Transferência de Recursos dos | | | | | | | | | | | | | |
| 500 001 CONFINANCIAMENTO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 150.000,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 | 12.500,00 |
| 700 Outras Transferências de | | | | | | | | | | | | | |
| 100 011 PAVIMENTAÇÃO E | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 4.000.000,00 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,37 |
| 100 710 Modernização e reforma da | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 335.250,00 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 | 27.937,50 |
| 100 714 EQUIPAMENTOS | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 754.000,00 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,33 | 62.833,37 |
| 100 723 IluminaçãoEstádio Sebastião | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 301.000,00 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,33 | 25.083,37 |
| 100 726 Construção de portal da | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 320.000,00 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,67 | 26.666,63 |
| 100 727 Construcao de Biblioteca | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 |
| 701 Outras Transferências de | | | | | | | | | | | | | |
| 100 008 MULHER RURAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 200.000,00 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,63 |
| 100 011 PAVIMENTAÇÃO E | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 5.000.000,00 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,67 | 416.666,63 |
| 100 093 Construção Casa da | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 650.000,00 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,63 |
| 100 095 Eventos Culturais | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.000.000,00 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,67 | 166.666,63 |
| 100 100 Construção do Centro de | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 650.000,00 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,67 | 54.166,63 |
| 100 198 Equipamentos e material | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 200.000,00 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,63 |
| 100 718 Reforma da Feira do | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 358.610,00 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,17 | 29.884,13 |
| 711 Demais Transferências Obrigatórias | | | | | | | | | | | | | |
| 110 000 GERAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 356.240,00 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,67 | 29.686,63 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 75.000,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 | 6.250,00 |
| 111 000 REMUNERAÇÃO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 750 Recursos da Contribuição de | | | | | | | | | | | | | |
| 100 002 CIDE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 45.500,00 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,67 | 3.791,63 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| CORRENTES | | | | | | | | | | | | | |
| 111 000 REMUNERAÇÃO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 751 Recursos da Contribuição para o 100 003 COSIP | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.780.000,00 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,33 | 148.333,37 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 20.000,00 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| 111 000 REMUNERAÇÃO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 755 Recursos de Alienação de 100 046 ALIENACAO DE BENS | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 355.000,00 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,33 | 29.583,37 |
| 121 000 REMUNERAÇÃO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 759 Recursos Vinculados a Fundos 100 001 FETHAB OBRAS | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.140.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 60.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 111 000 REMUNERAÇÃO DE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 200 002 FETHAB EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 400.000,00 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,37 |
| 211 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 500,00 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| 00 | | | | | | | | | | | | | |
| 00 Recursos Ordinários 00 00 | | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR | | | | | | | | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS**



**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| | 0,00 | 5.524.796,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 98.200.000,00 | 13.708.129,43 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.333,40 | 8.183.332,60 |

**OUVIDORIA**
**LEI COMPLEMENTAR N º 077.2023 -ALTERA A LC Nº 006.2005**

***Dispõe sobre alteração da Lei Complementar n.º 006/2005 que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José dos Quatro Marcos/MT e, dá outras providências.***

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **JAMIS SILVA BOLANDIN**, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos, APROVOU em Sessão Ordinária e eu Prefeito SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** O inciso III do Art. 44, da Lei Complementar n.º 006/2005, de 01 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 44.** A receita do PREVIQUAM será constituída, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, na seguinte forma:

**III -** de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo art. 2º da Lei Federal n.º 9.717/98 com redação determinada pela Lei Federal n.º 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, igual a 32,17 % (trinta e dois inteiros e dezessete centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, da seguinte forma:

a) igual a 14,86 % (quatorze inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

b) igual a 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, para a cobertura da despesa administrativa do PREVIQUAM, conforme a reavaliação atuarial realizada em janeiro de 2023, que faz parte integrante da presente Lei.

c) igual a 14,06 % (quatorze inteiros e seis décimos por cento), referente à taxa de custo suplementar para o ano de 2023, conforme a tabela de equacionamento do déficit atuarial aprovada na reavaliação atuarial realizada em janeiro de 2023, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei Complementar.

**Art. 2º** Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em janeiro de 2023, que faz parte integrante da presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, 29 de Novembro de 2023

**JAMIS SILVA BOLANDIN**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 014 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias aos servidores da Secretaria de Educação e Cultura, relacionados no ANEXO I, no período de 08/01 a 06/02/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 021 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS, no período de 05/01 A 03/02/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**ANEXO I - PORTARIA Nº 028 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

ANEXO I

PORTARIA Nº 028 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

| Matrícula | Nome do Servidor | Período Aquisitivo |
|---|---|---|
| 17218-1 | ADRIANA CARDOSO DE PAULA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17231-1 | ANA PAULA FERREIRA SERAFIN | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17215-1 | ANGELA APARECIDA VIEIRA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17124-2 | BENEDITA DE ANDRADE BARBOZA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17220-1 | CLEIDELENE NUNES DA S. E SILVA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17227-1 | CRISTIANE R. DA S. CASSIANO | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17139-2 | ELIZETE DE ARRUDA BACA LARA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17224-1 | ERICLÉIA CRISTIANE DOS S. PERES | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17222-1 | FLÁVIA NUNES DE S. DESTÁCIO | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17243-1 | JAQUELINE DA COSTA PRADO | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17205-1 | JÉSSICA FALCONE GARCIA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17228-1 | LEONICE R. FRANCISQUETI | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17221-1 | LUCIANA RODRIGUES LIMA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17219-1 | MARIA JOSÉ SOUZA DOS SANTOS | 01/03/2023 À 29/02/2024 |
| 17226-1 | MARIZA APARECIDA N. ROCHA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17081-2 | PATRICIA CRISTINA T. MENEZES | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17232-1 | PATRICIA FERREIRA GONÇALVES | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17233-1 | REGIANE CASSIA P. CASTILHEIRO | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17129-2 | REGIANE FÁTIMA PAZETO | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 16926-2 | SIDINÉIA DA SILVA BIAZOTO | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17212-1 | SIMONE PORTEIRA DA S. PEREIRA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17214-1 | THAMIRES APARECIDA P. TORRES | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17213-1 | TUANY PEREIRA LOPES | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17216-1 | VILMA GERÔNIMO DA SILVA | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 15885-2 | VIVIENE DE PAULO DE MELO | 06/02/2023 A 05/02/2024 |
| 17211-1 | ZÉLIA MARIA MARCHIOLI ZORZATI | 06/02/2023 A 05/02/2024 |

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21, **"RATIFICOU O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 065/2023"**, Objeto: **"LOCAÇÃO DE ITENS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DE FIM DE ANO"** em favor da empresa: **E. M. PAINS MARTINS ENTRETERIMENTOS; CNPJ: 33.149.761/0001-69, no valor de R$ 49.925,00 (Quarenta e nove mil novecentos e vinte e cinco reais)**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 038 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, o Senhor JOSE MARCOS BATISTA CARDOSO, nomeado através da PORTARIA Nº 032 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE JANEIRO DE 2024

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 012 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

**Artigo 1º -** NOMEAR para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTEMENTO DE AGUA E ESGOTO, o Senhor EVERALDO TADEU ALVES, portador do RG nº 2502953-2-SESP/MT e do CPF nº.285.319. 648-81, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2023

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 011 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO DE SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE: Artigo 1º - DESTITUIR do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE, o servidor CLAUDINEY ALVES RIBEIRO, designado pela PORTARIA Nº 133 DE 05 DE ABRIL DE 2022.**

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 034 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, a Senhora LEONICE BERTOLIN CAPELLETTI, nomeada através da PORTARIA Nº 033 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE JANEIRO DE 2024

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 010 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor ROBERLEY DE FREITAS PUGLIA, no período de 01 A 20/01/2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 036 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, o Senhor AGNALDO ANTONIO DE SOUZA, nomeado através da PORTARIA Nº 030 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE JANEIRO DE 2024

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 009 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário a servidora CELIA BERTOLIN, no período de 10 A 29/01/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 008 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora ELIANE RAMOS DA COSTA, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 007 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora PATRICIA CASAGRANDE FERREIRA ALVES, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 037 DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, o Senhor FLAVIO DA PENHA SILVA, nomeado através da PORTARIA Nº 031 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 09 DE JANEIRO DE 2024

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 006 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora SILVANA VIEIRA BARRETOS, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 005 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora MICHELA CLAUDIA DUARTE DA SILVA, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 004 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor APARECIDO HENRIQUE DE LIMA, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 018 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora LIDINALVA MARIA DOS SANTOS, no período de 02 A 31/01/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 019 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora CLEIDIANE PEREIRA DE JESUS ROCHA, no período de 02 A 31/01/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 017 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora APARECIDA SILVERIO DE OLIVEIRA DURVAL, no período de 02 A 31/01/2024, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 016 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento Administrativo da Secretaria de Obras a servidora VIVIANE RODRIGUES, portadora do RG 1525869-9-SSP/MT e do CPF. 003.486.441-59, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 020 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora EDILEIA PEREIRA BARBOSA, no período de 02 A 31/01/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 013 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora KATIA APARECIDA ESPIRITO SANTO RODRIGUES, nos períodos de 08 A 22/01/2024 e 15 a 29/07/2024 referente ao período aquisitivo 2023/2024.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 022 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora PRICILA SPINDOLA MACHADO, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 023 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora ERICA VANIUSIA PEREIRA DOS SANTOS, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 024 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora TEREZINHA DO ESPIRITO SANTOS DE OLIVEIRA, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 028 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora ROSANA APARECIDA TONHOLO MONEZ, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 025 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora MARIA CRISTINA DA SILVA, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 003 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias ao servidor PAULO CESAR MARUIAMA, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 027 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial por assiduidade a servidora DANIELA MACHADO DE OLIVEIRA, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2015/2020**, será de 90 (noventa) dias, de 08 de janeiro a 06 de abril de 2024.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE**

**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS**

**AOS 08 DE JANEIRO** DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

**Prefeito Municipal**

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 002 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora LUCIANA RANGEL XAVIER PIVETA, no período de 02 A 31/01/2024, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO 001 CMDCA DE 09 DE JANEIRO DE 2024**

**RESOLUÇÃO Nº001 DE 09 DE JANEIRO DE 2023**

Dispõe sobre a convocação dos 05(cinco) candidatos eleitos como membros titulares do Conselho tutelar de São José dos Quatro Marcos/MT (Mandato 2024 a 2028), para cerimônia de posse.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. º 1949/2023 de 03 de abril de 2023 e;

**CONSIDERANDO** a resolução nº 01/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual deu abertura ao Processo de seleção e Escolha dos membros do Conselho Tutelar de São José dos Quatro Marcos/Mato Grosso, quadriênio 2024 a 2028;

**CONSIDERANDO** a resolução 009 de 30 de outubro de 2023, do Conselho municipal dos direitos da Criança e do adolescente, que trata do Resultado Final do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, período de 2024 a 2028;

**RESOLVE,**

**Art.1°-** Convocar os 05(cinco) candidatos titulares eleitos como membros do Conselho Tutelar, mandato 2024 a 2028, para cerimônia de posse:

| Nome do Candidato | Classificação |
|---|---|
| Ana da Silva Martinez Alfredo | 1° Eleito |
| Érica Ferreira de Souza | 2° Eleito |
| Leonice Bertolin Capelletti | 3° Eleito |
| José Marcos Batista Cardoso | 4° Eleito |
| Agnaldo Antônio de Souza | 5° Eleito |

Art. 2°- A cerimônia de posse ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2024 às 10:00 da na sala de reuniões da prefeitura, situada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, 539 Centro, São José dos Quatro Marcos-MT.

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação:

**São José dos Quatro Marcos-MT, 09 de janeiro de 2024**

Wanderson Alves Libralão

Presidente CMDCA São José dos Quatro Marcos/MT

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 028 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias aos servidores da Secretaria de Educação e Cultura, relacionados no ANEXO I, no período de 08/01 a 06/02/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 029 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora MARLY NUNES DA SILVA, no período de 08/01 A 06/02/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 030 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA, no período de 08 A 27/01/2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 031 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário ao servidor VALDEVIR APARECIDO LOURENÇÃO, no período de 08 A 27/01/2024, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 032 DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER vinte dias de férias e converter dez dias em abono pecuniário a servidora IRANI RODRIGUES DE FARIA LOURENÇÃO, no período de 08 A 27/01/2024, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE JANEIRO DE 2024

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

**PORTARIA Nº 001/2024**

**"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

**Artigo 1º –** Exonerar o Senhor **ARÃO VIEIRA DA SILVA,** inscrito no CPF sob o nº: 820.052.301-20 e RG 38.80116 SSP/MT, do cargo em **Comissão de Chefe de Departamento de Obras e Transporte** do Município de Serra Nova Dourada MT**.**

**Artigo 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os atos contrários.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de janeiro de 2024.

**ELSON FARIAS DE SOUSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**GESTÃO 2021-2024**

**PORTARIA Nº 002/2024**

**"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDORA EFETIVA DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º –** Conceder afastamento nos termos da Lei Complementar Municipal nº 008/2008 Art. 100, a servidora **RAYMORA KATIELE DE ALMEIDA SILVA, inscrita** no **CPF sob o nº 027.721.731-86,** efetivano cargo de Agente Administrativo, pelo período de **02 (dois) anos**. A partir do dia **02 de janeiro de 2024**.

**Artigo 2º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 02 de janeiro de 2024.

**ELSON FARIAS DE SOUSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**GESTÃO 2021-2024**

**PORTARIA Nº 003/2024**

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CARGO DE ASSESSORA ESPECIAL DE GABINETE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

**Artigo 1º –** Nomear a Senhora **CARLA LUIZA LIMA NASCIMENTO FARIAS,** inscrita no CPF sob o nº 043.132.311-96 e RG nº 3259598-0 SSP-MT, para exercer o cargo Comissionado **de Assessora Especial de Gabinete da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada MT.**

**Artigo 2º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 08 de janeiro de 2024.

**ELSON FARIAS DE SOUSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 004/2024**

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

**Artigo 1º – Nomear o S**enhor **ROSÉCIO ALVES SANTANA,** inscrito no CPF sob o nº 997.957.105-59 e RG 08.900.0412-9 SSP-BA, para exercer o cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada.

**Artigo 2º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT 08 de janeiro de 2024.

**ELSON FARIAS DE SOUSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**GESTÃO 2021-2024**

**PORTARIA Nº 005/2024**

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**Resolve:**

**Artigo 1º –** Nomear o Senhor **VICTOR VINICIUS COSTA OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob o nº: 050.746.111-80 e RG 6102240 2.A VIA SSP/GO para exercer o cargo **Comissionado de Chefe de Departamento de Obras e Transporte** do Município de Serra Nova Dourada MT**.**

**Artigo 2º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os atos contrários.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 08 de janeiro de 2024.

**ELSON FARIAS DE SOUSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**GESTÃO 2021-2024**

**DISTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 003/2024**

or este instrumento, o Município de Serra Nova Dourada, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, na Rua 03, s/n°, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.204.945/0001-86, por seu representante legal, Sr. Elson Farias de Sousa, brasileiro, casado, portador de cédula de identidade RG 2902403 SESPDS/DF, inscrito no CPF sob o nº. 007.661.031-45, a seguir denominado CONTRATANTE, Kairo Vinicius Marques Ribeiro, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. 59.832.073-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 043.148.951-36, brasileiro (a) domiciliado (a) e residente na Av. Sublime S/N Centro - CEP 78.668-000 em Serra Nova Dourada/MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), acordam.

1. O CONTRATANTE e O CONTRATADO, em 07/01/2023 firmaram no Termo Aditivo de Prorrogação da Vigência do Contrato de Trabalho Temporário Nº. 001/2022 com prazo de duração de 12 (doze) meses, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de ENGENHEIRO CIVIL.

2. O (A) CONTRATADO (A), por força do instrumento ora distratado, vêm executando seus serviços até 07/01/2024.

3. Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, o CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO (A) a quantia de R$ 4.108,38 (quatro mil cento e oito reais e trinta e oito centavos).

4. O CONTRATANTE, tendo em vista que o prazo de duração estimulado em doze meses do contrato vigente findou-se em 07 (sete) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte quatro), acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADO (A) a quantia que será apurado no cálculo de rescisão.

5. O (A) CONTRATADO (A) outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

6. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

7. As partes elegem o Foro da Comarca em Ribeirão Cascalheira para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado. Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Serra Nova Dourada – MT, 08/01/2024

KAIRO VINICIUS MARQUES RIBEIRO

CONTRATADO (A)

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

**PORTARIA Nº 025 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

Altera Portaria n° 2.914 de 21 de dezembro de 2023, que designa fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º da Portaria n° 2.914 de 21 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Designar Cledson Adão de Assis (titular), Jonas Oliveira da Silva (substituto) – Secretaria Municipal de Administração, Samuel dos Santos Silva (titular), Raimundo Nonato Trindade Câmara (substituto) – Secretaria Municipal de Saúde de Saneamento, João Roberto Jahn (titular), Adevanir Pereira da Silva (substituto) – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Wanderson Costa Oliveira (titular), Paulo Henrique de Oliveira Velozo (substituto) – Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar, Wellington Rubim de Oliveira (titular), Marcos Paulo Ribeiro Barreto (substituto) – Secretaria Municipal de Assistência Social, Sandroneia Aparecida Klauss (titular), Josimar Bruno da Silva (substituto) – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ademir Francisco Freitas (titular), Lindomar Jales Pereira (substituto) – Secretaria Municipal de Educação, Julio Cesar Alves de Moura (titular), Lucas Abreu Antunes (substituto) – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer,

Nelson Kummer (titular), Fabio Miguel dos Santos (substituto) – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Jair Francisco Zanol (titular), Neemias Alves de Oliveira (substituto) – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil, Ramiro Persson Quadros da Silva (titular), Alex José de Souza e Rosilene Reginato (substitutos) – Secretaria Municipal de Transportes, José Antônio de Paula Ferreira (titular), Francisco Guimarães Ferreira Cordeiro (substituto) – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude, para as Atas de Registros de Preços n° 513/2023, n° 514/2023, n° 515/2023, n° 516/2023, n° 517/2023, originada do processo do Pregão Eletrônico n.º 077/2023, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de ferragens em geral e poste de concreto 14/600 metros de altura para atender as demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT, conforme termo de referência e anexos.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário Municipal de Administração**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 043, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Exonera a pedido, servidor ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Exonerar a pedido, o servidor Edinecir Oliveira Miranda, matrícula nº 12734, do cargo efetivo de Professor Educação Básica Pedagogia 30 horas, lotado na Secretaria Municipal Educação.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

**Secretário de Administração**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 042, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade em favor da servidora Juliana de Oliveira Silva de Almeida, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder o benefício deSalário Maternidade em favor da Servidora Juliana de Oliveira Silva de Almeida, matrícula nº 10976, contratada no cargo de Professor Educação Básica Pedagogia 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a totalidade da remuneração de contribuição a partir de 21 de dezembro de 2023 e término em 17 de junho de 2024.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

Secretário de Administração

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
**EDITAL 024 CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.076/0001-62**

**Endereço: Av. Porto Alegre, 2525 Sorriso – Mato Grosso**

**EDITAL 024 CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023**

O Prefeito Municipal de Sorriso-MT, por meio da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 2.379/2023, torna público a convocação dos profissionais contratados abaixo relacionados, para no período de **11, 12 e 15 de janeiro de 2024, para entrega dos documentos no Auditório da Secretaria Municipal de Educação de Sorriso/MT (Av. Tancredo Neves, 124 – Centro) das 7h às 12h:**

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – PEDAGOGIA – 30H – SEDE DO MUNICÍPIO**

| CANDIDATO | CARGO | CLASSIF | DATA/HORA ATRIBUIÇÃO SEMED |
|---|---|---|---|
| ORLANDO MORAES NASCIMENTO | Pedagogia 30h | 26 | 16/01/24 – 8h |
| FABRÍCIA DE MORAES ROGOSKI | Pedagogia 30h | 27 | 16/01/24 – 8h |
| RAQUEL DOS SANTOS | Pedagogia 30h | 28 | 16/01/24 – 8h |
| MARCIANA SANTOS DA COSTA | Pedagogia 30h | 29 | 16/01/24 – 8h |
| ANDREZA STOCK MORAIS PLANTES | Pedagogia 30h | 30 | 16/01/24 – 8h |
| ADRIANA DE OLIVEIRA SOTEL DA SILVA | Pedagogia 30h | 31 | 16/01/24 – 8h |
| CÍCERA APARECIDA JUVENCIO DA SILVA PEREIRA | Pedagogia 30h | 32 | 16/01/24 – 8h30 |
| ANA PAULA DA SILVA | Pedagogia 30h | 33 | 16/01/24 – 8h30 |
| BETÂNIA BEZERRA DA SILVA ROCHA | Pedagogia 30h | 34 | 16/01/24 – 8h30 |
| DILAIR BARTZKI DOS SANTOS LUIZ | Pedagogia 30h | 35 | 16/01/24 – 8h30 |
| GEICILENE DE SOUSA MENDES | Pedagogia 30h | 36 | 16/01/24 – 8h30 |
| GISLENE APARECIDA DA SILVA SANTOS | Pedagogia 30h | 37 | 16/01/24 – 8h30 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| ROZANE APARECIDA FERNANDES | Pedagogia 30h | 38 | 16/01/24 – 9h |
| PAMELA SUELEN BAUMANN | Pedagogia 30h | 39 | 16/01/24 – 9h |
| KARINA MARIA DE OLIVEIRA | Pedagogia 30h | 40 | 16/01/24 – 9h |
| EGLECI MARIA SCARTON | Pedagogia 30h | 41 | 16/01/24 – 9h |
| REGIANE FERREIRA BRITO TORRES | Pedagogia 30h | 42 | 16/01/24 – 9h |
| JAQUELINE JANIA PEREIRA MACHADO | Pedagogia 30h | 43 | 16/01/24 – 9h |
| VANESSA DE SOUZA MARION WAGNER | Pedagogia 30h | 44 | 16/01/24 – 9h30 |
| CLAUDINEIA GONÇALVES DA SILVA | Pedagogia 30h | 45 | 16/01/24 – 9h30 |
| ADÉLIA GONÇALVES CARDOSO | Pedagogia 30h | 46 | 16/01/24 – 9h30 |
| CRISLAINE DE OLIVEIRA SIMISEN | Pedagogia 30h | 47 | 16/01/24 – 9h30 |
| ELIZEU JEZIMIEL SOUSA SANTOS | Pedagogia 30h | 48 | 16/01/24 – 9h30 |
| ANEIDE ROCHA LIMA | Pedagogia 30h | 49 | 16/01/24 – 9h30 |
| CLEIDIANE DA SILVA E SILVA | Pedagogia 30h | 50 | 16/01/24 – 9h30 |

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – PEDAGOGIA – 40H – SEDE DO MUNICÍPIO**

| CANDIDATO | CARGO | CLASSIF | DATA/HORA ATRIBUIÇÃO SEMED |
|---|---|---|---|
| MARTINHA RAPACHI | Pedagogia 40h | 21 | 16/01/24 – 10h |
| LEILA PIRES DE OLIVEIRA | Pedagogia 40h | 22 | 16/01/24 – 10h |
| EDNETTE MORAES NAVARROS | Pedagogia 40h | 23 | 16/01/24 – 10h |
| ANA PAULA RIBEIRO MESSIAS DE ANDRADE | Pedagogia 40h | 24 | 16/01/24 – 10h |
| FÁTIMA KUNTZLER | Pedagogia 40h | 25 | 16/01/24 – 10h |
| ANA PAULA MACIEL DA SILVA | Pedagogia 40h | 26 | 16/01/24 – 10h |
| ANDRESSA TAINÁ DA GAMA MARTINS | Pedagogia 40h | 27 | 16/01/24 – 10h30 |
| LUZIA RIBEIRO DA SILVA MONTEIRO | Pedagogia 40h | 28 | 16/01/24 – 10h30 |
| CLAUDIA BRITO ALVES | Pedagogia 40h | 29 | 16/01/24 – 10h30 |
| JOCIELMA DE AGUILAR VIDAL | Pedagogia 40h | 30 | 16/01/24 – 10h30 |

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – PEDAGOGIA – 40H – SEDE DO MUNICÍPIO - PcD**

| CANDIDATO | CARGO | CLASSIF | DATA/HORA ATRIBUIÇÃO SEMED |
|---|---|---|---|
| LILIAN ALVES PEREIRA SILVA GOMES MILEU | Pedagogia 40h | 3 | 16/01/24 – 10h30 |

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – PEDAGOGIA – 40H – SEDE DO MUNICÍPIO**

| CANDIDATO | CARGO | CLASSIF | DATA/HORA ATRIBUIÇÃO SEMED |
|---|---|---|---|
| JAMILE CUNHA OLIVEIRA | Pedagogia 40h | 31 | 16/01/24 – 11h |
| MONALISA SORAIA ROESE | Pedagogia 40h | 32 | 16/01/24 – 11h |
| GLEIDE ALVES CHALEGRA | Pedagogia 40h | 33 | 16/01/24 – 11h |
| REGIANE ABREU LUIZ | Pedagogia 40h | 34 | 16/01/24 – 11h |
| VANUSA FATIMA VASSOLER GALVAN | Pedagogia 40h | 35 | 16/01/24 – 11h |
| MARIA REGINA BACH | Pedagogia 40h | 36 | 16/01/24 – 11h |
| IDEVAN CORREA DE SOUZA | Pedagogia 40h | 37 | 16/01/24 – 11h |
| MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA SANTOS | Pedagogia 40h | 38 | 16/01/24 – 11h |
| ASTREA PEREIRA DE ALMEIDA DA SILVA | Pedagogia 40h | 39 | 16/01/24 – 11h |
| FRANCISCA SILVA COUTINHO | Pedagogia 40h | 40 | 16/01/24 – 11h |

**CARGO: PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEDAGOGIA – 30 HORAS – ASSENTAMENTO JONAS PINHEIRO (PORANGA)**

| CANDIDATO | CARGO | CLASSIF | DATA/HORA ATRIBUIÇÃO SEMED |
|---|---|---|---|
| JOSETE BARBOSA RODRIGUES | Pedagogia 30h | 1 | 16/01/24 – 13h |
| IZABEL CRISTINA TENÓRIO DA SILVA | Pedagogia 30h | 2 | 16/01/24 – 13h |

**CARGO: PSICÓLOGO – 40 HORAS – SEDE DO MUNICÍPIO**

| CANDIDATO | CARGO | CLASSIF | DATA/HORA ATRIBUIÇÃO SEMED |
|---|---|---|---|
| AMABILY APARECIDA JESUS BENEDITO | Psicólogo 40h | 1 | 16/01/24 – 13h |
| ANNILEIDY CORDEIRO SOUSA MUNHOIS | Psicólogo 40h | 2 | 16/01/24 – 13h |
| ELEN CRISTINA BONETE | Psicólogo 40h | 3 | 16/01/24 – 13h |
| FABIANA DA SILVA VILANOVA | Psicólogo 40h | 4 | 16/01/24 – 13h |
| ELIZABETE MARIA DA SILVA LOPES | Psicólogo 40h | 5 | 16/01/24 – 13h |
| MARIA EDUARDA GOIS MARIANI | Psicólogo 40h | 6 | 16/01/24 – 13h |

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS – SEDE DO MUNICÍPIO**

| CANDIDATO | CARGO | CLASSIF | DATA/HORA ATRIBUIÇÃO SEMED |
|---|---|---|---|
| CAMILA DALLA CORTT | Ass. Social 30h | 1 | 16/01/24 – 13h30 |
| CECÍLIA STEPHLLAY MARANGONI | Ass. Social 30h | 2 | 16/01/24 – 13h30 |
| LEANE TEREZINHA HORN RODRIGUES | Ass. Social 30h | 3 | 16/01/24 – 13h30 |
| ADALVANICE NEVES PAULA DE SOUZA | Ass. Social 30h | 4 | 16/01/24 – 13h30 |
| CARLA GRACIELE CARDOSO | Ass. Social 30h | 5 | 16/01/24 – 13h30 |

O candidato deve comparecer **no Auditório da Secretaria Municipal de Educação de Sorriso/MT (Av. Tancredo Neves, 124 – Centro) das 7h às 12h**, munido dos documentos **(cópia nítida e originais) e** da Ficha admissional **devidamente preenchida, impressa e assinada disponível no site** https://site.sorriso.mt.gov.br/transparencia?c=Pub....

**Apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação, com encaminhamento do Departamento de Gestão de Pessoas para atribuição de unidade escolar, no dia 16 de janeiro de 2024 de acordo com a classificação e horário acima citado**.

O não comparecimento no prazo legal, implicará na desistência do classificado convocado, podendo ser convocado os imediatamente posteriores, obedecendo à ordem de classificação.

OBS: **A nomeação, para fins de remuneração, será no início do ano letivo, em 22 de janeiro de 2024.**

Sorriso, 09 de janeiro de 2024.

ROBERTA NOVELLO DE BEM

Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e

Execução do Processo Seletivo Simplificado

Portaria nº 2.379/2023

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 041, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Concede licença para tratar de interesse particular a servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**Considerando** o disposto na Lei Complementar nº 140/2011 de 26/08/2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município

de Sorriso, em especial na Subseção VI, Artigo126 e Parágrafos, que prevê concessão ao servidor estável, Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular a servidora pública municipal Elisiane Marise Fungueto, matrícula nº 3885, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

**Art. 2º** A licença para tratar de interesse particular concedida ao servidor acima identificado é de até 03 (três) anos consecutivos, a partir de 02 de janeiro de 2024.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

Secretário Municipal de Administração

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 040, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 10 (dez) dias de férias regulamentares, convertendo-se 10 (dez) dias em pecúnia, restando 10 (dez) dias a serem programados.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 6102 | BRUNA FERREIRA GONÇALVES | 15.07.2022 | 14.07.2023 | 08.01.2024 | 17.01.2024 |
| 1935 | CLAUDENIR JOSE DOS SANTOS | 03.02.2022 | 02.02.2023 | 15.01.2024 | 24.01.2024 |
| 2575 | FABIANE CRISTINA CORREA RANGEL | 19.01.2022 | 18.01.2023 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |
| 10846 | WESLEY FABER ROMÃO | 01.11.2022 | 31.10.2023 | 03.01.2024 | 12.01.2024 |

**Art. 2º** As férias regulamentares serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, de acordo com o inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal e inciso II, §1º, Art. 75 da Lei Complementar nº 140.2011.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 039, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 20 (vinte) dias de férias regulamentares, convertendo-se 10 (dez) dias em pecúnia.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 7395 | ANTONIA KELES COSTA DOS SANTOS | 07.01.2023 | 06.01.2024 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 1964 | CESAR BEZERRA PEREIRA | 04.09.2022 | 03.09.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 4928 | CLEONICE DE SOUZA LIMA | 12.04.2022 | 11.04.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 1995 | IRACILDA INACIO FERRAZ | 24.01.2022 | 23.01.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 229 | JEAN CARLOS DOS SANTOS | 02.02.2022 | 01.02.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 6493 | LINDOMAR PEREIRA | 28.03.2022 | 27.03.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 7408 | LOURDES R. G. MEIRA SILVA | 04.02.2023 | 03.02.2024 | 15.01.2024 | 03.02.2024 |
| 3032 | LUCIANA BONADIMAN MACHADO | 08.07.2022 | 07.07.2023 | 11.01.2024 | 30.01.2024 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 256 | LUIZ VENAZZI NETO | 02.02.2022 | 01.02.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 1976 | MARIA APARECIDA DE SOUZA NUNES | 13.11.2022 | 12.11.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 673 | NILSON COLELLA | 02.02.2022 | 01.02.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 3872 | RODRIGO ANTONIO VILELA | 10.04.2022 | 09.04.2023 | 15.01.2024 | 03.02.2024 |
| 4002 | RONALDO LUIZ STALLBAUM | 10.05.2022 | 09.05.2023 | 29.01.2024 | 17.02.2024 |
| 346 | SANDRA PEZETI SANTANA | 21.12.2022 | 20.12.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 3055 | TATIANA DE SOUZA MIRANDA | 15.09.2022 | 14.09.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 5661 | JAQUELINE CAMERA | 19.01.2022 | 18.01.2023 | 31.01.2024 | 19.02.2024 |

**Art. 2º** As férias regulamentares serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, de acordo com o inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal e inciso II, §1º, Art. 75 da Lei Complementar nº 140.2011.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 044, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Nomeia para o cargo em comissão de Coordenador de Departamento a servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Nomear Tatiane Mezzalira, matrícula nº 13123, para o cargo em comissão de Coordenador de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado Digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário Municipal de Administração**

**DECRETO Nº 1.035, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

Altera o Decreto nº 831 de 17 de janeiro de 2023, que Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental – CPRA, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no Art. 4º da Lei nº 3.305, de 03 de outubro de 2022, que estabelece: “Os requerimentos do procedimento para a adoção de equipamentos públicos serão analisados e aprovados por uma Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental – CPRA.”

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º do Decreto 831, de 17 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Ficam nomeados para compor a Comissão de Paisagismo e Recuperação Ambiental – CPRA, os seguintes membros:

I – Silvio Pereira Duarte - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

II - Marcelo Antonio de Oliveira - Secretaria Municipal da Cidade

III - Adelso Aguiar - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

IV - Alberto dos Santos e Jair Zanol - Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil

V – Rafael Silva Maniezzo e Bruno Eduardo Pecinelli Delgado - Secretaria Municipal de Administração

VI - Rubens Vieira dos Santos Junior e Jeferson Volnei Portella Silveira - Organizações da Sociedade Civil

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

Secretário de Administração

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 038, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 10 (dez) dias de férias regulamentares, restando 20 (vinte) dias a serem programados.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1082 | ANTONIO CARLOS ALVES | 01.02.2022 | 31.01.2023 | 08.01.2024 | 17.01.2024 |
| 3870 | BRUNO CARVALHO BALTAR FERNANDES | 04.04.2022 | 03.04.2023 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |
| 6097 | EDERSON ROBERTO PERIN | 02.01.2023 | 01.01.2024 | 08.01.2024 | 17.01.2024 |
| 1730 | JOSE RODRIGO MELO | 10.04.2022 | 09.04.2023 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |
| 241 | LIGIA DE SOUZA LEITE | 19.04.2022 | 18.04.2023 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |

**Art. 2º** As férias regulamentares serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, de acordo com o inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal e inciso II, §1º, Art. 75 da Lei Complementar nº 140.2011.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 037, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 15 (quinze) dias de férias regulamentares, restando 15 (quinze) dias a serem programados.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 6143 | DANIEL DIEGO SELHORST MACEDO | 24.09.2022 | 23.09.2023 | 02.01.2024 | 16.01.2024 |
| 8454 | LAERCIO BIANCHIN | 14.01.2023 | 13.01.2024 | 02.01.2024 | 16.01.2024 |
| 4247 | LILIANE DOS SANTOS SILVA | 03.09.2022 | 02.09.2023 | 15.01.2024 | 29.01.2024 |
| 4316 | MARIA APARECIDA GODINHO SARAIVA | 11.10.2021 | 10.10.2022 | 02.01.2024 | 16.01.2024 |

**Art. 2º** As férias regulamentares serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, de acordo com o inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal e inciso II, §1º, Art. 75 da Lei Complementar nº 140.2011.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 036, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 20 (vinte) dias de férias regulamentares, restando 10 (dez) dias a serem programados.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2475 | CLAUDIA INES SONEGO | 06.02.2023 | 05.02.2024 | 08.01.2024 | 27.01.2024 |
| 4248 | CRISTIANE RAQUEL RECH BARBOSA | 10.09.2022 | 09.09.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 4022 | GRACIELA GIOVANA CANTON GARCIA | 21.03.2022 | 20.03.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 766 | HILDA DAMIN | 05.01.2022 | 04.01.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 4211 | THAIS FELINI | 15.08.2022 | 14.08.2023 | 10.01.2024 | 29.01.2024 |
| 312 | VANESSA DOS SANTOS DALL'AGNOL MASCHIO | 01.02.2023 | 31.01.2024 | 08.01.2024 | 27.01.2024 |

**Art. 2º** As férias regulamentares serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, de acordo com o inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal e inciso II, §1º, Art. 75 da Lei Complementar nº 140.2011.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 035, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 30 (trinta) dias de férias regulamentares.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 6157 | ALOISIO MARTINS TRINDADE | 04.12.2022 | 03.12.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 1898 | BELARMINA ALVES DA COSTA DEVENS | 01.06.2022 | 31.05.2023 | 05.01.2024 | 03.02.2024 |
| 4023 | CAROLINA PAULA NATIVIDADE | 16.05.2022 | 15.05.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 190 | CELINA TEREZINHA DADALT | 02.02.2022 | 01.02.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 5073 | CIBELE DA SILVA | 01.08.2022 | 31.07.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 1950 | CLOTILDE MARIA MEIRA COELHO | 02.08.2022 | 01.08.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 5609 | CLEMAIR TEREZINHA ANSELMO | 04.08.2022 | 03.08.2023 | 08.01.2024 | 06.02.2024 |
| 4206 | DANILO FRANCISCO GONÇALVES | 14.08.2022 | 13.08.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 4066 | ELIANE BULKA | 21.05.2022 | 20.05.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 2578 | EROCI AQUINO PILAR | 19.01.2021 | 18.01.2022 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 1821 | FABIO HUBNER | 24.04.2022 | 23.04.2023 | 08.01.2024 | 06.02.2024 |
| 4245 | FABIANE CRISTIANE DEZORDI | 03.09.2022 | 02.09.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 4222 | FERNANDA R. RUTKE DAMASCENO | 03.09.2022 | 02.09.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 769 | FRANCISCA FLAVIA MENESES DOS SANTOS | 17.01.2022 | 16.01.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 7169 | GRACIANE ARAUJO SANTANA | 03.04.2022 | 02.04.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 3884 | GRAZIELA DERBLI DA SILVA | 18.04.2022 | 17.04.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 1761 | HEIKE LEANE BRINKAMNN | 17.04.2022 | 16.04.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 3435 | JANETE MARTINS DE OLIVEIRA | 01.07.2022 | 30.06.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 7394 | JESIANE GOMES DE MACEDO | 07.01.2023 | 06.01.2024 | 15.01.2024 | 13.02.2024 |
| 3868 | JOELMA DA SILVA GOULART | 03.04.2021 | 02.04.2022 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 6534 | LUCIMAR NUNES PEREIRA | 02.05.2022 | 01.05.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 6145 | LUCINEIA GUSMÃO PERES | 01.10.2021 | 30.09.2022 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 3480 | MARIA ENI LEITE LIMA | 03.08.2022 | 02.08.2023 | 15.01.2024 | 13.02.2024 |
| 4024 | MARIELE CRISTIANE MANFÉ | 17.06.2021 | 16.06.2022 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 4317 | MARILEIA HEZEL | 11.10.2022 | 10.10.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 664 | NADIR SALDANHA MARINHO | 11.03.2022 | 10.03.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 1309 | NILVA OLIVEIRA MAGALHÃES GOMES | 18.04.2022 | 17.04.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 6558 | RAFAEL TIBALDI DE ARRUDA | 01.06.2022 | 31.05.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 7176 | RAIANE DA SILVA FLORENTINO | 03.04.2022 | 02.04.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 3500 | TALITA KLIMEK | 01.12.2021 | 30.11.2022 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 7167 | TAMIRES GARDENIA SILVA DE AGUIAR | 03.04.2022 | 02.04.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 350 | URZULINA MARTA DE SOUZA RIMAR | 21.12.2022 | 20.12.2023 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 353 | ZENILDA APARECIDA DE LIMA | 22.12.2021 | 21.12.2022 | 02.01.2024 | 31.01.2024 |
| 4344 | ZILMA DA SILVA MATINS ROCHA | 16.10.2022 | 15.10.2023 | 15.01.2024 | 13.02.2024 |

**Art. 2º** As férias regulamentares serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, de acordo com o inciso XVII, art. 7º da Constituição Federal e inciso II, §1º, Art. 75 da Lei Complementar nº 140.2011.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 034, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 20 (vinte) dias de férias regulamentares.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 197 | EDNA GLORIA DAS NEVES O. SANTANA | 11.05.2022 | 10.05.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 231 | JOELMA LINS DOS SANTOS | 01.03.2022 | 28.02.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 4207 | MARICLEIA RODRIGUES | 14.08.2021 | 13.08.2022 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 6494 | NILCI MARLI RHODEN WOLFF | 28.03.2022 | 27.03.2023 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 5660 | PAULO HENRIQUE BOURSCHEID | 19.01.2022 | 18.01.2023 | 03.01.2024 | 22.01.2024 |
| 2437 | TATIANA HARUMI NISHIOKA MINOHARA | 12.06.2021 | 11.06.2022 | 02.01.2024 | 21.01.2024 |
| 4352 | YARA BEATRIZ SCHWEINBERGER | 01.10.2022 | 30.09.2023 | 08.01.2024 | 27.01.2024 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado Digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 033, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 15 (quinze) dias de férias regulamentares.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 177 | ALESSANDRA MUNARETTO | 02.02.2022 | 01.02.2023 | 02.01.2024 | 16.01.2024 |
| 3094 | DANNYELLE FELIX SOARES | 11.01.2022 | 10.01.2023 | 22.01.2024 | 05.02.2024 |
| 5615 | KATIA DA SILVA DE FRANÇA | 04.08.2022 | 03.08.2023 | 02.01.2024 | 15.01.2024 |
| 4910 | MARILENE EUSTÁQUI DE SOUZA CELLA | 25.03.2022 | 24.03.2022 | 02.01.2024 | 16.01.2024 |
| 3873 | ROBERSON MENEGOTTO | 05.02.2022 | 04.02.2023 | 22.01.2024 | 05.02.2024 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 306 | TEREZA RODRIGUES PEREIRA | 09.02.2022 | 08.02.2023 | 08.01.2024 | 22.01.2024 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado Digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO / GEO-OBRAS**
**PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 258-2022 – VALOR. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. CONTRATADO: DLV ARQUITETURA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. DATA: 22/12/2023. ACRESCENTA-SE O VALOR DE R$ 513.853,09 – SUPRIME-SE O VALOR DE R$ 265.805,34 - REFLEXO FINANCEIRO DE R$ 248.047,75. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA. SORRISO - MT, 09 DE JANEIRO 2. 024. PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE. ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 024 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.**

Altera a Portaria n° 2.911 de 21 de dezembro de 2023, que designa fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 1º da Portaria n° 2.911 de 21 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Designar Jamile Emanuelle Souza Foléis Serpa (titular), Andreia de Medeiros Goulart (substituta) – Secretaria Municipal de Assistência Social, Cátia Freitas Luciano (titular), Luciana Azevedo (substituta) – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Dánubia Coradini (titular), Lussane Martinazzo Maculan e Elaine Sequini Correia Souza (substitutas) – Secretaria Municipal de Educação, José Antônio de Paula Ferreira (titular), Francisco Guimarães Ferreira Cordeiro (substituto) – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude, Júlio César Moura (titular), Anderson Moreno Espíndola (substituto) – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Daniel Alves de Moura e Silva (titular), Zeli Fátima da Silva (substituta) – Secretaria Municipal de Fazenda, Jesse Ferreira Barros (titular), Neemias Alves de Oliveira (substituto) – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil, Marianna Adelaide Pinto de Oliveira Sartori (titular), Keila Magalhães dos Santos (substituta) – Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar, Maira Schell (titular), Sandroneia Aparecida Klaus (substituta) – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, fiscais nas Atas de Registro de Preços nº 524/2023, n° 525/2023, n° 526/2023, n° 527/2023, n° 528/2023, n° 529/2023, n° 530/2023, n° 531/2023, n° 532/2023, n° 533/2023, n° 534/2023, n° 535/2023, n° 536/2023, n° 537/2023, n° 538/2023, n° 539/2023, n° 540/2023, n° 541/2023, n° 542/2023, n° 543/2023, n° 544/2023, originado do Processo do Pregão Eletrônico n.º 075/2023, cujo objeto é o "registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais descartáveis, embalagens e produtos de higiene pessoal para atender as demandas das secretarias municipais, conforme termo de referência e anexos.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 08 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO** Secretário Municipal de Administração

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 032, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 10 (dez) dias de férias regulamentares.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 3864 | AILTON CESAR BRIZANTE | 03.04.2021 | 02.04.2022 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |
| 68 | ALAIR ALVES DE OLIVEIRA | 30.08.2022 | 29.08.2023 | 08.01.2024 | 17.01.2024 |
| 1935 | CLAUDENIR JOSÉ DOS SANTOS | 03.02.2021 | 02.01.2022 | 05.01.2024 | 14.01.2024 |
| 4018 | DORZELINA ARAUJO PINTO | 15.05.2021 | 14.05.2022 | 08.01.2024 | 17.01.2024 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 3110 | FERNANDA CAMPOS | 04.01.2022 | 03.01.2023 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |
| 3032 | LUCIANA BONADIMAN MACHADO | 08.07.2021 | 07.07.2022 | 01.01.2024 | 10.01.2024 |
| 1741 | SILVANA AP. PFEIFER | 11.04.2022 | 10.04.2023 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |
| 3871 | TATIANA ALMEIDA SCARSINSKI | 04.04.2022 | 03.04.2023 | 02.01.2024 | 11.01.2024 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado Digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 031, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder aos servidores nominados a seguir, fruição de 10 (dez) dias de férias regulamentares, restando 10 (dez) dias a serem programados.

| MAT. | SERVIDOR | PERIODO AQUISITIVO | | PERÍODO DE FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|
| 291 | REGINA CLEIA TELLES | 15.01.2023 | 14.01.2024 | 22.01.2024 | 31.01.2024 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

*Secretário Municipal de Administração*

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL 004 DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2023**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.076/001-**

**Endereço: Av. Porto Alegre, 2525 Sorriso – Mato Grosso**

**EDITAL Nº 004 DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2023**

O Prefeito Municipal de Sorriso-MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 2.639/2023, torna público a divulgação das inscrições deferidas e indeferidas do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023.

**ASSISTENTE DE BIBLIOTECA – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADERENICE DINIZ NUNES | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADILSON DA SILVA MACIEL | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADLA KAROLINE DA SILVA SANTOS | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADRIANE DA SILVA OLIVEIRA | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADRIEL HENRIQUE SILVA SANTANA | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADRIELE APARECIDA DA SILVA | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADRIELLY LISBOA DA SILVA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ADRIELMA DE SOUSA LIMA | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | AIESKA UMBELINO MEDEIROS | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALAN CARLOS VIEIRA SILVA | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALANA ARAUJO SANTOS | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALANA MIKAELA SANTOS RODRIGUES | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALDAIR OLIVEIRA DA COSTA | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALENILDA MESQUITA GOMES | DEFERIDO |
| 15 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALESSANDRA GONCALVES CUELHAR | DEFERIDO |
| 16 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALESSANDRA RUTHYELLEN DE LIMA MARTINS | DEFERIDO |
| 17 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALEXANDRA JOSÉ CALIMÉRIO | DEFERIDO |
| 18 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALEXANDRA TACIANA DRESCH MARQUES DA SILVA | DEFERIDO |
| 19 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALEXANDRE ZANATA DE OLIVEIRA VASCONCELOS | DEFERIDO |
| 20 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALICE MANUELE DA SILVA COSTA | DEFERIDO |
| 21 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALINE CRISTINA MEDEIROS | INDEFERIDO |
| 22 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALINE FERREIRA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 23 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALINE PAULA ZATTI | DEFERIDO |
| 24 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALÍPIO BEZERRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 25 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALLAN CAMPOS DA ROCHA | DEFERIDO |
| 26 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ALLAN CARLOS SÁ SOARES | DEFERIDO |
| 27 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | AMANDA CAMILA GOMES DA COSTA AMORIM | DEFERIDO |
| 28 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | AMANDA FONTES NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 29 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | AMANDA MARIA DE SOUSA GABRIEL | DEFERIDO |
| 30 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | AMANDA RASTELLI RODRIGUES | DEFERIDO |
| 31 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | AMANDA SEGURA DA SILVA ROSA | DEFERIDO |
| 32 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | AMANDA TALITA SOUZA DE ARAUJO SILVA | DEFERIDO |
| 33 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA CAROLINE DE MOURA MOREIRA | DEFERIDO |
| 34 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA CAROLINI GÓIS MARIANI | DEFERIDO |
| 35 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 36 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA DAVILA SILVA LISBOA SANTOS | DEFERIDO |
| 37 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA LIS CABRAL GOMES | DEFERIDO |
| 38 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA MARIA DA SILVA CARDOSO | DEFERIDO |
| 39 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA PAULA ALVARENGA DA COSTA | DEFERIDO |
| 40 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA PAULA ARAUJO BRUM | DEFERIDO |
| 41 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA PAULA DOLORES DA SILVA | DEFERIDO |
| 42 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA PAULA DOS SANTOS MOURA | DEFERIDO |
| 43 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA PAULA LINHARES SILVA | DEFERIDO |
| 44 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA PAULA MACIEL DE MELO | DEFERIDO |
| 45 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANA PAULA PEREIRA FAGUNDES SILVA | DEFERIDO |
| 46 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANALIA PATRÍCIA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 47 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANALICE BERNARDINO | DEFERIDO |
| 48 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANANDA VALESSA AMARAL MELO | DEFERIDO |
| 49 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANARRY BERNARDINO | DEFERIDO |
| 50 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANAZIL CRISTINA DE SOUZA | DEFERIDO |
| 51 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDRÉ OLIVEIRA DE SOUSA | DEFERIDO |
| 52 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDRÉ SOUSA SILVA | DEFERIDO |
| 53 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDREIA APARECIDA FRANCISCO | DEFERIDO |
| 54 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDREIA CRISTINA ROSA | DEFERIDO |
| 55 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDREIA DA SILVA SANTOS | DEFERIDO |
| 56 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDREIA VAZ DOS SANTOS MENDES | DEFERIDO |
| 57 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDRESSA LIMA DA SILVA | DEFERIDO |
| 58 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANDRESSA MACEDO DA SILVA | DEFERIDO |
| 59 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANE ANGELICA MOURA DA SILVA | DEFERIDO |
| 60 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANGELA MARIA DE SOUZA | DEFERIDO |
| 61 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANGÉLICA SOTEL DA SILVA | DEFERIDO |
| 62 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANNA CLARA DA SILVA SÁ | DEFERIDO |
| 63 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANNA KAROLINY PEREIRA GUEDES | DEFERIDO |
| 64 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANNY KAROLINY DA SILVA SOUSA | DEFERIDO |
| 65 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTHONY KEMPFER POLI | DEFERIDO |
| 66 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTONIA ELIENE DE ARAUJO PEREIRA | DEFERIDO |
| 67 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTONIA KEYLA FERREIRA LIMA | DEFERIDO |
| 68 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTÔNIA VANDERLÉIA SILVA BEZERRA | DEFERIDO |
| 69 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTONIO FRANCISCO ROCHA SANTIAGO | DEFERIDO |
| 70 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTONIO IGOR FURLAN MAZZEI | DEFERIDO |
| 71 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTONIO JOSÉ DA SILVA | DEFERIDO |
| 72 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ANTONIO ROMARIO DOS SANTOS SOUSA | DEFERIDO |
| 73 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ARUANDA DE JESUS MORENO LOBO MADEIRA | DEFERIDO |
| 74 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ASNAN DE ARAÚJO SOUZA | DEFERIDO |
| 75 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BEATRIZ COUTO DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 76 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BEATRIZ PEREIRA | DEFERIDO |
| 77 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BEATRIZ TERTULIANO PERES | DEFERIDO |
| 78 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BENAIA ALANA ALTINESKA SACHINI DA SILVA | DEFERIDO |
| 79 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BIANCA JAMILE PETRY DE BARCELOS | DEFERIDO |
| 80 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BIANCA SOUSA CONCEIÇÃO | DEFERIDO |
| 81 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BIANCA VEIGA BOFFE | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 82 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BRUNA ANGÉLICA SAWARIS TOLENTINO | DEFERIDO |
| 83 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BRUNA PEREIRA NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 84 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | BRUNA SAMANDA FERNEDA | DEFERIDO |
| 85 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAIO DETZ | DEFERIDO |
| 86 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAMILA CARVALHO DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 87 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAMILA FREITAS SENA | DEFERIDO |
| 88 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAMILA HELENA SANTOS PEREIRA DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 89 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAMILA MENDES LEITE | DEFERIDO |
| 90 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAMILA SPERBER CARDOSO | DEFERIDO |
| 91 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAMILA VITORIA FERREIRA RIBAS | DEFERIDO |
| 92 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CARINA TEREZA BARBOSA DA CONCEIÇÃO COSTA | DEFERIDO |
| 93 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CARLA DANIELE MARQUES PEREIRA | DEFERIDO |
| 94 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CARLOS PEREIRA | DEFERIDO |
| 95 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CAROLINE RADKE BONIATTI | DEFERIDO |
| 96 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CASSIANI DE LIMA MATOS | DEFERIDO |
| 97 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CELCIANE MALCHER PINTO | DEFERIDO |
| 98 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CELIA MARCIA REISNER DALLA ROSA | DEFERIDO |
| 99 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CÍCERO FERNANDO MACHADO DA SILVA | DEFERIDO |
| 100 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLAUCIO VAZ SOUSA | DEFERIDO |
| 101 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLAUDIA MARA URIARTE | DEFERIDO |
| 102 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLAUDINEIA ANDRADE DE LIMA | DEFERIDO |
| 103 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLAUDINEIA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 104 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLAYTON FERREIRA DAL POZZO | DEFERIDO |
| 105 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLEDILSA SOUSA DA CUNHA | DEFERIDO |
| 106 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLEONICE SIMOES ALENCAR | DEFERIDO |
| 107 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CLEUDIANE ALVES COELHO | DEFERIDO |
| 108 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CRISTIANE APARECIDA CAMILO | DEFERIDO |
| 109 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CRISTIANE DA SILVA VITOR | DEFERIDO |
| 110 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CRISTINA BELÉ DO NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 111 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | CRIZIANE MARTINS DANTAS | DEFERIDO |
| 112 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DANIELA LIRA SANTOS | DEFERIDO |
| 113 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DANIELE FERNANDA DOS SANTOS TEIXEIRA | DEFERIDO |
| 114 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DANIELE MARTINS DORIA | DEFERIDO |
| 115 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DANIELE MESQUITA SILVA | DEFERIDO |
| 116 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DANIELI DOS SANTOS PASSOS | DEFERIDO |
| 117 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DARIANE MIRES SANTOS DA SILVA | DEFERIDO |
| 118 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DAYANNY DE SOUSA SILVA | DEFERIDO |
| 119 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DEBORAH HERIKA FERREIRA SILVA | DEFERIDO |
| 120 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DELVANI COSTA PARRIÃO | DEFERIDO |
| 121 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DHULIANA DANTAS DE SOUZA | DEFERIDO |
| 122 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DIANA AURORA RAMOS MANCHEGO | DEFERIDO |
| 123 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DIEGO ANDE DOS REIS GOMES | DEFERIDO |
| 124 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DIENIFFER TAYNARA ALMEIDA FELIPE | DEFERIDO |
| 125 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DIONETON MATIAS DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 126 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DOMINIK LUÍS MORAES FANTINELLI | DEFERIDO |
| 127 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DOUGLAS ANASTÁCIO DE SOUZA | DEFERIDO |
| 128 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DOUGLAS FILIPE TAVARES DE SOUZA | DEFERIDO |
| 129 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DRIELE RENATA SALES LIMA | DEFERIDO |
| 130 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | DUCILENE AGUIAR DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 131 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ECILA JAYNNE PINHEIRO CARDOSO | DEFERIDO |
| 132 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EDER DE ALMEIDA GOMES | DEFERIDO |
| 133 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EDILENE DA SILVA CUNHA | DEFERIDO |
| 134 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EDILENE DE OLIVEIRA SANTANA | DEFERIDO |
| 135 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EDILEUDE SANTOS REIS | DEFERIDO |
| 136 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EDSANDRA CAETANO ARAÚJO RODRIGUES FERREIRA | DEFERIDO |
| 137 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EDVAGNA CAETANO DE ARAUJO CAOVILLA | DEFERIDO |
| 138 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EDVANIA CAETANO DE ARAÚJO | DEFERIDO |
| 139 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELAINE LIMA MACHADO | DEFERIDO |
| 140 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELEN JÉSSICA SOUSA SILVA NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 141 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIANA NUNES DE SOUZA GOMES | DEFERIDO |
| 142 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIANE CONCEIÇÃO DA SILVA | DEFERIDO |
| 143 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIDIELE SANTOS SILVA CARDOSO | DEFERIDO |
| 144 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELISÂNGELA GOMES DA SILVA ALMEIDA | DEFERIDO |
| 145 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIZABETH DA ROCHA NEVES | DEFERIDO |
| 146 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIZABETHE FAUSTINO DE ANDRADE | DEFERIDO |
| 147 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIZANDRA JOSIANE MULLER | DEFERIDO |
| 148 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIZANGELA MATOS COSTA | DEFERIDO |
| 149 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIZETE PALMEIRA LIMA | DEFERIDO |
| 150 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELIZIER ARIEL PEREIRA | INDEFERIDO |
| 151 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ELOISA ABREU ALBUQUERQUE | DEFERIDO |
| 152 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EMANUELI DO NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 153 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EMILLY CAMILA DOS SANTOS RIBEIRO | DEFERIDO |
| 154 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ERIK JHONY CAMPOS ESTECA | DEFERIDO |
| 155 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ERIKA CRISTINA DE MELLO | DEFERIDO |
| 156 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ERNANI SILVA AMORIM | DEFERIDO |
| 157 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ESTELA MARIA SEQUEIRA | DEFERIDO |
| 158 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ESTER PEREIRA PINTO DOS SANTOS DE ARAÚJO | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 159 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ESTER VALENTIN SILVA | DEFERIDO |
| 160 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EUNICE DA SILVA GENTIL | DEFERIDO |
| 161 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EVAIR COSTA DA SILVA | DEFERIDO |
| 162 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EVANE BARBOSA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 163 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EVANILDA RIBEIRO DE SOUSA LEÃO | DEFERIDO |
| 164 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EVELYN JULIANA COSTA PEREIRA | DEFERIDO |
| 165 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EVELYN LOPES PEREIRA | DEFERIDO |
| 166 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EVELYN RIBEIRO ALVES | DEFERIDO |
| 167 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ÉVERNO CHRISTMAS NASCIMENTO DE SOUSA | DEFERIDO |
| 168 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | EVINA CRISTINA DA SILVA SANTOS | DEFERIDO |
| 169 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FABIANA DE OLIVEIRA SILVA | DEFERIDO |
| 170 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FABIANA LENZ DA SILVA | DEFERIDO |
| 171 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FABIANA PEREIRA DE SOUZA | DEFERIDO |
| 172 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FABIO CESAR MIGUEL COSTA | DEFERIDO |
| 173 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FABRICIO SILVA MEDEIROS | DEFERIDO |
| 174 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FELIPE MACHADO KAPPEL | DEFERIDO |
| 175 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FERNANDA DE MELO FERREIRA | DEFERIDO |
| 176 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FERNANDA EVANGELISTA SILVA DE SOUZA | DEFERIDO |
| 177 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FERNANDA LIMA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 178 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FLÁVIA RAQUEL NOGUEIRA DA SILVA | INDEFERIDO |
| 179 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FRANCIELI CARVALHO LOPEZ | DEFERIDO |
| 180 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FRANCISCA ANTONIA LIMA DA COSTA | DEFERIDO |
| 181 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FRANCISCA DE ARAÚJO COSTA | DEFERIDO |
| 182 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FRANCISCO DA CRUZ PINTO JUNIOR | DEFERIDO |
| 183 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | FRANCISCO SILVINO DE ARAUJO FILHO | INDEFERIDO |
| 184 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIEL BIANCHIN PIOVESAN | DEFERIDO |
| 185 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIEL PONCIANO DA SILVA | DEFERIDO |
| 186 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIELA LENZ LISBOA | DEFERIDO |
| 187 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIELA LOPES SILVA | DEFERIDO |
| 188 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIELA SILVA RIBEIRO | DEFERIDO |
| 189 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIELA SOUZA DA SILVA | DEFERIDO |
| 190 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIELI ELIZABETE MIGUEL | DEFERIDO |
| 191 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GABRIELI THEREZA LUZA | DEFERIDO |
| 192 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GEICIANE MARTINS DANTAS | DEFERIDO |
| 193 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GEILAINE MARIA DA SILVA | DEFERIDO |
| 194 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GEISIANE ALVES FIGUEIREDO | DEFERIDO |
| 195 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GENILDA DANTAS DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 196 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GENOVEVA RODRIGUES DE OLIVEIRA XAVIER | DEFERIDO |
| 197 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GEOVANITA BATISTA ALMEIDA SANTOS | DEFERIDO |
| 198 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GESCILENE CHAVES SILVA | DEFERIDO |
| 199 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GIAN CLÁUDIO HILÁRIO DA SILVA | DEFERIDO |
| 200 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GILCELIA OLIVEIRA DA CRUZ | DEFERIDO |
| 201 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GILVANIA DE OLIVEIRA REIS | DEFERIDO |
| 202 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GIOVANA ROCHA MAGALHÃES TEOTÔNIO | DEFERIDO |
| 203 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GISELDA MARIA MACIEL BRITO | DEFERIDO |
| 204 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GISELLE NASCIMENTO SILVA | DEFERIDO |
| 205 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GISLAINE ALVES DA SILVA | DEFERIDO |
| 206 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GLAUCIA FERREIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 207 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GLEICIELLY SANTOS RIBEIRO DE ALMEIDA | DEFERIDO |
| 208 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GRACIELA NASCIMENTO DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 209 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GUILHERME GERLACH HURTADO | DEFERIDO |
| 210 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | GUSTAVO ESSER | DEFERIDO |
| 211 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HAYANNE MOURA DE CAMARGO | DEFERIDO |
| 212 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HAYTO ABREU HOSSOE | DEFERIDO |
| 213 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HECTOR SILVESTRE PADILHA | DEFERIDO |
| 214 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HELGA ESSY SOARES | DEFERIDO |
| 215 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HELINELSON DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 216 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HELOISA LEIMANN | DEFERIDO |
| 217 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HENDILY FABIA PAIVA MOREIRA | DEFERIDO |
| 218 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HENRIQUE DOS SANTOS SILVA | DEFERIDO |
| 219 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HEVELLEN RAISSA OLIVEIRA DA SILVA | INDEFERIDO |
| 220 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | HORTÊNSIA DE MATOS DUARTE SCHIMIDT QUADROS | DEFERIDO |
| 221 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IARA DE MELO SANTOS | DEFERIDO |
| 222 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IARA LIMA BARBOSA | DEFERIDO |
| 223 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IDAMARA CRUZ DE SOUSA | DEFERIDO |
| 224 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IKARO CRISTIAN DA SILVA OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 225 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ILDA ANA MENDES DA SILVA LIMA GALINDO DIAS | DEFERIDO |
| 226 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IRACI ZOTTIS | DEFERIDO |
| 227 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IRACILDA PEREIRA TRINDADE | DEFERIDO |
| 228 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IRACILDE DA SILVA CARVALHO | DEFERIDO |
| 229 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ISABÉL ANDRIELI RIEGER | DEFERIDO |
| 230 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ISABELA ROESE BALESTRIN | DEFERIDO |
| 231 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ISABELLE SANTANA DOS REIS | DEFERIDO |
| 232 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ISANILDA SABINO DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 233 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ÍTALO RAMON CARVALHO SILVA | DEFERIDO |
| 234 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ITAMARA BISPO DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 235 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ITHIELLY DA SILVA SANTOS | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 236 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IVANIA PEREIRA DE JESUS | DEFERIDO |
| 237 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IVANICE DA COSTA NOGUEIRA | DEFERIDO |
| 238 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | IVONETE COSTA CIRINO | DEFERIDO |
| 239 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JACKSON GALINDO DIAS | DEFERIDO |
| 240 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JACQUELINE SOUZA | DEFERIDO |
| 241 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAIME DA SILVA RODRIGUES | DEFERIDO |
| 242 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAMILLY CAROLINE DE SOUZA DIAS | DEFERIDO |
| 243 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JANAINA SOARES DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 244 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JANICELMA SOUSA VIEIRA | DEFERIDO |
| 245 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAQUELINE BARBOSA DA SILVA | DEFERIDO |
| 246 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAQUELINE BEZERRA ALVES | DEFERIDO |
| 247 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAQUELINE DA SILVA ARAÚJO | DEFERIDO |
| 248 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAQUELINE FIRIGOLO DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 249 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAQUELINE GRACIELA LENZ DA SILVA | DEFERIDO |
| 250 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JAQUELINE TOMASSONI | DEFERIDO |
| 251 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JEAN LUCAS MENON BEZERRA | DEFERIDO |
| 252 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JEFFERSON DE SOUSA ARAUJO | DEFERIDO |
| 253 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JEICIANE FLORENCE DA SILVA RODRIGUES | DEFERIDO |
| 254 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JENIFER GABRIELA ALVES MARTINS | DEFERIDO |
| 255 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JÉSSICA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO | DEFERIDO |
| 256 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JÉSSICA BEATRIZ MENON BEZERRA | DEFERIDO |
| 257 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JÉSSICA DOS SANTOS PEREIRA LIMA | DEFERIDO |
| 258 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JÉSSICA SUELEN MARIOTTI | DEFERIDO |
| 259 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JÉSSICA WISLEY DA SILVA COSTA | DEFERIDO |
| 260 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JHENNIFER ELLEN BATISTA DA SILVA | DEFERIDO |
| 261 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JHONATHAN JORGE CAMARGO BOFF | DEFERIDO |
| 262 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOÃO VITOR DA COSTA | DEFERIDO |
| 263 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOÃO VITOR FLAVIO PINTO | DEFERIDO |
| 264 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOAQUIM ANTONIO DE MORAES PAESANO | DEFERIDO |
| 265 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOEL DE SIQUEIRA JUNIOR | DEFERIDO |
| 266 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOKEBEDE SARAIVA SANTOS | DEFERIDO |
| 267 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOSÉ AMORIM DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 268 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOSÉ VALDENOR PINHEIRO DA NATIVIDADE | DEFERIDO |
| 269 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOSEANE BATISTA DE JESUS | DEFERIDO |
| 270 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOSEANE DA COSTA SILVA | DEFERIDO |
| 271 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOSELY DOS SANTOS FERREIRA | DEFERIDO |
| 272 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOSSEVANE OLIVEIRA SANTOS | DEFERIDO |
| 273 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JOYCE DANIELA KNEBEL DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 274 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JULIANA CARDOSO LEITE | DEFERIDO |
| 275 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JULIANA DEYSE ANDRADE AMORIM | DEFERIDO |
| 276 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JULIANA KLAIS BARRETO | DEFERIDO |
| 277 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JULIANA MILLER | DEFERIDO |
| 278 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JULIO CEZAR AGUIAT | DEFERIDO |
| 279 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | JULLIE ANNE SANTOS LIMA BANDEIRA | DEFERIDO |
| 280 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KAIO CÉSAR CARVALHO BARBOSA | DEFERIDO |
| 281 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KAIO CESAR VELASCO PEREIRA | DEFERIDO |
| 282 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KALINNE MARQUES DE REZENDE | DEFERIDO |
| 283 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KAMILI KAROLINE DOS SANTOS LIMA | DEFERIDO |
| 284 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KARINA BARBOSA | DEFERIDO |
| 285 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KARINE MUNIN ZIMMERMANN | DEFERIDO |
| 286 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KAROLAYNE SILVA TELES | DEFERIDO |
| 287 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KAROLINE MUNIN ZIMMERMANN | DEFERIDO |
| 288 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KASSIA GONÇALVES DE MOURA | DEFERIDO |
| 289 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KASSIA SOUZA DA SILVA FAUSTINO COSTA | DEFERIDO |
| 290 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KATIELLY CRISTINA FONSECA | DEFERIDO |
| 291 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KATRIELI CRISTINE SCHENA FERREIRA | DEFERIDO |
| 292 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KAUANNE HÜBNER BORELLI COSTA | DEFERIDO |
| 293 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KAYLLANI LIMA CARNEIRO | DEFERIDO |
| 294 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KEILA PAGGI | DEFERIDO |
| 295 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KEILILOPES953@GMAIL.COM | INDEFERIDO |
| 296 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KELEN WENDY DOS SANTOS REZENDE | DEFERIDO |
| 297 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KELIANE RODRIGUES | DEFERIDO |
| 298 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KENNEDY BRENDON DO LIVRAMENTO | DEFERIDO |
| 299 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KEREN MENDES TEIXEIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 300 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KERLY CRISTINA PINTO CORREIA | DEFERIDO |
| 301 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KETELIN MUNIN ZIMMERMANN | DEFERIDO |
| 302 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KEYLA SILVA DE SOUSA | DEFERIDO |
| 303 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KÉZIA MONYELLE LISBOA PARRIÃO | DEFERIDO |
| 304 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | KILDERY SOUSA LIMA NUNES | DEFERIDO |
| 305 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LAIS DE LIMA MARQUES | DEFERIDO |
| 306 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LAIS LAURA DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 307 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LAISAZE466@GMAIL.COM | INDEFERIDO |
| 308 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LARISSA APARECIDA CABRAL SCHMIDT | DEFERIDO |
| 309 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LARISSA CONCEIÇÃO DA SILVA | DEFERIDO |
| 310 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LARISSA DA ROSA KLASSEN | DEFERIDO |
| 311 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LARISSA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 312 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LARISSA GOMES DA SILVA OLIVEIRA | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 313 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LARISSA TASILLA DA SILVA | DEFERIDO |
| 314 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LAURA MORENO ESPÍNDOLA | DEFERIDO |
| 315 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LAYLA EDUARDA DA SILVA RODRIGUES | DEFERIDO |
| 316 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LAYZA KETLÉN LIMA DA SILVA | DEFERIDO |
| 317 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LEIDILENE DA CONCEIÇÃO COSTA | DEFERIDO |
| 318 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LEILA VEDOY DE MATOS | DEFERIDO |
| 319 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LETICIA ARAUJO GOMES | DEFERIDO |
| 320 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LILIAN APARECIDA BERNARDO | DEFERIDO |
| 321 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LILIAN BRANDÃO SOUZA | DEFERIDO |
| 322 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LOIVA CRISTIANE FEDRIZZI | DEFERIDO |
| 323 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUANA CARVALHO COPEIRO | DEFERIDO |
| 324 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUANA FERREIRA MATOS | DEFERIDO |
| 325 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUANNA KEVYLLA DA SILVA OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 326 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUCCAS GUSTAVO DUDA DA SILVA | DEFERIDO |
| 327 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUCIELE RODRIGUES DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 328 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUCIMAR MARQUES FERREIRA REZENDE | DEFERIDO |
| 329 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUCIVANE ROCHA DE SOUSA | DEFERIDO |
| 330 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA | DEFERIDO |
| 331 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | LUZINETE DE OLIVEIRA TELES | DEFERIDO |
| 332 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MAIARA DA SILVA DOS PASSOS | DEFERIDO |
| 333 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MAIRA LANA LEITE DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 334 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCELA VIEIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 335 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCELLA DE ALBUQUERQUE SILVA | DEFERIDO |
| 336 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCELO CAMPOS | DEFERIDO |
| 337 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCIA COLARES SOUSA | DEFERIDO |
| 338 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCIA DA SILVA SOUZA GÊNOVA | DEFERIDO |
| 339 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCIA MENDES DE BRITO | DEFERIDO |
| 340 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCO ANTONIO BARBOSA PIRES | DEFERIDO |
| 341 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARCOS AURÉLIO DA SILVA RAMOS | DEFERIDO |
| 342 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA ANDRÉIA FÁVARO | DEFERIDO |
| 343 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA CLARA DA SILVA ASSUNCAO | DEFERIDO |
| 344 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA DOMINGA DA CONCEICAO SOUSA | DEFERIDO |
| 345 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA EDUARDA BARBOSA DA SILVA | DEFERIDO |
| 346 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA EDUARDA STANGARLIN PALHARI | DEFERIDO |
| 347 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA GABRIELLA BRAZ DA SILVA | DEFERIDO |
| 348 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA HELENA PEREIRA DANIEL | DEFERIDO |
| 349 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA JULIANE JORGE MOURÃO | DEFERIDO |
| 350 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA LUDIMILA DA SILVA VIANA | DEFERIDO |
| 351 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA LUIZA FIGUEIRA | DEFERIDO |
| 352 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIA VILMA NUNES DA LUZ | DEFERIDO |
| 353 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIANA CAMPOS GONÇALVES | DEFERIDO |
| 354 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIANA PAVANI | DEFERIDO |
| 355 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIANA THALITA CARVALHO SANTOS | DEFERIDO |
| 356 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIANA VICTORIA DE SOUSA RÊGO | DEFERIDO |
| 357 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARIZETE DE SOUZA | INDEFERIDO |
| 358 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARJORIE CANOVA ZAGO | DEFERIDO |
| 359 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARLENE TOFANELI SANT'ANA DO PRADO | DEFERIDO |
| 360 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MARTA MORAES DA SILVA FANTINELLI | DEFERIDO |
| 361 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MATEUS VENANCIO DA SILVA | DEFERIDO |
| 362 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MAYZA DE FATIMA DA VEIGA | DEFERIDO |
| 363 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MELK JACKSON INÁCIO DE SOUZA | DEFERIDO |
| 364 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MERIAN LUIZA DE CAMPOS SANTOS | DEFERIDO |
| 365 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MICHELE MARTINS DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 366 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MILENE COSTA MENDES | DEFERIDO |
| 367 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MIRIAM DE OLIVEIRA SOUSA | DEFERIDO |
| 368 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | MÔNICA FERREIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 369 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NÁTALIE RAMOS OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 370 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NATHALIA ALESSANDRA DIAS MARCHI | DEFERIDO |
| 371 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NATHALIA KARLA LIBERATO DIAS | DEFERIDO |
| 372 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NATHANA LEANDRO | DEFERIDO |
| 373 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NATTALIA KAROLINY RIBEIRO DE ALMEIDA | DEFERIDO |
| 374 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NAUANDERSON FERREIRA SOUSA | DEFERIDO |
| 375 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NAYATHMA RAINNER DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 376 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NAYRA MARIA ALVES VIANA | DEFERIDO |
| 377 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | NILLZA DOLORES DA SILVA DE SIQUEIRA | DEFERIDO |
| 378 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | OLGA CLARA JATI QUIROZ | DEFERIDO |
| 379 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | OLGA LIDIA PORTELA FURLAN | DEFERIDO |
| 380 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | OSVALDINA DA SILVA MARTINS GREFF | INDEFERIDO |
| 381 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PABLO ALBUQUERQUE BARANSKI | DEFERIDO |
| 382 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PATRÍCIA DA SILVA COSMOS | DEFERIDO |
| 383 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PATRÍCIA SILVA MACIEL LIMA | DEFERIDO |
| 384 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PATRICIA SOARES ARAÚJO DE MATOS | DEFERIDO |
| 385 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PATRICIA SPEROTTO | DEFERIDO |
| 386 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PAULA BEZERRA VIEIRA | DEFERIDO |
| 387 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PAULO AUGUSTO ARRUDA FERREIRA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 388 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PAULO CÉLIO NASCIMENTO LEAL | DEFERIDO |
| 389 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PEDRO HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 390 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | POLIANA CRISTINA ANTUNES MULLER | DEFERIDO |
| 391 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | POLYANA SILVA RODRIGUES GOLICZVSKI RAPOSO | DEFERIDO |
| 392 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | PRISCILA DE CASTRO SOUZA | DEFERIDO |
| 393 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAFAEL SOUSA SILVA | DEFERIDO |
| 394 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAFAELA MARINGUES CHIARELLI | DEFERIDO |
| 395 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAFAELA SILVA CORRÊA | DEFERIDO |
| 396 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAILY NORONHA DE CARVALHO | DEFERIDO |
| 397 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAINARA APARECIDA DA SILVA CRUZ | INDEFERIDO |
| 398 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAISSA OLIVEIRA LIMA | DEFERIDO |
| 399 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAQUEL DA SILVA VIEIRA FUSTINONI | DEFERIDO |
| 400 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RAQUEL DE SALES SOUZA | DEFERIDO |
| 401 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | REGIS FERRAZ RUPPENTHAL | DEFERIDO |
| 402 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RENATA DE JESUS ARAUJO | DEFERIDO |
| 403 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RENILDA MACEDO FERREIRA | DEFERIDO |
| 404 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RONEUTO TSIO ORE EDI | DEFERIDO |
| 405 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RONIELIS AURELINO DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 406 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ROSANGELA OLIVEIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 407 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ROSELI WISNESKI | DEFERIDO |
| 408 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ROSELINE DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 409 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ROSELY APARECIDA BENTO | DEFERIDO |
| 410 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ROSEMEIRE DOS SANTOS SOARES | DEFERIDO |
| 411 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ROSIMARI DE FÁTIMA BRANCO DA SILVA | DEFERIDO |
| 412 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | ROSINEIDE ANDRADE DE LIMA SILVA | DEFERIDO |
| 413 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RUAN PABLLO AGUIAR DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 414 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RÚSSIA PULQUERIO DE SIQUEIRA DIAS | DEFERIDO |
| 415 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | RUTE DE JESUS ARAÚJO JARA | DEFERIDO |
| 416 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SAMARA BARBOSA FERNANDES | DEFERIDO |
| 417 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SAMARA BARBOSA XAVIER | DEFERIDO |
| 418 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SANDRA MARIA ALVES DA SILVA | DEFERIDO |
| 419 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SANZIA MARIA MORAIS PALMEIRA | DEFERIDO |
| 420 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SARA BARBOSA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 421 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SARA JANE VERAS BRITO | DEFERIDO |
| 422 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SARA RIBEIRO DE FREITAS | DEFERIDO |
| 423 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SELMA DA COSTA SANTOS | DEFERIDO |
| 424 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SIDNEI DA SILVA | DEFERIDO |
| 425 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SILVANA COSTA | DEFERIDO |
| 426 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SILVANA MARIA BARBOSA | DEFERIDO |
| 427 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SILVIA MARTA SEBASTIANA DA SILVA | DEFERIDO |
| 428 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SIMONE DA SILVA | DEFERIDO |
| 429 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SIRLEI MARIA FELIPIN FERREIRA | DEFERIDO |
| 430 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SOLANGE MOREIRA | DEFERIDO |
| 431 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SOLANGE RODRIGUES DE VARGAS | DEFERIDO |
| 432 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SONA LIMA DA SILVA | DEFERIDO |
| 433 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SONIA AMBROSIO DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 434 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | STEFANY MOURA DA SILVA | DEFERIDO |
| 435 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SUELY BATISTA DE LIMA ALVES | DEFERIDO |
| 436 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SULAMITA SILVA LEÃO VOLLMERHAUSEN | DEFERIDO |
| 437 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SUMAIA PEREIRA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 438 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SUSAN GUEDES DE SOUSA | DEFERIDO |
| 439 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | SUSIANE MELO SIGUINS | DEFERIDO |
| 440 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | TACIANE DE BAIRROS SIMON | DEFERIDO |
| 441 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | TACIANE SOUZA DE MIRANDA | DEFERIDO |
| 442 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | TALINE DA SILVA GABRIEL | DEFERIDO |
| 443 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | TASSIANO ANGELO NOVELLI ZANCHETTIN | DEFERIDO |
| 444 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | TATIANE DE SOUSA SILVA | DEFERIDO |
| 445 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THAINÁ SOUZA BATISTA | DEFERIDO |
| 446 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THAINARA FERREIRA SILVA | DEFERIDO |
| 447 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THAINARA MARIA ACCORSI FEIJO | DEFERIDO |
| 448 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THAÍS BRANDOLLI RAMOS DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 449 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THAIS GOMES DE JESUS | DEFERIDO |
| 450 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THALIA DIANA DA SILVA | DEFERIDO |
| 451 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THAYS ALYNE SANTOS DE JESUS VIEIRA | DEFERIDO |
| 452 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THIAGO APARECIDO CAVALCANTE | DEFERIDO |
| 453 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THIAGO DE JESUS DE SOUSA | DEFERIDO |
| 454 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THIAGO FELIPE PALMEIRA MARTINS | DEFERIDO |
| 455 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | THIAGO WAECHTER SILVA | DEFERIDO |
| 456 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | TIAGO PEREIRA ALVES | DEFERIDO |
| 457 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VALDAIANE ARAGÃO FRANCA | DEFERIDO |
| 458 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VALDELICIO BENEDITO DE FIGUEIREDO | DEFERIDO |
| 459 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VALDERES FERREIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 460 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VALDIREIA DOS SANTOS DA COSTA | DEFERIDO |
| 461 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VALMIRA ROSA DOS SANTOS E SANTOS | DEFERIDO |
| 462 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VALTIANE CARVALHO MARIANO | DEFERIDO |
| 463 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VANDA APARECIDA DA SILVA | DEFERIDO |
| 464 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VANESSA RAFAELLA XAVIER DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 465 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VANIA APARECIDA SANT ANA MORTARI SOUSA EVANGELISTA | DEFERIDO |
| 466 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VANILDA PORFIRIO DOS SANTOS GALANTE | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 467 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VERA LUCIA RIBEIRO DE LIMA BOTTEGA | DEFERIDO |
| 468 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VILHENO FRANCO DA COSTA | DEFERIDO |
| 469 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VILMA CRISTIANE LIZZI | DEFERIDO |
| 470 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VINICUS ANTONIO VIEIRA | DEFERIDO |
| 471 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | VITORIA VEDOY DA SILVA | DEFERIDO |
| 472 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | WALAS DE SOUSA LIMA | DEFERIDO |
| 473 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | WARNNER BRITO DA SILVA | DEFERIDO |
| 474 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | WILLIAN DOS SANTOS NANETE | DEFERIDO |
| 475 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | YASMIN CAVERZAN | DEFERIDO |
| 476 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE BIBLIOTECA | YASMIN HORN TITO | DEFERIDO |

**ASSITENTE DE MUSEU - 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ADELIANE SANTOS SOUSA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ADRIANA DA SILVA E SILVA | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ALAN GOMES SALES DA SILVA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ALDIMARY ALMEIDA DO CARMO | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ALE X ANDRADE DA SILVA | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ALEXANDRE SALES SOUZA COUTO | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | AMANDA LUANNY FREIRE TAVARES | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANA CARLA SOUZA GUALBERTO | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANA CAROLINA COSTA MAGALHAES | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANA CLÁUDIA DE SOUSA TORQUATO | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANA GABRIELLE RIBEIRO BALBOENA | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANA KARLA RODRIGUES DOS SANTOS CALIXTO | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANA PATRICIA SANTOS DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANA PAULA BORGES DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 15 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANDERSON AUGUSTO BOSA | DEFERIDO |
| 16 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANDRÉA CARDOSO FIRMINO CASADO | DEFERIDO |
| 17 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANDREIA DE SOUZA LUCIO | DEFERIDO |
| 18 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANDRÉIA MARIA FELIX | DEFERIDO |
| 19 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ANTONIO CARLOS SILVA LIMA | DEFERIDO |
| 20 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ARLISSON CLEBER COLARES DE SOUSA | DEFERIDO |
| 21 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | AURICELIA CARVALHO DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 22 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | BEATRIS BISCHOFF | DEFERIDO |
| 23 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | BELMIRO JOSE PEIXOTO | DEFERIDO |
| 24 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | BIANCA CAROLINE NEGRÃO SILVA | DEFERIDO |
| 25 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | BRENDHA SCHRADER DE SIQUEIEA | DEFERIDO |
| 26 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CARINE DALVINA BENTO MELO DA SILVA | DEFERIDO |
| 27 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CARLOS ALEXANDRE CAMPELO DA SILVA | DEFERIDO |
| 28 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CARLOS EDUARDO GARCIA OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 29 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CATHERINE VIEGAS ASEVEDO DOS SANTOS CAVALCANTE | DEFERIDO |
| 30 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CLEIDE DA SILVA | DEFERIDO |
| 31 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CLEITON RODRIGUES DA COSTA | DEFERIDO |
| 32 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CLÉZIA DE FIGUEIREDO | DEFERIDO |
| 33 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CRISTIANE ELISA CHALUPA | DEFERIDO |
| 34 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CRISTIANE PEREIRA DIAS | DEFERIDO |
| 35 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | CRISTINA MARIA VALVERDE LARA | DEFERIDO |
| 36 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | DANIEL MACIEL DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 37 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | DANIELA CRISTIANE DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 38 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | DAVI SIQUEIRA DIAS | DEFERIDO |
| 39 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | EDILAINE DE ALMEIDA GOMES PELOI | DEFERIDO |
| 40 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ELIEGE DOS SANTOS CARNEIRO | DEFERIDO |
| 41 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ELIVAM FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR | DEFERIDO |
| 42 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ELIZANGELA BATISTA | DEFERIDO |
| 43 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | EMILI FÁBIA PAIVA MOREIRA | DEFERIDO |
| 44 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ERICA SOUZA DOMINGUES | DEFERIDO |
| 45 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ERICA VIEIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 46 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | EUGÊNIA APARECIDA DE AGUIAR BATISTA | DEFERIDO |
| 47 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | EVERTON DA SILVA OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 48 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FABIANA MOURA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 49 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FABIULA PEREIRA DE SOUZA | DEFERIDO |
| 50 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FELIPE BRENDO DE ALMEIDA SOARES | DEFERIDO |
| 51 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FELIPE MASUI ARAUJO E SILVA | DEFERIDO |
| 52 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FELIPE SILVA VIEIRA | DEFERIDO |
| 53 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FRANCIANE DE MESQUITA VERAS | DEFERIDO |
| 54 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FRANCISCA JACIANE FEITOSA PEREIRA TRINDADE | DEFERIDO |
| 55 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FRANCISCO DA SILVA VIANA | DEFERIDO |
| 56 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FRANCISCO LIÉDSON DA SILVA SANTOS | DEFERIDO |
| 57 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FRANCISCO SANTANA DE SOUSA JUNIOR | DEFERIDO |
| 58 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FRANCISCO WESLEY DA SILVA COSTA | DEFERIDO |
| 59 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | FRANCIVALDO ALVES DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 60 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GABRIEL MARCOS HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 61 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GABRIELA PEREIRA DE SOUZA | DEFERIDO |
| 62 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GABRIELLY CRISTINA COSTA CURITIBA | DEFERIDO |
| 63 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GEDIEL RODRIGUES DA SILVA | DEFERIDO |
| 64 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GELANE MACHADO SANTOS | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 65 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GLORIA PINTO | DEFERIDO |
| 66 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GRACIELE FERREIRA LEMES | DEFERIDO |
| 67 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GUILHERME DA CRUZ MARTINS | DEFERIDO |
| 68 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GUILHERME ENRIK BARBOSA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 69 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GUILHERME STADLER MICHALESI | DEFERIDO |
| 70 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | GUSTAVO TORRES CHUPEL | DEFERIDO |
| 71 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | HEVERTON COSTACURTA MOTA | DEFERIDO |
| 72 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | IASMYN CARVALHO DA SILVA | DEFERIDO |
| 73 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | IGO DA SILVA FERNANDES | DEFERIDO |
| 74 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ISABELLE VICTÓRIA DE SOUZA MAGALHÃES | DEFERIDO |
| 75 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | IVONALDO DA SILVA FREITAS | DEFERIDO |
| 76 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JAIME ANTONIO MATTOS DA CRUZ | DEFERIDO |
| 77 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JAMES PATRICIO DOUDEMENT VIEIRA JUNIOR | DEFERIDO |
| 78 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JANETE APARECIDA RADKE BONIATTI | DEFERIDO |
| 79 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JANETE PERIM | DEFERIDO |
| 80 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JAQUELINE CAMPOS YAOITA | DEFERIDO |
| 81 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JAQUELINE DIVINA DE BONFIM | DEFERIDO |
| 82 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JAQUELINE JERONIMO SOUZA CABRAL | DEFERIDO |
| 83 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 84 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JOÃO VITOR RITTER | DEFERIDO |
| 85 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JOELMA MACHADO SANTOS | DEFERIDO |
| 86 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JOICE RODRIGUES DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 87 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JONATHAN LYNN MARQUES REGIS | DEFERIDO |
| 88 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JORGE LUCIANO VERAS LIMA | DEFERIDO |
| 89 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JOSIANE DA SILVA DANIEL | DEFERIDO |
| 90 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | JULIO CESAR DA CONCEIÇÃO COSTA | DEFERIDO |
| 91 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KAIQUY IURI DOS SANTOS NOGUEIRA | DEFERIDO |
| 92 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KAROLINE DOS SANTOS LIMA | DEFERIDO |
| 93 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KAROLYNE BARBOSA DA SILVA FRANCIOSI | DEFERIDO |
| 94 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KELLEN CHRISTINA GOMES DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 95 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KELLY CAMILA MARQUES DA SILVA | DEFERIDO |
| 96 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KELLYNE SOUSA DA SILVA | DEFERIDO |
| 97 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KERLY DA SILVA ROCHA BOA SORTE | DEFERIDO |
| 98 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | KIANNE NAYARA MENDONÇA RODRIGUES | DEFERIDO |
| 99 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LAILA COSTA ALVES VIEIRA | DEFERIDO |
| 100 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LANA BRUNA DOS SANTOS ALENCAR | DEFERIDO |
| 101 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LARISSA MARINGUES CHIARELLI | DEFERIDO |
| 102 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LAURA SILVA DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 103 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LAURILEIDE ALVES VIEIRA | DEFERIDO |
| 104 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LÍDIA SANTOS AMADEU | DEFERIDO |
| 105 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LIVIA BATISTA DE SOUSA | DEFERIDO |
| 106 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LOIANE SANTIN TEIXEIRA | DEFERIDO |
| 107 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LUANA BARBOSA SANTOS | DEFERIDO |
| 108 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LUCAS CARVALHO CORDEIRO | DEFERIDO |
| 109 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LUCCA E SILVA BRITO | DEFERIDO |
| 110 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LUCIANA DA SILVA MAGALHÃES GARCIA | DEFERIDO |
| 111 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LUCIMARA PADILHA DE MORAES | DEFERIDO |
| 112 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LUIS EDUARDO SOUSA ASSUNÇÃO | DEFERIDO |
| 113 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | LUZIANE LISBOA QUADROS | DEFERIDO |
| 114 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARCIANA DANTAS DE ANDRADE PIRAN | DEFERIDO |
| 115 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARCOS DOUGLAS PEREIRA FAGUNDES | DEFERIDO |
| 116 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARCOS PAULO SCARAÇATI CARDOSO | DEFERIDO |
| 117 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIA CARLA KUHN BUENOS | DEFERIDO |
| 118 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIA CECILIA CANAN | DEFERIDO |
| 119 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIA DO ROSARIO ALVES | DEFERIDO |
| 120 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIA EMANUELLY SANTOS DE SOUSA | DEFERIDO |
| 121 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIA INÊZ CAMPOS SILVA | DEFERIDO |
| 122 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIA SILMARA DA SILVA LIRA | DEFERIDO |
| 123 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIA THAÍS DA SILVA FERNANDES | DEFERIDO |
| 124 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARIANA DA SILVA | DEFERIDO |
| 125 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARINA PERTUZZATTI GALVÃO IGNÁCIO | DEFERIDO |
| 126 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARINALDO MOREIRA DE SOUSA FILHO | DEFERIDO |
| 127 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MARINALVA CONCEIÇAO DO NASCIMENTO DE SOUSA | DEFERIDO |
| 128 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MATEUS AGNALDO PINHEIRO DA SILVA | DEFERIDO |
| 129 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MAURO GONÇALVES DA SILVA | DEFERIDO |
| 130 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MAURO VIEIRA DE SOUSA | DEFERIDO |
| 131 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MEIRIOELIN MENEGHINI DE SOUZA | DEFERIDO |
| 132 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MERIELLY FERNANDA ANTONIO DA SILVA | DEFERIDO |
| 133 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | MILENE GOMES PEREIRA COSTA | DEFERIDO |
| 134 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | NALVA LUZIA SANTOS | DEFERIDO |
| 135 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | NATALICIA PAULINO | DEFERIDO |
| 136 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | NERLI PIRES DE CAMARGO | DEFERIDO |
| 137 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | NICOLLY APARECIDA MACHADO | DEFERIDO |
| 138 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | NIVA ALVES DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 139 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | NOEMI PARENTE DE BRITO | DEFERIDO |
| 140 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ORLANDO CAMARGO DO NASCIMENTO FILHO | DEFERIDO |
| 141 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | PABLO DAVID DE LIMA | DEFERIDO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 142 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | PATRÍCIA DOS SANTOS ANDRADE | DEFERIDO |
| 143 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | PATRICK MANICA | DEFERIDO |
| 144 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | PHILLIPE MARQUES DE REZENDE | DEFERIDO |
| 145 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | RAFAEL WARELO DE SOUSA | DEFERIDO |
| 146 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | RAIOLANDA BEZERRA COELHO | DEFERIDO |
| 147 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | RANILSON VIANA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 148 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | REBECA MOURA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 149 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ROMÁRIO DE OLIVEIRA DIAS | DEFERIDO |
| 150 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ROSANGELA DE OLIVEIRA VIEIRA | DEFERIDO |
| 151 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SABRINA MACEDO DA COSTA LUZ | DEFERIDO |
| 152 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SÂMILA RÉGINA MORAIS PALMEIRA MARTINS | DEFERIDO |
| 153 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SAMUEL DIMAS CARVALHO MACHADO | DEFERIDO |
| 154 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SANDRA DE LIMA | DEFERIDO |
| 155 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SARAH ELLEN OCHOA | DEFERIDO |
| 156 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SILMARA MORAIS AROUCHA | DEFERIDO |
| 157 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SOLANGE BATISTA DE SOUZA CHAVES | DEFERIDO |
| 158 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SOLANGE DA COSTA SOUZA | DEFERIDO |
| 159 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | STÉPHANI LUCIANA MOÍA DE SOUSA | DEFERIDO |
| 160 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | STHELLEM MYKELLY LIMA | DEFERIDO |
| 161 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SUELI ALINE STRIEDER CASANOVA | DEFERIDO |
| 162 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | SUELI DOS SANTOS VIEIRA | DEFERIDO |
| 163 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | TAIS SCHMITZ | DEFERIDO |
| 164 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | TAYLANE GOMES DA SILVA | DEFERIDO |
| 165 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | THIAGO SOUSA BORGES | DEFERIDO |
| 166 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | VAGNER ALÉCIO CAMANHO | DEFERIDO |
| 167 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | VANESSA ISIDORIO DE ARRUDA | DEFERIDO |
| 168 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | VICTOR ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 169 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | VICTOR MANUEL VARGAS FERREIRA | DEFERIDO |
| 170 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | VINICIUS COELHO FOUZ | DEFERIDO |
| 171 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | VITTOR GABRIEL DA SILVA ESPÍNDOLA | DEFERIDO |
| 172 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | WARLYSSON ESDRA PEREIRA LIMA | DEFERIDO |
| 173 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | WELLINGTON DELAI PEREIRA | DEFERIDO |
| 174 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | WENDER CHIARELLI | DEFERIDO |
| 175 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | WILLIA AVIZ SILVA | DEFERIDO |
| 176 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | WILLIAM RODRIGUES DA SILVA GOMES | DEFERIDO |
| 177 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | YANA CAMARGO DA SILVA | DEFERIDO |
| 178 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | YASMIN KETHULLY SILVA DO NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 179 | SEDE DO MUNICÍPIO | ASSISTENTE DE MUSEU | ZENILDO DE SOUSA BRITO | DEFERIDO |

**INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS – ARTES CÊNICAS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES CÊNICAS | CONSUELO APARECIDA ALVES | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES CÊNICAS | MARINALVA FREITAS DA FONSECA | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES CÊNICAS | MARINEZ SALETE DALASTRA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES CÊNICAS | MAURÍCIO RICARDO DE MORAES | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES CÊNICAS | MAYKON MATHEUS DA COSTA SILVA | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES CÊNICAS | NATANAEL OLIVEIRA SILVA | DEFERIDO |

**INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS – ARTES VISUAIS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | ALEXANDRE MARTINEZ | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | AMANDA CUNHA LOPES | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | ANA LUIZA DIAS SANTOS | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | CINTIA CARVALHO FOSCHINI JULIÃO | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | CLARICE SCHNEIDER | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | CLEUDIANE RODRIGUES DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | DÉBORA SUZANE PIANA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | EDILMA PEDRINA DAMACENO | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | IDEVAN CORREA DE SOUZA | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | IEDA VIDALVINA GALVÃO IGNÁCIO | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | IVALI FURST RODRIGUES DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | LUCIANA DA SILVA CIRINO | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | MARLI JUVENIL | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | MAYANA KARLA DE AMORIM MENDES | DEFERIDO |
| 15 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | RAFAELA MORASSUTTI ASSENÇO | DEFERIDO |
| 16 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | VILMA ALVES TOLENTINO | DEFERIDO |
| 17 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | WILTER CARLOS DA SILVA LIMA | DEFERIDO |

**INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS – DANÇA – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇA | DAIANA APARECIDA AGUIAR | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇA | DHIEFFERSON LOPES DE LIMA | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇA | FRANCIRLEIA DE OLIVEIRA ARAÚJO | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇA | HITALA KAROLINE CAMELO DA SILVA | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇA | SANDY LUARA DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇA | UALAS BORGES SALES | DEFERIDO |

**INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS – MÚSICA – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | ÂNGELA MARIA ROSSI | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | CILENE LEITE DE MELLO | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | CLODOALDO BEZERRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | EMANUELY JANINY DANIEL | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | HELIANARA CUNHA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | JHONNE PEREIRA DA SILVA | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | MARLENE DE LIMA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | ORLANDO MORAES NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | RENATO MACHADO LIMA | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | RONDINELI DE SOUZA CHAVES | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | ROSECLÉIA PEREIRA SANTOS | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | ROSELAINE PEREIRA DOS SANTOS COSTA RODRIGUES | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | INSTRUTOR DE OFICINAS CULTURAIS | MÚSICA | SILVIA ATAIDES SANTOS | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – ARTES VISUAIS – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | CAMILA DE FÁTIMA CARDOSO OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | DAIANE DE MOURA SOUZA | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | JEMILY CHRISTINA NASCIMENTO RAMOS | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | PAMELA TAINARA FERREIRA | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | PATRÍCIA DA SILVA DIAS | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | PATRÍCIA DAMACENO MATARAN | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | REILANE MARQUES DA LAZ PEREIRA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | SOLANGE DALA RIVA SOARES | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | TAÍS ARAÚJO SANTANA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – BALÉ – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | AMANDA KATLYN SILVA DA COSTA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | FERNANDA VITORIA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | LUCAS SILVA DE ANHAIA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | NUCIA OLIVEIRA DE ALMEIDA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – FANFARRA E PERCUSSÃO – 20 HORAS – DISTRITO DE BOA ESPERANÇA**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FANFARRA E PERCUSSÃO | JOSÉ ROBERTO SOUSA LEÃO FILHO | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – TEATRO – 20 HORAS – DISTRITO DE BOA ESPERANÇA**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | ANDRESSA CAMILI DE SOUZA LÚCIO | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | RAMIRES MARTINS DE SOUZA | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | RENATA DE SOUZA FRAGA FREITAS | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – ARTES VISUAIS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | ALDILENE RODRIGUES DA SILVA | INDEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | AMANDA KAROLINE SILVA PEGO | INDEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | AMANDA SILVA MAZZOTTI FERREIRA | INDEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | BRUNO CAVICHON | INDEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | CÉLIA MARIA TORRES DA SILVA SANTOS | INDEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | CLAUDIA REGINA PERTUZZATTI IGNACIO | INDEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | HELLEN APARECIDA SANTOS DE SOUSA | INDEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | JAQUELINE DA SILVA SANTOS | INDEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | JESSICA MARQUES GRANDO | INDEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | JULIANA OLIVEIRA DA SILVA | INDEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | LINEI DOS SANTOS CORREIA | INDEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | MARCIA DOS REIS MORAIS | INDEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | MARIA JOSÉ DE CARVALHO | INDEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | MARIANA SANTOS COSTA | INDEFERIDO |
| 15 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | MYKAELY KAMILA EVANGELISTA DE ALMEIDA | INDEFERIDO |
| 16 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | RIVACLEIDE CADETE PEDROSO | INDEFERIDO |
| 17 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | ROSILENE ALVES DOS SANTOS PEREIRA | INDEFERIDO |
| 18 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | SILVANA BARBOSA LUIZ SOARES | INDEFERIDO |
| 19 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | ARTES VISUAIS | WALDA SILVA PESSOA | INDEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – BALÉ – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | ANDRÉ GUILHERME RODRIGUES DE FIGUEIREDO | INDEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | BEATRIZ DIAS TORRES DE OLIVEIRA | INDEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | HELEN FABIANE SILVA PFEIFER | INDEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | JOHN VITOR OLIVEIRA SILVA | INDEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | JULIELMA DA SILVA PEREIRA | INDEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | LARYSSA GABRIELLY ALMEIDA COSTA | INDEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | LUANA LIMA DO NASCIMENTO | INDEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | LUANA ORMOND DE OLIVEIRA FERREIRA | INDEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | MAFINA KELLE ALVES DE SOUSA COLVERO | INDEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | MARIA EDUARDA DIAS SOUSA | INDEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | THATY OLIVEIRA HOLANDA | INDEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BALÉ | WESLLAYNE PEREIRA GOMES | INDEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – BATERIA E PERCUSSÃO – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BATERIA E PERCUSSÃO | MARCIO JONANTHAN COSTA DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | BATERIA E PERCUSSÃO | RODRIGO CASTRO LIMA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – CANTO CORAL – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CANTO CORAL | ACASIO VIEIRA DE SOUZA LEITE | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CANTO CORAL | JORDAN DANTAS | INDEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CANTO CORAL | RAFAEL NERI SOUZA BORTOLOMEDI | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – CAPOEIRA – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | ADRIEL DA SILVA PEREIRA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | CLÓVIS RIBEIRO DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | DIEGO EVERTON PEREIRA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | JEFFERSON REBER SCHOLZ | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | KAROLINY COSTARELLI DORNELES | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | MARCOS VINÍCIOS SERRA SOKOLOWSKI | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | STEFANNI EVANGELISTA DA SILVA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CAPOEIRA | WANDERSON WAGNER DE CAMPOS | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | ANDREIA TERESINHA VIEIRA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | CAMILA DA SILVA BRITO | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | CAROLAINY DA COSTA SILVA DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | ELIANA LEAL MENDES | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | ERISNALDO GUIMARÃES DA CNCEIÇÃO | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | GISELE DE OLIVEIRA XAVIER | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | HILDA DURAN TABORGA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | JACSON VASCONCELOS BORGES | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | JULIANA ANTUNES GONÇALVES DE CASTRO | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | MARIA VIRGÍNIA SANTOS AMARAL ALVES DE MELO | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | MARIANA BELÉ DOS REIS | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | ROSANA APARECIDA CARDOSO MENDULA | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | SILVANE MENDES DE FIGUEIREDO | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | STHEFFANY LEAO | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – DANÇAS CIRCENSES E ACROBÁTICAS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS CIRCENSES E ACROBÁTICAS | CAROLINE KATHLEEN SILVA DO NASCIMENTO | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS CIRCENSES E ACROBÁTICAS | HELLEN DAFINY NUNES | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – DANÇAS REGIONAIS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | DAIANE RAQUEL CANOVA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | ELISANGELA CRISTINA MORAES ANDRADE | DEFERIDO |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | FRANCISCA DOS MILAGRES DE SOUSA ALMEIDA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | ILSSIE DA SILVA GONCALVES | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | JOSENILDO SOUSA AMORIM | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | LAIANE RODRIGUES SANTOS | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | LAIZA BATISTA SILVA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | MARIANA PARIZOTTO DUARTE | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | DANÇAS REGIONAIS | SIRLEI ROSELI ROSO NOGUEIRA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – FANFARRA E PERCUSSÃO – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FANFARRA E PERCUSSÃO | HELLEN JANAINA DA SILVA SOUZA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FANFARRA E PERCUSSÃO | JOSÉ OSMAR DA ROCHA JUNIOR | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FANFARRA E PERCUSSÃO | KLINGER MARANGONI | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FANFARRA E PERCUSSÃO | RENATO TREIN | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – FLAUTA DOCE E MUSICALIDADE – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FLAUTA DOCE E MUSICALIDADE | ANGÉLICA FERREIRA ROCHA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FLAUTA DOCE E MUSICALIDADE | CARLOS EDUARDO ARRUDA | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FLAUTA DOCE E MUSICALIDADE | ELISON EURICO NUNES DA SILVA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FLAUTA DOCE E MUSICALIDADE | GABRIELA REIS DE SOUZA | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | FLAUTA DOCE E MUSICALIDADE | MISAEL COTTA TEIXEIRA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – SOPRO (MADEIRAS/FLAUTA TRANSVERSAL, SAX, CLARINETE, ETC) – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (MADEIRAS/FLAUTA TRANSVERSAL, SAX, CLARINETE, ETC) | CARLOS ALBERTO SANTOS DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (MADEIRAS/FLAUTA TRANSVERSAL, SAX, CLARINETE, ETC) | DAVID WELLINGTON PEREIRA | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (MADEIRAS/FLAUTA TRANSVERSAL, SAX, CLARINETE, ETC) | LEONAN RODRIGUES DE CARVALHO AGUIAR | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – SOPRO (METAIS/TROMPETE, TROMBONE, TUBA, ETC) – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (METAIS/TROMPETE, TROMBONE, TUBA, ETC) | ANDERSON CLEBSON QUEIROZ DA SILVA OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (METAIS/TROMPETE, TROMBONE, TUBA, ETC) | GEDYEL ELIABE DE CASTRO | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (METAIS/TROMPETE, TROMBONE, TUBA, ETC) | HEBERT SILVEIRA ALVES | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (METAIS/TROMPETE, TROMBONE, TUBA, ETC) | JÔNATAS SANTANA CORRÊA | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | SOPRO (METAIS/TROMPETE, TROMBONE, TUBA, ETC) | ROSIMEIRE PEREIRA DOS SANTOS | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – TEATRO – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | AMANDA LUISA KOSMINSKI | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | ANDREIA MENESES NUNES | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | ANTONIO MIRANDA LIMA FILHO | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | ANTONIO WEVERTON GOMES ALVES PINTO | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | DANIEL HENRIQUE DE SOUZA | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | DEIVIDE FELISBERTO STUMM | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | JOÃO VICTOR ELOIR WALCHAK | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | KAROLLINY ANTONOWISKI DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | LUCAS HENRIQUE ALMEIDA DA SILVA | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | MARIA LUISA MOURA E SILVA DE MORAIS | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | MARILSA SOLANGE DOS SANTOS DE ÁVILA | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | MIZAEL JÚLIO DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | ROSINÉIA RAMOS RIBEIRO DA SILVA | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TEATRO | YASMIM GABRIELI SILVA SIQUEIRA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – TECLADO E ACORDEÓN – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | TECLADO E ACORDEÓN | ITANILSON REIS VIEIRA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – VIOLÃO E CORDAS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | ALEX CHRISTOPHER ALMEIDA SCAQUETTI | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | ANTÔNIO FLORINDO LEMES | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | CARLOS ALBERTO ANDRADE DOS SANTOS | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | CÉSAR MARIANO AFONSO | DEFERIDO |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | DAVID LIMA DA SILVA | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | ELVIS KENNEDY FREITAS | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | GILSANKLEY PAIVA DA SILVA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | GUSTAVO DUARTE DE CAMPOS | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | JADSON GONZAGA MORENO | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | JEAN RICARDO RODRIGUES MARQUES | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | LEANDRO TAVEIRA SOUSA | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | LUCAS WILLEY DIAS AZULINO | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | MAIKON DOUGLAS DALL'AQUA | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | VIOLÃO E CORDAS | TALITA TEOTÔNIO MINETTI | DEFERIDO |

**NUTRICIONISTA - 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | ADEGMAR SOUZA MAGALHÃES | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | ANA CLÁUDIA CASTÃO | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | ANA PAULA DE SOUZA PACHARRA | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | ANA PAULA GREGORIUS DE SOUZA | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | ANDREZA RODRIGUES | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | EDILA KELINE SOUSA OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | JACQUELINE JARA DA SILVA | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | JÉSSICA CRISLAINE ALVES DA SILVA | DEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | KAMILLY FONTES SILVA | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | KARINA FERNANDES MENDONÇA SANCHES | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | KÁTIA MATIAS DE QUEIROZ | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | LAIS DE SOUSA DIEGO | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | LETÍCIA DE SOUZA COELHO | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | MARIA ANTONIETE APOSTOLICO | DEFERIDO |
| 15 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | MARYSTELA MAMORÉ BALBINO | DEFERIDO |
| 16 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | MICHELLE FARIA DA SILVA | DEFERIDO |
| 17 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | PAULA HÉRICA DA SILVA COSTA | DEFERIDO |
| 18 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | SAMIAMEDEIROS20@HOTMAIL.COM | INDEFERIDO |
| 19 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | TÂNIA SUELI DA SILVA BEZERRA DAMASCENO | DEFERIDO |
| 20 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | THAIANA LOENA SANDIM ARANTES | DEFERIDO |
| 21 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | THAYS SOARES DE SENA DANGELO | DEFERIDO |
| 22 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | TICIANE PATRICIA BARROS TAVARES | DEFERIDO |
| 23 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | VERÔNICA KUNTZLER DUTRA | DEFERIDO |
| 24 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | VIRGINIA FANTIN OWEN | DEFERIDO |
| 25 | SEDE DO MUNICÍPIO | NUTRICIONISTA | WESLEY LUIZ SOUZA DEMARCHI | DEFERIDO |

**PRODUTOR DE CONTEÚDOS – 40 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | BEATRIZ MAYRA DOS SANTOS ROCHA | DEFERIDO |
| 2 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | CAROLINA DA FONSECA LASCO | DEFERIDO |
| 3 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | DOUGLAS VINICIUS CORDEIRO | DEFERIDO |
| 4 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | EVELINE MARIA AMORIM BEZERRA | DEFERIDO |
| 5 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | ÉVERSON DIAS SABOIA | DEFERIDO |
| 6 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | ISABELLA SCHNEIDER CORRÊA | DEFERIDO |
| 7 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | JANAÍNA OLIVEIRA SANTOS | DEFERIDO |
| 8 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | JANE SCHMELING MARIA | INDEFERIDO |
| 9 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | JOÃO VICTOR DA CUNHA PRAXEDES | DEFERIDO |
| 10 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | KALINE SOUSA ASSUNÇÃO | DEFERIDO |
| 11 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | MARIA LIA ALVES DE FARIAS | DEFERIDO |
| 12 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | MAYARA CARDOSO DE OLIVEIRA | DEFERIDO |
| 13 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | MILENA SANT ANA DO PRADO | DEFERIDO |
| 14 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | MONIK FANER OLIVEIRA DE LIMA | DEFERIDO |
| 15 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | PAULO LUCAS MOURA BESERRA | DEFERIDO |
| 16 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | RAFAEL OLIVEIRA SAMPAIO | DEFERIDO |
| 17 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | ROSMARI STOKINGER DE LARA | DEFERIDO |
| 18 | SEDE DO MUNICÍPIO | PRODUTOR DE CONTEÚDOS | VILMAR RODRIGUES FERREIRA | DEFERIDO |

**MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS – SEDE DO MUNICIPIO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SEDE DO MUNICÍPIO | MONITOR DE OFICINAS CULTURAIS | RODRIGO HENRIQUE FRAZAO | INDEFERIDO |

Sorriso/MT, 08 de janeiro de 2024.

**DANIELE MACIEL DOS SANTOS**

Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução

do Processo Seletivo Simplificado

Portaria nº 2.639/2023

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 050, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Declara a vacância de cargo em razão do falecimento do Servidor Alex Jose de Souza, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Declarar a vacância do cargo de Operador de Máquinas I - PCCV 134/2011 do quadro de provimento efetivo, ocupado pelo servidor Alex Jose de Souza, matrícula nº 20, em razão de seu falecimento ocorrido em 29 de dezembro de 2023, conforme atestado de óbito apresentado no Departamento Geral de Pessoal.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de dezembro de 2023.

**Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.**

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

**Secretário Municipal de Administração**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 049, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Concede Gozo de Licença Prêmio aos servidores efetivos que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe a Lei Complementar nº 140, de 26 de agosto de 2011.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder o gozo de licença prêmio aos servidores efetivos que menciona de acordo com o estabelecido no art. 122 da Lei Complementar nº 140/2011:

| MAT. | SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE USUFRUTO |
|---|---|---|---|
| 147 | JOSE RIBAMAR RIMAR | 05.06.2015 A 05.06.2020 | 02.01.2024 A 31.01.2024 |
| 3900 | ELIEL NASCIMENTO DOS SANTOS | 18.04.2017 A 18.04.2022 | 02.01.2024 A 31.01.2024 |
| 5004 | PAULO JOSE GAMBA DE OLIVEIRA | 05.06.2018 A 05.06.2023 | 02.01.2024 A 31.01.2024 |
| 2176 | WAGNELIA APARECIDA MOTA MACEDO VILELA TERRA | 28.03.2016 A 28.03.2021 | 02.01.2024 A 31.01.2024 |
| 6121 | EDE CARLOS MANCA | 14.09.2015 A 14.09.2020 | 02.01.2024 A 31.01.2024 |
| 4330 | HILDA MACHADO DE LIMA | 16.10.2017 A 16.10.2022 | 02.01.2024 A 31.01.2024 |
| 6109 | CAMILA MICHELATTO NATT | 18.08.2015 A 18.08.2020 | 25.01.2024 A 23.04.2024 |
| 7179 | KATIA DE PAULA DA SILVA | 03.04.2017 A 03.04.2022 | 02.01.2024 A 31.01.2024 |
| 3883 | PRISCILLA DIEL BOBRZYK | 18.04.2017 A 18.04.2022 | 15.01.2024 A 13.02.2024 |
| 4027 | CLEISON JUNIOR FACHIN | 15.05.2017 A 15.05.2022 | 08.01.2024 A 06.02.2024 |
| 7234 | ANIVA MARIA DE CAMPOS OLIVEIRA | 22.05.2017 A 22.05.2022 | 03.01.2024 A 01.02.2024 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

**Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.**

*Assinado Digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

**Secretário Municipal de Administração**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 048, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Nomeia para o cargo em comissão de Secretário Adjunto o servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1°** Nomear Fabio Miguel dos Santos, matrícula nº 13133, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Adjunto da Cidade.

**Art. 2º** O Secretário Adjunto, além de outras que lhe forem conferidas por lei ou decreto, tem as seguintes competências:

I - responder pelo expediente da Secretaria, nos impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais, do Titular da Pasta;

II - representar a Secretária Municipal da Cidade junto a autoridades e órgãos;

III - exercer a coordenação do relacionamento entre o Secretário e os dirigentes das unidades da Pasta e das entidades a ela vinculadas, acompanhando o desenvolvimento dos programas, projetos e atividades da Pasta;

IV - assessorar a Secretária Municipal da Cidade no desempenho de suas funções e nos assuntos inerentes a Pasta;

V - substituir o Secretário Municipal da Cidade, nos casos de afastamento ou impedimento;

VI – executar serviços burocráticos da Secretaria bem como prestar esclarecimentos relativos a atos sujeitos ao controle interno e externo da Administração Pública Municipal;

VII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pela Secretária Municipal da Cidade.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

**Secretário Municipal de Administração**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 047, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Exonera a pedido, o servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Exonerar a pedido, o servidor Fabio Miguel dos Santos, matrícula nº 8539, do cargo em comissão de Assessor Adjunto.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2024.

**Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.**

*Assinado Digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO**

**Secretário Municipal de Administração**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 046, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Nomeia para o cargo em comissão de Coordenador de Departamento o servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Nomear Jean Carlos Dallagnol Nogueira, matrícula nº 13131, para o cargo em comissão de Coordenador de Departamento, lotado na Secretaria Municipal da Cidade.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado Digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário Municipal de Administração**

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**PORTARIA Nº 045, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

Nomeia para o cargo em comissão de Coordenador de Departamento a servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Nomear Mariana Silvera Reboucas, matrícula nº 13128, para o cargo em comissão de Coordenador de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de janeiro de 2024.

*Assinado digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado digitalmente*

**ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário Municipal de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

**PORTARIA Nº. 008/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. –** Conceder ***"LICENÇA PRÊMIO",*** *aos* servidores **EFETIVOS**, **lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.080/2017.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|
| 322 | Andréia Camilo de Souza | 22/01/2017 a 21/01/2022 | 90 dias - 17/01/2024 A 15/04/2024 |
| 318 | Devair de Oliveira Souza | **01/04/2019 à 31/03/2024** | 90 dias - 17/01/2024 A 15/04/2024 |
| 26 | Dulcineia Apª Barbosa Melo | **15/02/2017 a 14/02/2022** | 90 dias - 17/01/2024 A 15/04/2024 |
| 1362 | Donizete Lamera | 16/04/2017 a 15/04/2022 | 30 dias - 17/01/2024 A 16/02/2024 |
| 252 | Márcia Helena Vieira Borges | **01/04/2014 à 31/03/2019** | 90 dias - 17/01/2024 A 15/04/2024 |
| 1360 | Nilton José da Silva | 13/04/2017 a 12/04/2022 | 90 dias - 17/01/2024 A 15/04/2024 |
| 217 | Rakel Vieira Streg | 01/04/2014 a 31/03/2019 | 30 dias - 17/01/2024 A 16/02/2024 |
| 136 | Siomara Muller Pereira | 01/06/2015 a 31/05/2020 | 30 dias - 17/01/2024 A 16/02/2024 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Registre-se;**

**Publique-se;**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**PORTARIA Nº. 014/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 05/02/2024*, com término em 05/03/2024**, *referente ao período aquisitivo de 23/06/2022 à 22/06/2023,* ao senhor ***ROGERIO DOS SANTOS*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 825, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate à Endemias**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Registre-se;**

**Publique-se;**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº. 5.090/2024**

**FIXA O PISO SALARIAL MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS DOS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE e de agente de combate a endemias PARA O EXERCICIO DE 2024.**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**D E C R E T A:**

**Artigo 1º. –** Fixa, a partir de **1º de Janeiro de 2024**, o piso salarial dos profissionais dos cargos de **Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias** no valor de R$ 2.824,00 (Dois mil oitocentos e vinte e quatro reais) mensais, cumprindo a EC 120 c/c CF., Art. 198, §9º *(2 salários mínimos)*, Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023 e Decreto Municipal nº 5.087/2024.

**Artigo 2º -** Retifica-se o **Anexo I** da Lei Municipal nº 1.383/2022, tabela de vencimentos do **Agente de Saúde - I (40 horas) - Agente de Combate às Endemias**, conforme o Anexo que integra o presente Decreto.

**Artigo 3º -** Retifica-se o **Anexo II** da Lei Municipal nº 1.383/2022, tabela de vencimentos dos **Agentes Comunitários de Saúde - I (40 horas)**, conforme o Anexo que integra o presente Decreto.

**Artigo 4º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I**

**ANEXO III - TABELA DE VENCIMENTOS**
**Cargo: Agente de Saúde - I (40 horas) - Agente de Combate às Endemias**

Tabela Atualizada pela EC 120 c/c CF., Art. 198, §9º *(2 salários mínimos)* e Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023 e Decreto Municipal nº 5.090/2024.

| Nível/Classe | | A - 1,00 | B - 1,10 | C - 1,20 | D - 1,30 | E - 1,40 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | De: 00 à 02 anos | R$ 2.824,00 | R$ 3.106,40 | R$ 3.388,80 | R$ 3.671,20 | R$ 3.953,60 |
| 2 | 02 à 03 anos | R$ 2.880,48 | R$ 3.168,53 | R$ 3.456,58 | R$ 3.744,62 | R$ 4.032,67 |
| 3 | 03 à 04 anos | R$ 2.938,09 | R$ 3.231,90 | R$ 3.525,71 | R$ 3.819,52 | R$ 4.113,33 |
| 4 | 04 à 05 anos | R$ 2.996,85 | R$ 3.296,54 | R$ 3.596,22 | R$ 3.895,91 | R$ 4.195,59 |
| 5 | 05 à 06 anos | R$ 3.056,79 | R$ 3.362,47 | R$ 3.668,15 | R$ 3.973,82 | R$ 4.279,50 |
| 6 | 06 à 07 anos | R$ 3.117,92 | R$ 3.429,72 | R$ 3.741,51 | R$ 4.053,30 | R$ 4.365,09 |
| 7 | 07 à 08 anos | R$ 3.180,28 | R$ 3.498,31 | R$ 3.816,34 | R$ 4.134,37 | R$ 4.452,40 |
| 8 | 08 à 09 anos | R$ 3.243,89 | R$ 3.568,28 | R$ 3.892,67 | R$ 4.217,05 | R$ 4.541,44 |
| 9 | 09 à 10 anos | R$ 3.308,77 | R$ 3.639,64 | R$ 3.970,52 | R$ 4.301,40 | R$ 4.632,27 |
| 10 | 10 à 11 anos | R$ 3.374,94 | R$ 3.712,44 | R$ 4.049,93 | R$ 4.387,42 | R$ 4.724,92 |
| 11 | 11 à 12 anos | R$ 3.442,44 | R$ 3.786,68 | R$ 4.130,93 | R$ 4.475,17 | R$ 4.819,42 |
| 12 | 12 à 13 anos | R$ 3.511,29 | R$ 3.862,42 | R$ 4.213,55 | R$ 4.564,68 | R$ 4.915,80 |
| 13 | 13 à 14 anos | R$ 3.581,51 | R$ 3.939,67 | R$ 4.297,82 | R$ 4.655,97 | R$ 5.014,12 |
| 14 | 14 à 15 anos | R$ 3.653,15 | R$ 4.018,46 | R$ 4.383,77 | R$ 4.749,09 | R$ 5.114,40 |
| 15 | 15 à 16 anos | R$ 3.726,21 | R$ 4.098,83 | R$ 4.471,45 | R$ 4.844,07 | R$ 5.216,69 |
| 16 | 16 à 17 anos | R$ 3.800,73 | R$ 4.180,81 | R$ 4.560,88 | R$ 4.940,95 | R$ 5.321,03 |
| 17 | 17 à 18 anos | R$ 3.876,75 | R$ 4.264,42 | R$ 4.652,10 | R$ 5.039,77 | R$ 5.427,45 |
| 18 | 18 à 19 anos | R$ 3.954,28 | R$ 4.349,71 | R$ 4.745,14 | R$ 5.140,57 | R$ 5.535,99 |
| 19 | 19 à 20 anos | R$ 4.033,37 | R$ 4.436,70 | R$ 4.840,04 | R$ 5.243,38 | R$ 5.646,71 |
| 20 | 20 à 21 anos | R$ 4.114,03 | R$ 4.525,44 | R$ 4.936,84 | R$ 5.348,25 | R$ 5.759,65 |
| 21 | 21 à 22 anos | R$ 4.196,32 | R$ 4.615,95 | R$ 5.035,58 | R$ 5.455,21 | R$ 5.874,84 |
| 22 | 22 à 23 anos | R$ 4.280,24 | R$ 4.708,27 | R$ 5.136,29 | R$ 5.564,31 | R$ 5.992,34 |
| 23 | 23 à 24 anos | R$ 4.365,85 | R$ 4.802,43 | R$ 5.239,02 | R$ 5.675,60 | R$ 6.112,19 |
| 24 | 24 à 25 anos | R$ 4.453,16 | R$ 4.898,48 | R$ 5.343,80 | R$ 5.789,11 | R$ 6.234,43 |
| 25 | 25 à 26 anos | R$ 4.542,23 | R$ 4.996,45 | R$ 5.450,67 | R$ 5.904,89 | R$ 6.359,12 |
| 26 | 26 à 27 anos | R$ 4.633,07 | R$ 5.096,38 | R$ 5.559,69 | R$ 6.022,99 | R$ 6.486,30 |
| 27 | 27 à 28 anos | R$ 4.725,73 | R$ 5.198,31 | R$ 5.670,88 | R$ 6.143,45 | R$ 6.616,03 |
| 28 | 28 à 29 anos | R$ 4.820,25 | R$ 5.302,27 | R$ 5.784,30 | R$ 6.266,32 | R$ 6.748,35 |
| 29 | 29 à 30 anos | R$ 4.916,65 | R$ 5.408,32 | R$ 5.899,98 | R$ 6.391,65 | R$ 6.883,31 |
| 30 | 30 à 31 anos | R$ 5.014,99 | R$ 5.516,48 | R$ 6.017,98 | R$ 6.519,48 | R$ 7.020,98 |
| 31 | 31 à 32 anos | R$ 5.115,29 | R$ 5.626,81 | R$ 6.138,34 | R$ 6.649,87 | R$ 7.161,40 |
| 32 | 32 à 33 anos | R$ 5.217,59 | R$ 5.739,35 | R$ 6.261,11 | R$ 6.782,87 | R$ 7.304,63 |
| 33 | 33 à 34 anos | R$ 5.321,94 | R$ 5.854,14 | R$ 6.386,33 | R$ 6.918,53 | R$ 7.450,72 |
| 34 | 34 à 35 anos | R$ 5.428,38 | R$ 5.971,22 | R$ 6.514,06 | R$ 7.056,90 | R$ 7.599,73 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 35 | 35 à 36 anos | R$ 5.536,95 | R$ 6.090,64 | R$ 6.644,34 | R$ 7.198,03 | R$ 7.751,73 |

**ANEXO II**

**ANEXO ÚNICO**

| Cargo | Quantidade | Remuneração Mensal |
|---|---|---|
| Agente Comunitário de Saúde | 050 | R$. 2.824,00 + 10% de adicional de insalubridade |

**PORTARIA Nº. 015/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 05/02/2024*, com término em 05/03/2024***, *referente ao período aquisitivo de 10/07/2021 à 09/07/2022,* a senhora ***SILVANA DOS SANTOS ARAUJO CITADELLA*,** servidora com matricula no RH nº. 1602, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**PORTARIA Nº. 009/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. –** Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**a Senhora ***ELIZANDRA APARECIDA DE SOUZA*,** servidora contratada com matricula no RH nº. 2216 no cargo de Apoio Administrativa Educacional – Infraestrutura, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com Art. 73, I, da Lei Municipal nº 218/99.

**Artigo 2º. –** Fica determinado à Coordenadoria de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de **12/01/2024**, transferindo os encargos salariais ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com os Arts. 74 a 76 da Lei Municipal nº 218/1999 e com a Lei Federal nº 8.213/1991.

**Artigo 3º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Registre-se;**

**Publique-se;**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº. 016/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 05/02/2024*, com término em 05/03/2024***, *referente ao período aquisitivo de 08/10/2022 a 07/10/2023, a* senhora ***LUCIENE OLIMPIO TORRES*,** servidora efetiva com matricula no RH nº. 1826, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**PORTARIA Nº. 017/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 05/02/2024*, com término em 05/03/2024***, *referente ao período aquisitivo de 22/04/2022 à 21/04/2023,* a servidora ***MARIA ROSANGELA PENHA MARTINS*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 302, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**PORTARIA Nº. 018/2024**

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

**Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/02/2024*, com término em 01/03/2024***, *referente ao período aquisitivo de 04/02/2022 a 03/02/2023,* a senhora **ROSILENE FONTES DUTRA,**servidora efetiva, admitida em 04/02/2002, no cargo de **AGENTE DE APOIO A SAÚDE I – AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA** com matrícula no RH nº. 130, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

***Publique-se;***

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 011/2024**

**CONVOCA CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 001/2023.**

***SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,***

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Convocar a candidata abaixo relacionada, classificada no Processo Seletivo Simplificado 001/2023, realizado no período de 20/03/2023 a 07/06/2023, para comparecer no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, da publicação desta, *na Coordenadoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07hàs 11h e das 13hàs 17h,* para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado – Educação - 002/2019, apresentando o rol de documentos abaixo listados, para contratação por tempo determinado.

***ORIGINAIS E 01 CÓPIA:***

***01 foto 3x4;***

***Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);***

***Declaração de Antecedentes Criminais (http://cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/) – 1ª e 2ª Instâncias;***

***Declaração de Antecedentes Funcionais (Penalização em Processo Disciplinar – Modelo - Anexo I);***

***Declaração de bens e valores (Modelo – Anexo II);***

***Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos (Modelo – Anexo III);***

***Apresentar número de Conta Correnteou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).***

***FOTOCÓPIAS: - (02 vias de cada)***

*Cédula de Identidade/RG;*

*Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;*

*Certidão de Nascimento ou Casamento;*

*RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);*

*Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;*

*Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;*

*Declaração de matrícula escolar dos filhos de 04 a 14 anos.*

*Título de Eleitor;*

*Certidão de Quitação Eleitoral (http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);*

*Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);*

*Pasep ou Pis;*

*CTPS – Carteira de Trabalho;*

*Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;*

*Comprovante de residência.*

*CPF dos dependentes.*

***CONVOCADO:***

| INSCRIÇÃO | AGENTE DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA II – MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR LOCALIDADE: SEDE |
|---|---|
| 123 | LOURIVAL RIBEIRO RODRIGUES |
| 146 | LEANDRO NASCIMENTO DO CARMO |

| INSCRIÇÃO | APOIO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL- ADE LOCALIDADE: SEDE |
|---|---|
| 095 | KATRINA FERNANDES MATOS |
| 172 | AGNA GLEICEILE DA MACENA NUNES |
| 207 | CARLA FERNANDES DA SILVA |
| 068 | VANEZ RODRIGUES DOS SANTOS |
| 038 | CLAUDINEIA LUCIO DE FREITAS |

| INSCRIÇÃO | PROFESSOR SUBSTITUTO - PEDAGOGIA LOCALIDADE: PAI HEROI |
|---|---|
| 178 | CLAUDIA APARECIDA DE MAGALHAES DUNDES |
| 230 | RAFAELI GONÇALVES DE MEIRA |
| 121 | CLAUMIR MACIEL EUZEBIO |
| 098 | ISMENIA AGNES SOUSA SARAIVA |

| INSCRIÇÃO | PROFESSOR SUBSTITUTO - PEDAGOGIA LOCALIDADE: ZONA RURAL - FAZENDA PRUDENTE |
|---|---|
| 093 | ANA PATRICIA PINHEIRO DE ALMEIDA |

| INSCRIÇÃO | APOIO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL- ADE LOCALIDADE: AMERICANA DO NORTE |
|---|---|
| 024 | MARIA LUZIA DA SILVA COSTA |

| INSCRIÇÃO | APOIO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL- ADE LOCALIDADE: NOVA FRONTEIRA |
|---|---|
| 145 | FRANCIELE DE SOUSA ANDRADE |
| 009 | WETTYLA LUDIMILA ARAUJO DOS SANTOS |

**Artigo 2º -** O não comparecimento no prazo legal implicará na presunção de desistência dos convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

**Artigo 3º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

*Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em10 deJaneiro de 2024.*

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL ANEXO I**

***DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO***

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, ***DECLARO,*** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que não sofri em tempo algum, no exercício profissional ou de qualquer função publica, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público.

***Declaro** ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.*

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO II**

***DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES***

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, **DECLARO,** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que os bens patrimoniais gravados em meu nome e de meus dependentes são os seguintes:

*1) Imóveis Urbanos (identificação/valor atual)*

*2) Imóveis Rurais (identificação / valor atual)*

*3) Veiculo e Maquinas (identificação/valor atual)*

*4) Outros (Ex: Poupança, Proprietário de Empresa ou Sócio Adm. (identificação/Razão Social e CNPJ/valor atual)*

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilidade civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO III**

***DECLARAÇÃO NAO ACÚMULO DE CARGOS PUBLICOS***

Eu_____,Infra-assinado, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição da Republica/88, ***DECLARO,*** para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que NÃO ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Direta, Indireta, na suas subsidiárias, bem como em qualquer sociedade controlada pelo Poder Público, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

**DECRETO Nº. 5.091/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADO O MANDATO** a partir de **09/01/2024**, do senhor **ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA,** servidor com matricula no RH nº. 1930, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 09/01/2024, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº. 019/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/02/2024*, com término em 01/03/2024***, *referente ao período aquisitivo de 02/05/2022 à 01/05/2023,* a senhora ***ELIZANGELA DOS SANTOS*,** servidora, com matricula no RH nº. 1661, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal**, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**PORTARIA Nº. 020/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 05/02/2024*, com término em 05/03/2024***, *referente ao período aquisitivo de 30/10/2021 à 29/10/2022,* a senhora ***RITA DE CASSIA RIVA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1143, admitida em 30/10/2008, no cargo de **Técnico da Saúde I – Técnico de Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**DECRETO Nº. 5.092/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADO O MANDATO** a partir de **09/01/2024**, da senhora **CLAUDIANA SOUZA DE MENEZES,** servidora com matricula no RH nº. 1927, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 09/01/2024, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 12/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º.** - **Designar** os Senhores abaixo relacionados, para que acompanhe e fiscalize o contrato administrativo.

**I -Titular**: **CRISTIANE BOBBO**, servidora Efetiva, com matricula no RH nº. 860 admitida em 10/07/2006, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, **Suplente: AILSON DA SILVA SANTOS,** servidor efetivo, admitido em 30/06/2003, nocargo de **Agente da Administração Publica- III - PEDREIRO** com matricula no RH nº. 012, ambas lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

**Artigo 2º. -** Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo descrito:

| CONTRATO | DATA | CONTRATADA | OBJETO |
|---|---|---|---|
| 01/2024 | 04/01/2024 | IMPÉRIO ASSESSSORIA E CONCURSOS LTDA | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, SEM LIMITAÇÃO DE QUANTIDADE DE CANDIDATOS, AFIM DE ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TABAPORÃ/MT. |

**Artigo 3º. –**O prazo do presente contrato terá validade até 04 de janeiro de 2025.

**Artigo 4º. –**Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

**Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 10 de janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DECRETO Nº. 5.099/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - NOMEAR** a partir de **10/01/2024**, a senhora **MARLENE SIEBER DA SILVA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1834150-0 SSP/MT, no cargo eletivo de **Conselheira Tutelar,** para o **Mandato de 2024/2027**, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013 e a 987/2015, e ainda de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº. 013/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. –** Conceder **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA,** com início em 03/01/2024 a 30/01/2024, à Sra. **ROSILENE FONTES DUTRA,** servidora efetiva, admitida em 04/02/2002, no cargo de **AGENTE DE APOIO A SAÚDE I – AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA** com matrícula no RH nº. 130, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, conforme atestado médico apresentado e de acordo com o Art. 73, IV e § 1º, da Lei Municipal nº 218/99.

**Artigo 2º. –** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se;***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA**

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**DECRETO Nº. 5.098/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - NOMEAR** a partir de **10/01/2024**, a senhora **CLAUDIANA SOUZA DE MENEZES,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.0008.578 SSP/TO, no cargo eletivo de **Conselheira Tutelar,** para o **Mandato de 2024/2027**, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013 e a 987/2015, e ainda de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DECRETO Nº. 5.097/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - NOMEAR** a partir de **10/01/2024**, a senhora **JAIANE SEVERINO LEITE,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 21158878 SSP/MT, no cargo eletivo de **Conselheira Tutelar,** para o **Mandato de 2024/2027**, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013 e a 987/2015, e ainda de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DECRETO Nº. 5.096/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - NOMEAR** a partir de **10/01/2024**, a senhora **IONE MARIA DE MELO ALVES,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 860. 072 SSP/MT, no cargo eletivo de **Conselheira Tutelar,** para o **Mandato de 2024/2027**, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013 e a 987/2015, e ainda de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DECRETO Nº. 5.095/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADO O MANDATO** a partir de **09/01/2024**, do senhor **MARCELO VIANA DA SILVA,** servidor com matricula no RH nº. 2246, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 09/01/2024, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DECRETO Nº. 5.094/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADO O MANDATO** a partir de **09/01/2024**, da senhora **JAIANE SEVERINO LEITE,** servidora com matricula no RH nº. 2244, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 09/01/2024, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DECRETO Nº. 5.093/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADO O MANDATO** a partir de **09/01/2024**, da senhora **IONE MARIA DE MELO ALVES,** servidora com matricula no RH nº. 1931, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 09/01/2024, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Janeiro de 2024.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº. 010/2024**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 05/02/2024*, com término em 05/03/2024*, referente ao período aquisitivo de 07/11/2022 à 06/11/2023,* a Senhora PATRICIA XAVIER MARCELINO BONFIM, servidora contratada, com matricula no RH nº. 2173, no cargo de Agente da Administração Pública II – Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitu-**

**ra, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.**

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 10 de janeiro de 2024.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

### DECRETO Nº 670, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$61.000,00 (SESSENTA E UM MIL REAIS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº5.878/2022 E SUA ALTERAÇÃO – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município e arts.7º e 42 da Lei 4320/1964, especialmente pela **Lei n.º 5.878, de 30 de novembro de 2022**.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º**Fica aberto no setor de contabilidade do SAMAE, crédito suplementar no valor de **R$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais)**, destinados a atender às despesas previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

| PROJETO/ATIVIDADE | CÓD. | ESPEC.NAT. DESP. | CÓD.NAT.DESP | VALOR |
|---|---|---|---|---|
| GERENCIAMENTO DO DEPTO COMERCIAL | 2162 | | | |
| | 2162 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 3.1.90.11.00<br>1.2.501.00000 | R$61.000,00 |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | | | R$61.000,00 | |
| ( SESSENTA E UM MIL REAIS) | | | | |

**Art. 2º** A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o Artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias, vide planilha abaixo:

| PROJETO/ATIVIDADE | CÓD. | ESPEC.NAT. DESP. | CÓD.NAT.DESP | VALOR |
|---|---|---|---|---|
| GERENCIAMENTO DO DEPTO ADM. E FINANCEIRO | 2161 | | | |
| | 2161 | Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil | 3.1.90.11.00<br>1.2.501.00000 | R$ 61.000,00 |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | | | R$61.000,00 | |
| ( SESSENTA E UM MIL REAIS) | | | | |

**Art. 3º**A presente Abertura de **Crédito Adicional Suplementar** ampara-se no art. 41, I, e art. 42, ambos da Lei nº 4.320/64, e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no Artigo 43, § 1º, inciso III, do mesmo ditame legal, sendo esses os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, 47º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

**Marcos Scolari**

Prefeito Municipal em Exercício

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

### DECRETO N.º 009, DE 08 DE JANEIRO DE 2024

**HOMOLOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA – SOP Nº 02/2024 - DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TERCEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c/c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

**D E C R E T A:**

**Art. 1°** Fica homologado a Instrução Normativa – SOP n.º 02/2024, Versão 01 – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TERCEIROS, que segue anexo fazendo parte integrante deste decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 08 de janeiro de 2024, 47º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

**Marcos Scolari**

Prefeito Municipal em Exercício

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

*Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.*

**DECRETO N.º 012, DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**Aprova o projeto de DESDOBRO DO Lote 46 da Quadra 46 do JARDIM ALTO DA BOA VISTA, NESTA CIDADE DE TANGARÁ da Serra, estado de mato grosso, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município, especialmente, pela Lei Complementar n.º 262 de 28 de outubro de 2021.

**CONSIDERANDO** o objeto do Protocolo de Análise de Projeto n.º 2.068/2023/2023.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica aprovado o projeto de desdobro do Lote 46 da Quadra 46, com superfície de 360,00 m², localizado no Jardim Alto da Boa Vista, devidamente matriculado sob n.º 44.413, no RGI desta Comarca, de propriedade de **ELEANDRO VIEIRA DA SILVA**, inscrito no CPF sob nº 093.900.234-59; tendo como resultantes as áreas a seguir discriminados, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto:

a) **Lote 46-A**, com superfície de **180,00 m²**, com o valor venal de R$ 4.026,60 (quatro mil e vinte e seis reais e sessenta centavos).

b)**Lote 46-B**, com superfície de **180,00 m²**, com o valor venal de R$ 4.026,60 (quatro mil e vinte e seis reais e sessenta centavos);

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, 47º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

**Marcos Scolari**

Prefeito Municipal em Exercício

**Adão Leite Filho**

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

*Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.*

**SAMAE**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023/SAMAE**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2023/SAMAE,** para **CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADORAS DE BENEFÍCIOS PARA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE ACORDO COM O OBJETIVO DE DISPONIBILIZAR O OFERECIMENTO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DE NO MÍNIMO, 01 (UM) PLANO DE COBERTURA NACIONAL, 1 (UM) PLANO DE COBERTURA ESTADUAL E 1 (UM) PLANO DE COBERTURA REGIONAL REGISTRADOS NA ANS, AOS SERVIDORES DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT E SEUS DEPENDENTES.** ORecebimento de Documentos para Credenciamento será a **partir do dia 22 de Janeiro de 2024, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Sala de Licitações do SAMAE, à Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal – Anexo - Jardim Europa – Tangará da Serra/MT. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 09 de Janeiro de 2023.

**EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA**

**SETOR DE LICITAÇÃO - SAMAE**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2023**

**AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2023.** A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 133/2023, do objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR ABRIGO NOS PONTOS DE PARADA DE ÔNIBUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INCLUINDO MONTAGEM E INSTALAÇÃO, AFIM DE ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**,**torna público o resultado de Adjudicação e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra-MT, 09.01.2024. Márcio de Oliveira Lopes – pregoeira - Portaria nº 1968/GP/2023.

**DECRETO N.º 013, DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**Aprova o projeto de DESDOBRO DO Lote 01 da Quadra 18, do LOTEAMENTO RESIDENCIAL ALTO DA BOA VISTA, PERTENCENTE AO BAIRRO ALTO DA BOA VISTA, NESTA CIDADE DE TANGARÁ da Serra, estado de mato grosso, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município, especialmente, pela Lei Complementar n.º 262 de 28 de outubro de 2021.

**CONSIDERANDO** o objeto do Protocolo de Análise de Projeto n.º 2.256/2023.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica aprovado o projeto de desdobro do Lote 01 da Quadra 18, com superfície de 420,00 m², do loteamento residencial Alto da Boa Vista, pertencente ao bairro Alto da Boa Vista, devidamente matriculado sob n.º 39.845, no RGI desta Comarca, de propriedade de **IVANI CONCEIÇÃO SILVA**, inscrita no CPF sob nº 840.843.831-04; tendo como resultantes as áreas a seguir discriminados, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto:

a) **Lote 01-A**, com superfície de **210,00 m²**, com o valor venal de R$ 5.365,50 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

b)**Lote 01-B**, com superfície de **210,00 m²**, com o valor venal de R$ 5.365,50 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, 47º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

**Marcos Scolari**

Prefeito Municipal em Exercício

**Adão Leite Filho**

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

*Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2024 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2023**

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito em exercício Senhor **Marcos Scolari,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e classificados, conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2023, publicado em 05/06/2023 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVIII nº. 4248 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/06/2023 ano 12 nº. 2993, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário do Município de Tangará da Serra-MT.

**1.** Convocaos candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração,** situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT,para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação no dia 11/01/2024 as 08h00.** Após atribuição do local de trabalho deverão comparecer nas datas previstas no **item 2**, para entrega dos documentos necessários descritos no mesmo item, para que ocorra a contratação:

| **1151 – AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Colocação** | **Nº da Inscrição** | **Nome do Inscrito** | **Data de Nascimento** | **Nº de Acertos Português** | **Pontos Português** | **Nº de acertos Especifico** | **Pontos Específicos** | **Total de Pontos** | **Classificação** |
| 75 | 260 | Leandro Miranda Ferreira | 24/02/1998 | 10 | 30 | 11 | 55 | 85 | Classificado |

**2.**Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **11 e 12/01/2024** das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

**a)** Comprovante de escolaridade:

**a.1)** Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

**a.2)** Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

**a.3)** Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

**a.4)** Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

**b)** Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

**c)** Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

**c.1)** Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

**d)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**e)** Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

**f)** Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

**g)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**h)** Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

**i)** Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

**i.1)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

**i.2)** Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

**i.3)** Motorista SAMU:

**i.3.1)** Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

**i.4)** Motorista – indígena e Motorista – zona rural:

**i.4.1)** Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

**i.4.2)** Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

**i.5)** Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

**i.5.1)** Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

**j)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

**k)** Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

**l)** Comprovante de residência;

**m)** Certidão de nascimento dos filhos;

**n)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

**o)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

**p)** CPF dos filhos;

**q)** CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

**r)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra - MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

**s)** Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site**www.tangaradaserra.mt.gov.br** );

**t)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br** ;

**u)** Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2023/Ano - Calendário 2022 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site**www.receita.fazenda.gov.br/ ;**

**v)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

**w)** Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

**x)** Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

**y)** Foto 3X4;

**2.1** O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

**2.2** Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

**2.3**O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

**2.4** Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

**3.** Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no **item 2** do presente Edital;

c) for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

**4.** Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 09 de Janeiro de 2024**.**

**Marcos Scolari**

**Prefeito Municipal em exercício**

**Arielzo da Guia e Cruz**

**Secretário Municipal de Administração**

**DECRETO Nº 011, DE 08 DE JANEIRO DE 2024**

**Aprova o projeto de REMEMBRAMENTO do LOTE 28-A.2 e 28-B DA QUADRA 09, DO LOTEAMENTO JARDIM OLÍMPICO, BAIRRO PARQUE DAS MANSÕES, NESTA CIDADE DE TANGARÁ da Serra, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município, especialmente, pela Lei Complementar n.º 262 de 28 de outubro de 2021.

**CONSIDERANDO** o objeto do Protocolo de Análise de Projeto n.º 1.971/2023/1Doc;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica aprovado o projeto de remembramento dos Lotes 28-A.2 e 28-B da Quadra 09, do loteamento Jardim Olímpico, pertencente ao bairro Parque das Mansões, nesta cidade de Tangará da Serra-MT, com área de 150,00 m2 e 300,00 m2 respectivamente e matriculados sob nº 36.547 e 25.708, no RGI desta Comarca, de propriedade de **LUCAS CARAZZA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob nº 051.016.596-65, tendo como resultante o Lote Remembrado: Lote 28-B/28-A.2 da Quadra 09, perfazendo uma área total de **450,00 m²**, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. O Lote remembrado no *caput*, tem o valor venal de R$ 94.036,50 (noventa e quatro mil e trinta e seis reais), conforme Certidão nº 003/2024/SEFAZ.

**Art. 2º** O proprietário terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para submetê-lo ao Registro de Imóveis, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos dos arts. 22 e 23, ambos da Lei Complementar nº 262, de 28 de outubro de 2021.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 08 de janeiro de 2024, 47º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

**Marcos Scolari**

Prefeito Municipal em Exercício

**Adão Leite Filho**

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PESSOAL REALIZADO EM DEZEMBRO DE 2023 - Nº 1121/2023 E 1122/2023.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PESSOAL REALIZADO EM DEZEMBRO DE 2023, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO.**

**TERMOADITIVONº 1121/2023.**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JESSICA MAIANY GOMES SILVEIRA

Objeto: O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 208/2022, aditivado pelos Termos Aditivos nº 032/2022, 389/2023, 680/2023, 862/2023 e 1046/2023, no cargo 660 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA, vaga prevista na Lei nº 282 de 14 de setembro de 2022, na Secretaria Municipal de Educação. O presente Termo Aditivo do contrato justifica-se, em virtude da alteração da dotação orcamentária da servidora contratada temporariamente.

Cargo: 660 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA

Carga Horária: com carga horária de 40 horas aula semanais (sendo 27 horas/aula em sala e 13 horas/aula destinadas a hora atividade) e 04 horas aula excedentes (sendo 03 horas aula em sala e 01 hora aula destinada a hora atividade).

Dotação: 02.02.07.12.365.0030.2224 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil - CRECHE - FUNDEB - Natureza das despesas: 3.1.90.04.00-2.1 - Contratação por tempo determinado- Fonte: 540.107000.020070 (Fundeb 70%) - Obrigações Patronais: 3.1.90.13.00-2.1 - Fonte: 540.107000.020070 - Ficha: 308 – Unidade Orçamentária: 022782, conforme Memorando nº 43.587/2023 da Secretaria Municipal de Educação.

Vigência: Este Termo Aditivo possui efeito retroativo a 01/12/2023, conforme Memorando nº 43.587/2023 da Secretaria Municipal de Educação.

Secretaria: EDUCAÇÃO

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; Prof.º VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; JESSICA MAIANY GOMES SILVEIRA.**

**TERMOADITIVONº 1122/2023.**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: KARIANY NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES

Objeto: O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 208/2022, aditivado pelos Termos Aditivos nº 032/2022, 389/2023, 680/2023, 862/2023 e 1046/2023, no cargo 660 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA, vaga prevista na Lei nº 282 de 14 de setembro de 2022, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 horas aula semanais (sendo 20 horas/aula em sala e 10 horas/aula destinadas a hora atividade), firmado no dia 09/02/2022, referente ao Processo Seletivo nº 002/2021. O presente Termo Aditivo do contrato justifica-se, em virtude da alteração da dotação orcamentária da servidora contratada temporariamente, conforme Memorando nº 43.587/2023 da Secretaria Municipal de Educação.

Cargo: 660 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA

Carga Horária: com carga horária de 30 horas aula semanais (sendo 20 horas/aula em sala e 10 horas/aula destinadas a hora atividade).

Dotação: 02.02.07.12.365.0030.2224 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil - CRECHE - FUNDEB - Natureza das despesas: 3.1.90.04.00-2.1 - Contratação por tempo determinado- Fonte: 540.107000.020070 (Fundeb 70%) - Obrigações Patronais: 3.1.90.13.00-2.1 - Fonte: 540.107000.020070 - Ficha: 308 – Unidade Orçamentária: 022782, conforme Memorando nº 43.587/2023 da Secretaria Municipal de Educação.

Vigência: Este Termo Aditivo possui efeito retroativo a 01/12/2023, conforme Memorando nº 43.587/2023 da Secretaria Municipal de Educação.

Secretaria: EDUCAÇÃO

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; Prof.º VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; KARIANY NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES.**

**Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.**

**Tangará da Serra, 08 de janeiro de 2024.**

**Arielzo da Guia e Cruz**

**Secretário Municipal de Administração**

**Joanete da Silva Almeida Marli Mott Boligon Vieira**

**Chefe de Pessoal Agente Administrativo II**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023.**

**AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2023.** A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 144/2023, do objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE DAYSE CICHETTI DE BRITO E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA ARI TORRES, DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**,**torna público o resultado de Adjudicação e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra-MT, 09.01.2024. Márcia Dourado Ferreira – pregoeira - Portaria nº 1968/GP/2023.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2024 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022**

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito em exercício Senhor **Marcos Scolari**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 014/2022, publicado em 05/09/2022 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 4061 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/09/2022 ano 11 nº. 2628, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

**1.** Convocaos candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração,** situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT,para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação no dia 11/01/2024 as 08h00.** Após atribuição do local de trabalho deverão comparecer nas datas previstas no **item 2**, para entrega dos documentos necessários descritos no mesmo item, para que ocorra a contratação:

| **0959 – AGENTE ADMINISTRATIVO II** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Qtd.** | **Nº Inscrição** | **Nome Do Inscrito** | **Doc.** | **Dt. Nascimento** | **Nº De Acertos** | **Total De Pontos** | **Classificação** |
| 38 | 1461 | Adriana Rodrigues Da Silva | 35218770 | 16/09/1991 | 18 | 72 | Classificado |
| 39 | 2057 | Rômulo Augusto Teodoro | 22881166 | 04/09/1996 | 18 | 72 | Classificado |

| **0732 – PSICÓLOGO** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Qtd.** | **Nº Inscrição** | **Nome Do Inscrito** | **Doc.** | **Dt. Nascimento** | **Nº De Acertos** | **Total De Pontos** | **Classificação** |
| 19 | 2028 | Marcela Pagno Müller | 20605536 | 04/05/1989 | 18 | 72 | Classificado |

**2.**Os candidatos deverão apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **11 e 12/01/2024**das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

**a)** Comprovante de escolaridade:

**a.1)** Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

**a.2)** Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

**a.3)** Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

**a.4)** Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

**b)** Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

**c)** Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

**c.1)** Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

**d)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**e)** Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

**f)** Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

**g)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**h)** Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

**i)** Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

**i.1)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

**i.2)** Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

**i.3)** Motorista SAMU:

**i.3.1)** Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

**i.4)** Motorista – indígena e Motorista – zona rural:

**i.4.1)** Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

**i.4.2)** Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

**i.5)** Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

**i.5.1)** Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

**j)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

**k)** Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

**l)** Comprovante de residência;

**m)** Certidão de nascimento dos filhos;

**n)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

**o)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

**p)** CPF dos filhos;

**q)** CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

**r)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

**s)** Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site**www.tangaradaserra.mt.gov.br**);

**t)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site**www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

**u)** Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **www.receita.fazenda.gov.br/**;

**v)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

**w)** Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

**x)** Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

**y)** Foto 3X4;

**3.1 O** contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

**3.2** Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

**3.2**O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

**3.4** Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

**4.** Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

**5.** Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 09 de Janeiro de 2024.

**Marcos Scolari**

**Prefeito Municipal em Exercício**

**Arielzo da Guia e Cruz**

**Secretário Municipal de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 10/2023

**TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO E A ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO.**

**DE UM LADO, o MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, nº 101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. PASCOAL ALBERTON**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** doravante denominada de **CONVENENTE/CEDENTE,** DE OUTRO LADO,**ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO**, associação privada, devidamente inscrita no CNPJ sob **41.867.574/0001-49**, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 274, Centro, Setor Leste, Sala 04, em Colider/MT, CEP 78.500-000**,** neste ato representada pelo Sr. **PAULO JEZUEL DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 602.193.279-04 e RG nº 4383895-4 SESP/PR, doravante denominado **CONVENIADO/CESSIONARIO/ASSOCIAÇÃO**, resolvem firmar o presente Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel, aprovado pela Lei Municipal nº 1.789, de 13 de dezembro de 2023, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:**

**1.1** As partes, de comum acordo, estabelecem como objetivo do presente termo a cedência da área a seguir descrita a CESSIONÁRIA:

**I -** IMÓVEL RURAL, denominado como Canteiro “A”, localizado na Comunidade 8ª Agrovila, com área total de 7.917,73m², sendo que a Associação realizará o uso de tal área, localizado no município e comarca de Terra Nova do Norte/MT, com os seguintes limites e confrontações: Frente: com a Avenida Principal, com 83,45 metros; Fundo: com a Avenida Principal, com 83,45 metros; Lado Esquerdo: com o Canteiro Central, com 94,88 metros; Lado Direito: com o Canteiro “A”, com 94,88 metros. **1.2** A área referente a quadra poliesportiva ficarásob domínio e responsabilidade da CEDENTE, sendo que a CESSIONÁRIO somente poderá utilizar o local mediante requerimento apresentado junto a Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE**

**2.1** A ASSOCIAÇÃO utilizará o local exclusivamente para a realização de atividades voltadas a causas sociais, devendo apresentar ao Poder Executivo anualmente, até Dezembro de cada ano, a comprovação do desenvolvimento de tais atividades, com o fito de comprovar o objetivo do termo de cessão de uso do local a Associação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

**3.1** O presente Termo é firmado pelo prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da data de assinatura do ajuste, podendo ser prorrogado por igual período caso haja manifestação do Cessionário e anuência expressa do Cedente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** A execução da presente Cessão não importará na realização de quaisquer despesas entre as partes.

**4.2** A Cessionária ficará responsável pela manutenção e conservação do local, bem como todos os investimentos a serem realizados.

**4.3** A Cessionária, caso não conserve ou deprede o local, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de ação judicial cabível.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**I – COMPETE AO CEDENTE:**

a. Publicar o extrato deste termo de colaboração no meio Oficial de Publicidade da Administração Pública. b. O levantamento dos bens móveis, decorativos ou não, existentes no imóvel ora cedido, com o respectivo arrolamento de bens; c. Pela designação de servidor do Setor de Engenharia do CEDENTE para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, o qual deverá registrar em livro próprio as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, bem como comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do CESSIONÁRIO, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das falhas; d. Pela autorização de eventuais benfeitorias necessárias ou voluptuárias no bem imóvel, objeto deste instrumento; e. Pela prestação ao CESSIONÁRIO de informações e esclarecimentos que este vier a solicitar por ocasião de atividades inerentes a presente cessão.

**II – DA ASSOCIAÇÃO:**

a. Utilizar o imóvel em conformidade com o prazo e condições estipulados neste instrumento; b. Restituir o imóvel ocupado desimpedido e em perfeitas condições de uso, quando da extinção da Cessão de Uso; c. Responsabilizar-se por danos decorrentes de culpa ou dolo causados durante o período de Cessão; d. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do bem imóvel objeto desta Cessão cujo uso lhe é permitido, tais como: vigilância, conservação, limpeza, jardinagem, manutenção predial, entre outros, mantendo-o permanentemente em perfeito estado de conservação; e. Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos e/ou despesas decorrentes de sua fruição; f. Responsabilizar-se, em caso de avarias ou defeitos decorrentes do uso no imóvel objeto desta Cessão, por todos os reparos necessários, a fim de devolver o imóvel objeto deste Termo em perfeito estado ao CEDENTE, findo o seu prazo de utilização; g. Responsabilizar-se pelas instalações e equipamentos que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento da atividade, correndo às suas expensas as despesas correspondentes; h. Zelar pela conservação de uso do imóvel; i. Prestar contas anualmente, até Dezembro de todo ano, o desenvolvimento das atividades de cunho social, objetivo da presente cessão a ASSOCIAÇÃO; j. Comunicar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela ASSOCIAÇÃO, assim como alterações em seu Estatuto.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DA CESSÃO**

**6.1 A execução do presente Termo não importará na realização de quaisquer despesas entre as partes contratantes, a não ser as decorrentes da utilização do bem objeto deste instrumento, as quais correrão à conta da CESSIONÁRIA.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS**

7.1 O CEDENTE não se responsabiliza por obrigações porventura contraídas pela CESSIONÁRIA com relação ao uso do bem, assim como por danos causados a terceiros por esta.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

8.1 Constituem formas de extinção do presente Termo o decurso do prazo sem a renovação, a rescisão ou a denúncia:

a. Este Termo poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne formal ou materialmente inexequível; b. Pela deliberação de qualquer dos partícipes, em qualquer momento, desde que manifestada com antecedência de 30 (trinta) dias e de forma fundamentada; c. Pela inadimplência de qualquer de suas cláusulas, a critério do partícipe não inadimplente, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias; d. Superveniência de norma legal ou evento que o torne formal ou materialmente inexequível; e. Nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior que venham a impedir, total ou parcialmente o uso do bem para as finalidades a que se destina. **CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS** 9.1 os casos omissos serão decididos conjuntamente entre as partes. **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Terra Nova do Norte/MT, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para solução de quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução desta parceria.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Terra Nova do Norte/MT, 13 de dezembro de 2023.

| | |
|---|---|
| ***PASCOAL ALBERTON***<br>**Prefeito Municipal**<br>**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** | **PAULO JEZUEL DE SOUZA**<br>**Presidente**<br>**ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO** |

TESTEMUNHAS:

Nome:_____

CPF:

Nome:_____

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.789/2023**

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

***PASCOAL ALBERTON,*** *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder a ASSOCIAÇÃO BATISTA DO AVIVAMENTO, inscrita no CNPJ sob o nº 41.867.574/0001-49, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 274, Centro, Setor Leste, Sala 04, em Colider/MT, CEP 78.500-000, o uso do bem imóvel de propriedade do Município a seguir descrito:

I – IMÓVEL RURAL, denominado como Canteiro "A", localizado na Comunidade 8ª Agrovila, com área total de 7.917,73m², sendo que a Associação realizará o uso de tal área, localizado no município e comarca de Terra Nova do Norte/MT, com os seguintes limites e confrontações: Frente: com a Avenida Principal, com 83,45 metros; Fundo: com a Avenida Principal,

com 83,45 metros; Lado Esquerdo: com o Canteiro Central, com 94,88 metros; Lado Direito: com o Canteiro "A", com 94,88 metros.

Art. 2º. A Associação utilizará imóvel unicamente e exclusivamente para a realização de atividades voltadas a causas sociais, devendo apresentar ao Poder Executivo anualmente, em Dezembro de cada ano, a comprovação do desenvolvimento de tais atividades, com o fito de comprovar o objetivo da cessão de uso do local a Associação.

Art. 3º. Todas as despesas com a instalação, manutenção e conservação do local serão de responsabilidade da Associação, ora cessionário.

Art. 4º. A cessão de uso do imóvel será de forma gratuita.

Art. 5º. A cessão de uso do imóvel será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período caso haja interesse das partes.

Art. 6º. O Termo de Cessão de Uso anexo faz parte integrante da presente Lei.

Art. 7º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três.

**PASCOAL ALBERTON**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA E EXTRATO DO CONTRATO 0230/2023

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

Respaldado no inciso I, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, e nos Pareceres técnicos pertinentes, objeto do Processo Licitatório *095/2023 – Dispensa* de licitação nº 043/2023, **AUTORIZO** a Contratação da empresa especializada **J M BRITO DAMASCENO ENGENHARIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 52.168.334/0001-72, com sede na AV. Aclimação, nº 135, Apt. 02, Andar 01, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá-MT, CEP: 78.050-040, endereço eletrônico: britodamascenoeng@gmail.com, **para elaboração de projeto executivo elétrico de baixa tensão e subestação aérea com gerador trifásico para o Hospital Municipal São João Bosco, com área construída de 1.545,15m², para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, do município de Torixoréu-MT**, no valor de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), por meio de Dispensa de Licitação.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Torixoréu – MT, 11 de dezembro de 2023.

**Thiago Timo Oliveira**

**Prefeito Municipal**

EXTRATO DO CONTRATO 0230/2023

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 095/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 043/2023

OBJETO: "A contratação de empresa especializada J M BRITO DAMASCENO ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 52.168.334/0001-72, com sede na AV. Aclimação, nº 135, Apt. 02, Andar 01, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá-MT, CEP: 78.050-040, para elaboração de projeto executivo elétrico de baixa tensão e subestação aérea com gerador trifásico para o Hospital Municipal São João Bosco, com área construída de 1.545,15m², para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde."

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, Inciso I, da Lei 8.666/93

VIGÊNCIA: 11/12/2023 a 31/12/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 6010 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2037 – Manutenção e Encargos com Hospital Municipal São João Bosco

Ficha: 368 – SERVIÇO DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA – 3.3.90.39.00

Fonte: 3.1.600.0-300 000

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

CONTRATADA: J M BRITO DAMASCENO ENGENHARIA LTDA - CNPJ sob nº 52.168.334/0001-72

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

### ERRATA

Na publicação da PORTARIA Nº 003/2024, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, Edição nº 4.392, do dia 03 de janeiro de 2024, nas páginas 533, e 534, ONDE SE LÊ: CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal; **LEIA-SE: ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício.**

### PORTARIA Nº 010/2024

Data: 09/01/2024

Dispõe sobre exoneração, por término de mandato, da Conselheira Tutelar - símbolo CC, Sra. Maria Cícera Alves Duarte de Souza, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e observando o disposto no art. 3º da Lei Municipal Nº 793, de 12 de abril de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar nesta data, por motivo de término de mandato, a Sra. MARIA CÍCERA ALVES DUARTE DE SOUZA, portadora do CPF nº 002.700.981-51, do cargo em comissão de CONSELHEIRA TUTELAR - símbolo CC, lotada no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CTDCA do Município de União do Sul, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania na forma da Lei nº 793 de 12 de abril de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua expedição, com publicação nos meios oficiais.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 036/2023 de 17 de janeiro de 2023.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 09 de janeiro de 2024.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 008/2024

Data: 09/01/2024

Dispõe sobre exoneração, por término de mandato, da Conselheira Tutelar - símbolo CC, Sra. Marlei de Fátima Borelli, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e observando o disposto no art. 3º da Lei Municipal Nº 793, de 12 de abril de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar nesta data, por motivo de término de mandato, a Sra. MARLEI DE FATIMA BORELLI, portadora do RG nº 3070984-9 SSP/MT e do CPF nº 362.719.341-53, do cargo em comissão de CONSELHEIRA TUTELAR - símbolo CC, lotada no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CTDCA do Município de União do Sul, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania na forma da Lei nº 793 de 12 de abril de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua expedição, com publicação nos meios oficiais.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 098/2022 de 13 de abril de 2022.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 09 de janeiro de 2024.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2024**

Data: 09/01/2024**.**

Dispõe sobre convocação de candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2023 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

O Prefeito Municipal em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, Sr. ITACIR JOSÉ BIOLCHI; tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2023, realizado em 17 de agosto de 2023 e homologado pelo Decreto nº 1.475 em 04 de setembro de 2023;

Considerando o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2023;

**1.** Pelo presente Edital, fica CONVOCADA a candidata aprovada, para preenchimento de vaga existente no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

**CARGO: Agente Comunitário de Saúde (PCCR do Quadro Geral).**

| NOME | Nº INSCRIÇÃO | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| IZAMARIA JORGE SOARES | 073 | 1º APROVADO |

**2.** A candidata convocada por este Edital terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de afixação/divulgação deste Edital, para ser contratada e assumir o respectivo cargo.

**3.** A candidata deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munida dos seguintes documentos:

**FOTOCÓPIAS:**

3.1 Carteira de Identidade (RG);

3.2 Cadastro de Pessoa física - CPF;

3.3 Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral;

3.4 Carteira de Trabalho (CTPS);

3.5 Comprovante de Escolaridade, conforme exigência do cargo;

3.6 Carteira Nacional de Habilitação - CNH (para os cargos que a exijam Compatível com o Porte do Veículo);

3.7 Comprovante de residência;

3.8 Certidão de Casamento (se houver);

3.9 Certidão de Nascimentos dos filhos (se houver);

3.10 CPF dos filhos;

3.11 Registro junto ao Conselho respectivo (para os cargos de profissão regulamentada).

3.12 Conta bancária;

3.13 Qualificação Cadastral (correta) emitida no endereço:

*http://portal.esocial.gov.br/institucional/consult...*

**ORIGINAL:**

3.14 Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

3.15Atestado Médico Admissional, considerado APTO, expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho;

3.16 - Declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública, assinado pelo contratado;

Obs.: Todos os exames correrão a expensas do candidato.

**4.** Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 09 de janeiro de 2024.

**ITACIR JOSÉ BIOLCHI Prefeito em Exercício**

**PORTARIA Nº 009/2024**

Data: 09/01/2024

Dispõe sobre exoneração, por término de mandato, da Conselheira Tutelar - símbolo CC, Sra. Valdete Guareze, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e observando o disposto no art. 3º da Lei Municipal Nº 793, de 12 de abril de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar nesta data, por motivo de término de mandato, a Sra. VALDETE GUAREZE, portadora do RG nº 3163901-1 SSP/MT e do CPF nº 580.923.159-49, do cargo em comissão de CONSELHEIRA TUTELAR - símbolo CC, lotada no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CTDCA do Município de União do Sul, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania na forma da Lei nº 793 de 12 de abril de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua expedição, com publicação nos meios oficiais.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 100/2022 de 13 de abril de 2022.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 09 de janeiro de 2024.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 011/2024**

Data: 09/01/2024

Dispõe sobre exoneração, por término de mandato, da Conselheira Tutelar - símbolo CC, Sra. Cleidiana Aparecida Pereira, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e

observando o disposto no art. 3º da Lei Municipal Nº 793, de 12 de abril de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar nesta data, por motivo de término de mandato, a Sra. CLEIDIANA APARECIDA PEREIRA, portadora do CPF nº 048.269. 611-70, do cargo em comissão de CONSELHEIRA TUTELAR - símbolo CC, lotada no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CTDCA do Município de União do Sul, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania na forma da Lei nº 793 de 12 de abril de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua expedição, com publicação nos meios oficiais.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 116/2023 de 13 de abril de 2023.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 09 de janeiro de 2024.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 007/2024**

Data: 09/01/2024

Dispõe sobre exoneração, por término de mandato, da Conselheira Tutelar - símbolo CC, Sra. Maria Antonia Rodrigues, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito em Exercício, do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e observando o disposto no art. 3º da Lei Municipal Nº 793, de 12 de abril de 2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar nesta data, por motivo de término de mandato, a Sra. MARIA ANTONIA RODRIGUES, portadora do RG nº 1.453.976 SSP/MT e do CPF nº 785.916.781-68, do cargo em comissão de CONSELHEIRA TUTELAR - símbolo CC, lotada no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CTDCA do Município de União do Sul, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania na forma da Lei nº 793 de 12 de abril de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua expedição, com publicação nos meios oficiais.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 097/2022 de 13 de abril de 2022.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 09 de janeiro de 2024.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

**AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2023**

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 25/2023, com objetivo “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DO ESGOTO COMO LIMPEZA E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PEÇAS E MATERIAIS, DE BOMBAS E MOTOBOMBAS, REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E COLETORAS DE ESGOTO, LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ÁGUA E ESGOTO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), QUE COMPÕEM O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO SÃO DOMINGOS - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.”. Teve como “VENCEDOR”, a empresa B. A. M. SANTANA LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 09.664.946/0001-27, vencedor de do item no valor global de R$ 399.600,00. Vale de São Domingos – MT, 09 de Janeiro de 2024. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 437/2023**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.941.490/0001-55. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 33/2023, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 20/2023 Da Secretaria Municipal de Administração. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 923806/2023. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletroportáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 2.700,00 (seis mil, quatrocentos e dois reais e quarenta centavos). UO: SECRETARIA DE SAUDE FONTE: 0150/0160/01621. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, a servidora GABRIELY CRISTINE XAVIER CALEGARI inscrita no CPF n. 006.266.971-07 e Fiscal Suplente a Servidora LUCIMARA DE LARA, inscrito no CPF n. 022.573.139-84.

DATA DE ASSINATURA: 29.12.2023.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S.A

CONTRATADA

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº011/2024**

Dispõe sobre rescisão de Contrato temporária de prestação de serviço.

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferido por meio da Lei nº1733/1998 e alterado pela Lei nº1866/1998, Dispensa sem justa causa o Sr. Rogester Alfredo Carvalho Vitório, matrícula nº2307 do referido cargo de Auxiliar de Saneamento/Instalador de água e esgoto a partir de 05/01/2024.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 09 de Janeiro de 2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

**Diretor Presidente DAE-VG**

**ATO Nº 010/2024**

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA,** Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 938061/2024;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR a pedido Giselle Marques de Godoi Velasco, matricula nº 18010** do cargo em Concurso de Odontólogo, da Secretaria Municipal de Saúde com efeito, a partir de 08 de janeiro de 2024.

**Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de Janeiro de 2024.

***Kalil Sarat Baracat de Arruda Prefeito Municipal***

**AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO PARA DILIGÊNCIAS**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 042/2023**

O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO – DAE/VG**, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que:

1. Tendo em vista a necessidade de promoção de diligência destinada a esclarecer a instrução do processo que tem como objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de máquinas pesadas (retroescavadeiras), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT, resolve **SUSPENDER TEMPORARIAMENTE** o referido certame para ulterior deliberação, que servirão de base para a tomada de decisão da Administração.

2. E ainda a existência de recurso administrativo por parte da licitante segunda colocada AF CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA**,** para promoção de diligência com o objetivo de aclarar fatos e confirmar conteúdos face ao atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante primeira colocada D3 COMÉRCIO E SERVIÇOS.

Várzea Grande, 08 de janeiro de 2024.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

**DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG**

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 01/2024**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa APRENDER MAIS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 28.664.584/0001-19. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 25, I, da Lei n. 8.666/1993, vinculados ao Comunicado de Inexigibilidade de Licitação n. 20/2023, bem como na proposta da contratada, no Projeto Básico n. 09/2023 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no Decreto n. 81 de 29 de dezembro de 2023. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 931365/2023. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto o fornecimento de material didático (kits didáticos) estruturados para alunos e professores do Ensino Fundamental, dar continuidade a aprendizagem dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, e atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, cultura, Esporte e Lazer. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 7.172.008,00 (sete milhões cento e setenta e dois mil e oito reais). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 01500154. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato com o município. FISCAL DE CONTRATO: O controle do objeto do contrato será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação, através da COORDENADORIA PEDAGOGICA, com poderes para poder verificar se os serviços estão em acordo com Projeto Básico, anexo e contrato, através dos servidores designados como fiscal suplente e gestor: Fiscal do Contrato: Sr. Paulo Sergio Chimello; Cargo: Professor; Matricula: 155304 CPF: 070.708.178-51; Lotação: COORDENADORIA PEDAGOGICA; Suplente de fiscal: Emerson José de Souza; Cargo: Professor; Matrícula: 14616; RG: 1025113-8 SJ/MT: CPF: 82113610191.

DATA DE ASSINATURA: 03.01.2024.

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

CONTRATANTE

APRENDER MAIS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

CONTRATADA

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 03/2024**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa MARIA JOSE DOS REIS NETO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 10.226.940/0001-57. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 31/2023, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 19/2023 da Secretaria de Administração e no Decreto n. 81 de 29 de dezembro de 2023 do Município de Várzea Grande – MT. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 923936/2023. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de mobiliários para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 7.660,50 (Sete mil, seiscentos e sessenta reais e cinquenta centavos). UO: SECRETARIA DE SAUDE FONTE: 0150/0160/01621. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato dela decorrente, ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, a servidora GABRIELY CRISTINE XAVIER CALEGARI, inscrita no CPF n. 006.266.971-07 e Fiscal Suplente a Servidora LUCIMARA DE LARA, inscrita no CPF n. 022.573.139-84.

DATA DE ASSINATURA: 04.01.2024.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

MARIA JOSE DOS REIS NETO

CONTRATADA

**EXTRATO CONTRATO N. 004/2024**

*PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 507.548/0001-10, e de outro lado, GALLI E LIOTTO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 42.092.374.0001/24. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 51.2022, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 40/2022 da Secretaria de Saúde e no Decreto n. 81 de 29 de dezembro de 2023.*

*Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 925705/2023. OBJETO: O objeto deste contrato é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/0160/01621/01763110. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: FISCAL DE CONTRATO: Servidora KELLY CRISTIANE SURIAN BECKER, inscrito no CPF nº 594.782.821-53. SUPLENTE DE FISCAL: servidor GIDEÃO BOANEZ DO PRADO, inscrito no CPF 940.411.301-82.*

*DATA DE ASSINATURA: 04.01.2024*

*GONÇALO APARECIDO DE BARROS*

*SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE*

*FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE*

*CONTRATANTE*

*GALLI E LIOTTO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA*

*CONTRATADA*

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 418/2023**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ n. 09.676.256/0001-98. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 51.2022, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 40/2022 da Secretaria de Saúde. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 925691/2023. OBJETO: O objeto deste contrato é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 18.150,00 (dezoito mil, cento e cinquenta reais). UO: SECRETARIA DE SAUDE FONTE: 0150/0160/01621. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: FISCAL DE CONTRATO: Servidora KELLY CRISTIANE SURIAN BECKER, inscrito no CPF nº 594.782.821-53. SUPLENTE DE FISCAL: servidor GIDEÃO BOANEZ DO PRADO, inscrito no CPF 940.411.301-82.

DATA DE ASSINATURA: 26.12.2023.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI

CONTRATADA

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 430/2023**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa GO VENDAS ELETRÔNICAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 36.521.392/001-81. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8. 666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 33/2023, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 20/2023 Da Secretaria Municipal de Administração. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 923868/2023. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletroportáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/ MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 6.402,40 (seis mil, quatrocentos e dois reais e quarenta centavos). UO: SECRETARIA DE SAUDE FONTE: 0150/0160/01621. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, a servidora LUCIMARA DE LARA, inscrito no CPF n. 022.573. 139-84, e Fiscal Suplente, o Servidor GABRIELY CRISTIANE XAVIER CALEGARI, inscrito no CPF n. 006.266.971-07.

DATA DE ASSINATURA: 27.12.2023.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

GO VENDAS ELETRÔNICAS

CONTRATADA

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 434/2023**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa JPL METALÚRGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 33.890.604/0001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado da Adesão à

Ata de Registro de Preços n. 007/2023, oriundo da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n. 005/2023, cujo objetivo foi a formalização de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MOBILIÁRIO URBANO – ARTEFATOS RECREATIVOS E ATIVIDADES SAUDÁVEIS PARA ATENDER AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM-JEQUITINHONHA, processada nos termos do Processo Administrativo n. 010/2023 do Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha (CIM JEQUITINHONHA), a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal 7.892/2013, [PROCESSO GESPRO N. 923168/2023]. OBJETO: O presente Contrato estabelece as cláusulas e condições gerais para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MOBILIÁRIO URBANO – ARTEFATOS RECREATIVOS E ATIVIDADES SAUDÁVEIS, conforme especificações constantes no Termo de Referência n. 051/2023 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atender a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana. VALOR: O presente contrato tem o valor de R$ 7.310.858,02 (Sete milhões, trezentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dois centavos). UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Para atender as necessidades das SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, o servidor Marcos Guilherme de Souza, inscrito no CPF n. 482.162.831-72, e o servidor Carlos Henrique Araújo, inscrito no CPF n. 056.037.601-41. Para atender as necessidades da SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA e a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE e Lazer, o senhor Virdinei da Silva Bens, inscrito no CPF n. 574.822.259-00 e como suplente o servidor Tony Heleno Costa de Pinho, inscrito no CPF n. 051.296.869-18; a servidora Leticia Vitor Dias da Silva, matrícula: 141215 e FISCAL SUPLENTE, Emilly Ferreira Santos, matrícula: 151367.

DATA DE ASSINATURA: 28.12.2023.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação

Contratante

BRENO GOMES

Secretaria Municipal De Serviços Públicos E Mobilidade Urbana

Contratante

JPL METALÚRGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELE

Contratada

**PORTARIA Nº. 26/2024**

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **MARCOS ANTONIO MORAES** |
| ***MATRICULA*** | 31258 |
| ***CARGO*** | Médico |
| ***PROCESSO N°*** | 930487/2023 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 60 (Sessenta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **01.07.2014/2019** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 31/12/2023 à 28/02/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **NATANIEL DE OLIVEIRA** |
| ***MATRICULA*** | **36324** |
| ***CARGO*** | **Agente de Saúde Municipal** |
| ***PROCESSO N°*** | **595095/2019** |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 90 (Noventa) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **01.07.2012/2017** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | **02/01/2024 à 31/03/2024** |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **ROSANY BONFIM DA CRUZ** |
| ***MATRICULA*** | 132358 |
| ***CARGO*** | Agente Técnica do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 917522/2023 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **05.09.2018/2023** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 10/01/2024 à 08/02/2024 |
| ***SERVIDOR*** | **RUFINA PEREIRA DE LOYOLA** |
| ***MATRICULA*** | 42077 |
| ***CARGO*** | Agente de Saúde Municipal |
| ***PROCESSO N°*** | 904306/2023 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 90 (Noventa) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **06.03.2016/2021** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02/01/2024 à 31/03/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **SANDRA REGINA GRANATTO IGNACIO** |
| ***MATRICULA*** | 42499 |
| ***CARGO*** | Agente de Saúde Municipal |
| ***PROCESSO N°*** | 814558/2022 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **06.03.2017/2022** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02/01/2024 à 31/01/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **SILVANA MORAES DEVAUX** |
| ***MATRICULA*** | 43460 |
| ***CARGO*** | Profissional de Nível Superior do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 316851/2015 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 19 (Dezenove) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **13.01.2009/2014** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 29/01/2024 à 16/02/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **SYLVIO CESAR DE MORAES** |
| ***MATRICULA*** | 44472 |
| ***CARGO*** | Agente de Saúde Municipal |
| ***PROCESSO N°*** | 929334/2023 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 90 (Noventa) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **05.07.2018/2023** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02/01/2024 à 31/03/2024 |

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 04 de Janeiro de 2024.

**Marcos Rodrigues da Silva**

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

**PORTARIA Nº. 24/2024**

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **AECIO AUGUSTO MOREIRA DA SILVA** |
| ***MATRICULA*** | 1093 |
| ***CARGO*** | Médico |
| ***PROCESSO N°*** | 925939/2023 |

| | |
|---|---|
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 90 (Noventa) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **13.11.2018/2023** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 10.12.2023 a 08.03.2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **BENEDITO DIAS PACHECO** |
| ***MATRICULA*** | **5747** |
| ***CARGO*** | **Agente Administrativo** |
| ***PROCESSO N°*** | **926793/2023** |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 90 (Noventa) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **22.09.2018/2023** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | **02/01/2024 à 31/03/2024** |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **CARLOS ALBERTO MIRANDA DE SOUSA** |
| ***MATRICULA*** | 6709 |
| ***CARGO*** | Agente de Apoio dos Serviços do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 805668/2022 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 90 (Noventa) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **02/05.2012/2017** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02/01/2024 à 31/03/2024 |
| ***SERVIDOR*** | **CLAUDIA REGINA DA SILVA** |
| ***MATRICULA*** | 8271 |
| ***CARGO*** | Agente de Apoio dos Serviços do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 449562/2017 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **02/05.2012/2017** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02/01/2024 à 31/01/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **EUNICE DA SILVA CERQUEIRA** |
| ***MATRICULA*** | 92077 |
| ***CARGO*** | Agente Técnico do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 811595/2022 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **01/04.2016/2021** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 01/01/2024 à 30/01/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **GISSELE CINTRA MACHADO** |
| ***MATRICULA*** | 18078 |
| ***CARGO*** | Agente de Apoio dos Serviços do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 921294/2023 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **02.05.2017/2022** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 10/01/2024 à 08/02/2024 |

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 04 de Janeiro de 2024.

**Marcos Rodrigues da Silva**

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 436/2023**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa FR ENGENHARIA E POÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 34.127.109/0001-06. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Presencial n. 24/2022, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 825244/2022, no Termo de Referência n. 64/2022 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 933020/2023. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de construção de poços tubular profundo para uso de água subterrânea para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, especificamente nas EMEBS, CMEIS e espaços de ESPORTE do município, que necessitam de viabilização de água por meio de poços artesianos. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 2.978.866,50 (dois milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). UO: SECRETARIA DE EDEUCAÇÃO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prazo que a contratada deverá executar o objeto de acordo com a necessidade da secretaria, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, da Lei 8.666/1993. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, os servidores – THAIZ CORREA DOS SANTOS e NICOLAS AGUIAR SOFFA, inscrita no CPF n. 041.731.701-81, e na função de Suplente o servidor VITOR GUSTAVO VERHALEN, inscrito no CPF n. 060.901.901-52, nos termos do Artigo 67 da Lei n°.8.666de 21 de junho de 1991 e suas alterações posteriores, especialmente para este fim.

DATA DE ASSINATURA: 29.12.2023.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação

Contratante

FR ENGENHARIA E POÇOS LTDA

Contratada

**PORTARIA Nº. 25/2024**

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **GIZELE GALDINO DA SILVA** |
| ***MATRICULA*** | 130098 |
| ***CARGO*** | Auxiliar de Saúde Bucal |
| ***PROCESSO N°*** | 896647/2023 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **05.06.2018/2023** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02.01.2024 à 31/01/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **JAILTON ANTONIO DE ASSIS** |
| ***MATRICULA*** | **130155** |
| ***CARGO*** | **Agente de Apoio dos Serviço dos Sus** |
| ***PROCESSO N°*** | **893217/2023** |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 90 (Noventa) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **05.06.2018/2023** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | **03/01/2024 à 01/04/2024** |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **IZABEL CRISTINA DE CARVALHO BOTELHO** |
| ***MATRICULA*** | 20676 |
| ***CARGO*** | Agente de Apoio dos Serviços dos Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 2009015185 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **15.07.2004/2009** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 29/01/2024 à 27/02/2024 |
| ***SERVIDOR*** | **KATIA AUXILIADORA SANTANA** |
| ***MATRICULA*** | 92297 |
| ***CARGO*** | Técnica de Enfermagem |
| ***PROCESSO N°*** | 523037/2018 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **09.04.2013/2018** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02/01/2024 à 31/01/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **LUZENIL MARIA DA SILVA** |
| ***MATRICULA*** | 29814 |
| ***CARGO*** | Profissional de Nível Superior do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 616011/2019 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 15 (Quinze) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **07.06/2014/2019** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 02/01/2024 à 16/01/2024 |

| | |
|---|---|
| ***SERVIDOR*** | **MARINETE SANTANA DA SILVA** |
| ***MATRICULA*** | 100781 |
| ***CARGO*** | Agente Técnico do Sus |
| ***PROCESSO N°*** | 900082/2023 |
| ***LICENÇA PRÊMIO*** | 30 (Trinta) dias |
| ***QÜINQÜÊNIO*** | **08.04.2014/2019** |
| ***PERÍODO DE GOZO*** | 01/01/2024 à 30/01/2024 |

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 04 de Janeiro de 2024.

**Marcos Rodrigues da Silva**

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

**PORTARIA Nº049/2024**

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Conceder **10 (dez) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2023/2024**, a vigorar no período de **02.01.2024 a 12.01.2024,** ao servidor **BRENO GOMES** matrícula n° **143939**, exercendo o cargo em Comissão de SECRETARIO MUNICIPAL – DNS 01, lotado na **SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08 de janeiro de 2024.

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA**

PREFEITO MUNICIPAL.

**EXTRATO CONTRATO N. 400/2023**

*PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado Empresa IMPACTO CONSTRUÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 42.226.448/0001-78. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: *Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS n. 21/2023 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666 de 21/06/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 874673/2023. OBJETO*: O objeto deste Contrato é a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma e Ampliação da EMEB “PROF. MARIA JOANA DA SILVA ALMEIDA”, localizada na Rua B, Loteamento Unipark, CEP 78.120-830 no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 765,23m², contemplando os serviços de instalação de canteiro e serviços preliminares, demolição e retiradas, terraplenagem, fundação, superestrutura, fechamento em alvenaria, cobertura, forro, esquadrias, pisos internos, externos e calçamentos, revestimento interno e externo, granitos para peitoris, soleiras, divisórias e bancadas, pintura interna e externa, instalações hidrossanitários, instalações elétricas, posto de transformação, sistema de proteção de contra incêndio, serviços diversos e limpeza de obra incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. VALOR: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$1.318.457,15 (um milhão trezentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos). *UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, FONTE: 015001001. VIGÊNCIA:* O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que se iniciará a partir da data da sua assinatura. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. *FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, a servidora– Engenheira Civil – ANA PAULA SILVA BOTELHO - CREA MT 50821, nos termos do Artigo 67 da Lei n°. 8.666 de 21 de junho de 1991 e suas alterações posteriores, especialmente para este fim.*

*DATA DE ASSINATURA: 11.12.2023*

*SILVIO APARECIDO FIDÉLIS*

*Secretaria Municipal de Educação*

*Contratante*

IMPACTO CONSTRUÇÕES EIRELI

*Contratada*

**EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 011/2022**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA, inscrita no CNPJ N. 03.118.726/0001-11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento encontra fundamento no art. 57, §1º, I, II, III, IV, V, e VI da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, nas condições do Contrato n. 011/2022, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO N. 934125/2023. OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, do Contrato n. 011/2022, referente a contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem nos Bairros Parque das Nações e Terra Nova no Município de Várzea Grande/MT, de acordo com as especificações descritas neste Projeto e seus anexos. VALOR: Fica mantido o valor global de R$ 5.870.682,82 (cinco milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos) decorrente do saldo remanescente do contrato. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO DE OBRAS. FONTE: 0150/017010/01754. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo de vigência do contrato, contados a partir do vencimento. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato, ficará a cargo da Secretaria de Viação e Obras que designa os seguintes servidores: GIDEON COSTA ALMEIDA, inscrito no CPF n. 047.373.881-30. VICTOR HUGO COSTA RODRIGUES, inscrito no CPF n. 047.501.761-76.

DATA DE ASSINATURA: 19.12.2023

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

Contratante

CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA

Contratada

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 098/2019**

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e o Senhor MATEUS MAGALHÃES, brasileiro, inscrito no RG nº 00609765 SSP/MT e no CPF nº 338.131. 789-91. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal na Lei n. 8.666/93, na Lei n. 8.245/91, alterada pela Lei n. 12.112/2009, na proposta do Locador, na justificativa exarada pela Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n. 098/2019, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 927030/2023. OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o item 3.1 da CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, os itens 4.1 e 4.3 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e o item 7.4 da CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO do Contrato n. 098/2019, referente à locação de um imóvel localizado na Rua 20, Lotes nº 17,18 e 19 – Quadra 46, Bairro São Mateus, destinado para uso exclusivo para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Região Oeste. VALOR GLOBAL: O valor do aluguel mensal é de R$ 2.777,05 (dois mil, setecentos e setenta e sete reais e cinco centavos), perfazendo o valor total de R$ 33.324.06 (trinta e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e seis centavos). UO: SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0150/0166. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência da contratação, a partir da data de seu vencimento [31/12/2023], nos termos do artigo 3° da Lei nº 8.245, de 1991. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL que, designa para este ato, a Servidora JOCILEIZE ALCÂNTARA RONDON E SILVA, inscrita no CPF n. 024.927.031-50.

DATA DE ASSINATURA: 29.12.2023

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria Municipal De Assistência Social

Locatário

MATEUS MAGALHÃES

Locador

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 452/2022**

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa A.G. DE ARAUJO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 11.566.598/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal no art. 57, §1º, I, II, III, IV, V, VI, da Lei 8.666/93, na justificativa e autorização exarada pela Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n. 452/2022, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 933913/2023. OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA SEXTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma e Ampliação da EMEB “DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA”, localizada na Rua Principal, s/n, Distrito Passagem da Conceição, CEP 78.000-00 no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG. VALOR: Fica mantido o valor de R$ 1.531.950,31 (um milhão, quinhentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e um centavos), decorrente do saldo remanescente do contrato. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato, contados a partir da data de seu vencimento. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL DE CONTRATO O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual, ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, o servidor VITOR GUSTAVO VERHALEN, inscrito no CPF n. 060.901. 901-52, nos termos do Artigo 67 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1991 e suas alterações posteriores, especialmente para este fim.

DATA DE ASSINATURA: 29.12.2023

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria De Educação

A.G. DE ARAUJO EIRELI

Contratada

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 002/2023**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ, fundação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 10.846.821/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 64/202242, no Decreto Federal n. 8.726/2016, no Decreto Municipal nº 70/2016 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 931216/2023. OBJETO: Este instrumento tem o presente por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, referente ao repasse de recursos financeiros para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, destinado ao atendimento mensal de 200 (duzentas) crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino, na faixa etária de 06 a 14 anos, na região oeste do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. UO: SECRETARIA de ASSISTÊNCIA FONTE: 0166/0150. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo será de 11 (onze) meses, contadas a partir de sua assinatura, correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Termo de Colaboração ficará a cargo do PARCEIRO PÚBLICO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que, designa para este ato, a servidora JOCILEIZE ALCÂNTARA RONDON E SILVA, inscrita no CPF n. 024.927.031-50, e na qualidade de fiscal suplente, a servidora LUCILENE DA COSTA, inscrita no CPF n. 654. 794.081-00. DATA DE ASSINATURA: 29.12.2023

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria de Assistência Social

ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ

Organização da Sociedade Civil

**EXTRATO CONTRATO N. 006/2024**

*PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 507.548/0001-10, e de outro lado, a MITRA ARQUIDIOCESANA DE CUIABÁ, organização religiosa, inscrita no CNPJ n. 03.005.139/0001-16. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado ao art. 24, X, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, ressaltando sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/2009, bem como na proposta da LOCADORA, bem como na proposta da contratada, no Projeto Básico n. 011/2023 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no Decreto n. 81 de 29 de dezembro de 2023, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 923481/2023. OBJETO: Constitui objeto deste Contrato a locação de imóvel localizado na Rua do Vaticano (Antiga rua K), nº 98, quadra 13, Lote 10, COHAB Santa Fé (Antiga Jaime Campos), Bairro Cristo Rei, Várzea Grande/MT, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O valor do aluguel mensal, a ser pago pelo Locatário será de R$ 12.875,00 (doze mil, oitocentos e setenta e cinco reais), que serão pagos mensalmente, importando assim, o valor anual de R$ 154.500,00 (cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais). UO: SECRETARIA DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, nos termos do artigo 3° da Lei nº 8.245, de 1991. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER que, designa para este ato, como fiscal a Servidora ANA PAULA SILVA Botelho, inscrita no CPF n. 013.127.391-42, e como fiscal suplente, o servidor VITOR GUSTAVO VERHALEN, inscrito no CPF n. 060.901.901-52.*

*DATA DE ASSINATURA: 05.01.2024*

*SILVIO APARECIDO FIDELIS*

*Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Lazer*

*Locatário*

*MITRA ARQUIDIOCESANA DE CUIABÁ*

*Locador*

**EXTRATO CONTRATO N. 005/2024**

*PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 507.548/0001-10, e de outro lado o Senhor CLAIDO CELESTINO BATISTA, inscrito no CPF n. 081.094.351-49. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado ao art. 24, X, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, ressaltando sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/2009, bem como na proposta da LOCADORA, bem como na proposta da contratada, no Projeto Básico n. 010/2023 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no Decreto n. 81 de 29 de dezembro de 2023, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 929242/2023. OBJETO: Constitui objeto deste Contrato a locação de imóvel localizado na Rua Maria Gomes de Azevedo, Quadra 57, Lotes 27 e 28, Bairro São Simão, Cep 78.145-800, Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O valor do aluguel mensal, a ser pago pelo Locatário será de R$ 4. 998,55 (quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), que serão pagos mensalmente, importando assim, o valor anual de R$ 59.982,60 (cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos). UO: SECRETARIA DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, nos termos do artigo 3° da Lei nº 8.245, de 1991. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Contrato ficará a cargo do LOCATÁRIO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER que, designa para este ato, como fiscal o Servidor YASSER BARACAT BARROS - inscrito no CPF: 017.605.681-55, e como fiscal suplente, o servidor LUCIMAR FREITAS DE MATOS, inscrito no CPF: 713.171.631-68.*

*DATA DE ASSINATURA: 05.01.2024*

*SILVIO APARECIDO FIDELIS*

*Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Lazer*

*Locatário*

*CLAIDO CELESTINO BATISTA*

*Locador*

**ATO Nº 003/2024**

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA,** Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR a pedido Isabella Marques de Oliveira,** do cargo em Comissão de Assistente Técnico - DNS 7, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, com efeito, a partir de 02 de janeiro de 2024.

**Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 08 de Janeiro de 2024.

***Kalil Sarat Baracat de ArrudaPrefeito Municipal***

**PORTARIA GAB/PREF/PMVG 01/2024**

*Dispõe sobre a designação de servidor público, e dá outras providencias.*

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA**, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Fica designado o servidor público municipal **Jean Carlos Biancardini Filho**, Gestor Público, matricula nº 137.444 em substituição a servidora Francisca Luiza de Pinho, Pregoeiro DNS 3 que estará em gozo de férias no período de **08/01/2024 a 19/01/2024** com efeitos financeiros na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º -** Esta Portaria entre vigor na data de 08 de janeiro de 2024 revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de Janeiro de 2024.

**Kalil Sarat Baracat de Arruda Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021- SINFRA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL – **LOTE 02**

| |
|---|
| **PROCESSO LICITATÓRIO:** PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 078/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 003/202023 |
| **CONTRATO Nº:** 070/2023<br>**VALOR DO CONTRATO:** R$ 313.903,67 (trezentos e treze mil, novecentos e três reais e sessenta e sete centavos)<br>**NÚMERO DE INSCRIÇÃO DA OBRA:** CNO 90.017.44884/70 |
| **EMPRESA EXECUTORA:** L. C. BRANCHER E CIA LTDA<br>**CNPJ:** 11.423.558/0001-04 |

Ao nono dia, do mês de janeiro, no ano de dois mil e vinte e quatro, recebemos, em caráter definitivo, o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BUEIROS DUPLOS E TRIPLOS CELULARES DE CONCRETO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, ATRAVÉS DO CONVENIO Nº. 0917-2021-SINFRA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL – **LOTE 02**, oriundo do Contrato nº 070/2023, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e a empresa L. C. BRANCHER E CIA LTDA.

Após vistoria verificou-se a inexistência de quaisquer vícios, defeitos e incorreções aparentes, tendo sido executado, em sua totalidade, o objeto do Contrato, pelo que declara **RECEBIDA DEFINITIVAMENTE** a obra, podendo a Administração dar por extinto o Contrato.

O Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de cinco anos, nos termos da Lei 10.406/2002, art. 618, ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 14.133/2021, em seu art. 140, §6º, e pelo referido contrato.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 09 de janeiro de 2024

_____

_____

**SERGIO DE MELLO SANTOS JACOB ANDRE BRINGSKEN**

**Engenheiro Fiscal Prefeito Municipal**

**CREA: MT 039458**

_____

**Representante da Contratada**

**L. C. BRANCHER E CIA LTDA**

_____

**KARLA BERNADELLI FREITAS**

**Fiscal do Contrato**

**Portaria de Fiscalização n. 448/2023**

---

**DECRETO N. 003/2024.**

"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UPF/VB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, incisos VI, da Lei Orgânica do Município,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Fica, nos termos do artigo 436, parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 051/2013, atualizada a unidade de padrão fiscal para o exercício de 2024, com o valor de R$ **26,66** (vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), mediante aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

**Art. 2º** - O valor atualizado UPF/VB será aplicado em todas as operações previstas no Código Tributário do Município, e operações correlatas.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, AOS QUATRO DIAS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO**

---

**DECRETO MUNICIPAL N°. 006, DE 08 DE JANAEIRO DE 2024.**

**EXONERAR MEMBROS DO CONSELHEIROS DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Municipal nº 659/2004 e a Eleição realizada no dia 06 de outubro de 2019, para o exercício de 2020/2024.

**DECRETO**:

Art. 1º - Ficam exonerados os membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente que exerceram o mandato no período de 2020 a 2024.

**- EDMAR DE OLIVEIRA**

**- JULIANA NILZA DE CARVALHO PASSINI**

**- WELLINGTON FELIPE O. DA SILVA**

**- NAIARA CAMPOS DE OLIVEIRA**

**- SANDER SAVIO SOUZA DA SILVA**

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor e terá seus efeitos na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DO MATO GROSSO, AOS OITO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE MIL E VINTE QUATRO.**

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

PREFEITO MUNICIPAL

---

**DECRETO N. 007, 08 DE JANEIRO DE 2024.**

**"DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto **DECRETO Nº 11.864, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023** DOU de 27.12.2023, edita o seguinte

**DECRETO**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT será de **R$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais).**

**Parágrafo único.** Em decorrência do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a **R$ 47,07** (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário, a **R$ 6,42** (seis reais e quarenta e dois centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2024, não terão valor inferior **R$ 1. 412,00 (um mil quatrocentos e doze reais)**, o salário bruto dos servidores públicos pago pela Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT.

**Parágrafo único.** Havendo salário de algum servidor Municipal abaixo do valor descrito no CAPUT deste artigo, deverá ser pago a diferença de complemento constitucional, até o limite do valor do presente CAPUT.

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS OITO DIAS do mês de JANEIRO DO ANO de dois mil E VINTE E QUATRO.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

**PREFEITO**

---

**DECRETO N. 008, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.**

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027.

**JACO ANDRÉ BRINGSKEN**, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em observância às disposições do artigo 7º, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o artigo 118, § 6º, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei Municipal nº 659 de 03 de agosto de 2004, que "dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente e da providência correlatas";

Considerando a Lei Municipal nº 1.592/2023 de 16 de março de 2023 que "estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Vila Bela da Santíssima Trindade e dá outras providências";

Considerando e a Eleição de Membros do Conselho Tutelar realizada no dia 01 de outubro de 2023, cujo resultado consta no Diário Oficial da AMM, de 09/10/2023.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Ficam nomeados a partir do dia 10 de janeiro de 2024 os membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e dos Adolescentes para o exercício 2024 a 2027, com as atribuições determinadas em lei:

**Titulares**

| Nº Ordem | Conselheiros Titular |
|---|---|
| 1 | Helly Cristina Romão Noteno |
| 2 | Wellington Felipe O. da Silva |
| 3 | Evelyn Juliane Frazão de Almeida |
| 4 | Denise Marques Alves |
| 5 | Viviane Carolina da Silva Rodrigues |

**Suplentes**

| Nº Ordem | Conselheiros Suplentes |
|---|---|
| 1 | Aparecido dos Santos Melo |
| 2 | Fernanda Mendes da Cruz |
| 3 | Danielle de Melo Silva |
| 4 | Andrelizia Santos Vieira Bastianick |
| 5 | Sandra Gomes dos Santos |
| 6 | Thania da Mata Almeida |
| 7 | Rubens Gomes da Silva |
| 8 | Daciele de Oliveira Surubi Ferreira |
| 9 | Jociara Teixeira Gama |

**Parágrafo Único –** Ficam convalidados todos os atos do Conselho de que trata este artigo, praticados desde sua posse, ocorridas nos termos da Ata que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Os membros titulares do Conselho Tutelar farão jus a uma gratificação mensal equivalente ao salário do servidor efetivo do município, cargo Agente Administrativo, conforme previsto na Lei Complementar Municipal N. 002/2006, anexo I, em conformidade com o preceitua a Lei Municipal N. 734/2007.

**Art. 3º** - O mandato dos membros do Conselho observará o disposto nas Leis Municipais N. 659/2004, 1592/2023 e alterações posteriores.

Parágrafo único – A posse será efetivada por meio do termo de posse, nos termos do artigo 30, §5º da Lei Municipal N. 1.592/2023**.**

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS do mês de JANEIRO de dois mil E VINTE E QUATRO.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

PREFEITO MUNICIPAL

---

**PORTARIA N.004/2024.**

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear **NILVÂNIA GERALDES DE PAULA,** brasileira, residente e neste município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 0963392-8 SSP/MT e CPF nº 581.859.171-91, para exercer o cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DE CASA DE APOIO**, **Símbolo C.C.2.**

**Art. 2º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a **03 de janeiro de 2024**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS do mês de JANEIRO de dois mil E VINTE E QUATRO.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO**

---

**PORTARIA N.003/2024.**

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Exonera **VIVIANE CAROLINA DA SILVA RODRIGUES**, brasileira, residente e domiciliada a Rua Lino Bispo de Oliveira s/nº Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1879904-3 SSP/MT e CPF nº 029.161.751-48, do cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DE CASA DE APOIO**, **Símbolo C.C. 2**.

**Art. 2º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a **03 de janeiro de 2024**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO**

---

**PORTARIA N.002/2024**

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO O(A) SERVIDOR(A) E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a servidora **NEIRELIS SUPEPI MATUCARI,** matricula **nº 3398**,efetiva no cargo deGari, exercendo suas funções na Secretaria Municipal de "Infr. E Serv. Públicos", **Licença-Prêmio,** por um período de 03 (três) meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992**.**

**Parágrafo único** – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

**Art. 2º** - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **03/11/2016 a 02/10/2022.** Tendo início **01/01/2024** e término em **31/03/2024**

.

**Art. 3º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 013/2023**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO DE INSUMOS E REAGENTES LABORATORIAIS.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADOS:

| ATA: | EMPRESA: | CNPJ: | VALOR R$: |
|---|---|---|---|
| 094/ 2023 | VALLEN DIAGNOSTICA COMERCIO E SERVICOS LTDA | 18.849.143/ 0001-38 | R$**42. 000,00** |
| 095/ 2023 | M.S DIAGNOSTICA LTDA | 00.970.175/ 0003-93 | R$ **163. 732,43** |

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de janeiro de 2024.

**ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 013/2023**

O Pregoeiro/Agente de Contratação Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão Eletrônico n. 013/ 2023, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para manutenção de equipamentos e fornecimento de insumos e reagentes laboratoriais, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

| EMPRESA: | CNPJ: | VALOR R$: |
|---|---|---|
| VALLEN DIAGNOSTICA COMERCIO E SERVICOS LTDA | 18.849.143/ 0001-38 | R$**42. 000,00** |
| M.S DIAGNOSTICA LTDA | 00.970.175/ 0003-93 | R$ **163. 732,43** |

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de janeiro de 2024.

**ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**

Pregoeiro/Agente de Contratação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 013/ 2023

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Eletrônico n. 013/ 2023 tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para manutenção de equipamentos e fornecimento de insumos e reagentes laboratoriais, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):

| EMPRESA: | CNPJ: | VALOR R$: |
|---|---|---|
| VALLEN DIAGNOSTICA COMERCIO E SERVICOS LTDA | 18.849.143/ 0001-38 | R$**42. 000,00** |
| M.S DIAGNOSTICA LTDA | 00.970.175/ 0003-93 | R$ **163. 732,43** |

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de janeiro de 2024.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.001/2024.**

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Exonera **ILMA FERREIRA DO NASCIMENTO BARBOSA,** brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0806665-5 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 522.898.421-68, do cargo de provimento em comissão de **Diretora de Assistência Farmacêutica,** Símbolo C.C.2, a contar do dia 08 de janeiro de 2024.

**Art. 2º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO**

**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2023**

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, através do Pregoeiro/Agente de Contratação, torna público, para conhecimento, que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 044/2023, processo nº 115/23, visando a **contratação de clínica especializada no tratamento de dependência química e alcoolismo que atenda pacientes do sexo masculino, para internação compulsória ou voluntária no tratamento e desintoxicação química**, tipo Menor Preço, realizada em 09 de janeiro de 2024, às 08h foi considerada **DESERTA**, por não comparecerem interessados ao certame.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 09 de janeiro de 2024.

**Alessandro Santana de Souza**

Pregoeiro/Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 144/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2023**

**Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 1024317**

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados **Processo Licitatório 144 /2023** na modalidade **Pregão Eletrônico 075/2023**, cujo objeto o Registro de preço para futura e eventual **Contratação de empresa especializada no fornecimento de computadores do tipo desktop, notebook e impressoras, com garantia on-site, garantia de 60 meses, de forma fracionada e de acordo com a demanda,** onde foram declaradas vencedoras as empresas:

| EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|
| COMERCIAL FORTE SERVICOS E VARIEDADES LTDA (46.786.948/0001-15) | **R$ 230.000,00** |
| MINAS SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA (39.619.837/0002-30) | **R$ 84.474,76** |
| MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA (50.247.672/0001-74) | **R$ 34.000,00** |
| PAPELARIA UNIVERSAL LTDA (02.949.184/0001-66) | **R$ 495.816,00** |
| REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA (65.149.197/0002-510) | **R$ 107.999,64** |

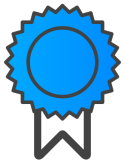
Vila Rica – MT, 09 de janeiro de 2024.

**CRISTINA MAGALHÃES CASTRO**

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

Esse documento foi assinado por

| | | |
|---|---|---|
|  | **Signatário** | CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Data/Hora** | Tue Jan 09 22:33:17 UTC 2024 |
| | **Emissor do Certificado** | CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Número Serial.** | 1170115676103352402 |
| | **Método** | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature) |